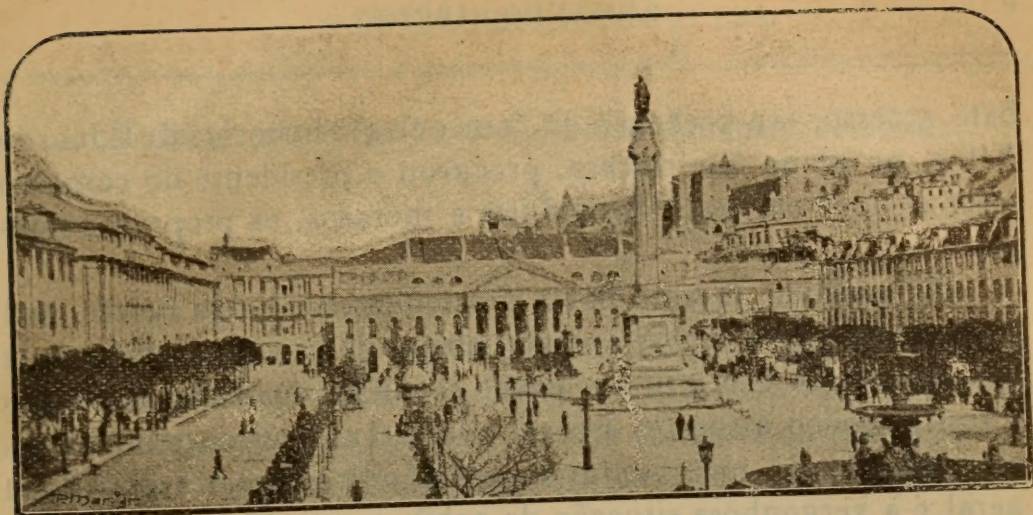
JOÃO ROMANO TORRES & C.ᴬ
EDITORES—Escriptorio e officinas:
Rua Alexandre Herculano, 70 a 76

A REVOLUÇÃO PORTUGUEZA

POR

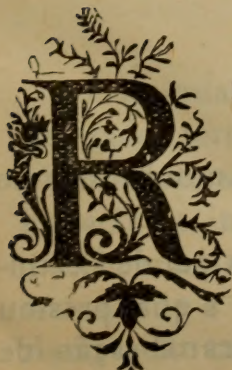
ARMANDO RIBEIRO

A REVOLUÇÃO PORTUGUEZA

PRIMEIRA PARTE

A QUÉDA DA MONARCHIA

(Continuação)

XXIII

Reabertura das côrtes. = Mortes de Peixoto Correia, Theodoro Pereira da Silva e Carlos Bianchi. — Eleições na Hungria — Viagem ao Polo Sul: os capitães Scott e Amudsen.--Politica chineza = Morte de Palermo de Faria. = Associações mutualistas de Gaya. = A questão de Sernache dos Alhos. = Convenção luso bulgara. = Morte do regulo Calipalula. = Congresso algodoeiro em Bruxellas. = Inauguração do Asylo de Santa Maria = Monumento a Coppée. = Conflicto escolar no Funchal. =Tremor de terra em Napoles = Mortes de Vieira de Mello, viscondessa de S. Boaventura e Rodrigo Babo. = Propostas de marinha e obras publicas = Duello Affonso Costa - Alexandre Albuquerque. = Attentado contra o arcebispo de Braga =Revolta no Mexico. = Casamento principesco. = Novo hospital em Lagôa.

REABRIAM as côrtes a 1 de Junho (1910).

A lucta politica mantinha-se impetuosa e os boatos, depois confirmados, futuravam de curta duração a vida ministerial.

Conscio do que se passava e tramava a dentro dos partidos, tentou o governo demorar o mais possivel a hora de com elles se defrontar.

A primeira sessão, onde se registavam os annuncios de com-

bate accesso, era prehenchida com o elogio historico de Eduardo VII e, no plano que traçara, procurou o presidente do conselho fazer olvidar em trabalhos inuteis e morosos, os proprios cuidados.

No gabinete mesmo havia descontentes e Veiga Beirão, mal tinha tempo para tentar antepôr obstaculos ao esperado embate das opposições e á attitude pouco satisfeita dos collegas do ministerio pouco dispostos a arcar com a annunciada tempestade.

Aos fins do mez cumpria porém o presencear a derrocada geral e a vergonhosa situação do gabinete progressista, posto em fuga sem assumir a responsabilidade que lhe cumpria ao tomar conta das redeas do governo.

Antes, porem vejamos acontecimentos de diversa ordem que precederam a fallencia do gabinete Beirão, ou melhor, do gabinete José Luciano, verdadeiro governante, dictador auctoritario, manejando os titeres da politica, ao conchego do seu solar navegantino.

Na sua vaga, entraria Teixeira de Sousa, cuja acção, diminutamente legislativa, mas fortemente pussilanime, dava o derruir da dynastia brigantina, ao som da fuzilaria e do povo em grita, cantando a revolução e acclamando a Republica.

Os partidarios d'esta não descançavam e o directorio, reunido a 2 de Junho, dizendo manter uma attitude intransigente e querer fazer com que prevalecessem os direitos dos cidadãos, apenas servia os planos dos extranhos successos de breve e registava as adhesões a esse plano, tantas vezes concebido e falhado, mas em vespera de vingar, com ruido e soberbamente.

*

* *

A 1 de Junho fallecia em Cezimbra, o dr. Antonio Peixoto Correia.

Fôra deputado, e presidente da camara municipal de Cezimbra, villa onde nascera a 28 de Abril de 1867 e á qual prestou largos serviços, como melhoramento do caes, canalisação de aguas abertura de ruas e jardins.

A classe pescatoria teve n'elle um deffensor acerrimo.

*

* *

No mesmo dia, deixava de existir, no Rio de Janeiro, o grande estadista brazileiro, Theodoro Machado Freire Pereira da Silva que, com Rio Branco, e sendo ministro da agricultura, referendára a lei de 28 de Setembro de 1871, conhecida no Brazil pela «lei do ventre livre».

*

* *

No Funchal, fallecia a 2 de Junho, o decano do corpo consular madeirense, commendador Carlos de Bianchi, consul da Austria, Belgica e Hespanha. Nascera no Funchal em 1834.

*

* *

As eleições geraes no dia 1, fizeram convergir para a Hungria as attenções do internacionalismo. Não se deram porém os motins grandemente annunciados e as espectativas tragicas, geraram-se.

*

* *

Continuava attrahindo navegadores aventureiros, o mysterio dos polos terrestres.

Insuccessos, tragedias, perigos, cousa alguma demovia os audaciosos investigadores das regiões ignotas.

Demandando os mares polares do sul saía de Londres, na manhã de 1 de Junho, o navio inglez «Terra Nova» commandado pelo capitão de mar e guerra Scott. O barco entrava no Funchal a 22, saindo d'ali a 26 com rumo ao antartico, onde

n'essa data, a 73° de latitude, o navio japonez «Kainon-Maru», resolvia dar por finda a intrincada missão, retrocedendo (*) sem alcançar o fim que se propuzera.

Scott, que pela viagem de 1901, déra auxilio pelas indicações, a Shakleton, que assim ficou apenas em 1908, a 179 kilometros do polo sul,—ao emprehender o seu novo caminho de aventuras, tinha em mira vencer competidores temiveis e para que a exploração vingasse, dividia-a em tres secções, apoz o desembarque na terra Victoria, por elle descoberta em 1903.

Nem só Scott, tentava a arriscada travessia. A tentação do circulo polar, qual pomo cubiçado, trazia em constante sonho os geographos aventureiros, e as nações alimentavam essas esperanças, embora vissem, conscientemente, que nenhum resultado pratico adviria das descobertas.

O capitão Roald Amudsen, rival de Scott, com o auxilio da commissão de estudos magneticos terrestres do Instituto Carnegie, de Washington, dispoz-se a emprehender viagem ás regiões articas, a bordo do «Fran», de 350 tonelladas, o barco historico construido em 1893 e empregado por Nansen nas suas expedições. Visava a nova tentativa a exploração geral, sob o ponto de vista magnetico, do Atlantico Sul e do Sul do Pacifico, com regresso no verão de 1911, a S. Francisco, para aprovisionamento. Dirigir-se-hia depois ao mar de Behring, que seria percorrido na maxima extensão.

Para os trabalhos, arranjou Amudsen, 99 cães de raça esquimó, 30 tripulantes e 9 botes salva-vidas. O «Fran», que sob o commando do capitão Isachsen fundeava (**) em Christiania, vinha até ao Funchal, (***) d'onde saía depois (****) com destino a Buenos Ayres.

Por seu lado a Allemanha, não quiz deixar de contribuir para as expedições geographicas d'esse anno e projectava para outubro seguinte, uma viagem ás paragens austraes, sob a chefia do tenente Filchner, o celebre explorador da Africa Central

(*) Abril de 1911.
(**) 8 de Julho de 1910.
(***) 6 de Setembro de 1910.
(****) 11 de Setembro de 1910.

Dividir-se-hia a expedição em grupos. O 1.º sairia do mar de Weddel, encaminhando-se ao polo sul, tencionando, se o attingisse, percorrer o mar de Ross, onde installaria um deposito de viveres. As despezas orçamentavam-se em 1.500:000 francos, empregando um barco e 2.500:000 francos usando dois.

A Allemanha ainda, representada pela Associação dos Exploradores Allemães, queria a conquista do Polo Norte n'um dirigivel Zeppellin. Chegava tambem a constituir uma commissão que, sob a presidencia do principe Henrique da Prussia, tentou obter do governo o auxilio para a visita de territorios inexplorados de Terra de Francisco José e Spitzberg, em viagem aerea, cuja base seria Cross Bay, já explorada pelo principe de Monaco.

Ia-se desesperando do regresso dos viajeiros arrojados, quando d'elles vieram novas boas. (*)

O «Terra Nova», do inglez Scott, inexperiente nos mares mysteriosos dos polos, avançava audaz e telegrafava communicando o erguer (**) da bandeira britannica no antarctico, não sem que antes fôsse precedido pela experiencia de Amudsen, que primeiro soerguera ali, (***) com Helmer Hansen, Bjaaland, Wisting e Hassel, o estandarte norueguez. O seu «Fram» de regresso á patria, trouxe os habituaes documentos dos difficeis trabalhos d'esse genero, e novo Peary em face de novo Cook, logo se lhe teceram elogios, deprimindo-se e contestando se o facto de Scott ter attingido o 90° sul. O que foi certo é que emquanto este por lá ficava, em trabalhos, Roald Amudsen, expunha: haver attingido o polo, fixado ali uma pequena tenda com a bandeira norueguenza, n'um planalto denominado do Rei Haakon VII; haver feito a fixação da extensão da «barreira» de Ross; a descoberta d'uma provavel ligação entre a Terra Victoria e do Rei Eduardo e o seu prolongamento em altas montanhas correndo para o sudoeste até 88° de latitude. Chamava-lhes «Cadeias da Rainha Maud». Os resultados itenerarios, fôram: a 9

(*) Março de 1912.
(**) Janeiro de 1912.
(***) 14 de Dezembro de 1911.

de Dezembro de 1911, 88° 39'; 10, 88° 56; 11, 89° 15; 12, 89° 30; 14, 89° 45; 14, 90°, sul. A analyse geral dava solo magnifico, uma vasta planicie sem fim, temperatura ás 3 horas da tarde, 23 graus centigrados abaixo de zero.

No parlamento de Christiania, o presidente felicitava (*) a Noruega pelo exito, quasi ao mesmo tempo em que Amudsen desembarcava em Hobart-Town. A Russia, que primeiro resolveu uma viagem ao polo antartico, votava (**) pouco depois um credito de 50:000 rublos para despezas iniciaes d'uma expedição ao arctico, confiada ao capitão Sydow.

*

* *

A anarchia assentára arrayaes nas cinco partes do mundo e por isso não causou surpreza determinado numero de cartas sem assignatura, recebidas nas legações estrangeiras em Shanghae e annunciando poderoso movimento anti-dynastico na China.

Não despresaram as chancellarias o aviso e os ministros plenipotenciarios europeus, reunidos em magna sessão, resolviam, de accordo com as respectivas potencias, tomar energicas medidas.

Comtudo, por conhecimento de promettidas repressões ou porque realmente apenas se visasse a fazer participar o imperador da China dos receios constantes em que os reis da Europa viviam, — certo é que cousa alguma se passou de anormal, a não ser as prevenções de que se fez rodear o filho do Sol, que cairia, ante a força da Republica, quasi dois annos depois d'esse attentado.

Dava-se isto a 3 de Junho de 1910.

*

* *

N'essa data fallecia José Francisco Palermo de Faria, que

(*) 8 de Março de 1912.
(**) 2 de Maio de 1912.

fez parte da commissão executiva das festas do centenario da descoberta da India, em 1898.

Fôra director durante 9 annos da Real Sociedade de Geographia de Lisboa, redactor do «Commercio de Portugal» e presidente do Club dos Atiradores Civis Portuguezes.

Nascera em 1851 na cidade de Faro e era 1.º contador do Tribunal de Contas.

*

* *

Celebrava se a 5, em Villa Nova de Gaya, uma festa associativa: a inauguração do edificio onde ficaram installadas as associações mutualistas de Gaya, compondo uma liga de associações de soccorros mutuos.

*

* *

Na vespera resolvera o ministerio do reino certa curiosa pretenção d'uma freguezia coimbrã.

Os habitantes, a 11 kilometros da cidade universitaria, começaram a desgostar-se do nome da sua terra, e a julgal-o demasiado ridiculo: Sernache dos Alhos.

Reclamaram e estava quasi assente a suppressão «dos Alhos», ficando só Sernache, quando se protestou pelo anathema rigoroso á feia nomenclatura.

Assim pois ficaria sem os alhos e o Sernache sem o *S* passando a Cernache.

Ouvido era sobre o intrincado caso e extranho repudio, o devido tribunal que concordou com o pedido, motivo porque se lavrava em 2 de Junho, o seguinte decreto, publicado em 6:

«Nos termos do artigo 3.º § 4.º n.º 1 do Codigo Aministrativo; attendendo ao que me representou a Junta de Parochia da freguezia de Sernache dos Alhos; e conformando-me com a consulta do Supremo Tribunal Administrativo: hei por bem determinar que a sobredita ciscumscripção administrativa do distric-

to de Coimbra, passe a denominar-se freguezia de Cernache. — O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino, assim o tenha entendido e faça executar. Paço em 2 de Junho de 1910. — Rei — Francisco Felisberto Dias Costa.» (*)

*

* *

Em Vienna d'Austria, eram trocados em 4 de Junho, entre o conde de Paraty e o ministro Ivan Guéchow as notas diplomaticas pelas quaes os governos da Bulgaria e Portugal se concediam o tratamento de nações mais favorecidas — sem prejuizo dos privilegios hespano-brazileiros — para a importação e exportação de varios generos, reservando-se-nos porém o direito de concessão de exclusivos ao Brazil e Hespanha.

Lucravam o novo tratado, ratificado por decreto de 16, publicado em 21, —os exportadores de vinho, cortiça e conservas de peixe e outros productos e outra vez resaltava o benefico effeito da lei das sobre-taxas.

*

* *

Nas regiões financeiras cogitava-se entretanto na obtenção d'um emprestimo grandioso que se dizia seria applicado ao caminho de ferro de Malange, ou fôssem, os trabalhos de construcção até á respectiva fronteira.

Era esse o supprimento maior projectado nos modernos tempos, 10:000 contos, amortisavel em cinco annos, a contar da data da ultima prestação, a receber em 1915-1916.

Os encargos dos juros e amortisações seriam auxiliados pelas receitas especiaes do caminho de ferro e com o producto liquido da parte da linha explorada pelo Estado, além Lucala.

A esse tempo acabava seus dias no Cuanhama, o regulo Ca-

(*) Legislação Portugueza de 1910. — Pagina 279.

lipalula, que tantos serviços prestou ás tropas portuguezas, servindo de guia nas campanhas do Cuamato, em 1907.

Calipalula, fidalgo das tribus do Cuamato, era um verdadeiro heroe de romance. De estatura gigantesca, e com conhecimentos litterarios, impuzera-se ao gentio e o soba Chaula, receoso, julgou vêr n'elle um pretendente. Um conselho secreto resolvia a sua morte e nas florestas era o negro atacado á zagaia, escapando porém e sendo tratado na missão allemã do Cuanhamo, onde novos elementos de instrucção lhe fôram ministrados. De regresso ao territorio do Cuamato, sem no coração reter odios, teve logo novas investidas contra a vida e o gentio, levado pelo soba, revoltava-se, dizendo-o traidor, amigo dos brancos. A fuga impoz-se e Calipalula, d'essa vez cheio de ameaças, resolve procurar os portuguezes a despeito do tio lhe predizer má recepção, visto ter sido um dos auctores do desastre de 1904 das forças lusitanas.

O que foi esse desastre? N'um acto de reconhecimento aos negros revoltados do Cuamato, feito por 16 officiaes, 2 primeiros sargentos, 10 segundos sargentos e 97 praças europeas com o appoio de 145 indigenas, o inimigo, apparecendo ao transpôr do Cunene, trucidava a columna do commando do capitão de artilharia Pinto de Almeida, sendo 1.as victimas o tenente de marinha João de Faria Machado Pinto Roby de Miranda Pereira e o medico naval dr. Manuel João da Silveira, e escapando apenas pequeno numero de praças irregulares que lograram fugir, aos primeiros tiros. No Cuamato pereceram 254 heroes da Africa.

Levado pela sua ideia, Calipalula, monta a cavallo e parte. No caminho, um troço de cuamatos, assalta-o. Destroça-o e é ferido, conseguiu passar o Cunene e abrigar-se no Cafú, d'onde transitou para o Humbe, apresentando-se ao commando portuguez.

Era a vingança de Calipalula.

Descrevia a chacina de 1904: nem um branco escapara, visto os de Cuamato não perdoarem vidas; as armas apprehendidas fôram para o Cuamato grande e dos guerreiros da epoca, muitos ambicionavam nova guerra, estando o armamento

já todo no matto. Fornecia elementos para a incursão, traçou itenerarios e a expedição de 1907, fazia-se servindo elle de guia, levado pelo odio, pelo espirito de revindicta.

O expatriado, poz-se á frente da columna que ia para o Cubango e guiou-a pelos meandros mysteriosos de Africa, até que Portugal se apossava do Cuamato grande.

Ao içar a bandeira azul e branca, o capitão Alves Roçadas, investia-o solemnemente no sobado. O reconhecimento pelo gentio, consistiria na entrega d'uma negra, a mais linda da tribu. Os vassallos trouxeram-lhe comtudo uma velha horrivel, feia, entre os esgares ironicos de uns e o voltar das costas de outros. O desprestigio era patente e Calipalula tentou suicidar-se, desfechando um tiro sob o queixo.

Voltava ao Humbe, ferido e sem esperanças. O regulo vencido atormentava-o nos seus sonhos e Calipalula, gosando a sua vingança ao mesmo tempo que o intimo lhe censurava a traição aos seus, recusava continuar a viver com os portuguezes e internando-se no Cuanhama, ahi fallecia ignorado e solitario, fim predicto pelos «quimbandas» como recompensa ao seu acto.

A sua attitude nas campanhas de 1907, foi relembrada n'uma conferencia realisada em 31 de Maio de 1908, na Sociedade de Geographia, pelo então já tenente-coronel, Alves Roçadas e exalçada, como a de um auxiliar precioso dos portuguezes para a conquista do Ovampo.

*

* *

Coube a Bruxellas, a reunião do 7.º congresso algodoeiro, que iniciára os trabalhos em 1905, proseguindo-os, n'esse anno, na cidade de Manchester; em 1906, na de Bremen; em 1907, na de Vienna, em 1908, na de Paris e em 1909 na de Milão.

As sessões do de 1910, effectuaram-se no rico palacio da Academia com a assistencia de 500 congressistas e representando Portugal, os delegados da Associação Industrial Portuense, Henrique Taveira, dr. Jacintho de Magalhães, Felix Torres, Eduardo de Almeida e Antonio Joaquim Correia, não chegando

a tempo, por impedidos no congresso dos caminhos de ferro, os delegados Martinho Guimarães, José Syder e Alfredo de Brito.

Resolvidas fôram varias theses, avultando as respeitantes a «seguros contra incendio», que tratava da reducção ao minimo do risco de incendio nas fabricas e consequentemente do premio a pagar ás companhias seguradoras, pelo aggrupamento associativo de proprietarios de fabricas algodoeiras, possuidoras de caixas com agua fusiveis a altas temperaturas; «organisação associativa»; «contractos internacionaes de fios e tecidos»; Humidade artificial do algodão»; «Conhecimentos fraudulentos».

Na noite seguinte á abertura do congresso realisou-se brilhante recepção dos congressistas no imponente e historico palacio municipal de Bruxellas; na segunda, recita de gala no theatro de La Monnaie, com a opera Lackmé. Apoz o encerramento do congresso, effectuou-se um grandioso banquete, tendo como complemento uma visita á cidade de Gand e estabelecimentos fabris.

*

* *

A 6 de de Junho era inaugurado no predio 59 da Rua do Arco Cego o novo asylo de Santa Maria, para cegos de ambos os sexos.

Devido foi esse estabelecimento beneficente a um legado de D. Maria José de Neiva e Couto, que o mandava collocar sob a fiscalisação directa do Asylo da Mendicidade. Podia conter trinta albergados e foi sua primeira regente, Emilia Barroso.

O governo auxiliava o novo asylo mandando, pelo ministerio das obras publicas, conceder uma dotação diaria de 1:800 litros de agua.

*

* *

Consagrou então a França, mais um dos seus grandes poetas: Francisco Coppée.

A 5 de Junho inaugurava-se na Praça de S Francisco Xavier, no bairro dos Invalidos, a algumas centenas de metros da rua de Oudinot, onde Coppée nascera, um monumento, bella obra de architectura de Henry Guillaume e de esculptura de André de Chastenet.

O auctor do «Jacobites», «Passant» e «Intimités» era apresentado n'uma altitude familiar, de mãos nas algibeiras do casaco e o seu cigarro na mão esquerda.

Discursavam Paulo Deroulede, Flers e João Richepin, a aristocracia litteraria.

*

* *

A 6 de Junho, suscitavam-se no Funchal conflictos graves.

Tendo o padre Antonio Ferreira Botelho reprovado um alumno, os condiscipulos, revoltando-se, tentaram impedir-lhe a entrada nas aulas.

Querendo reagir, foi insultado, aggredido á pedra e expulso, encerrando os alumnos as portas do lyceu, para que elle não entrasse.

O motim ia assumindo proporções graves, quando o ministerio do reino resolveu ordenar que o padre tomasse conta das aulas, avisando as familias dos amotinados de que o lyceu seria fechado se a indisciplina proseguisse.

Só assim os motins academicos terminaram.

Seguiu-se-lhe conselho disciplinar para avaliar dos acontecimentos que ali assumiram quasi proporções de revolta.

Para conciliar tudo, o conselho lyceal, que não quiz castigar cabeças de motim, deu como provada a expontaneidade das manifestações e apontou como justa a absolvição dos indigitados chefes do ruidoso movimento academico. O reitor, dr. Oliveira Lino, veiu a Lisboa e de regresso levou o indulto dos estudantes. Isso os conduziu talvez, a festejar (1911) o anniversario dos successos, vindo para a rua dar vivas á data do inicio dos tumultos, 13 de Maio, e á Republica.

*

* *

Na madrugada de 7 de Junho, era a Italia victima de novo tremor de terra.

A cidade de Napoles era violentamente agitada n'um convulsão sismica, que attingia muito principalmente Calitri, villa situada n'uma das margens do rio Ofanto e que separa as provincias de Basilicato e Capitanato; San Fee, na provincia de Potenza, Vellata, Sanazia, Leorne, Santandréu, Conza e Avellino, onde desabaram immensas casas. Destruido ficava por completo o bairro do Castello, em Calitri, acampando a população ao ar livre, não sem registar 48 mortos e 78 feridos.

Soccorria o Papa os desventurados habitantes e de novo, os reis de Italia, em peregrinação caridosa e amiga, percorriam as freguezias victimadas, dizendo a rainha Elena, que se a sua presença era necessaria em todas as festas, mais o era n'esses casos, e que melhor posto era ali do que no Quirinal.

O povo, sempre fanatico, julgou vêr a causa da catastrophe na estada ali d'uns missionarios americanos, e forçou-os a abandonar Calitri, não sem injustificadas represalias.

*

* *

A 7 de Junho, fallecia o grande orador sagrado, padre José Antonio Vieira de Mello, ao tempo segundo official da direcção geral do ultramar. Fôra capellão da Magdalena e da Casa da Correcção, quando esta teve a séde nas Monicas.

Era natural de Tondella, onde nascera em 1844. Deixou publicado em um volume, «Oratoria Sagrada», 19 dos seus principaes sermões, muitos dos quaes constituiam verdadeiros primores oratorios.

*

* *

Na sua casa da Avenida Duque de Avila, fallecia a 8 de Junho a viscondessa de S. Boaventura, D. Casimira Montenegro Chaves, casada com o escriptor, visconde do mesmo titulo.

Satisfazendo a sua derradeira vontade foi sepultada no cemiterio de Agramonte, na cidade do Porto.

*

* *

No mesmo dia fallecia em Penafiel, o philanthropo, Rodrigo da Costa Barbo.

A pobreza teve n'elle sempre um amigo e as instituições de benificencia, annotavam o seu nome como de um grande benemerito. Dotara o real sanctuario da Piedade e Santos Passos, com o respectivo carrilhão e relogio de torre.

Era natural de Marcos de Canavezes, onde nascera em 1832.

*

* *

Na sessão de 6 de Junho apresentava o ministro das obras publicas, Moreira Junior, as suas propostas de fomento agricola.

Creava o ministerio da agricultura, com o fundamento de que exerciam a profissão agricola, 1.406:054 trabalhadores, disseminados n'uma area cultivada de 3 milhões de hectares e não cultivada, de 7 milhões, vivendo directamente da agricultura, 3.092:730 individuos. Ao novo ministerio ficariam pertencendo todos os serviços da direcção geral de agricultura e do commercio e industria, passando o das obras publicas a denominar-se das obras publicas, correios e telegraphos.

Creava-se o credito agricola, a cargo do Banco de Portugal, e a realisar com as caixas de credito mutuo, ficando o estado responsavel para o Banco pelas operações effectuadas. As Cai-

xas teriam a natureza e modelo de sociedades cooperativas, caracter local, limitado a tres freguezias contiguas d'um mesmo concelho e as suas funcções consistiriam no emprestimo e recepção de dinheiro em deposito, sem auctorisação para emittir acções ou obrigações, sendo os fundos constituidos pelas quotas dos socios, lucros dos emprestimos, depositos, heranças, doações, legados ou subsidios que obtivessem. O juro não iria além de 5°|₀, quanto ás operações feitas entre as Caixas e os associados e de 4°|₀ nas celebradas entre o Banco e as Caixas, não podendo aquelles levantar auxilios superiores a 50°|₀ do valor das suas propriedades offerecidas em hypotheca ou de penhor, ou a 25°|₀ do valor de propriedades allodiaes e livres.

Sobre terrenos incultos e desenvolvimento florestal versava a terceira proposta.

Os terrenos assim considerados, desde que estivessem durante 4 annos seriam tributados na razão de 100 réis por hectare, sendo o rendimento do imposto exclusivamente destinado á arborisação e a reforçar o fundo especial dos serviços florestaes e agricolas. As madeiras exportadas em bruto pagarião por unidade de peso e seriam tributadas á razão de 100 réis a tonelada. Excluiam-se as exportadas por via terrestre e fluvial para Hespanha, emquanto durasse a convenção. O Estado augmentaria o seu dominio florestal segundo as forças das receitas do fundo especial dos serviços florestaes e agricolas, contractando-se para o seu desenvolvimento pessoal technico e de policia constituido por silvicultores, regentes silvicolas e guardas-florestaes. Aos corpos administrativos, que emprehendessem trabalhos de arborisação, o Estado concederia, gratuitamente, plantas, sementes e o pessoal technico para dirigir os trabalhos, permittindo-se ás sociedades mutuas de seguros e ás caixas de aposentação adquirirem mattas e terrenos a arborisar e empregarem até um quinto dos seus fundos de reserva na capitalisação florestal. O proprietario ou proprietarios associados que tiverem terrenos incultos encravados nos perimetros de restauração com a area minima de cem hectares, podiam para evitar a expropriação, quando não possuissem meios para a sua immediata arborisação, entregar aos serviços florestaes esses terrenos, recebendo, emquanto se reali-

sasse a arborisação, como renda representativa do capital equivalente do solo, tres por cento do valôr medio em que os mesmos predios estivessem inscriptos nas matrizes prediaes.

Nas escolas normaes realisar-se hiam conferencias florestaes, devendo organisar-se quadros maraes, destinados ás escolas primarias, onde se representassem regiões typicas, quando povoadas de arvoredos e depois de desarborisadas e onde se vissem as principaes arvores florestaes, com as suas utilidades. Estabelecer-se-hiam premios aos professores primarios que mais trabalhassem pela causa da arborisação. As sociedades silvo-pastoris seriam auxiliadas pelo Estado, com o fornecimento gratuito de sementes e plantas. Estabelecer-se-hiam jardins e campos de aclimatação e ensaios destinados a enriquecer a flora alpestre.

Outra proposta estabelecia a obrigação de todo o possuidor de terrenos pantanosos, eflectuar n'elles o cultivo do arroz, na base minima da vigessima parte da respectiva superficie. Cessara o imposto do real d'agua sobre o arroz, incidindo porém annualmente sobre este cereal produzido no paiz, como tributo, verba identica á receita cobrada do referido imposto no anno de 1909, e rateada entre os productores de arroz, isentos porém, durante vinte annos, de contribuição predial e municipal. O consumo do arroz sendo calculado em 36:500 toneladas, tinha apenas em producção nacional 6:500 toneladas, importando-se as restantes. A nova proposta representava pois uma medida de alcance.

As classes operarias e accidentes de trabalho eram o objecto de outra proposta, onde se definiam os desastres, se classificava a incapacidade para o trabalho em temporaria e permanente, se fixava o salario-base para os aprendizes e operarios menores de 16 annos, sendo o minimo vencido pelos operarios adultos e validos e a estes, quando tivessem salario superior a 365$000 réis annuaes, concedia-se-lhes, na incapacidade permanente, esta quantia augmentada da quarta parte do excedente. Fixavam-se indemnisações aos operarios, subsidios temporarios a estes ou herdeiros quando do accidente do trabalho resultasse a morte; jurisdicção da acclaração do accidente, inquerito, revisão e garantias; puniam-se com multas de 10 a 200$000 réis as em-

prezas fornecedoras de elementos para se fixar o salario-base, que não participassem os desastres, se recusassem ao pagamento de indemnisações ou não elucidassem o operario sobre a lei e regulamentos.

Abrangiam as outras propostas, a restricção do plantio da vinha; estabelecimento d'um museu agricola e d'uma escola pratica de pomicultura, horticultura e jardinagem nas quintas annexas ao parque de Queluz, devendo ter o museu a sua séde em sitio central da cidade de Lisboa e podendo ser a direcção e administração do museu e da escola entregues á Real Associação de Agricultura, que receberia o subsidio annual de 10 contos, pela receita creada pela proposta; colonisação effectiva dos terrenos incultos e dos latifundios do paiz, declarando-se de utilidade publica e nacional o regimen de povoamento e colonisação interna; utilisação das forças hydraulicas; complementos da rêde ferro-viaria, sendo o governo auctorisado a levantar, por emissão de titulos, até 7:000 contos de réis e applical-os successivamente á construcção de linhas ferreas nas zonas centro e do sul e instituindo-se um fundo especial destinado ao custeio do estudo e construcção das linhas ferreas da zona do centro.

Todos estes projectos eram de alta valia e de grande importancia social. Comtudo, não tiveram seguimento, como succedia sempre, ou pela pouca estabilidade dos ministros, pela inercia das commissões ou pela pouca constancia dos trabalhos parlamentares.

A politica começou logo a procurar nichos para os seus partidarios e ainda em projecto, deu-se logo candidato ao novo ministerio de agricultura, o conselheiro D. Luiz de Castro.

Concluidos tambem os seus trabalhos, — estereis pelo systema posto em pratica de abstenção da vida parlamentar pelo obstruccionismo dos adversarios — apresentavam-nos na sessão de 8, os ministros do reino e da marinha.

Os do primeiro visavam a applicar as gratificações de readmissão de praças de pret das guardas municipaes á tabella 6 annexa á carta de lei de 24 de Dezembro de 1906; a modificar os vencimentos dos professores ajudantes e effectivos; a extinguir a escola medico-cirurgica do Funchal; a supprimir de tres lo-

gares de lentes substitutos das faculdades de mathematica e philosophia da Academia Polytechnica do Porto; e a crear ali duas cadeiras, uma de construcção civil e outra de chimica industrial.

As propostas do ministro da marinha, João de Azevedo Coutinho, extensas, tinham o fim util de reorganisar os serviços navaes, defficientes e mal cuidados.

Uma das mais importantes era a que creava o fundo de defeza naval e constituido por uma verba a inscrever annualmente nos orçamentos: pelo producto da venda e arrendamentos dos terrenos e edificios provenientes da mudança do arsenal, pela venda do material inutil para a marinha, pelos juros do proprio fundo, pelos depositos, multas e indemnisações a receber pelo estado, pela verba de 700 contos inscripta no orçamento de 1910-1911 e outras de egual ou maior importancia que se fôssem assignalando nos orçamentos seguintes; pelas verbas que a marinha deixasse de pagar pela entrega, ás colonias, do material destinado á marinha do ultramar e do respectivo pessoal, a abonar pelos mesmos cofres. Pretendia-se adquirir, 2 couraçados, 6 cruzadores protegidos, 8 contra-torpedeiros e 6 submersiveis. A Caixa Geral dos Depositos seria a depositaria do fundo, que teria um conselho administrativo, presidido pelo ministro da marinha, e composto por tres almirantes, um representante da camara dos deputados, outro da dos pares, o presidente da Junta do Credito Publico, governador do Banco de Portugal, o director dos serviços fabris do arsenal, o chefe da contabilidade de marinha e um commissario naval.

As restantes propostas abrangiam: reorganisação dos serviços da secretaria de marinha; reorganisação da brigada de marinha que devia substituir o corpo de marinheiros, determinando-se a estabilidade das guarnições, o que dava a economia de 30 contos; organisação da marinha colonial; construcção do arsenal na margem sul do Tejo na Margueira, orçamentada em 4:000 contos; instituição do conselho de promoções; creação do conselho superior de instrucção naval; construcção d'um edificio destinado a escola de marinheiros no Porto: e ainda determinando o tirocinio dos officiaes; reforma do quadro dos medicos navaes; melhoria de situação dos commissarios navaes.

O material a adquirir para as colonias era:

Angola, um rebocador, duas lanchas a vapor, um escaler a vapor, uma barca de agua, uma doca fluctuante e uma draga para o porto de Loanda; uma lancha a vapor para o Lobito e outra para o Chiloango; dois vapores, escaleres e canôas para o serviço das capitanias e delegações; duas canhoneiras para cruzeiro no centro e sul da provincia e duas lanchas-canhoneiras para o Zaire e Cuango; provincia de Moçambique, flotilha de rebocadores e lanchas em serviço em Lourenço Marques e Inhambane; lanchas a vapor e escaleres da capitania existentes em Inhambane; embarcações miudas em serviço em Quelimane; arsenal de Quelimane; lanchas de vela e escaleres da capitania e delegações de Moçambique; tres lanchas a vapor em Moçambique; duas canhoneiras, uma destinada á policia desde Angoche até ao Cabo Delgado e outra d'ali até ao extremo sul da provincia e uma lancha-canhoneira no Zambeze; Estado da India, uma canhoneira e uma officina de reparação; Macau, uma officina com um plano inclinado, a lancha-canhoneira *Macau* e uma ou mais dragas; Timor, uma lancha a vapor no porto de Dilly, um vapor, embarcações para o serviço da capitania e uma pequena officina; Cabo Verde, uma lancha a vapor, officina com um plano inclinado, embarcações de vapor, uma canhoneira de ensino de pilotagem e para fiscalisação, um rebocador para o porto da Praia e um rebocador de alto mar; S. Thomé, um vapor para o serviço do porto, um rebocador, um escaler a vapor para o porto de Santo Antonio, uma pequena officina de reparações e uma canhoneira; Guiné, uma officina com um plano inclinado, tres lanchas canhoneiras e uma pequena canhoneira transporte.

Seguiu-se-lhe (Junho de 1910) o fechar, pelo ministro da marinha, João Coutinho, d'um contracto para a construcção, por 260 contos, d'um submersivel de typo sueco *Avalen*, de 13 toneladas e 13 nós de velocidade, vogando á superficie. Era adjudicataria, por 185:000 francos, a casa de Spezzia, Fiat San Georgio, Limitada, e entrava pouco depois (Agosto de 1910) em construcção nos estaleiros de Orlando Fratelli em Livorne, cummulativamente com um vapor em aço, de 87 toneladas, 27^{m} de

comprido, 4,25 de bocca, 2 helices, destinado á fiscalisação de pesca na costa oeste de Portugal.

*

* *

Visara o director do *Liberal*, dr. Alexandre Correia Telles de Araujo de Albuquerque, o deputado republicano dr. Affonso Costa com algumas phrases violentas em artigo d'aquelle orgão do partido progressista, publicado em 31 de Maio sob o titulo: «Biographia de Affonso Costa».

A 2 de Junho, era o director do «Liberal» procurado pelas testemunhas do deputado republicano, o director do «Mundo», Antonio França Borges e o deputado dissidente, dr. João Pinto dos Santos. Alexandre de Albuquerque, representado pelas testemunhas, o dr. Antonio Horta Osorio e o conde de Agueda, fazia salientar o facto de só ser exigida reparação 48 horas depois de publicado o artigo, aliás reproducção de outros dados á publicidade em 26 e 27 de Abril e 11 de Maio. Evocado era ainda o codigo de Croabbon, que determinava a suspensão de pendencias de honra, quando houvesse qualquer accusação criminal contra um dos adversarios, citando a existencia no juizo de instrucção criminal d'uma queixa de Antonio Julio Machado contra o dr. Affonso Costa pelo caso das cartas de D. Fernando de Serpa.

Comtudo, a situação difficil do partido progressista ante os escandalos da questão Hinton e do Credito Predial, conduzindo os politicos monarchicos a desconcertos na sua defeza e a ataques violentos aos delegados republicanos, levaram Albuquerque e Costa a defrontar-se, de espada em punho, na manhã de 8 de Junho em recinto vedado, ou fôsse a quinta das Loureiras, annexa á vivenda Grandella, em S. Domingos de Bemfica.

Em dois assaltos, ficaram feridos, o dr. Affonso Costa na parte externa do ante-braço esquerdo, interessando só a pelle e o tecido cellular subcutaneo e o dr. Alexandre de Albuquerque na região peitoral direita, interessando a pelle, o tecido cellular subcutaneo e o tecido muscular. O director do «Liberal», ao

dar-se a voz de alto, por um desvio da espada, ainda tocou com ella o dr. Affonso Costa, não o ferindo. Protestou este, mas o dr. Alexandre de Albuquerque, demonstrou a intenção involuntaria do seu gesto de ataque.

Não houve reconciliação e o dr. Albuquerque teria, apoz a republica, o castigo de se ter lançado contra o caudilho democrata. Esse castigo era a demissão do logar de contador do juizo de direito, sendo substituido pelo irmão do deputado republicano, Arthur Costa.

*

* *

Na madrugada de 8 de Junho, dava-se na cidade de Braga um facto extranho

Quando os agentes policiaes passavam defronte do paço episcopal, notaram ali occulto um vulto suspeito.

Surprehendidos, verificaram ser o de certo sacerdote, que, não escondendo a identidade, se declarava o abbade da freguezia de Salto, conselho de Montalegre e querer falar ao arcebispo para liquidação de contas.

Preso, foi-lhe apprehendido aguçado florete, além de comprida navalha de barba.

O allucinado abbade, disse-se victima do prelado, do qual recebera cinco dias antes determinado officio, convidando-o a propôr um coadjutor que o substituisse.

O abbade tinha contra si precedentes de mau juizo e, annos antes, adoptára para uso da parochia um calendario com avanço de oito dias sobre o usual.

Dado foi por louco e o attentado contra o arcebispo, passou em julgado, não faltando porém quem lançasse, como que para envolver o caso em politica, que, embora fôsse mal escolhido o executor, este se filiara nas fileiras varatojanas para juiz e algoz na causa da «Voz de Santo Antonio».

Mal alinhavada invenção foi essa, pois o abbade só carecia cuidar do espirito mal equilibrado, não tendo bases mentaes para o trato e execução de tão melindrosa incumbencia. . .

*

* *

Cabia a vez ao Mexico de se envolver em assumptos guerreiros.

Não tolerando os indios muycs, ali residentes, certas imposições do governo, revoltavam-se em 8 de Junho, apoderando-se das cidades de Campello e Valladolid, no Yucatan. Visava a rebellião o presidente Diaz Cabeza e as tropas fieis, chacinaram grande numero de rebeldes, por meio de navalha. A 10 havia em frente de Merida, 8:000 revoltosos contra 20:000 soldados do governo, o que deu a submissão no dia seguinte, apoz pequena escaramuça.

Os tumultos que vinham preceder as eleições fôram suffocados. O acto eleitoral de 26, dava, em voto primario, a constituição de collegios para eleger os deputados, senadores e depois, por sua vez, o presidente. Isto deu a 7 a reeleição, de Porphirio Diaz, para presidente e de D. Ramon Carral, para vice-presidente. Diaz era presidente do estado mexicano desde 1862, e o 3.º na escala dos chefes dos varios estados, sendo o 1.º, o imperador Francisco José, desde 1848 e o 2.º, o principe Nicolau de Montenegro, desde 1860.

*

* *

A 8 de Junho realisava-se em Potsdam, na Allemanha, o casamento do principe Frederico Guilherme da Russia, primo de Guilherme II com a princeza Agatha de Ratibor de Corvey, irmã do então ministro da Allemanha em Lisboa, principe Max Ratibor de Corvey.

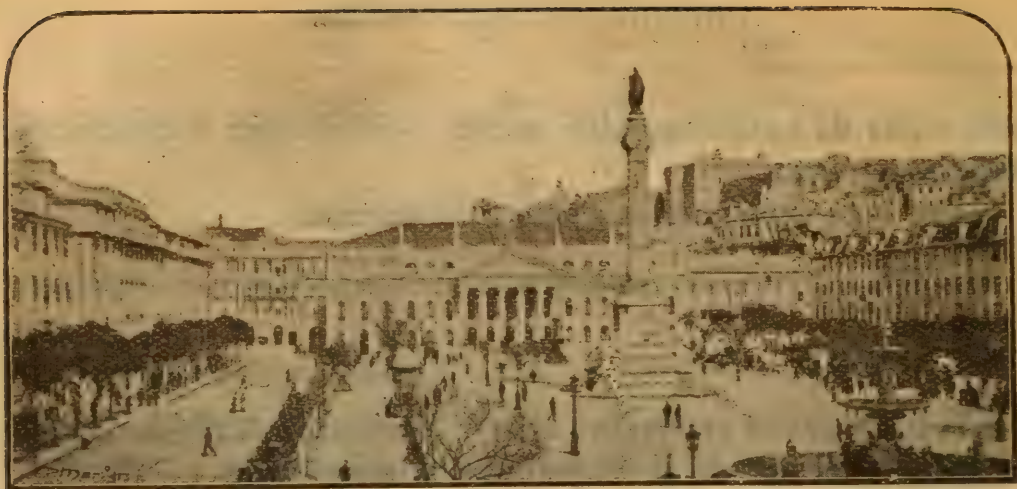
Não passou sem peripecias extranhas, o acto nupcial, emprazado desde 1 de Janeiro de 1910. Assim, Roma entendia por bem excommungar a princeza, visto que, sendo catholica se ligara a um protestante. Pretendeu-se salvar a situação allegando haver tido dispensa papal, facto contestado (Julho de 1910)

pelo orgão da egreja catholica allemã, «Salsburger Kathozlische Kirchenzeitung».

Em bem ficou tudo e Roma reconsiderou.

*

* *

Inaugurava-se entretanto o novo hospital da Villa de Lagôa. O projecto foi devido ao engenheiro Mimoso Ruiz.

XXIV

Quinquagenario da Associação da Agricultura.=Centenario de Schumann.=Melhoramentos na India =Morte de D. Josepha de Bourbon.=A questão de Creta.=Monumento a Coeur.=Conflicto judicial em Barcellos = Homenagem a Camillo Castello Branco. = Monumento a Bleriot.=Mortes de Brito Gondins e viscondessa de Viamonte.=Benção da egreja de Campellos =Destruição do Daily Herald = Novo ministro da America.=As innundações. =Desastre no poligono de Tancos. = Peregrinação religiosa em Guimarães =Conflicto de pesca em Peniche =Attentado contra o governador da Bosnia.=Morte de Raul Bayard.=Importação de armas nas colonias. = O caso Schabert. = Visita de Christian Lange.= Incendio da Fabrica de Pereiros.=Morte de Herman Verin. = O motu continuo.=Incidente politico em lanceiros 2.

CINCOENTA annos haviam decorrido apoz a fundação d'um dos mais importantes nucleos associativos de Portugal, a Real Associação da Agricultura Portugueza.

Benemerita e preenchendo, por completo, os fins a que se destinava, a protecção agricola, de justiça julgou dever commemorar o seu quinquagenario.

Brilhante exposição de flôres ali se promoveu pois a 10 de Junho e em sessão solemne, presidida por el-rei D. Manuel, descerrava o retrato do seu fundador, o agricultor Ayres de Sá, cuja figura grandiosa, foi pelo monarcha assim descripta:

«Disse bem o distincto e dedicado presidente da direcção d'esta Real Associação Central da Agricultura Portugueza: o

amor da agricultura e o interesse por esta associação é uma velha tradicção da minha familia que me preso de continuar, certo de que esse sentimento me não aflastará jámais do amôr da minha querida patria cuja boa ou má fortuna está indissoluvelmente ligada ás eventualidades da sua agricultura e ao melhor ou peor exito dos sinceros e fecundos propositos d'esta real Associação. Qualquer que seja o logar e o momento em que o trabalho nacional, em todas as suas expressões, triumphe e brilhe, e seja applaudido, podeis estar certos que é de intimo consolo e de sincero jubilo o sentimento que enche o meu coração. O trabalho é nas sociedades modernas a legitimação fundamental da riqueza e da felicidade, e a melhor garantia da paz e de solidariedade futuras nas relações das classes sociaes por vezes ainda tão desattendidas e tão nocivamente hostis. Hoje, aqui, entre os meus consocios, que honram e consagram o trabalho da sua mais antiga aggremiação e glorificam o benemerito iniciador da nossa associação, eu sinto bem que aquelle meu sentimento se afervora na concordancia com o sentir de todos que me ouvem, e na consideração de que applaudimos um raro exemplo de coragem e de continuidade de esforços: o esforço d'um homem que fez vingar a ideia util da associação n'um meio indifferente e talvez hostil, e 50 annos de trabalho combinado, ininterrupto e fecundo. Como portuguez e como rei applaudo, e recommendo á attenção do mez paiz, o singular exemplo que hoje aqui celebra uma das mais antigas associações portuguezas. Ayres de Sá Nogueira invoca logo a lembrança d'uma familia com logar bem marcado na historia patria. A mesma familia que possuiu a figura gloriosa e nobremente austera de militar e de estadista que foi o marquez de Sá, que honrou o trabalho emancipando-o, na lei humana da abolição da escravatura, deve orgulhar-se do nome illustre do benemerito fundador d'esta sociedade que ao trabalho honrou tambem na coragem, que bem grande precisa ser, com que defendeu e fez vingar a ideia nova, no seu tempo, da associação dos trabalhadores dispersos da agricultura, a principal fórma de actividade nacional, e uma das melhores garantias da sua independencia economica e politica. Os serviços que esta associação tem prestado disse-os já, singella mas frizante-

mente, o seu presidente, que tambem para si soube desenhar, no reconhecimento dos agricultores e dos seus consocios, a sua figura insinuante de devotado apostolo da prosperidade agricola e d'esta associação. Para o futuro, para o que ha a fazer, chamou elle a nossa attenção. Por mais difficil que seja o muito que temos a realisar e fatigante o esforço a dispender, não é motivo para entibiar o nosso animo nem razão para desistencias que seriam funestas como exemplo e perigosas para a nação. A' gente válida e môça que me ouve pertence a responsabilidade do futuro e n'ella confio. Na decidida vontade que mostra para se aggremiar, para se educar no trabalho combinado, veja eu o solido fundamento da minha confiança. Pela minha parte como chefe de Estado e como vosso presidente prometto-vos o meu mais leal e mais dedicado apoio, o que é o meu dever porque é patriotica a vossa obra, mas é tambem um grande prazer porque é inteiramente concorde com o vosso o meu sentir, na homenagem prestada ao muito que fizeram os que nos antecederam, na esperança n'um prospero futuro e na fé inabalavel que tenho no grande poder da raça portugueza. O exemplo que hoje celebramos será o estimulo sufficiente para não esmorecer a nossa energia e para bom exito do que todos queremos: uma patria forte, prospera, tranquilla, feliz e gloriosa.»

*

*   *

A 8 de Junho, solemnisou Zivickan, cidade de Saxe, o primeiro centenario do nascimento ali do grande compositor musical Roberto Schumann.

Schumann, teve logar excellente na escola librettista, sobrepondo-se pelo nascimento e pelo valôr a muitos outros. Se não foi tão celebre, como Chopin, que viu a luz no mesmo anno de 1810, equiparou-se a Meldelssohn, nascido um anno antes e a Lizt, nascido em 1811, ficando porém um pouco inferior a Wagner, nascido em 1812.

A arte musical teve no seculo XIX, cultores divinos. Weber, Beethoven, Schubert, Haydn, Meyerbeer, Bellini, Rossini,

fôram tantos espiritos luminosos que fizeram digno emparceiramento com Frederico de Flotow, o auctor da «Martha», Johannes Bahms, Frederico Kiel, Joaquim Raff, Annon Bruckner, Carlos Reinecke, Hans de Bulow e Salomon Jadassohn, mestres grandiosos da musica allemã. Schumann teve, como elles, horas de gloria. Tendo escripto aos 20 annos a primeira melodia, escreveu junto com ella a primeira pagina de amor, vindo a desposar Clara Wieck, filha do seu mestre, o pianista Frederico Wieck. Feliz no amor, feliz nos librettos, lançava para o mundo musical «O Fausto», «Manfredo», «Vida d'uma rosa», «Os Myrthos», «Amores do poeta», «Amores da mulher». Apoz a ventura veiu a desventura e a grande mentalidade apagava-se nos delirios da loucura, vindo a lançar-se ao Rheno, d'onde foi retirado para fallecer n'um catre de hospital a 29 de Junho de 1856.

*

* *

Eram tão anormaes os melhoramentos na India que esta decidiu commemorar solemne em 11 de Junho a inauguração da estrada de Pileme a Cadolim e das pontes sobre o rio de Baga, constituida por um tramo de aço de 20 metros de vão, typo Eiffel e da ponte sobre o rio Bicholin, da ligação dos lanços da estrada de Pilejão á fronteira por Sanquelin e Valpoy, e constituida por solido tramo de aço, de 25 metros de vão, entre encontros de alvenaria implantados nas margens e elevados 9 metros sobre o leito do rio, ficando a parte superior do taboleiro um metro acima das maiores cheias conhecidas.

A' inauguração assistiam o governador geral da India, Horta e Costa, com o seu estado maior, e o governador de Diu.

Por essa occasião eram instituidos pelo benemerito Epiphanio de Sousa, dois premios de 10 rupias cada um, para serem concedidos aos dois melhores alumnos da Escola de Candolim. Fôram denominados: «premio conselheiro Horta e Costa» e «premio capitão Bessone Basto». Era ainda assignado (24 de Junho de 1910) o decreto approvando o regulamento das officinas

de Obras Publicas do Estado da India. Continha este documento, de ha muito sollicitado, garantias de valôr para o pessoal operario d'aquella colonia portugueza e por isso foi ali bem recebido.

Regulamento e decreto vinham á folha official a 30 d'esse mez.

*

* *

Em Paris, extinguia-se n'essa data, a infanta D. Josepha Fernanda Luiza de Guadalupe de Bourbon, nascida no real palacio de Aranjuez em 1827 e casada desde 4 de Junho de 1848 com D. José Guell y Rente.

Era filha do infante, duque de Cadiz, D. Francisco de Paula Maria, casado com a filha do rei da Sicilia, Francisco I, Luiza Carlota de Bourbon y Bourbon, que se celebrisou pela alcunha de «mano leve».

A origem era de molde a synthetisar o genio violento da princeza, que aggrediu com sonora bofetada, apoz pequena discussão politica, o ministro favorito, Calodarde, com esquecimento de que a actual dynastia bourbonica lhe devia o throno.

Do caso se pretendeu tirar illações escandalosas para a princeza Luiza Carlota, mas o conflicto apenas teve base na apreciação de assumptos nacionaes.

Era ainda a infanta D. Josepha, tia-avó de D. Affonso XIII, o qual lhe mantivera a tença de trinta mil pesetas votadas a seu favôr, pelas côrtes constituintes.

O funeral realisava-se a 14 em Paris, ficando o corpo sepultado no pantheon dos duques de San Ricardo existente na egreja de Saint Filippe Roule.

A infanta tinha ao tempo da morte, um representante seu em Lisboa: o filho, marquez de Guell y Bourbon, secretario da legação hespanhola na côrte portugueza.

*

* *

Jorge da Grecia voltára a preoccupar se com a eterna questão de Creta, pela recepção d'uma nota do governo ottomano ás potencias, protestando contra o juramento do governo da ilha, especie de vassallagem aos gregos e contra a deliberação da camara de Creta, tendente a implantar ali a legislação atheniense. (Janeiro de 1910).

A Turquia tinha os embaraços da politica de Eleuterio Venizellos, querendo vingar com a sua diplomacia, a derrota de 1897, que trouxera como misero recurso o assignar da paz de 4 de Dezembro. Inimigo poderoso da Turquia, Venizellos, nascido em 1859, chefe do partido unionista greco-cretense, tentou assim que foi chamado a presidente de ministros, derrubar a falsa autonomia de Creta, aliás tutelada dos ottomanos. Chamou a si as potencias e d'ahi as promessas não cumpridas, apparecendo até a Inglaterra como disposta a condescender, mas sem base que fixasse indifferença pela tentativa.

A 9 de Maio, na primeira sessão da Assembleia Nacional Cretense, o presidente do ministerio de Creta, Skonloumis, proclamava a assembleia a abertura em nome do rei Jorge, com o applauso dos deputados christãos e protestos dos mussulmanos que levaram o facto ao conhecimento da Turquia. Reclamava esta para as potencias protectoras de Creta, que tentaram fazer vêr á reclamante o infructifero do successo, que em cousa alguma alterava o «statu-quo». Só a Russia enviava para ali um cruzador, o que acirrou luctas greco-mussulmanas. O juramento era considerado nullo, mas a assembleia, indignada, recusava, a 20 de Março, a cooperação dos deputados turcos.

Ao acto seguiu-se a prisão, a bordo do cruzador «Amiral Chamier» dos deputados cretenses que expulsaram os mussulmanos, affirmando-se-lhes seriam soltos apoz o encerramento das camaras.

A gravidade dos acontecimentos, augmentava com a campanha da Turquia, banindo a importação de generos gregos e,

ainda, não castigando os assaltos aos armazens athenienses existentes em Constantinopla.

Futurou-se a guerra, ao passo que Venizellos seguia as negociações junto dos gabinetes estrangeiros para a annexação de Creta. Jorge V, conferenciando com o ministro de Italia, conde de S. Guiliano, esquivava-se a actos de iniciativa; e Pichon, em França, levava as potencias a declarar firmes o accordo para o «statu quo, emquanto a Austria, fazia vêr á Turquia a inconveniencia da chamada boycottage.

A Grecia perdia tempo entretanto nos trabalhos annexadores e o Foreig-Office inglez, propunha, agradando á Turquia, o reforço naval nas aguas de Creta, apto para desembarque no caso dos habitantes quererem consummar, pela violencia, os desejos de Venizellos. Viu este o malogro de todo o plano e aconselhou mesmo á obediencia os cretenses que deixaram reentrar na Assembleia, sem juramento, os deputados mussulmanos.

Dado isto, (Julho de 1910) as tropas estrangeiras retiravam.

A politica grega fez antever a queda do governo, mas elle não só se conservou, como nas eleições (22 Agosto de 1910) eram eleitos 300 partidarios seus. O acto decorria sereno, vencendo o partido popular. De caracter inteiramente conservador, as eleições ligaram-se com o principio fundamental da constituição ou fôssem os direitos reunidos da dynastia á liberdade do povo.

A's camaras vinham 185 rallo-theotokistas, 40 mavromichalistas e 135 independentes.

Cinco naturaes de Creta, eram eleitos, o que logo fez surgir as imposições turcas, que julgavam vêr no facto novas ideias de juncção greco-cretense, pois segundo o protocolo eram os eleitos deputados subditos ottomanos.

Desistiram logo tres e os deputados Venizellos e Poligiornis abdicando das suas funcções em Creta, traziam o socego que parecia querer perturbar-se, e até crear agitações por parte das potencias.

Aberto o parlamento (14 de Setembro) o rei Jorge no seu discurso da corôa consignava que a nação grega acceitára a votação parlamentar de 17 de Fevereiro que entendia deveria manter-se intacta a constituição e que as eleições mostravam o pen-

sar do povo e o convencimento da monarchia grega de que os eleitos levariam a bom terreno a sua obra para completa realisação dos ideaes nacionaes.

A inauguração dos trabalhos deu tumultos e quando o ex-presidente do conselho Rhallys ia fazer o seu juramento, os deputados independentes obstavam a isso, arrastando-o para fóra da camara, approvando depois uma moção em que se dizia querer uma assembleia revisionista destinada a examinar e modificar as clausulas fundamentaes constituintes

Dragoumis, na Assembleia Nacional, commettia o erro politico de declarar (Outubro de 1910) o perigo imminente da Grecia ser retalhada como a Polonia, affirmativa não provada e sem bases, que conduzia á reprovação geral. O rei Jorge, vendo assim o reinado agitado, e a questão de Creta a tomar gigantescas proporções, originando a retirada dos ministros greco e turco, de Constantinopla e Athenas, manifestou desejos de abdicação, repudiados pelos realistas.

O parlamento cretense, por seu lado pouco durou e breve se dissolvia entre applausos (3 de Janeiro de 1912) apoz o votar do orçamento e dos projectos de reorganisação do exercito e da armada. Dois dias depois os deputados revolucionarios eram postos em liberdade, não sem que fôssem admoestados pelos representantes das potencias protectoras.

Seguia se-lhe (3-17 de Fevereiro de 1922) a resolução pela assembleia legislativa de Creta, tendente a transformar o poder executivo cretense em governo provisorio revolucionario, o qual prestou logo juramento á constituição hellenica. Pouco depois (13 de Março de 1912) a assembleia revolucionaria dissolvia-se de novo, embora se affirmasse proxima a annexação de Creta á Grecia, e no parlamento atheniense, sob a presidencia de Turimokos, se impedisse pouco depois, pela força, a entrada dos deputados cretenses (1 de Junho de 1912).

Vigiavam esses actos as potencias protectoras, pois se assim não fôra, a Grecia, vendo a Turquia assoberbada com a guerra com a Italia, realisaria o seu sonho de annexação.

*

* *

Na cidade de Bourges iniciavam-se a 11 as festas a Jacques Coeur.

Heroe francez, contemporaneo de Joanna d'Arc e como ella filho do povo, d'esse povo que glorificaram com seus feitos realçantes, Coeur, tentou conduzir a França ao caminho grande das glorias. Nascido em 1835 no reinado de Carlos VII, o Victorioso, viu desencadear-se contra elle a colera do louco filho d'aquelle, Carlos VI, o Bemquisto, que, então de 20 annos, imaginou vêr em Jacques Coeur um envenenador de todos os seus. Torturado, perseguido, recorria ao exilio, por fuga astuciosa, fallecendo longe da patria a 25 de Novembro de 1456. Morto elle, os validos ciosos de Carlos VII, esqueceram-no, até que largos annos decorridos, elle reviveu na memoria franceza, sob o epitheto de o grande cidadão, ao qual a cidade de Bourges erigia uma estatua.

*

* *

Suscitou-se entretanto em Barcellos um conflicto judicial, largamente commentado.

Nasceu elle d'uma divergencia em materia juridica entre o juiz, dr. Nogueira Souto, o delegado dr. José Maria de Magalhães Pinto Ribeiro e os advogados da comarca, que, estabelecendo a incompatibilidade, chegaram a mostrar ao juiz a conveniencia de requerer para ser transferido, passando a vara ao substituto.

Prometteu Nogueira Souto pensar sobre a exigencia e vindo a Lisboa, expoz ao ministro da justiça a queixa, obtendo como conselho o regresso a Barcellos, o que fez.

Acirrou-se o incidente e os advogados, mesmo em audiencia, recusaram fazer serviço, emquanto o juiz ali estivesse, cooperando com elles o delegado que em todos os processos fazia expo-

sição da incompatibilidade com o dr. Souto e alterava as indicações d'este.

A audiencia de 7 de Junho deu maior incremento ao caso escandaloso, em que o povo viu o tribunal transformado em estabelecimento litigante de divergencias accintosas. Fazendo por discordar das opiniões do juiz, o delegado abandonava o logar, e como, para proseguir julgamento, se nomeasse o sollicitador Domingos Miranda, os advogados sairam tambem da audiencia, emquanto os assistentes pateavam o juiz.

Saiu este do tribunal acompanhado do procurador regio na Relação do Porto, emquanto nas ruas, o povo, se manifestava hostil ao magistrado, que foi perseguido em varios outros julgamentos, forçando á requisição d'uma força de infantaria, emquanto outra, de cavallaria, patrulhava as ruas onde se davam motins.

O dr. Nogueira foi alvo dos odios dos advogados, que chegaram até a alliciar os alquiladores, os quaes se recusaram a fornecer trens ao juiz.

Foi logo dado o delegado como principal influente dos successos deprimentes da comarca de Barcellos e elle, para evitar procedimentos, abandonava o cargo, sendo substituido pelo delegado da comarca de Ponte de Lima.

O conflicto seguiu porém e o juiz, vendo a vida em perigo, pois não só a 10 de Junho tinha de sair do tribunal em trem cercado de policias, emquanto a cavallaria evolucionava, ante os apupos da multidão, como á meia noite de 11 lhe disparavam um bacamarte contra a residencia, — deixou Barcellos, assumindo a presidencia provisoria do tribunal, o dr. Barroso de Mattos, não sem que os advogados reunidos em comicio, approvassem em 12 uma moção, apresentada pelo presidente da Associação Commercial, João da Cruz, para que se telegraphasse ao ministro da justiça pedindo a transferencia do dr. Souto.

Este sollicitáva depois syndicancia aos seus actos (15 de Junho), a qual era commettida ao visconde dr. Ferreira Lima, ajudante do procurador regio.

O conflicto que assumiu proporções graves, deu até outro caso censurado, ou fôsse a ordem do ministro Fratel para a sus-

pensão da syndicancia aos casos, afim de se não crear attrictos.

Teve pois que seguir de novo, vindo o terminar dos successos de Barcellos, com a collocação do juiz Antonio Augusto Nogueira Souto em Braga (despacho de 5 de Agosto de 1910 — Posse em 25 d'esse mesmo mez) por permuta com o dr. Antonio Augusto Moniz Arriscado de Lacerda, emquanto se iniciava syndicancia aos actos do delegado pelo dr. Ferreira Lima e ao juiz, pelo juiz de Bragança, Ferreira da Motta (11 de Agosto).

O juiz tinha varias queixas pendentes no conselho de magistratura judicial, é certo, mas o incidente de Barcellos não deixou de ser condemnavel e improprio do fôro pelos excessos a que conduziu.

*

* *

O Porto relembrava em 12 de Junho esse grandioso vulto da litteratura, que foi Camillo Castello Branco, o notavel romancista. Assim, a Associação dos Empregados do Commercio, fazia descerrar uma lapide na casa onde morava Camillo, em S. Miguel de Seide.

Sobre essa historica casa, appareceria, (*) firmada por Antonio Cabral, a seguinte emotiva descripção:

«De ha muito me aguilhoava o desejo de visitar a tão falada casa de Camillo Castello Branco, em S. Miguel de Seide. Sempre que o acaso das viagens ou a urgencia de tratar assumptos politicos me levavam áquellas tão lindas veigas do Minho, avelludadas de macios relvêdos, alamedadas de carvalheiras verdejantes, cortadas de rios espelhados, namorava-se-me a alma da ideia de ir vêr a casa historica onde o Mestre viveu tantos annos, onde escreveu tão deliciosas obras primas e onde, por fim, agonisou com o craneo espedaçado pela bala d'um rewolver. Um dia, não resisti mais. Lembro-me bem: foi em Novembro, a 5. Chovia. As cordas d'agua que a espaços ennevoavam a paisagem,

(*) «Diario de Noticias» de 12 de Julho de 191 .

encharcando os campos e engrossando os riachos serpeantes, mais triste tornavam aquella minha piedosa romagem á casa de um grande morto. De Villa Nova de Famalicão a S. Miguel de Seide, a viagem é curta. Tres quartos d'hora, em carruagem, bastam para percorrer a pittoresca estrada que, por entre prados reverdecidos e pinhaes gementes, leva ao ermo onde se encerrou longe do bulicio das cidades e apartado da maldade dos homens o luminoso espirito do mais vernaculo, elegante e original escriptor portuguez. Atravessada a pequena aldeia de S. Miguel de Seide depara-se-nos um pequeno largo, ao cimo do qual negrejam as paredes vetustas da antiquissima egreja parochial e ao fundo se entreabre o portão de ferro que dá accesso para a pequena avenida que conduz á velha casa de Camillo. Entra-se, e logo á esquerda vê-se, escondido entre folhagem e protegido pela sombra escura d'um cedro, o monumento de granito que D. Anna Placido, esposa do romancista — que era a proprietaria d'aquella quinta e d'aquella casa — mandou alevantar em honra do visconde de Castilho, que ali foi, de visita, em 1866. Poucos annos álem, está a casa de dois andares, pintada de amarello — um amarello sujo, côr de terra barrenta — a cujas paredes se enlaçam braços de trepadeiras folhudas. Sentei-me ali, silencioso, commovido, a observar aquelles logares e a examinar aquellas paredes, que abrigaram o mais genial e o mais possante de todos quantos escriptores portuguezes o meu espirito se acostumou a admirar. Ao lado da escada de pedra por onde exteriormente se sobe ao primeiro andar da romantica morada — que em qualquer outro paiz já teria sido convertida pelo Estado em interessantissimo museu camiliano, á similhança do que em França se fez ás casas de Victor Hugo e de Balzac — ergue-se uma acacia frondosa, «a acacia do Jorge», ali plantada pelo filho mais velho de Camillo, que, louco desde creança, tinha excepcional habilidade para o desenho e grande inclinação para a pintura. Quando subi a escadaria e entrei na casa do romancista, senti-me como que tomado de religioso respeito. Dentro d'aquellas velhas paredes desguarnecidas, escalavradas pelo tempo, durante muitos annos haviam palpitado as azas do genio. Tudo ali me falava do mestre. Estou em dizer que n'aquelle ambiente quasi

sagrado pairava ainda — e sempre — o seu espirito gentilissimo....

«Tem dois andares a casa historica de Seide. No andar nobre, alargam-se duas salas: aquella em que Camillo tinha o bilhar, hoje despida de todo adorno, e a casa de jantar, fartamente illuminada pela luz que entra a jorros pelas janellas que olham para o terreiro da entrada. No segundo andar, está o quarto de cama que foi de Camillo, e o seu escriptorio, d'onde sairam para a publicidade e para a admiração dos que amam as letras patrias, tantas e tantas obras de altissima valia. No quarto de dormir, desmobilado, vê se ainda, fixa na parede e corrida com esta, no sentido em que devia estar o leito, uma comprida e estreita taboa, em guisa de estante, onde o insigne escriptor, que passava longos dias na cama, curtindo dôres de toda a ordem, depunha os livros que necessitava consultar, mesmo deitado, á medida que, sobre uma pequena escrevaninha volante, ir escrevendo. No escriptorio, desnudado de moveis, nota-se apenas, incrustado na parede, o fogão, onde, no inverno, ardia o lume vivo que aquecia os membros enregelados do auctor fecundissimo de livros que são um inexgotavel thesouro de linguagem castiça, de graça esfusiante, de critica aguda e de saber profundo. Foi ali que, pelas 3 horas da tarde do dia 1 de Junho de 1890, Camillo, convencido de que os seus olhos escurentados de sombras nunca mais enxergariam a luz do sol, desfechou na fonte direita o tiro com que poz termo á vida, que elle diz ter-lhe sido «uma elegia continuada desde o berço até á ante camara do tribunal da morte....»

«Proximo da velha morada onde Camillo viveu e agonisou, ergue-se uma outra casa, onde hoje residem os netos do grande escriptor, filhos de Nuno Castello Branco, e onde se conservam transportados da casa antiga, todos os moveis que fôram do Mestre, todos os objectos do seu uso quotidiano, tudo o que d'elle fala ao coração dos que lhe admiram a obra colossal. Essa casa foi mandada construir por Silva Pinto, o escriptor fallecido em Novembro ultimo, que, sentindo volver-se-lhe em amisade e veneração pelo romancista illustre a má vontade com que antes o tratára em polémica azedissima, cuja victoria, escusado é di-

zel-o, pertenceu ao Mestre, quiz possuir uma vivenda perto da de Camillo. Os azares da familia apenas consentiram que Silva Pinto, falho de recursos, perdidos os seus haveres em especulações que falharam, visse construidas as paredes do edificio, e foi D. Anna Placido que depois o concluiu. Logo na sala de entrada, vê-se, sobre uma pequena mesa, uma das jarras do Japão que, em Africa, enfeitaram a sepultura de Vieira de Castro, que foi como que irmão, pela amisade de Camillo Castello Branco. A estas jarras, que fôram dadas ao auctor do «Amor de Perdição» por um amigo que as comprou no espolio do morto, refere-se Camillo, sentidamente, n'aquelle seu estylo inconfundivel, na «Correspondencia Epistolar». Varios retratos de Camillo, de Vieira de Castro, de Thomaz Ribeiro, adornam as paredes d'esta sala. Em cima, amontoam-se n'um pequeno quarto os moveis e objectos que eram de uso constante do romancista. Lá vi a secretaria sobre a qual elle proprio dizia que tinha escripto 52 romances. Lá está, descançando sobre ella, o grande candieiro de latão, de tres bicos, com uma bandeira enorme, para que a luz viva não ferisse demasiado os olhos moribundos de Camillo — e dentro do deposito existe ainda o mesmo azeite, e em um dos bicos a mesma torcida, que este candieiro historico tinha ha 22 annos, quando o mestre se suicidou! A cadeira de balanço em que o escriptor eminente estava sentado quando desfechou na cabeça o tiro que o prostrou, ali jáz, encostada á meza de trabalho na grande tristeza que ressuma das coisas abandonadas que outr'ora pertenceram a um homem celebre, de quem fôram sempre companheiras na vida. Ao lado da secretária, sobre uma prateleira em que se vê o busto de Alexandre Herculano, o tinteiro de Camillo escancára, vasio e sêco, a boca enegrecida pela tinta em que a mão nervosa do Mestre molhava as pennas,-as suas armas possantes, que feriam como se fôram clavas de titans e que lá estão ainda — quatro ou cinco — enferrujadas, partidas, viuvas para sempre d'aquelle que as soubera manejar como ainda nenhum outro escriptor, em Portugal, o fez com tal primor e com tanta galhardia. Peguei n'uma d'ellas, de marfim amarellecido pelo tempo, e por alguns minutos a contemplei, impressionado e commovido. Junto do busto de Herculano, poisados ao

abandono, vi dois barretes de Camillo. Um d'elles é um *bonnet* vulgar, de seda preta, amarrotado e poído pelo uso. O outro é tambem de seda preta, mas tem uma pala enorme, larga, de quasi um palmo de extensão, destinada a proteger os olhos do desventurado cego das flechas afflictivas da luz. Uma pasta de marroquim vermelho, tendo escriptas na capa, por letra de Camillo — aquella sua tão perfeita caligraphia — as seguintes palavras: «Desenhos do meu querido filho Jorge», poisa ao lado do tinteiro. Dentro d'ella, vêem-se muitos desenhos do pobre louco. Varias estantes, a abarrotar de livros, vestem as paredes do aposento. Abri uma, escolhi um livro, ao acaso: era «A Reliquia», de Eça de Queiroz. Folheei o romance, e logo na primeira pagina li, escripta a lapis, uma interessantissima nota de Camillo, que copiei. Outros livros folheei. Em todos segundo o seu velho costume, o grande critico traçára uma nota, fizera uma emenda, deixára a sua impressão e o seu conceito. Dentro d'uma pequena caixa que tive nas mãos, conservava Camilla piedosamente, e lá estão ainda, pequenos novellos feitos de tiras estreitas de papel de jornaes, e tambem pequeninas bolas do mesmo papel, do tamanho de ervilhas. Era obra do visconde de Castilho, que, nos dias que passou em Seide, assim entretinha, n'aquelle monotono passatempo, as suas horas de horrorosa cegueira. Mal diria então o romancista pujante que os seus olhos viriam, mais tarde, a fechar-se á luz, enoitecidos de trevas, como os d'aquelle que foi sempre seu amigo, seu conselheiro e seu mestre. Quando parti de S. Miguel de Seide, depois de ter visitado toda a casa onde hoje se juntam os moveis de Camillo, e de ter visto a sua cama, retratos, bengalas e outros objectos que lhe pertenceram, era quasi noite — um morrer de tarde de inverno, triste, pesado e sombrio. O meu espirito vinha cheio das impressões que tinha recebido n'aquella visita á casa que fôra de Camillo Castello Branco. Pelo caminho recordei o drama pungente da sua vida desde a mocidade aventurosa e irrequieta até á cegueira, ao desespero e á morte. Vi-o orphão, perseguido pelo destino, preso, torturado, tendo o filho doido, vendo a netinha morta, e depois sentindo os olhos irem-se-lhe a pouco e pouco cerrando á luz, até que, vencido, esmagado pelo infortunio, dominado pela dôr,

com a alma golpeada de angustias, caiu da escuridão da cegueira no negrume da sepultura, legando ao seu paiz uma obra colossal e immorredoura. E ao affastar-me d'aquella casa triste, cercada de pinhaes, talvez um dia povoada de lendas, que eu acabára de visitar e onde tudo falava ainda de Camillo Castello Branco, que ali morreu, eu vinha pensando e sentindo que este paiz ingrato nem ao menos teve ainda — 22 annos volvidos sobre a morte do prodigioso escriptor — um pedaço de pedra em que esculpisse o nome do grande romancista e com o qual assignalasse aos vindouros a casa em que elle nasceu!»

Ainda a 12 de Junho se effectuava piedosa romagem ao cemiterio da Lapa, no Porto, onde o fino ironista fôra sepultado, apoz o seu fallecimento em 1 de Junho de 1890.

Isso fez relembrar o velho projecto de lei apresentado na camara dos pares em 13 de Dezembro de 1909:

Artigo 1.º — Em reconhecimentos dos relevantes serviços prestados ás lettras patrias pelo fallecido escriptor Camillo Castello Branco, Visconde de Correia Botelho, é concedida a seus netos, Flora, Camillo, Nuno, Rachel, Simão e Manuel, filhos do fallecido Visconde de S. Miguel de Seide, a pensão annual de 500$000 réis para ser distribuida por todos elles. § unico. — Esta pensão é isenta de pagamento de qualquer imposto, e só caducará quando o mais novo haja attingido a maioridade legal. Art. 2.º — Fica revogada a legislação em contrario. — Conde de Monsaraz. — Antonio Ribeiro dos Santos Viegas — Visconde de Athouguia — Manuel Antonio Pereira e Cunha.»

De novo se falou n'um monumento, merecido, ao vernaculo escriptor, resumindo-se tudo porém, a mais tarde, em sessão da camara municipal de Lisboa (17 de Abril de 1912) se approvar a collocação de uma lapide no predio do largo do Carmo onde Camillo nascera.

Nada se fez porém, a despeito de Camillo bem da Patria ter merecido.

*

* *

A 12 de Junho, n'um domingo, era inaugurado em Cambrai, o monumento ao notavel aviador, Luiz Bleriot, ali nascido. Commemorava elle o grandioso exito da 1.ª travessia da Mancha: uma columna sustentava um globo enorme, com a face da frente fixada por aeroplanos. Ao centro, em medalhão, Bleriot. Executaram-no, o estatuario, J. Carlier e o architecto, Lourent Fortier.

*

* *

A 12 de Julho fallecia o conselheiro Jayme Lobo de Brito Godins, antigo secretario geral dos governos de Angola, S. Thomé e Principe.

Foi de valôr a sua acção governativa no ultramar e isso lhe valeu a perpetuação do nome, dado a varios postos militares das provincias de além mar.

Tinha 62 annos.

N'esse mesmo dia fallecia em Guimarães, a viscondessa de Viamonte da Silveira.

*

* *

Desde 1880 que o povo de Campellos, freguezia de Santa Maria do Castello, concelho de Torres, crente em Santo Antonio, projectava dedicar-lhe uma capella. Não deixou o então prior, Antonio Francisco da Silva, de auxiliar, ou melhor, assumir a grat aresponsabilidade da satisfação do popular direito e trinta annos depois, no dia de Santo Antonio, erguia-se modesta e linda a desejada egreja. Apoz a benção, o povo espalhou-se em torno d'ella em descantes e bailados, emquanto a rapaziada de

Campellos rejubilava por já ter logar proprio onde sollicitar noivado proximo.

*

* *

N'esse dia um violento incendio destruia em Montreal, o mais importante jornal canadense «The Daily Herald». Quarenta mortes assignalaram ainda o tragico successo.

*

* *

Substituira a America o seu representante em Lisboa, Page Bryan, e havia chegado á côrte portugueza, desde 28 de Maio de 1910, o novo ministro Henry Tifft Gage.

Convencionadas as praxes diplomaticas, dava-se na tarde de 12 de Junho, a recepção solemne no Real Paço das Necessidades, do alto diplomata, que a D. Manuel fez a entrega das credenciaes respectivas.

Henry Gage, expunha assim a sua missão junto d'el-rei:

«Magestade — O presidente dos Estados Unidos da America confiou-me a alta e distincta honra de representar os Estados Unidos da America, como enviado extraordinario e ministro plenipotenciario na côrte de vossa magestade fidelissima. Peço pois licença, n'esta auspiciosa occasião, para apresentar a vossa magestade a carta pela qual o presidente me acredita, em que se expõem os termos da nomeação e a natureza dos poderes por ella conferidos. Julgo a proposito communicar, como assumpto de certo modo estreitamente ligado ao da minha missão, que, não podendo o meu distincto predecessor, sr. Charles Page Brian, apresentar pessoalmente a sua recredencial, encarregou-me o presidente por communicação especial do digno e illustre secretario de Estado dos Estados Unidos da America, P. C. Knox, de entregar a respectiva carta a vossa magestade. Em conformidade com o desejo do presidente, apresento portanto o referido documento. Com a carta de crença, honro-me de ser portador, pa-

ra vossa magestade e seus leaes subditos, das expressões de bem querer e cordeal saudação do presidente e do povo dos Estados Unidos da America, significativas da mais profunda consideração pelos fortes laços de amisade que sempre teem existido, e espero que continuarão sempre a existir, entre Portugal e os Estados Unidos da America. Tambem me é muito grato saber e registar que estas perduraveis ligações nacionaes de mutua estima teem continuado a estreitar-se sob o grande, sabio e pacifico reinado de vossa magestade fidelissima. Em conjuncção com isto é para notar que o nosso grande e bom presidente, na commissão que designa o meu posto official junto do governo de vossa magestade, expressamente me diz esperar que, durante a minha residencia n'este paiz, zelosamente trabalhe pelo augmento dos interesses e prosperidade dos dois governos. Tenho a satisfação de assegurar a vossa magestade que, com o mais alto prazer, procurarei realisar aquellas amistosissimas indicações do presidente, pois que todas as minhas inclinações, no meu presente cargo, como já anteriormente na minha vida privada, estão em sincero accordo com as differentes expressões do presidente Taeft em relação ao vosso illustre governo. Possa a grande nação, na qual vossa magestade gloriosamente reina, continuar para sempre a augmentar em grandeza e poder, e a resplandecer com justiça, em toda a parte, no seu largo caminho futuro; e vossa magestade fidelissima e o seu povo receberem perpetuamente as bençãos de approvação da omnisciente e divina providencia.»

D. Manuel respondia:

«Senhor ministro — Recebo de vossas mãos a carta do presidente da Republica dos Estados Unidos da America, dando por finda a missão que durante alguns annos exerceu n'esta côrte o sr. Charles Page Bryan, o qual no desempenho do seu cargo se mostrou sempre credor da minha benevolencia; e com muita satisfação a que vos acredita como seu successor, na qualidade de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario dos Estados Unidos da America. Penhoram-me particularmente as affectuosas saudações e os amigaveis sentimentos que expressamente vos achaes incumbido de me transmittir e affirmar, da parte do presidente

da Republica e do povo dos Estados Unidos da America, para com a minha pessoa e para com a nação ä cujos destinos me ufano de presidir. Ligo o mais alto apreço á cordealidade das relações de boa amisade que felizmente sempre teem existido entre Portugal e os Estados Unidos da America, e é-me em extremo grato significar-vos o meu vivo empenho de concorrer para tornar, se é possivel, mais apertados, os laços que ha tanto tempo e tão estreitamente unem os dois paizes. Folgo muito em especial de ouvir que, em harmonia com as indicações expressas pelo eminente presidente da Republica, e, segundo todas as vossas inclinações, cuidadosamente procurareis, no desempenho da honrosa missão que vos foi confiada, desenvolver cada vez mais os interesses e prosperidades do meu governo e do dos Estados Unidos da America. Um tão elevado intuito e a escolha da vossa pessoa, que pelas qualidades que vos distinguem me foi singularmente agradavel, para representante da grande nação americana, asseguram-vos, no cumprimento da importante missão de que vos achaes investido, a mais sincera e leal cooperação do meu governo. Agradeço os votos que formaes, e que muito sensiveis me são, pela prosperidade da minha patria e do meu reinado, e certifico-vos que eguaes votos dirijo á suprema e divina providencia pelo constante engrandecimento e pela permanente felicidade da illustre e gloriosa nação que representaes.»

O novo ministro prestára juramento n'essa qualidade, nas mãos do juiz federal Ross, de Las Angeles, em 30 de Março.

*

* *

Foi então assollado o estrangeiro por formidaveis innundações.

Appareceu como primeira victima Ahr, em Berlim, onde a agua, descendo do valle do mesmo nome, derrubava 23 pontes e fazia 200 mortos.

Em Berne, na Suissa, desabavam varias casas, sepultando os moradores, e em Belgrado, eram attingidos, Soilanech, e cidades de Zagadina, Bagordon e Svilainato, onde os rios trans-

bordando, além de matar 70 pessoas, abatiam dezenas de casas. Eram desvastadas, pela agua, a cidade turca de Hassankalek, soffrendo a perda de 100 habitantes, e pela cheia de Danubio, Denkove, na Hungria.

Dava-se isto a 14 e no dia seguinte registava-se em Tancos um desastre grave.

Foi elle o abater d'uma ponte em construcção á altura de 10 metros no polygono da escola pratica de engenharia.

Tendo a ponte por sustentaculos alguns cordões de arame, um de elles cedeu, ficando ferido perigosamente o capitão director dos serviços de pontes improvisadas, João de Vasconcellos e Sá, o capitão Adriano de Sá; o tenente Jayme Ruas, que apoz ter recebido uma violenta pancada no peito era acommettido de congestão pulmunar, o alferes Luciano Lima, além de diversos soldados.

*

* *

Succediam-se as perigrinações religiosas, procurando baldadamente, fanatisar-se o povo, que de maus olhos via os processos fradescos anteporem-se ás doutrinas evangelicas.

Guimarães era dos baluartes jesuiticos e, a pretexto de desaggravo a blasfemias á Virgem, uma perigrinação de congreganistas de Nossa Senhora, saía do Campo da Feira a 12 de Junho, em direcção á Penha. Procedeu se á benção das fontes, pelo arcypreste Manuel Moreira Junior, seguiu-se-lhe missa em altar levantado á porta da capella de Nossa Senhora da Penha, resando-se o terço entremeado com canticos, e no fim, o acto de desagravo.

*

* *

Dava-se entretanto (15 de Junho) um incidente grave entre pescadores francezes e portuguezes, nascido comtudo de um abuso dos primeiros.

O barco «Santa Maria», fôra estender nas Berlengas as suas redes para a pesca das lagostas. O facto, notado pelos tripulantes de tres barcos portuguezes, escarnecidos ainda, fez com que elles se apossassem das rêdes, pretendendo levantal-as, obstando a isso os francezes com violencia. Defendendo-se, os nossos lançaram á agua um cartuxo de dynamite, cuja explosão o «Santa Maria» evitou, sendo-lhe arremessado outro com identico resultado, emquanto os portuguezes esperavam a abordagem, de facas em punho.

O lance liquidou se fazendo-se o «Santa Maria» ao largo.

Ao chegar ao porto francez de Brest, o capitão Noel Fouquet formulava o seu relatorio junto das auctoridades maritimas.

De França veiu nota diplomatica reclamando 50 contos de indemnisação, com o altivo gesto de quem comprehendia a nossa fraqueza e de que esta obstava a um formular de reclamações pela íllicita pesca nas aguas territoriaes portuguezas. Foi então incumbido um inquerito á canhoneira «Limpopo», emquanto a Republica Franceza insistia pelo dinheiro pedido. A exigencia serviu para que Portugal não formulasse a sua queixa e assim o incidente dava-se por findo (12 de Julho) ante a resposta do agente consular francez em Peniche, frisando ao seu governo que do conflicto apenas se devia culpar a falta de policia maritima.

*

* *

Abria a 15 de Junho o parlamento (dieta) da Bosnia, annexada á Austria, desde 1908.

O governador não era feliz no seu regresso do acto solemne parlamentar e um attentado assignalou este. O socialista Karajio, vendo no governador um contrario aos progressos da Bosnia, disparava contra elle cinco tiros de revolver.

Errou porém o alvo e a multidão precipitava-se para linchar o revolucionario, quando este julgou preferivel suicidar-se. Desenvolveram-se pesquizas para a descoberta de cumplices, tanto

mais que se deu o socialista como fazendo parte de associação destinada não só a assassinar o governador da Bosnia como a attentar contra Francisco José, trazendo á Bosnia a autonomia completa, com o auxilio de Italia.

Não se descobriram porém nem cumplices, nem sequer o fio da annunciada conspiração.

*

* *

N'essa data fallecia em Lisboa, o engenheiro francez, vogal dos conselhos de administração da Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portuguezes e da Companhia dos Caminhos de Ferro Meridionaes, Raul Bayart.

Nascera em Montpellier e fôra chanceller do consulado francez e consul honorario.

*

* *

A 16 publicava a folha official o protocollo relativo á prohibição na Africa Occidental, de importação de armas e munições, e sua venda ou entrega durante 4 annos, contados de 15 de Fevereiro de 1909, documento firmado entre as chancellarias allemã, hespanhola, americana, congolesa, franceza, ingleza e portugueza, em 22 de Julho de 1908 na cidade de Bruxellas.

Ao visconde de Santo Thirso, representante de Portugal, foi concedida a verba de 800$000 réis para pagamento das despezas feitas na conferencia de Bruxellas. Mais tarde (*) a Turquia ratificava a acclaração ao convenio apresentada na Belgica.

*

* *

Registava-se entretanto o apparecimento de novo escandalo

(*) Abril de 1911.

colonial, diga-se de passagem, pensado pelo estrangeiro, mas não concedido pelos nacionaes.

A casa Hertz Schabert, de Hamburgo, dirigira-se a outra de Bruxellas, pedindo-lhe para junto do governo portuguez conseguir o recrutamento de 300 indigenas destinados aos trabalhos de construcção do caminho de ferro de Damaraland, no sudoeste germanico.

Não attenderam os belgas a missão e os allemães enviavam a Lisboa, como delegado, o socio Gustavo Acuqeneyndt, que com o ministro allemão, procurou João Coutinho, ministro da marinha, que negando licença para se effectuar o recrutamento em Benguella, lhe insinuou, para a operação, a provincia de Angola, entendendo-se com o governador. Quiz o allemão iniciar os trabalhos, quando deu pelo extranho facto a imprensa de Loanda com a «Voz de Angola» á frente, que com a Associação Commercial e Camara Municipal, protestou energicamente contra o abuso, allegando que se não devia auctorisar o recrutamento, não só por gente extranha, como pela absoluta falta de trabalhadores indigenas.

Veiu logo o immediato desmentido da auctorisação do ministro para a saída de serviçaes angoleses para o sudoeste allemão emquanto o delegado da casa Hertz se ecclypsava, e a «Voz de Angola» affirmava culpado o ministro.

O caso não se aclarou sufficientemente, mas a não se attribuir responsabilidades, por distracção, ao governo, deviam exigir-se ao abusivo missionario da escravatura, pois se pretendera valer do nome do ministro para ludibrio das auctoridades ultramarinas.

Houve ainda um aviso previo feito na sessão de 8 de Junho pelo dr. Antonio José d'Almeida ao ministro da marinha, para tratar do assumpto. A nota de interpellação foi regeitada e como o caso estivesse já liquidado, tudo em paz ficou.

*

* *

Chegára a Lisboa, a 12 de Junho, o grande pacifista norue-

guez e secretario geral da União Internacional de Paz e Arbitragem, Christian Lange. Recebido era a 16 no parlamento portuguez, onde lhe foi lido um discurso de homenagem e na séde da Liga Portugueza da Paz, onde a então vice-presidente, Magdalena Frondoni Lacombe, lhe dava as boas vindas.

*

* *

Um violento incendio reduzia a cinzas no dia 16, a importante fabrica de Pereiros, em Castanheira de Pera.

Os prejuizos fôram superiores a quinze contos

*

* *

N'essa hora extinguia-se em Londres o grande e original actor inglez Harmant Verin.

Excentrico, mesmo na morte, ordenou, em ultima disposição testamentaria, a cremação do seu cadaver, sendo as cinzas dispersas ao vento e prohibindo o luto aos parentes. Effectuava-se esse acto em Golder's Green, ante a simples comparencia do filho do extincto.

*

* *

Julgou-se entretanto resolvido o problema do motu-continuo, descoberto apoz 10 annos de trabalho, pelo industrial das Caldas da Rainha, Avelino Antonio Soares Bello. Era constituido o apparelho por «um tambor cellular dividido na sua periferia em alvéolos ou cellulas, tendo ao centro do seu eixo da rotação, fixa, uma roda de engrenagem, que participando do movimento do tambor, communica, por seu turno, com outras engrenagens por meio de correntes de galles, ligadas a uma especie de elevador de rotação, destinado a conduzir um dado numero de espheras de um ponto inferior a um ponto superior do tambor, onde

são introduzidas automaticamente. E' n'este vae e vem successivo de espheras que o apparelho gira perpetuamente.»

Deu-se o problema como desvendado, mas certo foi que não alcançou o exito mundial prophetisado ao seu apparecimento.

*

* *

Uma imponente festa militar se celebrava no quartel de lanceiros 2, em 19 de Junho.

El-rei, commandando o regimento, acompanhou-o á missa solemne no grandioso templo dos Jeronymos.

Seguiu-se almoço, e no fim, dava-se um pequeno incidente que serviu de repasto á politica.

Apoz o brinde do tenente-coronel Araujo á familia reinante e a resposta do principe real saudando o exercito, o general conselheiro Pimentel Pinto, antigo ministro da guerra regenerador e por isso descontente com o governo no poder, da presidencia de Veiga Beirão, progressista, julgou azado o momento para em publico e ante o monarcha, salientar o descontentamento.

Erguendo a taça, declarou ser o soldado mais antigo do regimento, e por isso bebia ao coronel honorario, como official-general brindava ao generalissimo do exercito; e como politico — phrase que repetiu a miudo — saúdava o rei.

Fez-se profundo silencio e quando todos ignoravam o que responder, D. Manuel desfazia o embaraço da situação, erguendo-se e respondendo com voz firme e incisiva:

«Agradeço commovido as palavras do antigo soldado e do general de divisão, como commandante e como chefe do exercito. Ao politico respondo como rei; representante da monarchia, estarei á frente d'ella, seja onde fôr»

A lição era patente e entre commentarios se desfez a festa.

A politica tomou conta do assumpto e sobre elle bordou considerações varias visando em especial Pimentel Pinto.

Isso serviu de grande obstaculo ao ex-ministro e segundo se disse, de origem á exclusão do seu nome no seguinte ministerio do seu partido.

XXV

Congresso municipalista no Porto.=Morte do bispo de Angra.=Inauguração do hospital de S Luiz.=Morte da princeza Fedora, Daniel Berard e Bernardo Vega.=A catastrophe de Villepreux = omenagem ao heroe de Passaleão. —Naufragio da «Liberal» = Os sinos de S. Marcos.=Recenseamento da população.=Congressos catholicos em Lisboa e na Baviera — Attentados contra Nicolau II. = Novas freguezias: Reguengos do Fetal e Gaffanha = Morte do dr. Eduardo Pimenta e João Plamella. = O caso Hofrichter.=Congresso de productos alimenticios =Novo ministro de Sião = Morte de Zepherino Brandão, D. José Saragga, Luiz Esmeriz e duque de Alençon =Conferencia inter-cambial.=Campanhas em Africa. = Throno congolez.=Medidas financeiras =Leidas sobre taxas. = A França na Mauritania.=Monumento a Cugnot

REALISAVA-SE no Porto, a 18 de Junho, o 2.º congresso municipalista.

Não havia resultados praticos de nenhum dos congressos, tornados assim simples reunião para permutas de pensamentos, entremeadas com digressões festivas.

A' primeira sessão de abertura do congresso presidia o dr. Candido de Pinho que saudava el-rei e as côrtes, seguindo-se-lhe discurso pelo mathematico Antonio Cabreira. N'esse dia (18) effectuava-se a visita á bibliotheca municipal, museu de archeologia, Cemiterio do Repouso, Real Collegio dos

Orphãos e Instituto dos Cegos Branco Rodrigues, havendo á noite, discussão das theses do dr. Xavier Esteves, «Viação Publica» e do dr. Correia Pacheco, «Assistencia infantil, instrucção primaria e bibliothecas populares».

A 19, depois de passeio fluvial a Garrido e visitas aos armazens vinicolas de Gaya, votavam-se as theses anteriores e discutiam-se as de «Acção Municipal na questão de subsistencia» e «assistencia infantil», relatadas por Bernardino Vareta e Correia Pacheco; seguindo-se a 20, visita aos cemiterios de Agramonte, — onde estão sepultados Julio Diniz e as victimas do incendio do theatro Baquet — do Carmo, de S. Francisco e Trindade; porto de Leixões e posto de desinfecção, havendo á noite trabalhos com as theses «suppressão dos impostos municipaes de consumo» e «a infancia desvalida e a mendicidade», relatadas pelo dr. Duarte Leite e Correia Pacheco, e votando se as conclusões da primeira, excluindo se da abolição dos impostos o alcool e liquidos alcoolicos; a 21, visita á Associação Commercial, Tribunal do Commercio, Misericordia, Hospital Geral de Santo Antonio, Palacio de Cristal e Fabrica de Fiação e Tecidos de Jacinto, discutindo-se, á noite, as theses «o referendum popular substituindo a tutella administrativa» e «Municipalisação dos serviços», de que eram relatores, Miranda do Valle e dr. Nunes da Ponte.

A 22 encerrava-se o congresso, com um grandioso banquete, precedido de visita á Estamparia de Bolhão e Fabrica de Tecidos, e discussão das theses «Expropriação», «Remodelação do Contencioso Administrativo» e «Organisação administrativa e franquias municipaes», relatadas pelos drs. Duarte Leite, Germano Martins e Jacinto Nunes.

Marcado ficava para Evora, o 3.º congresso.

*

* *

Adoecera, gravemente, a 2 de Junho, o bispo de Angra, e logo a 14, se lhe aggravava o estado, sendo julgado perdido a 17.

Não podia durar muitos mais dias o prelado açoreano, atacado de pleurisia, complicado com anemia, bexiga e outros achaques.

A 20, apoz doloroso soffrimento, fallecia D. José Correia Cardoso Monteiro.

Se a cidade de Angra o pranteou, como espirito recto e justo, a villa da Regoa, onde elle nascera a 20 de Janeiro de 1844, não lamentou menos essa perda.

O extincto bispo, filho de Joaquim Correia Cardoso Monteiro e Thereza Candida de Jesus Monteiro, fôra, depois de se ordenar em 6 de Abril de 1867, professor de sciencias ecclesiasticas no seminario episcopal do Porto (28 de Junho de 1869) conego (21 de Outubro de 1877) chantre (6 de Fevereiro de 1890) provisor do bispado do Porto (21 de Junho de 1894) e apresentado por decreto de 3 de Outubro de 1904, confirmado por bullas apostolicas expedidas pela Santa Sé em 1 de Março de 1905, na mitra de Angra, vaga pela morte do bispo D. José Ferreira de Carvalho.

Nos ultimos dias do mez de Maio de 1905, a 25, sagrado era na Sé do Porto pelo prelado D. Antonio Barroso, com a assistencia do arcebispo de Calcedonia, D. Antonio Ayres de Gouveia e do bispo de Meliapor, D Theotonio Vieira de Castro.

Contristados ficaram os habitantes com a morte do bondoso prelado.

Nos seus aposentos era entretanto o cadaver vestido de pontifical, apoz o que se expunha na sala nobre do paço.

Sobraçava um grande crucifixo, e ostentava no peito a preciosa cruz offerecida pelo curso de seminaristas que em 1904 compunha o collegio diocesano portuense.

A mão deixava bem visivel o annel, que o povo ia beijando para o que se collocara, junto ao esquife um escadote de 4 degraus.

Ante os habitantes, fez o elogio funebre do bispo, o conego monsenhor Ferreira.

D. José Monteiro era sepultado a 21 no cemiterio do Livramento.

Emquanto o clero se agitava em torno d'esse corpo ainda

quente para alcançar a successão, reunia-se (23) o cabido que depois elegia vigario capitular, sob insinuação regia, o conego Antonio Maria Ferreira, que logo fazia publicar a sua primeira pastoral.

Para bispo se indigitou o dr. Francisco Martins, lente de theologia, regendo a cadeira de Historia Sagrada e Historia Escolastica, bibliotecario da Universidade e reitor do Lyceu do Porto, natural de Campo Maior, onde nascera a 18 de Outubro de 1848. Poz o nuncio Tonti certos impedimentos, o que agitou o partido dissidente onde militava o indicado prelado.

Já então era o governo composto por regeneradores, mais ou menos ligados á dissidencia, e d'ahi o golpe vibrado ao clero alto com a ordem de substituição, por pessoal laico, das freiras de Cluny que ali prestavam serviço em virtude de escriptura:

«José Maria de Barcellos Junior, bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, notario na comarca de Lisboa: Certifico que a folhas sessenta e seis verso do livro duzentos e oitenta de minhas notas se acha a escriptura que é do teor seguinte: Saibam quantos virem esta escriptura de prestação de serviços e obrigação que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil novecentos e dois, aos vinte e um dias do mez de Março, n'esta cidade de Lisboa e no meu cartorio, na rua Aurea, n.º 265, compareceram: em primeiro logar o excellentissimo conselheiro Jacintho Candido da Silva, casado, ministro e secretario de Estado honorario, par do reino, proprietario, morador na rua Arriaga, numero doze, em nome e como procurador do excellentissimo Frederico Augusto Lopes da Silva, casado, reitor do lyceu de Angra do Heroismo, morador na rua do Salinas, freguezia da Sé, da cidade de Angra do Heroismo, na qualidade de presidente da commissão administrativa da Santa Casa da Misericordia de Angra do Heroismo, qualidade esta que fez certa pela respectiva procuração que me foi apresentada, fica archivada, e ha de ser copiada nos traslados d'esta. E em segundo logar a excellentissima D. Joanna de Salles, solteira, maior, moradora em S Patricio, escadinhas de São Chrispim, freguezia de São Christovão, d'esta cidade, na qualidade de superiora principal das irmãs da missão do Padroado Ultra-

marino, com séde em São Patricio. E por elles outorgantes foi dito perante mim notario José Maria de Barcellos Junior e as testemunhas idoneas adeante nomeadas e assignadas. Que a commissão administrativa da Santa Casa da Misericordia de Angra do Heroismo, na sua sessão de dois de Março do anno corrente, deliberou que se contractasse com a segunda outorgante, D. Joanna de Salles, superiora principal das irmãs da Missão do Padroado Ultramarino de Lisboa, ou quem suas vezes fizesse, o serviço interno do mesmo hospital, a cargo da mesma misericordia; Que esta deliberação foi approvada pelo excellentissimo governador civil do districto em quatro do mez de Março, o que tudo consta de dois documentos que me fôram apresentados, e ficam archivados para serem copiados nos traslados de esta: Que n'esta conformidade elle primeiro outorgante, na qualidade que representa, convencionou com a segunda outorgante, tambem na qualidade que representa, a prestação dos referidos serviços, e para todos os effeitos legaes veem reduzir á presente escriptura o seu contracto, que é nos termos dos seguintes artigos: 1.º A segunda outorgante, na qualidade que representa, fica obrigada a dar para o serviço interno do hospital a cargo da Santa Casa da Misericordia de Angra do Heroismo as irmãs que fôrem necessarias ao serviço do referido hospital: 2.º A commissão administrativa do hospital pagará á directora d'este pessoal cento e vinte mil réis fortes, annuaes, e a cada uma das outras irmãs, indistinctamente, cento e dez mil réis fortes, por anno tendo, além d'isso, todas as irmãs, direito á alimentação propria, lavagem de roupa, illuminação, medico e medicamentos, roupa de cama, de uso, fornecidos gratuitamente pela mesma commissão. As irmãs terão ainda direito a passagem de ida e volta, nos paquetes, á custa da commissão, requisitada pela directora e quando indispensavel. As gratificações serão pagas aos trimestres; 3.º A superiora reserva-se o direito de collocar ou deslocar as irmãs quando fôr preciso, sem consulta da commissão, e de não lhe dar satisfação dos seus actos, em materia de disciplina respeitante ás irmãs; 4.º As irmãs pódem seguir em tudo o seu modo de viver, recebendo, sómente, ordens da directora, e as relações d'esta com a commissão serão determinadas pelos esta-

tutos e regulamentos, e nas condições d'elles por uma vez e por accordo prévio. 5.º As irmãs terão aposentos separados e exclusivos, onde viverão em communidade, quando as exigencias do serviço o permittirem, não tendo ninguem o direito de entrar n'esses aposentos reservados; 6.º Todo o pessoal inferior estará sob as ordens da directora; 7.º A commissão obriga-se a nada estabelecer ou determinar que possa prejudicar a dignidade das irmãs ou a auctoridade que a directora deve ter sobre ellas: 8.º Quando a edade ou a doença puzerem uma irmã impossibilitada de continuar no serviço, poderá ser conservada no estabelecimento, perdendo sómente direito a remuneração, e quando tenha dez annos de serviço no hospital ou estabelecimentos congeneres de Portugal, sendo n'este caso substituida por outra irmã, nas mesmas condições que as primeiras; 9.º Quando fallecer no hospital alguma irmã terá direito a enterro decente, uma missa cantada e duas rezadas, pelo descanço de sua alma, sendo estas despezas pagas pela commissão; 10.º Será conservado pessoal laico destinado ao tratamento de doenças secretas em ambos os sexos, em harmonia com o numero dos doentes e o espirito do presente contracto. Que taes são os termos d'este seu contracto, que mutua e reciprocamente estipulam e acceitam. Adeante será pago por meio de uma estampilha o imposto do sello devido por esta escriptura. Assim outorgaram, pediram e acceitaram, sendo de tudo testemunhas presentes Joaquim José Teixeira Bastos, casado, commerciante, morador na rua Aurea, n.º 243, e Antonio de Oliveira, solteiro, caldeireiro, morador na calçada do Collegio, numero vinte e dois, maiores e portuguezes, os quaes com elles outorgantes, que conheço e dou fé serem os proprios que aqui vão assignar, depois d'esta ser lida em voz alta a elles outorgantes, na presença das ditas testemunhas, por mim notario José Maria de Barcellos Junior, que a subscrevi e assigno— Jacintho Candido da Silva, Joanna de Salles, Joaquim José Teixeira Bastos, Antonio de Oliveira.»

Debalde as senhoras de Angra representaram pedindo a conservação das freiras, em telegramma á rainha.

Alpoim, manobrando nos bastidores da politica teixeirista, fazia vingar a decisão e as irmãs de S. José de Cluny, ou irmãs

da Missão do Padroado Ultramarino, Joanna do Sagrado Coração, Josepha de S. João Baptista, Emma do Salvador, Josepha da Boa Vista, Margarida de Christo, Isabel do Sagrado Coração, Emilia da Ascensão e Genoveva de S. João, abandonaram a cidade de Angra em direcção a Lisboa, onde entravam no antigo convento de S. Chrispim, (22 de Setembro de 1910) e d'ali para Peniche.

Para affastar do caso a politica, aproveitaram-se certas desintelligencias entre o medico do hospital e a misericordia. As causas verdadeiras fôram porém bem conhecidas.

*

* *

Em Madrid inaugurava-se entretanto um novo hospital, o asylo de S. Luiz Gonzaga, para velhos.

Presidiu á ceremonia, celebrada a 21 de Junho, o rei D. Affonso XIII, que era recebido á porta do estabelecimento de caridade, sob um pallio conduzido por 8 asilados.

O asylo foi construido no passeio da Ronda, em virtude de disposição testamentaria do benemerito conde de Torreanaz.

*

* *

N'esse mesmo dia finava-se em Obersasbach, victimada por uma doença de coração, a princeza Fedora Adelaide Holstein Luiza Carolina Gustavo Paulina Alice Jenny de Schleswig, irmã mais nova da imperatriz da Allemanha e filha dos fallecidos duque Frederico de Sleswig-Holstein e princeza Adelaide de Hohenlohe Langenhbourg.

Nascera a 3 de Julho de 1874.

*

* *

Fallecia entretanto em Maceió, o notavel pintor brazileiro e

professor de pintura na Escola Nacional de Bellas Artes do Rio de Janeiro, Daniel Berard. Chamado á cidade de Alagoas, para fazer o retrato do governador d'esse estado, fallecia antes de o começar.

*

* *

A litteratura hespanhola soffria então uma perda grande: a do notavel escriptor theatral D. Ricardo de la Vega e Oreiro, fallecido a 22 de Junho, em Madrid.

Escrevia, muito especialmente, para as plateias populares e lograva crear um publico muito seu, trazendo ainda o nome a toda a Europa, incluindo Portugal.

Tendo como primeira producção a zarzuella «Frasquito», representada em 1868, em breve se lhe reuniam novas obras «Providencias judiciaes», «Os banhos no Manzanares», «A canção de Lola», «Pepa la Frescachona» e, como sainete mais applaudido e mais conhecido dos palcos, a «Verbena de La Paloma» (1894).

Era natural de Madrid, onde nascera a 7 de Fevereiro de 1839 e filho do tambem actor dramatico e poeta D. Ventura de la Vega.

O enterro, imponente, teve como caminho obrigado a passagem em frente do theatro Apollo, onde se cantára a maioria das suas zarzuellas.

A Hespanha projectou logo collocar uma lapide na casa onde nascera o notavel escriptor e bem merecido era esse perpetuar do seu nome, ligado já a obras bem divulgadas pelo seu merito.

*

* *

Nova catastrophe feria porém a França, n'esse mesmo dia: a de Villepreux. O comboio expresso, caminhando n'uma velocidade de 100 kilometros á hora, entrava assim na estação

d'aquelle nome, arrazando as carruagens dos comboios ordinarios e ateando-lhes fogo N'um montão de destroços ficou tudo e o numero de victimas foi incalculavel.

*

* *

Macau, pensava de ha muito em rehabilitar a memoria do heroe da tomada de Passaleão aos chinezes em 1849, coronel Vicente Nicolau de Mesquita. A egreja, nos seus preconceitos, ao saber que elle se suicidára, collocou o fóra do seu gremio, negando-lhe sepultura em sagrado.

Os macaistas debalde trabalharam para que o clero reconhecesse o seu erro e durante trinta annos a intransigencia manteve-se.

Cumpria ao bispo D. João Paulino de Azevedo e Castro, esse acto de justiça e fazendo reunir o capitulo, com elle resolvia a publicação da sentença ecclesiastica formulada no paço episcopal a 27 de Junho de 1910. N'esse documento, que o prelado acompanhou com um discurso sobre as virtudes do heroe de Passaleão, era declarada rehabilitada a sua memoria perante as leis canonicas.

Os restos mortaes de Nicolau de Mesquita eram trazidos para a Sé de Macau, onde se celebraram exequias solemnes, apoz o que, a um domingo (28 de Agosto) e aproveitando-se a commemoração do feito historico da tomadia, eram trasladados para o cemiterio. Cortejo enorme se fez, com musicas, notando-se entre ellas, a banda regimental dos *rojfuts*, de Hong-Kong. Houve formatura de tropas, e á beira da sepultura, exaltada foi a figura do heroe de Passaleão, cujo retrato foi inaugurado, com pompa, na séde do Gremio Macaista.

*

* *

Diminutos eram os navios de guerra, e, os existentes, velhos barcos quasi incapazes de serviço.

O destino, por seu lado, cerceava ainda esse minguado recurso de defeza maritima e em Ambriz, ia a pique, a 22 de Junho, a canhoneira «Liberal».

Não era ella das mais antigas, pois dos estaleiros de Laird Brothers em Biskenhead, (*) saíra para o mar no dia 9 d'Agosto de 1884, sob as vistas da commissão official, ou fôssem os então tenentes, Alfredo Maia Carlos Vesta e Pedro Diniz, sendo 1.º commandante o capitão-tenente Francisco de Paula Teves, fallecido no posto de almirante.

Elegante, do modelo da «Zaire», navio mixto de vapor e vella deslocando 558 toneladas, tendo 46,20 metros de comprido, 7,95 de bocca e o andamento de 10 milhas por hora, estava porém condemnada a desapparecer, apoz 26 annos de serviço, com os seus bellos camarotes, as suas duas peças Armstrong, duas Hotckiss e duas metralhadoras.

Na hora negra, ia a bordo o governador geral de Angola, tenente-coronel Roçadas, acompanhando um contingente militar destinado a operações da occupação do sul de Ambriz a submissão dos cuamatos e cuanhamas.

O navio iniciára viagem em Loanda á meia noite e meia hora de 21.

Fazia luar. Comtudo, a velocidade adquirida, e um pouco de inexperiencia do pratico, fizeram com que a «Liberal» percorridas 4 a 5 milhas, nas alturas da «Pedra Marianna» se fôsse encravar nos escolhos, de fórma que, á violencia da pancada, se seguiu a entrada da agua por enorme rombo.

Não conheceu logo todo o desastre, o commandante, capitão tenente Adriano Pereira Saavedra e julgando o navio apenas com avaria grossa, mandava proceder ao seu esvasiamento Mas a perda era certa. A agua subia ao peito do pessoal da machina, o incendio invadia o paiol do carvão, e, só n'um lance heroico, se conseguiu fazer avançar a canhoneira até ao Ambriz, havendo apenas o tempo para o salvamento da tripulação e de documentos pelo barco «Vilhena».

(*) Convem esclarecer que não é erro a menção d'estes estaleiros, em vez do de Glasgow, como falsamente se disse n'essa epoca.

A «Liberal» afundava-se ás 5 horas da madrugada de 21.

Os naufragos chegavam ao Zaire a 26 de Julho.

O capitão-tenente Saavedra, era julgado (*) em conselho de guerra, que, sob a presidencia do contra-almirante Carlos Augusto Magalhães e Silva, o absolveu, sendo publicado ainda o seguinte louvor: (**)

«O Governo Provisorio da Republica Portugueza tendo sido informado em relatorio feito pelo capitão-tenente de marinha Adriano Teixeira Sarmento Saavedra, ex-commandante da canhoneira «Liberal», do porte correcto da guarnição da mesma canhoneira por occasião do encalhe no Ambriz e do abandono do navio: manda, pelo Ministro da Marinha e Colonias, louvar em geral a guarnição do referido navio pela fórma disciplinada porque se houve em tão difficil conjunctura, e em especial os segundos tenentes de marinha Manuel da Cunha Rego Chaves e Raul Nunes Frade, segundo tenente machinista Domingos Martins, primeiro conductor de machinas n.º 190 Antonio Maria Leite, segundo conductor de machinas n.º 487, José Gomes de Almeida, cabo fogueiro n.º 1296 Manuel Antonio, primeiro fogueiro n.º 1184 João Benedito, segundos fogueiros n.ºs 2280 José Lourenço, 2882 Caetano Miranda, 3192 João dos Santos Varella, 3540 Joaquim Thomaz, e o chegador n.º 4820 José Antonio da Cruz Moraes, pela fórma activa porque, dentro das suas attribuições, concorreram para o salvamento de todo o pessoal e de parte do material; e o primeiro contramestre n.º 406 Francisco Lopes, cabo artilheiro n.º 1774 Gustavo Alves Rosa, primeiro marinheiro n.º 3432 Alexandre Albino, primeiro grumete n.º 3705 Antonio José Ramos e o criado indigena André Sambo, pela maneira efficaz por que concorreram para o salvamento de parte do material. O que se communica ao major general da armada, para seu conhecimento e devidos effeitos. Paços do Governo da Republica, 7 de Dezembro de 1910. — Amaro de Azevedo Gomes.»

(*) 27 de Outubro de 1910.
(*) Legislação Portugueza de 1910. = 2.º volume. = Pagina 156.

*

* *

A 22 davam-se as grandes festas venezianas pela collocação dos sinos da torre de S. Marcos, datada de 888 e derruida por um abalo de terra em 14 de Julho de 1902, como o fôra pelo terremoto de 1510, origem da sua reconstrucção em 1540, com materiaes mais solidos, que não excluiram porém a ruina de 1902. Desde logo se cuidou em erguer de novo o «Campanile» celebre, obra feita sob a dominação de Domingos Selvo. Aberta subscripção publica, para a qual concorreu até o Papa Leão XIII, e o depois Pio X, então patriarcha de Veneza, procurou-se reconstruir a Torre, empregando a maioria dos fragmentos uteis, como valiosos ladrilhos romanos, capiteis romanos e bisantinos, etc.

Lançadas as bases de reedificação em 25 d'Abril de 1903, acabada em 1905 a cimentação do terreno, era a 1 d'Abril de 1906, collocada a primeira pedra da torre, que devia attingir a altura de 48^m,75, utilisando-se 1565 metros cubicos de pedra de Italia, 39380 tubos de ferro e 860 quintaes de cimento. Sobre ella avultaria o anjo de bronze doirado, complemento do velho campanario e da altura de 3^m,20. Seguiu-se-lhe a collocação em 22 de Junho de 1910, dos cinco sinos, o «Maragona», o maior, regulador da hora de trabalho, dada ao nascer do sol e o unico salvo da derrocada; o «Nona», dos repiques do meio dia; o «Megga-terza», annunciando as sessões senatoriaes; o «Trottiera», annunciador das sessões grandes no palacio dos «dux»; e o «Maleficio», que soava só nas ultimas horas dos antigos condemnados á morte.

A collocação dos sinos assignalou-se por festas populares venezianas, comtudo, só 10 annos decorridos sobre o desmoronamento, se fez a inauguração official, (25 de Abril de 1912) na presença de Victor Manuel III, do novo «Campanile», que custou mais de dois milhões de liras.

*

* *

Um decreto, datado de 23 de Junho, (*) mandava proceder ao recenseamento geral da população relativo a esse anno, para cujo serviço contribuiriam as camaras municipaes do districto de Aveiro, com 1:758$635 réis; as de Beja, 934$330 réis; as de Braga, 2:073$790 réis; as de Bragança, 1:049$450 réis; as de Castello Branco, 1:257$460 réis; as de Coimbra, 1:908$400 réis; as de Evora, 753$010 réis; as de Faro, 1:566$500 réis; as da Guarda, 1:514$365 réis, as de Leiria, 1:454$970 réis; a de Lisboa, 4:530$180 réis; as de Portalegre, 751$085 réis; as do Porto, 3:593$750 réis; as de Santarem, 1:731$145 réis; as de Vianna do Castello, 1:229$080 réis; as de Villa Real, 1:359$515 réis; as de Vizeu, 2:276$140 réis; as de Angra, 400$940 réis; as de Horta, 284$920 réis; as de Ponta Delgada, 719$215 réis; as do Funchal, 930$350 réis.

*

* *

De mau vento corriam os negocios para as doutrinas da egreja.

O poder temporal, abalado, trazia a derimencia de questões largas do Vaticano com a França, com a Hespanha, Allemanha e Portugal.

Não possuia este já as velhas crenças, os assomadiços receios da Curia, que trazia com os seus processos repressores, a ideia violenta de rebellião.

O clero, longe de trazer o convencimento pela palavra doce, evocando Jesus como o exemplo de bem, patenteava-o como juiz supremo sanccionando «veredictuns» vingadores, e alguns padres, em vez de procurarem reivindicar a fé, esqueciam a cari-

(*) Legislação Portugueza de 1910. = 1.º volume. = Pagina 323.

dade santa, apanagio unico da sua missão na terra, para a especulação no seu exercicio sacerdotal.

D'ahi o derruir das illusões populares, a apostasia que parecia nascer, a lucta entre o clero e o povo, este ironisando e descrendo do sacerdocio, aquelle clamando contra a onda invasora do livre pensamento, trazido em parte pelas propagandas avançadas, mas coadjuvado, poderosamente, pelas doutrinas demolidoras do proprio clero.

Fóra do espirito do progresso estava pois o 5.º congresso catholico inaugurado a 24 de Junho na egreja da Graça.

Abria-o missa na Sé Patriarchal, seguindo-se, no Centro Catholico, as nomeações dos presidentes das cinco secções, ou fôssem, para a 1.ª, «educação religiosa» o arcebispo de Mytilene, 2.ª, «juventude», o dr. Sousa Gomes; 3.ª, «social», dr. Domingos Pinto Coelho; 4.ª, «senhoras», pela marqueza de Rio Maior; 5.ª, «beneficencia», dr. Bentes Castello Branco.

Revestido de ceremonial foi o acto de inauguração.

O patriarcha D. Antonio, com seus famulos, Antonio Bernardo Cabrita e Joaquim Alberto fazia a sua entrada solemne no templo da Graça, e sob o pallio se dirigiu para a capella do Santissimo, d'onde transitou para a capella-mór e d'ali para o solio do lado do Evangelho, onde se paramentou para a missa, durante a qual se ministrou communhão.

Finda ella, e sempre rodeado dos assistentes, conegos Alberto Martins do Rego, Antonio Sá Pereira e Joaquim Martins Pontes, revestia-se de pluvial, concedendo tambem communhão ao som do terço cantado pelos fieis.

Traçou então do pulpito o padre dr. Luiz Gonçalves Cabral as phases da democracia e liberdade.

A estes actos iniciaes, seguiu-se, horas depois, uma conferencia do dr. Bentes Castello Branco, sobre a necessidade da direcção superior na acção social catholica.

A' noite começavam os trabalhos, fallando o patriarcha de Lisboa, que iniciava o discurso com os termos — Louvado seja Nosso Senhor Jesus Christo! — que a assembleia repetiu, com uma salva de palmas.

Se as palavras de D. Antonio I, não visaram a intuitos for-

temente reaccionarios, antes insinuavam a virtude e o trabalho, predicados que a muitos bispos fez causar embaraços, já o arcebispo de Evora, começando por saudar o papa, cujas doutrinas anti-modernistas eram a base dos odios populares, dava toda a historia portugueza como um milagre.

«Nasceu por milagre nos campos de batalha; tendo perdido a sua independencia por causa do vicio, foi por milagre que recuperou essa independencia; foi por milagre que Portugal subjugou as aguias napoleonicas sempre acostumadas a vencer. Estará tudo isto extincto? Estará extincta a raça dos heroes portuguezes? Não. Não está. Ainda ha pouco o provou o glorioso exercito portuguez. — Mas não é só no campo de batalha que se ceifam glorias. Qualquer cidadão em qualquer ramo de actividade pode prestar grandes serviços á sua patria. O patriotismo não consiste apenas em gritar contra a descrdem em que tudo isto vae. Desde que patria e religião estão ligadas é preciso ter fé. Sem fé não póde haver abnegação. Ora abnegação não se ensina nas escolas, não se decreta em leis. Não é porque me manifeste contra a escola, por que sem escola não póde haver a comprehensão do amor. Mas a escola sem a educação religiosa é como se a quem tem fome se servisse um talher. E no entanto ainda ha coisa peor do que ter fóme; é morrer envenenado. A um pantano deleterio é preferida a charneca arida. A escola é como a pharmacia, onde ha drogas que curam e drogas que matam.»

Sectario fiel dos dogmas romanos não podia o prelado deixar de condemnar a escola e se bem que a comparação éra feliz, vista pelo lado litterario, vista pelo lado pratico era finamente reaccinaria.

A instrucção é a luz e a luz rasgando horisontes sombrios com a sua facha viva, trazia á causa religiosa os perigos d'uma analyse, contraria á fé. Combatendo a instrucção, pretendia a cleresia fortalecer a fé, comtudo errado caminho era esse, pois a instrucção, não tinha para a crença a força indestructivel, que tinha a reacção com os seus exemplos mais adversos ás suas predicas evangelicas.

Tres sessões teve o congresso, discutindo as theses: Acção social da Egreja — a Egreja e os humildes: Necessidade da con-

centração das forças vivas da Egreja Lusitana para acudir ao restabelecimento da ordem social e moral do paiz; Representação da classe operaria no parlamento — voto obrigatorio; Abolição ou, pelo menos, diminuição do imposto de consumo; Duração do trabalho — reivindicações do 1.º de Maio; Trabalho das mulheres e dos menores nas fabricas — sua regulamentação — creches; Caixas economicas e ruraes; Necessidade da organisação profissional dos operarios da industria; Personalidade civil completa das uniões profissionaes e extensão para ellas do direito de propriedade; Participação nos lucros; Facilitação do credito — credito agricola; Constituição de camaras regionaes de trabalho de industria; Conselhos permanentes de arbitragem; Pequena propriedade — casaes de familia — meios de evitar a excessiva pulverisação da propriedade — conservação dos baldios; Protecção á pequena industria e ao pequeno commercio contra todos os monopolios; Vantagens das escolas profissionaes — meios para desenvolver o ensino profissional; Conveniencia de organisar o ensino social christão nas aggremiações populares; Urgencia no combate ao analphabetismo — escola e institutos catholicos; Necessidade do ensino religioso na escola primaria, secundaria e superior; Patronato escolar; Educação civica — culto dos nossos heroes — Nuno Alvares — respeito á bandeira; Circulos de estudos; Conferencias publicas de propaganda e educação — projecções luminosas — plano e distribuição; Liga de conferentes — fundo para a propaganda; Necessidade inadiavel de proporcionar ao operario boas leituras, creando no seu espirito um justo horror pelo jornal que ataca a egreja e lisonjeia as paixões — protecção á boa imprensa; Educação physica; Hygiene das escolas, ateliers e fabricas, A Egreja e a sciencia; Importancia das associações de caridade, como a Conferencia de S. Vicente de Paula e analogas, para a assistencia material e espiritual dos desvalidos; A familia operaria — sua dignificação — necessidade de se fundar sob uma base fortemente moral e religiosa; Descanço dominical; Habitações operarias; O trabalho no domicilio; A mulher no lar domestico; Meios de combater efficazmente a usura, a agiotagem, o luxo e o jogo; Reformas e aposentações operarias; Vantagens sociaes e religiosas da Associação do Apos-

tolado da Oração e Liga do Sagrado Coração de Jesus e outras associações de piedade — meios de as propagar; Alcoolismo e tabagismo — meios praticos de impedir o seu progresso; Patronato dos delinquentes depois do cumprimento da pena; Cooperativas de consumo; O problema da protecção aos emigrantes — conveniencia do estreitamento sobre esta base, das relações entre catholicos e brazileiros.

O congresso encerrava-se a 26, não sem que a imprensa citasse as sessões com ironias.

E' certa que resaltava da ideia geral do congresso uma obsecção retrograda, comtudo o clero, o erudito, poderia tirar d'elle largos beneficios se as doutrinas propagadas correspondessem egualmente á pratica.

Ao congresso dos catholicos portuguezes devia seguir-se o dos catholicos allemães.

Inaugurava-se elle (24 de Agosto de 1910) em Augsbourg, na Baviera. Iniciou os trabalhos missa solemne na cathedral, proseguindo sob a presidencia do catholico Marx, as discussões do congresso, onde se apresentou, como elemento principal, a proposta de completa liberdade para a egreja e para todas as ordens monasticas.

Assim a Allemanha, arcando com as constantes allegações de nação anti-moderna, acompanhava as naturaes tendencias do imperador Guilherme, activo propagandista do catholicismo, do qual se dizia instrumento cego.

*

* *

Mal ia a Russia na sua vida politica e social.

Um attentado acrata, levava a destruição, por um incendio (8 de Junho) de um bairro da cidade de Borissof, onde trezentas casas eram pasto das chammas.

Seguia-se-lhe a descoberta d'um crime de alta traição.

Era espesso o veu em que elle se envolvia. mas o internacionalismo, perscrutador de altos escandalos, não hesitou em accusar a Austria de ter auctorisado o seu addido militar em S.

Petersburgo, conde de Stanoecke-Vise a contractar com o barão russo Urgern Sternberg a compra do protocollo da sessão secreta da Duma, onde se discutiram grandes problemas de defeza nacional.

Agitou-se a Russia perseguindo o barão e fazendo com que o addido austriaco abandonasse o cargo.

Comtudo, o caso analysado, só dava responsabilidades diminutas a ambos os accusados, em virtude de se haver quebrado a nota confidencial do prôtocollo com a impressão d'este e distribuição larga para ser discutido em parlamento.

Apprehendidos foram porem na casa do representante da agencia Reuter documentos e cartas provando que não iam nos resultados da sessão secreta da Duma os entendimentos com os agentes viennenses e Sternberg era preso e julgado (10 de Novembro de 1910) dando-lhe o tribunal como pena, 4 annos de trabalhos forçados.

Com esses casos alliavam-se os de perpetua ameaça de agitação, onde os nihilistas assumiam a chefia, com a sua tenaz vontade de derrubar o czar, pela morte.

Comtudo, abrindo campo a novas perseguições, Nicolau II depois de fazer atacar pelo «knout» dos cossacos o povo russo, fazia expulsar (13 de Junho) mais de 6:000 judeus que habitavam no imperio. O judaismo foi coadjuvar o anarchismo e os attentados contra o czar renasceram.

A 3 de Julho, um violento incendio, destruia parte da residencia imperial russa, em Peterhof. As chammas, devoravam, entre outros aposentos, o theatro e gabínete de photographia, onde se accumulavam preciosidades.

A Austria, entretanto, querendo emendar o mau passo em que o secretario Stanoecke se envolvera, illibava-se d'isso capturando (*) em Vienna, o estudante de medicina, bulgaro, Petter Serafino, o qual confessava pertencer a uma associação terrorista moscovita incumbida de assassinar o imperador da Russia. A chancellaria agradeceu e sob confissões de Serafino, assaltava (**)

(*) 26 de Janeiro de 1911.
(**) 26 de Julho de 1911.

um grande deposito de bombas em Kiew, para onde devia partir Nicolau II, e que não só addiou a ida alli como a viagem á Dinamarca, emquanto se faziam varias prisões.

Ao passo que se annunciava a assignatura d'um tratado entre o Japão e a Russia, para a manutenção d'um «statu-quo» na Mandchuria, era descoberta outra conspiração contra Nicolau II. Dera-se como filiada no nihilismo e até como partindo de russos e japonezes, unidos na mesma contraria ideia contra o proclamado interregno na questão da Mandchuria. A base da conspiração não se encontrou, mas simplesmente o fim, o assassinio do imperador da Russia.

Mais uma vez escapava o «czar» e mais uma vez os carceres se encheram de criminosos, de suspeitos e de innocentes de qualquer culpa.

O terrorismo, desviando a vista do czar, iria craval-a, tragicamente, no chefe do governo, que pagaria pelo imperador, todas as vigilancias e todas as precauções de que se rodeava o throno moscovita.

Mas deixemos o attentado contra Stolopyne, que a seu tempo será relatado e volvamos a casos antecedentes.

*

* *

Havia o povo do logar e freguezia de Reguengo, no concelho da Batalha, sollicitado o augmento da palavra Fetal ao respectivo nome.

A pretensão era resolvida a favor, pelo Diario do Governo (n.º 138) de 27 de Junho (*) ao mesmo tempo que se contentava outro povo, o do logar de Gafanha, que se queria ver guindado a freguezia.

Assim se levou a effeito, publicando n'aquella mesma data o despacho seguinte: (Diario do Governo n.º 138 de 27 de Junho de 1910):

«No uso da auctorisação concedida pela lei de 4 de Junho

(*) Legislação Portugueza de 1910=1.º volume=Pagina 307.

de 1859, e artigo 3.º § 4.º, n.º 3 do codigo administrativo, determino a creação d'uma freguezia com séde no logar da Gafanha, pertencente á freguezia de O Salvador, de Ilhavo, no concelho d'esta denominação, districto administrativo de Aveiro e diocese de Coimbra, ficando a nova freguezia composta do logar de Gafanha, o qual será desannexado da referida freguezia de O Salvador, de Ilhavo.—Secretaria de Estado dos Negocios Ecclesiasticos e de Justiça, em 25 de Junho de 1910.

*

* *

Fallecia a 25, o conselheiro José dos Santos Duarte Pimenta, juiz da Relação, no quadro de magistratura sem exercicio.

Fôra juiz do 4.º districto criminal e da 5.ª vara civel e presidente da Relação dos Açôres.

Nascera na freguezia de Pera, concelho de Silves, em 1836.

N'essa data fallecia em Hespanha, o notavel pintor João Plamella.

*

* *

Liquidava-se então um dos grandes acontecimentos do anno anterior, conhecido pelo caso Hofrichter.

Na Austria, o tenente Adolpho Hofrichter, depois de censurar em cartas publicas, as medidas militares do seu paiz, quando da annexação da Bosnia e Hersegovina, envenenou o capitão Richard Mades e tentou fazer o mesmo a 11 camaradas, (*) enviando-lhe pilulas de cyanureto de potassio.

Desde logo se annunciou para elle a pena de morte, o que deu motivo a polemica jornalistica com o fundamento de que a lei militar não a auctorisava senão em casos excepcionaes e em flagrante ou confissão. Hofrichter começava a ser julgado em 23 de Maio e ante o confessar do crime, o conselho de guerra,

(*) Dezembro de 1909.

em 28, condemnava-o á forca. O tenente, agarrado á vida, retractava-se da confissão, e submettido a novo julgamento, era condemnado a ser exauctorado e a soffer 20 annos de reclusão. Assim Hofrichter se salvou da morte a 25 de Junho.

*

* *

Novo congresso se reunia então em Bruxellas, a 27 de Junho: o de unificação dos processos para a analyse de productos alimenticios.

Portugal fez-se representar.

*

* *

Desde 20 que estava em Lisboa o novo ministro do Sião, junto da Republica Franceza e das côrtes de Hespanha, Roma e Portugal, principe Bovaradej, filho segundo do rei de Sião e irmão do ministro da justiça siamez, principe de Charoon.

Com a solemnidade habitual era o novo diplomata e abalisado jurisconsulto, recebido na tarde de 27, por el-rei D. Manuel.

Introduzido na sala do throno pelo mestre de cerimonias, conde de Figueiró e ante o ministro dos negocios estrangeiros, Eduardo Villaça e dignitarios civis e militares da casa real, fazia o principe a entrega das credenciaes, fallando assim em inglez:

«Tenho a honra de apresentar a vossa magestade as cartas pelas quaes sua magestade o rei de Sião, meu augusto soberano, houve por bem dar por finda a missão do principe Charoon, seu enviado extraordinario e ministro plenipotenciario na côrte de Portugal e acreditar-me em seu logar. Causa-me particular satisfação e orgulho a alta missão que ao meu augusto soberano aprouve confiar-me, e aproveito com prazer esta opportunidade para rogar a vossa magestade que acceite as seguranças do sincero desejo do meu governo de cultivar com Portugal as mais estreitas e amigaveis relações. Empregarei todos os esforços ao

meu alcance para manter e desenvolver as excellentes relações que, felizmente, existem entre os dois paizes. Esse é o proprio teor das instrucções que me foram dadas pelo meu augusto soberano, cujos sinceros desejos, pela prosperidade de Portugal e felicidade do seu illustre soberano, eu peço a vossa magestade para acceitar. Espero, senhor, que poderei contar com o benevolente auxilio de vossa magestade e a amavel cooperação do ministro dos negocios estrangeiros para me facilitar o desempenho da alta missão na qual tive a grande honra de ser investido».

El-rei D. Manuel, respondeu com as seguintes palavras:

«Recebo com muito prazer a carta que vos acredita junto da minha pessoa, na qualidade de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de sua magestade o rei de Sião Torna-se em extremo agradavel saber que assumis com satisfação o cargo que vos foi confiado e conhecer os propositos do vosso governo, perfeitamente eguaes aos que me animam, de cultivar e estreitar os vinculos de boa amisade que, felizmente, de ha muito unem os reinos de Portugal e Sião. Folgo de ouvir que, em harmonia com as instrucções do vosso augusto soberano, empregareis todos os esforços para cimentar e tornar mais intimas ainda as excellentes relações que unem os dois paizes, e peço-vos signifiqueis ao vosso soberano que especialmente me penhoram os votos, que da sua parte me transmittis, pela minha patria e pela minha pessoa, identicos aos que eu proprio formulo pela prosperidade do seu reino e pela sua felicidade pessoal. A escolha da vossa pessoa, as qualidades que vos distinguem e os elevados intuitos que vos propondes asseguram vos, senhor ministro, com toda a minha benevolencia, a leal cooperação do meu governo no desempenho da elevada missão de que vos achaes encarregado.»

O principe Bovaradej, estabelecia a legação em Paris, onde fixou residencia.

*
* *

A 28 fallecia o general de brigada, na reserva, inspector dos monumentos nacionaes e escriptor, Zepherino Norberto Gonçalves Brandão.

Exercera importantes commissões de serviço, entre as quaes se salientavam as de sub-chefe da 5.ª repartição do ministerio da guerra, adjunto e sub-director da Escola de Torpedos em Paço d'Arcos, commandante do sector externo do campo entrincheirado de Lisboa, membro da commissão incumbida de elaborar o regulamento de administração da fazenda militar, e governador do forte de S. Julião da Barra.

Não foi porem nos serviços do exercito que aureolou o nome. Essa orbita de acção, quasi sempre perdida para a celebridade, quando não affirmada em campanhas gloriosas, teve comtudo a soerguel-a a carreira de maior signal: a de jornalista e escriptor.

Zepherino Brandão, espalhou larga copia de artigos no «Dia» «Diario de Noticias», «Diario da Noite», «Popular», «Revista Militar», «Povo Ultramarino», «Progresso» (de Lisboa) «A Terceira», (de Angra) e «Aurora do Tejo», de Santarem.

Em volume publicou: «Duas promoções», ou fosse uma extensa memoria sobre successos do concurso para a 8.ª cadeira da Escola do Exercito; «Paginas intimas» (versos da Juventude) em 1884; «O baptisado de Affonso VI» (1889); «Pero da Covilhã (episodio romantico do seculo XV, edição commemorativa da descoberta da India) em 1897, «Monumentos e lendas de Santarem», dedicado a el-rei D. Luiz.

Zepherino, que nascera em Santa Comba Dão a 17 de Fevereiro de 1842, pertencia á Academia Real das Sciencias de Lisboa, á Academia de Sciencias de Madrid, ao Instituto de Coimbra, á Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, á Sociedade Academica de Hespanha e á Associação dos Jornalistas, sendo vice-presidente da secção de historia da Real Sociedade de Geographia de Lisboa.

*

* *

A 29 de Junho fallecia D. José Saragga, devotado ao desporto.

Fôra emprezario theatral em Madrid e Lisboa, e fundador do jornal academico «A Portugueza».

Essa data assignalou-se por mais duas mortes, a do maestro bracarense, Luiz Araujo de Esmeriz e em França, do principe duque de Alençon, nascido no castello de Neuilly em 12 de Julho de 1844.

O duque Luiz Filippe Maria de Orleans, filho do duque de Nemours e neto de Luiz Filippe, rei dos francezes, acolheu feliz a doença que em 27 de Junho o attingiu.

Ia reunir-se emfim á duqueza Sophia da Baviera, a esposa querida devorada pelas chammas na pavorosa catastrophe do Bazar de Caridade em Paris, cidade d'onde o duque se affastou sempre que poude.

Desde essa hora tragica, jámais teve um sorriso...

Elle só reappareceu um segundo antes da fuga da sua alma para a juncção eterna a essa outra alma, perdida nas regiões do mysterio.

Alençon era sepultado, sete dias depois, em Dreux, com a assistencia do rei da Bulgaria, duques de Chartres, duques de Vendome, duques de Penthievre, princezas, Affonso da Baviera, Maria Luiza e Luiza de Orleans, duqueza de Magenta, condessa de Paris, principes Luiz, Pedro e Antonio de Orleans e Bragança, principe Carlos de Hohenzollern, principes Adam e Witold Czartoryski e conde de Eu.

Mais tarde (Julho de 1912) passados dois annos sobre a sua morte, era inaugurado o seu mausoleu na capella real de Dreux. A figura do duque de Alençon, apparecia reproduzida no monumento tumular, estendida, com o habito da Ordem de S. Francisco, tendo á direita a corôa ducal e á esquerda, a espada.

A' ceremonia assistia a alta fidalguia franceza, como suprema homenagem ao grande vulto desapparecido.

*

* *

No dia 28, inaugurava-se na Haya, a conferencia internacional para a unificação cambial.

* *

Novos e brilhantes feitos de armas se realisavam entretanto nas nossas colonias.

O sul de Angola fornecia nova e aureolada pagina para a historia do exercito portuguez e se é certo que as campanhas de Africa raro eram productivas, sob o ponto de vista commercial e social, antes eram fóra dos preceitos da humanidade, certo era tambem que serviam de attestado bello ao valôr do exercito luso.

Successivos combates tiveram os portuguezes com o gentio do Pocolo. Derrotado em 1906 pelas forças de Alves Roçadas, subleva-va-se e submettia-see m 1909. Das ultimas luctas salienta-se a de Bidungullo, na noite de 21 de Junho, pelo ataque ao quadrado, bem deffendido, sob o commando do governador geral de Angola, João de Almeida, coadjuvado pelos capitães Manuel de Almeida Villas e Lobo da Costa, tenente Correia e alferes, Telles Freire, Branco e Adriano Pires, tendo as forças 2 mortos e 3 feridos. Já no centro do Pocolo, no territorio Miombe, a 24, novas batalhas se travaram, com a repressão do indigena, pelo incendio dos libatas do prestigioso chefe negro Cafunga. A columna, avançando sempre, precipitava-se sobre Muene-Pocolo, onde o governador João de Almeida, tentou convencer o inimigo á submissão, recusada sob o epitheto de gallinhas applicado aos brancos e a ameaça de que fossem conhecer as «fundangas» (munições). Respondeu a artilharia ás injurias e em breve o gentio, varrido pelas granadas e pela fusilaria tentou a defeza desesperada, occasionando perdas fortes aos nossos, mas sendo por fim forçado a abandonar o campo, onde deixou 30 mortos e 50 feridos, dos seus 6:000 homens de combate, que a cavallaria do commando de João de Almeida e do alferes Manuel Telles fez dispersar até ao limite occidental do districto de Huilla com o de Mossamedes n'uma perseguição de 11 horas.

Não estava ganha porem ainda a partida.

Logo a 26 se dava o combate de Macuá-Chimpambo. Dez mil negros postados em serra ingreme, tentaram a chacina

das tropas portuguezas que lhe deram a demonstração brilhante da temeridade e do heroismo. Era um punhado de homens, mal alimentados, quasi desconhecedores do caminho. Ali batalharam alem do governador, João de Almeida, os capitães Manuel de Almeida Lobo da Costa, e Ribeiro Villas, tenentes João Correia e Correia dos Santos, alferes Telles e Joaquim da Cruz Branco e um fraco troço de brancos. Desdenhava-os o preto, rindo com o seu «batuque» e estranhas e provocadoras danças. A artilharia fez ouvir a voz potente. A coberto, o inimigo responde. Os portuguezes intemeratos começam a galgar a serra, a pique. A metralha suspende a acção mortifera, para ceder o passo á fuzilaria e á baioneta. Doze combatentes, ou sejam João de Almeida, Lobo da Costa e Manuel Telles e nove companheiros, se avantajam a todos. Em pouco, quasi envolvidos pelo gentio, se encontram na crista mais alta, a 2:200 metros. Os outros sobem tambem, seguindo o chefe, alheados da vida. Começam a arder as libatas, illuminando a scena de epopeia, de tragedia. A negragem desfallece. A audacia perturba os e isso aproveita aos nossos. O ultimo lance. Ha o combate corpo a corpo e os de Pocolo, abandonaram o seu julgado reducto inexpugnavel.

A victoria no Mucuá-Chimpambo estava ganha.

Construia-se a 27 de Junho o forte no Miombe cognominado de posto militar S. João do Pocolo, commemorando o combate de 24, dia de S. João. O Pocolo estava percorrido, abrindo ao commercio africano nova estrada, assegurando ao proprio gentio submettido novas fontes de riqueza, pela exclusão do estado selvagem e conducção ao tracto com os brancos.

A 5 de Julho dissolvia-se a columna, que ia exercêr acção nos Gambos, Humbe, Ediva, Lubango e Chibia.

Os indigenas ante a inevitabilidade dos acontecimentos, foram-se apresentando, sendo os primeiros os regulos mais temidos, Tchifunga, Cacólo e Muene-Tapo, principaes cabeças da revolta contra Portugal.

Entretanto iniciavam-se os trabalhos de construcção de estradas, uma para a Chibia e outra para Chibember, e montagem de linha telegraphica, tudo auxiliado pelos negros batidos e que, recebidos já de braços abertos, confraternisavam sem rancôres.

No sul de Angola, em Humbe, creava (*) João de Almeida um hospital, para receber doentes ou feridos do Cuamato, Dongoena, Cafima, Evale, Cafu, Mulondo, Catequero, Tchipelongo, Chicusse, Ediva e Cahama. Ao regressar, (**) deixava concluidos os postos de isolamento dos cuanhamas, ou fossem os de Cafima, Cafu e Massaça, alem do Otoken, no Cuamato.

A pacificação total dos territorios gentilicos, constituia eterna utopia e o Ambriz e Ambrizette, dados como submettidos por completo desde 1908, vinham enfileirar-se no numero dos revoltados. Recebia communicação o chefe do conselho do Ambrizette, tenente Felix, do proximo sublevar dos negros e logo organisou forças. Antecedeu-lhe o gentio as intenções, iniciando tropelias e difficultando o commercio nas regiões de Quicambe e Mucerra. O governador de Angola, prohibia logo o transito e commercio de polvora e armas não só nos concelhos de Alto Dande e Barra do Dande, mas em toda a região adjacente ao sul da zona de prohibição estabelecida pelo protocolo de Bruxellas e limitada: a oeste pelo mar; a leste pelo rio Cuango até o Cugho e fronteira do districto da Lunda até o Duque de Bragança no Lucalla; ao sul, por este rio no seu curso superior e o Lifune até á foz.

Reunidas as forças, com o alferes Pires Balaya e José Augusto Monteiro, o tenente Felix iniciava as operações, dirigindo-se para Quissove a libertar o chefe do posto militar. Cercado pelo gentio tentando rendel-o pela fome, salvou-o um preto de nome Cabinda que foi pedir reforços ao Ambriz. Enviada a bordo da canhoneira «Liberal», nova columna com o capitão Antonio Marcelino Baptista Lopes, tenentes Alves Vianna e Isidoro Francisco sob a chefia superior de Alves Roçadas, teve este logo no desembarque graves embaraços, no valle de Quiningue, onde o inimigo fazia fogo occultando-se em pontos asperos e encostas abruptas. Serio combate vence os obstaculos, o gentio abandona o campo juncado de mortos e feridos e Roçadas liberta o tenente Felix, dirigindo-se em seguinda para Quibumbe, foco da revolta, onde a 17 de Junho tomava a «banza» do soba, estabelecendo em seu logar um posto guarnecido com 50 praças.

(*) Setembro de 1910.
(**) Janeiro de 1911.

Mas negro destino se reservava ao exercito portuguez e o Ambrizette, forneceria nova pagina lutuosa para a historia das nossas incursões em Africa.

O gentio jurou vingança e cumpria-a, pouco depois. (*) Coube a sorte ao tenente de infantaria Manuel Maria de Bessa Monteiro, natural de Villa Real, onde nascera em 1869. Ao atravessar descuidoso o Ambrizette, os negros caíam sobre elle inflingindo-lhe as habituaes torturas, de que vinha a fallecer. O destino de Bessa Monteiro era a morte na Africa, e o soldado do corpo disciplinar José Elias Sotta Mordido, salvava-o, heroicamente de se afogar nas aguas do porto, porque lhe estava destinada mais triste odysseia : o acabar nas pontas das azagaias do gentio.

Mais tarde (decreto de 13 de Julho de 1912) Republica em Portugal, e como homenagem ao novo martyr da Africa, seria concedida á sua viuva, Dulce da Cunha dos Santos Monteiro, a pensão annual, vitalicia, de 540$000 réis.

Acompanhava as rebelliões do Ambrizette, o gentio do Mucojo, nos territorios da Companhia do Nyassa. Procurando fugir ao pagamento do imposto de palhota, os vassallos do regulo Maches, deram em vez de generos, balas, matando um soldado e ferindo 5. A força do commando do chefe do concelho, tenente Albuquerque de Faria, respondeu á cortezia gentilica com o fogo das suas espingardas e o gentio, tarde se arrependeu do mau passo: submetteu-se mas não sem soffrer as consequencias do seu acto rebelde (Julho de 1910).

Se até 1904, difficil foi o reconhecimento e occupação das terras sul angolezas, pela resistencia desesperada dos Ovampos, indigenas fortificados na margem esquerda do Cunene, o tragico desfecho da expedição d'aquelle anno, mais difficuldades trouxe á marcha expedicionaria dos portuguezes, até que em 1906, o Cunene era transposto, deixando no Cuamato a bandeira nacional arvorada no forte Roçadas, edificado no Alto Encombe, e em 1907, nova columna Roçadas, apoz o combate de Muflo, fez erguer os fortes Ancongo, Damekero, D. Luiz e Nalueke. Submettidos alguns povos, eram sublevados de novo pela influencia dos

(*) 12 de Agosto de 1910.

indigenas dos territorios de Dombondole, Uncuancua, Hinga e outros, que a occupação do Evale, fez recuar, dando ensejo ao limite da nossa fronteira do sul de Angola com a Dumaraland allemã.

Restava o Otokero, sob a chefia do regulo Angulo Sangolo, que prohibia a passagem de soldados portuguezes pelas suas terras, e facultára um ataque do «secúlo» Chipopiene a uma força, á qual tiraram o armamento e fardas, escapando a custo da morte. O Otokero apresentou-se como base de futuras e cuidadas operações, por ser a parte mais rebelde e povoada do Cuamato Grande e onde se haviam refugiado os indigenas auctores do massacre de 1904 e o soba Xataquella, inimigo dos portuguezes, desde as luctas de 1907.

Organisava-se então (Junho de 1910) para a campanha, uma columna que sob o commando do governador João de Almeida e chefia immediata do major Silva Guardado, capitão Manuel de Almeida, tenentes Flausino Torres e Esteves Lobo, alferes Cruz Branco, Antonio Augusto de Campos, Manuel de Moraes e tenente medico, dr. Manso Preto, com 245 auxiliares indigenas, saía na madrugada de 26 de Junho em direcção ao Nalueke, onde bivacou.

O acto de arrojo assombrava o gentio, que, ante a disposição portugueza, se appressava a apresentar-se submisso, ennunciando o medo das peças de artilharia, para elle «matendas».

A incursão no matto, fez-se de noite, sem opposição dos negros, levantando se nas «cacimbas» do seculo Xataquella e em Otokero dois fortes, com o auxilio dos naturaes, e aprisionando-se, a 2 de Julho, os regulos culpados do desastre de 1904, sem resistencia, apesar de toda a região estar em armas, apercebida da chegada da columna, que não julgavam porém, tão numerosa nem tão bem municiada.

A audacia de João de Almeida fez recuar a lenda tragica da impossibilidade do reconhecimento de todo o Cuamato e de louvar fôram as operações levadas a effeito sem violencias.

Para a completa occupação do Ovampo, faltou apenas percorrer os territorios cuanhamas.

Ainda sobre assumptos de Africa, vamos agora buscar a Bo-

lama, um julgamento celebre, o do regulo de Quinerá, Sanhá Jassy. Depois de se revoltar contra o poder portuguez, resolvia usufruir-lhe as funcções valendo-se da sua posição de temido dos sobados circumvisinhos, e assim cobrou, pela força, o imposto da palhota, sem ordem do governador da Guiné, que o deu por incurso nos artigos 314 e 315 do Codigo Penal, aliás desconhecido do gentio...

Julgado a 5 de Julho, deffendia o o advogado provisorio, Eurico Mengo, que reivindicou para o regulo todas as attenuantes, de fórma que Sanhá era absolvido.

Sorriu o soba e conheceu a benevolencia, que teve por base o conhecimento da ameaça de revolta de todo o territorio dos Biafadas, caso houvesse condemnação.

Se por vezes o gentio se agitava por vontade propria, outras era os proprios brancos que pela violencia o incitavam á violencia, depois suffocada com castigos largos, n'algumas situações reflectidos nos mesmos portuguezes.

A' metropole vinham em 10 de Julho, boatos de acontecimentos graves no Ambriz, que uma força da guarnição colonial contra outra do continente, procurára afogar, mas n'um tal grau de insufficiencia que apenas conseguiu vêr trucidados um alferes e um sargento. Tentou-se o desmentido, não só dizendo-se o caso antigo, mas até falso

Assim se pretendera occultar em 1904, o massacre do Cunene, e o moderno desastre não poude ter a sancção secreta que lhe queriam conceder.

A breve trecho eram conhecidos os pormenores do levantamento do gentio do Ambriz, que não teve comtudo os grandes tragicos effeitos annunciados. Dois traidores, brancos, aconselharam os negros a não pagarem o imposto, o que elles fizeram, á excepção dos «mutembos». Cabe aqui salientar o papel exaltado do chefe do concelho, tenente Joaquim Felix, que, longe de recorrer á conciliação, pela attitude pacifica do gentio, entendeu usar logo das armas, iniciando combate.

Deu-se a revolta em fins de Maio e a sua intensidade forçou a remessa de Loanda, pela canhoneira «Save» de uma força sob o commando do alferes de infantaria Pires Balaya, pelo «Vilhe-

na», no mez seguinte, de novos destacamentos sob o commando do alferes José Augusto Motta, ficando tudo sob a chefia superior do capitão de infantaria Antonio Marcolino Baptista Lopes, tendo como subalternos, o tenente Alves Vianna, o almoxarife Izidoro Francisco e o medico de 1.ª classe, Maia Leitão, collocados todos depois sob a direcção do governador Roçadas, chamado urgentemente. Exaltados os animos pela attitude pouco benevola de Joaquim Felix, a guerra generalisára-se e largo trabalho tiveram os contingentes, travando se luctas homericas como a da defeza do ataque á força do commando de Roçadas. Ao atravessar da matta da Invua, o gentio tentou surprehender a guarda avançada. Os soldados porém, conseguiram mettel-o entre dois fogos, e sensiveis perdas lhe causavam, não sem que Portugal tivesse 1 morto e 12 praças feridas. A revolta era extincta em Junho, ao tempo que o tenente Felix era demittido por culpabilidade nos acontecimentos que só serviram para morticinio no gentio, novos odios contra a nossa soberania e a conferencia, aliás merecida, de louvores: «ao facultativo de 1.ª classe Alberto de Sousa Maia Leitão, pela intelligencia e proficiencia com que dirigiu os serviços de saude a seu cargo e pela maneira carinhosa e dedicada com que tratou sempre os doentes, determinando acertadas medidas prophylacticas, cujo effeito benefico foi reconhecido; ao tenente almoxarife Izidoro Francisco, pela maneira acertada porque dirigiu a artilharia de que era commandante, por invios caminhos em mattas espessas, não se poupando a fadigas, para a sua marcha regular, revelando por esta fórma o seu zelo e dedicação; ao tenente de infantaria Antonio Alves Vianna, pela maneira brilhante como em terreno de revoltosos e bastante coberto, escoltou um comboio de viveres, de Quimbumbe a Quinzenve e vice versa, evitando as ciladas do inimigo nas mattas, sem comtudo se furtar ao combate; ao alferes de infantaria Adolpho Varejão Pires Balaya, pela intelligencia e actividade que desenvolveu na construcção de um forte na região do Quimbumbe e pela serenidade e sangue frio com que dirigiu o fogo do seu pelotão no ataque na Quininga, no dia 17 de Junho, inflingindo perdas ao inimigo; ao 1.º sargento do deposito de degredados de Angola, Antonio Pereira de Araujo,

pela consciencia com que dirigiu os serviços administrativos da columna, sendo incançavel para que elles se desempenhassem com regularidade, e zelo que mostrou pelos interesses da fazenda, evitando que os carregadores perdessem os generos que conduziam; ao 1.º sargento da 2.ª companhia de deposito, Raul Correia da Silva Cunha, pela energia de que deu provas na manutenção da ordem entre os carregadores, quando se deu o ataque em Mussulo, repellindo, com vigor, o gentio, quando os atacou; ao 1.º sargento da bateria mixta de artilharia de montanha e guarnição, Egydio Augusto da Piedade Izidoro, pela maneira valente como se portou na occasião em que a secção foi atacada, sustentando o fogo no ataque em Mussulo em 12 de Junho, perseguindo o inimigo; ao 2.º sargento da 1.ª companhia disciplinar, Antonio Martins, pela abnegação que evidenciou quando commandante da guarda avançada da columna, desde o Ambriz até Mussande, por Invua, resistindo tenazmente ao inimigo, ainda mesmo quando na força teve feridos; ao 2.º sargento da 2.ª companhia de deposito, Maximiano Pires Ferreira, pela abnegação que evidenciou quando commandante da guarda avançada da columna, desde Mussande até Ambriz, por Quininga, resistindo energicamente ao inimigo e repellindo-o mesmo quando na sua força teve baixas; ao 2.º sargento da bateria mixta de artilharia de montanha e guarnição, Antonio Rodrigues Cardoso, pela coragem de que deu provas mantendo o fogo da sua guarnição quando esta foi atacada em Mussulo, no dia 12 de Junho, contribuindo para repellir o inimigo; ao 1.º cabo da companhia de saude, Domingos Martins, pela actividade, zelo e intelligencia que mostrou nos serviços de enfermagem e porque tanto nas marchas como no estacionamento, fóra das horas do seu serviço especial, se incorporava armado, nas forças ou escoltas, tendo tido occasião de combater o inimigo; ao soldado da 3.ª companhia disciplinar, João Pereira de Sousa, porque, fazendo parte da secção de artilharia, sustentou-se no fogo com coragem, ajudando a repellir o inimigo, quando se deu o ataque em Mussulo; ao soldado da 1.ª companhia disciplinar, José Henriques, porque fazendo parte da secção de artilharia, contribuiu para se repellir o inimigo, perseguindo-o no ata que em Mussulo.»

Desasocegado estava egualmente o Angoche, vasta região formada além da ilha de Angoche, pelas da Primeiras, Fogo, Arvores e Rosa, e que começando no rio Sangage que o separa do districto de Moçambique, vae até ao rio Quizungo Grande, limite do districto de Moçambique.

O regulo Farelay era no Angoche, o mais terrivel inimigo dos portuguezes. Astuto, temido e forte, desdenhava dos nossos, logrando sempre escapar á revindicta. A incursão portugueza de 1902-1903, terminada com a montagem de dois postos em Boila-Moura, perto do littoral, concitou mais os seus odios, por lhe terminar os actos de escravatura. A' occupação pelo então governador Jayme Forjaz de Serpa Pimentel, seguiu-se o quasi abandono do territorio e Farelay, victorioso, continuou nas suas perseguições. Ellas deram porém origem á expedição de Junho de 1910, do commando do capitão de artilharia Massano de Amorim, e que seguiu de Lisboa em Outubro de 1909, apoz o votar da verba de 50 contos para despezas de guerra.

A 11 de Junho concentravam-se as forças no posto de Liupo, estando o commando da infantaria confiado ao capitão José Augusto da Cunha, o dos auxiliares ao capitão-mór de Macuana, tenente Neutel de Abreu, o de mercadorias ao capitão-mór de Fernando Velloso, tenente Figueiredo de Carvalho, o dos serviços de material de guerra ao tenente Paula Rego, o dos carregadores, ao sargento Almeida Negreiros, o de administração militar ao tenente João Augusto Regalla e os de saude, ao facultativo de 2.ª classe, Antonio Augusto Ferreira. A' marcha iniciada a 15, seguiu-se o combate de 16, nas terras do regulo Nauarame, a quem Neutel fôra intimar a rendição, recusada, sendo os portuguezes recebidos a tiro. A columna, avançando, destroçava o gentio, razziando as terras de Nauarame e Uarica, não sem registar alguns feridos e dois envenenados pela agua que os indigenas deixaram para esse fim nas palhotas. A 17, era tomada a senzala de Nauela, sem resistencia pela fuga dos negros para o territorio de Cobula, que, junto de Farelay, fez aviso ás tropas lusitanas de que havia de cortar a cabeça a todos os brancos. Seguiram-se, como resposta, novos assaltos e razzias, começando Farelay a vêr o seu poder abalado pela submissão do

gentio que, ia até ao ponto de ajudar os portuguezes na destruição das plantações. A 18 era tomada Boila, a 22, Namezeze, continuando a marcha para as terras de Cobula, não sem receber as homenagens dos regulos Mezeze e Mana, inimigos d'aquelle. A 23, aberto o caminho com 4 granadas, avançou Neutel, julgando o caminho livre, quando o inimigo, occulto no matto, iniciou fogo vivo, retirando a fôrça para o quadrado, atacado logo. Os combates renhidos trouxeram a rendição dos indigenas e Neutel tornou a avançar sobre Nampoto, com dois pelotões de infantaria, 100 cypaes e 1000 auxiliares. A passo se fez a incursão pela resistencia opposta, em que o gentio empregou a sua melhor gente, sendo morto até um irmão do regulo Cobula. A 27, ganha a victoria, era construido um bivaque, para descanço, depois de repellido Cobula e a 29, eram incendiadas as palhotas das terras do regulo rebelde, vindo em seguida prestar vassalagem, os regulos Maca, M'tocha, Nghira e Moga. Dava-se a 30 de Junho o combate gigantesco de Nanpont, no local onde fôra assassinado em 1902 o engenheiro Paes de Almeida e o ex-sargento Pitta Simões e onde eram vencidos com perdas grandes, as gentes dos regulos Cobula e Nampula, além da morte do filho de Cobula, e sendo assim vingado o massacre de dois martyres da Africa. Seguiu-se-lhe o estabelecimento de varios postos, assignalando-se assim a victoria portugueza, mas não sem 33 feridos e 2 mortos.

Emquanto esta columna submettia o gentio das regiões de Selega e parte de Mogovolla, o capitão-mór de Angoche, Damaso Marques, procurava identicos resultados na dos Imbamellas, como complemento aos trabalhos de Neutel. A expedição, saindo do posto de Maeegone, atravessava o M'luli e razziava as terras de Ibrahimo até ao Larde, estabelecendo um acampamento perto de Lagoa Maganha. A 18 de Julho fazia a occupação, acampando em Guarnacea, com 13 officiaes, 24 sargentos, 21 soldados europeus, 200 indigenas, 100 cypaes e 500 auxiliares. A 14 de Julho, fôra occupada Mogovella, abrindo-se communicação entre Parapato e Morrupula Chinga e entre Namuifil e Corrane.

Farelay, isolado, desejou ainda mostrar o seu poder. Tentou o supremo golpe, mas Massano de Amorim, que presidira a to-

das as operações, entrava nos territorios de Inhamella, batia o temido regulo, queimava lhe as povoações e, apoz rude exforço, prendia-o, em 22 de Agosto de 1910, levando-o para o posto de Morne.

Esse acto, correspondia, com menos tragedias e menos crueldades, á captura do Gungunhana. Farelay, bandido do sertão, de maus usos e sanguinario, caía nas mãos dos portuguezes, acto logo communicado para o reino em telegramma. Ao feito, seguia-se o do capitão-mór de Angoche, Damaso Marques, capturando, não só o regulo de Mogovella, mas o de Angola, o terrivel Ibrahimo Bin Selimane, especie de sultão do Angoche, que, não podendo resistir á clausura, nem ao desterro na Guiné, vinha a fallecer em 24 de Outubro.

Massano, ao regressar a Moçambique, pacificado todo o Angoche, era recebido festivamente, e até D. Manuel II enviava ao governador geral d'aquella provincia Freire de Andrade, o seguinte telegramma:

«Felicito-o vivamente e peço em meu nome felicite Massano de Amorim, officiaes e praças que tomaram parte campanha districto Moçambique pelo grande serviço prestado ao paiz e pelo brilho que mais uma vez deram ás armas portuguezas. Muito afleiçoadamente—*Manuel, Rei*».

A historia das guerras na Africa tinha mais uma pagina brilhante, e n'ella se deviam registar como de heroes, além de Roçadas e João de Almeida, os nomes do tenente Neutel Simões de Abreu, celebre já pelas operações de 1903-1904 e do tenente Damaso Marques.

Nova revolta do gentio em 16 de Julho vinha alarmar o continente.

Não se havendo submettido o regulo Muguia, das terras de Quissanga e Mucojo, Companhia do Nyassa, ordenou o tenente Froes de Carvalho, para intimidar, a captura d'uma caravana de negros muguios. Mal confiada foi a chefia da expedição, a um cabo indigena, de nome Muine.

A força, livre do director competente, exorbitou das ordens do superior e passando o limite dos concelhos, foi fazer prisões á povoação de Mipando, no gentio que ali fazia o seu commercio com os negociantes indianos.

Terrivel é o odio de negro contra negro.

Complicou-se a acção e travou-se lucta em que o gentio perdia, ficando mortos 2 e prisioneiros 16.

Os vencidos, pouco depois, invadiam a povoação de Mipando, entregavam-se ao saque e matavam vinte naturaes, levando algumas creanças para o matto. Quando o tenente Froes ali chegou, apenas viu os mortos, feridos e os destroços, tendo os pretos rebeldes que aliás tiveram razão na represalia, regressado ás suas terras.

A expedição ali lhes foi applicar o castigo, em que é certo incorreram levados pela pouca capacidade do chefe do primeiro troço, indevidamente investido n'um cargo de responsabilidade.

Seguiu-se o justo louvor official a todos os officiaes e praças que como heroes se portaram.

*

* *

Vagava a 27 de Junho o throno do Congo, pela morte do rei D. Pedro Bemba.

Não era de successão hereditaria, mas sim electiva, a suprema magistratura congoleza.

Por isso a 4 do mez seguinte, se reunia enorme assembléa, onde dois partidos, o catholico e o protestante, deviam proclamar o novo rei.

Os protestantes haviam já destinado e preparado para se assentar no throno, um neto do rei, a educar em Mossamedes, os catholicos adoptavam a ideia de resurgir a dynastia religiosa dos Alvaros e Henriques de Agua Rozada.

Tres dias se degladiaram os partidos sem possivel accordo, até que a 7 de Julho, para manter a doutrina de neutralidade entre os dirimentes, a auctoridade collocava no throno de S. Salvador, o sobrinho do fallecido D. Pedro, D. Manuel Comba, acceite e proclamado ruidosamente.

*

* *

A falta de approvação do orçamento forçou o governo a medidas financeiras de pouco regular ordem. Não havia porém melhor remedio á escassez de auctorisações parlamentares e por isso se publicava a 30 de Junho, o decreto assignado dois dias antes, declarando em vigor, para o anno economico de 1910-1911, provisoriamente e até resolução das côrtes, a lei de receita e despeza do anno economico de 1909-1910. Fazia-se isto, na mesma data em que era apresentado nas camaras de Londres, o orçamento da respectiva gerencia. As despezas eram computadas em 171.058:000 libras e as receitas em 199.791:000 libras, devendo contar-se ainda o defficit do exercicio anterior, de libras 26.248:000 de augmento das despezas navaes.

*

* *

N'essa mesma data era posta em execução a lei protectora do commercio e conhecida pelo nome de lei das sobre-taxas.

Era assim concebido o decreto:

«Tornando se necessario pôr em execução as prescripções do artigo 4.º da lei de 25 de Setembro de 1908, que autorisa o meu Governo a elevar até o dobro as taxas da pauta aduaneira e de navegação respectivamente ás mercadorias e aos navios dos paizes que tratam com manifesto desfavor o commercio e a navegação portuguezes e attendendo á conveniencia de evitar transtornos ao commercio internacional, pela immediata applicação das referidas sobre-taxas: hei por bem mandar declarar que desde o dia 1 de Janeiro de 1911 ficarão sujeitos, nas alfandegas e nos postos nacionaes, aos direitos da pauta aduaneira e ás taxas de navegação portuguezas, elevados a dobro, os productos e os navios dos paizes que, tendo pautas aduaneiras ou taxas de navegação differenciaes, applicarem n'essa data aos productos e aos navios portuguezes direitos ou taxas mais elevados dos que

applicarem aos productos e aos navios da nação mais favorecida. Fica entendido que este regime cessará de vigorar, em relação aos paises sem accordos commerciaes com Portugal, á medida que esses accordos se realisarem. Até 30 de Novembro de 1910 deverá o governo fazer publicar a relação dos paizes cujos productos e navios deverão considerar-se comprehendidos nas prescripções do referido artigo 4.º da citada lei de 25 de Setembro de 1908.—Os Ministros e Secretarios de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Fazenda assim o tenham entendido e façam executar.—Paço, em 30 de Junho de 1910.—Rei.—José de Azevedo Castello Branco—Anselmo de Assis Andrade.»

*

* *

As guerras francezas na Mauritania, tinham seu fim em Agosto de 1909.

Tragicos episodios assignaram precedentemente essas operações.

De 1903 a 1905, effectuava a occupação sul o official Coppolani, assassinado pelo gentio e a quem a França exalçou a memoria, mais tarde, no logar onde elle morrera collocando ahi uma cruz.

Proseguiram os nomadas na guerra contra os brancos, ceifando vidas, n'uma furiosa investida de opposição ás manobras occupadoras.

Cento e vinte cinco combates se travaram, e, na chronologia dos heroes de Africa immolados, escreviam-se os nomes do capitão Repoux, a quem a França ergueu no logar onde fallecera em 16 de Março de 1908, uma cruz identica á de Coppolani, do capitão Mangin, do tenente Reboul e 134 soldados. Unidos na lucta, os de Mauritania, só possuiam guerreiros e marabouts. Nova columna com o coronel Gouraud, capitães Gerhardt e Dupertuis, e tenentes Gouspy, Santier e Mugnier-Pollet, se organisou para effectuar a campanha de pacificação de Adrar.

Partindo de Mondjeria no sudoeste da estação de manobras de Coppolani, a 6 de Dezembro de 1908, apoz combates conse-

cutivos, conseguia o «desideratum» e a pacificação fez-se a 7 de Agosto do anno seguinte.

Dava-se então n'esse mez de Junho de 1910, a chegada da missão guerreira, recebida solemnemente na Sorbonne.

*

* *

Concluia-se entretanto (fins de Junho) em França, uma estatua ao inventor dos automoveis, o loreno José Cugnot, nascido no burgo de Void em 1725.

Cugnot, deu como applicação ao seu primeiro automovel, da pequena velocidade de 4 a 5 kilometros á hora, o transporte de canhões, fornecendo ensejo a que Protazo, em 1770, continuasse a ideia, coadjuvado pelo então ministro da guerra, duque de Choiseul. Void resolvia reivindicar a invenção do seu conterraneo e consagral-o. Uma subscripção aberta em 2 de Maio de 1880, e para a qual contribuiram Carnot, Lagerotte e Horacio de Choiseul, dava a verba necessaria para a execução do monumento, confiado ao esculptor Desiré Fosse.

*

* *

N'esse mez, fallecia em S. Petersburgo, o vulto principal da escola russa de musica moderna, o grande compositor Mili Balakirew.

Não podera o eminente musico soffrer a velha harmonia russa e, reunindo a si Rimstry, Korsakow, Moussorgsky, Borodine e Cesar Cui, formava a nova escola, dotando-a com trechos nacionaes baseados no canto popular e nas tradições da sua terra.

Tinha então 17 annos.

Depois escreveu varias composições notabilissimas, dolentes, relembrando o estylo de Schumann, como que doces elegias orientaes. «Islamey» foi um d'esses poemas symphonicos. Brilhantes trabalhos se assignalaram ainda, os poemas «Russia» e «Thamar», a musica do «Rei Lear» e a grandiosa legenda russa «O Passaro de Ouro». Balakirew, nascera em 1837.

XXVI

Tumultos nas côrtes. — A Liga Monarchica = O incidente Bertiandos. = Queda do ministerio Veiga Beirão. = Governo de Teixeira de Sousa. — Dissolução das côrtes = São marcadas novas eleições = Attitude dos partidos = Comicios republicanos = Boatos de revolta = Difficuldades governamentaes = O incidente Cunha e Costa. = Nova scisão no partido regenerador liberal. = Partida de D. Manuel para Cintra = Novos comicios republicanos = A lucta dos partidos = A colligação liberal. = Trabalhos eleitoraes = Os governadores civis = Revelações extranhas da politica. = Vota a falar se do caso da «Voz de Santo Antonio». = Congruas parochiaes e seminarios.

A vida ministerial Veiga Beirão ia terminar.

Arrastando uma existencia penosa de ataques e de dissabores, o governo estava a deixar o seu posto.

A sessão de 6 de Junho trouxera logo os primeiros embaraços, nascidos d'uma interpellação do deputado Pereira de Lima sobre o Credito Predial, accusando o gabinete de não cumprir o seu dever politico

Pedida a demissão, o presidente do conselho tentou rasgar aos olhos dos seus partidaristas um horisonte de larga vida, n'uma phrase altiva:

— Emquanto tiver razão de ficar, fico!...

A pouco caminho estava comtudo da perda d'essa attitude firme, logo reprovada por discurso energico do dissidente dr. Egas Moniz, terminado assim:

—«Se o governo tem o rei na barriga, se nos ameaça com a dissolução, ella que venha. Acolha o rei de Portugal sob o seu manto roçagante este governo de Credito Predial, occulte sob elle e proteja com o sceptro o sr. José Luciano, o guarda-livros Quintella, o thesoureiro Talone, os outros criminosos do Credito Predial E então feito o manto do rei de Portugal capa... de protector, entre assim o sr. D. Manuel na historia!»

Os tumultos fôram levados ao seu auge e o ataque republicano, teve por parte da dissidencia e dos deputados democratas, o acompanhamento necessario de gritos, origem do encerramento da sessão:

— Abaixo o governador!

— Peçam á corôa que deffenda o sr. José Luciano!

— Cubra-o o manto real!

A' attitude parlamentar, procurou a Liga de Defeza Monarchica pôr um entrave, indo até ao governo e até aos paços expôr os seus queixumes.

Comtudo, para justificar o proverbio de que todos querem justiça, mas ninguem em sua casa,—a Liga, pretendendo pôr termo ás disssensões das camaras, abandonára as suas, onde os aggremiados appareciam, divergindo em ideias e fazendo-as appoiar por phrases fóra da cortezia e contribuindo para que um documento sahisse do seu archivo, afim de demonstrar a discordia que lavrava na propria Defeza Monarchica, tão fraca que, na revolução, nem um dos seus membros accorreria a deffender o rei, como lhes cumpria:

«Ill.^mo^ Ex.^mo^ Sr. — Monarchico por tradição de familia, por educação e pela convicção de que não existem monarchias más, mas simplesmente povos estupidos e pervertidos que tão maus são com uma monarchia como o seriam com uma republica, filiei-me na Liga Monarchica por minha expontanea vontade, na crença ingenua de que ella poderia ser uma aggremiação séria, destinada a defender o regimen, começando por emendar os erros e as patifarias dos homens. A breve trecho a minha desillusão foi completa, mas, como ainda existiam uns vislumbres de seriedade, deixei me ficar. Desde, porém, que a Liga caiu nos dominios da operetta, com revelações pouco edificantes e epi-

sodios hilariantes, julgo do meu dever de homem, de cidadão e de monarchico não contribuir, nem com o meu dinheiro, nem com o meu esforço intellectual e civico para o sustentamento de uma aggremiação que dia a dia se esfarrapa lastimavelmente entre as gargalhadas ironicas da opinião publica. Não quero duvidar das boas intenções dos dirigentes da Liga, cujo caracter pessoal muito respeito, mas essas intenções não correspondem á realidade dos factos, sendo seu erro principal o terem arrebanhado socios a eito, dando-se hoje uma confusão de pessoas que já ninguem sabe de que terra é. Olhou-se á quantidade, esquecendo-se a qualidade, e d'ahi a derrocada. Como me não presto nem nunca me prestei a «chuchadeiras» (desculpe-me V. Ex.ª o termo) rogo lhe a fineza de me riscar do numero dos socios, acceitando a expressão de toda a minha consideração e estima por V. Ex.ª. Deus guarde a V. Ex.ª. Lisboa, 23 de Março de 1910. Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Presidente da Direcção da Liga Monarchica.— O socio n.º 1209 — Alfredo Gallis.»

A' lucta accesa breve correspondera porém o silencio, dizendo-se até que ao padre Avelino Simões de Figueiredo, dissidente da Liga Monarchica e fundador da Liga de Defeza Monarchica, fôra insinuado silencio pelo patriarcha.

A situação aggravava-se e conhecedora de tudo a Liga Monarchica tentou pôr embaraços á marcha dos acontecimentos.

Reunida a 4 de Maio na sua séde, Rua da Esperança ao Cardal, 12, 1.º, d'essa sessão saiu um manifesto ao paiz, com as conclusões: «1.º Empregar todos os meios de que puder dispôr, dentro da ordem, para conseguir que a lei seja respeitada e igualmente applicada a todos os cidadãos, e que os cargos do Estado não sejam desempenhados por funccionarios que tenham praticado qualquer acto contrario á dignidade e interesses da nação ou da monarchia; 2.º Protestar contra os jornaes e pessoas que calumniarem ou ultrajarem a Familia Real, auctoridades legitimas, ou a Religião do Estado, quando a auctoridade competente não tenha procedido contra os transgressores da lei e da moral; 3.º Protestar contra as associações de qualquer natureza que se affastarem dos fins para que fôram instituidas; 4.º Empregar todos os esforços tendentes a levar as auctoridades respec-

tivas a impedir que nas aulas de qualquer natureza os professores se desviem da sua missão; 5.º Protestar contra os ataques á egreja, quando não fôrem respeitadas as crenças religiosas da maioria da nação e a verdade historica; 6.º Solicitar de El-Rei, do Parlamento ou do Governo, qualquer providencia que a genuina opinião publica reclame, no sentido de tornar effectiva a defeza da monarchia e de garantir os interesses moraes e materiaes do povo; 7.º Applaudir os funccionarios publicos que cumprirem com zelo e dedicação os deveres de seus cargos e todos os cidadãos que prestarem á patria e á causa monarchica valiosos e excepcionaes serviços que nos elevem no conceito das nações cultas; 8.º Apreciar todas as reclamações dos seus associados baseadas na falta de cumprimento da lei ou de qualquer preceito legal, afim de solicitar das respectivas autoridades a devida justiça para os reclamantes que a ella tiverem direito; 9.º Promover sessões de propaganda e defeza da monarchia, dentro e fóra da sua séde.»

Nova reunião (25 de Maio) onde se discutiam boatos graves, dava o voto de se pedir a D. Manuel que não concedesse addiamentos ou dissoluções parlamentares sem que ás camaras fôsse applicado o regimento; pedir ao governo a prohibição de manifestações politicas contrarias ao regimen por parte de empregados publicos, uma syndicancia aos actos dos drs Miguel Bombarda e procedimento contra o dr. Antonio José d'Almeida, Carlos Babo e commissario naval reformado, Arthur Marinha de Campos, por ataques á realeza; a adopção de providencias para impedir os gritos subversivos.

Diziam assim essas propostas:

«Para que seja presente ao sr. ministro da marinha uma representação pedindo para s. ex.ª não consentir que o commissario naval reformado, Marinha de Campos continue impunemente a injuriar na imprensa os altos poderes do Estado, a prégar a revolução e a fazer a apologia dos regicidas, lançando o odio e o desprezo sobre o cadaver do chefe do Estado.» «Para que se peça uma syndicancia tendente a apurar se é verdadeira a noticia publicada no «Portugal», de 15 do corrente, ácêrca do julgamento relativo a associações secretas, que teve logar no 3.º dis-

tricto criminal sob a presidencia do sr. dr. Dias Ferreira, que, n'esse julgamento, permittiu que o advogado Carlos Babo atacasse violentamente as instituições e os seus representantes». «Para se reclamar da auctoridade competente o necessario procedimento contra a direcção do Centro Antonio José D'Almeida por ter enviado uma mensagem ao dr. Affonso Costa, na qual se ataca violentamente o regimen e se insultam os representantes dos altos poderes do Estado». «Para que se peçam providencias no sentido de impedir os gritos subversivos que individuos de certas classes costumam soltar nos comboios, principalmente nos do Alemtejo e arredores de Lisboa».

Ia a mesa da assembléa geral desempenhar-se do encargo junto de Veiga Beirão e Dias Costa em 2 de Junho, fazendo entrega das representações sobre o funccionalismo publico e salientando a necessidade de procedimento contra o Centro dr. Antonio José d'Almeida por ataque ao regimen e insultos aos altos poderes do Estado, tendo na ante-vespera sido presente ao ministro da marinha, João de Azevedo Coutinho, a representação sobre Marinha de Campos.

A Liga ia ao Paço cumprir o resto da sua missão e D. Manuel acolhendo-a, agradeceu, vendo no nucleo monarchico o desejo de dar prestigio á corôa, apontando-lhe o estado revolto do parlamento, aliás já exposto n'uma representação historica dos portuenses onde se dizia:

«Senhor: — Nós, abaixo assignados, residentes na cidade do Porto, commerciantes, industriaes, agricultores, profissionaes livres, em summa, constituindo forças vivas do paiz, que em verdade mais trabalha e paga, sem recorrer ao Estado, e antes auxiliando-o, somos forçados, em presença dos factos anormaes que principalmente se estão desenrolando no seio da chamada representação nacional, a recorrer por este meio a Vossa Magestade, como fiador primario, como supremo magistrado da Nação, encarregado de manter e fazer manter a constituição do paiz, para que emfim usando de qualquer modo de suas prorogativas, haja por bem, proficientemente, envidar o seu subido exforço no sentido de pôr côbro a este avanço de descalabro e dissolução, que não está certamente nas instituições, mas sim no desencontro

de ambições insofridas e desenfreadas de homens que parece haverem perdido toda a noção de decoro, de brio, de civismo que urge socialmente impôr-se, e de preferencia do alto. Senhor. E antes mesmo de passar adeante cumpre-nos assentar materia de principio irrefragavel, qual é a de que a funcção economica do paiz, já prevertida necessariamente pelo revolto do parlamento, que aliás deveria ser como que o seu volante regularisador, de tal arte ha retrahido a funcção do negocio, de vida regular de transações que os reditos do nosso exercicio de profissão teem descido estes dois ultimos annos, preferentemente, a 50°|₀ e a menos ainda d'aquillo a que regularmente em outro tempo nos era dado aspirar e adquirir. E claro que, n'estes termos, as decimas e as taxas que o Estado fatalmente tem de nos exigir a nós todos, não pódem já hoje ser pagas sem um sacrificio incomportavel, que obriga a mil contrariedades, faltas e desiquilibrios, que, dia a dia avolumando-se, só pódem ter um termo unico: — o de uma «dèbâcle» pavorosa na economia e nas finanças do paiz, sobre a qual de resto estão tripudiando os insaciaveis parasitas, ameaçadores e truculentos, capazes de todas as ousadias, capazes de todos os crimes, que como regra inalteravel a impunidade garante e estimula. Senhor. Não estamos fazendo, como bem se vê de resto, politica monarchica nem republicana, que mesmo seria como que um crime de lesa-nação perante o estado afflictivo do paiz; mas claro que um organismo vivo que assim oblitera a sua funcção devida e regular, sem um ideal de trabalho em termos, que aliás hoje constitue religião suprema em paizes bem orientados e dirigidos, fatalmente que a propria dynamica da sua existencia, ou digamos a sua força vital, o arrastará para um estado febril de doença especulativa e minar de anceio, de remedio que porventura esteja — para o caso — n'uma mudança macabra de instituições: hoje da monarchia para a republica; e ámanhã — da republica para a monarchia. E afinal, encontrando-se sempre o enfermo peior. Pois que o typo ideal politico seja o de «conservar-progredindo», segundo a formula de «Comte». Senhor. E nós, é obvio que não podemos condemnar a doença de um corpo social, como não podemos condemnar a de um individuo. Como não ha-de ser com palavras, nem com

diatribes, nem ainda com os maiores protestos de dedicados monarchicos, como só isso se vê, que havemos de providenciar sobre o mal, que aliás exige remedio fundo e energico. E isto entretanto que á sombra de um monarchismo mais do que duvidoso, os actos de nepotismo, de devassidão, de inepcia, de escandalo de rematada ignorancia e estupidez, ahi se põem na mais crua desoladora evidencia. Quando exactamente o contrario d'isto se tornava mister, exercita-se sim uma alta politica de interesses nacionaes — «dae-me boa politica, que eu vos darei boas finanças». Senhor. E isto entretanto que a politica, como os politicos na verdadeira accepção da palavra, em Inglaterra, ora se põem no mais desolador e typico contraste os «nossos» — ensarilhando armas inclusivé n'um momento de accesa lucta, emquanto prestam homenagem á perda do seu rei e ao necessario preparo do herdeiro; — e isto maiormente subalternisando-nos, como melhor se poderá ajuizar pelos documentos (que o são! pela hora) que aqui juntos, fazem necessario e precisamente corpo com este requerimento-protesto».

Na sessão de 8 de Junho, o deputado dissidente, J. Antonio Moreira de Almeida, fazia aviso previo ao governo para interrogações sobre a entrega a D. Manuel d'uma representação da Liga de Defeza Monarchica, pedindo á corôa providencias sobre a attitude da camara e bem assim copia d'essa representação.

Discutido era o assumpto n'essa mesma sessão, pelo deputado republicano dr. Brito Camacho, que teve a seguinte phrase:

— Singulares monarchicos são esses homens da Liga, que não hesitam em ir perante o rei dizer-lhe como elle hade exercer as mais altas prerogativas que lhe confere a corôa!

Na sessão da camara alta de 10 de Junho, levantava a questão, o par do reino Dantas Baracho, respondendo-lhe Dias Costa, que effectivamente a Liga fôra ao paço informar el-rei dos seus fins de promover o bem da monarchia e da patria, agradecendo D. Manuel as affirmativas.

A Liga entrara no paço em dia de recepção e pedira ao camarista para falar ao rei, o que se auctorisou na ignorancia de se tratar d'uma representação.

A extranha evasiva suscitou o seguinte commentario de Dantas Baracho:

— Ah! entrou no paço com uma gazúa!

Não agradou a ideia activa da Liga, mas em vez de se lhe oppôr o desmentido pela serenidade da discussão, o parlamento mais se accirrou em agitações.

O governo, ia postergando os trabalhos parlamentares pelo encerramento successivo das sessões, processo com que pretendia, baldadamente, addiar a saída inevitavel, suscitada pela imprensa em campanhas fortes.

Veiga Beirão, quiz manter a ordem opposicionista e a propria união ministerial.

Comtudo no proprio dia 10, em que se censurava o acto da Liga de Defeza Monarchica, um incidente surgia que lhe deu razão:

Presidia á sessão da camara alta o conde de Bertiandos que, apesar de mezes antes (A Liberdade—Janeiro de 1910) haver declarado affastar-se da politica activa nacionalista, mantinha o seu conselho dentro do partido e auxiliava os progressistas como primeiro passo para o bloco que com elle devia formar em breve.

Bertiandos, no desempenho do triste dever imposto pelo governo, marcou sessão para dias depois e ante os protestos, teve a phrase extra-parlamentar e de arrogancia.

« — Pois é assim mesmo!»

A attitude irregular exarcebou os politicos e os regeneradores, criticaram assim o acto:

«Decididamente, o sr. conde de Bertiandos enganou-se. Imaginou que estava falando aos seus criados do Minho, quando é certo que se dirigia aos seus pares da camara alta. Os seus criados do Minho estão, naturalmente, sujeitos, pela servidão, a receber, como se fôssem de mel, as suas palavras rudes e os seus modos descompostos por uma arrogancia irritante; os seus pares da camara alta estão, sempre, em condições de lhe applicar o correctivo devido quando essas palavras e esses modos os attinjam, como os attingiram hontem, em circumstancias, de todo o ponto intoleraveis. Já a meio da sessão o sr. conde de Bertiandos

fôra de uma accentuada impertinencia na maneira como se dirigira ao sr. João Arroyo, que lh'o fez sentir; mas no final requintou, assumindo uma attitude de manifesta provocação, quer prestando-se a ser instrumento da cobardia politica do governo, quer pretendendo justificar esse acto, que o não honra, em termos de pimponice, que os seus caseiros minhotos pódem, talvez, supportar, mas que não encontram no parlamento quem esteja disposto a soffrel-os.» (*)

E a estas aggressões, seguia-se a de outras fracções, onde se declarava que os «pares de opposição não são os descendentes dos castelhanos que nos Atoleiros levou a bordoada a seu illustre avô. Um condestavel até de campainha na mão é fóra de tempo.» (**)

O conde de Bertiandos, desgostoso ficou e, aproveitando a queda do governo, mas antes de constituido novo gabinete, pedia a demissão de presidente da camara alta, originando o seguinte decreto:

«Attendendo ao que me representou o digno par do reino conde de Bertiandos; hei por bem conceder-lhe a exoneração, que pediu, do cargo de presidente da respectiva camara, para que fôra nomeado em 30 de Dezembro ultimo. O vice-presidente da camara dos dignos pares assim o tenha entendido para os effeitos convenientes. — Paço, em 23 de Junho de 1910. — Rei — Francisco Felisberto Dias Costa.»

Bertiandos na sua despedida teve signaes inequivocos e merecidos de consideração, expressos n'uma mensagem entregue pelo conselheiro Cabral Metello, director geral da secretaria da Camara dos Pares:

«Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. conde de Bertiandos:—Vem Vossa Excellencia demonstrar mais uma vez, n'este momento, os primores do seu grande caracter e a grandeza de uma alma verdadeiramente fidalga. Sabendo que vossa excellencia viria hoje aqui, despedir-se de todos os empregados da Camara dos Dignos Pares, aqui estamos tambem a fazer as nossas despedidas, affirmando a

---

(*) As *Novidades* de 10 de Junho de 1910.
(**) *O Imparcial*, de 10 de Junho de 1910

Vossa Excellencia que da sua passagem pela presidencia da Camara Alta nos ficará sempre uma inolvidavel recordação. Todos ficamos devendo a vossa excellencia um grande reconhecimento pelo modo como se dignou tratar-nos e pela maneira tão justa e tão nobre como sempre nos attendeu. E' esta, simples na fórma mas verdadeira e sincera, a expressão dos sentimentos que n'este momento nos cumpre manifestar áquelle que foi nosso digno Presidente.»

Acabava entretanto de toldar-se o horisonte politico, ao surgir de novas violentas palavras de accusação e forçando o governo a retorquir com energia ficticia. Estava escripto que a vida parlamentar havia de assignalar-se improductiva.

A questão do poder, era auxiliada pelos republicanos, vendo nos successores dos progressistas, os regeneradores, a ponte de transição para a republica, facto aliás relembrado pela antiga affirmativa de «O Paiz» de Janeiro d'esse anno:

«Pouco nos interessa que triumphe este ou aquelle, mas a verdade manda que se diga que a victoria do sr. Teixeira de Sousa não deixaria de ser extremamente util para nós, republicanos. Se o sr. Sousa nos não attendesse, nós republicanos, teriamos muito á mão elementos de effeito para o obrigar a cumprir certas promessas. . . »

Os tumultos da sessão de Junho da camara dos deputados, trouxeram novos maus prenuncios para o governo, atacado por commentarios causticos dos democratas, salientando-se o dr. Affonso Costa que gritava:

« — Abaixo os encobridores de criminosos confessos!»

Já não constituira seguro indicio de estabilidade ministerial, a attitude do presidente da camara alta e, effectivamente, o golpe projectado para a derrocada do gabinete não tardou a ser dado.

A politica agitou-se e como cada chefe possuia seu appoio, a lucta foi grande. Para as suas ascensões, auxiliavam os governantes as grandes emprezas: Jacinto Candido, tinha por si a Liga Naval, mas sem bases firmes: a dissidencia, possuia a Companhia do Gaz; Pimentel Pinto, o fraco braço da Liga Monarchica; José Luciano, o Credito Predial; Ressano Garcia, a Com-

panhia das Aguas; Arroyo e Vasconcellos Porto os Caminhos de Ferro e Teixeira de Sousa, o Banco Ultramarino. Poz-se este em campo e acirrou a queda do ministerio Beirão.

A 14 de Junho ia ao paço o presidente do conselho expôr a situação a D. Manuel.

O parlamento era a espada de Damocles pendente sobre a cabeça do governo e este, mantendo-se em crise, á espera dos trabalhos regios, fugia á lucta nas camaras.

Tentou pois o golpe parlamentar, que daria margem a esse statu-quo e a dissolução. D. Manuel apoz uma recusa, teve largas conferencias com Sebastião Telles e Wenceslau de Lima, emquanto o gabinete encetava o dispôr das derradeiras vontades.

Desde logo o orgão principal do partido regenerador, principiou combatendo a dissolução projectada pelo ministerio e a corôa foi de novo atacada de uma fórma que se houvesse o pudor necessario, esses politicos não mais pizariam os paços regios.

Os ataques aos progressistas caberiam perfeitamente no campo a alvejar, se os outros partidos se não medissem por egual bitola, reus de todos os crimes, eivados dos mesmos erros.

Falavam assim as *Novidades*: (*)

«A dissolução da camara em que o governo dispõe de maioria, dadas as circumstancias actuaes, concedida a um ministerio por todos considerado perdido, seria uma falta tão grave, um erro de tal magnitude, que não suppomos haver quem o praticasse. Mas ir para a camara com o alarde publico de que o governo leva comsigo o regimen, o monarcha, o sceptro real, armado em cacete, para castigar as opposições — e outra coisa não significa a ameaça de sabbado — chega a attingir as raias da loucura. Se o governo vae á camara, attribuindo-se á nota do «Correio da Noite» o significado que transparece da sua redacção, já todos ficamos sabendo que o sr. presidente do conselho tem na algibeira o decreto da dissolução para expulsar do parlamento os deputados que se atreverem a levantar quaesquer difficuldades aos planos do sr. José Luciano de Castro. Tal é a

(*) 30 de Maio de 1910.

logica que deriva das declarações do orgão officioso do governo. No tocante ao partido regenerador a situação seria a seguinte: afastado do poder quando se organisaram os governos dos srs. Ferreira do Amaral, Campos Henriques, Sebastião Telles, Wenceslau de Lima e Beirão, convencer-se-hia de que o seu papel é de simples comparsa na peça do constitucionalismo portuguez e de que previdente foi o sr. Julio de Vilhena não querendo prestar-se a elle. A monarchia pertenceria aos progressistas e reaccionarios, com exclusão systematica de um grande partido que ao paiz e ás instituições tem prestado os mais relevantes serviços. Tal seria a verdadeira significação da dissolução da camara dos deputados concedida a um governo que dispõe de maioria parlamentar e cujo «activo» tem os marcos milliarios da questão das luminarias e da fuga vergonhosa de 22 de abril! Não é possivel. O senhor D. Manuel, rei de todos os portuguezes, não póde, nem quer, por certo, ser rei de uma facção.»

Se a situação clara dos artigos do «Popular» em 1907, trouxe o regicidio, a «situação clara» do «Seculo», em Junho de 1910, trouxe finaes symptomaticos:

«Uma vasilha de vinagre em uma adega diz-se que estraga o vinho bom. Ora o regimen avinagrou!...»

Tudo indicava que se ia dar a setima crise do curto reinado de D. Manuel II.

Debalde o governo, tentando encobrir a pouca decorosa fuga parlamentar ás discussões dos escandalos politicos, assegurava possuir todas as condições para bem cumprir o seu mandato.

E' certo que na sua bagagem legislativa muitas medidas de valôr, especialmente pela pasta das obras publicas, se poderiam assignalar, sem a persistencia inepta do obstruccionismo parlamentar.

De pouco peso era isso porém para os partidos, que, aproveitavam os escandalos para desmanchar gabinetes, sem cuidar depois de os remediar ou sequer procurar fugir a erros semelhantes.

N'esta conjunctura critica, pedia uma parte dos progressistas, representada pelo «Liberal», a dissolução da «camara dos

discolos», aconselhando o menospreso dos protestos opposicionistas, perfilhando o concerto os henriquistas.

Os teixeiristas, que deviam succeder aos progressistas, iam de encontro ao monarcha, allegando que com a dissolução da camara o governo arrastaria «a pessoa do rei para o atoleiro de miserias do Credito Predial» (*) e n'uma perfeita inconsciencia, n'uma cegueira de cubiçosos, falavam de D. Manuel, dando-o como chefe de estado inexperiente, um inexperiente que se affirmou, caindo nos braços dos regeneradores, cujos chefes, longe de chamar á rasão esse que se lhe entregou, o lançaram no caminho do exilio, sem o appoio dos proprios conhecedores da sua inexperiencia!...

Triste officio o de reinar, quando no meio da ambição «super omnia»; quando se reina n'um tremedal de ganancia, affogada em politica sem brios e sem orientações! ..

Reunia-se o directorio em dia de Santo Antonio para tratar da situação politica, approvando ali a nota officiosa:

«Considerando que o partido republicano tem o dever de combater intransigentemente os governos monarchicos e que o actual governo por especiaes motivos de ordem moral e politica legitíma maior violencia no ataque, o directorio resolveu reunir ámanhã com a junta consultiva para assentar no processo que melhor se coadune com o actual momento.»

A sessão do dia seguinte originou a seguinte exposição dos seus fins:

«Por unanimidade resolveu-se combater intransigentemente todos os governos monarchicos e atacar com a maior violencia aquelles que, por motivos de ordem moral e politica, se collocarem, como o governo do sr. Francisco da Veiga Beirão, em antagonismo com os interesses nacionaes e em guerra desleal e perseguidora ao partido republicano. Decidiu-se mais que se organise um vehemente protesto contra qualquer offensa aos principios do regimen representativo, e especialmente contra a dissolução da camara electiva, qualquer que seja o partido ou grupo que a solicite ou obtenha, e sejam quaes fôrem as circumstan-

(*) As «Novidades» de 14 de Junho de 1910.

cias em que esse facto se produza, mantendo-se a mais absoluta independencia do partido republicano em relação a qualquer partido, grupo ou individualidade da monarchia.»

O seu protesto porém ia mais além e, occultamente, accirrava os elementos populares contra o regimen decrepito, mais decrepito pela fallencia dos politicos, do que pelos erros da nova dynastia.

D. Manuel, que queria a todo o transe um governo que vivesse com as camaras, julgou entretanto util ouvir quem de largo tivera por maus conselhos: Julio de Vilhena.

Este estadista, mais pensador do que guerreiro, e, mais cheio de devaneios do que de maus passos, foi ao chamado regio, a pretexto de agradecer a recente nomeação de presidente do supremo tribunal administrativo. Satisfeito pelo acto, não lhe deu a orientação fatalista do agourador dos successos de Janeiro e Fevereiro de 1908, a percepção da pouca estabilidade do novo cargo.

Contente, accorreu ao chamamento real, percorrendo de novo as galerias palacianas, trilhadas tempos antes, por Wenceslau de Lima e Sebastião Telles, para a contradança consultiva, obrigada em crises ministeriaes e que a esses estadistas deu fóros de successores de Veiga Beirão.

Vilhena, assim que recebeu o convite regio (24 de Junho) saiu de Parede em automovel do estado e enveredou aos paços, pressuroso.

A conversa do ex-chefe regenerador com D. Manuel II foi longa. Vilhena, ante a situação, alludiu a possibilidades d'um ministerio constitucional, com o appoio das maiorias, citando nomes, entre os quaes o proprio, para a presidencia.

D. Manuel, rodeando o assumpto, alvitrou outro governo, reprovado pelo antigo ministro, visto lhe ser concedido apenas um nucleo não seu, pactuando com as opposições, ou fôsse um governo de conciliação, transitorio, ponte de passagem para outro, mais estavel. Vilhena queria um gabinete de combate á opposição, dando a pasta da justiça a José de Alpoim. Mas o projecto era contrario ás ideias regias, apresentando-se-lhe como espectros terrorificos as duas mais altas figuras anti-realistas do

tempo da dictadura: Vilhena, o propheta da revolução ou do crime e Alpoim, um dos que acompanhavam o movimento destinado a fazer a revolução, que degenerou na «janeirada».

D. Manuel queria o conselheiro Vasconcellos Porto, para a pasta da guerra, Wenceslau de Lima para a dos extrangeiros, conde de Bertiandos para a das obras publicas e Almeida d'Eça para a da marinha, cabendo a presidencia e reino a Vilhena, que escolheria os titulares da fazenda e da justiça, excluindo Alpoim.

Houve intransigencia de parte a parte.

A solução vilhenista não foi acceite. Os teixeiristas, actuando mais fortemente na politica, desmanchavam até conciliações e Teixeira de Sousa, entrevistado, dava a ideia do seu antecessor como um aggravo pessoal, e clamava que Vilhena nunca seria presidente do conselho.

Uma entrevista (*) do segundo, punha a claro a situação, exalçando as uniões vilhenistas com a dissidencia que tão mal pagaria aos primeiros o seu lealismo.

O monarcha, principiando por recusar a dissolução progressista e o ministerio Vilhena, abriu caminho para o approximar dos regeneradores, que atraz de si traziam como elementos aggregados, a dissidencia, que cooperando em varios actos dos republicanos trazia estygmatisada a suprema queda da monarchia.

Portugal a caminho da republica, em plena revolução, teve na dissidencia como que o sonho de futuro.

O governo continuava entretanto a preparar as malas e enchiam os seus. Dias Costa, ministro do reino, recebia a grancruz de Christo e iria assumir por decreto de 16 de Junho, o cargo de vogal do Tribunal de Contas, deixando o de director geral do ultramar, para o governador civil de Lisboa, Ramada Curto. O director do «Liberal», dr. Alexandre Correia Telles de Araujo de Albuquerque, ia para contador do Tribunal de Contas. O conde de Penha Garcia e o conselheiro Arthur Montenegro, iriam por cartas regias de 25 de Junho, exercer logares no

(*) *O Porto* de 24 de Julho de 1910.

tribunal permanente de arbitragem estabelecido pela convenção de Haya; o conselheiro Albano de Mello, era nomeado commissario regio junto da Companhia dos Tabacos; o deputado Chaves Mazziotti era agraciado com a carta de conselho. Effectuava-se isto emquanto o conselheiro Antonio de Azevedo, convidado, se recusava (18 de Junho) a formar gabinete, e Teixeira de Sousa esquecido de que Vilhena lhe dera a chefia do partido, protestava no paço contra as suas pretensões.

A inimisade dos dois chefes definia-se porém: se Vilhena não lembrou Teixeira de Sousa, para a successão ministerial, este não lembrou tambem aquelle. Por seu turno (16 de Junho) insinuaram vultos a quem por mera cortezia promettiam appoio e o teixeirismo citava a D. Manuel que queria a todo o transe o funccionamento da camara, os conselheiros Antonio de Azevedo, Anselmo de Andrade e Wenceslau de Lima, que dizia appoiar.

José Luciano via a sua estrella desmaiar no horisonte politico, onde elle se demonstrou habil como nenhum. Tentaram que elle sanccionasse um gabinete mixto. Não quiz, com um sorriso que justificou certa prophecia, adeante citada e feita em carta a D. Manuel.

Os conselheiros Anselmo de Andrade e Antonio de Azevedo queriam um ministerio regenerador, presidido por Teixeira de Sousa. Os wenceslausistas, depois de indicarem o mesmo politico, mostraram-se reservados, não faltando insinuações de que se haviam valido das previsões fatalistas do chefe navegantino, desmentidas pela indicação segura de que haviam proposto Teixeira de Sousa.

Falou-se então n'um governo de força, presidido por Dias Costa.

Conhecia-se que o vulcão estava prestes a explodir. Embora se não desse publicidade, sabiam-se não só as excitações da armada, como os successivos addiamentos de saída dos revoltosos saturados da politica e querendo vêr governantes novos, envoltos em esperanças.

Os progressistas, accossados por todos, deram a primeira nota de descontentamento: o governo não foi ao paço cumpri-

mentar D. Manuel como era da praxe, pelo dia do santo do seu nome, a 17 de Junho.

A essa hora, no Centro Progressista, resolvia-se só patrocinar um gabinete saído das maiorias parlamentares, ou fôssem progressistas e henriquistas, sob a presidencia de Campos Henriques.

Teixeira de Sousa liquidava porém todos os concorrentes.

Vencia elle. A corôa, impellida pela fatalidade, ia ao encontro da sua ruina. Avançando para os regeneradores caminhava para o abysmo. Mas ao destino ninguem resiste.

José de Alpoim, a quem Teixeira de Sousa assegurava uma possivel succesão a um gabinete seu, chamado ao paço em 17 de Junho declarava a el-rei que seria funesto o proseguir da politica de rotativismo e do engrandecimento do poder real. A' offerta, ceremoniosa, de poder, Alpoim, declarava que a dissidencia só o acceitaria independente, para fazer politica radical, de reivindicação social, abolindo leis de excepção e promovendo a defeza do poder civil e do clero portuguez contra as pretensões do clero estrangeiro, exalçando a velha e tradicional egreja portugueza.

Por detraz da dissidencia estava comtudo o odio naveganti-no, a preponderancia de José Luciano, que se jactava de receber cartas do rei, de ser este sempre a dirigir-se-lhe primeiro e de ter o cuidado de responder a regias missivas com a formula resultante d'esse acto: «em resposta á carta com que vossa magestade me honrou...»

A dissidencia não logrou convencer, mas a finura do seu chefe exemplificar-se-hia.

Alpoim, ao sair do paço, ia falar com Teixeira de Sousa, ao tempo que D. Manuel recebia Jacinto Candido, o general Moraes Sarmento e os conselheiros Anselmo de Andrade, Campos Henriques e Vasconcellos Porto.

O chefe regenerador-liberal, negou-se a quaesquer entendimentos com os progressistas e Alpoim, como sempre illudido com a esperança de alcançar o poder, iniciou assim os jubilos:

«Se ámanhã o partido dissidente fôsse poder, cresceria a herva, em pouco tempo, á porta do paço dos navegantes. Fica-

riam alguns fieis, dos que lá estão mais por dedicação pessoal do que por devoção politica.

. . . .

«Não lhe dirigimos supplicas ou memoriaes para que nos dê o poder. Affirmamos direitos, definimos situações. Veremos como se exerce a prerogativa constitucional do poder moderador na escolha dos seus ministros. Sua magestade medita e tenta acertar ha «doze dias». Deve pois sair obra limpa e aceada, se a Divina Providencia o illuminar. . .» (*)

Não foi de bom agoiro a evocação e a Providencia, longe de esclarecer D. Manuel, encheu-lhe de tal fôrma o caminho de trevas que, ao fazer-se a luz, devia ver agitar-se deante d'elle, trazida pelas fraquezas do ministerio Teixeira de Sousa, a bandeira da revolução.

Seguiam entretanto as accusações dos partidos, formuladas sem rebuço, na sua imprensa.

Os henriquistas falavam assim:

«O *Imparcial* entende que é já o momento de evolucionar, a todo o pano, para a esquerda, onde está a desordem e o ataque directo ás instituições, dando-se com a ponta do pé na unica formação que em volta do throno põe um cinto de segurança e de respeito. Seria um grave erro! Isso é que seria a revolução. O evolucionar para a esquerda ha de ter fatalmente o seu momento, quando a violencia, a arruaça, o conluio com os inimigos das instituições não fôr o processo n'esse campo seguido, e, sobretudo, quando o tempo e a acção houverem realmente cançado e desfeito a força incontestavel, ordeira e serena, que n'este momento representa a confederação das energias conservadoras do paiz. Esta força tem a corôa de a respeitar e manter em proveito da sua propria conservação. No dia em que a corôa acceitar como boa a norma da violencia revolucionaria, em proveito principal dos inimigos das instituições, como norma de escalar o poder, não mais haverá governos n'este paiz, e por pouco tempo haveria monarchia! Assim o entendemos, muito sinceramente, e assim o proclamamos, sem olharmos a pessoas, para as quaes

(*) *O Dia* de 22 de Junho de 1910.

não temos a minima malquerença; mas tendo em vista, unicamente, interesses superiores das instituições e do paiz.» (*)

A dissidencia, posta de lado, dizia: (**)

«Foi má a obra politica do reinado anterior: mas, pelo menos, ainda teve certa grandeza, até nos proprios erros e na derradeira lucta. O que se passa agora n'esta miseria politica e n'esta depressão moral, para que se não encontra precedentes, é mil vezes peor do que tudo a que assistimos ha alguns annos, quando ainda não era tão facil o triumpho para os sub-mediocres, nem tão baixo descera a dignidade do poder, que permittisse a escalada aos que assim levam a monarchia para um caminho que não sabemos onde vae dar... Não nos cega a paixão politica; escrevemos fria e serenamente. Resignamo-nos á marcha forçada dos acontecimentos, como se tivessemos lido os dizeres sinistros d'uma sentença que houvesse de cumprir-se, e da qual não ha recurso.»

Por seu lado os regeneradores, os futuros governamentaes, para não fugirem á sua triste sina de prophetas sinistros, declaravam: (***)

«Affirma mais o orgão officioso do defunto ministerio que as opposições se dirigem actualmente n'estes termos ao Poder Moderador: «Se quer tranquilidade, se quer dias alegres e repousados, volte-se para nós, abata o sceptro real em continencia e ponha ahi no chão o régio manto, para sobre elle passarmos victoriosos.» Não sabemos que haja alguem que fale assim a el-rei, que todos os opposicionistas monarchicos respeitem como elle tem todo o direito de ser respeitado e como todos nós temos o estricto dever de respeital-o. Mas deixe-nos dizer-lhe o «Correio da Noite», sincera e rudemente, que antes abater um sceptro em continencia deante de uns principios justos e de umas boas intenções, que mergulhal-o na lama de uma tão sordida immundicie como a da Companhia do Credito Predial; e antes pousar o manto real sob as taboas limpas do chão que cobrir com elle,

---

(*) «O Noticias de Lisboa» de 17 de Junho de 1910.
(**) «O Dia» de 18 de Junho de 1910.
(***) «O Diario Illustrado» de 18 de Junho de 1910.

para gaudio dos burlões e dos seus cumplices, as mais reles trampolinices e as mais baixas e escandalosas concessões.»

Perdido no meio d'essa nuvem de acridios pairando sobre o throno, D. Manuel, corria de novo para junto do chefe navegantino, expondo-lhe em carta, os resultados de todos os trabalhos e até a conveniencia de escolher n'uma larga lista de nomes de individualidades progressistas, aquelles que poderiam compôr um governo mixto. O velho estadista, affirmou, em resposta, o voto de conservação do gabinete que se pretendia substituir, regeitando todos os nomes de indicados para governos de outros partidos e declarando que nenhum dos seus correligionarios teria o appoio do partido em ministerio de varias marcas.

O conselheiro José Luciano ainda, n'uma extranha previsão de que o governo regenerador seria o ultimo da dynastia de Bragança que arrastaria na queda, escrevia a D. Manuel dizendo-lhe que achava tudo conveniente menos a Teixeira de Sousa e ainda que a queda dos progressistas equivalia á queda das instituições.

Wenceslau de Lima, protegeu comtudo a ideia d'um gabinete presidido pelo chefe regenerador, acto que foi auxiliado pelos conselheiros Veiga Beirão, Sebastião Telles e Eduardo Villaça, pedindo porém segredo a D. Manuel sobre a indicação d'aquelle. Esses conselhos seriam depois tristemente relembrados n'um serão em Woodnorton, o exilio regio, nascido da revolução d'Outubro. Wenceslau de Lima pagaria, por todos, esse alvitre e até com uma atmosphera de suspeição em todos os expatriados monarchicos.

Citou-se ainda o boato de que o soberano havia chamado ao paço, os conselheiros Villaça, Dias Costa e Soares Branco, para lhes pedir a ida ás côrtes, o que se não provou.

Novas conferencias houve, sem que a crise se solucionasse.

Dava-se então e como que a confirmar as apprehensões de José Luciano, uma mysteriosa entrevista entre o chefe regenerador e os republicanos.

Pouco antes das 11 horas da noite de 19 de Junho, Teixeira de Sousa ia esperar n'uma casa do Rocio n.º 45, o dr. Antonio José d'Almeida que apeando-se d'um electrico na rua do

Amparo, seguiu para a mesma casa, onde em reunião com mais dois politicos se demoraram.

Ainda Teixeira de Sousa era visto de trem na tarde de 18 de Junho, no largo do Corpo Santo, com o caudilho republicano e um dos mais acirrados trabalhadores da ruina do throno, dr. Affonso Costa.

Posteriormente seriam esses factos desmentidos por Teixeira de Sousa, mas sem base certa. O passeio com o dr. Affonso Costa, era negado sob o fundamento de que para isso não tinham relações pessoaes; (*) a entrevista com o dr. Antonio José de Almeida, alcunhada de phantasia do «Correio da Manhã.»

Certo foi que, breves dias depois, a 21, e emquanto se futurava a chegada do ministro de Portugal em Inglaterra, para um conselho de estado e se annunciava outro ministerio de força, com Wenceslau de Lima e Vasconcellos Porto e que elle não poude levar a effeito, por escassez de elementos, mais ou menos previsionistas do que se tramava nos planos interiores, se deu como formado um governo assim:

«Presidencia e reino», Teixeira de Souza;

«Justiça», Manuel Fratel;

«Fazenda», Anselmo de Andrade ou Rodrigues Monteiro;

«Estrangeiros», José de Azevedo;

«Guerra», Raposo Botelho;

«Marinha», Freire de Andrade, ou com mais probabilidades, Marnoco e Sousa;

«Obras Publicas», Pereira dos Santos.

Estava quasi certo.

No governo de Teixeira de Sousa, sob a sua chefia, iam servir n'uma irrisão suprema, os conselheiros José de Azevedo e Pereira dos Santos, que tanto batalharam para o collocar fóra do partido.

Voltas do destino!...

Junto d'elles estava o dr. Marnoco e Sousa, antigo democra-

(*) *Para a Historia da Revolução*, por Teixeira de Sousa. Pag. 108 e 390.

ta, e mais inclinado ainda á democracia, o que não evitou que João Chagas o atacasse, nas «Cartas Politicas», sob o titulo de «O caso social de Marnoco e Sousa, republicano de hontem e ministro de hoje».

O sorvedouro estava a cavar-se junto da dynastia brigantina e do seu derradeiro rei.

Chegou então um como que aviso, vindo n'um jornal republicano de Valencia, e denominado «El Pueblo»: (Junho de 1910).

«A monarchia portugueza deixa no animo a mesma impressão da «Beta», uma prodigiosa obra prima, de genial inspiração ha pouco entregue ao teatro pelo italiano Sem Benelli. O espectador ri e ri durante o desenvolvimento da pittoresca farça scenica; mas, misturado com o riso, ha o quer que seja de indefinido que se chama inquietação. Parece que ao lado das ridiculas situações que provocam a hilariedade, mas muito mais profundo, corre um sôpro de tristeza qne escapa á analyse, embora a intuição o presinta. O espectador sorri, é verdade; mas uma voz secreta murmura-lhe que aquillo acabará mal. Repentinamente, á ultima hora, o riso gela-se n'um momento e o coração experimenta a impressão do horror tragico. A ponta do punhal faz um sangrento ponto. Ninguem recorda a mancha de sangue do Terreiro do Paço? O rei Carlos de Bragança passou pela vida, alegre e descuidado; o povo só era despresivel para elle. Cultivar a amisade dos principes, gosar a vida, fumar charutos caros e beber Champagne, pedir aos seus ministros complacentes grandes «adeantamentos» sobre a lista civil, para em seguida os gastar, foi o objecto das suas reaes solicitações. Aquella alegre, louca orgia de toda uma existencia, terminou bruscamente, como todos sabem. E como terminará esta segunda comedia que tem Portugal como vasto scenario? Os espectadores, os que de longe assistimos ao desenrolar da farça, tambem rimos. Sim, rimos! Ha tanto de ridiculo em tudo aquillo... Mas o nosso riso só póde ser cortado por um fatidico presentimento. As figuras são muito divertidas; mas, no fundo do quadro, parece levantar-se uma nuvem que póde ser um sudario. Na informação telegraphica que «El Pueblo» hontem publicou, talvez passasse inad-

vertido o penultimo telegramma, ou talvez o leitor o lesse com indifferença, mas reproduzimo-lo agora, pela sua excepcional importancia:

«Todos os politicos chamados pelo rei Manuel para formar governo, recusaram esse offerecimento. Falta só chamar o regenerador Teixeira de Sousa, mas os elementos clericaes e conservadores são-lhe hostis. O conflicto que apparece á corôa é de solução difficil.»

«Não é facil conceber a gravidade assignalada n'este telegramma sem conhecer um pouco o estado actual da politica portugueza, mais perigoso do que o dos ultimos tempos do rei D. Carlos. Um grande desfalque na Companhia do Credito Predial, em que andam implicadas altas personagens, foi a causa d'esta crise sem facil solução. José Bello entrou na cadeia; mas Bello, antigo deputado e grande agente eleitoral, é tambem grande amigo do chefe do partido progressista que occupava o poder, José Luciano de Castro. A opinião não considera este, isento de responsabilidades no desfalque, e os ministros, por elle feitos, foram obrigados a demittir se. O rei, sem noção da gravidade do momento, consulta o mesmo José Luciano de Castro, o Portugal ainda se escandaliza mais. O juiz encarregado de instruir o processo do Credito Predial é pessoa grata a D. Manuel e amigo intimo do chefe progressista, e a opinião, vendo o representante da justiça ir a casa de José Luciano de Castro para receber conselhos e dar liberdade a José Bello, clama contra o rei, contra a justiça e contra o politico influente, lançando os seus olhares para a Republica. Assim chegou a formar-se em Portugal uma atmosphera de tal ordem que se respira perigo e, fatalmente se recordam os ultimos tempos de D. Carlos. Nem os politicos mais ambiciosos se atrevem a assumir as responsabilidades do poder. O proprio rei perde a cabeça e cada dia acrescenta um novo erro aos muitos anteriores, afastando as sympathias que a sua juventude e a sua tragedia de familia poderiam grangear-lhe. Perante o iminente perigo do levantamento do paiz pela Republica, um dia commete a imprudencia,—que nem os seus poucos annos desculpam — de garantir que é valente e que se collocará á frente do «seu» exercito para defender a monarchia. Assim, de erro

em erro, de inconsciencia em inconsciencia, abre-se a sepultura da monarchia portugueza. Aprendei, principes!»

Era tarde para aprender.

A sentença estava o povo a lavral-a, mas o destino é que, como supremo legislador, lhe devia pôr o «referendum».

A 25 de Junho, o 15.º dia da crise, era esta finalmente resolvida, mas com mais difficuldade ainda do que a do gabinete José Luciano, de Janeiro de 1890, que esteve 10 dias sem successor.

Teixeira de Sousa aggrupava todos os seus amigos, indicados alguns pelos republicanos e faltando apenas ao grupo o ministro da marinha.

O chefe do governo ia logo demittir-se de governador do Banco Ultramarino e administrador geral das alfandegas, não sem que no paço mostrasse o duro aspecto de sua educação de montanhez.

D. Manuel, a quem, de entrada, sollicitava a dissolução, essa dissolução tão criticada quando pedida pelos progressistas, — alvitrou a ida do governo ás côrtes antes d'esse acto de força.

O rei viu-se logo sob o peso da esquerda e decerto presentiu o primeiro abalo do throno, na resposta secca de Teixeira de Sousa:

« — Isso é uma creancice! Quem governa agora não é Vossa Magestade, sou eu!» (*)

A 16, o Directorio, reunido com a junta consultiva do partido republicano, resolvia tornar publica a seguinte declaração:

«O Directorio do Partido Republicano Portuguez: Tendo ouvido a Junta Consultiva e de harmonia com o art.º 22 n.º 9 da lei organica, que diz: São atribuições do directorio... 9.º Tomar as providencias que julgar precisas para que, do irregular funccionamento de qualquer corporação partidaria, da má orientação de qualquer jornal republicano, ou do comportamento de qualquer membro do partido não resulte prejuizo ao bom nome ou interesses partidarios»: Repele, em nome do Partido Republicano, toda a solidariedade com opiniões e actos de qual-

---

(*) O *Portugal* de 30 de Junho de 1910.

quer membro do partido, destinados a cercear a livre acção da imprensa na descoberta e apreciação de crimes publicos, taes como os praticados na Companhia Geral do Credito Predial Portuguez.»

A 27 de Junho, os regeneradores teixeiristas, tinham a sancção official, pela publicação do decreto, datado de 26, que demissionando o governo de Veiga Beirão, o substituia por outro, o 6.º e ultimo ministerio manuelino, assim composto:

«Presidencia e reino», conselheiro Teixeira de Sousa.

«Justiça», dr. Manuel Fratel.

«Fazenda», conselheiro Anselmo d'Assis d'Andrade.

«Guerra», general José Nicolau Raposo Botelho.

«Marinha», dr. José Ferreira Marnoco e Sousa.

«Estrangeiros», conselheiro José d'Azevedo Castello Branco.

«Obras publicas», conselheiro José Gonçalves Pereira dos Santos, deputado desde 1881 e pela primeira vez ministro em 1901.

A corôa evolucionára effectivamente para a esquerda, attendendo os conselhos dos que a compunham, affirmando que a direita estava inutilisada.

N'esse dia reunia-se o conselho de estado, presidido por D. Manuel, tremulo e pallido, não desfitando o olhar d'esses conselheiros que lhe pareceram mais graves, mais tetricos, n'uma imponencia a que a visão do futuro emprestou côres dolorosas.

João Franco, Soveral e o infante D. Affonso não appareceram nem se representaram, n'uma symbolica mudez.

Teixeira de Sousa apresentou o pedido de dissolução da camara composta por 30 regeneradores, 8 dissidentes e 117 adversarios, convocando-se as côrtes para fins de Setembro.

Disse-se que sorria n'essa hora e sem que nada motivasse esse sorriso que muitos alcunharam de ironico.

José Luciano escrevia uma carta, lida no conselho de estado por Veiga Beirão manifestando opinião contraria á dissolução, julgando «inoportuna, porque o dever do governo era ir á camara e procurar habilitar-se, nos termos da constituição, com o orçamento, que ainda não foi discutido; e se por ventura, se demonstrasse que na camara não podia caminhar, pensasse, então

em sollicitar da corôa uma dissolução; inconveniente, porque a dissolução concedida aos arruaceiros da camara, vem demonstrar, com desluzimento das Instituições e do regimen, que esse systema é excellente para derrubar governos e fazer dissolver as camaras».

José Novaes, franquista, não comparecia, mas enviava declaração de voto contrario.

Veiga Beirão, de egual parecer, dizia que o novo governo devia ir ás camaras, onde estava prompto o orçamento e que só ante a regeição d'este, ou ante embaraços graves, devia pedir a dissolução. Vilhena, votando contra esse acto, affirmou fazel-o pelo facto d'elle se ter promptificado a organisar um gabinete que vivesse com a camara sem necessidade de a dissolver.

Votaram a favor do golpe parlamentar de Teixeira de Sousa, os conselheiros Mello e Sousa, Wenceslau de Lima, Antonio de Azevedo e Pimentel Pinto.

O decreto marcando as eleições para 28 de Agosto e a abertura das novas côrtes para 23 de Setembro, estava prompto: D. Manuel assignou-o e o «Diario do Governo» publicou-o no dia seguinte.

Seguia-se-lhe no ultimo dia de Junho a publicação da synopose dos ultimos trabalhos parlamentares da legislatura começada em Abril de 1910.

Era a seguinte essa resenha, curiosa, por conter os derradeiros trabalhos camararios da monarchia:

«Projecto de lei da Camara dos Deputados, approvado pela Camara dos Pares — Auctorisando a cunhagem de 30:000$000 réis em prata, em moedas de 1$000 réis, para commemorar o centenario de Alexandre Herculano.

«Projectos da Camara dos Deputados, que hão de ser devolvidos á origem pela Camara dos Pares do Reino, por terem caducado; Organisando o plano geral das estradas: Applicando á compra de fundo externo portuguez o producto da venda de bens desamortisados a converter em titulos de divida publica; applicando o differencial de 50 por cento do assucar produzido em Moçambique, até a provincia de Angola attingir o limite de 9:000 toneladas; Reformando a secretaria da Camara dos Se-

nhores Deputados; Considerando monopolio do estado a telegraphia sem fios; concedendo vantagens ás entidades constructoras de hoteis de luxo; Preferindo na construcção de edificios escolares aquelles para que haja donativo, doação ou legado; Auctorisando a camara municipal de Reguengos de Monsarás a contrahir um emprestimo de 500:000$000 réis, para construcção do primeiro troço do caminho de ferro do Guadiana; Fixando a força do exercito para o anno economico de 1910-1911; Auctorisando a camara municipal de Castro Marim a contrair um emprestimo de 2:000$000 réis; Fixando o contingente de recrutas para o exercito, armada, guardas municipaes e fiscal para o anno de 1910; Fixando a força naval para o anno economico de 1910-1911.

«Projectos da Camara dos Pares do Reino que na mesma caducaram. — Determinando que seja de nomeação annual feita pelos respectivos ministerios qualquer cargo palatino da casa civil ou militar do rei ou de outra pessoa da familia real; Annullando as auctorisações parlamentares que não tenham sido usadas até á abertura das côrtes; estabelecendo multas aos eleitores abstencionistas; abonando o subsidio de 4$000 réis diarios aos pares e deputados não domiciliados em Lisboa; elevando a réis 4:000$000 annuaes o vencimento dos ministros; Organisando uma companhia de vinhos de Portugal com séde em Lisboa; Mandando proceder a um inquerito geral sobre a situação das classes operarias no continente do reino; Estabelecendo preceitos para a execução de quaesquer diplomas do poder executivo, quando contenham materia legislativa nova ou alterem ou revoguem a existente; tornando autonomas e independentes do ministerio da fazenda as repartições de contabilidade dos diversos ministerios, a cujos ministros sómente ficam subordinadas; Concedendo a pensão de 300$000 annuaes á viuva do administrador do concelho de Sabrosa, Gabriel Narciso Alvares Pereira de Aragão; dispensando do pagamento de quaesquer contribuições pelo recebimento de condecorações estrangeiras, os officiaes do exercito em determinadas condições; Estabelecendo providencias para attenuar os effeitos da crise agricola; Descentralisando os serviços industriaes do Estado; Garantindo a independencia do

poder judicial; Auctorisando e regulamentando os jogos de azar; Modificando o programma do curso dos lyceus, relativamente á organisação do ensino secundario; Remodelando os serviços de investigação criminal; Reformando os serviços do poder judicial. Reorganisando a constituição do jury criminal; Melhorando a situação dos delegados do ministerio publico, cuja lotação seja inferior a 800$000 réis annuaes. Organisando em Lisboa e no Porto tribunaes especialmente encarregados da instrucção dos processos criminaes; Determinando a forma de substituição dos juizes de direito de Lisboa e Porto; Modificando as leis sobre liberdade de imprensa; Revogando a lei de 13 de fevereiro de 1896, relativa a attentados anarchistas; Creando duas escolas agricolas de regeneração de menores do sexo masculino na cidade do Porto; Reduzindo a dois annos o tempo de serviço effectivo nas differentes armas, como subalterno, para a promoção ao posto de capitão; Revogando a lei de 21 de Julho de 1899 relativa á ordenação de portuguezes em theologia, pelas Universidades de Roma; Promovendo da 3.ª á 2.ª classe os officiaes da administração naval, quando tenham seis annos de permanencia n'aquella; Tributando as empresas jornalisticas que effectuem loterias por meio de coupons; Creando o imposto de 1 por cento «ad valorem» sobre as mercadorias, não isentas, que transitarem pelas delegações aduaneiras do districto de Faro com applicação a obras de reconhecida utilidade publica do mesmo districto.»

A campanha resurgira entretanto com phrases violentas, verdadeiro symbolo da derrocada.

A attitude dos mal classificados partidos monarchicos, era curiosa e symptomatica e ante ella, a corôa, se depois increpou pela sua queda o governo teixeirista, não excluiu decerto as opposições, que n'essa hora de prejuizo para o throno, envergaram talvez inconscientemente, o manto da democracia mais pura e mais radical.

O «Liberal» de 27, exclamava logo:

«Triumpha a arruaça! O futuro dirá quem foi que perdeu com esse triumpho...»

O governo, onde o conselheiro Marnoco e Sousa, representa-

va a dissidencia, vinha á publicidade sob o titulo de o «ministerio gabiru», ou o «gabinete dos arruaceiros».

Ainda o «Liberal» como representante do navegantismo, dizia:

«Para os progressistas, nunca houve a dissolução. Houve-a logo para os que os derrubaram com vozearias e com assuadas furibundas! A afronta feita ao nosso partido não pode ser mais viva! O ultraje chega a attingir proporções inconcebiveis. Pois bem! E' necessario laval-o—e esse dever ha-de ser rigorosamente cumprido. Um grande partido—o unico forte, vigoroso, disciplinado e unido—foi tratado como se tivesse andado sempre de braço dado com os republicanos, para implantar a Republica em Portugal. A sua dedicação, a sua lealdade, a sua correcção e o seu amôr á monarchia, foram espesinhados. Quem recebeu o premio foram aquelles que nunca souberam o que era aprumo, affecto e fidelidade ás Instituições. Já se sabe a regra em que se ha de viver... Os arruaceiros cantam victoria, e, com elles, os republicanos e os dissidentes. Seja!... Mas por isso mesmo, em nome da dignidade da nação e por honra do partido progressista, é necessario varrer em breve das cadeiras do poder, esse lixo ministerial que as está maculando e polluindo.»

O «Correio da Noite» já consagrara o ministerio com os seguintes phrases (25 de Junho):

«Deu-nos el-rei uma excellente e suggestiva lição de direito constitucional e parlamentar. Ha apenas, que notar a demora. Podia el-rei ter principiado por onde acabou. Tinha sido mais simples e menos fatigante. Tinha se dispensado de um adiamento habil, mas inconstitucional, de côrtes, que ha perto de quinze dias deixaram de funccionar, sem que, legalmente, estivessem adiadas ou dissolvidas.»

....

«El-rei consagrou o principio da arruaça e do tumulto, para derrubar governos e conquistar o poder. Acceitou-o como excellente, cobriu-o com a sua corôa, tocou-o com o seu sceptro. Ha-de el-rei permittir, que recebida a lição regia, com o devido acatamento, cada um procure não esquecel-o, e applical-a, quando julgue opportuno.»

No exaspero ainda, o rei, passou de D. Manuel de Bragança a D. Manuel de Orleans...

Os nacionalistas, depois de declarar «no poder a carabina de Buissa», diziam, em trechos varios, a começar pela «Palavra» do Porto:

«As conclusões logicas do procedimento da corôa, são estas — só os desordeiros medram e trepam n'esta maré; não vale a pena ser-se monarchico sincero, porque se perde o tempo.

. . . .

«Foi a carabina do Buissa que entregou o poder áquellas mãos que a carregaram, a engatilharam e a desfecharam.»

O «Portugal», declarava:

«Pois os favoritos, que são os mais novos conselheiros dos principes, tiveram artes de lhe ir arrefecendo, «até se extinguir de todo», esse amôr pela constituição, que só em casos excepcionalmente graves permitte um remedio extremo.»

O governo, solitario, só tinha o appoio dos nucleos que o compunham: o teixeirismo e a dissidencia.

O «Dia» de 27 de Junho apresentava assim a sua opinião, digna de ser transcripta, para o contraste futuro entre essas phrases encomiasticas e o proceder politico de alguns dos biographados da dissidencia:

«O governo do sr. Teixeira de Sousa é composto, na sua maioria, de homens novos Com excepção dos srs. conselheiros Anselmo d'Andrade e Pereira dos Santos, que já foram ministros e que são, o primeiro um notabilissimo escriptor muito versado em assumptos economicos e financeiros — ao qual o «Dia» que tem tido por vezes a sua honrosissima collaboração, deve o mais grato affecto — e, o outro, um antigo ministro da corôa que pela sua illustração e alta situação no partido tem direito ao logar que vae occupar, o ministerio é formado de gente nova. O sr. ministro da justiça, dr. Manuel Fratel, é um liberal apaixonado, grande parlamentar, e um caracter como poucos, tão bello talento como bella figura moral. Não conhecemos na moderna geração politica individualidade que mais do que elle mereça as sympathias e o apreço do paiz pelas suas qualidades distinctissimas. O sr. ministro da guerra, Raposo Bo-

telho, tem fama de um espirito muito illustrado e militar pundonoroso. O sr. José d'Azevedo Castello Branco, bibliothecario-mór do reino e dos mais notaveis ornamentos da camara dos pares, é, incontestavelmente, um altissimo espirito, orador e jornalista de raros meritos, e tem exercido as mais elevadas funcções diplomaticas. O sr. dr. Marnoco e Sousa, lente de Direito na Universidade de Coimbra, é uma das mais poderosas encerebrações de professor e conhece muito as questões coloniaes, tendo um notavel trabalho sobre administração colonial; verdadeiro e ardente democrata, como tem mostrado nas suas lições do professorado, defensor das regalias do poder civil contra as tentativas usurpadoras do Vaticano, recusou fazer parte do gabinete Wenceslau de Lima por se lhe afigurar que não seria conforme ás suas ideias liberaes. Tanto elle como o sr. dr. Fratel são, permittia-se a velha phrase, dois «novos» com profundas creanças liberaes, fortalecidos por uma grande educação scientifica. Eis o ministerio. Nada temos contra os homens que fazem parte d'um governo que se acha longe do nosso radicalismo. Só olhamos aos principios. Vemos, contra elles, uma conjuncção dos elementos conservadores. A imprensa reaccionaria aggride apaixonadamente o novo ministerio. Os defensores do chefe do Credito Predial vão ao menoscabo e insulto. Progressistas, clericaes, todos os reaccionarios e conservadores, não gostaram. E' symptomatico! Para nós, é uma garantia. Os nossos votos são para que, sem violencias que não aconselhamos, avance pelo caminho liberal.»

Reunia-se a 28 de Junho, a commissão executiva do partido progressista, sob a presidencia de José Luciano e assistencia de Veiga Beirão, Eduardo Villaça, Pereira de Miranda, Dias Costa, Eduardo José Coelho, Sebastião Telles. D. João de Alarcão, Moreira Junior, Espregueira, Mathias Nunes, Arthur Montenegro, Antonio Cabral, conde de Penha Garcia, Azevedo Coutinho e dr. Vicente Monteiro.

D'ali sahiu a resolução de se organisar uma colligação eleitoral de todos os aggrupamentos monarchicos de opposição ao governo. Encarregou-se o conselheiro José Luciano de nomear uma commissão para dirigir os trabalhos eleitoraes do partido em todo

o paiz e confiar ao mesmo a escolha de dois delegados para se entenderem com os outros aggrupamentos colligados

Identicas resoluções tomava n'esse dia o grupo henriquista.

A opposição jornalistica, ficava constituida pelo «Correio da Manhã», «Liberal», «Correio da Noite» e «Portugal», contra os favoraveis ao governo, «Diario Popular», «Novidades» e «Diario Illustrado».

Reunia-se tambem em 28, o Directorio Republicano, d'onde sahiu a seguinte nota officiosa:

«Reuniram hontem o directorio e a junta consultiva, resolvendo organisar immediatamente o protesto do partido republicano contra a solução da crise politica. Ponderou-se que a dissolução da camara electiva teria por fim evitar que o parlamento se occupasse desde já do apuramento das responsabilidades da monarchia nas questões pendentes, e muito especialmente na do Credito Predial em que todo o regimen se encontra compromettido. Deste modo o acto da dissolução já illegitimo perante os principios do systema representativo, seria de facto o resultado de um conluio entre os dirigentes dos partidos monarchicos para encobrir delictos infamantes. Resolveu-se ainda tornar bem publico que o partido republicano, certo da ineficacia de qualquer solução dentro da monarchia e da urgente necessidade nacional do estabelecimento da Republica, considera e declara sem valôr e faltas de sinceridade as promessas do actual governo, saido de um partido com insophismaveis responsabilidades nos crimes dos adeantamentos e Credito Predial. Este movimento de protesto será iniciado em comicio publico, n'esta cidade, no proximo domingo, seguindo-se-lhe outros em todo o paiz.»

Os republicanos juntavam-se pois, e occultavam a troca de elementos para o movimento anti-dynastico, com sessões officiaes como a de Torres Novas, em 29 de Junho, onde a politica era violentamente fustigada.

Ali era approvada uma moção assim terminada:

«A assembleia resolve expressando o seu voto de que só a revolução pode trazer, com a republica, uma nova era de justiça em que seja possivel dar o devido castigo a muito crime commum impune e a muito delicto de lesa-patria, e que essa revo-

lução cumpre que seja nacional e para ella é mister preparar, hora a hora, o povo portuguez: 1.º saudar o directorio do partido republicano pelos seus actos, incitando-o a continuar a manter a sua attitude de absoluta intransigencia com os homens que menos convenientemente expressam e traduzem os principios, os interesses e as affirmações de facto do partido republicano. 2.º affirmar a sua solidariedade com os republicanos de todo o paiz que sabem exemplificar na pratica da sua vida os principios da sua doutrina, nunca contrariando os interesses do partido, mas antes contribuindo por vezes em sacrificio proprio para a realisação d'elles.»

E ainda esta:

«Considerando que o reinado de D. Manuel, apesar de contar apenas dois annos e meio de vida, já adiou o parlamento 4 vezes e o dissolveu duas, continuando assim, ininterruptamente a série de attentados contra elle commettidos durante o reinado anterior; considerando que esta facilidade de adiar e dissolver o parlamento, se demonstra que os homens da monarchia que teem estado á frente dos negocios publicos, de tal modo estão vergados ao peso de responsabilidades, de desleixos e crimes contra os interesses nacionaes perpetrados, que fogem espavoridos ao menor protesto d'onde alguem lhes possa tomar contas perante o paiz, prova, por outro lado, á saciedade, a absoluta falta de respeito da parte do regimen pelo systema representativo; Esta assembleia, constituida pelos representantes do partido republicano do districto de Santarem, protesta bem alto contra o absoluto desprezo com que, pela monarchia, é olhada a soberania nacional, embora grotescamente mascarada para sua illegitima defeza por uma lei eleitoral absoluta e geralmente repudiada.»

O ministerio Beirão cahira pois, dando um pretenso fracasso de José Luciano, a quem a «Depeche Coloniale» de Paris, chamára, em Janeiro d'esse anno de 1910, o «Gladstone portuguez».

Affirmou-se que o gabinete mais resistiria se tivesse querido.

A queda, comtudo, foi a tempo, e sábia como José Luciano o premeditava. O facto justificou-o Teixeira de Sousa, ao accu-

sar a recepção do mais colossal testamento que um gabinete legou a outro: a par do convencimento de revolta proxima, a entrega a 27, no proprio paço, pelo conselheiro Eduardo Villaça, o demittido ministro dos negocios estrangeiros ao conselheiro Teixeira de Sousa, chefe do novo governo, «da informação circumstanciada e auctorisada de que tudo estava preparado para a revolução rebentar d'um momento para o outro.»

Esse documento, trabalho do ministro de Portugal, em Paris, em telegramma cifrado, dizia:

«Paris, 26 de Junho de 1910.—Chefe da policia secreta àvisa ter tido informação fidedigna de que está tudo preparado em Portugal para um movimento contra as instituições e que o movimento é esperado pelos revolucionarios hespanhoes para tambem tentarem um golpe em Hespanha. Malato está decidido a partir para Barcelona para esse effeito, mas receia ser expulso do paiz pelo governo hespanhol. Falei com o embaixador de Hespanha que está egualmente aprehensivo e já tambem avisou o seu governo. Rogo a v. ex.ª que mostre este telegramma ao sr. ministro do reino.»

Essa nota cahia nas mãos de quem não ignorava os projectos. Teixeira de Sousa, parece confirmal-o no seguinte trecho:

«A onda republicana tinha attingido um grande volume e ameaçava subverter a monarchia. Na cidade de Lisboa já eram republicanas a camara municipal, a maioria dos professores das escolas de instrucção superior, secundaria e primaria, e nas associações secretas estavam inscriptos milhares de cidadãos. O districto de Lisboa tinha na camara dos deputados seis representantes. Aos jornaes o «Mundo», a «Lucta», o «Paiz» e a «Vanguarda» juntou-se a attitude decididamente republicana do «Seculo», o de maior tiragem em Portugal. Lá fóra uma missão republicana, preparára o meio internacional para a Revolução; cá dentro apressava-se o cadastro do pessoal republicano e Candido dos Reis passava revista no paiz ás forças revolucionorias. Foi esta a situação que eu encontrei ao tomar conta do governo no dia 27 de Junho de 1910.» (*)

(*) Teixeira de Sousa.—Para a Historia da Revolução. = Volume II = Pagina 147.

Ainda o novo presidente do conselho, affirmaria, a despeito de a esse tempo, os depoimentos dos presos implicados nos casos das associações secretas terem desvendado muitos dos seus segredos: (*)

«Quando entrei no governo, o juizo de instrucção criminal tinha organisado processos ácêrca de alguns implicados no delicto de *associações secretas*. Conheceu-se alguma vez a sua organisação? Nunca. Só depois de 5 de Outubro é que se soube que a associação revolucionaria era a *Carbonaria*, tendo como seu *comité* dirigente a Alta Venda, de que a policia nunca teve conhecimento».

Simulando desconhecer a engrenagem revolucionaria que se agitava, o trabalho aturado dos republicanos, iam tentar-se, como embaraço, apenas os processos simuladamente liberaes.

A Revolução avançava comtudo e Teixeira de Sousa, que decerto sonhou participar dos seus effeitos, por uma attitude de falsa repressão, veria desabar a torre de Babel dos seus idealismos.

A imprensa progressista ameaçou a corôa de que cahindo o ministerio, não mais haveria governo monarchico em Portugal e, como espelho de futuro, á queda de Beirão, correspondiam tumultos em Figueiró dos Vinhos, ficando a villa entregue, por algum tempo a caceteiros que gritavam «viva a Republica!»

Por seu turno e emquanto João Jaurés na «Humanité», frisava o fim da dynastia, sahia no «Portugal» de 30 de Junho em artigo assignado pelo padre José Lourenço de Mattos, a seguinte previsão dos acontecimentos, sob o titulo de «O Paiz em perigo»:

«Não é uma figura de rhetorica, é uma realidade. O paiz está verdadeiramente em perigo. E esse estádo, a cada dia, a cada hora, se vae aggravando mais. Se não houver um prodigio de dedicação a catastrophe é inevitavel. O modo como se resolveu a crise ministerial arrefeceu immenso a esperança que andava adstricta ás instituições. Uma grande parte dos amigos do

---

(*) Vide depoimentos de paginas 76 e seguintes da *Revolução Portugal*, pelo auctor, 1.º volume.

regimen começa a esquecer-se de que são monarchicos, para se lembrarem apenas de que são portuguezes. A intriga que se evidenciou, para se effectuar uma transigencia vergonhosa, a comedia que se representou para fazer triumphar um ambicioso, se não extinguiu de todo o affecto á monarchia secular, sob cuja bandeira a Historia escreveu as suas paginas mais formosas, diminuiu-o consideravelmente. Ninguem quer ser mais realista do que o Rei. Quando elle se guia pelo conselho avêsso a todos os interesses publicos, pelo conselho dos favoritos, n'uma inconsciente abdicação dos seus direitos e dos seus sentimentos, o que havemos nós de fazer para o livrar da queda fatal? Cegos a guiarem cegos, nunca se viu. O conselho de maus nunca produziu nenhum bem.

«A's vezes chego a pensar, depois de muito reflectir, que estamos na ultima etape da monarchia Brigantina. E tenho uma sincera magua, uma profundissima pena d'esse joven, cheio de ambições generosas, de sentimentos delicadissimos, alma aberta a todas as aspirações boas, coração largo e grande, capaz de todos os sacrificios, tornado victima da cegueira, da inhabilidade, da leviandade e da ignorancia dos que não sabem ler nos factos a orientação a seguir, nem nos tempos os signaes eloquentes do que convem evitar. E, apesar de todo o meu affecto por esse representante da gloriosa e valente monarchia de outr'ora, e da minha dedicação por este regimen ao qual andam ligadas as minhas esperanças mais patrioticas, eu sentiria muito menos a derrocada da dynastia, se não fosse convicção minha, dolorosa convicção esta! — de que com elle, para o mesmo abysmo, para a mesma morte, irá tambem a autonomia da minha patria, a independencia d'este solo abençoado e querido, que eu tanto desejava vêr livre, respeitado, considerado no mundo.

«Ha factos que parecem insignificantes na vida dos povos e dos quaes muitas vezes depende a sua felicidade ou a sua desgraça. A queda de um ministerio, a ascensão de outro, a substituição de um homem politico por outro homem politico, parece dever influir pouco no futuro de um povo, principalmente entre nós em que a sua acção é tão reduzida no tempo e no espaço. Mas não é assim, e ahi temos um exemplo. Estava no go-

verno um ministerio de incontestavel envergadura moral, com profundas raizes de sympathia na alma popular, disposto a governar e administrar honrada e honestamente, a promover o desenvolvimento do interesse publico, a dar uma reparação justa e indispensavel ao paiz e ao mundo, reparação devida pelo bom nome da patria á consciencia universal. Pois esse governo, animado de tão bons desejos e que para os cumprir se sujeitára a grandes sacrificios, é victima de uma comedia, indigna de quem foi coagido a represental-a, durante os seus longos mezes de gerencia. Combatido com todas as armas, assediado por todos os obstaculos, nenhuns encontrou maiores para o cumprimento da missão que se impuzera, do que os que lhe eram levantados mysteriosamente, que elle via, sem saber d'onde vinham, vagos na sua formação, impalpaveis na sua contextura, mas fortes porque o desarmavam e inutilisavam. O governo olhava para si, via-se forte na linha homogenea das suas vistas, no esforço do seu animo para luctar, na dedicação sincera para vencer, e quando mais decidido era o seu empenho, quando mais sereno e resoluto era o seu anceio, via-se forçado a recuar, a cruzar os braços, a tornear diplomaticamente embaraços, na ingenuidade de que o estorvo partia dos acontecimentos, quando a verdade é que partia dos... favoritos. Mais de uma vez, muitas e muitas vezes, aqui asperamente o censurámos pelas suas tibiezas, pelas suas transigencias e fraquezas, na supposição de que elle falseava o seu dever faltando ao que devia ao paiz, ao rei e a si mesmo; quando afinal a sua acção era entorpecida, definhada pela intriga das antecamaras, que já preparava, em conferencias nocturnas com individuos que saíam ás escondidas pela trazeira dos predios, a substituição que mais tarde se effectuou. Aqui deixo eu a manifestação do meu arrependimento por tantas e tamanhas censuras asperas, applicadas com a sinceridade do cumprimento de um dever. Aos favoritos não convinha assim um governo no poder. A sua queda não foi indifferente ao paiz. O paiz sentiu-a, e se alguma censura dirige ao gabinete demittido é pela sua infantilidade, pela sua ingenuidade que mal se comprehende em homens politicos experimentados. Ah! não se erguerem a toda a altura da sua envergadura moral e da missão

que o paiz d'elles exigia, e falarem aos aulicos e aos favoritos de um e outro sexo, que ambos collaboraram na comedia indignissima, que estavam ali, e ali continuavam, chamados pelo rei mas por consenso unanime da nação trabalhadora, e não arredando pé, sem inutilisar tudo, intriga e ambição, nas suas varias fórmas e feitios, no cumprimento de um dever que implicava ao mesmo tempo a salvação da patria e do rei...

«Mas venceram elles. El-rei evolucionou, para a esquerda, suggestionado, ameaçado, compromettido. Ha de infelizmente arrepender-se, se é que não está arrependido já. Ninguem ignora o que era preciso para fazer rejuvenescer a nação, arrancal a d'esta vida ficticia por extraordinariamente anormal. Em primeiro logar, honestidade politica, em segundo, economia administrativa. Cumprir a lei, fazer respeitar e amar o principio da auctoridade, promover o bem publico pelas garantias da paz e tranquilidade, dar satisfação á justiça e fomentar com medidas rasoaveis o progresso nacional. Tudo isso o governo transacto podia sem custo effectuar, se o não desamparasse com a força moral indispensavel, quem por dever indeclinavel lh'a devia prestar... Vejam, pois, se o paiz está ou não em perigo. Quando quem manda e governa são os favoritos, quando são elles que demittem e nomeiam os ministerios, quando se põe de banda os que querem baldadamente trabalhar, para ajudar na ascensão os que se querem arranjar; quando são expulsos os que se propunham estabelecer a ordem, para dar logar aos que vivem da desordem... não está bem evidente que ha quem queira propositadamente perder o paiz, conservando-o n'esta intranquilidade prejudicialissima? Quem póde dormir descançado sabendo que está no poder um governo revolucionario, amparado e sustentado nos seus esforços para governar, pelo partido republicano, aspirante chronico a todas as revoluções? Quem nos garante a conservação do regimen, sabendo-se que o chefe do ministerio no proprio dia em que foi chamado a constituir gabinete, esteve em demorada conferencia com o principal caudilho do partido revolucionario? E el-rei, a victima das grandes intrigas palacianas, póde por ventura dormir tranquillo os seus somnos, tendo a guiar a nau do Estado como timoneiro, o mais ambicioso po-

litico de todo o paiz, cuja consciencia politica é larga e ampla como a emboccadura do Tejo, cuja honestidade politica se tem revelado em toda a sua vida de eleiçoeiro. — El-rei póde dormir a somno solto as suas noites de rei? Póde confiar a sua vida e a sua corôa; o seu futuro e o futuro da patria, a um homem cuja cubiça é tão grande e tão dominadora, que a ella deve quanto é? Não póde elle, mancommunado como anda com os seus companheiros da vespera nas arruaças parlamentares, estender a vista da sua cadeira presidencial, para logar mais alto onde poderá fixal-a? Quem garante ao chefe do Estado e á familia real que ámanhã, pela alta madrugada, não será transferida dos seus aposentos reaes para o beliche de um cruzador? Não disse elle a Vossa Magestade, quando lhe falou na conveniencia do governo se apresentar ás camaras antes de as dissolver, estas palavras bruscas, duras, que devem ter feito tremer o seu coração, e que deviam ser no seu cerebro o relampago que lhe illumina o abysmo:

« — Isso é uma creancice! Quem governa agora não é Vossa Magestade, sou eu».

«Não disse elle isto? Um homem vorazmente ambicioso é um homem absolutamente perigoso. Um Rei proscripto era uma grande desgraça, sem duvida, mas era mais um. Eu sentiria muito, por elle, mas sentiria mais ainda pela minha patria, cuja liberdade e cuja autonomia iria com elle tambem. O paiz está em perigo. E' preciso que acorde e elle acordará!. . . »

A visão era certa e o futuro como que se rasgou á vista do padre Lourenço de Mattos, n'uma scena de clarividencia.

Teixeira de Sousa iniciava a sua senda governativa, mandando annullar o aviso de concurso para os serviços de fiscalisação dos impostos, onde se abriam 252 logares, occasionando uma despeza de 60 contos. O caminho politico começou-o procurando por intermedio do dr. João Ulrich, o appoio, negado, do conselheiro Campos Henriques, que em 2 de Julho seguia para o o norte, em propaganda, sendo ali porém recebido aos gritos de:

— Abaixo os traidores do partido regenerador!

O teixeirismo não deixou pois sem vingança a recusa de Campos Henriques.

A tentativa junto de Vilhena, antevendo «a honra do seu appoio, que com muito empenho sollicitava e a que procuraria corresponder com dedicação» não teve melhor resultado.

Teixeira de Sousa, enveredou, ainda que disfarçadamente, para os republicanos, e junto aos dissidentes, logo atacados com a citação do «Dia» de 23 de Fevereiro de 1904, onde se lia:

— Para a monarchia, seja a nossa, seja a estrangeira, é um mal a èntrada no parlamento de elementos republicanos e assiste aos governos o dever de evital-o.»

Affonso Costa era visado com o fundamento de que não atacava o governo por estar feito com elle.

Foi n'esta situação que, a proposito do Credito Predial, e da escolha de advogado para um dos reus, José Bello, outro incidente veiu pôr em fóco os republicanos.

Escolhido o dr. Cunha e Costa, procurou este, n'um legitimo direito attenuar as responsabilidades do constituinte, mas, n'um passo errado pretende obter dos proprios correligionarios o silencio sobre elle, em publico appello.

Não se conformou o directorio republicano com o facto e reunindo fez publica nota de todo procedimento de qualquer membro do partido sobre actos proteccionistas ao escandaloso caso:

Era visado Cunha e Costa no repudio, e este, polemista firme, não desdenhou vir defrontar-se com o directorio, trazendo a publico em 29 d'esse mez de Junho o seguinte curioso e altivo documento:

«Sr. — Segundo li nos jornaes da manhã de hontem, o Directorio e a Junta Consultiva do Partido Republicano votaram, ante-hontem, a seguinte declaração: «O Directorio do Partido Republicano Portuguez, tendo ouvido a Junta Consultiva e de harmonia com o art. 22.º, n.º 9.º da lei organica, repelle em nome do partido republicano, toda a solidariedade com opiniões e actos de qualquer membro do partido, destinados a cercear a livre acção da imprensa na descoberta e apreciação de crimes publicos, taes como os praticados na Companhia Geral de Credito Predial Portuguez.» Esta declaração entende se, evidentemente, commigo, e eu poderia limitar-me a responder que, «em minha

casa, no meu escriptorio e na minha profissão, mando eu». Mas o Directorio é a representação official do partido e este, pela justiça até e pelo carinho com que sempre me distinguiu, merece bastante mais do que essa resposta secca. Ao Directorio, pois, como representante official do partido, vou expôr algumas considerações amenas que o correr da penna fôr trazendo. Não é tudo quanto teria a dizer, mas é o sufficiente para pôr no seu logar varias coisas que, sem duvida alguma, estão desarrumadas. Não são palavras de represalia ou desforra. O Directorio conhece-me bem para fazer-me a justiça de suppôr que se eu pretendesse enveredar por esse caminho iriamos longe. A providencia, o habito do estudo e o conhecimento dos homens e dos acontecimentos, dotaram-me de armas de defeza e ataque que não são para deitar fóra. Acima, porém, das naturaes paixões, estão os principios e a nação, que só o regimen republicano me parece poderá salvar. Por este terei pois, necessariamente, de sacrificar-me um pouco, não dizendo senão o indispensavel e deixando o resto á consciencia de cada um dos correligionarios eminentes que o suffragio collocou na direcção do partido. Cumpre-me antes de mais nada, fazer uma ligeira rectificação ás informações que classificam de «unanime» a resolução acima transcripta. Não o foi. Do Directorio faltaram, que eu saiba, os srs. Cupertino Ribeiro, José Relvas e Bazilio Telles. Da Junta Consultiva votou «contra» o sr. dr. Bernardino Machado. O meu illustre collega sr. dr. Alexandre Braga, não recebeu convite e teria votado «contra». O sr. dr. Antonio José d'Almeida não compareceu. São detalhes que teem sua importancia, principalmente para mim. Posto isto, e ainda antes de entrar propriamente no amago da questão, ouso lembrar com a devida venia, que talvez o papel do Directorio, sobretudo n'um periodo em que a união de todos os republicanos se impõe, fôsse o de procurar uma formula de conciliação entre as duas partes — eu e o sr. França Borges — tanto mais facil de encontrar quanto a nossa polemica se manteve sempre nos limites da maior cortezia. Nem tudo lembra, porém, a quem tanto tem que pensar, e muito menos a solidariedade com um correligionario, grão de areia ou gotta de agua perdidas n'este vasto mundo de Christo. Nem sequer ao

Directorio occorreu que entre os que se pronunciaram contra mim se achava um illustre, antigo e sympathico advogado, que não ha muito tempo ia a uma cidade do norte, sem o menor protesto de quem quer que fôsse, defender o mais implacavel adversario do partido republicano e dos seus chefes. Entrando, finalmente, em materia, afigura-se-me que os que votaram a declaração referida, já devem estar profundamente arrependidos do acto que praticaram, a menos que o partido seja (o que não creio), uma tribu de cannibaes, e os homens qne o dirigem não disponham (o que tambem não creio), da reflexão e ponderação necessarias. Com effeito, a declaração do Directorio, que deveria ter sido pesada palavra a palavra, baseia-se n'um «erro de facto», n'uma «affirmação absolutamente inexacta». Eu nunca pretendi cercear a livre acção da imprensa na «descoberta e apreciação» de crimes publicos. Eu disse, sim, e repito, com toda a convicção e energia do «homem branco», herdeiro de vinte seculos de civilisação, que desde que o pretenso criminoso é entregue ao poder judicial, encarregado de instruir e julgar o seu processo, a intervenção da imprensa deverá ser o mais «cuidadosa e circumspecta» para que o accusado, em vez de ser julgado pelas «provas» dos autos, o não seja pela «prevenção». Eu disse ainda sem o menor receio de impugnação por parte de escriptores e chronistas marroquinos, que esse «escrupulo» se impunha tanto mais imperiosamente, quanto o processo criminal portuguez «é exclusivamente secreto e accusatorio até á pronuncia». Isto foi o que eu disse, e repito, e do que não saio e é bem differente (oh! bem differente!) do que se contem na nota e pareceria «intencionalmente transformado e adulterado» se a virtude dos chefes republicanos não estivessem acima de qualquer suspeita. Bastaria este facto para tirar á declaração referida todo o valor. Mas outro ha para o qual me atrevo a chamar a douta attenção do Directorio. Não andarei talvez muito longe da verdade, classificando de «clamorosa iniquidade» a declaração referida. Um correligionario leal, dedicado e desinteressado como eu, não se trata como um esfregão ou um trapo vil. Pratica sempre um grave «erro politico» quem o faz. A politica dos nossos tempos não é arte de inutilisar camaradas, nem, sobretudo, a de arre-

dar neophytos inclinados a commungar nas nossas ideias. E, sob este aspecto, a declaração referida (com magua o digo), é de uma «ingratidão e descortezia» sem nome.

«Obriga-me tal procedimento a recordar factos que deveriam estar profundamente gravados no espirito e no coração dos esclarecidos e generosos directores do partido. Toda a gente se lembra das condições em que voltei á actividade partidaria. Revoltado contra a crudelissima «lesão de direito» soffrido pelo «Mundo», renunciei de chofre aos meus ordenados na imprensa de Portugal e Brazil e corri «expontaneamente» a tomar o ponto mais arriscado. Custou-me esse «gesto» como se diz agora, «quatro contos quatrocentos e sessenta mil réis annuaes». Bem sei que não é demasiado sacrificio para quem, na qualidade de republicano arregimentado, ia ter a honra de ser dirigido pelos homens mais eminentes do paiz, mas não sei de muitos casos identicos ou parecidos na historia do partido republicano portuguez. Desde então até agora não houve serviço que não prestasse ao meu partido, sem nada lhe pedir em troca, e, em compensação, emquanto o povo republicano me tratava com carinho inexcedivel, não houve desconsideração que não soffresse do seu Directorio. Prestei ao partido o concurso da minha palavra na tribuna. Não é eloquente, mas é culta e elevada. Entendem-na, por egual, os intellectuaes e o povo, e os que a ouvem saem sempre do logar onde a ouvem com menos odio no coração e uma ideia mais generosa da republica. Prestei ao partido o concurso da minha palavra nos tribunaes. Não é eloquente, mas é persuasiva, porque, ferindo, de preferencia, a nota conciliadora e affectiva, ouvem-n'a com agrado os juizes e não se irritam com ella os accusadores. No Congresso Municipalista dei-me todo a essa obra simultaneamente libertadora e pacificadora, com applauso unanime e commovido de amigos e adversarios. Na imprensa, emquanto o Directorio abandonava completamente a defeza de todos os direitos individuaes, eu fazia, «sósinho», a campanha contra o juizo de instrucção criminal. Na imprensa, emquanto o Directorio abandonava completamente a campanha de descredito do estrangeiro contra o regicidio, eu procurava «sósinho», explicar a nacionaes e extrangeiros as causas e, por ventura, as

razões da tragedia. Na imprensa, emquanto o Directorio abandonava totalmente as desgraçadas victimas das associações secretas, eu fazia, sósinho, a campanha contra a barbara perseguição a ellas movida. Na imprensa, emquanto o Directorio esquecia o infeliz Diogo Ramires e a grande vergonha que da sua dolosa extradição resultava para o paiz, eu fazia, «sósinho», a campanha em seu favor, sem outra recompensa além das lagrimas de gratidão da sua pobre mãe. Emquanto tudo isto, em menos de dois annas, eu fazia, o Directorio não tinha para mim uma palavra de agradecimento ou de afago. Nem sequer a teve quando impedi, «sósinho», no Centro Antonio José d'Almeida, a conflagração de todas as commissões locaes «contra elle». O ultimo aggravo que entendeu dirigir a quem nunca o aggravára e antes por disciplina partidaria apoiára, foi excluir-me da reunião magna de março, para a qual, aliás, convocára toda a gente. No emtanto, foi graças ainda á minha abnegação que a Camara Municipal de Lisboa se fez representar, porque os meus collegas (honra lhes seja!) «deixaram essa representação dependente do meu assentimento». Ultimamente, essa guerra surda de que desde o meu regresso á vida partidaria activa vinha sendo victima, accentuou-se com o boato de que o meu nome ia ser incluido na lista á deputação pela minha terra, por Lisboa. Eu era — bem o sabe toda a gente — completamente extranho a esse boato, mas se este fôsse verdadeiro, não me faziam favor algum. E assim, á espreita do primeiro «pretexto» para justificar um acto de censura publica, que diminuisse a minha auctoridade moral no partido, vae-se buscar ao escriptorio do profissional o que algures se não pudéra descobrir. José Bello, meu cliente nas horas de prosperidade, é preso como implicado no descalabro do Credito Predial. Trata-se de um «delicto commum». E aquillo que eu jámais recusei ao correligionario em circumstancias identicas ou analogas, exigia o Directorio que eu o recusasse ao adversario.

«Durante uma vida inteira, em homenagem a principios juridicos que não são nem «monarchicos» nem «republicanos», «mas humanos», intensa e penetrantemente «humanos», o advogado, o profissional, o homem da lei clama contra a «instrucção secreta e exclusivamente accusatoria», contra a «incommu-

nicabilidade indefinida», contra a «perturbação do jury», por via da «intervenção apaixonada» da imprensa. Clama e todos lhe dão, afinal, razão. De repente, porém, surgem José Bello, a esposa, a irmã, os filhinhos. Que sabe o Directorio, que sabe o publico, que sei eu da sua culpa, se a «instrucção apenas começa e a defeza nem sequer principiou?» Nada. Pois bem. Porque José Bello defraudou a eleição do Peral, porque é um adversario politico, mais ou menos perigoso, renegue o advogado e o publicista os principios da sua vida inteira, refaça a sua educação juridica, diga «branco» onde disse «preto» e diga «preto» onde disse «branco», engula as lagrimas de piedade, se lhe orvalham os olhos, arranque o coração, se lhe despedaça o peito, julgue e condemne sem provas, por palpite ou rancor, e diga ao desgraçado, ás pobres senhoras, aos filhos: «Rua. Aqui só ha justiça para os republicanos.» Mas eu escrevi uma carta á imprensa a proposito do meu cliente?! Sim, escrevi uma «carta circular», firmando «principios juridicos» sem uma accusação, sem uma insinuação, sem uma allusão a quem quer que fôsse E que essa carta não era destinada (destinada, que tristeza!) «a cercear a livre acção da imprensa, na descoberta e apreciação de crimes publicos», prova-o a publicidade prompta e sem reservas que a imprensa lhe concedeu, «sem por fórma alguma julgar cerceada a sua liberdade». Escrevi essa carta, escreveria cem, duzentas, mil, tantas quantas suppuzesse necessarias para crear esse ambiente de serenidade, sem a qual o accusado «chega já condemnado ao tribunal que o hade julgar». E se o Directorio reputa esse facto um «delicto politico», então a minha vida está cheia d'elles. Assim, quando, ha menos de dois annos, o commerciante Gonçalo Heitor Ferreira soffria uma grande «lesão de direito», eu, que nunca pedi nada para mim á politica monarchica e, «aos vinte e dois annos», recusava propostas do mais brilhante futuro, «que raros membros do partido republicano teriam recebido», eu escrevi ao sr. José Luciano uma carta a favor do meu cliente, e note o Directorio — carta «de quem pede», porque «quem pede não manda». Esses «crimes» eu os pratiquei e praticarei sempre. Para supprimir ou suavisar as angustias de uma creatura humana confiada ao meu conselho e

zelo, não ha diligencia que não empregue ou não tente, e se de me ajoelhar aos pés dos meus mais irreductiveis adversarios depender a liberdade ou a justiça para alguem, não hesitarei um instante em fazel-o. Serão estes — estou certo — os principios do futuro governo e da futura justiça da republica. Deus nos livre que não fôssem! A tremenda exaltação da hora presente raia de sangue os olhos de correligionarios e adversarios, mas o socego e a reflexão hão de vir e, com elles, necessariamente a noção, o respeito e o culto do «direito». Reflicta, pois, o Directorio do partido e verá que andou com evidente precipitação. Não duvido que o fizesse de «boa fé», mas a «minha casa, a minha profissão, o meu escriptorio são inviolaveis», e acima de todas as resoluções dos corpos dirigentes do meu partido estão a minha consciencia «pessoal e profissional» e principios de «humanidade e sociabilidade» que o berço e a educação me deram e de que não prescindo. Inutil será accrescentar que, de futuro, a minha actividade politica se resentirá naturalmente da profunda tristeza que a resolução do Directorio me inspirou. Entretanto, se alguma vez o Directorio precisar de conhecer os principios que regem a «consciencia juridica» moderna, ou prenderem sem culpa formada e mantiverem incommunicavel algum dos seus membros, ou carecerem da auctoridade moral de um advogado coherente com aquelles principios atravez de uma vida inteira, fique certo de que no meu modesto escriptorio encontrará livros conselho e patrocinio. E como só pela imprensa tive conhecimento da resolução do Directorio, pela imprensa lhe dou a resposta que lhe devo, subscrevendo-me, com a expressão da minha mais alta consideração pessoal e politica.—De v. ex.ª . . . José Soares da Cunha e Costa.»

Indo a todos os recursos, o governo provocou scisão no partido franquista, indo buscar-lhe velhos elementos do partido regenerador. Evolucionando tambem para a esquerda, o «Diario Illustrado», transformado em orgão do teixeirismo, publicava em 4 de Julho a declaração officiosa de que os grupos Mello e Sousa e Malheiro Reymão se separavam do grupo regenerador-liberal por discordancia da alliança com os progressistas.

Na resolução entravam o par do reino e conselheiro de estado,

José Adolpho de Mello e Sousa, o antigo ministro José Malheiro Reymão, os pares do reino José Lobo, Teixeira de Vasconcellos e Antonio da Costa, os antigos deputados Adolpho Guimarães, Nicolau de Vilhena, Oliveira Soares, Fidelio de Freitas Branco, Carlos Pereira, Augusto Patricio dos Prazeres e Carlos Lopes.

Ao tempo que D. Manuel, resolvida a crise, saía emfim para a doce calma do paço de Cintra, d'essa Cintra poetica cantada por Biron, a terra tão adorada pela rainha D. Amelia,—os republicanos, talvez para que lá chegasse o ecco dos seus rancores, de novo erguiam a voz em comicio publico, no proprio dia da partida: domingo 3 de Julho.

O Credito Predial deu ensejo á censura larga á monarchia, com o desafogo de quem via chegada a realisação do ideal: a republica.

D. Manuel estava como que, moralmente collocado fóra do throno. As injurias começavam a abrir o caminho para as balas que o haviam de derruir. Teixeira de Souza, manietado, segundo se affirmou, por extranhas promessas de liberdade feitas aos republicanos, deixou passar em claro todas as allusões violentas á monarchia.

No comicio os governantes sentiram de novo sobre si o latego irreprimivel da democracia e ao passo que o dr. João de Menezes dava progressistas e regeneradores como ligados no caso do Credito Predial, o dr. Brito Camacho, citava o caso de Badajoz em 1894, onde appareciam Teixeira de Sousa e José de Azevedo fazendo-se eco no parlamento de que os republicanos queriam vender Portugal a Salmeron.

A palavra democratica de novo eccoou aos ouvidos dos seus adeptos, indicando-lhes, em publico, a marcha impectuosa para a reivindicação republicana.

Discursavam os democratas Theophilo Braga, Miguel Bombarda, cognominado o «Terror dos Padres» João de Menezes, Bernardino Machado, Brito Camacho e João Chagas e os socialistas Alfredo Ladeira e Sá Pereira.

Os partidos monarchicos tiveram pois nova dissecção e Teixeira de Sousa, logrou por parte de João Chagas, o mais vibrante ataque, expresso nas seguintes phrases:

«A situação é grave porque ha quem queira frustrar o pensamento revolucionario portuguez. Está no poder um bando de especuladores politicos. Não é o sr. Teixeira de Sousa o chefe do governo, porque o governo é de dissidentes. Teixeira de Sousa é um anonymo. E os dissidentes andaram d'arma ao hombro, luctando com os republicanos contra o franquismo, conhecendo-lhe os segredos. Portanto, o primeiro acto do partido a que pertence, perante o actual governo, não podia deixar de ser de ataque e da mais absoluta intransigencia.

Como complemento, o dr. Antonio José d'Almeida dizia:

«E' preciso que se acabe com palavras para se passar á politica intensa dos actos, que é a que é necessaria. Já o arguiram de haver tido com o sr. Teixeira de Sousa uma conferencia. E' mentira. Preferia engulir brazas vivas. Os monarchicos teem todos para elle a mesma côr. Por isso, a todos atira bem á cabeça para os deixar definitivamente sem vida. Não sabe qual dos monarchicos deve odiar mais, se os que pacatamente mandaram matar no Rocio quatorze homens, se os que, pela provincia, correram á pedra os democratas. O governo póde não fazer nada, mas nem por isso deixará de o combater com a maior energia. Odeia mais os liberaes fingidos do que os reaccionarios. A monarchia é uma velha megera hedionda e bexigosa, que é preciso guilhotinar quanto antes. Entretanto, os governos procuram metter mais vinho para o estomago e mais tonicos para os nervos. E o estafermo lá vae continuando, contra a vontade do paiz inteiro O sr. Teixeira de Sousa já podia ter feito alguma coisa. Podia ter dito ao rei que se o chamava era por ter medo que o movimento revolucionario rebentasse e que deitasse o throno abaixo, que puzesse na rua toda a gente indevidamente presa, e podia exigir a demissão do juiz de instrucção, para o castigar devidamente, mettendo-o na cadeia. Disse o sr. Teixeira de Sousa que era homem do seu tempo. Do seu, d'elle, porque o tempo dos homens civilisados é outro. Não sabe se o chefe do governo usa botas de duas solas ou sapatos finos. Se usa as primeiras, é para fazer um barulho tal que se não se oiça o ruido dos cofres publicos a abrir-se Se traz os segundos, é para lançar a corda liberticida, sem ser presentido, ao pescoço do povo. O governo de-

ve pedir ao papa que resuscite João Brandão e José do Telhado para os pôr á frente do Credito Predial. Segundo parece, o chefe do Estado quer dança. Pois ha de tel-a. E o baile ha de ser magnifico com uma orchestra de fuzilaria que não deixará de cumprir o seu dever».

Não eram hypotheses mas prophecias as palavras do caudilho republicano.

A alma popular se antes estava a caminho da republica, vibrava agora em plena revolução.

O fogo revolucionario lavrava quasi fóra do sub-solo, lambendo já o madeiramento carcomido do throno portuguez.

A moção approvada no comicio, não foi pois um libello novo, foi apenas um novo estreitar de mãos, uma nova permuta de signaes, para a emprazada lucta, um novo passo para a gigantesca obra de Outubro:

«O povo de Lisboa, reunido em comicio, considerando que a dissolução da camara dos deputados evitou que o parlamento desde já se occupasse das responsabilidades da monarchia, nas questões pendentes e muito especialmente na do Credito Predial, em cuja escandalosa administração o regimen se encontra compromettido; considerando que tal attentado contra a representação nacional apenas póde explicar-se por um conluio entre os dirigentes dos partidos monarchicos para encobrir delictos infamantes; considerando que a monarchia, além de incompativel com a liberdade e progresso, accentuando cada vez mais o seu caracter clerical, se encontra pelos crimes commettidos, na situação de um delinquente de direito commum; considerando que as promessas do actual governo, saido de um partido com insophismaveis responsabilidades nos crimes dos adeantantamentos e do Credito Predial, são destituidas de valor e faltas de sinceridade; considerando que será inefficaz, além de illusoria, qualquer tentativa de solução dos problemas nacionaes dentro da monarchia, affirma que a republica é a unica solução nacional, considera-a urgente e repelle toda a solidariedade com os partidos ou os homens do regimen vigente, sejam quaes fôrem os programmas ou as promessas com que elles pretendam illudir a questão nacional »

E ao debandar sereno d'esse povo, apparentemente ordeiro, ninguem diria que, certa madrugada, havia elle de surgir como leão, para proceder como collosso.

Assim daria elle a resposta altiva á luva que n'esse mesmo comicio lhe lançava João Chagas:

« — Se o povo não accorda perante os escandalos governativos é porque está embrutecido ou por que perdeu o senso moral.»

O repto foi injurioso, mas o seu erguer foi sublime de audacia.

Na noite de 3, fazia o dr. Bernardino Machado uma conferencia no Centro Antonio José d'Almeida, sobre o regicidio e as associações secretas. Trivialmente, passava-se uma esponja diplomatica sobre o acto do Terreiro do Paço, e, como conveniencia, o relate dos acontecimentos vinha diluido no apaixonado das apreciações.

Coroando as apostrophes violentas do comicio, vieram as revelações extranhas e até certo ponto incorrectas do «Povo de Aveiro», (N.º 1367, de 3 de Julho de 1910) que em artigo intitulado «Está vaga a suprema magistratura do paiz», derruia, mais do que os proprios republicanos combatentes, a combalida dynastia.

Como documento das ultimas cartadas democraticas, como symbolo do perfeito estado anarchico portuguez n'esses mezes que precederam a revolução, o liquidar da realeza fallida pela culpa e ganancia dos partidos que á sua custa medravam e cresciam valendo-se da corôa como capa acobertadora de seus escandalos feitos, — é elle soberbo, embora desvirtuado não só com a phraseologia despejada, como com as allegações, forjadas ou verdadeiras, de que andavam ali as malevolencias saídas do paço navegantino, contra o paço real que levantára a mesa ministerial e contra os politicos principaes influentes d'esse acto regio, dictado por toda a serie de conveniencias, desde as necessarias ao abastecimento pantagruelico de outros partidos, até ás uteis de alijamento d'um governo representante dos vultos escandalosamente envolvidos na questão predial.

Vejamos porém esse testemunho não menos escandaloso.

«Bravo, rei de Portugal!

«Bravo, redemptores! «Cidadões da libardade!» Zeladores da moralidade publica!

. . . .

«Ah, como a patria está vingada! Como está salva a honra nacional! Como a moralidade publica está redimida! Eu, que nunca tenho vontade de chorar nem de morrer, como Herculano ou Jeremias, mas de pegar n'um cajado, como Hercules, e de deslombar tudo isto, senti impetos de gritar, ao rei. «Fóra d'ahi!» «Rua!» Ao rei, que não nasceu com vocação para homem, o infeliz!

. . . .

«Eu já disse a este rei, pelo qual não sinto odio nem amôr, mas piedade, piedade pela sua desgraça, pela sua falta d'altivez e pela sua covardia, que não era elle quem governava em Portugal, mas o «Calcinhas». Ultimamente, porém, surgiu um outro rei, rei d'alcova, que eu ouso cognominar, certo de que passará á historia, tanta propriedade e justiça envolve o cognome: Venceslau I, o «. . .» * E eis-nos gravemente embaraçados, a todos nós que somos dignos, ainda, do nome de portuguezes. A isto chegaram os descendentes d'aquelles. . . «a quem Neptuno e Marte obedeceram!» Era muito triste a epoca de Leonor Telles, a prostituta. Correu grave risco, então, a independencia do paiz. Mas a breve trecho appareciam tres homens que levantavam as almas, enchendo-as de coragem e de esperança. Não menos triste foi a epoca que se seguiu ao desastre d'Alcacer-Kibir. Mas ainda houve um homem, por mais pequeno que elle fôsse em talentos, que teve a coragem, a inaudita coragem, a admiravel resolução de disputar pelas armas o seu direito e a independencia d'esta terra ao maior poder do mundo. Hoje estamos caídos na maior vileza, pois para resistir ás arruaças, á desordem, á voragem da anarchia, não temos mais que as «luzes» e os «conselhos» dos mais imbecis e dos mais torpes favoritos. Ainda se, ao menos, elles tivessem talento, como Mazarino. . . Anna

(*) Supprimimos, por conveniencia do leitor, o epitheto assás escandaloso.=N. d'A.

d'Austria entregou-se nas mãos d'um favorito. Mas esse favorito chamava-se Mazarino, Apesar de se chamar Mazarino e de ser, com a seducção physica da sua pessoa, o seu talento e a sua habilidade, quem dirigia a rainha, a rainha e o rei menino, e não a rainha quem o dirigia a elle, a consciencia da nação, indignada, umas poucas de vezes se revoltou contra a côrte e contra elle. E duas vezes o levou ao exilio. A elle, o verdadeiro vencedor de Rocroi, de Friburgo, de Lens e Nordlingen! E' preciso falar claro, bem claro, cada vez mais claro, porque a situação mais do que nunca, é gravissima. Esse rei que ahi está, e toda a côrte, offendeu a consciencia universal com os actos que praticou nos dias immediatos ao do regicidio. A consciencia dos monarchicos, dos republicanos, dos socialistas e dos anarchistas. A consciencia dos paes, das mães, dos irmãos e dos filhos. A consciencia humana, que não tem partidos. A alma universal commoveu-se. Se tudo foi horrivel, horrivel de crueldade e covardia, n'esta terra de bandidos, nos dias funebres que se succederam ao dia tragico do regicidio, nenhum acto impressionou tanto o mundo a alma da humanidade inteira, a consciencia dos homens de todos os paizes e de todos os partidos, que esse acto espantoso d'um homem exauctorar seu pae, — com o cadaver ali, a seus olhos, na sua frente,—sob a pressão dos assassinos. Não se diga que é hoje, «porque fazemos o jogo da reacção», que falamos assim. Cem vezes temos estigmatisado, como conhecem e sabem os leitores do «Povo de Aveiro», esse procedimento indecoroso. Verdadeiramente indigno. Quando tudo tremia, quando ninguem ousava affrontar os assassinos, com medo d'elles lhe cortarem a lingua, um só homem teve coragem para os fulminar, falando, altivamente, a voz da verdade e da justiça. Fomos nós. Ao mesmo tempo que lançavamos em rosto ao rei vivo — e nunca mais deixámos de o fazer — a sua vergonhosa covardia. Não se dirá, pois, não poderá dizel-o a torpe e acanalhada especulação politica, que é por amor, ou fazendo o jogo dos reaccionarios, que estamos agora a dizer isto. Foi espantoso. O que fez o rei D. Manuel, o que fez a côrte, em cima da morte de D. Carlos, foi espantoso, foi assombroso. Não só um acto contrario ao sentimento. Tambem contrario aos interesses do paiz e aos interesses

da propria monarchia. Não só um attentado moral. Tambem uma monstruosidade politica, de que resultou toda a desordem, perturbação e imbecilidade que até hoje se seguiram. Allegava-se porém que o rei era uma creança. Allegava-se, porém, que a rainha era uma senhora. O rei, uma creança, e demais a mais sem experiencia nenhuma dos negocios publicos — nem sequer com educação de principe — não sabia o que fazia. A rainha, uma mulher apavorada... Vá lá, que passasse a desculpa. Eu com dezoito annos, era um homem. Meu pae morreu-me tinha eu dois annos. Cresci, e vim a saber que meu pae tinha grandes inimigos. Disseram-me os seus nomes. Contaram me as suas façanhas. Nunca convivi com elles, nunca lhes apertei a mão, nunca me approximei, sequer, de nenhum d'esses individuos. Nunca! Nunca! Os inimigos de meu pae considerei-os meus inimigos. Vinte, trinta annos depois assim os considerava e vinte, trinta annos depois como taes os tratava. E Deus sabe se eu, pobresinho e humilde, quasi só no mundo, não sacrificava e não arriscava muito mais, affrontando, desde a infancia, o seu poderio, que o rei D. Manuel se tivesse posto a mão ferrea da sua auctoridade sobre a «fraqueza» d'aquelles que infamemente lhe assassinaram seu pae e seu irmão! Mas vá que passasse a allegação, que passasse o pretexto, que vingasse a desculpa. Mas hoje? Ainda está «coacto», o rei? Ainda é a «candida donzella?» O rei menino? Pois se elle aos vintes annos ainda usa calções, não deixará, jamais, de os usar. E se havemos de ter rei para vestir calções toda a vida é melhor despir-lh'os, desde já, na praça publica. Isto não é a linguagem d'um revolucionario. Note-se bem. D'um revolucionario d'officio. Isto é a linguagem d'um patriota que vê em grave risco o seu paiz. E não ha revolucionario mais terrivel que aquelle que se inspira nos interesses e no espectaculo da patria afflicta. A magistratura suprema da nação está vaga. Desenganemo-nos. Não haja illusões n'esta hora tremenda d'agonia. Eu dizia aqui ha oito dias, ha quinze, ha mez e meio, desde o momento em que começou a crise: «teremos homem? Vê-lo-hemos». Este era o problema. O grande problema! O rei, futil, pueril, não viu. Não viu isto. Não o viu a côrte que o cerca, como elle futil, e como elle pueril. Não o viram os seus mais

intimos conselheiros, os favoritos, os « . . . ». Nenhum d'elles teve noção das circumstancias e não sabemos se a teve alguem n'este paiz. Pois o grande problema era só este: demonstrar-se, emfim, a capacidade ou a incapacidade governativa do chefe da nação. Ha dois annos que vinhamos sob o imperio da desordem. Da mais tremenda desordem. Da mais pavorosa anarchia. O rei ha dois annos que abdicava deante da anarchia. Ha dois annos que o rei, solicito, corria adeante dos desejos da anarchia. Pelo menos não tinha força para deixar de ser seu joguete, seu ludibrio. Mas punha-se, emfim, flagrante, deante dos seus olhos, o problema. O vivo problema. Por um acto de resolução e d'energia o rei ia dizer ao paiz, ao paiz forte, ao paiz que pensa, qual era, emfim, o seu caminho. Como cortaria elle o nó gordio? E cortaria de facto, o nó gordio? Continuava escravo da desordem ou poderiam, finalmente, contar com elle homens d'ordem?

. . . .

«O que se agitava, então? Que grave problema trazia divididos os homens n'esta terra? Simples: saber se o rei era emfim o homem da ordem ou o homem da desordem. O agente definitivo e humilde dos miseraveis que mataram seu pae e seu irmão, e dos que querem, a todo o transe, arrastar o paiz no delirio das suas ambições, ou o chefe d'aquella parte honesta da nação que está prompta a desfraldar bandeiras, como nos campos d'Aljubarrota, para quebrar lanças em defeza da integridade e da honra do paiz. O rei não saiu João I. Ah, não saiu, infelizmente! Saiu Fernando I, a desgraçada victima d'infames prostitutas. Está vaga a magistratura suprema da nação! A mão que salpicou de lama, n'um esquife, a face do rei D. Carlos e do principe D. Luiz Filippe, caídos sob os golpes traiçoeiros, armados covardemente, na sombra por ladrões e assassinos, a mão que se estendeu ha dias, n'um banquete, a um grilheta, collega dos «souteneurs» que, n'um pasquim nascido e creado no lodo dos prostibulos, vinham cuspindo ha dois annos, talvez, em parte, «justamente, as damas da côrte e a rainha», é a mão que nos esbofeteia e a todo mundo digno, collocando, a pretexto de moralidade, e depois de derribar um ministerio em nome da honestidade publica, á frente do ministerio dos extrangeiros, o sa-

lão de recepção onde Portugal recebe e trata com o mundo culto, um homem que os seus proprios correligionarios baptisaram com o nome de « . . . » A camara dos deputados não foi dissolvida para que continuassem á frente dos negocios publicos seis homens «sem rabos de palha», mas que tinham commettido o «crime horrendo» de serem correligionarios do Governador do Banco Hypotecario Portuguez. Mas foi dissolvida para que fôsse feito presidente do conselho o verdadeiro heroe dos adeantamentos, para que ficassem impunes os assassinos do rei D. Carlos e seu filho, para que ficassem gozando os fructos dos seus crimes os homens da Companhia dos Assucares e para que fizesse as honras de Portugal junto do mundo o « . . . »

«Basta, que já fede! Está vaga a «suprema magistratura da nação portugueza!» Urge reunirmo-nos em congresso secreto, todos aquelles que prezamos ainda, seja qual fôr a nossa opinião religiosa ou politica, a honra e os interesses d'esta patria desditosa. E oxalá que além da voz eloquente de João das Regras appareçam lá guerreiros que possam imitar o gesto e a decisão heroica de Nunes Alvares Pereira. Decisão e energia. E' a hora mais grave da nossa historia. Decisão e energia, unicos meios de salvação em horas d'amargura. Ou — di lo-hemos sem cessar — Portugal está perdido.»

Supprimiu a historia certas passagens escabrosas, porque se lhe assiste o direito de desnudar erros, impõe-se-lhe o dever de cobrir trechos que percam pela fórma por demais realista.

Assim falavam os republicanos, embora, como o director do «Povo de Aveiro», tivessem menos acceitação a dentro das hostes mandatarias e a tal ponto que a republica o collocaria entre ferros, dando-lhe depois, como mercê, uma amnistia, que em conspirador monarchico o transformou.

Comtudo, não falavam melhor os partidos proximo do throno. A derrocada era geral e os dynasticos só levavam de vantagem a phraseologia mais cuidada, insinuando em linguagem sybillina, as maximas peripecias realengas ou os seus mais reconditos pensamentos.

Estava escripto nos livros do destino que a monarchia devia cair. As balas que a derrubariam seriam republicanas, mas os

primeiros violentos empuchões seriam dados pelos monarchicos.

Dissertava assim a politica de opposição: (*)

«A que mãos inhabeis ou criminosas estão entregues os destinos do paiz? Que lixo de ministerios é esse, que deixa desapparecer, roubar, papeis de altissimo interesse e permitte, de braços cruzados, sorridente, alegre, satisfeito, talvez feliz, que esses papeis, que não procura rehaver sem demora d'um instante, sejam publicados n'um jornal republicano, com annuncio feito vinte e quatro horas antes? Ha ladrões nas secretarias do Estado! Roubam-se ali documentos! Como póde a nação estar tranquilla? Como póde el-rei dormir socegado? Tudo indica que já governam os republicanos! Já teem auctoridades suas, já pódem publicar á vontade documentos confidenciaes, que mãos criminosas lhes entregam! Foi para isto que a corôa evolucionou para a esquerda? Foi para este resultado desastroso que fôram maguados todos os monarchicos fieis e leaes, entregando-se o poder a quem nunca devia exercel-o? Foi para isto que se guindou ás cadeiras ministeriaes um governo de traidores? Traidores, sim! Traidores á patria e ao rei. Traidores á monarchia e á nação. Pois é necessario, é urgente, que o ministerio seja expulso dos bancos do poder, que está deshonrando, para que se estabeleçam, sem demora, a confiança e a tranquilidade publicas!»

Era este o systema de ataque dos progressistas.

Duros eram os termos e retumbante seria o seu ecco se outros fôssem os accusadores.

Mal cotadas todas as consciencias partidarias, as aggressões iam de recochete mutilar os proprios aggressores, tão cheios de erros como aquelles a quem pretendiam ferir.

No meio da desorientação só o rei era o maior padecente. Desprendido dos assumptos publicos, ennovellado na cada vez mais intrincada engrenagem politica, D. Manuel, a quem os conselhos da rainha augmentavam o desprestigio por o tornar sempre creança, submettia-se ás luctas de ambição em redor d'elle travadas e sem forças, não procurava desembaraçar se da teia per

(*) *O Liberal* de 8 de Julho de 1910.

niciosa, do circulo vicioso que o proprio governo desenhava, consciente, em torno da sua inexperiencia, ou melhor talvez, do seu desprendimento.

Entretanto apparecia no Porto um novo orgão jornalistico, que se quiz dar como subsidiado da reacção pelo uso do rotulo de «catholico»,—dirigido pelo dr. Abundio da Silva, escriptor, bacharel em direito e theologia e agraciado pela Santa Sé com a cruz Pro Ecclesia et Pontifice.

Deu-se até pela primeira vez, o facto da benção solemne das machinas de impressão, a 2 de Julho, pelo parocho da freguezia da Victoria, do Porto, dr. Julio Maia, que implorava ao Altissimo as graças para o novo jornal «O Correio do Norte» (*)

Para maior successo, veiu a publico no primeiro numero do novo periodico, a documentação seguinte, sob o titulo «O nosso jornal perante a auctoridade diocesana», e sub-titulo, «No seu primeiro numero o «Correio do Norte» folga em dar publicidade ao seguinte documento, que mostra o escrupulo da empresa em observar rigorosamente as determinações da Suprema Auctoridade, e o vigilante cuidado que ao nosso venerando Prelado merece a acção social e a imprensa catholica, e bem assim a confiança que lhe inspira o nosso director»:

«Ex.mo e Rev.mo Snr.

«Manuel Isaias Abundio da Silva, casado, bacharel em theologia e formado em direito pela Universidade de Coimbra, advogado etc., vem muito respeitosa e humildemente perante V. Ex.a Rev.ma expôr: O supplicante é o director d'um grande jornal catholico que, no principio do proximo mez de Julho, deve começar a publicar-se diariamente n'esta cidade, sob o titulo de «Correio do Norte». Sem preoccupações ou compromissos partidarios de qualquer natureza e especie, procurando tão sómente bem servir a Egreja e a Patria, o novo jornal porá todo o seu esforço e empenho em ser, desde o seu inicio, modelar na obediencia e acatamento aos ensinamentos e regras dadas pela Santa Sé Apostolica e por V. Ex.a Rev.ma. Busca o novo jornal fazer uma grande obra de união de todos os esforços, dentro do cam-

---

(*) Numero 1.º de 3 de Julho de 1910.

po da Egreja, sufficientemente grande para abranger todos os combatentes, e todos serão poucos se, como é mister, escolherem o terreno da acção social e popular, onde ha tanto e tanto que fazer, na reconquista do povo para a fé e para a moral de Jesus Christo, nosso Redemptor e Senhor. E' a conquista do povo, segundo a intenção de Sua Santidade Leão XIII, de felicissima memoria, e a restauração da sociedade em Christo, como é fervoroso empenho de Sua Santidade Pio X, que Deus guarde e conserve o grande ideal que o novo jornal pretende ajudar a realisar. O supplicante collocado á frente d'esta empresa, crê poder apresentar todo o seu passado como garantia de fervorosa dedicação á Igreja e outra ambição não tem senão a de ser util e prestavel á sagrada causa que tem sido até hoje o maior amor da sua vida. Atreve-se, pois, o supplicante a pedir a V. Ex.ª Rev.ᵐᵃ, que pela sua auctoridade ordinaria e como Pastor do mesmo supplicante, se digne conceder a sua approvação ao novo emprehendimento, approvação que afervorará a dedicação de todos os que dentro do novo jornal vão congregar todos os seus esforços para dar um grande impulso á obra catholica em Portugal. E timbrando o supplicante em conservar o novo jornal escrupulosamente dentro de todas as prescripções da suprema auctoridade ecclesiastica, supplica a V. Ex.ª Rev.ᵐᵃ que, em observancia da gloriosa encyclica «Pascendi» se digne nomear-lhe um assistente ecclesiastico, que seja o delegado de V. Ex.ª Rev.ᵐᵃ junto do novo jornal, e desempenhe n'elle a missão que a referida encyclica lhe assigna. Será talvez o novo jornal, o primeiro de entre os periodicos catholicos portuguezes que tão voluntariamente se colloca na firme e incondicional observancia d'esse portentoso monumento, com o qual o zelo apostolico de um Pontifice amantissimo desmascarou e condemnou a mais perigosa de todas as heresias e velou pela pureza da fé. E como a mesma citada encyclica, suscitando a observancia, entre nós tão descurada, de um preceito do immortal Leão XIII, exige que da redacção dos jornaes não façam parte sacerdotes sem haverem conseguido licença expressa do seu prelado, o supplicante, para todos os effeitos, declara que actualmente, não pertence sacerdote algum ao quadro redactorial do jornal que vae dirigir, e que

nenhum admittirá de futuro sem que essa admissão seja expressamente auctorisada por V. Ex.ª Rev.ma. N'estes termos e beijando o sagrado annel, o supplicante — Pede a V. Ex.ª Rev.ma se digne approvar o novo diario catholico da manhã «Correio do Norte» e nomear-lhe o assistente ecclesiastico. — E. R. M. — Porto, 18 de Junho de 1910.—Manuel Isaias Abundio da Silva».

«Despacho. — Tendo sido nosso constante desejo animar o desenvolvimento da acção social catholica, que encontra na imprensa o seu principal elemento de propaganda, louvamos a publicação do jornal — «Correio do Norte» — que se propõe instruir e educar o povo segundo os ensinos da Santa Igreja, bem como louvamos os seus propositos de inteira subordinação aos ensinos da Santa Sé Apostolica e aos da auctoridade ecclesiastica diocesana. Por muito confiarmos na fé e sãos principios de que o Director do novo jornal sempre tem dado provas e porque nós mesmo tencionamos ler o — «Correio do Norte — não nomeamos assistente ecclesiastico por o reputarmos dispensavel.— Porto, 25 de Junho de 1910. — † A. Bispo do Porto.»

A mascara catholica caía, e em seu logar surgia um adversario terrivel do jornalismo d'aquella cathegoria, e deffensor do governo que do catholicismo não possuia as boas graças.

Conheceu o bispo o erro, e á «Palavra» commetteu, uma semana depois, o encargo de desmentir a falsa orientação do «Correio»: (10 de Julho de 1910).

«S. Ex.ª Rev.ma o sr. Bispo do Porto encarrega-nos de declarar que o «Correio do Norte», jornal que se publica n'esta cidade desde ha dias, não é orgão de S. Ex.ª nem mesmo do sr. bispo recebe qualquer inspiração. O sr. Bispo do Porto não tem nenhum orgão official. Auctorisou a publicação do «Correio do Norte» por o sr. dr. Abundio da Silva, no requerimento dirigido a S. Ex.ª Rev.ma, ter declarado sujeitar-se por completo á doutrina da Egreja Catholica.»

A artimanha governamental não deu o resultado em projecto, assim desmascarado pelos proprios:

«A ideia de uma politica de repressão, e até de uma dictadura militar, surgiu logo depois da queda do sr. João Franco. Sabe-se que, infelizmente, os primeiros a apaixonar-se por ella

foram certos elementos mais ou menos palacianos e «catholicos». E' notorio que a fizeram alma dos seus apostolados e combates, aberta ou disfarçadamente, varios defensores da causa religiosa. Depois, fôram crescendo cada vez mais, e em toda a parte, os admiradores, os adeptos, os propagandistas, fleugmaticos ou ardentes, do mesmo systema de salvação publica. Este variava, é certo, conforme as circumstancias intimas ou exteriores. Nunca, porém, perdia a essencia e indole. E era elle que tinha por fim as maiores devoções — até exaltados fanatismos — em todos os campos onde se ia formando a oligarchia artificialmente «conservadora». Os que assim desejavam a destruição do pacto inicial do rei com o paiz, nunca abandonaram tal feitio de pensar e de sentir. Acceitaram, não ha duvida, o gabinete do sr. Campos Henriques, o do sr. Sebastião Telles e o do sr. Veiga Beirão. Alguns até quasi apoiaram o do sr. Wenceslau de Lima, quando este deitou pela borda fóra o sr. Medeiros e tentou cair nos braços da direita. Sempre queriam todos, porém, que esses governos se resolvessem a executar o plano da violencia. E, no meio de tudo isto, alimentaram muitos d'elles, constantemente, a esperança de uma situação especial e caracteristica para esse fim. Acima de tudo se preconisava e tramava por ultimo um governo em que entrasse, com outras figuras typicas, o sr. Vasconcellos Porto. Fazia-se correr que havia numerosos officiaes do exercito anciosos por servir de sustentaculo a um ministerio de força. Para a pasta da guerra não havia outro como quem a tivera no gabinete do sr. João Franco. Era um homem. Contava-se que o sr. Porto quizera ir muito longe, até onde era preciso, nos tempos agitados de 1908. O sr. João Franco não deixára no 28 de Janeiro estalar a Revolução cá fóra. Suffocára-a ingenuamente dentro dos edificios da cidade. O sr. Porto queria que ella viesse bem grossa e rugidora para as praças e ruas. As balas dos seus regimentos dariam cabo dos radicaes e dos republicanos. Fôra um erro, uma desgraça, não se ter feito isso então. Tudo se teria liquidado por uma vez, sem regicidio, sem o resto que veiu depois. Positivamente o sr. Porto valia mais do que o sr. João Franco para a consolidação da ordem. Era necessario utilisal-o agora. Estava ahi a redempção publica. Respirar-se-hia

finalmente. O paiz, depois do feito mavortico, teria saude, paz, administração. E alguns, para a obra ser mais livre, mais facil, mais decisiva, achavam mesmo que o sr. Porto devia ser o presidente do conselho. Teriam alguns meditado e admirado, ao luar politico, o expressivo golpe de Estado francez de 1851? Talvez; o figurino vem de lá para tudo. O presidente Luiz Napoleão havia jurado a constituição republicana. Resolvera, porém, depressa, em conciliabulo com Morny, Maupas e Persigny, passar por cima d'isso e da Assembleia Nacional para o imperio. O general Magnan, commandante do exercito de Paris, tinha de ser o executor da ideia, em face da democracia convulsionada. Na manhã de 4 de Dezembro, grupos numerosos invadiram alguns dos «boulevards» e bairros de Santo Antonio, S. Martinho e S. Diniz. Magnan deixou-os á vontade. Pelo meio as barricadas tinham já um aspecto bem sério. O general continuou immovel no quartel. A's duas horas da tarde as massas de povo eram enormes. Chegára o momento: Magnan, cahindo-lhes em cima com as tropas, fazendo lagos de sangue, dominou a insurreição. O segundo imperio fez-se realmente n'aquella façanha contada pelo proprio Magnan. Mas ahi tambem nasceu outra força ainda maior: o odio popular que havia de engrandecer e agitar um partido para o destruir. Fôram precisos dezoitos annos; foi necessario Sedan; mas na onda levantada pelo perjurio e pela affronta, é que elle tinha de naufragar e morrer.»

Formada estava já a colligação eleitoral de opposição ao governo, e os progressistas, delegavam junto d'ella, em Lisboa, os conselheiros Sebastião Telles, Pereira de Miranda e Dias Costa; Bragança, conselheiro Eduardo José Coelho; Villa Real, conselheiro Eduardo Villaça; Vianna do Castello, conselheiro Manuel Affonso Espregueira; Braga, Valerio Villaça; Porto, conselheiro Pedro d'Araujo; Aveiro, conselheiro Albano de Mello; Guarda, José Abel da Silva Fonseca; Vizeu, Antonio Tavares Festas; Coimbra, conselheiro D. João d'Alarcão; Castello Branco, Dr. Gonçalo d'Almeida Garrett; Leiria, João Serras da Conceição; Santarem, conselheiro Manuel Antonio Moreira Junior; Portalegre, conselheiro João d'Azevedo Coutinho; Evora, Joaquim Nunes Mexia; Beja, Libanio Fialho Gomes; Faro, João Lopes

Garcia Reis; Ponta Delgada, conselheiro Luiz Poças Falcão; Angra, conselheiro Antonio Cabral; Horta, Antonio Garcia Guerreiro; Funchal, João Catanho de Menezes.

Para a commissão eleitoral chamados eram outros marechaes progressistas.

A colligação symbolisava apenas um junccionamento ficticio de nucleos divergentes e os franquistas bem e lealmente o registavam, frisando no seu orgão official «O Correio da Manhã» de 2 de Julho, que a colligação se limitava aos dois mezes das eleições e que ao deitar da ultima lista, cada um dos partidos seria livre para no dia seguinte hostilisar os outros.

Os republicanos por seu lado, indicavam sob reserva a lista dos futuros candidatos, dando para o circulo oriental, os nomes dos drs. Affonso Costa, Antonio José d'Almeida, Bernardino Machado, Miguel Bombarda e Augusto de Vasconcellos, e para o occidental os dos drs. Alexandre Braga, Eusebio Leão, João de Menezes e Bettencourt Raposo e João Chagas.

Um escrutinio secreto do Directorio dava porém (18 de Julho) a substituição no circulo oriental, do dr. Augusto de Vasconcellos pelo dr. Alfredo de Magalhães e no circulo occidental dos dr. Bettencourt Raposo, dr. Eusebio Leão e João Chagas, precisos á revolução, pelos drs. Antonio Luiz Gomes, Magalhães Lima e Theophilo Braga.

O dr. Magalhães Lima, dedicado especialmente á propaganda no estrangeiro,—onde levava a ideia revolucionaria—e a obter d'elle o statu-quo ante o acto em perspectiva, pedia substituição, indo occupar o logar na lista, o vice-almirante Carlos Candido dos Reis, que só então se apresentava a publico e descoberto, como republicano.

Por Setubal, sanccionava o directorio José Barbosa e Innocencio Camacho, que envolvidos no trama a executar, da revolução, ponderaram o facto sendo substituidos por Fernandes Costa, Feio Terenas e Fernão Botto Machado. O Porto, propunha pelo bairro oriental, Abilio Guerra Junqueiro, Cerqueira Lima, Alves da Veiga, Duarte Leite e Paulo Falcão e pelo bairro occidental, Adriano Pimenta, Antão de Carvalho, Arthur Marinha de Campos, Eusebio Leão e Pereira Osorio; por Coimbra, dr.

Evaristo de Carvalho, dr. Antonio Leitão, dr. Joaquim Cortesão, Antonio Augusto Gonçalves e dr. João Pessoa Junior; por Aveiro, Albano Coutinho, dr. Antonio Brêda, dr. Antonio Joaquim de Freitas, dr. Francisco Couceiro da Costa Junior e dr. Bessa de Carvalho; por Portalegre, dr. Abilio Matias Ferreira, dr. Henrique José Caldeira Queiroz, dr. José de Andrade Sequeira, dr. Manuel Antonio Gonçalves Pinheiro e dr. Antonio Mattos Cardoso; por Santarem, dr. Augusto Teixeira de Almeida, dr. Francisco de Sousa Dias, José Luiz dos Santos Moita e dr. José Montez; pela Guarda, Pedro Amaral Botto Machado; por Beja, Manuel de Brito Camacho, Antonio Aresta Branco, Antonio Benevenuto Ladislau Piçarra, Ernesto Augusto Campos de Carvalho, Francisco Manuel Pereira Coelho; Leiria, José Eduardo Raposo de Magalhães, Antonio de Sousa Neves, José Cupertino Ribeiro Junior, dr. Balthasar de Almeida Teixeira e Gaudencio Pires de Campos.

Os socialistas propunham: Manuel José da Silva e Cesar Henrique Nogueira, empregados no commercio; Antonio Francisco Pereira, impressor typographico; Miguel Luiz Vieira, operario cortador; José Fernandes Alves, compositor typographico.

A colligação reunida em 8 de Julho, dava o veredictum aos nomes de Guilherme Ivens Ferraz e dr. Manuel Duarte, franquistas, José Joaquim da Silva Amado e José Mathias Nunes, progressistas e Manuel Francisco de Vargas, henriquista, para o circulo 15, oriental; Alfredo Carlos Lecoq, Antonio Maria Dias Pereira Chaves Mazziotti, progressistas, Alvaro Pinheiro Chagas, e Henrique de Paiva Couceiro, franquistas, e Rodrigo Affonso Pequito, henriquista, para o circulo 16, occidental.

O conselheiro Alfredo Carlos Lecoq recusava a entrada na lista de concentração, que o substituia por João José Sinel de Cordes, ao tempo que, n'uma extranha affirmativa, os concentrados se entendiam com os regeneradores em Paços de Ferreira, emquanto o conde de Caria, progressista durante 20 annos, se despedia da politica.

Formando calculos, os monarchicos contavam que viriam ás côrtes, 755 deputados, sendo 95 regeneradores, 20 progressis-

tas, 12 dissidentes, 12 republicanos, 6 henriquistas, 5 franquistas, 3 nacionalistas e 2 vilhenistas.

O nacionalismo, isolando-se nos outros circulos, propunha por Braga, o dr. Alberto Pinheiro Torres; pelo Funchal, o conego Homem de Gouveia; por Ponta Delgada, o tenente-coronel José Correia de Mendonça e por Setubal, o engenheiro José Fernando de Sousa.

Os regeneradores, avidos de pôr fóra do combate rivaes de pulso, usavam processos não vulgares, indo até á demissão de funccionarios que se não submettiam á coacção de votar com o governo.

Isso originou a nota officiosa de 25 de Julho, publicada na imprensa da colligação:

«A colligação eleitoral julga de seu dever de honra, logo que qualquer dos partidos n'ella representados fôr chamado ao poder, reentegrar nos seus logares os funccionarios de qualquer cathegoria que fôrem transferidos ou demittidos por motivos eleitoraes.»

O combate eleitoral começou, intenso e com imprevistas accusações.

Os republicanos, a quem o governo, querendo fugir ao enxame enorme de adversarios, procurava agradar, insistiam pela dadiva d'uma amnistia, cuja base era trazer para o campo da revolução latente, preciosos elementos, ausentes por perseguições politicas.

Teixeira de Sousa, conhecendo perfeitamente toda a soberba organisação do trabalho eleitoral republicano, longe de procurar unificar-se com os partidos monarchicos, mais d'elles se desligou, com o annuncio de apresentar lista propria.

Atacaram o facto os regeneradores-liberaes esclarecendo o entendimento extranho dos governamentaes com a democracia e citando o «Correio da Manhã» de 8 de Julho, phrases do caudilho Affonso Costa, affirmando que o sr. Teixeira de Sousa já sabia que se não apresentasse tambem lista pelos circulos de Lisboa, quatro dias depois o governo cahiria estrondosamente.

Por seu turno o dr. Antonio José d'Almeida, affirmava, con-

victo e prophetico, n'uma sessão do Centro Republicano Heliodoro Salgado (6 de Julho):

«Os deputados republicanos teem no parlamento feito tambem obra revolucionaria. Creio que se os republicanos tiverem uma minoria de dez deputados, as camaras nunca mais poderão funccionar regularmente, o que obrigará o governo a pôr-se em dictadura, o que, por sua vez, provocará inevitavelmente, a revolução.»

Dura opposição tinha o governo por parte não dos republicanos, mas dos concentrados eleitoraes, que presentiam o plano e Teixeira de Sousa, procurando aquietar quanto possivel as imposições democraticas, das quaes não queria abster-se porém, por conveniencia jurada, ia provendo em republicanos, cargos vagos na administração politica.

Assim veio á discussão o caso de ser nomeado administrador do Taboaço, o padre democrata Alvaro de Azevedo Osorio, capellão da Quinta do Carvalho, do qual se disse (*) que no dia immediato ao regicidio, puzera laço vermelho, mostrára contentamento no jornal dissidente «Taboacense» pelo acto e celebrára e ajudára uma missa por alma de Buissa. A camara municipal chegou mesmo a telegraphar a D. Manuel II, que incumbiu o marquez do Lavradio de informar do successo o presidente do conselho, que ouviu o recado regio e nada annullou...

Como ataque aos regeneradores, cheios egualmente de erros veio o caso do mobiliario dos sanatorios da Madeira, que se disseram usufruidos, a bom talante, pelo novo governador civil do Funchal, José Ribeiro da Cunha.

Ergueu o «Liberal» (**) o extranho successo, forçando o governo a nota officiosa, onde se dizia que o ministro da fazenda, a pedido do do reino e este sollicitado por José Ribeiro da Cunha, auctorisára que de um dos edificios pagos a Hohenlohe, sahisse para a residencia do chefe do districto funchalense, os objectos de que necessitasse, sob obrigação porém de os restituir ao abandonar do cargo.

(*) «Liberal» de 9 de Julho de 1910.
(**) 21 de Julho de 1910

Assim passaram para o palacio do governador, bellos lustres, crystaes preciosos e tapetes de preço.

O alarme restringiu-se com a nota officiosa e o silencio que se lhe seguiu, deu margem a boatos de que as comadres depois de descobrir o caso, se haviam apertado as mãos. .

Outro ataque nasceu d'uma tentativa de accusação ao conselheiro Teixeira de Sousa de ter albergado em sua casa o «intervencionista» Aquilino Ribeiro, facto que o alvejado esclarecia depois com a transcripção de certa nota judicial recebida pela presidencia do conselho (6 de Agosto):

«O «suelto» publicado pelas «Novidades» explica-se assim: Da redacção do «Portugal» procurou-se transaccionar com um dos individuos que tomou parte activa no movimento de 28 de Janeiro, afim de que escrevesse dois artigos para serem publicados n'aquelle jornal, «provando que Teixeira de Sousa, logo apoz o regicidio, recolhera em sua casa Aquilino Ribeiro». Por este negocio dava se ao auctor dos artigos a quantia que elle exigisse. Não se «estipulava nem se fazia preço». O sujeito, porém, recusou. Procurava se assim influir junto do Paço, com a culpabilidade de Teixeira de Sousa a fim de o anniquillar, perdendo a confiança regia. O presidente do conselho foi posto ao corrente do que se passava por intermedio de Alpoim, que por sua vez fôra avisado por Azedo Gnecco, que sabedor do caso, quasi em primeira mão, e fazendo o jogo politico, correra pressuroso a avisar o Alpoim. Aqui está nas suas linhas geraes e que causou certo alvoroço nos centros politicos »

O facto negava-o Teixeira de Sousa mais tarde, (*) affirmando porém ter tido pessoalmente a affirmação por Azedo Gnecco, que ao ministerio fôra solicitar a creação d'uma repartição de trabalho.

O caso valeu ainda o esclarecimento do «Paiz» (**) de certas antigas nebulosidades sobre Aquilino:

«Segundo affirma o sr. Teixeira de Sousa, houve quem em Agosto de 1910, quizesse convencer o Paço de que o ultimo

---

(*) Para a *Historia da Revolução*, por Teixeira de Sousa, 1.º volume, paginas 111 e 112.
(**) O «Paiz» de 23 de Maio de 1912.

presidente do conselho da monarchia occultára, em sua casa, Aquilino Ribeiro apoz o regicidio. Mais uma pêta do sr. Teixeira de Sousa, porque 4 mezes antes, já o juizo de instrucção criminal tinha em seu poder, provas irrefutaveis de que Aquilino Ribeiro, apóz a sua fuga da esquadra do Caminho Novo, estivera occulto n'uma casa escolhida pelo director d'este jornal, onde se conservou até 4 mezes depois do regicidio. Como podia pois o Paço convencer-se da «generosidade» do sr. Teixeira de Sousa em presença d'essas provas?

«Arranje outras para reclamo, que aquella não presta.»

Por seu lado effectuava-se um corte de 2:000 eleitores, originando recurso para os tribunaes, o supremo tribunal de justiça, que sustentava o processo, allegando não se haver provado que os inscriptos fôssem portuguezes e maiores.

O governo simulava-se preoccupado com projectos, annunciando o ministro do reino medidas de assistencia publica, moldadas nas de Hintze Ribeiro; o da guerra, a organisação do estado maior central e uma nova lei de recrutamento; o da justiça, creação de repartições de estatistica e archivo, inventario de bens da mitra, uma reforma judiciaria e remodelação do regimen da bulla da cruzada; o das obras publicas, projectos de fomento agricola pelo aproveitamento dos trabalhos de Moreira Junior; o da marinha, o desenvolvimento da cultura do arroz, borracha, e algodão em Mossamedes, e, enganado, ou para desnortear, pensava em desdobrar o ministerio da marinha, creando o do ultramar.

O chefe, porém, ao passo que procurava a fórma de obter a promettida amnistia por delictos politicos, buscava entendimentos com o bloco, e com o proprio José Luciano, o que se desmentiu com a allegação de ter havido simples troca de bilhetes praxistas.

Entretanto e pouco a pouco, conseguira o governo (8 de Julho) prover os cargos de governadores civis, tendo-se apresentado mais serios embaraços, o de Castello Branco.

Em Lisboa, ficava, o deputado desde 1902, major de estado maior, Alfredo Mendes de Magalhães Ramalho; no Porto, o doutor em philosophia, lente da Academia Polytechnica do

Porto, socio do Instituto de Coimbra, e escriptor, José Diogo Arroyo; em Aveiro, o dr. Henrique Vaz Pereira; em Beja, o dr. José Feria Theotonio; em Braga, o dr. Francisco Botelho; em Bragança, José Antonio da Rocha Louza; em Castello Branco, Ernesto da Costa Ornellas; em Coimbra, o dr. José dos Santos Pereira Jardim; em Evora, Abilio de Lobão Soeiro; em Faro, dr. José Francisco Teixeira de Azevedo; na Guarda, conselheiro Amandio Eduardo da Motta Veiga; Leiria, dr. José Eduardo Simões Baião; em Portalegre, conselheiro Jeronymo José de Andrade Sequeira; Santarem, Antonio Bellard da Fonseca; Vianna do Castello, dr. Arthur Alberto Vaz Pereira; Villa Real, dr. Albino Maria de Carvalho Moreira; Vizeu, José Victorino de Sousa e Albuquerque; Angra, visconde de Agualva; Funchal, José Ribeiro da Cunha; Horta, conselheiro Antonio Emilio Severino de Avellar e Ponta Delgada, Francisco de Arruda.

A politica deu logo signal de rebate na nomeação d'essas auctoridades, e, como revelação extranha, partiu o ataque do «Liberal» (23 de Julho) reproduzindo factos d'uma historica manifestação em Lamego a D. Carlos I:

«Até aqui temos copiado da «Palavra», agora tambem nos chega a vez de dizermos alguma cousa relativamente ás arruaças feitas ao infeliz D. Carlos, quando passou por Lamego. Ahi vae! Houve planos e preparativos para essa manifestação. Os regeneradores combinaram-se, antecipadamente e resolveram — uns dar vivas, á frente d'este grupo estava o dr. Calder, professor do lyceu, que todos os annos envia um cesto de bella cereja da «Penajoia a uma pessoa altamente collocada». Este grupo representava a parte mais accomodaticia, mas era indispensavel que assim fôsse para não comprometter todas as auctoridades locaes. Se todos dessem morras, o prestigio da auctoridade ficaria fortemente abalado. N'outro grupo estavam os que davam morras, a este pertenciam varios, salientando-se o actual administrador, dr. Miguel Moreira e o ex-vereador Estanislau e o pharmaceutico Monteiro, que eram os commandantes da arruaça. O vereador Estanislau tinha ao tempo uma loja de quinquilharias, cuja especialidade consistia na venda de botões. O sr. dr. Quintella, dissidente, foi encarregado por todos os conjurados, de ir

apresentar uma mensagem a El-Rei, pedindo-lhe a construcção do caminho de ferro, e agradecendo-lhe o decreto da questão vinicola. E, quando se fazia este agradecimento, havia individuos combinados para cortar os automaticos ao automovel real, armados de navalhas, talvez até dispostos a outras cousas. No largo do Rocio, ás janellas do Cabido, estava o sr. major Ramalho, actual governador civil da capital, com outras pessoas da familia, assistindo sereno a estas scenas, que lhe não repugnaram, por isso que ha muito sabia da sua combinação. Isto junto ao que disse o nosso collega a «Palavra», dá mais umas informações preciosas para a historia d'estes dois ultimos annos, que tem andado á mercê dos arruaceiros de todos os generos e feitios.»

Servindo de modelo para essas accusações, viera a «Palavra», (14 de Julho) com elementos ainda mais seguros sobre a individualidade que o ultimo governo da monarchia collocava á frente do districto de Lisboa:

«Não seja tão ingenuo, collega!... Vêmos que não conhece bem os figados do illustre governador civil de Lisboa. Mas conhecemol-o nós. E oiça o que nos contam: Nos tempos «torvos da dictadura franquista», e na volta das Pedras Salgadas, passou el-rei em Lamego, onde o illustre major preparou uma manifestação estrondosa, com bandeirolas vermelhas, assobios e morras á dictadura. Por esse tempo e no periodo mais agudo, em vesperas do 28 de Janeiro, o mesmo major, e hoje illustre governador civil do primeiro districto do paiz, disse n'aquella cidade, alto e bom som:—«O que elle precisava eram 2 tiros». «*Elle*, era o rei D. Carlos, affirmam-nos que ha testemunhas. Já vê o collega que o major Ramalho não é tão ingenuo como parece... e o sr. Soeiro de Sousa, que o poz á frente do districto de Lisboa, lá teve as suas razões...»

Em chefe de policia, interino, de Braga, era collocado, um dos revoltosos, republicano, de 31 de Janeiro de 1891, Manuel Maria de Oliveira Carvalho; como administrador do concelho de Regoa, era collocado o chefe republicano e deputado democrata pelo Porto, dr. Antão de Carvalho.

Ao mesmo tempo era transferido o escrivão de fazenda de um concelho alemtejano, em virtude de, por conveniencias elei-

çoeiras, não querer liquidar os direitos de transmissão d'uma herança de 200 contos, que se pretendia fazer passar por 20! (*)

Em boas mãos estavam pois, para a causa anti-dynastica, as redeas do governo e este se encarregou de patentear-se o ultimo gabinete da monarchia. O clericalismo, por seu lado conhecendo o perigo, baldadamente insinuava situações miguelistas, em trechos sugestivos, arrancados não só á historia portugueza, como ás da França e Hespanha.

. . . .

«E não houvéra de 1828 a 1834 um exemplo do mesmo genero em Portugal! Tambem D. Miguel jurara a Carta, obrigando-se a amar a lei e a liberdade. Tambem José Agostinho clamava que a «Pedreirada» liberal fosse exterminada como os lobos o tinham sido em Inglaterra: por uma caçada geral. Tambem Fr. Fortunato concordava: «O remedio não está nas boticas, — está na honra, na fidelidade e no valor para pegar em armas, quando o rei o mandar e julgar necessaria a «montaria». D. Miguel, forçado pela demagogia sagrada e profana, foi-lhes fazendo a vontade, a elles e a outros. Depois de restaurar o absolutismo, deu-lhes o ministerio proprio para a operação venatoria—o do furioso e inepto conde de Basto. O arcabuz e a forca trabalharam. Mas ao mesmo passo, formou-se o corpo de emigrados e de revoltados que havia de levar D. Miguel a Evora Monte. Era para ahi, pouco mais ou menos, que se arrastava o animo de senhor D. Manuel. Haviam mudado as formulas e as armas: as linguagens, por um caso de atavismo, eram em parte as mesmas. O sr. Porto, sem saber como, via-se predestinado a salvador da monarchia, da côrte, da religião e da patria pelos milagres certeiros da metralha. O sr. Jacinto Candido, ignorando-o, sem duvida alguma, era outro nome lançado para o mesmo neo-messianismo epileptico e destroçador. Ou talvez melhor; para a obra lastimavel de comprometter e arriscar ainda mais o sr. D. Manuel, a sr.ª D. Amelia, a dynastia, a Egreja e o catholicismo em Portugal. Figure-se por hypothese, que a politica da força tinha homens capazes de a exercer com tena-

(*) *A Lucta* de 18 de Julho de 1910.

cidade, heroismo e intelligencia. Ainda assim ella seria a perdição e ruina do senhor D. Manuel, como o fôra de D. Miguel e de Luiz Napoleão. O senhor D. Manuel seguramente o comprehendeu. Viu muito bem que devia manter-se fiel á convenção inilludivelmente feita no principio do reinado para um regimen de equilibrio, de paz e de liberdade. Foi essa a razão suprema do movimento do soberano para a esquerda constitucional. Os outros, porém, haviam trabalhado com fervor para o prejurio régio e contavam com elle. Por isso ficaram excessivamente contrariados. E estas são as causas fundamentaes de toda a situação existente. Que resta fazer? Trabalhar para que o pacto seja respeitado por todos, mantido com imparcialidade e executado com proveito publico.» (*)

Ao incitamento nada correspondeu. Apenas a lucta contra Teixeira de Sousa assumiu maior grau intensidade offensiva, chegando o «Correio da Noite», (6 de Julho) a expôr n'estes termos a sua opinião sobre o governo:

«Entregasse el-rei o governo do seu paiz a um sargento da municipal e a seis soldados da mesma guarda. Entregasse-o, se quizesse, a sete homens que, ao acaso, visse nas ruas ou em qualquer praça publica. Entregasse-o a um regedor e a seis cabos de segurança. Tudo isso seria preferivel á tremenda humilhação que soffreu a corôa e ao profundo aggravo feito a todos os partidos monarchicos, entregando as redeas do governo — entregando-se e entregando-nos — ao bando de arruaceiros, que tão nefasto tem sido á monarchia, á administração publica, ao prestigio do parlamento e do paiz.»

Como outr'ora Campos Henriques ao sorrir ante o aspecto indifferente de Teixeira de Sousa no caso do assalto e incendio ás repartições de fazenda durienses, assim elle por sua vez se sorriu aos ataques progressistas.

O caminho estava traçado. Unido aos republicanos e aos dissidentes, nada temia. Como suprema illusão — se a teve — apenas o convencimento de que, assim amparado, ampararia o throno. Rude desengano!...

(*) O «Correio do Norte» (Porto).

O povo, a suprema força, se julgou vêr em Teixeira de Sousa um auxiliar, foi apenas na escala para elle deprimente, d'uma ponte de passagem, para a sua onda invasora, ponte derrubada por inutil, apoz o transito sobre ella...

O ataque dos progressistas era directo e verdadeiro, justas as arguições: Teixeira de Sousa era pé derrancado do throno manuelino.

Comtudo, mediocre era a craveira dos arguentes: todos, com excepção do franquismo, haviam picaretado o solo onde assentava a cadeira real.

A tal e continuo trabalho não podia resistir a infeliz centenaria brigantina, deixada pelo seu primeiro possuidor, o pusillanime D. João IV.

Havia de tombar e tombou, pela invencibilidade do destino mais do que pelo esforço dos homens, pois o fatalismo é que é a suprema lei em toda a humana legislação.

Procurando conciliar as suas tendencias democraticas com o serviço, de conveniencia, á realeza, o governo, fazia então publicar a portaria que censurava o arcebispo de Braga pelo caso da «Voz de Santo Antonio». (*)

Dizia esse documento celebre: (**)

«Fôram presentes a sua magestade el rei, pela secretaria de estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça, os documentos seguintes: (*A*) Um exemplar do jornal de Lisboa «O Portugal», do dia 10 de Maio ultimo, que contem uma carta dirigida pelo Eminentissimo Cardeal Secretario de Estado, Merry del Val, em nome do Santo Padre, ao Reverendo Arcebispo de Braga, ácerca do periodico «A Voz de Santo Antonio», na qual se diz que chegaram á Santa Sé graves e repetidas queixas dos catholicos portuguezes contra doutrinas sustentadas na referida revista; que, por isso, mandára o Santo Padre examinar os artigos incriminados e effectivamente se verificára que muitas das suas doutrinas estão em opposição com o espirito da egreja e com as instrucções da Santa Sé; que Sua Santidade, no intuito de reme-

(*) Vide o 1.º volume d'esta obra, pagina 922.

(**) Legislação Portugueza de 1910 = 1.º volume. = Pagina 403.

diar o mal e evitar perturbações entre os fieis portuguezes, ordenára ao mesmo Eminentissimo Cardeal Secretario de Estado que transmittisse ao reverendo Arcebispo Primaz o seu desejo e a sua vontade de que o alludido periodico suspendesse immediatamente a publicação, devendo o reverendo Arcebispo adoptar as providencias conducentes a esse fim; (*B*) A copia do texto italiano da mencionada carta, enviada pela Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, extraida do «Osservatore Romano», orgão officioso da curia romana, que a inserira em seu numero de 4 de Maio; (*C*) Um officio, de 14 do mesmo mez, mandado pelo reverendo Arcebispo, em resposta a outro, com data de 11, da Direcção Geral dos Negocios Ecclesiasticos, e no qual relata que, realmente, o correio do estrangeiro lhe trouxera, franqueada de Roma, uma carta assignada pelo Eminentissimo Cardeal Merry del Val, cujo original correspondia á versão que lhe fôra remettida conjunctamente com o dito officio do dia 11; e assegura não ter dado á imprensa conhecimento d'esse documento, porque havendo sido recebido fóra das vias officiaes, lhe parecia não ser destinado á publicidade, o que justifica a surpreza que teve ao vel-o divulgado pelos jornaes do pais, a cujo conhecimento chegara a noticia pela imprensa de Italia; (*D*) Uma declaração dos redactores da «Voz de Santo Antonio», exarada no «Portugal», de 18 de Maio, onde annunciam que, apenas lhe foi communicada a carta do Eminentissimo Secretario de Estado, pelo reverendo Arcebispo Primaz, immediatamente acceitaram a sentença e lhe deram cumprimento; (*E*) Outro officio do reverendo Arcebispo, de 23 de Maio, respondendo ao officio expedido em 18, pela direcção dos negocios ecclesiasticos, em que explica que, dirigindo-se a carta principalmente á consciencia dos redactores da «Voz de Santo Antonio» apenas communicára o seu conteúdo, sem estrepito de solemnidades, ao director d'este jornal, convencido como já ponderára no seu officio do dia 14, de que não viria ao conhecimento do publico; e em que affirma que nenhum outro documento recebeu ou apresentou a qualquer dos redactores da revista. O que tudo visto e ponderado; e Considerando que a carta, directamente dirigida ao reverendo Arcebispo Primaz, a proposito da revista

«A Voz de Santo Antonio», é, manifestamente, uma determinação da curia romana, porquanto foi publicada no seu orgão officioso e foi escripta em nome do Summo Pontifice, que depois de haver feito examinar os artigos incriminados, julgou muitos pontos da sua doutrina em opposição com o espirito da egreja e com as instrucções da Santa Sé, e, por isso, ordenou a immediata suspensão d'esta publicação; Considerando que, nos termos expressos do § 14.º do artigo 75.º da lei fundamental do pais, cuja observancia se impõe a todos, sem excepção, os decretos dos concilios, letras apostolicas e quaesquer outras constituições ecclesiasticas não podem ter validade n'este reino sem o regio beneplacito; Considerando que o citado § 14.º, synthetisa n'este assumpto o pensamento de toda a legislação, anterior e posterior á Carta Constitucional, e nenhuma duvida deixa subsistir ácêrca do seu alcance bem definido em numerosos diplomas, como a lei de 5 de Julho de 1728, a qual sujeita ao beneplacito todos os despachos de Roma, e o artigo 138.º § 2.º do Codigo Penal, que pune o ministro da religião que executar «bullas ou quaesquer determinações da curia romana, sem ter precedido beneplacito regio, na forma das leis do reino»; Considerando que este antiquissimo direito de conceder ou negar beneplacito tem sido em todas as epocas da nossa historia sustentado como um dos attributos da soberania nacional, e não pode ser preterido sem perigo para a boa harmonia que convem que exista entre a egreja e o Estado; Considerando que a remessa directa da sobredita carta offende as prerogativas da corôa, pois se não seguiram as normas estabelecidas na correspondencia de Roma com os prelados portuguezes, e representa uma invasão de attribuições, incompativel com os nossos direitos de nação independente e soberana; Considerando ainda que o referido documento, porque mandava cumprir uma deliberação contraria aos direitos garantidos na legislação vigente a todos os cidadãos, não podia obter a regia approvação, pois que além de o não consentir diversas leis antigas, ainda não revogadas, a isso se oppõe, em especial, a lei de 11 de Abril de 1907, que a nenhuma auctoridade civil ou ecclesiastica permitte a suspensão de quaesquer impressos; Considerando mais que a ordem dada ao reverendo

prelado foi por elle indevidamente cumprida e produziu os seus effeitos, com detrimento das incontestaveis attribuições da Corôa Portugueza; Mas attendendo a que das explicações constantes dos officios do reverendo Arcebispo Primaz e da sua anterior conducta se deve inferir não ter tido intenção de offender as regalias do Estado e só a precipitação ou má comprehensão da lei se deve attribuir um procedimento, que, de outro modo, demandaria energicas providencias; Manda sua magestade el-rei tornar bem patente o seu desagrado pela irregularidade que o reverendo Arcebispo de Braga praticou, recebendo e communicando a ordem da Santa Sé, concernente á suppressão da revista «A Voz de Santo Antonio», e assegurar, ao mesmo tempo, expressa e terminantemente, o firme proposito que tem de, em todas as occasiões, salvaguardar as prerogativas da Corôa, não consentindo faltas de respeito á lei, nem permittindo actos offensivos da soberania da nação. Espera o mesmo Augusto Senhor que o reverendo Arcebispo Primaz jámais esqueça não ser licito a nenhum prelado dar execução a determinações que não tenham sido transmittidas e acceites em harmonia com a legislação e praxes tradicionaes, e concorra, pelo seu acatamento ás leis do reino, para que não surjam conflictos, nocivos á paz do Estado e de que não podem beneficiar os interesses espirituaes da egreja. Paço, em 9 de Julho de 1910.— Manuel Joaquim Fratel.»

Dava-se o facto como de necessidade visto o governo haver censurado o partido navegantino pelo seu silencio sobre tão grave offensa ás leis do reino.

Fez-se salientar tambem a animosidade dos regeneradores contra o prelado bracarense, identica á dos progressistas contra o de Bragança e, n'uma extranha affirmativa, citou-se o documento de censura como trabalho do gabinete progressista de Veiga Beirão e que o ministro Fratel aproveitára. E' certo que a portaria não possuia o tom caustico e aggressivo d'uma reprimenda em fórma, mas, externamente, deu-se a benevolencia do acto como manejos do nuncio apostolico, trabalhando para congraçar o estado com a egreja. O «Corriere de Italia», outro orgão officioso do Vaticano, corria tambem a dar forças ao Papa e ao arcebispo (16 de Julho de 1910) affirmando constar-lhe que «A Voz

de Santo Antonio» fôra supprimida não só por combater o partido catholico nacionalista, mas por manifestar opiniões modernistas e arbitrarias, como já o fizera sentir Merry.

O arcebispo é que se não mostrou satisfeito, e percebendo isso, o clero tratou de se manifestar, sendo o primeiro o da sede diocesana que escrevia a seguinte mensagem:

«Excellentissimo Senhor Arcebispo—Está aqui ao lado de v. ex.ª o seu clero. Separam-o, por certo, ideias politicas, mas une-o a palavra de obediencia e reverencia ao seu prelado; une-o, para o amar e venerar, a admiração pela sua esclarecida e zelosa acção pastoral. Acredite v. ex.ª que não tem aqui quem venha adulal-o ou grangear as suas graças. Nada queremos de v. ex.ª e muito sentiriamos que alguns dos nossos collegas aqui viessem com tão pequeninos intuitos. A portaria do governo que o censura e fere, por igual nos censura e fere a todos. Se a mim, ignorado leitor d'esta mensagem de adhesão e respeito por v. ex.ª, o santo padre se dignasse honrar-me com as suas venerandas ordens, eu as cumpriria immediatamente, sem receio de outro qualquer poder. V. ex.ª é aqui a voz do Papa e o seu interprete. Nós estamos com o Papa e com v. ex.ª. Na ordem espiritual, o Papa é o nosso chefe a quem o Senhor disse na pessoa do primeiro: «Tu és Petrus». Ao lado de Pedro e de v. ex.ª, successor dos apostolos, formamos fileiras cerradas. Conte v. ex.ª com o seu clero, que saberá cumprir a sua missão contra os inimigos de Deus e em sua igreja. De v. ex.ª, subditos e admiradores».

Ia mais longe o clero de Guimarães, que reunido a convite do arcypreste Manuel Moreira Junior, protestava na seguinte mensagem:

«Ex.mo e rev.mo sr.—O clero do arcyprestado de Guimarães, reunido em numerosa assembléia, delibera prestar a v. ex.ª rev.ma a respeitosa homenagem da sua solidariedade e dedicação. Comprehendendo a dôr que n'esta occasião inunda a alma de v. ex.ª rev.ma por vêr desconhecidos, menosprezados e offendidos os sagrados direitos e justa liberdade da santa madre egreja, não lhes permitte a consciencia nem o coração, como a filhos devotissimos d'ella e subditos dedicadissimos de v. ex.ª rev.ma, que abafem no peito a sincera expressão dos sentimentos que os

dominam. Reconhecem que lhes toca grande parte d'essa dôr, e asseguram a v. ex.ª rev.ma que como sua a querem tomar e a tomam, unindo-se como irmãos entre si e como filhos em torno do solio archiepiscopal de v. ex.ª rev.ma: união que professam e promettem manter em todas as conjuncturas em que a causa da Egreja, o serviço de v. ex.ª rev.ma e as necessidades da disciplina ecclesiastica o demandarem. E protestam, do fundo da sua alma, a mais viva e firme repulsão de tudo quanto represente uma offensa á liberdade e independencia com que Jesus Christo quer que a sua egreja desempenhe a sua divina missão de paz e salvação. Mas, certos de que, por outro lado, a alma de v. ex.ª rev.ma, como a dos apostolos ao saírem da synagoga, se sente feliz em ter soffrido affronta pelo nome de Jesus Christo, representado no seu augusto vigario, congratulam-se vivamente.»

A manifestação presidida pelo arcypreste Manuel Moreira Junior e pelo abbade de Tagilde, era effectuada por 150 padres, a 19 d Julho e o arcebispo, recebendo os documentos, declarava sentir a portaria, não por si, pela egreja a que obedecia.

Seguia-se-lhe a entrega de novas mensagens do clero de Vianna do Castello, Ponte de Lima e Villa do Conde.

Entretanto, o ministro da justiça para vêr se debellava a corrente, fazia publicar uma portaria sobre congruas parochiaes tendente a attender as reclamações dos parochos sobre a defficiencia da sua cobrança:

«Constando a sua magestade el-rei, que em muitos concelhos de diversos districtos se tem mostrado deficiente e morosa a execução dos serviços do lançamento e especialmente da cobrança das congruas parochiaes, como já por vezes foi arguido ao parlamento e perante as competentes secretarias do Estado; e Considerando que no processo da arrecadação d'aquelle rendimento, destinado a decente sustentação dos parochos, como importa ao respeito das suas funcções espirituaes e á gravidade das obrigações a seu cargo como funccionarios do Estado, se deve empregar a mesma solicitude, que no lançamento e cobrança das contribuições da fazenda publica, a que foi equiparado pelo artigo 12.° da carta de lei de 10 de Julho de 1838; Considerando, que, devendo as juntas do arbitramento das congruas

proceder no mez de Julho de cada anno aos trabalhos da divisão e derrama das mesmas congruas, e sendo estas inalteraveis no seu quantitativo pelo disposto no artigo 4.º da carta de lei de 8 de Novembro de 1841, o primeiro dos mencionados serviços se limita a algumas modificações consequentes da differente situação dos contribuintes ou do julgamento de anteriores recursos, como tambem é expresso no artigo 5.º do citado diploma, e portanto não é de receber qualquer allegação de mingua de tempo para que os respectivos conhecimentos deixem de ser entregues até ao dia 30 de Novembro ás competentes recebedorias, nos termos do artigo 17.º do decreto de 31 de Dezembro de 1897; Considerando que a observancia do citado artigo 17.º é a regra que se deve seguir n'este ponto, como foi recommendado na portaria de 16 de Setembro de 1898 e reconhecido, entre outros diplomas, no accordão do Supremo Tribunal Administrativo de 13 de Dezembro de 1905, e por isso a pratica da nomeação de cobradores por freguezias se deve restringir aos casos em que por força maior não se possa fazer dentro do praso legal a entrega dos conhecimentos nas recebedorias; Considerando que ainda n'estes casos excepcionaes a cobrança não fica dependente do arbitrio dos cobradores, aos quaes se devem tornar effectivas as responsabilidades comminadas nas citadas leis; Considerando que aos administradores de concelho compete especialmente responder pela regularidade do serviço das congruas na sua triplice qualidade de presidentes das juntas de arbitramento, fiscaes das execuções das leis e juizes na cobrança coerciva do mesmo rendimento, que respectivamente lhes conferem a carta de lei de 29 de Outubro de 1840, o artigo 277.º, n.º 2.º, do codigo administrativo e o artigo 32.º do decreto com força de lei de 28 de Março de 1895: O mesmo augusto senhor, confirmando e reiterando as anteriores instrucções n'este assumpto: Ha por bem determinar que os governadores civis dos diversos districtos tenham em especial attenção o que fica ponderado, e efficazmente o recommendem aos administradores de concelho da sua dependencia, exigindo-lhes a inteira execução das disposições em vigor, e procedendo nos termos legaes contra aquelles que a tal respeito se mostrarem negligentes, quer no cumprimento das

suas obrigações privativas, quer na fiscalização das que pertencem a outras entidades.—Paço, em 5 de Julho de 1910.—Antonio Teixeira de Sousa.» (*)

Não conseguiram enganar ninguem, nem mesmo os interessados, essas disposições mal acatadas.

Os prelados haviam já arvorado o pendão de revolta contra o governo. As egrejas haviam-se convertido em logar de comicios, onde os padres vociferavam anathemas contra o ministerio, levados pelo «bloco», que soube aproveitar os effeitos da portaria de censura ao arcebispo de Braga, que, embora merecida e em termos excessivamente benevolos, até no proprio paço alcançou azedumes.

Teixeira de Sousa, que tentára avançar contra o clero, appoiado um pouco pelas doutrinas do apregoado liberalismo dos dissidentes progressistas, teve que annunciar eleições proximas, um passo para attrahir a si esse mesmo clero.

Tudo havia de falhar e o presidente do conselho devia, um mez depois, perdidas as esperanças, ante um cheque junto á urna, ante a lucta gigantesca que contra o gabinete moveu o clericalismo, lançar-se abertamente contra elle, em louca represalia, extranha imitação pombalina, levado ainda pelas insinuações de José Maria d'Alpoim, para que combatesse o clero, como Canalejas em Hespanha, afim de rehaver a confiança do povo, abalada, perdida.

Outro projecto de decreto chegou a enviar Teixeira de Sousa para o conselho superior de instrucção publica, o qual lhe dava parecer favoravel, (29 de Setembro de 1910). Visava a retirar dos seminarios os exames de preparatorios para o curso triennal de theologia e que seria organisado como o curso dos lyceus centraes, com 5 annos de curso geral e 2 de complementar de lettras. As disciplinas, methodos de ensino e livros, seriam identicos aos dos lyceus centraes, bem como o exame. Facultado era o curso nos seminarios, mas com exame no lyceu, como alumno extranho, accentuando-se na respectiva certidão que o acto só produziria effeito para a carreira ecclesiastica, provimen-

(*) Legislação Portugueza de 1910=1.º volume, pagina 411.

to de beneficios ecclesiasticos e matricula na faculdade de theologia da Universidade.

Era mais um golpe ao clero, tirando-se-lhe certas regalias dos cursos autonomos mas legaes dos seminarios e para isso se disse que os exames n'aquelles estabelecimentos serviam de poderosa arma politica.

Essa medida não chegou a ser promulgada, por se lhe antepôr a revolução.

Não antecipemos porém successos que a outras paginas competem.

XXVII

As dividas da rainha D. Maria Pia.=Projectos de homenagem a Tolentino = Visita do presidente eleito da Argentina.==Reabertura de Porto-Arthur.=Boatos de attentados contra o presidente Fallieres=Novo ministerio dinamarquez--Congresso dos caminhos de ferro em Berne.=Morte de Schiaparelli, Godfried Galli, general Henrique Costa e Mendes Franco =A instrucção na Italia. = Incendio da fabrica Vencedora = Monumentos a Ferreira de Almeida e Waldeck Rousseau. = Boatos de attentado contra Mehmed V =Monumento a Mussett.=Homenagem a Lamartine.=Julgamento do «Paiz».— Entrada em Silves do bispo do Algarve. = Commemoração da annexação de Nice á França.=Conflicto religioso em Portalegre. = Novo ministro do Japão. = Fundação do Instituto Agrario =Obra de Solidariedade Humana. = Incendio de Campbelltown.=Morte de Emilio Monteverde =Signal submarino no Cabo da Roca.—Projecto de creação d'uma repartição de trabalho

De queda em queda a realeza via-se arrastada para o sorvedouro, sem conseguir reagir.

Impellida pelos proprios monarchicos, a dynastia afundava-se na ruina onde a miseria emergia dando o braço ao esbanjamento.

A rainha D. Maria Pia era de novo attingida, como parte fraca.

Merencorio final de existencia, tinha essa figura veneranda, avergada ao peso da fatalidade hereditaria do seu destino!

Nas suas longas vigilias, ou a invadia o delirio ou a massacravam os pesadellos. No primeiro, via o filho D. Carlos, curvava-se ante elle, acariciava-o, aconselhava-o a bem do reino, a bem dos filhos .. Nos segundos, gritava, ante o espelho horrido de tragedias inconcebiveis, o espectaculo sangrento do Terreiro do Paço, erguendo as vestes para não pisar o sangue, que via vermelho, a correr..

Os seus gatos, a desviavam ás vezes de seus pensamentos e ao affagal-os com a sua mão esqueletica e fina, esse phantasma de mulher, e erecta estatua de rainha, descia do sonho tragico e do orgulho alto, para a infantilidade da creança avida de brincar...

O mais era o declinar lento d'um sol a vida d'essa rainha que o povo só conheceu por «D. Maria Pia».

No occaso da existencia, não comia, por que a paralysia lh'o impedia. O infante D. Affonso lhe chegava á bocca os precisos alimentos, em jantares melancholicos, abandonados da fidalguia, onde se cravavam apenas com amor nas faces decompostas da soberana de cabellos fulvos, os olhos sinceramente attentos do velho creado Franco, do não menos velho reposteiro Antonio Duarte Cifka, servindo desde o reinado de D. Fernando II e da serva fiel, e sempre vigilante Helena Duboc.

Assim se passava n'esses aposentos do palacio da Ajuda, n'essas salas modestas, descriptas por mão de mestre, analysta fino que mais parece empunhar cinzel que a penna: (*)

«Apenas convalescente do accesso febril que a prostrára, a primeira resolução da mãe de D. Carlos é abandonar os aposentos do rez-do-chão do paço, onde sempre habitára, e transferir-se para a sala vasta do guarda-roupa, situada no primeiro andar da ala sul do edificio. Por que superstição ella assim se exilava do conforto luxuoso, resignando o fausto decorativo da realeza? O motivo exclusivo d'aquella mudança dizia-se serem as melhores condições de ventilação e luz, de ares e panoramas, que a regia enclausurada ia encontrar na nova habitação. Voltado ao poente, dominando o Tejo, desde Belem ao mar, por duas am-

(*) *Do Desafio* á Debandada=Volume II=Pagina 127.

plas janellas, uma das quaes communicava com uma estufa onde vivia encerrada uma grande palmeira solitaria, o novo quarto da viuva de D. Luiz era uma sala vastissima, de construcção recente, destinada á arrecadação dos seus vestidos numerosissimos. Appendice adaptado muito posteriormente ao inacabado palacio, á grande sala com as suas dependencias, faltava tudo a que possa chamar-se apparencia de belleza ou de conforto. Tanto poderiam servir ás aulas de um lyceu como ás enfermarias de um hospital. Um corredor extenso, sombrio e estreito, de «parquet» encerado, em que é preciso accender as luzes dos lustres durante o dia, communica a sala com a passagem longinqua do vestibulo. Nem antecamaras de recepção nem antesalas de espera. E' para o corredor, sem a transição de um unico, por mais minusculo que seja, aposento intermedio, que abre a porta do quarto real. Antecamaras para quê? Esse phantasma de uma rainha não recebe visitas. Essa magestade deposta pela dôr já não tem aulicos, nem cortezãos, nem comitivas, nem estados. E' apenas uma mulher que soffre—que soffre com altivez—e se despediu do mundo como uma severa monja. O seu paço, dentro do immenso paço da Ajuda, reduziu-se áquella grande cella monastica de onde não sae, cujo limiar não ultrapassa, como se lhe impedissem o accesso do mundo exterior implacaveis sentinellas armadas. Ah! esse quarto, onde a moribunda se abrigou, fugindo dos aposentos reaes, como elle prodigiosamente se harmonisa com a acção pungente do drama que ali se desenrola! Quem o pudéra suppôr tal como é, evocando a rainha dos beijamãos ou das noites de gala de S. Carlos, resplandecendo de joias, com as esmeraldas da Corôa scintillando no setim eburneo do collo, os brilhantes do diadema chammejando nas ruivas labaredas do cabello! Em volta das paredes brancas, pintadas a oleo, alguns grandes e banaes armarios de nogueira. O tecto é de estuque branco. O soalho tem apenas a cobril-o, n'uma area restricta, ao centro, um tapete vulgar. Um antigo lustre para gaz, a que se adaptaram quatro lampadas electricas, illumina uma mesa elastica, coberta com um panno de velludo vermelho São de velludo da mesma côr os reposteiros das portas. As paredes, nuas. Nem um só quadro compromette a alva monotonia

da cella conventual. Ao fundo entre as janellas, uma commoda. Sobre a commoda, um relogio. A' esquerda, um espelho de vestir, de moldura doirada: unica nota feminina naquelle severo desconforto monacal. Um leito de pau santo, do seculo XVII, com columnas sustendo um baldaquino, esconde uma das janellas. Envolvem-no cortinas de velludo verde, desbotado e velho. Parece um catafalco. Raras vezes ella o occupa nas suas noites entrecortadas de vigilias. Ao lado ha um grande sophá forrado de setim vermelho. E' ali que dormita a regia moribunda. Tres biombos de velludo resguardam-na das correntes de ar, armando uma trincheira movel em redor daquelle esconderijo. Um calorifero de faiança mantem de inverno uma temperatura tepida no aposento real. E é todo o mobiliario do quarto da filha de Victor Manuel e de Adelaide da Austria, da rainha ostentosa que desbaratou em quarenta annos de realeza effectiva e honoraria o rendimento de tres annos, — apenas! — do omnipotente Rockefeller. E por isso num paiz de penuria, a cognominaram «a prodiga», E' deste vasto palco onde se ensaia para morrer, que ella se transfere, no verão de 1910, para o paço de Cintra, do qual só sahiria para a ratoeira de Mafra, de onde a levam para a lancha dos pescadores da Ericeira. Que melhor local podia escolher a rainha da elegancia para scenario de theatral agonia de que o seu immenso deposito de «toilettes?» A' esquerda do quarto real, fica uma outra sala de dimensões identicas: o guarda-roupa branco, onde dorme n'uma «chaise-longue» a creada favorita, Helena Duboc. Ha ainda um quarto de banho communicando com o aposento da rainha. Mas desta vez nada mais nos fica para inventariar.»

A despeito de arrastar nos paços com a sua doença, as proprias necessidades monetarias, levando o nobre pessoal á queixa popular sobre o pessimo serviço de jantares, o palacio da Ajuda, ameaçou tornar-se albergue de credores, (*) que, embora

---

(*) Essas dividas, seriam em Dezembro de 1910, assim descriptas em um jornal do Porto:

«Dividas do Paço d'Ajuda: A. Innocencio Rodrigues, com talho, réis 5:493$650; José Maria Filds, fornecedor de gallinhas 6:406$000 réis; F. J. Oliveira, carruagens, 4:073$900 réis; Manuel Tavares da Silva, de Cascaes, mercearia, 2:636$985 réis; Jeronymo Martins e filhos, mercearia, 6:489$073

curvando se á realeza, a aggrediam quando os interesses falavam mais alto do que as convicções.

Ao povo veiu pois o surdo rumor d'um processo escandaloso.

Depois surgiu o facto:

A firma monarchica Antonio Soares de Castro, com loja de modas no Chiado, chamára aos tribunaes a rainha, para ser compellida a satisfazer 18:279$833 réis de confecções fornecidas. Distribuido o caso em 25 de Abril de 1910 ao escrivão Ferreira, transpirou e a imprensa republicana atirou-o logo á publicidade, salientando se o «Mundo» com o espelho de toda a questão triste, em artigo, intitulado «documento escandaloso» e sobtitulo «A avó doente do rei novo é chamada aos tribunaes para pagar o que não contentaria a actriz Delys Gabby»:

«Foi hontem distribuida no tribunal do comercio desta cidade uma acção comercial ordinaria, pela qual é chamada directamente a juizo, «por si mesma», e não por intermedio do administrador da sua casa, a sr.ª D. Maria Pia de Saboia, rainha viuva do rei D. Luiz, mãe do rei D. Carlos e do actual principe real D. Afonso, e avó do rei reinante, D. Manuel II. A acção foi proposta por Antonio Soares de Castro, comerciante de modas com estabelecimento na rua Garrett, n.os 17 a 23, fornecedor titulado e exclusivo de todos os artigos de vestuario de que carece a sr.ª D. Maria Pia e em que elle comerceia (sic). O advogado é o dr. Almeida Furtado. O pedido é de 18:279$838 réis — menos de «cem mil francos» ao cambio do dia. A pequena actriz Delys Gabby não recebe menos do que isso n'uma «tournée» de 8 dias. Se os vestidos fôssem para ella, talvez custassem menos dinheiro, e não faltaria, decerto, quem os pagasse. Como se trata, porém, da sr.ª D. Maria Pia, nem se terá toma-

réis; Cesario Fernandes Martins, carne, 3:304$670 réis; Companhia Panificação Lisbonense, padaria, 1:096$650 réis; Manuel Florencio Cannas, de Cintra, carnes, 1:520$095 réis; Manuel Nunes Correia, alfaiate, 158$240 réis; F. A. Justus, dentista, 331$400 réis; A. Bobone, photographo, 414$000 réis; M. Hermann, instrumentos electricos, 252$610 réis; Filippe da Silva, confeitaria, 1:657$770 réis; Joaquim Bonifacio Soares, de Cascaes, peixe; 37$450 réis; José Ferreira, estofador, 1:157$910 réis; Martins e Rebello, manteiga, 86$400 réis; Antonio José Soares, de Cintra, mercearia, 2:839$170 réis; José Franco Canas, de Cintra, mercearia, 2:839$170 réis; José Franco Canas, de Cintra, talho, 252$990 réis. Total, 41:189$065 réis».

do cuidado com os exageros provaveis da factura, nem ha quem a queira liquidar. Coisas da edade, do sangue ou do meio. Coisas que não se encontram nas familias mais pobres. O autor nesta causa tão triste para a monarchia (ou tambem o não será?) alega que é por necessidade sua impreterivel, proveniente das imposições dos seus crédores, que se vê forçado a recorrer aos tribunaes. Bem sabe que a rainha avó não tem actualmente largueza de rendimentos, mas não tem remedio se não demandá-la. O sr. juiz mandou subir o processo á sua presença. Parece que ha tempos foi ali julgado, numa questão de generos alimenticios, que não era possivel demandar o administrador da casa da rainha, por não ter qualidade ou mandato para receber em nome d'ella a primeira citação. E dahi talvez, a citação pessoal á velha e doente avó do rei. Decretal-a-ha o sr. juiz? Ou deixará credores sem direito contra os seus reconhecidos devedores?!

A acção é acompanhada do seguinte pavoroso documento:

«Sua Magestade a Rainha Senhora Dona Maria Pia

«Deve a Antonio Soares de Castro:

«Fornecimento de artigos de vestuarios por mim feitos á mesma augusta senhora, conforme a factura entregue em 2 de Janeiro de 1909..		18:558$788
«Idem, conforme a factura entregue em 7 de Março de 1910........................		821$050
		19:379$838
«Recebido da Administração da Casa de Sua Magestade:		
«Em 31 de Março de 1909.......	100$000	
«Em 13 de Maio » »	100$000	
«Em 1 de Junho » »	100$000	
«Em 30 de Junho » »	100$000	
«Em 31 de Julho » »	100$000	
«Em 31 de Agosto » »	100$000	
«Recebido de Sua Magestade a Rainha:		
«Em 18 de Setembro de 1909.....	200$000	
«Recebido da Administração da Casa de Sua Magestade:		

Em 1 de Outubro de 1909	100$000	
Em 30 de Novembro de 1909.....	100$000	
Em 28 de Fevereiro de 1910......	100$000	
		1:100$000
Deve		18:279$838

«Este documento contem uma passagem aflictiva: é a daquelle pagamento de 200$000 réis, feito em 18 de Setembro ultimo, «directamente» pela senhora D. Maria Pia! E a somma presta-se a reflexões bem amargas. Ella representa uma parte pequenissima dos rendimentos do neto da devedora, calculados em cêrca de 700 contos de réis depois do aumento escandaloso da sua lista civil, da recepção dos seguros de vida do pae, da liquidação dos fundos depositados no estrangeiro, e da desoneração das propriedades da casa de Bragança, feita no tempo de D. Carlos com o dinheiro dos adeantamentos. Monarchia nova! Monarchia nova! Veste-te de galas, que o mereces admiravelmente».

Era essa uma das dividas particulares. Quanto ás officiaes, registavam-se no Banco de Portugal um debito de 110 contos de réis, caucionado aliás por joias valiosissimas,—cuja odysseia mais tarde explanaremos—e na Caixa Geral de Depositos, um debito de 145:526$688 réis, por contracto assignado sob auctorisação por portaria de 19 de Dezembro de 1905 do conselheiro Manuel Affonso Espregueira, sendo regente o principe real D. Luiz Filippe:

«Sendo a administração da casa de sua majestade a rainha a senhora D. Maria Pia devedora á Caixa Geral de Depositos da quantia de 145:526$688 réis, em conta dos emprestimos levantados nos termos das escripturas de 21 de Maio de 1891 e de 14 de Julho de 1900 e sendo necessario que aquella casa reembolse o thesouro da importancia de 58:295$700 réis, levantada do Banco de Portugal para despezas proprias da sua administração, nos termos da respectiva nota datada de 3 de Novembro findo, sem que haja alteração na deducção mensal em conta da dotação da mesma augusta senhora, sem augmento da responsabilidade para a administração da Caixa Geral de Depositos em relação ás duas mencionadas escripturas e ao compromisso to-

mado com o Banco de Portugal pela portaria de 30 de Junho de 1903: fôram ajustadas aos desenove dias do mez de Dezembro de 1905 as seguintes condições entre o governo de sua majestade fidelissima, representado pelo conselheiro Luiz Augusto Perestrello de Vasconcellos, director geral da thesouraria do ministerio da fazenda e a admistração da Caixa Geral de Depositos, representada pelo seu director dr. Thomaz Pisarro de Mello Sampaio: 1.ª A Caixa Geral de Depositos empresta ao governo, em conta da administração da casa de sua magestade a rainha D. Maria Pia, a quantia de 60:221$275 réis, para despezas da mesma administração, comprehendendo-se n'ellas a quantia de 58:295$700 réis levantada do Banco de Portugal, como caixa geral do thesouro para esse fim. 2.ª O emprestimo será pago com dois cheques um de 58:295$700 réis para ser reposto no Banco de Portugal, outro pelo saldo que houver para ser entregue á administração da referida casa. 3.ª O governo obriga-se a embolsar a caixa do saldo em divida do presente emprestimo, no caso de fallecimento de sua majestade a rainha e tambem pagará o saldo em divida dos emprestimos contrahidos pelas citadas escripturas de 21 de Maio de 1895 e de 14 de Julho de 1900, se o fallecimento tiver logar depois de findo o praso dentro do qual deveriam estar amortisados, nos termos das mesmas escripturas e se fallecer dentro d'aquelle praso o governo pagará á caixa a parte dos mesmos emprestimos que á data do fallecimento estaria amortisada se pelo presente contracto não houver sido diminuida a quota de amortização. Todos estes pagamentos são feitos logo que a caixa apresente a respectiva conta. 4.ª Se até ao fim do praso em que deveriam ser liquidados os emprestimos feitos em virtude das mencionadas escripturas o governo não tiver obtido do Banco de Portugal a desistencia ou o adiamento da elevação da prestação destinada aos encargos do emprestimo feito pelo referido Banco á administração da Casa de sua magestade a rainha e ao qual se refere a portaria de 30 de Junho de 1903, o governo entregará ao mesmo Banco a imporancia a que se obrigou.»

A accusação particular foi a que maior escandalo ergueu e, especialmente, a de Soares de Castro.

Doloroso espectaculo, o d'essa rainha, tão abandonada dos seus que a deixaram levar aos tribunaes por uma verba infima, tão abandonada de partidarios que não ousavam com uma suspensão de fornecimentos, rasgar as lettres que iam ferir a realeza de que se diziam vassallos fieis!...

Triste contingencia essa, a da soberana que depois de tratar o dinheiro, bem mais rei do que ella! — com todo o desprezo de quem só sabe usar d'elle, se via, por fim, escrava d'esse mesmo dinheiro, d'elle faminta, soffrendo por que elle a desprezara, em revindicta!...

Das proprias joias se desfez, dando-as para caução de 110 contos ao Banco de Portugal, ellas, que valiam 400 contos!

D. Maria Pia, lembrou se do regresso á patria, á Italia, onde exilada, acabaria os seus dias, sob a tutella importuna de parentes que já não tinham que desfazer-se em contumelias...

Fôram ainda os republicanos quem atiraram para o meio do povo, com phrases que simulando dó, constituiam outras tantas offensas áquella que se muito gastou, muito com os pobres repartiu:

«A Rainha Sr.ª D. Maria Pia parece deixar Portugal e ir definitivamente residir para a sua patria. Não somos dos que tecemos elegias saudosas á cauda da pobre rainha. A sr.ª D. Maria Pia comeu nos bastante. Não nos deu muito peixe espada nem nos atulhou de padres, mas ajudou a limpar-nos as algibeiras. E' sem duvida um coração excruciado e porque é o de uma mulher o nosso respeito redobra de intensidade. Maria Pia de Saboya, essa ruivosa princeza do histerismo e da elegancia, arrastava na côrte caudas de vestidos que representavam a miseria de milhares de desgraçados. O dinheiro para ella não tinha valor, diz-se. Hoje, deve tel-o. Depois que o dinheiro lhe pôz dois cadaveres no coração e os credores, como á porta de qualquer amanuense, lhe fôram tocar nas argolas do palacio. O povo portuguez no seu morbido sentimentalismo, apesar das suas revoltas, ainda guardou n'um cantinho do seu coração a figura d'essa mulher. Ama-a, não sabe bem porquê, mas ama a. Talvez o

contraste odioso e negro de alguem que a substituiu desse ao povo a vontade de acaricial-a.» (*)

Entretanto seguia a acção commercial e no Tribunal do Commercio, o juiz da 2.ª vara dr. João de Paiva não ordenava a citação, sob o fundamento de que a rainha o não podia ser pessoalmente, mas apenas na pessoa de um administrador.

Recorreu a firma Soares de Castro, n'um anceio de escandalo, para o Tribunal da Relação, o qual em sessão de 30 de Julho, dava provimento ao aggravo, por unanimidade de votos, em accordão assim expresso:

«Acordam da Relação de Lisboa, de 30 de Julho de 1910, em aggravo commercial da 2.ª vara de Lisboa. Agravante Antonio Soares de Castro. Acordam em conferencia na Relação: Que foi agravado o agravante, Antonio Soares de Castro, nos despachos transcriptos a fl. e fl., de que recorre. A citação para começo de causa deve ser feita na pessoa contra quem se intenta a acção, e só póde ser feita na pessoa de procurador, quando elle tenha poderes especiaes para recebel-o, (Cod. do Proc. Civ., art. 186 e 192). Dos autos não consta que a sr.ª D. Maria Pia tenha procurador com aquelles poderes. A's regras geraes só se admitem excepções expressamente designadas na lei, e na hypotese dos autos não as ha. O art. 84.º da Carta Constitucional, em que o juiz «á quo» se funda, apenas se refere ás pessoas e aos bens, de que falam os artigos anteriores, e até os bens particulares de el-rei se regulam pelo direito commum, conforme o art. 9.º da L. de 16 de Junho de 1855, declarada em vigor durante o actual reinado pelo art. 6º da lei de 3 de Setembro de 1908. Assim, ainda que a ultima parte d'aquelle art. 84.º esteja em vigor depois da publicação do Codigo Civil e do Processo Civil, não tem elle aplicação ao caso dos autos por se referir sómente á casa de el-rei. Dão, portanto, provimento ao aggravo, e custas afinal. Lisboa, 30 de Julho de 1910.—Veiga—Almeida Ribeiro — Horta e Costa».

A justiça não quiz fazer politica e recusou immunidades á pobre rainha, facultando a citação no proprio paço!

(*) O «Paiz» de 25 de Junho de 1910.

O ataque da democracia renasceu.

No poder Teixeira de Sousa, a acção republicana buscou, com a sua ajuda, novos elementos de desprestigio para o paço e para solemnisar a victoria alcançada, appareciam as seguintes phrases, encimadas com o titulo «Ruinas»: (*)

«A senhora Dona Maria Pia de Saboya, viuva de D. Luiz I e avó de D. Manuel II, de Portugal, filha de Victor Manuel III, de Italia, proxima parenta d'outros reis da Europa, vae ser citada no Real Palacio da Ajuda, como ré, n'uma acção contra ella intentada pelo sr. Antonio Soares de Castro, estabelecido no Chiado, com loja de modas, por falta de pagamento voluntario d'uma conta d'alguns contos de vestidos. O sr. Antonio Soares de Castro é franquista, mas é commerciante e não mantem certamente aberto o seu estabelecimento para fornecer gratuitamente as suas fazendas. E mesmo na qualidade de monarchico da fracção franquista, não se julga na obrigação de vestir de graça e luxuosamente as rainhas de Portugal. O sr. Antonio Soares de Castro tem razão. O juiz do Tribunal do Commercio sr. dr. João de Paiva, que é tambem franquista, não ordenou a citação para a acção, quando ella foi requerida áquelle tribunal de primeira instancia, sustentando que a senhora D. Maria Pia, como rainha que é, não póde ser citada pessoalmente. Era uma doutrina inspirada nos sentimentos monarchicos do juiz e não nos principios de direito. O juiz do Tribunal do Commercio dava assim á viuva de D. Luiz e á monarchia uma prova de dedicação, que lhe não custava nem o sacrificio d'um vintem. Ao sr. Soares de Castro é que a dedicação monarchica do juiz podia custar uns contos de réis e então aggravou do despacho do sr. dr. João de Paiva, seu correligionario. No dia 30 do mez passado o Tribunal da Relação, por accordão unanime, annullou o despacho do juiz do Tribunal do Commercio e considerou para o effeito a rainha D. Maria Pia, como uma pessoa particular, devendo n'esta qualidade ser citada pessoalmente no seu domicilio por um official de diligencias. E' digna de applauso a attitude imparcial e independente dos trez juizes da Relação de

(*) *A Capital*, de 8 de Agosto de 1910.

Lisboa, que são os mesmos que recentemente annullaram todo o processo relativo a uma das victimas do Juizo de Instrucção Criminal, condemnado a prisão na primeira instancia, como supposto membro d'uma associação secreta. A familia real disfructa já de numerosos e injustificados privilegios, para que se lhe possa conceder tambem o de não ser compellida a pagar as suas dividas, quando o não faça de vontade, tanto mais que é exactamente para que viva intangivel a certas contingencias, que a nação faz o sacrificio de desembolsar em seu beneficio umas centenas de contos de réis por anno. Custa annualmente ao paiz a familia real portugueza 501 contos de réis. Poucas familias reinantes saem relativamente tão caras; e ainda assim, onde isso succede, as receitas e as despezas andam mais equilibradas, as dividas publicas são proporcionalmente menores e os encargos d'essas dividas oneram menos cada contribuinte. N'estas circumstancias a nação tinha direito a ser poupada ao espectaculo deprimente, que se está representando nos tribunaes portuguezes. D'ella recebe a senhora Dona Maria Pia de Saboya 60 contos por anno, que deviam bastar cobrir as despezas da sua situação subalterna e apagada, que não exige grande representação. Se a rainha avó viver ainda quando fôr proclamada a Republica em Portugal, certamente não será expulsa d'esta sua patria adoptiva sem recursos de nenhuma especie. A senhora Dona Maria Pia foi uma rainha perdularia, esbanjadora, que excedeu sem conta e sem escrupulo a sua lista civil. Ella, porém, não o teria sido, se n'este paiz os ministros fôssem menos servis e mais probos. O povo reconhecendo esta verdade e fazendo o confronto entre a avó e a mãe do actual monarcha, tomando em consideração que a viuva de D. Luiz conseguiu ser sempre mais rainha e ao mesmo tempo mais popular do que a viuva de D. Carlos, entrando em conta com os sentimentos anti-clericaes da senhora D. Maria Pia e com as tendencias jesuiticas da senhora D. Maria Amelia, attendendo tambem a que o marido da filha do liberal Victor Manuel II foi um rei estimado e que o marido da filha do reaccionario conde de Paris foi um monarcha justamente detestado, não hesitaria em pôr na fronteira ou fóra da barra a descendente dos Orleans, as passo que seria bastante generoso

para consentir que a descendente dos Saboyas acabasse tranquilamente os seus dias n'este paiz, onde vive ha 40 annos, sem ter nunca merecido outra accusação que não seja a de prodiga. Evidentemente uma rainha prodiga não convem a um paiz pobre; mas uma rainha reaccionaria, beata e jesuitica ainda convem menos a um paiz, que aspira á emancipação da sua consciencia. N'estas condições explica-se a pessima impressão produzida no publico pela situação humilhante em que se encontra a senhora D. Maria Pia. Os republicanos não sentem nenhum regosijo por vêrem envolvida n'um processo por dividas a avó do rei. O que elles sentem é que urge substituir um regimen por cujo decoro se não interessam já nem mesmo os seus mais altos representantes. A senhora Dona Maria Pia é uma rainha em ruinas, desde que não tem com que pagar, nem tem quem por ella pague, o que traz vestido. E em ruinas fica um throno quando uma rainha tem descer os seus degraus, para receber uma citação por dividas da mão d'um official de diligencias».

Já não bastava a palavra e se para aggredir ella foi empregada, para ironias recorreu-se á gravura e apresentou-se a rainha como um anjo, conduzido por dois beleguins, com o distico «Novo Icaro da ingratidão cortezã. — Os thuribularios de hontem voltam-lhe as costas, ao passo que os meirinhos lhe abrem os braços.—Tremenda queda de Fé Monarchista, vencida contra a Fé Penhorista». (*)

As luctas partidarias fizeram esquecer um pouco o processo extranho e assim ficaria se outros successos identicos não o fizessem reviver.

Emquanto nas altas regiões os politicos cavavam com seus desmandos a ruina da monarchia, e o povo, apparentemente socegado mas, na realidade em plena revolução, ia tramando a queda da realeza, esta, alvo constante dos odios dos partidos postos fóra da mesa do orçamento, via-se de novo trazida a popular censura, por meio de documentos, irrefutaveis, mas dados á publicidade por processo condemnavel.

Teve inicio o novo escandalo, n'umas censuras do «Impar-

(*) A «Capital de 9 de Agosto de 1910.

cial» (1 de Julho) acompanhando assim o «Correio da Manhã», sobre uma venda publica de objectos de vestuario pertencentes a D. Carlos I.

Veio assim descripto o facto:

«As roupas brancas de D. Carlos.

«Amargamente se queixa o «Correio da Manhã» de se terem vendido, e estarem ainda vendendo-se, objectos allusivos ao rei D. Carlos, sem que as auctoridades terminem com o abuso.

«Acho bem. E' indecoroso bulir com a memoria de quem quer que seja para a amesquinhar e envilecer. Mas eu tenho de me revoltar tambem, — e commigo certamente se insurgirá o «Correio da Manhã» — contra a venda, em publico, dos objectos de vestuario que pertenceram a D. Carlos.

«Eu vi, ainda ha pouco tempo, uma mulher andar a mostrar, pelas caixas dos theatros, camisas de seda, ceroulas e luvas brancas do fallecido rei — autenticas — com a corôa e o *C* bordados a branco, quasi novas. As mulheres da scena, mais curiosas, desdobravam este estendal, ajustavam-o ao corpo; e a adela fez um excellente negocio, porque as camisas, pela sua amplidão e pela leveza da sua seda, davam bem para se fazerem lindissimas blusas de verão. Houve quem sentisse relutancia em usar a roupa de um homem que fôra assassinado; mas a maioria comprou-a exactamente por esse picante motivo — e por poder dizer um dia, ufana, que aquella blusa já em tempo servira de camisa — a um rei! A casa real não está em apuros para recorrer a estas minudencias de economia, como qualquer familia miseravel que precise de vender os trapos que pertenceram ao seu chefe. O que é certo, porém, é que esses objectos appareceram á venda, para quem os quiz vêr, sem lhes occultar a origem, que nem mesmo se poderia esconder — porque o negocio estava precisamente n'esse aperitivo — e lá estavam a corôa e a inicial, mudas, esquecidas, a denunciar a proveniencia. Acompanho o «Correio da Manhã» no seu protesto; mas espero que elle proteste tambem, commigo, contra esta indecorosa exhibição de roupas brancas de D. Carlos, que andam a esta hora, a cobrir os seios arfantes de alguma linda mulher de theatro, cujas aven-

turas terão tido um acrescimo de celeridade pela treta doentia com que ella terá acompanhado a historia da sua blusa.» (*)

A notoriedade do successo de Fevereiro, não deu só essa nota verdadeira da pobreza realenga, e em Lisboa, corriam as ruas em venda apregoada, alfinetes de gravata com a caricatura de D. Carlos, de chapeu á Mazzantini, e charuto, formando o figurado fumo a palavra «adeantamentos».

Assim se procurava sempre trazer o ridiculo á corôa, quando não o odio.

A alma popular, sempre impressionista, adora o que se envolve n'uma aureola de bondade e desrespeita o que se lhe aponta como indigno de seus affectos.

N'esses transes, em que o espirito do povo cada vez estava mais avesso ao paço, em que nas ruas e comicios, as apostrophes violentas contra a familia regia nada futuravam de bom, o «Mundo», orgão principal do partido republicano, reeditou, como do caso das cartas do «caso Hinton», a scena d'uma anonyma remessa de certo documento compromettedor para a rainha D. Maria Pia.

Surgiu como uma surpreza, o primeiro aviso do escandalo: (**) «Um documento. — A vida da monarchia em Portugal. — Um officio e um acto judiciario importante que veem parar á redacção do «Mundo».

«Dentro de um sobrescripto, sem mais indicação alguma, recebemos hontem, nesta redacção, um documento acompanhado do seguinte officio:

«Ministerio dos Negocios Ecclesiasticos e da Justiça. — Direcção Geral dos Negocios da Justiça — 2.ª repartição — L.º 51 12.º 793. «Ill.mo Ex.mo Sr.

«Envio a V. Ex.ª o incluso acto judiciario, destinado a sua magestade a rainha a senhora D. Maria Pia, que pelo Ministerio dos Estrangeiros foi transmittido a esta Direcção Geral, a fim de ser entregue nos termos da convenção da Haya de 27 de Julho de 1905. Rogo a V. Ex.ª se sirva promover a entrega do referido documento e enviar opportunamente o respectivo reci-

(*) *O Imparcial* de 1 de Julho de 1910.
(**) *O Mundo* de 6 de Julho de 1910.

bo.—Deus Guarde a V. Ex.ª—Direcção Geral dos Negocios da Justiça, em 4 de Julho de 1910.—Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Procurador Regio, junto da Relação de Lisboa.—O Director Geral—Albano de Mello.

«Não sabemos, nem podemos saber, como estes documentos enviados por um funcionario progressista a outro funcionario da mesma politica vieram parar ás nossas mãos, sem nós os comprarmos ou pedirmos, e desconhecendo inteiramente quem nol-os enviou. Tambem não importa. O que importa é o que diz o acto judiciario a que o officio transcrito faz referencia, e, portanto, publicaremos ámanhã o seu texto, para o leitor ficar sabendo qual é um dos assuntos que hoje dá que fazer á diplomacia portuguesa. Ao mesmo tempo, queremos socegar aquelles que podem, e devem, lamentar o desaparecimento desse documento que ámanhã podia ser reclamado ao governo português pela legação da França. Não será por nossa culpa que o governo português terá de passar pela vergonha de responder que — o documento desapareceu. O acto judiciario e o officio de remessa serão por nós enviados ao sr. ministro da justiça, para evitar aquelle desaire. Mas o chamado acto judiciario tem de publicar-se, para que, repetimos, se veja qual é hoje um dos assuntos que chama a attenção do ministerio dos negocios estrangeiros. Ver-se-ha, uma vez mais, como liquida tristemente a monarchia portuguêsa — a cara e dispendiosa monarchia dos «adeantamentos». Trata-se, em verdade, de um facto a todos os titulos triste. Tristissimo!»

Não fez caso o gabinete Teixeira de Sousa,—desde os primeiros dias de governo dado como entendido com os republicanos —de especie de praso concedido pelo jornal possuidor da citação.

N'um auxilio ao escandalo, cruzou os braços e esperou, emquanto no ministerio da justiça se simulava um alarme que estave longe de ser verdadeiro.

A 8 de Julho, appareceu zincographado, em copia textual do original francez, o extranho e triste documento, negra odysseia d'uma vida de desperdicios.

Acompanhava-o a respectiva traducção e seguintes commentarios:

"SUA MAJESTADE A RAINHA MARIA PIA EM LISBOA

PAPEL ESPECIAL

Copias de citações e communicação de documentos

602

para os oficiaes de diligencias

Louiz Richard

Oficial de diligencias do Tesouro

COPIAS

Registada em Paris a
Recebidos dois francos 50 c.

Original
Copia
Sêlo
Registo
Remessa

Intimação (PORTUGAL)

Anno de mil novecentos e dez, primeiro de abril, a requerimento da sr.ª viuva Edgar Morgan (joalheiro), residente em Paris, rue de la Paix.

Elegendo domicilio na minha residencia. Eu, Louis Edouard Richard, official de diligencias junto do tribunal civil do Sena, com séde em Paris, morador no «boulevard» dos Italianos, 27, abaixo assinado, intimei Sua Magestade a Rainha Maria Pia de Portugal, moradora em Lisboa, e isto no gabinete do sr. Procurador da Republica junto do tribunal civil do Sena, com séde em Paris, no palacio de Justiça, onde estando e falando a um dos srs. Substitutos qué assinou o meu original para n'este dia como unico prazo, pagar ao requerente ou a mim, official de diligencias, encarregado de receber, a soma de vinte e seis mil francos, que a citada deve á requerente por fornecimento de mercadorias, sem prejuizo de tudo o mais devido, direitos de acção, custas e juros.

Declarando-lhe que, no caso de não satisfazer á presente intimação no dito prazo, e passado este, a requerente usará de todos os meios legais para a isso a constranger. E, á citada, domicilio e falando como acima deixei esta copia.

Custo sete francos, 30.cs, incluindo uma folha de papel especial, cujo custo 0,f60cs.

Seis palavras e duas linhas riscadas nulas—Amiard.

«Trata-se, como se vê, de uma citação á velha e doente rainha de Portugal, a sr.ª D. Maria Pia, para pagar cerca de cinco contos de réis. A citação foi feita por via diplomatica ao ministerio dos negocios estrangeiros, que a enviou ao ministerio dos negocios da justiça. Aqui, o director geral, o sr. Albano de Mello, figura importante entre os prediais, mandou-a ao procurador regio, sr. Paulo Cancella, predial autentico. Mas a citação, em vez de seguir o seu destino, veio parar á redacção do «Mundo». Como? Não sabemos. Sabemos apenas que o documento póde e deve fazer falta, e que seria uma vergonha para Portugal ter o governo que o representa que alegar ao governo francês que elle desaparecera. O governo da Republica diria, certamente, que o papel se sumira por se tratar da avó do rei de Portugal. O documento vai, pois, ser enviado hoje ao ministro da justiça, porque não será por culpa nossa que será vexado o nome portuguez».

A rainha manifestára intenções de sair de Portugal, indo residir no palacio de Moncalieri, junto da irmã, a princeza Maria Clotilde.

Demoveram-na, mas em breve lá estaria, na Italia, não por vontade propria, mas da revolução portugueza.

Desenvolveu-se a polemica jornalistica, muitas vezes fazendo incidir a luz sobre assumptos mysteriosos.

O governo, e só então, consummado o facto que não quiz evitar, entregou o caso do documento ao juizo de instrucção criminal, para inquirições que nenhum resultado deram.

O «Mundo» affirmou a carta como apparecida entre o expediente, vindo até ali trazida por um moço desconhecido. O «Imparcial», regenerador, dava a nova de que a citação fôra subtrahida da mesa do porteiro do ministerio, quando aguarda va a remessa d'ali para as mãos do procurador regio, dr. Paulo Cancella, que d'elle tomou posse mas só depois de publicado.

A's insinuações redarguiu o «Liberal» com accusações positivas, sob o titulo de «O Governo cumplice do Mundo» e onde se dizia:

«Foi o governo quem mandou ao «Mundo» o documento de caracter diplomatico que este jornal semi-republicano publi-

cou ha dias. Não soffre duvidas. O documento não foi roubado, antes foi fornecido ao «Mundo» propositadamente para que o governo fizesse o seu jogo. Os argumentos são concludentes. 1.º — Porque o governo não impediu a sua publicação. 2.º — Porque o «Mundo», depois da publicação, o recambiou ao ministerio da justiça, conforme a combinação com o governo. 3.º — Porque o «Mundo» accentuou que eram progressistas o sr. Albano de Mello, que enviára o documento, e o sr. Paulo Cancella, que o devia receber, desviando assim as culpas do verdadeiro culpado — o governo 4.º — Porque o sr. França Borges, cumplice do governo, ainda não foi preso para averiguações. Apreciemos os quatro argumentos um por um.

«Tratando-se d'um documento subtrahido do ministerio da justiça, cuja publicação foi annunciada com 24 horas de antecedencia, a obrigação legal e o dever moral do governo era tratar de o rehaver immediatamente, fazendo-o restituir ao seu logar, tanto mais que se tratava d'um documento diplomatico com o qual se prendia o prestigio da Nação e da Familia Real. Pois o sr. França Borges annuncia que possue um documento roubado ao governo e que vae fazer uso d'elle, provocando o escandalo, e o governo não o manda apprehender immediatamente?! Nem se diga que pela lei de imprensa não teem logar as apprehensões! Não era da apprehensão do «Mundo» que se tratava, mas da apprehensão d'um objecto roubado que sahira fraudulentamente da posse do Estado. Como se explica a indifferença do governo, mais, o seu tacito consentimento ante a publicação d'esse documento? Unicamente porque foi o proprio governo que o forneceu ao «Mundo». Ha agora a considerar o segundo ponto que é o facto do sr. França Borges ter enviado o documento, depois da sua publicação, outra vez ao ministerio da justiça. Ainda não ha muito tempo que «O Mundo» publicou umas cartas do sr. Antonio Julio Machado, explicando que mão anonyma as enviára ao sr. Affonso Costa, explicação que este já primeiro tinha dado no parlamento onde leu algumas d'ellas. Quando se perguntou ao «Mundo» porque é que as cartas não foram restituidas ao seu dono, respondeu que tendo-lh'as enviado mão anonyma, não sabia a quem entregal-as. A hypothese é

a mesma. Agora um desconhecido, um anonymo, portanto (sempre a suja explicação do anonymo a encobrir a propria vilania) entrega um documento ao «Mundo» que se apressa a publical-o não ficando com elle, antes enviando-o, não ao desconhecido, mas ao Ministerio da Justiça Como explicar esta differença de attitudes? Unicamente porque foi essa a condição imposta ao sr. França Borges quando o governo lhe forneceu o documento.

«Vamos ao terceiro ponto. Para que accentuaria o «Mundo» que o sr. Albano de Mello director do Ministerio da Justiça que tinha enviado por officio o dito documento e o sr. Paulo Cancella, Procurador Régio, que o devia receber, eram progressistas? O intuito malevolo é manifesto. Era para desviar a responsabilidade sobre estes dois funccionarios, insinuando miseravelmente que foram elles, ou um d'elles, que lhe fez chegar por mão desconhecida o documento. Mas o sr. França Borges que é muito pouco intelligente não reparou que todo o interesse do sr. Albano de Mello e Paulo Cancella era que os seus nomes de empregados zelosos e honestos que sempre teem sido, não fossem envolvidos no lamentavel caso? Ah! O sr. França Borges para desviar as suspeitas do governo quiz lançal-as idiotamente sobre dois funccionarios honestissimos como se a publicação d'esse documento não aproveitasse ao governo, que de todos os meios se serve, ainda os mais indecorosos, para se assenhorear do animo timido de el rei! Não ha duvida, foi o governo que forneceu o documento ao sr. França Borges? Quando foi das cartas, comprehende-se que o sr. Affonso Costa não fosse preso, porque era deputado. Mas o que se não comprehende é o previlegio—bem extranho previlegio!—do sr. França Borges. Perante a lei, o sr. França Borges é o ladrão do documento, até prova em contrario, visto que se não explica como elle se encontrou na sua mão. E' curioso este novo direito inventado pelo sr. Affonso Costa e servilmente imitado pelo sr. França Borges. Ora vejam na pratica. Um sujeito é accusado de ter furtado um relogio que se encontra em seu poder. Defende se:—mandaram-me anonymamente pelo correio, ou então, um desconhecido chegou a minha casa e entregou-o, indo-se embora. E prompto—cessa toda a investigação! Não ha que ver, o sr. França Borges não é preso, por-

que o governo não quer, e o governo não quer porque foi quem forneceu o documento! Governo e «Mundo» valores entendidos —cumplices!» (*)

Fez-se um inquerito, escasso em boa vontade, facto provado com a não descoberta dos auctores da remessa, cabendo ao proprio governo a responsabilidade do escandalo, pelo seu consentimento, mantendo-se inerte ante um praso de 24 horas como lhe foi concedido.

Não exitou o «Liberal» em o accusar de connivente com os republicanos, que não cessavam de dar o governo teixeirista como nas suas mãos, por concessões a que se obrigára e que elle cumpriria, tres mezes depois, entregando a corôa á força revolucionaria.

Por seu lado, os adversarios dos progressistas, deffenderam-se atacando e dando a perceber, sem grandes rebuços, que poderiam ser participantes no successo, as entidades remettentes e destinataria, ou fôssem o director geral dos negocios da justiça, conselheiro Albano de Mello e o procurador regio Paulo Cancella, que, como amigos e correligionarios de José Luciano não teriam recuado em collocar nas mãos republicanas essa arma contra a realeza que os expulsára do poder.

O «Mundo» não se absteve (6 de Agosto) de insinuar que ao receber o documento pensára na hypothese de elle lhe ter sido mais dado por Paulo Cancella ou Albano de Mello.

Nada havia que o justificasse e só subsistia a hypothese do roubo, aliás com precedentes no caso das cartas da questão Hinton.

O caso ficou em segredo, e apenas como triste exemplo das falsas amisades que os reis se ligam, emergiu o espectaculo mesquinho do rei, não ter atirado aos pés dos beleguins e dos credores postos ao serviço da causa anti-dynastica, a bolsa libertadora da atmosphera de escandalo que envolveu a rainha avó.

Não diz a phisiologia se a alma dos reis é formada como a dos chamados vassallos. E' certo, porém, que os exemplos apontam que a base effectiva e sentimentalista d'estes é mais solida e garantida que a d'aquelles.

(*) O «Liberal» de 9 de Julho de 1910.

*

* *

Retrocedamos aos principios de Julho, principiando por assignalar o dia 1.º, em que a Academia das Sciencias de Portugal recordou um vulto notavel da velha litteratura: o poeta Nicolau Tolentino, fallecido a 22 de Junho de 1811.

O presidente, dr. Theophilo Braga, propunha ali a celebração do centenario do celebre trovador satyrico. Não seguiu porém a ideia e a Academia abandonou o plano para se entregar um pouco á politica.

Tolentino não teve assim as festas centenaristas ali propostas, e o mesmo succedeu a Bocage. Irmãos da mesma arte, companheiros na mesma exturdia, eguaes ficaram nas solemnisações esquecidas. A iniciativa era renovada (*) no anno seguinte.

*

* *

Quasi ao mesmo tempo (6 de Julho de 1910) era dado conhecimento á Academia, pelo general Schiappa Monteiro, d'uma importante descoberta geometrica.

Visava á obtenção da propriedade geral dos conicos, ou fôsse á pratica de que os «circulos que teem por diametro os diversos raios vectores focaes d'uma conica são tangentes ao circulo principal da mesma conica».

*

* *

Logo a 2 se dava um acontecimento importante e que o extrangeiro registou como de bom agouro para as nossas relações com uma das mais florescentes republicas americanas.

Foi elle, a chegada a Lisboa do presidente eleito da Argen-

(*) 3 de Maio de 1911.

tina, D. Roque Saenz Pena, a quem D. Manuel enviara a 26 do mez anterior, um telegramma para Bordeus, convidando o a visitar Portugal.

Era esse chefe de estado, natural de Buenos Ayres, onde nascera a 19 de Março de 1851, e sempre affectuoso pela sua patria, affirmando as suas ideias, quando deputado, desde 1876, e d'ahi, pelos successivos cargos de presidente da camara, ministro plenipotenciario em Montevideu e na Italia, senador pela provincia de Buenos Ayres, e até, combatendo junto das tropas do Perú, ligado amistosamente á Argentina contra a Bolivia e Chile.

Elemento valioso na politica argentina, diplomata cotado, era proclamado candidato a presidente em 1891.

Não quiz D. Roque e indicou para o espinhoso cargo, seu pae.

Mais tarde, era proposto primeiro candidato, o governador de Buenos Ayres, Manuel Udaondc, que interpretando, na realidade, o desejo dos argentinos de vêr na presidencia Saenz Pena, desistiu, fazendo com que elle fôsse eleito sem opposição.

Quiz Pena antes de entrar em exercicio percorrer os estados europeus.

Na sua visita á corôa portugueza foi recebido com as honras devidas á jerarchia, representando el-rei D. Manuel o conde de Sabugosa e indo cumprimental-o o ministerio e corpo diplomatico.

Saenz Pena tinha com D. Manuel uma entrevista no paço das Necessidades no proprio dia da chegada.

A 3 ia de passeio á villa de Cintra, seguindo se-lhe banquete e recepção na legação da republica a que presidia, saindo de Lisboa no dia seguinte.

A 21 realisavam se as eleições presidenciaes, que davam a Saenz Pena, 264 votos contra 36, sendo eleito vice-presidente o ministro dos negocios estrangeiros, dr. Victorino La Plaza, por 259 votos contra 41.

Ao tomar posse e prestar juramento perante as cortes, (13 de Outubro de 1910) Saenz Pena referia-se ás suas visitas officiaes, annunciando que trazia á Argentina as saudações dos go-

vernos de Portugal, Italia, Hespanha, Suissa, França, Brazil e Uruguay.

Expondo o seu plano dizia ser necessario modificar o systema do suffragio eleitoral no sentido de reprimir a tendencia abstencionista do povo, pelo que reconhecia a necessidade do voto obrigatorio; promettia fazer uma paz duradora, garantindo a nacionaes e estrangeiros que ella não seria alterada no seu governo, nem por actos abusivos d'elle, nem por debilidades de acção; promettia o exforço para o barateamento dos generos de primeira necessidade e a reforma dos impostos, a recair de preferencia sobre o contribuinte mais rico e progressivamente sobre heranças e latifundios; recommendava a votação de leis sobre accidentes de trabalho e de construcção de vivendas para operarios; propunha a manutenção de leis de residencia, a economia e moderação nas despezas publicas, exercicio moderado de credito, restricção das pensões e subsidios, o augmento da instrucção, pretendendo crear 4000 escolas afóra as 1551 existentes á data; promettia a proteção aos emigrantes, pelo facultar da acquisição de pequenas propriedades e ao fim do seu longo discurso dizia-se o presidente de todos os argentinos, collocando se acima da lucta dos partidos, guiado unicamente pela evolução da grandeza argentina.

N'essa hora, tomava posse o novo e primeiro ministerio do governo de Saenz Pena, constituido por: Indeclecio Gomez, interior; Ernesto Bosch, estrangeiros; José Rosa, fazenda, Juan Garo, justiça, instrucção e cultos; Ramos Mexia, obras publicas; Eliardo Lobos, agricultura; general Gregorio Velez, guerta; contra-almirante Saenz Valiente, marinha.

A Argentina, occupando-se, entretanto (13 de Setembro de 1910) das suas finanças, apresentou no congresso o projecto de lei mandando adoptar como unidade monetaria argentina o peso de ouro equivalente a 2,20.

*

* *

A 1 de Julho era reaberto ao commercio Porto Arthur, fechado desde as guerras russo-japonezas que o interceptaram ás communicações alfandegarias e de mera visita.

O primeiro navio ali entrado, foi o cruzador portuguez «Vasco da Gama», cuja chegada ao porto coincidiu com o da sua reabertura.

Em Porto Arthur erguia-se já então sobre uma columna de 203 metros de alto, um obelisco de 60 metros, coroado por uma granada de pedra e interiormente cavado n'uma escada de 305 degraus. Assignalava não só a guerra enorme onde o Japão venceu a Russia, como a sepultura de 20:000 japonezes.

A' officialidade do «Vasco da Gama» era offerecido um jantar pelo governador de Porto Arthur, no palacio sumptuoso que fôra a séde do governo russo.

*

* *

Não era exclusivo das pequenas potencias, o grau de indecisões em materia social e a França, surgira entretanto a dar cabal exemplo da completa anarchia das suas ideias.

De quando em quando, as praças *ornamentavam-se* com o tragico apparelho denominado Guilhotina, a «viuva» para os francezes.

Estes que ás vezes assistiam, enthusiasticos, ao macabro espectaculo do córte de cabeças, tendo ido até, no carnaval de 1909, dançar can-cans em frente do ensanguentado instrumento, decidiram, em Julho de 1910, oppor-se á execução d'um malfeitor chamado Liabeuf, o assassino de policias e recentemente do agente Deray, em Janeiro d'esse anno.

Unisonos rogos subiram até ao presidente da republica Falliers, a elles inacessivel.

Desde logo se prophetisaram tumultos, chamados por vibrante artigo em edição extraordinaria da «Guerra Social», onde em 1 de Julho, dia destinado ao terminar da existencia de Liabeuf, se estabelecia o nivelamento de Falliers com Sadi Carnot, assassinado pelo anarchista Caserio por se haver recusado a indultar Vaillant, accusado de ter lançado uma bomba em plena camara dos deputados e se lhe futurava fim identico.

Foi tido o artigo como ameaça e logo as chancellarias es-

trangeiras espalhavam boatos de um attentado contra o presidente da republica franceza.

Excessivas precauções fôram tomadas, e os revolucionarios limitaram-se a assobiar o carrasco, a gritar «assassinos! assassinos!» e travar lucta a tiro contra as tropas que rodeavam o cadafalso, no momento em que elle cortava cerce o pescoço de Liabeuf, affogando-lhe o ultimo grito:

— Soccorro!

O exaspero dos manifestantes, embora contidos a meio kilometro do logar sangrento, attingiu o auge. Novos tiros se permutaram, ficando ferido com uma bala na garganta um inspector de policia. Resolveu o conflicto uma carga de cavallaria onde novas victimas caíram. O carrasco teve que retirar escoltado, como viera e os carceres receberam bastos hospedes Não annullou ainda assim a França a pena de morte, nem o povo que veio á rua offerecer combate á tropa, para livrar um malfeitor, se uniu para reclamar do presidente a abolição da pena ultima.

Novas execuções se lhe seguiram e o protesto não surgiu.

A França, de novo voltava a admirar aquillo contra o qual não desdenhára derramar o seu sangue, nem offerecer os pulsos ás algemas.

Extranha incoherencia, nascida porém da atrophia moral de todos os povos, quer os governe um presidente, quer os subjugue um rei.

A França assumiu ainda depois responsabilidades historicas pela satisfação n'esse mesmo mez d'uma encommenda chineza para a remessa da primeira guilhotina. A raça amarella modernisava-se assim, querendo competir com a branca nos seus processos de exterminio. A França concedeu a invenção a Guillotin, não sem que o internacionalismo mumurasse.

*

* *

Agitada estava então a vida politica na Dinamarca, forçando a demissão em 1 de Julho do ministerio, nomeado em maio.

Quatro dias depois era resolvida a crise, sendo incumbido

de formar gabinete, pelo rei Frederico VIII, o antigo ministro Claus Berocsten, que abrandou as dissensões congregando em volta de si, poderosos auxiliares.

*

* *

Em Berne, a linda cidade suissa, inaugurava-se em 2, o 8.º congresso internacional de caminhos de ferro, levado a effeito de cinco em cinco annos e destinado ao estudo dos progressos nos meios de communicação e transporte em viação accelerada.

No congresso de Berne representava-se a Allemanha, por 28 congressistas; Austria-Hungria, 61; Belgica, 57: Argentina, 20; Bolivia, 1; Brazil, 16; Bulgaria, 8; Chili, 7; China, 9; Dinamarca, 14; Egypto, 2; Equador, 2; Estados Unidos da America, 342; França, 163; Hespanha, 14; Hollanda, 25; Inglaterra, 201; Grecia, 12; Italia, 106; Japão, 3; Luxemburgo, 1; Mexico, 1; Noruega, 7; Paraguay, 1; Perú, 1; Romania, 12; Russia, 130; Republica de S. Salvador, 2; Servia, 8; Sião, 1; Suecia, 24; Suissa, 55; Turquia, 19 e Uruguay, 8.

Por parte de Portugal fôram nomeados delegados do governo, os engenheiros, general Cabral Couceiro, Manuel Affonso de Espregueira, Luciano Simões de Carvalho, Mendes Guerreiro, Costa Couraça, Antonio de Queiroz e Oliveira Simões; dos caminhos de ferro do estado, Fernando de Sousa, João Gualberto Povoas, Guedes Infante, Duro Sequeira, Arthur Boal, Joaquim Pires de Sousa, Arnaldo de Novaes Guedes Rebello, Telles de Vasconcellos e Ernesto Navarro; da Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portuguezes, Fourquenot, Vasconcellos Porto, Ferreira de Mesquita, Levialle de Anglars e Antonio Bossa; da Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira Alta, Emygdio da Silva e da Companhia Nacional, Gomes de Lima e Manuel Bello.

O congresso encerrava-se em 15, tendo discutido largamente questões technicas relativas a locomotivas de grande velocidade, manobras de agulhas e signaes, e transporte de mercadorias perigosas.

Foi designado o congresso seguinte para 1915, na cidade de Berlim.

*

* *

A 4 de Julho fallecia em Milão, o celebre astronomo italiano, João Schiaparelli. Deixou grande numero de trabalhos scientificos que lhe haviam dado entrada em todas as academias de sciencias.

Antecedeu apenas sete dias na morte, o astronomo allemão Godfreed Galli, universalmente conhecido e tendo ligado o nome á descoberta de numerosos cometas, dos quaes 3 em 1839 e no curto espaço de 3 mezes. Falados fôram ainda os seus estudos sobre o planeta Neptuno, resultados de observações colhidas em 23 de Setembro de 1846 em que se obteve a descripção mais presumivelmente exacta da acção d'essa estrella, até então quasi desconhecida. Nascera Godfreed em 1812 e fallecia em Potsdam.

*

* *

No dia 5 fallecia o general de divisão reformado desde 4 de Março de 1897, Carlos Henriques de Costa, antigo chefe da repartição de chronometria da direcção geral dos trabalhos geodesicos. (*)

Nos tempos da mocidade, fôra o dictador da moda masculina. Antes porém, demonstrára a sua fôrça de governo, combatendo intrepido na Patuleia, junto do marquez de Sá da Bandeira, seu intimo amigo, salientando-se como heroe, na batalha do Alto do Viso. Nascera em Condeixa em 1823.

(*) Substituiu o o filho, coronel Fernando Carlos da Costa.

*

* *

Na vespera (4 de Julho) extinguia-se em Torres Novas, o notario Luiz Mendes Franco.

Deixal-o-hia ignorado a carreira judicial, se se não houvesse dado á musica, onde creou nome e ás lettras, deixando como valiosos attestados da sua erudição «Os Annaes do Municipio de Torres Novas» e o auxilio á reforma do notariado, como membro da commissão nomeada por João Franco. Fundára o periodico regenerador liberal «O Olmonda». Falleceu com 48 annos.

*

* *

Luctava a Italia pela instrucção e pelo desejo de espalhar o seu idioma em todo o mundo culto.

N'essa ordem de ideias, o parlamento approvava em 5 de Julho um projecto de lei, de caracter patriotico, creando escolas de italiano no estrangeiro e levando a tolerancia ao ponto de permittir o ministrar do ensino laico, com o fundamento de que não prohibindo o religioso não cumpria ao governo illiminar o livre.

Uma das escolas seria creada em Portugal e para isso fôram iniciadas negociações.

*

* *

Na madrugada de 5 um violento incendio destruia, apoz a curta existencia de quatro mezes, a importante fabrica de conserva de peixe em Setubal «A Vencedora».

Os prejuizos fôram totaes.

*

* *

Muito devera a cidade de Faro ao conselheiro José Bento Ferreira de Almeida.

Apoz a sua morte logo a capital algarvia projectou elevar-lhe um monumento como perduravel lembrança dos melhoramentos obtidos, não só protegendo a industria da pesca em Faro e desenvolvendo a viação publica, como creando uma escola de alumnos marinheiros.

Era o monumento inaugurado a 5 de Julho.

Descerrava-o o presidente da camara municipal, conde do Cabo de Santa Maria, depois de venia ao presidente da commissão, commendador Ferreira Netto.

O ministro da marinha, Marnoco e Sousa, fizera-se representar pelo então chefe do departamento maritimo do sul, capitão de mar e guerra Antonio José Machado.

*

* *

Relembrava por essa occasião a França, o legislador Waldeck Rousseau, que fornecera em varios projectos de lei um guia completo da organisação administrativa da democracia do futuro e que, como presidente do conselho fizera figura notavel.

Assistia á inauguração em 6 de Julho, do monumento a esse estadista, no jardim de Tulherias, o presidente da republica franceza, Armando Fallieres com o seu antecessor Loubet.

Como nem a todos agradasse Waldeck e este já não podesse sentir o peso dos desagrados, soffreu-os Fallieres, apupado.

Quatorze manifestantes eram presos.

O monumento ficou de pé, porém, como eterno desafio a quantos não vissem com bons olhos, as doutrinas grandes d'uma democracia cingida nas linhas gratas d'uma abnegação e d'uma tolerancia adaptavel ao bem estar dos povos. A obra do esculptor Marqueste e architecto Rives, era um portico abrigando

Waldeck e rodeado de figuras allegoricas que lhe prestavam homenagem.

*

* *

Não quiz a Turquia fugir ás evoluções revolucionarias que assolavam os chefes de estado e os seus governos.

Assim, facultada foi ás chancellarias estrangeiras em 7 de Julho, a nota da descoberta em Constantinopla d'uma vasta rede de sociedades secretas tendentes a derrubar o sultão e assassinar os membros do gabinete

Mas em socego ficou tudo, para não suscitar receios ao sultão, sobre represalias por ter recahido nos velhos processos do antecessor, a quem aliás se attribuiram os manejos.

Não se limitou a accusações aos partidarios de Abdul-Hamid. Levou-se o attentado á conta de tendencias anti-liberaes, com que a joven Turquia encobria as doutrinas repressoras necessarias ao segurar do throno de Mehmed V. Indo contra o patriarcha encunemico, procurou este desforrar-se, levando aos seus partidarios a luz do pretenso liberalismo sultanesco Por seu lado, a Albania, agitada, dera já antes os primeiros combates entre turcos e albanezes, jurando os kurdos a morte de todos os christãos. Os albanezes, habituados á complacencia de Abdul, forcejavam por sacudir o regimen violento de Mehmed, e mantendo-se em franca opposição contra este, passo a passo lhe punham entraves ao governo. As luctas de Abril de 1910, provocadas pelas insurreições da Albania, se para esta fôram tragicas e prejudiciaes, não fôram menos para a Turquia, e o suffocar tremendo da rebellião, verdadeiro mar de sangue de que o novo sultão se rodeou, motivo pois de represalias occultas, já de que de outras se illibava por fórma identica á de Abdul, dito «o sanguinario». A revolta estendeu-se e eternisou-se. Adversarios os albanezes da moderna realeza ottomana defrontaram-se em insurreições (Fevereiro de 1912) com os jovens turcos, abafadas, sempre, mas levando a Mehemed, receios justificados de atten-

tados, engendrados na sombra, ante a queda das intenções albanezas e dos partidarios de Abdul.

A' Turquia porém, maus passos estavam reservados e além de assoberbada por luctas internas, vêl-a-hemos (1911-1912) envolvida em guerra com a Italia.

*

* *

Emquanto isto se dava, era descerrado em Paris um monumento a Alfredo Musset, no angulo do Cours de la Reine e da Avenida Autin.

Poeta de sonho, d'essa poesia doce que conduz á meditação, Musset captára os espiritos, fazendo-os vogar ao sabor das suas phantasias primorosas, das suas evocações grandiosas.

Já tinha elle o busto, no theatro francez, em obra finamente cinzelada por Antonio Mercier.

O monumento fazia-o resurgir, como que cheio de vida, d'essa vida que elle soube espalhar, d'essa vida que elle soube attrahir.

Moncel, o esculptor, collocou-o entre columnas antigas, como que o templo da Poesia. No centro, o genial auctor das «Noites», quedava-se melancholico e meditativo, qual estivesse na concepção das suas brilhantes paginas e perto, dispontavam, —figuras divinas, d'ellas evocadoras—a Noite de Março, sorridente, a Noite de Dezembro, gelida e triste.

Assim acompanhavam o grande poeta os dois symbolos do que elle cantou em versos magistraes: a noite de verão e a noite de inverno.

Reunindo consagrações posthumas aos grandes cultores da sua poesia, a França glorificava n'esse mesmo dia 7 de Julho, no amphitheatro de Sorbonne, o grande Lamartine.

Diversos enthusiastas relembravam o orador, o estadista, o romancista e o historiador.

Alphonse de Prat de Lamartine, que nascera em Macon em 1790, vindo a fallecer no anno de 1869, fizera jus tambem a homenagens como membro do governo provisorio de 1848.

Exalçando as suas figuras primaciaes, os francezes, mais que outros povos, demonstravam, além do amôr pelo nome patrio, o orgulho legitimo de conterraneos de tão excelsos vultos.

Portugal, collocado em nivel inferior, embora devesse ufanar-se de alguns portuguezes illustres, esquecia os seus mestres na litteratura nacional e com elles, Camillo Castello Branco e Alexandre Herculano.

Em compensação, outros somenos, tinham na praça publica sobre pedestal glorioso, o busto bronzeo.

Comtudo as obras falavam mais alto que monumentos e justo era erguer estatuas, para espalhar o nome de quem se não podia proclamar as famas internacionaes.

* *

* *

Dava-se a 8 de Julho, apoz addiamento em 17 de Junho, o julgamento do director do jornal «O Paiz», deffendido pelo dr. Affonso Costa em cinco processos contra outros tantos artigos intitulados «D. Manuel começou mal» — «Prova cabal» — «Grande allivio» — «Suprema dedicação» e «Pelos domingos», publicados nos n.os 1207, 1197 e 1198 de 4 de Maio, 22 e 23 de Abril de 1910 e julgados offensivos para el-rei D. Manuel; «Hypocrisia Real», publicado no n.º 1180 de 1 de Abril e julgado offensivo para o rei de Hespanha e «As querellas do Paiz», publicado no n.º 1209, de 7 de Maio e julgado offensivo para o delegado do ministerio publico. Meira e Sousa, era condemnado em 4 mezes de prisão correccional e 20 dias de multa a 500 réis, além das custas e sellos do processo, pena de que Meira se salvou por uma fiança de 2 contos de réis.

Resurgiu tambem no tribunal, a celebre questão da «Carta aberta a uma dama franquista», pela condemnação n'essa data em 250$000 réis de multa, do jornalista Cesar Frazão, ex-director do «Povo de Oeiras», que transcreveu esse artigo aggressivo da pessoa da rainha D. Amelia. Frazão respondeu egualmente por outros artigos politicos, como o «Regedor de Carnaxide», «Regedoria de Carnaxide» e «Fóra ladrões!» contrarios ao

presidente do conselho e ao ministro da fazenda e publicados no n.º 23, de 21 de Março d'esse anno de 1910.

*

* *

Havia o bispo do Algarve, D. Antonio Barbosa Leão, tomado posse, por procuração, em 19 de Março de 1908, apoz o haver sido retirado da mitra de Angola e Congo, para servir no Algarve, onde entrou solemnente a 3 de Abril de 1908. A 9 de Julho de 1910, visitava porém a villa de Silves, que se engalanava para o receber.

De festa foi essa data para o povo algarvio.

Enorme cortejo acompanhava o prelado da egreja dos Martyres onde o presidente da camara leu uma allocução, para a Sé, onde D. Antonio era recebido por todo o cabido e auctoridades.

Um bodo a 130 pobres e illuminações, celebraram a chegada do bispo, que o povo acolheu com affecto.

*

* *

Compraziam-se de quando em quando as grandes potencias em se arreliar mutuamente, como creanças amuadas.

A 10 de Julho festejavam os francezes o 50.º anniversario da annexação de Nice á França, fazendo o ministro Pichon certo discurso, semi-ironico, onde se recordava a fraternidade do exercito franco-italiano e brindando pela amisade e accordo entre os dois povos.

*

* *

Não andava em periodo jubiloso a cleresia, mas as doutrinas negras, longe de buscar no esquecimento a propria seguran-

ça, renasciam para a lucta, soberbos, como que escudando-se na influencia realenga, tão mal cotada como a jesuitica.

Assim, padres e reis, unidos na defeza das suas prerogativas, soffriam os duros embates do protesto popular. Irmanados na lucta, irmanados eram no combate. O throno e o jesuita, era a palavra de ordem entre o povo e se o segundo, rastejando, procurou esquivar-se nos criticos momentos em que a sua capa, a corôa, caindo, o punha a descoberto para o affogar das pretensões sumir-se a ponto de depois se dar a sotaina negra apenas como base de ludibrio a um povo para o conduzir á lucta na rua, — o primeiro, o throno, não repudiaria essas tendencias, pois o manto e a sotaina, se se guerreiam por interesses communs, para interesses communs se juntam.

Foi assim, entre o primeiro atear dos fogachos que deviam reduzir a cinzas conventos e illuminar os seus pavores e as suas derradeiras defezas, que surgiu o conflicto jesuitico de Portalegre.

Por vocação ou por suggestão, abandonára a residencia em Portalegre, a 10 de Julho, Maria Valeria Roxo Castello Branco, que acompanhada de duas irmãs da caridade e envergando trajo identico se fez a caminho de Lisboa, convento das Trinas, sem saudades pelo emprego no Asylo da Infancia Desvalida, onde a vida conventual a foi tentar.

Uma ordem telegraphica do commissariado de Portalegre, foi apanhar as fugitivas em Castello de Vide, onde a populaça se exaltou.

As freiras, que haviam desembarcado, abandonáram Valeria e refugiaram-se no comboio, ante a gritaria do povo e do irmão da raptada, o 1.º cabo Antonio Virgilio que quiz abrir a portinhola da carruagem e que seria preso se os assistentes se não oppozessem.

O mulherio lançando-se a Valeria, rasgava-lhe furioso as vestes monasticas, emquanto os homens punham em debandada dois jesuitas que ali vagueavam.

Os tumultos populares seguiriam, se a fugitiva não fôsse logo entregue á familia, que aliás tinha larga educação conventual, avultando a dos proprios irmãos, o 1.º cabo Virgilio e José

Castello Branco, educados, respectivamente, no collegio jesuitico de S. Fiel e no seminario de Portalegre.

Essa tendencia levára a orphã a repudiar a alliança com um official de infantaria, para levar á vida fanatica alguns contos de réis que lhe competiriam na maioridade, ambicionados, mas perdidos para as classes religiosas, por desconhecedoras da sua não existencia, pelo pessimo systema administrativo dos bens de Valeria.

Esta, affirma-se depois o prototypo do fanatismo, pela irresponsabilidade de convicções, pois que, indo por prazer, para as Trinas, ao vêr a derrocada dos planos fanaticos, a que se prestou, declarava em carta á imprensa professar ideias republicanas...

O conselho de ministros reunido em 16 de Julho para tratar dos successos que só tiveram de notavel o protesto e agitação popular tendente a affirmar ao jesuitismo o mau terreno que pisava — resolvia o costumado inquerito, que cousa alguma produziu de novo.

Entretanto e sob o influxo do povo, o provedor da misericordia de Portalegre, dr. Joaquim Lopes Portelheiro, impedia a todas as freiras a entrada no hospital, e prohibia que fôsse imposta aos doentes a confissão e outros exercicios espirituaes.

*

* *

Tinha o Japão novo representante seu na côrte portugueza: o diplomata Minozi Arakawe.

Era este recebido, em audiencia solemne na tarde de 11 de Julho, por el-rei D. Manuel, a quem fazia entrega das suas credenciaes. Desde logo se iniciaram negociações para um novo tratado, destinado a occupar o logar do de 1897, terminado já.

*

* *

No parlamento hespanhol era approvado n'esse dia um projecto de lei de valôr.

Creava elle o Instituto Nacional Agrario, o qual teria por fim dirigir o funcionamento dos depositos agricolas e fundar bancos regionaes para emprestimos a agricultores em circumstancias calamitosas.

Nascera a ideia dos prejuizos causados á lavoura por innundações recentes e a aprendizagem que o extrangeiro fazia dos resultados de acontecimentos ruinosos para lhes oppôr o cabal remedio, era desconhecida de Portugal, embora assolado, de continuo, por catastrophes grandes.

Comtudo, se os governos, só vivendo para a intriga politica descuravam os problemas do bem estar social, alguns benemeritos surgiam tentando aplanar lhe a incuria com o proprio exforço, nem sempre levado a bom caminho por defficiencia de auxilio.

D'esse genero foi a iniciativa, em 11 de Julho, da fundação d'um grupo altruista que sob o titulo «Obras de Solidariedade Humana» se propunha soccorrer presos pobres, victimas de perseguições ou de injustiças sociaes, facultar medicos e medicamentos a familias em precarias circumstancias, abrir credito em mercearia e padaria áquelles que não tivessem taes regalias, e fornecer vestuarios a creanças pobres.

Compunham o grupo, que vinha indicar aos governos o dever humanitario do olvido, por instantes, das dissensões politicas para a resolução de problemas beneficentes, Mario Antunes Neves, Julio da Rocha Villar, Vasco Augusto de Magalhães e Francisco Pereira Lopes. Não fôram vistos com agrado alguns dos fins da «Obra de Solidariedade» e desde logo se deu como partidaria republicana, pelas ideias de soccorrer victimas de perseguições ou injustiças sociaes. Partindo de democratas ou de reaccionarios, certo era que as bases eram dignas de applauso e fóra da epoca, egoista e pouco affecta ao cuidar dos pobres.

A politica tomou porém conta da instituição e pouco mais d'ella se falou.

*

* *

A 12 um incendio quasi devorava a cidade de Campbelltown, na Nova Escocia.

Destruidos ficaram terreno, os bancos, egrejas e grande numero de habitações.

*

* *

N'essa data fallecia na Villa de Santo Antonio, em Massamá, o notavel caricaturista Emilio Cesar Brandão Monteverde.

*

* *

Era então inaugurado (12) o novo sino electrico submarino para avisar nauticos dimanados do Cabo da Roca. Trabalho demorado e difficil foi a collocação do signal, em que se empregaram os rebocadores «Berrio» e «Azinheira» e a barcaça «Serra do Pilar» visto o cabo electrico que partia do pharol da Roca passar por entre as innumeras e perigosas penedias estendidas ao longo do mar do Cabo, ao norte da Pedra das Gaivotas para seguir encostado ao Caldeirão Grande e ás Boroeiro—Pedra de Arca, até ao sino, existente a 1 kilometro da terra e a 25 braças de fundo. A communicação, pela inabordabilidade da praia, teve que ser feita por meio d'um foguetão porta-cabos, lançado pelo «Berrio» e recebido pela barcaça. O sino, do peso total de 5:000 kilos, era collocado no seu logar apóz 10 horas de trabalho extenuante. O apparelho, o primeiro sino electrico signal *C*, estabelecido nas costas maritimas portuguezas, tocava, em tempo de nevoeiro, pela electricidade, recebendo o som os navios, até á distancia de 0,12 e mesmo 17 milhas, por meio de uns auscultadores microphonicos especiaes adaptados ao costado.

Util foi a collocação do signal, mas apenas para evitar desastres ao estrangeiro. Portugal, não possuia á data, nem nos sees navios de guerra nem nos mercantes, os apparelhos microphonicos receptadores das badaladas submarinas.

O systema foi pois implantado, mas sem que, por pratica nacional, conhecessemos as suas vantagens...

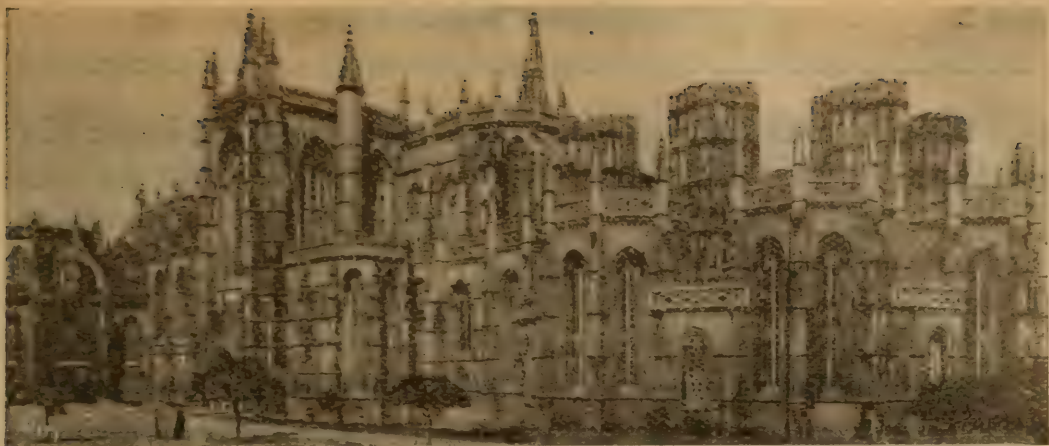
*

* *

Projectou o ministro das obras publicas, Pereira dos Santos, crear uma repartição de trabalho, com attribuições analogas ás congeneres do estrangeiro: fazer codificar a legislação portugueza sobre o trabalho e o operariado; definir a situação das industrias e ennunciar os projectos necessarios para o complemento da legislação a esse tempo existente. Para esse fim, nomeava por portaria de 12 uma commissão composta por Ernesto Madeira Pinto, director geral do commercio e industria, presidente; José Maria de Oliveira Simões, chefe da 2.ª repartição da mesma direcção geral; Christovam Moniz, chefe da 1.ª repartição de agricultura, Nuno Bento de Brito Taborda, chefe da 2.ª repartição das obras publicas; Luiz Feliciano Marrecas Ferreira, chefe da 3.ª circumscrição; presidente da Associação Industrial de Lisboa, presidente da Associação Industrial do Porto, presidente da Real Associação de Agricultura, e Eudoxio Cesar Azedo Gneco, Manuel José da Silva e Ladislau Batalha, como representantes das classes operarias, sendo mais tarde aggregado o conselheiro de legação Alfredo Monteverde.

A commissão installada em 27 d'esse mez, dividia-se em sub-commissões, encarregadas, uma de formular o anti-projecto e tratar da codificação do regulamento geral das classes operarias, fabril e agricola; e outra de elaborar o projecto da repartição de trabalho, codificar a legislação sobre serviços operarios e estabelecer as bases das novas leis.

Defficiente era a legislação sobre operariado e precaria a situação d'este, e as providencias, por envolvidas na mesma escala

de inutilidade, pouco realce deram á commissão, que, viu ainda os seus trabalhos prejudicados por nova acção governativa, a qual levaria os operarios a reivindicar, por si, os seus direitos. Apenas dava parecer para creação immediata, o que se não fez, d'um Instituto Nacional de Trabalho.

XXVIII

Julgamento e fuga do director do «Mundo». = Ilha da Cortegada. = Monumento a Daviz e Velarde. = Novo presidente da Columbia. = Morte de Aucker. = Politica polaca. = Colonia agricola da Giesteira. = Monumentos a Montcalme e Lobert. = Greve operaria no norte. = Novo consulado em Hanoi. = Morte do conego Dias da Silva. Ricardo Ruivo e princeza Joanna Bonaparte. = Attentado contra Maura. = Estudo e fabrico de mostos. = Viação ordinaria — Congresso neo-slavo. = Naufragio do «Tchoureimaru». — Monumento barcelonez aos heroes de Africa. = Capella de S. Silvestre em Pernes. = Centenario da morte de André Chenier. = Descoberta archeologica no quartel do Carmo = Divisão concelhia da Horta. = Uma peripecia burlesca na egreja de S. Julião. = Incendio do Castello de Menlough. = O caso Rochette.

Ainda sob a gerencia Veiga Beirão fôra querellado o jornal republicano o «Mundo» com origem no constante cognome de «Tumba» applicado na secção «Diz-se», a el-rei D. Manuel.

Não acceitou o juiz Horta e Costa a promoção do processo, applicando ao termo o sentido de «infeliz», no despacho assim expresso:

«Segundo o Diccionario de Caldas Aulete e outras autoridades, a palavra «Tumba» tem a significação de — infeliz. Não póde, pois, ella ser considerada como significativa da falta de respeito que é devida a sua magestade el-rei. E, n'estes termos, não posso deferir a petição do ministerio publico. — Intime-se. — Lisboa, treze, quatro, dez. — (a) M. Horta.»

Recorreu o delegado, dr. Correia Leal, para a Relação que não manteve o despacho judicial, e d'ali o novo veredictum do juiz:

«Senhor! — Ninguem é mais profundamente monarchico do que eu. Mas, se este é o meu sentir como homem, como juiz os meus despachos teem que ser e são sempre norteados por que a minha consciencia e a minha pequena intelligencia me ditam. Folheei os nossos melhores dicionarios e n'elles encontrei que a palavra «Tumba» tinha unicamente a significação de «pessôa infeliz» — principalmente ao jogo. Sendo assim, Senhor, não póde aquella palavra traduzir ou significar falta do muito respeito que é devido á pessoa de Vossa Magestade.

. . . .

«O que o julgador não póde, a meu vêr, é procurar descortinar intenção criminosa no uso e emprego de uma palavra que os nossos mestres dizem não ser offensiva, injuriosa ou sequer desrespeitosa. Parece-me, pois, Senhor, não haver feito aggravo ao aggravante. O tribunal de v. m. decidirá, porém, com a justiça a que nunca soube faltar. — Lisboa, 20 de Abril de 1910. — (a) Miguel M. de Sousa Horta e Costa».

Dava-se isto, emquanto D. Manuel, como que para desmentir o cognome tristonho, caçava em Mafra, levando o desfastio, a internar-se no convento, para do bello orgão da capella-mór tirar sons celestiaes (11 de Abril).

Não usava d'esse volver para as cousas mysticas a feição reaccionaria, e ateando os odios contra o orgão principal da democracia, obtinha o seguimento do processo. No tribunal da Boa Hora, era então liquidado o processo de querella contra o jornal republicano «O Mundo», accusado de designar a D. Manuel II com o cognome de «Rei-Tumba».

Era levar ao poder judicial uma phrase inexpressiva e elle mesmo claudicava e claudicaria fazendo grossa vista sobre palavras graves de elementos monarchicos no debater acceso das suas garantias politicas, e — restringindo o assumpto ao campo onde elle se condensava então — deixando vaguear a dentro do proprio jornalismo democratico trechos bem mais graves, artigos bem mais severos e até de flagrante ousadia e de descoberta responsabilidade.

Desde logo e talvez pela pequena importancia do escripto incriminado, teve o julgamento o aspecto dos casos de sensação.

Realisou se elle a 13 de Julho, presidindo os juizes Rodrigues dos Santos, Amaral Cyrne e Dias Ferreira.

Formulou a accusação, recaindo de novo no desagrado dos republicanos, o delegado Julio de Lemos Correia Leal, retrocando-lhe, a defeza, pela palavra fluente do caudilho democrata, dr. Alexandre Braga.

Nasceu o primeiro incidente ante a classificação de «lei scelerada» dada á lei de imprensa, e que ao juiz desagradou. Seguiu se-lhe o da referencia ao Credito Predial, com egual desagrado, e o terceiro, por allusões ás phrases de D. Carlos, registadas publicamente.

Deu isso origem á inscripção na acta das seguintes peças juridicas, bases historicas do julgamento:

Quanto ao primeiro incidente:

«Pelo juiz foi dito que, tendo o illustre advogado de defeza dito, apreciando a lei de imprensa — «em nome d'uma lei scelerada» — o advertiu de que nos termos do artigo 1141.° da Novissima Reforma Judiciaria, os srs advogados não pódem falar contra a sua consciencia nem contra o espirito de obediencia devido á lei. Na sua qualidade de presidente do Tribunal lhe pediu, com toda a urbanidade, que desse ao seu discurso uma orientação que não fôsse offensiva das ditas disposições.»

«Que é esta a primeira advertencia, pois que, antes de o illustre advogado usar da palavra, advertencia alguma lhe fez, porque esperava a maxima correcção do mesmo illustre advogado, a quem conhece de ha muito, tendo sempre sido moderado e respeitador da lei nos seus discursos. Que esta falta de advertencia é commettida por muitos dos seus collegas e pelo proprio juiz, pela consideração que lhe merecem advogados do estofo do sr. dr. Alexandre Braga».

Quanto ao segundo:

«Tendo-se o illustre advogado de defeza referido á questão Hinton e á Companhia do Credito Predial, e sendo estes pontos alheios á materia da discussão, pediu-lhe o juiz que taes referencias não fizesse, não significando isto advertencia, mas unica-

mente a manifestação do seu desejo de que o illustre advogado proceda de fórma que não o obrigue a intervir, sendo grande, para elle, juiz, a consideração que lhe merece o grande tribuno Alexandre Braga.»

Quanto ao terceiro incidente:

«Pelo juiz foi dito que, quando o illustre advogado se referiu, por fórma que elle juiz considerou offensiva «do fallecido el-rei D. Carlos» lhe fez notar que não podia continuar a fazer taes referencias, quando elle advogado declarou que o rei se expressava com desprezo e desdem a respeito do reino, a que chamou «piolheira», offendendo os artigos 409.° e 419.° do codigo penal.

Deu isto logar ao seguinte protesto de Alexandre Braga:

«Pelo advogado foi dito que as palavras com que se referiu a um pensamento expresso muitas vezes, como é publico, notorio e nunca contestado, pelo pae do actual monarcha, não envolvem, nem pódem envolver, a minima injuria para o rei D. Carlos, visto que o advogado requerente se limitou a reproduzir, sem uma unica palavra de commentario, a expressão, muitas vezes pronunciada pelo mesmo rei. Se n'ella injuria houvesse, essa injuria não seria da auctoria do advogado requerente, pois não foi elle que expressou esse conceito, mas sim o dito monarcha, unico que o pronunciou, dando-se assim o crime incomprehensivel de uma pessoa se injuriar a si propria. Mas, mesmo no caso em que injuria houvesse e não estando o monarcha fallecido comprehendido nas disposições do artigo 181.° e mais applicaveis do Codigo Penal, nomeadamente no capitulo 2.°, no titulo 3.° do livro 2.° do Codigo Penal, e no § unico do artigo 416.° do mesmo codigo, é claro que não podia o sr. juiz prohibir que o advogado requerente discutisse ou apreciasse os actos do monarcha fallecido, visto que as disposições da lei de imprensa apenas prohibem quaesquer referencias, que possam julgar-se incriminaveis, ao monarcha reinante. N'estes termos, requeria que, em obediencia á lei que a todos obriga, o juiz presidente d'este tribunal permittisse que o advogado requerente continuasse nas suas considerações sem qualquer restrição, como é seu indiscutivel direito».

Não se conformou o juiz Santos, já ante agitação do tribunal e indeferia o requerimento, nos seguintes termos:

«Pelo juiz foi dito que indeferia o requerimento do illustre advogado de defesa, não só porque já classificara de injuriosas as expressões para o monarcha, observando-lhe que não podia continuar a dirigir-se ao «fallecido el-rei D. Carlos», por fórma injuriosa e menos respeitadora para o augusto monarcha, mas tambem porque, nos termos do art. 417.º do Codigo Penal, não é permittida a injuria contra «pessoas já fallecidas» — e o crime não é de natureza particular, como o quiz significar o illustre advogado da defesa, citando o § unico do art. 416.º do Codigo Penal, porquanto o referido § unico não torna dependente o procedimento judicial por difamação ou injuria, de requerimento de parte, quando sejam praticados nos edificios publicos. E, além d'isso, o § 1.º do artigo 5.º da lei de 11 de abril de 1907 considera crime a offensa ao rei, sem dizer se é ou não fallecido, nos termos do art. 159.º e outros citados no dito § unico.»

Alexandre Braga tinha então um d'esses impetos violentos e ao tempo que tirava a beca e queria esphacelal-a, bradou:

— O açamo fez-se para os cães que o supportam. A defeza só é nobre emquanto é livre. Todas as suas simulações representam uma perfeita indignidade para quem as pratica. Convenço-me de que não estou em face da justiça: renuncio por isso ao meu direito, por não estar disposto a defendel-o perante a liga monarchica — de béca».

O republicano abandonava a audiencia, interrompida logo, recolhendo os juizes para deliberar.

A sentença surgiu, como espelho da alma dos julgadores attingidos pelo desassombro de Alexandre Braga, que sabia tirar effeitos das situações mais banaes.

França Borges era condemnado a cinco mezes de prisão correccional, vinte dias de multa a 500 réis e nas custas e sellos do processo, motivado pelos artigos de 16 e 22 de Maio, tidos como offensivos da pessoa do rei.

Não teve a justiça em quem cevar iras, pelo desapparecimento, desde 20, do jornalista, que se disse avisado pelo proprio presidente do conselho, facto impossivel de confirmar, a despeito

de todos os patrocinios aos elementos democraticos, cada vez mais fortalecidos pela ideia da victoria proxima.

Quando o official de diligencias, André Ramos, ia citar França Borges, para o conhecimento do veredictum do tribunal, a boa distancia elle ia, conduzido para Hespanha, onde chegava na noite de 22, n'um explendido automovel Mors, de 24 cavalos, de companhia com os seus collegas de redacção Carlos Trilho e Luiz Derouet.

Valente e denodado, esse orgão jornalistico, não se intimidou e, emquanto em gravura excentrica, applicava ao juiz, entre os exasperos d'este, todos os specimens da historia natural sob a cabeça do dr. Rodrigues dos Santos, o director do «Mundo», zombando de inuteis telegrammas policiaes, enviava d'ali, com a nota da sua residencia em Madrid, ou fôsse o Hotel de los Embajadores na Carrera de San Jeronimo, 4, artigos politicos vigorosos, sob o nome geral de «Caldo Requentado» o primeiro dos quaes, descripto com os sub-titulos «La vida politica en Portugal» — «La Monarquia»: (Mundo de 2 de Agosto)

Historia de reys. — La corte por dentro. — Doña Amelia, una beata desenfrenada.—El infante y el principe.—Camarillas palatinas.—Las aficiones del rey Manuel.—Odios y rancores.—El rey, tocando la Marsellesa.—Influencia de los jesuitas en los destinos de Portugal.—Situación de los partidos. — José Luciano, criminal y estafador. — El gobierno actual, su politica y orientacion. — La Prensa de «cloaca». — Crisis de un trono.

«En España se sigue com gran interés, desde los últimos acontecimientos, el movimiento politico lusitano. Los periódicos radicales, más que los otros, unas veces por estimular á sus elementos de partido, otras para comentar el suceso palpitante cumpliendo sus deberes informativos, publican sendos articulos, inspirados casi siempre en nuestros órganos de combate. Yo, que por mi razón de periodista, por mi temperamento de luchador y por mis inclinaciones politicas, he seguido con toda devoción esas campañas, creo que no se ha dicho en España toda la verdad de lo que en Portugal suceda. Mi entrañable camarada Ro-

drigo Soriano me invita ahora á hablar sobre estas cuestiones en las columnas de «España Nueva», á fuer de testigo de mayor excepción, y yo no he opuesto la menor resistencia, porque creía un deber mío decir con toda sinceridad lo que en Portugal sucede. Y consta á todos los que me lean que en estas apreciaciones no va el menor apasionamento. Por encima de mis rebeldías está mi conciencia de escritor. Para formar mis juicios procuro siempre aislarme de toda conveniencia. Soy esclavo de la verdad, y por ser esclavo sufrí persecuciones de la justicia, paladeé las amarguras del proscripto y tuve como aposento lo celda carcelaria. Creo que esto me da derecho á hablar. En Portugal, la situación es clara. De um lado está la Monarquía, de otro el partido republicano, que es toda la Nación. Hablemos hoy de la Monarquía. Al rey Carlos, «El adelantador», ha succedido en el trono su hijo D. Manuel, «El niño», que no había sido educado ni para ser hombre ni mucho menos para ser rey. Era éste el hijo segundo, el infante. Vivia, pués, por encima de los hombres, pero por debajo de los principes. Era entonces cuando D. Carlos, halagado por sus groseros apetitos de gastador, se entregaba á las orgías más escandalosas, comprometiendo en brazos de viciosas mujerzuelas ó en fastuosas cacerías, no sólo el dinero de la Corona, sino también el del Estado. Mientras tanto, su esposa, en las apartadas habitaciones de Palacio ó en las lobregueces de una sacristía, celebraba íntimas conferencias con los jesuítas, aprendiendo á aborrecer á su marido y conspirando contra él, como qualquier enimigo. Y en ese ambiente fueron criados el príncipe muerto y el infante vivo. Sin el menor contacto con sus padres, vigilados por preceptores complacientes y por vassallos serviles, aprendieron á odiar cuando aún no habían aprendido á querer. Cuando fué mayor el principe, ya gozó del beneficio de acompañar algunas veces á la corte en sus excursiones regias. Entonces era el infante Manuel el que se quedaba sólo en Palacio. No gustaba de recreos infantiles y buscaba entretenimiento cultivando la música Y antes de aprender los himnos reales aprendió los himnos revolucionarios, que el cantaba al piano, con gran contrariedad de sus hipócritas preceptores. Apenas los reyes ponían su planta en el pórtico de

Palacio para tomar el coche, en el salón central sonaban los bravos acordes de «La Marselleza» ó las alegres notas del himno de Riego. Eran éstas las despedidas que D. Manuel hacia siempre á sus padres. Cierto dia, sin esperarlo, antes de ser hombre, fenecieron el rey y el principe. D. Alfonso, tio de D. Manuel, que entre algunos defectos tiene dos buenas cualidades — le gustan las mujeres y abomina de los frailes — quiso educar el corazón de su sobrino; pero doña Amelia se interpuso, hizo valer sus derechos de madre, y apoyada por los jesuitas y contando con la complicidad de los partidos, se apoderó del muchacho. En tiempos de aquel odioso y criminal Carlos, los jesuitas entraban en Palacio por las puertas secretas. Hecho rey don Manuel, entran ya de la mano de doña Amelia por la puerta principal. El rey Carlos, que odiaba cordialmente á su mujer, odiaba mucho más á los jesuitas, no quizás por temperamento anti-clerical, si por temor á las conspiraciones. D. Manuel se ha dejado dominar por ellos, y ahora son ellos los que dominan en el país. El rey de Portugal no es, pues, un criminal consciente, como su padre; es un autómata de sus inspiradores. Cuando no escribe cartas politicas muy largas ó cuando no celebra entrevistas con los hombres de Estado, se halla en la capilla de Palacio rezando. Puede decirse que en la actualidad la mansión regia es el cuartel general de los jesuitas.

II

«En derredor del trono existen seis pequeñas agrupaciones politicas, insignificantes por sus hombres, por el número y por su arraigo en la opinión. Actualmente, esos seis grupos se han dividido en dos bandos. Existe el partido progressista, regido entre las sombras por uno de los hombres más odiados en Portugal. Este hombre es José Luciano, viejo astuto y criminal, con instintos de usurero y capaz de todas las traiciones, por alevosas que sean. Con tal de enriquecerse no ha parado en los procedimientos, y él es el primer responsable de sucios y escandalosos negocios, como los del Crédito Predial, los de la Compañia de Tabacos, los adelantamientos y otros. Es una figura tristemente

célebre la de este repugnante viejo, recluido en su casa desde hace muchos años de sus achaques, inspirador y director de toda esa politica reaccionaria y de «chantage», que ha sido la causa de los mayores escándalos. Existe después una pequeña cuadrilla llamada «henriquista», la cual está capitaneada por um imbécil, que monopoliza la impotencia politica. Este hombre es Campos Henriques. Elegido como instrumento por José Luciano, Campos Henriques, en una ocasión en que el rey no tenia de quien echar mano, le hizo jefe de un gobierno. Aquel gobierno cayó, desacreditado por el chanchullo. Otra cuadrilla existe, la «franquista», que tiene por negrero un cabecilla odioso, Vasconcellos Porto, autor de escritos que no son suyos y recitador de discursos ajenos. Por último, existe el grupo llamado «nacionalista», partido de los jesuitas, que tiene por cabeza de turco una especie de sacristán llamado Jacinto Cándido. Estos cuatro partidos, que no reunem entre todos mil adeptos, han formado lo que ellos llaman el «bloque conservador». Su inspirador, director y orientador es ese viejo inválido de quien más arriba hablo, jefe de los «apaches» politicos que han saqueado el Crédito Predial y han hecho los más grandes negocios á la sombra de la Corona. En outro «bloque» se encuentran los partidos «Regenerador» y «Dissidente». El primero usufructúa en la actualidad el Poder, y tiene por jefe á Teixeira de Sousa que al asumir la jefatura ha presentado um programa tímido y vagamente liberal. El dissidente tiene por jefe á José de Alpoim, el hombre más grueso y más politico de Portugal, y su programa es francamente democratico y irrealizable dentro de la monarquia portugueza. Los elementos conservadores odian tanto á los elementos de Alpoim como á los republicanos, llamando á aquéllos «buissidentes» en commemoración del heroico y santo hombre que se llamó Buissa. No perdonan ni perdonarán nunca los elementos reaccionarios á Alpoim, el gran entusiasmo con que trabajó durante lá dictadura franquista por la implantación de la República. Yo creo sinceramente — y esta opinión es personal y no de partido — que los elementos de Alpoim no tendrán otro recurso que volver la vista hacia nosotros, ya en el avance de nuestra conquista. Algunos de sus hombres estuvieron valiente

y abnegadamente con nosotros en determinadas campañas liberales y de moralidad. En aquellos ruidosos debates parlamentarios sobre los escándalos Hinton y Predial, los papeles principales en las acusaciones corrieron á cargo de nuestro gran Alfonso Costa y de Egas Moniz, ilustre catedrático de la Facultad de Medicina, notabilisimo médico y una de las primeras figuras del partido de Alpoim. El Gobierno Teixeira de Sousa es probable que un día ejerza de tirano y violento. Ahora no es más que impotente y cobarde. Llamado al poder con el disgusto de los palatinos, ya que era imposible la existencia de un Gobierno de José Luciano, una vez desenmascarado y señalado como el principal responsable de todas las grandes estafas descubiertas en el Crédito Predial, el Gobierno de Teixeira de Sousa, por no irritar al «bloque» y por aplacar los odios palatinos, en lugar de combatir frente á frente, se entrega á discreción al enemigo con armas y bagajes.

III

«¿Quién está también com la monarquia. Estan algunas mujeres, que seducidas por la juventud del rey, que conservó hasta hace poco el atractivo de la virginidad, militan en las huestes monárquicas. Es más un caso de sexualismo que de politica. Con el rey está la policia y la guardia municipal, educadas las dos por la monarquia precisamente para su custodia y defensa. Pero aun dentro de estos elementos hay adversarios de la monarquia Hay guardias de la policia que leen diariamente «O Mundo» como un evangelio, y algunos hasta van á la redacion á comunicar cosas muy pintorescas que ellos saben. La guardia municipal es por excelencia la guardia pretoriana de la monarquia portugueza. Sin embargo de esto, el dia 1.° de febrero, cuando yo me hallaba incomunicado en el cuartel de esa misma guardia, el soldado que se encontraba de centinela al pie de mi calabozo llegó hasta las mismas gradas, diciéndóme, muy alborozado:

—¡¡Mataron al gran ladron!!

—¿Quién?? Franco?

— No, al rey Carlos.

«Por eso tenia razon ese rey cuando decia que la monarquia portugueza não tenia monárquicos. Verdad es que no los hay. Si en Portugal existiera una legion monárquica sincera y honrada, José Luciano, por ejemplo, non seria una figura dominante; estaria en la penitenciaria ó en la degradacion. Esa legión seria la primera empeñada en depurar la monarquia. La depuración es imposible, porque, si la monarquia quisiera hacer selección, se quedaba sin nadie. Tiene que contentarse con lo que tiene. El egoismo — la trampa. No puede subsistir más que como vive, por la corrupción, por la mentira y por la violencia. El carácter actual de la monarquia portuguesa se manifesta, entre otras maneras, por una prensa á que nosotros llamamos de «cloaca». Además, sus órganos, los partidos conservadores, mantienen una prensa que tiene por objeto difamar, sea como sea, á los republicanos, figurando como editores responsables verdaderos miserables, con los cuales un hombre digno no puede batirse y que no valen siquiera el tiro que se desperdicia. Para ver como esos miserables calumniadores hacen la politica, bueno es consignar lo que comigo han hecho recientemente, diciendo en un periódico jesuitico, escrito por un mal hombre, que, entre otras cosas, es un pillo, y denunciándolo á los lectores y á la policia, que yo no me encontraba en España y si escondido en Portugal, cuando los periódicos de España han dado la noticia de mi estancia en Madrid y por todos es conocido ese detalle. Ese estado moral é intelectual de estos miserables que asi escriben muestra la situación por que atraviesa la monarquia.¡ Causa verdaderamente lástima tanta inmundicia y tanta verguenza! ¿Cómo vive y se desenvuelve lo que es el partido republicano de Portugal? Ya he dicho que el partido republicano es la nación. Y en el próximo articulo he de probarlo y documentarlo.»

Eram rudes os golpes, e se França Borges não pagou a aspereza dos termos empregados, foi porque sabiamente se collocára a distancia respeitavel, na Hespanha hospitaleira, prompta sempre a acolher os expatriados portuguezes, para não desmerecer da sua velha e cavalheiresca historia, onde apparece Cas-

tella como refugio certo e seguro dos decaídos das graças regias portucalenses e que d'ali arvoravam o seu pendão de revolta contra a patria. Havia tambem o refugio na casa de pasto do portuguez José Alves, que bastos emigrados protegeu.

Não poupou o «Mundo», o delegado Correia Leal e para o ataque a este, serviram alguns documentos particulares, caídos, por qualquer arte, em poder do jornal, querellado sucessivamente por injurias ao juiz Santos, que, dando-se por suspeito, legava os fundamentos de accusação ao juiz Dias Ferreira.

Entre os documentos publicados, apparecia um pedido de dinheiro necessario para a liquidação forçada d'um processo que em juizo corria contra certo individuo amigo da pessoa a quem o pedido era dirigido.

Desculpou-se a carta com a juventude e inexperiencia do dr. Correia Leal, ao estabelecer a sua banca de advogado, mas certo é que a queda d'este foi notoria.

Movidos os republicanos contra elle, e decerto pelas sempre citadas promessas de Teixeira de Sousa á alta democracia, lavrava-se o decreto de transferencia de Correia Leal para Ponta Delgada e além d'este do juiz Santos, do 2.º districto, por onde corriam todos os processos jornalisticos, para o 1.º.

Travada a lucta entre a reacção e a republica, aquella insinuava junto da rainha o trama e um telegramma entrava no Bussaco, cinco minutos antes do conselheiro Teixeira de Sousa ali chegar para apresentação á assignatura dos dois decretos sobre juizes.

A campanha ganha contra os republicanos, não devia ser de larga esperança.

França Borges em Hespanha, e recebido até pelo presidente do conselho, D. José Canalejas, preparava de lá a revolução, emquanto de cá se lhe preparava o regresso, para concentração de forças.

*

* *

A 14 de Julho eram assignadas as escripturas de cedencia a Affonso XIII, da ilha de Cortegada. Serviram de testemunhas os palatinos hespanhoes, marquezes de Viana e Riestra.

*

* *

A divisão ecclesiastica das freguezias de Paradella e Mascarenhas, no concelho de Mirandella, fez dissensões entre os habitantes, que entenderam derimir prioridades, pelo tumulto. De 14 a 15 trocaram os moradores, tiros, pauladas e facadas, e não só os feridos fôram em basto numero como morto ficou com um tiro na cabeça, Antonio Santos, moleiro. O assassino, Luiz Christovam andou a monte e só o sangue abrandou a pendencia.

*

* *

Engalanava-se a 15 de Julho, a cidade de Segovia. N'esse dia, inaugurou D. Affonso XIII, a convite da officialidade de artilharia, o monumento aos heroes hespanhoes, Luiz Daviz e Pedro Velarde. O monumento, trabalho magistral do esculptor D. Aniceto Marinas, erguia-se em frente do historico alcazar e tinha, sobrepujando o pedestal, as figuras dos dois grandes capitães de artilharia a quem a nação hespanhola consagrava. Precedeu o acto, ao qual assistia o presidente do conselho, D. José Canalejas e o presidente da commissão executiva do monumento, general Fernandez Grande, a benção da capella do paço de Segovia e a abertura d'uma exposição de industrias militares e de tapeçarias e mobiliario da epoca de D. João II.

Não fugiu aos velhos habitos, o trajecto regio de San Sebastian e Segovia, por Valladolid.

Organisadas fôram prevenções excepcionaes, com fundamen-

to em noticias de projectos tragicos forjados por espiritos em anarchia, sectaristas de guerra aberta contra quem quer que fôsse que sanccionasse ou desse leis.

Preso era em Valladolid, na casa de hospedes Trapero, o acrata Vicente Moya Pistol, natural de Barcelona, sendo-lhe apprehendidos documentos importantes e descriptivos do negro projecto a pôr em pratica entre as estações de Venta de Ranas e Medina.

Moya estivera, de vespera, recebendo «santa e senha» n'uma cantina revolucionaria da Plaza Santa Cruz.

As buscas em casas de democratas exaltados, nenhum resultado deram.

Foi esse caso do fallido attentado a nota grande da inauguração do monumento a Daviz e Velarde.

*

* *

Realisavam-se a 16 as eleições presidenciaes da republica da Columbia.

Os columbianos elegiam para chefe de estado, o antigo estadista Carlos Restrepo.

*

* *

N'essa data perdia a Suissa um dos mais notaveis ornamentos do meio artistico, o pintor historico Alberto Auker, que fallecia em Berne.

Nascera em Yus, na Suissa, em 1831 e fôra discipulo do celebre pintor Gleyre.

*

* *

Celebrara na vespera a Polonia uma data celebre da sua historia. Era ella o quinto centenario da victoria de Tannenberg,

ganha em 15 de Julho de 1410, pelo rei Ladislau Jagellon com os slavos da Lithuania sobre os cavalleiros teutonicos, extranha epopeia essa onde terçaram armas a Polonia, a Russia, a Allemanha e a Austria.

Um monumento soberbo ao vencedor de Grunwald, Jagellon, se desvendou n'esse dia de Julho, na praça Matijko. Deveu-o a Polonia unicamente a um patriota grande, o musico Paderewsky que o offereceu á cidade de Cracovia.

Figurou o esculptor Wowulsky, o heroe Jagellon sobre um corcel vigoroso, n'uma attitude victoriosa e de desafio, assentando tudo n'um pedestal com baixos relevos onde se figurava um escravo partindo as algemas e um soldado da Lithuania contendo sobre os joelhos um cavalleiro teutonico.

Ruidosas festas de 15 a 17 synthetisaram o decorrer do 5.º centenario de redempção da Polonia, alvejada com os boatos de que com taes solemnidades só visava a attingir a Allemanha.

A Polonia era um punhado de infelizes. Tentou reagir contra o despotismo e foi amordaçada. Revoltando se em 1830, era vencida, como em 1862 Foi depois a Polonia martyr: iam tirar-lhe os filhos para os levar á chacina da Mandchuria; o «knunt» feroz despedaçava as carnes dos recalcitrantes.

Mas o pensamento, elevado sempre, trabalhava na obra da emancipação.

Todo um povo tem o dever de dar a nota impressiva do seu patriotismo.

A Polonia assim procedeu, sem intuitos reservados. Foi por esse tempo que ella ainda deu um passo grande na sua orientação: o fundar, pela Liga Internacional Polaca, d'um jornal em inglez e polaco, «A Voz da Polonia», que procurava o reconstituir d'esse povo em uma confederação.

A Liga, que tinha por presidente, o principe Pawel Zbawca Riedcloki, não esquecendo o seu delegado em Portugal, o general portuguez Constantino José de Brito, enviava-lhe n'essa data uma mensagem de agradecimento pela sua devotada campanha pro-Polonia.

A Russia, querendo mostrar a sua força, tentava, a despeito das actas do congresso internacional de 1815, tirar á Polonia a

Terra de Chelm, composta de 6 districtos com 800:000 habitantes. As mulheres polacas dirigiram (Dezembro de 1911) um appello á Austria, Russia, Inglaterra, França, Suecia, Hespanha, Suissa e Portugal, como signatarias da acta ou assistentes do congresso de 1815 para a protecção á Polonia. Esta, porém, infeliz sempre, não teve resposta e o autocratismo proseguiu, se bem que com denodados adversarios. N'esse numero se contava o principe polaco Pawel Riedelsky, presidente da Liga Nacional Polaca e Internacional dos amigos da Polonia, que, pugnando pela sua terra já em 1900 publicára um pamphleto sobre o restabelecimento polaco, visando a um ponto intermedio e honroso para os litigantes. A Polonia, compondo um nucleo autonomo, seria governada na parte allemã, por um principe ou funccionario allemão, estabelecendo-se a séde capital em Posen; a russa, por um principe ou funccionario russo, com a capital em Varsovia, e a austriaca por um archi-duque ou funccionario austriaco, e a capital em Lemberg. Um governador geral de origem polaca, assumiria a gerencia d'esse estado, com residencia em Cracovia ou mesmo na Lithuania. Os outros governadores teriam a categoria de presidente de conselho de ministros, responsaveis perante um parlamento eleito livremente pelos polacos e o qual votaria todas as leis.

O projecto não tinha, apparentemente, largos attritos, mas a Polonia seguia a sua existencia escrava, não sem que a voz de Pawel se erguesse sempre em sua defeza, até no Congresso da Paz em Londres (1912) que a seu tempo será descripto.

*

* *

Constituira-se entretanto uma commissão benemerita, para proteger a infancia.

Mais tenaz nas intenções altruistas e na ancia caridosa da missão santa, adquiria no Alemtejo edificio condigno para a pratica do generoso pensamento.

A 16 de Julho era lavrada a escriptura de arrendamento a longo praso, com opção de compra, da quinta da Torre da Gies-

teira na freguezia da Boa Fé, no concelho de Evora, de que distava 14 k^m e a 5 da freguezia da Giesteira, para estabelecimento da 1.ª colonia agricola destinada á regeneração de menores indigentes do sexo masculino, dando preferencia a mendicantes das ruas e abandonados, das edades de 10 a 15 annos.

Ali lhes seriam ministradas noções elementares de carpintaria, e de arte de ferreiro, na parte applicada á agricultura.

Era a quinta da Giesteira adoptavel por inteiro á obra da caridade.

Renegava-se completamente do fim mystico o que se destinára antes: seminario e antigo albergue varatojano, sob disfarce de aula de instrucção primaria até 1902.

Longe do povoado, envolta em mattas de sobreiros e azinheiros, daria na bella paisagem d'esse recanto alemtejano, alheio á aridez habitual, fartos elementos de vida aos recolhidos da Giesteira.

Ligaram o nome a essa obra, como direcção iniciadora dos trabalhos, D. Rita Ferrão de Castello Branco e Mascarenhas, D. Izabel de Ornellas e Vasconcellos, Ruy de Albuquerque d'Orey, José de Oliveira Soares, dr. Pedro Mousinho de Mascarenhas Gaivão, Joaquim Pedro Quintella, dr. Francisco Pinto Taborda de Castello Branco, José Maria de Proença de Almeida Garrett.

Foi 1.º director da escola, o antigo commandante do deposito de degredados em Loanda, general de brigada de reserva, Eduardo Cesar Inglez de Moura.

Por esse tempo era tambem fundada na Travessa do Possollo em Lisboa, pelo conde de Agrolongo, uma escola modelo, para leccionamento de 200 creanças, ás quaes seria fornecido egualmente alimento e calçado.

Assim procurava a iniciativa particular, remedear a escassez da iniciativa ministerial.

*
* *

Cabia a vez a Gand, de exalçar a memoria d'um dos seus heroes, o marquez de Montcalm, ao qual a Armenia Franceza, deveu, apoz gigantesca lucta, o definir da sua sorte.

Um monumento grandioso de 7 metros de altura e devido ao esculptor Leopoldo Maurice, era inaugurado a esse vulto historico, na melhor praça de Vertic-Coudeal, em 17 de Julho. Para 1900 estivéra o acto solemne, na passagem do anniversario da fundação de Quebec, vindo a realisar-se comtudo em 17 de Julho de 1910, com a assistencia do delegado do Canadá.

*

* *

N'essa mesma data era inaugurado na Praça da Universidade em Barcelona, um monumento ao dr. Lobert.

*

* *

Surgiu então a maior greve operaria portugueza, conhecida até essa epoca.

Avisinhando-se a Republica, o operario, subjugado sempre, começava a dar os primeiros passos para a sua reivindicação. Não queria ser senhor, mas tambem lhe repugnava o misero papel de escravo. Homem, queria o seu logar na sociedade, queria a liberdade no seu meio de trabalho, deixando a vilania de, por uns cobres rudemente ganhos, o capitalismo se arrogar o direito de lhe atrophiar a alma, lhe desbastar as forças, lhe comprar a consciencia e, ignobilmente, sob suas vistas lhes cubiçar as mulheres e lhes maltratar os filhos.

Nem sempre nasciam as greves de simples caprichos operarios.

Na greve do norte não imperou o socialismo, mas o humanitarismo.

As fabricas apresentavam o aspecto de lodaçal, pelo trabalho concedido a miseras operarias sobre imposições escandalosas dos mestres, forçando-as a trocar, por ligações de momento as sanccionadas pela egreja ou pelo registo civil.

Ou isso ou a fome!...

Nas fabricas os menores, alguns de nove annos, como escra-

vos, eram sujeitos ao castigo da palmatoria, além d'um trabalho excessivo de longas horas sob paga infima, 20 réis ou 40 réis por dia!...

Aos operarios coartavam-se-lhes direitos individuaes e apoz um trabalho de 13, 14 e 15 horas diarias, procurava-se cercear com multas, por pequenos atrazos de manufacturas ou de entrada, os modestos salarios obtidos n'uma faina inconcebivel dos afazeres mais pesados. 5 minutos fóra da hora legal de entrada, equivaliam a 40 réis de perda; um descanço não auctorisado, 200 réis.

E, escandalosamente, n'uma fabrica, o mestre, apoderava-se da maioria das suas operarias.

Assim despontou, como elemento avançado dos gritos dos opprimidos, a greve, em 19 de Julho, de 2:800 operarios da fabrica de Negrellos, proximo de Vizella, 60 da Ponte Santa Anna e 150 da Sociedade Textil Electrica de Caniços, de Santo Thyrso. Além d'estas, os de Campellos, de largo pessoal. Seguiram-se-lhe 800 da fabrica de Riba de Ave, 150 da do Bairro, 60 da de Corredoura, 700 da de Pevidem e Fiação e Tecidos Limitada, de Santo Thyrso.

Breve outros largavam o trabalho e dentro em pouco 8:000 manufactores clamavam o seu protesto e effectuavam suas reclamações, energicas, sem receio á força armada que se lhes pretendeu oppôr, embora por esta não houvesse desmandos.

Pediam os grevistas: uma hora para jantar em vez de quarenta e cinco minutos, que tinham; doze horas de trabalho em vez de treze, quartoze e até quinze; modificações no regimen das multas; retirada de certos empregados que os tyranisavam e aos seus; adopção d'uma tabella de preços das fabricas do Porto e abolição dos castigos corporaes applicados aos menores.

As tergiversações dos industriaes, deram logar a enorme comicio, em Rebordões, na estrada de Guimarães, onde se formulou o projecto de reclamações justas, ou fôsse: trabalhar de verão das seis da manhã ás seis da tarde, no inverno das sete da manhã ás sete da tarde, augmento de salarios, abolição de serões, ao sabbado no inverno não haver trabalho nocturno, permanente conservação dos logares aos operarios que durante alguns dias não compareceram ao trabalho, não ser demittido nenhum ope-

rario sem justificação, pagar pelo dobro do trabalho diurno qualquer serviço urgente e nocturno para concerto do machinismo, abolir os castigos aos menores, pedir a expulsão immediata de alguns empregados da fabrica de Negrellos por se terem evidenciado demasiado severos para com os operarios, não admittir a intervenção dos industriaes na questão de voto em occasião de eleições, melhoria de salarios.

A 22 adheriam as unicas fabricas em laboração: Couça, S. Martinho e Valle. Os grevistas percorriam as ruas armados de varapaus e precedidos d'um tambor, emquanto os industriaes procuravam fugir ás sollicitações buscando novos elementos de trabalho, ao passo que forças de infantaria 8 e cavallaria, faziam cêrco ás fabricas.

Na de Pevidem, em 20 os proprietarios collocaram ratoeiras de fogo.

A' chegada dos operarios para chamar á greve o pessoal que aliás se allegava satisfeito, duas d'essas machinas, dispararam-se ferindo dois grevistas.

A base ordeira das reclamações, transformou se em represalia formidavel.

Um brado enrme saiu do peito dos oito mil homens, mulheres e creanças.

As pedras estilhaçaram as vidraças.

Conseguem descobrir o gerente, Joaquim da Costa Vaz Vieira, que debalde implora . .

Os operarios applicam-lhe severo correctivo e só as mulheres, intervindo, lhes abrandam a raiva, o desespero...

Começára já então a fome nos grevistas, retidos pela verdadeira alma do movimento humanitario, Zepherino Moreira Coelho.

As reclamações submettidas á direcção da fabrica de Negrellos, como representante das outras, não eram inacceitaveis: onze horas e meia de trabalho diario, com meia hora para o almoço, 1 para o jantar e 10 réis por cada metro de tecido.

Mas essas aspirações rasoaveis não eram acatadas. A fome veiu e com ella os desesperos. A 23 houve lucta entre grevistas e não grevistas. A 25 apresentavam os industriais uma proposta, irri-

soria: nada de melhoria e apenas a readmissão dos operarios. A industria via porém que d'elles precisava e olhando ao estado de sitio em Santo Thirso, em 27, percorria as casas dos operarios convidando-os a retomar o serviço. Annuiram alguns miseros, mas outros preferiam a situação embora horrorosa, á critica queda de sempre. Em Negrellos houve as represalias, chovendo as pedras sobre a fabrica. A' fuga dos de dentro, seguia-se a aggressão pelos de fóra, affastado tudo por duas cargas de cavallaria, que deixou o caminho com alguns feridos. Ripostou-se a tiro, mas a força vencia, expulsando para longe os famintos, o que não obstou a que os conflictos se repetissem no dia seguinte, com mais feridos. Reabria então a fabrica de Santo Thirso, acquiescendo aos desejos dos trabalhadores. As outras mantiveram-se e a situação tornou-se insustentavel.

A 29, gritava-se:

— Viva a greve! Abaixo a escravatura humana!

Já não era a lucta do prolectario contra o argentario, era a dos elementos proprios, do pobre contra o pobre, do faminto que se não vendia contra o esfomeado que cedeu.

Tragico foi o encontro de 29 Os operarios submettidos á necessidade imperiosa do alimento, eram aggredidos pelos que mais resistiam. O sangue correu, arrancado pela miseria.

O governador civil intervindo, obtinha dos industriaes mais algumas concessões: o augmento de 1 real em metro de chita. E' acceite e reabrem as fabricas á excepção da de Pevidem, que reage, para condescender afinal no ultimo dia do mez, com a ameaça ainda de caso visse impossibilidade de satisfazer o compromisso, a encerraria, beneficio que não cumpriu, dando origem ainda (9 de Agosto) a nova greve e clamores contra o industrial Manuel Ribeiro da Cunha. Solucionou-se esta (17 de Agosto) pela interferencia do então administrador do concelho de Gondomar, dr. Pedro Guimarães e do abbade de Pevidem, Raul Gomes Pereira, mas com o sacrificio dos operarios que ainda tiveram de ceder algumas das pretensões.

Entretanto lavrava o governo (portaria de 3 de Agosto de 1910 um louvor aos governadores civis do districto do Porto, conselheiro José Diogo Arroyo, e de Braga, bacharel Francis-

co Botelho de Carvalho e Oliveira Leite, administradores dos concelhos de Santo Thyrso, Antonio Augusto Andrade da Fonseca e Castro, de Villa Nova de Famalicão, bacharel João Machado da Silva, e de Guimarães, bacharel Pedro Pereira da Silva Guimarães Junior, o capitão Alberto Salgado, inspector do corpo de policia civil do Porto, o capitão de infantaria 20, João Maria Pereira do Paço, tenente de infantaria 8, Francisco Feio Valle, e alferes de cavallaria 9, Antonio de Freitas Torres, de infantaria 6, João Coelho Teixeira, de infantaria 8, Mario Antonio Ferreira, sargento Luiz Ferreira, e de infantaria 20, José Vieira de Faria pelos serviços da manutenção da ordem publica por occasião das greves, zelo e cordura com que «tomaram e tornaram effectivas, acertadas e efficazes providencias para segurança das pessoas e propriedades, respeito das leis e auctoridades publicas.»

*

* *

Era entretanto (Julho) creado um consulado portuguez no Hanoi, China. Foi seu primeiro consul, Suribaldo Francisco Wenceslau Gracias.

*

* *

A 19 de Julho fallecia o conego dr. Antonio Dias da Silva, decano dos capitulares da Sé Patriarchal.

Veiu para Lisboa, em 1885, pela extincção da conesia de Leiria, em que estava desde 2 de Maio de 1860.

Tinha 85 annos.

*

* *

A 23 de Julho fallecia em Paris, o pintor Ricardo Ruivo Junior, pensionista do historico legado Valmor.

Tinha quasi concluido um trabalho grandioso, destinado á Academia Real das Bellas Artes: uma tela de 4 metros de comprido por 3 de largo onde tratava a scena classica dos christãos fugindo á perseguição de Nero.

No dia seguinte fallecia em Paris, a princeza Joanna Bonaparte, irmã do principe Roland Bonaparte. Fiel ás tradicções bonapartistas, embora em conversas officiaes mostrasse o convencimento da perda irrevogavel das prerogativas da corôa, na intimidade manifestava a vã illusão de vêr sentado no throno, mais que os Orleans, os representantes do seu nome.

Disse-se que nas ultimas horas ainda manifestava esses idealismos.

*

* *

Foi Maura o estadista mais odiado pelos elementos libertarios de Hespanha. Conservador, dedicado á causa dynastica, como poucos, não tinha elle contra si só essas facções avançadas, mas os proprios que em transição de ideias, buscando appoio nos ideaes retrogrados e nos ideaes de futuro, politicos evolucionantes, o encaravam sob o aspecto d'um homem superior, pela intransigencia e pelo caracter.

O golpe tenebroso, mas energico, de Barcelonada, que segurou a corôa na cabeça de Affonso XIII, se por parte d'este teve o olvido, para se amparar do abalo nos braços dos liberaes, por parte dos revolucionarios teve o odio, o desejo de represalias, que por justiça, assiste ao vencido.

Escolhido foi o dia 22 de Julho, para a tentativa.

Quando Maura chegava a Barcelona, um anarchista, Manuel Pozas, de 18 annos, logrando metter-se entre os convidados, distinctos, erguia o braço e desfechava contra o antigo presidente do conselho, tres tiros de revolver.

Maura, attingido, fugia para a carruagem, gritando:

— Estou ferido!

Valera-lhe porém, a attitude firme da propria sobrinha, Margarida Maura Domengue, que desviára a pontaria do acrata, su-

jeito logo ás aggressões desapiedadas dos assistentes, sendo arrastado, com o fato em farrapos, até ao posto policial.

Maura, era trazido de trem ao caes, atravessando o rio n'um barco cheio de agentes, até á quinta de Ruñola, em Palma. Fôra ferido no terço superior do braço direito, entrando uma das balas pela região toraxica e saindo pelo terço medio junto ao sovaco; outra penetrou na região glutea saindo pelo terço superior interno, sendo outra bala empregada n'um assistente, o archivista do paço episcopal Alfonso Oliveda.

Proseguiram as investigações sobre o attentado e Manuel Pozas, declarava a vontade de ser preso para occultar á familia certas enfermidades. A evasiva excentrica, não deu resultado, antes accirrou desejos de esmiuçar intenções, demais aguçadas com as aprehensões de documentos e jornaes anarchistas, e do partido de Lerroux.

Lembradas fôram as phrases de Pablo Iglesias, annunciando que a propaganda contra a dictadura maurista poderia chegar até ao attentado pessoal, e para os republicanos convergiram as attenções. Estabelecia-se a vigilancia e fizeram-se buscas infructiferas na Casa do Povo, ao tempo que se reconhecia a identidade do aggressor, o socio da Juventude Revolucionaria, Manuel Pozas Roca, distribuidor de mercadorias, processado sem fiança

Houve effectivamente conspiração, sendo distribuidos mais cumplices, armados de revolvers, por todo o trajecto de Maura. Descoberto o trama, os anarchistas appareceram sem rebuços, e os de Sevilha, incitaram mesmo os outros ao exemplo de Pozas emquanto os radicaes visitavam este no Carcel Modelo, abrindo ainda na Casa do Povo, subscripções que attingiram 500 pesetas.

«El Progresso» de Barcelona, (24 de Julho) exaltou-o nas linhas seguintes:

«Manuel Pozas não fez mais que executar o julgamento proclamado em todo o mundo e que foi ouvido atravez dos Pyrineus, na gloriosa Barcelona.»

Mas o epilego foi triste. Se a alma de Pozas rejubilou ao vêr no leito de dôr, Maura, o dictador, Maura, o da barcelonada, o destino se encarregou de lhe abater os jubilos pelo attentado con-

tra o semelhante, levando-lhe como dobres de anathema, as gargalhadas da mãe louca!...

Pozas indifferente ficou, mas depois, entre as grades do manicomio para onde o arremessaram como irresponsavel, decerto chorou o mau passo, vindo depois ainda povoar-lhe a existencia o espectro d'um cumplice, o anarchista José Busca, que disparava um tiro no coração (25 de Agosto) ao saber-se procurado.

Mais tarde (16 de Dezembro) era pedida pelo delegado do ministerio publico hespanhol, a prisão de Lerroux e Pablo Iglezias, como envolvidos no attentado. De mero effeito foi o acto, porque logo se estabeleceu a innocencia.

Posteriormente realisava-se (*) o julgamento de Pozas, que em pleno tribunal se declarava radical, negando porém que tivesse preparado o caso. Pablo Iglezias, indo ali como testemunha dizia não conhecer o accusado e a defeza, por Emiliano Iglezias, conduziu o assumpto á affirmativa de que Pozas disparára mas ignorando ser contra Maura.

Pozas, deffendido só pela democracia, unica que o podia acompanhar, era condemnado a 3 annos e 7 mezes de prisão (**), e quasi o mesmo succedia ao jornalista Antonio Herrera, que publicou um artigo glorificando Pozas, dando-lhe os tribunaes de Barcelona, como premio (***) 2 annos e 4 mezes de prisão.

A democracia portugueza por seu lado celebrisou o attentado a Maura com um commentario mal recebido:

«Fôram tres balas perdidas, o que prova que a instrucção de tiro em Hespanha, deixa muito a desejar.» (****)

* * *

A 21 de Julho fallecia o jornalista e poeta Rodrigo Solano. Pequena foi a sua bagagem litteraria, mas affirmou crenças e

(*) 11 de Maio de 1911.
(**) 12 de Maio de 1911.
(***) 6 de Junho de 1911.
(****) A «Lucta» de 25 de Julho de 1910.

valor, sendo notavel a sua vida de imprensa como redactor da «Tarde», do Porto.

*

* *

Assignava por esse tempo el-rei D. Manuel, duas medidas de valôr. (*)

Ligado a ellas estava o nome do ministro das obras publicas, Pereira dos Santos, e dignas de menção se tornaram.

Uma ia beneficiar a agricultura e era assim concebida:

«Considerando que a superproducção dos nossos vinhos, a que não tem correspondido um augmento proporcional no consumo interno nem na exportação, é a principal causa da intensa crise que, ha já alguns annos, vem assoberbando a viticultura nacional, e que urge dar novas applicações ás uvas para restringir a producção do vinho, sem desvalorisar o solo viticola, mas antes com beneficio do seu rendimento liquido; Considerando que os demais paizes viticolas da Europa meridional, principalmente a França, a Italia e a Grecia, e, na America do Norte, o Estado da California estão já produzindo e exportando grandes quantidades de mostos concentrados de uva, que em outros paizes não viticolas são utilisados na vinificação, além de outras applicações, com a vantagem de uma grande economia nos transportes e no vasilhame, que são consideravelmente reduzidos; Considerando que é urgente seguir o exemplo d'essas nações para que o commercio de exportação dos nossos productos viticolas não seja cada dia mais reduzido e mais prejudicado, mas antes logre desenvolver-se; Sendo reconhecido que, para todas as preparações alimenticias em que a glucose da uva póde ter applicação, quer seja encontrada, no estado solido, em pães ou em pó, quer no estado xaroposo, é sempre preferivel, em qualidade, á glucose industrial, derivada do amido ou da fecula por meio de saccharificação chimica, obtida com intervenção de acidos mineraes, pois que existe já completamente formada na suco

(*) Legislação Portugueza de 1910.=1.º volume.=Pagina 423.

d'aquella fructa, do qual apenas carece de ser extraida; Tendo em consideração que as industrias d'esta natureza, embora ainda incipientes, estão tomando já muito sensivel incremento em alguns paizes vinhateiros, e que a elevada riqueza saccharina de muitas das nossas castas de uva faz suppôr que o nosso paiz tem accentuada vantagem para o desenvolvimento d'ellas; Tendo em consideração o disposto no artigo 42.º da carta de lei de 18 de setembro de 1908, segundo o qual é expressamente prohibido, no fabrico, preparo ou tratamento dos vinhos e das geropigas o emprego da saccharose, da glucose industrial ou de qualquer outra substancia saccharina, que não provenha da uva; Considerando que, pelo artigo 14.º do decreto de 14 de Julho de 1901, é permittida a beneficiação dos mostos, durante o trabalho da vinificação, pelo addicionamento de mostos concentrados, provenientes de uvas de producção nacional e que, apesar das garantias concedidas no capitulo V do referido decreto ás novas industrias que se estabelecessem para concentração de mostos por processos aperfeiçoados, a producção do mosto concentrado não tem tido no paiz aquelle desenvolvimento que seria para desejar e muito concorreria para a valorisação das mesmas uvas e do vinho; Sendo conveniente conhecer as causas que teem obstado á implantação das industrias de concentração do mosto da uva e da extracção da respectiva glucose, e, sob esse ponto de vista, fazer o estudo das condições da viticultura nacional e das nossas castas de uvas, afim de se apreciar o grau de protecção necessaria para se promover o estabelecimento e assegurar a prosperidade das referidas industrias, por tal fórma que venham a ser verdadeiros auxiliares, efficazes e poderosos, da lavoura das nossas vinhas; devendo esse estudo habilitar o governo a levar ao parlamento as medidas mais consentaneas e fundamentadas, para a resolução d'este problema: Ha sua magestade el-rei por bem ordenar que uma commissão composta do conselheiro Alfredo Carlos Le Cocq, director geral de agricultura; do conselheiro Antonio Joaquim Ferreira da Silva, lente da Academia Polytechnica do Porto e presidente da commissão technica dos methodos chimico-analyticos, de Sertorio do Monte Pereira, lente do Instituto de Agronomia e Veterinaria e presi-

dente da direcção do Mercado Geral de Productos Agricolas; de Antonio Teixeira Judice, engenheiro chefe de 2.ª classe e chefe da repartição da Propriedade Industrial; e de Armando Arthur de Seabra, agronomo director do Laboratorio Geral de Analyses Chimico-Fiscaes, dos quaes o primeiro será o presidente e o ultimo o secretario, proceda:

«1.º — Ao estudo dos mostos das castas das diversas regiões do paiz mais apreciadas sob o ponto de vista da sua riqueza saccharina e mais adequadas para o fabrico de mosto concentrado e de assucar de uva, ou de dextrose e de levulose, de mostos esterilisados (grape-juice), de xaropes, caldas, arrobes e quaesquer outros productos apropriados á preparação de conservas de fructas, confeitaria e outras applicações alimenticias, ou á confecção de productos pharmaceuticos. 2.º — Ao estudo das condições economicas, em que estas industrias poderão ser estabelecidas lucrativamente e pela fórma mais util para a agricultura nacional. A commissão será auxiliada pelos agronomos districtaes, nos respectivos districtos, utilisará de todos os laboratorios chimicos dependentes da Direcção Geral da Agricultura, e poderá solicitar dos nossos agentes consulares e pelo Mercado Central de Productos Agricolas todas as informações sobre processos de industria, installações, apparelhos, etc., que fôrem necessarias para o mais desempenho da sua missão, da qual apresentará um relatorio completo e quanto possivel documentado, que será publicado no «Boletim da Direcção Geral da Agricultura». As despezas com os trabalhos da commissão serão custeadas pelo capitulo 4º, artigo 63º, da tabella de distribuição da despesa ordinaria do Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria. O mesmo augusto senhor confia do provado zelo e competencia dos vogaes da commissão o mais satisfatorio e rapido desempenho do encargo que lhes é commettido. — Paço, em 21 de Julho de 1910. — José Gonçalves Pereira dos Santos».

A' commissão eram depois aggregados os agronomos Adolpho Armando Bordalo e Tavares da Silva.

Pretendia a segunda portaria resolver os serviços de viação ordinaria, para o que se ordenavam assim os competentes estudos do assumpto:

«Considerando que um plano geral de viação ordinaria em que se comprehendam, agrupadas pelas suas categorias, não só as estradas reaes e districtaes, ou de interesse geral, mas ainda as municipaes e vicinaes ou de interesse secundario e local, é absolutamente indispensavel para se poder proceder com methodo, ordem e economia no importantissimo ramo da administração publica referente á construcção e reparação das estradas; Considerando que na construcção das estradas se deve por egual attender á importancia relativa d'estas arterias da circulação e a que o mais rapidamente possivel se valorisem as sommas já despendidas na construcção das já começadas e ainda não concluidas; Considerando que o plano annexo á lei de 1862, no tocante ás estradas reaes, e só fixado em 1867 para as districtaes, foi mandado rever pela lei de 1887, approvando-se a nova classificação em 1889; Considerando que n'esta revisão não foi attendida a prescripção legal, que limitava a extensão das redes, porque no novo plano se comprehendeu um desenvolvimento superior em mais de 2:000 kilometros aos das redes anteriores, pelo que foi ordenada em 1892 nova revisão que não chegou a ultimar-se; Considerando que n'estas condições se póde dizer que não existe hoje plano geral de viação regularmente approvado; Considerando que, quando menos o houvesse, a sua revisão, decorrido tão largo periodo, se tornaria necessaria para obtemperar á variabilidade de relações que, por diversas causas, se estabelecem entre as povoações do paiz; Considerando que essa revisão se tornou mesmo indispensavel pela circumstancia de terem sido estabelecidos e decretados, no decurso dos ultimos dez annos os planos de viação accelerada, de que a viação ordinaria é indispensavel complemento, nas zonas do norte, centro e sul do paiz; Conderando a conveniencia de se colherem no mais breve praso, os necessarios elementos para habilitar o governo a apresentar ao parlamento uma proposta de lei relativa á construcção e reparação de estradas, afim de que este importantissimo factor do desenvolvimento da riqueza publica possa corresponder ao que d'elle tem direito a exigir o paiz pelas quantiosas sommas já dispendidas e pelo muito que ainda resta dispender; Ha sua magestade el-rei por bem determinar que uma commissão pre-

sidida pelo inspector geral das obras publicas Francisco da Silva Ribeiro, e tendo por vogaes os engenheiros chefes de 1.ª classe Alberto Affonso da Silva Monteiro e conselheiro João da Costa Couraça, o engenheiro chefe da 2.ª classe Basilio Alberto de Sousa Pinto, e o engenheiro subalterno de 2.ª classe Alberto Ferreira Craveiro Lopes de Oliveira, que servirá de secretario, seja incumbida de: 1.º Elaborar um projecto de plano geral da viação ordinaria de 1.ª e 2.ª classe, no continente do reino, tendo especialmente em attenção as redes de viação accelerada já approvadas e as relações commerciaes, industriaes e agricolas das principaes povoações do paiz; 2.º Propor as bases em que deva assentar um plano racional de viação municipal, tendo especialmente em vista a inadiavel necessidade de desenvolver e completar a deficiente rede de viação d'esta categoria e as circumstancias financeiras dos diversos municipios do paiz, e bem assim a fórma de lhe dar mais prompta e efficaz execução. Outrosim ha por bem o mesmo augusto senhor auctorisar a referida commissão a requisitar das estações officiaes, auctoridades e corporações administrativas e associações commerciaes, industriaes e agricolas os elementos e esclarecimentos de que necessitar para o bom desempenho do importante serviço que lhe é commettido. Ao provado zelo e reconhecida competencia dos funccionarios nomeados, tem sua magestade el-rei por desnecessario mandar recommendar que o assumpto, de tão grande alcance e urgencia, seja devidamente ponderado e que o resultado do seu trabalho seja submettido á apreciação superior no mais breve prazo possivel.—Paço, em 22 de Julho de 1910.—José Gonçalves Pereira dos Santos.»

*

* * *

Inaugurava-se entretanto em Sophia, um congresso neo slavo. se votaram as seguintes conclusões:

União das academias e institutos scientificos dos differentes paizes slavos: união dos differentes artistas e escriptores da lingua slava; união central das camaras de commercio; escolha da

lingua russa para communicação entre as differentes raças slavas; organisação de exposições industriaes e artisticas; remessa de missões commerciaes de uns para outros paizes; troca de professores entre as diversas unidades slavas; formação de uma sociedade para traduzir as principaes obras de uma lingua slava n'outras.

Marcado foi o congresso seguinte para 1912 na cidade da Praga.

*

* *

Dava-se entretanto no Japão uma grande catastrophe maritima.

Na noite de 23 para 24 de Julho, naufragava entre Kobe e Dalnim, o vapor «Tchoureijaru».

De 240 passageiros apenas se salvaram 40.

*

* *

N'essa data era collocada na praça de Tetuan, em Barcelona, a primeira pedra do monumento aos heroes de Africa Encimal-o hia a estatua de Florio, sendo collocados junto ao pedestal, as dos generaes Odonell e Marusa.

Presidia, o governador barcelonez, general Weyler.

*

* *

Na villa de Pernes era inaugurada a 24 de Julho uma nova capella. Tinha a evocação de S. Silvestre e foi erecta junto á quinta do mesmo nome, propriedade da viscondessa de Andaluz.

*

* *

Gravado estava nas paginas da historia de França revolucionaria, o nome de André Chenier.

Esboçada sob uma nuvem diaphana, essa figura empolgante ora surgia serena e meiga em nuvens arrebatadoras ora impulsiva e energica na propaganda possante, brilhante e firme dos ideaes democratas.

Não conhecia então ainda a França, os espiritos batalhadores do seu seculo rebellionario.

A acção demolidora da revolta trouxe aos elementos primaciaes da mesma acção, não o preito, mas a publica suspeita.

A' doutrina de subalternos e até de mandatarios, convinha o eliminar dos factores principaes da queda da dynastia gauleza, e, ao apontal-os ao povo, como figadaes inimigos da liberdade, forneciam o machado para o córte cerce dos seus degraus de ascensão.

Como Danton, Robespierre, Desmoulins e Herbert, guilhotinados — de Chenier, rolava a cabeça no cadafalso a 25 de Julho de 1794.

D'ali teve elle a sua phrase celebre, apontando a fronte, passando a mão pelos cabellos bastos a cair-lhe em anneis sobre os hombros largos:

— Et pourtant l'avais quelque chose delans!

A França, porém, anarchica, só via inimigos do povo, ante o povo. Sonhava com a expanção soberba de occultos elementos, no intimo.

Depois, Chenier, victima, rehabilitou-se, quando a sua figura já não podia ostentar-se nos postos da França nova.

Foi o grande cidadão, o justo, o revoltado!...

Glorificou-o a historia.

Cantavam-lhe os poetas a tragica odysseia, esse sanguinolento fim, aos 31 annos, essa negra reclusão, que elle previa, decerto, no «joven capitão».

Esse lugubre anniversario, celebrava Paris, a 25 de Julho de

1910, 116 annos depois das tragedias que macularam a revolução franceza.

*

* *

Com o dia 25 chegavam novos elementos de estudo e pesquizas aos archeologos portuguezes.

Na parede, de cantaria, d'uma das casernas da primeira companhia da guarda municipal aquartelada no antigo convento do Carmo, era descoberta uma lapide com a seguinte inscripção:

«Esta capella com o carneiro de toda a sanchristia he de Lvis da Silva que foi do conselho de estado de SVa Mag.de e Veedor de sva fazenda, e de sves herdeiros, e descendentes, e a mandov faser e ornar, D. Marianna Deslencastre sva mulher a sva custa. Anno de 1641».

Alto cortezão da côrte Filipina fôra Luiz da Silva, fallecido a 18 de Setembro de 1636 e sepultado no local assignalado pela lapide. Emquanto a archeologia rejubilava com a descoberta, os eruditos encarregavam-se de restabelecer a identidade de Luiz da Silva, sob as seguintes bases historicas:

«Luiz da Silva a que se refere a inscripção foi Governador da Relação e Casa do Porto por alvará de 3 de maio de 1609 (Filippe II Chancellaria-Livro 23-fls 102) Alcaide-mór de Cêa, como successor de seu pae, com os montados da mesma villa (Filippe II-Livro 8 fls. 355 e 359) e Védor da Fazenda Real por alvará de 16 de fevereiro de 1614 (Filippe II-Chancellaria-Livro 29-fls. 284). D. Antonio Caetano de Sousa, na sua Historia Genealogica da Casa Real Portugueza, diz que Luiz da Silva foi Padroeiro do Mosteiro das Chagas de Lamego, tendo morrido a 18 de setembro de 1636 Diz, ainda, o mesmo auctor que foi enterrado com sua mulher na sacristia do Carmo de Lisboa com este epitaphio «Aqui jaz Luiz da Silva filho de João Gomes da Silva e Dona Guiomar Henriques, do conselho de Estado e Védor da Fazenda d'este Reino de Portugal. Falleceu a 18 de setembro de 1636» Luiz da Silva, foi casado, como se sabe com

«D. Marianna de Lencastre»; era esta senhora filha de D. Francisco de Faro, Senhor de Vimieiro, por mercê de el-rei D. João III e Védor da Fazenda Real de D. Sebastião; e D. Guiomar de Castro filha dos Senhores de Pombeiro D. «Marianna de Lencastre», que parece sobreviveu a seu marido foi, como já disse enterrada junto a elle, com este lettreiro «Sepultura de D. Marianna de Lencastre, filha de D. Francisco de Faro, IV neto de el-rei D. João I por baronia e de D. Guiomar de Castro; mulher que foi de D. Luiz da Silva do Conselho de Estado, Veador da Fazenda e Mordomo-mór. Falleceu a 30 de dezembro de 1643, sendo Aia do Principe D. Theodosio». Do casamento de Luiz da Silva com D. Marianna de Lencastre, houve entre outros filhos; João Gomes da Silva (primogenito) Regedor da Casa da Supplicação e Fernão Telles de Menezes que foi o 1.º Conde de Villar-Maior por mercê do rei D. João IV e pae do 1.º marquez de Alegrete».

*

* *

Decidia o ministro da fazenda, pondo de parte outros assumptos mais importantes da respectiva pasta, alterar a classificação concelhia do districto da Horta. Assim, submettido era á assignatura régia em 25 d'esse mez de Julho, o decreto, dando (*) a categoria de 1.ª ordem, ao concelho da Horta, 2.ª ao de Lages do Pico e 3.ª aos do Corvo, Lages das Flôres, Magdalena, Santa Cruz e S. Roque.

*

* *

Um incidente somenos na realidade, veio trazer o sobresalto á população de Lisboa e, muito em especial ao clero em exercicio na parochial egreja de S. Julião.

Na manhã de 26 de Julho, perto da hora da missa, era des-

(*) Legislação Portugueza de 1910=1.º volume=Pagina 446.

coberta, junto ao adro, uma bomba de aspecto ameaçador, em fórma de pinha, com rastilho acceso.

Apagado este, era conduzida a julgada perigosa machina de guerra para o governo civil e remettida depois com especiaes cuidados, á fabrica da polvora em Barcarena, para analyse.

Ali se verificava que o envolucro continha apenas varias caixas de phosphoros vasias, e dentro d'uma certo escripto anonymo onde a classe ecclesiastica era troçada e insultada. As investigações policiaes nenhum resultado deram sobre a auctoria do mysterioso caso.

*

* *

N'esse dia, era pasto das chammas, o historico castello de Blacke, perto de Banislasloe, na Irlanda, e tambem chamado de Menlongh.

Era então propriedade do inglez W. Black, que junto com a celebre vivenda, perdia a filha, depois achada por completo carbonisada.

*

* *

A França liquidava então o alto escandalo financeiro e politico conhecido pelo nome de «Questão Rochette».

Desde 1908 que o mercado monetario de Paris se via assediado por extranha alluvião de acções de bancos e companhias, sahidas da casa Rochette.

Este, cotado como banqueiro feliz, attrahindo pelos fabulosos dividendos, não a suspeita, que devia nascer, mas o agglomerar de pretendentes avidos do embolso de bons juros sem cuidar da sua integralidade, via-se erguido nas finanças como supremo arbitro.

Florescentes iam, na soberana apparencia do seu brilho, a The Universal Gaz Melhasse, O Banco Franco-Hespanhol, o Credito Mineiro, a Sociedade Franceza do Bico Hella, a Socie-

dade Carbonifera de Laviana, as Minas de Nerva e do Val de Aran, quando surgiram as primeiras desconfianças. A imprensa, com o «Petit Journal» á frente, iniciou a campanha e Rochette, o grande financeiro perdeu terreno. A's indecisões, ao baque das petulancias, seguiu se a acção judicial, e as finanças soffreram o duro choque do escandalo. Desceram as acções, desappareceram os accionistas. A' bolsa em cheque, seguiram-se fallencias sem conto. O mundo financeiro culpou-se do excesso de confiança em Rochette, quando se devia accusar de excesso de ganancia. Nas finanças, o lucro é tudo, a proveniencia é nada. Isso se provou, quando o grande banqueiro, novo, floreando os seus 37 annos e a sua actividade, saiu, dois mezes passados, da clausura, sob fiança de 10 contos, trazendo logo apoz si novos elementos confiantes. A syndicancia, dando treguas á alta finança, recambiou responsabilidades á alta politica, dando-a culpada na pedra que sobre o assumpto pesava

Jean Jaurês, em pleno parlamento, (Julho de 1910) interpellava o governo, annunciando que na vespera da prisão de Rochette, muitas pessoas venderam a preços fabulosos, acções do banqueiro, recebendo milhares de contos, acções só entregues quando, detido o grande financeiro, a cotação desceu, acompanhando-o na queda, sendo adquiridos quasi de graça, provocando as fallencias...

Insinuou-se que a politica obtivera da policia o annuncio da proxima prisão de Rochette, indicada logo a altos interessados que provocaram a venda, desfazendo-se dos valores compromettidos.

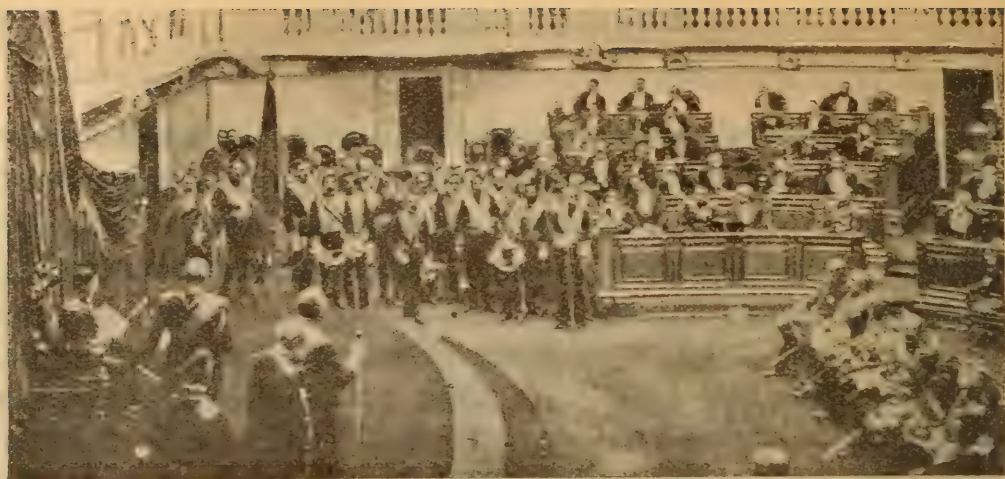
O banqueiro caíra por ter ido de encontro ao estado maior financeiro das grandes companhias que tinham preponderancia sobre os poderes publicos

Eleita foi, (11 de Julho) uma commissão de 33 deputados e, caso extranho, entre as testemunhas d'esse processo collossal e ruidoso, eram chamados a comparecer quasi como accusados o antigo presidente do conselho Clemenceau, o chefe de policia Lepine, o chefe do gabinete policial, Ivens Durant e uma infinidade de advogados, syndicos, deputados, senadores. Durant tinha sociedade n'uma casa de fundos que lucrára com a queda

Rochette, confessando haver andadc á procura de falso accionista que se pronunciasse contra o financeiro, achando por fim o director do «Petit», Prevet. Este o levára a casa do banqueiro Goudrion, dito possuidor de documentos graves sobre Rochette, adqueridos por 20 contos ao seu collega Chapuro.

Arranjado um accusador em Pichereau, jogador de fundos pouco escrupuloso, aprestou-se tudo para o lance e a policia coadjuvou o. Lepine confessava haver ordenado a prisão d'um accionista, para salvar as finanças francezas, com o desapparecer de Rochette, assumindo as responsabilidades, para illibar Clemenceau da atmosphera suspeitosa que o envolvia. O antigo presidente do conselho ajudou a defeza, erguendo se contra as informações jornalisticas e declarando que apenas obstara ao emprego de influencias tendentes a impedir a acção judicial, quando Lepine, mal industriado, dizia que elle não lhe dera quaesquer instrucções e apenas julgára proceder bem, procurando o queixoso e informando d'isso Clemenceau.

Trazido aos tribunaes o grave escandalo, Rochette, deffendia se do largo embroglio, surgindo ainda a nota do indeferimento, pelos juizes, a Pichereaux, queixoso, da faculdade de declarar haver sido levado a fazer a queixa pelo banqueiro Gaudrion que lhe dera com o chefe do gabinete de prefeitura, Durand, a intervenção da parte civil, facto certo, pois Gaudrion confessou. 35 audiencias levou a questão a debater-se, até que a 27 de Julho, Rochette era condemnado, benevolamente, a 2 annos de prisão e 3.000 francos de multa por crime de furto e infracção das leis de sociedades anonymas e os cumplices, Lecacheux, a 4 mezes de prisão e 1:000 francos de multa, Mayer e Crevecoeur, a 5 000 francos de multa e Capdeville a 2:000 francos de multa.

Posteriormente, (2 de Fevereiro de 1912) e mercê de conveniencias, o tribunal correcional de Paris annullava o processo Rochette, mandando instruir um outro. De nada valeu e o banqueiro em mais critica situação ficou, pois o tribunal da Relação de Rouen (26 de Julho de 1912) elevava ainda de 2 a 3 annos o tempo de clausura imposto pelo tribunal do Sena.

XXIX

Projectos ministeriaes. — O clero e o registo civil. = A missão republicana no estrangeiro. = O projecto revolucionario de 15 de Julho. = A amnistia politica. = Luctas politicas. = O clero ante os preparativos eleitoraes. = Duello Beltrão Solano. = Inquerito sobre relações diplomaticas. = Syndicancia á Caixa Geral de Depositos. Morte de Bonifacio Teixeira, Walbechm Lopes, Leopoldo Delisle e conselheiro Carvalho Pessoa. = Obelisco de Messejana = Accordo commercial com a America. = Fundação da Academia de Inglaterra. = O anniversario de Monza. = Attentado contra as rainhas de Italia e familia imperial japoneza. = O escandalo do contrabando do arsenal de marinha.

Entremos de novo na politica portugueza, habil fornecedora de historicos e sensacionaes assumptos.

Jogando iam os ministros as diversas cartas de empenho eleitoral. O da fazenda, annunciava novas propostas de lei, ou fôssem, novo contracto do Estado com o Banco de Portugal, resgate dos caminhos de ferro do norte e leste e da Companhia das Lezirias, substituição da contribuição de renda de casas e do imposto do real de agua, que seria abolido, pagamento dos direitos em ouro, e remodelação da contribuição de registo; o da marinha, providencias sobre pescarias, reorganisação administrativa das provincias ultramarinas, resolução da questão do alcool de Angola, e desdobramento do ministerio da marinha e ultramar; o dos estrangeiros, a applicação da lei das sobretaxas aos paizes

com os quaes não tivessemos tratado de commercio; o do reino, a reforma constitucional e eleitoral.

O da fazenda ainda, com o appoio geral dos collegas do ministerio, annunciava que o governo ia perfilhar o levantamento d'um grande emprestimo para melhorias coloniaes, já previstas comtudo pelo gabinete Beirão.

Emquanto uns davam o projecto como certo, e tendente a obter dinheiro para as extraordinarias captações de eleitores, outros davam-no como filiado em doutrinas de attrahir, sob taes promessas, arredios elementos ultramarinos, forçando tudo ao desmentido officioso das operações financeiras.

O da justiça, a quem havia sido distribuida a incumbencia de chamar ao atacado governo as sympathias de liberaes, fez insinuar as suas intenções favoraveis ao estabelecimento em Portugal do registo civil obrigatorio, aliás já decretado desde 1832, sem violencias, pela não escolha das entidades a que devia ser confiado o encargo, e pelo receio do cerceamento das já minguadas receitas do pequeno clero. Segundo os projectos, Manuel Fratel melhoraria este e decretaria a lei.

A escabrosidade da ideia, na triste conjunctura do gabinete Teixeira de Sousa, deu logo signal de si.

O chefe do governo que não conseguia a tão proclamada aureola de liberal, se não tinha por si crentes de taes pensamentos, lançava a semente do odio entre os reaccionarios.

A contingencia era desagradavel, e só servia para a prova da desorientação governamental.

Recebendo e dando bom acolhimento á commissão que foi conhecer da veracidade das intenções do conselheiro Manuel Fratel, sobre o registo civil a decretar, não podia o ministro admirar-se da agitação ecclesiastica.

Lançou o primeiro brado, o prior da Encarnação, dr. José Ferreira Garcia Diniz, que, aggrupando outros parochos, fazia distribuir a seguinte circular:

«Para apreciar differentes actos do governo que mais ou menos nos dizem respeito e em especial ás declarações feitas pelo ex.^mo^ ministro da justiça, ácêrca do Registo Civil, temos a honra de convidar v. ex.^a^ para uma reunião da classe, que dese-

jamos se realise na egreja parochial da Encarnação, no proximo sabbado, 30 do corrente, pelas 7 e meia horas da tarde. Esperamos que se dignará acceder ao nosso convite, o que antecipadamente agradecemos. De v. ex.ª, com a maior consideração e estima, collegas e amigos obg.mos—Dr. José Ferreira Garcia Diniz, prior da Encarnação —P. Domingos Nogueira, prior da Lapa—P. Manuel José dos Santos Farinha, prior de Santa Izabel—Gonçalo Casimiro Nogueira, prior de Belem—Joaquim Augustão Frazão, prior de Santo André—P. Benigno Joaquim Fernandes, prior do Sacramento. — Lisboa, 28 de Julho de 1910».

A attitude dos padres, aliás energica, foi desvirtuada ao ponto de se dar o ministro da guerra conferenciando com o general commandante de divisão, Manuel Raphael Gorjão sobre uma intentona, affirmando-se (*) que o prior de Santa Izabel Santos Farinha, reunia em casa padres e militares para uma revolta.

A reunião de sabbado 30 de Julho teve o aspecto extranho d'uma tentativa rebellionaria do clero, mas nos limites legislativos. Na casa do despacho da egreja da Encarnação, e á luz das vellas, se trocaram impressões sobre o registo civil, entre os priores de Santa Izabel, Belem, Alcantara, S. Sebastião da Pedreira, Martyres, Carnide, S. Christovam, Santo Estevão, Beato, S. Nicolau, S. Miguel, Graça, Sacramento, Lapa, Santa Engracia, Bemfica e S. Pedro de Torres Vedras.

Ventilaram os priores, a conveniencia de se manifestarem: adherindo aos collegas da Guarda, aos quaes se queria negar o direito de cidadãos; protestando contra a portaria relativa ao arcebispo de Braga; sobre o projectado registo civil. O de Santa Izabel, o orador sagrado, Santos Farinha, dava o registo como não indo contra a religião, como na Belgica e Hespanha, mas nocivo a ella em Portugal, por proposto pelas associações antichristãs. O de Santa Engracia, dr. Garcia Diniz, deffendia o ministro da justiça, e o de S. Nicolau, dava origem a motins, pela accusação justa, de que, se appoiava o prelado bracarense, tendo-se abandonado o de Beja, no seu debater na questão Ançã,

(*) *A Capital* de 28 de Julho de 1910.

emquanto o prior da Lapa rematava o assumpto na seguinte phrase:

« — Os bispos possuem assento na camara alta. Vão lá e falem. Não é estarem silenciosos, mettidos nos seus paços, deixando passar todas as leis vexatorias para o clero. Não é a nós que compete tratar do que aos bispos diz respeito. . . »

Approvada era por fim uma representação ao ministro, fazendo vêr as inconveniencias da projectada lei.

O ministro da justiça, Manuel Fratel, no intuito mal acatado, de insinuar aos clericaes os perigos da sua agitação, proclamava os seus estudos sobre seminarios.

Se os boatos de projectos liberaes não levavam contentamentos ás hostes reaccionarias e se mesmo não chegavam a amedrontal-as, convencidas do auxilio palaciano em transe difficil ou pela ideia de que não passariam de ameaças ministeriaes, os republicanos egualmente não acreditavam nas pretensas pombalinas medidas e os seus missionarios no estrangeiro, o dr. Magalhães Lima e José Relvas, membro do Directorio, desmascaravam officialmente por extranhas terras as affirmações do ministerio, emquanto particularmente tramavam a desconsolidação da monarchia portugueza.

No congresso republicano do Porto, se resolvera a ida da missão ao estrangeiro, confiada aos drs. Magalhães Lima e Bernardino Machado, José Relvas. Discordára o segundo d'esses trabalhos e em sua substituição, juntou-se de fóra aos missionarios da revolta, o foragido do 31 de Janeiro de 1891, dr. Alves da Veiga.

Pretendera obter uma especie de appoio moral para o movimento, mas, a despeito das affirmativas dos delegados de que elle não traria a anarchia nem a desordem, não logrou a sympathia dos sollicitados gabinetes internacionaes, e apenas o desprendimento ante um acto em que se não queriam envolver:

«Tendo sido encarregados d'essa missão os srs. drs. Bernardino Machado, Magalhães Lima e José Relvas, porque o primeiro d'estes delegados se escusou, só os dois restantes a levaram a cabo. Reconheceram elles, diz ainda o relatorio, que o movimento revolucionario, quando bem organisado e sem que

d'elle resultassem a anarchia e a desordem, se não tinha a sympathia das principaes nações estrangeiras, ao menos o não contrariavam.» (*)

Mais benevola se mostrou a velha alliada da realeza de Portugal e assim veremos o escriptor Angel Mawraud, a paginas 70 do seu livro «Le Portugal et ses colonies», dar noticia da ida a Paris e Londres, dos dr. Magalhães Lima e José Relvas, para a prevenção e garantia de statu-quo ante projectados movimentos anti-dynasticas, não repudiando a ideia de que fôram recebidos, em Inglaterra, por Eduardo Grey, ministro dos negocios estrangeiros.

Mais longe se foi porém: a dar-se o proprio gabinete inglez como affirmando aos delegados republicanos, inteira indifferença que só seria posta de parte ante um novo regicidio.

Auxiliando os trabalhos da missão em Londres, estava o diplomata Oscar de Araujo, que a apresentou na capital ingleza, conservando porém, para o governo portuguez, de que era representante, o conveniente grau de alheiamento da acção conspiradora.

Ao ser ella conhecida mais tarde, tentar-se-hia uma censura ao Directorio pela falta de reconhecimento a esses manejos, mas Oscar de Araujo fazia retroceder os censurantes com a seguinte carta (23 de Novembro de 1910) onde, Republica em Portugal, appareciam, já sem segredos, os serviços á causa:

«Ill.mo e ex.mo sr. director do «Economista Portuguez». — Meu caro amigo: — Acabo de ler no seu «Economista» o artigo: «Quem apresentou o Directorio em Londres», em que a sua amisade lhe fez dizer, a meu respeito, muitas coisas amaveis que eu agradeço penhoradissimo. Preciso, entretanto, protestar contra a censura que v. ex.a faz, ou, antes, insinúa, por não ter sido tornada publica a minha parte de collaboração na obra diplomatica republicana lá fóra. E' certo que o meu nome nunca appareceu nas publicações do partido, mas foi isso unicamente dictado pe-

---

(*) Relatorio dos corpos dirigentes do partido republicano elaborado pelo dr. Eusebio Leão e apresentado na sessão inicial do Congresso do mesmo partido em 28 de Outubro de 1911.

la necessidade evidente de não desvendar a minha acção em Londres. José Relvas, em carta que me dirigiu para Londres, de volta da missão, escreveu-me:

«Sem as circumstancias especiaes que aconselham uma grande reserva, o Directorio e a Junta far-lhe-hiam uma manifestação publica do seu reconhecimento».

«O Directorio, aliás, manifestou o apreço em que tinha a minha cooperação diplomatica, dirigindo-me o seguinte officio, que transcrevo, para que não prevaleça a injustiça que v. ex.ª lhe faz:

«Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Oscar d'Araujo, vice-presidente da Sociedade dos Jornalistas Estrangeiros. — Londres. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — O Directorio do Partido Republicano Portuguez e a sua Junta Consultiva foram largamente informados, pelo delegado do Congresso do Porto, José Relvas, da valiosissima collaboração que v. ex.ª teve na missão realisada recentemente em Londres pelos representantes do partido republicano. Foi muito apreciada a fórma como V. Ex.ª auxiliou a obra da missão e o concurso que lhe deu para tornar possivel um dos factos a que ligamos a maior importancia. O Directorio do partido, significando a v. ex.ª os seus sentimentos de sincera gratidão, desempenha-se tambem da missão que lhe foi incumbida pela Junta de a associar na presente mensagem de agradecimento. Assim podemos affirmar que não somos apenas representantes do sentimento de alguns republicanos, mas que na realidade expressamos o reconhecimento de todo o partido republicano. Acceite v. ex.ª as homenagens da muita consideração com que somos — De v. ex.ª, att.^{os} ven. ob.^{os} — Theophilo Braga, Innocencio Camacho, Eusebio Leão, José Relvas, José Barbosa».

«Já vê, pois, o meu amigo que o pouco que eu pude fazer pela causa republicana em Londres, antes de proclamada a Republica, foi largamente reconhecido pelo Directorio em nome de todo o partido republicano portuguez. Tambem do meu trabalho diplomatico, depois de proclamada a Republica, o meu amigo Magalhães Lima informou o governo, segundo me telegraphou para Londres. Foi, pois, v. ex.ª injustissimo com o Directorio, a Junta do partido republicano e os membros da missão ao es-

trangeiro, attribuindo-lhes o desconhecimento dos meus humildes serviços diplomaticos em Londres, e, por isso, obsequiava-me publicando esta carta no proximo numero do «Economista». Agradecendo lhe, de ante-mão, mais esse favor, peço-lhe que me creia sempre seu amigo sincero e obrigado, Oscar d'Araujo.»

D. Manuel era apenas uma existencia rodeada de traições. A creança, que nascera ao baquear do throno do Brazil, a creança que vira o pae e o irmão despedir-se da vida por uma tarde de sol e ás balas de assassinos predestinados para o tablado sinistro da tragedia, — estava rodeada de falsos amigos e de não menos falsos alliados A sua estrella era má: a estrella fatal da desventura que elle julgava brilhante como «Sirius».

De posse das opiniões dos gabinetes estrangeiros, o dr. Magalhães Lima, fazia publicar em 10 periodicos de além fronteiras, o seguinte: (*)

«O sr. Teixeira de Sousa (presidente do conselho) convencer-se-ha mais cedo do que elle proprio imagina que não ha nada de viavel no actual estado de cousas. Ser liberal é ser republicano. E' o sr. Teixeira de Sousa republicano? Não, e por consequencia baldadamente se exforçará em querer conciliar o impossivel. Aquelles mesmo que se dizem monarchicos não o deixarão governar. A inveja, a cumulação, o receio da concorrencia sobrepujam n'elles todas as razões politicas. A monarchia succumbirá aos golpes dos proprios monarchicos. Eis porque eu sempre tenho sustentado no estrangeiro que a Republica é um facto inevitavel em Portugal, e que, se os republicanos a não fizessem, eu estou convencido que nem por isso ella deixaria de se fazer, pela fatalidade das circumstancias e pela logica dos acontecimentos. Tornar se-hia assim um facto automatico, segundo a expressão pittoresca d'um jornalista francez. E' para a Republica que nós caminhamos com a segurança que nos dão os factos, logicamente, inexoravelmente!. . .»

Por seu lado, José Relvas resumia assim em 22 de Julho, em communicação officiosa ao directorio, os seus trabalhos:

«Comprehende-se bem o interesse que o partido republicano

(*) Julho de 1910

tem em conhecer a missão que realisámos no estrangeiro. Por mim, e interpretando os sentimentos de Magalhães Lima e do dr. Alves da Veiga, posso assegurar que tenho grande satisfação em communicar á nossa imprensa os resultados, ou, talvez com mais rigor, as conclusões que devem tirar-se do contacto que tivemos com personalidades, algumas em condições de nos poderem dar uma noção precisa da opinião estrangeira ácêrca das coisas portuguezas. A' affirmação que fizemos n'uma nota official publicada n'uma grande parte da imprensa europêa e americana condensando as nossas opiniões ácêrca da crise e das condições do povo portuguez para a resolver n'um regimen de administração austera, corresponde, felizmente, uma espectativa bastante favoravel para o partido republicano. Com segurança podemos affirmar que Portugal é julgado um paiz digno de toda a consideração e respeito das outras nações, tendo em França e na Inglaterra sympathias que verificámos por uma fórma muito clara. Nas suas relações commerciaes com os estrangeiros, os portuguezes encontram uma grande confiança, pela fiel execução de todos os seus comprimissos, recordando-se, com grande louvor, a honesta pontualidade com que solveram as suas obrigações durante a crise de 1891. A situação politica do regimen, que para muitos é incomprehensivel, é por outros julgada com uma palavra que, de resto, a caracterisa perfeitamente, é a queda automatica das instituições monarchicas. Direi que os esforços dos republicanos portuguezes, a sua lucta pelo resurgimento da nação, tem despertado grandes sympathias a seu favor e em certos meios, que fazem «a chuva e o bom tempo» nas correntes da opinião. A sua organisação, as suas reivindicações, quer politicas, quer moraes, a orientação definida no organismo que o partido creou em face do regimen, procurando despertar as energias locaes, instituindo escolas e incitando todas as manifestações de vida civica, as suas affirmações insophismaveis, relativamente ás relações externas, crearam, sem a menor duvida, uma situação bastante favoravel para os republicanos portuguezes. O equivoco que poderia resultar da nenhuma relação entre o estado da opinião publica e a sua representação politica está completamente esclarecido pelo conhecimento da lei eleitoral. Os ataques com

que se pretendeu ferir o partido republicano, dentro do paiz e no estrangeiro, ficaram sem os effeitos procurados. Ninguem de bom senso recusa a sancção moral a um partido que tem dado provas da sua orientação e que tem a apoial-o homens que só no bem estar e na felicidade do paiz se inspiram. Nenhum, entre os Estados que mais relações teem com Portugal, deixaria de respeitar as soluções internas, que muito legitimamente a nação julgar convenientes e necessarias para a sua politica domestica. Ao mesmo tempo, convem accentuar que os republicanos portuguezes em caso algum acceitariam a ideia de resolverem a crise interna com o concurso de qualquer elemento estrangeiro. Não deve occultar-se a nossa impressão ácêrca das grandes responsabilidades do partido perante a opinião europêa, quer na mudança do regimen, quer na sua futura administração. O acolhimento que encontrámos foi feito ao partido republicano, pertence-lhe e impõe-lhe as respectivas responsabilidades. Em todos os seus actos, tem de se affirmar como um partido eminentemente nacional, digno da confiança interna e externa e, portanto, como um partido de governo. Seria talvez escusado dizer que em toda a nossa missão não perdemos o ensejo de dar o maior relevo ás qualidades do nosso povo e ás condições em que julgamos dever reconstituir-se a vida nacional. Sem vaidade, podemos affirmar que a nossa missão visou a assegurar o credito de Portugal no estrangeiro. Magalhães Lima que tem n'alguns paizes da Europa central uma excellente situação junto da imprensa e d'alguns homens politicos muito representativos, não pronuncia jámais uma palavra que possa interpretar-se em desabono do seu paiz. Antes a sua fé viva no futuro da nação, o seu especial temperamento e uma frescura de mocidade, que conserva, a despeito dos cincoenta annos já passados, transmitte, a quem o ouve, todo o seu enthusiasmo e inspira uma grande confiança nos seus sentimentos e aspirações patrioticas. Ao dr. Alves da Veiga, que não perdeu, nos 20 annos de exilio, a menor parcella dos seus perfeitos sentimentos de portuguez, ajustam-se as mesmas palavras com que me refiro a Magalhães Lima. Verificada a desaggregação em que se encontra o regimen, e aberto o periodo eleitoral, com as suas possiveis surprezas, a presença de Magalhães

Lima em Paris é conveniente para desfazer aquelles equivocos que poderiam resultar das eleições, ainda uma vez feitas com a lei ignobil, assim classificada poi todos os partidos. . . quando estão na opposição. Não será, certamente, pela victoria eleitoral que o partido republicano alcançará o seu principal «desideratum»; é, comtudo, indispensavel fazer comprehender a discordancia entre a representação parlamentar e o estado da opinião publica. De resto, para muitos homens que teem sufficiente conhecimento das condições actuaes da monarchia portugueza, não ha fortes duvidas sobre a solução final da crise. Por isso, um velho politico francez nos dizia que se o rei D. Manuel escolhesse a França para sua terra d'exilio, encontraria um acolhimento digno do paiz que o festejou nas horas de prosperidade, mas na realidade seria preciso considerar esse facto apenas como um novo capitulo a accrescentar aos «Reis no Exilio», de Alphonse Daudet».

As accusações, partindo de adversarios accerrimos da monarchia, seriam suspeitas em outras circumstancias.

Comtudo não ousavam retrucar os attingidos, porque viam claramente o espelho, tão embaciado, das suas obras, que mais pareciam de cooperação á ruina nacional e até aos proprios desejos dos inimigos do regimen realengo, que á corôa de que dependiam, á corôa que os aggrupava em torno de si, como se outros elementos de confiança não tivesse, ou mesmo considerando que do mal de que elles eram arguidos, enfermavam todos.

Doloroso espectaculo este e não menos dolorosa espectativa para D. Manuel e pará o proprio povo!. . .

O documento significou ainda para os conhecedores das suas entrelinhas, aliás bem claras, uma tacita acquiescencia do estrangeiro á obra demolidora dos republicanos, rasgando caminho para a proclamação da Republica.

Aproveitava a França, os eccos levados para fóra do reino sobre a nossa vida interna, e, não podemos deixar de admirar a incoherencia de quantos protestando, em tempos do rei D. Carlos I contra o apresentar á sancção do estrangeiro, por João Franco de factos portuguezes, de ordem continental, iam, por seu turno, levar a esse ambiente externo a extranha proclama-

ção do estado nacional, forçando o «Matin», em 20 de Julho, a dar conta de impressões pessoaes, que boatos correntes não deixaram porém sem a nota da indicação dos missionarios da republica. Veio em artigo intitulado «Um throno que oscilla» — E' o do joven rei de Portugal».

«Na vespera de S. João a população de Lisboa passa toda a noite em festa, accendem-se fogueiras nas ruas escarpadas da capital, organisam-se danças populares nas praças publicas, onde se levantam lojas ao ar livre. Recordo-me de, ha alguns dias, ter parado em frente d'essas lojas. Ao lado do tradicional vaso de manjerico, que todo o bom portuguez n'esse dia leva para casa, viam se dois retratos que os transeuntes compravam á porfia: esses retratos estavam pintados sobre caixas de charutos ou collados sobre ventarolas; os chefes de familia compravam-nos e davam-nos aos seus filhos, que os contemplavam com admiração. Eu proprio comprei tambem esses retratos mysteriosos, objecto da veneração popular. Sob as duas cabeças energicas, uma ornada de uma grande barba negra, a outra de bigodes caídos aos cantos da bocca, de olhar altivo, dois nomes se acham inscriptos: Manuel dos Reis da Silva Buiça, Alfredo Luiz da Costa. Eram os dois regicidas, aquelles que na Praça do Commercio, á vista de toda a gente, fuzilaram, ha dois annos e meio o rei Carlos e seu filho, o herdeiro do throno. E' impossivel não sentir passar sobre as coisas que nos rodeiam o sopro tragico do drama, quando se pensa na posição unica de um monarcha de vinte annos que governa um povo e que não póde impedir que os retratos dos assassinos de seu pae e de seu irmão sejam, para esse povo, um objecto de respeito. A recordação d'esse dia tragico paira sobre a politica portugueza e lança uma luz sinistra sobre aquillo que, d'outra fórma, se nos afiguraria mesquinho e banal nos «complôts» politicos dos homens de Estado d'aquelle paiz. E é a razão porque a unica coisa que importa, para comprehender esta situação sem exemplo, é penetrar nas massas populares para conhecer os verdadeiros sentimentos do povo, d'aquelles cuja cumplicidade tacita assegurou o successo do attentado de 1 de fevereiro de 1908. O que pensa hoje essa gente? Vêem superiores a si partidos monarchicos que se agitam e intrigam de-

sesperadamente para se apropriarem do poder, synonimo, para elles, de lucro. Na extrema esquerda d'esses partidos, um grupo pouco numeroso de «dissidentes» ou «radicaes», presidido por um homem de raro valor, mr. Alpoim, e que affirmam o seu desejo d'uma monarchia liberal e democratica. Em face d'esses partidos, a gente do povo vê alguns homens que, de ha muito, conhece, e que prodigalizam os seus esforços e o seu talento n'uma propaganda obstinada e fructuosa: são os republicanos. E' o veneravel chefe do partido o grande historiador e philosopho Theophilo Braga, é Bernardino Machado, o patriarcha, outr'ora um dos sustentaculos da Universidade, pae de 15 filhos e avô de todas as creanças de Lisboa pela affeição que ellas lhe teem; é Antonio José d'Almeida, o tribuno, cuja prisão levantou uma revolução: é João Chagas, o pamphletario que pagou a sua propaganda com setenta e duas condemnações e que se evadiu dos mortaes presidios de Angola, e é, emfim, Affonso Costa, o homem de acção, que jazia no fundo d'uma prisão quando se praticou o regicidio, aquelle que á reflexão junta uma audacia louca, e cuja palavra vibrante dominou inteiramente um parlamento. Todos estes homens correram riscos pessoaes e quasi pagaram com a vida a sua fé politica. Existem centros em Lisboa, collocados sob o patronato de cada um d'elles e onde se ostenta o seu retrato; quando passam são cumprimentados; toda a «élite» intellectual os acompanha. Este enthusiasmo pela republica levou os homens do povo a unirem-se n'uma sociedade secreta, de que pude conhecer a organisação e os principaes chefes. São os «carbonarios» de Portugal. Esses homens souberam tomar precauções minuciosas para evitar o serem perseguidos em blóco. Os filiados fórmam grupos de quatro, chamados «choças». Um d'esses quatro fórma uma nova «choça» de que só elle conhece os tres socios. Tres «choças» formam uma «cabana». Um conselho supremo dirige esta organisação, que conta em Portugal milhares de membros. Os socios tratam-se por tu e tomam o nome de «primos»; mas, a não serem os chefes, só conhecem tres a seis dos seus correligionarios politicos. Os cinco governos que succederam desde o regicido perseguiram esta associação; conseguiram prender membros subalternos, que fôram entre-

gues ao juiz de instrucção criminal do reino. Este mantinha-os incommunicaveis durante mezes, promettendo-lhes a impunidade em caso de denuncia. Mas, graças á habil organisação da sociedade, apenas poude prender um cento de filiados que, de resto, fôram condemnados severamente. Dentro d'um mez, a 28 de agosto, realisar-se-hão as eleições. Os partidos monarchicos apropriar-se-hão, naturalmente, de mais de quatro quintos dos logares de deputados. A quinta parte restante, quando muito, será concedida aos republicanos e aos dissidentes, coisa facil n'um paiz onde as eleições se fazem segundo as ordens do governo. Os republicanos que teem actualmente sete deputados, virão a ter talvez doze, graças ao liberalismo sincero, mas relativo, do presidente do conselho, sr. Teixeira de Sousa, e os dissidentes monarchicos terão, sem duvida, treze ou quatorze em vez de sete. O povo portuguez julgará, certamente, que é uma concessão insufficiente aos seus sentimentos democraticos. Se o governo proceder habilmente, talvez se evitem os tumultos sangrentos que assignalaram as eleições d'abril de 1908. Mas um facto domina a situação: entre os eleitores portuguezes ninguem ignora que, se as eleições se fizessem sem fraude, os republicanos e os radicaes teriam metade da representação parlamentar, ou sejam setenta e cinco deputados sobre cento e cincoenta. Ora nenhum governo monarchico, por mais liberal que o seu programma seja, póde permittir-lhes esse gigantesco passo em frente. Então? O que a legalidade não póde dar aos partidos avançados, será pedido por estes á revolução? Pergunta angustiosa de que depende o futuro de Portugal e que, sem duvida, o filho do rei assassinado nem mesmo ousa fazer a si proprio».

Não eram errados os factos.

A França estava bem elucidada, e a Hespanha, pela «España Nueva»r aproveitou a citação do «Matin», para a reflectir no seu governo.

Manejado ao sabor de paixões, accudia o «Matin», á situação no dia seguinte, e por penna de Marcel Prevost, quiz dulcificar em trechos sentidos, os periodos da vespera, exaltados, ainda que sob o aspecto de ligeira censura.

E d'ahi quem sabe se vibraria, livre de coacções, o cavalhei-

resco e patriotico espirito francez, e quiçá insinuar-lhe o affastamento d'essa agitada politica, sorvedouro da vida d'um rei e negro corvo pairando, sinistro e agoirento, sobre os regios paços?

Assim pois falava Marcel Prevost, sob o titulo de «Uma heroina franceza»:

«Que destino!

«Parece havel-a creado uma Providencia engenhosa — e tragica — só para demonstrar que a alma das mulheres bem melhor ainda que a dos homens se nivela, ás necessidades imprevistas, grandiosas ou dolorosas da existencia. Socialmente preparada, desde que as sociedades existem, a desempenhar o papel de escrava ou mesmo o de favorita, a mulher, quasi sempre resigna-se a essa condição. Mas atirem n'a ás circumstancias para o vivo da acção, para o meio dos homens hostis, e seja-lhe dado defender contra elles o marido, o filho, os haveres, — a mulher logo ultrapassa os mais energicos d'entre os homens; deslumbra os e ás vezes o triumpho é seu. Tal o motivo porque a historia das rainhas, tão gloriosa se apresenta nos annaes da feminidade. A bem dizer não houve nunca más rainhas.

«Esta de quem escrevo nasceu no exilio, em Twickenham, d'um principe que podia aspirar um dia «ao mais bello reino do mundo». Mas esse principe fôra riscado da sua patria e tudo então deixava julgar que nunca mais tornaria a vêl-a. Era um anno antes de Sadowa. O Imperio francez alçava se como um solido e radioso edificio, no qual alguns videntes tidos por visionarios apenas conseguiam destrinçar manchas e fendas de ruina... O destino de Maria Amelia Luiza Helena, filha do conde de Paris, annunciava-se egual a tantos outros destinos de princezas suas parentes: ou casamento austriaco ou bavaro, a existencia abafadiça e vã das pequenas côrtes, o mundo visto através dos rancores legitimos e dos prejuizos de casta, a comedia da auctoridade n'um meio inane... Subito, um ribombo atrôa os ares, um desmoronamento se produz... E' o imperio francez que desaba. Governada por monarchistas, a joven Republica franceza abre as portas aos pretendentes exilados. Maria Amelia sempre conhecerá o agrado de ser educada na sua patria: aguarda-a pois uma infancia e uma mocidade de franceza.

E este facto já de si basta a tornal-a mais comprehensivel: não será «de nenhuma parte», como tantas vagas princezas que falam todas as linguas da Europa, a todas, porém, imprimindo um acento estrangeirado. Novo accidente de preço n'aquella vida juvenil: enamora-a um principe real. A princeza vae ser rainha. Rainha d'um Estado pequeno, mas rico de magestosas tradições e que uma poderosa alliança parece, quando menos, garantir contra os perigos de ordem externa. A 22 de maio de 1886, Maria Amelia desposa Carlos, herdeiro de Portugal... Nos enebriamentos d'essa união, no alacre acolhimento que lhe fazia a nova patria, podemos acaso crêr, que a princeza sentisse d'uma fórma menos cruel, que pudesse levemente sentir a incruenta amargura d'essa lei de exilio, que «exactamente um mez depois» lançava fóra de França a familia de seu pae?

*

«Passaram-se annos. Maria Amelia é rainha. E' mãe de dois filhos, Affonso (*) e Manuel. Incarnando á maravilha o patriotismo portuguez nem por isso deixou de ser radicadissima franceza: os francezes que passam por Lisboa pódem dar d'isso testemunho, mórmente os litteratos a quem ella favorece. E' a educadora dos seus filhos, sendo tambem, do mesmo passo, a companheira fiel e desvelada de seu marido... O horisonte politico foi escurentando pouco a pouco d'envolta aos jovens soberanos. Dissidentes monarchicos, republicanos, anarchistas, todos ameaçam a segurança do throno.. Recorre-se com imprudencia para a dictadura d'um ministro. O odio que este accumula entre os partidos resalta sobre a familia reinante. E eis que surge então uma das mais espantosas tragedias que ainda até hoje illustraram o tragico officio de rei: a 1 de fevereiro de 1908, D. Carlos e seu filho mais velho são fuzilados de surpreza pelas armas dos revolucionarios... Attingida pelo sangue d'ambos, a mãe admiravel fez muralha do proprio corpo, ante o seu segundo filho, Manuel, que por felicidade escapou com um leve ferimento apenas. A partir d'esse instante, tudo o que resta de alento e animo

(*) Quer referir se talvez ao principe D. Luiz Filippe, citando, por erro, D. Affonso, infante, filho de D. Luiz I.=N' d'A.

n'essa mulher que a dôr amorteceu, será consagrado a proteger a vida e o throno do seu ultimo filho... Mas que fazer? que fazer? Quaes os conselheiros a quem ouvir? Importará ir contra os inimigos, ou desarmal-os, chamal-os a bem pela força da clemencia?... Fazendo calar toda e qualquer velleidade de vingança, a rainha, fiel ás tradições de sua familia franceza, acolhe-se á legalidade. Applicará as leis, respeitando a constituição. E, em troca, pede ao povo que não recalque aquella fragil e encantadora cabeça, «resto» do sangue de Carlos, como Andromaca diria. Que houvesse faltas no passado! a morte d'um marido, a morte d'um filho primeiro, não seria bastante, Deus do ceu! para de todo as resgatar? Esta supplica dorida d'uma mulher heroica ante o seu povo adoptivo — esta supplica pathetica de mãe e de rainha, que se adivinha atravez de tantos esforços sinceros levados a effeito, de ha dois annos a esta parte, pelo governo do moço rei — qual dentre os compatriotas de Maria Amelia, poderia consideral-a sem admiração e sem enternecimento? «Quis talia, fando temperet a lacrymis?» O mundo civilisado em pezo, e de preferencia os francezes, mais não pódem do que prestar homenagem a esta anciada, dolorosa e corajosa figura de mulher. Mas ai! que n'esse pequenino reino, ainda as paixões não desarmaram. Vendem-se publicamente em Lisboa, em dias de festa popular, ventarolas ornamentadas com o retrato dos regicidas e as raparigas do povo não hesitam em as uzar. ...Veem proximas as eleições, que (toda a gente é d'accordo), se na verdade exprimissem o parecer da maioria, tornariam de vez impossivel qualquer governo monarchico... E é ao encontro d'um tal futuro que a martyr caminha, Artemisa e Niobe ao mesmo tempo, sem sequer ter o direito de chorar o marido e o primeiro filho, sendo que utilmente queira defender a corôa e a cabeça do sobrevivente...

«Que destino!»

Era certo... destino triste, e que era o phantasma negro a perturbar não só a alma d'um rei inexperiente e sem forças para reagir a conselhos, como a d'um povo, a adivinhar a republica feita pelos monarchicos, a debater-se e a accusar o throno, elle, povo, que a sonhava feita pelos republicanos.

Indeciso destino esse e extranhas conjecturas a martellar em cerebros desconhecedores de a quanto poderia conduzir a tara ambiciosa que abrangia, em descommunal grupo, a politica do seu paiz, do antigo e glorioso reino, prodigo em feitos, soberano pelo nome grande...

Mas, a doutrina fradesca era de flagrante influencia...

A cleresia, mais forte do que o rei, macommunava-se quasi contra elle, embora D. Manuel, deixasse seguir, mares fóra, como documento authentico de previlegios sacerdotaes, a nota extranha da nomeação d'um bispo, que a India citava no mez seguinte como acto de exagerada submissão:

«Muito Santo em Christo Padre e Muito Bemaventurado Senhor. O Vosso devoto e obediente Filho Dom Manuel II, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, d'aquém e d'além mar em Africa, Senhor da Guiné e da conquista, navegação e commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India, et caetera, com toda a humildade Envia beijar seus Santos Pés. Muito Santo em Christo Padre e Muito Bemaventurado Senhor. Tendo o Reverendo Arcebispo Primaz, Patriarcha das Indias Orientaes, feito subir á Minha Prezença, em sete de junho ultimo, o termo de proposta para Bispo da Diocese de Mangalore, o qual lhe havia sido communicado officialmente por via do Arcebispo de Bombaim, Metropolita da referida diocese, para os effeitos da apresentação que a Vossa Santidade Me compete fazer nos termos do artigo setimo da concordata celebrada entre Portugal e a Santa Sé e assignada em Roma em vinte e tres de junho de mil oitocentos oitenta e seis; Apresento a Vossa Santidade para Bispo da sobredita diocese de Mangalore o padre Paulo Perinni, S. J., inscripto em primeiro logar na mencionada proposta. Muito Santo em Christo Padre e Muito Bemaventurado Senhor. Nosso Senhor por longos annos conserve a Pessôa de Vossa Santidade em seu Santo Serviço. Escripta no Paço das Necessidades em onze de julho de mil novecentos e dez. «Muito Obediente Filho de Vossa Santidade — Manuel, Rei (com rubrica e guarda) — José Ferreira Marnôco e Sousa».

Ante isto, pela base caiu o protesto do ministro de Portugal em Paris, conde de Sousa Rosa, contra o artigo do «Matin».

A propria imprensa estrangeira deu depois curso largo á portaria, com commentarios que a D. João III, o rei inquisidor, não desagradariam...

Foi na conjunctura da discussão dos artigos do «Matin», que o presidente do conselho, Teixeira de Sousa, discursando em 26 de julho no Centro Politico Regenerador, varria as accusações que lhe eram feitas, enviando-as aos monarchicos do «bloco», ou fôssem, progressistas, nacionalistas e franquistas:

«Saudava o regresso ás fileiras do partido de tantos elementos politicos valiosissimos que d'ellas andavam arredados, significando essa reintegração, além do que representava de affecto pessoal para com o orador, a confiança que a esses homens notaveis merecia, em face da causa publica, o governo. E' falsa a atoarda de que houvesse, como chefe de governo, ou do governo qualquer entendimento, de qualquer especie, com o partido republicano, ou com a collectividade d'esse partido, ou com quaesquer ou qualquer dos seus membros. E' falsissimo. Dil-o a todo o paiz, a todo, e bem alto. E' monarchico convicto, hoje, como sempre. Ha de combater, eleitoralmente, quanto em si caiba, os republicanos. O que, porém, não o fará, é com violencias, com fraudes eleitoraes, com arbitrariedade, com deshonestidades que conspurcando homens desacreditam o regimen. Combate-os e combatel-os-ha, mas legal, honesta e honradamente. E essa é a attitude que toma para com todos os outros seus adversarios. Repudia energicamente, pois, a falsissima accusação, de que tenha tido ou tenha entendimentos de qualquer ordem com os adversarios do regimen. Se alguem provar o contrario, que o considere um homem deshonrado. Vae entregar totalmente, com todos os seus segredos, a eleição do districto de Lisboa, completamente, ás commissões eleitoraes. Esses falsos monarchicos que o accusam a elle, orador, de deslealdade para com o regimen, são os que formaram o bloco, provocando a divisão dos eleitores monarchicos afim de fazerem vingar mais candidaturas republicanas nos circulos do primeiro districto do paiz e com a certeza previa de que assim não trariam, elles, falsos monarchicos, nem um só deputado por Lisboa, mas calculando — e n'isso se enganaram — que fariam victoriar mais candidaturas re-

publicanas pela capital. Esses falsos monarchicos, que o accusam a elle, orador, de entendimentos com republicanos, são os que atacam nos seus jornaes a Corôa, quando esta não lhes conceda o poder, são os que pelas suas campanhas mais preparam o meio moral em que se desenvolveram os acontecimentos tragicos de 1908; são os que por essa ocasião accusavam a elle, orador, de trahir os sentimentos liberaes, por, apesar da dictadura, manter sempre as mesmas relações de respeito e de cortezia para com o chefe do Estado! O governo não conquistou o poder por ameaças, nem por intrigas, nem por solicitações. Jura-o. A sua lealdade de chefe de partido, foi tal que, não só indicou dois nomes a el-rei, quando o soberano a isso o convidou, para presidentes de gabinetes que pudessem dispensar a dissolução das camaras, como até a esses homens publicos, offereceu incondicionalmente todo, absolutamente todo, o apoio do partido regenerador. Nunca ameaçou a corôa, nunca intrigou, nunca pediu o poder. Nunca.»

Salvar tentou o conselheiro José de Azevedo, ministro dos negocios estrangeiros, o extranho e publico combate de monarchicos contra monarchicos e veio empoeirar o incidente d'esta fórma:

«Se com eloquencia se podessem vencer as eleições de Lisboa o inimigo tinha de se retirar. Mas como não é com discursos que a eleição se ha de ganhar, é preciso trabalhar e proceder. «Não vale para o seu partido senão o que valem vinte e tantos annos de dedicação. Felizmente, juntou durante esses vinte e tantos annos o bastante para que agora, chegado ao poder, saiba o que o paiz precisa dos seus esforços. A monarchia não está em perigo, mas tem inimigos, e, esses são justamente os que se dizem seus amigos. Quem combate o governo não são os progressistas nem os nacionalistas. E' uma forte reacção de longe dirigida e vigiada. A victoria d'essa reacção seria a perda da patria, não haveria mais liberdade. Essa reacção é quasi invisivel e para o governo é intangivel. Quiz Deus que fizesse parte do gabinete composto de homens que, como elle, sabem quanto n'este momento historico é delicada a sua missão. O partido regenerador é o anteparo da monarchia. Confio em que assim o quer Deus que representa a eterna justiça».

De nada serviu comtudo o desmentido ás palavras de Teixeira de Sousa, pois o futuro a este daria razão.

A attitude apparente do governo causava mal-estar nas fileiras republicanas, e estas agitavam-se, pondo como escudo ás suas proprias intenções, falsas intentonas clericaes.

O presidente do conselho, simulando acreditar nas insinuações, fazia renascer o regimen preventivo em terra e mar, trazendo aos navios de guerra um regimen de licenças a bordo, assim officiosamente descripto:

«Commandantes e immediatos — Os commandantes e immediatos, sendo officiaes superiores, irão a bordo dos seus navios todas as vezes que julgarem conveniente para o desempenho dos deveres dos seus cargos, devendo, porém, cada um pernoitar a bordo duas vezes por semana, pelo menos. A majoria general regulará o serviço dos officiaes superiores de modo que haja sempre um official superior de serviço ao porto. Quando houver no porto menos de tres navios entram na escala d'este serviço, no numero que fôr necessario, os commandantes ou immediatos dos navios em meio armamento. Officiaes — As tres divisões, rendidas ás 11 horas dos dias uteis, retirando os que sairem de divisão, terminados os exercicios ou quando pelo commandante sejam dispensados; e devendo comparecer a bordo em dias uteis os que estiverem de folga desde as 11 horas até que terminem os exercicios ou pelo commandante sejam dispensados. Aos domingos, dias santificados ou feriados as divisões são rendidas ao meio dia, retirando a divisão que sae logo que a outra chegue a bordo. Nos cruzadores em que ha 5 tenentes ou menos será o serviço detalhado de modo que haja sempre a bordo, quer de dia quer de noite, 2 officiaes de marinha, incluindo o commandante ou o immediato. Estado menor.—A 3 divisões. Entra a bordo ás 3 horas e meia da manhã, a divisão de serviço, e nos dias uteis a de folga que retirar meia hora depois da saida dos officiaes com a divisão que sae de serviço. Aos domingos, dias santificados e feriados é dispensada a comparencia da divisão de folga e a sair de serviço retira a seguir á divisão dos officiaes. Praças — Serão divididas em dois quartos. Do quarto de folga as praças da 1.ª e 2.ª classes de comportamento pódem

ter licença todos os dias; as de 3.ª classe de 4 em 4 dias e as de 4.ª classe de 8 em 8 dias. Esta licença será desde as 3 e meia nos mezes de outubro a março e desde as 4 e meia de abril a setembro até á meia noite ou até ás 8 horas da manhã seguinte ás praças que o desejarem. As praças da 3.ª e 4.ª classes do quarto de folga pódem tambem ter licença n'alguns d'outros dias que os commandantes ou immediatos lh'as quizerem conceder, quando o mereçam, mas só até á meia noite. As praças com licença nos domingos, dias santificados e feriados pódem ir para terra a seguir ao estado menor. A's sextas-feiras todas as licenças recolherão á meia noite. Nos navios escolas a ordem do começo d'estas licenças será dependente do respectivo horario escolar. Quando haja trabalhos extraordinarios ou accumulação de serviço excepcional poderá o commandante, sob sua responsabilidade, dispensar de pernoitar algum pessoal da especialidade a que esses trabalhos ou serviços digam respeito».

Parecia renascida a antiga epoca de 1870. Como então, de novo se falava em lances militares, e se não figuravam ali, por mortos, os vultos principaes do reinado de D. Luiz, appareciam os altos democratas reivindicando ideaes novos em nome d'um povo avido de governar.

Novos boatos de revolta assignavam pois os meados de Julho.

D. Manuel estava ainda no Bussaco, despreoccupado, julgando-se longe d'uma tentativa contra elle.

Era triste, vêr essa creança, sem conhecer o perigo, fazer longas travessias em automovel e a pé, passear até pela matta, n'uma quasi solidão, desconhecendo os olhares que ás vezes o seguiam, o piar do mocho sinistro que reboava pelo arvoredo copado e mysterioso do Bussaco.

Quando para ali foi, o governo enviara quarenta policias, varios agentes da secreta, uma força de infantaria, um destacamento de cavallaria e como vigilante especial junto do rei, o tenente João Feijó Teixeira.

Mas o que seria isso ante a fatalidade dos acontecimentos!

Fez o governo renascer prevenções, embora desmentisse os receios. Justificados eram elles.

O Directorio, ao conhecer o relatorio secreto da missão ao estrangeiro, incrementou os preparativos para o movimento, havendo divergencias apenas sobre se elle exclusivamente civil, ou militar com o auxilio de civis, o que ficou assente.

Manobrando com actividade, a carbonaria preparara tudo para a saída da revolução em 15. João Chagas, reunindo, diariamente, militares no escriptorio da redacção do seu pampheleto «Cartas Politicas», na rua do Arco de Bandeira ou dos Sapateiros, dava o seu trabalho por concluido. O official da armada 2.º tenente Carlos da Maia, já participara no Directorio Republicano, ao dr. José Barbosa, a agitação latente da marinha, anciosa de sair para a rua.

Pouco antes, em 14 de Julho, por alvitre de Machado Santos, reunia-se em sessão magna o Gremio Lusitano, aggrupando mais de mil maçons e ante os quaes, o dr. José de Abreu, esmiuçava o andamento dos trabalhos conspiradores, suscitando-se ainda as difficuldades financeiras para levar a effeito a revolta.

De tudo nasceu a eleição d'um nucleo secreto, a Commissão de Resistencia da Maçonaria, com o dr. José de Castro grão-mestre adjunto da Mac. ·. e dr. Miguel Bombarda, iniciador n'essa hora na C·. · P·. ·; almirante Candido dos Reis, José Cordeiro Junior, Vig. ·. da loj. ·. Acacia; Francisco de Almeida Grandella; Machado Santos, presidente da «Alta Venda» da C·. · P·. ·, e membro da loj. ·. Mac. ·. «Montanha». Antonio Maria da Silva, vice-presidente da mesma Alt·. · Vend·. ·, Simões Raposo, Ven. ·. da loj. ·· Solidariedade, e Martins Cardoso, Ven. ·. da loj. ·. Acacia, que conduziram o Directorio do Partido Republicano a dar mais largo incremento aos seus affazeres revolucionarios e monetarios, visto os escassos recursos da Carbonaria.

Ao passo que esta manobrava incessante, a Maçonaria com o Directorio, reuniam-se, em locaes diversos, como a séde do Gremio Lusitano, o Club dos Macavenkos, de que fazia parte o almirante Ferreira do Amaral, a casa de Francisco Grandella e o escriptorio de João Chagas, na rua do Arco de Bandeira, 104, 1.º andar. Confiada a direcção dos elementos civis, ao dr.

Antonio José de Almeida e a dos militares, em grande parte ao almirante Candido dos Reis, os revolucionarios designaram a revolução para 15 de Julho.

Na vespera houve reunião de conjurados, na Cordoaria Nacional, onde tinha residencia, o capitão de fragata Fontes Pereira de Mello, inventor do submarino do mesmo nome, official trazido aos comités pelo grão-mestre da Maçonaria, dr. Magalhães Lima, que egualmente trouxera o coronel de artilharia Francisco de Salles Ramos da Costa, que aliás a convite do conselheiro Pimentel Pinto, trabalhava pelas eleições regeneradoras, na villa de Alcochete.

Do concluio d'essa noite, em que a colonia franceza celebrava ruidosa a data celebre da tomada da Bastilha, faziam parte, o almirante Carlos Candido dos Reis, Machado Santos e o capitão de artilharia 1 José Affonso Paula, trazido ás conspirações pelo proprio capellão do regimento, padre Elysio de Campos.

Analysaram-se situações.

Contando com regimentos, infantaria 16 e artilharia 1, o official revolucionario, commissario naval Machado Santos, convidara antes na séde da Maçonaria, o antigo capitão de fragata, Alvaro de Oliveira Soares de Andreia, para assumir, no momento preciso, o commando do primeiro d'aquelles regimentos. N'essa hora porém, esse pacto olvidou-se. As intenções haviam mudado e Machado Santos, combinava com José Carlos da Maia, a saída da marinhagem sob o commando d'este, indo elle sublevar artilharia 1 com a qual occuparia as terras de Eduardo VII, pelo plano approvado na Alta Venda da C∴ P∴.

Esse projecto accentuou-se e ao olvido de Julho, seguir-se-hia a ideia de Machado Santos de ir, propriamente, buscar o regimento de infanteria 16.

Todo esse plano transtornado, sobre infantaria 16 a publico viria mais tarde, commentado, nos seguintes trechos (*) de Soares de Andrea:

«E voltando, sr. director d'«A Alvorada», ao almirante Reis,

(*) *A Alvorada*, de 30 de Abril de 1912 = Supplemento ao n.º 12 do anno I.

porque o que a mim diz respeito ahi lh'o envio juntamente, mas em carta separada, cuja copia fica em mão segura, tenho a confirmar-lhe que em meiados de julho de 1910, quando se pensava pôr a Revolução na rua, fui convidado no Gremio Lusitano pelo sr. Machado Santos a ir tomar o commando de infantaria 16, «sem mais nenhum official», declarando-me esse senhor «que estavam resolvidos a dispensar da revolução tanto o almirante Reis, por que não se determinava a lançar a revolução com os elementos que havia, que se consideravam poucos, como tambem o capitão de fragata Fontes Pereira de Mello, porque era todo de methodos e de pontinhos (sic) e nunca se resolvia a actuar». Além de que, dizia-me o sr. Machado Santos que a Alta Venda da Carbonaria se contentava com um official superior para chefe, como se havia feito no revolução da Turquia. Eu declarei que acceitava ir tomar o commando do 16 de infantaria, contanto que me prevenisse com antecedencia precisa para eu preparar o lance com probabilidades de exito, mas que entendia que tanto o almirante como o sr. Fontes não deviam ser lançados á margem e que a lealdade mandava prevenil-os do movimento embora á ultima hora. Então tudo o projectado gorou e ficou adiada a Revolução, para a qual se considerava, e eu tambem o considerava, factor indispensavel a reunião dos tres crusadores no Tejo, a qual só se veiu a realisar outra vez em fins de setembro de 1910 como se sabe e ha muita coisa que ainda se não sabe.»

Esse proposito, parecia evidentemente existir e o proprio commissario naval Machado Santos, diz no seu relatorio, parecendo esquecido da officialidade que já muito anteriormente com elle cooperava:

«Quando as perseguições ás associações secretas estavam no auge, havia combinado com elles um acto energico para libertar os prisioneiros, fazendo-lhes comtudo ver que o unico official que tinham para os commandar era eu.»

Cumpre porém registar — embora, embora n'este momento parcimoniosamente — que o almirante Reis e até o capitão de fragata Fontes foi sempre dado como assistente ás reuniões preparatorias d'onde sahiram datas para as diversas tentativas.

De pé estava a adhesão das loj.·. «Acacia» e «Montanha». Havia adeptos na propria artilharia de Queluz, baluarte realengo; no estado maior, no campo entrincheirado, e até na fabrica da polvora, onde o coronel Correia Barreto, sempre julgado affecto á familia real, se mantinha ao lado da rebellião. Havia tambem os estudantes militares que reunidos na tarde de 15, no Jardim Botanico, resolviam collocar-se ás ordens do almirante Reis, offerecendo-se até para procedimento isolado, o que o official revolucionario se via forçado a contrariar, commovido e notificando-lhe o addiamento:

— «E assim se perde este povo! O que os senhores me dizem agora, já m'o repetiram hoje dezenas de creaturas!...»

Deviam esses estudantes, constituir um batalhão, armado com carabinas Mausers-Vergueiro e sob o commando dos tenentes Helder Ribeiro e David Ferreira. As munições ser-lhe-hiam fornecidas pelo comité, que as faria conduzir em automovel á Escola do Exercito, servindo a chegada do vehiculo para o signal de levantamento, a assignalar pelo arrombamento da casa das armas, e a concluir pela prisão de officiaes e alumnos desaffectos á causa da revolta.

Contrarios só havia os corpos de cavallaria, que se desaggregavam dos factos a succeder, e apodados de thalassas, e ainda infantaria 2, facto que se comprovou no dia 5 de Outubro, em que esse regimento teve de ser destroçado.

Na tentativa de Julho, o commando de caçadores 5, caberia ao tenente de caçadores 6, Pires Pereira, que na revolta final, a de Outubro, seria substituido pelo capitão Carvalhal Henriques. Na armada, o «D. Carlos» estava inhibido de secundar, por falta de officiaes, estando a acção apenas a cargo superior dos 1.os sargentos João Duarte e Gilberto Fastio Nos civis, o plano da distribuição de grupos fôra confiado ao revolucionario Simões Raposo.

Avaliado tudo, vinham os desanimos, trazidos por uma carta do coronel Francisco de Salles Ramos da Costa, alvitrando o addiamento ante indecisa attitude de caçadores 2, onde Machado Santos dava aliás quasi toda a officialidade por republicana, e por opinião do capitão Palla, que não achava os elementos liga-

dos e bem constituidos, estabelecendo ainda a falta de um regimento de infantaria que appoiasse artilharia 1, visto a escassez de armas para os civis.

O almirante Reis, deu a nota do desespero, querendo passar sem aquelle regimento, e ás vezes convencer-se de que a indecisão não era verdadeira.

Como nos fins de 1907, em plena dictadura franquista, Candido dos Reis, chefe militar da revolução, julgada defficiente a adhesão do exercito, queria levar a effeito a tentativa com o povo e a marinha.

Demoveram-no.

Porém, abalado estava o throno que julgava tudo fiel: o rei, a creança, cheia de esperanças, sem maculas e apenas com a herança dos desperdicios paternos, tudo estava collocado sobre alicerces ficticios.

A attitude do regimento, não significava lealismo monarchico, e o grão-mestre adjunto da Maçonaria, dr. José de Castro, fazia notificar a propria opinião d'aquelle a quem estava confiado o commando d'esse nucleo, o tenente coronel André Joaquim Bastos, o qual o dava como republicano, mas não convindo trazel-o já para a rua.

Anteriormente já André Bastos, junto do almirante Reis e do revolucionario Fernão Botto Machado, promettera não se oppôr a qualquer movimento, não sahindo comtudo em acção inicial, unindo-se aos republicanos logo que o governo mandasse sahir o regimento contra os revoltosos.

Machado Santos, da opinião de Candido dos Reis, dava tudo por bem organisado e o primeiro justificava o pessimismo do capitão Palla, com a ignorancia dos trabalhos, visto a sua ausencia em Malhada Sorda, onde o fôra buscar o commerciante David. (*)

Porém o addiamento sahiu da reunião, onde para mais vinha o aviso da descoberta do segredo, trazendo logo alvoroço e dispersão de elementos.

(*) «A Revolução Portugueza» — Relatorio de Machado Santos. Pagina 50.

Nas ruas havia grupos espalhados, anciosos do voto do conselho revolucionario.

Machado Santos, abandonando-o, avisava do contratempo o revolucionario José Madeira, que esperava na Junqueira a ordem tendente á sahida dos revoltosos de Alcantara, do corpo de marinheiros e de infantaria 2.

A má nova, recebida com desesperos, que se repetiam n'essa madrugada de 15 de Julho, no largo de S. Roque, onde Machado Santos, com o carbonario e redactor da «Lucta» Amandio Saraiva Junqueiro, iam desvanecer as anciedades do 1.º fogueiro, Manuel Joaquim, «o França», e artilheiros José Malta, João Carvalho e Carlos Cadete, da guarnição do «S. Raphael» que sublevariam como meio de pôr termo á sahida do cruzador marcada para essa manhã.

Quizeram até suicidarem-se os marinheiros, desistindo apenas ante a promessa de movimento breve, o ainda mallogrado «19 de Agosto».

O governo, por seu lado, era informado de todos os passos revolucionarios, excluindo, porém, o do addiamento.

Estava reunido o conselho de ministros, em 14 em casa do conselheiro Teixeira de Sousa, quando um amigo lhe participou o projecto, ou fosse a revolta em Lisboa, a 15, e aproveitando as primeiras indecisões e o corte de communicações, o anniquilamento das forças do Bussaco, seguido da prisão do rei.

A despeito do aviso legado pelo governo que substituiu, Teixeira de Sousa, não acreditou, reproduzindo as duvidas da revolta de 28 de Janeiro e a ignorancia, ás 9 e meia da noite — hora a que ia ao paço real — de 1 de Fevereiro de 1908, do local onde estavam os cadaveres de D. Carlos e de D. Luiz Filippe, que toda a gente sabia depositados no arsenal de marinha, rodeados de palacianos e politicos.

Comtudo, era grande a responsabilidade da inercia ante a prevenção cathegorica do informador e, duvidoso sempre, o chefe do ministerio, voltava á sala do conselho onde communicava o aviso, fazendo logo participação telephonica para o juizo de instrucção, para as prevenções e vigilancias sem alarme.

O ministro da guerra, José Nicolau Raposo Botelho, telegra-

phava immediatamente para Coimbra, ao commandante da 5.ª divisão militar, general de brigada José Augusto Nogueira de Sá, determinando-lhe a immediata remessa para o Bussaco de toda a cavallaria disponivel, que devia acompanhar, e o estabelecimento do serviço de rondas especiaes, e prevenções, tudo cumprido e ennunciado no seguinte telegramma cifrado remettido á secretaria de guerra:

«Sua Magestade, a quem tive a honra de cumprimentar, está excellentemente disposto e satisfeito. Ainda hontem deu um passeio de mais de 100 kilometros, passando á tarde por Coimbra. Visitei attentamente as installações de infantaria e cavallaria, onde encontrei o maior asseio, quer nos aquartellamentos, quer nas proprias praças. Os officiaes são todos da maior confiança, caprichando tanto e tão persistentemente nos serviços, que teem conquistado os louvores de El-Rei e de toda a sua comitiva. A alimentação é boa. A matta é rondada durante a noite por patrulhas dobradas, que descem do Paço e seguem os varios caminhos até onde o permitta a escuridão das noites, porque onde começa o perigo da marcha para cavallos, encontra-se sempre a policia civil, que se espalha pelos sitios mais escuros. As rondas a cavallo começam ás 8, as de infantaria ás 10. A tranquillidade é absoluta. O Paço, o quartel onde mandei sempre pernoitar um official, estão ligados por communicações telephonicas. O capitão e o 3.º subalterno frequentam successiva e constantemente os varios aquartelamentos. A cavallaria, que retira de Leiria para o Luzo, encontrou tanta difficuldade em wagons para embarcar, que chegou a receber ordens de marchar em duas etapes pela via ordinaria. Tarde, porem, poderam transportar 16 cavallos que chegam hoje mesmo, devendo chegar os restantes ás 9 horas da manhã. E' o tenente Calheiros que deve commandar este destacamento, rapaz um tanto ardido, valente e de uma provada confiança. Conheço o».

Na capital, e em segredo, estava o commando da força publica já entregue ao poder militar, isto é, ao commandante da divisão, general Manuel Raphael Gorjão.

A policia judiciaria vigilava attenta em Lisboa, e no Bussaco, fôra a chefia confiada ao agente Branco, que n'um re-

latorio datado de 17 de Julho dava a nota das precauções tomadas:

«Informo V. Ex.ª que hoje correu tudo muito bem. Sua Magestade foi de manhã tomar banho ao Luzo, de tarde passeou a pé pela matta, á noite esteve no salão do Grande Hotel ouvindo musica, recolhendo ao chalet ás 11 horas da noite; em seguida foram fechadas as portas No interior do Chalet, junto aos aposentos de Sua Magestade, permanecem dois guardas da policia preventiva. No exterior, postas ás portas, 3 sentinellas de infantaria, 3 guardas da policia de segurança, e rondam a matta 2 patrulhas de cavallaria e 2 guardas da policia preventiva. Junto ás sentinellas está sempre um official do exercito e a força que descança está muito proxima do chalet. Por tudo que exponho creio que V. Ex.ª deve estar tranquillo e convencido de que são rigorosamente cumpridas as ordens de V. Ex.ª».

Em Lisboa, assignalava a judiciaria, numerosos grupos espalhados pela cidade e que desappareceram pouco depois, sem que ella soubesse a causa.

Eram os effeitos da transferencia.

A politica inconsciente, tomára já posse do caso e assim veremos o governo, que sabendo perfeitamente de onde partia o golpe, dos republicanos, fazia constar que os intentos eram da reacção.

O «bloco», conhecendo eguaes intenções, fazia dos projectos questão politica e condemnavel e tomando o rei como barreira ás suas intenções negras e absoluta inconsciencia, accusavam o governo de querer metter medo ao soberano para effeitos clericaes.

Iam as culpas á cleresia, attribuindo-se-lhe desejo de derrubar o gabinete, para formar um outro, de força e os republicanos, vendo falhar os planos, devolveram aos padres as insinuações da revolta que estes lhes faziam com dados certos, citando-lhe, com desembaraço, o Bussaco, como o local onde se operaria o acto, pela primeira vez posto em pratica, do rapto d'um rei, D. Manuel, logo levado para fóra de Portugal, emquanto se proclamava a republica.

Sorrindo, á Machiavel, crivando de settas os clericaes sob a

accusação de conspiradores, os republicanos forçados foram a addiar porem os seus intuitos anti-dynasticos, reservados para melhores auspicios. A rainha, dissimulando os seus receios, annunciava uma visita ao sanatorio da Guarda, d'onde seguiria para o Bussaco, a visitar seu filho.

Teixeira de Sousa, envolvido nas malhas das suas promessas quando longe o poder e da vontade de bem servir o rei, antes de optar pela primeira parte, a que teria de recorrer, tentou a segunda, com effeitos de equilibrio entre aquellas contingencias.

Appressado se dirigia ao Bussaco (25 de Julho) procurando ali obter de D. Manuel longe das vistas maternas, concessão de amnistia por crimes politicos e associações secretas, em conformidade com a doutrina expendida pelo Tribunal da Relação.

Contrariada pela rainha-mãe, que declarava a Teixeira de Sousa o desagrado á amnistia, que significava a reentrada em Lisboa dos revolucionarios dispersos no estrangeiro, contrariada pelos outros partidos, os regeneradores sentiam falhar-lhes o terreno sob os pés.

Fallavam assim os regeneradores liberaes:

«Ao que parece sempre vae por diante a ideia da annunciada amnistia e nas condições a que já se tem referido os jornaes. Achamos optima essa repetição do concertante do «Ernani». Achamos optima. E tão optima mesmo que, como monarchicos convictos e subditos fieis, não hesitamos em fazer aqui um pedido. Esse pedido é que nos seja depois cedida para um museu que estamos organisando, a penna com que El-Rei assignar a amnistia aos que conspiraram contra a vida e contra o throno de seu pae, o fallecido rei D. Carlos. Temos muito empenho n'essa penna e esperamos que o nosso pedido seja satisfeito.» (*)

Os progressistas estabeleciam mais directo ataque, com accusações que eram apenas boatos certeiros, sob o titulo de «Em vez de sceptro, canna verde»:

«Não existe governo em Portugal, apenas uma sombra; alguma coisa de apagado, de deluido, que é como uma miragem.

(*) *O Correio da Manhã* de 19 de Julho de 1910.

A refracção social mostra-nos o poder, mas o poder realmente é uma illusão, porque a realidade é que em vez de ministerio, temos um grupo de servos, accorrentados ás galés da demagogia. O governo da monarchia está nas mãos dos republicanos. Elles ainda não implantaram a republica e já mandam; a monarchia ainda não cahiu e já abdicou. O governo tornou o systema constitucional uma ficção. O sr. Teixeira de Sousa que blasonava de forte, homem para commandar homens, transmontano de fibra rija, surge-nos como um triste boneco de sabugo, girando ao sabor do cordel republicano, fazendo a mais grutesca das figuras, sem personalidade, sem vida, sem existencia.

«Os republicanos mandam. Os republicanos são senhores. E humildemente, rasteiramente, o sr. Teixeira de Sousa e o seu nefasto governo se agacham, promptos a cumprir as ordens, a satisfazer as exigencias, talvez, a adivinhar os caprichos. O sr. Teixeira de Sousa, prometteu a amnistia levianamente, imprudentemente, criminosamente. Prometteu, tem de cumprir. O sr. Affonso Costa o disse, ameaçando na sua costumada farronca, sempre grossa e sempre imperiosa. «Ou o governo faz... ou então... ai d'elle!»

«Assim clamou o caudilho bravo, que na sua bravura não hesitou em sorrir-se (*sic*) de cartas roubadas, porque só a uma coisa attende — fazer réclame á sua personalidade. E assim clamou e assim conseguiu o servilismo obediente e prompto do governo de sevandijas e piratas que para desgraça da patria e para desgraça da monarchia, assaltou na «caravella dos incendios a Nau do Estado». E d'esse servilismo resultará nem mais nem menos, do que alcançar d'El Rei, pobre moço ludibriado e explorado na sua honesta boa fé, a amnistia que é a maior de todas as vergonhas politicas, porque é a transigencia, a humilhação, a covardia, a propria abdicação da dignidade do poder e do Estado deante dos seus inimigos. A ultima covardia. Tão grande que não ha palavras que possam definir a indignação que tal acto vae causar no paiz. Os republicanos recebem com a amnistia uma precisa indicação. El Rei está á mercê, podem enxovalhal-o com todas as injurias, com todas as calumnias. A humanidade, acima de toda a dignidade do Estado, aconselha bene-

volencia, por isso de mez a mez deve haver uma amnistia. A' bofetada na face, ao enxovalho, manda o sr. Teixeira de Sousa que El-Rei offereça a outra face, porque os republicanos amnistiados hoje, farão amanhã peor e teem a certeza da impunidade. O sr. Teixeira de Sousa quer tirar ao rei o sceptro e metter-lhe na mão — a canna verde!»

Por seu lado a Liga Monarchica, registava n'uma sessão celebre de 21 de Julho, as phrases do director do «Liberal», (*) dr. Alexandre de Albuquerque:

«Quem devia marcar no partido republicano é a «Lucta», onde escrevem homens honestos, mas não é assim, quem marca e dirige é o «Mundo».

. . . .

«Antes mentir ao rei do que ao povo; ao rei, pode perder-se um homem; ao povo, póde perder se uma patria».

Assim fallavam progressistas, esquecendo velhos ou recentes maus passos do seu partido.

O combate á amnistia proseguia, e mais tarde os republicanos, quando ella lhe era indicada, justificavam os receios anteriores dos monarchicos:

«Tem-se falado na imprensa na possibilidade de conveniencia ou inconveniencia de se conceder uma amnistia por occasião do primeiro anniversario da proclamação da Republica. E' claro que nós somos absolutamente contrarios á ideia, que parece ter adeptos, de se amnistiarem os que teem conspirado e conspiram contra as instituições vigentes. Só poderiamos admitil-a nos termos em que ella era proposta no projecto chamado dos conspiradores, abrangendo apenas os assalariados inconscientes. Mas não ha perigo de que essa amnistia se faça, porque constitucionalmente nenhuma se pode fazer no momento actual, com as Camaras fechadas. A concessão da amnistia é da competencia privativa do Congresso da Republica, artigo 26.º, n.º 18. O Presidente da Republica só póde indultar e comutar penas — artigo 47.º, n.º 9 — exercendo essa attribuição por intermedio dos ministros — art. 47.º, n.º 8. O que póde pois haver é ape-

(*) «O Liberal», de 28 de Julho de 1910.

nas indulto e comutação de pena; e é claro que, se o Presidente da Republica exercer essa atribuição, ella só poderá ser bem recebida pela opinião, mas em nenhum caso aproveitará aos conspiradores, porque estes estão ainda por julgar, comquanto se não perceba bem a razão d'esta longa demora.» (*)

Qual a attitude republicana? A de desassombro, quasi a de franqueza, mostrando o jogo arriscado dos contrarios em conselhos claros, onde a ameaça surgia nitida, impressiva.

Não deve a historia repudiar esses documentos, bem seus, pois a auxiliam na sua missão indestructivel de citar, sem temor e com justiça, os successos que formam o seu conjuncto.

Vejamos pois a orientação democratica:

«A guerra que «prediaes, thalassas» e clericaes estão movendo contra a projectada amnistia dos «crimes» politicos e de imprensa, é a mais indecorosa e vil manifestação de rancor, a que temos assistido n'este paiz. Facções politicas que teem aproveitado d'outras amnistias em circumstancias de menos as merecerem, porque não são muito dignos de perdão os espancamentos e outras brutalidades, com que alguns caciques e galopins téem precedido o roubo das urnas eleitoraes que não conteem a sua victoria; jornaes que teem sido amnistiados em seguida a campanhas violentas contra os governos e a ataques pessoaes ao chefe do Estado, como tantas vezes succedeu no reinado de D. Carlos, sem que taes excessos fossem inspirados por um civismo mais exaltado ou por um patriotismo mais apaixonado, mas unica e exclusivamente por uma ambição mais insoffrida e mais desmedida; bradam, n'este momento, em côro, contra a concessão da amnistia politica, que viria beneficiar apenas umas dezenas de obscuros cidadãos, que nenhum acto violento perpetraram, aos quaes não foi sequer encontrada qualquer arma, nas buscas effectuadas nos seus modestissimos domicilios nem qualquer documento que os comprometesse, e contra os quaes não chegou ao menos a obter-se material juridico indispensavel para justificar e legalisar as suas condemnações, conforme o evidenciou flagrantemente o recente accordão unanime da Relação de

(*) «O Mundo» de 29 de Setembro de 1911.

Lisboa. A amnistia viria beneficiar tambem alguns jornalistas republicanos, que no uso da liberdade de imprensa não attingiram ainda as incontinencias a que chegaram os jornaes das actuaes opposições monarchicas colligadas, tanto na apreciação dos actos e das pessoas dos ministros e dos membros d'altos tribunaes, como do proprio rei e até da rainha sua mãe, obscenamente tratada por uma folha immunda subsidiada pelo cofre da policia secreta, com grande satisfação e gaudio das gazetas clericaes e das que lhes vão na peugada. Estas vozes que não chegam ao ceu, não devem tambem chegar lá acima, onde a clemencia faz de remate da cupula elevada do nosso edificio social. Porque semelhantes vozes não são as do Direito, da Razão, da Verdade e da Justiça, mas as da intriga mesquinha e reles, as da inveja que se morde, as do odio que espuma, as da vingança que não se prende a escrupulos e que não conhece limites. Se D. Pedro IV, vencidos os «prediaes» os «thalassas» e os clericaes que acompanhavam D. Miguel I e d'elle fizeram um rei abominavel, tivesse procedido com a deshumanidade que os «prediaes», os «thalassas» e os clericaes d'hoje aconselham a D. Manuel II, essas hordas de bandoleiros politicos de maus figados não mostrariam tanta arrogancia ainda em nossos dias. Mas os liberaes victoriosos que arrancavam a corôa de Portugal da cabeça desvairada de D. Miguel para cingirem a fronte do Rei Soldado, foram generosos e magnanimos. E esse rei constitucional, liberal e anti-clerical, de quem D. Manuel herdou o regio sceptro, por via de D. Maria II, D. Luiz e D. Carlos, excedeu ainda a magnanimidade dos seus companheiros d'armas, o que lhe valeu alguns desgostos que lhe infligiram os mais encarniçados inimigos da tyrania miguelista. Comprehende-se que o sentimento da clemencia não pudesse voltar tão cedo ao coração dos que tinham ainda ante os olhos os espectaculos horrorosos das forcas, das infames sevicias da Torre de S. Julião da Barra, dos espancamentos de velhos, de mulheres e de creanças, dos roubos, das violações, de tantas crueldades e de tantos ultrajes.

«E, todavia, D. Pedro IV com o coração opprimido por muitas ingratidões, ao abrir o parlamento, no dia 15 d'agosto de 1834, incluiu no discurso da corôa estas nobres palavras:

«Expontanea e generosamente se concederam ao inimigo algumas condições dictadas pelas circumstancias e approvadas pela humanidade. E como nunca foi meu animo fazer guerra aos portuguezes, mas sim e tão sómente á usurpação e tyrania dos que estavam opprimidos, concedi ainda, em nome da rainha, uma segunda amnistia, conforme os meus principios e os dictames do meu coração.

«Quarenta dias volvidos sobre estas palavras generosas, o valoroso rei que tinha feito «guerra á usurpação e á tyrania dos que estavam opprimidos», expirava no Palacio de Queluz. Póde em 1910 o herdeiro da corôa de D. Pedro IV exprimir-se por outra fórma? Póde o descendente do rei que guerreou a tyrania dos que estavam opprimidos, recusar em 1910 uma amnistia aos opprimidos, em attenção aos actuaes depositarios d'essa mesma tyrania? D'onde vem D. Manuel? Vem de D. Miguel I, ou vem de D. Pedro IV? Digamos tudo. Este tempo não é para meias palavras. Nós defendemos a amnistia, porque ella se impõe como um acto de moralidade e de dignidade por parte dos altos poderes do Estado, mais do que como um acto de clemencia. E' mais do que uma injustiça, é uma indecencia a perseguição de que estão sendo victimas, alguns jornalistas e algumas dezenas de republicanos ignorados. Estes não fizeram nada: são sómente presumiveis revolucionarios. Mas se a qualidade de revolucionario basta actualmente para justificar qualquer perseguição, então persigam se corajosamente não só esses cidadãos humildes e anonymos, mas tambem aquelles que no parlamento, na tribuna popular, em jornaes e em pamphletos, preconisam a Revolução Republicana, como unico recurso que resta para a salvação da Patria Portugueza, infestada pela pirataria politica e corroida pela gangrena clerical. Então retomemos sem demora o fio da contenda interceptada pela tragedia de 1 de fevereiro de 1908, para que d'uma vez se arrume este negocio que é um negocio sério. E' assim que o governo deve pôr a questão ao rei. O governo deve perguntar-lhe se elle está disposto a contemporisar com a democracia e a ceder sensata e honradamente ou se está resolvido a hostilisa-la e a atira-la quanto antes para a lucta armada. Não tenha ninguem, mas ninguem, illusões so-

bre a situação em que se encontra o paiz. A Liberdade pela qual se bateu D. Pedro IV, e a Reacção pela qual se bateu D. Miguel, estão de novo frente a frente e o triumpho final ha-de pertencer natural, logica e fatalmente á Liberdade: assim foi em 1834 e assim será em 1910, com muito mais fortes razões. Meçam bem o alcance dos seus conselhos, os que incitam o joven e inexperiente monarcha a actos do inclemencia. Esta monarchia reaccinaria e clerical não ha-de durar sempre. Um dia virá em que se voltará o feitiço contra o feiticeiro. E depois não se queixem os rancorosos conselheiros de D. Manuel, se os seus argumentos de hoje forem aproveitados ámanhã.» (*)

A amnistia, porém, não veiu logo. Teixeira de Sousa, regressou do Bussaco, com dois decretos por assignar e o de uma prorogação de eleições e espalhou o boato de que seria discutido o primeiro ainda em conselho, afim de ser publicado depois do acto eleitoral, que a todo o custo se pretendia realisar, no desconhecimento da tremenda derrota destinada ás ultimas eleições monarchicas.

O clero, entretanto, deixando a discussão da amnistia, fazia propaganda eleiçoeira, contraria ao governo, alcunhado de «sete demonios».

No Sabugal um padre de nome Gonçalves Leitão apresentava se a pedir votos, com um Christo no peito.

O alto clero, representado pelo bispo da Guarda, D. Manuel Vieira de Mattos, descia do solio, do mysticismo, para o combate, a sério, contra o ministerio teixeirista, que não ignorava macommunado com os republicanos, avançando para elles, tanto quanto era acossado pelos partidos.

Do paço episcopal da Guarda sahia pois a seguinte historica circular:

«Ex.mo Sr. e presadissimo correligionario: — Não ignora v. ex.a que as perturbações causadas pelos agitadores, na vida politica do nosso paiz, provocaram uma crise, que teve um desfecho bem inesperado, o qual deixou profundamente aggravados os partidos que, intemeratamente e com lealdade, teem comba-

(*) *A Capital* de 28 de Julho de 1910.

tido pelo prestigio das instituições e pelo engrandecimento da patria. Foi chamada ao poder a fracção do partido regenerador, que se assignalára pelos tumultos parlamentares e pelas ameaças, mais ou menos directas, á corôa, e com essa fracção triumpham os elementos desordeiros, que ha perto de tres annos nos não deixam ter paz. O nosso partido considera como uma affronta o vêr á frente do paiz uma fracção que tem sido alliada dos dissidentes e dos republicanos, os dois partidos que fizeram a revolução de 28 de janeiro e cuja influencia na tragedia do regicidio é ainda hoje um mysterio, que factores varios não deixam desvendar. Para repellir esta affronta urge que congreguemos todos os esforços e demos ao governo batalha franca, junto ás urnas, onde a nação é chamada a fazer-se ouvir E' esta a unica resposta condigna; a qual não representa mais do que o uso de um direito sagrado, de que nenhum cidadão livre póde abdicar. Unamo-nos, pois, e vamos para a frente, sem desfallecimentos. Não estamos sós: temos a nosso lado, unidos no mesmo esforço, os partidos progressista, regenerador-liberal (franquista) e regenerador conservador (henriquista) Com estes devemos entender-nos nos varios concelhos e combinar com elles uma acção commum, energica e immediata Pedimos, pois, a v. ex.ª, se digne tomar as providencias que julgar necessarias e prevenir os nossos correligionarios, para que se não deixem surprehender nem illudir pelos manejos dos amigos do governo. Para quaesquer instrucções pode v. ex.ª dirigir-se ao primeiro signatario d'esta, que responderá immediatamente a qualquer pergunta que lhe seja dirigida, e muito nos obsequiava ao accusar a recepção d'esta, dando-nos as informações que julgar convenientes á marcha proficua dos trabalhos eleitoraes, para que um dever de honra nos chama. A hora é de lucta: não haja desfallecimentos. Se trabalharmos unidos, venceremos, decerto, e a nossa victoria será gloriosa. Deixemos a outros a triste gloria de conspirar nas alfurjas e de urdir tramas para expulsar, a tiro, a familia real; nós trabalhamos á luz do dia e por uma fórma que nos honra. A nossa lucta não é contra el-rei, a quem protestamos leal dedicação, é contra um governo que escalou o poder, lançando mão da intriga e da desordem. Luctemos e,

quando as urnas falarem, mostraremos que em Portugal não governa ainda a arruaça e a violencia, mas sim a vontade livre dos cidadãos ordeiros e sinceramente monarchicos. — Guarda, 8 de julho de 1910. A commissão nacionalista districtal — Conego Manuel Barbas Freire, Antonio Joaquim Ribeiro, conego Manuel Antonio Monteiro Limão, conego Manuel Mendes da Conceição Santos, dr. José do Patrocinio Dias (padre).

Prudentemente guardára o bispo o anonymato, sahindo mesmo da diocese, emquanto o governador do bispado, dava o golpe, e o vice reitor do seminario, affecto a D. Manuel Vieira de Mattos, em carta, insinuava aos parochos «ser necessario a todos os deffensores da religião o ataque a este governo, inimigo de Deus».

O bispo, adivinhando em Teixeira de Sousa um liberal, embora forçado, esqueceu que elle era o chefe do partido que o collocára á frente da diocese da Guarda, quando era vigario geral do patriarchado o arcebispo de Mitylene, e preterindo-se até, por instantes rogos junto do conselheiro Hintze Ribeiro, o bispo de Angola D. Antonio José Gomes Cardoso, que ali fallecia victima do clima.

Aprestando-se para o combate, em que aliás o clero iria ás proporções de victima, dava ainda ensejo a nova circular, datada de 3 de Agosto, assignada pelos conegos Manuel Barbas Freire, Antonio Augusto Lopes, João da Resurreição Paiva, Manuel do Nascimento Simão, Manuel Antonio Monteiro Limão, Manuel Mendes da Conceição Santos e Fernando Paes de Figueiredo; drs. Francisco dos Prazeres e José do Patrocinio Dias, padres, Francisco da Resurreição Quelho, Carlos da Paixão Borrego, Joaquim Bernardo de Sousa, Joaquim Antonio de Pina, João da Costa Pôpo, José de Oliveira, José Gonçalves Leitão e Joaquim Duarte Dias, e dr. João Gomes de Carvalho, e onde se suscitava a união de todos os soldados da milicia ecclesiastica convidados a protestar contra a attitude do ministro da justiça.

O governador civil enviava ao ministerio da justiça a circular celebre, emquanto fazia notar ao parocho de Sabugal as suas responsabilidades em qualquer alteração de ordem.

Sabido que um dos signatarios da circular era escrivão in-

terino do juizo apostolico da Guarda, resolvia o governo applicar-lhe justiça, retirando-o d'ali e abrindo concurso para o provimento definitivo do cargo, ao que tentou oppor-se o bispo, telegraphando ao titular da justiça, Manuel Fratel, que, intransigentemente, se negou á suspensão pedida, pelo que o «Diario do Governo» (9 de Agosto) publicou a portaria abrindo o concurso.

N'estas alturas, el rei D. Manuel, sem olhar á verdadeira scisão entre o seu governo e o episcopado, albergava-se em casa do bispo de Coimbra em Carregosa, onde escutou conselhos anti-governamentaes.

Dava-se isso ante almoço episcopal onde o bispo tentou aggrupar elementos politicos.

De convites se esquivava o deputado Arthur da Costa Sousa Pinto Basto, que, solemnisando a estada regia offerecia um jantar a 23 reclusos da cadeia de Oliveira de Azemeis, ao mesmo tempo que, escrevendo ao prelado se affirmava descrente do futuro rei de Portugal que considerava o mais desditoso chefe de estado.

Mais tarde seria o acto considerado como o primeiro passo para a adhesão á Republica, n'essa epocha prevista, nas tentativas varias.

A attitude do deputado, militando nas fileiras regeneradoras mais acirrou contra estas a propaganda energica ou capciosa.

A rêde tecida por Teixeira de Sousa envolvera porém já de tal fórma a monarchia que o monarcha não poude fugir.

A Revolução Portugueza, aguardava apenas o momento propicio para o precipitar do throno, e a derrocada era inevitavel.

*

* *

Questões graves, onde era principalmente attingido na sua vida de familia, o capitão de engenharia Luiz Teixeira Beltrão, suscitou os aprestos de um declarado duello de morte entre esse official e o tenente de cavallaria Francisco Maria Christiano Solano de Almeida.

Na manhã de 28 de Julho se realisava o celebre encontro, a 15 passos, na Quinta de Paya, pertencente ao conde das Galveias e situada entre o Casal Novo e Carnide. Como testemunhas serviram, por parte do capitão Beltrão, o capitão Alfredo Pedreira Martins de Lima e Augusto Candido de Sousa Araujo, e de Solano, Alvaro Cesar de Mendonça e D. José Manuel da

ALMIRANTE CANDIDO DOS REIS

Cunha Menezes. Se os primeiros quatro tiros foram sem resultado, a terceira phase do combate dava o facto de Solano ser attingido na mão direita com esmagamento da phalanginha e phalangeta do quinto dedo e da articulação da phalange com a phalanginha. Não poude proseguir o duello. O ferido agita a mão esphacellada, e da qual se tiveram de amputar dois dedos.

Não se quiz dar por liquidado esse escandaloso successo que levou um official a mutilar outro, de quem era amigo, e a quem recebia em sua convivencia intima, como pessoa de confiança.

Largamente debatido o assumpto, conhecida a intenção de novos duellos até que um dos combatntees deixasse de existir, chegando a haver tentativas para isso em 18 de Agosto, a imprensa e as estações officiaes tiveram de intervir. Vigiados os militares, esmiuçados os lances tristes, o então ministro da guerra Raposo Botelho, longe de resolver *in secreto* o caso, agitava-o com a reunião do conselho superior disciplinar do exercito, composto pelos generaes conde de Bomfim, Pimentel Pinto, Moraes Sarmento, Pimenta de Castro e Almeida Pinheiro, para julgar do successo (2 de Agosto) como fazendo parte em relação a Solano, do artigo 102 § 2.º do regulamento de Justiça Militar.

Dava-se depois (9 de Agosto) a transferencia de Solano, de cavallaria 4 para cavallaria 7, aquartellada na praça de Almeida, indo pouco tempo decorrido, para o estrangeiro, emquanto nos tribunaes civis se iniciava a liquidação da situação particular de Beltrão.

O duello não teve assim a feição mortifera que se queria tentar, mas não deixou por isso de ser um facto celebre.

*

* *

Assignava D. Manuel a 27 uma portaria de alcance, sob o ponto de vista historico.

Era a seguinte:

«Sendo de incontestavel valor e utilidade os estudos historicos, fundados em documentos officiaes, sobre as antigas relações diplomaticas entre Portugal e as potencias que mais influencia tiveram nos principaes successos da nossa vida nacional, uma das quaes foi sem duvida a Hespanha, e sendo a epoca que se seguiu ao tratado da paz de 13 de fevereiro de 1668, que reconheceu a independencia de Portugal, uma das mais interessantes sob aquelle ponto de vista: manda sua magestade el-rei, pela secretaria do Estado dos Negocios Estrangeiros, que o chefe de

missão de 2.ª classe, Conde de Azevedo da Silva, actualmente em serviço no gabinete do ministro, nos termos do artigo 3.º do decreto com força de lei de 24 de dezembro de 1901, seja encarregado de elaborar uma memoria historica sobre as relações diplomaticas entre Portugal e a Hespanha, a partir d'aquelle tratado de paz, baseando o seu trabalho nos documentos existentes no archivo da mesma secretaria do Estado ou em outros archivos nacionaes ou estrangeiros. Do zelo e intelligencia d'aquelle funccionario espera sua magestade el-rei o cabal desempenho do serviço que lhe é confiado, durante o qual continuará percebendo os vencimentos que por lei competem á sua cathegoria e presente situação na mesma secretaria de Estado. — Paço, em 27 de julho de 1910. — José de Azevedo Castello Branco.» (*)

Formou se em volta da nomeação uma atmosphera suspeitosa de padrinhagem a esse diplomata.

Fosse como fosse, á ideia alliava-se uma intenção approvavel de fazer luz sobre a obscuridade de documentações elucidativas das relações diplomaticas; os archivos pouco retinham acerca do importante assumpto e, tanto bastava para a portaria merecer applausos.

*

* *

O descalabro financeiro, a frequencia de imprevidencias administrativas nos principaes estabelecimentos de credito, fez manchar com suspeitas de egual jaez, a Caixa Geral de Depositos.

Desde logo o respectivo administrador requereu uma syndicancia áquella casa, por largo tempo regeitada pelo ministro da fazenda, ao passo que a imprensa accumulava boatos sobre boatos ácêrca da gerencia prejudicial aos interesses de quantos mantinham contractos, de qualquer especie, com a Caixa.

Resolvida foi então a syndicancia, vindo á folha official a portaria, (**) datada de 26, nomeando uma commissão, sob a

(*) «Diario do Governo» de 29 de Julho de 1910.
(**) «Diario do Governo» n.º 163 de 27 de Julho de 1910.

presidencia do conselheiro Eduardo Abranches Ferreira da Cunha, juiz do Supremo Tribunal de Justiça, e composta dos vogaes, conselheiro Silvino Arthur Calheiros da Camara, inspector geral do thesouro, e Rodrigo da Conceição Oliveira e Sousa chefe de repartição em serviço no ministerio da fazenda, para proceder ao exame e averiguações dos serviços da Caixa, dando conta do resultado em relatorio circumstanciado, para o governo poder tomar a resolução que julgasse conveniente aos interesses do Estado.

Não deu logo conta do mandato, a commissão, e como proxima estava a epocha da fuga para as praias, só mais tarde iniciou os seus trabalhos.

*

* *

Dias antes suicidava se em Vidago, o benemerito capitalista, Bonifacio da Silva Alves Teixeira.

A elle se deveu, mais tarde, a creação d'uma escola movel agricola em Chaves, para beneficio das villas de Montalegre, Boticas, Villa Pouca, Valle de Passos e Vinhaes, as duas escolas na povoação de Vidago, o melhoramento de abastecimento de aguas na mesma povoação e o progresso das misericordias de Chaves e Villa Real, para o que deixou em testamento, alem de importantes legados ás referidas misericordias, 44 contos para a futura escola agricola, e 16 para as primarias, determinando que cada professor indicasse maximas moraes para serem copiadas e collocadas em quadros nas paredes das escolas, assistindo aos leccionantes a obrigação de formular themas sobre as mesmas maximas.

Alves Teixeira, alem de em tudo ser um benemerito original, declinava a dicção de officios, missas e rezas e a comparencia de padres e determinava que o seu cadaver fosse collocado sobre dois carros de lenha, untado tudo com petroleo, ao qual se pegaria fogo. As suas cinzas seriam depois espalhadas pelas hortas para beneficiar a terra

Assim foi cumprido.

*

* *

A 28 de Julho fallecia, victimado pela variola, um dos revolucionarios de 28 de Janeiro de 1908, o livreiro da Rua da Cruz dos Poyaes, Carlos Walbechm Lopes.

Republicano, deliberou cooperar no movimento e o abortar d'este levou-o ao exilio, em terras de Hespanha, emquanto a policia lhe assaltava a casa, á procura de documentos, regressando á patria apoz a amnistia geral.

Fôra proprietario e collaborador da revista litteraria «A Aguia» e collaborador do semanario humoristico «O Chinello».

A 11 do mez seguinte, prestava-lhe a democracia a homenagem dolorida a esse combatente audaz e exaltado.

Enorme cortejo escolar e dos centros republicanos ia em romagem ao cemiterio dos Prazeres e ali, depois de discursos ante o tumulo do revolucionario de 29 annos, pois Lopes nasceu a 1 de Janeiro de 1881, collocava uma corôa de bronze, com a seguinte dedicatoria:

«A Carlos Walbechm Lopes — Peoneiro da Democracia — E devotado amigo da instrucção — Homenagem do Centro Republicano — Henri ues Nogueira — Nasceu 1-1-1881 — Falleceu 28-7-1910».

Maior imponencia quizeram os republicanos dar ao acto, preparando cortejo grandioso.

Prohibiu-o porem a policia, que, como de costume, tomou n'esse dia excessivas medidas de segurança.

*

* *

Fallecera entretanto, o notavel escriptor francez Leopoldo Delisle. Erudito, dedicava-se em especial aos estudos agricolas e d'ahi uma obra grande que lhe aureolou o nome e lhe trouxe ainda o premio Gobert em 1872: o livro «A condição da classe agricola e estudo de agricultura na Normandia na edade me-

dia». Como os Curie, Delisle, teve como auxiliar precioso dos seus trabalhos, a propria esposa, filha do grande orientalista, Eugenio Burnouf, fallecido em 1852, com 51 annos.

Delisle que era decano da Academia de Lettras, para onde entrára aos 31 annos e pouco depois official da Legião de Honra, fallecia conservador do Museu Condé, em Chantilly, abandonando para sempre esses manuscriptos preciosos que percorria com a sua lente, durante horas interminaveis.

Era natural de Valognes, onde nascera em 1857.

*

* *

Fallecia a 29 de Julho o conselheiro José Carlos de Carvalho Pessoa, director do Banco Nacional Ultramarino, antigo escrivão de direito, e auctor de varias obras juridicas, como o «Codigo Civil Annotado» e «Execuções judiciaes e seus intendentes».

No fôro, em que tambem prestou serviços, tratou da importante causa-crime, em que foi protogonista o assassino «O Bigode», condemnado, justamente, apesar da defeza de Carvalho Pessoa, seu advogado.

Como jornalista fundou o semanario «O Puritano de Almada».

Exerceu ainda os cargos de vereador da camara municipal de Lisboa, (1903) governador civil de Leiria e Vizeu, recebendo n'este logar a carta de conselho e depois a commenda da ordem de Christo, director da Sociedade de Geographia, vice-presidente da Associação Commercial e director da Companhia do Assucar de Moçambique, estando envolvido no celebre litigio dos escandalos da referida companhia.

Na vida activa da politica regeneradora, foi deputado e era elle o presidente da mesa eleitoral da freguezia de Alcantara por occasião dos tumultos de 5 de Abril de 1908.

Carvalho Pessoa, nascera em Lisboa em 1 de Abril de 1852.

*

* *

Por esse tempo celebrava a freguezia de Messejana, o erguer, de novo, restaurado, do obelisco symbolico da sua antiga autonomia municipal, datada do tempo de D. Manuel I.

Destruido na noite de 2 de Junho de 1907, voltava ao seu logar, em curiosa coincidencia, no reinado de D. Manuel II.

Os trabalhos de restauração foram mandados executar pelo benemerito Francisco Soares Victor, a quem o povo acclamou durante o acto festivo.

*

* *

Era publicado em 18 de Agosto, (*) o decreto que confirmava e ratificava o novo accordo commercial e de navegação entre Portugal e a America. Por elle concedia-se a protecção nos Estados Unidos aos vinhos do Porto e Madeira; prohibia-se o emprego de marcas que podessem significar contrafacção; ficava reconhecido o principio de concessões especiaes, por Portugal, a Hespanha e Brazil; fixava o beneficio da pauta minima, mutuamente applicada; e presumia se o estabelecimento d'uma carreira, subsidiada, de vapores entre os Estados Unidos e Portugal.

As notas diplomaticas eram trocadas (28 de Julho de 1910) segundo aviso de 5 de Agosto (**) publicado em 6, entre o visconde do Alte, nosso representante e o secretario de estado da America, Huntington Wilson e o accordo era ratificado a 11 de Agosto.

(*) Legislação Portugueza de 1910—1.º volume—Pagina 471.

(**) Legislação Portugueza de 1910=1.º volume=Pagina 462.=Vide a obra *A Caminho da Republica*, pelo auctor, pagina 292.

*

* *

Não quiz a Inglaterra ficar collocada inferior á França, em aggremiações litterarias e tendo de ha muito elaborado um projecto de constituição d'uma Academia, analoga á franceza, fundava-se em Julho de 1910, o grupo primitivo sob os auspicios da Real Sociedade de Litteratura e Auctores.

A presidencia foi desde logo confiada a lord Morley, sendo primeiros socios, os romancistas Thomaz Hardy, Henrique James e Mauricio Hewlett, o auctor da «Historia da Litteratura Ingleza Moderna», Edmundo Gosse, o auctor da «Poesia e Philosophia de Mevedith», Jorge Prevelyam, o dramaturgo Arthur Pinero, o sabio hellenista, Gilberto Murnay, o auctor dos estudos sobre os tempos primitivos, Andrew Luarg, e o traductor das obras de Schopenhauer e auctor de varios trabalhos de philosophia, e ministro da guerra, Ricardo Burdon Haldune.

As bases da Academia Ingleza, eram as seguintes: adoptar todas as medidas precisas para manter castiça a lingua britannica; deffender o bom gosto no estylo; sollicitar a cooperação dos interessados pelo progresso da litteratura ingleza; preparar nos seus discursos de recepção a historia litteraria de Inglaterra; designar sempre que fosse necessario as pessoas dignas de ser premiadas com a medalha da Academia e premiar as melhores obras litterarias.

Assim o Reino-Unido resurgia para a vida laboriosa e muitas vezes ingrata das lettras, indo buscar á França o amor que ella tinha á sua lingua e á sua litteratura.

*

* *

Relembrou a Italia monarchica, a 29, o 10.º anniversario do crime de Monza, onde Humberto I, ao regressar do concurso de gymnastica de Palestro, cahia aos tiros disparados por Caetano Bresci.

Apoz ceremonial religioso, grande cortejo, composto pelas escolas, associações e municipalidades ia, percorrendo as ruas de Roma, depôr corôas sobre o tumulo do assassinado, no regio pantheon e assistir á benção por monsenhor Beccaria, da capella expiatoria, erecta no logar onde o assassinio se commettera.

Pouco antes extinguira-se no hospicio-reclusão de Montelupo Fiorentino, em Roma, o cosinheiro Passavante, que em 17 de Novembro de 1878 tentára em Napoles assassinar com uma punhalada o rei Humberto, no throno apenas desde 9 de Janeiro d'esse anno e que escapando teve a phrase celebre: «Cosa volete? Sono gli incerti del mestiere?» (Que quer! São os ossos do officio!) Preso Passavante, depois de ferido por Humberto I que lhe vibrou á cabeça um golpe de sabre, soube na prisão o mallogro da tentativa de 1897 levada a effeito por Aciriata e o bom desempenho da missão tragica por Bresci. Mas a 15 de Fevereiro de 1910, tinha seu fim, entre horrorosa agonia onde evocando o assassinado, parecia pedir-lhe perdão, no intervallo lucido que precedeu a sua morte. Com ella coincindiu o apparecimento de umas declarações attribuidas a um preso de Sienne, que punha uma pista, sem resultados, no anarchista Pattersen, o qual confessara haver assistido á reunião onde se decidira a morte de Humberto I e se sorteára o executor da sentença. As novas pesquizas para a descoberta dos cumplices de Bresci, accirrava odios contra a familia real italiana e o anarchismo entreviu modernas victimas.

Novo trama se forjára pois para a commemoração da data celebre.

A victima escolhida era a viuva do martyr de Monza, a rainha Margarida, a bella alma de mulher fadada para o bem, a principal figura do feminismo italiano.

O encargo repellente fôra confiado ao moço do café, Danzi, que se suicidou, no subito esquivar pela morte á acção que lhe era imposta pelos terroristas.

Assim milagrosamente escapou a viuva de Humberto I, destinada ao sacrificio no proprio local onde Bresci enlutára a Italia.

*

* *

Por esse tempo, revolucionava o mundo diplomatico a nova d'um attentado contra a familia imperial do Japão.

O anarchismo, para o qual não havia distancias nem leis, ramificado em todo o universo, destacara para o Japão alguns dos seus sectarios, creando ali raizes mais fundas o partido sanguinario desde a guerra russo-japoneza.

D'um dos bairros de Tokio sahiu a conspiração de 1910, sob a chefia do acrata Kotoku.

Na propria casa onde se projectava o attentado, descobriam-se indicios de abertura de larga galeria subterranea que devia attingir a sala imperial do conselho de ministros.

O trama, conhecido, trouxe a prisão de Sai e de tres cumplices, condemnado aos supplicios do imperio de Mutsu Hito.

Doutrinario sahido das camadas superiores, o dr. Deujiro Kotoku, erudito, arrebanhara em torno de si, desde as mais altas individualidades, levadas pelo seu sonho, embora sangrento, até ás personalidades trabalhadoras, levadas pela sua palavra influente, e até pelas da propria esposa, Sugano Kotoku.

O socialismo e o anarchismo lançando ao Mikado todas as culpas das então recentes guerras japonezas com a Russia e China, semeavam contra elle a força impulsiva do odio. O escriptor Kotoku, tomando a direcção d'essa torrente formidavel, arrastando apoz si, grupos e grupos, deu vulto á ideia revolucionaria. Estudou para se impôr, fez-se grande para ser obedecido e romancista e poeta, cognominado «O Tolstoi» japonez, depois de ali atirar ao povo o volume, traduzido por elle, da «Conquista do Pão», de Kropotkine, dava-lhe a phrase quente da revolução. O partido socialista por elle fundado, transformava-o em libertario. De romancista, tornou se positivista e as suas obras eram apprehendidas mal appareciam. No 1.º de Maio de 1910, tentou um lance de drama, com a grande manifestação socialista e anarchica que percorreu as ruas de Tokio sem conseguir metamorphosear-se na demolidora do imperio. Não vingando o

plano surgiu outro, attribuido a Kotoku e sua esposa, professora e jornalista, que já conhecera, por motivos politicos, a prisão durante 45 dias.

Effectuavam-se reuniões secretas, com assistencia de operarios do arsenal, negociantes, jornalistas, artistas, camponezes, estudantes, medicos e sacerdotes budhistas, como o padre Diski. Kotoku, presidia e redigia as proclamações. Pensou-se pois em matar o imperador, sob o projecto infernal: minando com bombas o sub-solo d'um jardim que conduzia á escola militar, por onde o imperador devia fazia transito. Iniciaram-se os trabalhos, mas o apprehender d'uma proclamação, salvou a vida imperial. As pesquizas trouxeram o resto. O assalto ás casas das reuniões, descobrindo-se ali indicios de abertura da galeria sob o jardim imperial.

Collocados debaixo da alçada policial, os conspiradores soffreram desde logo com tratos varios, o castigo inicial do seu crime.

Kotokú era dado como novo Ferrer, mas á historia compete salientar que se tinha o seu rigor politico, libertario, não descera á escala escandalosa do heroe de Montjuich.

Houve julgamentos secretos (*) dos culpados no attentado contra o imperador Mutsu-hito e imperatriz Haruko e que debalde se tentou reproduzir (21 de Setembro de 1910).

Annunciado o grau de condemnação de Kotoku, da esposa e dos conspiradores, a Europa, como succedera com Ferrer, ergueu-se protestando. O seu clamor não foi tão intenso, mas houve protestos e o socialismo portuguez, o operariado, intercedeu pelos 26 condemnados.

Comtudo era-lhes (**) fixada a pena de morte, irremediavel. Umas longas horas, das 8 da manhã ás 3 da tarde, de frio dia de Janeiro (***) levou a consummar o desideratum sanguinario do imperio do Sol Nascente.

Rolavam cabeças sem que o corpo antes desfallecesse.

(*) Fim de Dezembro de 1910.
(**) 18 de Janeiro 1911.
(***) 21 de Janeiro de 1911.

Almas de heroes, legaram á patria que se queria libertar o seu sangue de patriotas. Acompanhou-os na morte, o estridulo protesto dos socialistas americanos, que, exaltados (*) pretenderam até assaltar a legação japoneza. A Hespanha prohibia um comicio contrario ao acto liquidador do Japão.

Comtudo nada era preciso já. Kotoku e os seus haviam pago com a vida o arrojo de querer dissoltar uma nação da corrente ferrea da omnipotencia imperial que ella aliás estimava. Esses soffreram o martyrio da execução. Outros lhe haviam indicado já o caminho, extinguindo-se nas prisões, como menos fortes para a resistencia a tormentos.

O destino fez mais porém do que Kotoku, affirmando-se sempre supremo legislador: o imperador extinguia-se, panteado embora, 18 mezes e 6 dias decorridos sobre o tragico fim dos conspiradores japonezes.

O *Filho do Sol* fallecia a 29 de Julho de 1912.

*

* *

Encerrava o mez de Julho de 1910 um acontecimento escandaloso que fez eco até no proprio estrangeiro.

Foi elle a apprehensão de grande numero de valiosos objectos descaminhados aos direitos alfandegarios, por um official superior da armada, o director das construcções navaes do arsenal de marinha, capitão-tenente conselheiro Luiz Augusto da Cunha de Mancellos Ferraz.

Aproveitando o regresso ao Tejo do novo vapor «Vulcano» que conduzia de Londres para Lisboa, alguns volumes de material para os depositos navaes, fizera-se transportar outros de uso particular, desembarcados no arsenal, clandestinamente, com os primeiros, em barcos do serviço maritimo. Arrecadados n'um armazem dependente das construcções navaes, d'ali sahiam em dias feriados, não sem que os guardas por vezes desconfiassem das extranhas sahidas de volumes, desconfianças logo atabafadas com as superiores ordens de Ferraz, director, para o livre transito.

(*) 29 de Janeiro de 1911.

Não era o official bem visto pela excessiva applicação de castigos, pelo rigorismo e severidade da disciplina, em opposição ao seu proceder criminoso, e se por algum tempo as suspeitas se callaram foram devidas a pensar-se que o beneficio do escandalo revertia a favor do commandante do «Vulcano», o tenente José da Cunha Rolla Pereira, envolvido no assumpto, mas na ignorancia absoluta de que realmente succedia, pois os volumes até a bordo foram introduzidos sob a designação de lastro.

Semeando ventos, colheu Mancellos Ferraz as tempestades merecidas e sabido o interessado, houve as primeiras denuncias do contrabando.

A 31 de Julho, quando duas carroças sahiam do arsenal, pela porta do Caes do Sodré, transportando, sem direitos alfandegarios, os objectos particulares vindos do estrangeiro, a fiscalisação dos impostos tomava conta do caso, determinando o sequestro dos vehiculos e seus fardos, retrocedendo tudo para a alfandega.

Ali se verificou serem oito caixotes já vasios, e uma barrica contendo loiças finas, faianças inglezas, artefactos de seda e colchas de valôr.

N'esse mesmo domingo se deram logo conferencias officiaes entre o alto funccionalismo, com a assistencia do ministro da fazenda, logo informado do escandalo.

Chamado á responsabilidade, Mancellos Ferraz assumia-as de prompto, emquanto que na alfandega e no ministerio da marinha se instauravam os processos ao official, que se envolvia em tão grave caso apoz 41 annos de bellos serviços, e tendo como cumplice, o servente do arsenal, João Ribeiro, o incumbido de acompanhar os volumes, repletos de mobilia e excellentes roupas de origem ingleza A verificação alfandegaria, dava os direitos como 755$508 réis, que pelo descaminho eram elevados ao decuplo fazendo 7:555$580 réis, verba por sua vez elevada a 78:270$082 réis, pelas despezas annexas ao processo, tudo pago apoz sentença lavrada na alfandega, pelo official de marinha (5 de Agosto) no mesmo dia em que lhe era notificada a suspensão de seus cargos, em que foi substituido pelo contra-almirante Magalhães e Silva.

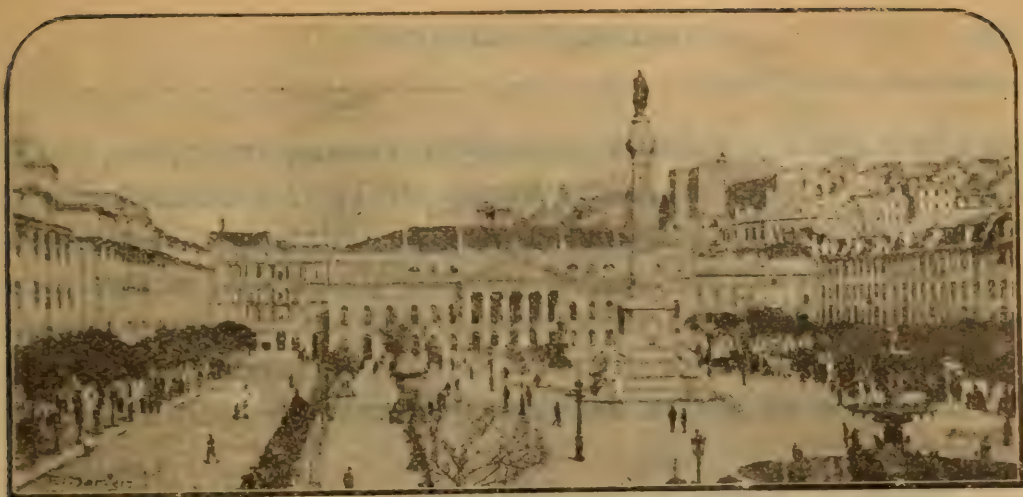
Novos caixotes que forçaram ao pagamento de 700$000 réis de direitos, achou a syndicancia no arsenal, onde o levantamento do auto era commettido ao capitão de mar e guerra João Eduardo da Costa Oliveira, o qual entregava dois dias depois (13 de Agosto) o relatorio do succedido. O capitão-tenente Mancellos, era mandado considerar preso com homenagem na cidade, emquanto se fixava em 2:217$673 réis a verba a entregar a cada um dos apprehensores Carreira e Lopes de Oliveira, 1:826$318 réis para a fazenda; 782$709 réis para o montepio das alfandegas; 782$709 réis para o cofre de previdencia do pessoal dos impostos.

A imprensa, invectivando o escandalo, mais o salientou. Causava pena ver o official, reduzido ás condições de um reprobo e aflastado de todo o convivio dos camaradas.

O ministro da marinha fez appressar o lance final do incidente, e o conselho de disciplina da armada, composto pelos vice-almirantes Hermenegildo de Brito Capello, Ferreira do Amaral, Augusto de Castilho e Luiz Antonio de Moraes e Sousa, contra-almirante, José Maria Teixeira Guimarães e capitão de fragata, Jayme de Serpa emittia (6) parecer desfavoravel a Mancellos Ferraz, pois devia ser exonerado, a despeito de lhe ter enviado uma defeza por elle escripta n'um folheto de 17 paginas, em oitavo grande, intitulado «A minha defeza perante o conselho disciplinar da armada», onde se pretendia demonstrar que os objectos apprehendidos tinham sido remettidos para a alfandega antes da apprehensão, para despacho, o que se não dera nem se podia dar, visto a sahida haver sido feita em domingos ou feriados, fóra do maior movimento official, e as carroças sequestradas, pelos fiscaes, perto da Rua da Rosa.

O conselho condemnou. A sua responsabilidade ficou illibada, para realçar mais o extranho procedimento ministerial.

Ferraz, accusado de contrabandista, occupando alta posição official, era, por despacho apresentado pelo conselheiro Marnoco e Sousa, á assignatura régia, reformado em contra-almirante, com o soldo de 1:152$000 réis.

Assim se liquidou o caso do contrabando do arsenal de marinha.

XXX

O Vaticano e o Quirinal.=Boatos de viagem de D. Manuel a Roma.= Embaraços internacionaes. = Morte do barão de Nòra.=Inauguração da fabrica Villarealense. = Congressos de photographia, de união escolar, da paz e da assistencia publica. = A conversão d'um poeta. = Morte de Manuel Ramalho, padre Folga e Bobbio Prozia. = Revolta em Venezuella.=Prisão do negociante Cunha = Providencias cerealiferas = Festas Gualterianas =A India e seus prelados. = Administração ultramarina. = Novo theatro de Oliveira do Hospital. = Mortes de Tavares de Albuquerque, general Agustin e condessa de Santa Luzia.=Comicios republicanos. = O povo contra a rainha = Homenagem a Bartholomeu de Gusmão.=Nova missão catholica a Lourdes.=Homenagem a Trindade Coelho.=A questão Lingham.=Commemoração dos combates de Travanca e do cêrco de Diu. = Conflicto franco chinez. = Morte de Carmo Nazareth, Pereira de Mattos e conde de Spencer.

Entremos no mez de Agosto.

Agora vamos á Italia, para a citação de projectos da sua côrte.

Inoffensivos são elles e até festivos.

Comtudo, dão origem a perturbações internacionaes, com base na eterna lucta de prioridade entre o Vaticano e o Quirinal.

Dois chefes se degladiam.

Dois estados, no mesmo estado se entreolham, febris e inquietantes: o throno e a egreja, o rei e o Pápa.

Só dois argutos espiritos de mulher, a rainha Helena e mais do que ella a rainha Margarida,—a quem Leão XIII (*) consagra

(*) Falleceu em 20 de Julho de 1903.

va admiração e a quem o cardeal de Veneza, José Sarto, Pio X apoz a sua eleição em 4 de Agosto de 1903 e coroação em 9 d'esse mesmo mez, acompanha no grau estimativo,—se antepunham a derrocada ruidosa, ao combate titanico do sceptro e da mitra, ao renascer das velhas luctas, onde de gladio em punho-se liquidassem direitos divinos e direitos realengos.

No meio da guerra fraticida, o internacionalismo amedrontava-se.

Visitar o Vaticano era desagradar ao Quirinal, entrar nos salões do solar de Victor Manuel era incorrer na excommunhão papal.

Curvar a cabeça ante ambos os litigantes, era o impossivel.

A Roma sacra, fecharia terminantemente as suas portas aos que frequentassem o Quirinal, a Roma profana.

Já em Oututro de 1909, tentára, debalde, o embaixador austriaco, obter a revogação da ordem que restringia ao Vaticano as visitas realengas. O papa recusou, affirmando a interdicção a cumprimento ao Quirinal, visto não reconhecer a realeza italiana nem Roma como capital da monarchia.

Em Fevereiro d'esse anno de 1910, a intransigencia de Pio X, leva-o a negar recepção ao senador americano Fairbanks, vice-presidente dos Estados Unidos na chefia Roosevelt, por ter feito uma visita ao centro anti-catholico e uma conferencia na egreja methodista, annunciando ainda passagem pelo Quirinal. Merry, supremo reaccionario, dictador, obstava á recepção da Sociedade de Canto Coral de Colonia, por esta haver cumprimentado Victor Manuel.

Proseguiu, tentando impor ao ex-presidente dos Estados-Unidos, Theodoro Roosevelt, a sahida directa da legação americana para o palacio de S. Pedro, imposição regeitada por Roosevelt, que, se sentava á mesa de Victor Manuel, poucos dias depois, a 5 de Abril, patenteando o esboço da sua propaganda tendente a ser reeleito.

Em 28 de Abril, o principe de Monaco, Alberto I, fazia em Roma uma conferencia oceanographica na Sociedade de Geographia. Victor Manuel recebia-o e condecorava-o com o collar da Ordem da Annunciada e logo no dia seguinte a Roma in-

transigente e ciumenta, enviava nota de origem Merry, aos nuncios advertindo os de que a principesca viagem se não devia considerar como inicio para os soberanos poderem ir á cidade santa visitar o rei sem primeiro se penitenciarem no Vaticano, e frisando que o principe bem poderia ter escolhido outra cidade para a sua conferencia.

O principado não tinha nunciatura e por isso a circular era

CONSELHEIRO TEIXEIRA DE SOUSA

(Presidente de Conselho de Ministros)

entregue a Alberto I, que a facultou á «Humanité», onde Jean Jaures a antecedia de artigo violento que trouxe ao principe as censuras da França por a ir envolver no conflicto a que era extranha.

Debalde a diplomacia de Rampolla tentava antepôr-se á lucta, á scisão que só para o Vaticano era prejudicial e tanto que, talvez mercê d'esse orgulho, se annunciou que, Frederico, rei de

Saxe, o catholico filho da princeza Maria Anna de Bragança, infanta de Portugal casada com o principe Guilherme de Saxe, ia abandonar o catholicismo, preferindo-lhe o lutheranismo, acto que se pretendeu evitar com o conselho do principe Maximiliano de Saxe, professor da Universidade Catholica de Friburgo.

Merry altivo, despresando commentarios, citando orgulhoso as suas lições de francez ao Papa, a sua pericia como atirador, visando com a sua pistola Flaubert as lampadas da sacra residencia, os seus prodigios de equitação sobre o pobre asinino onde ia até ao Monte Niario ou a Castel, as duas villas pontificias, mantinha o seu voto de guerra anti-Quirinal, como a vontade inabalavel de que não mais cardeaes fossem ensombrar lhe a omnipotencia, oppondo-se até á residencia em Roma do cardeal Lorenzelli, arcebispo de Lucca, depois de deixar a nunciatura de Paris, a ultima da França, de nada lhe valendo o fazer-se adepto das doutrinas pontificaes, evidenciando-se adversario do modernismo, cultor da philantropia de S Thomaz de Aquino, enlevo de Pio X como já o fôra de Leão XIII.

Reis e Papas levados são pela lisonja. As corôas como as mitras rejubilam ante o servilismo.

A supremacia de Merry levava tudo de vencida. O Pontifice era elle, o Vaticano era seu.

Pio X, via mais odios do Quirinal pelas palavras do seu secretario de estado. Elle lhe fazia reviver as paginas da historia, as datas de 18 de Fevereiro de 1860, em que o parlamento de Turim votara o annexar de Roma, á Italia a data de 20 de Setembro de 1870, em que caía o poder temporal papista e se dava a unificação da Italia, enviando Victor Manuel I a carta a Pio IX onde o convidava a deixar a qualidade de rei de Roma sob os beneficios de lhe deixar a cidade de Leão X, ou fosse a parte alem do Tibre; conservar-lhe a dotação; dar o livre acesso de todas as nações á cidade pontifical; unica jurisdicção do Vaticano sobre todos os estabelecimentos religiosos; immunidade de todos os embaixadores acreditados junto da Santa Sé; immunidade para todos os cardeaes; conservação dos seus soldados; garantia da divida publica pontifical; liberdade de culto; legislação especial para Roma em materia de serviço municipal e militar.

Com Garibaldi, Victor Manuel I, levava Pio IX a collocar a bandeira da submissão, a bandeira branca no castello de São Angelo, a declarar-se prisioneiro do estado italiano pelo encerramento voluntario no Vaticano e não mais a Roma clerical poude ver alguem junto de si, depois de ter transposto os humbraes do paço maldito, onde residia o neto do unificador da Italia.

Vedado estava o Vaticano a quem fosse ao Quirinal.

Vejamos um incidente d'essa natureza, onde Portugal se encontrava envolvido, como por vezes succedera já.

Emquanto de conferencia entre representantes da triplice se assegurava a perpectua indissolublidade do entendimento italo-austro-germanico, annunciava-se que Victor Manuel III convidara officialmente os imperadores da Austria e Allemanha, os reis de Inglaterra, Hespanha e Portugal a uma visita a Roma, na primavera de 1911, em que se celebrava o 50.º anniversario da constituição do reino de Italia e se effectuaria, a 17 de Março, a inauguração do monumento a Victor Manuel I. Annunciava-se tambem a ida do rei Haakon, da Noruega.

D. Manuel II, teria ali logar primacial, como bisneto do glorioso fundador do reino, e como assistente de dever á glorificação da casa de Saboya, de que era representante a rainha D. Maria Pia.

Embaraçaram-se as côrtes estrangeiras.

Calou-se a Hespanha mais a Inglaterra e fez silencio Portugal.

Mais franco, deu logo signal do seu desasocego o imperador Francisco José, allegando reparos provaveis para elle, mas certos para todos, do Vaticano.

Deu boato de que seria representada a Austria, pelo archiduque herdeiro, mas a recusa d'este, por melindres, mais emaranhou o assumpto. . .

D'esta forma, ficou elle para mais demorados pensamentos.

A Allemanha, por parte de Guilherme II, fazia novas proclamações mysticas e, n'estes transes de nevrosismo fradesco, inutil seria propôr um passo que a archaica Roma reprovasse.

Debalde, em Portugal, o «Correio da Noite» (*) como adversario do governo, tentou agitar a questão nos seguintes trechos:

«A imprensa do governo está fazendo ouvidos de mercador. Então, houve ou não convite do rei de Italia para sua magestade el-rei D. Manuel ir a Roma, assistir ás festas da fundação do reino de Italia e á inauguração do monumento ao seu glorioso bisavô o rei Victor Manuel I? Vae ou não vae? Se vae, está bem. Se não vae, elle é o unico principe de origem da gloriosa, illustre e patriotica casa de Saboya, que falta á celebração nacional italiana? Quererá el-rei, quererá o governo que Portugal, em divorcio com elles no sentimento de admiração pela grande obra italiana da liberdade e da unificação com Victor Manuel, com Cavour, Mazzini e Garibaldi, proclame que está em divorcio com o rei e com o governo? Que os orgãos do governo comprehendam a gravidade da situação e expliquem o que é que elle pensa a tal respeito. El-rei vae ou não vae, a Roma, em 1911?»

Já valera porém aos timoratos, a propria Italia, livrando-os de indecisões e de receios pelo desmentido na «Giornale» d'Italia, de que os reis de Portugal e Hespanha não tencionavam visitar Victor Manuel.

Foi n'esse momento que a alta cleresia soffria novo e publico golpe, n'uma carta ao Bispo de Vizeu que o jornalista Chacon Siciliani, publicava (**) ao retirar para Hespanha, fugido a 20 mezes de prisão por ter escripto um artigo contra os dogmas:

«Eminencia! Cheguei a Salamanca e estou gosando perfeita saude. Durante a viagem, por mais que uma vez, julguei que o comboio descarrilasse por effeito das tuas iras contra mim. Felizmente, succedeu o contrario, e vejo n'isso que foi sufficiente eu expatriar-me para que a religião ficasse desaggravada na tua diocese e o teu clero mais á sua vontade... Ao arrastares-me ao tribunal, «padre», não julgaste que uma barbara sentença me seria applicada? Ao fazeres-te parte contra mim leste primeiro

(*) 22 de Agosto de 1910.
(**) «A Voz da Officina» de Vizeu — Agosto 1910.

aquella epistola de S. Paulo, onde diz que «o bispo não será litigioso?» Se não cumpres os mandamentos do Evangelho, com que direito te dizes representante de Jesus, que tão humilde sempre foi? E' por não possuires um instincto de mansidão ou é por estimares mais o teu interesse do que a fé? Sabes perfeitamente que antes da condemnação civil devias ter-me julgado ecclesiasticamente. Não o fizeste, porquê? Porque eu me defenderia com argumentos do proprio Evangelho. E sabes tambem que a excommunhão hoje em dia é uma coisa ridicula, que ninguem a toma a sério, e que se tu m'a applicasses isso seria motivo de risota, porque não destruiria a sympathia com que o povo de Vizeu sempre me tem tratado. Antigamente, padre, no tempo da Inquisição, gosava-se mais liberdades, porque o tribunal civil avocava a si o cidadão; hoje, que acabou o tribunal do Santo Officio, a jurisprudencia, que havia de proteger o cidadão funcciona, não com actos de Direito e Justiça, mas sim com odio inquisitorial. Por traz da toga do juiz esconde-se a sotaina do jesuita. Ali, no amplo tribunal de Vizeu, sem se attender ao Direito sagrado da advocacia, invertendo se o sentido de um escripto, coartando-se a razão, calcando-se a pés o dever de officio, praticando-se as maiores baixezas possiveis contra a honra d'um cidadão, que o tribunal não poz em duvida, truncando-se a verdade que podia ser patenteada altisonantemente, por tua causa, bispo, falseou-se a religião, expatriou-se Jesus do templo e expatriei me eu de Portugal... Tu, padre, tendo todos os poderes contra nós, como explicas que precises do poder de juizes para saíres da má situação que a minha logica pura te originava? Mau foi isso, padre, procedeste irreflectidamente, porque puzeste em duvida a eficacia do teu poderio, da tua profissão charlatanizada por aquelles que se não sentem com animo para serem mansos como cordeiros, mas sim raivosos como as hienas... Goza no odio que sentes por mim, emquanto eu te envio a excommunhão que tu não te atreves a lançar-me...»

A excommunhão não cairia sobre o bispo de Vizeu, mas sob Chacon, não possuidor de um baculo e sem força para esses actos clericaes. O jornalista, n'essa epocha forçado ao exilio mas alvo de elogios por parte de seus correligionarios, arrasta-

ria depois, Republica em Portugal, uma vida precaria, indo até a trabalhador de campo, na freguezia de Valladares e chegando a formular o seguinte brado de desalento: (*)

«Tenho acompanhado tudo quanto o seu valente jornal «O Mundo» publicou até hoje com referencia á minha humilissima pessoa. N'essas referencias verdadeiras, muita má vontade politica está occulta, «e que eu posso provar com escriptos». Se não estou já collado foi «unica e exclusivamente» porque não bajulei politicos «luminosos» na sua terra e completas nulidades em Lisboa. Cheguei á capital, passei por todos esses politicos e, se me viram, nem me saudaram com um gesto indecente... Corri secretarias, subi ministerios e tornei a desce-los sem esperança de obter a atenção do ministro possuidor dos meus documentos desde o dia 15 de novembro de 1910. O guarda-portão do ministerio do interior disse-me «que não me ralasse porque o sr. ministro tinha que fazer de noite e não vinha senão muito tarde e que não falava a ninguem». A' porta da redacção da «Republica» procurei falar ao sr. Antonio José de Almeida, que, ao sair, me não falou. Falei ao sr. João de Menezes na redacção de «A Lucta», que me recebeu grosseiramente. Depois de ser escorraçado por outros varios politicos, fiz uma acusação com um documento á vista, n'um comicio anarchista, da falta de palavra do ex-ministro do interior, foi dahi a uns dias que a «sr.ª judiciaria» me incommodou, fazendo-me passar por um vexame exteriorizando uns vislumbres de polidez... Ali, depois de encerrado tres ou quatro horas, vi a minha vida reduzida a auto e, pela primeira vez, a minha assignatura ao lado do nome de um policia. Uma só cousa me dá satisfação n'este acto indigno contra a minha honradez: — «a minha declaração registada de republicano radical». E' nésta declaração que os politicos meus «amigos» não vêem com bons olhos, porque... são «bloquistas», a minha humilde personalidade. Até breve. Assina-se com todo o respeito e consideração. — Lisboa, 25-10-911. — Chacon Siciliani.»

(*) «O Mundo» de 25 de Outubro de 1911.

Quanto a D. Manuel II, desnecessario era o desmentido para se não malquistar com Roma.

A Revolução o desculparia, a Republica lhe abriria o caminho, amplo, desasombrado, para ir prostrar-se junto ao solio pontifical ou espalhar maguas junto de Victor Manuel.

Elle porém preferiria os densos nevoeiros britannicos, como mais protectores das suas odysseias amorosas com a loira bailarina, a cancanista Gabby... figura a esbater-se, comparada com os requebros da hespanhola Tarragona, cahida nas suas graças desde os primeiros mezes de 1910

D. Manuel, embora conservasse como capricho a loira Gabby não tardou a tentar-se pela bailarina hespanhola, Tarragona, seu enlevo de quasi todo o periodo que decorreu até ao desthronamento.

Longas missivas assignalaram os affastamentos dos enamorados e D. Manuel, como D. Carlos, n'essa correspondencia alliava a politica aos seus protestos apaixonados, onde Gabby apparecia repudiada, ella que nas horas negras do exilio, seria a companheira do proscripto.

E, este, mais tarde, veria a hespanhola, acoimando-o de libertino e a ufanar-se de, pelo seu proceder, ter contribuido para a queda do real amante; a hespanhola, altiva, annunciando-se nos cartazes florentinos do «Variedades», como ex-amante de D. Manuel e a mais bella victima da Revolução, o que lhe valeu apupos e assobios (7 de Maio de 1911).

Gabby, reappareceria porém, com a gentileza dos francezes, a animal-o nas longas horas do exilio, ella, a antiga companheira da «Grande Bertha», mundana de Montmartre, a infeliz cahida nos amores de «Le Breton», o «apache», e ella mesma, a «Berthe» a desvairada, esfaqueando mulheres por aposta...

A' conta do jesuitismo se levou o novo capricho real, dando a tangedora de castanholas como da cohorte do velho Torquemada, seu extincto e fatal patricio.

Tudo aproveitou a Junta Liberal que, reunida em 2 d'Agosto, approvava uma representação para entregar a D. Manuel, pedindo a execução da lei de Pombal sobre jesuitas.

Pio X, dava-se por esse tempo doente, sob os cuidados do

dr. Petacci. Cançado da titanica e eterna lucta, citaram-se-lhe phrases celebres:

« — Estou cançado de passar toda a minha velhice n'esta immensa gaiola dourada, e de permittir que me visitem, constantemente pessoas do todas as partes do mundo que em geral veem ver-me como se eu fosse um animal raro. . . »

Renascia porém para o combate, sem esses desalentos de poucos minutos e em breve se via combatendo o modernismo.

*

* *

A 1, fallecia em Braga, o barão da Nóra, Frederico Telles de Menezes. Era natural do Funchal, sendo ali chefe do partido nacionalista.

*

* *

N'esse dia inaugurava-se em Villa Real a nova fabrica de ceramica Villarealense, installada proximo da estação do caminho de ferro. Presidia ao acto, o respectivo governador civil.

*

* *

Em Bruxellas estava reunido o 5.º congresso internacional de photographia, proseguindo os trabalhos da sua primeira reunião em Paris, em 1889, Bruxellas em 1891, Paris em 1900, e Liege em 1905. As sessões encerravam-se em 6 de Agosto, estando Portugal representado pela Sociedade Portugueza de Photographia.

Na capital franceza effectuava-se egualmente a abertura (2 de Agosto) sob a presidencia do cardeal Mathiew, do 3.º congresso internacional de união e hygiene escolar, um dos principaes pela ideia que a elle se ligava.

Reunidos os pedagogos e os hygienistas, resaltou dos traba-

lhos a feição caracteristica da boa vontade em evitar ás creanças a atrophia physica que a sedentaria e rigorosa vida das escolas, faz nascer com a clausura e a repressão fóra das horas de estudos, e muitas vezes a accumulação de alumnos em aulas de acanhado espaço, e sem que o recreio faculte a expansibilidade muscular e moral dos pequenos estudantes.

Celebrado com exito o 1.º congresso em Nuremberg e o segundo em Londres, effectuava-se o terceiro na capital franceza, assistindo os delegados portuguezes drs. Costa Saccadura e Cisneiros Ferreira.

Comtudo, o grande numero de Relatorios não compensou a dificiencia de alvitres e providencias sobre a materia dos trabalhos, e até a ausencia dos congressistas.

Na 1.ª sessão discutiram-se memorias sobre modificações de methodos do exame physico dos alumnos, elaborados pelos delegados francezes, Mery e inglez James Kerr; no 2.ª, as dos professores Chotzen, da cidade prussiana de Breslau e Doleris, de Paris, sobre educação sexual; onde o francez declarava timorata a educação de familia e emittia opinião de que esse leccionamento devia ser completado por exposição scientifica sob direcção medica; e na 3.ª, os relatorios sobre a preparação e ensino do medico escolar, dos professores Lesieur, de Lion e Desquin, de Anvers.

Versados foram, incidentemente, todos os problemas de educação physica e moral dos estudantes, assim compendiados: edificios e mobiliario escolar; Hygiene dos internatos; Inspecção medica das escolas e deveres sanitarios individuaes; Educação physica; Prophylaxia das doenças contagiosas na escola e doenças de origem escolar; Hygiene fóra da escola; Escolas ao ar livre; Colonias de ferias; Corpo docente, sua hygiene, suas relações com as familias, aos professores, aos alumnos e ás familias; Os programmas e os methodos de ensino na relação com a hygiene escolar; Escolas especiaes para os anormaes; Hypiene da vista, do ouvido, da bocca e dos dentes nas escolas.

O congresso encerrava-se approvando as seguintes conclusões: «1.º Que «processos» sanitarios individuaes, de typo uniforme, sejam estabelecidos em todas as escolas: fichas de

saude mais simples para os externatos, «cadernos» de saude mais detalhados para os internatos; 2.º Que a educação physica seja ministrada obrigatoriamente em todos os estabelecimentos de ensino (masculino e feminino) sobre principios uniformes: que os exames comprehendam obrigatoriamente uma parte relativa á educação physica. 3.º Que campos de jogos e espaços livres sejam preparados pelas municipalidades e postos á disposição dos alumnos das escolas: 4.º Que o ensino da hygiene escola seja dado como disciplina especial em todas as escolas destinadas a formar professores, que seja confiado a medicos e sanccionado por exames. 5.º Que a sociedade dos medicos das escolas de Paris, no que diz respeito á disseminação e á prophylaxia das doenças contagiosas, nomeie uma commissão encarregada de estudar e codificar as instrucções que devem ser dadas aos medicos escolares e aos professores, insistindo na necessidade de enunciar regras simples e faceis de seguir. 6.º Que a puericultura, em todos os seus capitulos, seja ensinada a todas as professoras e alumnas-professoras, e que este ensino seja dado por medicos; que nas escolas de raparigas a puericultura da primeira edade faça parte integrante do ensino obrigatorio em todas as escolas primarias e que este ensino seja sanccionado por exames.»

Apoz o finalisar dos trabalhos, abria-se a exposição de hygiene escolar, que não possuia o brilhantismo e importancia intuitiva dos modelos expostos na de Londres em 1907.

Salientando a Allemanha e Suecia, nada de util ou moderno ali surgiu.

Comtudo Portugal appareceu representado pelo professor Fontoura da Costa, apresentando o modelo, em uso no lyceu Passos Manuel de uma fonte hygene e pelo Collegio de Campolide, expondo um quadro de diagrammas relativo ás medições anthropometricas realisadas pelo professor de gymnastica, Pedro José Ferreira.

O congresso marcava reunião para 1913, na cidade americana de Buffalo e para 1915 em Bruxellas.

Os trabalhos da conferencia internacional de Paris, se não foram tão dignos de registo como os da capital ingleza, tiveram porém o merito real da adhesão de outros paizes á lucta em fa-

vor da prophylaxia escolar, assumpto tanto mais importante quanto a escola necessitava de ter não o aspecto tenebroso d'um conventiculo mas a graça alegre onde o estudante obtivesse a instrucção ministrada paternalmente, reunida ao desenvolvimento physico sob a ideia d'um folgar descuidoso...

E n'isso possuia a primazia a Suecia que na profusão dos livros e dos apparelhos de hygiene escolar, dava boa nota dos seus progressos, devidos ás Ligas de Stokolmo, Norrkohin e Falun.

*

* *

Reunia-se a 1 de Agosto em Stokolmo, o 16.º congresso da Paz.

Era utopia o desejo, mas, por philantropico, contava nas suas fileiras, almas benemeritas, procurando tentar o impossivel. A Mulher salientava-se na campanha embora esteril, do pacifismo, e se a esposa de Camillo Flammarion fundava a Associação da Paz e o Desarmamento pelas Mulheres; outras se extremavam nos trabalhos pelo ideal, como a celebre fundadora em Abril de 1909 do nucleo pacificista das mulheres italianas, a escriptora Dora Melgari, a poetisa Ada Negri, a baroneza de Suttner, de Cheliga, de Severine, e outras, ajudando o nucleo masculino, como Emilio Rivoir, Theodoro Moneta, Edmundo de Amicis, José Giacosa, Gugliemo Ferrero, Paschoal Villiari, Cesar Alba e o ex-presidente dos Estados Unidos da America, Roosevelt, levando a Christiania a sua palavra fluente e referindo-se em 5 de Maio de 1910, n'um discurso notavel á paz universal; Eduardo VII que, pela morte abriu lacuna sensivel nos pugnadores das ideias de arbitragem; o professor austriaco, Lammasck, Orudhommeaux e em Portugal, o orador notavel dr. Sebastião de Magalhães Lima, Magdalena Frondoni Lacombe, dr. João de Paiva, Cesar do Inso e outros vultos grandes.

O progresso impõe a soberania da sciencia sobre a supremacia pelas armas, a lucta só no campo do saber e a arbitragem como supremo juiz das ambições mundiaes.

Comtudo, a despeito de quantas resoluções se tomavam nos

tribunaes arbitraes, as guerras succediam-se, e o conselho internacional da Haya, só se impunha em pequenos litigios, emittindo voto apoz caudaes de sangue, como na resolução Peru e Equador, chegando a ver regeitadas interferencias.

Apparecia ainda o archi-millionario Andrew Carnegie, que depois de crear bibliothecas entregava dez milhões de dollars a uma commissão para empregar exforços tendentes a abolir a guerra.

Visavam os congressos da paz á federação pacifista europea, primeiro passo, para uma federação universal, para a qual as nações se reuniam, sem accordo unitario apoz, dezeseis conferencias e oppondo ás deliberações pontos de restricção.

600 delegados de 24 paizes, compareceram ao de Agosto de 1910. Ali foi approvada uma moção lamentando que a Duma e o governo russo tivessem modificado a convenção que unira a Finlandia á Russia, sem o consentimento d'esta, e que motivára em 12 de Maio de 1910 uma representação londrina de 120 membros do parlamento, liberaes e nacionalistas, protestando contra o projecto que restringia na Finlandia as liberdades individuaes; resolvendo declinar a intervenção na politica pacifista pela manifestação de sympathia dos monarchas neo-egypcios; inscrever a questão egypcia e a questão da Polonia no programma dos congressos, cujos estudos deviam competir ao gabinete de Berne; e convidar os Estados Unidos á convocação d'uma conferencia internacional diplomatica afim de accordar nos meios de ser assegurada a inviolabilidade das propriedades particulares sobre o mar. O congresso seguinte era fixado para 1911, em Roma.

Seguia-se-lhe, (30 e 31 de Agosto e 1 de Setembro de 1910) a reunião, em Bruxellas, da União Interparlamentar da Paz e Arbitragem, que em 16.ª conferencia annual, alem de tratar da reforma dos seus estatutos, resolvia recommendar a ratificação pelas potencias signatarias da declaração londrina de 26 de Fevereiro de 1909 que realisava a coordenação internacional das leis e costumes das guerras maritimas como auxiliar do tribunal internacional de apresamentos previsto na convenção da Haya de 18 de Outubro de 1907; recommendar a ractificação

da convenção sobre funccionamento do mesmo tribunal; reservar os votos para a abolição no direito da guerra maritima, do decreto de captura, para a limitação do direito de bloqueio ao porto de guerra e praças fortes; limitação de caracteristico do contrabando de guerra, ás armas e munições destinadas ás potencias belligerantes e para a prohibição de se destruirem navios conductores de contrabando de guerra e mercadorias, cahindo apenas n'essa lei destruidora o contrabando; convidar todos os estados a assistir ás conferencias interparlamentares; declarar de conveniencia a fixação immediata em dez centimos do porte das cartas até 20 grammas para toda a Europa; a instituição d'um grupo internacional para estudar a forma de estender a todos os estreitos e canaes interoceanicos, as convenções Chili-Argentina de 23 de Julho de 1881, de Constantinopla de 29 de Outubro de 1888 e, anglo-americana de 18 de Novembro de 1891, que subtrahiu ao direito commum de guerra, respectivamente, o estreito de Magellan, o canal Suez e o canal do Panamá, ainda em construcção.

*

* *

Inaugurava-se tambem em Copenhague (12 de Agosto) o 5.º congresso internacional de assistencia publica e de beneficencia privada.

Foram discutidas as theses: soccorros a prestar a doentes nas povoações ruraes; assistencia aos estrangeiros; estudo das bases para accordo internacional sobre assistencia publica; funcções das mulheres nas instituições de assistencia; auxilio a prestar ás viuvas e seus filhos.

Teve o congresso uma nota tragica.

Na sessão de 13, ao ser concedida a palavra ao delegado francez Dele, a delegada russa Zatzlauska, quiz obter a primazia.

Ao pedido cortez do presidente, para que aguardasse o fim do discurso de Dele, a russa lançou-se sobre estes, procurando feril-os com um punhal.

A exaltada e digna representante da autocracia da Russia, era presa, ante censuras á patria de Nicolau II pela escolha da delegada.

Comtudo os russos visavam apenas a exportar a perigosa compatriota, que já tinha nos registos pessoaes dois altos escandalos obtidos pela inconsciencia dos seus actos: um attentado contra Casimiro Perier, quando presidente da republica franceza e outro contra o burgomestre de Berlim.

*

* *

Um acontecimento notavel se dava a 2 de Agosto: a inauguração do novo canal de Mellila, destinado a estabelecer as communicações maritimas entre o Mediterraneo e o Mar Chico.

*

* *

Para amenisar os amargos transes provocados por uma existencia incomprehensivel, e tendenciosa dos partidarios realengos, só vassallos fieis do throno quando aggrupados sob a bandeira do poder, surgiu extranho e sensacional incidente.

Agitou elle a politica e a litteratura, e o proprio povo, pela qualidade do assumpto, se interessou vivamente.

De ha muito que o poeta Gomes Leal, farto de fustigar a realeza e a cleresia em versos sonorosos, onde o espirito democrata attingia o aspecto vehemente de revolucionario exaltado, deixava transparecer nas suas obras uns laivos mysticos, evocações a Christo e acreançadas exhortações ao rei D. Manuel para affastamento de conselheiros e de errados passos.

A morte da mãe de Gomes Leal trouxe a transição final, embora surgida já, subtil, nas paginas da «Mulher de Luto».

O poeta do «Ante-Christo», era agora o poeta da «Senhora da Melancholia». O deffensor do anti-realista «Marquez da Bacalhôa», o auctor do «Hereje», desapparecia.

O poeta apostatou.

A apostasia não é só o renegar da religião. Apostasia é a de um padre que abjura de crenças religiosas, como é apostasia o acto de quem rasgue de alma o seu ideal, quer o alimente a doutrina do christianismo, que o synthetise a doutrina d'uma crença contraria a dogmas da egreja

A apostasia de Gomes Leal, do auctor do «Ante-Christo» (*) abjurando da revolução e da republica, para cahir nos braços do monaticismo e da monarchia, quasi ultrapassou a queda, outr' ora de Joris Karl Huysmans, que, apoz as exaltações das ideias novas, se sumia, lugubre, magestatico, nos corredores d'uma abbadia dos frades de S. Bento, para relatar no seu «En Route», as surprezas do sacrificio, como se quizesse demonstrar assim não haver abjurado ainda das miserias da vida, não haver olvidado ainda as horas gratas da sua existencia de escriptor.

Notavel foi pois a subita a transformação mental do poeta, ao, cahindo nas garras do jesuitismo, espalhar n'uma celebre «Carta aos sacerdotes christãos», precedida do titulo «O meu protesto», a sua doutrina abjurista, surgida n'um dos orgãos principaes do religiosismo.

Extranho era esse documento, dictado, segundo uns, pelo entranhado affecto á mãe, que lh'o pedira na hora extrema, segundo outros, pela propria miseria, que pela mão o conduzia a soccorrer-se dos adversarios politicos, depois de cerrada a porta de amigos, de correligionarios, de desprezado pela democracia!

Dizia assim:

O MEU PROTESTO

Carta aos sacerdotes cristãos

«Em 1900 escrevia eu: — «A Europa adoéce de todos os defeitos da nossa civilisação burguesa: o «Egoismo», a «Rapina», a «Embófia». Pelo egoismo, a civilisação deixa morrer de fome o pária na India, e na Europa o proletario. Pela rapina alimenta, carinhosa e materna, com bifes de selvagens, de in-

(*) Foi posta á venda em 23 de Abril de 1886.=N. d'A.

dios, egypcios, e demais nações, o estomago dos seus piratas. Pela embofia, prepara as «bancarrotas» e cria entes ridiculos e efeminados, que são os bonécos do Luxo. A oratória tornou-se uma declamação, a litteratura um fonográfo, o theatro uma carta transparente, a poesia uma caixa de musica. Ha paixões e cuias postiças, bons sentimentos e douraduras artificiaes. Podeis dourar a vossa honra e os vossos queixaes, a vossa dignidade e o dente de sizo. E' o século do ilusionismo, do reclamo, dos labirintos de espelhos, dos poetas «decadistas», e das cabeças falantes Exibem-se princezas todas núas em caixas de fósforos de cêra. Florescem os «cotillons» nas salas, e no teatro os bailados de serralho. Aquele cinico bandalho que ali vae, de penante amolgado e pala verde n'um olho, vende litografias imoraes e utensilios secrétos. Quem é aquelle aparatoso «Nabábo», de barbas apostolicas, que vae repimpado n'um «landau» puxado por quatro meklemburgueses? E' um ex-trapaceiro, que deitou certos pós no «cognac» do seu socio, afim de lhe fazer ouvir mais depressa as celestiaes sinfonias. Quereis um amor, um discurso, uma cavatina, uma tragedia?... Chegae-vos áquelle cavalheiro palido e engomado, ou áquella dama de olhos macios e espartilhada, e tocae-lhe n'uma «certa mola». E' preciso que Edison fabrique o «manequim sentimental e pratico:» — um cavalheiro de monoculo, que ajoelha e faz uma declaração de amor, em se lhe deitando n'um certo buraco, do lado do coração, uma libra de bom toque. Quem fizer isto ganhará milhões e fará uma preciosa sátira.» Isto escrevêra eu em 1900, no «Fim de um mundo». Ora hoje, em Portugal, em 1910, nada ha mudado em quanto á qualidade, mas sim em quanto á quantidade. Parece que não decorreram só dez annos, mas dez seculos de perversidades, de blasfemias, de politicas sangueiras. Porque a verdade é, que n'estes dez annos não se cometeram só vulgares delapidações e politicas roubalheiras, perpetraram-se verdadeiros autenticos crimes. E elles foram d'esses hidiondos crimes, d'esses terriveis e espantosos crimes, que enlaivam e maculam para sempre as paginas santas da grande alma de um povo, e que n'elle ficam impressas a letras de fogo, d'esses crimes que revolvem ossos dos mortos nas suas campas geladas, que bra-

dam e protestam perenemente e clamorosamente, para os céos justiceiros e implacaveis. Diz-se que D. Carlos I cometera hediondos despotismos, violencias, peculatos. Mas que crime havia perpetrado, sob os olhos dos ceos inviolaveis ou dos homens, o joven principe real, puro de toda a macula? Que crime havia perpetrado tambem então o imberbe e juvenil infante, que hoje é o rei D. Manuel, e que estava tambem para ser chacinado como seu irmão e seu pae, e todos os demais membros da familia real, á sanha dos sicários conluiádos?... Acaso não sabiam ou não sabem estes homens de violencia e de exterminio, que o sangue do inocente, quando ensópa a terra, clama e brada mais do que o de nenhum outro mortal, aos ouvidos da inalteravel Justiça que habita nos céos intemeratos?... Não o sabem elles acaso?... E não o sabem por que se cognominam livres pensadores, ou porque os seus peitos de calcáreo estão embotados e impassiveis por teorias de morte e de exterminio, ou por facciosismos sanguinarios?... Como querem portanto elles, como quer este governo periclitante, que ahi está hoje nas cadeiras curúes do poder, sem orientação e sem livre alvédrio, conceder a amnistia a assassinos desnaturados, quando o sangue das victimas no sólo da patria ainda fuméga, porque não teve ainda tempo de arrefecer e de enxugar no torrão aonde caiu, nem tambem de emudecer e de deixar de bradar pela vindita eterna?... Não. A amnistia dáda em taes casos, tão recentemente, tão extemporaneamente, tão imprudentemente, não é só um arriscado acto politico inhábil, é uma afronta ás mais simples noções da Justiça. Concedam essa amnistia muito embóra aos réos de delictos de imprensa, aos rebeldes da opinião publica, aos insubmissos e exilados. Nada tenho com isso. Mas ainda é cedo para os assassinos politicos, para os homicidas dos Braganças, para os matadores de creanças irresponsaveis e inocentes!... Uma outra cousa me repugna e me dóe, me repugna como filósofo, e me dóe como cristão, é esta guerra rucruente e desastrada que se está imprudentemente atiçando contra a Egreja e os seus ministros. Politicamente é uma atróz inepcia, porque taes politicos ignoram quiçá que estão brincando com o fogo, e talvez desconheçam ignaramente o poder que tem ainda o presbitero cris-

tão no seu torrão patrio, e no animo religioso dos seus parochianos. Filosoficamente é um erro crasso, sobretudo em livres pensadores que prégam a liberdade imaculada e augusta das consciencias. O presbitero, é sobretudo o parocho rural no seu torrão alpestre, no seu ninho sertanejo e singelo, na sua courela quasi patriarcal e modesta, extranha ás pompas e ás vaidades do mundo, é ainda uma potencia digna de respeito e veneração, por que elle representa um simbolo augusto, e elle é a caracteristica de uma tradicção secular e forte. Não brinquem com elles, por que ignoram a sua força simples! Não os apupem, nem cubram das vaias populares, por que são humildes! Nem aticem tambem as labaredas do incendio demagogico contra os seus pobres e desabrigados ermiterios, por que esse incendio pode lavrar até ás capitaes e aos palacios, e por que elles tambem são homens, são cidadãos, e alguns d'elles, coitados! são tambem proletarios da batina e a roupeta.

«O pároco rural — lembrem-se bem d'isto — está tão agarrado á sua egreja rustica e ao seu torrão patrio e simples, que quando amado pelos seus fieis, se d'ahi o descólam e enxótam como um sarnento rafeiro, parece que todo o torrão revoltado tambem vem atraz d'elle. Tem-se visto e ainda ver-se-ha! O odio truanesco ao padre é uma «phobia», tão caricata afinal como todas as «phobias». Elle procede ainda d'esses tempos declamatorios e jacobinos dos discipulos de Diderot e de Pigault-Lebrun que prégavam tão rabiosamente, deante de uma turba esguedelhada e virolenta de «sans-culóttes», aquelle paradoxo escarlate de se «enforcar o ultimo rei nas tripas do ultimo frade». Mas n'este século de analise e critica fria, quando livre das paixões da praça publica ou da ruéla, estas «phobias» jacobinas caem no mais deploravel ridiculo, e não obteem nenhuma cotação perante os humanistas ponderados modernos, isto é, os sabios de juizo rectilineo e são, os que teem a glandula pineal em bom estado. As guerras de religião da barbara Edade Media já não teem razão de ser n'um século que pompeia de asisádo e culto. São contrasensos históricos, que se pagam muito caro, tanto para vencidos, como para os vencedores ovantes. Ninguem tem o direito de cortar a vida d'alguem, senão aquelle que nol-a ou-

torgou, que foi Deus. Mas esse mesmo nunca ousou nem abusou d'esse direito, visto que o espirito é imanente, e a Materia, segundo o que a Fisica reza, transforma-se, mas jamais se aniquila no Espaço, no Tempo, no Numero. Eu por mim lastimo, do mais entranhado do meu intimo sêr, essa guerra incruenta, iniqua, impolitica, que vejo atiçar se contra a Egreja, contra o Cristo, e contra os seus ministros, desde os mais graduados e poderosos até ao mais humilde e pacifico padre de serrana aldeia. Prevejo n'este seculo «anti-cristianisado», que eu já descrevi algures, uma guerra sanguinolenta, anti-cristã, anti-filosofica, anti-humana. Prevejo uma guerra fratricida e iniqua, em que os livres pensadores não levarão decerto a melhor, e contra ella aqui protesto solenemente e me insurjo, por que, tendo sido toda a minha vida um combatente em prol dos oprimidos, bandear-me-hei de animo alegre e de consciencia placida e tranquila, em defeza da Egreja perseguida, e dos ministros dos altares assassinados e espoliados. Servi sempre o ideal republicano sinceramente, desassombradamente, e n'elle mantive e mantenho amisades preclaras e sinceras, mas n'este momento soléne da minha vida e da historia do meu paiz, desligo me d'elle, por que o plano do seu combate anti-christão e anti-religioso briga profundamente com as minhas convicções espirituaes. Crimes laicos e religiosos sempre se perpetraram em todos os tempos, tanto no Estado como na Egreja. Mas tambem lá nos seus codigos se conteem as leis para os punir. O que nunca se viu escripto, porem, em nenhum código humano, é que se extinga e se vote ao exterminio toda uma classe inteira, por alguns «delitos dos seus membros». A Egreja todavia nunca se extinguirá nem aniquilará. Será sempre uma queixotesca demencia herética, não só pensal o, como tental-o. A sua força não provem dos homens, por isso não deve temer os homens. E a provar a fé n'isto, solenemente declaro, que me retrato, repilo, abjuro de todos os escriptos e poemas que hei tracejado, em que se contem materia contraria aos ideaes que actualmente professo, e que foram de escandalo para o Cristo e a sua Egreja. Por que as obras que hoje perfilho, préso, e quero que deponham amigos meus sobre o meu peito, e dentro do humilde caixão que baixar á minha derradeira jazida, são o

segundo «Anti-Cristo», a «Senhora da Melancolia», e essa macia, branda e suave «Historia de Jesus», que eu tracejei n'uma hora feliz, para as loiras creancinhas lêrem. De hoje em deante o meu caminho está prescrito e traçado. Combaterei sempre a favor do verbo de Cristo ultrajado e dos seus antistes cristãos perseguidos. Pelejarei com a sinceridade de coração com que tenho profligado sempre a favor d'estes augustos ideaes, e se acaso n'esta refréga ou n'outra iniqua e maldita, os justos forem derrotados eu terei o maximo jubilo intimo, em cair varejado entre as falanges dos perseguidos, dos martyres, dos vencidos. Uni-vos, pois, ó parocos cristãos, pelejae pela vossas crenças e as vossas regalias, por que vós não tendes culpa dos crimes d'outros, e a campanha que se vos move é iniqua, e desegual!. . Por mim, continuarei sempre a protestar convictamente contra esta onda de lama e sangue, com que nos querem salsujar e laivar a todos, e contra este projecto de amnistia aos regicidas, outorgada talvez, quem sabe! para purificar tambem os incendiarios de Alijó».

Dizia isto o poeta no diario «A Liberdade» (N.º 526 — Anno III) de 2 de Agosto de 1910. O jornal, por seu lado, acompanhava essas palavras com as seguintes:— «As columnas de honra da «Liberdade» são hoje occupadas por alguem, que todo o paiz conhece e admira. Gomes Leal, o admiravel poeta que é uma das mais altas encarnações do genio lyrico latino, o artista extraordinario tão puro e d'uma inspiração tão larga, sacudido pelos abalos d'uma vida agitada, procurou, como tantos outros, na phase de amadurecimento do seu espirito de pensador e de philosopho, o refugio tranquillo do catholicismo, acolhendo-se á sombra da cruz, que é o labaro que incessantemente reune os que muito luctaram e soffreram. Esta conversão que todos os catholicos portuguezes acolheram com a mais viva e intensa alegria, continua a tradição brilhante dos que, como Veuillot, Coppée, Huysmans, Lemaitre, Bourget, Brunetiere e tantos outros, regressaram ao Evangelho, apoz as trabalhosas tormentas da existencia.

«Gomes Leal, inclinado ao catholicismo desde muito tempo, decidiu-se a transpor os humbraes da Fé no dia em que uma

santa mulher, que lhe fôra mãe carinhosa e que condensára todos os affectos da sua existencia, subiu á eternidade dos crentes levando na pupilla morta os reflexos da sua fé profunda. Consequente com as suas ideias, depois d'um periodo da preparação do seu espirito, o grande poeta, que é a honra das lettras portuguezas, abjurou os seus erros e entregou-se, com todo o seu enthusiasmo, ao catholicismo militante. Honestamente, está procedendo á revisão de todas as suas obras; a segunda edição do «Anti-Christo», recentemente publicado, está espungida de tudo quanto pudesse susceptibilisar as suas convicções religiosas.

«Se a conversão de Gomes Leal nos encheu de alegria, como catholicos, a sua adhesão ao partido nacionalista, feita expontaneamente ha poucos dias, produziu-nos a mais viva impressão de jubilo. O admiravel poeta é, desde agora, um dos correligionarios mais illustres que se contam dentro das nossas fileiras; e decerto que o seu extraordinario valor, a sua grande alma de artista, o fogo do seu sentimento hão de influir vivamente na nossa vida partidaria.

«Gomes Leal promette á «Liberdade» uma collaboração assidua, noticia que produzirá o maior enthusiasmo nos nossos leitores. Inicia-a hoje com um admiravel artigo. Queriamos acompanhal-o com outro, em que tracejassemos o perfil litterario, inconfundivel, do grande e glorioso escriptor; mas força-nos a falta de espaço a addial-o para melhor opportunidade. Receba o nosso querido poeta a expressão do nosso reconhecimento, pela honra que nos concedeu. Interpretes do partido nacionalista, e, mais ainda, dos catholicos portuguezes, saudamos o grande artista da «Claridades do Sul» e da «Historia de Jesus».

Surgiram as luctas jornalisticas.

Os republicanos vendo escapar-se esse batalhador audaz que das suas fileiras desertava, depois de atirar aos inimigos a ironia mordaz e a aggressão viva, tentavam derrubal-o do pedestal, dando-lhe a mentalidade poderosa como obscurecida. A força dos novos adeptos de Gomes Leal, derruia-se ante o ataque e fraquejava.

Assim,emquanto a imprensa democratica, o«Paiz», na «Queda d'um genio», citava os seus risos contra a Deus, a vehemen-

cia das campanhas anti-religiosas, derruindo energico como Voltaire, as creações catholicas; a «Capital», arrogante, o classificava de doido, em artigo, e em gravura, o dava de rosario, ao pé de um throno de Santo Antonio arrastando a lyra pelo chão e esmolando, para o thaumaturgo, (*) e o «Mundo», correcto, attribuia a conversão a desgostos intimos e doença grave, relembrando-lhe os versos soberbos da «Traição»; e a «Lucta», aggressiva, o apresentava como imbecil «com chispas de genio» ; os monarchicos, apenas desvaneciam os seus aspectos de lucta, dando-o como batido no campo democratico e procurando refugio no realengo, o que levou o «Mundo», a, abdicando da primeira phrase benevola, atirar a publico os pedidos de auxilio por Gomes Leal, assumpto que, longe de cahir sobre o poeta, apontavam apenas as suas necessidades de vida e as suas desillusões politicas.

Mas, em phrases justas, que não eram desmanchadas pelos laivos de despeito, o «Paiz» espelhava a boa fórma critica do acto:

«Elle, o Gomes Leal, nacionalista! Elle, o Gomes Leal, aos pés da cruz! Ai! não é o soldado republicano que nós choramos, não, ao vel o partir, armado e equipado, para o campo inimigo. Gomes Leal, como republicano, pouco significava, e, hoje no campo inimigo, elle não representa sequer um perigo. O que nós choramos, isso sim, é o homem de genio, é o poeta, que depois de nos dar uma tão grande obra, veio a renegal-a, lançando sobre a sua propria gloria uma nodoa negra!»

Gomes Leal, o anti-religioso, o sarcastico, passou a assistir a todos as missas matinaes do Resgate ou da Pena. Elle, que, fazendo da penna carcaz e das poesias, settas, atirára sobre as dynastias as vaias do seu humorismo e da sua democracia, ia passar os dias com as novas crenças, em casa sem vidros, deixando á brisa campo livre para lhe levar censuras ou desabafos, e ao frio mais ampla entrada para o enregelar sob as roupas pobres, acção a que elle só poupava as mãos, precisas para escrever, sempre cobertas de luvas, que, guarneciam exhuberantemente o aposento...

(*) *A Capital* de 3 de Agosto de 1910.

Gomes Leal, annunciou novos trabalhos feitos sob as vistas d'um Christo collocado na sua mesa. E elle, que ali o tinha, escrevia o livro «Christo nos Infernos», junto com as «Memorias d'um revoltado», continuação da historia da sua vida; o «Macaco de Nero», estudo sobre Roma e a «Cidade do Diabo», estudo sobre a decadencia do mundo moderno.

O poeta, que tarde chegou a dar a publicidade ás novas obras, e que, por coincidencia, ia, para a Monarchia quando esta estava prestes a ruir ao canhoneio republicano, deixou pouco a pouco resurgir a antiga crença politica. Senão mais foi atheu, a Republica lhe sorriu de novo, antes mesmo de os seus brados de victoria estrondear nas ruas acompanhando a Marselheza e a Portugueza, entoadas livremente.

O poeta porém, cahira e se as suas obras passadas fôram o seu pedestal de gloria, a sua vida de futuro foi uma triste e derrancada odysseia, distribuida entre o cantochão sacerdotal nas egrejas e a convivencia silenciosa dos livros nos recantos das bibliothecas...

A obra de Gomes Leal apparecia depois á venda por 20 réis na Feira da Ladra, em Santa Clara, de parceria com os volumes da sua vasta bibliotheca, volumes com dedicatorias até que o poeta vendeu para que a fome recuasse... um dia ao menos.

Mais tarde, Republica em Portugal, e para se conduzir o poeta a situação deprimente, collocando-o sob o prestigio dos que tanto e tão injustamente o deprimiram, era proposto no parlamento a retirada da pensão á viuva e filhos de Eça de Queiroz, a pretexto de que eram adversarios da Democracia e distribuindo-a á viuva de Raphael Bordallo Pinheiro e a Gomes Leal, ao qual caberia 300$000 réis annuaes.

O auctor da «Senhora da Melancholia», recusava tudo, em carta (*) onde fundamentava altiva e nobremente essa recusa:

«Ha dias mandou v. ex.ª convidar-me a explanar a minha humilde opinião sobre a «famosa pensão Eça», que o parlamento entendeu dever transferir da sua viuva e filhos para outra viu-

(*) *O Dia*, de 21 de Junho de 1912.

va tambem esposa, a esposa de Rafael Bordallo Pinheiro. Não se limitaram porém até aqui as transferencias. Eu tambem estive para ser incluindo n'essas transmissões orçamentaes entrando n'ellas assim como uma especie de Pilatos, não do Credo mas do thesouro publico. Deu se o caso porém, segundo narram vozes varias e gazetas publicas, que antes da pensão ser transferida definitivamente para a illustre senhora, viuva de Bordallo, um bravo deputado, «bravo» não só pelo caracter, segundo me dizem, como pelo appellido, nas melhores intensões decerto e que eu commovido agradeço, propoz que parte d'essa pensão fôsse votada a meu favor, ficando eu assim d'esta feita, á semelhança de S. Paulo, não um Apostolo dos gentios mas um pensionista «in partibus infidelium»... Começando pelo principio pois, eu exporei a v. ex.ª os meus principios: Em these, eu fui e sou o adversario confesso de todas as pensões do Estado, exceptuando a concedida aos que vão estudar, aos orfãos e ás viuvas de todos os benemeritos, ou aos «invalidos do trabalho», isto é, aos «verdadeiros vencidos da Vida». Em quanto um trabalhador, um heroe pode luctar, cheio do rubro sangue da Saude, da Vida, da Força, na grande campanha heroica da existencia, todas as pensões votadas pelo Estado não são mais na maioria dos casos, senão auxilios indirectos á Vaidade, á Pompa ao Luxo ou á Dissipação, em vez de serem, «como só devem sêr», subsidios sociaes para a funcção regular da sua actividade phisica e intellectiva, isto é, a dinamica sagrada do corpo e do espirito. D'aqui não ha que passar, estabelecida a minha these. Eu bem sei que muitos poetas, homens de lettras e generaes gloriosos e pomposos, como Lamartine e lord Wellington, tiveram pensões de milionarios, votadas aos seus méritos e vitorias, estando ainda cheios de saúde, vida e força; mas a pompa dos seus poemas ou das suas façanhas em nada abala o alicerce do meu principio, antes mais e como que o enraiza e verruma á gleba da egualitaria verdade em que o plantei. Coherente com estes principios, pois, uma pensão vitalicia votada em casos, como o caso Eça, não pode ser transferida para ninguem em quanto se não provar que o derradeiro dos contemplados morreu ou já não carece de tal pensão. Este é o caso generico da pensão Eça, e

resta-me só agora falar do meu caso particular. «Hcc opus hic labor est!» Quanto ao meu caso particular, em que o meu nome foi envolvido, pretendendo fazer-me sair da obscuridade e da sombra amiga em que vegeto sem mágoa, eu direi que elle é simples de resolver, em vista dos meus principios. Se essa pensão me fôsse concedida, eu recusal-a-hia por tres motivos muito racionaes e ponderaveis que v. ex.ª vae apreciar. Em primeiro logar pelo reconhecimento tacito da inferioridade propria em face do merito de muitos outros artistas da palavra, falada ou cantada, que nunca a receberam em vida, como são Bulhão Pato, Theophilo Braga, Guerra Junqueiro, Manuel Duarte de Almeida, sem falar de Guilherme Braga, de Herculano, de Garrett, Julio Diniz ou Soares de Passos, e outros mais que omitto. E' certo que eu levantei muito alto a alma do povo e ha de ser muito difficil talvez arrancar lhes das suas memorias o meu nome, se é certo o que em varios momentos da minha vida, tenho constatado e reconhecido. Mas eu fui um poeta, que, á excepção de algumas lyricas suaves e faceis, não me tornei familiar nem identifiquei com os seus conhecimentos ingenuos e simples, como varios outros, e porque, áparte a minha propaganda revolucionaria, em que fui animado e como possesso de uma vingadora «Musa furiosa», na maioria das outras composições fui sempre um enamorado do «bizarro» ou «da singularidade mysteriosa», e portanto o meu espirito e o meu éstro um tanto «sibilinos» foram para muitos como expressões mudas, vagas, sem sentido, e ficaram sem echo na grande massa anonyma, pouco instruida e preparada ainda para meditações de longo curso. Tanto o primeiro «Anti-Christo» como o segundo, ainda não foram nem são comprehendidos. Quanto á segunda razão por que tal pensão recusaria é porque já mais me prestaria a acceitar essas tristissimas e santas migalhas de uma pensão relativamente pobrissima subtrahida á esposa viuva de Eça de Queiroz que eu tanto admirei e amei em vida, d'esse querido e inegualavel mestre da prosa alada, vaporosa, cantante, tal como um genio risonho da Scandinavia, ou algum pequeno «elfo» gracioso da Germania, entoando balátas amorosas e sentimentaes a um raio de lua, baloiçado na curva airosa de uma onda verde

do Rheno!... Não, eu jámais perpetraria tal. Finalmente, a terceira e derradeira rasão por que a não acceitaria é porque, depois de não ser um pensionista «in vérito», nem um pensionista «in partibus», menos me felicitaria decerto em ser beneficiado antes de tempo e de attestado medico, como um «invalido do trabalho», emquanto me sentir pujante como um velho athleta da Ideia, disposto a morrer sempre cantando e luctando, com a penna sagrada em punho, tal como ao claro sol amigo dos heroes, como diria Anthero, os antigos e indomaveis guerreiros da velha Armórica, a espada ainda na mão. A penna das leaes sentinellas da Ideia é a sua espada. — De v. ex.ª muito admirador e servidor. — Gomes Leal».

A recusa era attendida e da pensão beneficiavam os descendentes de Bordallo Pinheiro.

*

* *

A 4 fallecia em Condeixa, um dos representantes da velha nobreza, Manuel Pereira Ramos Santhiago Ramalho de Azevedo Coutinho de Lacerda e Mello.

Espirito altruista, grangeara a amisade dos naturaes de Condeixa, em cujo concelho exercia alta influencia politica, augmentada com a hospedagem dada no seu palacio a el-rei D. Carlos em 7 de Setembro de 1904, que ali voltara com o principe real D. Luiz Filippe em 9 de Junho de 1907, tendo sido egualmente hospedeiro em 26 de Maio de 1906, do infante D. Affonso.

Manuel Ramalho, que nascera a 3 de Fevereiro de 1863, era filho primogenito de um dos convencionistas de Evora-Monte, Francisco de Lemos Ramalho de Azevedo Coutinho, commendador e cavalleiro professo da Ordem de Christo, senhor e alcaide-mór da Villa de Pereira, moço fidalgo com exercicio no paço, conde de Condeixa, por D. Miguel I e marquez de Pereira.

Foi governador civil da Guarda e de Coimbra, este cargo exercido de Setembro de 1907 a Fevereiro de 1908, e presidente da camara municipal de Condeixa.

O funeral serviu para a demonstração do povo de quanto queria ao caridoso fidalgo. Duas mil pessoas o acompanharam á derradeira morada, a pé.

*

* *

Failecia a 5 de Agosto, um missionario e intemerato explorador africano, o padre Joaquim Folga, antigo companheiro do depois bispo do Porto, D. Antonio Barroso, quando elle, bispo de Moçambique, percorria as missões de S. Sebastião do Congo.

N'essa epocha fundava, com encargo seu, a de Cacongo.

Peregrino audaz, prégou os evangelhos nas terras de Galanda e Ganguellas, territorios de Santo Antonio do Zaire, sendo a sua palavra de paz escutada com carinho pelos indigenas, durante os vinte annos exerceu o espinhoso encargo.

Teve o habito de Christo, mas melhor que honrarias lhe saberia o financeiro auxilio, o premio do socego da velhice. Folga, morria pobre, em Lisboa e nem uma missa teria, nem n'um caixão tinha direito a repousar, se o clero lhe não valesse, dando-lhe sepultura condigna ao heroe, pois nem só é heroe quantos vão, de espada afiada, cortar cabeças como quem ceifa trigo sanzonado.

Folga, missionario do bem, da paz, conquistava pela palavra.

Os indigenas como espirito bom o tinham e não erravam.

*

* *

N'essa data fallecia o capellão da casa Palmella e da real collegiada de S. Roque, padre Bobbio Prozia. Era natural de Roma, onde nascera em 1825.

Deixou inedita uma obra de valor, um diccionario grego-portuguez.

*

* *

N'essa data descobria-se na republica de Venezuella, uns preparativos de revolta contra o presidente Gomez.

Este, que viu no facto o applicar da pena de talião e se recordou do exilado e perseguido Castro, oppoz, para sua conservação no poder, as grandes violencias e encheu os carceres de revolucionarios e não revolucionarios.

Os cabecilhas refugiavam-se em Londres e assim voltou, temporariamente, a paz a Venezuella, embora o horisonte continuasse ensombrado, a ponto de, a 10 de Outubro seguinte, os presos da revolta, se conseguirem evadir, vindo ás ruas de Maracaibo commetter latrocinios. Castro, não querendo deixar de se vingar, manobrava, e pouco depois, obtendo uma velha canhoneira italiana, adquirida em Berlim, onde arvorou uma bandeira allemã, e que denominou «Grostuck» munia-se de armas e tentava desembarcar nas aguas de Cuba, o que o governo americano lhe prohibiu. (*) Ameaçado de se lhe apprehender o barco, por illegitimo arvorar de bandeira, Castro debandava, para em seguida fazer constar que ia adquirir um navio portuguez, originando um pedido (**) do ministro de Venezuella, em Lisboa, ao governo portuguez para vigilancia sobre os agentes do incansavel revolucionario que pouco depois (***) adoecia gravemente em Santa Cruz de Teneriffe. O silencio fez-se de novo e a republica venezuelana proseguiu, mas agitada sempre por continuas convulsões, a seu tempo explanadas.

*

* *

A 4 dava-se em Braga um dos muitos incidentes da agitada

(*) 14 de Julho de 1911.
(**) Março de 1912.
(***) 19 de Maio de 1912.

epocha, cheia de revolucionarios boatos, de denuncias e de perseguições politicas.

Espalhára-se no quartel de infanteria 8, que á casa do negociante da rua Nova de Sousa, Sebastião dos Santos Cunha, fôra feita uma encommenda de 200 pistolas modernas e 10:000 cargas.

Cunha que possuia no logar de Cerqueira, Monte das Casas, um deposito de explosivos, teve logo cercada a residencia, sendo preso no dia 4.

Realisavam-se diligencias largas, emquanto o accusado era submettido a interrogatorios rigorosos, d'onde se apurava que effectivamente o procurára certo individuo propondo-lhe a importação do armamento, logo recusada.

O relato do extranho caso dera origem á denuncia.

Salvou-se o negociante Cunha da embaraçosa posição, sendo restituido á liberdade no dia seguinte.

Por muito tempo foi vigiado não dando porém margem a novas perseguições.

*

* *

A constante falta de trigo nacional, fizera ver a conveniencia do estabelecimento d'um deposito d'esse cereal.

O ministro das obras publicas, Pereira dos Santos, deferindo uma representação da Associação Central de Agricultura Portugueza, fazia publicar (*) então o seguinte decreto:

«Attendendo ao que me representou a Real Associação Central de Agricultura Portugueza ; Tomando em consideração o disposto no artigo 3.º do regulamento approvado pelo decreto de 27 de fevereiro de 1905, ordenando que fossem creados dois armazens geraes agricolas, principalmente destinados a aguardente e alcool vinico;

«Hei por bem decretar o seguinte: Artigo 1.º Fica auctorisado o Armazem Geral de Alcool e Aguardente de Lisboa a re-

---

(*) Diario do Governo n.º 170, de 4 de Agosto de 1910.

ceber tambem trigo de producção nacional, bem como a passar os respectivos conhecimentos de deposito e warrante (cautellas de penhor) nas condições determinadas no titulo XIV do livro II do Codigo Commercial. Artigo 2.º O deposito de trigo a que se refere o artigo anterior, será feito nos termos do regulamento dos Armazens geraes agricolas de alcool e aguardente, approvado por decreto de 27 de fevereiro de 1905, na parte applicavel. Artigo 3.º Só terão a faculdade de requisitar o conhecimento do deposito e warrante annexo, a que se refere o artigo 8.º do citado regulamento, os productores do trigo depositado. Art. 4.º A quantidade de trigo depositado por cada productor, não poderá ser inferior a 10:000 kilogrammas nem superior a 50:000 kilogrammas, e só deverá ser recebido no armazem de trigo em perfeito estado de conservação. — O ministro e secretario de estado dos negocios das obras publicas, commercio e industria, assim o tenha entendido e faça executar.—Paço, em 1 de Agosto de 1910. — Rei. — José Gonçalves Pereira dos Santos».

*

* *

Inauguravam-se em Guimarães, no dia 6, as festas gualterianas, ou fossem, as da cidade.

Constituiam numeros principaes, a exposição agricola e mercado especial das industrias vimaranenses, a marcha milaneza pelas ruas da villa, batalha de flores, e os arraiaes nocturnos, encerrando se as festividades no dia 8.

*

* *

Na India, realisava-se então uma ceremonia piedosa.

Dos prelados ali fallecidos, só não tinham lapides sobre as suas campas no presbyterio da Sé Patriarchal de Gôa, o arcebipo D. Antonio Feliciano de Santa Rita Carvalho, fallecido á 1 hora da madrugada de 1 Fevereiro de 1839 no palacio de Penelim, enterrado ás 7 horas da noite do dia seguinte; o arce-

bispo de Gôa e primaz do Oriente, D. Frei Manuel de Santa Catharina, fallecido nas casas do Deão José Paulo da Costa Pereira e Almeida, sepultado na tarde de 12 de Fevereiro de 1812, no prebysterio da capella-mór, jazigo de prelados e que, segundo documentos antigos, apoz 36 horas de morrer se conservava «tão flexivel como se estivesse vivo»; e o arcebispo de Cranganor, D. José Cariatti, sagrado no continente portuguez e que tomou posse do arcebispado em Maio de 1776, vindo a fallecer em Santa-Ignez, no palacio do arcebispo de Gôa Frei Manuel de Santa Catharina, onde tinha aposentadoria e ficando sepultado na tarde de 11 de Setembro de 1786, apoz tres officios funebres, cantados respectivamente pelos religiosos franciscanos, agostinhos e dominicanos, e o celebrar de missas de pontifical pelo arcebispo de Gôa.

A 6 de Agosto de 1910 se cumpria a homenagem posthuma da collocação de lapides nas tres esquecidas sepulturas.

Como inscripção, haviam sido mandados gravar os esclarecimentos seguintes:

No tumulo de D. Antonio Feliciano:

SEPULTURA
DO D.r DOM
ANTONIO FELICIANO DE
SANTA RITA CARVALHO
O. S. B.
VIGARIO CAPITULAR E
ARCEBISPO APRESENTADO DE
GOA. FALLECEU A 1 DE FEVEREIRO
DE 1839

No de Dom Frei Manuel:

AQUI JAZ
DOM FR. MANUEL
DE SANTA CATHARINA
CARMELITA DESCALÇO
XXIII ARCEBISPO DE GOA
PRIMAZ DO ORIENTE
FALLECEU EM QUEPEM
A 10 DE FEVEREIRO DE
1812
R. I. P.

E no do arcebispo de Cranganor:

SEPULTURA DE
DOM JOSÉ CARIATTI
ARCEBISPO DE CRANGANOR
DONDE ERA NATURAL
FALLECEU EM GOA
A 10 DE SETEMBRO DE
1786

Por essa epocha determinou tambem o patriarcha das Indias, que terceira jazida tivessem os restos mortaes do arcebispo Dom Frei Manuel de São Gualdino, conduzidos processionalmente para junto das sepulturas dos outros bispos no presbyterio da Sé Patriarchal.

Ali deviam repousar, para sempre, apoz ter estado, no presbyterio, d'onde sahiram para dar logar ao corpo do patriarcha Valente, indo para a capella-mór, em 1867, por ordem do arcebispo Amorim Pessoa.

Revestidas foram de imponencia as quatro ceremonias, ás quaes assistiu todo o cabido de Gôa.

Mais tarde (*) eram collocadas ainda duas novas lapides na cathedral de Meliapôr, uma em portuguez com os nomes de todos os bispos e data da nomeação e outra em inglez dizendo: «Lembrae-vos d'aquelles que vos fallaram na palavra de Deus Heb XIII.» «A primeira missa foi celebrada no tumulo de S. Tomé, no dia de Corpus Cristi, depois da chegada dos portuguezes á India, pelo padre Antonio Gil, em 1521; frei Bernardo da Cruz 1540, Gaspar Coelho 1545, padre Sebastião Gonçalves 1558, padre Estevam Brito 1630, padre Antonio da Costa 1641, frei João Batista 1650, frei Antonio de Sousa 1683, padre Gonçalo Lopes 1695, padre Paulo de Sá 1709, padre Pascoal Pinheiro da Costa 1716, frei Antonio das Chagas 1719, frei Eugenio Trigueiro 1723, frei Teodoro de Santa Maria 1750, padre Lucas da Costa Ocavo 1753, frei Luiz de Santa Ana 1772, frei Tomaz de Noronha 1798, padre F. C. do Rosario 1802, S. V.

(*) Novembro de 1911.

Costa 1817, padre Z J. Dias 1823, padre M. F. Lobo 1834, padre D. J. A. Pereira 1853, padre J. C. Fernandes 1855, padre D J. de Almeida 1867, padre J. B. Gonçalves 1876, padre P. J. Batista 1887, padre J. D. de Sousa 1890, padre J. Nunes 1896, padre J. W. Levans 1898, padre J. B. Araujo 1900, padre J. J. Pinto 1907.»

*

* *

Offerecia a vida colonial variegados aspectos e a sua organisação, rarissimas vezes modelar, fundamentava as continuas reclamações para o governo metropolitano, que ás colonias dava os seus desdenhos, indifferente ás cubiças do estrangeiro e ao descalabro das finanças, serviço disciplinar e dos proprios costumes.

Surgiu na Guiné (24 de Julho) um conflicto grave entre as auctoridades superiores, dimanado de arrogancias sem precedentes. Estando encarregado do governo da provincia, o dr. Marques Perdigão, era collocado como secretario geral e portanto, governador interino, na ausencia do governador, Francelino Pimentel, a caminho para o logar, o official Joaquim Guimarães, que sem previo apresentar de documentos de identidade, se apossava do palacio do governo. Tentou o dr. Perdigão fazer-lhe comprehender o diminuto grau official de posse, mas Guimarães, arrogando-se a cathegoria, determinava a prisão do encarregado do governo, que, possuindo a força, pelo reconhecimento, ordenava a prisão do secretario geral, posto em liberdade, depois de interrogado pelo juiz da comarca e de lavrado auto de occorrencia.

Na Guiné, a indisciplina e o contra-senso, e em Loanda e Quelimane a crueldade, pois que, acompanhando os commentarios sobre aquelles successos, appareciam dois casos extranhos.

Foi um d'elles o julgamento (12 de Agosto) do 1.º tenente Antonio Pedro de Andrade Rodrigues, accusado de administrar justiça summaria e africana. A 28 de Agosto de 1909, sendo commandante da canhoneira «Save», surta em Loanda, teve

aviso de que os marinheiros 3471 José João e 4716, se haviam aggredido por desavenças pessoaes. Em logar de lhes applicar o regulamento, encerrava-os na sua camara, á porta da qual collocava uma sentinella e, vergastava o primeiro, em virtude do outro lograr escapar-se.

Livre das aggressões, o marinheiro patenteava ao então medico de bordo, dr. Jayme de Moraes, os signaes das vergastadas, facto que o tenente resolveu com a transferencia do aggredido para o «Africa», recommendando-o como perigoso, não obstando tudo a que elle se queixasse ao chefe da divisão naval, no espaço que lhe deixaram as perseguições inherentes ás notas do commandante da «Save». O conselho de guerra, da presidencia do capitão de mar e guerra Vianna Bastos, fez prevalecer o espirito da classe e simulou não escutar o confessar do tenente, de ter vibrado uns açoites no marinheiro, mas sem a minima intenção criminosa, pois não queria molestar o queixoso, mas só por effeito moral leval-o ao convencimento da necessidade de regenerar o seu procedimento.

Não era banal a confissão, antes tinha todo o aspecto anticivilisador e quiçá deprimente por apresentar um official superior da marinha, no cargo elevado de commandante de navio, a applicar açoites a um homem, praça do seu commando. Deu-se esta como 32 vezes castigada, o que ainda não attenuava o acto; deu-se a allegação de que as praças antes queriam apanhar bofetadas do que notas nas cadernetas, e o tenente era absolvido, apontando-se a accusação como improcedente e o facto de elle ter prestado serviços relevantes á sociedade.

A sociedade devia annotar mais aquelle serviço, e o conselho, decerto se inspirou em identico serviço prestado, tempo antes, na mesma provincia da Guiné, pelo capitão Alfredo Julio Lima, tenentes Sebastião Roby e Abilio Pinto, os 1.os da 14.a indigena de Moçambique e o ultimo da guarnição da provincia julgados e egualmente absolvidos em 21 de Junho de 1910, do facto de ter mandado amarrar a uma peça, onde foi chicoteado, um habitante de Bissau, accusado de roubo!

Na Huilla, (Maio de 1910) por uma simples censura, o commandante militar de Capelongo, mandava amarrar a uma ar-

vore o negociante europeu Manuel Nobrega, martyrio de que o livrou o então juiz de Mossamedes, Francisco de Mello, originando o facto ainda uma syndicancia pelo ministerio da marinha, e ordem de castigo rigoroso para os implicados no caso de Huilla.

Abandonando o regimen da justiça de conta propria, e antes de irmos aos relates escandalosos de S. Thomé, vamos entrar na analyse de factos menos selvagens e apenas da errada administração.

Desenvolvida a intriga ou a padrinhagem, pois que os conselhos de guerra nos casos escabrosos, absolviam, para eclypsar escandalos, era accusado o capitão de infantaria João Antonio Teixeira de Sousa, de em 1908-1909, quando commissario da policia de Quelimane, se haver ligado com um agente de emigração, desviando do contigente militar indigenas que eram contratados para S. Thomé. Julgado o caso em 21 de Maio, o conselho dava a seguinte sentença:

«Accordam no Conselho de Guerra de Moçambique: O sr. promotor de justiça d'este Conselho accusou o reu João Antonio Teixeira de Sousa, capitão de infantaria do exercito do reino de em 1908 e 1909, quando commissario de policia de Quelimane, se haver ligado com o agente da emigração, desviando do contingente militar annual, indigenas que eram contractados para S. Thomé. O reu allega que, sendo commissario de policia, permittiu que alguns indigenas presos por pequenos furtos, fossem contractados para S. Thomé depois de cumpridas as penas de prisão ou pagas as multas; que fez isto no uso das suas attribuições contribuindo para limpar a villa de indigenas inconvenientes á sua tranquillidade e que os indigenas foram livremente contractados perante o curador dos serviçaes. Feito o relatorio deu o Conselho aos quesitos propostos as respostas n'elles exaradas. O que visto e : Considerando que se provou que os indigenas, a que se refere a accusação, não faziam parte dos contingentes militares annuaes a fornecer por Quelimane, pois estes contingentes tiveram o seu destino e não foram só prehenchidos mas até excedidos dando todos os recrutas d'elles constantes entrada no respectivo deposito; Considerando que o accusado

permittindo que alguns presos fossem soltos, depois de alguns dias de prisão ou mediante o pagamento de multa, usou apenas do direito que lhe pertencia de graduar a applicação da pena para castigo de pequenas transgressões do regulamento administrativo; Considerando que o accusado nem mesmo se poderia oppôr a que os indigenas se contractassem como serviçaes para S. Thomé; Considerando que se provou que os contractos dos indigenas foram feitos na curadoria respectiva e nos termos legaes, sem que n'elles interviesse por qualquer fórma o arguido; Considerando que se provou que o arguido não usou de coacção physica ou moral para levar os indigenas a contractar se, pois nem mesmo a isso os aconselhou; Considerando que assim carecem absolutamente de fundamento ás imputações feitas ao arguido; Por estes fundamentos julgam improcedente a accusação e absolvem o arguido mandando-o em liberdade. Lourenço Marques, 21 de Maio de 1910. — (assignados) Amadeu Gonçalves Guimarães — Pedro Luiz Bellegirde da Silva — Alfredo Vaz Pinto da Veiga, major.»

As entrelinhas fallavam e, mais tarde, não em relação a este caso, mas a outro semelhante, apurava se que de outras provincias, sahiam degredados das prisões, deixando de cumprir a pena para entrar como serviçaes do alto funccionalismo ultramarino!

Na parte financeira, iam-se buscar a Lourenço Marques, tristes successos.

O descalabro administrativo corria parelhas com o menosprezo dos serviços e se o governo de Moçambique, adquiria á custa de sacrificios, um palacio condigno, o governo de S. Thomé, dispensava as salvas na Ilha do Principe porque. . as peças não davam fogo!

Moçambique, despontava como a menos financeiramente governada provincia e uma syndicancia, apurava em Junho de 1910, que de 1:000 contos que haviam sido applicados á construcção do caminho de ferro de Swazilandia, só 340 entravam em cofre, havendo se perdido 760 no trajecto. . .

Em Lourenço Marques, figurava e governava a camara municipal, que tendo de receita em 20 annos, alem de emprestimos,

4:700 contos, apenas dispendia 700, em edificios mal seguros e ruas macdamisadas, para «applicar» os 4:000 restantes na conservação d'essas ruas e edificios...

Trouxe o facto desavenças entre o conselho districtal e a camara, com risco de dissolução para o primeiro, ficando tudo porem (Julho de 1910) para menos alarme, attenuado só com a rigorosa administração que ali tentava fazer o governador geral Freire de Andrade.

Dava Lourenço Marques nota má sobre umas medidas benemeritas tendentes a ordenar a construcção, por conta do estado, de predios de alvenaria, com o fim especial de serem arrendados uns e alienados outros, a empregados publicos e operarios. Ergueu-se logo a Associação dos Proprietarios n'um protesto (*) documento injurioso, onde o operariado descia á cathegoria de simples frequentador de tabernas e o funccionalismo á condição de parasita. Um comicio monstro da população de Lourenço Marques, foi a resposta ao repto dos argentarios desesperados pela protecção que se ia conceder aos proletarios e aos empregados, que iam escapar-se-lhe das garras aduncas. N'esse comicio resolvia-se o appoio ao governador geral, Freire de Andrade, para a construcção de 40 casas baratas, de custo não superior a 20 contos para funccionarios cujo vencimento não fosse superior a 90$000 réis e de um grande edificio dividido em 100 ou 120 quartos independentes, destinados a operarios, que pagariam até 1$600 réis mensaes.

O protesto monstro da população contra o argentarismo não deu resultado e a despeito de boa vontade do governador, os senhorios venciam e o projecto ficou para novas leituras.

Foi no meio d'este sudario que se conheceram os escandalos de S. Thomé, apurados n'uns simples 38 dias de investigações, pelo governador, capitão-tenente Leotte do Rego, que, de regresso do cargo (8 de Agosto de 1910) os desdobrava no gabinete do então ministro da marinha, Marnoco e Sousa.

Leotte, ao mesmo tempo que iniciava ou activava trabalhos

(*) Publicado no Boletim Official da Provincia de Moçambique n.º 34 de 20 de Agosto de 1910.

sobre a repatriação de todos os serviçaes que terminavam o contracto; vedação da alfandega; demolição do velho lazareto, edificando-se outro; construcção do edificio do caminho de ferro; beneficiamento da fortaleza de S. Sebastião; conclusão das novas enfermarias do hospital; empedramento de estradas e conclusão da dos Angulares; estudos de abastecimento de agua para o hospital; reparações da fortaleza de Ponte de Mina, no Principe e estudos d'uma estrada de ligação d'esta fortaleza com a cidade; e organisava convenientemente o serviço interno do hospital, mandava proceder aos trabalhos de sondagem na bahia e elaborar um plano de balisagem e allumiamento do porto; determinava o recenseamento da população, providencias de importação de generos para rancho; melhoramentos de serviços do correio; regimen do trabalho dos presos; regularisação da situação dos addidos á fortaleza de S. Sebastião; nomeação d'uma commissão para remodelar o imposto industrial buscando os trabalhos no systhema de licenças adoptado em Moçambique e Angola e repatriação de serviçaes de obras publicas, isto em 24 dias de governo — punha a descoberto factos unicos nos annaes das administrações ultramarinas.

No hospital civil não havia medicos, embora accumullasse cerca de duzentos doentes, ao abandono, até dos proprios enfermeiros que se alimentavam, sem se recordar dos enfermos, que se tratavam mutuamente, da tysica, da lepra, do typho.

As portas, sem guarda, sempre abertas, davam livre ingresso aos cães, que, famintos, se entretinham a devorar os cadaveres, insepultos por largos dias, accumullados nos depositos! A documentação dos serviços estava irregular, com désvio de documentos importantes de despeza, originando uma immediata syndicancia pelo tenente-coronel Augusto Gorjão.

O pessoal contractado para as obras publicas andava ao serviço de particulares... Pagos pelo Estado, exerciam o mister de cosinheiros, cocheiros, jardineiros ..

Beneficiavam ainda os altos potentados os cofres do Estado, participando os particulares das concessões officiaes que isentavam de direitos os materiaes destinados a edificios publicos. Os contractos de serviçaes vigoravam alem dos 5 annos estabeleci-

dos, pela opposição dos magnates locaes á sua sahida, pela excellencia das condições: pagos e sustentados pelo Estado.

As rusgas apuravam vadios, que, pelas leis, deviam dar entrada no exercito, ou ser operarios das obras publicas, trabalhadores ou contractados para as roças. Comtudo, á chegada de cada leva, os altos funccionarios, por um humanitarismo de conveniencia, traziam-nos para os seus serviços domesticos, deixando o do exercito, onde havia falta de gente, obrigando os soldados a estar sem baixa 10 a 12 annos, ou subtrahindo-os ás obras publicas, paralisadas por egual motivo. D'uma forma ou d'outra, o Estado era o supremo calcado, pois a tudo alimentava . . .

O regimen do patrocinato estendia-se ás contribuições e para compensar o esquecimento do pagamento por parte de grandes potentados, ia o augmento proporcional aos pequenos proprietarios.

Os soldados dividiam-se em cathegorias moraes: bons e maus. Os primeiros, eram tomados pelos officiaes para impedidos e os segundos iam para a policia, como mantenedores da ordem . . .

Accusado foi ainda mas não sem desmentido, o que trouxe duvidas, outro successo, ou fosse o do administrador do concelho Victorino Casimiro Nogueira, emprestar dinheiro aos indigenas ao juro de 963 %, valendo-lhe a ordem de retirada para o reino por despacho inserpto a folhas 215 do Boletim Official n.º 26, de 25 de Julho de 1910, onde se lhe determinava a exoneração e substituição pelo tenente Joaquiam Luiz de Carvalho.

Leote do Rego, tentou collocar dentro da lei as anomalias governativas, e desde logo se esboçou contra elle a má vontade, accirrado pelo proprio secretario geral, com motivo na acção de apparecer truncado um despacho do governador e no desapparecimento d'uma ordem da secretaria do ultramar para que elle pagasse a renda da casa do Estado em que habitava, occultando-se ainda o despacho do governador que mandava proceder á cobrança.

Tentando a remodelação repressiva do abuso das contribuições, nomeou Leotte uma commissão para a estudar, á qual se

fez saber porem a proxima sahida do governador, originando a sua abstenção, emquanto do continente se fazia silencio ás reclamações sobre medidas sanitarias urgentes para Treetown e outros arredores de S. Thomé, onde grassava a febre.

O governador, suscitadas essas más vontades, viu-se de subito exonorado. O povo, mais protegido, reclamava em comicio, acompanhado pelas Associações, Commercial, dos Empregados do Commercio, da Agricultura e pela Camara.

Elle, porem, deixando no ultramar um principio brilhante de administração séria, sensata e fiscalisadora, seguia para o reino a 21 de Julho, expondo ao ministro o sudario monstruoso, o que ainda mais contribuiu para que prevalecesse o affastamento de S. Thomé.

Pretendeu-se ali atacar Leotte, com uma portaria por elle publicada no «Boletim Official», n.º 25, de 18 de Junho e a pretexto de que elle antes permittira a escravatura:

«O governador da provincia de São Thomé e Principe concede licença á Empreza Nacional de Navegação para a Africa, representada n'esta ilha pela pessoa do seu agente Francisco Mantero Limitada, para que o vapor «Cazengo», de tonelagem de 3009 metros cubicos, propriedade da mesma empreza, e de que é commandante Emygdio Gomes Rosa, vá á Provincia de Angola com o fim de transportar para esta de S. Thomé e Principe, até ao numero de 800 trabalhadores, por ter satisfeito tudo quanto determina a lei de 17 de Julho de 1909, sendo advertido de que não mais se lhe permittirá tal licença quando se prove por qualquer modo que os contractos dos colonos que transporta nos seus navios envolvem trafico de escravatura (art. 25.º da Carta de Lei de 29 d'abril de 1875). E' obrigada a dar passagem gratuita em 1.ª classe aos commissarios do governo e de 3.ª aos interpretes. E roga a todas as auctoridades ou mais pessoas a quem o cumprimento d'esta competir lhe não ponham embaraço algum, antes lhe prestem o auxilio de que carecer.— Palacio do Governo da Provincia, em S. Thomé, 17 de Junho de 1910.—Jayme Daniel Leotte do Rego, Governador da Provincia.»

Fosse como fosse, Leotte não voltou ao cargo, e só se con-

servou, entre commentarios, a que o governo não ligou importancia, a monumental serie de escandalos.

Para os attenuar porem, appareccia em Angola, um documento de valôr, que patenteava os desejos de exalçar um pouco o valor da provincia. Era elle uma portaria determinando a compilação dos documentos para a historia dos feitos portuguezes em Africa:

«Representando a evocação do glorioso passado de Portugal tanto ou mais do que as urgencias do presente, um incitamento á vida util, e á perpetuidade das tradicções herdadas, pelo exemplo dos notaveis e honrados feitos que illustraram em Africa a historia nacional; e Considerando que em todo esse longo martyrologio, que entre os seculos XVI e XVIII assignalou na provincia de Angola o dominio portuguez, se salienta a figura heroica de Salvador Correia de Sá e Benevides, do qual e de seus predecessores e successores n'aquella epoca raros são já os documentos escriptos que, a attestarem a sua passagem aqui, se encontram nos archivos d'esta cidade, em tão lamentavel estado alguns d'elles, que se impõe como um alto dever patriotico a sua salvação; e Considerando que, tornados em muita parte illegiveis esses documentos, pela acção deleteria do clima, só a immediata reproducção graphica poderá evitar a perda total e rapida de tão preciososos subsidios para a historia da provincia, mórmente no que respeita á administração civil nos seus dois ramos — o judicial e o municipal — que n'aquelle tempo andaram associados, pela propria disposição da lei; emquanto o governador exercia o mando supremo em todas as forças de terra e mar, para a facil e prompta utilisação d'ellas; Hei por conveniente encarregar o dr. Caetano Francisco Claudio Eugenio Gonçalves juiz de direito da 1.ª vara da comarca de Loanda de, n'uma inspecção feita aos archivos publicos d'esta cidade, proceder a uma rigorosa selecção dos documentos que estejam nos casos de merecer aquella reproducção, que opportunamente, em proveito exclusivo do Estado e no especial interesse da historia da colonia, e designadamente da cidade de Loanda, será feita na Imprensa Nacional. As auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir assim o tenham entendido e cum-

pram. Palacio do governo em Loanda, 29 de Julho de 1910.— José Augusto Alves Roçadas, governador geral.»

Angola dava um bello exemplo e as suas proprias finanças melhoravam a ponto de no orçamento de 1910-1911 se retirar por desnecessario, o credito supplementar de 1:400 contos para pagamento de dividas.

A restante acção economica e administrativa do ultramar era de peor classe, sob as vistas indifferentes dos governos, quando não era de simples effeito como a portaria de 12, publicada em 18 de Agosto de 1910, (*) onde reordenava aos governadores das provincias a nomeação de commissões para rever todos os trabalhos realisados para a remodelação pautal das colonias. Esses trabalhos não chegaram a ser conhecidos sufficientemente e de reforma em reforma e de revisão em revisão, nada se obteve de util.

Assim estavam pois os serviços coloniaes, n'esse finalisar do periodo monarchico.

*

* *

A 7 de Agosto, era inaugurado em Oliveira do Hospital o novo theatro.

Deveu-o essa villa á iniciativa de Aguilar Teixeira da Costa e José Diogo Pereira Condinho.

*

* *

N'essa data fallecia o commendador Antonio Tavares de Albuquerque, fidalgo cavalleiro da casa real, commendador das Ordens de Nossa Senhora da Conceição e da Corôa de Italia e official da Ordem de S. Thiago. Publicou entre outros trabalhos de legislação, um «Indice Remissivo de Trabalhos Parlamenta-

(*) «Diario do Governo» n.º 181, de 18 de Agosto de 1910.

res», dedicando-se a esses estudos como 1.º official da repartição tachygraphica da camara dos deputados.

Nascera em Belem a 21 de Abril de 1845.

*

* *

A 7 de Agosto fallecia o general Agustin, uma das mais notaveis figuras do exercito de Hespanha, desde a sua parte brilhante na defeza de Melilla durante a guerra hispano-americana.

*

* *

No dia seguinte, desapparecia da existencia, a condessa de Santa Luzia, Carolina Candida de Magalhães, viuva do conde de Santa Luzia, José Joaquim Ferraz, que fôra ministro da guerra em 1878.

*

* *

A propaganda republicana, proximas as eleições, avolumava-se e n'esse domingo 7, realisou a democracia comicios em quasi todas as terras da provincia, onde, a rasgões violentissimos, se desnudavam os escandalos e dissensões dos poderes governantes, que pareciam exforçar-se em fornecer elementos para essas campanhas ruidosas.

Os partidos nas suas ameaças e accusações mutuas se encarregavam da propria ruina, cahindo a semente das suas recriminações, em bom terreno, o republicano, que sempre fertil, produzia libellos formidaveis, combativos das doutrinas dos monarchicos e com armas irrespondiveis por elles mesmo affincadamente fornecidas.

D'ahi a violencia de phrases, que os governos não podiam ou não queriam suffocar.

N'esse genero se contavam as reuniões publicas de Coruche, Alhos Vedros e Collares.

Na primeira d'essas villas, era o proprio clero que fazia profissão de fé, representado pelo padre Esteves Rodrigues que definia assim o seu pensar:

— «E' republicano, foi sempre republicano, e, como elle, muitos sacerdotes o são, por esse paiz fóra. Se não se manifestam, o facto explica-se pelo medo e pelas conveniencias sociaes. As ideias republicanas, diga-se o que se disser, não collidem com as crenças religiosas. Quem affirmar o contrario, mente!»

E do alto da tribuna popular, o padre, dissertou sobre a vantagem da separação da egreja e do estado.

O povo, por seu turno, approvava a seguinte moção:

«O povo de Coruche, reunido em comicio, affirma que é um dever imperioso para todos os cidadãos livres, honestos e patriotas, oppor-se com todas as suas forças á obra nefasta da monarchia e empenhar o maximo de esforço para que a republica em Portugal seja muito em breve um facto consummado.»

Em Alhos Vedros, o mesmo discernir da massa popular:

«Considerando que o liberalismo annunciado pelo actual governo é apenas uma mascara com que se pretende illudir o povo; Considerando que dentro da monarchia é impossivel o progresso moral e financeiro da nação; Considerando que hoje, mais do que nunca, é necessaria a reunião de todos os esforços para salvação da patria; Considerando que só a republica nos póde libertar: Resolve-se continuar firme nos principios republicanos e empregar todos os esforços para a implantação da republica.»

Mais se excedia Collares.

Phrases soltas do povo, inesperadas, não filhas de ensinamento, iam cingir a monarchia n'um amplexo esmagador, não de amisade, mas de divorcio de ideaes.

Fallando o dr. Alexandre Braga, egualou o regimen de D. Manuel a D. Carlos I.

Voz sahida da massa compacta dos assistentes, brada:

— «Ponham a franceza d'aqui para fóra!» (*)

(*) «A Lucta» de 8 de Agosto de 1910.

E novo brado, d'outro local, formula novo pensamento, ao fallar-se dos jesuitas:

— «Foi a franceza quem os metteu cá!»

Ao registar d'estas palavras, como que se nos põem ante a vista as paginas da Historia de França, descrevendo os rumores da populaça de animo exaltado, indo louca de desespero e de fome, bramir junto a Versailles, junto ao Trianon, o rancor contra a «austriaca», que demasiado e cruelmente caro havia de pagar o seu amor á patria onde nascera.

Em Portugal cimentavam esse odio, os falsamente ditos leaes monarchicos.

Não tinha a republica logar para o registo de qualquer retumbante bom acto regio.

Mas, coherentemente, tinha e excellente para a propagação da semente lançada pelo pseudo lealismo monarchico, affirmando que el-rei Manuel se aprazia em ser cego executor dos maternaes conselhos.

Vicejavam os governos maus, pullulavam os factos escandalosos, a que o rei não podia pôr cobro, na eterna lucta de partidos, degladiando-se, assimilando-se, equivalendo-se em processos, não dando margem a escolhas...

Emmudecia e succumbia D. Manuel n'esse cahos espantoso, ante os luctadores que remordendo-se iam quasi junto dos degraus do throno, accusando-se e accusando o.

O povo, pois, que não sabia tambem que remedio dar, que só para a republica queria descerrar o riso acolhedor, como esperança de melhoria, ou como titulo de experiencia, accusava o aconselhado, e expandia o azedume, como em Collares, contra a indigitada conselheira: A Franceza.

Mas que se passava a dentro d'esses paços, na inutil pergunta de solução á derrocada partidaria?

Triste vida de indecisões, de terrores, de malquerenças, essa de reinar!...

N'esta conjunctura, voltava a imprensa franceza, a apreciar a nossa situação publica.

Cabia a vez então ao orgão socialista, dirigido por Jean Jaurés, que sob os titulos «A situação em Portugal» — «O crepus-

culo de uma monarchia», vinha criticar e injuriar os politicos portuguezes, nas seguintes linhas: (*)

«O governo portuguez prepara desde já o seu triumpho em virtude das eleições legislativas que se realizarão no dia 28 do corrente. O que o povo chama a «ignobil porcaria», isto é, a lei eleitoral, vae permittir ao governo de Teixeira de Sousa «conquistar» tres quartos de logar, deixando o outro quarto para a opposição. Segundo nos escrevem amigos portuguezes vão ver-se coisas extraordinarias em Portugal. Não se contenta o governo com a vantagem que tem no facto das assembleias eleitoraes votarem nas egrejas. Julga que não é de mais ligar-se em certas aldeias com a opinião do padre e outras auctoridades locaes, para nomear sem eleição o deputado que lhe agrada. Pensa emfim, que não é sufficiente recorrer aos processos correntes e para falsear a vontade do povo, vae até ao inverosimil. Um exemplo: em Mertola, aldeia dividida por um rio, na provincia do Alemtejo, os habitantes de um dos lados do rio votaram sempre pelos republicanos. Ora, como a assembleia eleitoral se encontrava do lado opposto, imaginou-se o seguinte para os impedir de ir votar: o medico de Mertola, um reaccionario conhecido, jurou sob o seu diploma e sobre um papel sellado — segundo o uso portuguez — que o local em que habitavam os eleitores republicanos, estava infestado pelo cholera! D'ahi o estabelecimento de um cordão sanitario e a prohibição de atravessar o rio. (**) Podiamos citar outros expedientes engenhosos que fazem honra á proverbial alegria portugueza, mas o exemplo citado vale bem por todos os outros. Julgamos que o sr. Teixeira de Sousa e os seus amigos perdem o seu tempo entregando-se a semelhantes processos, porque a opinião do povo portuguez, sem eleições ou com eleições, está feita e bem feita. Effectivamente, o povo está ao corrente d'esse abominavel negocio dos «adeantamentos», que foi seguido da dictadura franquista e que provocou a execução de D. Carlos. O povo sabe que nas «escroqueries» do Credito

---

(*) «L'Humanité» Agosto 1910.

(**) O caso foi adaptado a 1910 pela «Humanité». Dera-se porem alguns annos antes, durante uma gerencia progressista.

Predial, o principal culpado, aquelle a quem todos chamam o «grande ladrão», José Luciano de Castro, é o inspirador do rei Manuel. O povo conhece perfeitamente o caso Hinton, o concessionario dos assucares da Ilha da Madeira, que roubava a nação com a cumplicidade de Fernando Serpa, confidente do fallecido rei D. Carlos e commandante do hiate «Amelia». O povo, finalmente, acaba de saber que Mancellos Ferraz, que occupa um dos primeiros logares no Arsenal de Marinha, se encontrava gravemente compromettido na questão de contrabando realizado nos navios da marinha de guerra. E o povo está completamente seguro que todos os concessionarios e todos os ladrões não serão punidos pela boa ou pessima razão de terem como cumplices os homens mais em evidencia dos partidos monarchicos, isto é, os mesmos que nomeiam os juizes e que exercem a sua influencia nos tribunaes. Se não houvesse uma disparidade prevista entre o estado da opinião publica e a sua representação parlamentar, a maioria, quasi a totalidade dos eleitos seriam republicanos. Porque o partido republicano é o unico que póde inspirar confiança a todos os homens honestos do paiz. Todavia, apesar das tranquibernias que se preparam e através todas as violencias, os republicanos estão decididos a darem-se «rendez-vous» no dia 28 de Agosto. Querem mostrar ao povo que elle nada póde esperar da monarchia. Tambem não querem desertar um só momento do terreno da legalidade. A monarchia portugueza está gravemente doente. Está gangrenada até á medula. Por pouco que os republicanos façam, a sua victoria está garantida.»

Sem reparos acres passaram as insinuações e accusações pouco commedidas da «Humanité», antes foram sanccionadas, com elogios, pelos proprios que vibravam á imprensa estrangeira os seus remoques de ingerencia condemnavel na nossa vida social, quando de referencias ou allusões um pouco mais attenciosas para a dynastia brigantina.

Esses credos politicos estavam porem mundialmente acatados e por seu lado, o estrangeiro procurava agradar a todos os litigantes, ora criticando ora elogiando.

Assim vogavam tambem ao sabor dos acontecimentos e suggestionados muitas vezes por proprias influencias das lusitanas plagas.

*

* *

Na cidade de Paris, solemnisava-se a 7 de Agosto de 1910, sob os auspicios da Academia Aeronautica Bartholomeu de Gusmão o 201.° anniversario da descoberta da navegação aerea pelo padre Bartholomeu de Gusmão. O benedictino inglez, Oliver de Malmesbury, em 1450, João Baptista Dante em 1494, Leonardo de Vinci, Raglomantanus e Francisco Sena em 1670, não tinham sobre a aerostatação vistas definidas, só obtidas por Gusmão, com a sua «Passarola», em que voava, perante D. João V, em 8 de Agosto de 1709. Mais uma vez, a fradaria appareceu como contraria ao progresso e a politica que viu em Gusmão rival temido pela preponderancia que ia ganhando junto do rei, envolveu-o na teia. O inventor, viu falhar os projectos, e obrigado foi a fugir para Toledo, graças aos temores do «Magnifico», que se receava ajudar Bartholomeu, com receio das penas do inferno pela diabolica invenção, não tinha medo de ir ás cellas freiraticas, em perigrinações amorosas...

Bartholomeu de Gusmão, foi assim uma das victimas do retrocesso, adversario do progresso.

Nascido em 1685 na cidade brazileira de Santos, logo nos primeiros annos, o preoccupavam a sciencia phisica e a mechanica e d'ahi a educação desvellada que lhe prepararam os paes, o cirurgião-mór do presidio de Santos, Francisco Lourenço e D. Maria Alves, com a ajuda do jesuita frei Alexandre de Gusmão, o fundador do seminario de Belem e que ali o internou.

Bartholomeu, principiou por dotar o collegio com um apparelho para a elevação da agua de um regato até ao edificio que lhe ficava superior mais de 100 metros, invento de que tirou privilegio ao abandonar a casa educadora, em dezembro de 1705. Portugal, chamava-o, attrahia-o, como sonho grande, e á côrte veiu, o depois auctor do opusculo «Varias modas de exgotar sem gente as naus que fazem agua, offerecido ao muito alto e muito poderoso rei de Portugal e dos Algarves D. João V Nosso Senhor pelo padre Bartholomeu Lourenço» (1710); «Sermão da Virgem

Maria Nossa Senhora em uma festa que a devoção de Sua Magestade lhe dedicou em Salvaterra» (1712), «Sermão na ultima tarde do triduo em que os Academicos Ultramarinos festejaram a Nossa Senhora do Desterro prégado na festa do Corpo de Deus na freguezia de S. Nicolau» (1721); «Conta dos seus estudos academicos na Academia Real a 16 de Setembro de 1723».

O padre, sabio, quiz saber mais, e augmentar o vasto cabedal scientifico colhido no meio jesuitico, sempre illustrado e d'ahi a sua matricula na faculdade de canones da Universidade coimbrã, em Dezembro de 1708. Apoz veiu o invento que mais dissabores lhe trouxe: o da «passarola», de que lograva previlegio a 19 de Abril de 1709, quinze annos antes da sua derradeira invenção, o machinismo destinado a augmentar a pressão movedora dos moinhos de rodizio e dos engenhos de assucar. A's experiencias do «Voador», realisadas na Sala da India, perante D. João V, em 8 de Agosto de 1709, corresponderam as intrigas palacianas, atiçadas pelo clero e o auctor da «Passarola», guindado a feiticeiro, abandonava o reino, indo até a Hollanda, embora, mais tarde, vencido pelo desejo de saber, reingressasse na Universidade, para seguir o curso canonico de 1716 a 1720, entremeado com uns novos trabalhos na côrte, até se doutorar em Março de 1720. Fez missões diplomaticas junto de Roma para alcançar duas bullas, serviços que o Vaticano pretendeu e conseguiu desfazer. O fim do anno de 1720, encontrava-o um dos cincoenta fundadores da Academia de Historia Portugueza e no de 1721, 6 de Agosto, dava outro invento, o de uma manufactura de carvão de terra artificial. Mas a lucta entre a Companhia de Jesus e a Inquisição, fez renascer o odio ao educando do jesuita Gusmão e que ainda chegava a envergar a roupeta de Loyola e o «Voador», com o irmão, vendo abalada a influencia junto de D. João V, ameaçada a vida pelos residentes do negro palacio dos Estados, abandonava a côrte, tão attrahente em 1724, e ia para o eterno azylo, a Hespanha, até se extinguir no hospital toledano da Misericordia, a 19 de Novembro de 1724.

O logar d'onde a «Passarola» se elevou não ficou historica-

mente definido e se muitos livros, o deram como sendo a sala da India, outros o affirmam, o pateo da mesma casa e ainda a Praça de Armas do Castello de S. Jorge.

Luctavam assim a «Invenção dos aerostatos reivindicada», «O Plutarcho Brazileiro» e o «Panorama» e da indecisão nasceu a ceremonia inaugurativa (8 de Agosto de 1912) na parada do Castello, d'uma lapide em marmore, onde se lia em letras de ouro:

BARTHOLOMEU LOURENÇO DE GUSMÃO
AO SABIO PORTUGUEZ ILLUSTRE
QUE PRIMEIRO QUE NENHUM REALISOU
EM
MDCCCIX
A GENIAL IDEIA DO
AERO NAVEGADOR
ELEVANDO-SE EM BALÃO
NA PRAÇA DE ARMAS DO CASTELLO
DE S. JORGE
HONRA: RENOME: GLORIA
DESTA LAPIDE COMMEMORATIVA
RECORDANDO AOS POSTEROS O ARROJADO
INVENTO
GLORIA TAMBEM
DA
NAÇÃO PORTUGUEZA

TEVE A INICIATIVA
O AEREO CLUB PORTUGAL
SENDO A SUA INAUGURAÇÃO DELIBERADA
PELA
CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA
REALISADA EM VIII DE AGOSTO
DE
MDCCCXII

O acto, levado a effeito pelo Aero-Club de Portugal, teve a assistencia especial do ministro da guerra do governo da Republica, coronel Correia Barreto, vice-presidente da Camara Municipal de Lisboa, Verissimo de Almeida, fallando ali, o encarregado dos negocios do Brazil, que dizia o seguinte:

«A minha presença aqui representa a justa homenagem que o Brasil vem tambem prestar a um dos seus maiores filhos Portuguez-brasileiro foi a nacionalidade que lhe deu o illustre sr. capitão Correia Neves, do Aero Club de Portugal. Serve isso para provar que n'essa epoca longinqua que foi a do nascimento de Gusmão, Portugal generosamente preparara o desdobramento da sua personalidade de nação predominante no Mundo, não abrindo as portas de todas as carreiras aos seus filhos de alem-mar, mas reclamando tambem para si as glorias que lá tiveram o seu berço e que não foram poucas. N'este numero está Bartholomeu Lourenço de Gusmão, a quem occorreu primeiro a lembrança de viajar pelos ares. Um historiador da epoca, que todos conheceis, assim narra a ascensão que aqui se effectuou: «Apenas começava a alvorada do dia 8 de agosto, quando já os altos do Castello, da Trindade, de Santa Catharina, do Carmo se coroavam de immenso povo, que descia apressadamente pelas ruas tortuosas da cidade em direcção ao Terreiro do Paço, reunindo-se com a gente que desembocava das travessas, como rios caudalosos que ainda engrossavam mais com o subsidio de ribeiros confluentes. Pelas margens do Tejo, do oriente ao occidente, tambem corriam muitos homens e mulheres para aquella grande praça, onde se ia dar um espectaculo novo para Portugal e para todo o Mundo. O fidalgo, o burguez, o operario, as mulheres com creanças ao colo e pela mão, os estrangeiros residentes em Lisboa, toda a população em fim, da capital, buscava lugar no extenso largo, no caes adjacente, nas janellas da Alfandega e da casa da India, e nos barcos sem numero que cobriam as aguas até grande distancia da praia para verem a primeira ascensão aerostatica dos tempos modernos. Por volta das nove horas principiaram tambem a guarnecer-se as janellas do palacio real com as damas e senhoras da côrte, os membros do corpo diplomatico estrangeiro, os empregados da casa e diversos convidados; e ás dez horas appareceu no eirado do formoso Torreão do Paço de D. João V, toda a familia real, os secretarios de estado e officiaes móres do Palacio». São passados mais de dois seculos e aqui nos reunimos para fazer justiça. O monumento que se levantará em Santos, sua terra natal e onde começaram as suas

experiencias de sabio, fallará sempre á alma do povo brasileiro, como brasileiros illustres teem fallado nos congressos internacionaes de aeronautica para reivindicar lhe perante o estrangeiro a gloria da invenção dos balões. A lapide que hoje aqui se colocou ficará sendo para sempre o simbolo da tradicção e d'um successo que os portuguezes poderão mostrar com orgulho. Se a velocidade da imaginação de Bartholomeu de Gusmão teve de parar muitas vezes deante da frivolidade dos espiritos e das satyras dos poetas folgasões, a justiça da Historia vae-lhe abrindo o caminho para o logar a que elle tem direito.»

O elogio historico de Bartholomeu de Gusmão foi porem effectuado pelo erudito analysta do «Passarola», capitão Gustavo Tedeschi Correia Neves:

«O homem illustre a quem a cidade de Lisboa, representada pela sua Camara Municipal, veiu hoje prestar esta homenagem publica e solemne, patrocinando assim a iniciativa do Aero-Club de Portugal, a que tenho a honra de pertencer, não é apenas conhecido no nosso paiz, e no Brasil, a sua terra natal; o seu nome glorioso, que já passou para além das fronteiras, está n'este momento sendo tambem festejado em varias cidades da Europa, que escolheram para a sua commemoração annual o dia 8 de agosto, anniversario de uma das suas experiencias aerostaticas. Durante muito tempo, Bartholomeu Lourenço de Gusmão foi, para nós portuguezes, um nome quasi lendario, como na arte nacional o era, ainda não ha muitos annos, esse outro nome afamado de Girão Vasco, o grande pintor de Vizeu, Vasco Fernandes. Poucos portuguezes ignoravam que existira um seu compatriota, alcunhado pelos contemporaneos de «Voador», e que, n'um mal definido e vago apparelho, que tinham denominado desdenhosamente «Passarola», elle se elevára ao ar, em Lisboa, muito antes que os Montgolfier tivessem realizado em França as suas notaveis e ruidosas experiencias. Mas tudo isto andava um pouco no dominio do lenda, atravez d'uma nebulosa tradicção, a qual no decurso de dois seculos, tinha sido adulterada com as mais extravagantes phantasias, que, pela sua insensatez, traziam ao espirito de muitos, uma certa descrença e um

certo scepticismo. Este quasi completo desconhecimento que da invenção havia no nosso paiz, era até certo ponto, justificado, pois poucos eram os estudos que sobre ella existiam e esses mesmos não tinham chegado ao conhecimento da maior parte do publico, continuando a «Passarola» a ser para quasi todos — devido principalmente á sua depreciadora alcunha — uma ave artificial, ou, como hoje diriamos, um apparelho mais pesado que o ar. Foi então que o esclarecido espirito de um verdadeiro homem de sciencia, o dr. Filippe Simões, a quem n'este momento, é da maior opportunidade prestar uma justa homenagem — aproveitando trabalhos de alguns dedicados investigadores que o tinham precedido, como o academico Freire de Carvalho e outros, e fazendo elle proprio, importante e valiosa colheita nos archivos nacionaes, publicou uma obra, hoje considerada classica, onde se fazia inteira luz sobre o facto primordial, que caracterisa as experiencias de Gusmão — « a ascensão de um aerostato, por meio da rarefacção, obtida pelo aquecimento, do ar n'elle contido». Bastantes pontos havia ainda a esclarecer, é certo — mas o facto primacial estava provado á evidencia, n'uma deducção logica e scientifica, tendo por base authenticos documentos. D'ahi por diante, outros devotados investigadores portuguezes, d'esses que, n'um trabalho inglorio e desinteressado, preparam o terreno a outros estudiosos — vão descobrindo novos documentos e reunindo materiaes, até esclarecerem mais alguns pontos da biographia do illustre homem de sciencia, que hoje aqui todos commemoramos. D'entre essses, seja-me permittido destacar o nome do erudito investigador, general Brito Rebello, que para ella conseguiu trazer importantes e valiosos subsidios. Não era porem isto ainda suficiente, para que a invenção e o seu inventor, fossem devidamente apreciados, tanto em Portugal como no estrangeiro. Era indispensavel uma propaganda activa, de verdadeira vulgarisação, que levasse a todos os espiritos o convencimento de que Portugal tinha o direito incontestavel de reivindicar a gloria da invenção dos balões. Foi essa propaganda realisada por duas associações portuguezas, fundadas em 1909, uma em Paris e outra em Lisboa. A primeira intitulada «Academia Aeronautica Bartholomeu de Gusmão», foi devida á ini-

ciativa do sr. visconde de Faria, e, por meio de publicações redigidas em francez e pela realisação de varias homenagens commemorativas, tem patrioticamente promovido no estrangeiro, a divulgação da obra de Gusmão. A segunda é o «Aero-Club de Portugal», que, fundado por um pequeno grupo de enthusiastas, que procuraram desenvolver no nosso paiz o interesse pela navegação aerea, não podia deixar de inscrever no seu programma, a glorificação da obra do nosso compatriota. Reconhecendo a falta de uma obra de vulgarisação, que condensasse tudo o que sobre o assumpto se conhecia, resolveu promover a sua publicação, sendo este trabalho enviado a um grande numero de centros de estudo, tanto de Portugal como do estrangeiro. Tem isto porventura a pretensão de fazer crêr que tudo está desvendado na historia da invenção dos balões? Evidentemente não tem. O que póde affirmar-se hoje, sem sombra de duvida, sobre documentos authenticos, é que esse homem, a quem os seus contemporaneos chamavam o «Voador» e que nascera na ilha de Santos, do Brasil (então colonia portugueza), no anno de 1685, era no seu tempo, um dos mais illustres filhos da terra portugueza, dotado de um brilhante genio inventivo, evidenciado em differentes descobertas, possuindo grandes conhecimentos de physica e versado na mathematica e na chimica, poliglota assombroso, orador sagrado distincto, dedicado aos estudos historicos, jurisconsulto e diplomata, — em resumo, um verdadeiro espirito de eleição e uma figura de destaque no seu meio. E' este homem que, ainda estudante, frequentando na Universade de Coimbra a faculdade de canones e tendo apenas vinte e quatro annos de edade, concebe a ideia da navegação aerea, por meio do aerostato ou balão de ar aquecido, ideia que immediatamente põe em pratica, realisando umas experiencias preparatorias. Requerido o respectivo privilegio n'uma «Petição» que é um documento cabal da sua intelligencia e largueza de vistas, pois n'elle se proveem varias applicações da navegação aerea, que só modernamente se teem realisado, é-lhe aquelle concedido em Alvará, com a data de 19 de abril de 1709. Seguem-se então as experiencias publicas, nas quaes varios pequenos balões são lançados ao ar, e a uma das quaes, realisada no Terreiro do Paço, faz hoje pre-

cisamente 2o3 annos, assistiram o rei D. João V e a côrte. Por ultimo, o inventor, abalaçando-se a executar uma viagem aerea no seu balão, partiu d'esta praça de Armas do Castello de S. Jorge, onde a lapide hoje inaugurada irá perpectuar tão glorioso facto, e foi descer ao Terreiro do Paço, junto ao Torreão da Casa da India. Lamentaveis circumstancias impediram que o padre Bartholomeu Lourenço de Gusmão continuasse as suas experiencias e o obrigaram mais tarde a fugir do seu paiz, indo morrer desgraçadamente em terra extranha, aos 38 annos de idade, quando a sua intelligencia estava em plena exuberancia. A cidade de Toledo, tendo á sua frente o Presidente da Municipalidade e nosso consocio, sr. D. Felix Ledesma, e como dedicado cooperador o erudito academico dr. Juan Moraleda y Esban, acolheu intelligentemente a iniciativa da «Academia Aeronautica Bartholomeu de Gusmão», mandando collocar na egreja de S. Roman, onde repousam os restos do infeliz inventor, uma placa commemorativa, que foi solemnemente inaugurada no dia 5 de junho ultimo e que constitue a primeira homenagem publica e official, prestada no estrangeiro ao nosso compatriota. Que todos os portuguezes tenham pois, sempre bem presente, que foi em 1709 que o illustre padre Bartholomeu Lourenço de Gusmão conseguiu pela primeira vez dar realisação pratica á navegação aerea — essa ideia tão acariciada desde longa data pelo espirito inventivo de todos os povos e que tão bem se consubstancia na formosa lenda de Icaro. Pela primeira vez em todo o mundo, uma machina, devida ao engenho humano, conseguia quebrar as cadeias que acorrentavam o homem á terra, vencendo as forças physicas da natureza e elevando-se gloriosamente, triumphantemente, na atmosphera azul e radiosa d'este paiz, ao qual, em remotas eras, cheias de gloria, tinham já pertencido os primeiros navegadores do mundo! Mas, n'esta homenagem que hoje estamos prestando, ninguem queira ver o menosprezo dos nomes gloriosos dos francezes Montgolfier, que em 1783 fizeram nascer a aerostação pratica. A obra de Bartholomeu de Gusmão cahida no esquecimento pela ingratidão dos seus conterraneos, pouco écco tinha tido no estrangeiro, e quando, passados 74 annos, elles soltaram em Annonay o seu primeiro balão de

ar aquecido, sem decerto terem conhecimento das experiencias do seu precursor, a humanidade inteira proclamou-os os inventores d'aquelle maravilhoso instrumento tão simples, e que a todos parecia vir rasgar immediatamente novos horisontes! Hoje, sem lhe negar o merecido louvor, a que teem inconstavel direito, em toda a parte se vae começando a fazer a justiça á invenção portugueza, considerando Bartholomeu de Gusmão como o verdadeiro precursor da aerostação, embora lamentaveis circumstancias não permittissem que esta tomasse, desde logo, a feição pratica que a França lhe conseguiu dar. Assentes os pontos fundamentaes, futuras excavações nos archivos nacionaes e estrangeiros, para as quaes não faltam verdadeiras competencias entre os nossos illustres investigadores e historiadores, irão completando, não só o estudo do meio onde se passaram os factos que mencionámos, como da biographia do nosso compatriota e da historia da sua invenção. Por hoje temos, porém, já os elementos sufficientes para proclamar bem alto, e sem receio de contestação, que o balão de ar aquecido foi inventado em 1709 por Bartholomeu Lourenço de Gusmão, que n'elle realisou a primeira ascensão aerostatica. A sciencia tinha percorrido mais uma brilhante «étape» e estavam lançadas as bases para a conquista d'essa atmosphera tormentosa, até ahi só riscada pelo vôo ligeiro das aves gigantescas e, onde dois seculos depois, outras aves gigantescas, — os «aeroplanos», fundados em principios fundamentalmente oppostos aos dos balões — haviam de assombrar a humanidade com os seus vôos audaciosos e rapidos. Gloria, pois, ao illustre precursor Barthomeu Lourenço de Gusmão, ao homem de sciencia que primeiro conseguiu soltar da terra um balão de ar rarefeito, executando n'elle a primeira viagem aerea, que em todo o mundo se realisou!»

De toda a ceremonia se lavrou auto extenso, sendo a lapide entregue á guarda e conservação do ministerio da guerra.

Extranha discussão surgiu a esse respeito, criticando-se a falta de veracidade da inscripção. Disse-se falso que o «Voador», tivesse voado na «Passarola», depois que o padre Gusmão descesse do Castello ao Terreiro, a despeito das obras de Francisco Simões e de certo manuscripto de frei Luiz Pinheiro patente

no British Museum registar o successo. Commentado duramente foi elle e o inventor, teve a sua celebridade acanivetada com largueza, descendo até a condição infima de embusteiro, com o que se completou o trabalho de 1709 pelos jesuitas da epocha. Da controversia entre os scientificos Ricardo Jorge e Tedeschi, nada ficou e se o caso escuro estava pela defficiencia de elementos, escuro ficou, assignalando-se apenas, que a iniciativa, segundo declarações do vereador Nunes Loureiro (22 de Agosto de 1912) se devera á Camara Municipal de Lisboa pela commissão da nomenclatura das ruas e não ao Aero-Club. Este, apenas sollicitara fosse dado o nome de Gusmão a uma das ruas de Lisboa, pedido aliás de iniciativa precedente, do visconde de Faria.

TRINDADE COELHO

De salientar cumpria que a ascensão da sala da India era dada como succedida a 8 de Agosto e a do Castello ao Terreiro como sendo em Abril, segundo o documento de British:

« — Lançada ao ar no Castello de S. Jorge, de Lisboa, onde o autor desceu d'ella ao Terreiro do Paço em 20 de Abril de 1709.»

O estrangeiro não se prestou ao derrubar da personagem celebre e, emquanto no Brazil o commendador Alfaya Rodrigues, a quem se devia em Santos a estatua do fundador da cidade, Braz Cubar, encaminhava o inaugurar d'um monumento a

Gusmão, e recebia do governo da Republica Brazileira, (Setembro de 1912) a incumbencia de fazer trasladar de Toledo para Santos, os restos mortaes de Bartholomeu Lourenço — em França, iam-se realisando banquetes annuaes, commemorativos da ascensão.

A campanha não vingou pois e a lapide foi conservada, apesar dos annunciados defeitos.

Quanto ao perseguido do reinado de D. João V, continuou a ver o nome relembrado.

Mais tarde (*) resolvia a camara municipal de Lisboa, que a rua de S. Bartholomeu, ao Castello, passasse a denominar-se Bartholomeu de Gusmão, tendo a respectiva placa os dizeres: «Inventor dos aerostatos-1675-1724»; e que fosse collocada uma lapide no Terreiro do Paço, no local onde se effectuou a subida do aerostato de Gusmão.

Por seu lado, a Academia de Sciencias de Portugal approvava o projecto (**) da construcção d'um monumento ao «Voador» e a cunhagem d'uma moeda commemorativa, tudo proposta do academico Antonio Cabreira. A Hespanha não esquecia tambem o inventor da «Passarola», fallecido em Toledo em 19 de Novembro de 1724 e assim, não só lhe fez solemnes exequias na egreja de S. Romão, como collocou (***) uma lapide na casa onde morrera Bartholomeu de Gusmão.

*

* *

Partia a 9 de Agosto para Lourdes, a missão catholica de 1910, dirigida pelo padre francez Charles Jourdan.

A cleresia, combatendo pela sua crença, levava apoz si, mais de 250 fieis, catholicos se não pelas doutrinas do pulpito — nem sempre evangelicas e de paz — pela religião que foi e será apanagio, publico ou intimo, da maioria do povo portuguez.

Não era isenta de espinhos, a peregrinação, vedada a pere-

(*) 7 de Dezembro de 1911.
(**) 13 de Dezembro de 1911.
(***) 5 de Junho de 1912.

grinos maus attreitos a difficuldades monetarias, e a cohorte alliciadora, expunha em carta programma espalhada á sahida das egrejas, o fim dos missionarios e os seus deveres pecuniarios; com previo aviso de distincção em classes de comboios, — réis 38$900 em 1.ª, 30$000 réis em segunda e 21$300 réis em terceira — como se perante a ideia da communidade religiosa se não egualassem tambem nobres e plebeus.

Assim se explicavam os fins, n'um começo lyrico e n'um prosaico «terminus»:

«Porque vamos a Lourdes? Vamos a Lourdes para agradecer á Maria Immaculada, que lá appareceu ha 52 annos, o amparo e protecção que sempre dispensou á nossa querida patria, para lhe pedir que continue a proteger-nos, e em desaggravo das blasphemias que alguns filhos ingratos contra ella, inconscientemente talvez, publicaram. Quem não poder ir a Lourdes, póde fazer-se substituir por um doente pobre ou por um peregrino pobre, ou ajudar para que se levem a Lourdes alguns doentes pobres. O peregrino fica á escolha da pessoa que mandar os 20$000 réis.»

A caminho de Lourdes foram os viageiros, precedidos das seguintes reprimendas da imprensa catholica de Lisboa, por ella mesma cognominada — a «boa imprensa»:

«Não faltam, por certo, ámanhã, nas gazetas demagogicas, as costumadas chufas contra esta manifestação de piedade catholica. Os homens da liberdade de pensamento e da liberdade de consciencia nada teriam que dizer á partida de um grupo de excursionistas que fossem a uma tourada em Sevilha. Mas não podem tolerar, sem protesto, que alguem se lembre de se reunir em grupo e usar da liberdade de consciencia para ir a um santuario. Mas pouco importam as chufas dos desvairados, dos quaes os peregrinos tomarão a mais christã vingança rogando por elles á virgem, padroeira de Portugal, para que a luz da fé lhes volte a illuminar a intelligencia entenebrecida pelos preconceitos e marasmada pelas paixões.»

A «Palavra», orgão catholico, completava d'esta forma o pensamento:

«D'esta vez, e com toda a verdade, vamos clericalmente,

acaudilhados por quatro bispos, Porto, Guarda, Beja e Faro, (*) um numero importante de conegos e outros clerigos; não pedimos licença ás prerogativas, e se não vamos falar ao Papa, já de outras vezes temos ido e lhe falámos directamente, sem ser pelo interprete régio; agora não vamos tão longe; ficamos aquem, de certo vamos machinar alguma intentona, e até o nosso itenerario é por Salamanca, onde ha as celebres uvas. Quem sabe se seremos detidos em qualquer logar a reclamação do nosso ministerio liberal, ou por precaução do ministerio não menos liberal que governa em Hespanha. E nós, clericaes de cá, iremos fazer causa commum com os clericaes de lá, tendo principalmente de transitar pelas Vascongadas? o governo do sr. Sousa e Fratel tão assustadiço, de certo que pensará no caso, e não temos a confiança que nos deixem entrar em França, onde a perseguição é intensa, mas muito menos estulta do que a da peninsula. Se chegarmos a Lourdes, conseguiremos continuar a restabelecer os creditos que o nosso paiz tinha perdido.»

A Lourdes chegou a peregrinação, com o bisneto de Sebastião José de Carvalho e Mello, o marquez de Pombal.

O dia 13 foi o principal destinado aos exercicios religiosos, começando, de manhã, pela benção das bandeiras, effectuada pelo bispo de Beja, D. Sebastião de Vasconcellos.

Seguiu-se procissão, entoando os peregrinos a Ave-Maria e a Virgem Pura, ouvindo depois na Bazilica do Rosario uma allocução do prelado de Beja, e missa de pontifical pelo do Algarve. Interrompidas as rezas pelo almoço, havia depois recitação do terço do Rosario na referida Bazilica, e procissão, que se encontrou com outra, austriaca.

Seguiu-se a benção dos doentes, registando se para os peregrinos varias scenas de milagre.

Na noite de 13, effectuava-se ainda a procissão dos cirios, entoando os peregrinos o «Credo» e o cantico «Era de Harmonia».

A missão, que levou tres dias em praticas religiosas, regressava a Lisboa a 18 de Agosto, com te-deum na Sé Patriarchal,

---

(*) Não existia. Queria referir se ao do Algarve.=N. d'A.

pelo arcebispo de Mitylene, sermão pelo bispo do Algarve e canticos á Virgem pelos peregrinos.

Fez o Porto uma contra-manifestação aos caminheiros, embora visse regressar, a pé, curada pelas aguas de Lourdes, uma velha, paralytica havia 13 annos, de nome Delfina Rodrigues, residente na Foz.

*

* *

Entretanto a democracia commemorava aos 9 de Agosto n'uma piedosa romagem ao tumulo do dr. Trindade Coelho, o anniversario da morte do auctor do «Manual Politico do Cidadão Portuguez».

Ali iam os centros escolares republicanos, a maçonaria, a junta liberal e largo concurso de povo, juncar de flores a ultima jazida da victima da politica, da politica que bondosamente o levéra a occultar no bolso, até que mediante aviso os accusados se puzessem a salvo, as ordens de prisão para os implicados no processo de 1907, denominado dos «21».

Nova homenagem se prestou a Trindade Coelho, e uma lapide, mandada executar em Lisboa pelo visconde de Nova Java, era collocada na casa do largo de S. Sebastião, no Mogadouro onde nascera o auctor do «Manuel Politico». Da ceremonia se lavrou auto, remettido á viuva com a seguinte carta dos promotores da commemoração:

«Minha senhora. — A Commissão Municipal Republicana tem a subida honra de enviar-vos a acta do descerramento da lapide commemorativa do dr. José Francisco Trindade Coelho. O piedoso acto foi revestido com a solemnidade devida ao que foi vosso querido esposo, ao cidadão illustre, que legou ao filho um grande nome pelo talento, pelo trabalho e pela honestidade; ao que se impoz ao seu paiz como magistrado integro, cidadão amante da sua patria, escriptor distincto e trabalhador infatigavel pelo bem do povo a quem tanto quiz. Esta terra honrou-se em perpectuar o nome do illustre cidadão que n'ella nasceu, e esta commissão jubilosamente vos envia a mencionada acta, on-

de melhor se vê a grande manifestação em memoria de Trindade Coelho. Saude e fraternidade.—Mogadouro, 31 de Maio de 1911.—Pela commissão, o presidente, (a) Antonio Pereira Taveira.

«Acta do descerramento da lapide commemorativa de José Francisco Trindade Coelho.—Aos 13 dias do mez de maio de 1911, pelas 12 horas da manhã, n'esta villa do Mogadouro e largo Trindade Coelho, aonde se achavam reunidos grande numero de cidadãos d'este concelho, sob a presidencia do cidadão João José de Freitas, primeiro governador civil, no districto de Bragança, do regimen republicano, por elle foi aberta a sessão commemorativa das virtudes civicas do cidadão José Francisco Trindade Coelho, natural d'esta villa do Mogadouro, feitas por iniciativa da Commissão Municipal Republicana, enaltecendo com palavras de louvor o litterato, o magistrado e o pedagogo. Em seguida foi concedida a palavra ao cidadão Antonio Pereira Taveira, que em nome da Commissão Municipal Republicana egualmente enalteceu as qualidades do illustre extincto, justificando a justiça de perpetuar-se na terra onde nasceu a sua saudosa memoria. A seguir foi concedida a palavra ao cidadão Eduardo Ernesto Faria, o qual tambem se referiu ao extincto como artista do povo, formula nova na arte, que só a Allemanha e a Suissa tinham antes d'elle cultivado, encarecendo ainda o cidadão e o homem sobre os diversos aspectos da sua vida publica e privada. Em seguida, e no meio dos mais enthusiasticos applausos como commemoração do illustre extincto, foi descoberta a lapide collocada no frontespicio da casa onde nasceu aquelle illustre cidadão e que contem os dizeres seguintes:—«Casa onde nasceu, a 18 de Junho de 1861, o grande escriptor e magistrado José Francisco Trindade Coelho, fallecido em Lisboa em 9-8-908».—De que tudo, para constar, se lavrou a presente acta, que vae ser assignada pelo cidadão governador civil e por Henrique Trindade Coelho, filho do illustre extincto, pelos vogaes da Commissão Municipal Republicana e de todos os demais cidadãos presentes, depois de lida por mim Abilio Bernardino do Nascimento Pinto Salgado, secretario da camara, que esta escrevi. N'este momento o cidadão presidente da commissão mu-

nicipal d'este conselho communica que acaba de receber para os apresentar, um telegramma do illustre ministro do interior do governo provisorio, outro do grande democrata dr. Magalhães Lima, de Francisco Luiz da Silva Calejo, Moura Coutinho, Julio Rocha, visconde de Nova Java, nosso conterraneo, que gentilmente fez offerta da lapide commemorativa, Augusto Moreno, Julio Lemos, de Vianna do Castello, Paulino da Nactividade, natural d'esta villa, residente em Sacavem, e do Club Transmontano, de Lisboa, os quaes ficam archivados».

Posteriormente realisava-se (11 de Agosto de 1912) nova manifestação a Trindade Coelho. Em cortejo foi o povo visitar-lhe a derradeira jazida, e ante a loja maçonica Solidariedade e as creanças das escolas, fallavam o dr. Magalhães Lima, Adelino Furtado, Arthur Gonçalves, Simões Raposo, que no proprio cemiterio dos Prazeres, lançou as bases para a construcção d'um monumento mausoleu, e o filho de Trindade, Henrique Trindade Coelho.

*

* *

Por esse tempo (Agosto de 1910) prentendia se facultar ensejo á Inglaterra para uma negociata proveitosa, conhecida pelo nome de «questão Lingham».

Era ella a seguinte:

Fizera Mousinho de Albuquerque em 1907, concessão á casa Lingham d'um terreno na Matolla, Catembe, onde elle installou o chamado posto de Matolla.

Mais tarde tentou o governo, n'uma medida util mas que logo se disse baseada em fins tendenciosos, obter a rescisão do contracto, parece que para estabelecer no tal terreno uma ponte destinada a descarga de mercadorias, ligando-a ás linhas do caminho de ferro de Lourenço Marques por meio d'um ramal. Lingham, destacou logo para Lisboa, o deputado transvaliano Goldmann, que apresentou o pedido, de indemnisação, de 1:000 libras. Vindo o caso a publico, mallogravam-se as combinações.

Logo aos primeiros commentarios, Goldmann regressava a Londres (12 de Agosto) com a resposta do então ministro da marinha, Marnoco e Sousa de que só o parlamento podia resolver o intrincado assumpto.

Mais tarde, (*) republica em Portugal, Linghan voltaria á carga pedindo 270 contos de indemnisações, mas nada logrou tambem.

*

* *

Havia a camara municipal do concelho de Paredes de Coura em sessão de 28 de Outubro de 1909, resolvido relembrar uma das phases brilhantes das campanhas da restauração. Sob alvitre patriotico e inicio de subscripção, por um portuguez residente em Zahu, Estado de S. Paulo, Brazil, Alberto Gomes Barbosa, nomeava um nucleo composto pelo dr. Narciso Candido Alves da Cunha, presidente, dr. Julio Cesar Gomes Barbosa, Julio de Lemos, dr. Manuel Ribas, tenente-coronel, Manuel José da Cunha Brandão e Manuel Gonçalves Brandão para tratar da collocação na historica capella de S. Lourenço da Cerdeira, erecta na freguezia da Cunha, d'uma lapide commemorativa do combate de Travanca travado das 2 horas da tarde ao anoitecer de 10 de Agosto de 1662 entre as forças do conde do Prado, D. Francisco de Sousa, governador das armas da provincia do Minho e as tropas do commando de D. Balthazar de Roxas y Pantoja e cuja victoria D. Affonso VI fizera assignalar com a capella erguida em 1671 e reconstruida em 1855, reinando D. Luiz I. Confiado o executar da lapide ao esculptor Moreira Rato, n'ella se fez uma inscripção, trabalho do archeologo tenente-coronel Brandão, que, ao mesmo tempo escrevia uma memoria sobre a celebre batalha. (**)

Grandiosas foram as festas do descerramento, a 10 d'Agosto

(*) Dezembro de 1910.

(**) «Memoria sobre os combates de Travanca», por M. J. da Cunha Brandão, tenente-coronel reformado — 1910 — Vianna = 21 paginas,

e em que falavam o presidente da camara de Coura, dr. Narciso da Cunha, e o notavel orador sacro, Bernardo Chouzal, conego da Sé de Evora. Illuminações e musica assignalavam a commemoração, que teve ainda a ideia altruista do instituir d'um premio, denominado «de Travanca», a conferir annualmente ao

CONSELHEIRO MANUEL FRATEL

(Ministro da Justiça)

alumno mais distincto das escolas de Paredes e devido ao vereador da camara Domingos da Cunha.

*

* *

Realisava-se em Diu, a 10 de Agosto, a 4.ª commemoração annual historica dos portuguezes mortos nos celebres cercos da cidade indica.

O povo ia em romaria ao Castello de S. Thiago, visitar os tumulos dos heroes.

*

* *

Dava-se entretanto um conflicto entre a França e a China, com origem n'um assalto das tropas chinezas á missão catholica franceza estabelecida em Sheacheng, proximo de Quantung.

O inicio da questão, foi a venda clandestina por um guarda chinez da missão, de algumas das sessenta espingardas ali armazenadas, preventivamente, desde a revolta dos «boxers» em 1900, facto que conhecido pelo almirante Li-Chun motivou a ordem de assalto, apprehensão de espingardas e prisão de todos os subditos chinezes ali encontrados, evocando-se para isso o imperial «ukase» que prohibia a importação de armamento e conservação sem previa licença.

Ausente estava o chefe missionario, padre Jasseau, quando da investida chineza e quizeram culpal-o de connivencia.

Justificou elle tudo, ao passo que communicava o caso ao ministro da França em Pekim, o qual confiava o encargo de uma syndicancia ao consul em Cantão, Reau.

Dadas fôram porém satisfações aos francezes e o incidente não teve mais consequencias.

*

* *

Fallecia entretanto em Pangim o grande numismata e archeologo Carmo Nazareth.

Deixou innumeros documentos asseguradores da sua competencia nos assumptos que o notabilisaram.

*

* *

Fallecia então uma victima da sciencia e da incuria dos poderes publicos.

Grassando na villa de Manteigas uma epidemia de febre ty-

phoide, sollicitaram por varias vezes providencias as auctoridades governativas e medicas, com completo menosprezo superior.

Augmentou a molestia e o sub-delegado de saude dr. Antonio Augusto Pereira de Mattos, caridoso e firme no seu arriscado posto, sem instrumentos cirurgicos, sem hospitalisação regular, sem meios preventivos, tratou os doentes até que uma infecção, trazendo-lhe os primeiros symptomas da epidemia, o victimava, dando-lhe a morte em 11 de Agosto por completa defficiencia de elemento combativo do mal.

Energicos clamores se levantaram em Manteigas e em todo o continente e ao passo que se lamentava a perda do justamente cognominado «O Pae dos Pobres», era attingido com violencia o governo teixeirista.

Merecido foi o ataque, depois com a nota trazida á publicidade, na fórma d'um telegramma escandaloso, onde o governador civil, em resposta ao pedido de providencias contra o alarmante estado sanitario da villa, respondia que tudo seria concedido ante a ennumeração de votos provaveis!...

A politica sempre ridicula e impudica, foi pois a causa directa da morte do medico Pereira de Mattos, que teve um funeral imponente, lançando-se as primeiras bases para um monumento á infeliz victima da sciencia, e collocando-se-lhe entretanto (11 de Setembro de 1910) uma lapide na sepultura, com a seguinte inscripção:

«A camara municipal de Manteigas, por si e fiel interprete dos seus municipes, á memoria do infatigavel clinico, o dr. Antonio Augusto Pereira de Mattos, em reconhecimento dos seus serviços n'este concelho — 1903-1910.»

Falou-se depois que o chefe do governo, conselheiro Teixeira de Sousa, procurando attenuar o mal, ia apresentar uma proposta de lei estabelecendo pensões ás familias de medicos, desinfectadores, preparadores e enfermeiros que fallecesem victimas do contagio. Ainda d'essa vez a politica interveio e a mudança das instituições obstaria á ideia justa.

*

* *

Fallecera a 13 de Agosto, o antigo ministro liberal inglez, conde de Spencer, que por vezes fôra presidente do conselho. Se os velhos partidarios de Glôdstone, perderam um elemento de valor, a Irlanda viu baquear, vencido pela morte, um dos seus mais denodados defensores.

Spencer extinguia-se aos 75 annos de edade.

XXXI

O caso Tonti Alpoim. = Congressos de geologia e esperantista.=A catastrophe de Saujon =Desastre ferro viario em Abrantes.=Serviço de execuções fiscaes =Projectos de fazenda e de marinha= O governo ante os recursos administrativos =Centenario da restauração de Angola.=Abertura da Capella do Coração de Jesus. = Cyclone em Aljezur =Monumentos a Jacquard, Proudhon, Vicente Moreno e Washington =Morte de Carlos Lenepven, conselheiro Correia Leal e Francisco Peres =Tratado arbitral hispano-russo =Morte do presidente do Chile.=Desannexação de freguezias = Politica sul africana =Limite de padarias em Portalegre.=Morte de Pedro de Almeida, Deão Boavida e Cau da Costa. = Serviços da Morgue. = Inauguração da ponte da Ericeira. = Festas de Ischl = Morte do visconde de Rio Xevora, Marcos da Assumpção e Florença Nightingale -- Homenagem a Balzac, Curros Enriquez e Emilio Mauchamps =Linha ferrea Pombal Albergaria.=Exposição das Caldas da Rainha.=Incendio da cathedral da Narbonne =Congresso de educação familiar.

Embora o alto clero presentisse a derrocada real e com ella a das suas prerogativas, intemerato, como sempre o fôram os membros da egreja, quer nas luctas contra o throno, quer nas rivalidades contra os povos, não deixava de se mostrar altivo, energico, e ironista, trazendo ao campo da discussão, sem rodeios, os seus pensamentos politicos.

Nova questão religiosa surgia pois.

Como se se quizesse agitar esse sempre latente assumpto, aproveitou-se para isso uma entrevista jornalistica, fornecida ao jornal «O Porto», pelo nuncio apostolico Julio Tonti.

O representante de Roma, consultado sobre a politica portugueza, esquecia-se, por conveniencia, d'essa qualidade, e não se esquivou á consulta, antes parecendo folgar com as tintas, para o colorido que as suas palavras podessem dar ao quadro das dissensões de Portugal com o Vaticano, apreciava larga e desembuçadamente todos os acontecimentos nacionaes e internacionaes, não fugindo á critica mordaz e até ás providencias sobre a politica portugueza.

São do nuncio estes trechos analyticos, contidos na entrevista:

« — Em primeiro logar, desejava saber a opinião de V. Ex.ª Rev.ma sobre a carta do Cardeal Merry del Val, a proposito da «Voz de Santo Antonio».

« — O caso da «Voz de Santo Antonio» é, reduzido ás suas verdadeiras proporções, a seguinte e muito simples coisa: catholicos portuguezes apontavam a Roma as doutrinas que a «Voz de Santo Antonio» vinha expendendo. A «Voz de Santo Antonio» era uma publicação catholica e se espalhava essas doutrinas é porque as presumia sãs. Tratava-se, pois, de saber de que lado estava a boa doutrina. E a intervenção do Santo Padre ahi era um caso de consciencia, porquanto Sua Santidade não podia recusar-se a orientar os fieis e a dizer-lhes: esta é a boa doutrina, aquella a errada. Eis o que o Santo Padre fez: indicou o bom caminho. E directamente, sem que a Nunciatura soubesse sequer do facto, Roma encarregou a auctoridade ecclesiastica da Diocese de Braga de transmittir aos fieis a opinião do Santo Padre sobre as doutrinas da «Voz de Santo Antonio». Mas isto não é uma ordem. E' claro que Sua Santidade esperava que as suas palavras fôssem acatadas pelos catholicos, mas porque lh'o ordenava a fé, não porque o Santo Padre fizesse a menor imposição. A «Voz de Santo Antonio» obedeceu, signal de que se conformava e penitenciava do seu erro. E' porque a sua consciencia se comprazia em se alliviar de um erro. Mas se não obedecesse? o que é que succedia, se não obedecesse? Nada! é um caso de consciencia, e não uma ordem. A carta do cardeal Merry del Val devia ser publicada pelo arcebispo primaz, para que os bons catholicos soubessem que não eram de seguir as doutrinas da «Voz de Santo Antonio». Roma esperou um mez e como a carta não

viesse a lume em Portugal, mandou-a publicar no «Osservatore Romano». Um caso de consciencia, nada mais! Se se tratasse do livro de um escriptor profano, Roma não se lhe dirigiria; apontal-o-hia, no «Index», aos catholicos como obra contendo doutrinas reprovadas pela Egreja. Mas, tratando-se de filhos espirituaes, Roma não podia seguir directamente a essa violencia antes de ter exgottado os meios brandos. Eis tudo, na sua simplicidade e na sua verdade. A imprensa é que, na sua boa fé, vê ás vezes as coisas de uma fórma muito diversa do que ellas são. Então, eu não li n'um orgão catholico um telegramma que dava a infundamentada demissão do cardeal Merry del Val, do cargo de secretario do Vaticano?

« — Não tem então fundamento essa noticia?

« — Nenhum.

« — Merry del Val não deixa, então, de ser o secretario de Sua Santidade?

« — Ha de deixar de ser... quando morrer. Antes, não!

« — Excellencia! reputa possivel uma opposição dos catholicos á propaganda anti-religiosa, opposição arregimentada, traduzida em uma acção politica?

« — Não me parece que o clero portuguez esteja em condições de se organisar em partido seu, como o partido catholico belga. As condições economicas enfeudam-n'o a um ou outro partido e o clero não se póde mexer. O alto clero por seu turno abandona a sua cadeira na Camara dos Pares e o campo fica assim aberto. Não ha duvida que sopra um vento de irreligiosidade, n'alguns paizes do velho mundo christão. Mas, em compensação outras conquistas a Fé vae fazendo. A Inglaterra, por exemplo, está cada dia mais catholica. A modificação do juramento do Rei é um triumpho.

— E a Hespanha? — perguntámos nós. — Para onde vae Canalejas?

« — Ah! a Hespanha, quem sabe?!...

« — Mas caminhará Canalejas para a separação da Egreja e do Estado?

« — Ha dias n'uma casa onde eu estava, alguem dizia para uma alta individualidade hespanhola: — «Canalejas está a dar

cabo da Egreja em Hespanha!» E essa individualidade hespanhola corrigiu: «Não está a dar cabo da Egreja, não, senhor; está tratando de dar cabo d'ella, o que faz differença!» E, como eu, ninguem pode dizer onde os factos levarão Canalejas. O que sei é que a haver um rompimento não é Roma que o ha de fazer. Mas, em todo o caso, eu creio que Canalejas não terá o proposito de crear uma situação insoluvel. Canalejas comprometteu-se muito na opposição e alguma coisa ha de fazer. E' como se o conselheiro José d'Alpoim fôsse agora ao poder: o conselheiro Alpoim tem tomado tantos compromissos, que chegando ao governo não digo que, executasse tudo quanto tem promettido aos radicaes, mas pelo menos havia de lhes dar dez por cento do que lhes tem promettido e estes dez por cento já eram uma fatalidade. A separação da Egreja e do Estado em França foi retardada pelo tacto dos Nuncios, vinte annos, pelo menos. Em 1879 passei eu por Paris e já a separação se entremostrava inevitavel. E os Nuncios conseguiram protelal-a até 1905. Não sei as consequencias que a acção de Canalejas terá em Hespanha. Mas mesmo que ellas levem á separação, não é para já.

— Monsenhor Macchi, atalhámos nós, disse-me nas vesperas do rompimento da França com a Egreja: «A França ha-de arrepender-se. Não lhe dou dez annos!...» Irá a caminho do arrependimento a França? — perguntámos nós a Monsenhor Tonti.

« — Se não se arrependeu já, deve pelo menos ter reconhecido o seu erro. A Egreja nada perde com a separação. Tem amores a laços seculares, mas a separação só lhe dá independencia e vigor. O conselheiro Julio de Vilhena, que é um homem de alto valor, o disse aqui ha tempos n'um discurso proferido na Camara dos Pares: «Eu não sou pela separação da Egreja e do Estado, porque emquanto ella, a Egreja, estiver ligada ao Estado, eu tenho a Egreja na mão!» E disse uma profunda verdade o conselheiro Julio de Vilhena!»

O nuncio desmentia-se propriamente e assim, declarando primeiro que á «Voz de Santo Antonio», nada succederia caso desobedecesse, logo insinuava que o Vaticano não seguiria a qualquer violencia sem esgotar os meios benevolos.

Movimentou-se a imprensa e de facto, o nuncio, abdicando da situação official que occupava, assumira attitude inconveniente.

Como paladino mais auctorisado das suas opiniões, surgia na defesa o principal alvejado nas beliscadellas cardinalicias, o estadista José de Alpoim, que, n'uma entrevista não menos curiosa e em opposição á de Julio Tonti, formulava assim as suas accusações:

«— Nunca houve entre nós o menor incidente. Tive sempre pelo sr. Nuncio, como chefe do corpo diplomatico, toda a consideração devida e não me recordo de jámais o ter aggravado. Não frequentei nunca a nunciatura...

«Como fôssemos a interromper o antigo ministro da justiça, para lhe lembrar que o seu nome figurou muitas vezes entre os das visitas do representante do papa, o sr. José de Alpoim atalhou:

«— Fui á nunciatura, é certo, mas no tempo de monsenhor André Ajuti, o successor do cardeal Jacobini. Contei o entre os meus grandes amigos e conservo as suas cartas, algumas escriptas de Roma, quando esse saudoso prelado já pertencia ao sacro collegio. Fui muito á nunciatura... mas não voltei ali a não ser no tempo do nuncio Macchi, uma ou duas vezes...

«— Já então agraciado pelo summo pontifice...

«— Que me surprehendeu com essa distincção honorifica. Monsenhor Ajuti veiu gentilmente a minha casa trazer-me as insignias da gran-cruz de Pio IX, comquanto já me houvesse escripto a communicar me que sua santidade me conferira essa elevada mercê, a maior do Vaticano depois da ordem de Christo...

«— E a que titulo o condecoraram? Não era, então, um regalista, um defensor dos direitos do poder civil, como hoje?

«— Exactamente a mesma cousa. Logo no começo do meu ministerio houve um conflicto, que não chegou a explodir, com o cabido do Porto, o qual, por occasião da morte do sr. D. Americo, não queria reconhecer á corôa o direito de insinuação. De accordo com o sr. José Luciano de Castro, procurei o chefe do Estado, que não só me pediu que defendesse as tradicionaes regalias da corôa, mas até exigiu que o fizesse... Contos largos! Tive gravissimos incidentes politicos com o sr. D. Carlos, mas

seria injustiça se não dissesse que era um anti-clerical. Ao sr. Ajuti, que muito se affligiu com esse caso, não occultei as minhas ideias de absoluta intransigencia nas velhas tradicções regalistas, de absoluta defeza dos direitos do poder civil, e expuz até quaes as medidas que o governo tomaria contra o cabido, se não quizesse acceitar, para governar o bispado do Porto até á posse do novo prelado, a pessoa indicada na carta régia...

«— E foi depois d'isso que recebeu a grã-cruz de Pio IX?

«— Depois d'isso e depois de outros factos taes, como monsenhor Ajuti não querer para bispo e arcebispo do Porto e Braga os actuaes prelados... Uma comprida historia! Nem o sr. Barroso nem o sr. Baptista da Cunha, prelados actuaes, tinham as sympathias da Curia.. O proprio rei desejava outros, mas abandonou a sua pretensão depois que percebeu que eram candidatos dos elementos reaccionarios que elle detestava...

«O sr. José de Alpoim, accentuando a differença que existe entre a actual politica da Egreja e a que assignalou o pontificado de Leão XIII e o secretariado do cardeal Rampolla, proseguiu:

«— Hoje tudo está mudado... Mas eu não quero censurar. O nuncio Ajuti entregou-me, elle proprio, as insignias entendendo que varias portarias por mim publicadas, a respeito de assumptos ecclesiasticos, o provimento de logares das Sés que estavam vagos e cuja vacatura era prejudicial até ás cerimonias do culto, representavam verdadeiros beneficios á Egreja, apesar de eu me affirmar sempre como acerrimo defensor do regalismo e adversario implacavel das ideias ultramontanas...

«E, como perguntassemos quaes as origens da guerra que os neo-catholicos lhe teem feito, o sr. José de Alpoim exclamou:

«— Ora ahi está o que eu não sei explicar-lhe! De repente, principiou uma campanha formidavel contra mim. Affirmo-lhe que não conheço as razões...

«— Talvez a portaria do sr. bispo de Bragança...

«— Não... Talvez o eu ter atacado o governo de Hintze Ribeiro quando foi da morte do bispo de Lamego D. Antonio Leitão da Silva e Castro, não defendendo bem então o sr. Campos Henriques a prerogativa secular do direito de insinuação.. Na questão de Bragança, foi o governo progressista solidario, e

até o sr. José Luciano foi quem, como os prelados sabem, redigiu a portaria, a qual, aliás, sob pena de eu sair do governo logo, tinha de exarar a doutrina que expoz. Porque é que as furias dos clericaes hão de ser contra mim, por tal portaria, e não contra o sr. José Luciano, que tem, no seu passado, tantos documentos de hostilidade ao clericalismo e ás congregações? Muitissimo antes da morte do rei D. Carlos — continuou o chefe dissidente — iniciaram as gazetas chamadas catholicas, as principalmente ligadas aos jesuitas, uma guerra de odios e calumnias contra mim, a tal ponto que, sem o mais pequeno aggravo pessoal, e evidentemente para intervir em meu desfavor no acto eleitoral, monsenhor Tonti fez declarações publicas, que significam um incitamento ao clero a combater-me eleitoralmente e aos meus amigos...

«Tendo concordado em que o nuncio praticou inconvenincias grandissimas, o sr. José de Alpoim manifestou o seu espanto:

« — Chega a ser assombroso como um diplomata ousou fazer taes affirmações no paiz em que representa como que uma nação ou potencia estrangeira, pois assim é considerado o Vaticano...

«Como exprimissemos o desejo de que o sr. José de Alpoim se manifestasse sobre as inconveniencas da entrevista, o chefe dos dissidentes não hesitou em dizer:

« — Ellas saltam aos olhos!... Passo em claro o facto extraordinario de um representante diplomatico, no paiz onde está acreditado, dizer mal d'um chefe politico, dando-se ares de aconselhar a corôa e de aconselhar o paiz. Não ponho em relevo que esse acto inaudito de ingerencia na vida politica se praticou quinze dias antes das eleições... Em paiz nenhum do mundo, que eu me recorde, se commetteu facto egual... E não se diga que, por ser principe da egreja, o nuncio tenha tal direito, pois elle não é um vulgar prelado, um simples principe da egreja: está aqui como embaixador, como representante estrangeiro, devendo ter a maior cautella em se conservar fóra da vida politica d'este paiz... Mas não digo mais para se não suppor que me move a paixão pessoal ou para não parecer que quero influir no governo que appoio... Ha coisas gravissimas e inconcebiveis nos dizeres d'esse diplomata...

«Pareceu-nos que o sr. José de Alpoim tinha duvidas em expol-as. Observamos-lh'o. Retorquiu:

«— Nenhumas, porque, apezar do sr. nuncio pouco christãmente aggredir quem o não offendeu, falarei com todo o recato... O sr. nuncio foi infelicissimo nos ataques que fez á França e ao governo da nação vizinha, chegando a ser indiscreto quando se referiu a uma alta individualidade hespanhola que é, evidentemente, o ministro de Hespanha... Comprehende-se lá que o embaixador do Vaticano em Portugal publique, por meio da imprensa, como o fez monsenhor Tonti, palavras de censura á politica da França e ao presidente do conselho em Hespanha, aos actos de dois governos de nações amigas?... Não ha maior «gaffe!»

«Passando a referir-se, mais uma vez, á intervenção do nuncio nas coisas de Portugal, o sr. José de Alpoim, fogosamente, vibrante de indignação, accrescentou:

«— E as censuras ao sr. arcebispo de Braga, por não haver publicado a carta do cardeal secretario? Que é isto senão a condemnação do funccionario do Estado que procedeu conformemente ás leis do reino, não publicando essa carta pontificia? No antigo regimen seria severamente castigado o prelado que tal fizesse e o nuncio que o aconselhasse... Basta dizer que, pela ordenação, nenhum estrangeiro podia mostrar, n'este reino, documento qualquer do santo padre para pedir esmolas ou publicar indulgencias, sem ser enviado ao rei para que o mandasse examinar... E agora o nuncio censura um bispo porque este não publicou uma carta, emanada do papa, ordenando a suspensão de um jornal portuguez! Mas o nuncio apostolico censurou tambem os outros bispos e todos os padres portuguezes. Elle, um diplomata estrangeiro, reprehendeu os bispos portuguezes por não virem á camara alta, significando-lhes que não cumprem os seus deveres!... E não censurou todo o clero portuguez, com palavras de amesquinhamento, por não se constituir em partido politico, como na Belgica? O que ha de mais claro, como ingerencia de um estrangeiro nas nossas coisas publicas? O dever do nuncio era acceitar as relações de Portugal com Roma no pé em que se encontram, no regimen concordatario em que vivemos,

não erguer o menor conflicto, não praticar nenhum acto de incitamento politico, reservar para o governo, com todo o sigillo, quaesquer reclamações que entendesse fazer, não se sujeitar á discussão publica, ás represalias legitimas, porque são de defeza...

«Inquirimos do sr. José de Alpoim se estava resolvido a occupar-se do nuncio na camara dos pares. Respondeu-nos:

«— Permitta-me toda a reserva n'esse ponto. Creia só que não heide esquecer o que devo a mim proprio, ao meu passado e ás ideias radicaes que eu professo... Não me deixarei tambem levar pela paixão ou por vingança, pois não tenho uma alma clerical, ennegrecida na sombra das cellas ou sacristias, ao contacto das vestes jesuiticas... O que lhe affirmo é que manterei as minhas reivindicações, que, aliás não offendem o catholicismo...

«E o eloquente orador, como lhe pedissemos um resumo d'essas reivindicações, não se demorou em fazel-o:

«— Quero o absoluto cumprimento, honesto e austero, das leis relativas á Companhia de Jesus e ás congregações religiosas, e, portanto, encerramento das casas que a ellas pertencerem... Isto, dentro das leis, porque não seria senão cumprir prescripções legaes existentes... Revogação do decreto de 18 de abril de 1901, porque exorbitou dos poderes conferidos ao executivo, permittindo o ensino a congregações condemnadas e porque consagra principios em desharmonia com o espirito das leis de 1834 e das ideias modernas...

«E, recordando tambem a necessidade da revogação da lei relativa aos doutorados em Roma — revogação que deve ser feita pelo parlamento — o sr. José de Alpoim continuou:

«— Faria tambem um inquerito aos seminarios, para vêr como ahi se ministra o ensino, e exigiria o cumprimento da lei de Costa Cabral, relativa aos livros de ensino e aos logares de professor e cargos administrativos dos seminarios... Tambem tomaria providencias ácêrca dos abusos episcopaes relativos a informações, a provimentos de beneficios. Mas diga-me: o que tem isto tudo com o dogma, com a unidade da fé, com o respeito devido á egreja?...

«O sr. José de Alpoim considera o seu programma compativel com a existencia e a pratica da religião:

«— Em que não são os meus projectos compativeis com o catholicismo? Muitos sabios bispos, grandes e virtuosos sacerdotes teem defendido estas ideias. Pois não foi a Egreja lusitana defendida, com os seus direitos, regalias, immunidades, por altos principes da Egreja? Ha uma egreja catholica, apostolica, romana de Portugal, como houve a de França, como ha a de Hespanha, etc. Temos um direito ecclesiastico nosso... Ha disposições relativas á Egreja lusitana que veem de seculos publicadas, como diz o dr. Bernardino Carneiro, sem opposição, na presença de muitos nuncios e internuncios, delegados da Santa Sé e observadas por prelados eminentes em sciencias e virtudes... Fôram catholicos os reis que defenderam os privilegios e regalias da corôa e as immunidades da nossa Egreja; não fôram catholicos os reis de Portugal que expulsaram os jesuitas e destruiram os frades? O proprio Vaticano não sanccionou esses factos? Não datam de eras muito antigas, sendo expressas nas ordenações do reino, em tempos que a religião exercia um fortissimo dominio, os privilegios ou regalias da corôa portugueza, isto é, direito do poder civil? Emfim: as minhas ideias são estas. Sem a menor perseguição, «dentro das leis existentes ou com auctorisação do parlamento», eu defenderia, se fôsse governo os direitos do poder civil, não consentindo a menor supremacia da Egreja sobre o Estado, como um radical que sou, cada vez mais apaixonado e ardente, entendendo que a monarchia tem de se identificar, como se faz na Hespanha e na Italia, com as ideias democraticas, no campo civil, militar, religioso... Defenderia os nossos padres, os nossos parochos, a nossa Egreja, combatendo toda a intervenção, das congregações e do jesuitismo e toda a influencia estrangeira.

«Para concluir, perguntámos ao sr. José de Alpoim:

«— Mas que faria v. ex.ª ao nuncio, se fôsse governo?

«O chefe do partido progressista-dissidente, alliado do sr. Teixeira de Sousa, limitou se a dizer:

«— Comprehende o melindre da resposta. Pareceria qualquer palavra minha um conselho, incitamento ou imposição ao actual

governo, que, não sendo radical como os dissidentes, não podendo, portanto, e não querendo ir mais longe, é, comtudo, liberal—e a prova mais completa está em que soffre o assalto de todos os elementos reaccionarios e conservadores, incluindo o miguelismo... Não quero tambem proferir palavra que se possa interpretar como exprimindo desejos de vingança contra o sr. nuncio, que aggrediu quem o não offendeu, nem nunca offendeu a Egreja, de que elle é uma alta personagem. Só posso asseverar que o meu procedimento seria plenamente conforme ás minhas doutrinas de defeza do Estado, que não consentiria que fôsse atacado por nenhum estrangeiro e muito menos por um representante da Egreja.»

Se por um lado havia a demasiada franqueza do nuncio, do outro havia a sempre dubia figura politica de José de Alpoim, que, na sua carreira vasta só teve indecisões partidarias.

Julio Tonti, entromettendo-se na politica portugueza, como já em 1907 levára D. Carlos a assignar a carta régia que tirava a mitra patriarchal ao cardeal D. José Netto, commetteu um erro diplomatico, que aliás Roma sanccionou, deixando-o continuar á frente da nunciatura.

De resto, no caso, apenas a dissidencia se fez relembrar pela affirmativa de que, se a governo fôsse, faria o seguinte:

«Além d'outras providencias de caracter liberal, eis o que faria um governo dissidente, desde logo, como já n'este jornal se enunciou ha poucos dias: fechar-se-hiam os collegios e os conventos que consta officialmente serem da Companhia de Jesus ou d'outras ordens regulares, para as quaes Portugal é, pelas leis vigentes, um paiz interdicto; proceder-se-hia a um rigoroso inquerito a todas as casas de ensino religioso, deitando a baixo todas as clausuras, prohibidas n'um paiz onde se acabou a profissão; obrigar-se-hiam, dentro da lei, os bispos a libertarem o clero portuguez das dependencias humilhantes em que o teem com os seus arbitrios e com os seus caprichos, e a esse clero, que no congresso da Graça foi desclassificado, sendo considerado como official de missas, incapaz de comprehender os ideaes e de exercer a sua missão, dar-lhe-hiamos aquella situação que na sociedade

portugueza deve ter para que decorosamente exerça o seu mister sagrado.»

*

* *

A 17 inaugurava-se em Stockolmo, o congresso internacional de geologia.

Teve esta reunião uma nota pouco trivial: a pratica de trabalhos. Os congressistas, ao encerrar as discussões nove dias depois, partiam, em numero de 67, para Spitzberg, com destino a visitar a Laponia sueca e estudar toda essa região.

Era chefe dos missionarios da sciencia, o professor da Universidade de Stockolmo, barão de Geer, conhecido como apaixonado pelas viagens arcticas e suas aventuras perigosas nos gelos polares.

*

* *

Tres dias antes inaugurara-se o 6.° congresso da lingua esperanto.

Ao tempo que os congressistas dissertavam sobre as excellencias da innovação linguistica, horrorisava-se a França com a grande catastrophe de Saujon. Um comboio ordinario, enfiando pela linha dos de mercadorias, da estação d'aquelle nome, ia chocar com os vagons ali existentes. Destruidas ficaram todas as carruagens de 3.ª classe e reduzidas a um montão informe de madeira e ferros, emquanto o incendio se ateava nas restantes, envolvendo em chammas os passageiros que haviam escapado ao rude embate. A linha ficou torcida n'uma extensão de 50 metros e aos trabalhos de soccorro, viu-se que a catastrophe fôra grande, e não só material. Além de 97 feridos graves, registaram-se 38 mortes.

Ao presidente da republica, então a caminho da Suissa, onde o esperava (15) o presidente da confederação, Comtesse, era telegraphado o pavoroso incidente ferro-viario.

Na vespera tivera Portugal egual caso, mas com menores consequencias: um choque do comboio mixto 124, vindo de Badajoz, com o de mercadorias 2493, junto á estação de Abrantes Houve 12 feridos, alem de 30 contos de prejuizo.

Novas medidas promulgavam entretanto o ministro do reino e o da fazenda, emquanto o dos negocios estrangeiros ulti-

GENERAL RAPOSO BOTELHO
Ministro da Guerra

mava as negociações para uma nova convenção commercial com a Bulgaria.

Assim a 13 de Agosto fazia o conselheiro Anselmo de Andrade publicar a portaria, (*) datada de 12, desobrigando das des-

(*) Legislação Portugueza de 1910=1.° volume—Pagina 474.

pezas de preparo o executado nos processos de execuções fiscaes. Aquelle, sem prejuizo do decreto de 28 de Março de 1895, esclarecida a reorganisação, por decreto de 31 de Dezembro de 1897, dos serviços de lançamento e cobrança dos impostos directos, ficava assim apenas obrigado a pagar as custas e sellos e no caso de prestação de fiança, a fornecer, unica e excusivamente, o papel e sello do termo.

A medida era sensata, por obstar a constantes exageros postos em pratica na execução dos serviços fiscaes.

Acompanhando esse decreto e o que abolia desde 1 de Agosto, a contribuição industrial dos operarios das officinas do Estado, Anselmo de Andrade, fazia espalhar os seus projectos fazendarios, entre os quaes se salientava o da reforma do contracto com o Banco de Portugal, que já preoccupára os antigos ministros Ressano Garcia, Teixeira de Sousa, Ernesto Driesel Schroeter, Francisco de Paula Azeredo e Soares Branco, e a que como a esses succedera, não lograria dar bases firmes, ficando em intenções ministeriaes.

As relações do thesouro para com o Banco, onerosas para o primeiro pelo juro excessivo cobrado pelo estabelecimento bancario, haviam sido modificadas, a favor do estado, perante uma uma administração zelosa confiada ao conselheiro Mello e Sousa, governador.

A conta do estado era a esse tempo de 27:000 contos de réis, accrescida de 8:000 contos de emprestimo bancario de 14 de Janeiro de 1893, e pequenas dividas de emprestimos de classes inactivas, Banco Lusitano e do Povo, prefazendo um total de 36:000 contos sob o qual se effectuaria o novo projectado contracto, verba equivalente á metade da circulação fiduciaria, e que ficaria representando a divida estadual ao banco, e portanto a cargo do thesouro, que deixaria ao outro contractante a responsabilidade dos restantes 36:000 contos. Para garantia da divida entregaria o governo o necessario numero de titulos. A' abolição de dois typos de notas, corresponderiam duas especies de responsabilidade garantindo a circulação fiduciaria, sendo a primeira do Banco, pela metade das notas em circulação e a segunda, ao estado pela de 36:000 contos, ou fosse a sua divida.

Estabelecer-se-hia, a começar de 1916, pois só n'essa data terminár a liquidação ás classes inactivas o amortisar do emprestimo de 1893, e o Banco, possuiria a faculdade de exceder o limite de 72:000 contos fixado pera a emissão de notas, mediante entendimento com o governo e quando esse augmento correspondesse a novas garantias em disponibilidades-ouro.

Seguia esse projecto outro tendente a ordenar o pagamento em ouro dos direitos alfandegarios. Se em 1904, o conselheiro Teixeira de Sousa, teve por elle embaraços levantados pelo commercio de Lisboa e Porto, originando a sua sahida do ministerio, Anselmo de Andrade, tinha para acompanhar o seu projecto o incidente curioso de o governo inglez se «dignar» dar opiniões sobre essas ideias («The Financial News» de 10 de Agosto de 1910).

Nada d'isso era necessario e aos planos financeiros, se anteporia um escolho formidavel: a revolução.

A derrocada dos projectos era porem precedida de condemnaveis aggravos pessoaes por parte dos progressistas, que atiravam sobre Anselmo de Andrade os mais sordidos doestos, descabidos e immerecidos: (*)

«Perdeu completamente a noção do brio e da dignidade de homem de Estado, esse outro farrapo de ministro que o sr. Teixeira de Sousa collocou ás suas ordens na pasta da fazenda — lá sabe porque motivos. O sr. Anselmo de Andrade, homem de valor com direito a ser mais alguma coisa do que um simples creado grave do chefe dos incendiarios, ainda está abaixo d'isso. Chegou á ultima degradação: é menos que um humilde serventuario e não é mais que um misero escravo! Eis o ponto a que resvalou o famoso auctor da «Terra!» Pois já é descer! E não se passa um dia sem que as chronicas dos crimes governamentaes não figurem umas paginas negras escriptas por esse teixeirista, que tem já a farda de ministro coberta com as ennodoadas condecorações da sua politica: desde a commenda das tranquibernias eleitoraes até á grã-cruz das grandes poucas vergonhas politicas.»

(*) *O Liberal* de 6 de Agosto de 1910.

Esboçava o governo, officialmente, os seus projectos de futuro, para divulgar trabalhos legislativos, quando só, na realidade, os havia eleiçoeiros.

Assim pois, o ministro da marinha, Marnoco e Sousa, notificava ideias de crear duas feitorias agricolas nas terras dos commandos militares de Sanguem e Satary, no Estado da India, annexando-lhe bases para as creações de gado bovino a alimentar com silagem de capim, em virtude do exito alcançado pelo capitão Faure da Rosa na experiencia de conservação das forragens por meio de sillos; desenvolver a cultura de borracha, iniciada por D. Miguel de Alarcão em 1906-1907, e os regulamentos de marinha mercante, pilotagem e reorganisação dos serviços agricolas do ultramar.

O ministro da justiça, Manuel Fratel, dava como tenções suas o apresentar d'um projecto de utilidade social: a creação de escolas protectoras de menores delinquentes, onde lhes seriam ministrados conhecimentos nauticos, industriaes e agricolas, sendo collocados os de este curso em feitorias dos planaltos de Mossamedes e Benguella. Alem d'isso seria instituido um tribunal especial para os pequenos criminosos, ali julgados com firmeza mas sem terrorismos.

Existiam já na America, Inglaterra, Allemanha e Canadá tribunaes para creanças e a França como que acompanhando as ideias portuguezas, realisava mais tarde um congresso internacional para tratar do assumpto, ao tempo que na camara dos deputados e no congresso francez, eram votadas (*) propostas de lei estabelecendo-os.

Outra medida, visava a pôr os governos a coberto dos recursos contra elles levados aos respectivos tribunaes.

Não era medida de utilidade nacional, mas simplesmente ministerial, pois submettia as deliberações dos tribunaes superiores ao arbitrio dos gabinetes que bem podiam ser os proprios ministros contra os quaes se erguera recurso.

A pratica medida era a seguinte : (**)

(*) 29 de Junho e 2 de Julho de 1911.

(**) Legislação Portugueza de 1910—1.º volume=Pagina 468.

«Sendo conveniente regular a execução do artigo 39.º (tres) da carta de lei de 9 de Setembro de 1908, na parte relativa aos effeitos dos recursos, em que seja interessado o governo; e Considerando, que, se o Codigo Administrativo em vigor, auctorisou os auditores administrativos a dar effeito suspensivo ás reclamações perante elles interpostas, não ha no mesmo diploma igual disposição para as apresentadas directamente nas secretaria do Supremo Tribunal Administrativo; Considerando, que semelhante faculdade exercida pela instancia superior do Contencioso Administrativo deriva sómente do artigo 20.º do regulamento de 25 de novembro de 1886, cuja modificação é auctorisada no artigo 462.º do citado codigo; Considerando, que na primeira instancia os despachos do auditor estão sujeitos, tambem n'este ponto, a recurso para a instancia superior, nos termos do artigo 12.º do regulamento de 27 de Julho de 1901; Considerando, que, salvas as excepções expressas na lei, as decisões em ultima instancia do Contencioso Administrativo competem ao Governo, como supremo chefe e arbitro da administração publica e das suas conveniencias, não podendo, portanto, ser prejudicada ou sustada a sua iniciativa por um tribunal consultivo; Hei por bem determinar que nos recursos interpostos pelo governo, a bem da observancia da lei ou do interesse geral e publico do estado, ou contra elle deduzidos directamente, e cuja decisão final depende da sua homologação, fiquem sujeitos a confirmação superior os accordãos que lhes concederem ou negarem effeito suspensivo, subindo o processo, no dia immediato á sessão em que forem proferidos, ao competente ministerio, para os apreciar e resolver na sua materia dentro de dez dias, a contar do recebimento do processo. — O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario de estado dos negocios do reino, assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 11 de agosto de 1910—Rei—Antonio Teixeira de Sousa.»

O Supremo Tribunal Administrativo era o primeiro a acatar o decreto, enviando logo ao governo os recursos ali existentes, especialmente contra o ministerio anterior, da chefia de Veiga Beirão.

Disse-se que se visava tambem a arrebanhar assim armas contra o bloco.

Certo é porem que ellas se não apontaram aos insinuados e que tudo caminhou normalmente, como era de esperar.

*

* *

Angola celebrava a 15 as festas commemorativas da sua restauração, em 1648, pelo heroico general Salvador Correia de Sá e Benevides, que com 900 soldados portuguezes fazia extinguir ali o predominio da Hollanda. Esta desempenhava ali papel tyrannico desde 1605, pela tomada com a ajuda dos reis do Congo o rei Dongo e rainha Matamba, quando Correia de Sá, organisadas as suas forças no Rio, se apresentou em frente de Loanda, a cidade fundada em 1575 por Paulo Dias de Novaes, a impôr-lhe a entrega. Os contrarios, procurando revoltar os regulos, pediram a tregua de 8 dias, recusados, seguindo-se logo o desembarque de 900 portuguezes, dos quaes 233 soffriam as penas de se arremessarem contra os 1200 hollandezes aggrupados no forte da Guia e na Fortaleza do Morro de S. Miguel. O arrojo assombrou os sitiados e quando os pouco mais de 600 homens de Portugal se dispunham a nova investida, os da Hollanda, capitulavam, a 16 de Agosto de 1648, de nada valendo para elles o reforço dos negros da rainha Ginga, que apenas assistiram cabisbaixos, ao embarque dos vencidos, que abandonaram as proprias armas e munições.

As festas do centenario solemnes foram. Grandioso cortejo civico com carros allegoricos, como o da nau em que Benevides ali chegou e o da fortaleza de S. Miguel, tomada pelos portuguezes, percorria as ruas da cidade de Loanda, até ao Largo D. Pedro V, onde se erguia o monumento ao restaurador de Angola, relembrado em discursos e nas corôas depostas na base da estatatua. Seguidamente era inaugurada a placa que dava o nome de Alexandre Herculano a um dos largos de Angola.

*

* *

N'esse dia era aberto ao culto, com largo ceremonial religioso, a nova capella que tendo por orago o Sagrado Coração de Jesus, fôra mandada edificar em 1905, na rua Renato Baptista, pela confraria da Senhora do Monte do Carmo. O templo em estylo gothico e construido sobre indicações do padre Antonio Rodrigues Soares, appareceu assim descripto: «Tem tres portas de frente e tres largas janellas em estylo gothico, sendo a frente resguardada por um gradeamento de ferro, no mesmo estylo. A capella mór tem duas tribunas, por cima das quaes ha as imagens da Senhora do Carmo, Coração de Jesus, S. José, Santo Antonio, S. Francisco de Paula e S. Thomaz de Aquino, pintadas, imitando «vitreaux». No tecto tem dois anjos adorando o Santissimo. O throno e o sacrario são dourados a ouro fino, tendo por cima do sacrario uma artistica pintura, representando a ceia de Christo. A capella mór assemelha-se muito á da egreja nova dos Anjos, tendo nos nichos do lado da epistola, as imagens da senhora de Lourdes, Santo Antonio e S. Luiz Gonzaga; ao centro do altar o orago, Sagrado Coração de Jesus, e, do lado do Evangelho, S. José, S. Sebastião e Santa Ignez. A Via-sacra é em medalhões, com figura em alto relevo. Por cima do arco do altar mór tem a seguinte inscripção: «Vinde a mim todos, a seu caminho da verdade e da vida.» A egreja tem côro, que é espaçoso e bem illuminado, pulpito, confessionario e dois altares, um do lado da epistola e outro do Evangelho, tendo o primeiro as seguintes imagens: Senhor Crucificado, Senhora das Dores, S. João Evangelista e Menino Jesus de Braga; e o segundo a Senhora do Carmo, Santa Thereza e S. Simão Stock e aos lados do arco da capella mór, em nichos, as imagens em tamanho natural de S. Francisco de Assis e de Santo Ignacio de Loyola, dado por um devoto em cumprimento de uma promessa. Os altares teem lampadas de prata, ricas jarras com flôres naturaes, e toalhas com rendas de valor e o sacrario tem pavilhões e cortinas bordadas a ouro em alto relevo, possuindo o referido tem-

plo uma collecção de alfaias completa em todas as côres, em damasco de ouro com guarnições finas, e roupas brancas cheias de rendas raras. As imagens são todas de uma grande perfeição, tanto nas côres dos mantos como na expressão dos rostos, pois são francezas e adquiridas na Livraria do Clero. A sacristia tem todas as accomodações necessarias, e por cima existe uma sala destinada a reuniões. A torre tem quinze sinos de bronze faltando tres para o carrilhão ficar completo, os quaes devem estar promptos em breve, pois é tocado por tres teclados, para as mãos e um para os pés.»

Não passou sem ataques a abertura da capella, dada pelos republicanos, sem rebuço, como servindo «de ante-camara a uma alcova». (*)

Envolvia-se no caso, certa viuva rica, de quem o padre soubera captar as boas graças e o caminho de sorrisos.

A imprensa fallou, mas seguiu-se-lhe a merecida indifferença.

*

* *

Na vespera fôra victima de uma catastrophe a Villa de Aljezur.

Um cyclone fez incendiar, por causas desconhecidas, as plantações e em breve as chammas, caminhando n'uma facha de terreno de duas leguas de comprido por duas de largo, galgando serras e valles, iam absorvendo montados, palheiros, eiras e vinhas.

As familias corriam desvairadas á procura dos seus, dispersos nos trabalhos campestres ou na apascentação dos gados.

Por fim, reunida a população, que não poude obstar á sua ruina, o fogo, não tendo mais que destruir, apagava-se lentamente.

De lucto foi o dia para os de Aljezur, reduzidos assim á miseria.

Comtudo graças deram: Não houve victimas.

(*) *A Capital* de 8 de Setembro de 1910.

*

* *

Jacquard, o celebre mechanico inventor, a quem Calais devia a prosperidade da mais importante industria local, o fabrico de tecido filó, segundo o mechanismo maravilhoso por elle idealisado,—tinha a sua consagração em 15 de Agosto, data em que era inaugurada a sua estatua, obra excellente do esculptor Mario Russel e do architecto Adolpho Masson.

Presidiu á inauguração, o ministro do commercio, João Dupuy.

*

* *

Na sexta feira, 17, inaugurava o presidente Armando Fallieres, em Besançon, o monumento a Proudhon. Consagrava assim a França o celebre publicista, reivincador das doutrinas sociaes, Pedro José Proudhon, o auctor das «Contradições socialistas» e «Criação da ordem na humanidade».

Nem sempre foi de rosas a vida do grande socialista e se horas teve de gloria, outras lhe deram de amargura, fazendo-o conhecer o horror do exilio, sob o stygma anathema das eras realengas de «le pere de l'anarchie»,cognome que o acompanhou até á morte, em 1865, como até ao fim o seguiu o odio de Roma pelas suas phrases, mais idealistas do que profissionaes, mais utopicas do que sentidas: Deus é o mal, a propriedade é o descalabro, a anarchia é a ordem.

A França glorificava-o, pelo seu appoio á causa social, pratica, sem os arrebatamentos que só á phraseologia dava. O monumento representava Proudhon sentado, tendo por detraz a figura da verdade e adiante um operario apresentando-lhe as palmas da gloria. Citava as phrases da existencia do grande socialista, um dos seus maiores admiradores, o ministro do trabalho, Viviani, que, junto de Fallieres e Pichon, teve para Proudhon, as seguintes palavras:

« — Ninguem pode contestar que Proudhon merece a honra suprema da glorificação civica. Merece-a, porque foi antes de mais nada um grande escriptor, por sua vez subtil e poderoso, terno e implacavel. Historiador, theologo, critico de arte, pintor da natureza e polemista, manejando uma penna terrivel ou suave ao ridigir as suas paginas immortaes, é digno d'esta honra por que amava apaixonadamente a Justiça, cujas sentenças vingadoras repetia incansavelmente; é digno, emfim, por amar a Verdade, consagrando-se ao seu culto, como a uma amante arrebatadora e tiranica. Era um cidadão viril que lançava, sem calculos de cortezão, o seu grito de protesto contra todos os poderes, os do dinheiro, os do parlamento, os dos soberanos e em 1848 aos do povo, embriagado pela reconquista de alguns direitos, a cujas coleras, se expoz impavidamente, sem nunca procurar os seus votos, sem se importar cair do mais alto do favor popular até ao abismo da impopularidade. Teve o excesso do paradoxo, excedendo-se nas formulas; negou o fundamento da propriedade, recusando-lhe todos os direitos á sua justificacão juridica e moral. Na sua obra de socialista encontram-se vestigios do sindicalismo. Combateu a conquista dos poderes publicos, como os sindicalistas, preferindo dirigir os espiritos para os problemas economicos. Teve o odio do Estado, como o sindicalismo de hoje o tem. A educação é a primeira e a ultima palavra da Democracia; todo o progresso social se baseia n'ella; educação fizeram Proudhon e Michelet, Quinet e Hugo, Luis Blanc e Gambetta, e ella conduz o proletariado á justiça social; o proletariado, cuja consciencia augmenta, justifica e consagra os esforços de redempção feita pelos luctadores, em cuja primeira fila se destaca a gloriosa figura de Proudhon.»

Emquanto Paris consagrava um philosopho, Madrid, fazia reviver n'uma estatua o vulto heroe do capitão D. Vicente Moreno, um dos martyres das guerras da Independencia, affixando ao mesmo tempo uma lapide na casa, em Antequera, onde Moreno nascera.

Acompanharam a inauguração do monumento, obra do esculptor D. Francisco Palma e architecto, D. Daniel Rubro, imponentes festas que duraram de 10 a 13 de Agosto, não só em

Madrid e Antequera, como em Mengo, onde desde 1810 jazia o grande soldado das campanhas da liberdade.

*

* *

Ao fundador da Republica Americana, o grande Washington, inaugurava Versailles uma estatua em 18 de Agosto. Washington, no monumento, apresentava o aspecto pacifista, tendo na mão direita em vez da espada, symbolo guerreiro, um bastão de passeio, symbolo da paz, e, o que era mais, aos pés uma relha de charrua.

*

* *

Falleceu entretanto, o notavel compositor musical, Carlos Lenepven, membro do Instituto, professor de harmonia no Conservatorio de Paris e da Academia de Bellas Artes, de Paris, na vaga do seu mestre, Ambrozio Thomaz.

Não era vasta a sua obra, mas podia classificar-se de magistral, tendo-lhe a scena lyrica «Benaud e Armida» facultado o premio de Roma. Como trabalhos de correcção classica, podem portanto apresentar-se o «Requiem», «Ode triumphal a Joanna d'Arc»; as operas «O Florentino» e «Velléda, e a celebre marcha funebre dedicada á memoria do pintor Henry Regnault.

Lenepven nascera em Ruen em 1840.

A 16 de Agosto, fallecia na sua quinta de Paços de Brandão, na villa da Feira, o venerando juiz do Supremo Tribunal de Justiça, no quadro de magistratura sem exercicio, dr. conselheiro Joaquim de Almeida Correia Leal. Foi deputado progressista em varias legislaturas e nascera em 1830.

*

* *

Em egual data fallecia em Torres Vedras, o pintor Francisco Maria Peres.

Desconhecido quasi dos seus conterraneos, até á morte, foi mais tarde citado como tendo ligado o nome a obras de merito, de preferencia, sacras.

N'esse numero se contavam as do tecto da egreja do Varejo, as restaurações em 1908 dos quadros antigos da egreja de S. Thiago de Torres, e as pinturas principaes do Convento de S. Bernardo.

A sua acção artistica abrangia por completo as casas religiosas franciscanas, onde varios trabalhos de valor executou.

*

* *

No mesmo dia era assignado em S. Petersburgo, um tratado de arbitragem entre a Hespanha e a Russia, representadas respectivamente, pelo conde de la Vinazo, embaixador hespanhol e Sasonof, adjunto do ministro dos negocios estrangeiros russo.

*

* *

Longe da patria, em Bremen, fallecia a 16 de Agosto, o chefe de estado do Chili, D. Pedro Montt.

Julgando ter na Europa a saude que em Santiago lhe faltava, vinha a ter a perda total das suas illusões na cidade allemã, onde baqueava, a um violento ataque de asthma cardiaca, no proprio dia do desembarque.

Filho do antigo presidente (1851-1859) D Manuel Montt, nascido em 1809 e fallecido em 1880, D. Pedro, seguindo-lhe as tradições liberaes exerceu o elevado cargo com o applauso chileno, que lhe não faltou, desde a eleição, em 18 de Setembro de 1906.

Diplomata, notabilisara-se no logar de representante do Chili em Washington, apoz o que fôra ministro das obras publicas, administrador geral de beneficencia e ministro das finanças, e como presidente, teve o tratado com a Argentina (24 de Maio).

Na abertura das camaras chilenas, a 1 de Junho de 1910, ainda na sua mensagem, Montt, registava a divida externa reduzida a 23.039:320 libras, o commercio externo elevado a 568 milhões de pesos e as relações pacificas e cordeaes com as outras nações, excepto o Peru. Assistia á ultima crise ministerial, a de 7 de Junho, e deixava pouco depois o poder, apoz a posse em 26 d'aquelle mez, do gabinete de Agustin Eduardo e Luiz Izquierdo.

O funeral de D. Pedro Montt, teve uma imponencia solemne, decretando até o governo argentino 3 dias de lucto.

O chefe de estado chileno ficou depositado na cripta da egreja de Santa Edwiges, em Berlim, seguindo depois para o seu paiz.

A republica, tratando de regularisar a sua situação politica, ao passo que marcava eleições presidenciaes para 15 de Outubro seguinte, collocava na cadeira governativa, o vice-presidente e presidente do conselho de ministros, D. Elias Fernando Albano.

A aza negra da morte abrira-se porem sobre o povo laborioso e a 6 do mez seguinte (Setembro) de novo vagava o primeiro cargo do Chili, pelo fallecimento subito de D. Elias que baixava á campa com o acompanhamento dos representantes estrangeiros que pensando assistir ás festas do centenario da independencia de Santiago, foram curvar-se primeiro ante um cadaver.

No acto funebre (9 de Setembro) não poude Roma deixar de fornecer a nota intolerante, pela retirada subita da cathedral do representante do Papa, que se julgou desconsiderado por os embaixadores estrangeiros o haverem precedido no cortejo.

Determinava-lhe o protocollo a primazia, é certo, como é certo egualmente que no funeral de Eduardo VII, identico incidente se dera com representantes de algumas nações.

Comtudo, as ordenações protocolares não deviam ser erguidas para fins politicos em transes luctuosos e, Roma, a christã, mais devia abster-se de collisões e despeitos, para se humanisar e retrahir ante a morte, soberana omnipotente que não poupa corôas nem tiaras.

Se o estrangeiro commentou o successo, não fez o mesmo o Chili, que só procurou definir de novo a sua situação, já fazendo sentar na cadeira presidencial (6 de Setembro) o ministro mais antigo, Emiliano Figueirôa, já approvando na Convenção a proposta para unico candidato á presidencia para o periodo de 1911-1916, a D. Ramon de Barros Luco, presidente honorario do partido liberal, ministro da fazenda nas presidencias de Frederico Errasuriz e Pinto, do interior na de Montt e Errasuriz, Filho; antigo ministro pelenipotenciario em França; e chefe da revolução de 1891 contra Balmaceda. O novo chefe de estado que vivia retirado da politica, desde o cessar da presidencia de Montt, durante a qual exerceu o cargo de vice-presidente do conselho de estado, assumia a alta magistratura (23 de Dezembro de 1910) aos 60 annos de edade.

Montt, que deixára o cargo, por doença, a 9 de Julho de 1910, regressava sem vida á sua patria, a bordo do cruzador chileno «Blanco Encalada».

Commovente foi a ceremonia do desembarque (4 de Fevereiro de 1911) em Valparaiso, e o povo, prestando sentida homenagem a esse vulto grandioso da historia chilena, cumpriu mais do que um dever, deu um exemplo civico.

*

* *

Por alvará de 17 de Agosto do então governador civil de Evora, era desannexada a freguezia de Santo Antonio de Capellins da de S. Pedro de Terena, ambas do concelho do Alandroal.

Satisfeito foi assim um pedido dos habitantes da primeira d'aquellas freguezias, que julgaram nullos os motivos que haviam determinado a annexação.

O alvará veiu á folha official (n.º 186) em 24 de Agosto.

*

* *

A Africa do Sul, entrava então na sua verdadeira phase de progresso, iniciada apoz o tratado de paz assignado em Vereeniguig, a 31 de Maio de 1902, ao esmorecer das derradeiras luctas anglo-boers, nascidas em 1899, rèinando em Inglaterra, Victoria I. Sem assentamento definitivo de independencia correra a vida boer. Reconhecida como livre pela Inglaterra, em 1852, deixava de ser estado independente em 1897, anno em que os inglezes annexaram á sua organição. Procurando libertar-se em 1880 e 1881, favoreceu-a o tratado de Pretoria de 1881, para em 1884 tornar os territorios boers como tutellados britannicos. A guerra boer de 1899, apesar de ganha pelos inglezes, nobilitou esse povo, e a conferencia sul-africana de 3 de Maio de 1908, deu bases para o fundar da União, fixada por convenção nacional realisada em 12 de Agosto d'esse anno, e sanccionada pela Inglaterra em Julho de 1909. Se a Africa do Sul não estava emancipada, tinha ganho porem os principios autonomos, apparecendo os inglezes como simples vigilantes adversos a cubiças extranhas.

Era um passo e gigantesco. Ao Orange, cabia a gloria d'elle, por ser o primeiro estado a tentar a União. As bases constituintes de 1905 pelo successor de Chamberlain, o secretario de estado das colonias, Lyttelton, significou um avanço, annullado pelo gabinete Campbell-Bannerman com a promessa de outro melhor, que, se a elles esqueceu, o ministerio Luiz Botha em 1906 relembrou. A verdadeira conquista chegou depois.

Em vez de quatro territorios, Cabo, Natal, Orange e Transvaal, ficou a União, com um só governo e uma só camara, presidindo aos destinos de 5.253:443 habitantes distribuidos por 473:895 milhas quadradas, ficando ainda fóra do nucleo, 750:000 milhas, com 3.000:000 de habitantes, comprehendendo a Bechuaenalandia, Baestolandia, Swazilandia e outras.

Em Maio de 1910, estava formado o primeiro ministerio da União. Pelo «Transvaal»: com a presidencia e agricultura,

general Botha; interior, defeza e minas, general Smuts; finanças, H. C. Hull; pelo «Cabo», obras publicas, telegraphos e correios, J. P. Villiers Graaf; caminhos de ferro e postos, Saner; instrucção, F. S. Malan; negocios indigenas, Henry Burton; pelo «Orange», justiça, Hertzog; terras, A. Fisher; pelo «Natal» commercio e industria, F. R. Moor; aggregado, sem pasta, dr. O' Grad Gubbins; governador geral, lord Gladstone. Refundido, era confiada a pasta do interior e presidencia, ao 1.º ministro da Colonia do Cabo, Merriman, entrando como representantes do Transvaal, Saner, Malan, Burton, Botha, Smuts e Hull; Fisher e Moor, antigos 1.ºs ministros de Orange e Natal, e Smith, antigo ministro no Natal. As eleições de 15 de Setembro de 1910, tiveram o cunho enthusiastico d'um successo grande.

A abertura do parlamento constituiu uma das maiores datas da União, que a celebrisou com festas, indo ali o duque de Connagth representar Jorge V.

Relembraram-se ali factos historicos, com a visita aos campos de batalha anglo-boer nas immediações de Colenso, ao local da lucta em Ladismith, onde os boers sustentaram o cerco aturado das forças do general George White, e aos pontos memoraveis d'esse cerco, Lombard's Kopp, Gun Hill, Caeser's Camp Obsertion Hill e Nicholson's Nok. Houve tambem revista militar em Pretoria; visita ás quedas de agua de Vittoria Falls, no Zambeze; ás cidades de Bulavayo e Salisbury; aos montes Mattoppes, sepultura de Cecil Rhodes; a Mafeking e Kumberley; ao acampamento de Paarde berg, em Bloenfontein, onde o general Cronje se entregára a lord Roberts; á Basutolandia; e entrada solemne na cidade de Capetown, onde o duque de Connaught inaugurava o parlamento (4 de Novembro), acto solemne e faustoso a que assistiam como representantes portuguezes apenas os consules geraes em Cap-Town e Pretoria, visto se haver resolvido não enviar ao Cabo nenhum navio de guerra, apesar de nos festejos se recordarem grandiosos factos historicos portuguezes.

Outras festas se effectuaram e entre ellas, a denominada «Pageant of South Africa» e que appareceu assim descripta:

«O Pageant of South Africa», isto é, a reproducção dos epi-

sodios historicos que mais se relacionam com esta colonia, foi dividido em duas partes e estas em varias scenas. A primeira scena da primeira parte, com que abriu esta patriotica festa, foi a dedicada ao descobrimento do Cabo Tormentoso por Bartholomeu Dias, no anno de 1486. A scena representa uma vasta praia onde grupos de negros dançam em attitudes grotescas as mais phantasticas danças indigenas, as quaes são obrigados a interromper pela chegada de Bartholomeu Dias que, segundo o habito dos nossos navegadores, manda collocar uma cruz, ceremonia esta que se faz seguir de um «Te-Deum» entoado pelos seus companheiros de armas, depois do qual se retira cercado pelos indigenas que o rodeiam admirados e respeitosos. A scena seguinte representa o regresso de Bartholomeu Dias á côrte de Portugal, onde então reina D. João II. Supponha o leitor um recinto enorme ao centro do qual se acha installado um throno. D'um lado e d'outro numerosos cortezãos acompanhados de suas mulheres, occupam o recinto quasi que por completo, e aguardam a chegada do rei, rainha e respectivo sequito. O cortejo chega finalmente. A' frente marcham 30 homens d'armas, seguem-se os irmãos do rei e as duquezas suas mulheres, o capitão da guarda real, o camarista-mór, e outros dignitarios. Veem a seguir, precedendo o rei e a rainha, numerosos pagens que vão lançando flôres no caminho. Fechando o cortejo caminham as damas de honor e uma nova escolta de 30 homens d'armas. A passagem do cortejo é de um effeito unico. Os trajos são rigorosamente á epoca e causam sensação pelo seu bom gosto e luxuosa apparencia. O cortejo dirige-se vagarosamente até ao throno, onde o rei e a rainha tomam assento. Em seguida, a um gesto do rei o camarista-mór approxima-se e de joelho em terra aguarda as instrucções do soberano, que lhe ordena para trazer á sua presença os navegadores que solicitam audiencia, o que elle se apressa a fazer. Os navegadores avançam então, acompanhados pelo camarista, até junto do throno, onde Bartholomeu Dias faz uma ligeira referencia á sua viagem, e informa o rei de que descobriu um cabo, a que chamou Tormentoso pelos grandes trabalhos que ali passára, e ao qual o rei se apraz modificar-lhe o nome para o de Cabo da Boa Esperança, pois

era já um prenuncio da futura descoberta do tão ambicionado caminho maritimo para a India. Esta scena finda com uma encantadora dança em que tomam parte diversas damas e gentis-homens da côrte, e que pela elegancia com que foi desempenhada, constitue um verdadeiro successo.

«A terceira scena ainda nos diz respeito. Representa a partida de Vasco da Gama para a India. Da Ermida do Restello sae um extenso cortejo que atravessa o areal com destino aos bateis, ao som de canticos religiosos entoados pela multidão, que accorre pressurosa á passagem do illustre navegador. Ao fundo destaca-se uma brilhante cavalgada composta de fidalgos e personagens da côrte, de ambos os sexos e que vem embelezar a scena d'uma fórma extraordinaria. Começam agora os episodios referentes á occupação hollandeza.

«A quarta scena representa uma caravella construida expressamente para este fim e segundo as dimensões e feitios das usadas em meados do seculo XVII. D'ella desembarca Jan van Riebeeck, que acompanhado da sua comitiva vem tomar posse da terra para que fôra nomeado governador, com ordens terminantes de proceder á sua immediata colonisação e desenvolvimento, o que elle consegue começando por pacificar os indigenas.

«O episodio que se segue consiste no levantamento de uma fortaleza, para cuja construcção o proprio governador, Bax, contribue com o seu trabalho e o de sua familia, e estabelecendo uma lei pela qual todos os habitantes, qualquer que seja o sexo e qualidade, são obrigados a concorrer com o seu auxilio material, sob pena de rigoroso castigo no caso de a isso se recusarem. A sexta scena trata do desenvolvimento da colonia sob o governo dos Van der Stel, e dá conta da chegada dos huguenottes em 1683, e do Sheik Joseph, vindo do Oriente com innumeros malaios que vinham estabelecer se n'esta colonia e aqui procurar protecção. O setimo episodio representa uma brilhante festa promovida por Lady Anne Bernard, já debaixo da occupação ingleza, e cujo explendor marcou uma das paginas mais brilhantes do fausto de que se cercavam os antigos governadores da colonia. Finalmente o oitavo e ultimo episodio da 1.ª parte patenteia aos espectadores a rendição de Cap-Town aos inglezes.

«Attendendo á longa duração dos episodios houve necessidade de apenas se representar uma parte em cada dia e, assim, quem quiz presenciar o espectaculo completo, teve que marcar logar para dois dias. A segunda parte do «Pageant» refere se especialmente ao desenvolvimento social e commercial da colonia. A primeira scena representa a côrte de Hollanda, onde é acclamado o principe d'Orange, Guilherme I, que estivera durante longos annos exilado em Inglaterra. E' n'essa occasião que o rei dos Paizes Baixos ratifica o tratado de acquisição da colonia do Cabo pelos inglezes. A segunda scena consiste na chegada dos colonos de 1820 cuja vinda fôra aconselhada por Lord Charles Somerset, pouco depois da guerra com os Cafres, em 1818, e para cujo fim o governo inglez contribuiu com 50:000 libras. Esta scena torna-se deveras apreciavel pelo colorido dos trajes e pela constante movimentação dos diversos personagens. O terceiro episodio é o que se relaciona com o vehemente protesto que causou a tentativa de Lord Somerset, em querer abolir a liberdade de imprensa em 1824. Os outros episodios que se seguem referem-se ao desenvolvimento do Transvaal e do Estado-Livre d'Orange, e á opposição decidida de toda a colonia a que n'ella fôsse estabelecida uma estação de degredados. O «Pageant», acaba finalmente por uma vistosa apotheose, em que se symbolisa a victoria da civilisação sobre a selvageria que imperou outr'ora nestas regiões tão afamadas, e onde se rende homenagem á evolução e desenvolvimento da colonia, tanto sob o ponto de vista social como commercial. N'esta grande e vistosa apotheose tomam parte todos os protagonistas que, depois da saudação aos soberanos, entoam um magnifico «Te-Deum», apropriado á situação Para se fazer uma ideia approximada d'esta grande festa nacional bastará citar o facto de que n'ella tomaram parte cerca de 5:000 pessoas estando ali representadas todas as classes, raças e religiões. Senhoras da mais alta sociedade, homens occupando os cargos mais elevados, chefes das principaes casas do commercio, medicos, officiaes, ecclesiasticos, etc. etc. todos contribuiram, como personagens, para o bom exito da festa. Da reduzida colonia portugueza apenas tomou parte, por convite muito especial, o nosso compatriota sr.

João Howorth, que desempenhou muito correctamente o papel que lhe fôra designado, isto é, o de camarista-mór da côrte de D. João III. Foi elle o unico portuguez a valer que figurou em toda a festa. Todos os demais eram portuguezes... d'occasião. Já o mesmo não succedeu com os inglezes e hollandezes, pois os havia authenticos e em numero bastante para não haver necessidade de os falsificar. Para que se avalie o enthusiasmo e dedicação de todos os que cooperaram n'esta brilhante festa será sufficiente dizer-se que o vestuario foi todo feito a expensas dos proprios collaboradores. Alguns trajes havia em extremos luxuosos, principalmente o de Lady Juta, que desempenhou o papel de rainha de Portugal, e cujo vestido era de uma sumptuosidade verdadeiramente principesca.»

Commemorando a União, era ainda emittida uma estampilha de $2^{1}/_{2}$ pence, tendo ao centro a effigie de Jorge V, nos cantos as armas dos quatro paizes unidos e com as legendas em inglez e boer, da «União Sul Africana».

Poucos mezes depois (23 de Setembro de 1911) fallecia miseravelmente em Lisboa, no hospital de Arroyos, uma das figuras da guerra anglo-boer: o ex-general Othon, que descia á valla commum. Pouco depois, porém, uma subscripção particular portugueza, dava ensejo a que fôsse trasladado para coval separado. Mais feliz foi o general Botha, guindado depois (14 de Agosto de 1912) a general honorario do exercito britannico. Este era porém 1.º ministro das colonias inglezas do sul da Africa e Othon, misero vencido da sorte. A differença era grande.

*

* *

Haviam os monopolistas da farinha de Portalegre, pretendido exercer violencias contra os consumidores, já terminando com o desconto de 5°/₀ na revenda, e cerceando o peso do pão, já acabando com o credito semanal estabelecido para o operariado.

O desagrado mostrou-se e reclamado ás auctoridades o exacto cumprimento dos preceitos legaes, sobre peso e preço de

revenda, os monopolistas, exasperados, resolviam em junho encerrar as lojas de venda avulso e crear dois unicos depositos e de venda a pagamento immediato.

O povo saíra indignado para a rua e ao passo que exercia pressão contra os monopolistas, entrava de roldão no governo civil, afim de pedir providencias ao governador civil, dr. Mendes Dona.

Tentou este acalmar o povo e aconselhada uma representação a D. Manuel pedindo a abolição do limite de padarias, tratou de ir remediando o incidente com a livre entrada de pão fabricado nas freguezias ruraes.

Feita a representação em 14 de Junho era endereçada ao ministerio das obras publicas com o appoio official do governador civil.

Começou de novo em Agosto a impacientar-se o povo, quando surgiu emfim o pedido satisfeito. Por decreto de 8 de Agosto (*) era revogado o de 11 de Fevereiro de 1905 que estabelecera o limite das padarias em Portalegre.

Com largas manifestações de agrado celebrou o facto o povo portalegrense.

*

* *

No dia seguinte fallecia o commendador Pedro de Almeida, antigo jornalista e dedicado membro da Maçonaria.

Fundára, de cooperação com Castilho, o jornal «O Brazil», e a illustração «Duende», tendo dirigido a «Revista Maçonica», publicada pelo extincto Gremio Oriente de Portugal, de que foi um dos fundadores, depois presidente do C.·. da Ord.·. de onde transitou para o Grande Oriente Lusitano, possuindo á data do fallecimento o g.·. 33. Foi secretario particular do duque de Saldanha e como amigo intimo de Fontes Pereira de Mello, acompanhou-o dedicadamente nas suas doutrinas politicas. Casára em primeiras nupcias com D. Angelica de Almeida,

(*) Legislação Portugueza de 1910.=1.º volume.=Pagina 467.

descendente do 1.º vice-rei da India, D. Francisco de Almeida e em segundas, com D. Maria de Almeida.

*

* *

O clero soffria então a perda d'um dos seus mais respeitados membros, o deão da Sé Patriarchal, antigo deputado pelo Sabugal, Braga, Idanha-a-Nova e Castello Branco, e par do reino, conego dr. Antonio José Boavida.

Filho do proprietario e lavrador, Antonio Boavida, de bom grado se dedicou á carreira do sacerdocio, começando os estudos de latinidade com o padre Bernardino de Carvalho Pacheco Boavida, apoz o que assignava matricula na Universidade, formando-se em 1860. N'essa data, a convite do então bispo de Castello Branco, D. José Marques Leite, organisava no respectivo seminario um curso regular de sciencias ecclesiasticas, entretanto que recebia ordens sacras, seguindo-se-lhe em 1861 os de diacono e presbytero, ministradas pelo então nuncio Ferrari.

Manifestava-se depois orador sagrado de talento, assignalando-se notavel na oração que recitou em Castello Branco, por occasião do nascimento de el-rei D. Carlos.

Foi ella publicada em volume, dando á publicidade ainda, uma memoria sobre a conservação do bispado de Castello Branco decretado por Roma, onde foi em 1877, advogar a causa, e o livro «Trabalhos Pastoraes», onde descrevia os serviços prestados desde 1871 a 1883, como vigario capitular e governador do bispado de Beja.

Desempenhou ainda os logares de commissario dos estudos e reitor do Lyceu Nacional de Castello Branco, inspector das escolas (exercido gratuitamente) procurador da junta geral do districto de Castello Branco e presidente da commissão administrativa do hospital civil de Beja.

Salientou-se ainda como superior, desde 1885, do Collegio das Missões Ultramarinas, onde relevantes serviços prestou á classe ecclesiastica.

Teve tambem as nomeações de desembargador da relação

metropolitana de Evora, deão e presidente do cabido, e desembargador da Relação e Curia Patriarchal.

A villa de Alpedrinha, onde nascera a 9 de Março de 1838, deveu-lhe, entre outros melhoramentos, o lanço de Alpedrinha, da estrada real de Castello Branco á Guarda; a reedificação da antiga capella de Leão, que estava em ruinas e que constitue padrão historico por haver sido mandada edificar pelo cardeal de Alpedrinha, D. Jorge da Costa; a construcção d'uma escola primaria, e ampliação do hospital.

Em projecto deixou uma casa para ensino de meninas pobres.

Como socio da Sociedade de Geographia deixou registado nos seus annaes uma brilhante peça oratoria, ali pronunciada em 1893 em defesa do Collegio das Missões Ultramarinas durante a gerencia do qual, viu ascender ao episcopado, D. João Gomes Ferreira, D. Reid da Silva, D. José Bento, D. Matheus de Oliveira Xavier, D. Antonio Barroso e D. Antonio Alves Martins, este bispo de Cabo Verde.

A 18 de Agosto fallecia na sua terra natal esse sacerdote austero e digno, que passou a existencia espalhando o bem e para elle vivendo.

A fatalidade abria as negras azas sobre a familia Boavida e tres dias depois da morte do conego, um incendio devorava a casa da mãe do extincto, Sergelina Brito Boavida que a custo se salvou.

A pequena vivenda ficava reduzida a cinzas na madrugada de 21.

Na vaga de superior das missões ultramarinas era provido o conego (•) dr. Manuel Anaquim, secretario do cardeal Netto no conclave que elegeu Pio X; bacharel formado em theologia, arcediago da Sé Patriarchal, grande orador sagrado e auctor, entre outras obras, do «Hymnohismo e prophetismo»; «O genio portuguez aos pés de Maria» «Moral e doutrina christãs para uso das escolas primarias», e d'uma memoria sobre o hyponotismo

---

(•) Despacho de 6 de Setembro de 1910.=«Diario do Governo» n.º 203, de 13 do mesmo mez. Tomou posse a 16 d'esse mez.

em relação á responsabilidade criminal, presente no congresso internacional catholico realisado em 1895 na cidade de Lisboa

Não lhe correria porém prospera a vida no novo logar e antes d'um anno (*) daria origem a grave insubordinação no collegio das Missões.

*

* *

Em Cintra fallecia a 20 de Agosto, o presidente, desde 1890 do Supremo Tribunal Administrativo, o conselheiro Augusto Cesar Cau da Costa. Politico dos tempos de Fontes, Joaquim Antonio de Aguiar, Antonio Serpa Pimentel e Rodrigues de Freitas assumiu larga preponderancia na vida social, acompanhando o partido regenerador. Ascendeu assim a deputado e a par do reino por carta regia de 16 de Maio de 1874, tomando assento na camara alta na sessão de 15 de Janeiro de 1875, e da qual foi presidente.

Fôra administrador do Barreiro, secretario geral do governo civil de Leiria, Portalegre, Coimbra, Porto e Lisboa, governador civil d'este ultimo districto e secretario geral do Tribunal de Contas.

Convidado para fazer parte de gabinetes presididos pelo duque de Avila, Fontes e Sampaio, recusou-se sempre, allegando não lhe sorrir a responsabilidade d'uma cadeira ministerial.

Nascera em Lisboa em 18 de Junho de 1825.

Na vaga do pariato, succedia-lhe, por direito o filho dr. Julio Cesar Cau da Costa, que não chegou a usar os arminhos de par. Novas instituições poriam termo á soberania orgulhosa da camara alta.

*

* *

Em litigio andavam entretanto quatro entidades, tres das quaes medicas.

(*) Abrli de 1911.

Eram ellas o hospital de S. José, a Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, o Laboratorio de Analyses Chimicas e as familias dos desventurados que iam á morgue.

A Escola accusava o Hospital de lhe não fornecer cadaveres para estudos; o Hospital respondia que os não tinha e os medicos retorquiam que elle apenas favorecia o Laboratorio.

Maiores queixosos eram comtudo as familias dos suicidas, dos assassinados e dos proprios hospitalisados fallecidos por doença, que tinham a dôr immensa de receber os corpos dos desventurados, com mutilações e até sem cabeça!...

Assim entregava o hospital aos parentes os miseros julgados dignos de estudo e, para contentar protestos, á Escola allegava a falta de cadaveres para experiencia pelas constantes requisições das familias e a estas, como desculpa ás horrorosas mutilações, o muito favor de effectuar assim a entrega, pela terminação do respectivo praso.

Todas as reclamações fôram presentes ao governo que resolvia justiceiramente o assumpto por um decreto (*) assim concebido:

«Artigo 1.º — São mantidas as disposições do art.os 101 e 102 do regulamento das Escolas Medico-Cirurgicas de 23 de Abril de 1840, referentes ás autopsias cadavericas e pesquizas anatomo-pathologicas, ás quaes procederão os professores competentes, devendo os seus resultados consignar-se n'um boletim d'autopsia que será appenso ao boletim clinico. Art. 2.º — Quando tenha havido reclamação para enterro, tanto na autopsia, como no arranjo exterior do cadaver, se guardarão escrupulosamente os preceitos e os cuidados exigidos pela comparencia do corpo nas ceremonias funebres sem offensa da piedade affectuosa das familias. Art. 3.º — A familia, como tal reconhecida, quando pretenda que a autopsia do cadaver se abrevie ou mesmo se não pratique, fará a sua sollicitação directa ao respectivo professor ou a quem as suas vezes fizer, que a attenderá, conciliando-a, até onde fôr possivel, com as imposições da investigação scientifica e do aprendizado medico. Art. 4.º — No caso de

(*) Legislação Portugueza de 1910—1.º volume.=Pagina 180.

procedimento judicial, a autopsia medico-legal substituirá para todos os effeitos a autopsia escolar; e, desde que não haja segredo de justiça, do relatorio respectivo se extrahirá a parte que interesse á investigação clinica e anatomo pathologica para prehencher o boletim d'autopsia a que se refere o art. 1.º — Paço, em 18 de Agosto de 1910.»

*

* *

A 18 era solemnemente inaugurada a ponte de ligação da Ericeira á villa de Cintra.

O povo associou-se festivamente ao acto que significava um dos importantes melhoramentos das duas terras.

*

* *

Davam-se então as festas grandiosas de Ischl, onde o imperador Francisco José recebia a 18 de Agosto as felicitações do internacionalismo pelo 80.º anniversario da sua existencia de cuidados e de sobresaltos, de fatalidades e de sinistros agouros.

Varrida a existencia por más auras, reagia, intemerato. Arrastado pela abdicação do tio, Fernando I e pela renuncia do pae, para o throno austriaco, viu logo este agitado pelas convulsões populares viennenses de 1849; seguir-se-lhe a sublevação da Italia e da Hungria; a derrota de 1859 pela França; a guerra de 1863 em que os exercitos da Austria marchavam ao lado dos da Prussia contra a Dinamarca, derimindo a questão dos ducados; a assignatura do tratado de alliança, com os seus grandes inimigos, a Allemanha e a Italia, formando a triplice; a morte a tiro, n'uma orgia, do principe herdeiro Rodolpho; o assassinio da esposa, a imperatriz Izabel, que baqueava em Genebra em 1898. Altivo, nunca deixou transparecer as suas maguas de familia, antes, surgia sempre, como conciliador nas graves questões da politica internacional e até em segredos inti-

mos das grandes familias, que patrocinava com o conselho d'um soffredor e d'um amigo.

Muito devia a Europa a esse velho soberano, que desde a sua acclamação, em 2 de Dezembro de 1848, soubera fazer salientar a sua nobre figura de diplomata insigne e de politico consummado, sem perder a natural vocação para os exercicios venatorios. Se o imperio o respeitava, venerava-o o internacionalismo tendo-o como supremo arbitro em litigios graves, em que a sua auctoridade se impunha, abatendo até as presumpções do diplomata conde de Aerenthal.

Assignalou Francisco José esse anniversario com uma amnistia ampla, emquanto Ischl o festejava, inaugurando-lhe (24 de Agosto) sob iniciativa dos caçadores austro-hungaros, uma estatua symbolica da sua predilecção pelos lances enthusiasticos de Nemrod. O velho imperador apparecia ali vestido de caçador, arma e bolsa a tiracollo, a descer montanhas asperas, appoiado ao seu varapau, vendo-se-lhe aos pés algumas peças de caça.

Disse-se que o imperador, teve por esse momento uma allusão commovida á imperatriz Izabel d'Austria, assassinada em Setembro de 1898 pelo anarchista Lucheni. Parece que o destino em devida conta tomou esse lamento, visto que Luccheni começou a ser atacado de loucura furiosa na sua prisão genebreza, originando a sua entrada em cella subterranea. Os ataques conduziram-o a imprevisto fim e certa manhã (19 de Outubro de 1910) era encontrado enforcado com as proprias roupas que dependurara nas grades da prisão.

Justiçara-se propriamente.

*

* *

A 19 de Agosto fallecia na sua vivenda da Quinta de S. Pedro, em Rio Maior, d'onde era natural, o visconde do Rio Xevora, Antonio Maria Monteiro que grangeou authentica fama de esmoler e caritativo.

*

* *

N'esse dia finava-se em Almada, o jornalista, dedicado e intransigente vulto do partido liberal, Marcos da Assumpção.

Fôra redactor do «Puritano», de Almada, e era á data do fallecimento, director da folha anti-clerical «O Correio do Sul». Dedicando-se tambem á carreira de escriptor dramatico, deixou uma peça «Cynismo e honra», representada com agrado no Theatro do Principe Real de Lisboa.

*

* *

A Inglaterra perdia então um dos seus mais celebres vultos femininos, verdadeiro symbolo do amor e dedicação á humanidade.

Era ella, a italiana Florença Nightingale, que baptisada com o nome da sua patria, constituiu para si uma outra, a Inglaterra, onde se educou e deixou avigorar o supremo ideal do bem, a assistencia da mulher nos grandes desgostos e nas grandes catastrophes.

Quando as nações acclamavam heroes da guerra, ella seria acclamada como heroina da paz, como creadora da enfermagem moderna, a scientifica.

D'ahi o culto pela missão de enfermaria, em que a ajudou Isabel Fry, e que completou com visitas aos hospitaes de Dublin, Londres, Edimburgo, com estudos nos principaes estabelecimentos da França e da Allemanha, até entrar como diaconisa na escola de irmãs protestantes de Kaiserserswerthe, a pouca distancia de Dusseldorf.

Vivendo só para a sua assistencia evangelica, para trilhar o caminho do appoio á humanidade infeliz, a ella consagra a sua fortuna, a mocidade, a formosura.

Não é mulher senão para o amor caritativo. O coração não guarda paixões senão para essa orientação pacifica. O amor cantado pelos poetas é a lucta e ella é a heroina da paz.

Em 1850, deixa estiolar os seus trinta annos na direcção d'um dispensario londrino para abandonados, para quatro annos depois, commandando uma columna de 38 enfermeiras, ia arrostar os perigos das batalhas de Alma, Inkermann, do cêrco de Sebastopol, trazendo aos feridos francezes, inglezes, piemontezes e turcos, os tres primeiros alliados na guerra contra a Turquia, o consolo da palavra, o beneficio do medicamento, nos hospitaes de Scutari, até que por sua vez baqueia, ante a cholera, que a poupa, afim de proseguir a missão docemente santa.

De regresso teve ensejo de fazer destinar a escolas de enfermagem, a verba de 240 contos de publica subscripção feita para a galardoar.

Florença tem porém em vez de superfluas consagrações a aureola mystica de mensageira divina, em toda a parte onde os seus cuidados deviam de actuar: funda a escola de enfermagem seja a «Training School for Nurses».

A saude estiola-se-lhe.

Em 1860 era a sombra esbatida da formosa Nightingale, continuando porém a despresar as joias para se entregar á adoração dos vestidos ricos e das rendas as mais bellas.

Comtudo, faz ainda crear escolas de enfermeiros civis, escreve obras technicas sobre o assumpto, tendo no peito, como unico distinctivo que acceitou, a commenda da ordem do Merito.

Mas, mais alto do que tudo estava a veneração da Humanidade agradecida, que a trazia sobre poderoso monumento: o da sua gratidão.

Isso fez tambem com que, previonista, recusasse em derradeiro documento, o seu encerramento no pantheon nacional inglez na aobadia de Westminster.

A 20 de Agosto fallecia na sua casita modesta de Londres, essa mulher de assombrosa virtude, vergada ao peso de 91 annos de edade, que era sepultada no cemiterio de West Wellow, da cidade de Hampshire, onde passára a infancia.

Sobre o seu caixão depunha a rainha Alexandra uma corôa com dedicatoria, verdadeiro interpretar do pensamento da Inglaterra:

«A mim Florença Nightingale, como reconhecida lembrança á maior bemfeitora da humanidade soffredora que fundou o serviço das enfermeiras militares por seu effeito pessoal e sua dedicação.»

Imponente foi o funeral de Florença, equiparando se quasi ao de Eduardo VII. Esse grande vulto de mulher bem merecera porém da Inglaterra e esta apenas cumpriu o seu dever de homenagem.

*

* *

Sessenta annos se completavam a 19, sobre a morte de Honoré de Balzac, o grande escriptor francez, auctor da «Comedia».

Não esqueceu a França o triste anniversario e os principaes vultos da sua litteratura iam collocar-lhe no tumulo uma corôa de carvalho e louro, symbolo de viva consagração e de immercivel saudade.

De Balzac apparecia mais tarde (*) um romance inedito, «O Amor mascarado», guardado haviam 5o annos na bibliotheca da duqueza de Dino, mãe do ultimo duque Honoré de Balzac.

*

* *

No dia seguinte, relembrava a Hespanha, o notavel e fallecido poeta natural de Celanova, Curros Enriquez, o genial auctor do «Aires de mia terra».

Enorme cortejo civico, ia, depois de percorrer as ruas de Vigo, assistir á collocação da primeira pedra do monumento a erigir ao vate gallego.

(*) Maio de 1911.

*

*   *

A França fazia reviver n'essa occasião um doloroso acontecimento historico: o assassinio do medico dr. Emilio Mauchamp.

Audacioso, fôra exercer em Marrocos a profissão. Em 19 de Março de 1907, ao aventurar-se no Marrakech, era surprehendido por uma legião de barbaros, que depois de lhe arrancar as vestes o submetteram a supplicios horriveis. Por fim acabavam-no a golpes de alfange e a pancadas de matraca, arrastando ainda o cadaver pelas ruas de Marrakech.

Deu o lugubre caso origem a incidentes internacionaes de varias especies, terminando pelo castigo a Marrocos.

Em Chalon sur Saóne, onde o desventurado Mauchamp nascera a 3 de Março de 1870, era inaugurado a 21 de Agosto o monumento á sua memoria.

O ministro Pichon, presidindo ao acto, declarava que a morte do explorador dera logar a que o governo francez significasse a vontade firme de não admittir a Marrocos nenhum ataque aos seus direitos, e congratulou-se porque ás dissidencias internacionaes que ameaçassem a paz europea, succedessem os accordos confirmativos dos direitos especiaes da França e dando na ordem economica, a todos os governos estrangeiros as garantias ás suas aspirações.

Terminou assim:

«Só resta continuarmos em paz, porque somos inimigos de todas as aventuras guerreiras. O que emprehendemos foi para defeza da nossa expansão na terra, a fim de que não houvesse nada mais facil do que o bom exito da operação militar, mas essa mesma operação sendo, pelo menos, inutil, seria condemnavel. Se o Maghzen cumpria lealmente os seus compromissos, se as cabildas sobre que se estende o seu poder se abstiverem de ameaçar os nossos postos, por nossa vez nos absteremos tambem de toda e qualquer offensiva, contentando-nos em reprimir, como nos cumpre, as provocações de que fôrmos objecto.»

*

* *

Estava a esse tempo concluida a construcção da segunda via da linha ferrea do norte, entre Pombal e Albergaria. Era portanto assignada a 20 de Agosto uma portaria ordenando a sua abertura á exploração.

*

* *

A 21 era inaugurada no parque do visconde de Sacavem, a exposição regional das Caldas da Rainha.

Importante, historica e pratica, apresentavam se ali os productos do trabalho caldense em seda, rendas, ferro, madeira, photographia e outros, além de uma meza que pertenceu á celebre pintora Josepha de Obidos, ou fôsse Josepha Ayala de Figueiredo, nascida em 1635 e fallecida em 1684; uma bilha do tempo da rainha D. Leonor, uma photographia da frontaria do hospital das Caldas tirada em 1747 e um medalhão representando a sacra familia e que era a unica esculptura feita por Josepha de Obidos. A exposição constituiu para as Caldas da Rainha, um acontecimento notavel.

*

* *

Um violento incendio destruia n'essa data a cathedral de Narbonne, em Paris.

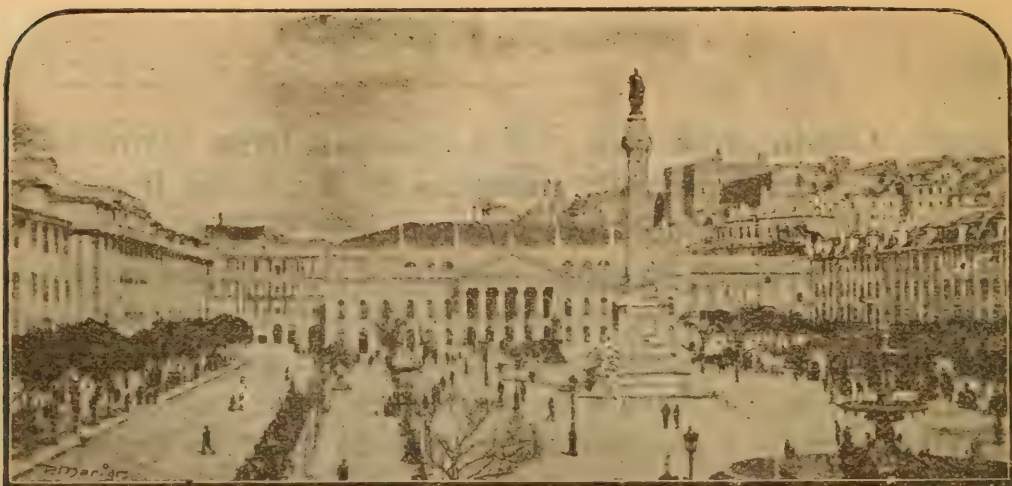
Com o edificio historico, perdiam-se esculpturas e valiosos quadros do seculo XIV e XV.

*

* *

Inaugurava-se a 21 de Agosto em Bruxellas, sobre a presidencia do rei Alberto I, o 3.º congresso de educação familiar, discutindo theses sobre taras hereditarias; o medo das creanças;

jogos e divertimentos uteis para a educação; livros instructivos; educação civica e pacifista; methodos de estudo das linguas vivas; estudo das aptidões das creanças para se lhes promover o seu aproveitamento; hygiene, conforto e mobiliario nas habitações; educação agricola; alimentação nos primeiros annos e vestuario; occupações instructivas; desenvolvimento do espirito de observação, de iniciativa e de responsabilidade; instrucção para as amas, criadas e governantas; fixação da idade da creança para entrar na escola; como deve ser organisado o internato nas escolas; educação pelo trabalho manual; educação esthetica; educação ás meninas para as preparar para esposas e mães; viagens, excursões e educação administrativa; creação de ligas contra a tuberculose e o alcoolismo; mutualidade das creanças; seguros de vida; creação de tribunaes especiaes para menores.

O congresso encerrava-se em 25.

XXXII

Manejos eleitoraes. = A tentativa revolucionaria de 19 de Agosto. = Reunião do conselho de estado. = O comicio de Freiria = Novo ministro allemão. = Embaixada germanico. = Politica allemã = Estatua do imperador Cesar Augusto. = Morte do conde Maccola, Gustavo Moynier, Martiniano de Oliveira. = Attentado contra o gran-duque de Luxembourgo = Morte de Paulo Montegazza, maestro Carvalho, visconde de Lourido e Carmo Nazareth. — Agitação na Argentina. = A questão Sillon. = O reino de Montenegro. = Annexação da Corea ao Japão = Naufragio da «Tejo». — Tumultos entre povoações = Morte de Julio Bettencourt, conselheiro Tavares de Pontes, Alberto Vandal, Luiz Amoedo e Carmen Dolores. = Desacato na egreja de Raymonda. = Instituto Principe Real. = Greve de Bilbau. — Navegação luzo brazileira.

A poucos passos das eleições, a politica reassumia a sua campanha viva, e atacando os governantes, não deixava em claro a propria pessoa do rei, até em avisos, certos, mas menos respeitosos.

«Fica, pois, a corôa sabendo que, se, em virtude da divisão dos votos dos monarchicos, forem eleitos dez deputados republicanos pelo districto de Lisboa a responsabilidade d'esse facto, que representa uma verdadeira traição ás instituições, é do governo. Unicamente do governo.»(*)

Mais do que dos republicanos, o ataque partia dos monarchicos.

(*) O «Liberal» de 11 de Agosto de 1910.

A Republica, escavando, n'um meio silencio, o solo onde assentava o throno brigantino, servia-se dos mentidos sustentaculos da realeza, como instrumentos cegos e inconscientes, de bom grado transformados em camartello demolidor d'uma corôa tremula.

Postos em acção, os partidos guerreavam-se, para a lucta final, junto ás urnas, que seria o primeiro golpe na velha dynastia dos Braganças.

Emquanto se degladiavam as fracções monarchicas, os socialistas, annotavam as fracas forças e, ao passo que os centros do 1.º bairro de Lisboa, do Porto e Gaya, resolviam concorrer á eleição com candidaturas suas, os restantes nucleos do partido, menos aptos em vigor eleitoral, decidiam, sob appoio do seu conselho central, auxiliar os republicanos.

A primeira reunião d'estes, a 19 de Agosto, dava a seguinte altiva moção:

«As commissões parochiaes e municipal, hoje reunidas, e como legitimas representantes do povo republicano da capital, declaram que, mais uma vez, vão entrar em lucta eleitoral contra a monarchia, applicando apenas as suas proprias forças, limpas de quaesquer accordos politicos com monarchicos, o que repudiam como immoraes e desnecessarios, e que, desejando realisar essa lucta dentro da melhor ordem, socego e respeito, como é proprio d'um tal acto civico, estão, todavia, no proposito firme de defender e executar esse direito contra quaesquer obstaculos ou «trucs» eleitoraes, tornando responsavel o governo de quaesquer alterações da ordem, em geral provocadas pela imprudente ostentação e insensato uso das forças publicas.»

Seguia lhes o exemplo, o povo de Setubal, approvando dois dias depois, em comicio publico, onde a monarchia e os seus adeptos, soffriam investidas rigorosas,—não menos formidavel moção:

«O povo republicano de Setubal reunido em comicio publico. — Considerando: 1.º — que os acontecimentos do actual reinado desde a famigerada chacina de S. Domingos e da tentativa

de liquidação dos adeantamentos á casa real, até aos factos mais recentes do Tratado Transvaaliano e da impunidade escandalosamente concedida aos ostensivos auctores do descalabro do Banco hypothecario constituem prova flagrante e sufficiente da deshonestidade e da inepcia da politica monarchica actual: 2.º—que no multiplo aspecto moral e economico, politico e financeiro, a perduração de semelhante estado de coisas conduzirá irremissivelmente o nosso glorioso e malfadado paiz a uma irremediavel ruina; 3.º — que é direito e que é dever, impresso em todas as almas, codificado em todos os corações, amar a patria acima de todas as coisas e a ella tudo sacrificar, das paixões mais altas do nosso espirito á porção mais generosa do nosso sangue; 4.º que a paciente espectativa, perante os crimes, de que é reu confesso o regimen monarchista vigente, attingiu, ha muito, da parte do povo portuguez bondoso e soffredor, os limites de que é capaz a tolerancia humana; O povo republicano de Setubal, reunido em comicio publico, sem desdenhar, como artificio de propaganda eleitoral, as reuniões populares na praça publica, faz votos para que, em breve, ás palavras succedendo-se as acções, um movimento energico e justiceiro, da parte do povo portuguez, transforme por completo as caducas instituições monarchicas n'um regimen novo de liberdade, de moralidade e de progresso, que será a futura Republica portugueza.»

Ao mesmo tempo que se faziam estas publicas arguições, tendentes a conduzir o povo ao verdadeiro caminho da revolta, esta se premeditava, occultamente, em reunião de vultos democratas, de associados secretos, de militares e de paisanos empenhados na derrocada dynastica para sobre os seus escombros erguer um presumido edificio de reivindicações e de populares regalias.

Surgiram como entraves os boatos e estes, assignalavam como ponto assente uma sedição para a noite de 19 para 20 de Agosto.

Eram certos os boatos e, para prova, util é documental os, com os depoimentos revolucionarios, que conteem ainda a resenha dos trabalhos que antecederam a derradeira frustrada tentativa revolucionaria.

Vejamos o do dr. Eusebio Leão:

« — Effectivamente, é um ponto que é util esclarecer. Eu tenho lido nos jornaes varias descripções da revolução. Mas são quasi todas monographias, apreciando um ou outro detalhe, onde não apparece d'uma maneira definida e clara toda a coordenação que se realisou, isto é, a parte directiva do movimento revolucionario. Porque a verdade é que a nossa revolução foi uma revolução organisada com methodo, com ordem, com logica e com plano. Despendeu-se muita energia e muito boa vontade, alguns sacrificaram mesmo a vida, mas despendeu-se tambem alguma intelligencia. Havia correligionarios dedicadissimos, que no seu exaltado amor pelas ideias republicanas, pelo desejo de ver depressa implantada a Republica, ligavam por vezes pouca attenção ao trabalho, cauteloso, mas persistente, que foi preciso realisar entre certos elementos. Mas havia outros, menos romanticos, da mesma forma cordatos republicanos, que mantiveram sempre a sua serenidade, ligando todos os fios, não esquecendo o mais insignificante pormenor, para que a revolução fôsse, não uma simples escaramuça de rua, sem resultados praticos, mas uma revolução triumphante. Sob este ponto de vista, foi assombroso, excepcional, admiravel o João Chagas, bem como almirante Candido dos Reis. Foram elles a alma da revolução... O Directorio, é claro, exerceu tambem uma acção muito decisiva na organisação do movimento, que nunca abandonou. Era mesmo essa a sua grande missão, pois muito principalmente para isso havia sido eleito. O espirito do partido republicano foi sempre revolucionario e não era apenas para dirigir e organisar eleições que o partido elegia o Directorio. Este ultimo, ao qual tenho a honra de pertencer, foi eleito, como sabe, em abril de 1909, no congresso de Setubal. N'essa sessão o espirito revolucionario respirava-se no proprio ar e todos nós, os que fomos eleitos, sentimos bem a responsabilidade que tomavamos para com o partido, que o mesmo equivale a dizer para com o paiz. Pois desde essa hora nunca mais o Directorio deixou de trabalhar para que a revolução se realisasse. Para isso era preciso ainda bastante tempo. Não bastava só a grande vontade e firmeza dos nossos correligionarios. Havia ainda muitas

difficuldades a vencer. O nosso primeiro trabalho foi congregar certos elementos, mais ou menos divergentes do partido republicano, procurando sempre a formula mais conciliadora, evitando ferir o amor proprio fosse de quem fosse, tratando assim de não esperdiçar ninguem que pudésse ser util na lucta decisiva que iamos travar com a monarchia. Porque foi sempre esta a idéa predominante na direcção do movimento, que elle fôsse decisivo e não uma aventura inutil, em que porventura se viésse a perder a ultima esperança dos portuguezes. Logo a seguir foi nomeada a nossa commissão executiva, com caracter essencialmente revolucionario. Era a ella que incumbia realisar os mais importantes trabalhos para se vir a pôr na rua a revolução. Essa commissão tinha sido mais ou menos indicada no congresso de 1909. Depois de constituida e para simplificar e methodisar os seus esforços, entendeu-se que era conveniente dividil-a, ficando desde então o dr Antonio José d'Almeida encarregado da conspiração entre os elementos civis, para o que podia aggregar a si as pessoas de confiança que entendesse, e ficando confiada a conspiração entre os elementos militares a João Chagas, Candido dos Reis e Affonso Costa. O acto revolucionario era urgente, mas era preciso preparal-o, porque o que se havia feito era ainda pouco. As difficuldades eram grandes. Faltava o elemento militar e não havia dinheiro. Sobre a maneira de conseguir o capital necessario para a revolução houve varios alvitres e algumas discussões. O que complicava muito este assumpto era tambem o não se poder calcular n'essa occasião quanto seria preciso, havendo quem aventasse que seriam precisos uns 300 a 400 contos e quem fizésse o calculo entre 70 a 80 contos. E' bom que se saiba que tendo nós recebido um importante offerecimento para ser contrahido um emprestimo no estrangeiro, nós o não quizémos acceitar, entendendo todos que se não devia recorrer ao auxilio de estranhos. Tudo isto foi discutido em reuniões de uma commissão para esse fim creada, a commissão financeira. N'uma das occasiões em que a commissão reuniu appareceu um alvitre que chegou a ter bastantes adeptos, e era o de constituir-se um grupo de 25 pessoas, cada uma das quaes se responsabilisasse pela quantia de quatro contos. Tres membros do Directorio, que se

achavam presentes, declararam que se responsabilisavam pela sua parte. Porém, esta idéa, não chegou a ir por deante, por dois motivos: pelo facto de, ao certo, se não poder calcular a quantia que era precisa para o acto revolucionario e porque criam que havia quem quizésse que esses 25 homens exercessem como que uma acção fiscalisadora do acto revolucionario, idéa esta que o Directorio combatia, por temer que a acção d'esse grupo, que logicamente se devia limitar a conseguir o dinheiro preciso para a revolução, a viésse embaraçar, por tornar dependente d'um grupo tão numeroso a resolução do acto revolucionario. O Directorio resolveu angariar directamente a quantia que fôsse precisa, sendo eu então, que era o secretario, nomeado thesoureiro. N'esta qualidade entendi-me com o Candido dos Reis para que elle calculasse pouco mais ou menos o que seria preciso. Começou-se, então, a pedir o auxilio dos correligionarios. Alguns davam com boa vontade, outros com certa reluctancia porque já não acreditavam em actos revolucionarios, o que aliás não admira, visto o longo tempo que durou a conspiração.

«A' medida que se ia recebendo o dinheiro iam se comprando as armas. Eram compradas no estrangeiro com a condição de serem postas dentro do paiz. Essas armas eram trazidas depois por correligionarios para Lisboa, no que principalmente collaboraram Fernando Barreto, de Alhandra, Estevão Pimentel, actual governador civil de Evora, o dr. Mario Malheiro, actual administrador de um dos bairros de Lisboa, e um estudante Lima, da Polytechnica. A guarda d'essas armas foi confiada a um dedicadissimo correligionario, Martins Cardoso, sendo o deposito conhecido d'elle, de mim e de Candido dos Reis. Havia tambem um deposito n'uma casa commercial de um franquista, para evitar a vigilancia da policia.

«— Mas como se conseguiu isso?

«— Por um empregado da casa, que ia guardando as armas em caixotes, que quem não soubesse de segredo supporia conterem outro genero de mercadoria. Chegámos a obter por este processo o numero sufficiente de armas, mas ainda a revolução se não podia fazer, porque o Directorio só sancionaria um movimento ordenado e que offerecesse garantias de exito, para uma

partida decisiva. Em abril d'este anno, por occasião do congresso do Porto, já os trabalhos tinham bastante valor e entendeu o Directorio por isso que era occasião opportuna de enviar uma missão ao estrangeiro, o que foi proposto e approvado. José Relvas, Magalhães Lima e Alves da Veiga conseguiram então nos meios politicos mais valiosos do estrangeiro a promessa de que a revolução não seria contrariada, se fôsse ordeira e organisada, sendo muito para recear que o viésse a ser no caso contrario. Toda a preoccupação do Directorio foi desde então a de que o movimento se realisasse o mais bem organisado possivel, o que de resto fôra sempre o seu pensamento. Os marinheiros pediam insistentemente que se marcasse o dia para a revolução, mas só em julho nós estivémos em condições de tentar o combate com a monarchia. Mas, já porque a preparação era incompleta, já porque a subida de Teixeira de Sousa ao poder trouxe um certo retrahimento de alguns elementos, que achavam conveniente que se detivesse então o movimento, não se fez n'essa occasião a revolução. Pensou-se em a fazer em 18 d'agosto. Mas, por circumstancias imprevistas que surgiram, foi adiada. Quando se resolveu o adiamento, havia muito republicano que chorava desesperadamente, tal o fervor revolucionario que havia. D'esta vez fomos denunciados, mas quando a denuncia chegou ao governo já nós tinhamos feito o adiamento. A saída dos navios ordenada então em nada fez falhar o movimento, que só se não fez porque assim foi resolvido.»

Este esclarecia ainda o seguinte depoimento com as seguintes notas:

«As difficuldades que surgiram para o acto revolucionario de 18 de agosto não fôram a saída de Lisboa de Affonso Costa e Antonio José de Almeida, pois que elles já tinham saído antes e o movimento se preparara sem o seu concurso. O Directorio pensou, porém, sempre, nas medidas que se deviam tomar para que todos os dirigentes do partido que tinham acção revolucionaria estivéssem presentes ao acto da revolução. Affonso Costa, que foi para o estrangeiro em junho, commigo se entendeu a este respeito, tendo nós combinado que eu o avisaria com dias de antecedencia por telegramma em cifra. Nas proximida-

des de 18 de agosto chegou a estar redigido este telegramma. A pessoa que ficou de me deixar na pharmacia Durão a decisão definitiva sobre o movimento não foi Candido dos Reis mas Innocencio Camacho. O partido, realmente, não queria o acto eleitoral, mas o Directorio entendia que elle facilitava o acto revolucionario, pelo movimento de propaganda que se faria, pela approximação de certos elementos e até como meio de organisação para futuro. Não foi só isso. Havia alguns correligionarios dos mais exaltados que, não podendo conter a sua indignação contra o regimen chegaram a pensar em attentados pessoaes contra a familia real, contra o juiz de instrucção criminal e outras pessoas. Procuramos sempre evitar isso. Deffendiamos a vida d'essa gente melhor do que a policia. E note que no plano da revolução entrava sempre o facilitar ao rei a fuga, provocal a mesmo, fazel-o fugir principalmente por mar. Desde o seu inicio a revolução era norteada por principios humanitarios.» (*)

Outro depoimento de egual valia, merece que a historia o archive aqui. Devido ao capitão Affonso Palla, regista tambem trabalhos da tentativa que precedeu a revolução victoriosa e projectos que á primeira se destinavam:

«—Em 1890 encontrava-me em Vianna do Castello. Ali me foram procurar os elementos revolucionarios. A proclamação da Republica estava por pouco. Era preciso que todos collaborassem na jornada que havia de deitar abaixo a dynastia dos Braganças. No hotel Central, tive uma conferencia com o dr. Alves da Veiga. Ficou assente que em Santarem, para onde partiria d'ahi a pouco, faria tudo quanto pudesse pela revolução. Em novembro já me encontrava n'aquella cidade. O primeiro camarada com quem estabeleci relações revolucionarias foi o capitão Nazareth. Depois vieram outros — como os capitães Rosado e Quintella. O proprio commandante de artilharia 3, coronel Antonio Candido da Costa, via com certa benevolencia o movimento que se projectava. Em casa do meu velho amigo José Francisco Canha realisou-se uma reunião de revolucionarios, á qual tambem assistiu Alves da Veiga, que expoz o plano da revolução organisada

(*) *Seculo* de 28 de Outubro de 1910.

no Porto, retirando em seguida. N'essa epoca havia em artilharia 3 um bello grupo de sargentos, que, com diversos grupos civis, estavam resolvidos a pegar em armas. Ora, o movimento fracassou e a ordem no quartel não foi alterada. D'ahi, ficaram esquecidos no meio onde occorreram as coisas que acabo de contar-lhe. Em 1894 tinha já o posto de tenente e estava fazendo serviço na Fabrica d'Armas. Nem por um instante, porém, affrouxei na propaganda do meu credo politico e como o numero dos adeptos crescesse dia a dia, tratou-se de coordenar vontades, de dar orientação definida ás energias que em volta da idéa se agitavam... Fundou-se então a Loja Portugal, cujos socios eram exclusivamente officiaes. Presidia o capitão de estado maior Lobinho Zuzarte, presentemente general reformado. Trabalhou-se sem descanço, chegando, por vezes, a reunir-se n'esse conselho de conjurados grande parte dos officiaes da guarnição. Ali conheci o actual ministro da guerra. João Franco estava então em plena dictadura, e a cada golpe que elle vibrava nas liberdades publicas, augmentava espantosamente a actividade revolucionaria de todos os que se haviam reunido para derrubar o regimen. Era a alma da revolta que se preparava, o tenente coronel de artilharia n.º 1, Duarte Fava. A morte, porem, prostrou-o prematuramente, e com o seu desapparecimento veiu um pouco de desalento amortecer o enthusiasmo com que se trabalhava pelo triumpho da causa que a todos nos apaixonava. Se não se desse essa contrariedade, a revolução ter-se-hia feito em 96 ou 97 e a Republica ter-se-hia d'essa feita implantado. Já então eu tinha relações com o coronel Maia, que no dia 4 se suicidou á porta do cemiterio dos Prazeres. Por motivos intimos tive de ir para Santarem, levando cartas de apresentação de Duarte Fava para aquelle official, e onde tentei cathechisar os meus camaradas. Eram, porem, irreductivelmente reaccionarios. Nada consegui. Em 1907 fui collocado, no posto de capitão no grupo 6, aquartelado no Porto, e em Maio seguinte fui transferido para o grupo 4, com séde na Trafaria. A actividade revolucionaria de outros tempos voltou a dominar-me, principiando por me informar do que pensava sobre politica, a guarnição de Lisboa. Verifiquei, porem, com grande magua, que dos dirigen-

tes do exercito, dos officiaes em geral, nada havia a esperar. Pude então convencer-me que com a collaboração decidida dos meus camaradas, já mais a Republica se implantaria em Portugal. Poderia, um dia, enveredar-se pelo aspero caminho da revolução. Todavia, não era licito contar se com outra coisa que não fossem os sargentos, cabos e soldados De tudo isto, por intermedio do sr. José Cordeiro Junior, informei o directorio do partido republicano de que era necessario introduzir nas companhias e baterias elementos revolucionarios para arrastar essas unidades. A propaganda dava resultado, porque em pouco tempo as adhesões de muitas praças e sargentos appareciam, devido á intervenção dos carbonarios. Porem, quando o juiz de instrucção criminal descobriu as associações secretas, todos se retrahiram e a propaganda foi suspensa. Começaram então os marinheiros, com uma dedicação inexcedivel, a relacionar-se com as praças do exercito, incitando-as á revolta. Chegou, entretanto, o mez de novembro do anno findo, em que se me proporcionou occasião de passar para artilharia 1. Era preciso trabalhar muito n'esse corpo. Não duvidei expôr-me ao sacrificio e apresentei o alvitre ao Directorio, de passagem para aquelle regimento. A resolução foi acceite com enthusiasmo, não tardando muito que não apresentasse o primeiro plano revolucionario aos dirigentes do partido republicano. Já estavam, a esse tempo, formadas as associações secretas, podendo contar-se com uns 15.000 homens da classe civil. Entendia que infantaria 5, caçadores 5, engenharia, marinha e artilharia 1 deviam formar n'uma especie de campo fortificado que, partindo do Terreiro do Paço, seguisse pela Costa do Castello e Graça até á Avenida D. Amelia. Dominar-se-hia d'essas fortificações Sacavem, e dentro da area demarcada pelas tropas ficariam todos os depositos de material e arsenaes militares com as suas munições de guerra. Até com armamento e munições do Estado se podiam armar e municiar entre dez e quinze mil homens. As munições eram colhidas em Chellas e Beirollas. Os regimentos de marinha, caçadores 2 e infantaria 2 serviriam para atacar o paço e impedir que cavallaria 2 e 4 e infantaria 1 avançassem sobre o centro da cidade. Artilharia devidia a sua força em fracções, indo

parte para a Graça, apoiar o movimento revolucionario, outra parte para o parque Eduardo VII, protegida por infantaria 16, afim de impedir qualquer ligação por esse ponto, e uma bateria iria reunir-se a caçadores 2, afim de reforçar os contingentes revolucionarios que atacavam o paço. A marinha, parte desembarcava em Alcantara, para auxiliar o quartel de marinheiros e soccorrel-os com munições, e a maior parte desembarcaria no Terreiro do Paço, tomava a rua da Alfandega e cooperava com todos os regimentos de leste. Quanto ás companhias da guarda municipal, estava determinado que os carbonarios impedissem a sua saida e ligação, empregando para isso bombas de dynamite e granadas de mão, lançadas de varias janellas para as ruas por onde essas forças passagem. Ha mezes, o directorio, de accordo com o almirante Candido dos Reis, formou uma commissão militar revolucionaria composta pelos srs. coronel Ramos da Costa, capitão de fragata Fontes Pereira de Mello e eu.

«Apresentei o plano á commissão e ao almirante Reis que o approvaram. Fui nomeado pela commissão para angariar adhesões de officiaes que me eram indicados pelo almirante Candido dos Reis. Andei de porta em porta para ver os que conseguia juntar para depois os reunir e continuar no movimento. Apesar do seu enorme trabalho, foram, porem, poucas as adhesões que colhi. Todos julgavam uma utopia a realisação da revolta. Quando se suppunha que alguma coisa se havia feito, não estando no emtanto, os regimentos ligados, apesar da guarnição dos navios surtos no Tejo estar prompta a revoltar-se appareceu-me o sr. Machado Santos, declarando que no dia 5 de abril, de madrugada, a marinha se revoltava e fazia a revolução. Declarei-lhe que tal se não podia fazer, por que os regimentos ainda não se entendiam, e d'ahi a impossibilidade da realisação do movimento. Continuei na propaganda, e não raro aconselhei a leitura do «Seculo», que era um elemento de valor para assegurar a revolução nos quarteis. Só em artilharia 1 se compravam 50 diariamente. A proposito conto um caso que se passou ha dois mezes. Uma vez um capitão commandante de bateria viu um dos seus soldados lendo este jornal e apontou-o n'um certo livrinho, que possuia para esse effeito, a tinta encarnada.

Quando mais tarde um outro official procurava saber o comportamento d'esse soldado, o referido commandante da bateria foi ao tal livrinho e vendo o numero exclamou: — Oh! Esse homem é perigosissimo, lê o «Seculo» e professa ideias avançadas! Para saber as praças com que podia contar, era necessario existir um signal entre si e os soldados, sem que falasse com elles, porque isso daria logar á indisciplina e descobrir-se-hia o movimento. Falei com os srs. Cordeiro Junior e Machado Santos, dizendo-lhe que o melhor signal seria as praças fazerem uma continencia com todos os tempos regulamentares. O expediente deu resultado, porque podia saber sem falar com elles, quaes os que adheriam. No quartel, com inferiores não officiaes, só falava ao brigadas Sangremann, que me dizia dia a dia o numero de sargentos que estava prompto a bater-se. No fim da 1.ª quinzena de julho, chegando de fóra de Lisboa, fui avisado de surpreza de que na noite seguinte os navios se preparavam para a revolta. Reuniu-se a commissão militar, resolvendo-se que se não podia realisar tal revolta, ficando altamente contrariados o almirante Candido dos Reis e Machado Santos. A reunião effectuou-se em casa do capitão de fragata sr. Fontes Pereira de Mello. O almirante affirmou que jámais tomaria parte em revoltas, se ella se não effectuasse n'aquella noite. Por minha parte, disse-lhe que esperar não era mau, porque da boa organisação dependia o successo. Continuou-se a trabalhar ainda com maior afinco, aggregando-se á commissão militar o sr. João Chagas. Houve duas reuniões secretas, a que compareceram officiaes, effectuando-se uma d'ellas na rua de S. Julião. Foi importante essa reunião, porque á ultima hora appareceram adhesões valiosas, que davam esperanças de que o movimento estava imminente, com probabilidades de exito. Por imposições da marinha, o almirante, João Chagas e outros, queriam que a revolta fosse em 19 de agosto. Houve nova reunião de officiaes, na qual se fez ver que o regimento de artilharia ainda se não encontrava preparado para o acto decisivo por á ultima hora faltar um elemento importante. O almirante, d'esta vez, foi o proprio a declarar que a revolta se não podia realisar por ser difficil mobilisar a artilharia com um só capitão. Na

sexta-feira, 15, á noite, o governo teve conhecimento da tentativa de revolta e poz tropas de prevenção, o que nada prejudicou o movimento, já adiado».

Assim, aproveitando a exaltação crescente dos partidos, manobravam os republicanos as alavancas com que queriam derruir o throno e ao passo que distrahiam a attenção para os comicios, a acção revolucionaria era posta em agudo periodo.

A 16 de Agosto houve reunião magna onde comtudo não ficava definitivamente marcada a data do movimento, appressado pela exigencia dos marinheiros e pela vontade tenaz do vice-almirante Reis. Resolvida foi depois a de 19 para 20 de Agosto, com successivas reuniões preparatorias. A 17, era resolvido confiar o commando de engenharia, ao tenente de cavallaria, Alvaro Poppe, que comtudo, como official de diversa arma, desconhecia os serviços d'aquella. Coadjuval-o-hiam o 2.º sargento Manuel de Oliveira, carbonario iniciado n'uma casa da Calçada de Santo André e José Augusto de Oliveira. O tenente José Valdez, traria caçadores 5; Helder Ribeiro e Americo Olavo, com os sargentos, caçadores 2; o capitão Affonso Pala e Carvalhal Correia Henriques, artilharia 1 e caçadores 5, onde não havia officiaes para a revolução, o que se affirmaria depois, em Outubro, onde nem officiaes nem sargentos se manifestaram favoraveis á rebelião. O armamento para os civis, estava de ha muito obtido, importado de Badajoz.

Na manhã de 17 na residencia do jornalista João Chagas, reuniam-se, com varios outros officiaes, o vice-almirante Candido dos Reis, capitão Palla, tenente Helder Ribeiro, capitão Carvalhal Henriques, e tenente Pires Pereira.

Para manobrar livremente, não assistia Machado Santos, aliás informado de tudo pelo almirante Reis. Effectuou-se, pois, como nos projectos de 15 de Julho, um balanço de trabalhos e forças.

A semente bem lançada estava nos quarteis e a Carbonaria a postos.

Porem, em caçadores 5, só havia, de verdade, dois officiaes republicanos, o capitão Caetano Carvalhal Correia Henriques e o alferes Gomes da Silva Junior. A guarda fiscal estava apenas, presumivelmente «conquistada».

Artilharia 1, suggestionada pela carbonaria, era, em maioria, republicana, apoz profiqua propaganda de Manuel Lourenço Godinho, iniciado com a coadjuvação do proprio irmão o soldado 35 da 5.ª bateria, aliás já chefe de um grupo anarchista, já salientado na «janeirada», pelo apossamento de armas. Esse regimento, onde manobravam Armando Porphirio Rodrigues e Machado Santos, tinha grande deferencia pelo revolucionario Godinho, sendo-lhe dada entrada franca no quartel, para as combinações com os sargentos Mathias dos Santos, Firmino Rego, Pimentel e Encarnação, cabos Manuel Tavares Grello, Clemente José Juncal, ferrador Bento Vaz Gomes e outros.

Não havia comtudo bases definitivas de adhesão, especialmente nos officiaes, o que se patentearia na hora suprema, em que se revoltavam apenas o capitão Palla e o alferes Camacho Brandão.

Os trabalhos em artilharia 1, appareciam depois assim descriptos por Lourenço Godinho:

«Para os leitores apreciarem como se pensou em revolucionar o regimento de artilharia n.º 1 será preciso acompanhar-me desde um pouco antes da gorada revolução de 28 de Janeiro de 1908. Principio por lhes dizer que fui convidado para tomar parte n'elle. Mas como eu quizesse saber mais a fundo como o movimento se achava organisado, e depois de me terem dado todos os esclarecimentos que eu demandava, vi que o movimento não tinha sido propriamente organisado para poder ser coroado de exito, (e os factos depois vieram demonstrar a razão do que affirmo). Recusei-me por isso a tomar parte n'esse movimento por ter a convicção de não se poder ganhar. Como todos sabem esse movimento fraquejou, e em seguida veiu o regicidio. Seria uma historia longa expor o que foi a nova monarchia, aliás do conhecimento de todos. Devem os leitores desculpar-me este preludio, mas julguei-o preciso para os poder guiar pelo caminho escabroso, cheio de precipicios, suspeições, mau viver de familia, desalentos, momentos de excitação, revoluções por varias vezes adiadas, e milhares de peripecias que se passam na carreira d'um conspirador. Peço-lhes que me acompanhem desde o dia 5 de Abril de 1908, até ao dia 3 de Outubro de 1910, e

dias seguintes. Creio que todos se devem lembrar d'esse dia luctuoso, que fez com que homens como Armando Porphirio e Machado Santos, se puzessem em movimento, e eu, se até a esse dia trabalhava e conspirava, de então para cá, não tive um momento de descanço. Lembrei-me que com artilharia se podia fazer muito, conhecia a arma porque tinha feito muito bom serviço com ella, na guerra Anglo-Boer (já se vê contra os inglezes) e como tivesse um irmão em artilharia n.º 1, e como conhecia as suas ideias avançadas de anarchista, dispuz-me a attrail-o para meu lado. Mas aqui encontrei uma resistencia imprevista: meu irmão que era o n.º 35 da 5.ª bateria ao tempo ainda praça, oppoz-se a ligar-se a mim, porque elle dizia-me que as suas ideias e os seus juramentos, ao ideal não lhe permittiam que se ligasse com gente de outros partidos. Mas tanto batalhei que por fim venci. Soube então por elle que dentro do regimento de artilharia n.º 1, havia um grupo de uns trinta homens, do qual era elle o chefe, que se entregava a propaganda anarchista e que tinha conseguido na noite de 28 de Janeiro de 1908, subtrahir algumas carabinas, revolveres e munições e que tudo isto tinham escondido, para qualquer eventualidade. Podem os meus leitores calcular qual a minha alegria quando soube todos estes pormenores! O que se não poderia fazer com estes elementos, bem dirigidos e encaminhados, para a causa geral da Republica! De então em deante começou a minha tarefa propriamente dita: organisei, preparei e enthusiasmei, os valentes rapazes de artilharia n.º 1, mas trabalhava isoladamente porque ao tempo não conhecia Machado dos Santos nem Armando Porphirio Rodrigues e só mais tarde é que soube que elles conspiravam pela causa da Republica, mesmo antes do dia 5 de Abril de 1908. Travei conhecimento com Armando Porphirio Rodrigues, da seguinte forma: Eu conhecia um rapaz de nome Antonio Gil de Abreu e com elle todas as vezes que nos encontravamos não fallavamos em outra coisa senão de politica e umas vezes por outras de Africa, porque elle tambem pegou em armas na guerra Anglo-Boer mas a favor dos inglezes. Ora o meu amigo Abreu todas as vezes que falava comigo era só para saber novas e transmittil-as ao seu chefe Armando Porphirio Rodrigues. Por fim,

nos principios de Agosto de 1908, fui por elle convidado a fazer parte da associação a que pertencia, e accedi ao convite. Uma noite fui por elle apresentado e por outros iniciado nos tra-

DR. BRITO CAMACHO

balhos que da minha pessoa necessitavam. Perante a mesa que n'essa noite funccionava e da qual fazia parte Armando Porphirio Rodrigues, (vindo dois ou tres dias depois a saber que Machado dos Santos era o presidente da assembleia em que eu fui

iniciado) prestei todas as informações que possuia. A mesa, depois de conferenciar por algum tempo, deliberou conferir-me o grau de mestre, visto eu já o ser, porque por mim só já dispunha de um regimento de artilharia.

«Desde essa noite para cá trabalhei sempre sem descançar e, apesar de muitas contrariedades, poucos dias depois da minha iniciação apresentei meu irmão, o qual foi iniciado e consagrado no grau de aspirante. D'essa mesa fiz eu parte, sendo Machado dos Santos o presidente, Armando Porphirio Rodrigues e outros dois que agora não me recordam seus nomes. Dias depois foram por meu irmão e por mim apresentados o 1.º cabo n.º 36 da 6.ª bateria de nome Simões e o 1.º cabo n.º 26 telegraphista de praça de nome Manuel Tavares Grello. Este ultimo deu-nos algum trabalho, porque tinha o mesmo escrupulo que meu irmão teve, mas foi vencido. N'esta altura os trabalhos affrouxaram um pouco, porque a maior parte dos homens que faziam parte do grupo do meu irmão, passaram á reserva e aqui deu-se o primeiro desalento. Mas durou pouco tempo, tornei a metter mãos á obra para organisar de novo e ganhar o tempo perdido. Nos principio do anno de 1909 foi iniciado por mim e por Armando Porphirio Rodrigues, ao tempo o 1.º cabo Mathias dos Santos, mais tarde promovido a 2.º sargento e juntamente com elle dois telegraphistas de praça, de nome Simões e Taborda. Logo a seguir foram transferidos um para as Caldas da Rainha e o outro para Vendas Novas, onde foram promovidos a 2.ºs sargentos. N'este meio tempo toda a minha attenção se voltou para os sargentos, mas este elemento por muito tempo me foi difficil prendel-o a mim. N'esta epocha morava eu no Largo do Corpo Santo, por cima do Hotel Paris e n'essa casa minha esposa, influenciada por membros de sua familia que conheciam bem as minhas ideias, um dia disse-me que ou eu deixava de conspirar ou ella se separava de mim. Pois não hesitei um segundo, e no impulso do momento disse-lhe que podia separar-se se quizesse, mas jámais eu abandonaria o caminho que me levava para o exilio ou para a Republica. Felizmente minha esposa não o fez, porque conheceu a razão. Chegou o fim do anno e eu, para estar mais perto do campo em que conspirava,

procurei e encontrei casa em Campolide, na rua do Arco do Carvalhão, mas tive pouca sorte com a visinhança porque ao meu lado morava uma familia que não recebia outra qualidade de gente em sua casa que não fossem irmãs da caridade, jesuitas, policias, e gente que todos os dias vinham para confessarem e dizerem missa. O chefe d'esta familia era um coronel que creio foi elevado a general já pelo governo da republica, não sei por que feitos, porque nos cinco dias da revolução não saiu de casa e no dia que a Republica foi proclamada amaldiçoaram esta e correram com o criado que trouxe a novidade da implantação da Republica. Foi por iniciativa d'esta familia que a policia judiciaria foi posta de vigia á minha casa e á minha pessoa com bastante pertinacia, nas ultimas duas semanas antes da revolução. Tinha tambem uma familia no segundo andar do predio em que habito que, entrasse eu fosse a que horas fosse em minha casa, sempre estavam de sentinella ou á janella ou á porta da escada. Esta gente, logo que ouviam bater á minha porta ou tocar a campainha, largavam tudo o que estivessem fazendo e corriam umas para a janella outras para a porta. Já pódem os meus leitores calcular os apertos em que eu me poderia encontrar com todos estes espiões em volta de mim e de todos que em minha casa entravam, mas apesar de toda esta espionagem, com a minha astucia e a sorte que sempre me protegeu, marchei até ao fim.

«Em minha casa iniciei os primeiros cabos numeros 20 da 1.ª bateria, aquelle que partiu a perna na manhã de 4 de Outubro na Rotunda, o 17 da 1.ª bateria de nome Simões que foi para o Ultramar no paquete «Lisboa» no dia 1 de Setembro e 12 da 5.ª bateria de nome Barradas. Mas como já disse, toda a minha mira eram os sargentos, e como Mathias dos Santos era já o 2.º sargento, todas as vezes que eu podia estar com elle apertava sempre para que lançasse a rêde aos seus collegas, e pouco antes do Carnaval deu-me parte que já tinha dois segundos sargentos: F. Rego e Alexandre. De repente, porem, sem me dizer ou mandar dizer nada, foi para Vendas Novas sem me fazer a apresentação dos ditos sargentos Rego e Alexandre. Póde calcular-se como eu fiquei quando fui sabedor d'esta desanimadora

noticia. Ainda não disse que estava e estou empregado na agencia de viagens Cook, na rua do Ouro, e como a maior parte do meu trabalho é acompanhar touristes, 3 ou 4 dias depois do Mathias ir para Vendas Novas foi-me dito pelo chefe da casa que eu tinha que ir fazer uma excursão a cavallo de Lisboa á Regua. Não fiquei lá muito contente, mas como não tinha outro meio de ganhar pão lá fui. Tudo correu sem novidade até que cheguei a Lamego, porque ali me esperavam dois telegrammas, um de minha esposa e outro do meu amigo Armando Porphirio Rodrigues. Estes dois telegrammas davam-me pessimas novidades: meu irmão tinha sido denunciado e preso na noite de terça-feira de Carnaval para 4.ª feira de cinzas, e foi logo mettido na reclusão e incommunicavel, accusado como revolucionario perigoso. Como veem os leitores, aqui tinha eu uma camisa, não de onze varas, como diz o proverbio, mas de quarenta. Na Regua recebi outro telegramma em que se me dizia para aguardar ordens, e no Porto uma carta que ali me esperava pouco animadora. Telegraphei para Lisboa perguntando se podia regressar, e responderam-me que sim. Chegado a Lisboa, tive então conhecimento de todos os pormenores. Meu irmão tinha sido denunciado, preso e condemnado a 60 dias de prisão correccional e baixa de posto, tudo isto por elle propagar as ideias libertadoras e distribuir uns folhetos revolucionarios taes como João Magalla, os Barbadões etc., etc. A seguir a meu irmão começaram a perseguir o 1.º cabo n.º 12 da 5.ª bateria de nome Barradas, simplesmente por elle ser intimo amigo e companheiro inseparavel de meu irmão e a perseguição foi tão accintosa que por fim lhe deram baixa de posto. Tudo isto como podem vêr era para fazer desanimar os santos, se é que os ha (coisa que eu não acredito) mas não succedeu assim, porque ainda nos incutiu mais alento. N'esta epoca começaram tambem as perseguições e prisões dos membros das associações secretas e tomámos então a resolução, Machado dos Santos, eu e Armando Porphirio Rodrigues, de não fazermos iniciações em pequena escala, mas sim em numero de 6 até 12, e ao ar livre. Assim fiz. No parque Eduardo VII não eram 6 nem 12, mas 15, 20 e algumas vezes 25 e trinta. Uma ou duas vezes ali foi Machado dos Santos e

Armando Porphirio Rodrigues assistir ás iniciações em alta escala. Por fim chegou Abril, e pouco mais ou menos de 10 a 15, já eu contava com todos os cabos e 2 terços das praças do regimento de artilharia 1. Approximou-se o dia 25 de Abril e correu o boato de que a revolução seria n'aquelle dia, e era tanta a convicção de que o quartel estava prompto para a revolta que ás 3 horas da madrugada veiu a minha casa o ex-cabo 12 da 3.ª bateria de nome Barradas, para receber ordens e as ordens que eu lhe dei foi que se podiam retirar para as suas camas Não sei se teem seguido todos estes permenores com attenção? Se teem, já devem ter visto que até aqui eu não contava com sargento algum, mas posso garantir que o regimento de artilharia 1 vinha para a rua sem officiaes nem sargentos ainda que fosse preciso derrubal-os a todos porque lhes garanto que isso se faria se fosse preciso e eu ordenasse. As coisas assim foram progredindo até que o sargento Mathias regressou de Vendas Novas, e quando eu cá o apanhei apertei-o logo para se dar começo á aliciação dos sargentos e assim foi. Nos fins de Junho foi-me apresentado o 2.º sargento F. Rego, a seguir o 2.º sargento Marques e ambos foram aliciados em minha casa. Preciso de dizer que os sargentos Mathias e Rego foram incançaveis na aliciação dos seus collegas. Isto estava n'este pé quando tive a lembrança de fazer com que os homens de artilharia 1 confraternisassem com os collegas dos outros regimentos, participando a minha ideia ao meu amigo Armando Porphirio Rodrigues que por sua vez participou ao nosso chefe Machado dos Santos que approvou. Encarreguei o ferrador n.º 22 da 2.ª bateria Bento Vaz Gomes, o 1.º cabo n.º 31 da 1.ª bateria Clemente José Juncal e o ex-primeiro cabo da 5.ª bateria Barradas, de irem ao regimento de infantaria 16 vêr como as coisas por lá iam. A principio não estavam muito bem figuradas mas depois que poderam falar a 3 primeiros cabos, o 8, o 51 e o 31 vieram a saber que se ia em bom caminho. Só de que precisavam era da mesma educação que eu tinha dado aos de artilharia. Quando soube d'isto, não me fiz esperado e algumas noites lá fui, e como encontrei bom campo onde pudesse semear, não guardei a semente. Depois d'isto Machado dos Santos fez verdadeiros comicios na Serra de

Monsanto. A unica pena que me resta é eu não ter feito a mesma coisa com os outros regimentos por que talvez se tivesse evitado o sangue que se derramou. Já se vê que dois ou tres officiaes por cada regimento teriam que caír, assim como succedeu no regimento de infantaria 16 Infelizmente não o fiz, porque me diziam que nos outros regimentos havia gente boa, como no 5 de infantaria e 5 de caçadores, infantaria 2, caçadores 2 e cavallaria 4, que estavam todos bem e que, houvesse o que houvesse, viriam para a rua. Como se viu, vieram, mas contra nós. Entre tantos homens que se tinham compromettido por juramentos rigorosos a favor da causa, não houve meia duzia com coragem bastante para derrubar outra meia duzia de inimigos seus e nossos.» (*)

O capitão Palla, não respondia inteiramente pela artilharia, exigindo até especial cumprimento por parte dos soldados para certeza de obediencia em occasião propicia e a despeito de se dar caçadores 2 como favoravel, a officialidade, em conluio anterior, abstinha-se de tomar parte no movimento em projecto.

Fallada a forte coadjuvação da Carbonaria, João Chagas, sempre contrario a ella, de novo esboçou um desejo de dispensa, egual ao que já n'outra reunião fôra contrariado pelo capitão de fragata Fontes Pereira de Mello.

Em infantaria 16, a semente estava egualmente lançada, mas só nos sargentos e algumas praças, a despeito das constantes conferencias da Manuel Lourenço Godinho no jardim da rua 4 de Infantaria.

Comtudo, a soldadesca, em parte obedecia ao plano e tanto que não sendo intenção definida dos republicanos promover a revolução em 19 de Agosto, se em artilharia 1 os soldados se limitaram a aguardar, preventivamente, até madrugada, a saida para a revolta, em infantaria 16, houve manifestações graves de insubordinação, forçando ao aprisionamento de tres dos principaes agitadores, aquietados mais pelos proprios chefes do movimento, que proseguiam nos trabalhos de aliciação de sargentos, do que pela força disciplinar.

(*) Para a historia da revolução (como se revolucionou artilharia 1 e infantaria 16) por Manuel Lourenço Godinho.

Na marinha era ponto assente a adhesão firme dos officiaes José Carlos da Maia, iniciado por Antonio Maria da Silva no hospital inglez, Sousa Dias, Guilherme Rodrigues, Costa Gomes, Mariano Martins, Augusto Costa, Vasconcellos e Sá e Tancredo de Moraes, mas, a dar-se desembarque e outras phases de rebellião, notava-se a escassez de officiaes que a bordo pudessem commandar.

Contava-se, na Escola do Exercito, com os alumnos militares, Carlos Ludgero Antunes Cabrita, João Sarmento Pimentel, Jordão Conde, Arthur Carlos de Barros Basto, João Ribeiro Gomes, Antonio José Soares Durão e Heitor Malheiro. Bons propagandistas no exercito, havia os tenentes José Valdez, Pires Pereira, Salles e alferes Magalhães Martins.

A' realeza em Portugal estava talhado o caminho do exilio ou da morte, emquanto ella, confiante, se entregava ao dourado sonho de uma fidelidade comprovada e de um amor ao throno ao qual se juráva protecção, amparo...

Se não era pouca, porem, a presumida adhesão de forças, havia o facto de os officiaes não estarem em contacto activo com os subalternos e carbonarios e do plano de revolta antes entregue ao capitão Palla, Fontes Pereira de Mello e Ramos da Costa era reconhecido insufficiente. Commetteu-se n'essa hora a sua elaboração ao capitão Alfredo Ernesto de Sá Cardoso, e tenentes Helder Ribeiro e Aragão e Mello.

No plano do capitão Palla, figurava a posse das alturas da Graça, Monte e Penha, com o appoio de infantaria 5, considerado fiel, firmando-se a direita até ao forte de Sacavem e a esquerda até ao Tejo, para a tomada de arsenaes e depositos. (*)

Dava-se aos carbonarios a delegação de visita aos quarteis, e para as revistas aos adherentes, diriam, á passagem dos regimentos, a phrase «pontapé na bola», a repetir pelos soldados.

A analyse do comité militar,—ao qual já então se aggregára o general Encarnação Ribeiro,—embora dando a occasião como desfavoravel, teve o justo convencimento de que a monarchia es-

(*) Refere se a essas intenções, a Revolução Portugueza. — Relatorio de Machado Santos.=Paginas 41 e 74.

tava perdida e atraiçoada pela maioria d'aquelles com quem julgava poder defender-se.

Resolvido ficou comtudo que seria a ultima transferencia: a dynastia estava condemnada e a poucos passos do seu fim.

Os restantes dias que mediariam entre o addiamento e a queda, seriam empregados nos ultimos trabalhos e já então parte do governo cooperaria por actos ineptos e inercias criminosas no plano revolucionario da democracia.

Assente o facto de ser cêdo para se collocar na rua o movimento, nova reunião era aprestada, porem, mais para socego do vice-almirante Reis, nervoso e exaltado ante o novo addiamento-do que para modificação imposivel, d'essa deliberação que con, frangindo tambem João Chagas, o fez adoecer. A entrevista não chegou mesmo a effectuar-se, visto uma denuncia ter sido levada ao governo, mas que não teve influencia na cessação do movimento, aliás esperado impacientemente, durante cerca de 40 dias, no rio, pelo republicano Joaquim Pessoa, director da Sociedade de Pesca a Vapor «Amphitrite Limitada» e que, como no 28 de Janeiro de 1908 e no 15 de Julho de 1910, esperava, d'essa vez, a bordo do vapor «Alberia», o serviço de transporte de officiaes para os navios a revoltar.

Não foi aquella a primeira prevenção recebida pelo gabinete, e partindo do juizo de instrucção criminal, isto é, da policia, que aliás, posteriormente o conselheiro Teixeira de Sousa accusava citando que «factos precisos só tinha as notas que elle lhe dava visto as d'ella serem vagas e indefinidas.»

Outra teve, em 6 de Agosto, assim concebido:

«Continuam para ahi a correr boatos de intentona. Falla-se até n'uma reunião realisada ultimamente para esse effeito, mas que, pondo-a de remissa, não deixo de transmittir, accrescentando-se que n'ella haviam tomado parte officiaes do exercito em numero de 200. Agora o que circula com maior insistencia é que os promotores da intentona resolveram addial a para depois das eleições, porque contam que o governo difficilmente conseguirá obter maioria, e se a conseguir, será tão diminuta, que lhe não garantirá a estabilidade. N'este caso dirigir-se-hão ao Paço, expondo a fraqueza do governo e a necessidade de o demittir.

Assim, julgam ser o caminho mais apropriado e logico para o fim a que visam. Por outro lado os republicanos dizem que muito lhes conviria que se realisasse este projecto, pois lhes permittiria actuar n'esse movimento e aproveitar as circumstancias.» (*)

Por seu lado, um aviso ia parar na sexta feira 19, ás mãos do ministro dos negocios estrangeiros, conselheiro José d'Azevedo Castello Branco, enviado por um governador civil e uma denuncia era enviada ao chefe do governo:

«Trata-se nada mais nada menos, que de uma nova «saldanhada», mas com chacina rija nos elementos suspeitos de liberaes, desde os adeptos do governo de v. ex.ª, até aos mais ferozes e dementados demagogos. Os conjurados, de accordo com elementos palacianos e clericaes, pretendem apeal-o a v. ex.ª do poder, forçando o rei a acceitar uma feroz dictadura militar sob o consulado de Vasconcellos Porto.»

Para o complot, citava o mysterioso aviso, o coronel e a officialidade de infantaria 1, officiaes de cavallaria 2 e 4, o tenente-coronel de infantaria 2. Contava-se ali com a neutralidade da guarda municipal.

O aviso que o conselheiro Teixeira de Sousa pôz em duvida se seria da policia ou de outra origem, era apenas desnorteante, ou melhor, servindo os interesses dos republicanos, que iam collocar suspeitas exactamente nos officiaes fieis e nas tropas, como a guarda municipal, mais deffensoras e leaes ao regimen.

No seu livro «Para a historia da Revolução» Teixeira de Sousa, mesmo confessa que alguns dos nomes citados na nota secreta figuravam nos conspiradores contra a republica durante o governo d'esta, apparecendo só um como auxiliar da Revolução em 5 de Outubro. Como auxilio porém aos manejos ou como vingança ás accusações dos contrarios do partido monarchico, Teixeira de Sousa, levava a culpa aos reaccionarios, embora conhecesse sufficientemente os auctores do trama, facto confirmado em depoimento de João Chagas, descriptivo dos trabalhos preliminares da Revolução:

(*) Para a Historia da Revolução, por Teixeira de Sousa.=Volume II.—Pag. 223.

«No primeiro semestre de 1908 fizemos um inquerito minucioso ás forças militares para avaliar do estado da ideia republicana a dentro dos quarteis e dos navios de guerra. Necessitavamos, como bem comprehende, ter uma noção nitida e clara da situação, para proseguir com confiança na propaganda da revolta. Esse inquerito resumi-o n'um relatorio que apresentamos ao Directorio do partido e cujos topicos é interessante fixar. Antes de mais nada devo dizer-lhe que se notava por essa occasião no exercito uma certa calmia, uma tal ou qual espectativa, que embaraçava o proseguimento dos nossos trabalhos. O ministerio Ferreira do Amaral lançara no espirito de muitos officiaes a ideia de que a monarchia ia variar de processos e que era provavel ou possivel a entrada do regimen n'um caminho de regeneração patriotica. Esperava-se, esperavam elles, os espiritos hesitantes, que um governo honrado puzesse termo á serie de crimes commettidos desde longa data e não houvesse necessidade de mudar de instituições para obter, para a vida nacional, a paz e a felicidade que todos ambicionavam. No entanto, a idéa republicana contava adeptos em todos os corpos da capital e em muitos das provincias. Até no grupo de Queluz, que a monarchia suppunha ser um dos seus fortes esteios, havia officiaes decididos á revolta. Caçadores 5 e caçadores 2 estavam bem minados pela ideia republicana. Artilharia e o estado maior, em summa o campo entrincheirado, apresentavam muitos officiaes francamente democratas, que só aguardavam o ensejo propicio de se manifestarem. E se nos officiaes a semente fructificara lindamente, nos sargentos, nos cabos e nos soldados a expansão do ideal assumira proporções extraordinarias. Apenas os corpos de cavallaria se mostravam refractarios á boa doutrina, conservando um respeito idolatra pela reacção, que só difficilmente se poderia remover. Mas, repito ainda, n'esses tinhamos elementos de confiança. Na armada escuso dizer-lhe que, mais do que no exercito de terra, encontravamos dedicações sincerissimas, verdadeiros heroes dispostos a tudo para a victoria da Republica. Acode-me o nome d'um official, o tenente João Carlos da Maia, que sendo immediato da «Limpopo», empregada no serviço da fiscalisação da pesca nas costas de Portugal, combinara commi-

go telegraphar-me de todos os pontos onde o navio ia tocando, para eu o poder prevenir a tempo do dia marcado para a revolução. E outros... Mas não percamos por agora o fio da historia. Concluido o inquerito ás forças militares e sendo resolvido apesar da acalmia a que já me referi, levar por deante a propaganda agitadora, passámos o primeiro semestre de 1910 n'outros trabalhos de preparação e em junho d'este anno, Candido dos Reis e eu — visto que Affonso Costa se affastára da capital por motivos de doença — demos novo impulso á organisação já então em actividade. Subira ao poder o ministerio Teixeira de Sousa e esse facto, longe de nos provocar pensamentos de tregua intensificava-nos a acção revolucionaria, convencidos de que o pseudo-liberalismo do governo regenerador não contrariava antes favorecia essa mesma acção. Foi quando em boa verdade, entrámos a fundo na «materia». A propaganda do lado do elemento militar tomou aspecto differente, n'uma «poussée» energica e decidida; a Associação Carbonaria Portugueza alargou a esphera da sua intervenção junto dos grupos de revolucionarios civis; o Directorio do partido republicano fez compras avultadas de armamento; emfim, constatámos com satisfação que por toda a parte appareciam elementos de combate em numero sufficiente para dar golpe certeiro na monarchia. Ao mesmo passo que Lisboa assim se preparava para a revolução, creavam-se duas juntas para a provincia; a de Traz-os-Montes e Beiras e a do Centro. Cada uma d'estas juntas subdividia-se em «comités» presididos por correligionarios dedicadissimos até á abnegação. Por exemplo: em Lamego, José Mendes Guerreiro; em Chaves, Antonio Granjo; em Villa Real, Abilio Samardan, Moimenta da Beira, José de Castro; Coimbra, Malva do Valle e Fernandes... E tantos outros que deram o melhor do seu esforço para o triumpho decisivo da causa. Em certa altura, Candido dos Reis foi percorrer a provincia para avaliar com segurança da situação creada pela organisação revolucionaria. Acompanhou-o n'essa missão um official de caçadores, Pires Pereira. E no regresso a sua impressão era tão favoravel ao desenlace feliz do movimento, que nos propuzemos desde logo apressal-o e sahir á rua dentro de breve espaço de tempo. Ninguem duvidava do exito. Tudo

corria ás mil maravilhas. Os elementos revolucionarios manifestavam um ardor que era impossivel conter. Todos trabalhavam com um afan que só avalia quem collaborou efficazmente n'esta preparação.

«Entre os nomes que posso citar como dos mais activos na conquista de adeptos á causa revolucionaria, contam-se os de Machado dos Santos, engenheiro Silva, Martins Cardoso, Simões Raposo e o pharmaceutico Abrantes. Formou-se n'essa occasião um «comité» de resistencia por iniciativa da maçonaria, «comité» que auxiliou a organisação da revolta com a propaganda feita na classe civil e a seguir constituiu-se um outro «comité» mas só de militares, composto dos officiaes de artilharia Ramos da Costa e Palla e do official da armada Fontes Pereira de Mello. Um e outro organismo procurando incessantemente augmentar o numero de elementos de combate, alcançaram aos primeiros passos dados tal exito que fixámos uma data para o inicio da revolução: 15 de Julho. Chegado o momento, porém, soube-se com alvoroço que o segredo dos conspiradores fora descoberto e as auctoridades militares iam tomar providencias para impedir que a revolução estalasse. Esse alvoroço traduziu-se n'uma tal ou qual dispersão de elementos que foi necessario agrupar de novo e alentar com decisão para que não falhasse qualquer outra tentativa. Proseguimos na propaganda a mais intensa. Multiplicaram-se as reuniões de officiaes em diversos pontos — na redacção das «Cartas Politicas», no Arco Bandeira, juntaram-se por vezes vinte e mais representantes da guarnição de Lisboa — fez-se outra compra de armamento e aproveitando se a energia de um nucleo de militares que desde o começo haviam mantido a mais completa adhesão á Republica, produziu-se um trabalho galopante que fatalmente devia aluir com rapidez as instituições monarchicas. A primeira quinzena de Agosto foi empregada n'essa corrida veloz para a revolução. E tão bem e tão utilmente ou proficuamente se trabalhou, que tornamos a fixar data para o desenrolar do movimento: a noite de 19 para 20 d'esse mez. E fixamol-a, porque segundo a opinião dos officiaes de marinha que nos acompanhavam, era a noite em que a bordo do «D. Carlos» se dava um concurso de circumstancias absolutamente

vantajoso para a revolta. N'essa noite tudo concorreria para que a victoria fosse alcançada sem grandes difficuldades. Comtudo, á ultima hora, alguem denunciou o movimento ao chefe do gabinente regenerador. E succedeu o que todos sabem: ordem aos navios de guerra para sairem a barra, prevenções nos quarteis, a policia vigiando rigorosamente a cidade, etc. O Teixeira de Sousa teve perfeito e minucioso conhecimento do «complot» e informaram-n'o com verdade do caracter que o revestia. Mas, para não desmentir os boatos postos em circulação de que o governo contava n'esse momento com um falso apoio dos republicanos, calou-se e habilmente attribuiu as medidas de rigor que tomara a necessidade de suffocar uma «intentona» reaccionaria Demais sabia elle quem conspirava contra as instituições. . . »

Só era verdadeira a communicação pessoal que ao conselheiro Teixeira de Sousa era feita ás 6 horas da tarde de 19 de Agosto, de que a revolução rebentaria á meia noite ou no dia immediato, com o auxilio da marinha, e com as antigas ideias da prisão de D. Manuel no Bussaco.

O rei estava lá desde 12 de Julho, quasi por imposição do governo, contrario á ideia da medicina, que representada pelo medico D. Antonio de Lencastre, era de voto que D. Manuel fôsse ao estrangeiro curar-se de seus achaques. Teixeira de Sousa alvitrára o Bussaco, onde se disse, era subtrahido ás visitas adversas ao gabinete, e que accirrava as antypathias que o rei lhe tinha, e patenteadas ao transe de ser conhecido tudo pelo chefe do governo:

«D. Manuel não sympathisava com o governo de Teixeira de Sousa e mostrou-o na propria recepção da embaixada allemã, em que, nas Necessidades o rei só teve attenções grandes para os representantes do bloco.» (*)

Isso não obstou, porém, a que, ao communicar, por Teixeira de Sousa, do desejo, aliás n'essa occasião impraticavel, de ser substituido no governo, ficasse a pedido de D. Manuel. Este, era conduzido á antipathia pelas accusações graves ao teixeirismo, e

---

(*) «Para a Historia da Revolução» por Teixeira de Sousa. Pagina 6 Volume II.

depois por convencimento de que mal entregue estava, facto confirmado pela escandalosa inercia de Outubro.

No Bussaco, D. Manuel, aparte as loucas corridas de automovel, fugindo á vista indiscreta dos que o rodeavam, passava vida solitaria e triste, emquanto talvez sob as copadas arvores, os olhos vigilantes dos conspiradores seguiam os seus passos de assustada ave ou os seus desalentos, trazidos pela presciencia do futuro.

Teixeira de Sousa, ao receber o aviso, procurava logo em casa os ministros da guerra, José Nicolau Raposo Botelho e da marinha, Marnoco e Sousa e d'ali sahiram as ordens de prevenção rigorosa, estabelecendo-se a retirada, para os quarteis, da guarda fiscal, que abandonando o seu posto nas barreiras, deu ensejo a um desenvolvido contrabando de armas. . .

Pela tarde de 19, eram tambem mandados conservar em quarteis as forças de marinha, exercito, policia, guarda municipal, sendo reforçados os postos da Casa da Moeda e da estação central dos correios. Recolheram aos navios os commandantes, e os agentes policiaes eram retirados do serviço das ruas, rasgando caminhos aos ratoneiros avidos d'essas largas. Amiudavam-se as conferencias entre os commandantes dos regimentos e ministros do reino, guerra e marinha, e resolvido foi augmentar-se a guarda dos Bancos, estabelecendo se vigilancias secretas em redor do quartel general.

Reunido o governo em conselho permanente que durou toda a madrugada, fez publicar na manhã seguinte, (20) a nota officiosa:

«Como os factos demonstram, não tinham fundamento as apprehensões que parece ter havido de que se pretendia hontem alterar a ordem publica. O governo, por dever do cargo, tomou desde logo as habituaes medidas de prevenção e a ordem publica está assegurada».

Essa nota foi levar novas desillusões a 102 praças, presas desde Julho, no deposito disciplinar do forte da Graça, em Elvas, por suspeitas, como já se registára o suicidio, dias antes (10 de Agosto) do segundo sargento de infantaria 19, Abilio da Cruz Rodrigues, implicado nos projectados manejos e a transferencia

para Elvas, de grande numero de praças de caçadores 4, aquartellado em Elvas, e deslocados da vigilancia da raia da Hespanha, que ali estabelecera um corpo de 3:000 homens.

Nos centros militares, em parte sabedores do plano, deu-se a origem dos boatos como desagrado dos reservistas pela falta de licenceamento e o governo, fazendo sciente que estava vigilante, attendia-os em 23.

O presidente do conselho, Teixeira de Sousa, como conhecedor dos successos premeditados, fazia guardar pela policia a propria residencia, ordenando ainda providencias varias.

Envolvido n'uma teia de que elle proprio só conhecia alguns dos fios, dava ordens repressivas da revolução aos principaes vultos que n'ella deviam interferir. . .

Já fôra entretanto transferido o movimento e as precauções não lhe haviam servido de embaraço.

O acto revolucionario de Outubro seguinte, prevenido achava tudo, mas, como assente fôra a execução mediavel, fazia-se.

O governo pois, encontrava-se apenas a braços com um sabido projecto gorado, por defficiencia de combinações.

Emprazada foi para 20 uma conferencia do ministro da guerra, com os commandantes dos corpos da guarnição e dos navios surtos no Tejo e á qual assistia um dos vultos principaes do movimento de Outubro seguinte: o general Carvalhal Telles da Silveira, commandante interino da 1.ª divisão, que dava por impresumivel qualquer alteração da ordem. De tudo nascera o cassar de licenças a officiaes e praças e, como se suscitasse a pouca confiança na vontade dos marinheiros auxiliarem a monarchia, o que era certo, operava-se a sahida dos navios de guerra.

Seguia o cruzador «D. Carlos» para Gibraltar, a pretexto de buscar carvão, com determinação de aguardar nos Açôres novas indicações que seriam, segundo notas officiosas, os cumprimentos a uma esquadra americana. O «Adamastor» ia para a Madeira, a «Tejo», para o mar alto, e a fragata «D. Fernando», para exercicios de tiro na Trafaria.

Como representante naval apenas ficou em frente de Lisboa a canhoneira «Berrio», assediada de noite e dia com as projecções dos fortes.

As desconfianças sobre a tripulação da «Tejo», forçavam a sahida da canhoneira em 25 de Agosto, navio que não voltaria a Portugal, por naufragio.

Para rusgas vinha a policia judiciaria na noite de 20, não conseguindo obstar porem a que, revolucionarios mais imprudentes e querendo assignalar com alguns feitos de odio, o dia destinado para a acção rebellionaria, assaltassem, de madrugada, o posto policial da Rua Serpa Pinto, em Villa Franca de Xira.

Entretanto, Teixeira de Sousa, expedia a D. Manuel em 19 um telegramma em cifra, pondo-o a salvo:

«A Sua Magestade El-Rei — Bussaco — Urgentissimo — Creio estarmos na imminencia do movimento revolucionario, republicano, que procuro fazer abortar. Parta Vossa Magestade já em automovel para Cintra, acompanhado do esquadrão até Pampilhosa. Se em Cintra Vossa Magestade tiver conhecimento de qualquer movimento, siga para Mafra.»

O conselho de ministros reunia-se ás 10 horas e meia da noite, e cerca da 1 hora da madrugada, era o governo avisado do facto real: o addiamento.

Novo telegramma era expedido para o Bussaco, segundo as informações que iam chegando:

«Peço a Vossa Magestade não execute sem nova communicação meu telegramma anterior.»

«Não ha cousa alguma de anormal. Tranquillidade completa. Governo deseja que Vossa Magestade não vá amanhã á Figueira e que no dia 21 siga para Lisboa de automovel.»

E, em seguida, outro:

«Tudo em ordem. Creio que movimento abortará, sobretudo depois da sahida do navio «D. Carlos», cuja demora resulta de, ao chegar, haver desmanchado a machina. Está combinado com ministro da guerra e com Fernando Eduardo que Vossa Magestade venha ámanhã tomar o rapido da manhã á Pampilhosa, onde estará salão real, seguindo directamente para Lisboa Rocio, para aqui chegar ás 2 horas e 40 minutos da tarde e não indo a Torres Novas, nem se demorando no Entroncamento. Peço accuse a recepção d'este telegramma.

Ao secretario particular de D. Manuel escrevia o chefe do governo:

Marquez Lavradio — Bussaco — Recommenda a V. Ex.ª a mais rigorosa vigilancia. Deve estar força de prevenção toda a noite.»

Não causaram sobresalto grande essas prevenções.

As ideias de revolta proxima não eram surpreza no palacianismo e, a poucos passos da tentativa de Julho, já essas probabilidades se haviam erguido, com base na orientação do governo e na perseverança dos republicanos.

Authentica estas affirmativas, o seguinte trecho de um livro celebre, autopsia em vida do que foi o ultimo presidente do conselho de D. Manuel II:

«Estando uma manhã de Julho, em casa do meu querido amigo Marquez do Lavradio, conversando a sós com elle, após um dos seus recatados almoços, disse-lhe:

«— Oxalá que o Teixeira de Sousa seja o salvador da Monarchia! Mas não creio. Para mim, é ponto de fé que este é o ultimo ministerio monarchico.

«O Marquez do Lavradio, respondeu me:

« — E' tambem a minha convicção. E tanto que estou já prevenido para os primeiros dias de exilio. Tenho mil libras no Banco Inglez, porque eu não abandono o «Patrão». (*)

A' mesma hora em que telegraphava ao secretario particular d'el-rei, o presidente do conselho aconselhava ao monarcha, o seguinte, ainda em telegramma:

«Julgo movimento abortado graças á rapida acção da noite passada. Todavia continuam hoje rigorosas medidas de prevenção. Muito desejo que Vossa Magestade vá do Bussaco para a Pampilhosa tomar o rapido, de automovel, acompanhado de esquadrão. Considero isso muito conveniente. Na Pampilhosa estará guarda de honra e tudo convenientemente vigiado. Peço que esta noite as forças fiquem de prevenção no Bussaco. Embora pense que movimento abortou, muito desejo que sejam attendidos meus pedidos.»

(*) «Os Cem Dias Funestos», por Joaquim Leitão=Porto—MCMXII= Pagina 81.

Regressava immediatamente D. Manuel II, á côrte, onde o presidente do conselho lhe contava os meandros da conspiração, emquanto os republicanos addiavam para 24, um comicio aprazado para 21, data da chegada regia.

O rei, que atravessava a cidade quasi entre cordões de policia, se se não atemorisou, viu desenrolar-se-lhe de novo ante a vista, as peripecias sangrentas da tarde de 1 de Fevereiro de 1908.

Disse-se que pensou em abdicar, esse monarcha mal fadado e collocado, por seu mal, n'um throno condemnado. Ficou, porque o destino o quiz, afim de lhe dar no abandono da corôa, a salva dos canhões da revolução e as acclamações do povo, não á realeza, mas á Republica seu ideal.

A imprensa do bloco, alcunhando tudo de «pavorosa», ajudava, ineptamente, os manejos dos revolucionarios e até, n'uma criminosa intenção, davam a sabida dos navios como grave offensa para a marinha.

D. Manuel, na sua cegueira, no seu destino mau, ia porém mais attrahido ao bloco, onde o principal nucleo, o progressista, fôra o mais cruel diffamador de seu pae.

A despeito de conhecerem, por aviso, o que se passava nas espheras democraticas, os progressistas, tomados apenas d'esse rancor ao governo e á corôa, que de lado os puzera, — levaram para o ridiculo as prevenções e, n'uma inconsciencia triste, fôram de novo, de roldão, conduzir junto do throno as suas injurias, acto que só aos republicanos aproveitava: (*)

«O estrondo começou hontem, mas foi um estrondo de trovão fingido, d'estes que se produzem nos palcos, nas tragedias de grande espalhafato. Se o monarcha não percebeu o jogo, e se elle toma como realidade incontestavel o que não passou d'uma invenção «alambazadamente teixeirista», então não precisamos de Monarcha em taes condições. Porque, se o assustam os sobresaltos propositadamente feitos para fins transparentes, o que será quando chegar esse grande dia de juizo, em que todos os patifes, politicos de profissão, exploradores de diversos feitios hão-de ser corridos a ponta-pé por meia duzia de homens de en-

---

(*) *O Liberal* de 20 de Agosto de 1910.

vergadura, que ainda os ha felizmente, mas esses hão-de apparecer a seu tempo e hão de ser bem differentes de todos aquelles que ahi se apresentam como salvadores e redemptores de si mesmos. O paiz confia em si e no exercito, que estará a seu lado para acabar de vez com esta exploração urdida por baixos caracteres, perfidos vilões. Mundistas e outras entidades similares incorrendo no desprezo geral, cada vez se tornam mais odiados pelos meios que empregam, entre os quaes estava previsto que um d'elles seria a «intentona» d'hontem. O riso e o espanto de esta cinica audacia é geral em todos os semblantes. Ninguem se illudiu. Falta-nos vêr a cara do monarcha. Se ella tem aspecto differente da do povo, então não temos já rei, estamos na republica e sem monarchia!»

Acompanhando-o, a «Palavra» orgão nacionalista no Porto, affirmando que o governo recommendára a remessa da provincia de cartas onde se fallasse de revolução proxima e até com avisos anonymos d'esses preparatívos, dava os ministeriaes receios como inicio de perseguição ao clero, o qual punha em alarme.

Por seu lado, o estrangeiro daria conta e commentaria assim a preparada e addiada revolta:

«El 15 de Julio llega á mas andar, y aunados ya todos los elementos, se piensa en trazar un plan de combate. Es éste minucioso y acabado, asignandose, grupo por grupo, regimiento por regimiento, navio por navio, el papel que todos los amigos de la revolucion deben desempeñar. El Centro hierve en gente. Paisanos y militares muestran su regocijo al ver llegado el instante. Pero, á ultima hora, el tenson de dar un golpe en vago hace que se aplace el alzamiento. Cuando se transmite la noticia hay lágrimas de rábia. Y es tan vehemente el anhelo revolucionario, que un valentisimo oficial, Carlos da Maia, muestra firme proposito de intentar, contra todos las ordenes, una revolucion de marineros, y es obra de romanos desuadirle. La marinéna, por su parte, tam pouco acoge gustosa el aplaziamiento y no se aviene á razones hasta saber que la revuelta será el 18 del proximo Agosto.

«La suspension produce tales efectos, que revolucionarios exaltados, no pudiendo contener su odio al regimen, llegan á

pensar en atentados personales contra los institucionaes, el juez de instruccion criminal y algunas otras personas significadas. El Directorio se opone terminantemente. Ampara la existencia del rey mejor que los elementos policiacos, mejor que el misesable esbirro que tiene a su cargo el inquisitorial juicio de instruccion criminal, deshonra perpectua del regimen monarquico portugués. En los planes de los elementos directivos de la revolucion estuvo siempre, como clausula primera, facilitarle al rey la fuga por mar, e mejór dicho, provocarla directamente. Y cuenta que humanitarismo contrasta con los salvages procedimientos de Almeida Azevedo, el «ex-hermano Hoche», el asalariado indigno que regenta el juicio de instruccion criminal prescibiendo por sus funcciones inquisitoriales enorme sueldo. Asi se espera, con ansia febril, entre persecuciones sin cuento, el deseado dia 18 de Agosto.

«No puede ser tampoco el alzamiento, cuya fecha, segundo está convenido, se avisó por citra á los miembros del Directorio que han tomado parte activa en la propaganda revolucionaria y no quieren dejar de teaerla en el hecho. No pudo ser tampoco, y es suerte, porque alguién ha dado el soplo al Govierno y este, sobre tomar diversas medidas militares, dispone que los buques de guerra, alma de la revolucion, salgan de Lisboa para distintos puntos del Tajo. Mas lo ordenado por Teixeira de Sousa resulta tardío. De no haberse acordado dilatar el movimiento, la revolucion habria surgido á pesar de todo. Las persecuciones ministeriales redoblan. Sabe el Gobierno que uno de los principales elementos de combate al servicio de los republicanos es la artilleria civil, las granadas de mano, que se vienen fabricando tiempo ha. Se dedica fervorosamente á perseguir a cuantos le parecen suspechosos, y detine a quien se le antoja. En Portugal no hay mas ley que la voluntad del ex hermano Hoche y la Bastilla portuguesa se repleta de prisioneros. Entretanto Teixeira de Sousa, mentiroso, cual buen governante, afirma en publico, mintiendo á sabiendas, que no hay peligro de sublevaciones republicanas y que las medidas de rigor tienden a enfrenar posibles alborotos de los reaccionarios.» (*)

(*) Como cae um throno — La Revolucion en Portugal — Augusto Vivero y Antonio de La Villa — Madrid 1910 — Pagina 95.

Desviadas as attenções do Bussaco, quiz D. Manuel ir a Vendas Novas, mas os boatos de novo assignalaram a mudança para ali do local do attentado a consummar. Comtudo, os revolucionarios só no fim d'esse mez tiveram nova reunião em casa do tenente Valdez. Para o addiamento da viagem regia, fez-se avolumar 4 casos de typho ali succedidos e que poderiam pôr em perigo a saude do rei.

Tristes dias os d'essa proclamada radiosa mocidade, passados entre os receios dos venenos e os temores das balas homicidas!

Fugindo d'aqui, ecclypsando se de acolá, essa atormentada existencia que pouco devia gosar dos faustos realengos, que breve devia depor o manto e descingir a corôa, viu de subito erguer se na própria côrte o temeroso e infatigavel espectro da revolta popular e voando de Lisboa, d'essa Lisboa que lhe inspirava sempre receio ou odio, ia refugiar-se no palacio de Mafra, a poetica villa, onde amores o prendiam e onde em vôos de alma procurou esquecer a lugubre, mas verdadeira visão, do seu futuro de desthronado errante.

A oppressão d'um pobre é mais bem doce do que a soberania d'um rei, pois que quando o misero junta a voz á de outros miseros, ella faz callar a falla possante do despota.

O governo tentava, por seu turno, postergar as eleições, como que prevendo o cheque das ultimas eleições monarchicas. Aos primeiros clamores, porém, respondeu recuando, balbuciando desmentidos.

Como de habito, fôram as culpas revolucionarias lançadas aos reaccionarios, occupados comtudo em extranha propaganda, em que jesuitas da Guarda prégavam que as mulheres dos affeiçoados ao governo de Teixeira de Sousa, dariam á luz sapos em vez de creanças, e outros, que se o governo vencesse, as egrejas seriam transformadas em cavallariças!

Não hesitava o mau clero em recorrer á heresia, para obtenção de seus fins politicos. A palavra santa cedia o logar ao anathema e a mentira escapava-se dos labios d'onde só deviam sahir as palavras grandes da caridade e da fé!...

Prevendo as perseguições do futuro, a cleresia proclamava a

necessidade d'um governo de espada e cruz; Vasconcellos Porto e Jacintho Candido.

O povo, comtudo, erguendo no seu intimo um altar a ideal novo, sorria ás doutrinas excentricas dos falsos interpretes da missão de Jesus, que era educar e conduzir á pratica do bem e da justiça.

A reacção pois, embora alheia ao movimento, coadjuvava-o, sem consciencia do acto e a cidade de Braga, a sempre dita Roma Portugueza, assistia impassivel ao distribuir de mysterioso manifesto escripto, parece que nas cellas escuras dos frades de S. Barnabé:

«Sr. visconde da Torre: — Como é que v. ex.ª justifica perante a sua consciencia, perante a sua crença, perante a sua honra, perante as suas tradições, perante o seu passado, perante o seu rei, perante o seu confessor, perante os seus amigos e perante a sociedade onde convive a sua estranha attitude de appoio e identificação com o actual ministerio, fabricado nas negras officinas de José de Alpoim e Affonso Costa? Responda, porque tem esse dever! Emende-se, porque tem esse direito! Converta-se porque tem essa obrigação! V. ex.ª tem qualidades para merecer a consideração publica; está novo para trabalhar e luctar; é intelligente para poder vêr o bom caminho; herdou tradições que obrigam a seguir bons principios; tem fortuna que o dispensa de sujeições indecorosas; tem ainda prestigio para amparar os que se lhe entregarem sem que para isso tenha de resvalar, compromettendo a sua reputação e arrastando a dos seus amigos. Salve se emquanto vae a tempo e faça cruzes aos SETE SATANAZES que intrusamenta se agarraram ao poder! Ponha-se de joelhos deante da Virgem do Carmo, Padroeira da Casa da Torre e diga: peza-me... eu me arrependo... prometto não continuar no peccado. Largue depois até ao Bussaco e diga ao rei: peço perdão... fui enganado... não continuo com os traidores. Verá alfim como é bom viver uma vida de pureza! — Um seu amigo.»

O bloco manobrava violento nas provincias e a situação pessima creada entre o governador civil de Castello Branco, Costa

Ornellas e o candidato do bloco, Tavares Proença, originou de parte do primeiro o seguinte telegramma ao governo:

«Opposição commette desacatos de toda a especie, que reprimirei.»

Teixeira de Sousa respondeu-lhe:

«Governo não consente nas repressões de que V. Ex.ª falla no seu telegramma. Que as não faça nem consinta é o que lhe recommendo como delegado de confiança, que só póde ter a vontade e a confiança do governo.»

Definiam-se entretanto as attitudes politicas, que o orgão da dissidencia desenhára já em traços vigorosos e dignos de attenção especial, se outra fôra a marcha partidaria do nucleo alpoinista, sempre indeciso, sempre de dubia definição:

«Nas Côrtes, cada um dos partidos da «colligação» retoma a sua liberdade de acção, defende os seus programmas. Os progressistas desenrolam os papyros democraticos da Granja; os «henriquistas» apresentam no cartaz a «regeneração de 1852», como o sr. Campos Henriques, homem de ideias velhas, prégou ao inaugurar-se o centro da rua do Alecrim; os nacionalistas pedirão autos de fé e «Index expurgatorio», e os miguelistas, que tambem teem direito á existencia, hão de dar vivas ao Senhor D. Miguel II, berrando que o Senhor D. Manuel é um usurpador, emquanto os «vilhenistas» sustentam que tudo isto acaba em «crime ou revolução». E' com este desafinado sol-e-dó que se fará uma opposição para derrubar n'um abrir e fechar d'olhos qualquer governo liberal? Pois venham de lá essas entradas de leão! Esperamos com impaciencia que toque a «musica!» (*)

Viam-se os franquistas do grupo Vasconcellos Porto expôr assim os seus pensamentos:

«N'um momento de alteração da ordem publica, o partido regenerador-liberal estaria, para o effeito, incondicionalmente ao lado do governo, qualquer que fôsse, que na occasião se encontrasse encarregado da defeza das instituições, e effectivamente as defendesse. Porém o que agora occorre, e desde ha muito se achava previsto e annunciado, não é nem póde ser mais que

(*) «O Dia», de 11 de Agosto de 1910.

uma comédia, evidentemente posta em scena pelo sr. ministro dos estrangeiros, cuja ancia de revelar uma capacidade intellectual e um tacto politico acima dos seus collegas o colloca em risco de afinal descambar no ridiculo, ou então, o que peor seria, nos metter a todos, quer dizer, ao paiz, n'um funesto passo.» (*)

Os franquistas, inclinados ao governo diziam: (**)

«Ora pois, haja juizo! Façam a sua propaganda, escrevam ao sr. visconde da Torre tentando assustal-o com os «sete satanazes» que occupam as cadeiras do poder, digam do alto dos seus pulpitos que as mulheres gravidas dos partidarios do governo darão á luz sapos immundos, assegurem aos patetas que caiam em acredital-os que, no dia seguinte ao do suffragio, serão transformados em cavallariças os templos christãos. Mas não vão mais além. Para se fazer uma revolução são precisos muitos elementos. E elles, os reaccionarios, — a quem os boatos d'estes ultimos dias, não sabemos com que base, attribuiram tremebundas intenções,—no actual ensejo, só com segurança, pódem dispor de dois: para quarteis — os seus coios estabelecidos á sombra d'uma tolerancia que ultrapassa muito os limites da lei; para buchas dos seus bacamartes de guerra—as acções espoliadas do Credito Predial.

O governo ameaçava os bloquistas nos seguintes termos: (***)

«As eleições hão de fazer-se de hoje a oito dias e serão coisa muito diversa do que o «Correio da Noite» julga. Esse facto politico não dispensa, porém, o governo, do cumprir com os seus deveres, o primeiro dos quaes é assegurar a tranquilidade do paiz da qual é o mais directo responsavel. E por muito que isto pese aos predialissimos blóquistas, elles devem ficar convencidos de que nunca encontrarão o governo nem descalço nem desprevenido.»

Houve a habitual troca de accusações e ao passo que o «bloco», repudiando, com justiça, as perturbações annunciadas, de-

(*) *O Correio da Manhã* de 21 de Agosto de 1910.
(**) *O Diario Illustrado* de 21 de Agosto de 1910.
(***) *O Popular* de 21 de Agosto de 1910.

volvendo-as aos republicanos e aos governamentaes, envolvidos estes em parte por inepcia em parte para reiterar promessas antigas,—os democratas, folgando no meio da baralunda, dissimulavam assim os seus intuitos, aliás bem trabalhados no nucleo dos proprios affirmadores:

«Afinal, quarenta e oito horas depois do alarme lançado pelas providencias que o governo tomou para assegurar a ordem publica, ainda se não sabe precisamente quem projectava alterar essa mesma ordem. O «bloco» attribue ao governo a manobra como um «truc» eleiçoeiro: o governo insinua que o «bloco» preparava um golpe de Estado.» (*)

Não quiz o extrangeiro deixar sem opinião sua nem a «intentona» de Agosto, nem os politicos nacionaes.

A França, pelo «Echo de Paris», (22 de Agosto) expunha d'esta fórma as suas ideias:

«Os jornaes de hoje inserem um telegramma de Lisboa, no qual se diz que os catholicos portuguezes se tinham posto á frente de um movimento insurreccional, cujo fim era derrubar o governo por causa das suas tendencias demasiadamente liberaes (trop libéraes), fazendo-o substituir por uma dictadura militar. Nas esferas do Vaticano affirmava-se, porém, que a noticia em questão não tem o menor fundamento, e que se a monarchia portugueza está n'este momento em perigo, o mal não lhe vem dos catholicos, os quaes, pelo contrario se mostram e teem mostrado sempre em Portugal ardentes defensores do throno. A noticia de Lisboa, posta assim a curso pelos jornaes romanos, não passa, de resto, de uma manobra dos anti-clericaes».

Por seu turno, a Hespanha exportava para a capital franceza, («Le Journal», de Paris, de 29 de Agosto) pormenores excentricos onde só havia de falsas a discussão relativa á imprensa e á politica e a parte relativa a Teixeira de Sousa, que se sabia ligado por compromissos, datados da dictadura franquista, aos principaes elementos impulsivos da expansão popular contra a realeza:

«Madrid, 28.—Cartas recebidas de Gibraltar dizem que a

(*) A «Capital» de 21 de Agosto de 1910.

mobilisação de tropas, em Portugal, é especialmente motivada pelo desejo do governo de fazer afastar da capital do reino, certos commandantes e officiaes de terra e mar, cujo lealismo monarchico se lhe affigurava duvidoso. Muitos regimentos mudaram de divisão e bastantes agentes de policia fôram substituidos por outros de comprovada fidelidade. Não resta duvida de que estava preparada uma conspiração militar, devendo ser assaltada a residencia do presidente do conselho. A policia fez arrancar das paredes muitos «placards» revolucionarios annunciando o fim do regimen, e animando o povo a proseguir no movimento, affirmando-se que nada tinha a receiar por que o exercito e a armada estavam do seu lado. A imprensa está privada de noticiar a verdadeira situação, sob pena de represalias terriveis; o governo mandou exercer rigorosa censura telegraphica.»

Assim se registaram os projectos de 19 de Agosto, fallidos, mas que dariam logar á victoria de Outubro seguinte.

O estrangeiro, de tudo sabedor, continuava porém as suas habilidades de diplomacia.

Emquanto a Inglaterra decidia enviar a Portugal uma missão para fazer entrega da carta autographa de Jorge V, communicando a sua subida ao throno, a Allemanha confiava ao principe Frederico da Prussia, o encargo de collocar nas mãos de el-rei D. Manuel as insignias da ordem da Aguia Negra, com que Guilherme II condecorára o monarcha lusitano.

Preparados logo fôram os convenientes alojamentos no real paço de Belem, e convocado o conselho de Estado em 17, para reunir em sessão preparatoria em 20, e depois em 22, data em que foi ouvido sobre a abertura de um credito especial de 10 contos para despezas de recepção das embaixadas.

Por essa occasião, o conselho, ao qual presidia el-rei D. Manuel e assistiam os conselheiros Julio de Vilhena, Veiga Beirão, Pimentel Pinto, Teixeira de Sousa e marquez do Soveral, emittia tambem parecer favoravel á transferencia para a gerencia de 1910-1911 do saldo do credito de 500 contos auctorisado por decreto de 30 de Dezembro de 1909 por motivo das innundações.

Apoz a reunião sanccionava D. Manuel II o decreto respectivo, publicado a 23 de Agosto.

*

* *

De quando em quando a propaganda republicana tinha seus precalços e um d'elles foi o comicio de 21, no logar da Freiria, perto de Torres Vedras.

O povo, recebendo em alas o automovel que conduzia os oradores democratas, Soares Guedes, Carlos Calixto, dr. João de Menezes e Firmino Alves envolvia-o n'uma chuva de batatas e cebolas, ao som de batuque em panellas velhas.

O insuccesso fez seguir os propagandistas até Torres Vedras onde as pedras chocaram fortemente o vehiculo, que só poude deter-se no Sobral.

O acto violento deu-se como preparado pelos elementos clericaes affectos ao bloco.

Mais a salvo se faziam os comicios em Lisboa ou proximidades, como nos Olivaes, onde a 21 se davam vivas á republica, só prejudiciaes para um corticeiro de Sines, Antonio Vilhena, preso e que a Republica mais tarde (18 de Outubro de 1910) alliviou de culpas, de que o absolveu o tribunal do 1.º districto.

*

* *

Dois importantes acontecimentos diplomaticos succediam então.

Um era a entrega das credenciaes, em solemne audiencia, do novo ministro da Allemanha, barão de Rodman, chegado a 19 á côrte de Lisboa, e que a 22 as depositava nas mãos de D Manuel II, com o seguinte discurso:

«Senhor. — Tenho a honra de entregar a vossa magestade as credenciaes pelas quaes o imperador e rei meu augusto amo se dignou acreditar-me junto de vossa magestade na qualidade de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario. Julgo-me

feliz, senhor, por poder apresentar n'esta occasião a vossa magestade os sentimentos de estima e de amisade de que o meu soberano está animado para com a pessoa de vossa magestade e da familia real, assim como os votos que elle fórma pelas prosperidades da sua nação. Não deixarei de empregar todos os esforços para manter as relações cordeaes e apertar os laços de amisade que tão felizmente existem entre Portugal e a Allemanha, e ouso esperar que vossa magestade se dignará prestar-me o seu valioso appoio no cumprimento da minha missão.»

El-rei respondeu assim:

«Senhor ministro. — Recebo com verdadeira satisfação as credenciaes que vos acreditam junto de mim na qualidade de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de sua magestade o imperador da Allemanha, rei da Prussia. Sou tanto mais sensivel aos sentimentos e aos votos que me acabaes de exprimir da parte de sua magestade imperial e real que é egualmente com uma alta estima e amisade por sua magestade que eu fórmo os votos mais sinceros pela prosperidade dos seus estados e pela felicidade da familia imperial e real. A certeza que acabaes de me dar de que empregareis todos os vossos cuidados no proposito tão elevado de manter e tornar ainda mais estreitas as relações amigaveis e cordeaes felizmente existentes entre Portugal e a Allemanha, assim como as vossas qualidades pessoaes, asseguram-vos, senhor ministro, toda a minha benevolencia no cumprimento da vossa honrosa missão.»

Precedeu esse acto, a recepção da embaixada allemã, chegada na noite de 23, e que composta pelo general de cavallaria, inspector geral do exercito allemão, cavalleiro das ordens da Aguia Negra, da Annunciada, do Seraphim e de Santo André, principe Frederico da Prussia, (*) conde de Schwerin, dr. Paeplan, coronel do regimento 115 de infantaria, Von Etzel, major De Quart e tenente barão Freilen von Fuenstenberg, vinham entre-

(*) Era filho do principe Frederico Carlos da Prussia, e irmão da princeza de Connaught Luiza Margarida Nascera em 1865 e era casado com a princeza Luiza de Sterwig Holstein, irmã da imperatriz Augusta Victoria, da Allemanha.

gar a D. Manuel II, em nome do imperador da Allemanha, as insignias da ordem da Aguia Negra.

Em recepção solemne, se effectuou o acto. Organizado o cortejo, com os archeiros, os reposteiros Fernando Teixeira e Ayres Martins, o porteiro da real camara, João da Silva Ramos, o mestre de ceremonias, conde de Figueiró, mordomo-mór, conde de Sabugosa, commandante da guarda real dos archeiros, marquez do Fayal, chefe da casa militar, vice-almirante Hermenegildo de Brito Capello, el-rei e o principe e comitiva allemã, entravam todos na Sala Grande, onde o governo, casa civil e militar rodeavam o throno, logo occupado por D. Manuel II.

O principe disse então:

«Senhor.—Sua magestade o imperador e rei, meu augusto soberano, animado do desejo de uma visivel prova da sua sincera e inalteravel amisade pela alta pessoa de sua magestade, dignou-se encarregar-me de entregar nas mãos de vossa magestade, com a presente carta, as insignias da sua Ordem de Aguia Negra. Sua magestade o imperador e rei pede-vos, senhor, que as acceiteis e as useis em testemunho dos sentimentos de affecto e de alta estima que professa por vossa magestade. Ao mesmo tempo sua magestade imperial faz os mais ardentes votos para que Deus, que deixou a vossa magestade uma herança de tanta gloria e virtudes, queira coroar a sua obra cobrindo o reinado de vossa magestade de todas as suas bençãos. Feliz por ter sido escolhido para o desempenho d'esta missão solemne e honrosa junto de vossa magestade, ouso, senhor, accrescentar a homenagem das minhas felicitações pessoaes pela alta distincção de que me coube a honra de ser o portador.»

Em seguida tomando as insignias da Aguia Negra, a mais antiga ordem prussiana, fundada em 17 de Janeiro de 1791 por Frederico I, collocou-as no peito do soberano e, com um pequeno martello fez menção de lhe bater no peito.

D. Manuel respondeu assim:

«Alteza Real. — Recebo com o maior prazer a alta distincção com que sua magestade o imperador da Allemanha, rei da Prussia, se dignou honrar-me conferindo-me a Ordem da Aguia Negra, e aprecio de maneira muito particular a escolha de vossa

pessoa para me fazer entrega das respectivas insignias. Muito sensivel a este novo testemunho da cordeal amisade, que aprouve a sua magestade imperial e real conceder-me, peço a vossa alteza real que junto de sua magestade imperial seja o interprete de todo o meu reconhecimento. A nação portugueza honra-se commigo d'esta prova muito especial da estima de sua magestade o imperador, a qual, estou certo, contribuirá poderosamente para apertar ainda mais os laços tão estreitos que unem a minha querida patria á grande e gloriosa nação allemã. Os sentimentos que me acabaes de me exprimir da parte de sua magestade tocaram-me profundamente; e recorro ao amavel intermedio de vossa alteza real para significar a sua magestade imperial e real os votos calorosos que dirijo ao Todo Poderoso pela felicidade de sua magestade, de sua magestade a imperatriz e de toda a augusta familia imperial e real, bem como pela prosperidade dos seus estados.»

Uma venia do principe dava por finda a ceremonia.

N'essa noite houve banquete de gala no paço das Necessidades.

Apoz elle, D. Manuel, approximando Teixeira de Sousa de Sebastião Telles, tentou obter do primeiro um entendimento para a eleição de Lisboa, o que o presidente do conselho disse inutil, a não ser que o «bloco» affirmasse forças para eleger pela capital um deputado que fôsse.

Face a face, ante o rei, arrependido da tentativa, os dois politicos se affirmaram poder mutuo, acabando Sebastião Telles por declarar inutil qualquer tentativa de conciliação ou abandono dos bloquistas da eleição de Lisboa.

No dia seguinte, o embaixador allemão visitava a historica villa de Cintra, seguindo-se-lhe jantar no paço de Belem, e a 26, vespera da partida, depunha junto aos tumulos de D. Carlos I e de D. Luiz Filippe duas corôas enviadas pelo imperador da Allemanha.

Mercês honorificas distribuiu Portugal aos altos diplomatas, cabendo ao principe o titulo de coronel honorario de cavallaria 4, ao conde de Schverin, a gran-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição, ao coronel Von Etzel, o grande officialato

de Aviz; ao major de Quart, a commenda de Aviz; ao barão Freilen, o officialato de Aviz, ao dr. Palplan, o officialato de S. Thiago e ao ministro da Allemanha, em Lisboa, barão de Rodman, a gran-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição.

Vamos agora buscar á politica allemã novos aspectos extranhos, a que a figura inconcebivel, quasi indecifravel, do imperador, emprestava reflexos classificados pelo internacionalismo, como perturbações graves com origem mystica.

Guilherme II, sahindo da sua esphera de guerreiro audaz, trazia á politica o desasocego, quando não o motejo e a ironia, com o expandir de sonhos e de visões que o arrastavam á phraseologia fradesca.

Conselheiros e chancelleres desde Caprivi, a Bismarck, do principe Furst de Bullow ao recente palaciano Bethmann Hollweg, rogavam quasi ao imperador a abstenção completa de discursos publicos, e muito especialmente sobre politica.

Promettia o imperador, mas a breve trecho, esquecido de compromissos, a palavra surgia inspirada e em vez de lances quixotescos onde a figura de Guilherme tantas vezes surgira impavida, amedrontando a Europa com a marcialidade do porte e a mavorticidade das intenções, impondo-se soberano ás potencias, descahia na languidez exhausta dos assistentes conventuaes, evolava o espirito ás regiões monasticas e parecendo folhear os livros do nosso erudito padre Bernardes, envolvia-se em extasis e proclamava-se quasi um novo Jesus... Tremiam os ministros e sorriam-se os descrentes. Ironisavam as potencias e imploravam os ministros.

De novo Guilherme II, cedia, descia do ceu á terra, do sonho á realidade, para em breve mergulhar nas illusões.

A loucura parecia invadir a casa allemã e, com Guilherme II, o «Visionario», resurgir a velha figura do rei Othão I da Baviera, espalhando aos quatro ventos os factos tristes da sua demencia, nascida em 1870, apoz os ultimos tiros da guerra franco-prussiana. Othão, guerreiro, mas vendo no campo da batalha apparições divinas, acabava guerreiro ainda, commandando exercitos invisiveis, atacando imaginarias forças francezas, refractario aos influxos das viagens pela Italia, pela Hespanha, forçando

a annunciar, officialmente, a incapacidade absoluta para o governo, da pessoa do herdeiro presumptivo do throno, encerrado no castello de Nymphenburgo, d'onde fugia, transitando depois para os de Schleissheim e Funtstenried. Othão, ali residia, em 1910, passeando os seus desvairados 62 annos, a fumar, e a cantar o Rigoletto, depois de lhe envergarem no corpo amollentado quasi inanimado, as finas roupas d'um rei—louco!—olhando a sua côrte modesta, simples meia duzia de gentilhomens bavaros sob a presidencia do marechal barão de Redviz, que lhe aturava as peripecias de combates phantasticos, onde a voz procurava stentorisar-se no grito de:

— Fogo!...

Ante esse farrapo dynastico, prophetisavam para Guilherme II, situação não menos triste, lançando-lhe ainda para o seu lado, a loucura de principe Oscar de Arenberg, que depois de chancinas sem causa, os negros da Africa Oriental Allemã, ia para a Argentina (Agosto de 1910) tutellado, apoz transito pelo manicomio.

O imperador, farto de cruzar nos mares da Noruega, regressou de repente a Potsdam e forjou novo discurso.

Eivado d'uma vontade mais mystica do que combativa, Guilherme II, que vivia na terra mysteriosa onde a «Dam Branca» apontava os successos tristes de sua casa imperial, esqueceu promessas e com o cerebro perturbado, dava n'um discurso em Koenigsberg, a 26 de Agosto, a nota de haver entrado outra vez, na sua phase extranha de analyse politica, preludio certo sempre de phrases temidas que provocaram, annos antes, os commentarios:

— O povo allemão não quer uma sombra de imperador; quer um imperador de carne e osso, pois as sombras de imperador teem feito muito mal ao antigo imperio», — pelo chanceller Bullow, em 19 de Janeiro de 1903.

— A politica, por Guilherme II, é o terror da minha diplomacia!» — por Caprivi.

Em Koenigsberg, o imperador em pleno edificio da municipalidade, recordava a historia da Prussia Oriental, e envolvendo a figura da rainha Luiza n'um feixe grandioso de palavras

amigas, apresentava o seu exemplo ás mulheres, como symbolo de amor do lar e da patria, apontando-a como ensinadora do culto das virtudes militares, e evocando-a como fazendo residir o sonho da paz no formidavel dos armamentos.

Depois, subiu da terra ás formidaveis regiões da chimera. Já não quiz ser rei, para ser apostolo e falou, mais do que como crente, como verdadeiro missionario dos dogmas sagrados do Nazareno.

Esqueceu que o liberalismo avançava e declarou que os reis da Prussia não deviam a corôa ao parlamento nem ao povo. «Recebiam a corôa de Deus, de quem eram instrumento, indifferentes ás maneiras de vêr da actualidade.»

Deus é Deus, é a magestade que impera, é o irrevogavel do destino, pontando as paginas grandes da existencia.

Mas aos reis é-lhes vedado, junto do povo, a affirmação da sua materialidade.

E Guilherme II, mysticista, não se contentou em dizer-se «nada» ante a omnipotencia celestial e proclamou, apontando pelas janellas, as ruas de Koenigsberg:

«— Foi aqui que meu avô cingiu novamente, por direito proprio, a corôa de rei da Prussia, mostrando mais uma vez, por uma fórma precisa, que ella lhe fôra concedida «unicamente pela graça de Deus» e não por parlamentos, assembléas nacionaes ou plebiscitos, de tal fórma elle se reputava um instrumento eleito do ceu, e como tal cumpria os deveres de regente e soberano... Considerando-me como um instrumento do Senhor e indifferente ás maneiras de vêr da actualidade, proseguirei no meu caminho, unicamente consagrado á prosperidade e ao desenvolvimento pacifico da patria.»

As phrases correram e o imperador teve, com surpreza, o acolhimento glacial, muito semelhante a um protesto.

O socialismo, que na Allemanha, é a republica disfarçada, aproveitou os desapegos mundanos do chefe do estado allemão e espalhou ao universo o discurso celebre, pronunciado na terra onde Kant prégara doutrinas em contrario.

Com o jornal allemão «Varwaerts» convidando, sob o influxo do grande socialista Bebel, o governo a justificar-se no parlamento, affirmando que deveria elle levantar ali a luva e mar-

car á corôa os seus limites constitucionaes, sendo o discurso de Guilherme II uma verdadeira declaração de guerra, e com o «Berliner Tageblatt» vinha o resto da imprensa mundial, aggredindo a phraseologia sonhadora do discursante tantas vezes reprimido.

Acudiu Bettmann Hollweg, ao incidente escabroso e emquanto que na «Gazeta da Allemanha do Norte», desculpava os excessos rhetoricos, era elle proprio que d'essa vez sollicitava do imperador novo discurso politico, de origem certa chanceller, e de desmentido ao discurso de Koenigsberg. Guilherme II, lá ia a Marienbad, desfazer a teia idealista, mas nem assim convenceu o internacionalismo.

A França (Le Temps) aproveitou o ensejo, para cravar a foice na sua eterna inimiga, assignalando o orador imprevidente como pertencendo á categoria d'aquelles que teem sempre necessidade de pronunciar dois discursos, um para explicar o outro, desnaturando-o e assim se vingou do «Strasburger Post» (12 de Agosto) que a proposito do circuito de leste pelos aviadores francezes, escrevera:

«No caso que os aviadores francezes se abalancem realmente á tentativa de transpôr a fronteira em aeroplano e passar por cima das nossas fortificações, as auctoridades militares certamente encarariam o facto sériamente e fariam o que fôsse necessario para os fazer descer das alturas em que passassem. Da mesma maneira, cumpre prohibir aos dirigiveis e aos aeroplanos que penetrem nos nossos territorios, não vôem por cima das nossas fortalezas. Senão, não venham depois reclamar se tiverem que descer a tiro.»

O caso do discurso veiu ao Resichstag e os socialistas, entreabrindo um pouco o veu dos seus ideaes, annunciavam que o seu fim era a proclamação da Republica.

A Allemanha, emquanto o imperador se distrahia inaugurando (20 de Agosto) a nova residencia de Posen, começada a edificar em 1907, proseguiu augmentando as suas forças navaes e algumas revelações fazia sobre isso Maxwell, trazendo pesadellos á França e Inglaterra que se chegaram mais á Russia, ante o segredo proclamado por Maxwell, de que a Germania lhes queria disputar a primazia nos mares do norte.

Guilherme II porém, assim como em 13 de Fevereiro de 1908, na City, perante o lord mayor, affirmaria elle, o guerreiro, que a sua ambição era manter a paz no mundo, a 16 de Novembro de 1910, visitando a abbadia benedictina de Beuren, em Berlim, preferia um discurso incitando á necessidade de augmentar o respeito pelo throno e a egreja que estavam unidos, não devendo jámais separar-se.

Quanto ao imperador, de nóvo era intimado a abster-se da politica e como compensação, davam-lhe distracções como o do exercicio de medicina, que lhe trouxe (Dezembro de 1910) o titulo de doutor honorario da faculdade de medicina de Praga.

Guilherme II, a despeito de eleito do Senhor, só tardiamente se recordava dos seus preceitos evangelicos e foi por isso que unicamente deixou ao anno seguinte (*) o cuidado de approvação no Reichstag, da lei abolindo o castigo corporal das bastonadas, fôra precedida comtudo da do augmento da dotação. (**)

A propria imperatriz, Augusta Victoria, olvidando o ideal da paz, evocava o deus das batalhas, como na historica allocução com que acompanhou o baptismo (***) do novo couraçado «Kaiser» :

«Por ordem de Sua Magestade, este navio será chamado «Kaiser». «Kaiser»! Esta palavra está como que cercada de sonhos de grandeza e das aspirações da Allemanha. Um imperador! Foi esse o premio das luctas sangrentas de ha quarenta annos, devendo a Allemanha ao imperador a sua esquadra. Portanto, a fidelidade ao seu imperador será a tua bussola e nos corações de todos os allemães, no estrangeiro, affirmarás sempre o amor do teu paiz natal! Orgulhoso, apresentar-te-has de cabeça erguida, na tua lucta contra os elementos, assim como o imperador, entre nós, se mantem superior a questões ephemeras. Que o Deus das batalhas te guie no perigo e que a tua equipagem se lembre até ao ultimo momento do nome que vaes usar. Eram os appellos das mulheres que nas epocas mais remotas da

(*) 24 de Março de 1911.
(**) 9 de Junho de 1910.
(***) Março de 1911.

nossa historia despertavam a coragem dos nossos antepassados. E' esse appello que sae agora do coração da imperatriz que te baptisa e que sollicita a benção de Deus para todas as tuas viagens!»

*

* *

Os archeologos e os historiadores rejubilavam entretanto (Agosto 1910) com um achado precioso feito durante escavações no sub-solo da rua Labicana, em Roma.

Era elle a estatua do famoso imperador Cesar Octavio Augusto, que, embora cinzelada por esculptor modesto,—pelo apuramento feito nas suas linhas geraes, tinha o merito real de reproduzir o retrato descripto pelo historiador latino e auctor dos «Doze Cesares», — Suetonio, differindo assim de todas as estatuas do famoso Cesar, conhecidas até então. Eram bellos, porém, os traços phisionomicos de Cesar, tendo-lhe o esculptor arrancado as caracteristicas de semi-Deus, para lhe conceder a feição altiva e digna, e ao mesmo tempo scismadora do transformador da velha Roma. Levantou-se discussão entre os artistas e como o busto fôsse bem traçado em opposição ao tronco, disse-se a cabeça pertencente a outra estatua, havendo alguem continuado depois a obra. A affirmação era difficil de provar e nada mais se obteve de que uma estatua historica, pela antiguidade e pela perfeição.

A diplomacia reparou n'esse discurso como criticára o de Guilheeme II, mas a breve trecho tudo esquecia, porque o internacionalismo estava sempre a proporcionar surprezas.

*

* *

Pelo suicidio liquidava a 22, o antigo deputado e jornalista italiano, conde Ferrucio Macola, a sua existencia de duellista temido.

Se se tornára notavel na imprensa, mais se salientou no jo-

go das armas, assignalando a tragica pericia no duello com o poeta e chefe do partido democrata, Felix Cavalloti, que matava em pendencia em 15 de Março de 1898. Cavalloti, n'um jornal de Milão deu Macola como mentiroso em certas allegações partidarias. Seguiu-se combate onde o insultado fazia penetrar a espada na bocca do insultador, pelo espaço deixado por tres dentes que faltavam, indo cortar-lhe a carotida. Esse acto selvagem, precedido já de casos quasi identicos, grangeou-lhe além da condemnação a 7 mezes de clausura, não cumpridos por amnistia, o desprezivo manifestar da camara italiana em 1905, saindo a extrema esquerda da sala quando Ferrucio Macola ia a tomar a palavra. Pediu elle a demissão e abandonou a politica, elemento augmentativo da sua tendencia exaltada e sanguinaria.

Nem sempre porém lhe correram prosperas as aventuras e uma doença contrahida, por occasião de duello, no braço direito, levava-o ao sanatorio romano de Marate, onde com dois tiros de revolver remia as suas culpas.

Tinha 40 annos.

*

* *

Fallecia a 22, em Roma, uma das mais preponderantes individualidades propagandistas do direito internacional, o suisso Gustavo Moynier.

Pacifista, e humanitario, se se não emparceirava com a notavel figura de Florença Nightingale, dias antes fallecida em Inglaterra, deu comtudo bem nitida a nota impressionista da sua alma, creando a Sociedade Internacional da Cruz Vermelha, de que foi presidente; celebrando a convenção de Genebra de 22 de Agosto de 1909, ou fôsse o acto internacional para a neutralisação dos hospitaes e ambulancias em tempo de guerra; organisando a assistencia internacional aos feridos e doentes militares e o estabelecimento de conferencias da Haya e das reuniões periodicas das sociedades da Cruz Vermelha. Gustavo Moyner, fallecia com cerca de 85 annos, na data anniversaria da sua maior gloria: a convenção de Genebra.

* *

A 24 fallecia um dos mais antigos e considerados membros da advocacia commercial de Lisboa, Arthur Martiniano de Oliveira

Natural de Lisboa, onde nascera em 1854, deixou registados nos Annaes da Associação dos Advogados, os seus trabalhos forenses em discursos pronunciados durante o julgamento de muitas causas celebres, no Tribunal do Commercio, onde por vezes foi juiz.

*

* *

Dava-se dois dias depois, um attentado contra o gran-duque do Luxembourgo, Guilherme, casado com a princeza Maria Anna de Bragança.

Ao passar, convalescente ainda, pela aldeia de Holzkurchen, e vendo festas populares, parou o automovel, para não perturbar o regosijo dos habitantes.

Mal interpretado o acto, um moço de lavoura, de nome Franck, subindo ao estribo, feriu o archiduque com o varapau de que estava munido.

Preso, empregou resistencia.

Boatos vieram aos outros paizes da Europa de attentado para Guilherme II e não para o chefe do Estado do Luxembourgo.

O internacionalismo porém, quando não tinha bases reaes para se agitar, inventava-os, para desasocego proprio.

*

* *

Um dos escriptores italianos de mais alta cotação universal, era sem duvida Paulo Montegazza, conhecido em toda a Europa, pelos seus eruditos trabalhos sobre feminismo e psychologia.

Perdia Roma essa mentalidade litteraria, na tarde de 28 de Agosto

Montegazza, começou a sua natural vocação, aos 19 annos, apresentando no Instituto de Paris o seu primeiro trabalho pathologico «A geração expontanea».

Nomeado medico para o grande hospital de Milão e depois, lente da Universidade de Pavia, estabelecia n'esta o primeiro laboratorio de pathologia.

Florença devia lhe tambem a creação, no Instituto de Estudos Superiores, d'um museu de ethnographia e antropologia e ainda a Sociedade de Anthropologia Italiana.

O seu principal cuidado scientifico, a psychologia feminina, tornou-o celebre e citado muitas vezes por Cesar Lombroso, o grande psychologo.

As suas obras fôram moldadas quasi sempre nas doutrinas e estudos preferidos e assim «O problema do casamento» «Uma pagina de amor» «Psychologia feminina» «Phisiologia da mulher» e ainda a base complexa dos seus trabalhos n'esse genero se affirmava no «Amor dos Homens» «O Amor (Problemas moraes e sociaes)» «Arte de ser feliz», «Os caracteres humanos», «O elogio da Velhice», «Phisiologia do Amor», «Phisiologia do odio» e «O problema do casamento», «O Seculo Nevrotico», o «Seculo Tartufo».

Só saíam fóra d'essa orbita, a «Viagem na India», «Viagem na Laponia e Rio da Prata» e «Teneriffe».

Montegazza, que foi tambem parlamentar durante 11 annos e desde 1876, embora sem a notoriedade alcançada como escriptor, era natural de Monza, onde nascera em 1831, vindo a fallecer apoz uma agonia de 24 horas, nas suas propriedades de Santa Thereza de Riva, em Spezzia.

*

* *

Na madrugada de 28 de Agosto fallecia o compositor musical, e segundo mestre de capella da Sé Patriarchal de Lisboa, Augusto José de Carvalho.

Entre as suas obras destacavam-se: «missa de requiem», «Te-Deum» e um «Libera-me» este mandado escrever por el-rei D. Carlos e que constituia propriedade da casa real para execução exclusiva em ceremonias funebres por monarchas ou principes portuguezes.

Essa sentida partitura, synthese do temperamento artistico do auctor, valera-lhe o grau de cavalleiro da Ordem de S. Thiago.

Carvalho, não foi porém unicamente compositor de musica religiosa e assim auxiliou com os seus trechos vividos, scintillantes, os episodios das magicas do Oliveira das Magicas.

Foi além d'isso e durante 30 annos, director da orchestra do Theatro do Gymnasio. Na mestrança da capella, substituia-o, por proposta do cabido e despacho patriarchal datado do mez seguinte, o maestro e compositor de musica sacra, Fernando da Costa Pereira.

*

* *

Fallecia a 29, em Villa Nova da Cerveira, o visconde de Santo Antonio de Lourido, titulo porque trocára o nome de Francisco Sanches Pereira de Castro.

Tomou parte activa e preponderante nas festas do centenario da guerra peninsular, celebradas em Cerveira.

Tinha 55 annos de edade.

*

* *

No mesmo dia extinguia-se em Nova Gôa, o publicista José Maria do Carmo Nazareth.

Era redactor do periodico «O Oriente Portuguez», onde se evidenciou, além de escriptor distincto, um archeologo e numismata de valor.

*

* *

Na Africa Oriental portugueza prestava-se a 22 de Agosto singela homenagem aos mortos em combates onde a bandeira azul e branca servia de incentivo para a gloria. Um monumento se erguia em Coolella, tendo escripto no seu marmore:

«A's memorias dos soldados portuguezes que morreram no combate de Coolella.»

Identicos se inauguravam á memoria dos mortos de Marracuene e Magul.

Presidia ao acto, o então governador geral de Moçambique, Freire de Andrade, que tendo convidado os guerreiros de Gaza a comparecer, lhes assignalou a presença. O gentio entoou os seus cantos de guerra, e a ceremonia revestiu-se assim d'um caracter novo.

Por portaria provincial de 25 de Agosto fôram os monumentos incumbidos á guarda e conservação das respectivas auctoridades administrativas.

*

* *

Entretanto descobria-se na Argentina um trama revolucionario.

Os radicaes, mal esperançados nos futuros progressos da republica com Saenz Pena, teriam querido recorrer á expansão popular nas ruas, com o auxilio do exercito.

Nem tudo concordou e o presidente provisorio, soube coartar a bellicosa opinião dos radicaes, oppondo-lhes prevenções rigorosas das tropas.

Em bem terminaram assim as ameaças agitadoras.

*

* *

A despeito da romana intolerancia e talvez por isso, os incidentes surgiam, a cada passo, eivando de espinhos o solio pontifical e fazendo relembrar as doutrinas expostas em 1861, n'um

folheto do jesuita italiano, Carlo Passaglia, de que «o poder temporal do papa era apenas uma necessidade relativa para o pontificado», o que não obstára a que o concilio ecumenico de 1870, proclamasse a infallibilidade dos papas.

Pio X, desde a sua subida ao throno dos thronos, manifestára logo as suas preoccupações anti-modernistas. Como primeiro acto, submettia á censura do santo officio toda a vasta obra doutrinaria do abbade Loisy, e o tribunal, a breve trecho, lançava no Index, como reprobo, o nome do auctor do «Evangelho e Egreja». Seguindo no trabalho que o cardeal Sarto lhe commettera, e destinado a cercear a corrente catholica-modernista largamente desenvolvida no tempo de Leão XIII, a Congregação do Index dava como suspeitas todas as obras onde a palavra christã fôsse desviada do seu fim, ainda que ligeiramente e á condemnação, em 1906, da novella «O Santo», de Fugazzaro, seguia-se-lhe em 1907, o publicar da encyclica vaticanista «Pasciendi», base de perseguições e excommunhões que attingiram Loisy, de novo, e Tyrrel, Schnizler, Murry, Minochi. A actividade de Pio X, era grande, mas não conseguia arrancar as raizes da religião modernista, apesar do proprio convencimento de que a Providencia lhe confiára, impuzera e assegurára a missão de vencer a escola racionalista e os centros methodistas, ou fôssem, de maçons.

Pio X, assim, não hesitou mesmo em publicar a 8 de Setembro de 1910 um «motu-proprio» «sacrorum antistium» a declarar que todo o sacerdote que prestasse o juramento anti-modernista, ficaria como tendo renegado para sempre as doutrinas christãs sob qualquer apparencia nova ou velha, disfarçada ou patente. Determinava vigilancia sobre o clero joven para se preparar contra erros e estabelecia a formula do juramento de fidelidade á catholica doutrina.

Mas nem todos assignaram o solicitado juramento pontifical e um d'esses foi o provincial da Congregação dos Carmelitas de Havana, Frei Florencio do Menino Jesus, grande orador sagrado, redactor do «Diario da Marinha», que publicou no jornal «La Discusion» uma declaração de que apoz ter recusado satisfazer o juramento exigido aos sacerdotes por Pio X, contra

a philosophia moderna e os modernistas, se affirmava incluido n'esse numero, abandonando o catholicismo por ter perdido a fé.

O exemplo levou um sacerdote do gran-ducado de Baden, o professor Doening a proceder de egual fórma (Fevereiro de 1911) contra o juramento, augmentando a attitude com a declaração de que de futuro não mais reconheceria a auctoridade do Vaticano.

O modernismo accusou o cardeal Vives y Tuto, de collobo-rador nas doutrinas pontificaes, sem contestar porém ao Papa a prioridade do combate.

Outros processos haviam affirmado antes a lucta ao dogma novo.

Seguindo na sua orientação, sanccionava a portaria do arcebispado bahiano, que visava o professor cathedratico da faculdade de direito, dr. Almachio Diniz, sob previa consulta da Congregação do Index:

«Arcebispado da Bahia. — Dom Jeronymo Thomé da Silva, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostolica, Arcebispo Metropolitano de S. Salvador da Bahia e Primaz do Brazil, etc. — Tendo-nos sido apresentado um opusculo intitulado «A carne de Jesus», escripto por Almachio Diniz, editado em Lisbôa, na Livraria Central, de Gomes de Carvalho, e, como n'elle se encontrem horripilantes offensas á pureza e santidade infinita de Nosso Senhor Jesus Christo, Nós, em cumprimento dos nossos deveres como pastor das almas que nos fôram confiadas, havemos por bem declarar aos fieis, que lhes é absolutamente prohibida, sob pena de excomunhão, a leitura do mencionado opusculo. — Bahia, 21 de abril de 1910. — † Jeronymo, Arcebispo da Bahia.»

Ainda o Vaticano a 28 de Abril de 1910, excommungava o professor catholico Schwilyer, da Universidade de Munich, pela publicação de um folheto deffendendo Paulo de Kock.

Por seu lado, o bispo de Macau, D. João Paulino de Azevedo e Castro, vergado ao peso dos annos, publicava em Setembro de 1910, uma carta pastoral «dedicada aos carissimos cooperadores e filhos em Jesus Christo,» onde abordava nos seguintes trechos os livros modernistas:

«Quantas calumnias, com effeito, se escreveram para denegrir a reputação e enfraquecer a auctoridade da Cadeira de S. Pedro, não escapando ainda os mais benemeritos e santos varões que n'ella se assentaram! Mas, bemdito seja Deus! o facto de ter havido alguns Papas que se esqueceram da sua augusta missão, nada prova contra a origem divina da Egreja e da religião que lhe está confiada, antes é prova evidente de que ella é realmente divina porque, se o não fôra, a maldade humana tel-a-hia completamente destruido. Ella é um thesouro adquirido por preço infinito (*), recolhido em vaso quebradiço, mas que nada perde do seu valor para que «resplandeça a sublimidade da virtude de Deus, e não de nós» (**). Por outro lado, a critica desapaixonada e imparcial feita pelos historiadores mais insuspeitos, tem derramado luz sobre os factos e as pessoas, condemnando como falsificadores da historia, os calumniadores do pontificado romano, deixando vêr aureoladas de gloria as frontes d'um grandissimo numero de Papas e desafrontada a memoria dos calumniados (***)!

«Depois de desacreditado e de desprestigiado o padre, o ministro da religião, aborda-se a profissão do erro, fazendo-se reclamo do mau livro em que se negam os dogmas da religião, sem poupar a personalidade historica do seu divino Fundador, centro d'attracção para onde convergem todas as intelligencias cultas, fundamento inabalavel em que assenta a fé de vinte seculos, fonte inexhaurivel para onde correm todas as almas sedentas, oasis deliciosissimo aonde buscam suavidade e conforto todos os corações angustiados!

«Chegados aqui, cresce a audacia, desapparecendo todos os receios de se entrar n'uma propaganda aberta e porfiada do erro contra as verdades da religião, negando-se por conta propria, os seus dogmas, desprestigiando-se os divinos sacramentos, mofando-se das suas mais augustas e santas praticas, cobrindo se de vilipendio todo aquelle que se atreva a fazer a sua profissão de crente!

(*) Act. XX, 28. (Nota Pastoral).
(**) 2ª. Cor. IV, 7. (Nota Pastoral).
(***) Hurter, «O Papa Innocencio III», e outros. (Nota Pastoral).

«Contando se com a impunidade perante leis reputadas caducas, com a indifferença d'uns e com a pouca instrucção do maior numero, que os inhibem de reagir corajosa e triumphantemente contra tamanho ousio, propina-se o veneno em dóses taes, que quasi já não ha forças para resistir. O resultado é succumbirem na lucta, deixando-se arrastar pelas vias tortuosas da duvida, até cairem no marasmo da indifferença e no barathro do erro, ainda aquelles que pareciam os mais fortes e mais prevenidos para o combate!

«Tal é, caros Cooperadores e filhos, a historia do affrouxamento da fé, do alastramento da indifferença, do avassalamento das intelligencias pelo erro e pela heresia, do entibiamento das vontades pelo respeito humano, da relaxação dos costumes, e da escravisação dos individuos, das familias e das sociedades, pelos vicios mais degradantes!

«O que produz na ordem physica uma substancia toxica propinada, em minimas dózes successivas, a um individuo e ás pessoas d'uma familia, ou um fóco de infecção no centro d'um povoado, actuando persistentemente nos organismos — o seu enfraquecimento, definhamento e morte, — tal é na ordem intellectual e moral, a influencia deleteria das más leituras, — a viciação do ambiente em que a alma vive, que lhe enfraquece todas as energias, a ponto de lhe fazer acceitar como extreme e sã doutrina todos os erros e falsas maximas, e de se deixar prostituir da depravação dos costumes, que, dia a dia, parece ganhar fóros de cidade. E isto é constituil-a n'um estado de morte para a verdade, para o bem, para a virtude e para tudo o que é digno da estima e applauso das pessoas honestas, e meritorio de eternas recompensas!

«Especialmente a todos os membros do nosso amado clero recommendamos a exacta observancia das leis da Egreja, no que respeita á leitura de livros e jornaes em que seja atacada a religião, salvo o caso de competente dispensa.

«E expressamente prohibimos, pela auctoridado de que estamos revestidos concorram por qualquer modo que seja — directa ou indirectamente, por meio de assignatura ou de subsidio, ostentosa ou encobertamente, publicando n'elles quaesquer arti-

gos, doutrinaes ou de informação, salvo o caso de grande necessidade, embora não assignem o seu nome com pseudonymo, ou interponham outrem para publicar como cousa sua, prohibimos concorram para que essas publicações se mantenham e logrem acceitação entre os fieis, que nós, membros da Egreja dirigente, temos obrigação de instruir e edificar com o nosso exemplo. E sobre isto oneramos ás suas consciencias, e os fazemos responsaveis perante Nosso Senhor que a todos nos ha de julgar.»

Era de ponderar, para os espiritos altamente impregnados do mysticismo, o documento episcopal. Comtudo, como que para dar a entender, que tinha limites o anathema aos livros anti-religiosos, o proprio bispo de Macau, salientava a existencia d'uma porta falsa, n'esse caso, a competente dispensa, sob provavel clausula monetaria.

A lucta contra o modernismo seguia pois intensa e assim, chegava-se a annunciar, intenções em que Pio X recuou, que ia ser imposto ao clero a negativa de sepultura em sagrado a quantos se não tivessem confessado e communungado pela Paschoa e não tivessem mostrado arrependimento na hora extrema. Contrariamente se fez aviso de que a Congregação dos Sacramentos (4 de Setembro) preparava um decreto auctorisando os sacerdotes a tomar ligeiro almoço, 3 ou 4 horas antes das ceremonias lithurgicas.

Mas a doutrina contraria aos dogmas vaticanistas, renascia mais a esses ataques e o syndico Natham, proferia em Roma a 20 de Setembro de 1910, um discurso sobre a theoria antiga e moderna, expondo-a nos seus erros. Em carta ao cardeal-vigario expoz logo o Papa a gravidade do assumpto. Natham, vinha á imprensa declarar não ter faltado ao respeito devido á religião, mas que se transgredira algum preceito de lei, estava prompto a comparecer nos tribunaes, affirmando-se ainda convencido de que Deus não precisava de intermediarios.

A's camaras italianas vinha o incidente, chegando o senador e antigo presidente do conselho, Pelloux, a interpellar o governo sobre a applicação da lei que punia as injurias dirigidas ao Papa.

O Quirinal, diz-se que interveiu e o debate caiu, cedendo

o passo a outro nascido da publicação no «Osservatore Romano» de 29 de Setembro, de um protesto do bispo de Nice, monsenhor Chapon, contra o «Figaro», que inserira uma carta confidencial pelo bispo remettida ao arcebispo de Leão e onde se criticava o decreto fixador da edade para a primeira communhão. O facto impressionou mal o Vaticano, e d'ahi veiu uma nota de censura ao bispo de Nice, como inconsciente propagandista das doutrinas condemnadas.

Foi entre outros estes incidentes, que surgiu um de não menos importancia.

Teve a França o seu quinhão na habitual intolerancia, com que o summo pontifice, julgava, falsamente, reconquistar o terreno pouco a pouco perdido.

Chrismada ficou a nova questão com o nome de «Sillon» Creara o francez Marc Saugnier, a religião moderna de Sillon, ou fôsse uma democracia a dentro da theocracia, que pretendia ao mesmo tempo contrariar o anti-clericalismo dos radicaes e obviar aos avanços do clericalismo cego dos reaccionarios. Perfeita revolução no meio sacerdotal logrou fazer o projecto, que Saugnier fez propagar com o auxilio da Revista Sillon, fundada em 1902, apoz o abandono do serviço do exercito.

Vendo tomar raizes a propaganda, e ateadas as primeiras discordias pelo alto clero, Pio X, punha em pratica as suas de ha muito sabidas tendencias contra o silonismo e principiou por o repudiar como doutrina herectica, a despeito de Saugnier, apresentando feição dupla, publicar novo Jornal «Le Democratic», que brigava com as opiniões n'elle escriptas: reaccionarias e tendenciosas. Mal acceite pelos silonistas, o Papa seguia com a campanha, dirigindo (fim de Agosto de 1910) ao episcopado francez uma carta reprovando o conjuncto de doutrinas do grupo catholico, arguindo-o de enfeudar a religião a um partido e de produzir agitação proveitosa aos socialistas.

Fallava assim o Santo Padre aos seus representantes na França:

. . . .

«Em primeiro logar convem notar severamente a pretenção do «Sillon» de se subtrahir á direcção da auctoridade ecclesias-

tica. Os chefes do «Sillon», effectivamente, allegam que evolucionam sobre um terreno que não é o da Egreja; que os interesses que teem em vista são de ordem temporal, não de ordem espiritual; que o «sillonista» é muito simplesmente um catholico consagrado á causa das classes trabalhadoras, ás obras democraticas, haurindo nas praticas da sua fé a energia da sua abnegação; que do mesmo modo que os artistas, lavradores, economistas e politicos catholicos, elle permanece submettido ás regras da moral communs a todos, sem depender, especialmente, assim como elles, da auctoridade ecclesiastica. A resposta a estes subterfugios é demasiado facil. A quem se fará acreditar, com effeito, que os «sillonistas» catholicos, que os padres e os seminaristas que militam nas suas fileiras não teem em vista na sua actividade social senão os interesses temporaes das classes operarias? Sustentar isto seria, pensamos nós, fazer-lhes uma injuria. A verdade é que os chefes do «Sillon» se proclamam idealistas irreductiveis; pretendem levantar as classes trabalhadoras elevando primeiro a consciencia humana; teem uma doutrina social e principios philosophicos e religiosos para reconstituir a sociedade sobre um plano novo; teem um conceito especial da dignidade humana, da liberdade, da justiça e da fraternidade, e, para justificarem os seus sonhos sociaes, soccorrem-se do Evangelho, interpretado á sua maneira, e, o que é ainda mais grave, de um Christo desfigurado e minusculo. Além d'isto, estas ideas ensinam-nas nos seus circulos de estudo, inculcam-nas aos seus companheiros e infundem-nas nas suas obras. São, portanto, verdadeiramente professores de moral social, civica e religiosa, e, sejam quaes fôrem as modificações que possam introduzir no movimento da organisação «sillonista», nós temos o direito de dizer que o fim do «Sillon», o seu caracter, a sua acção, attingem o dominio moral, que é o dominio proprio da Egreja, e que por consequencia os «sillonistas» se illudem quando julgam evolucionar n'um terreno em cujos confins expiram os direitos do poder doutrinario e directivo da actividade ecclesiastica.

«Se as doutrinas fôssem isentas do erro teria já sido uma falta muito grave á disciplina catholica subtrahirem-se obstinadamente á direcção d'aquelles que receberam do céo a missão

de guiar os individuos e as sociedades pelo caminho recto da verdade e do bem. O mal, comtudo, é mais profundo, como já dissemos: o «Sillon», arrebatado por um improprio amôr dos

Nicolau I — Rei do Montenegro

fracos, caiu em erro. O «Sillon» propõe-se, de facto, a promover o levantamento e a regeneração das classes operarias. Ora os principios da doutrina catholica, n'esta materia, estão fixados, e

ahi está a historia da civilisação christã a attestar a sua benefica fecundidade. O nosso predecessor de feliz memoria recordou-os em paginas magistraes, que os catholicos entregues ás questões sociaes devem estudar e ter sempre deante dos olhos. Elle ensina principalmente que a democracia christã deve manter a diversidade de classes que é certamente propria da sociedade bem constituida, e querer para a sociedade humana a fórma e o caracter que Deus, seu auctor, lhe imprimiu. Condemnou tambem «uma certa democracia que chega á perversidade de attribuir na sociedade a soberania ao povo e de defender a suppressão e o nivelamento de classes.»

«Ao mesmo tempo, Leão XIII impunha aos catholicos um programma de acção, o unico capaz de repôr e manter a sociedade nas suas seculares bases christãs. E que fizeram os chefes do Sillon? Não só adoptaram um programma e um ensino differente do de Leão XIII (o que seria singularmente audacioso da parte de leigos, que assim pretenderiam, em concorrencia com o Soberano Pontifice, assumir o papel de directores da actividade social na Egreja); mas até repelliram abertamente o programma traçado por Leão XIII, adoptando outro diametralmente opposto. Além d'isso, regeitam a doutrina recordada por Leão XIII sobre os principios essenciaes da sociedade; collocam a auctoridade no povo ou quasi a supprimem e tomam como ideal supremo a tarefa de realisar o nivelamento de classes. Elles vão portanto, ao arrepio da doutrina catholica, para um ideal condemnado. Sabemos bem que se vangloriam de altear a dignidade humana e a condição assaz desprezada das classes laboriosas, de tornar justas e perfeitas as leis do trabalho e as relações entre o capital e os salariados, emfim, de fazer reinar sobre a terra uma justiça melhor e uma caridade mais intensa, e, por movimentos sociaes profundos e fecundos, de promover na humanidade um progresso inesperado. E não censuramos em verdade esses esforços que, sob todos os respeitos, seriam excellentes se os «sillonistas» se não esquecessem de que o progresso d'um ser consiste em fortificar as suas faculdades naturaes por energias novas e em facilitar o exercicio de sua actividade, no meio em que vive, de harmonia com as leis da sua constituição

e nunca, aggravando os seus orgãos essenciaes, destruindo o meio da sua actividade, e levando d'esse modo o ser não para o progresso mas para a morte. E' isso, comtudo, o que elles pretendem fazer da sociedade humana; o seu sonho é modificar-lhe as bases naturaes e tradicionaes promettendo uma sociedade futura edificada sobre outros principios que se atrevem a declarar mais fecundos, mais beneficos que os principios em que assenta a actual sociedade christã.

«Não, Veneraveis Irmãos, n'estes tempos de anarchia social e intellectual, em que todos se apresentam como doutores e legisladores, devemos lembrar energicamente que a sociedade não póde ser edificada de modo differente por que Deus a edificou; não se poderá construir a sociedade se a Egreja não lançar as bases e não dirigir os trabalhos; não, a civilisação não se vae agora inventar, nem a nova sociedade póde ser edificada nas nuvens. Já existiu e existe; é a civilisação christã, é a sociedade catholica. Apenas se trata de a instaurar e restaurar constantemente nos seus fundamentos naturaes e divinos contra os ataques sempre crescentes da utopia maligna, da revolta e da impiedade: «Omnia instaurare in Christo».»

. . . .

Assim condemnava Pio X o beneficio dos povos, a sua emancipação social, ainda que ella fôsse norteada pelos preceitos religiosos, banindo os do fanatismo, o fanatismo que a velha theocracia preferia.

Mostrando o desagrado aos sillonistas, pedia-lhes o desmembramento, sob conselho ainda de se acolherem á chefia dos bispos respectivos, sob o titulo, de benevolencia, de sillonistas catholicos.

Proclamada foi a notavel carta pontifical como a mais importante depois do «Sillabus» e o alto episcopado, manobrando, conseguia trazer ao aprisco o rebanho fugidio.

Saugnier recorria á «Patrie» para o publico reflexo da sua submissão e elle, o creador altivo do «Sillon», declarava ali em 30 de Agosto, o seu abater de bandeiras ante a ordem de Pio X, visto querer continuar a ser christão, e aconselhando os sillonistas a dispersar das hostes reprobas para se enfileirarem nas do palacio de S. Pedro.

Roma venceu d'essa vez e da questão só ficou como documento perduravel e altamente historico, a celebre missiva aos bispos francezes.

Isso não obstou a novos ataques, salientando-se (*) o de Maximiliano de Saxe, ex-professor de direito lithurgico e canonico na Universidade de Friburgo, que publicava um artigo intitulado «Pensamento sobre a questão da união das egrejas», onde dizia que, sob o pretexto da união, a egreja romana se extorçava por impôr ás egrejas orientaes uma submissão completa. Attribuia a responsabilidade do «schisma», em grande parte, a Leão XIII e não admittia a imposição aos orientaes, a pretexto de não conhecerem as doutrinas do Espirito Santo, da Immaculada Conceição e da infallibilidade papal.

Quiz logo Pio X, obter a retirada do artigo, mas sem que bom resultado obtivesse. D'ali começou a frieza de relações entre os cardeaes, indo a culpa certa de todos os acontecimentos á politica exaltada, sem a linha, de Merry, politica que melhor cabia nas attribuições diplomaticas de Rampolla. Pio X começou a vêr os erros da tactica de Del Val, e procurou emendal-os e a seu tempo veremos reapparecer a politica vaticanista, quando da questão religiosa em Portugal e Hespanha.

*

* *

Emergindo sempre da sua pequenez territorial, o Montenegro, queria logar mais de destaque no internacionalismo.

Já o possuia como amigo dedicado do seu povo, indo diariamente, escutar-lhe as queixas sentado nos degraus da porta do palacio, rodeado de castanheiros sombrios, estendendo sob a terra as raizes seculares.

Já o obtivera pela grandeza trazida ao Montenegro rasgando-lhe veos que encobriam os segredos do progresso.

Já o tinha como luctador, deffendendo palmo a palmo o solo patrio, já quando elle foi ameaçado pelos turcos de Omer

(*) Dezembro de 1910.

Pachá, em 1862, até á batalha homerica de 1877, em que os cavalleiros do Crescente viram de novo que os montenegrinos eram mais difficeis de vencer do que a Servia, opprimida já pelo jugo dos guerreiros da Turquia.

Orientado pela alta diplomacia do principe Nicolau Petrovitch Niegoch, feld-marechal do exercito russo, timoneiro sabio para os escolhos da eterna questão dos Balkans, agitada pela Turquia, pela Austria e pela Servia,—auxiliado pela agudeza de espirito da princeza Milena Vucotitch, o Montenegro prosperava, retendo como tradicção a dynastia dos Petrowich, iniciada em 1696 com Danilo, o assassinado tio do principe Nicolau, a quem deu a successão como soberano da «Montanha Negra», a «Tcherna-gora» d'esse punhado de montanhezes, sem instrucção superior, mas com o patriotismo na alma, a crença no coração e o amor ao trabalho por lemma capital.

Se Danilo vencia os preconceitos religiosos, para, abdicando da sua qualidade de chefe do estado e da egreja montenegrina, compartilhar o throno com uma mulher que d'isso julgou digna, Nicolau proclamado reinante em 14 de Agosto de 1860, vencendo os preconceitos modestos que haviam collocado o principado em logar infimo, valia-se da sua diplomacia e obtinha as attenções da Europa, fazendo-lhes vêr o seu papel grande, como paiz encravado entre a Servia, a Hersegovina, a Albania e a Dalmacia.

A Russia annotou ali um novo baluarte da influencia slava, importante para a defeza do Adriatico; a Austria viu o Montenegro como que representando um obstaculo invencivel para o avanço territorial da Servia; a Italia via um reducto inexpugnavel á invasão austriaca, a Bulgaria um auxiliar autonomo.

Depois da diplomacia estrategica, a diplomacia familiar e ligou-se á Europa, pelo casamento das filhas, princeza Mihtza, com o grão-duque Pedro da Russia; a princeza Anastacia, com o grão-duque Nicolau, da Russia; a princeza Heléna em 24 de Outubro de 1896 com o rei Victor Manuel III, de Italia e dos filhos, principe herdeiro Danilo com a duqueza Militza de Mecklemburgo, e principe Mirko, com a gran-duqueza Nathalia da Russia. Esperanças mantinha egualmente, para continuador

da sua obra internacional, no principe Alexandre, nascido em Cettigne a 17 de Junho de 1871.

Assim se consagrou um paiz pequeno, mas com os seus 250:000 habitantes promptos sempre a redarguir energicos a qualquer tentativa contra as suas 363 milhas quadradas de montanhas.

Nicolau, tentou e conseguiu primeiro, o estabelecimento do regimen parlamentar (1906) e d'ahi, a lei do paiz (1908). Organisou um exercito, com 30:000 homens em tempo de paz e 0:000 em tempo de guerra, além dos voluntarios.

Mais poderoso o principado, trouxe a cubiça e d'ahi o attentado de 27 de Setembro de 1909, pelo tenente Vassoiewich, que pretendeu convencer um troço de soldados para tentativa tendente a absorver uma parte do territorio, mallogrando-se o plano pela fidelidade dos montenegrinos, que, só intimaram o tenente rebelde ao refugio na Albania.

Querendo elevar mais ainda a sua terra ao nivel que sonhára, o principe quiz ser rei e a Russia, ligada a elle, por laços de familia, deu a nota curiosa de offerecer a corôa real ao sobrinho de Danilo.

Nicolau II coroaria Nicolau I.

Cettigne, a rustica capital montenegrina engalanou-se para o acto solemne, que egualmente commemorava o 50.º anniversario da soberania do habil chefe do estado.

A 28 de Agosto celebrava o Montenegro a sua constituição como reino, approvando-se no dia seguinte na Skupchtina a moção devida, pela qual o principe passaria a «Nicolau I, rei», sob a sancção dos soberanos d'Italia, Bulgaria e Servia e representantes officiaes da Russia e Allemanha. O Montenegro passava a ter o titulo local, de «La Zéta» do nome de berço do principado e da familia Danilo.

Pedro I, da Servia, nomeava o rei Nicolau general honorario do exercito servio, o principe herdeiro Danilo coronel honorario de infantaria, e o principe Mirko tenente honorario de artilharia.

Deixando o Montenegro em festa, quizeram os anarchistas enlutar a Italia e para o regresso de Victor Manuel III, prepa-

rava-se em Clivio um attentado, pelos libertarios expulsos da Argentina, o italiano Vardenzio e o russo Romanoff, já accusados de celebre crime do theatro Colon, em Buenos Ayres.

A tempo se descobria o trama, em que Ramanoff desempenharia papel principal.

Quanto a Pedro I, depois de se sujeitar á critica como diplomata, que foi favoravel, quiz-se sujeitar á critica como dramaturgo, fazendo subir á scena (*) no theatro Nacional de Wagram a tragedia « A Imperatriz dos Balkans».

A critica achou-lhe imperfeições, o que, para um soberano, era dizer muito. D'ahi se concluiu que o novo rei, mais talhado nascera para a politica internacional do que para as lettras.

Mas devia consolar-se com o saber de que aos reis quasi sempre succede isso...

Mal iniciado o reinado, teve logo como principal receio, o recrudescer da campanha turco-albaneza, começada em Abril de 1910, a pretexto de excesso de impostos a cobrar pela Turquia.

Vieram ás mãos os litigantes, em combates sangrentos, em que os albanezes incendiavam Diakove (4 de Maio). Mahmoud Cgefket, cercava os desfiladeiros de Tchernalone, onde estavam os chefes albanezes e á situação poz termo um apaziguar de animos.

Quasi apoz a proclamação do novo reino montenegro as dissensões reaccenderam-se levando os albanezes ao refugio no Montenegro, que logo teve a má vontade da Turquia. (Julho 1911).

Preparou-se Nicolau para a guerra, concentrando forças na fronteira, mas a Europa intervinha e a diplomacia obtinha, quando o Montenegro celebrava o seu primeiro anno como reino, que a Turquia desse aos malissores, e a todos os de Albania, garantias das liberdades civis, das escolas e da lingua albanezas, e direito de porte de arma.

Novos guerreiros passos estavam destinados ao Montenegro e assim, a seu tempo o veremos (8 de Outubro de 1912) ser

---

(*) 1 de Novembro de 1910.

o primeiro a declarar guerra á Turquia, arrastando a ella todos os Balkans e trazendo aos ottomanos, derrotas successivas.

*

* *

A politica internacional agitava-se entretanto com novo acontecimento.

De ha muito era elle previsto e não renegava as intenções o seu principal factor: o Japão.

Comtudo, sobresaltou-se a Europa, ao ser-lhe notificado o facto irremediavel da annexação da Coréa ao imperio japonez.

A Coréa estava fatalmente condemnada, por desgoverno proprio, a cair sob o completo jugo japonez.

Abrangendo uma superficie de cerca de 86:000 milhas quadradas, com o numero approximado de 10 milhões de habitantes, ao passo que tendo de receita mais do que despeza, deixava elevar consideravelmente a divida, 38.870:973 yens, offerecia os pulsos ás algemas, confiando, — a despeito de ter sido a primeira potencia que se armou com couraçados — a defeza militar ao Japão, que a garantia com 8:000 homens, além dos 100:000 japonezes ali residentes, numero inferior á China, que possuiam n'aquelles territorios 3661 naturaes.

Tendo o Celeste Imperio renunciado pelo tratado de Shimonoski, de 1895, a estender as garras sobre esse pequeno povo, livre dos chamados preconceitos patrioticos e brio proprio, obteve o Japão, cautelloso nos seus passos avassalladores, que a Russia, pelo tratado de 1905, se abstivesse de intervir em assumptos nippo-coreanos.

Só em campo e manobrando em terreno desconhecedor de doutrinas autonomas, viu com prazer entregar-se-lhe a Coréa, por convenção de 1907, ao seu protectorado e depois, em 1909, mettendo-se de permeio a abdicação do imperador, confiar-lhe a administração da justiça.

Em Julho de 1910, o ministro da guerra do Japão, Terautszi, affirmava já publicamente que convinha introduzir modifi-

cações radicaes no governo da Coréa, accentuando que a politica japoneza não seria ali praticada com manopla ferrea.

Foi o primeiro passo. Depois, o Japão obtinha da Russia a acquiescencia, o desprendimento do acto annexador, em troca de garantia formal dos direitos russos na Mandchuria do Norte, ou fôsse o assegurar do celebre tratado russo-nipponico onde essas nações se estabeleciam alliança no desenvolvimento e melhoramento das linhas ferreas mandchurianas e na manutenção do «statu-quo» entre a Russia, Japão e China.

Rasgado o caminho avassallador, a obra completava-se (Agosto 1910) sob as vistas neutraes dos representantes da Allemanha, Inglaterra, França, Russia, Italia, Belgica, Hollanda e Estados Unidos, affirmando estes ultimos que a acção representava para elles mais vantagens do que inconvenientes.

A 17 de Agosto, ultimava o Japão para tal fim as negociações finaes, e a 22 expedia elle de Tokio á Allemanha o «boato» de que effectuára o ligamento, na realidade levado a cabo n'essa data.

Ante a semi-indifferença, procedia energico e usurpador, communicando em nota official ás potencias, datada de 26 de Agosto, o texto da convenção annexadora, que tivera assignatura em 22.

Depois, trinta e seis horas decorridas, a 29, proclamava-se em Tokio a annexação nippo-coreana, emquanto o imperador da Coréa, renegando a autocracia do Japão, abdicava, não sem promulgar editos onde declarava que não tendo fôrça para resolver as precisas medidas governativas considerava opportuna a entrega do cargo a outra entidade mais poderosa.

Se o golpe imprevisto da Austria com relação á Bosnia e Hersegovina, fez ruido e ergueu alarmes, a medida japoneza não teve repercussão retumbante na Europa, talvez por applicar ao imperador Yi-Syek, nascido em 1874, a doutrina de que bem merecia a abdicação em virtude de, por egual pacto, ter succedido a seu pae, em 1907, como 55.º soberano da dynastia coreana começada em 1392.

Extranhou-se a indifferença da Russia, da Belgica e da Austria, mas ambos se preoccupavam, de momento, comsigo mesmas.

A Austria, recebendo dias depois do anniversario de Francisco José e por mão do marquez de San Giuliano, ministro dos negocios estrangeiros de Victor Manuel, uma carta d'este affirmando amisade ao imperio e seguindo ainda com particular desvanecimento a troca de saudações em Salzburgo, a 30 d'Agosto entre San Giuliano e o conde Aerenthal, presidente do conselho austriaco onde se ratificava a manutenção da paz e do «statu-quo» nas agitadas questões balkanicas, que tiveram como ultimo incidente d'esse fim do anno, a elevação a reino do principado montenegrino.

A Russia, por seu lado, seguia a viagem do czar por terras allemãs, tendo chegado a Friedlerg a 30 d'esse mez, não sem os protestos dos socialistas germanicos contra a visita de Nicolau II, o feroz czar, chamado.

A Belgica, acompanhava «in mente», a viagem dos seus soberanos, á Baviéra.

Outras preoccupações tinham pois, quando surgiu o incidente, como que aproveitando essa attenção particular.

Se o povo coreano viu sem lagrimas, essa quebra de independencia, longe, bem longe, alguem sentiu dolorosamente, a entrega voluntaria da Coréa que em 1592 resistiu heroica á invasão japoneza. O principe Chin Pomme Yi, primo do imperador da Coréa, emigrára para a Russia, apoz a guerra russo-japoneza. Em S. Petersburgo recebia a nova fatal da annexação e não lhe querendo sobreviver, suicidava-se (27 de Janeiro de 1911)

Pouco tempo decorrido (9 de Março de 1911) e quando esse cadaver apontava á Coréa, para todo o sempre, o horror d'uma situação deprimente d'um povo sem vontade propria, era votado na camara de Tokio a lei de annexação, producto certo da revolução anti-dynastica de 8 de Dezembro de 1906.

Assim acabou o imperio coreano e a independencia d'uma nação.

Rude lição devia colher do facto a Europa.

Um povo inconsciente e sem a sã convicção da sua liberdade individual, é o joguete irrisorio da reacção dos poderosos e dos dotados de astucia.

E' certo que Portugal, não tinha nem tem o dom fatal da indifferença propria, mas as lições da historia do passado devem chocar-se com as da historia do presente, para que a sua ignorancia não sirva de camartello ao pedestal das suas ambições justas.

A Coréa foi o exemplo vivo do fim d'um povo inactivo, se bem que illustrado; do fim d'uma ala de guerreiros immolados ante a noção prejudicial de que por extorço proprio ninguem caminha; do fim dos avassallados pela crença de que só o impulso de outrem é a base inicial do progresso, da vida e do soerguer d'uma nação.

A derrocada deu-lhes a lição pratica do resultado das das inercias.

Que d'ella e d'ellas tujam todos quantos folheiam as historicas paginas, ensinamento, em factos veridicos, dos males que agitando um reino ou um imperio, podem sepultar uma nacionalidade.

*

* *

Apoucadas as forças materiaes maritimas, ainda novo córte soffriam na madrugada de 27 de Agosto.

Em hora má resolvera o governo, levado pelos seus constantes receios sobre a attitude da marinha de guerra, a saída a 19, da canhoneira «Tejo», para um affastamento, disfarçado com a necessidade de experiencias de resistencia de machina.

Fundeada a oeste da Torre de Belem, saiu, com rumo norte ás 8 horas da noite de 26, navegando com a velocidade de 11 milhas á hora.

O nevoeiro impediu as manobras e o governo ia ter a paga dos seus temores. Um choque imprevisto abalou a «Tejo»: a prôa esbatera-se de encontro ao Serro da Velha, pedra existente a 500 milhas leste da Berlenga Grande.

Estava inutilisada a canhoneira, cuja prôa ficava apenas segura pela antepara de vante da casa das caldeiras.

Inquietou-se a marinhagem e tratou de procurar menor perigo com o auxilio da tripulação do «Machado II».

Os trabalhos de salvamento deram o conhecimento do valor d'esse vaso de guerra, construido no arsenal de marinha sob a direcção do engenheiro francez Croneau, e lançada ao mar em 1901, sob o distinctivo de G. Q. F. M. do codigo internacional de signaes e as pomposas caracteristicas de: deslocamento, 536 tonelladas; material, aço nickelado; comprimento, 70 metros; bocca, 7 metros; immersão, 1,85 á prôa, e 3,15 á pôpa; machinas, 7000 cavallos; helices, duas; velocidade, 25 milhas por hora. A «Tejo», fragil, tinha pouca resistencia na chapa de ferro do revestimento. Tentada a amarração partia-se, de subito, o cabeço a que o virador estava amarrado. A peça, que devia offerecer resistencia, era ôca! Colhido o virador, era amarrado a outro cabeço, que cedia, como o primeiro e por identica causa! Só o cabo ligado ao cone de uma peça de 10 deu o necessario appoio de reboque, pelo «Machado II», comboiado pelo «Berrio» e «Lidador», que trouxeram a misera canhoneira até á hospitalisação da ponte do arsenal de marinha.

Commandava a «Tejo», o capitão-tenente Guilherme Ivens Ferraz, que só na ultima, com o immediato, 1.º tenente, Filippe de Paiva, abandonavam esse bello attestado da situação naval portugueza nos fins do anno de 1910, e quando a Europa inteira, a America e os mais modestos paizes, reorganisavam os serviços da marinha de guerra.

Era do caso lavrado auto pelo capitão de fragata Pacheco Pereira e mezes depois submettido a julgamento (9 de Novembro de 1910) do conselho de guerra, o capitão Ivens Ferraz era absolvido e restituido, com justiça, ao goso dos seus direitos.

*

* *

Questões locaes envolviam a 29 de Agosto, em conflicto sangrento, as povoações de Nabo, Arco, Freixial e Samões, do concelho de Villa Flôr.

Intervieram na contenda as auctoridades que instauraram

processos a varias cabeças do motim, sob a accusação de ferimentos graves.

*

* *

Finava-se entretanto em Lisboa, o general de engenharia, reformado, Junio J. Bettencourt Rodrigo.

Exercera diversas e importantes commissões de serviço militar, mas salientou-se mais como mathematico, e inventor, ligando o nome á creação, entre outros instrumentos de precisão, de uma atidade e um tachymetro, preciosos auxiliares para trabalhos topographicos, além de um grande numero de motores hydraulicos destinados a aproveitamento de correntes de pequeno potencial.

Não o deixou a morte concluir o novo invento de um motor do genero applicavel ás necessidades da industria caseira, da qual deixou os esboços, faltando apenas a memoria descriptiva.

Junio Bettencourt pertencia, merecidamente, á secção de mathematica da Academia Real de Sciencias.

*

* *

Fallecia a 27, um vulto notavel da alta magistratura portugueza: o conselheiro José Ferraz Tavares de Pontes, juiz aposentado do Supremo Tribunal de Justiça. Tinha 90 annos de edade.

*

* *

O final do mez de agosto novas perdas trouxe para as lettras francezas e brazileiras e para a arte dramatica do Brazil.

Assim, a 30, extinguia-se em Paris, Alberto Vandal, que brilhantemente affirmára os seus dotes de escriptor em diversas

obras, notabilisando-se pela segurança dos seus dados historicos pacientemente rebuscados e pela firmeza das suas conclusões.

Começando pelo livro descriptivo d'uma viagem, «Atravez da Suecia e da Noruega» (1876), breve apresentava trabalhos de maior folego, como «Luiz XV e Isabel de Russiel» (1882) «Pachá Bonnevel» (1885); «Embaixada franceza no oriente», (1887) onde relatava a missão do marquez de Villeneuve no reinado de Luiz XV; «Napoleão e Alexandre I» (bello estudo sob a alliança franco-russa e que lhe facultou o premio Gobert, além da entrada na Academia Franceza em 1897); «Viagens do marquez de «Nointel» (1901) «O fim de Bonaparte» (1902). Succedeu como professor de historia diplomatica na Escola de Sciencias Politicas a Alberto Sovel fallecido em 1906.

No Rio de Janeiro desapparecia do numero dos vivos o actor Luiz Carlos Amado, que teve sua corôa de gloria artistica na interpretação da celebre oratoria de Braz Martins, «Santo Antonio». Cego desde 1895, só relembrava as noites felizes da sua carreira theatral, vindo a fallecer, apesar de desgostoso, aos 83 annos.

O jornalismo e a litteratura brazileira, estavam então já de luto.

Apoz rudes horas de soffrimento, deixava a existencia um dos vultos femininos mais notaveis da republica: a grande escriptora fluminense, «Carmen Dolores», ou, segundo o seu verdadeiro nome, Emilia Moncorvo Bandeira de Mello.

N'um meio grato, e cheia de vontade, quiz buscar nas lettras o preciso para a sua manutenção.

Quando todos baqueiam n'essa vida escassa em verdades monetarias, Carmen lograva levar de vencida os obstaculos, e chronista, contista, novellista, escriptora theatral e conferenciadora, attingiu o fim desejado, tendo como principal campo de acção, o jornal «O Paiz», onde a sua penna traçou em secção intitulada «A Semana», trechos vigorosos e ao mesmo tempo eivados d'esse encanto e graça, apanagio da litteratura feminina.

Psychologa, demonstrou o seu estudo, no romance «A Lucta», em folhetins publicados no «Jornal do Commercio», do Rio de Janeiro e que, ao morrer deixou a imprimir em Paris, e

no livro, que deixou a imprimir no Porto, «Ao esvoaçar da ideia».

Impressas estavam tambem duas conferencias effectuadas no Instituto Nacional de Musica sob os themas «A Sociedade» e «Cidade e Campo» e os volumes «Um drama na Roça» «Lendas brazileiras» e Alma complexa».

No Theatro da Exposição fez representar a peça n'um acto «O desencontro» e deixou dois actos de nova producção theatral «A hora perdida».

Carmen Dolores nascera no Rio de Janeiro a 11 de Março de 1852 e era filha do dr. Carlos Honorio de Figueiredo e de D. Emilia Dulce Moncorvo de Figueiredo, sendo viuva do dr. Jeronymo Bandeira de Mello.

O que foi Carmen Dolores, disse-o Coelho Netto, o poeta fluminense, á beira do tumulo onde baixou essa gloria brazileira:

«Muito eu diria da finada se a palavra me não viesse tão difficil, como a tirar-me o coração á bocca, porque muito a estimei, medindo a amizade pela admiração que me inspirava o seu talento viril, a serviço de uma vontade que se bateu com a morte, galvanizando um cadaver durante mezes á mesa de trabalho. Era uma scena verdadeiramente macabra, como as que idéou Holbein, a que nos dava a escriptora, no seu leito, escrevendo lancinada de dores corroida nas entranhas, a estorcer-se e a gemer — e os seus gemidos transmudavam-se em chronicas jocundas. Carmen Dolores era uma força admiravel; fantasista, alava-se em surtos; chronista, era a ironia, o commentario subtil, a descripção colorida, a verve scintilante; polemista, ainda que no mais aceso da refrega, conservava sempre, como Penthesiléa, a graça airosa do seu sexo, terçava golpes formidaveis, em prol das idéas generosas dos fracos ou da Belleza».

. . . .

«Só descançou na morte — deixemol-a com a sua gloria, entre rosas, na terra que ella amou e descreveu maravilhosamente».

Fôram essas as melhores flôres espalhadas sobre a campa da escriptora, que se affirmou o seu talento, não menos fez salientar a força exhuberante da sua vontade tenaz. A obra litteraria

de Carmen Dolores era n'esse mesmo anno engrossada com um livro posthumo, um feixe de chronicas, intitulado «Ao esvoaçar da ideia».

*

* *

A 30 de Agosto era commettido um desacato na egreja de S. Pedro de Raymonda, no concelho de Paços de Ferreira.

Entidades desconhecidas, entravam por uma escada de mão na egreja e ahi abriam o sacrario, espalhavam tudo e amachucavam até o proprio calix.

A origem do facto foi de a desacatar o local, pois nenhum objecto do culto desappareceu.

*

* *

Assignalou o dia 30, a assignatura do contracto do arrendamento da quinta de Montalegre, na estrada da Luz, para installação do Instituto Principe Real destinado a educar e proteger os filhos dos professores primarios officiaes. A medida era util, mas não chegou a ser realisada e o professorado não viu esses beneficios, annullados pelo periodo revolucionario iniciado em 5 de Outubro seguinte.

*

* *

O ultimo dia de Agosto, trouxe os tumultos de Bilbau. Assoberbada estava a cidade por uma greve geral. A 31 a situação aggravava-se, fechando as ultimas fabricas e começando as violencias contra a tropa, que occupou as ruas.

Isolada a parte alta da cidade e concentradas forças na baixa, os grevistas, dispostos a rudes extremos, começaram por insultar os soldados e acabaram por os aggredir.

Houve represalias, com feridos e prisioneiros, ao tempo que o governo ordenava a detenção, na propria casa, do agitador operario, Paresagua.

O conselho de ministro reunido n'essa noite, declarava Bilbau em estado de sitio e mandava guarnecer a estrada de Basurto, caminho indicado para uma marcha de 1000 operarios das minas sobre Madrid. Mantida a situação durante dois dias, com a solidariedade já de Saragoça, decretava-se (2 de Setembro) a suspensão de garantias, com a prohibição de se publicar os jornaes. Tentaram os grevistas paralisar todas as obras e de bom grado conseguiram o abandono do serviço pelo pessoal do caminho de ferro de Robla, facto contrabalançado, em parte, pelo desadherir á greve, dos carroceiros e trabalhadores das docas.

Ligou-se a decisão a influencias barcelonezas, onde, na Casa do Povo, se regeitava a greve geral, como contraria aos fins premeditados, fallidos, pois quando a greve se estendia a Madrid e Saragoça, affrouxava a de Bilbau.

Como que por encanto, os elementos operarios retomavam o trabalho, (4 de Setembro) envolvendo-se o acto primitivo como uma tentativa de revolução,—posta de novo em pratica no anno seguinte (*)—e que se mallográra.

Reappareciam os jornaes (6 de Setembro) e só os metallurgicos de Barcelona proclamavam novo movimento geral com Bilbau (11) que, pelos boatos, se disse tentado para simulacro de que tudo obedecera a desejos reivindicadores de prerogativas de trabalho.

Terminava tudo (21) com a assignatura perante o capitão general de Barcelona, de bases contractuaes, acceitando 9 horas e meia de trabalho desde 1 de Dezembro até á lei official sobre horas de trabalho, pagando os proprietarios das minas uma indemnisação de 10 pesetas. Tres dias depois eram restabelecidas as garantias constitucionaes.

(*) Junho de 1911.

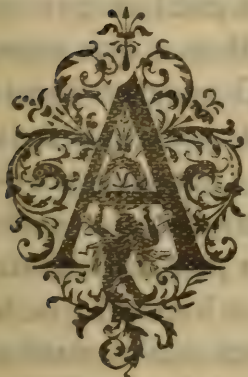
*

* *

Haviam os portuguezes residentes no Rio de Janeiro representado a el-rei D. Manuel, afim de que protegesse o serviço de navegação, para Lisboa, do Lloyd Brazileiro. Entregue a representação (13 de Setembro), com o fundamento de que o proprio ministro da viação do Brazil auctorisára o Lloyd a estabelecer a linha navegadora entre Lisboa e os portos brazileiros, e que tudo significava um estreitar de relações com esse grande povo, era o serviço auctorisado, com o appoio da Associação Commercial do Porto.

Quizeram as companhias estrangeiras tirar desforço dos navios da Lloyd, não lhe dando carga. O Brazil ameaçou porem com a execução do artigo 56 do orçamento geral da Republica, que lhes era contrario e tiveram de recuar. Portugal com isso lucrou. O Lloyd iniciava as carreiras trazendo ao Tejo (13 de Outubro de 1910) o paquete «Minas Geraes».

XXXIII

As aggressões politicas =Trabalhos eleitoraes.=O comicio nocturno de 26 de Agosto.=Prevenções =As ultimas eleições monarchicas.=Victoria republicana =Tumultos eleitoraes =O caso do abbade da Sé. — A lucta dos partidos. = Os progressistas ante as eleições. =Os partidos e o paço =O estrangeiro ante as eleições. = Mais projectos ministeriaes.=Lei sobre registo civil de nascimentos.

Approximavam-se as eleições.

Aproveitando a exaltação crescente dos partidos, manobravam os republicanos as alavancas com que queriam derruir o throno e, ao passo que distrahiam a attenção para os comicios, a acção revolucionaria era posta em agitado periodo.

Longe de se acalmar, aggrupando-se á roda do throno em perigo, os partidos cada vez mais se compraziam no auxilio á derrocada, pela phraseologia pouco consoante com os seus apregoados dogmas dynasticos.

Os navegantistas, eram os que mais fundo cavavam no solo onde assentava o throno manuelino e veremos esse trabalho inaudito apparecer nas seguintes linhas onde a irreflexão corria parelhas com a audacia:

«Somos chegados ao periodo mais agudo da monarchia

portugueza. O throno de Affonso Henriques estremece nos seus alicerces. Em torno o combate. Os republicanos, legião aguerrida e esperançada, cravam no chão a haste do seu lábaro e trejuram não arredar. O governo, que subiu os degraus do throno ajudado dos republicanos e ainda dos que dizendo se monarchicos pretenderam proclamar a republica, enclavinha as unhas vorazes nas dobras do manto real e ameaça amortalhar-se n'elle. Mas outros combatentes estão na arena, são os partidos monarchicos com as suas hostes numerosas e disciplinadas, agrupados no deliberado proposito da defeza das instituições. Os que mettem alvião destruidor á monarchia, hão de passar por sobre elles, hão-de vencel-os para vencerem. Teixeiristas-alpoinistas-republicanos não darão sepultura ás instituições sem combate duro e fero, sem uma guerra civil ensanguentada que lhes trará a maldição do povo e desprezo da posteridade. Quem vive? Um rei irresoluto n'um throno que torna vacillante, um governo traidor, os republicanos e ainda os monarchicos que quizeram expulsar a familia real a tiro.

«Mas quem creou esta situação? Foi mão de mulher? Foi dedo de estadista despeitado e rancoroso. E' voz publica que as mulheres poderam ainda mais do que os homens, e que estes ministros, sahiram das prégas de varias saias. O governo caminha em andas, a da perna direita é republicana, a da esquerda é alpoinista. Vae á mercê dos inimigos do Rei. Quando aprouver a estes o Rei demittirá o governo. A penna real acata ordens republicanas! Dolorosas palavras estas, mas profundamente verdadeiras. O ministerio é monarchico? mas o homem que a elle preside andou de gôrra com os republicanos nos tumultos parlamentares, nas aggressões á Familia Real, e iria a tentativa audaciosa se lhe não acudissem logo com a fatia do poder. Tem compromissos tão graves com os republicanos que estes fallam alto em demittil-o no praso de tres dias se elle se recusar a cumpril-os. Negue-lhe El-Rei a amnistia e verá como o presidente do conselho lhe apresenta a demissão do governo. E' que entre outros compromissos com os republicanos, um dos mais imperiosos é o da amnistia. E póde um ministerio tão estreitamente alliado dos republicanos defender honradamente os interesses

las instituições monarchicas? Ministerio sahido de fraldas é mi-
nisterio de... trapos. E é quem vive.

«Nos degraus do throno tumultuam os republicanos confun-
didos com os teixeiristas e alpoinistas. Disseram ao Rei que ca-
ptaria os republicanos chamando os alliados d'elles ao poder. O
monarcha hesitou, mas vencido dos conselhos de quem tinha
dever e obrigação de os dar melhores, resolveu fazer a amarga
experiencia. E é certamente com dôr e não pequeno receio que,
inactivo, está presenceando o governo a perseguir os monarchi-
cos, a ameaçar a egreja, a promover uma revolução. Se elles
triumphassem, como seria comico — justo castigo — ver correr
espavoradas as saias intrigantes que fizeram tão estupida obra?
Valer-lhes-ha a nossa firmeza e a nossa lealdade que nunca per-
mittiremos que a monarchia seja vencida — pois só da nossa de-
dicação vive! — porque somos tantos e tão resolutos que em
nossos peitos hão de quebrar-se a onda dos demagogos e a onda
dos traidores. Tem-nos posto o Rei em um doloroso martyrio,
como é o de soffrermos as offensas mais vis, as provocações mais
irritantes, as perseguições mais descaroaveis que acodem ao ce-
rebro enlouquecido do governo. Soffremos, mas havemos de
desaggravar-nos. E d'esse direito nem nós prescindiremos, nem
consentiremos que nos seja coartado. Tumultuem, muito embo-
ra, em volta do throno os monarchicos que quizeram expulsar
a Familia Real a tiro e os republicanos: para derrubarem a mo-
narchia preciso é o nosso consentimento, e nós havemos de de-
fende-la corajosamente. A reflexão ha de penetrar no espirito
do Rei com muitos e amargos desenganos, e fazemos votos por
que mais crueis não sejam as lições da experiencia. Mas quem
vive? Vivem os republicanos, porque o Rei assim o quer.»

Os nacionalistas, reunindo a 24 de Agosto, sob a presiden-
cia do dr. Bentes Castello Branco, davam reflexo identico, até
nas palavras de um orador, Alfredo Torres, que affirmando ur-
gente salvar a patria reputava egualmente urgente «metter o rei
na ordem.»

O padre Simões, ex-prior de Carnide, em ataque ao gover-
no e ao conselheiro Teixeira de Sousa, exalçava assim as suas
opiniões:

—«Não se lembra esse desgraçado que Nosso Senhor Jesus Christo, ao fundar a sua Egreja, assentou que era necessario defendel-a denodadamente. Ora o governo é nosso inimigo, é inimigo de Nosso Senhor, que soffre por causa d'elle... Corre-nos, pois, a nós, catholicos, a obrigação de, embora soffrendo, defender a Egreja e a patria, porque Deus assim o ordena!»

A' reunião veiu igualmente um aviso, por Arthur Annibal da Cunha, declarando que n'essa tarde ouvira no Chiado a um grupo a discussão d'um projecto de matar o rei no domingo seguinte ou segunda-feira.

Indifferente a planos certos de rebellião, o governo montava lesto a machina eleitoral e ante as ameaças das opposições, tratou de se prevenir contra possiveis eventualidades e d'ahi sahiu uma historica circular do governador civil de Castello Branco, Costa Ornellas, aos administradores do seu districto:

Terminava assim:

«Outro sim, lembro a v. s.ª estar superiormente ordenado pelo ministerio do reino, e concomitantemente pelo ministerio da guerra: 1.º — Que para a manutenção da ordem se dê preferencia á cavallaria, a qual procurará, sem effusão de sangue, fazer dispersar os que justifiquem a intervenção da força, procurando limitar a isto a sua intervenção. Quando por circumstancias que não pódem ser previstas, a cavallaria tiver necessidade de um procedimento mais ostensivo, empregando os sabres, deverá usal-os de prancha, procurando as regiões do corpo em que o traumatismo do corpo é menos perigoso. 2.º — A infantaria deverá ser considerada na manutenção da ordem publica como necessaria para cobrir a cavallaria e só subsidiariamente deve intervir, devendo attender-se: 3.º — Que qualquer que seja a qualidade de força, cavallaria, infantaria ou policia, quando seja obrigada a fazer uso das armas de fogo, deverá fazel-o preceder de prevenção bem comprehensivel, nos termos legaes; 4.º — as pontarias serão altas, excepto quando manifestamente corram risco as vidas dos agentes da força publica. Entregue v. senr.ª um exemplar d'esta circular a cada um dos seus representantes junto das assembleias primarias e de todas as occorrencias façam

rapida communicaçao para este Governo Civil. — Castello Branco, 20 de Agosto de 1910.»

Eram estas ordens, transcripção textual das transmittidas pelo proprio chefe do governo em data de 2 de Julho, aos governadores civis.

Antes, a 17 de Agosto, o presidente do conselho Teixeira de Sousa, telegraphava a todos os governadores civis, as seguintes instrucções:

«Realisando-se amanhã o acto de nomeação dos presidentes das assembleias primarias, venho recommendar a V. Ex.ª muito instantemente que faça observar a mais estricta legalidade, adoptando e fazendo adoptar uma attitude prudente e moderada perante quaesquer excessos das opposições, procurando affastar desordens e evitando a intervenção violenta da força publica.»

Ao conhecimento da extranha circular succedia-se uma geral reprovação e Teixeira de Sousa telegraphava logo ao conselheiro Costa Ornellas, ordenando-lhe que desse a circular por insubsistente, communicando essa deliberação aos administradores dos concelhos.

O facto serviu para o incentivo aos contrarios e vel-os-hemos expandir as suas ameaças em termos energicos e quiçá por demasia quichotescos:

«V. ex.ª lembra-se de Costa Cabral? Lembra-se de como o paiz se desaffrontou? V. ex.ª fia se, appoia-se em que? No exercito? Ah! Não. V. ex.ª sr. presidente do conselho sabe perfeitamente que não tem «cincoenta» officiaes nas fileiras que ámanhã cegamente o queiram seguir. Em que se appoia pois? Na Corôa? Mas não basta. Costa Cabral tinha a confiança da «rainha» tambem. Cuidado, sr. presidente do conselho! Volte atraz! Açaime os seus bandidos! Encurrale esta trindade que aqui anda á solta na Guarda! Senão!!... Senão... não se admire, v. ex.ª e a corôa de que n'alguma aldeia da Beira surja uma Maria da Fonte terrivel e vingadora de qualquer urna violada ou dos miolos esfrangalhados de qualquer presidente de meza sacrilego!!»

. . . .

«Presidente de assembleia que ouse roubar a urna deve fi-

car mettido n'ella. Os gatunos recuarão se nos virem firmes e resolvidos a luctar até o ultimo extremo. Vamos para as assembléas eleitoraes apoiados ao bordão da lei, confiados no numero e com a coragem na alma. Castigaremos tão vigorosamente quanto maior for a infamia os que nos quizerem vedar o caminho da urna ou roubar a lista que votarmos. Aconselhando aos eleitores que se armam lembramo-lhes que só devem usar da força quando as suas vidas ou as suas bolsas periguem. Quem ha ahi que tendo de viajar de noite por montanhas se não previne com um bom revolver para deffender-se dos salteadroes e dos lobos? E arma-se com o proposito de matar? Não, sómente com a resolução de defender a vida.» (*)

Com menos estadio, n'uma perfeita consciencia de que para a republica mais trabalhavam os monarchicos com os seus desmandos de linguagem, os republicanos proseguiam a serie ininterrupta de comicios por todas as freguezias limistrophes de Lisboa, onde, com o seu verbo inflammado e vibrantes accusações á monarchia, acabavam de chamar a si o povo, desilludido pelos proprios monarchicos, como mais tarde o seria pelos proprios democratas.

O dr. Bernardino Machado, dizia no Centro Alberto Costa em 24 de Agosto:

«O povo portuguez só será grande e prestigioso perante as nações mundiaes, quando se erguer victoriosa n'esta terra a figura radiante da republica.»

Promettendo, allegava «preciso extingir os impostos que victimam o povo, estabelecer leis que assegurem o bem estar dos humildes, garantir-se a liberdade dos cultos.»

E proclamava:

«Não ha patriotismo, não ha sentimentos liberaes na alma dos monarchicos. A monarchia nada pode fazer, está impotente, está desprestigiada.»

Como em resposta, onde a monarchia não era menos aggredida, publicava o «Liberal» do dia seguinte:

«Está tudo exgotado, nada mais resta! E' necessario que haja

(*) «O Liberal» de 24 de Agosto de 1910.

sangue, que o povo generoso exponha a vida para se defender a si e á monarchia? Pois haja! Mas as consequencias hão-de cahir sobre a cabeça de El-Rei, e sobre os conselheiros sómente.»

Assim chegou a data das ultimas eleições monarchicas.

Os republicanos procuravam jogar, junto da urna, a derradeira cartada.

Unidos para a lucta, tendo por si a força dos associados secretos, conhecedores do vasto campo em que manobravam a contento do povo, os democratas ensaiavam, nas eleições, o golpe final a vibrar á dynastia brigantina.

Só no domingo 14 de Agosto realisavam 16 comicios.

Faltando dois dias para o acto eleitoral, o partido oppondo á pretensa paz de espirito monarchico, mais verdadeiramente alcunhada de inercia e abandono dos seus affirmados ideaes, —uma campanha vigorosa e bem orientada, levavam na noite de 26 de Agosto á Avenida D. Amelia uma boa parte da população de Lisboa, chamada pelo seguinte aviso:

«A commissão municipal republicana de Lisboa tem a honra de convidar o povo d'esta cidade a reunir em comicio publico eleitoral na proxima sexta-feira, ás 9 horas da noite, na rua Conselheiro Maraes Soares, A. C., á avenida D. Amelia, para apresentação dos candidatos do partido republicano a deputados pelos circulos n.os 15 e 16 (Lisboa oriental e Lisboa occidental). O recinto estará profusamente illuminado e a commissão municipal, juntamente com as commissões parochiaes de Lisboa tomaram todas as providencias para ser efficazmente mantida a ordem e se assegurar a imponencia d'esta reunião popular. Todos os republicanos cooperarão n'estes propositos e acatarão as indicações dos membros dos agrupamentos partidarios. O illustre presidente da Camara Municipal de Lisboa será proposto á assembléa para dirigir os trabalhos do comicio. — Lisboa, 23 de agosto de 1910, O presidente da commissão municipal republicana de Lisboa — Affonso de Lemos.»

Projectado para 21, fôra resolvido addial-o para 26, antevespera do acto eleitoral.

A pretexto de que, effectuado de dia, o operariado não po-

dia assistir, requeria o directorio para se celebrar á noite na Avenida D. Amelia.

Teixeira de Sousa, era não só informado de que o comicio podia trazer perturbações da ordem mas aconselhado a que o não permittisse. Evocando a sua feição liberal, e o comicio representar um trabalho eleitoral, apenas pedia aos presidentes da camara e da commissão municipal, uma entrevista, na qual os informou das providencias do gabinete, exigindo aos chefes democratas a responsabilidade moral de qualquer acontecimento.

O governo, simulando não saber os boatos de revolta, simulando desconhecer que o comicio nocturno na Avenida D. Amelia nada mais era do que um ultimar de preparativos para a acção revolucionaria, concedia licença pedida, embora n'um simulacro irrisorio de prevenção, collocasse em Arroyos, um piquete da guarda municipal, nas esquadras a policia disponivel, nos quarteis, a guarda municipal,. a guarnição de Lisboa e até em artilharia 1, duas baterias, em ordem de marcha, tudo determinado ao governador civil de Lisboa, Magalhães Ramalho, no seguinte officio do secretario geral do ministerio do reino, conselheiro Arthur Torres da Silva Fevereiro:

«Ex.^mo^ Sr.—Devendo realisar-se hoje em Lisboa um comicio promovido pelo partido republicano, para, conforme o annuncio de convocação, serem apresentados os seus candidatos á eleição por Lisboa, venho recommendar a V. Ex.ª por ordem do ex.^mo^ ministro do reino: Toda a tolerancia dentro do local do comicio. — 2.º Que a força da policia e da guarda municipal ou outras se conservem afastadas do local do comicio, promptas a manter a ordem fóra do mesmo local, no caso de ser perturbada.—3.º Que a força publica comprehendendo a policia, não precipite a dispersão, deixando que ella se faça naturalmente, intervindo sómente qnando manifestamente grupos numerosos se encaminhem para o centro da cidade e em attitude que faça prever a alteração da ordem. — Que em qualquer caso se proceda sem violencia publica, obtendo a dispersão do povo pelos meios persuasorios, sempre que seja possivel. — 5.º Que, no caso de imminencia de perturbação da ordem, se empregue de preferencia a cavallaria, tendo sempre em vista evitar a effusão

de sangue. — 6.° Só em caso extremo, como necessidade impreterivel, é que a força publica deverá ter intervenção mais ostensiva. — Deus guarde a V. Ex.ª — Secretario do Reino, a 26 de Agosto de 1910. — Arthur Fevereiro.»

No comicio, emquanto aproveitando o mal illuminado do local se distribuiam armas e se trocavam senhas, os republicanos drs. Affonso de Lemos, Eusebio Leão, Miguel Bombarda, João de Menezes, Antonio Luiz Gomes e Alexandre Braga, levavam até aos muitos milhares de ouvintes o echo do seu anathema violento ás instituições e aos actos da realeza.

— «O programma de todos nós é simples: formula-se em duas palavras: Demolir, o mais depressa possivel a monarchia portugueza, hoje pacificamente deante da urna, ámanhã no parlamento e depois na praça publica», disse o dr. Alfredo de Magalhães.

O dr. Miguel Bombarda, proclamou:

— «Se não nos defendermos com energia e coragem, ámanhã, em logar de candieiros estaremos ali nós pendurados pelos jesuitas.»

O dr. João de Menezes, coadjuvava:

— «Saberemos oppor-nos á corrupção e á fraude, saberemos resistir ás ameaças e não cederemos á violencia. Nada nos intimidará.»

Sem protesto se acolheram as phrases vehementes de ataque ás instituições e só ao encerrar do comicio, ás 11 horas da noite, quando a multidão, depois de percorrer as ruas, se lembrou no Chiado de gritar «abaixo a monarchia» e «morra o rei Manuel» é que a policia interveio, tendo que espadeirar os manifestantes ante a sua resistencia.

Quando era de conveniencia affastar a pessoa do rei das luctas injuriosas e tragicas da politica, o palacianismo, indifferente e criminoso era o primeiro a arremessar o nome regio para o meio d'essas pugnas, obrigando-o a interferir em actos onde com respeito devia ser citado

De taes inconsciencias é sufficiente documento, o seguinte telegramma enviado a D. Manuel II:

«Castello de Paiva, 27.—Agentes de auctoridade no concelho

de Sinfães annunciam por toda a parte que eleição meu sobrinho conselheiro Arthur Montenegro e dos outros candidatos opposição não vingará, porque para isso praticar-se-hão as violencias precisas. Chegaram 150 praças infantaria, policias fardados e policia secreta, esperando-se ainda força cavallaria. Para um concelho pacifico e monarchico! Senhor! Não ha muitos annos que tive a honra apresentar ao fallecido e infeliz rei D. Carlos, augusto pae de vossa magestade, representação de adhesão ás instituições que vossa magestade representa, assignada por mais 20 mil eleitores da circumscripção politica, que varias vezes tenho representado em côrtes, e posso assegurar a vossa magestade que os signatarios de então, que ainda vivem quasi na totalidade, conservam os seus sentimentos monarchicos e mal se comprehende que o governo de vossa magestade pretenda á força armada roubal-os de direitos sagrados que custaram a vida e haveres a muitos de seus paes, por pretenderem praticar o crime de quererem ter representante em côrtes antigo ministro a quem vossa magestade deu honra de convidar para preceptor. Procede-se assim, senhor, n'uma circumscripção em que o governo não encontra pessoal idoneo para regedores em muitas freguezias, e em que o numero de eleitores não excede muito o numero d'ellas. Senhor, digne-se vossa magestade de proceder como entender de justiça. Beijo respeitosamente a mão vossa magestade. — (a) Conde Castello de Paiva, par do reino, official mór da casa real.»

A 28 realisavam-se as eleições, coincidindo com as festas populares do Senhor da Serra e da Atalaya.

Avolumaram-se os boatos de acontecimentos graves, e a lucta afigurou-se tragica, annunciada ruidosamente pelo bloco, ao declarar-se dispôsto a disputar, a tiro, a supremacia das suas reivindicações.

O «Liberal» espelhava assim na vespera a attitude do nucleo de que era um dos representantes:

«Votar contra o governo é protestar contra a corrupção mais infrene de todo o periodo constitucional. Votar a lista da colligação monarchica é assegurar a ordem e condemnar a immoralidade. Os monarchicos não pódem votar no governo sem

trahirem as suas crenças. Teixeiristas-affonsistas-alpoinistas estão no poder e minam os alicerces da monarchia para a derruir. Hontem uniram-se para uma revolução e expulsar a Familia Real a tiro, hoje estão unidos ainda para governarem com a monarchia ou com a republica. Monarchicos! Votae a lista da colligação e cumprireis um dever d'honra, dareis satisfação á vossa consciencia de homens leaes, e sereis pelo vosso Rei. Contra o governo todos os que são pela monarchia».

Mas, arrancando a mascara, esses verdadeiros cumplices da queda da monarchia em Portugal, replectos de desmandos e de escandalos, erguiam ainda a voz, n'uma ameaça que bem a caracter lhes ficava:

«Aguardamos serenos o resultado, mas, se tivermos ainda de pagar com a vida, com o nosso sangue, a dedicação que ninguem comprehende, então resta-nos um só caminho — seguirmos o exemplo do Rei e do governo e deixarmos-nos de asneiras. Digamos todos: — Viva a republica! — e acabamos com esta falsa situação por uma vez!»

Sereno decorria o acto eleitoral, onde o governo apresentou como candidatos, pelo circulo oriental, Fidelio de Freitas Branco, Henrique Matheus dos Santos e João Carlos Pereira de Mello e Vasconcellos, antigos deputados, José Augusto Alves Roçadas official do exercito e o ministro da guerra, José Nicolau Raposo Botelho e pelo circulo occidental, Antonio Maria de Oliveira Bello, industrial, Joaquim Gomes de Sousa Belford, proprietario e funccionario publico, José Coelho da Motta Prego e José Jeronymo Rodrigues Monteiro, antigos deputados e o ministro da justiça Manuel Joaquim Fratel. Vinham ao suffragio na carta circular como «nomes conhecidos, de bem provada competencia, assignalado patriotismo e affirmada dedicação á monarchia».

A colligação apresentou como seu candidato, pelo circulo oriental, o official da armada, Guilherme Ivens Ferraz, o medico José Joaquim da Silva Amado, o official do exercito, José Mathias Nunes, o advogado Manuel Duarte e o engenheiro Manuel Francisco de Vargas, dedicando-lhes na circular de sollicitação de voto as seguintes palavras, assignadas por Antonio Carlos

Coelho de Vasconcellos Porto, Arthur Alberto de Campos Henriques, Francisco Felisberto Dias Costa, Jacintho Candido da Silva e Sebastião Telles:

«Os abaixo assignados, representantes da Colligação Eleitoral, teem a honra de recommendar a V. Ex.ª a inclusa lista de candidatos, composta de nomes que, pelos seus relevantes serviços e comprovada dedicação á Patria e á Monarchia, não podem deixar de merecer as decididas sympathias do eleitorado. Votando nos candidatos da Colligação Eleitoral, os cidadãos do districto de Lisboa não só terão a certeza de eleger deputados por completo insuspeitos de quaesquer desairosas connivencias com os adversarios das Instituições que nos regem, mas de concorrer simultaneamente para a condemnação legal de uma situação governativa, que politica e administrativamente se traduz em procedimentos quanto possivel nefastos, em relação aos interesses do Paiz e da Monarchia».

Eram certas essas arguições, mas debalde se pretendia luctar contra os adversos á monarchia, appoiados pela maior força, a do povo.

A galopinagem tentou os mais desesperados recursos.

A duqueza de Cadaval, teve assedio por parte de agentes do governo, para o voto ministerial, e a respectiva imprensa, á recusa, fez logo insinuações fortes á alta dama, originando a seguinte resposta do «Portugal», de 24 de Agosto:

«Poder-lhe-hiamos responder que a senhora a quem tão desdenhosamente se refere, repudiou nobremente todas as vantagens que poderiam advir-lhe d'uma possivel protecção ao governo, preferindo «a tudo» cumprir os seus deveres «como portugueza».

Esse facto levava talvez o chefe do governo, a formular ainda accusações publicas ao palacianismo sobre opposição ao gabinete:

«Estava-se no periodo eleitoral. Quem no Paço tinha influencia trabalhava contra o governo.

«Um ajudante de campo do rei, o coronel Albuquerque, que se incumbira de dirigir os trabalhos eleitoraes em Belem, só me appareceu em vesperas das eleições, chamado por mim, para me dizer que não podia fazer coisa alguma, pelo motivo de ter sido

demittido um regedor e nomeado um dissidente! Fôra o proprio rei quem me informára, antes de partir para o Bussaco, de que o seu secretario particular podia apoiar a lista do governo com toda a votação da Alhandra no concelho de Villa Franca. Pois foi toda contra. Em Cascaes, que fazia parte do circulo occidental, D. Vasco Belmonte, veador da rainha D. Amelia, trabalhava de porta em porta contra o governo, a favor da lista do «bloco». No districto de Beja, sómente havia a lista monarchica e lista republicana. Um camarista do rei, o marquez de Alvito, trabalhou loucamente contra o governo, apezar das minhas repetidas reclamações. Em Villa Viçosa, em Extremoz, em todos os concelhos do districto de Evora, onde a casa de Bragança tinha dependentes, todos se movimentaram contra o governo, a despeito das minhas reclamações. Um camarista do rei, poucos dias antes da eleição dizia ao governador civil que, se antes da eleição lhe não começassem uma estrada no concelho de Alemquer, votaria com o «bloco» contra o governo. O marquez da Praia, pae de um camarista do rei, alquebrado pelos annos e dizendo-se de ha muito affastado da politica, lá foi em pessoa, á ilha de S. Miguel, de bolsa aberta, empenhar-se na lucta eleitoral contra o governo. Na ante vespera da eleição, nem em Mafra nem em nenhuma outra dependencia da Administração da Casa Real havia qualquer indicação favoravel ao governo. Disseram-me que tudo fôra disposto como á politica do governo conviria; mas o presidente da assembleia eleitoral de Alcantara onde votavam os eleitores das Necessidades, e outros dependentes da Casa Real, disse-me á noite, no ministerio do reino que tinha sufficiente pratica para ver uma lista sem parecer violar o segredo do escrutinio, e que elle tinha reconhecido que todo o pessoal do Paço havia votado no «bloco» (*)

Era caustica e flagrante a declaração do presidente da assembleia de Alcantara, affirmando os typicos processos da cabala eleitoral.

Quanto ás accusações formuladas pelo conselheiro Teixeira

(*) «O Seculo» de 19 de Maio de 1912. = Teixeira de Sousa. = Para a historia da Revolução.=Pagina 412.

de Sousa contra os palacianos, veremos elles acorrerem a desfazer erros, sem deixar porem de salientar uma animadversão contra o governo teixeirista.

Dizia (*) pois D. Vasco Belmonte :

«Sr. director d'«O Dia». — Tendo visto no n.º 10:932, do dia 19 do corrente, do jornal «O Seculo» a transcripção de uma parte do livro do sr. Teixeira de Sousa que se refere á minha pessoa, affirmando que «em Cascaes, que fazia parte do circulo occidental, D. Vasco de Belmonte, veador da Rainha D. Amelia, trabalhava de porta em porta contra o governo a favor da lista do bloco. . .», não posso deixar de declarar que esta affirmação, que o sr. Teixeira de Sousa tão levianamente faz no seu livro, é absolutamente falsa, provavelmente por má informação. Não trabalhei pelo «bloco», mas se o não fiz foi apenas pela unica circumstancia de que, pertencendo eu á casa civil de S. M. El-Rei, entendi não dever hostilisar o governo que S. M. infelizmente tinha escolhido. O meu voto, esse sim, foi contra o governo do sr. Teixeira de Sousa, porque o reputava prejudicial ás instituições monarchicas; votei, pois, com a minha consciencia e esta mesma declaração lealmente a fiz a SS. MM. quando o sr. Teixeira de Sousa se lhes foi queixar da minha attitude. E creio bem não me ter enganado nas minhas apprehensões: a derrocada não se vez esperar! Agradecendo a v. ex.ª a publicação d'estas linhas, me subscrevo. — De v. ex.ª — Quinta da Alagôa, Carcavellos, 21 de maio de 1912. — D. Vasco da Camara.»

A isto responderia (**) o então já cahido chefe do partido regenerador:

«Sr. Redactor do «Seculo». — Li no seu jornal uma carta do sr. D. Vasco da Camara (Belmonte), referindo-se ao que no livro — «Para a historia da Revolução» — escrevi ácêrca da sua intervenção no acto eleitoral de 28 de Agosto de 1910. Escrevi eu que o «bloco», constituido por progressistas, franquistas, henriquistas, nacionalistas e miguelistas, organisado contra o governo a que eu presidi, reforçado por elementos que faziam parte

(*) «O Dia» de 21 de Maio de 1912.
(**) «O Seculo» de 27 de Maio de 1912.

Definida essa lucta, onde apenas resalta a intuitiva aversão dos politicos e dos palacianos contra aquelle a quem competia o encargo pesado e triste de acompanhar a monarchia á derrota de Outubro seguinte, deixando-a a estorcer-se na agonia e auxiliando-a não a viver, mas a bem morrer, — reentremos na guerra da galopinagem, onde tinha ponto extranho e inicial a propaganda clerical

Um vigario geral, o padre villarealense, Jeronymo do Amaral, percorria as freguezias clamando contra o governo que accusava, sob a voz geral, de ligado aos republicanos. Esse mero espirito de opposição, se demonstrava mais tarde em documento onde, republica em Portugal, o padre, clamava contra a «ignominiosa monarchia.»

O parocho de Junça, concelho de Almeida, aconselhava o voto contra o governo, pois que procedendo assim votaria com Deus e a favor da santa religião; e o de Miusela, do mesmo concelho, affirmava que, quem votasse nos candidatos governamentaes, não podia ser absolvido dos seus peccados e contra a santa religião visto o governo ser governo de diabos e quem o seguisse não se salvava. (*)

Ante a propaganda dos padres, Teixeira de Sousa, ia queixoso procurar o patriarcha, e frisando o proposito governamental de, embora respeitando o clero e a religião, cumprir as leis, pedia a D. Antonio chamasse a cleresia á ordem para que deixasse em paz o gabinete, «não em nome do interesse pessoal ou politico dos ministros, mas da sociedade portugueza, da tranquillidade publica e dos proprios interesses da egreja.» (**)

Era uma nova especie de galopinagem, pois assim se affastariam propagandistas incommodos, mas o patriarcha, querendo manter-se alheio a esses actos eleiçoeiros, declarava não ser nacionalista, que obstaria, nos limites devidos, ao clero do patriarchado a sua ingerencia, apaixonada ou violenta, na politica e que reprovava as doutrinas do «Portugal».

(*) «Para a historia da Revolução»=Pag. 406—1.º volume.

(*) Do facto faz menção o livro «Para a historia da Revolução», por Teixeira de Sousa=2.º volume=Pagina 49.

Este, fundado pelo padre Manuel Fernandes de Sant'Anna, já então estava jungido aos jesuitas, facto comprovado na seguinte carta, onde se citava o padre dr. Joaquim dos Santos Abranches, redactor do «Mensageiro do Coração de Maria», então installado na Rua do Quelhas 6:

«Confidencial — Meu querido P. e Superior. — O «Portugal», como V. R. sabe, vae passar a mãos, entre as quaes ha muito o desejavamos. Fica sendo do grupo: Padre Lourenço de Mattos, Domingos Pinto Coelho, Alberto Pinheiro Torres, Emilio Fragoso, Carlos Pinto Coelho e Rodrigo Lacerda Ravasco. A «Veritas tandem aliquanto» entrega-o, mas depois de tanto alarde de lucros declarou que o entrega com 3:500$000 réis de «deficit». Muito desejavamos cobrir-lhe esse «deficit» para que a nova empreza, entrando sem encargos, comece desafogada uma orientação ainda mais rasgadamente efficaz. D'aqui faremos o possivel para alcançar quem concorra. E V.ª R.ª ahi na roda de gente sobre quem influe por si ou por outrem e em particular pelo P. Abrantes, o que poderá conseguir. E' urgente uma resposta, e a causa merece qualquer sacrificio? De V. R. inf. servo em Ct.º — Campolide, 8-VI-10 — Luiz Gonzaga Cabral.»

Nem só isso se aproveitou.

O prior do Fundão, pedia votos para a colligação, affirmando que se votassem no governo votavam a sua condemnação. Em Torres Vedras, as mulheres, orientadas pelo clero, pediam de joelhos aos maridos e filhos que não votassem pelo governo para não soffrerem as penas do inferno! N'outras, insinuava-se ás mulheres, prestes a dar á luz, que se os maridos fossem pela lista governamental os filhos viriam em forma de cães, gatos ou lobos!...

Alem d'esses processos torpes, de fanatismo e de condemnavel propaganda, a galopinagem tentou vencer, appellando por outros meios e d'estes é prova a seguinte carta dirigida ao bispo de Beja, D. Sebastião de Vasconcellos com uma lista onde apparecia proposto pelo circulo 21, o medico nacionalista, dr. Domingos Pulido Garcia:

«Approxima-se o dia 28 (Coração de Mária), dia de grande lucta. Tenho pedido a todos e peço tambem a v. ex.ª que redo-

bre as orações pelo bom resultado. E se v. ex.ª fosse orar ahi sobre o tumulo da superiora do Bom Pastor? Acompanhal-o-hei em espirito. Não imagina as adhesões que tenho recebido de toda a parte. «Os franquistas vão quasi todos comnosco. Já devemos ter perto de 2:000 votos». Se não nos roubarem! «Seria uma bomba de effeito se tirassemos a minoria aos republicanos». Alguns individuos do clero teem trabalhado denodadamente. Ravasco auxilia por baixo da corda. Deus nos ajude e Nossa Senhora interceda por nós. Mando essa lista para v. ex.ª pôr como petição no tumulo da irmã Maria do Sagrado Coração, superiora do Bom Pastor. Creia-me sempre amigo devotadissimo e admirador sincero — D. P. G.»

Não conhecia o povo este novo systema eleiçoeiro, mas como se o adivinhasse, depois de votar, seguiu para as festas, as romarias, e de lá voltou, pela tarde, atroando as ruas com uma canção forjada sob as arvores do logar da Atalaya, entre o regadio da merenda succulenta:

Bem haja o Senhor da Serra
Que é grande republicano.
Auxiliou-nos na guerra
Contra o regimen tyranno!...

Pela tarde era conhecido o resultado: victoria dos republicanos, baixa minoria do bloco e difficiencia de votos do governo.

E, n'um aspecto que derruiu todos os boatos, as eleições tiveram sereno decorrer, lançando um veu sobre os acontecimentos tragicos que assignalaram os trabalhos eleitoraes de Abril de 1908.

Desconfiar de mar que não ruge: as primeiras eleições monarchicas tiveram o baptismo de sangue, mas a corôa ficou; as ultimas, tiveram a limpidez d'um acontecimento trivial, mas a elle se seguiu a queda da dynastia portugueza.

A lucta, comtudo, foi desesperada por parte do bloco, convencido de que perder as eleições, era a perda da realeza, essa realeza porém que tão pouco respeito infundia aos progressistas dispostos sempre a crival-a com as settas envenenadas das suas injurias fortes.

O clero auxiliou-o e os jesuitas secundaram poderosa, mas baldadamente.

Vendo-se a braços com um inimigo audaz, que era o governo teixeirista, disposto a cercear-lhe garantias, a Companhia de Jesus, dispoz-se ao combate e os padres jesuitas dos Convento do Barro, do Quelhas e das Trinas, os franciscanos do convento de S. Bernardino de Peniche, intemeratos foram os mais terriveis, adversarios do ministerio. Por seu lado os frades do Espirito Santo, galopinavam a favor do governo.

Seriam vencidos porém os primeiros e a rebellião bem castigada, se bem que os auxiliares ministeriaes nada ganhassem egualmente.

Entretanto registavam o governo e o bloco, a sua derrota esmagadora.

Cabiam aos republicanos, no circulo oriental: dr. Bernardino Machado, 10990 votos, sendo 4162 no 1.º bairro, 3751 no 2.º e 3077 nos concelhos; Antonio José de Almeida, 10951 votos, sendo 4172 no 1.º bairro, 3763 no 2.º e 3076 nos concelhos; Affonso Costa, 10881, sendo 4162 no 1.º bairro, 3753 no 2.º e 2966 nos concelhos; Alfredo de Magalhães, 10855, sendo 4152 no 1.º bairro, 3742 no 2.º e 2961 nos concelhos: Miguel Bombarda, 10296, sendo 4147 no 1.º bairro, 3739 no 2.º e 2410 nos concelhos.

O governo alcançou apenas 7445 votos para o ministro da guerra, Raposo Botelho, sendo 1188 no 1.º bairro, 1822 no 2.º e 4435 nos concelhos; Pereira e Vasconcellos, 7391, sendo 1172 no 1.º bairro, 1784 no 2.º e 4435 nos concelhos; Alves Roçadas, 7349, sendo 1184 no 1.º bairro, 1821 no 2.º e 4344 nos concelhos; Matheus dos Santos, 7330, ou respectivamente 1167, 1800 e 4363 e Freitas Branco, 7298 ou respectivamente, 1171, 1773 e 4354.

O bloco obtinha: Manuel Vargas, 2801 votos ou 650 no 1.º bairro, 829 no 2.º e 1322 nos concelhos; Ivens Ferraz, obtinha 2360 ou respectivamente 675, 848 e 837; Manuel Duarte 2336 ou respectivamente, 664, 836 e 736; Mathias Nunes, 2330 ou, 667, 833, 830 e Silva Amado, 2294 ou 651, 812 e 831.

No circulo occidental, a derrota foi igual e aos republicanos coube a maioria, sendo dados a João de Menezes, 10329 votos ou 2766 no 3.º bairro, 4446 no 4.º e 3117 nos concelhos; Carlos Candido dos Reis, 10294 ou respectivamente, 2760, 4452 e 3083; Theophilo Braga, 10269 ou 2759, 4436 e 3072; Alexandre Braga, 10264 ou 2748, 4431 e 3085; Antonio Luiz Gomes, 10241 ou 2751, 4440 e 3050. Obtinham os governamentaes, Manuel Fratel, 7664 ou 1384, 1323 e 4957; Rodrigues Monteiro, 7589 ou 1361, 1293 e 4935; Motta Prego, 7566 ou 1387, 1330 e 4849; Oliveira Bello, 7460 ou 1356, 1272 e 4832; e Joaquim Belford, 7435 ou 1337, 1280 e 4832. Ao bloco eram dados: a Mazziotti, 5367 votos ou 730, 1186 e 3451; a Paiva Couceiro, 5304 ou 777, 1260 e e 3267; Pinheiro Chagas, 5259 ou 767, 1237 e 3255; a Rodrigo Pequito, 5226 ou 752, 1232 e 3242; Sinel de Cordes, 5216 ou 732, 1214 e 3270.

Eram pois proclamados alem de dez republicanos, os governamentaes, José Nicolau Raposo Botelho, João Carlos de Mello Pereira e Vasconcellos, Manuel Fratel e José Jeronymos Rodrigues Monteiro.

As commissões de apuramento sanccionavam a 4 de Setembro essas proclamações, acto que na vespera o «Liberal», julgou util annunciar com dois trechos de alcance, onde o lealismo monarchico deu mais pedras para o monumento futuro da republica.

Dizia um:

«O governo ordenou aos seus malsins que arvorou em chefes do districto, para que ámanhã tentem por todas as formas entrar nas assembleias de apuramento com todas as gazuas que lhe sejam precisas para o seu mister de ladrões. E que não recuem deante de todos os crimes... porque o pariato os espera como recompensa aos seus serviços de latrocinio e de assassinato. O governo, ámanhã, hade assignalar-se e como sempre tristemente! Para isso mandou elle armar as suas quadrilhas de bandidos!»

Dizia outro:

«Se depois de tantas traições á monarchia, se depois de ha-

ver commetido latrocinios e assassinatos para annular as eleições que não conseguiu vender, se depois de arrastar o paiz para os umbraes da guerra civil, o governo continuar a merecer a confiança do Rei, sobre a cabeça de quem fica derramado o sangue das victimas? Onde devemos procurar o responsavel d'estes crimes? Se o Rei continua a confiar no ministerio, é porque appoia tudo quanto elle praticou, é porque approva o roubo das urnas e os assassinatos dos que se sacrificaram e morreram defendendo a monarchia, e então o sangue das victimas cairá sobre a cabeça do Rei. E então cessa a responsabilidade dos ministros para se erguer sobre a montanha das victimas a figura do Rei. E então nós diremos á grande multidão de portuguezes que hontem nos acompanhou n'essa gloriosa e arriscada jornada: — Basta de sacrificios, o Rei é republicano! Basta de heroismo na defesa da Monarchia, porque o Rei approva os latrocinios do seu governo. Somos logicos perante os factos. E então a Monarchia cessará de existir.»

Nos circulos do Porto, as eleições assignalaram: no Bairro Oriental, quanto aos governamentaes, 9850 votos a Soares de Freitas, 9182 a Francisco Fernandes, 8725 a Pacheco de Miranda, 8582 a José Novaes da Cunha, 8161 a Canto e Castro; ao blóco, 14:861 a Rolla Pereira, 13:865, a Carvalho Crespo, 13:847 a Assis Teixeira, 13:744 a Alberto Navarro e 13:678 a Souza Avides; aos republicanos, 4143 a Abilio Guerra Junqueiro, 4098 a Magalhães Lemos, 4066 a Cerqueira Coimbra, 4065 a Alves da Veiga e 3858 a Paulo José Falcão; e aos socialistas, 67 a Luiz Soares, 64 a Azedo Gnecco e a Manuel José da Silva, 62 a Ignacio de Souza, 59 a José de Oliveira. No Bairro Occidental, quantoaos governamentaes 8750 a Neves, 8409 a Espirito Santo, 8213 a Martins de Lima, 8120 a Bramão e 7976 a Ribeiro de Castro; ao blóco, 19861 ao conde de Paçô Vieira, 12041 a Costa Silveira, 11921 ao conde de Castro e Solla, 11852 a João Ulrich, 11640 a Andrade Soares; republicanos, 4876 a Marinha de Campos, 4621 ao dr. Eusebio Leão, 4593 ao dr. Antão de Carvalho, 4575 a Adriano Pimenta, e 4562 a Pereira Osorio e aos socialistas, 108 a Al-

berto Ferraz, 107 a Macedo Andrade e Maravilha Pereira, 101 a Ladislau Batalha e 83 a Antonio Augusto da Silva.

O governo obtinha maioria nos circulos de Angra, Beja, Braga, Bragança, Coimbra, Evora, Faro, Funchal, Horta, Guarda, Lamego, Leiria, Ponta Delgada, Portalegre, Santarem, Vianna do Castello e Villa Real, arranjando apenas minoria em Lisboa, Porto, Setubal e Vizeu e perdendo por completo em Aveiro.

No Porto, a maioria era ganha pelo blóco.

Annotado ficou, que n'uma maioria ridicula, o governo, alcançara apenas mais 38 votos em relação ao blóco e 24 em relação ás opposições, contando com os 7 deputados pelo ultramar.

Havia pois, 89 deputados ministeriaes, 51 bloquistas e 14 republicanos, sendo 10 por Lisboa, 3 por Setubal, Aurelio da Costa Ferreira, Fernandes Costa e José Maria Barata Feio Terenas e 1 por Beja, o dr. Manuel de Brito Camacho.

Os restantes deputados das ultimas eleições da monarchia em Portugal, foram:

Arganil (Progr.) — Francisco de Cabral Metello e José Maria de Oliveira Mattos. — (Regene.-lib) Fernando Augusto de Miranda Martins de Carvalho.

Aveiro (Progr.) — Alexandre Correia Telles de Araujo e Albuquerque, Antonio Rodrigues Nogueira, conde de Agueda, conde de Arrochella, José Paulo Cancella e João Pereira de Magalhães. — (Regen.-lib.) Pedro de Mascarenhas Gaivão.

Beja (Govern.) — João de Souza Tavares, Augusto Cesar Claro da Ricca, Joaquim A. de Sant'Anna. — (Progr.) — Libanio Antonio Fialho Gomes e Francisco Limpo de Lacerda Ravasco. — (Repub.) — Manuel de Brito Camacho.

Braga (Govern.) — Alfredo Menéres, Belchior José Machado, Augusto Monteiro, Hypacio Frederico de Brion, Filippe Leite de Barros e Moura e Julio de Carvalho Vasques.—(Progr.) — Antonio Cabral Paes do Amaral e Valerio Villaça.

Bragança. (Governamentaes) — Antonio Alberto Charula Pessanha, Antonio Joaquim Ferreira Margarido, Abilio de Lobão Sceiro, Julio Petra Vianna. — (Progressista) — José Benedicto Pessanha.

Coimbra (Gover.) — Adolpho Alves de Oliveira Guimarães, Joaquim Alves dos Santos, José Ferreira Marnoco e Sousa (ministro da marinha, Alfredo Pinto Bastos e Raul Miguel de Mendonça. — (Progr.) Antonio de Oliveira Guimarães.

Evora (Govern.) — José Caeiro da Matta, conde de Villa Alva, João Antonio Pestana de Vasconcellos e Marianno Jose da Silva Presado. — (Progr.) — Joaquim Nunes Mexia.

Faro (Govern.) — João Ortigão Peres, Chagas Roquette e Francisco Bivar. — (Progr.) — Frederico Ramires. — (Regen.) — Cons. João Ferreira Netto e Manuel Alberto Soares.

Guarda (Gover.) — Augusto Fernandes Correia, Alfredo Augusto Mendonça David, Joaquim Pedro Martins, Luiz de Carvalho Pimentel Pinto e Nicolau de Albuquerque Vilhena. — (Progr.) José Osorio da Gama e Castro.

Lamego (Govern.) — Augusto Lobo Alves, Carlos Alberto da Cruz e Souza, João Craveiro Lopes de Oliveira, João Augusto Moreira de Almeida e Raul Vianna da Costa. — (Progr.) Antonio Augusto Pereira Cardoso. — (Regen.-lib.) João Baptista Ferreira.

Leiria (Govern.) — Alipio Albano Camello, Antonio Belard da Fonseca, Antonio Caetano de Abreu Freire Egas Moniz e Paulino da Costa Santos.—(Indep.) Eduardo Burnay.—(Progr.-Indep.) Luiz Gama.

Portalegre (Govern.) — dr. Antonio Sergio da Silva e Castro, José Caetano Rebello, José Paes de Vasconcellos Abranches, dr Mario Augusto de Miranda Monteiro. —(Progr.)—Visconde de Olivã.

Porto (occidental) (Regener.-cons.) — Conde de Paçô Vieira, conde de Castro e Solla, João Henrique Ulrich. — (Regener.-lib.) — dr. Annibal de Andrade Soares. — (Progr.) — Antonio Rodrigues da Costa Silveira. — (Govern.) — Antonio Cassiano das Neves e Souza e João Gomes do Espirito Santo

Porto (oriental) (Regen. cons.)—dr. Alberto de Castro Pereira de Almeida Navarro, dr. Manuel de Sousa Avides.—(Regen.-lib.) — José da Cunha Rolla Pereira. — (Nacion.) — Luiz Gonzaga de Assis Teixeira de Magalhães. — (Progr.) — Luiz Vaz de

Carvalho Crespo. — (Govern.) — Eduardo Augusto Dias de Freitas e Francisco Joaquim Fernandes.

Santarem (Govern.) — Carlos Alberto Lopes de Almeida, José Maria Pereira de Lima, José de Oliveira Soares, dr. Luiz Gonzaga dos Reis Torgal, dr. Henrique de Mello Archer da Silva. — (Progr.) — dr. Manuel Moreira Junior.

Setubal (Repub.) — dr. Aurelio da Costa Fereira, dr. Fernandes Costa e José Maria Barata Feio Terenas.—(Govern.) — José Justino de Carvalho.

Vianna do Castello (Govern.) — Affonso Pinto Coelho Soares de Moura Quintella, Antonio Olympio Cajigal, Augusto Vieira de Araujo, dr. José Maria de Queiroz Velloso e dr. Luiz José Dias. — (Regen.-liberal.) — José Torres.

Villa Real (Govern.)—dr. Alberto Teixeira de Sampaio, dr. Antonio Centeno, João Carlos de Mello Barreto, Antonio Roque da Silveira, Albano Jorge de Azevedo Castello Branco, Carlos Malheiro Dias e Francisco Manuel Affonso Cardoso Dias.

Vizeu (Progr.) — Antonio Tavares Festas, José Bento da Rocha e Mello e José Julio Vieira Ramos.—(Regen-lib.) dr. Antonio José Teixeira de Abreu.—(Nacion.)—Hugo de Carvalho Lacerda Castello Branco.—(Govern.) dr. Antonio de Almeida Dias e Luiz de Mello Borges.

Angra (Govern.) — Emydio Lino da Silva e Arthur Brandão. — (Progr.) Carlos Augusto Ferreira.

Funchal (Govern.) — Alexandre José Sarsfield, José Lobo de Avila Lima e Emilio dos Santos Gil. — (Progr.) João Augusto Pereira.

Horta (Govern.) — Eduardo Frederico Schwalbach Lucci e João Joaquim André de Freitas. — Progr.) Antonio José Garcia Guerreiro.

Ponta Delgada (Govern.) — Jayme Julio de Sousa, Silvino Arthur Calheiros da Camara. — (Progr.) Alfredo Pereira. — (Regen.) Cons. Antonio Hintze Ribeiro.

Cabo Verde (Govern.) — Visconde da Ribeira Brava.

S. Thomé (Govern.) Ernesto Julio Navarro.

Angola (Govern.) — Francisco Xavier da Silva Telles.

Moçambique (Govern.) — Joaquim José Machado.

India (Govern.) — José Coelho da Motta Prego e Antonio Caetano de Abreu Freire Egas Moniz.

Macau e Timor (Govern.) Raul Cardoso Ressano Garcia.

Se em Lisboa, as eleições correram serenas, o mesmo não succedeu na provincia. Os tumultos graves de Unhaes da Serra, attingiram grave feição, pelos obstaculos que se tentaram oppôr aos trabalhos do conde da Covilhã.

Começaram os adversarios por barricar os caminhos que elle tinha de percorrer no automovel, aproveitando os embaraços para o aggredir á pedrada e a tiro. O conde, ao ataque, fez uso do revolver.

Conseguindo vencer os entraves, apresentou-se na egreja para o acto eleitoral, mas as aggressões resurgiram, com tiros dentro da capella de Unhaes, movimento que se attribuiu falsamente, ao presidente da assembleia, José Craveiro, e que cabia á chefia de Joaquim Pereira, que aos vivas á republica, produzia o tumulto necessario aos projectos arruaceiros, e que lhe trouxeram a prisão.

Quasi victima do attentado foi o ex-ministro da marinha, progressista, João de Azevedo Coutinho, envolvido no borborinho promovido para o roubo da urna, por um bando de caceteiros capitaneado por Antonio Trigo, creado do conde da Covilhã, affeiçoado ao governo.

O Trigo saltando por cima da mesa da assembléa da Conceição, presidida pelo industrial affecto á colligação liberal, José Maria de Campos Mello, tenta levar a urna, matando o presidente da mesa. Da morte o salvou porém, o operario José Gomes Prata, que recebe em cheio, no peito, o tiro dirigido a Campos Mello, e ficando ainda ferido o dr. Antonio Velloso.

O assassino desapparece no meio da indecisão, emquanto a tropa entra na egreja, onde o ferido agonisava. Livre da prisão, cae como furioso na assembleia de Paul, onde rasga, com o seu grupo, os cadernos do apuramento.

Entretanto, a urna era guardada, a cavallo, por um sargento de cavallaria, até que a mesa poude depois tomar conta d'ella.

Gomes Prata, de 28 annos, casado com Emilia dos Reis,

vinha a fallecer no hospital, em Lisboa, em 1 de setembro seguinte.

O Antonio Trigo, julgado mais tarde (*) com jury mixto e com advogado da viuva do assassinado, era condemnado na pena maxima.

No Sabugal, a situação tambem se manteve grave. A direcção dos tumultos, era assumida pelo abbade de Rendo, padre Victal, que com um bando de disculos promoveu disturbios largos, levados até ao espancamento do presidente da mesa eleitoral de Santo Estevão.

Victal, partidario do blóco, embora fizesse desapparecer duas das urnas, não levou porém de vencida os contrarios, e a 29 de agosto, era preso e conduzido entre baionetas para a cadeia do Sabugal, onde já estavam mais 20 dos promotores das arruaças, que se fizeram sentir até contra as casas de politicos adversos ao blóco.

Detido foi tambem o antigo deputado Manuel Telles de Vasconcellos, tendo sido antes visado com trez tiros, ao regressar á sua casa de Santo Estevão, indo os projecteis ferir um creado e dois outros habitantes da freguezia. O deputado Vasconcellos era solto pouco depois sendo tambem restituido á liberdade o abbade de Rendo.

Na assembléa de Nave, houve tumultos e a entrada da tropa na egreja, servia para a troca das urnas. Na freguezia de Santo Estevão, um padre, servia de cabecilha d'um grupo de apedrejadores da casa do presidente da assembléa do Sabugal, José Paiva. A situação tornou-se tão perigosa, que a villa do Sabugal esteve entregue ao serviço militar, originando o seguinte curioso passe, escripto pelo regedor em bocados de papel mal rasgados: «Dexam Pasari o portadori — O Residori.»

Na freguezia da Santa Casa, concelho do Fundão a 29, pretendeu um rancho de caceteiros roubar a urna, que chegaram a levar até ao altar-mor, sendo surprehendidos na tarefa pelos regeneradores, que entrando na egreja com a força armada, promoveram collisão, d'onde resultou derramento de san-

(*) 16 de Dezembro de 1911.

gue ficando mais gravemente ferido, com uma baionetada, Joaquim Ferreira.

Fez-se logo julgamento de interdicção para o templo. Ahi vencia o blóco.

Em S. João do Souto, Braga, encarregou-se do acto de força contra o governo, um troço de operarios da fabrica de cutelaria, que, invadindo a assembléa, armados de mocas, facas e limas, tentaram a substituição da urna, atirada para fóra do templo, onde se derrubava á paulada o seu unico defensor, um escrutinador mais leal.

Tumultos se davam egualmente em Sobreira Formosa, concelho de Idanha-a-Nova, onde o regedor, transformando os cabos em caceteiros, entrando com elles na egreja, fez espancar os eleitores e escangalhar a urna, embora aquietados os animos quando feita a manobra eleitoral, o apuramento proseguisse, contando-se os votos de ausentes, e de mortos, facto aliás reproduzido em Villa Verde, onde appareceram como tendo votado 600 pessoas fallecidos!

Em Figueiró dos Vinhos, o chefe teixeirista Joaquim Lacerda Junior promoveu agitações para os manejos eleitoraes e os caceteiros, manobrando á chegada dos representantes da colligação, feriram ainda gravemente João Dias. Pelo facto respondiam mais tarde, Lacerda Junior, Camillo Lacerda e Manuel Nunes, sendo absolvidos. (*)

Pacifico quasi decorreu grave o acto eleitoral em Castello Branco, onde imperava o blóco, que ali tinha a influencia do dr. Tavares Proença, conde de Idanha e Jacintho Candido da Silva.

O apuramento das eleições deram ainda os tumultos de Ponta Delgada, em 4 de setembro. Os progressistas assignalaram a victoria com um cortejo, que o povo assobiou e tentou dispersar. Do Centro Politico começaram a atirar foguetes e morteiros sobre o povo. Este, exaltado, respondeu com pedras, estilhaçando os vidros do edificio. As represalias proseguiram e os populares, correndo ao encontro dos do cortejo, arrancaram-lhes os

(*) 23 de Março de 1911.

archotes, e os instrumentos metalicos, logo amachucados. Um padre era violentamente aggredido, e rasgada a batina, teve de fugir.

Intervinha a força armada, ante a insufficiencia da policial, e, a infantaria, sob o commando do tenente Miguel de Almeida, varreu as ruas, emquanto o povo blasfemava, affirmando-se provocado, não só pelos desmandos dos do Centro, como pela imprensa progressista.

A par da nota tragica houve tambem o indispensavel lance comico, fornecido pela villa de Cezimbra onde o acto eleitoral se registou como *eleição do feijão*. Procurara o presidente da assembleia, conhecer no acto da entrega das listas, as que eram republicanas e assim, depois de as analysar á claridade, fazia transitar do bolso direito para o esquerdo, um feijão correspondente a cada lista democrata.

Não obstou o facto a que no circulo vencesse a lista republicana, victoria celebrada com o toque da *Marselhesa* e *Portugueza* e illuminação da fachada do Centro Republicano Dr. Leão de Oliveira, com lanternas verdes e encarnadas.

A par dos conflictos populares, houve os conflictos pessoaes, trazendo alguns revelações curiosas.

A esse genero pertence, uma polemica entre jornaes, que deu origem á seguinte edificante carta do abbade da Sé, do Porto:

«Sr. redactor: — O postal que deu origem á polemica travada entre esse acreditado jornal e a «Palavra» nem foi escripto na redacção d'este ultimo diario, nem, tão pouco, o seu auctor é um abbade «pseudo-teixeirista». Escrevi-o eu, e eu sou, e prezo-me de ser, regenerador sem appendice, isto é, da feição do sr. conselheiro Teixeira de Sousa. Eu devia esta declaração a v. ex.ª, para que v. ex.ª não supponha que a «Palavra» usa «sempre» de processos pouco licitos e serios para fazer jornalismo e politica; algumas vezes é ella correcta; e no caso presente foi, «em parte». Digo, porém, «em parte», porque, transcrevendo ella o primeiro periodo do meu postal disse que no segundo empregára eu «uma phrase chulissima que não costuma figurar n'estas columnas». Ora isto é menos verdade, como v. ex.ª verá pela

leitura do postal que copio para aqui, sem alteração d'uma virgula: «Com que então os catholicos não pódem, nem devem votar no sr. D. Alberto Bramão, mas podem e devem votar no sr. dr. Alberto Navarro, que, segundo o «Povo d'Aveiro», presidiu á sessão maçonica em que foi decretada a morte do saudoso monarcha D. Carlos! Ora bolas para semelhante moral apregoada por um jornal catholico! Queira mandar receber o meu debito a essa empresa e riscar-me do numero dos assignantes d'esse jornal (a) Abbade da Sé». Onde está ali a tal phrase chulissima que tanto ruborisou e escandalisou o santo varão que escreveu o celebre «suelto?» Aquelle postal, sr. redactor, traduzia apenas o brado sincero e sentido d'um padre catholico que do fundo d'alma lamenta que jornaes, que se dizem catholicos, andem preparando, com as suas insanias e os seus odios, dias bem tristes e amargurados para a egreja. Isto e só isto. Desculpe-me, sr. redactor, o precioso tempo que lhe roubei e creia-me de V. ex.ª. — Porto, 27-VIII-910 — Abbade da Sé. (*)

O «Seculo», que transcrevera a carta em 1 de Setembro, era querellado, e n'essa mesma data, o dr. Alberto Navarro, entregava no fóro criminal uma petição de queixa contra o abbade da Sé, padre Joaquim José de Oliveira e Cunha.

Outro incidente, foi o nascido do desmentido pelo governador civil de Castello Branco feito ás accusações do par do reino Tavares Proença sobre excessos pelo primeiro postos em pratica. D'ahi nasceu uma carta violenta, enviada por Proença, ao director da «Gazeta da Beira» e transcripta pelo «Liberal». (**)

«Meu caro Cardoso. — O governador Civil d'este districto um desqualificado que dá pelo nome de Costa Ornellas — disse ao presidente do conselho de ministros, entre outros embustes e gabarolices, que eram falsas as informações fornecidas a El Rei ácerca das inauditas violencias que elle, governador civil, está praticando. Ora, como eu fui uma das pessoas que com a mais rigorosa verdade informaram a El-Rei, ainda deixando de mencionar factos escandalosos que o mesmo Costa Ornellas praticou

---

(*) O «Diario da Tarde» do Porto, agosto de 1910.
(**) O «Liberal» de 5 de Setembro de 1910.

e de que tenho provas, eu desmenti o energumeno e fui n'esse desmentido até violento, na persuasão de que, sendo elle official do exercito e usando de uma espada, d'ella saberia servir-se para se desaggravar. Sómente agora sei que estava em erro e sinto-me envergonhado. A espada do homem é de... lata, tão estanhada como a cara do seu possuidor, onde toda a gente póde cuspir impunemente. Se eu soubera d'esta circumstancia mais cedo, não teria procedido de fórma a dar a ideia de que aproveitava da cobardia notoria do individuo; mas, emfim, eu tive noticia de que este cretino se gabara de me haver tomado á sua conta para me... liquidar e por isso tambem não posso deixar de fazer saber a este esfregão social e administrativo o que lhe custa a sua inepcia e sua insolencia. Peço-lhe, meu caro Cardoso, o favor de publicar esta carta. — Seu amigo obgd.º — F. Tavares d'Almeida Proença.»

O caso por ahi ficou, emquanto o orgão progressista, (*) sob o titulo «Viva o latrocinio», atacava com rudeza, o chefe do governo:

«As «Novidades» publicavam os telegrammas dos districtos assaltados por facinoras á ordem dos governadores civis com a noticia de «estrondosas victorias», terminando todos com um viva ao sr. T. de Sousa! Da Guarda, de Castello Branco, da Covilhã, de Braga, de Faro, de Leiria, de Lamego, todas as auctoridades em roubalheiras gritam estridentemente: «Viva Teixeira de Sousa!» E' justo que os quadrilheiros aclamem o chefe das quadrilhas. Aquelle viva a T. de Sousa quer dizer que foi elle que os mandou roubar e assassinar e que a justiça antes de cahir-lhe nos hombros vis tem de condemnar o presidente do conselho.

«Ladrões em Braga? Viva T. de Sousa! Ladrões em Lamego? Viva T. de Sousa! Ladrões em Leiria? Viva T. de Sousa! Ladrões na Guarda? Viva T. de Sousa! Ladrões na Covilhã? Viva T. de Sousa! Ladrões em Faro? Viva T. de Sousa! Viva o roubo! Viva o assassinato! Viva T. de Sousa!

«Os bandos de caceteiros, de miseraveis, de assassinos, vol-

(*) O «Liberal» de 3 de Setembro de 1910.

tando das assembleias eleitoraes que assaltaram, gritavam pelos caminhos das serras: Viva T. de Sousa! Triste celebridade! A gloria d'esse homem está infamemente ensanguentada. Sem talento, sem escrupulos, e só possuindo a força da tenacidade, foi de aprendiz de musica na fanfarra de Sanfins a presidente do conselho de ministros! E agora, lá no alto, com as unhas enclavinhadas nos degraus do throno, o desespero na fronte bronzeada e os pés em poças de sangue, brada que não vai e que — como Sansão! — se morrer, será com todos que estão no templo. Mas não tem elle a confiança do Rei?! Pois então. . . Viva T. de Sousa! Viva o latrocinio!»

Era a ameaça reproducção de uma outra attribuida ao conselheiro Teixeira de Sousa e que appareceu assim citada: (*)

«Ajudado na escalada ao poder, pela demolição republicana, esse homem que tem da politica a noção vésga e parochial de um regedor, entendeu que por ali è que era o caminho. E ingrato de alma, vida e coração, mal chegou ao poder, atirou logo á Corôa o primeiro pontapé, fazendo correr esta ameaça, com que respondia aos vacticinios de pouca vida ministerial:

—«Então o Reisinho julga que me empurra a mim ?! Não que eu não sou o João Franco! Prego com elle ali n'um navio de guerra, e hade fazer o que eu quizer».

—«Mas o Rei pode querer sustental-o e succeder-lhe como ao pae.

«Então o sr. Teixeira de Sousa escancarou a alma, com um bocejo de féra esfomeada que mostra as presas:

— «Eu poderei cahir antes de eu querer, mas hade cahir commigo a monarchia!. . . »

Entretanto, a despeito do verdadeiro desastre eleitoral, o governo disse-se satisfeito, allegando uma victoria que ninguem reconheceu.

Os republicanos, que annunciavam successos se conseguissem ver em maioria 10 deputados, rejubilaram por ganhar 14 e os boatos assignalaram logo tramas revolucionarios, levados ao extrangeiro, que se agitou mostrando desejos de conhecer o

(*) Joaquim Leitão=Os Cem Dias Funestos=Pagina 80.

pensar do governo portuguez, o que fez logo expedir ordens ao ministro de Portugal em Madrid, conde de Tovar, para desmentir as possibilidades de qualquer movimento contrario ao regimen.

Esse acto de pura diplomacia, foi acolhido ironicamente pelas chancellarias, conhecedoras de que realmente se projectava e de factos que para o proprio chefe do governo não constituiam mysterio.

Comtudo, como se os republicanos antevissem já a mais completa derrota da monarchia e quizessem ou apontar ao governo o inutil da sua cumplicidade ou salval-o, pela censura e pela ameaça, de arguições futuras, não hesitaram em o lançar ao pelourinho, emquanto outros atiravam, livre de mascara, o derradeiro incitamento ao povo.

A «Capital», começava por bradar em 28 de Agosto:

«A monarchia, perante a victoria do povo, para não esperar a sentença fulminadora da Revolução, tem um unico recurso: fugir! Os bandos monarchicos, inclusivé o bloco predial foram esmagados perante a urna pelo voto livre e independente dos republicanos.»

E impulsiva, proclamava ainda:

«O paiz atravessa n'esta hora um momento solemne. E' o momento do triumpho, em todas as suas imprevistas glorias. Na batalha de hoje venceu o povo. Só elle demonstrou fé, vontade, esperança, decisão, energia. O simples, o humilde, o modesto, o que labuta, o que vive desconhecido e morre abandonado, esse que é para nós a alma da liberdade e o espirito da justiça, triumphou, porque manteve a pureza da sua consciencia. Não se vendeu. Firme ás suas reivindicações, olhos fitos no seu ideal, mergulhado no seu infinito amor pelo Bem, foi á lucta sem armas nem couraças, mas com o desejo intimo e sagrado de vencer. Ameaças, protestos, despedimentos, offertas, perseguições, odios, tempestades que se desenrolavam a seus pés, nada o demoveu, — um unico anceio fazia palpitar a sua alma generosissima: a victoria da Republica, que consubstanciava a sua propria victoria! Seria capaz de se deixar matar, de saltar barrancos, de esperar um raio fulminante, mas não arredava pé.

Havia de bater-se com a fragilissima lista de papel, pela Republica, como ámanhã por ella se baterá de armas na mão, vertendo o seu sangue vermelho, puro e forte, que fortalecerá a terra creadora. Grande e admiravel povo! Vales bem todos os sacrificios que te façam para redimir. A massa popular não se limitou hoje a eleger os candidatos republicanos que interpretam as suas aspirações. Foi mais longe. Lançou as suas mãos vigorosas em torno do pescoço da monarchia e estrangulou-a. O regimen morreu hoje. Como podem viver instituições que teem contra si toda a opinião? Como pódem continuar n'uma existencia faustosa, os que se sentem perdidos n'um isolamento feito de odio e de desprezo? Não é possivel! O golpe de hoje é mortal. Já não é o divorcio entre o regimen e a nação. Esse realisou-se ha muito. E' o desenlace, a queda de instituições que nos teem conduzido á mais vergonhosa ruina. E' o assalto ao «kraal» d'esses Gungunhanas pintados de branco que são os monarchicos. A ninguem é licito duvidar do proximo triumpho. A monarchia morreu. Já ninguem decente acceitou o seu dinheiro ou seus favores, como se viessem de mãos empestadas. O sentimento civico despertou e sentiu-se hoje palpitar fortemente no espirito popular. Essa conquista é a grinalda florida da Democracia. Povo, bom povo de Lisboa, nós te saudamos! E's o triumphador! Venceste, heroe! N'esta saudação vae envolvido todo o povo portuguez que tão abnegadamente firmou em solido terreno a causa republicana. Vamos ao resto, vamos agora á Revolução»!

A 3 de Agosto o «Liberal» espelhava assim:

«Corre insistentemente a ameaça de que a republica será proclamada no dia 28 do corrente mez, aproveitando-se a excitação em que o governo põe os animos com as muitas violencias eleitoraes e o triumpho dos republicanos na capital. Vamos tel-as tesas entre o sr. Bernardino Machado e T. de Sousa em lucta para a conquista da presidencia da Republica.»

Essa estava apenas distante, de facto, 36 dias.

O «Mundo», a 30 de Agosto, n'um desvairamento pela victoria, não ia só á revolução, e excitado lançava a ameaça de que havia mais Buiças para a dynastia brigantina.

Celebre se tornou esse artigo, intitulado, decididamente, «Vamos lá a isso!»

«A monumental victoria dos republicanos causou em todo o paiz a impressão mais profunda. Ninguem oculta, mesmo entre os reaccionarios, a sensação, não de espanto, mas de pavor, que produziu o resultado da votação republicana, tanto em Lisboa, como nas assembleias eleitorais da provincia. Para a explicarem, recorrem os amigos do governo ao facto do «bloco» dos «prediais» guerrear aquelle em toda a parte, e recorrem estes, os «prediais», á circuntsancia, que alegam, da incapacidade ministerial para dirigir os destinos da politica monarchica. Nem uns nem outros teem razão. Trata-se de retaliações vingativas e odientas entre ambos os campos, destinadas a justificarem as culpas dos proprios crimes e das proprias situações. A votação republicana atingiu um numero tão colossal e revestiu-se, ao mesmo tempo, de uma tão singular significação, porque o paiz está farto da corruptela, da imoralidade e dos processos politicos e administrativos dos homens da monarchia. Mais nada. Os cidadãos republicanos que, por muitos milhares, em Lisboa e por esse pais fóra, na urna affirmaram a sua adesão aos candidatos do nosso partido, foram nem mais nem menos, que os transmissores corajosos e fieis da vontade nacional. Esses muitos milhares de cidadãos não se limitaram a representar-se a si proprios: — representaram a grande maioria do paiz, porque tambem eram, por assim dizer, os delegados, perante a urna, de todos aquelles cidadãos a quem a corrupção e a veniaga dos caciques impediram de votar. Não teem que estranhar, não teem que se admirar. Contra os designios da fatalidade, contra o destino, contra o que está escrito, toda a luta é vã, e todo e qualquer prurido de explicar uma derrota que, de periodo a periodo, maior será, não passa de um jogo hipocrita de palavras, não passa de uma grosseira e abjecta palinodia, que os ingenuos já não tomam a sério. Fique certo disto o governo; fique certo disto o «bloco» dos «prediais», dos jesuistas e da matilha de javardos que, neste solemne momento, afiam os imundos queixais e dilatam as sanguinarias narinas, para darem o assalto a todas as liberdades publicas!

«E' ao que se aprestam. Sem rebuço, sem vergonha, sem o minimo pudor, por ahi o declaram. Pois, vamos lá a isso! Sim, vamos lá a isso! Expulsem o ministerio — o que, a nós, republicanos nos é indifferente — e organizem a sua ditadura de sacristia, acolitada pelos «prediais» e pelos «talassas» que, em 1907 e 1908, puseram o paiz a ferro e fogo, e dissolvam, em consequencia, o parlamento; reimplantem, mais uma vez, o sistema absoluto, e mais uma vez calquem e esfarrapem, na cara do pais, a tal carta constitucional por onde dizem se regulam para governar; ponham de parte todos os escrupulos, dêem ao desprezo todas as conveniencias—e esperem pelo troco, que sem tardança, lhes dará o pais. Novas eleições? Não nos mettem medo. Venham ellas! Quantas mais melhor, porque mais baralhada e abismada se encontrará isso a que se chama politicaria monarchica. Venham ellas porque ainda mais uma vez demonstrariam que os republicanos, em logar de diminuirem se reproduzem assombrosamente. Somos, verdadeiramente, a hidra que, conforme as experiencias de Trembley, por mais que a dividam por mais parcelas em que a cortem se transforma em outras tantas hidras, com outras tantas cabeças. Julgando que nos matam, dão-nos vida, vigor, numero... As curiosas e concludentes experiencias do fisiologista Trembley podem aplicar-se ao Partido Republicano em Portugal. Os sinistros ditadores que em 1908 queriam assassinar a Liberdade no nosso pais, assassinando-nos, foram torpemente estupidos, porque não compreeenderam que o Partido Republicano já então não era susceptivel de morte, e que quaisquer atentados contra elle exercidos só em seu proveito reverteriam, como reverteram. Pretender tapar uma cal deira de vapôr, com receio de que este, saindo pelas valvulas, queime os circunstantes, é, naturalmente, provocar a sua explosão. E' isso, pois, o que nós desejamos. Façam o favor, rei e prediais, com sacristas e talassas, de reentrar no caminho que levou á morte o sr. D. Carlos. Dissolvam o parlamento; inaugurem, de novo, a politica do despotismo e da tirania que tornou celebremente tragico o anterior reinado, e... depois deitem-se na cama, que é parte quente. Mas aqui lhes asseguramos que a nação inteira, armada, se preciso fôr, impedirá que se regresse aos pro-

cessos politicos empregados pelo pae do actual reinante. A farça degenerará em tragedia. Chamarem-se constitucionaes, e a todo o instante violarem, com insolencia, o proprio sistêma sob que dizem reger-se e governar-se, não pode tolerar-se, não ha-de tolerar-se. E quem nos diz a nós que toda esta indigna burlêta, que á ultima hora audaciosamente desempenham os «prediais» e os «talassas», de triumfos cantados de mistura com roncos de ameaça, não foi, ha muito, combinada intimamente, entre o rei e elles? São capazes de tudo, e varios sintomas, de varios lados surgidos, parecem indical-o. Pois então vamos lá a isso! Mas lembrem-se, os tigrinos janizaros do povo, que o Terreiro do Paço ainda não foi arruido por nenhum terremoto, e que Buiças ha muitos. Basta que a tirania e a crapula os acordem!»

Não é demais reproduzir (*) egualmente, os quartoze pensamentos dos quartoze deputados eleitos, e onde claramente se demonstravam as intenções dos democratas:

«Nenhum candidato monarchico, absolutamente nenhum, se apresenta a agitar as grandes questões vitaes da nação, propondo as suas soluções dentro da monarchia. E' que no regimen todas as questões estão fóra do seu centro de gravidade: problemas postos hoje dentro da monarchia são problemas condemnados a não ter solução. E' que tudo está suspenso, dependente da proclamação da Republica. — Dr. Bernardino Machado.»

«Se temos muito a lucrar com as desavenças dos monarchicos, porque a desunião representa em regra a sua fraqueza, mais ganharemos, todavia, com a sua mancomunação. As desavenças são para elles uma fraqueza; mas a sua mancomunação representa a vergonha e a ignominia. Na primeira hypothese, o povo afoita-se mais para os atacar; e na segunda, cria animo para os varrer a todos de vez. — Dr. Antonio José d'Almeida.»

«N'esta legislatura o parlamento tem de ser apenas uma arena, onde se degladiam os accusadores dos ladrões e dos ineptos e os que defendem os roubos e as asneiras. E' apenas um logar de accusação e de protesto; e deve sel-o porque é ainda o logar d'onde melhor se faz ouvir quem accusa e quem protesta.

(*) *A Capital* de 30 de Agosto de 1910.

Mais do que os jornaes, os pamphletos, os comicios, vale para a nação o que se diz no parlamento, ponto culminante, dominando os outros todos e para o qual as attençõas convergem com o maior interesse. — Theophilo Braga».

«O parlamento portuguez não é um tribunal de alta justiça social. Ali não vingam as leis de iniciativa parlamentar. Ali fazem-se favores e dispensam-se protecções com a approvação de leis que a maioria cegamente approva. Ali reflectem-se, em grande, os processos da galopinagem eleitoral, que, presentemente nos envergonha e invade todo o paiz. Estou convencido de que não será no parlamento, dentro da monarchia, o campo de operações da nossa regeneração.—Feio Terenas.»

«Penso do anti-clericalismo do actual governo o mesmo que fiquei pensando do anti-clericalismo do governo regenerador de 1901, depois de publicado o decreto de 18 de abril. Parece-me que a situação politica se define bem, dizendo que os clericaes são, na verdade, por agora, anti-governamentaes, sem que, por tal motivo, deva concluir-se que o governo seja anti-clerical. Estou convencido de que o governo se daria por muito satisfeito se amanhã os jesuitas se declarassem a seu favor. Está na logica e na tradição da monarchia constitucional. Assim pensava D. Pedro IV. — João de Menezes.»

«A actual constituição politica portugueza está exauctorada e mais do que isso, divorciada do espirito nacional, não póde viver senão da corrupção e do medo.—Costa Ferreira.»

«Quem se fez echo d'essa campanha (da ida ha annos, a Badajoz dos respublicanos portuguezes) foram os srs. Alpoim, Teixeira de Sousa e José d'Azevedo, os liberaes de hoje. Arrependeram-se estes homens? A Magdalena arrependeu-se, é certo. Mas quem vae casar com uma prostituta que se arrependeu ao bordel ou com o criminoso que se arrependeu na Penitenciaria?—Brito Camacho.»

«O rei, cahindo Teixeira de Sousa, se tiver um laivo de intelligencia para vêr a situação, só tem um caminho a seguir: abdicar immediatamente e ir-se embora. Se não o quizer fazer e teimar em ficar, a nação o obrigará a sahir. Dir-se-ha para que servem n'este caso as eleições d'agora. Servem de muito,

porque são a base moral indispensalvel para a mudança d'instituições. Ellas constituem o melhor ponto de apoio da proxima revolução! — Affonso Costa.»

«Os dias do regimen estão contados. Ajudemol-o piedosamente a fallecer. E aquelles que nos consideram a nós lunaticos ou sonhadores, confiados estolidamente na força brutal do exercito, cuja espada já mais deixou de servir a liberdade, estariam comnosco identificados já, se podessem comprehender a força democratica do povo, força formidavel e avassalladora, que cresce hora a hora, agigantadamente, levando n'uma furia indomita, deante de si, os homens e os acontecimentos. — Alfredo de Magalhães.»

«Se Roma, se a reacção clerical consegue um governo da sua feição, então será o explodir de tudo. Não ha ninguem em Portugal que fique indifferente. O exercito portuguez não é um exercito de sachristães. Bastará o mais pequeno abalo n'este equilibrio instavel em que está a situação politica da nossa patria para que tudo venha a terra.—Miguel Bombarda.»

«Os problemas nacionaes só terão solução com a implantação do novo regimen. A continuação da monarchia em Portugal é um perigo irreductivel. O constitucionalismo, desde 1834 para cá, tem sido uma perfeita burla.—Fernandes Costa.»

«Creio que é chegada a occasião da nação dizer de sua justiça, visto que a monarchia se confessa impotente para governar seja com que homens fôr.—Candido dos Reis.»

«Que mais provas são necessarias para demonstrar a incapacidade do regimen, que gastou todos os seus homens, sem que cousa alguma produzissem de bom, antes aggravando continuamente a situação do paiz? Não ha pois mais experiencias a fazer, mais contemplações a ter com quem se mostra d'uma incapacidade de tal ordem, que não ha desastres de qualquer especie que o faça entrar n'um caminho differente. Por isso não ha que hesitar; uma unica solução se impoe inexoravelmente para a nação: fazer a Republica. — Antonio Luiz Gomes.»

«A assembleia parlamentar que vae abrir-se desempenhará, historicamente, o papel d'um tribunal revolucionario. Vae fazer-se o julgamento da monarchia. O rei D. Manuel, mais feliz de

que seu avô Luiz XVI, porque o destino não lhe concedeu tempo para amontoar, como aquelle, tantos crimes sobre a sua consciencia, não morrerá no cadafalso: — soffrerá apenas as agruras do exilio, que, para os reis, são sempre amerciadas pelos confortos e compensações que dá o ouro, e equivalem a uma libertação. Já vê que os convencionaes da nova camara não vão ser executores de sangueiras; não se requererão cadafalsos nem Samsões; tudo se fará com o innocente papel de um passaporte. — Alexandre Braga»

Levados pelo enthusiasmo dos seus caudilhos, os republicanos, proclamando haverem-se realisado as ultimas eleições monarchicas, davam-se sem rebuço, como firmemente revolucionarios, dispostos a tudo e sem receios de especie alguma.

O Directorio recebia na noite de 28, os cumprimentos da Camara Municipal de Lisboa, cujo presidente, Anselmo Braamcamp Freire fazia entrega d'uma mensagem onde se dizia que os vereadores, «reunidos em sessão particular, saudavam por intermedio do directorio o dedicado povo republicano e os deputados eleitos pelo partido.»

Os progressistas, por seu lado, representados pelo «Liberal» de 31 de Agosto, fazendo, inconsciente, o jogo republicano, exhortavam o governo a pedir a demissão, em termos que só mau effeito produziam:

«O governo de traidores, de ladrões e de assassinos, que anda a roubar as urnas e os cofres publicos, que atraiçôa o rei e mata o povo a tiro, a punhal e á mocada, tem que abandonar as cadeiras do poder, que está deshonrando. Fóra! Fora!»

E ainda:

«Os estrangeiros não se admiram de que a republica seja brevemente proclamada em Portugal. Nem nós. Achamos isso muito correcto quando se entrega o poder a quem se serve d'elle sómente para o atraiçoar e vender. E' questão do teixeirismo vingar; vingar elle ou os republicanos é o mesmo: estão unidos para a vida e para a morte; e se el-rei quizer ser prudente, ponha-se ao fresco antes que o ponham!»

As opiniões pessoaes dos chefes politicos vinham egualmente a descoberto.

Os catholicos, representados por um dissidente do partido nacionalista, o dr. Quirino Avelino de Jesus, antigo deputado, segundo director politico do extincto «Correio Nacional», onde pontificaram o marquez de Pombal, o conde de Casal Ribeiro e Henrique de Barros Gomes — dizia o seguinte n'uma entrevista jornalistica:

« — Como deve julgar-se o resultado das eleições?

« — Satisfatorio para o governo, os regeneradores e os progressistas, notavel para os republicanos, contraproducente para o blóco, supportavel para a monarchia e indefinivel ainda para o paiz. Elle representa logicamente a consequencia das premissas estabelecidas. As scisões Hintze-Franco e Luciano-Alpoim; o systema de resolver as questões entre os grupos com o poder moderador; os excessos commettidos n'esse caminho entre 1901 e 1910, mas especialmente desde 1907; as confusões da religião com a politica de um partido e depois com a de tres ou quatro; as luctas apaixonadas e pessoaes dos ultimos annos; o erro de se promoverem perigosas separações de campos — cavaram abysmos entre os homens; pulverisaram e dispersaram o monarchismo; trouxeram grandes progressos aos republicanos e determinaram uma importante organisação revolucionaria. Tudo isto caiu pesadamente sobre todas as instituições conservadoras, que pódem salvar-se apenas por uma evolução conciliadora dos seus principios fundamentaes com as necessidades dos tempos.

« — Essas instituições poderão manter-se de outro modo?

«O «governo de força» em que se tem pensado para as defender seria, aberta ou disfarçadamente, uma dictadura militar. Esta, porém, é impraticavel, já porque não temos officiaes superiores que reunam as condições para impôr uma tal situação e administrar o reino, já porque tudo teria de fazer-se contra a liberdade e a democracia, pelo impulso inicial de quatro grupos colligados com lemmas e famas oppostas ao espirito predominante da epoca. Ella dividiria, portanto, o exercito e a nação, provocando naturalmente uma revolução republicana, que tambem póde vir antes. Em qualquer dos casos, seria inevitavel uma guerra civil e mais ainda a anarchia. Como em Portugal nunca uma «coalisão» pôde ou póde vencer outra «definitiva-

mente», mesmo nos campos da batalha, as combinações da politica e as desordens publicas tornariam fatal por taes vias a intervenção de forças estrangeiras, como em 1826, em 1836 e em 1847. Parallelamente a uma tal serie de males, viria tambem a ruina economica e financeira de Portugal e das suas colonias.

« — Como se deve então pensar da situação presente?

« — Salta aos olhos que, mantendo-se as «actuaes» relações de grupos, de homens e de ideias, a monarchia não disporá de nenhum elemento que possa salvar as instituições tradicionaes e a propria nação. N'aquella hypothese, as crises e calamidades que vierem pelo curso dos acontecimentos serão acima de tudo para essas instituições e para os principios e interesses correlativos.

« — Mas, em tal juizo, deve considerar-se tudo perdido para o conservantismo?

« — Não, uma vez que se modifiquem salutarmente as situações reciprocas do «blóco» e systema governamental para uma transformação relativamente avançada nas manifestações do poder publico. O ministerio tem maioria bastante para governar constitucional e democraticamente. Nenhum outro poderia n'este periodo tel-a mais numerosa. Se o sr. Teixeira de Sousa abandonasse os conselhos da corôa, os «colligados» não poderiam subir agora, porque se exgotaram de 1906 a 1910, provocariam decerto o desmembramento da regeneração e da dissidencia progressista, conflagrariam todos os liberaes e democraticos, multiplicariam as candidaturas e victorias republicanas, se chegassem a fazer novas eleições — hypothese irrealisavel — e fariam explodir o vulcão revolucionario, com a previa experiencia da dictadura militar, ou sem ella, e com todas as consequencias d'ahi resultantes. Assim é absolutamente indispensavel que o sr. Teixeira de Sousa continue no poder para levar por deante uma politica de equilibrio, de liberdade e de contemporisação, e que ella seja facilitada, ao menos indirectamente, pelos grupos do bloco. Estes não poderão de outro modo concorrer para a salvaguarda das instituições conservadoras e tornar possivel, mais adeante, a sua acção governativa, que lhes estaria destinada depois de experimentarem em si mesmos as necessarias modificações determinadas pelas circumstancias irreductiveis.

«— Em tal opinião, tudo se resume, pois, na necessidade de uma revolução da monarchia?

«— Exactamente. A monarchia, para serem vencidas as suas difficuldades e as do paiz, tem de ser liberal e democratica Tem de ir francamente por essa estrada até onde a referencia do maior bem e do menor mal o exigir. Depois de tudo o que houve para áquem de maio de 1907, o sr. D. Manuel perderia o throno, lançando a nação na anarchia, se voltasse agora para traz. Não se poderia então fugir a isso, ainda que se não estivesse em face de uma ebulição politica e social, que abala toda a Europa e em especial os paizes latinos. Presentemente se deve prevêr que seria mais facil a transformação revolucionaria da camara agora eleita em constituinte do que fazel-a desapparecer por um golpe de Estado. Sendo isto assim, dois dos grandes eixos da situação governativa estarão nas representações parlamentares dos progressistas dissidentes e dos republicanos, como em Inglaterra estão nos deputados irlandezes e socialistas. A monarchia nova tem de saber buscar ajustadamente o equilibrio, difficil, mas possivel, com applicação attenta d'esse criterio coordenador. Tem-se resistido do lado conservador á ideia de uma amnistia politica geral. A verdade é que a empreza definida da consolidação da monarchia pela democracia tem de começar por ahi, exceptuando-se d'aquella providencia, é claro, os crimes do Terreiro do Paço.»

Os henriquistas, representados pelo conselheiro Rodrigo Affonso Pequito, registavam a attitude do bloco como em opposição tenaz ao governo.

Julio de Vilhena, dava a colligação como extincta, frisando que a despeito de a ella ter estado ligado, conservára a sua independencia.

Teixeira de Sousa, dava-se por satisfeito com o resultado eleitoral e assignalava que a attitude do governo nas camaras seria moldada pela attitude das opposições.

Essa alegria podia ter dois aspectos: ficticia, se o desespero a dictasse; verdadeira se houve regosijo pela derrota evidente dos monarchicos.

Teixeira de Sousa, tentando sempre lançar as culpas de acon-

tecimentos sobre os antecessores e os contrarios, dizia mais tarde: (*)

«Logo se viu o alcance. Dividir a votação monarchica para dar o triumpho ás candidaturas republicanas, e, n'este monarchissimo proposito, o bloco foi auxiliado por gente do Paço, e algum do proprio serviço do rei. Os factos coroaram a obra projectada pelo «bloco». Os algarismos, representando a votação das diversas listas, mostraram que a divisão dos monarchicos é que deu a victoria eleitoral dos republicanos. Por uma pungente ironia, quando o bloco publicou a sua lista, designou-a de monarchica, mas contra o governo que dizia alliado aos republicanos. Era mais uma falsidade: mascarava de monarchica uma lista que só tinha por fim fazer triumphar os adversarios das instituições. Se assim não fosse, não excluiriam o unico elemento monarchico que em Lisboa havia com valor—o governo—e tão valoroso que em qualquer dos dois circulos da capital, obteve maior votação do que o bloco.»

As eleições, a despeito d'esse sacudir de responsabilidades, não deixaram comtudo de significar um tremendo cheque ás instituições que o governo deveria manter e esse valor tão orgulhosamente citado, dava fundo, ineptamente, aos primeiros tiros dos grupos revoltados.

A' derrocada, aliás prevista, correspondeu, para illusão dos que desconheciam o verdadeiro credo do governo, um simulacro de irritação, pelos resultados eleitoraes.

Fallou-se até em perseguições ao funccionalismo que se absteve de votar ou votara com o bloco, chegando-se a abrir até pelo commando de policia um inquerito sobre os motivos porque uma esquadra inteira votára com os «bloquistas», syndicancia que se cancellou, por ordem de Teixeira de Sousa, aos primeiros rumores de protesto

José de Alpoim, pela dissidencia, dizia, sobre uma fallada dissolução:

« — Mas então suppõe isso possivel? Além de ser a conti-

(*) *Para a Historia da Revolução*, por Teixeira de Sousa=1.º volume= Pagina 396.

nuação do ultimo reinado, além de collocar o rei na deploravel situação de dissolver tres camaras de deputados em menos de tres annos de reinado, não faltaria quem interpretasse esse facto como um desforço régio pela victoria dos republicanos e um acto de protecção aos elementos conservadores e ultramontanos que se sabe terem, na chamada «servidumbre» agentes e servidores dos seus interesses politicos... Não! Creia: o chefe do Estado não fará semelhante coisa, que não seria d'um rei constitucional e d'um atinado e prudente cerebro politico... Olhe, nós, os dissidentes, haviamos de combater com toda a energia esse facto...

Sobre appoio da dissidencia:

« — Pois que duvida? Não estão contra elle todos os elementos reaccionarios, todos os elementos conservadores da politica portugueza, e estes elementos não nos teem perseguido e calumniado? Não tem o sr. Teixeira de Sousa cessado com as perseguições á imprensa e com muitos actos abusivos e violentos de governos anteriores? Então, sob o ponto de vista de perseguição aos elementos liberaes, pode comparar-se com o governo do sr. Beirão? E não deixou o sr. Teixeira de Sousa, — compare as eleições de Lisboa, hoje, com as anteriores, tão tumultuarias e ensanguentadas! — que o acto eleitoral corresse com a maior liberdade? Não foram eleitos deputados dissidentes, por mutuas transacções, com inteiro apoio do governo?! Somos incompativeis com os conservadores e, assim como estes constituem o bloco opposicionista e se abandam na minoria, os dissidentes emparceiram-se com o maioria, apezar de terem um programma absolutamente radical e formarem um partido inteiramente distincto...

E, sobre a dissidencia sendo governo, iria mais longe do que Teixeira de Sousa:

« — Sem duvida. Logo, teriamos accentuado uma larga feição radical e democratica... haveriamos dado a amnistia á imprensa, a amnistia aos processos politicos (afóra o regicidio), tomado providencias de caracter liberal que cabem nas forças do poder executivo, e, na chamada questão clerical, encerrado varios estabelecimentos conventuaes e jesuiticos, feito cumprir

as lei do reino a respeito d'esses estabelecimentos e de seminarios...»

Por seu turno, o dr. Affonso Costa, declarava: (*)

« — O que penso das eleições? Mas, por quem é, o que quer que pense? As eleições, pela fórma como decorreram, ordeiramente, nobremente, ficam sendo nada mais nada menos de que a base moral da revolução! A seguir ao attentado do Terreiro do Paço, os monarchicos, n'aquellas primeiras horas de pavor e de terror, attribuiam todas as culpas do estado a que o paiz chegára ao rei D. Carlos. E apparentemente irmanados com os que combatiam a crapula que invadira todas as regiões do poder, os defensores do regimen, voltando-se para o povo, diziam-lhe: — «Fizeste bem, que mataste o rei que te levou á miseria! D. Carlos teve a sorte que merecia!» Foi então, estando o sr. Ferreira do Amaral no poder, que, em nome do partido republicano, propuz á monarchia a minha plataforma politica... Governae com liberdade, com economia e com patriotismo, disse eu aos ministros d'essa monarchia, se quereis ou se podeis. Governae com liberdade, restabelecendo toda a legislação liberal de Joaquim Antonio de Aguiar e do marquez de Pombal; governae com economia, estabelecendo a sério o equilibrio orçamental, e governae com patriotismo, não nos ameaçando jámais com a intervenção da Hespanha ou da Inglaterra. E o que aconteceu? O meu conselho não foi ouvido e os monarchicos tentaram uma tentativa de burla que não deu resultado. Toda a obra do rei Carlos está de pé, os frades e o clericalismo campeiam ás soltas, e do Juizo de Instrucção Criminal, que presentemente tem um doido a dirigil-o, ainda não houve governo da monarchia nova que não se servisse. Isto pelo lado liberal. Pelo lado economico, então, o escandalo é ainda mais grave. O devorismo tem sido de tal ordem que os orçamentos do actual reinado se teem fechado sempre com maiores «deficits» que no reinado anterior! Pelo lado patriotico, a falta de pudor do regimen excedeu todos os limites. Quem se esqueceu já da entrevista de Villa Viçosa, onde os dois reis da Peninsula trataram de se defender, não con-

(*) *O Seculo* de 30 de Agosto de 1910.

seguindo, afinal, mais do que illudir-se? E' que D. Manuel desconhecia o que se passava em Hespanha, como Affonso XIII ignorava o que ia por Portugal. Depois veiu a viagem a Inglaterra, durante a qual o moço rei andou inutilmente a offerecer-se para noivo a quantas princezas existem n'esse paiz em edade de casar. Mal cuidava, porem, o inexperiente soberano que a Inglaterra, apezar de o ter por hospede, faria as declarações que fez. As suas allianças, affirmou-o pela imprensa affecta aos seus ministros, não eram com os reis, mas com os povos... Continuava-se portanto, a recorrer ao auxilio do estrangeiro para manter em Portugal uma monarchia odiada. E' que o mais alto representante d'essa monarchia não ignorava que a dynastia dos Bragançaṣ, desde que fugiu para o Brazil, nunca foi em Portugal mais do que tolerada. O meu conselho, o meu aviso, a minha plataforma foram, pois, desprezados pelos serventuarios de um regimen pôdre, a caír a bocados. E como o morto não podia falar, os governos da monarchia nova, para se desculparem continuaram a dizer, alto e em bom som, que o culpado de tudo fôra o rei D. Carlos, o qual, para se locupletar e atacar os cofres publicos, os mandára lá metter, primeiro, as mãos... Veiu, emfim, a liquidação dos adeantamentos. O senhor sabe o que isso foi, o que isso representa? E' a maior vergonha da monarchia. Prova-se que houve um rei que com a connivencia dos seus ministros se apoderou de milhares de contos que eram do paiz. O partido republicano fez contra essa serie de expoliações aos cofres da nação, por largos annos postos a saque, a mais violenta, a mais intransigente das campanhas. E a liquidação dos adeantamentos ainda não se realisou. Depois, temos o caso Hinton, que é um symbolo. Essa chaga, que, n'um dado momento, principiou a corroer, bem á vista de todos, o organismo da monarchia, é typica. Ella veiu revelar como em Portugal os politicos do regimen fazem negociatas com amigos e protegidos. Ora recebem a paga das suas condescendencias em dinheiro, ora em predios, ora exigem nas companhias e emprezas que, á sombra do Estado, se constituam logares chorudos, com que servem os mais dedicados correligionarios e afilhados. Surgiu mais tarde — ha meia duzia de dias, por assim dizer — a derrocada do

Credito Predial. O que se passou n'essa Companhia é a synthese perfeitissima do que se tem passado na administração geral do paiz. Assim como quem quer dar idéa d'uma casa lhe traça a planta, assim tambem, quem quizer saber como se teem administrado os dinheiros publicos não precisa de outra coisa que não seja ver bem como se governou o Credito Predial, que não é, afinal de contas, mais do que a planta do paiz. E o partido republicano — será essa a attitude dos seus representantes no parlamento — não consentirá que se poupem os que prevaricaram. Procurará sempre esclarecer e convencer. Todavia, quando vir que por meios suasorios, que pela força da razão, nada consegue, recorrerá aos tumultos sempre que o entenda necessario, para evitar que um novo escandalo se consume. No parlamento não passarão «bills» de indemnidade nem para os adeantamentos, nem para o Credito Predial nem para o caso Hinton. O divorcio entre os governos e o paiz é profundo. Até agora todos elles teem governado sem o appoio da opinião publica. Provinha-lhes d'esse facto a falta de estabilidade. D'óra ávante, porém terão de governar contra a mesma opinião. Pode ser? Pode haver, porventura, algum que resista? As eleições d'agora ficam constituindo a base sociologica da revolução. Sem isso, o estrangeiro, que não vê estas coisas nas suas minucias, podia julgar a revolução dispensavel em Portugal. Agora, porem, esse mesmo estrangeiro e ainda aquellas consciencias mais difficeis de convencer da nossa terra, ao verem que os republicanos alcançaram com uma lei eleitoral ignobil, feita de proposito para os esmagar, o maior dos triumphos, concederão toda a sua confiança aos republicanos, perante toda a gente intelligente, os unicos portadores da vontade expressa do povo, que quer a republica. As eleições vieram crear a atmosphera moral e a atmosphera revolucionaria que tem que existir no parlamento, onde ha de estabelecer-se o principal campo revolucionario desde que nas cadeiras do poder appareçam governos de bandidos. O que farão as opposições monarchicas? Pouco viverá quem o não souber. Mas se atacarem o governo por causa de medidas como a portaria ao prelado de Braga, os republicanos não intervirão. Se, porem, fizerem declaradamente o jogo reaccionario, encontrarão pela

frente o forte correctivo que as suas audacias reclamarem. O mesmo succederá ao sr. Teixeira de Sousa, se se lembrar de fazer o jogo da reacção. Depois d'isto, os monarchicos andam de ha muito entretidos n'um verdadeiro «bluff» liberal. O sr. Wenceslau de Lima dizia-se liberal, o sr. Campos Henriques classificou-se de liberal ponderado. O sr. Teixeira de Sousa navegou nas mesmas aguas, mas todos elles não teem feito mais do que mangar com o povo. Do liberalismo dos homens da monarchia não ha absolutamente nada a esperar. Liberaes teem elles sido para esvasiar os cofres publicos. De hoje em deante, os campos ficam extremados. De um lado, alinhar-se-hão os «colligados», reaccionarios, clericaes e liberaes. Do outro, ficarão os republicanos. Em Portugal nunca mais torna a haver governos reaccionarios. Póde o rei acalentar á vontade o louco desejo de fazer do sr. Vasconcellos Porto chefe d'um grande partido ou simples ministro da guerra de qualquer governo retrogrado. No dia em que esse dictador ou qualquer representante da reacção clerical e politica fôr chamado ao poder, surgirá a revolução a impedir que se pratique mais um attentado contra a liberdade, que se consumme mais essa ignominia! Os republicanos seriam os ultimos dos covardes ou os ultimos dos estupidos, se consentissem n'uma tentativa reaccionaria. Portugal, para traz, não caminha! Mas, dir-se-ha, o sr. Teixeira de Sousa não teve nenhum merito? Teve um apenas — o de definir os campos politicos, o de mostrar o rei tal qual elle é. E agora, o partido republicano, á mais simples ameaça á liberdade deve fazer a revolução.»

O dr. Affonso Costa, fornecia ainda ao «Matin», a seguinte entrevista:

« — Sim, acabamos de alcançar um grande triumpho, não só porque em vez de sete deputados temos agora quatroze, mas, sobretudo, porque o numero dos votos republicanos augmentou n'uma enorme proporção em todo o paiz. E isso conseguiu-se apesar da corrupção desenfreada que o thesouro publico pagava, com um cynismo de que não houve exemplo nos peores dias que Portugal tem atravessado, apesar da pressão official escandalosa e apezar das fraudes formidaveis. Além de todos esses abusos, de que a opinião vae pedir contas severissimas, o gover-

no encontra-se, por estes motivos, n'uma situação precaria. Quando os governos, após as eleições que fazem, dispõem de uma maioria que se avalia sempre em cincoenta votos, o sr. Teixeira de Sousa conta apenas com uma maioria de vinte ou trinta votos. N'esta é preciso comprehender ainda os deputados dissidentes, uns dez ou doze, cujo valor parlamentar individual é grande, mas que, sob pena de renegar o seu programma radical, serão forçados a abandonar um ministerio que ninguem sabe o que quer, nem para onde vae. Dez votos deslocados e veja em que se tornará a maioria governamental. O sr. José de Alpoim e os seus amigos são os arbitros da situação; mas as suas exigencias serão da vontade do rei e dos velhos amigos de Teixeira de Sousa? Qual é a significação d'essa consulta ao paiz? Os resultados de Lisboa e seus arredores, do Porto — cidade e de todos os grandes centros, demonstram que Portugal está n'uma phase decisiva da sua historia: ha a mais firme vontade de mudar o actual regimen. A situação do joven rei é grave: é preciso ser cego para não a ver. Os partidos monarchicos deslocam-se, subvertem-se e mal dissimulam o seu terror. Veem-se allianças monstruosas. Os conservadores usam desesperadamente da etiqueta, nova para elles, de liberaes e veem-se homens publicos, da tradição mais liberal, que consentem no seculo XX, em confundir-se com os reaccionarios impenitentes. O rei não tem nenhum partido em que se apoie solidamente. Na nova camara, tanto do lado dos amigos do governo como do lado dos seus adversarios monarchicos, ha faltas, imprudencias taes, que nós quasi poderiamos cruzar os braços, e ver completar a ruina da dynastia, se não considerassemos como um dever conservar a direcção moral politica e do paiz, direcção que já exercemos de facto, pela defeza das liberdades necessarias e a protecção dos dinheiros publicos. A transformação é certa, fatal não póde demorar muito. Se nos obrigarem a proceder pela força, estamos resolvidos a fazel-o no momento preciso, que será logicamente, scientificamente indicado pelas circumstancias. N'esse momento, se a monarchia deseja apressal-o, só tem uma coisa a fazer: chamar os reaccionarios para o governo: «o povo não toleraria isso; seria a revolução immediata». Estamos desde já promptos a su-

bstituir homens e instituições. Mas, embora grande o espirito de moderação e de humanidade que anima este povo, por mais admiravel que seja a sua disciplina, o acto revolucionario será sempre brusco: correrá sangue, innocente, talvez; é quasi inevitavel. Porque não evita isso? Porque não se prepara para o paiz uma transformação mais doce? Se eu fosse amigo do rei D. Manuel, seria com a maior sinceridade que lhe mostraria o unico caminho verdadeiramente nobre que tem a seguir: o da abdicação, realisada a tempo, com uma dignidade a que o paiz saberia prestar homenagem e que, pela primeira vez, collocando o principe em communhão com os sentimentos do povo, imporia Portugal á admiração do mundo.»

O jornal parisiense, depois de ouvir a opinião do caudilho democrata, quiz saber a do ministro de Portugal em Paris, conde de Sousa, que declarava o seguinte:

«Sim, li o artigo do sr. Affonso Costa. Devo dizer que só conheço o sr. Affonso Costa de nome, mas sei que elle é um dos deputados republicanos dos mais activos; como, alem d'isso, é advogado não me surprehende que queira defender a causa do seu partido perante a opinião estrangeira. O sr. Affonso Costa qualifica de triumpho o facto de quatorze membros do partido republicano terem sido eleitos para o parlamento portuguez; mas quatorze cadeiras de deputados não são um numero que se imponha n'uma assembleia que comprehende 135 membros. O sr. Affonso Costa esqueceu que se o partido republicano obteve aquelle resultado não o conseguiu pelas suas proprias forças, mas unicamente mercê das dissenções que infelizmente existem entre os differentes grupos monarchicos. Se estes tivessem chegado a concentrar-se n'um esforço commum contra os republicanos, como o farão em eleições futuras, o sr. Affonso Costa não teria de allegrar-se com o resultado dos esforços dos seus amigos. Ha um facto inilludivel, e é que apezar das opiniões do sr. Affonso Costa e dos seus amigos, o meu paiz está bem longe de ser republicano. A verdade é que a grande maioria da população é tão fiel ao principio monarchico como dedicada á pessoa do rei, como o provam as manifestações de respeito e de sympathia

que acolhem o soberano por toda a parte do reino por onde passe.» (*)

A illusão do conde de Sousa Rosa era completa e o estrangeiro decerto sorriu, porque a democracia affirmava peremptoriamente: (**)

«O estrangeiro reconhecerá que o não illudiram os delegados do partido republicano portuguez que officialmente lhe foram communicar que, n'este extremo da peninsula, ha um povo que marcha para os horisontes da Liberdade, animado da mesma predestinação que outr'ora o fazia romper os horisontes do mar, no caminho das suas gloriosas descobertas. A base moral da Revolução é esta. Pode sem exagero proclamar-se que ella representa já o triumpho d'essa revolução. Desde hoje a Republica está reconhecida pelo estrangeiro e com tanta mais segurança quanto, ainda antes de empunhar as armas da insurreição, para derrubar um velho throno, empunhou os fachos da educação, para illuminar a consciencia nacional.»

Mais pratico, mais positivo ou menos illudido, o conselheiro José Luciano, trocava cartas com el-rei.

Na da semana seguinte ás eleições, frisava o facto de não convir descontentar os verdadeiros monarchicos, que ainda podiam ser-lhe precisos. D. Manuel, amavel, mas firme, respondeu pedindo que não levantasse difficuldades ao governo. Com oito dias de intervallo, José Luciano intervinha com outros conselhos, a proposito de manejos do Tribunal de Verificação de Poderes, validando eleições onde houvera atropellos e frisando que o rei devia agradecer a Teixeira de Sousa a victoria da republica. Avultava n'essa missiva o trecho:

«E Vossa Magestade deve estar preparado «para tudo!»

D. Mannel ainda d'essa vez escrevia, promettendo o governo apoz uma prevista queda de Teixeira de Sousa, para dezembro, pela reabertura das côrtes.

A dissidencia que acompanhava o teixeirismo, lançava, re-

(*) *Le Temps* =4 de Setembro de 1910.
(**) *A Capital* de 30 de Agosto de 1910.

presentada pelo «Dia», a responsabilidade ao bloco, dando-o como um dos grandes elementos do triumpho republicano.

Todos tinham razão e o mesmo elo os movia criminosamente, nos trabalhos do derrubar da realeza em Portugal.

Prophetisava a França essa ruina, em trechos da «Libre Parole» (Setembro de 1910) subordinados ao titulo «As eleições portuguezas e o casamento do rei Manuel»:

«Muitas vezes aqui estabelecemos a situação deploravel do reino de Portugal e, com infinita piedade, mostrámos o rei, que é uma creança, em frente de difficuldades tão inextrincaveis que annunciámos uma catastrophe imminente. As eleições portuguezas, que agora terminam, estão bem longe de terem melhorado a solução do reino, como já haviamos previsto, e ao contrario de todos os vaticinios inglezes, a favor do ministerio liberal... «Nunca a corôa conheceu um tal perigo e só o rei Eduardo VII, se ainda fosse vivo, poderia pôr um obstaculo á revolução, que avança a passos largos. Infelizmente, a morte do poderoso amigo da monarchia portugueza parece ter mudado singelamente a situação externa e interna d'esse pequeno paiz e dado, mais do que nunca, confiança ao partido revolucionario que conhece as hesitações do rei Jorge em conceder uma princeza ingleza para rainha de Portugal. Com effeito toda a força da monarchia, a sua razão de ser perante o paiz, era o apoio que ella conseguia pelas suas ligações com os paizes que podiam influir sobre o seu destino: com a Inglaterra em primeiro logar, ligada com a casa de Coburgo e a ella presa pelo tratado secular de Methwen, com a Hespanha, sua vizinha, e com o Brazil sua antiga-colonia... Sem duvida — diz mais longe o articulista — já o regicidio aterrorisara a familia real e os seus amigos, mostrando-lhes a força das seitas, mas a morte de Eduardo VII foi um bem maior desastre, porque o protector não foi substituido e Jorge V não mostra o mesmo desejo de seu pae, de assumir a defeza da corôa portugueza, o que augmenta extraordinariamente a audacia dos inimigos da dynastia portugueza. Se, como é de temer, o projecto da união do rei Manuel com a princeza Patricia de Connaught não fôr definitivamente e promptamente confirmado, se a joven princeza persiste em se recusar a subir a esse throno

ensanguentado, se o rei Jorge V, informado da força dos revolucionarios, abandonar o seu protegido em perigo, está perdido o infeliz reisinho. Em vão elle cederá á maçonaria, em vão se abandonará ao anti-clericalismo e expulsará as congregações, em vão irá a Roma inclinar-se perante Victor Manuel. Está perdido.»

Seguindo pelo mesmo caminho, o estrangeiro M. Baumfeld, dizia na «Lucta» de 5 de Setembro, sob o titulo «O Futuro da Monarchia Portugueza»:

«Em periodos tão criticos como este, pertence ao exercito decidir em ultima instancia. N'uma entrevista que foi muito commentada, o proprio ministro da guerra concordou em que as ideias revolucionarias se tinham expandido no exercito com intensidade, mas ainda mais especialmente na marinha. Reclamou mesmo directamente para o exercito e marinha o direito de terem convicções suas sempre que estas exteriormente estejam de accordo com a disciplina. Até que ponto se poderá confiar na força armada, é essa uma questão sobre a qual se dividem as opiniões, cada uma sob o ponto de vista partidario. Um cavalheiro que conhece com exactidão estas questões assegurou-me que a principal difficuldade consiste em não haver corpos de tropas «completos» que se possam dar como suspeitos, porque se tal caso se desse seria facil mandal-os para a Africa ou para outras colonias longinquas. Exceptuada a guarda municipal, especie de corpo de «gendarmerie», que, tendo muito melhor paga que as tropas de linha, é considerada como dedicada absolutamente á realeza, não ha hoje realmente um unico regimento com o qual se pudesse vir a contar com certeza em circumstancias graves Affirma-se que João Franco, logo em seguida ao attentado, foi ter com o ministro da guerra do seu gabinete, para mandar declarar a capital em estado de guerra (sitio), mas que este lhe declarou directamente (positivamente) não serem as tropas de guarnição em Lisboa seguras. Toda a gerencia da edilidade lisbonense (litteralmente: «Toda a administração da cidade») está ha bastante tempo nas mãos do partido republicano, que chegou mesmo abertamente a recusar-se a illuminar os paços do concelho n'um dia de festa nacional, tendo de ser forçado

a isso com o auxilio (com o emprego) de tropas. N'um paiz onde a cada hora (cada instante) se podem ver os soldados dos postos de guarda fumarem cigarros e conversarem com as pessoas que se encontram perto do posto, não estão de resto fortemente cimentados os laços de disciplina. Em circumstancias graves, o corpo de officiaes observaria provavelmente uma certa reserva, para não se tornar absolutamente incompativel com os vencedores provaveis. Affirma-se d'uma maneira positiva entre as pessoas (nos circulos) dedicadas ao rei que a maior probabilidade de compressão do movimento (agitação) republicano estaria precisa mente na possibilidade de luctas nas ruas, porque pretendem ellas que os officiaes só esperam por isso para acabar de uma vez por todas com os conspiradores. O que sem duvida aproveita aos monarchicos é a impossibilidade dos seus adversarios formularem um programma claro, mesmo só em palavras, e que pudesse inspirar uma confiança real. As phrases pomposas põem sempre deante dos olhos a bancarrota.

«E' muito para notar-se que em certas camadas heterogeneas de funcionarios e pessoas de sociedade se mantenha em geral o desejo de que haja um pulso forte. O juizo que elles formam ácerca de João Franco, que se abstrahiu por completo da politica, não pode soffrer sob este ponto de vista a sombra d'um correctivo ou d'um mal entendido. O que hoje em dia elles lhe censuram repetidas vezes é que não tivesse encontrado coragem derradeira de dar um verdadeiro golpe d'estado, um acto de força. A incerteza da situação politica, que se manifesta exteriormente em primeiro logar por fortes oscilações do cambio (dos agios), não pode consequentemente deixar de ter influencia sobre o desenvolvimento economico do paiz. Mas são precisamente os elementos mais fortes do capitalismo que estão de acordo em que, assente que seja a possibilidade de uma administração realmente honrada, Portugal podia encaminhar-se para um verdadeiro resurgimento. As receitas de suas colonias experimentaram nos ultimos annos uma alta sensivel. A propria riqueza do paiz pode computar-se n'um alto valor. Não ha duvida que ella está partilhada por grupos perfeitamente delimitados, que quando chegar a hora da resolução (de se decidirem) decisiva sobre

monarchia ou republica (pela monarchia ou republica), darão com o seu voto maior peso a tal decisão. Os chefes actuaes dos republicanos podem talvez levar a cabo uma revolução das ruas mas certamente não podem fazer uma revolução de proprietarios. Uma tal revolução seria talvez possivel se o chamado grupo dos intelectuaes viesse a ter no seio do partido uma tal preponderancia. Mas os symptomas de tal coisa não são absolutamente animadores. Os proprios republicanos põem grandes esperanças na marcha dos acontecimentos em Hespanha. Affirmam elles que a agitação que se está accentuando contra as usurpações da Egreja não significa outra coisa mais que uma «forma latente da revolução», que a cada momento pode manifestar os seus intuitos verdadeiros, e em tal caso um movimento rapido na fronteira portugueza, seria inevitavel. Quanto ás esperanças que se puzeram no casamento do rei com uma princeza pertencente a uma nação, a uma potencia que pudesse garantir a monarchia em Portugal, desvaneceram-se por completo. Egualmente a esperança de que o proprio rei soubesse ter a força sufficiente para antepôr ao dilema que lhe apresentam os seus conselheiros uma vontade decisiva tornou-se muito tenue. Assim, ambos os grupos só estão á espera de vêr na realidade qual d'elles poderá ser o primeiro a commetter uma «tolice» (um disparate — litteralmente: «eine ileummheit») bastante grande para precipitar a solução final. Em Belem, o local das reminiscencias dos tempos de grandeza para Portugal, está occulta n'um pateo estreito rodeado de casinhas pobres, a chamada «Memoria». E uma columna redonda, erigida no local onde no anno de 1759 foram executados da maneira mais barbara o duque de Aveiro e o marquez de Tavora, com as suas familias. Em setembro de 1758 tinha tido logar um attentado contra D. José I. O marquez de Pombal, seu ministro omnipotente, deixou passar mezes, afim de embair os auctores do attentado com a ideia da mais completa segurança. Um dia foram todos, juntamente com os seus sequazes, apanhados, encarcerados, julgados e executados. Os bens foram-lhes sequestrados, os palacios arrazados, e o terreno onde tinham existido «salgado», isto é, declarado esteril e maldito para sempre. Com este acto de força, assegurou o marquez

de Pombal, hoje considerado como o maior e mais genial estadista d'este paiz, a vida para o rei, e para si a possibilidade de levar a cabo um programma que anniquilaria o poder do clero, e da alta nobreza e que tinha em mente o emprehender uma reorganisação completa da administração, das finanças, do exercito e da esquadra. N'esta «Memoria» pensam hoje muitas e muitas pessoas em Portugal, que sustentam que a situação do paiz exige incondicionalmente um Pombal como salvador da monarchia. Infelizmente, parece ser em parte certa a asserção. Sem grande derramamento de sangue não se póde d'um ou de outro modo sahir d'esta situação. E' absolutamente inutil (é ocioso) querer predizer d'antemão a occasião propria em que se dê esta especie de solução. A alta que tiveram os preços da borracha nos ultimos mezes trouxe a tal afluencia de dinheiro a Portugal, que, por mais ridiculo que isto possa parecer, os politicos de rapina («litt. Bentepolitiker»), que apparecem interessados em todos os negocios, parecem n'este momento menos que nunca propensos a commetimentos heroicos. E' bem possivel que uma tactica desastrada do governo por occasião das novas eleições a celere a ruina imminente da monarchia. Mas tambem é provavel que uma parte dos republicanos, que teem em mira menos o negocio que o bem geral do paiz, não considere chegada ainda a occasião. Em todo o caso, temos de nos ir habituando á ideia de que a casa de Bragança póde ser de hoje para ámanhã classificada na cathegoria das casas desthronadas.»

O governo entretanto, n'uma criminosa despreoccupação, espalhou largas promessas de projectos, cabendo á pasta do reino, extincção do juizo de instrucção criminal; reforma constitucional e eleitoral, o crear de duas maternidades, em Lisboa e Porto, de 2 dispensarios em Lisboa e Porto, de casas maternaes junto das fabricas, para custeio das quaes revertiam 3|1000 dos salarios, dando o governo uma quantia egual. A proposta das maternidades, tinha já velhas bases e Dias Costa, nomeára por portaria de 15 de Março de 1910, a medica directora do Lyceu Maria Pia, Domittila de Carvalho, para estudar no estrangeiro a organisação e funccionamento das maternidades. O da justiça, apresentaria projectos sobre leis de imprensa, inquilinato commer-

cial, onde se estabelecia a estabilidade dos arrendatarics, indemnisações quando despedidos pelos senhorios e compensações a estes quando a falta proveniesse de inquilinos. Manuel Fratel, formulava intuitos de, na lei de imprensa levar á defeza a maxima latitude, jury e faculdade de critica dos artigos incriminados. Procederia a exigencia da responsabilidade criminal do jornalista, ante abusos de liberdade de imprensa contra funccionarios publicos, auctoridades, ministros de estado e entidades particulares, e collocava o chefe de estado fóra das discussões politicas da imprensa. Consultado sobre a promulgação, annunciada, de uma lei de divorcio, o conselheiro Fratel desmentia o annuncio, visto não ter pensado no assumpto, por julgar tudo juridicamente atrazado, meio seculo.

Pela da marinha, annunciavam-se obras no porto de Mcçambique, avultando dragagens n'um circuito de 5 milhões de metros cubicos, muro, caes acostavel a embarcações até 3000 toneladas; docas de abrigo n'uma area de 50 hectares; conquista no canal interior, de terrenos para a agricultura, entre a ilha Verde e Apó-Seac, na extensão de 200 hectares; na Praia Grande no de 20 hectares, que applicados a construcções dariam de lucro total ao estado 500 contos, augmentando ainda em 50°|₀ a area citadina. Os trabalhos eram orçamentados em 2:500 contos.

Proseguindo n'esse meio de enganar a dynastia com projectos cu demonstrando absoluto desconhecimento de quanto se tramava, o ministro das obras publicas, Pereira dos Santos, punha em fóco com ideia de as apresentar em côrtes, nada menos de 24 propostas de lei sobre: construcção de obras de hydralica agricola e irrigação; Aproveitamento das quedas de agua para usos industriaes; Inquerito geral economico, agricola, industrial e commercial; Creação da caixa economica postal e dos cheques e transferencias postaes; Cultura dos arrozaes; regulando a fabricação e commercio dos adubos com repressão das fraudes; Reformas do ensino commercial e industrial elementar e secundario; Creação de dois museus technologicos industriaes e commerciaes, um em Lisboa e outro no Porto, de uma estação de informações commerciaes; de acções de preferencia nas socieda-

des anonymas; Fiscalisação de sociedades anonymas; Reformas e ampliação das leis das sociedades de soccorros mutuos; da propriedade industrial; e sobre installação de estabelecimentos insalubres, incommodos e perigosos; Construcção e reparação das estradas reaes, districtaes e municipaes; Construcção e exploração de caminhos de ferro na região central do paiz; lei especial para a creação e emissão de obrigações destinadas á construcção de caminhos de ferro; lei para facultar o augmento de abastecimento das aguas em Lisboa; remodelação dos serviços da commissão geologica, dando principal importancia á geologia applicada e creando uma secção de radioactividade; lei de protecção ás industrias que se estabelecerem para a fabricação dos mostos pastorisados e para a extracção da glucose e do assucar das uvas; modificação e ampliação da legislação sobre sociedades cooperativas; creação da repartição do trabalho nacional; lei sobre accidentes do trabalho.

Não querendo fugir a avalanche de projectos, o da fazenda, annunciava: reforma do contracto do Banco de Portugal; creação do serviço de mobilisação de valores nos cofres do estado; desamortisação dos bens da Companhia das Lezirias do Tejo Sado; modificação das taxas da contribuição de registo; reforma da contribuição predial rustica e urbana; abolição da contribuição de renda de casas e do imposto do real d'agua; reorganisação das leis de isempção do direito pautal; cobrança em ouro de 50% dos direitos alfandegarios.

A cobrança dos direitos em ouro dera já origem em 1904 á crise ministerial terminada com a sahida de Teixeira de Sousa de ministro da fazenda em 28 de Abril. O commercio fechou em Março d'esse anno, e a Associação Commercial de Lisboa ia ás camaras representar contra o projecto de lei, que as côrtes retiveram sem ser discutido, por accordo ministerial, até que o ministro da fazenda impoz a discussão, recusada por Hintze Ribeiro e originando a crise.

Ao passo que se davam as finanças como aggravadas, fazia o ministro da fazenda espalhar notas officiosas onde se ennumeravam melhorias nas condições da divida externa.

Uma d'ellas era a de que por todo esse mez (Setembro) es-

taria reduzido a 5°|₀ o juro da divida fluctuante, outra a de que caso não houvesse nuvem perturbadora das boas disposições dos mercados estrangeiros, esse mesmo juro baixaria a 4 1|2 0|0 Annunciava-se outra vez a remodelação do regimen tributario, o regimen do pagamento, em ouro, de 50°|₀ dos direitos alfandegarios e a reforma do contracto com o Banco de Portugal, que jámais deveriam apparecer, assignados pela monarchia.

O conselheiro Anselmo de Andrade, conduzia ainda o espirito portuguez a um explendido horisonte financeiro, proclamando a regeição de offertas de dinheiro em excellentes condições, pelo facto de o thesouro não necessitar de qualquer auxilio (18 de Agosto) o que aliás se justificou, quasi um mez depois (10 de Setembro) em nota officiosa. Declarava esta que o governo, a contar do dia seguinte, e até ao fim d'esse anno, não abriria concurso para compra de cambiaes destinados ao pagamento da divida externa, visto haver na Junta do Credito Publico todo o capital para isso necessario.

A democracia por seu lado, martellava contra o mau estado financeiro, exigindo a diminuação do «deficit», o que se não fez, facto que, Republica em Portugal, se desculparia depois com uma grande verdade, dita pelo republicano dr. Brito Camacho (21 de Agosto de 1912):

«O nosso «deficit» orçamental é chronico de ha muitos annos, e mantem-se na Republica quasi do tamanho que tinha na Monarchia, não porque alguem tenha interesse em mantel-o, mas unicamente é muito mais facil pedir a sua eliminação do que eliminal-o.»

Teixeira de Sousa ia entretanto ao Paço de Cintra, onde em 30 de Agosto, expunha a D. Manuel a situação anormal, aliás já conhecida pelo monarcha, que não occultou o seu desgosto.

Convocando o conselho de ministros, o presidente do governo fiel á palavra dada á dissidencia e á democracia, olvidava o estado vulcanisado do paiz, para se arremessar na lucta contra os jesuitas, julgando de um só golpe agradar ao povo e aos que n'elle viam, justamente, um adventista da republica.

Approvadas eram no conselho as providencias do ministro da justiça, Fratel, sobre clero e registo civil, uma revogando a

portaria de 21 de Março de 1853 que subordinava os tribunaes civis aos ecclesiasticos e outra isentando de multa os individuos incursos no artigo 51 do regulamento de 1878 por falta de registo de nascimento no praso de 30 dias.

Era este um fundo golpe nas pretenções do clero e cujo annuncio operara a famosa reunião dos parochos no mez anterior.

Dizia assim o decreto, (*) historico, até por conter as derradeiras vontades legislativas do regimen monarchico:

«Senhor. — Ao tempo da publicação do Codigo Civil, estava estabelecido na nossa legislação, com caracter obrigatorio para todos os portuguezes, catholicos e não catholicos, o registo civil dos nascimentos, casamentos e obitos. O saudavel principio fôra introduzido num dos famosos decretos de 16 de maio de 1832, da iniciativa do grande estadista Mousinho da Silveira, que, com absoluta propriedade, chamou ao registo a matricula geral de todos os cidadãos, pela qual a auctoridade publica attesta e legitíma as épocas principaes da vida civil, e, com inteira justiça, o considerou dependente apenas das instituições sociaes e não das crenças religiosas. Proseguindo na mesma orientação, foi tambem decidido que em todos os actos publicos em que para o futuro se exigissem certidões de casamento, nascimentos ou obitos, só tivessem fé as extrahidas do registo civil. Estas disposições fundamentaes persistiram nas leis promulgadas até 1867, data d'aquella publicação; mas a sua execução ficava sempre subordinada á elaboração dos competentes regulamentos, cuja falta era, entretanto, supprida, a titulo provisorio, pelo registo parochial. Sem embargo pareceu a muitos que já se avançara demasiado; e, por isso, ao passo que o Codigo Civil conservava, nos artigos 2:441.º e seguintes, a legislação anterior sobre o registo dos nascimentos e obitos, alterava-a profundamente quanto a casamentos, creando, no artigo 1:057.º, o casamento catholico para os catholicos, e o casamento civil para os não catholicos. Não revestindo a forma peremptoria do § 3.º do artigo 69.º do decreto de 1832, que só ás certidões baseadas no

---

(*) Legislação Portugueza de 1910=1.º volume=Pagina 489.

registo civil attribuia valor probatorio, o Codigo Civil diz, comtudo, no artigo 2:441.º, que «os factos do nascimento, casamento e obito provam-se pelo registo publico, instituido para esse fim.» Mas, como acontecera até então, o exercicio do registo civil, ficava aguardando o apparecimento de regulamentos especiaes. Fez-se, emfim, o regulamento de 28 de novembro de 1878 ainda em vigor; e este, em vez de se occupar do registo civil, nos termos da lei, o que equivalia a mantê-lo em relação a nascimentos e obitos para todos os individuos, e em relação a casamentos só para os não catholicos, applicou-o em todas as modalidades unicamente a estes ultimos, adulterando, por esta fórma, em simples regulamento, um principio de enorme alcance, e ampliando aos nascimentos e obitos uma providencia, que o codigo exclusivamente para os casamentos tinha adoptado. Houve, sem duvida, beneficio para aquelles que não professam a religião catholica; mas não é menos certo que se restringiu a amplitude da lei, pelas considerações ou motivos allegados no respectivo relatorio. Subsistem ainda esses motivos. Com effeito, não é possivel constranger todos os cidadãos a realisar na séde dos concelhos o registo dos actos da sua vida civil; haveria, por isso, necessidade de nomear magistrados especiaes para essas funcções, ou attribuil-as a funccionarios já existentes em cada freguezia; e, simultaneamente, tornava-se indispensavel attender os legitimos interesses de uma classe numerosa, cuja situação, em grande numero de casos, já demasiadamente precaria, se aggravaria com o estabelecimento do registo civil obrigatorio. Refiro-me ao clero parochial. Este instante problema carece, inconstestavelmente, de resolução das Côrtes; o governo não se julga, pois, auctorisado a revogar, n'esta parte, o decreto de 1878. Afigura-se-nos, todavia, absolutamente urgente modificar, desde este momento, uma das suas disposições bastante prejudicial acs interesses do Estado e dos particulares, e supprir uma lacuna que tem sido causa de varios equivocos e deploraveis abusos. Fazendo-o, não exhorbita o governo das suas faculdades legaes, porque o artigo 75.º, § 12.º, da Carta Constitucional, que dá ao poder executivo competencia para expedir decretos, instrucções e regulamentos adequados á boa execução das leis, manifesta-

mente a dá tambem para corrigir os regulamentos, cuja execução a experiencia demonstra ser nociva e contraria ao espirito do legislador. O alludido diploma de 1878, admittindo pelo que toca ao registo dos nascimentos e dos obitos, a distincção que o Codigo Civil não perfilhara, pode dar e tem dado logar a praticas oppostas á indole da nossa legislação, denominadamente aos artigos 6.º e 145.º § 4.º, da Carta Constitucional, que permittem todas as crenças religiosas e até o seu culto, e não consentem que alguem seja perseguido por motivo de religião, uma vez que se respeite a do Estado e se não offenda a moral publica. Por isso, o Codigo Civil, que só aos não catholicos faculta o casamento civil, muito sensatamente preceitua, no artigo 1081.º que o casamento se celebrará sem que possa haver inquerito previo ácerca da religião dos contraentes. Falta no mencionado regulamento disposição identica concernentemente ao registo dos nascimentos e dos obitos. Na resolução do ministerio do reino de 27 de junho de 1903, inserta no 15.º anno do respectivo annuario, foi declarada abusiva a recusa do registo civil do nascimento de filhos de paes catholicos com o fundamento de que o regulamento de 1878 não exige nem auctorisa investigação a tal respeito, e de que seria flagrante incongruencia permittir n'este caso, o que o Codigo expressamente prohibe com relação aos casamentos. Mas esta racional deliberação precisa de ser generalizada e ter força regulamentar. Porque o registo dos nascimentos, na qualidade de matricula geral dos cidadãos, tem para o Estado incontestavel importancia, varios documentos legislativos assignaram certo periodo de tempo dentro do qual deve ser effectuado, e o nosso Codigo Civil não se dispensou de dizer que será feito no praso marcado no regulamento sob as penas comminadas na respectiva legislação penal. Effectivamente, o artigo 32.º, fixa o espaço de trinta dias, e os artigos 51.º e 53.º indicam as penas correspondentes á infracção. Quem não fizer a declaração dos nascimentos na epoca propria, pagará multa de réis 2$000 a 10$000 réis, e os condemnados em multa que não possuirem bens sufficientes para o seu pagamento, soffrerão a prisão correlativa. Se não estamos em erro, é no Codigo Administrativo de 1836 que, pela primeira vez, aparece marcado o praso

para o registo dos nascimentos e a pena de multa a applicar aos transgressores, disposições repetidas no codigo de 1842, que pune com a pena de multa os que não fizerem as competentes declarações no praso legal. Mas, ao tempo, o registo era obrigatorio para catholicos e não catholicos, e não havia, portanto, motivo para reclamações fundadas na diversidade de tratamento, pois que a lei a todos considerava egualmente. Agora, porem, o decreto de 2 de Abril de 1862, que rege o registo parochial, não sujeita os catholicos a qualquer castigo, e deixa-lhes plena liberdade de fazer os registos dos nacimentos quando lhes approver; ao passo que o regulamento de 28 de novembro de 1878 aplicavel aos catholicos, designa um praso limitado e prescreve penas para os que o ultrapassam. E' evidente que não invalida a nossa ordem de ideias o que se ache estatuido sobre o assumpto nas constituições diocesanas, alem de outras razões, porque nenhuma sancção lhe corresponde. Não é justa nem legal esta differença de tratamento e é, manifestamente, contraria ao pensamento dos §§ 4.º e 12.º do artigo 145.º da Carta, cujo contiúdo nunca será de mais transcrever: «Ninguem pode ser perseguido por motivo de religião, uma vez que respeite a do Estado e não offenda a moral publica»; «a lei é egual para todos, quer proteja quer castigue». Consequentemente, não deve subsistir semelhante disposição do regulamento de 1878. Além d'isso, no caso de que se trata, podem, com effeito, occorrer circumstancias, algumas, porventura, do fôro infimo, que obstem a que o registo se effectue dentro do praso legal. D'ahi resulta que os registos se não fazem, porque aquelles a quem a lei impõe a obrigação de prestar declarações, absteem-se de comparecer perante o respectivo official para se subtrairem ao pagamento da multa que lhes será applicada em julgamento de policia correccional. Se muitas vezes elles não possuem sequer meios sufficientes para custear as despezas do registo, menos ainda podem satisfazer as multas e custas do processo: os desprotegidos da fortuna irão pois, expiar na cadeia delictos de que, por via de regra, não são culpados. Não pode ser; não deve ser. A' lei compete facilitar os registos dos nascimentos e não repellir os interessados. Estes podiam recorrer ao registo parochial; mas, obrigal-os a isso, seria

violentar consciencias, que é dever sacratissimo respeitar: mais valeria, n'essas circumstancias, prohibir em absoluto o registo civil. Segundo informações colhidas, elevam se a mais de 500 os nascimentos de que, pelos motivos expendidos, não existe nenhum assentamento. São algumas centenas de pessoas destituidas da qualidade de cidadãos portuguezes, sem direitos politicos e sem direitos de familia. Impossibilitados de provar a sua filiação, acham-se privados de varias garantias; sem maneira de demonstrar a sua maioridade, é-lhes vedado concorrer aos logares publicos. São centenas de individuos isentos de encargos que a nação reclama de todos os seus membros, que se eximem ao serviço militar, porque o recenseamento é feito á vista dos registos, de onde não consta a sua existencia. Sem duvida, o Codigo Civil previne, no artigo 2442.°, a hypothese de faltar o registo, preceituando que, em taes condições, é permittido usar de todos os meios de prova para o supprir; mas, quem não possue recursos para pagamento da multa, menos ainda póde lançar mão d'esses meios que a lei faculta. Por sua vez, o regulamento de 24 de dezembro de 1901, sobre recrutamento militar, ordena que não se encontrando a nota dos nascimentos, o parocho, o regedor e a junta de parochia organisem a relação dos mancebos que, presumivelmente, hajam attingido a edade legal; o remedio, porém, apresenta todo o aspecto de expediente fallivel e arbitrario. Para evitar estes e outros inconvenientes, foi praxe do ministerio da justiça, seguida durante muito annos, auctorisar o registo dos nascimentos depois do praso de trinta dias, e dispensar o pagamento de qualquer multa. O processo, incontestavelmente pouco legal, comquanto aconselhado por justificadas conveniencias publicas, terminou pela publicação da portaria de 9 de julho de 1907, onde se determina que os registos dos nascimentos se podem fazer depois d'aquelle espaço de tempo visto que nem a lei nem o regulamento o prohibem, mas onde tambem se manda aos administradores do concelho ou bairro que, logo em seguida á abertura do registo, levantem auto de transgressão para a imposição das penas correspondentes Vê-se quanto urge remover os inconvenientes resultantes d'esta parte comminatoria da portaria, convindo, por isso, modifical-a, até que,

por deliberação das côrtes, se estabeleça e regule, definitivamente, em todo o paiz, o registo civil, com o caracter geral e obrigatorio, sem lesão para o clero parochial, e sem a minima violencia para as crenças de cada um. Pelo que succintamente fica ponderado, temos a honra de submetter á approvação de vossa magestade o seguinte projecto de decreto: Considerando que o periodo de trinta dias, dentro do qual devem ser apresentados os recemnascidos ao administrador do concelho ou bairro para se effectuar o registo civil dos nascimentos, bem como as penalidades impostas aos que não cumprirem este preceito, são disposições estabelecidas por um regulamento; Considerando que se deve lavrar o registo dos nascimentos, ainda mesmo fóra do referido praso, para que não haja recusar-se o estado civil ao individuo que, por negligencia das pessoas competentes, ou por outro motivo, não foi apresentado ao official publico na epoca prefixa, consoante já confirmado na portaria de 9 de julho de 1907; Considerando que o registo dos catholicos não tem praso marcado na lei civil e não está, por isso, sujeito a nenhuma pena aquelle que o não fizer no espaço de um mez; Considerando que, d'esta maneira, são tratados desegualmente os catholicos e os não catholicos, em contrario de determinações fundamentaes da constituição do paiz, que declara «que a lei é egual para todos» e expressamente estatue que «ninguem pode ser perseguido por motivo de religião, uma vez que respeite a do Estado, e não offenda a moral publica»; Considerando que é da maxima conveniencia para o Estado e para os individuos, tornar a matricula geral dos cidadãos tão completa quanto possivel; Considerando que as leis do paiz terminantemente condemnam qualquer genero de perseguição por motivo de religião, não sendo, portanto, licito fazer inqueritos ácerca das crenças religiosas, conforme é corroborado de modo explicito, pelo artigo 1:081.º do Codigo Civil; Considerando que, nos termos do paragrapho 12.º do artigo 75.º da Carta Constitucional, compete ao poder executivo expedir os decretos, instrucções e regulamentos adequados á boa execução das leis, hei por decretar o seguinte: Artigo 1.º — Emquanto se não providenciar de outro modo, continua em vigor o regulamento de 28 de novembro de 1878,

sobre registo civil, com as modificações constantes dos artigos seguintes. Artigo 2.º Os registos dos nascimentos serão feitos sem que possa haver inquerito previo ácêrca da religião dos individuos a que elles se referirem, ou de suas familias. Artigo 3.º — O administrador do concelho ou bairro effectuará o assento do registo dos nascimentos, ainda que seja fóra do praso de trinta dias fixados no artigo 32.º d'aquelle regulamento. Artigo 4.º — Fica revogada a disposição do artigo 51.º do mesmo regulamento, na parte que impõe a pena de multa pela transgressão do mencionado artigo 32.º — O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario do Estado dos negocios do reino, e o ministro e secretario do Estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça, assim o tenham entendido e façam executar.— Paço, em 8 de setembro de 1910. — Rei — Antonio Teixeira de Souza — Manuel Joaquim Fratel.»

Assim satisfazia o governo os insistentes da Associação do Registo Civil e da Associação Commercial dos Logistas de Lisboa que ainda pouco tempo antes (21 de Julho) reclamava nos seguintes termos a applicação da lei de 1898 aos registos civis de nascimento:

«Ill.^mo^ e ex.^mo^ sr. — Desde 1898 que, por determinação do então ministro dos negocios ecclesiasticos e de justiça, ex.^mo^ conselheiro Campos Henriques, os registos civis de nascimento feitos em harmonia com o regulamento da lei do Registo Civil de 28 de novembro de 1878 estavam isentos de multa, que então lhes era applicada quando realisados fóra do praso de 30 dias a seguir ao nascimento. Como muito bem comprehenderá o esclarecido espirito de v. ex.ª, esta isenção era, além da applicação de principio de justiça e equidade, uma prova de respeito á lei fundamental do paiz, que bem claramente affirma, no § 12.º do artigo 145.º, que «a lei será egual para todos, quer proteja, quer castigue.» A multa applicada aos registos civis de nascimento é evidentemente contraria á doutrina d'esta disposição da Carta Constitucional, pois estabelece para os que pretendem utilisar-se da lei de 28 de novembro de 1878 uma situação de injusta in-

ferioridade em relação aos que para o mesmo fim se dirigem á egreja, pois ficam estes no direito de baptisarem os filhos quando bem lhes aprouver, ao passo que, áquelles, tal dereito só assiste durante o exiguo praso de 30 dias. E não pode por forma alguma servir de argumento para este privilegio dos catholicos a doutrina do artigo 6.º da Carta Constitucional, que determina que «a religião catholica apostolica romana continuará a ser a religião do reino», porquanto a mesma Carta preceitua, no § 4.º do já citado artigo 145.º, que «ninguem pode ser perseguido por motivo de religião, uma vez que respeite a do Estado, e não offenda a moral publica». Ora o facto de parte dos cidadãos portuguezes se verem privados de uma regalia a outros concedida sem que n'estes concorram os merecimentos consignados no § 12.º do mesmo artigo, constitue evidentemente para os primeiros um castigo que, além de ser injusto, está em manifesta contradicção com o espirito e com a lettra dos mesmos §§ e artigos. Se, sob outro ponto de vista, attendermos á propria conveniencia do Estado, facilmente se evidencía, para qualquer espirito esclarecido, como indubitavelmente é o de v. ex.ª, que, alem da perda que para o mesmo Estado representa a não entrada nos cofres publicos das verbas com que contribuiriam os numerosos portugueses que ao registo civil desejam recorrer para esses actos da sua vida civil, accresce ainda a difficuldade que da não inscripção de todos os cidadãos resulta para os trabalhos de estatistica e recenseamento da população, trabalhos cuja utilidade é hoje reconhecida e preconisada por todos os povos cultos. E' claro que, se não existisse essa peia das multas a imporem um tão limitado praso para a realisação dos registos civis de nascimento, muitos dos que hoje não registaram os seus filhos o não fizeram porque, tendo-os a doença, ou mesmo a ignorancia da lei, que, embora não possa servir de argumento juridico ainda assim se não pode tirar o peso que tem como argumento moral e social, impossibilitado de realisar o registo civil em tão exiguo praso, o não podem fazer agora por não disporem dos meios pecuniarios para pagarem a pesada multa que lhes é imposta. Poderá acaso objectar alguem que lhes resta o registo religioso, que não está sujeito a taes multas. Mas não ha espirito

algum illustrado e equitativo que não veja n'isso uma violencia feita á consciencia dos que, não tendo crenças religiosas, se veriam obrigados a um acto de hypocrisia, qual o de se apresentarem n'um templo a realisar um acto com que se não conformavam. Ousam os cidadãos, que a esta reunião assistiram, lembrar a v. ex.ª que não ha n'este pedido nada que possa melindrar os sentimentos religiosos de quem quer que seja, pois o registo civil, fosse embora obrigatorio como seria para desejar, de forma alguma impediria os fieis de qualquer religião de irem depois de inscreverem seus filhos como cidadãos portuguezes, inscrevel-os tambem, de harmonia com as respectivas crenças, nos registos especiaes das suas religiõees. Facultativo, porém, como elle é em Portugal, nem essa obrigação, que aliás seria justa, teriam os cidadãos que professassem a religião catholica apostolica romana. Assim pensou e assim tem formulado e baseado as suas successivas reclamações a Associação Propagadora da Lei do Registo Civil, que, com tenacidade digna de todo o louvor, tem vindo incessantemente, desde 1906, em que uma circular ministerial acabou com essa pratica liberal e equitativa estabelecida em 1898, solicitando, em vão, de todos os ministros da pasta que v. ex.ª tão dignamente sobraça. Foi indubitavelmente este o criterio que presidiu á resolução ministerial que facultou tal isenção, mediante a simples formalidade d'uma auctorisação especial do ministerio dos negocios ecclesiasticos e de justiça para cada registo civil de nascimento a realisar fóra do já alludido praso de 30 dias. O mesmo criterio tiveram seguramente todos os ministros que, a partir de então, sobraçaram a pasta dos negocios ecclesiasticos e de justiça, pois que mantiveram essa isenção durante o periodo de 8 annos que vae desde 1898 até 1906, em que o ministro da mesma pasta do gabinete elevado aos conselhos da corôa em 19 de maio do mesmo anno revogou, por uma circular ministerial, o procedimento até então seguido. Confiando em que o intelligente criterio de v. ex.ª será no sentido liberal que acaba de ser exposto, os cidadãos portuguezes, reunidos em grande numero, na séde da Associação Commercial de Lojistas de Lisboa, na noite de 21 de julho de 1910, vem respeitosamente, por intermedio da commissão

em quem delegaram a missão de os representar, pedir a v. ex.ª se digne mandar que, em contrario do determinado em 1906, volte a applicar-se para os registos civis de nascimento a pratica seguida desde 1898 até áquella data.»

Queria o ministro Fratel decretar o registo civil obrigatorio, mas, parece que o não fez, pela difficuldade de obter a entidade que a elle devia proceder e ao não conhecimento de indemnisação a conceder ao clero pelo cerceamento da receita parochial.

Os embaraços do ministro da justiça fizeram sorrir os republicanos. A esses males dariam elles remedio, poucos mezes decorridos, sem hesitações, mas com mais arremessos por parte do clero, que aliás se conhecia o facto de a democracia apenas navegar na esteira liberticida do ultimo governo brigantino.

Quanto á medida e como que a sanccional-a, foi um dos primeiros a dar-lhe aproveitamento o dr. Affonso Costa, levando ao registo civil na sua Villa Alzira, em Manteigas, os filhos Sebastião, Affonso, Fernando e Maria Emilia.

XXXIV

Perseguindos os frades.=A politica e as providencias anti-fradescas = Os casos de Aldeia da Ponte. = Roma e Portugal. -- Torpedos fixos.=A catastrophe da praia do Furadouro.=Morte de Narciso de Sousa, Hector Fabre e dr. Consiglieri Pedroso. = Accordo sobre o aproveitamento dos rios fronteiriços.=Incendio da fabrica Liberdade. == O bispo da Guarda e o padre Barreira.—Morte de Nunes da Motta e dr. Dias da Silva.=Festas da restauração do concelho de Pederneira.=Inauguração do sanatorio de Parede.= Missões laicas. = Monumento a João Jacques Rousseau.=Revisão das pautas.=Curadoria dos orphãos. = Morte da condessa de Rezende. = Missão intellectual ao Brazil. = Congressos geographicos em S. Paulo, de publicistas francezes, de cremação de cadaveres, e encharistico. = Convenção commercial com a Servia. = Centenario de Balmes. = Morte do duque de Hornachuellos, Izequiel de Castro, Emmanuel Fremiet. = Homenagem ao almirante Fortea. — O assucar em Cabo Verde. = A questão de Tapens.

Entrou o mez de Setembro.

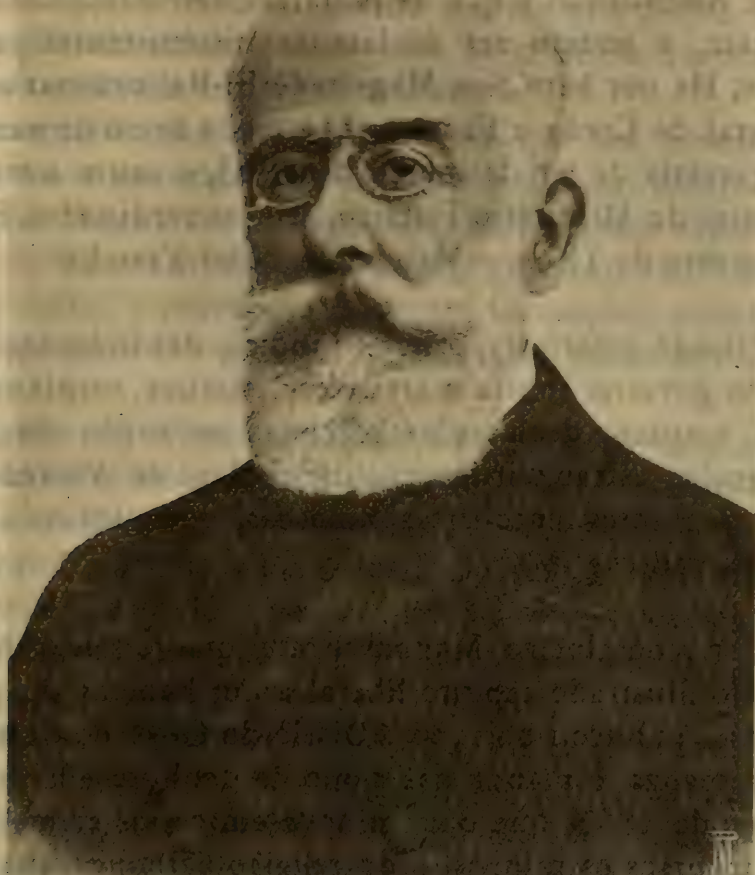
Com elle veiu a publicação da primeira medida de represalia contra os frades.

Averiguara o governo a sua interferencia refractaria ás doutrinas ministerias e, ao passo que preparava ordem de sahida aos jesuitas dos conventos do Barro e de Aldeia da Ponte, sob a arguição de galopinagem e propaganda anti-teixeirista, levava ao «Diario do Governo em 2 de Setembro, a seguinte portaria: (*)

«Determinando a portaria de 21 de Março de 1853 que

(*) Legislação Portugueza de 1910=volume 1.º=Pagina 486.

nos crimes, mencionados no Codigo Penal, de publicação de doutrinas contrarias á religião catholica, injurias aos seus dogmas, abusos de funcções religiosas commettidos pelos seus ministros, ou em quaesquer outros delictos ou incidentes do processo criminal, em que legalmente deve preceder a resolução de questões prejudiciaes, que são da propria e privativa competencia do juizo ecclesiastico, não pode a acção penal principiar ou proseguir no fôro secular sem a previa decisão d'aquelle juizo; e determinando, ainda, a mesma portaria que o ministerio publico só requeira contra os delinquentes os termos legaes, depois que a respectiva auctoridade ecclesiastica, procedendo em harmonia com as leis canonicas, haja transmittido ao fôro civil a sua declaração ou sentença ácerca dos alludidos casos, para o que será solicitada pelo mesmo ministerio publico; Attendendo a que o intuito da portaria de 21 de março de 1853 era que a sua doutrina só fosse applicada, quando a lei civil reconhecesse aquella competencia ecclesiastica como prejudicial para intentar procedimento criminal, e assim o estatuisse; Attendendo a que nenhuma lei ou diploma de egual força obrigatoria define os casos d'essa competencia, ou torna dependentes de declaração ou sentença ecclesiastica a acção do ministerio publico e do poder judicial para a repressão de qualquer delicto; Attendendo a que por isso, não podia a referida portaria fixar validamente a dita competencia ecclesiastica, em contrario, ou pelo menos, em sentido diverso das leis de organisação judiciaria e do processo penal, que regulam a acção e firmam as attribuições do ministerio publico e do poder judicial na punição dos crimes; Attendendo a que ao poder judicial, para conhecer dos delictos compete apreciar por si, e não por outrem, os seus elementos constituitivos, quaesquer que sejam esses elementos, que, de outra fórma, elle não pode racionalmente considerar verificados; Attendendo a que o braço secular ficaria em muitos casos desarmado para o castigo de delictos, e o poder civil em situação de manifesta inferioridade, se nos crimes contra a religião do reino previstos nos artigos 130.º a 140.º do Codigo Penal, que devem ser interpretados em harmonia com o artigo 145.º, § 4.º da Carta Constitucional, a acção penal dependesse de previa decla

ração ou decisão ecclesiastica; Attendendo a que ao Estado cumpre sustentar, acima de tudo os seus direitos, zelar os seus legitimos interesses e manter a supremacia social, deixando a

ANSELMO BRAANCAMP FREIRE
(*Vice-presidente da Camara Municipal de Lisboa*)

egreja inteiramente na acção religiosa, em conformidade com as leis do paiz; Attendendo a que a citada portaria tem produzido na pratica divergencias e confusões que convem evitar, e originando interpretações oppostas sobre o caracter da interferencia

ecclesiastica nos casos sujeitos, attribuindo se o valor de decisão judicial ao que apenas deverá ser reputado mera consulta na apreciação de elementos componentes do crime; Attendendo a que a portaria de 15 de julho de 1862, dirigida ao procurador geral da Corôa e Fazenda, não resalva as disposições da de 21 de março de 1853 a proposito de crimes previstos e punidos no artigo 137.º do Codigo Penal, providenciando como se ella não existisse; Attendendo a que as portarias não fazem direito nem o derogam, e podem ser declaradas insubsistentes por outras portarias; Ha por bem Sua Magestade El-Rei ordenar ao procurador geral da Corôa e Fazenda que tenha como de nenhum effeito a portaria de 21 de março de 1853, e assim o transmitta aos agentes do Ministerio Publico, seus subordinados. Paço, em 31 de agosto de 1910.—Manuel Joaquim Fratel.»

Publicada a portaria, primeiro indicio das indignações, aliás justas, do governo contra a classe ecclesiastica, surgiam logo como seu amparo, declarações officiosas no orgão do ministro dos negocios estrangeiros, conselheiro José de Azevedo, expostas nas seguintes encobertas ameaças, intituladas «Palavras claras aos padres»: (*)

«O sr. conselheiro Manuel Fratel que é, sem contestação, um muito illustrado espirito liberal e um homem de prudente bom senso, publicou hoje no «Diario do Governo» uma portaria que revoga e manda dar como de nenhum effeito a de 21 de março de 1853, que determinava em certos crimes, em que fossem incursos os ministros da religião catholica que é a religião do Estado, a intervenção previa do juizo ecclesiastico para a definição do delicto, antes da acção penal principiar no fôro secular ordinario.

«E' manifesto que só por uma errada amplificação de doutrina ou por um abuso de desleixo poderá comprehender se que da doutrina expressa na portaria de 1853 se podesse chegar á humilhante inferioridade em que até aqui tem estado o poder

(*) O «Imparcial» de 2 de Setembro de 1910.

secular, á mercê do que, em crimes previstos nas leis e praticados pelos ministros da religião catholica podesse pensar e decidir o juizo ecclesiastico, naturalmente interessado em irresponsabilisar os da sua classe, em detrimento da justiça social.

«Foi para cortar esse abuso, foi para repôr no são o que o desleixo e a invasão do clericalismo militante tinham desvirtuado, que o sr. ministro da justiça publicou a sua lucida e moral portaria de hoje, onde não ha uma palavra que destôe da seriedade que põe em todos os seus actos de ministro. Honra lhe será por isso e não ha regatear-lhe louvôres.

«E comtudo não nos admiraremos que este honesto documento venha a ser julgado como o precursor das medidas que a imaginação, fingidamente assustada, da imprensa reaccionaria, attribue ao furor anti-religioso do governo. Isto não é um erro, que pode deixar a presuposição de um incompleto conhecimento dos propositos do governo: isto é uma redonda e absoluta calumnia.

«O governo, crêmos que não faz nem deve fazer a guerra aos padres. Não pode estar essa absurda idéa nos seus intuitos de administração: não está nos seus interesses politicos.

«Comtudo, por uma necessidade de defeza social, o governo tem de tomar conta do vicio organico na constituição do Estado, que denunciam muitos factos occorridos n'esta significativa lucta que acaba de ferir-se.

«A intervenção collectiva do clero, a homogenedade dos processos empregados, o apoio e applauso da imprensa clerical, notoriamente affecta a determinada congregação religiosa, o desrespeito pela lei e pela dignidade do poder civil, affectada em actos e provocações com cuja impunidade se contava, tudo isto faz querer que os padres entraram na lucta, á voz de um commando occulto, de uma vontade que para elles sobreleva ás proprias conveniencias temporaes e ao natural desejo de paz sem o qual não pode florescer a Egreja.

«Esse é o facto social que deriva de um exame critico das occorrencias eleitoraes. D'elle se não pode desinteressar qualquer governo que pretenda ser outra coisa que um cenaculo de homens reunidos para despachar amanuenses e pouco mais.

«Tentou-se explorar já, em desfavôr do governo, umas palavras proferidas pelo sr. ministro da justiça a proposito do registo civil obrigatorio. Não sabemos se vingou ir por deante a intriga, comtudo convem dizer que o gabinete actual não innovaria se decretasse o registo civil obrigatorio, porque ha muitos annos elle existe nas leis com um caracter de platonismo doutrinario a que as condições do thesouro não teem podido dar realidade pratica. O que seria absurdo é que o governo, despreoccupado da sorte do clero parochial se posesse a regulamentar o registo, deixando na miseria uma classe inteira, só pelo prurido de fazer obra liberal ou dar satisfação a paixões que por respeitaveis que sejam, não são propriamente os indicadores a que tem de obedecer a acção governativa.

«Uma cousa não pode nem deve fazer-se sem outra. No regimen concordatorio em que vive o Estado se ha que attender ás exigencias dos avançados, ha que olhar pela má sorte de um clero que em muitas parochias vive da magra congrua dos seus rendimentos do registo e outros actos civis.

«Por este lado, pois, não deve comprehender-se que podesse abrir brecha contra o governo a furia de que se tomaram os padres, por esse paiz fóra. Isso, é já sabido, foi obra do nacionalismo militante que é a forma secular que mascára a tradicional ambição de predominio politico de uma ordem religiosa, por si e pelos seus apaniguados. A intervenção de determinados conventos na lucta é um facto averiguado que não pode passar despercebido a ninguem e menos aos homens do governo que a outro qualquer cidadão, porque teem por dever do cargo a defeza das instituições que servem. Que a sua acção careça de ser prudente e amadurecida no exame de todas as circumstancias, é certo: que seria um erro grosseiro fazer vista grossa aos desmandos das congregações, que abusam da hospitalidade nacional e da clemencia das leis, não é menos certo, e se o desconhecer, o tempo, os factos, os homens se colligarão tambem para o chamar á realidade das coisas que não podem tolerar-se.

«Não ha necessidade de ser impulsivo nem prepotente para ser justo: o que ha é a necessidade de tornar sensivel que o cas-

tigo é uma sequencia rigorosa dos actos dos outros e não um contrasenso da leviandade governativa.

«As ordens religiosas, bem ou mal, fôram toleradas e até protegidas pela lei que se fez em 1901. Não ha senão inquirir se ha abusos na pratica das obrigações impostas ou se convem retirar a protecção que o paiz até aqui tem concedido. Deve reconhecer-se que escandalisam mais os abusos que a essencia mesma do facto de existirem ordens religiosas. Algumas são utilissimas, e exemplares modêlos de caridade christã que o povo portuguez ama e protege. Com ellas nada teem que ver os escrupulos que sobresaltaram os episodios da lucta eleitoral.

«O que assombra é a ousadia dos padres de Aldeia da Ponte, na sua maioria estrangeiros, que á sombra da nossa generosa hospitalidade, levam uma vida regalona na Beira, sem utilidade social e, pelo contrario, nocivos á paz publica desde que se fizeram prégadores da resistencia contra os poderes constituidos.

«O que irrita é a intervenção dos jesuitas do Barro nas nossas discussões politicas, tão contrária aos seus interesses temporaes, o que denuncia uma vontade superior de superintendencia, que só não conhece quem ignora a historia politica d'esta ordem, essencialmente combativa.

«Estes e outros são os factos sobre os quaes tem de recahir o exame analytico do governo: por elles tem de responder, se a preoccupação da defeza social não é uma vã phantasia ou uma figura de rhetorica.

«Mas com isto nada tem o clero portuguez, os humildes parochos das nossas aldeias que, n'esta lucta, entraram com uma violencia cujo segredo deve estar nas ordens recebidas de auctoridades superiores e cuja agudeza é um facto de suggestão espiritual. Não duvidamos acreditar que muitos julgavam praticar um dever de consciencia.

«E' n'este meio termo de energia e moderantismo que tem de exercer-se a necessaria acção do Estado: de mais prejudicaria a justiça, de menos seria uma aniquillação da sua propria dignidade.

«Antes de tudo convém apurar os factos indiscutiveis e in-

susceptiveis de controversia. Reconhecido onde está o mal, a cura não é difficil.

«Procedendo assim, o governo não faz obra revolucionaria: com este radicalismo póde bem o tradicional dessoramento da energia dos portuguezes.

«Mas tambem se não quizer fazer nada... muito lh'o agradecerão os mariannos, os jesuitas, os do convento da Fraga e muitos outros.»

O ministro de justiça, Manuel Fratel, annunciava, além de sua lei de imprensa, uma outra separando a egreja do estado, onde seria facultada aos padres a liberdade de casar, o que por si, significava um golpe cerce na autocracia romana.

Comtudo, a verdadeira guerra ia iniciar-se com a lucta contra as instituições religiosas, e os jesuitas.

A vida d'estes era então quasi desasombrada, com parte activa na politica.

Debalde se pretendera livrar Portugal da cleresia negra.

Em 1759, Sebastião José de Carvalho e Mello, conde de Oeiras, depois marquez de Pombal, obtinha de D. José a sancção do seu decreto anti-jesuitico:

«Dom Joseph, por Graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves d'Aquem e d'Além Mar em Africa, Senhor da Guiné e da Conquista, navegação e commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India — Faço saber que declaro os padres da Companhia de Jesus corrompidos deploravelmente alienados do seu santo instituto e manifestamente indispostos com tantos, tão abominaveis, tão inveterados e tão incorrigiveis vicios para voltarem á observancia d'elle, por notorio rebeldes, traidores adversarios e aggressores que teem sido e são actualmente contra a minha real pessôa e estados, contra a paz publica dos meus reinos e dominios e contra o bem commum dos meus fieis vassallos; Ordenando que como taes sejam tidos, havidos e reputados; E os hei desde logo, em effeito desta presente lei, por desnaturalisados, proscriptos e exterminados; mandando que effectivamente sejam expulsos dos reinos e dominios para a elles mais não po-

derem entrar. E estabelecendo debaixo da pena de morte natural (*) e irremissivel de confiscação de todos os bens para o meu fisco e real camara que nenhuma pessôa de qualquer estado e condição que seja dê nos meus reinos e dominios entrada aos sobreditos padres, ou qualquer d'elles ou que com elles, junta ou separadamente tenha qualquer correspondencia verbal ou por escripto ainda que hajam saido da referida sociedade e que sejam recebidos ou professos em qualquer outra provincia de fóra dos meus reinos e dominios a menos que as pessôas que os admittirem ou praticarem não tenham para isso immediata e especial licença minha. — Para acautelar os casos de transgressão insidiosa ou clandestina haverá devassa aberta, confiada a todos os ministros civis ou criminaes, sem limitação de tempo nem restricção de testemunhas. Inquerito de testemunhas de seis em seis mezes pelo menos ácerca da fiel execução d'esta lei e informação das inquirições ao juiz de inconfidencia. A nenhuns magistrados se poderão dar por correntes as suas residencias emquanto não tiverem certidão de haver cumprido este preceito — Para todos os tribunaes e corporações do estado a fim de que a cumpram e guardem e façam cumprir e guardar como n'ella se contem sem duvida ou embargo algum não obstante quaesquer leis, regimentos ou alvarás, disposições ou estylos contrarios que todas e todos hei por derogados, como se d'elles ficasse individual expressa menção para este effeito sómente, ficando aliás sempre em vigor — Para que seja publicada na chancellaria e d'ella se remettam copia a todos os tribunaes, cabeças de comarca e villas do reino. — Paço, 3 de setembro de 1759 — Rei. — Conde d'Oeiras.»

Expulsos a 16 de Setembro, a bordo do lugre S. Nicolau, retrocederam pouco depois, trazidos pela fanatica D. Maria I, e pelas raizes deixadas na Inquisição, que Pombal se limitou a cercear em poderes.

D. Miguel auxilia-os, mas seguidamente, Mousinho da Silveira, pelo seu decreto de 17 de Maio de 1832, declara supprimidos os conventos açoreanos, integrando como nacionaes os

(*) Era, na epoca, o garrote.

respectivos edificios, e auxiliando essa aceitação, logo no anno seguinte, a 30 de Abril e 15 de Maio, João da Silva Carvalho supprime os conventos abandonados, para em 3 de Agosto, em dois decretos, prohibir ali as admissões a ordens sociaes e os noviciados monasticos e extinguir os padroados ecclesiasticos e a 9 de Agosto, considerar caducas as instituições de prelazia, maio-

D. JOSÉ I

ria das ordens militares, monachaes, ou congregadas ou communistas.

Manobrando sempre, davam causa a que em 30 de Maio de 1834, o duque de Bragança, regente em nome da rainha, declarasse nullo o beneplacito miguelista á bulla de Pio VII, restauradora da Companhia de Jesus. Assignava esse decreto, Joaquim Antonio de Aguiar, que logo fez applicar as suas doutrinas, em 22 de Julho de 1834, ao collegio de S. Filippe Nery.

Saíam de novo os seus membros, operando logo o regresso,

em 1860, vindo no anno seguinte, a 22 de Junho, o decreto de Loulé, dissolvendo as congregações de irmãs de caridade, até que em 1880, reinando D. Luiz, o conselheiro José Luciano mandava executar os decretos pombalinos e de 1834.

D. Carlos, inimigo certo da roupeta, quiz expulsar os frades,

MARQUEZ DE POMBAL

occultos, manobrando na sombra, mas a intervenção de uma dama nobre, indo aos paços, fez espalhar que á saída dos jesuitas seguir-se-hia o encerramento de todas as instituições de beneficencia e nascendo até em 21 de Julho de 1899, a lei de Alpoim, admittindo o clero nacional educado no estrangeiro. Lavrado era assim, nascido da sobreexcitação produzida pelo caso Calmon, ao decreto de 18 de Abril de 1901, tendo clausulas sobrepticias onde com o não reconhecimento do noviciado se poderia proceder afoito, e como saída prevista, os jesuitas legalisaram a

existencia, metamorphoseando-se na Associação «Fé e Patria.» D'essa orientação privilegiada surgia a celebre carta de Hintze Ribeiro, ao conselheiro Marianno de Carvalho:

«Ex.mo e pres.o amigo — Não tenho mais razão para expulsar os jesuitas do que para expulsar os membros de outras ordens ou congregações religiosas. O pensamento do governo foi claramente expresso no Dec.o de 10 de Março. Não é supprimir todas as communidades ou congregações existentes, supprimir, sim, as que, entregando-se exclusivamente á vida monastica, não tenham applicação pratica e benefica na sociedade portugueza — é o que está no n.o 1 do Decreto. Mas não supprimir as communidades ou congregações que administrem institutos de ensino, de caridade e de beneficencia, ou de propaganda da fé no ultramar; — antes providenciar para que estes institutos subsistam, mas regulamentando-os devidamente, sujeitando-os á acção e fiscalisação do Estado, por um lado, e á jurisdicção ecclesiastica ordinaria e portugueza, por outro. O contrario produziria uma funda perturbação, deixando crianças sem ensino, pobres, velhos e doentes sem agazalho e tratamento, e as colonias sem missões nacionaes. O que seria um erro e um perigo. Creia-me, amigo obrigado — Hintze Ribeiro 31-3-901.»

Houve a inobservancia ou a adaptação do decreto de 1901 ás conveniencias congreganistas e metamorphoseando-se, como tantos outros, o coio jesuitico de Aldeia da Ponte, em Associação do Collegio de Aldeia da Ponte. Mantendo-se na anterior attitude, justificaram o inquerito de 7 de Setembro de 1908 pelo então administrador do concelho do Sabugal, dr. Luiz da Cunha Telles, o qual, não assignalando a existencia ali de qualquer escola, apenas encontrou politica e rebellião assim expostas:

«Correu o boato de que a auctoridade administrativa d'este concelho procedeu a averiguações sobre as irregularidades que se praticaram na Associação do Collegio de Aldeia da Ponte, e tanto bastou para que o bispo d'esta diocese, esquecendo que a sua missão devia ser unica e exclusivamente espiritual e o seu

intento levar aos povos que visitasse a paz e a conciliação, venha a Aldeia da Ponte, para do «pulpito,» aconselhar á povoação que guarde os padres e a Associação, não consentindo que lhes fechem as portas, se alguem tentar fazel-o! E' o bispo da diocese que vem aconselhar o povo a desrespeitar as auctoridades d'este concelho, logo que lhe conste que estas se propõem fazer cumprir a lei. Esquecendo que a sua pertinacia em povoar este concelho de padres jesuitas já fizéra levantar serios conflictos na povoação de Soito, conflictos bem graves que são do dominio de todos e em todos os espiritos bem presentes, porque ainda não ha muito que se deram, vem agora aconselhar a uma povoação, o desrespeito pela auctoridade, desprezando as grandes responsabilidades que lhe cabem em qualquer conflicto que as suas palavras possam originar.»

Chegou até a ser proposta em 8 de Dezembro d'esse anno pelo governador civil da Guarda, dr. João Abel, a extincção do collegio, sob o fundamento de, além da propaganda religiosa, ali se fazer em exclusivo a propaganda politica e eleitoral, servindo-se para esse fim dos meios de influencia que lhe proporcionavam o confessionario e a predica.

Nada fez o governo da epoca, Ferreira do Amaral, nem os seguintes.

A campanha anti-teixeirista, reaccendeu as esquecidas queixas contra os de Aldeia da Ponte e para elles começaram os tropeços á sua vida agitada.

Um periodico da Guarda o «Jornal do Povo», esmiuçava a esse tempo em artigos successivos, os conhecidos successos do Collegio de Aldeia da Ponte, e d'elle são os trechos onde ao governo se pediam providencias:

«No concelho de Sabugal, os Padres Mariannos, do Coio de Aldeia da Ponte, continuam dirigidos pelos reaccionarios pagos pelo Paço Episcopal, a guerrear o governo, prégando doutrinas demolidoras e subversivas e empregando o maior exforço para desprestigiar o governo e as auctoridades constituidas. Senhor ministro do reino: é necessario que se faça immediatamente um inquerito ao coio de Aldeia da Ponte, onde se abrigam padres

estrangeiros que por todo aquelle concelho fazem verdadeiras pilhagens e envenenam consciencias. Consta d'um processo organisado na administração do concelho, que n'aquelle antro jesuitico se praticaram graves crimes e verdadeiros actos de aberração sensual, comprovados com o testemunho de muitas pessoas fidedignas. Esses crimes revoltaram todas as consciencias que d'elles tiveram conhecimento e não ha ninguem que não se admire como se poz pedra em cima d'um processo escandaloso, onde se acham photographadas almas negras de criminosos depravados, de verdadeiros inimigos da sociedade. O antro de Aldeia da Ponte, onde se urdem esses crimes, onde se planeiam as guerras que os reaccionarios do Paço Episcopal mandam mover contra o governo, deve fechar-se immediatamente como perigoso para a tranquilidade e para a bolsa dos habitantes do concelho de Sabugal. Os padres d'ali, ultimamente dirigidos por um outro padre que o sr. Arcebispo ali tem e de quem é, ao que se diz a alma damnada, teem andado de povoação em povoação, de crucifixo em punho, creando superstições e odios, affirmando que é o maior dos peccados votar na lista do governo, de quem dizem as maiores barbaridades.»

Era a confirmação de outro inquerito: (*)

«...Egreja aberta continuamente. Fanatismo em redor e consideração cá em cima, do sr. arcebispo. Collegio aqui na Guarda para internas e externas. Direcção das irmãs Dorothéas. Visitas permanentes dos jesuitas do seminario que segundo me consta e é de presumir, fazem tambem a sua catechese. O recolhimento de Aldeia da Ponte contava ha dois annos 90 e tantos alumnos. Ha tempos, para illudir a lei, foi-lhe dado o caracter de officina, fazendo-se a acquisição de machinas, etc. No recolhimento não ha, desde ha muito, officinas, aprendizes, nem ensino propriamente dito. Apenas os padres estrangeiros, e em volta d'elles, nas immediações, toda a influencia que elles podem exercer.»

Começou o novo ajuste de contas pelas congregações.

(*) «Manual Politico do Cidadão Portuguez» por Trindade Coelho.

Ao surgir do ministerio Sousa-Alpoim, logo se prophetisaram reprimendas e perseguições ao jesuitismo, iniciadas com a propaganda de um folheto de 16 paginas dedicado ao «Povo Portuguez» por «um grupo de liberaes» e distribuido em Julho de 1910, sob o titulo de «O Jesuita». (*)

Era ali violenta a propaganda contra os adeptos de Loyola e como espirito combativo da seita, impetuoso contra esse jesuitismo, que teve base mais real em Pedro Favre, o suisso, mestre de Loyola, nascido em 1506 e fallecido em 1546. Foi elle o verdadeiro fundador da obra, que o capitão hespanhol, apresentava sob seus auspicios em 1536, com o appoio da côrte de Fernando «O Catholico» e foi elle ainda quem soube obter o reconhecimento da ordem em 1540, por Paulo III e o cargo de geral que Loyola conservou até á morte em 1556, 10 annos decorridos sobre o desapparecimento do modesto mestre.

Eram innumeraveis as congregações, com largo numero de adeptos e só o «Apostolado da Oração» possuia em 1902, 831 centros com o total de 707:868 associados do 1.º grau, 252:178 do 2.º, 55:236 do 3.º e 19:161 zeladores e zeladoras.

Recebendo ordens directas do geral dos jesuitas, o padre allemão, Francisco Xavier Werlz, que em 8 de Setembro de 1906 substituiu o geral padre Martin, fallecido a 18 de Abril de 1906, havia em Lisboa o provincial, padre Luiz Gonzaga do Valle Pereira Coelho Cabral, cognominado pelo fallecido escriptor D. João da Camara, como o 2.º padre Antonio Vieira, e que vigilava sobre 55 associações fradescas, como successor do 1.º provincial, padre Ficarelli, que governou os jesuitas em Portugal até 1887, trazido em Agosto de 1860, até ao convento do Barro, pelos padres Carlos Rademaker, Meloni, depois superior do collegio de Sernache e Prosperi, o fundador, depois, do Apostolado da Oração.

Eram essas congregações:

Associação Missionaria Portugueza —á qual pertenciam: o Instituto de ensino primario e secundario gratuito na casa e

(*) Foi editor João Antonio Marques e impresso na Casa Progresso da Rua do Arco do Limoeiro.

quinta de Brancannes, em Setubal (séde da Associação); instituto de formação missionaria e de ensino primario gratuito, na quinta de S. Bernardino, freguezia de Athouguia, concelho de Peniche; Instituto de formação missionaria e de ensino gratuito na quinta de Santo Antonio, freguezia de S. Pedro, concelho de Torres Vedras; analogo no logar do Areal, freguezia de S. Victor, Braga.

Associação do Bom Pastor — com séde em Lisboa, na rua da Bella Vista á Graça, que se desempenhava de certos encargos por intermedio das associações: de Santa Magdalena, Irmandade das senhoras viuvas sob a protecção da rainha Santa Izabel; ambas em Lisboa;—e no Porto, pela de Nossa Senhora do Bom Pastor, na rua do Valle Formoso.

Associação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus — com séde em Idanha, Bellas, concelho de Cintra.

Associação das Irmãs Terceiras de S. Domingos — á qual pertenciam, em Lisboa: Collegio de S. José e S. Domingos de Bemfica (séde da associação); Collegio do Sacramento, em Alcantara; Collegio do Salvador;—em Aveiro: Collegio de Santa Joanna;—e eram dirigidos pela associação os seguintes estabelecimentos: Em Lisboa: Dispensario da Rainha D. Amelia, no extincto convento do Sacramento, em Alcantara: Asylo de S. José, no mesmo extincto convento, pertencente á Associação Protectora das Meninas Pobres; Asylo do Senhor Rei Salvador, ás Escolas Geraes, pertencente á mesma Associação Protectora das Meninas Pobres; Asylo das Cegas, pertencente á Associação de Nossa Senhora Consoladora dos Aflictos;—em Outão, concelho de Setubal: Sanatorio de Outão, pertencente á Assistencia Nacional aos Tuberculosos; — Porto: Dispensario da Rainha D. Amelia, pertencente á associação do mesmo nome;—em Braga: Collegio de Regeneração, pertencente á Associação do mesmo nome;—em Lagos, concelho de Faro: Collegio de S. José, pertencente á Associação Protectora das Meninas Pobres.

Associação dos Padres Seculares da Missão de S. Vicente de Paula — com uma procuradoria em Lisboa.

Associação dos Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus—

com séde na quinta do Telhal, freguezia de Rio de Mouro, concelho de Cintra.

Associação de S. Francisco de Salles — com séde no Porto rua do Villar, que tomou a seu cargo o Collegio de Visitação de Santa Maria.

Associação das Irmasinhas dos Pobres—á qual pertenciam: os Asylos dos Velhinhos de Campolide (séde da associação); analogo na rua do Pinheiro Manso, no Porto, analogo na Calçada do Soccorro. Funchal.

Associação das Irmãs de S. Vicente de Paula—com uma procuradoria em Lisboa.

Pia Sociedade de S. Francisco de Salles—á qual pertencia o instituto chamado Officinas de S. José, na rua do Sacramento á Lapa, em Lisboa, onde era a séde da associação; tendo esse instituto como dependencia uma succursal na quinta do Pinheiro, freguezia de S. Sebastião da Pedreira. O pessoal da associação prestava serviços no antigo collegio chamado dos Orphãos de S. Caetano, em Braga.

Associação das Missionarias de Maria — com séde em Lisboa, rua do Patrocinio, que tinha a seu cargo: um collegio no Funchal; outro em Braga (Tamanca); uma casa de educação de orphãos, na mesma cidade; no extincto convento do Remedios: uma casa para formação de missionarios para a Africa portugueza; em Lagos, um asylo de velhos e velhas; na Junqueira, em Lisboa, um escola para pobres e uma casa para operarios; em Meliapor (India), um hospital para leprosos.

Associação de Santa Thereza de Jesus—com séde na freguezia de Santa Christina do Couto, concelho de Santo Thyrso; e á qual pertencia um collegio n'aquella freguezia; e o Instituto de Educação e ensino, em Torres Novas.

Associação das Oblatas do Menino Jesus—com séde em Lisboa.

Associação de S. Francisco de Salles—á qual pertenciam: o Asylo de S. Francisco de Salles; o collegio de pensionistas denominado das Salesias, como aquelle, no extincto convento da Vizitação de Santa Maria, em Lisboa.

Associação dos Missionarios do Espirito Santo—á qual per-

tenciam: a Escola Agricola Colonial de S. Pedro de Cintra; Seminario da Formiga, Vallongo; Collegio do Espirito Santo, Braga; Collegio de Santa Maria, Porto; Instituto Fisher, Ponta Delgada; Procuradoria Geral das Missões do Espirito Santo do Congo e Angola, em Lisboa, sede da Associação.

Associação das Irmãs Hospitaleiras dos Pobres pelo amor de Deus — com séde em Lisboa, no extincto convento das Trinas.

Associação das Servi as de Nossa Senhora das Dores — com séde em parte do edificio do convento do Desaggravo, em Lisboa. Pertence-lhe a escola e asylo ahi estabelecidos, e succedeu ao Recolhimento das Servitas de Nossa Senhora das Dores, incorporado no Recolhimento de Nossa Senhora do Rosario.

Associação de Nossa Senhora da Immaculada Conceição — que não tem instituto proprio, e apenas presta serviços: no collegio da Estrada das Picôas, denominado Asylo de Nossa Senhora de Lourdes, séde da associação; e no Asylo da Villa de Campo Maior.

Associação das Escravas do Santissimo Sacramento e de Nossa Senhora da Conceição — que dirige duas escolas gratuitas: uma no Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Aldeia Gallega do Ribatejo, cujo edificio, onde a associação tem a séde, pertence ao Estado; outro na rua do Passadiço em Lisboa.

Associação do Santissimo Coração de Jesus — á qual pertence o Collegio do Santissimo Coração de Jesus, na quinta do Candieiro, Olivaes, séde da associação.

Associação do Sagrado Coração de Maria — em Lisboa, que dirige: um collegio no Campo de Luiz I; uma escola externa de creanças pobres. (Só admitte como associadas pessoas do sexo feminino, de maior edade ou emancipadas.

Associação de Santa Dorothea — que dirige os seguintes collegios: 1.º de educação e ensina a pensionistas installados: *a*) na rua do Quelhas, 6-A, Lisboa; *b*) na rua da Misericordia, Covilhã; *c*) na quinta do Sardão, Villa Nova de Gaya; *d*) na rua de Santa Luzia, Villa do Conde; *e*) na rua de Santa Maria, Guimarães; *f*) na rua do Mesquita, Evora; *g*) na rua do Principe,

Povoa do Varzim; *h*) na rua de S. Pedro, Villa Real; *i*) na travessa de Sant'Anna, Ovar; — 2.° de aulas gratuitas e casas de lavor para meninas pobres, em cada um dos edificios anteriormente indicados; — e além d'estes: o Asylo da Infancia desvalida, em Villa Real, e o Asylo de Villar, no Porto.

Associação de S. Diniz — com séde na Rua de S. Diniz, no Porto. (Fundadora, entre outras, a condessa de Samodães).

D. DOMITILLA DE CARVALHO

Associação dé S. Francisco de Salles — em S. Miguel das Aves, concelho de Santo Thyrso, que administrava o collegio séde da associação, a qual podia fundar succursaes em quaesquer pontos do paiz.

Associação Protectora de Meninas Pobres — com séde no Recolhimento de S. José, da Villa de Lagos.

Associação de Nossa Senhora do Carmo — com séde no Recolhimento aos Moinhos dos Olivaes.

Associação de Jesus Maria José — que dirigia os seguintes collegios: um na Tapada da Renda, freguezia do Louriçal do Campo, concelho de Castello Branco, onde tem a séde da associação; outro no logar e freguezia de Touraes, concelho de Ceia.

Associação de Nossa Senhora do Pranto—com séde na villa de Ilhavo, Rua Direita.

Associação de Soccorros aos Pobres de Nossa Senhora da Boa Morte — com séde no extincto convento do Louriçal, da villa e freguezia do mesmo nome.

Associação do Sagrado Coração de Maria, da cidade de Vizeu — que dirigia os seguintes estabelecimentos: um collegio fundado em 1892, depois estabelecido na rua do Tenente Valadim; uma escola externa de creanças pobres.

Associação do Sagrado Coração de Maria — com séde no Porto.

Associação de Santo Antonio das Aguas Ferreas—com séde no Porto, quinta das Aguas Ferreas, onde tinha um collegio, podendo crear succursaes em quaesquer pontos do paiz; e professores nas seguintes escolas: 1.° nas chamadas catholicas, do Porto; 2.° na Escola de Santo Antonio, na Foz do Douro, 3.° na Escola da Senhora da Purificação, em Canidollo, Villa do Conde; 4.° nas Escolas do Sagrado Coração de Jesus, na rua de S. Diniz, Porto; e na de Grijó; 5.° do Asylo do Duque de Bragança, em Bragança; 6.° no Asylo de Montenegro, Fafe; 7.° no Asylo da Infancia Desvalida, Vizeu; 8.° na Escola Infantil da Senhora do Pranto, Ilhavo — Tinha tambem associadas que se dedicavam ao serviço de pobres nas seguintes localidades: 1.° no Hospital de Santa Maria, Porto; 2.° no Hospital Particular, no Couto de Cucujães, Oliveira de Azemeis; 3.° no Hospital da Misericordia, Arcos de Valle de Vez; 4.° no Hospital da Misericordia, Fafe, 5.° no Hospital da Misericordia, Vizeu; 6.° no Hospital da Misericordia, Setubal.

Associação de Instrucção no Collegio de S. Jose—com séde em Villa do Conde.

Associação do Divino Salvador—com séde em Vairão, concelho de Villa do Conde.

Associação de Instrucção no Collegio do Santissimo Coração de Jesus—na Povoa de Varzim.

Associação da Madre Deus — com séde em Guimarães.

Associação Fe e Patria—que dirigia os seguintes institutos: *a*) de ensino primario e secundario: 1.º na travessa de Estevam Pinto, Lisboa, séde da associação; 2.º no sitio da Pelota, freguezia do Louriçal do Campo, Castello Branco: 3.º na rua de Santa Luzia, Guimarães, — *b*) de formação missionaria: 1.º no Collegio de Nossa Senhora dos Anjos, Torres Vedras; 2.º no logar de Palhavã, Setubal;—*c*) de ensino profissional a operarios e aulas gratuitas a creanças, no Serrado, Covilhã.

«Missão do Padroado Ultramarino, com as irmãs e as noviças existentes nos institutos seguintes: de S. Patricio, em Lisboa; de Santa Thereza de Jesus, em Carnide; de Santa Clara, em Coimbra; de Nossa Senhora de Monserrate, em Vianna do Castello, e de S. Francisco Xavier, em Ponta Delgada; — bem como as irmãs em serviço nos seguintes pontos: Loanda, collegio e escola official: Mossamedes, idem, idem; Huilla, asylo e missão; Caconda, idem, idem; Malange, idem, idem e escola official; Cabinda, asylo e missão; Chiloango, missão e escola; Quali, asylo e missão; Lourenço Marques, hospital e escola official; Cabaceira, asylo e escola; Moçambique, hospital escola official; Quelimane, idem, idem; — Braga, asylo; Guimarães, idem; Angra do Heroismo. Asylo de Infancia Desvalida e Asylo de Mendicidade.

Associação de Soccorros aos Pobres de Santa Thereza de Jesus — com séde em Aveiro (residindo as «socias activas» na séde da associação).

«Associação de Soccorros aos Pobres de Santa Thereza de Jesus, com séde em Coimbra».

«Associação de Nossa Senhora da Soledade—com séde em Setubal, no Recolhimento de Nossa Senhora da Soledade.

«Associação de Santa Cara» — com séde na freguezia de Sanguedo, concelho da Feira.

«Collegio de Nossa Senhora da Saude»—com séde na villa de Redondo.

«Associação dos Santissimos Corações de Jesus e Maria» — com séde em Leiria.

«Associação das Irmãs Terceiras de S. Domingos—com séde em Leiria.

«Associação das Oblatas do Menino Jesus»—com séde em Motreita, Vinhaes.

«Associação das Oblatas do Menino Jesus» —com séde em Fornos de Ledra, freguezia de Lamalonga, Macedo.

«Associação de Santa Thereza» — com séde em Freixinho, Sernancelhe.

«Associação de Nossa Senhora das Victorias»—com séde na freguezia de Santa Cruz, Madeira.

«Associação de Nossa Senhora das Mercês» — com séde no Funchal.

«Associação de Nossa Senhora dos Innocentes»—com séde no Conservatorio de Nossa Senhora, Santarem.

«Associação das Enfermeiras de Nossa Senhora de Saude» — com séde no Porto, podendo estabelecer filiaes em todo o continente do reino, ilhas e colonias.

«Associação Missionaria do Santissimo Redemptor Auxiliadora dos Parochos» — com séde na freguezia da Lourosa, Feira.

«Associação de S. Bento» — com séde na Quinta da Boa Vista, freguezia de S. Martinho de Cucujães, Oliveira de Azemeis.

O numero de jesuitas existentes, na sua totalidade, em 1909, era de 16158, espalhados por 5 denominadas «Assistencias», formadas por «Provincias».

Cabiam á «Assistencia italiana», 2033 irmãos, divididos pelas provincias «romana», napolitana, siciliana, turinense e veneziana.

A' «allemã», provincias austro-hungara, belga, galitziana, allemã e hollandeza, 3104 irmãos.

A' «franceza», provincias de Champagne, franceza, leoneza e de Tolouse, 3104 irmãos.

A' «hespanhola», provincias, aragoneza, castelhana, toledana, portugueza e mexicana, 3656 irmãos.

A' «ingleza», provincias, ingleza, canadiense, irlandeza,

Mariland-Neoyorkina, Missuriana e Nova Orleanense, 3250 irmãos.

Conhecido esse augmento de forças jesuiticas, registados os boatos de um proximo desaffivelar de mascara, com base nos trabalhos das eleições, acirrou-se a propaganda contra o clero negro, por parte da democracia, avida de encontrar, para o seu futuro, o caminho desbravado.

O governo decidiu pois a perseguição aos jesuitas e associações sobre que se acobertavam.

Houve a analyse ministerial da sua attitude no periodo eleiçoeiro.

Seguiu-se-lhe ordem aos governadores civis para que determinassem aos respectivos administradores de concelho a remessa urgente de relatorios sobre a fórma como até então havia sido executado o decreto de 18 de Abril de 1901 sobre congregações:

«Tendo chegado ao conhecimento do governo diversas reclamações, relacionadas com a maneira como tem sido executado o decreto de 18 de abril de 1901, relativo ás associações de caracter religioso, e convindo proceder por fórma que nem as leis deixem de ser respeitadas nem ás paixões se attribua resolução menos ponderada, venho recommendar a v. ex.ª que, com a maior urgencia proceda a um rigoroso inquerito sobre os pontos seguintes: 1.º Se existem n'esse districto associações de caracter religioso, que funccionem sem a auctorisação de que trata o art. 1.º do decreto de 18 abril de 1901; 2.º Se n'esse districto se manteem associações de caracter religioso, devidamente auctorizadas, mas que se hajam afastado da observancia do disposto nas alineas *b*) a *f*) dos referidos art. 1.º e decreto; 3.º Se n'esse districto ha institutos de beneficencia, caridade, educação, ensino ou propaganda estabelecidos pelas associações de caracter religioso, mas que não tenham obedecido ás prescripções das alineas *a*) a *c*) do art. 2.º do decreto de 18 de abril de 1901; 4.º Se as communidades ou congregações religiosas, de que trata o art. 5.º do referido decreto, teem cumprido a ultima parte do seu § 2.º; 5.º Se ha individuos pertencentes ás communidades ou congregações religiosas que não cumpram a obrigação estabele-

cida no § 2.º do artigo 5.º; 6.º Se nas associações de caracter religioso ou estabelecimentos d'ellas dependentes existem padres estrangeiros que pratiquem o ensino ou façam propaganda, pertencentes a associações religiosas que não tenham existencia legal em Portugal. Tenha v. ex.ª por muito recommendado que, se é certo que o inquerito deve ser feito com a maior urgencia deve elle ser revestido de todas as condições que o imponham á confiança, para que possa servir de base a qualquer procedimento que o governo adopte sobre assumpto de tão singular importancia. Para isto é indispensavel que inteiramente de parte sejam postas as apreciações de factos observados, que não obedeçam ao proposito de esclarecer o governo com a mais escrupulosa exactidão.»

Sabido era que elle cahira de ha muito em pleno olvido e que, embora tivessem transitado pelo poder diversos gabinetes regeneradores nenhum com essa lei se preoccupára.

Pelos governadores civis era pois remettida aos administradores dos concelhos, a seguinte circular:

«Ill.mo sr. — O decreto de 18 de abril de 1901, referendado pelo grande estadista que foi Hintze Ribeiro, regularisou e deu existencia normal aos estabelecimentos de ensino, caridade, beneficencia e propaganda no ultramar, dirigidos e administrados por communidades e congregações religiosas, fazendo-as entrar no imperio da lei, amoldando-as á feição secular e legal das associações de caracter religioso, e subordinando-as á legitima acção e superintendencia do Estado, e regulou o que proveitoso e benefico havia em taes estabelecimentos. Com o fim de assegurar esta superintendencia, determinou o decreto citado as sabias providencias enumeradas nos artigos 2, 3 e 4, que me cumpre fazer observar com todo o rigor, a bem do Estado. Não obstante as prescripções estabelecidas, é certo que ao meu conhecimento teem chegado queixas e reclamações contra abusos e irregularidades praticadas nos estabelecimentos referidos, em contravenção dos preceitos legaes, e, porque, sendo fundamentadas taes reclamações, indispensavel é que eu, no exercicio da tutella que me compete pelo citado decreto e pelo artigo 248.º n.º 4 do Codigo Administrativo, adopte as providencias que as

circumstancias exigem, como de necessidade, para evitar e cortar taes abusos, e fazer punir aquelles que se encontrarem incursos na sancção da lei, venho recommendar a v.ª s.ª que, no uso das attribuições conferidas pelo referido codigo no artigo 277.º n.ºs 1.º, 2.º, 4.º e 7.º proceda ás investigações necessarias e exerça toda a vigilancia na execução dos serviços e administração das associações e estabelecimentos de que se trata, dando-me minuciosa conta de tudo o que apurar, por maneira a habilitar-me a resolver como fôr de justiça e a poder dar cumprimento aos deveres que me competem.»

Teixeira de Sousa ergueu o facho do seu liberalismo, agitou-o para que illuminasse os companheiros incindido sobre elles a fama de liberal de que quiz rodear o gabinete, e formando rasto de luz que assignalasse a perseguição aos frades, colhidos na rede que só deixava escapar quantos não guerrearam o governo no periodo da cabala eleitoral.

Ao enveredar por esse caminho, Teixeira de Sousa não viu logo que, seguindo-o, pouco lucrava, como pouco lucraria qualquer estadista, por mais notavel que fôsse, a defrontar-se com a inevitabilidade do destino, predispondo os factos para a derrocada de um regimen, derrocada por todos auxiliada.

Esse erro manteve-o até ao fim o chefe do ultimo governo monarchico, mais por espirito de politico do que por convicção propria, e assim o confirmou ao affirmar (*) que se a monarchia e a politica houvessem tomado um caminho verdadeira e inequivocamente liberal as instituições teriam vencido, e ainda indo contra a corôa nas duras horas do exilio na affirmativa que á Historia, cumpre registar: (**)

«A educação de D. Manuel não tinha sido orientada no papel que veiu a desempenhar na politica nacional; mas dada a sua vontade de bem servir a nação, teria sido um rei afortunado e conjurado as graves difficuldades que cercavam o regimen se podesse ter arrancado aos adversarios da Monarchia e

(*) *Para a Historia da Revolução*, pxr Teixeira de Sousa=Pagina 73 =1.º volume.
(**) Idem=1.º volume=Pagina 75.

tomado para si o pendão das liberdades publicas que elles desfraldavam na sua tenaz propaganda.»

O testemunho parecia destinado a assignalar ou a escassez dos processos liberaes do governo ou ainda a impossibilidade, absoluta, de conseguir o «desideratum» da responsabilidade de tomar o pendão das publicas liberdades desfraldado pela democracia.

Ainda esta se encarregaria de registar o erro de Teixeira de Sousa, pois que, Republica em Portugal, não conseguiu o desempenho promettido do seu aureo programma de opposição, agitando-se, ella, a querida do povo, nas ondas tormentosas d'um abysmo que para outrem cavára.

Os inqueritos novos ás congregações, aliás necessarios, começaram portanto.

A maioria dos frades inscreveram-se na legação de Hespanha. O collegio jesuitico de Campolide arvorava a bandeira ingleza.

A syndicancia ao Quelhas, cujo collegio era dirigido pela condessa de Monfalim, D. Eugenia de Sousa Holstein, que succedeu a Madre Moraes, D. Maria de Moraes, dava o conhecimento, pelo syndicante, dr. Pedro de Castro, de que se preparava ali noviciado.

Não era extranho o facto, antes era demais conhecido e apontado, e até que o noviciado se effectuava em Villa do Conde, no palacio dos antigos condes de Azevedo, fazendo-se a profissão no Quelhas.

No coio das Mercês, fazia determinações, frei Crescencio Marques; no de Campo Maior, centro predilecto de scenas amorosas, o padre Cantuer.

Julgou prudente o governo, ao sobresalto do clero, definir a situação e assim fez sahir no orgão do ministro dos negocios estrangeiros, conselheiro José de Azevedo, os seguintes esclarecimentos, aliás de pouco effeito: (*)

«Convém que os actos do governo não sejam de molde a suscitar duvidas sobre o seu respeito pela religião do Estado,

(*) *O Imparcial* de 7 de Setembro de 1910.

pois é quasi certo que o nacionalismo envidará todos os esforços para manter, no espirito do clero, essa lamentavel confusão. Ninguem do poder, que nós saibamos, pensa em peorar as condições em que vive a classe sacerdotal. Nenhum acto ainda foi praticado que denuncie um proposito de hostilidade para com o clero, embora a sua attitude, na lucta eleitoral, denuncie sentimentos que lhe não merece um governo, cujo maximo peccado parece ser o espirito liberal de que está animado. Não ! O proposito do governo é o estudo das condições em que estão vivendo algumas casas religiosas, cuja intervenção na politica denuncia a existencia de um mal estar organico que a prudencia aconselha remediar emquanto é tempo. Não é uma medida de represalia : é um expediente de prophylaxia social, o que se busca fazer, para evitar que alastre um perigo que contraria vitaes interesses do Estado. Não ha modo de comprehender que associações religiosas, que só pódem existir, nos termos do decreto de 1902, para fins de altruismo christão ou para o derrame do ensino, intervenham nas luctas politicas, com a furia doida que celebrisou os jesuitas do Barro e os Mariannos da Aldeia da Ponte, sem admittir um proposito de predominio, um pensamento alheio aos estrictos interesses da Egreja a que todos pertencemos. Uma tal uniformidade de procedimento presupõe uma unidade de acção que não póde derivar de outra causa que não seja uma forte disciplina para a qual não seriam sufficientes os elementos civis que florescem no nacionalismo. A ostensiva reserva mantida no periodo eleitoral por outras associações religiosas, manifestamente adversas ao jesuitismo, são um indicio de que a alta inspiração do caracter clerical, dada á ultima lucta, sahiu dos homens influentes que na capella do Quelhas tecem esta teia de enredos com que pretendem subordinar a sociedade civil portugueza aos seus interesses de sonhos de ambição predominante. Com isto nada tem o clero parochial portuguez : a injustiça mesma com que combateu um governo que nunca o havia prejudicado, prova só que a causa da sua hostilidade reside fóra d'elle, é um acto de passiva obediencia e não um justificado desaggravo. E' por isso que a confuzão entre uns e outros seria lamentavel.

«Não é sem ternura que nós relembramos os prodigios de

dedicação christã de algumas casas religiosas, mórmente d'essas milicias de caridade que são as Irmãsinhas dos pobres e as de S. Vicente de Paula, as de S. José de Cluny e tantas outras. A' sombra da lei, que as protege, teem vivido sem affrontar os direitos do estado e beneficiadas por um acatamento popular que cresce todos os dias. Seria um erro responsabilisal-as por culpas que desconhecem, irmanal-as n'um tratamento que tem de ser diverso, applicado aos marmanjões hespanhoes da Aldeia da Ponte, que devoram o tempo na ociosidade, em contravenção das obrigações de ensino que assumiram quando solicitaram do governo a faculdade de residencia no concelho do Sabugal. Pelo que se sabe já, se alguma cousa ensinavam era o desprezo da dignidade pessoal na pratica de actos de uma mais que duvidosa moralidade. Differente é a situação creada pelos frades do convento do Barro e pelos de S. Fiel, cuja interferencia nas luctas politicas não é explicavel senão pela indole mesma da ordem a que pertencem e que tolerados, entre nós, pela circumstancia de se darem ao ensino, conforme as indicações do despacho que lhes regularisou a existencia, se verifica agora que falseiam a sua missão legal em desproveito da paz publica de que estão sendo uma permanente ameaça. São estes factos os que devem ter em vista os funccionarios que teem de inquirir. Pelo que respeita ao governo não ha ter confusões, visto que não deve ignorar d'onde lhe veio a guerra, nem as armas de que se serviram. Sob esse ponto de vista superior o que é preciso encarar é o nacionalismo como agente de perturbação: procurar confinal-o no que elle é, sem disfarce do jesuitismo, para subtrahir á sua acção o clero secular que aliaz o governo não prejudicou por acto algum e contra o qual seria uma leviandade proceder com represalias. O que não é admissivel é que, n'um paiz catholico, os jesuitas, além de uma ordem religiosa, sejam um partido politico, actuando no mysterio, vivendo na sombra, influindo nas consciencias, operando no confessionario, fóra da vigilancia do Estado, privilegiado e temido. Se quizer ser uma força civil, tem de despir a roupeta da ordem e entrar sem disfarce no campo onde todos nos batemos. De resto seria collocarmo-nos todos em condições de evidente inferioridade. Ora o que o passado denuncia é que

o nacionalismo se reputou já bastante forte para poder dispensar-se de procedimentos tortuosos. Poz claramente o seu programma contra o poder civil; todos poderam reconhecer quem o inspira e quem o commanda. E como não ha illusões, o Estado ficou sabendo tambem onde deve ferir.»

Ergueu o pendão de revolta a cleresia negra e ao passo que o governo affirmava que a sua colera só abrangia o jesuitismo, logo se fez sentir que o ministerio ia investir contra a religião e contra o clero secular, e o «Portugal,» orgão do nacionalismo, dava o alarme nas seguintes linhas (9 de Setembro):

«Esteja o clero prevenido. Não se fie n'aquella cantata que as gazetas governamentaes já começaram a assobiar, de que o clero secular nada tem a temer... Mas dando de barato que a guerra do governo se dirija apenas contra as congregações, desmentindo flagrantemente o seu liberalismo e escarnecendo da liberdade da associação, que deve estender-se a todos os portuguezes? Devemos cruzar os braços indifferentemente? Não são elles padres como nós somos? E além de padres, victimas, sacrificados? Não lhe devemos a nossa solidariedade, o auxilio de irmãos, o amor de portuguezes? O que fazem elles para merecer os rigores de uma lei de excepção? Vivem em commum, para ensinar, para rezar, para honrar e servir a Deus? E' isto um crime para esse governo que para ahi está? Que se não consume o attentado ás regalias sociaes, e individuaes sem o nosso mais vehe mente protesto, se os clamores da justiça e da humanidade o não impedirem proveitosamente.»

Os republicanos por seu turno, aproveitando a commemoração do 4.° anniversario do Centro Rodrigues de Freitas, em 18 de Setembro, fustigavam ali os contrarios á sua causa com phrazes violentas, visando o dr. Eusebio Leão, o rei D. Manuel com os seguintes palavras:

«Não se sente desvanecido com as medidas do governo, que podia, se quizesse, de um momento para o outro, pôr na fronteira os jesuitas que cá estão. Cada um nasce para o que nasce. O chefe do Estado não tem geito para se desempenhar d'esse cargo, tem-no dito toda a imprensa monarchica. O chefe de Estado tem geito para andar de opa e cirio e não para reinar. Se eu ti-

vesse a honra de representar o Porto em côrtes e se o rei vestisse um habito, abrisse corôa e entrasse para um convento, não teria duvida em perdoar-lhe todos os erros e todos os adeantamentos feitos á sua real familia.»

Os frades hespanhoes, «Mariannos,» do convento de Fraga, no concelho de Sattam, nas margens do ribeiro que corre a 4 kilometros da freguezia de Quintella, concelho de Moimenta, procuravam, por seu turno, alliciar o povo para a rebellião ás ordens ministeriaes, emquanto elles, collocando-se a coberto, se faziam inscrever como naturaes de Hespanha.

Não pertenciam ao nucleo da Companhia de Jesus, mas não perdoavam a expulsão em perspectiva.

Emquanto se prophetisavam perturbações da ordem,—projectados aliás mais pelos republicanos do que pelos sectarios de Loyola — seguiam as syndicancias.

A do collegio de Nossa Senhora dos Anjos, do Barro, de Torres Vedras, entregue em 9 de Setembro, ao dr. Sebastião de Sampaio, ia dar ensejo ao governo para procedimento, visto apurar-se que pertencendo elle á Associação Fé e Patria, como o collegio de Campolide, o collegio de S. Fiel, e o Instituto do Serrado, na Covilhã, se effectuava a ceremonia do noviciado como passagem para as outras succursaes, apparecendo ali, entre outros instrumentos ex-conventuaes, outros de flagrante denuncia, como cilicios.

Os jesuitas de Aldeia da Ponte, que tinham por superior, o padre Baldomero, eram comtudo os mais temiveis, já pela propaganda intensa, pelo appoio que logravam do povo, já pela desobediencia flagrante aos mandados judiciaes.

Patrocinados pelo arcebispo da Guarda, calcularam logo o partido que podiam tirar d'esse sustentaculo e tentaram oppol-o ás coleras do governo.

O prelado, comtudo, não quiz servir de escudo á rebellião e limitou se a conselhos e a auxilios particulares, de forma que obteve o conhecimento da epocha em que cabia aos jesuitas de Aldeia da Ponte o ajuste de contas.

Assim, antes de qualquer ordem, os frades, a 6 de Setembro, abandonavam o seu poiso, indo muitos occultar-se n'uma quinta

da freguezia de Matamude, no Alto de Gaya, e passando outros a Hespanha, por desnecessaria a sua presença.

O inquerito, que deu o augmento dos factos conhecidos desde 1908, era commettido aos drs. José Augusto Gaspar de Mattos, administrador do concelho de Coimbra e Alberto Thomaz David, administrador de Lousada, assistindo o do Sabugal dr. Luiz Capello, e para auxiliar os trabalhos seguiu do Sabugal para Aldeia da Ponte, o capitão França, com 4 policias e duas praças de cavallaria.

Haviam os frades deixado bem preparado o caminho e ao surgir do cortejo modesto em frente da portaria do convento, as mulheres do logar, entre imprecações quizeram tocar a rebate, para incitamento á resistencia dos povos visinhos.

A attitude dos soldados fez modificar as intenções e o mulherio, adoptou systhema mais benevolo, mas de resultado nullo.

De joelhos ou abraçando o official, pediam clamorosamente as poupassem da morte e aos padres bondosos, promessa que o capitão fez.

Só a 7 de Setembro começaram os trabalhos de investigação, sendo as chaves do convento entregues por um padre portuguez, emquanto da fronteira casa, cinco jesuitas espionavam os movimentos dos syndicantes. O inquerito constatava o que de ha muito era sabido: a seducção de raparigas da localidade, a ingerencia na politica, e a rara distribuição de esmolas, pouco conforme com os seus intuitos de associação beneficente.

Confirmados eram assim os pontos do relatorio antigo do administrador Luiz Telles.

A 12 de Setembro, o conselho de ministros resolvia fechar o convento de Aldeia da Ponte, e n'esse mesmo dia era lavrada e assignada a portaria seguinte:

«Tendo sido presentes a Sua Magestade El-Rei os processos de inquerito á casa de religiosos existente em Aldeia da Ponte, no concelho de Sabugal, tanto o realisado em 1908, como o recentemente feito, assim como o relatorio e propostas do governador civil do districto da Guarda de 8 de dezembro de 1908, do administrador do referido concelho de 17 de setembro do mesmo anno, e ainda o do syndicante que ha pouco foi

áquella povoação de Aldeia da Ponte inquirir das circumstancias em que se encontrasse a referida casa religiosa; Considederando que a mesma casa religiosa se habilitou com estatutos approvados pela portaria de 18 de outubro de 1901, sob a designação de Estatutos do Collegio da Aldeia da Ponte; Considerando que pelos referidos inqueritos e relatorios se prova que a dita associação deixou de cumprir as suas obrigações estatuarias e se desviou inteiramente dos fins legaes da sua instituição; Considerando ainda que a mesma associação, conforme os sobreditos inqueritos e relatorios, está reduzida a uma casa de missionarios hespanhoes, da congregação da Companhia de Jesus, que não tem existencia legal no pais: O mesmo Augusto Senhor, fazendo uso do direito, que o governo se reservou, de retirar a approvação dos mencionados estatutos, quando a collectividade não os cumprisse ou se desviasse dos fins legaes da sua instituição: Ha por bem, nos termos do artigo 3.º do decreto de 18 de abril de 1901, mandar dissolver a Associação do Collegio da Aldeia da Ponte, e: 1.º Que, se os associados voltarem a reunir-se em Aldeia da Ponte ou em outro logar do reino, qualquer que seja o fim que digam ter em vista, se considerem em flagrante delicto de desobediencia, sem prejuizo de se tornar tambem effectiva a responsabilidade criminal prevista no artigo 282.º do Codigo Penal, nos termos do citado decreto de 18 de abril de 1901; 2.º Que pelo Governo Civil do districto da Guarda se faça proceder ao arrolamento dos moveis e utensilios existentes dentro da casa da associação, sendo em seguida fechadas as portas e selladas até que se resolva sobre o ulterior destino do que fôr arrolado. Paço, em 12 de setembro de 1910. — Antonio Teixeira de Sousa.» (*)

N'essa hora, e emquanto o governo dava as ordens para que o arrolamento do ali existente se effectuasse breve, D. Manuel passeava em Mafra, e de opa acompanhava a procissão do Santissimo, declarando-se ali, de expontanea vontade, protector da Irmandade e concedendo-lhe o titulo de «real».

(*) Legislação Portugueza de 1910=1.º volume=Pagina 498.

No arrolamento, feito em Aldeia da Ponte, ante a tropa, pelo administrador do Sabugal, Luiz Capello, secretario, Alfredo de Carvalho, official de diligencias Manuel Alexandre e notario Nunes Garcia, com a assistencia do padre Baldomero Cerisa e do padre Abilio Pinto Osorio que pregára a ruina do paiz e da religião se o povo não votasse com o bloco — cabia apenas, modesta mobilia, 1 machina de fazer meias, 1 de costura, alfayas, roupas, louças, carteiras, muitas estantes com livros, missaes, uma imagem de S. Luiz.

Na dispensa, vinho branco e vinhos finos, licôres, presunto, carne de porco, feijão, tudo em grande quantidade.

Apparecia ainda um pedaço de papel dobrado tendo collado um bocadito de cambraeta encarnada, de 1 centimetro quadrado, lendo-se no papel:

†

PEDACITO DE ROPA QUE
USO EL VENERABLE
PADRE CLARET

Esse fragmento era assim attribuido á veste do Jesuita Claret, fundador da ordem dos Mariannos, e era vendido ao preço de 500 réis.

Raros objectos de valor appareceram, por extraviados antes da syndicancia. Só se viu uma cruz de metal branco galvanisada, avaliada em 35$000 réis e essa mesma antiga pertença da egreja de Belmonte, d'onde os jesuitas a haviam levado, quando da sua passagem por aquelle templo. A papelada desapparecera e apenas para amostra, alguns exemplares do seguinte curioso guia ferro-viario adrede arranjado:

«Caminho de ferro d'Alem campa — Linhas do Paraizo e do Inferno em combinação com as de Morte e do Juizo — Indicações para os passageiros de ambas as linhas.

«Linha do Paraizo—Sahida dos comboios—A todas as horas. — Chegada — Quando Deus quizer.

«Preços dos bilhetes. — 1.ª classe, Innocencia e sacrificio

voluntario — 2.ª classe, Penitencia e confiança em Deus — 3.ª classe, arrependimento e resignação.

«Advertencias — 1.º Não se dão bilhetes de ida e volta — 2.º Não ha comboios chamados de recreio — 3.ª classe Creanças menores de 7 annos vão gratis, comtanto que vão nos braços de sua mãe á Egreja. — 4.ª Os agentes e empregados da empreza não terão abatimento de preço mas receberão um augmento de ordenado em proporção dos seus serviços. — 5.ª Aos passageiros não se permitte mais bagagem que as suas boas obras, aliás expoem-se a perder o comboyo, ou a serem detidos mais ou menos tempo antes de chegarem ao termo da viagem. — 6.ª Recebem-se passageiros em toda a linha de qualquer procedencia, contanto que tragam os passaportes em regra e em papel de marca romana. — 7.º O despacho central de bilhetes está aberto a todas as horas no tribunal da Penitencia. Os que não puderem proseguir viagem por terem perdido o bilhete, poderão renoval-o no sobredito despacho.

«Linha do Inferno — Sahidas dos comboyos — A' vontade do passageiro. — Chegada — Quando menos o pensar.

«Preço dos bilhetes—1.ª classe, Impiedade.—2.ª classe, Sensualismo — 3.ª classe, Indifferentismo.

«1.º Toda a moeda em circulação com o sello do peccado serve, e sem desconto, para o pagamento d'estes bilhetes. — 2.º Todos os comboyos d'esta linha se chamam de «recreio» — 3.º Creanças menores de 7 annos não circulam por esta linha. — 4. Os agentes ou empregados d'esta companhia irão em 1.ª classe por ajudarem a empreza em seus respectivos officios. 5.º Os passageiros levarão quanta bagagem quizerem, mas deverão deixar tudo, menos a alma, na estação da Morte. — 6.º Dá-se preferencia d'esta linha para a do Paraizo, referendado o bilhete perante o Sacerdote, antes de o comboio entroncar com o da Morte.—Este comboyo da Morte não varia nem volta nunca. — 7.º Não longe da estação da «Morte» encontrarão os passageiros a do «juizo», e d'aqui seguirá cada qual, segundo a distribuição feita pelo Juiz Supremo, a linha que conduz a seu destino eterno e irrevogavel.

«Duzia, 40 réis; cento 220, 500, 850; mil, 1$200. Typo-

graphia Catholica de Thomaz Pereira, T. dos Inglezinhos, 19 (ao Quelhas) Lisboa.»

O padre Osorio tentou ficar no convento, sendo intimado a sahir não sem que as mulheres em alta grita protestassem. Abandonou-o porem, tendo a força de impedir que a gente do logar tomasse attitude mais energica, a favor de alguns jesuitas, acompanhados até fronteira por uma companhia de infantaria.

Entretanto, por denuncia, eram apprehendidos em casa do padre Lourenço Nabaes, grande numero de objectos pertencentes ao convento e que os jesuitas haviam ali depositado. Constavam de bahus, caixas e gavetas com vestuario e calçado, armarios, rosarios, crucifixos, o «Livro Negro», com a correspondencia fradesca, e informações curiosas, cartas do bispo da Guarda com referencias ao clero secular. e um estandarte de fino damasco de seda, bordado a ouro por uma senhora da familia Portugal, de Mortagua, avaliado em 400$000 réis e offerecido ao jesuitas de Aldeia da Ponte.

Os santos que estavam no convento eram trasladados para a Matriz da Guarda e o Santissimo, conduzido processionalmente para a mesma Sé.

Appostos os sellos e intimados os restantes frades a abandonarem Portugal até ás 5 horas da tarde de sexta feira 10 de Setembro, o administrador retirava, e logo Osorio, organisando rapido comicio tentava sublevar o povo, dizendo ainda que regressariam á Aldeia da Ponte logo que estivessem no poder os nacionalistas, indo em seguida pedir contas a Teixeira de Sousa que a esse tempo já dera ordens aos governadores civis de Bragança e de Portalegre, para que mandassem acompanhar pela força militar até á fronteira os congreganistas «mariannos» que por lá estivessem.

As primitivas attenções com os frades, justificaram os seus propositos de se não darem por vencidos, o que melhor para elles fôra.

Apenas os padres José Maria e João Montegui foram entregues ao governador civil de Castello Branco que a 1 de outubro os mandou pôr na fronteira e os restantes, fóra da clausu-

ra, iam para o Porto, d'onde voltaram ao velho pouso, a 20 de Setembro.

Arrombando uma porta, installaram-se no mosteiro sob as ordens de Baldomero, lançando d'ali pregão ao povo para que os defendesse. Acudia força militar, e ante os murmurios das mulheres incitando os homens ao auxilio dos jesuitas, a tropa callou baionetas e reconduziu-os assim até fronteira.

A scena repetia-se a 23, d'essa feita por amigos dos jesuitas que entrando pelas janella de um pateo ao fundo do corredor que dava para a cosinha, penetraram no convento, levando um missal novo, dois calix, livros, medicamentos, 4 saccas com roupas, cobertores e lenços, e o estandarte. Trabalho findo, tornaram a trancar, sellar e lacrar as portas.

Dos casos de Sabugal, entregava o capitão França o relatorio em 25 de Setembro de 1910 no ministerio da justiça.

Outros inqueritos e encerramentos se ordenavam entretanto.

No Porto, era dada a 20 de Setembro como não cumprindo os seus estatutos, a irmandade do Coração de Jesus, com capella na Rua da Boa Vista e casa annexa ao predio 142, onde se apurou se acoitavam jesuitas. As casas religiosas do bairro oriental no Porto, e as de Felgueiras, eram julgadas ao abrigo da lei.

De Guimarães sahiam tambem os jesuitas, sob accusação de possuirem um cemiterio secreto, chamado o «segredo», o que justificava o facto de encontrando-se os frades ali estabelecidos havia 30 annos, alguns desapparecerem, mas sem se lhes conhecer a partida ou sem de lá sahir um enterro.

A 21 era intimada a sahida, aos padres estrangeiros ao serviço do Asylo Jesus Maria José, de Campo Maior.

O povo, já então excitado, quiz invadir o asylo, e a custo se obstou a violencia, colhidos por maus exemplos de irreverentes que a 14 d'esse mez, entrando na egreja da freguezia de Areias a 3 kilometros de Santo Thyrso, de que era parocho, Francisco Pinto Novaes, poz os santos no chão, tiraram os resplendores, logo amachucados, assim como o calix, e arrombaram o sacrario, esmigalhando as hostias.

A bem sahiram comtudo para Badajoz os frades de Campo Maior.

Como que procurando preservar o Collegio Jesuitico de S. Fiel, hospedava-se ali o arcebispo da Guarda, D. Manuel Vieira de Mattos, emquanto, confiantes, outros, encetavam a construcção na Povoa do Varzim de um vasto templo sob a evocação de Nossa Senhora da Conceição,

A 26 era mandada vigiar a Capella da Calçada dos Paulistas, e o recolhimento annexo á Capella da Travessa das Mercês, apressando se os jesuitas a arvorar n'esta a bandeira hespanhola.

Entretanto já D. Manuel regressára de Mafra e apresentado lhe foi um outro projecto de decreto, approvado em conselho de ministros e extinguindo, sob rigoroso inquerito e por ser dada como a base do jesuitismo em Portugal, a «Associação Fé e Patria»:

«Senhor. — Em 18 de abril de 1901 ao apresentar ao augusto chefe do Estado o decreto da mesma data relativo ás associações de caracter religioso, dizia o governo: A verdade que os factos atestam, é que de ha muito e a despeito das leis se teem introduzido no paiz communidades e congregações religiosas, noviciados e profissões, apostolados e catecheses, escolas e institutos de toda a ordem, que vivem sem auctorisação que as legitime, sem fiscalisação e até sem conhecimento do Estado, fóra da jurisdição ordinaria das auctoridades ecclesiasticas, fóra dos preceitos que em Portugal regem as associações e os individuos nacionaes e estrangeiros. A isto urge pôr cobro para que a lei que a Constituição declara egual para todos seja por todos respeitada e cumprida. Para esse effeito foi publicado o decreto acima citado, qual teve essencialmente por fim, amoldar as communidades e congregações religiosas á feição secular e legal das associações de caracter religioso. Os intuitos do decreto de 1901 foram illudidos, de que resultou haver inteira actualidade no que acima fica transcrito do relatorio que o precedeu. E se é certo que urge dissolver todas as congregações e communidades que não se sujeitaram ou não deram cumprimento ao que no referido decreto foi determinado, com mais ponderosos motivos ain-

da ha necessidade de proceder em relação ás congregações, que não só não teem existencia legal no paiz, mas cujos congreganistas nem sequer podem estar em Portugal. Referimo-nos especialmente á Companhia de Jesus, cujos elementos foram pela lei de 3 de setembro de 1759 desnaturalisados, proscritos e exterminados, expulsos do reino e seus dominios. Quer pelo inquerito a que se procedeu em 1901, quer pelo inquerito a que se está procedendo, quer ainda pelo que é do conhecimento geral, os padres da Companhia de Jesus estão estabelecidos em Portugal, teem numerosas casas de ensino e institutos onde se praticam noviciados, se fazem votos e se emprega a clausura, com absoluta offensa das leis e menosprezo das regalias do Estado e da Egreja. Em 18 de outubro de 1901 foram approvados os estatutos da Associação «Fé e Patria», declarando dirigir os seguintes estabelecimentos: — institutos de ensino primario e secundario: na travessa de Estevam Pinto, n.º 23, em Lisboa; no sitio da Pelote, Louriçal do Campo, districto de Castello Branco e na rua de Santa Luzia, n.º 96, em Guimarães, districto de Braga; — institutos de formação missionaria no Collegio de Nossa Senhora dos Anjos, em Torres Vedras, e no logar de Palhavã, n.º 7, em Setubal; e — instituto profissional de operarios e de aulas gratuitas a crianças, no Serrado, Covilhã. São todos estes estabelecimentos dirigidos e administrados pela Companhia de Jesus, o que sujeita a congregação ao disposto no § 2.º do artigo 5.º do citado decreto de 18 de abril de 1901, que estabelece que os individuos de um e outro sexo, pertencentes a communidades ou congregações religiosas que actualmente interveem na direcção ou administração dos referidos institutos (de beneficencia e caridade, educação e ensino, propaganda da fé e civilização no ultramar), deverão igualmente, para que possam nelles continuar a exercer as suas funcções, mostrar dentro do mesmo praso (o de seis mezes) que essas communidades ou congregações cumpriram as disposições do § 1.º do artigo 1.º do mesmo decreto, e entre outras, as de não haver na associação clausura, praticas de noviciado nem profissões ou votos não permittidos na lei. Nem os que interveem na direcção ou administração dos institutos sobreditos mostraram que a Companhia de

Jesus cumpriu as obrigações que o decreto de 1901 lhe assignou, nem podem fazer essa prova, não só porque no estrangeiro ella mantem a sua antiga organização, mas ainda porque no paiz mantem as praticas do noviciado e os actos que a lei não permitte. N'estas circumstancias tem applicação o artigo 6.º do citado decreto, que diz: «A inobservancia do preceituado no artigo antecedente e seus paragraphos, determinará findo o praso de seis mezes n'elle fixado, a applicação do disposto nos artigos 3.º e 4.º quanto á immediata dissolução das respectivas communidades ou congregações religiosas e ao prompto encerramento dos institutos que hajam estabelecido, applicando-se não menos, quando haja logar, o preceituado no artigo 282.º e § 1.º do Codigo Penal. Para dar, pois, cumprimento ao decreto de 18 de de abril de 1901 urge que se adoptem as providencias que vamos ter a honra de submetter á resolução de Vossa Magestade:

«Attendendo ao que me representaram o Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino e os Ministros e Secretarios de Estado dos Negocios Ecclesiasticos e da Justiça e dos Negocios de Marinha e Ultramar: hei por bem decretar o seguinte: Artigo 1.º São encerrados todos os institutos comprehendidos no artigo 3.º dos estatutos da «Associação Fé e Patria», approvados pela portaria de 18 de de outubro de 1901, os quaes não poderão mais funccionar, e todos os individuos, dirigentes e dirigidos, que não cumprirem ou pretenderem por qualquer modo sofismar esta determinação, ficam sujeitos ao disposto no artigo 282.º § 1.º do Codigo Penal. Artigo 2.º A contar da data do presente decreto deixa de ser applicavel aos directores, professores ou individuos que frequentarem os referidos institutos de ensino, o que no regulamento geral do ensino secundario de 14 de agosto de 1985 e no decreto de 29 de agosto de 1905 estiver estabelecido para os institutos de ensino particular, seus fundadores, directores e professores e ainda no que respeita a admissão e exame dos alumnos extranhos aos lyceus, podendo porém os individuos, que até á data do presente decreto tenham frequentado os referidos institutos, transitar para estabelecimentos de ensino particular na situação em que se encontrarem, como se espontaneamente

abandonassem os mesmos institutos, quando elles pudessem legalmente funccionar. Artigo 3.° Immediatamente á publicação do presente decreto os governadores civis dos districtos, a que pertencerem os institutos de que trata o artigo 1.°, farão intimar os seus directores e administradores para, no prazo de três dias, os encerrarem, não podendo mais receber pessoal docente nem alumnos sob pena de uns e outros serem considerados em flagrante delicto de desobediencia e incursos na disposição do artigo 282.° do Codigo Penal para todos os effeitos legaes. — O Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino e os Ministros e Secretarios de Estado dos Negocios Ecclesiasticos e da Justiça e dos Negocios da Marinha e Ultramar, assim o tenham entendido e façam executar.»

El-rei, já antes conhecedor do decreto, não collocava sobre elle a sua assignatura e n'um sorriso declarava brigar o documento com o seu titulo de rei «fidelissimo».

A contrariedade de Teixeira de Sousa não conseguiu obter o desejado decreto, que, como de uso em taes documentos levaria o regio nome e o chefe do governo teve de contentar-se com as portarias, como da praxe, só firmadas pelo ministro respectivo.

D. Manuel não condescendia nem mesmo ante a questão da confiança politica posta por Teixeira de Sousa.

A segunda instituição a soffrer a pena do desagrado em que incorrera perante o governo teixeirista, foi a casa religiosa do Quelhas, attingida pela seguinte portaria, (*) o ultimo documento da monarchia assignado no proprio dia em que a revolução se ia fazer sentir:

«Foi presente a sua magestade el-rei o relatorio do inquerito, a que, por ordem do governo se procedeu á casa de religiosos na rua do Quelhas, e do qual se mostra: 1.° Que a referida casa é permanentemente habitada por alguns padres e diariamente frequentada por muitos outros; 2.° Que elles se entregam á vida contemplativa e á propaganda; 3.° Que a casa da sua ha-

(*) Legislação Portugueza de 1910=1.° volume=Pagina 525.

bitação lhes foi cedida pela Associação Fé e Patria; 4.º Que redigem e administram as revistas «Mensagem do Coração de Jesus» e «Mensagem de Maria»; 5.º Que os padres, que na sobredita casa da rua do Quelhas se encontram, em numero de sete, obedecem a um director, que designam pelo nome de «o superior». 6.º Que a mencionada communidade não tem estatutos competentemente approvados, nem cumpriu nenhum dos preceitos, ácerca do exercicio do direito de associação; e Considerando, que tudo demonstra, que os ecclesiasticos, que habitam a casa n.º 6 da rua do Quelhas, em Lisboa, vivem em regra de communidade religiosa, mas inteiramente fóra dos preceitos do decreto de 18 de abril de 1901, pois não teem estatutos approvados pelo governo, nem podia tel-os, não se destinando a actos de beneficencia ou caridade, á educação e ensino, ou á progaganda da fé e civilização no ultramar, e tambem fóra das disposições da lei de 14 de fevereiro de 1907, que regulou o exercicio de direito de associação; Considerando, que portanto aquella associação constitue uma communidade religiosa, que não pode ter existencia legal, por contraria ás disposições do decreto de 28 de maio de 1834 e ainda por incompativel com o disposto no artigo 1.º do citado decreto de 18 de abril de 1901; Ha por bem o mesmo augusto senhor determinar, que seja dissolvida a communidade installada em Lisboa na rua do Quelhas n.º 6, e que se considerem em flagrante delicto de desobediencia os que voltarem a reunir-se na mesma ou em outra casa, sem prejuizo de se tornar effectiva tambem a responsabilidade criminal prevista no artigo 282.º do Codigo Penal.—Paço, em 3 de outubro de 1910.—Antonio Teixeira de Sousa.»

Conhecedores d'esse novo acto, já os clericaes haviam feito publicar a seguinte ameaça:

«Podemos acrescentar que, se o governo persiste na insania de levar por deante tão odiosa perseguição, cujos intuitos de reles e vingativa politiquice são bem manifestos e até já foram confessados publicamente—para que ninguem allegue ignorancia—só nós os catholicos teremos a lucrar com a guerra que o poder nos move. Ninguem poderá arguir-nos de menos prudencia ou de inepcia. Demos ás portarias do sr. ministro da justiça

a nenhuma importancia que ellas mereciam. Seguiu-se a comedia do decreto de Aldeia da Ponte em que se fechou... uma casa já fechada havia muito; depois vieram as syndicancias: tambem nos fizemos desatendidos não só pela insignificante importancia do caso, mas tambem porque, repetimos, haviamos percebido que o governo e as papeletas republiqueiras que tão grande vulto lhe haviam dado, esperavam que saissemos á estacada para simular a existencia do que elles queriam á viva fórça fazer acreditar que existia: a questão religiosa. Mas agora que a audacia vae até á invasão, agora que o governo, deliberadamente, de caso pensado, se arroga direitos que só aos prelados pertencem, agora que vemos monteados por essas provincias padres indefezos, agora que os cornetins jacobinos annunciam a perseguição, não podemos continuar na nossa attitude de serena espectativa. E não podemos, porque o inimigo rompeu hostilidades; já não é occasião de esperar; existe, sim, a urgente necessidade de uma defeza energica e valorosa. O contrario seria cobardia e inepcia. Cá estamos no nosso posto e á nossa frente teremos a grande, a suprema consolação, de encontrar os nossos prelados, que certamente se sentirão orgulhosos de terem sido julgados dignos de serem envolvidos no audacioso ataque! Contem comnosco! Mas fique isto bem assente: a nossa acção é a de legitima defeza: A responsabilidade da lucta religiosa que vae travar-se, essa cabe toda inteira ao governo de s. m... ás ordens dos republicanos. Hoje não pode haver illusões sobre a necessidade de defesa.» (*)

Essa defeza não chegaria a consummar-se e o mesmo sorvedouro, o da revolução, cingira n'um mortifero abraço, esses dois inimigos de momento: a cleresia negra e a monarchia.

*

* *

Ao passo que se iniciava a perseguição religiosa, trocavam-se certas contumelias entre as côrtes do Papa e de D. Manuel,

---

(*) «O Portugal» de 2 de Outubro de 1910.

tendentes até a destazer os boatos inglezes de descontentamento contra a Curia.

Roma, fizera insinuar assim esses receios, por intermedio do «Corriére de Italia» (7 de Agosto):

«Tendo alguns jornaes, no intuito de exagerarem o conflicto entre a Hespanha e o Vaticano, affirmado que tambem Portugal rompera relações com a Santa Sé, consta-nos, de fonte auctorisada, que são normaes essas relações, pois, apesar de ter sido

ZOPHIMO CONSIGLIERI PEDROSO

transferido para a legação portugueza no Brazil o sr. Sampaio, encarregado de negocios de Portugal junto da Curia Romana, pelo fallecimento do embaixador sr. Miguel Dantas, um novo encarregado de negocios, o sr. conde de Lagoaça, acaba de ser nomeado para esse cargo. O novo gabinete portuguez, da presidencia do sr. Teixeira de Sousa, ainda não nomeou o novo embaixador, o que fará em breve, como o teria feito o anterior gabinete portuguez se não tivesse deixado o poder.»

O conde de Lagoaça, nomeado effectivamente encarregado

de negocios junto do Vaticano, apresentava-se a Pio X em 24 de Agosto, sendo interrogado pelo pontifice sobre a familia real, forças catholicas em Portugal, situação politica e desejo de ter um embaixador portuguez.

Vendo assim um anteparo á lucta clerical em que ia envolver-se, quiz agradar á Curia.

Indigitou-se ministro por Roma, primeiro, o conselheiro Pimentel Pinto, depois o conselheiro João Arroyo. O nuncio Julio Tonti, consultado, prometteu responder depois de informado pelo Vaticano e este emittia parecer contrario, relembrando certo discurso violento d'esse diplomata contra a rainha D. Amelia.

Fallou-se então, na transferencia, para Madrid, do ministro de Portugal em Paris, conde de Sousa Rosa, indo João Arroyo para Paris, e para Roma, o ministro de Portugal em Madrid, conde de Tovar. (*)

Levantava conflicto o conde de Sousa Rosa, recalcitrante em sahir da buliçosa capital franceza. Para obviar os taes obstaculos, e emquanto se insinuava a attitude irregular dos congreganistas na vida politica nacional como explicação ás represalias havidas para com os elementos fradescos alliciados pelo bloco eleitoral, dava-se como firme a nomeação do embaixador, attendendo-se egualmente ás ideias contrarias á ideia de João Arroyo.

Para não desagradar por completo a Roma, satisfaziam-se-lhes esses desejos, collocando junto ao Vaticano, como substituto do fallecido Miguel Dantas, o ministro plenipotenciario em Hespanha, conde de Tovar, formado em direito pela Universidade de Coimbra, antigo addido na legação no Rio, Vienna, Copenhague, Stockolmo e Madrid, onde foi encarregado de negocios em 1868; antigo 2.º secretario em Berlim, (1871-1875) encarregado de negocios em Roma até 1882, data em que fôra nomeado director do ministerio dos negocios estrangeiros, antigo ministro no Brazil, Russia, Haya, Bruxellas e Madrid, e previamente agraciado (1890) com o titulo de conde.

Pensára o Papa que ia ser extincta a embaixada e jubiloso

(*) Despacho de 30 de Agosto de 1910 = «Diario do Governo» n.º 195 de 3 de Setembro de 1910.

ficava, vindo as hosannas a lume no orgão officioso do Vaticano o «Corriére de Italia», de 4 de Setembro, que, desconhecendo o futuro, affirmava que em Portugal nunca haveria questão religiosa como em Hespanha.

Por seu turno, da cidade sacra, vinham informes mais reiterados de que o consistorio ia appressar a sua reunião para a dadiva do barrete cardinalicio ao patriarcha de Lisboa e tambem ao nuncio apostolico em Vienna, monsenhor Gravito di Belmonte, cuja influencia diplomatica e episcopal na côrte austriaca soffrera largos córtes.

*

* *

A 21 de Setembro, realisára-se em Paço d'Arcos, assistindo el-rei, a experiencia d'um torpedo fixo, invento do major de artilharia, Gomes Teixeira. Ante os congressos e doutrinas pacifistas, constituiria o facto como que um protesto, se elle se não filiasse pura e simplesmente nos cuidados inventivos de official combatente, estudioso dos meios destruidores da sua arte: a guerreira. Uma das vantagens do novo torpedo, alem de grande força explosiva, era de não prejudicar qualquer outro que perto estivesse. A explosão do torpedo era levada a effeito por el-rei, que comprimiu o botão do commutador, calculando-se pela enorme columna de agua, o effeito terrivel do projectil sob um navio.

*

* *

Má hora passava entretanto a classe piscatoria da praia ovarina de Furadouro. Um violento incendio destruia por completo 25 habitações de pescadores, reduzindo-os á miseria.

*

* *

N'esse mesmo dia fallecia o official da casa real e intendente do real paço da Ajuda, e thesoureiro da rainha D. Maria Pia,

commendador Narciso Antonio de Sousa. Nascera em 1839 e fôra almoxarife do paço das Necessidades no tempo em que el-rei D. Fernando ali residiu e possuia a commenda de Izabel a Catholica e a corôa de ferro, da Austria.

No funeral, onde se fez representar a rainha D. Maria Pia pelo administrador da casa real, conselheiro Pedro de Araujo, foram utilisados os coches da mesma casa.

*

* *

Em egual data extinguia-se na cidade de Versailles, uma figura notavel a que a França largo beneficio deveu: o estabelecimento das relações fluviaes entre os seus portos e o de Canadá, promovido por Hector Fabre. Salientára-se este ainda no jornalismo, fundando em Montréal o «L'Ordre» e em Quebec o «Canadense» e «L'Evenement», que dirigiu de 1867 a 1882 data em que veiu para a França.

Fabre falleceu com 76 annos.

*

* *

Enlutavam-se então as letras portuguezas, pela perda de um escriptor eminente, e de espirito lucido: o dr. Zophimo Consiglieri Pedroso, nascido em Lisboa.

Individualidade poderosa no meio nacional, nobilitara-o com a pujante acção, como politico, escriptor, orador e professor.

Em todos esses campos deixou vastissimos attestados do seu talento poderoso, resaltando nas obras grandes a que ligou o nome impolluto, a corrente tensa da erudição.

No livro, alliava á forma garrida da linguagem castiça, o succo copioso do seu immenso cabedal de conhecimentos scientificos, e de polyglota, o que lhe facultava estar a par dos acontecimentos mundiaes.

Orador, affirmava a prolixidade das ideias na exhuberancia das citações, na descripção extensa dos assumptos a tratar.

Patriota, dera a iniciativa e mais que a iniciativa, o appoio incondicional, a varias tentativas da Sociedade de Geographia e entre ellas, ás gloriosas obras de approximação de Portugal e Brazil, mas das quaes, a da missão intellectual á republica brazileira, viu partir mas não regressar, com os loiros do exito...

A acção parlamentar de Consiglieri, foi uma affirmação grande da sua intransigencia como republicano, agitando poderosamente a atmosphera das côrtes, com o combate possante contra a proposta que em 1886, durante um governo de Marianno de Carvalho, elevava a 40 contos de réis a dotação do principe real D. Carlos, alem de outros incidentes do periodo brilhante em que foi deputado (1884 e 1889) encerrado com um projecto creando o Instituto de Trabalho.

Já se notabilisára entretanto no jornalismo, cuja carreira iniciára em 1871, fundando em 1887 com Alves Correia, os «Debates», jornal que foi substituido depois pela «Vanguarda». Escrevera ainda na «Lanterna», «A Patria» o «Mundo», e «O Positivismo».

Erudito, e com o Curso Superior de Lettras, de que mais tarde foi professor, reaffirmou no livro as brilhantes tendencias que patenteára como jornalista e orador parlamentar.

Assim grandiosos monumentos são do talento prodigioso, d'uma vastidão incalculavel de conhecimentos uteis, linguisticos, mithologicos e tradiccionaes, a traducção e prefacio da obra de Ernesto Hamel «Historia da Revolução Franceza»; e os trabalhos originaes, «Compendio de Historia Universal», «Manual da Historia Universal», «Estudos de mythographia portugueza»; «Contribuições para uma mythologia popular portugueza», «Tradicções populares portuguezas»; «Contribuições para um cancioneiro e romanceiro popular portuguez»; «Portuguese Folk-lore»; «Contos populares portuguezes»; «De quelques formes du menage populaire en Portugal»; «Paginas dos vinte annos» (politica e litteratura); «Ensaios criticos»; «Croyances et superstitions du peuple portugais»; «Contes populaires portugais»; «Contos de Fadas»; «Compendio da Historia do Commercio e da Navegação»; «Compendio da Historia dos povos orientaes».

Notaveis egualmente foram as suas conferencias na Associação dos Jornalistas de Lisboa, sobre as «grandes epochas da historia», algumas das quaes publicadas, sobre a litteratura russa e ainda a these escolhida para o provimento na Cadeira do Curso Superior de Lettras, reveladora d'um estudo consciencioso e erudito: «A constituição da familia primitiva».

Consiglieri, affastando-se das tradicções politicas do pae, o medico Zophimo Pedroso Gomes da Silva, devotado partidario dos progressistas, enveredava abertamente pelo caminho da democracia, dando-lhe a força da sua intelligencia e o seu auxilio amplo A democracia lhe devera pois em grande parte a fundação do Club de propaganda democratica do norte, os brilhantes discursos em comicios e reuniões politicas posteriores ao centenario camoneano de 1880 onde as camadas populares começaram a vêr n'elle um grande apostolo da Republica, e a importante serie de pamphletos para o povo sob o titulo de «Bibliotheca de Propaganda Democratica», e onde descreveu a historia do movimento liberal portuguez, o evolucionismo da reacção religiosa, a figura do liberal José Estevam e outros assumptos de verdadeira orientação civica. Sem mascarar as opiniões politicas, frequentara desde os 23 annos, a livraria Internacional de Carrilho Videira, na rua do Arsenal, acompanhando Magalhães Lima, Theophilo Braga e outros republicanos.

Se a monarchia se não atreveu por isso a hostilisal-o abertamente, annotou-o como suspeito, ao ponto de, apoz os boatos de revolta em agosto de 1908, lhe assaltar a casa, na sua ausencia, á busca de papeis comprometedores não encontrados.

Comtudo, se Consiglieri vivesse, com o movimento popular de outubro de 1910, a oligarchia derrubada, talvez o visse regendo como suprema e justa auctoridade os destinos da sua patria: a D. Manuel II, succederia como chefe por voto popular, Consiglieri Pedroso, como a este succederia, pelas phantasias do destino, outro vulto não menos notavel: o de Theophilo Braga.

Theophilo e Consiglieri, eram as duas forças primaciaes do intellectualismo portuguez. A morte de um, collocou pois só em campo o outro.

Consiglieri, cahiu, a pouco e pouco, como luctador implacavel, contra o proprio destino.

Mezes passou, só a fructos e a caldos.

Depois extinguia-se-lhe quasi a falla, a elle que tão fulgurantemente d'ella fizera uso.

Na noite de 3 de setembro, fallecia, n'essa poetica villa de Cintra, deixando incompleto novo trabalho importante: a traducção da «Historia Universal», de Oncken.

— Ah! ainda bem!...

Desapparecia do numero dos vivos, com essas ultimas palavras, dedicadas á presença do genro, dr. Ardisson Ferreira.

De Cintra veiu para a sala Algarve da Sociedade de Geographia de Lisboa, o corpo do erudito escriptor, que ali emergia d'um montão de flores. Na frente do catafalco, ficou envolvido em crepes o emblema da sociedade scientifica. Ao centro, entre macissos de plantas africanas, as bandeiras que acompanharam os exploradores e descobridores da Africa. Ao fundo, com crepes, a bandeira da Sociedade. Da varanda pendiam pannos de velludo, onde se lia:

«O cidadão. — Ditosa patria que tal filho teve.»

«O estudioso. — D'esta arte se esclarece o entendimento.»

«O homem — Que tanto de Christo exalta a humanidade»

Ao lado do catafalco collocou ainda a aggremiação, espheras terrestres cobertas de crepes, symbolisando o lucto da sciencia geographica.

Imponente foi o funeral do grandioso vulto das lettras e da politica.

Associações scientificas e de classe, litteratura, artes, jornalismo, governo, povo, tudo foi assistir ao seu baixar simples á terra, voto expresso de Consiglieri.

Junto á sua campa, fallaram o ministro da marinha, Marnoco e Sousa; Christovam Ayres, pela Academia Real de Sciencias, Queiroz Velloso, pelo Curso Superior de Lettras e que foi seu substituto; Borges Grainha, pela Liga Nacional de Instrucção; Jayme Victor, pela Associação dos Jornalistas e Ramada Curto, pela Sociedade de Geographia.

Historico foi o discurso de Christovam Ayres, dedicado ao grande extincto:

«Por incumbencia honrosa do nobre vice-presidente da Academia Real das Sciencias, cabe-me como secretario da 2.ª classe d'esta Academia, o pungente mas indeclinavel dever de junto ao coval modesto onde Zofimo Consiglieri Pedroso determinou que acabasse de consumir seu corpo a Terra Mãe que cria a vida, e a elle amorosamente dotara das masculas energias de espirito que o tornaram tão util e tão forte, — dizer em nome da corporação que elle tanto honrou e tão brilhantemente serviu, toda a magua, toda a saudade que nos punge, ao vermos por terra, para nunca mais o tornármos a ter ao nosso lado, esse amigo dilecto, esse companheiro de trabalho, cuja perda não nos póde ser mais dolorosa! Quantos academicos me escutam n'este momento, e quantos por motivos imperiosos não puderam aqui vir render ao morto querido o derradeiro preito do seu apreço e do seu carinho, sabem o que de valioso representavam nas nossas reuniões intimas, e sabe o paiz todo o que valiam nas sessões publicas, a intelligencia fulgurante, a erudição profunda, a palavra luminosa, quente, convicta de Consiglieri Pedroso.

«Era todavia nas nossas assembleias ordinarias, e sobretudo nas sessões de segunda classe a que elle pertencia, que em maior relevo e brilho luziam os seus dotes peregrinos. O seu variado e profundo saber nas mais interessantes e uteis espheras do conhecimento humano, a sua memoria tão opulenta e tão prompta, o seu verbo fluente, colorido e penetrante, dava-lhe entre nós uma situação especial, uma competencia incontestavel para entrar na discussão dos assumptos, para os esclarecer, para os orientar, para os levantar á altura do seu talento. Ai! que saudade isso me faz; a mim, seu amigo de trinta annos, seu discipulo no Curso Superior de Lettras, seu companheiro nas pugnas academicas como socios correspondentes durante largo periodo, a mim que apenas me honraram, antes d'elle, com os arminhos intellectuaes de socio effectivo, puz como meu primeiro empenho trazel-o para o numero d'aquelles que por direito de antiguidade e de conquista mal se sentiam em ver retardada a promoção de quem, por tantos titulos de assiduidade, de labor e

de intelligencia havia de ha muito conquistado as suas esporas de ouro! E com que garbo, e brilho e galhardia as não fez retinir nos ambitos sagrados da instituição fundada pelo duque de Lafões e por Correia da Serra, esse marechal da intelligencia e do saber! E como a sorte é injusta em fazer com que em vez da minha palavra desataviada e pobre, não venha aqui por força dos impedimentos, erguer a sua memoria a toda a sua altura, uma de tantas eloquentes e prestigiosas individualidades que exornam a nossa Academia. Uma consolação porém me resta,— e é que nenhuma voz seria mais sincera e mais sentida do que a minha, nenhuma saudade mais funda, nenhumas lagrimas mais saídas do coração do que as que derramo sobre este inerte cadaver; por que não houve amisade tão isenta do mais leve attricto ou sombra de contrariedade do que a que uniu durante mais de um quarto de seculo. Outros dirão do que elle foi como professor eloquente, lucido, fazendo da historia a verdadeira mestra dos homens, enaltecendo os actos bons e castigando as acções ruins; como politico, apostolo de ideias e refractario ás paixões violentas e destruidoras; como publicista, em livros com que educou e guiou o espirito liberal da nação; como conferente que poz em movimento as theorias, as aspirações, os sentimentos do seu tempo; como apaixonado cultor das tradições nacionaes, para a espiritual e culta integração dos elementos da nossa nacionalidade e da nossa raça; como presidente da benemerita Sociedade de Geographia, onde iniciou a sua excepcional actividade e sua energia atacando os problemas que haviam de melhor trazer a communhão do interesse mutuo e á communhão do espirito os dois hemispherios da alma portugueza que tem os seus «habitats» nos dois hemispherios do mundo; e, finalmente, como companheiro inestimavel, como amigo leal e conquistador de dedicações que elle era. Outros dirão tudo isso, com o brilho, com o relevo, com a justiça que elle merece. Eu limito-me a trazer-lhe em nome da Academia Real das Sciencias, a que elle deu tanto lustre, e onde foi um elemento prestantissimo, um adeus saudoso, em que vae o sentir de toda a nossa Academia, que, perdendo o, perde tanto! E, perante aquella cova, fauce aberta na terra para o receber, e que, para quem

tanto amou o seu torrão natal, não representa a voragem, mas o seio carinhoso d'uma mãe querida, direi apenas que a terra que o cobrir a semeem de flôres,—para que os effluvios das que se alimentarem das materias do seu corpo perfumem esta atmosphera, tal como os effluvios da sua alma, fortalecida no estudo, no trabalho, no ideal de progresso e de engrandecimento do seu paiz, de aroma, e de calor encheram a atmosphera moral em que respiramos, e da qual é feita a alma da patria!»

Não teve Consiglieri as despedidas republicanas, não viu ali a sua figura exalçada pelo verbo exaltado ou commovente da democracia, mas, se a alma na vida destrinça a força possante da vaidade humana subjugada pela força altisona do Merito e do Intellecto, a alma, apoz a morte, desprendida do involucro misero, saindo do Nada, abandona tambem a critica dos sorrisos ironicos contra o Inanimado, contra o inutil e justicia-os com o seu despreso, do alto da cathedra omnipotente e soberana do Invisivel.

Mais tarde (*) a Sociedade de Geographia, dedicava uma sessão de homenagem, á memoria do seu antigo presidente. Ali falaram o dr. Bernardino Machado, que fez o elogio do fallecido; o capitão Oliveira Ramos, lente do Curso Superior de Lettras, que apreciou Consiglieri como historiador e o dr. Gonçalves Vianna, que a elle se referiu como polyglotta.

*

* *

Em negociações estava entretanto a Hespanha e Portugal, para o estabelecimento de um accordo que depois de abolir algumas convenções do tratado de 29 de Setembro de 1864, e constituindo uma acta supplementar d'esse tratado, auctorisasse os governos de ambos os paizes a aproveitar o manancial de riquezas dos rios fronteiriços, em beneficio das povoações mais proximas.

O novo accordo, que nos principios d'esse mez se encontra-

(*) 7 de Junho de 1911.

va apenas dependente de praxes diplomaticas, permittia, de futuro, a execução das obras necessarias para ser transformado o curso das aguas d'aquelles rios em energia electrica. Negociaram o tratado, por parte de Portugal, o general Cecilio da Costa engenheiro inspector das obras publicas, e da Hespanha, o ex-director geral dos correios, D. Emilio Ortuño. Mais tarde (*) era publicada na «Gaceta» a portaria que approvava a «acta supplementar», nos termos propostos pelo delegado hespanhol.

As notas só mais tarde eram trocadas, seguindo-se-lhe a sua publicação no «Diario do Governo», de Portugal, e na «Gaceta Official», de Hespanha. (**)

As conclusões, que haviam sido firmadas em 10 de Agosto de 1910, estipulavam os seguintes processos a pôr em pratica, dependentes aliás das regras complementares que necessarias fossem para a sua execução:

«1.º As duas nações terão nos tramos fronteiriços dos rios os mesmos direitos, podendo, por conseguinte, dispôr cada uma de metade do caudal de agua existente nas differentes epocas do anno. Nas condições de aproveitamento de uma queda de agua, a posição relativa dos seus elementos está comprehendida nos seguintes casos: a) A captação e a devolução da agua faz-se no tramo fronteiro. b) Captação em Hespanha e devolução de agua no tramo fronteiriço. c) Captação de agua em Hespanha e devolução de agua em Portugal; e d) Captação no tramo fronteiriço e devolução em Portugal. 2.º A entidade que aspire ao aproveitamento de uma queda de agua apresentará a ambas as nações com o requerimento correspondente o projecto technico. 3.º Antes de outorgar a concessão, uma commissão internacional composta de dois engenheiros, fixará as prescripções a que as obras hão de sujeitar-se. 4.º Os direitos dos particulares ficarão ao abrigo das legislações vigentes em cada paiz. 5.º A inspecção e vigilancia das obras em construcção e em exploração estará a cargo das duas nações; e 6.º A concessão feita por uma das nações não obriga a outra a fazel-a tambem.»

(*) 7 de Maio de 1912.
(**) 17 de Setembro de 1912.

*

* *

A 3 de Setembro, era destruida por um violento incendio a importante fabrica de conservas Liberdade, na estrada da Graça, em Setubal.

Do edificio nem as paredes ficaram, visto que aluiam durante o fogo. Os prejuizos ascendiam a verba enorme, pois só em generos existiam ali, mais de 39 contos de réis.

*

* *

Finava-se na vespera, o abbade de Aldegallega, Francisco Gonçalves Barreira, antigo professor do seminario da Guarda.

Não mereceria citação especial o facto, se o padre se não erguesse, na sua derradeira hora, como accusador, bradando do sepulchro modesto onde foi recolhido, e por meio de testamento ruidoso, o seu anathema ao bispo da Guarda.

De mal com este, e por factos a que não foi extranha a politica progressista adversa á do parocho, demitira-o em 1906 o prelado do logar diocesano, exercido durante 26 annos.

Por vezes, o abbade, desgostoso, mal contente, alvejava como irreverente o bispo e, o pastor de almas esquecendo a sua missão de paz, levando para o frio da terra o coração cheio de odio, ergueu, como mortal simples que era, olvidada a batina, symbolo do seu cargo evangelisador, o seu libello formidavel:

«Eu, padre Francisco Gonçalves Barreira, achando-me em perfeito estado intellectual e sem coacção de qualidade alguma, ordeno o meu testamento pela fórma seguinte, que quero se cumpra. Deixo tudo quanto possuo em bens de raiz, direitos e acções em usufructo, a meu irmão Bernardo Gonçalves Barreira e sua mulher Maria Vaz Delgado, e a propriedade aos filhos d'estes, Antonio e José. Quero que das minha joias, como lembrança de amizade, se dê uma a meu irmão José e outra a sua mulher. Não os deixo herdeiros por falta de afecto ou amizade, mas por-

que, não tendo familia (filhos), e tendo bastantes meio de fortuna, julguei mais conveniente deixal-os aos que teem familia. Recommendo muito insistentemente aos ditos meus irmãos Bernardo e José que não deixem de obrigar o bispo D. Manuel Vieira de Mattos, por todos os meios e processos possiveis, a entregar-lhes a quantia de um conto e seiscentos e cincoenta mil réis, que me deve de ordenados vencidos e não pagos, como professor do seminario da Guarda, logar de que me esbulhou sem processo de qualidade alguma, e além d'isto que o executem tambem pelos lucros cessantes e damnos emergentes causados pela arbitraria violencia de que usou para commigo sem razão alguma. Tambem o executarão pelas indemnizações que as leis permitam, pela morte que causou. Declaro que morro na fé da Igreja Catholica Apostolica Romana e desejo que o meu funeral seja feito ao arbitrio de meus irmãos. E' da minha vontade que sejam celebradas por alma de meus paes sessenta missas, trinta por alma de minha irmã e vinte pela de cada um dos meus irmãos fallecidos, dez por Josepha Jorge e irmãs, cinco por minha cunhada Maria Laginha, duas por todos os mais parentes, tres á Sr.ª da Ajuda, Sr.ª da Torre e Sr.ª de Lourdes, trinta por minha alma. Declaro que mandei escrever estas disposições testamentarias a meu primo Francisco Antonio Neves, empregado no commercio, mas que eu as assigno e rubrico todas as paginas em que se acham escriptas. Ficam assim exaradas todas estas disposições de ultima vontade que quero se cumpram »

*

* *

A 3 de Setembro, fallecia o velho republicano Eduardo Nunes da Motta.

Devotado á causa democratica, soffrera por vezes as consequencias da publica manifestação do seu ideal.

Era preso, em 1880, quando da fundação do Centro Henriques Nogueira, em virtude não só da falta de licença para a sua abertura; como suspeito ao governo, quatro annos depois, por possuidor de grande numero de espingardas, o que foi julgado

como preparativos anti-dynasticos; e por occasião da dictadura franquista, soffreu de novo o rigor do encarceramento, por ter tomado parte em manifestações na camara dos deputados. Orador popular, fizera-se ouvir em diversos comicios de propaganda republicana.

Era natural de Gradil, onde nascera em 1846.

*

* *

Em Coimbra fallecia a 5 de Setembro, o lente da Universidade padre dr. Manuel Dias da Silva.

Regia a cadeira do quinto anno, «processos especiaes, civis e commerciaes, e processo criminal, pratica judicial», tornando-se proeminente e querido vulto universitario, pela fórma pratica e attrahente do leccionamento.

Foi provedor da misericordia e presidente da camara municipal de Coimbra, sendo-lhe concedida ao terminar a gerencia a commenda da ordem de Nossa Senhora da Conceição, que o n'essa epoca (1904) governador civil dr. Antonio de Padua, pessoalmente lhe collocou no peito. Jurisconsulto de valor, deu a sua collaboração effectiva, em artigos eximios, á «Revista de Legislação e Jurisprudencia».

O «Padre Dias», o «Adamastor dos Bachareis», como Coimbra tambem o conhecia, nascera na povoação de Santa Christina de Longos, concelho de Braga, em 1 de Agosto de 1856.

Sereno, impassivel, aguardou a morte.

Demonstrou-o no imperturbavel das suas derradeiras palavras, resposta a uma prescripção medica:

« — Bem sei... é chegado o principio do fim!»

Os dobres dos sinos universitarios, annunciavam pouco depois o luto do templo da Sciencia.

O padre Dias morrera e Coimbra sentiu-lhe a falta, pouco depois de o ver desapparecer na terra fria do cemiterio da freguezia de Santa Christina de Longos.

Mais tarde, resolvia a camara municipal, dar o nome de Avenida Doutor Dias da Silva á rua projectada entre o Conven-

ro de Santa Thereza e Santo Antonio dos Olivaes; confiar ao artista conimbricense a execução das duas lapides com esse titulo que deviam ser collocadas nos extremos da Avenida; e confiar ao esculptor Teixeira Lopes a execução d'um busto do dr. Dias que devia ser collocado n'um dos salões dos paços do concelho.

*

* *

Solemnisava então (3) a povoação da Nazareth, a restauração do concelho da Pederneira. Festas populares se realisavam, com illuminações em terra e mar, e saudações aos poderes publicos.

*

* *

Inaugurava-se no domingo 4 de Setembro, o novo sanatorio de Parede, como que um desdobramento do benemerito Asylo de S. João, fundado por José Estevão Coelho de Magalhães.

Erguido foi o edificio em terreno offerecido por José Nunes da Matta, e com a superficie de 1:250 metros quadrados. Realisara-se a cerimonia da collocação da primeira pedra em 18 de Maio de 1905, com o assentamento de tres pedras em triangulo, — homenagem da instituição que protegia os trabalhos, a maçonaria.

Como o governo, talvez por esse motivo, se esquivasse a auxiliar a construcção do sanatorio, recusando não só a madeira do pinhal real de Leiria, como até a cessão, determinada por portaria do ministerio do reino datada de 1862, d'um edificio do Estado, foi o estabelecimento de caridade levado a seu fim, por meio de donativos e festas, e com a contribuição de 2:300$000 réis, sahidos do fundo geral do asylo.

A povoação de Parede, no concelho de Cascaes, festejou ruidosamente a inauguração do novo sanatorio, de que foram primeiros directores, Santos Carneiro, Pinto de Magalhães e José Pinheiro de Mello.

*

* *

Inaugurava-se no dia 5 sob o nome de Heliodoro Salgado a primeira das missões de ensino laico e educação civica, a cargo do Apostolado da Instrucção. Logo ali começaram a ser leccionadas,.pelo methodo João de Deus, vinte creanças.

*

* *

Pairava ainda sobre a nova Gallia, o espirito do celebre philosopho João Jacques Rousseau.

A França, que gradualmente ia consagrando, pelo monumento, as suas mais notaveis figuras, fazia descerrar na manhã de 4 d'esse mez de Setembro, em Chambery, a estatua do genebrez, a excepcional personagem, mixto de vagabundo, musico, perceptor, tudo e nada, astro e terra, que pela sua extranha orientação, teve, por convencionalismo, o titulo de philosopho e com elle se encobriu para a notavel influencia nos fins do seculo XVIII.

Foi mais do que Kant, é certo, advogando ardentemente a soberania popular, a evolução efficaz dos povos. Foi egualmente o auctor celebre do «Contracto Social», do «Emile» e da «Nova Heloisa» e da opera «Devin de Village», como foi o predilecto frequentador das festas de Ermenonville, a residencia marquezal.

Prendera-o a musica e estrenuo defensor da escola italiana, não exitou em favorecel-a, amesquinhando mesmo a da França. Recuaria porem e, querendo fazer musica essencialmente franceza, confeccionou um diccionario especial, descobrindo apoz uma nova notação, que não teve propagandistas pelas tempestades antes desencadeadas e que se levaram á conta de ambição de fazer apenas prevalecer o seu novo methodo.

Nascido em 28 de Junho de 1712 em Genebra, teve na mocidade o appoio moral da celebre madame Warens, e apoz a

morte, em 2 de Julho de 1778, a França, dava-lhe um logar no pantheon, confiando depois ao saboyano Mars-Vallet, a execução do monumento ao philosopho, que na tarde de 4 de Setembro de 1910 apparecia, aos olhos dos francezes, na sua feição derradeira de solitario, tendo n'uma das mãos um livro e appoiando a outra na bengala, como que descendo o rochedo que servia de pedestal á estatua.

Foi esta uma das festas do 50.° anniversario da annexação de Saboya á França, e que por parte d'esta significaram uma resposta á solemnisação italiana do 5.° anniversario da acção imitaria dos mil de Marsalia, sob a chefia de Garibaldi; e que ainda repetida foi com o inaugurar (23 de Junho de 1912) em Chambery d'um monumento commemorativo da annexação.

Mais tarde (Julho de 1912) era pedido nas camaras francezas um credito extraordinario de 50:000 francos para a celebração do segundo centenario do nascimento de Rousseau. Combateu-o o senador Las Cases, protestando contra a apotheose e dando como sufficiente a sua entrada no Pantheon. Approvaram o projecto 234 votos contra 35 e as festas tiveram luzido aspecto em Genebra, Paris e Armenonville. Aqui houve a recita, no parque solarengo, do «Devin de Village», em Paris era inaugurado (30 de Junho de 1912) no pantheon, com a assistencia do descendente de Rousseau, o barão Alfredo de Rousseau e do presidente Falliers, o tumulo gigantesco do philosopho, obra de A. Bartholomé assignalando a ceremonia os gritos de «viva o rei», dados pelos «camelots du roi» á sahida do presidente da republica. No monumento agrupavam-se em face do medalhão do philosopho, as figuras da Verdade, Philosophia, Natureza e Gloria, que pareciam encaminhar-se para coroar de flores a cabeça alva do extincto, a emergir do rigido marmore.

*

* *

Trouxeram os novos tratados de commercio e accordos celebrados com o estrangeiro, largas divergencias entre as pautas aduaneiras, impondo a remodelação da de 17 de Junho de 1892.

Para esses estudos se nomeou em 6 de Setembro uma commissão que presidida pelo conselheiro Mattoso Santos, ficou incumbida de introduzir nas respectivas tabellas altandegarias as modificações concernentes ao disposto nos varios tratados commerciaes.

*

* *

A 6 assignava el-rei o decreto que restabelecia em Pretoria, subordinando-a á curadoria de Johannesburgo, a sub-curadoria creada por portaria n.° 163 A de 11 de Março de 1907 e extincta pelo n.° 36, de 22 de Janeiro de 1908. Pretextou-se para isso a necessidade de a curadoria se fazer representar nos districtos transvalianos, em virtude do avultado movimento indigena e da receita se haver elevado em 1909, a 22:172 libras com presumpcões de ascender a 45:000 ante fiscalisação rigorosa.

Os proventos para o estado não foram conhecidos, e certo foi que se deu o facto como tendo unica intenção no nomear para ali, Luiz de Carvalho Fonseca Pinto.

*

* *

N'essa data fallecia a Condessa de Rezende, D. Maria das Dores da Camara, filha do fallecido conde de Carvalhal e viuva do conde de Rezende, D. Manuel Benedicto de Castro Pamplona.

*

* *

Em festa estava a esse tempo (7 de Setembro) o Brazil, solemnisando o 88.° anniversario da sua independencia.

Uma das solemnidades foi, no Rio de Janeiro, a enorme revista naval e illuminações em S. Paulo, no Instituto Historico e Geographico a inauguração do 2.° congresso geographico, com

a assistencia da missão intellectual portugueza, composta pelo conselheiro Ernesto de Vasconcellos, secretario geral da Sociedade de Geographia, coronel de estado maior Abel Botelho, escriptor e chefe da 1.ª repartição do ministerio da guerra e dr. Lobo de Avila Lima, e que obteve, por despacho do ministro dos negocios estrangeiros, (*) a quantia de 1:500$000 réis, em ouro, para despezas de viagem.

A missão portugueza sendo recebida no Rio de Janeiro pelo ministro de Portugal, conde de Selir e addido D. Sebastião de Lencastre (Alcaçovas) avisada não pelo governo, mas pelo chefe do grupo intellectual e apoz almoço na legação, com o presidente da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, marquez de Paranaguá redactor do «Jornal do Commercio» coronel Senna e outras altas personalidades brazileiras, partia para Santos, o grande interposto maritimo de S. Paulo, onde chegou a 6. Acolhida festivamente ao som dos hymnos de Portugal e Brazil, e com a assistencia do representante do governador do estado, tinha recepção na Casa do Real Centro Portuguez de Santos, seguida de almoço no Palace-Hotel, da Praia de José Menina; passeio á historica villa de S. Vicente, no local onde, segundo a tradicção aportou a esquadra de Martim Affonso de Sousa, o tomador d'aquellas paragens, visita ao hospital de Santos, e monumento de Braz Cuba, um dos primeiros que ali implantou a bandeira portugueza. N'essa tarde, partia a missão para a cidade de S. Paulo, acompanhada da commissão do congresso, e na estação da Luz, recebidos eram festivamente.

Realisava-se a 7, a sessão solemne pe installação presidida pelo dr. Domingos Jaguaribe, que ali se referia a Portugal nos seguintes termos:

«A importancia do segundo congresso de geographia pode-se medir pelo valor dos seus representantes. Quiz a fortuna que varios paizes estrangeiros delegassem illustres congressistas; mais sobe de importancia para nós, brazileiros, a representação da patria mãe, assim organisada. Depois de haver conseguido, pela sua tenacidade e amor aos grandes ideaes de felicidade para os

(*) «Diario do Governo» n.º 177, de 12 de Agosto de 1910.

dois povos irmãos, a vinda dos illustres representantes da Sociedade de Geographia de Lisboa, antes de ver o resultado de esta victoria, que abre tanta luz sobre os destinos do Brazil e Portugal, eis que o telegrapho nos annuncia a morte de Consiglieri Pedroso, que nos fez a honra de enviar a carta que vae ser lida, na qual faz a sua profissão de fé pela approximação das duas nações irmãs. O acontecimento luctuoso, como não podia deixar de acontecer, emmudece os seus admiradores, que, abrigados á sombra do vulto heroico que engrandeceu Portugal, na politica e nas lettras, vem iniciar-se no segundo congresso de geographia a obra que elle concebeu e, estou certo, será aqui levada a termo pelos seus discipulos e admiradores. D'este modo, apoz as lições de historia que vamos passar em ligeira synthese, recebe, com a honra feita ao Brazil e ao segundo congresso, os representantes da Sociedade de Geographia de Lisboa, celebre entre as mais notaveis do velho mundo, da qual fez parte o patriarcha da nossa independencia José Bonifafacio de Andrada e Silva. O ex.^mo^ conselheiro Ernesto de Vasconcellos, secretario geral da Sociedade de Geographia de Lisboa; Abel Botelho, chefe de repartição do ministerio da guerra, e o popular e sabio professor da Universidade de Coimbra, Avila Lobo, são tão conhecidos no Brazil como na terra natal. «Portugal e Brazil» — Na historia da humanidade, nenhum povo pode ser comparado ao portuguez, quando se considera e compara o poder immenso e a influencia que essa pequena nação exerceu no mundo, ao tempo das suas descobertas e conquistas. Agora que a mãe patria nos envia os seus delegados, creando assim na consciencia esclarecida dos dois povos irmãos os laços moraes que tornam indissoluveis as crenças, costumes, a lingua, o sangue do mesmo povo, póde-se pedir á historia que substitua a palavra do menos competente dos membros da commissão organisadora do segundo congresso de geographia. O Brazil colonial teve em Portugal o mais heroico dos defensores do seu destino. As invasões dos hollandezes no norte, dos francezes e dos hespanhoes no sul, constituem gloriosas paginas da nossa historia; sempre vencedores, nunca perdemos um palmo do nosso territorio, e assim a mais pequena das nações da Europa assombrou o mun-

do com as descobertas e o povoamento do maior paiz do mundo vindo a repellir pelas armas poderosas nações. Nós não existiriamos se não fosse Portugal! Desde 1455 até 1510, o mundo antigo e o novo foram despertados pelos navegadores e geographos portuguezes. Como se não fosse bastante a descoberta do Brazil e a descoberta da India, um cantor que não teve até hoje substituto, o immortal Camões, appareceu ao mesmo tempo para cantar as glorias da patria. Quando o immortal Vasco da Gama enriquecia e engrandecia as possessões portuguezas na India, Pedro Alvares Cabral chega ao Brazil, como se um sopro divino o impellisse, a fim de que, junto com Colombo, as duas Americas entrassem no convivio das nações, para d'ellas serem as gigantescas terras onde o futuro deve condensar a civilisação e felicidade da raça humana que nas duas grandes republicas accumula os fructos da experiencia das nações envelhecidas, em um tempo em que, pela navegação e pelo telegrapho, se encurtam a distancia e o espaço! Cabral, não contente de dar um mundo a Portugal, voltou a Quiloa, para que Zenguebar ficasse assegurado á sua patria. Em 1513, o grande Albuquerque, com as armas na mão, conquista para Portugal o Mar Vermelho. O Brazil nasceu assim, no meio d'esse alvoroço, que faz com que, como a aurora que se levanta cada dia, mais bella, assim tambem os seus filhos, com o exemplo dos seus maiores, possam viver mais do que os seus progenitores, no mesmo espaço de tempo. A nossa raça, assimilando essas glorias e tradições, deve estreitar os vinculos de amisade, bebendo as mesmas crenças e seguindo a mesma politica, que fatalmente repercutirá entre povos tão intimamente irmanados.»

A esse brilhante discurso, sincero testemunho da orientação amistosa e unitaria do intelletualismo luso-brazileiro, respondia por parte de Portugal, Ernesto de Vasconcellos.

Ao acto inaugural, seguiu-se a abertura d'uma exposição geographica, comprehendendo trabalhos cartographicos em desenho, gravura, lithographia e zincographia, obras sobre assumptos geographicos, obras didacticas, photographia, telas, gravuras e desenhos de feições geographicas, armas, adornos e uten-

silios de uso gentilico: objectos que, na sua quasi totalidade, se tornaram propriedade do Instituto.

Os trabalhcs congressistas, iniciaram-se em 8, com um discurso de Avila Lima sobre Portugal e Brazil e encerraram-se em 15, com a votação das conclusões das theses que versaram sobre geographia, mathematica e cartographia; geographia physica; vulcanologia e sismologia; hydrographia (potamographia e Limnologia); Oceanographia; Meteorologia, cimatologia, Magnetismo terrestre; geographia biologica (geographia botanica e Zoogeographia); anthropologia e ethnographia; geographia economica e social; explorações geographicas; ensino de geographia; regras e nomenclaturas; Geographia historica.

A these discutida mais notavel, foi a que respeitava aos limites entre o Estado de Paraná e o de Santa Catharina.

Acompanharam esses estudos, a visita á Escola Nacional Paulistana e á Faculdade de Direito, conferencias por Ernesto de Vasconcellos, sobre «Portugal colonial»; Lobo de Avila, sobre «A Questão Economica Social», «Providencialismo Moderno» e «O elemento portuguez no Brazil»; Abel Botelho, sobre «A evolução do Theatro» e «A questão philosophica e litteraria de capacidade esthetica da raça portugueza»; M. Lorin e dr. Edmundo Kruge sobre geographia; uma excursão a Campinas e festa das arvores no jardim publico.

A cidade de S. Paulo, foi a mais gentil e captivante na recepção aos missionarios intellectuaes, a quem eram conferidos os diplomas de socios da Sociedade Geographica do Brazil.

Proveitosas foram, por semente lançada em terreno fertil, os trabalhos de approximação de Portugal ao Brazil, onde teve tambem quinhão glorioso, o escriptor Augusto de Lacerda, 1.º secretario da sub-secção de Relações intellectuaes da Sociedade de Geographia de Lisboa, lançando, com propaganda attenta, as bases formadoras do grande ideal do accordo luso-brasileiro, e formando no Pará e no Amazonas, commissões encarregadas de a realisar.

Do congresso de S. Paulo, veiu logo o beneficio sollicitado pelo seu presidente, dr. Jaguaribe, aos presidentes da Republica Brazileira, do Senado e das camaras, para que o Brazil admit-

tisse portuguezes á frequencia dos cursos superiores e isentasse de direitos os nossos livros.

Em Portugal, egualmente se assignou e publicou o seguinte bem comprehendido decreto: (*)

«Desejando dar um publico testemunho da minha sympathia e deferencia para com a nação brasileira, dispensando os seus naturaes de formalidades que a outros estrangeiros são exigidas; Tendo em vista a proposta do ministerio dos negocios estrangeiros e a informação favoravel da competente repartição da direcção geral da instrucção secundaria, superior e especial; Conformando-me com o parecer da secção permanente do conselho superior de instrucção publica; Hei por bem decretar o seguinte: Os individuos habilitados com um curso secundario completo feito nos estabelecimentos officiaes da republica dos Estados Unidos do Brazil são admittidos á matricula em todos os estabelecimentos de instrucção superior de Portugal, sem necessidade de fazer os tres exames do curso lyceal, a que se refere o artigo 34.º do decreto de 29 de agosto de 1905, nem os exames de que tratam os artigos 4.º e 5.º do regulamento de 28 de agosto de 1889. O presidente de ministros, ministro e secretario de estado dos negocios do reino, assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 6 de setembro de 1910. — Rei — Antonio Teixeira de Sousa.»

A approximação realisava-se, e como ideia fecunda, não tardaria muitos dias, que para maior egualdade de relações, se não effectuasse, sob as vistas do proprio presidente eleito da grande republica, o sonho popular d'uma egualdade de governos.

Assim, ainda mais se dariam as mãos os dois povos amigos.

A missão sahida de Lisboa, como delegada de um paiz monarchico regressava a dar conta dos seus trabalhos, mas ao governo da republica (5 de Outubro de 1910.)

(*) Legislação Portugueza de 1910=1.º volume=Pag. 495.

*

* *

Reunia entretanto em Bruxellas, o 4.º congresso de publicistas francezes. Uma das principaes theses discutidas foi a da publicidade a dar a crimes e delictos, onde se salientou a acção radical de Benoit Lewy, adversa á narração larga da criminologia, como incentivo á notoriedade, contra o parecer de Ives Guyot, que a perfilhava, a pretexto de que restricções, embora só n'esse genero, era attentado á liberdade de imprensa. Nomeada foi uma sub-commissão para estudar o assumpto.

*

* *

Ainda em Bruxellas se reunia o 4.º congresso internacional de cremação, presidido por Jorge Posquinet. O movimento tendente a obter a incineração fôra iniciado, 35 annos antes na Italia e logo em 1875 se estabelecia em Milão, o 1.º forno crematorio, annotando-se em 1910, a existencia, na Europa, de 85, crescendo o numero de incinerações, na Inglaterra, na França e na Suissa. No congresso de 1910 censurando-se o completo alheiamento da Belgica, era resolvido proseguir na propaganda crematoria.

Não tinha Portugal officialmente esse serviço funebre, mas, pouco depois, (Dezembro de 1910) era conhecido o facto, criminoso, da incineração clandestina de cadaveres, operada no cemiterio portuense de Mattosinhos.

Pouco depois, porem, (*) governo e instituições novas, passava isso a lei, talvez suscitado pelos até então desconhecidos factos.

(*) Artigo 264.º da Lei do Registo Civil, promulgada em Abril de 1911

*

* *

Em Vienna de Austria inaugurava-se a 5 de Setembro sob a presidencia do principe de Kinsky, o 2.º congresso internacional da caça. Ali se discutiam as seguintes theses: Importancia economica da caça; estado actual da estatistica da caça em geral e da estatistica em particular, proposições para o seu aperfeiçoamento; resultados obtidos até agora na Allemanha pelo systhema dos signaes de identificação da caça, proposições para a sua applicação em outros paizes; importancia internacional do commercio das pelles e fatos de caça, o officio internacional de documentação para a caça; utilisação da caça na alimentação popular; liga internacional para a unificação das armas de caça; inquerito ácêrca das doenças epidemicas da caça, meios de as combater e de impedir a sua propagação; tentativa e experiencia em materia de caça; protecção internacional das aves que emigram, importante para a caça, afim de evitar a sua desapparição total; regulamentos internacionaes para impedir a destruição das aves pellaticas não comestiveis; garantias do pessoal da caça; principios da legislação da caça; caça e natureza.

O congresso, encerrado a 7 de Setembro, teve como representante portuguez, o secretario da legação, Eduardo Moreira Marques.

*

* *

Emquanto se esboçavam tramas anti-religiosos, o clero aggrupava-se, em reuniões particulares e em congressos grandiosos, como o encharistico em Montreal, no Canadá, onde a egreja de San Thiago, na tarde da inauguração, no dia 7 de Setembro, se enchia de prelados, ou fossem 120 bispos e 2000 padres catholicos.

Como delegado pontifical, ia ao congresso o cardeal Vicenzo Vanutelli, celebre da côrte de D. Luiz I, como nuncio e como

confidente, e que em 10, apoz missa ao ar livre, pelo arcebispo de New York, lançava a benção papal a 30:000 creanças. O congresso encerrava se em 11 de Setembro, com faustosa procissão e marcando trabalhos para 1911, em Sevilha; para 1912 em Vienna, 1913 em Lion e 1914 na America.

Excentrica recepção esteve preparada para os congressistas por parte dos elementos anti-clericaes e que appareceu assim descripta: (*)

«Sob apparencias honestissimas, constituiu-se um comité para hospedar os sacerdotes jovens. Em verdade, porem, esse comité compunha-se dos anti-clericaes mais furibundos do Canadá; mas, como os membros do comité se tinham sómente apresentado a declarar que tinham organisado aquelle serviço tão sómente pelo espirito especulativo de ganhar dinheiro, ninguem reparou á primeira vista nas opiniões politicas dos membros do comité. Em vez, porem, o serviço reduzia-se ao seguinte: comprometter abertamente os jovens sacerdotes pondo-os em contacto com camareiras e mulheres de má nota. Assim que isto occorria, o comité enviava ás auctoridades uma denuncia anonyma contra o sacerdote; e, dadas as leis do paiz, tanto no caso de o sacerdote ser culpavel, como se não o fôsse, as apparencias eram contra elle e, portanto, levavam-os para o carcere. Com isto naturalmente estalava um grande escandalo; e então saíam os membros do comité de alojamentos, fingindo defender os jovens padres ante as auctoridades, e procurando por todos os meios que estes puzessem em liberdade os presos. Mas isto serviu sómente para fazer caír n'essa rêde insidiosa a outros sacerdotes incautos, sem attenuar para nada o escandalo, que devia estalar, ainda mais tremendo depois de terminado o congresso. Por fortuna para os congressistas o «complot» foi descoberto em seguida, pois uma d'aquellas mulheres tendo reconhecido um amigo seu da meninice em um dos sacerdotes a que ella se tinha obrigado a comprometter, se arrependeu. Alem d'isto como aquelle sacerdote em vez de ceder ás suas seducções, tivesse pa-

(*) «Diario de Noticias» de 4 de Setembro de 1910.

ra ella extraordinarias exhortações e conselhos affectuosos, para induzil-a a abandonar a vida do vicio que levava, a infeliz rapariga commoveu-se profundamente, chegou até a referir-lhe o indigno encargo que tinha recebido. Effectivamente o comité tinha promettido a todas aquellas mulheres largas gratificações se conseguissem fazer-se surprehender em flagrante com o sacerdote, pelos agentes da policia. Agora, porém, esta, informada do «complot» dos anti-clericaes tem prendido muitos d'estes e fechou todas as casas d'hospedes do seu comité.»

Não passou sem acerbos commentarios o extranho processo de fazer politica.

*

* *

No dia 7 de Setembro era assignado em Vienna d'Austria, o novo tratado de commercio entre Portugal e a Servia, acto a que se seguiu a troca dos documentos pelo ministro portuguez na côrte austriaca conde de Paraty e o ministro servio na mesma côrte, G. Simitech.

Foi um dos mais rapidamente negociados tratados, pois tendo começado os entendimentos em Abril, estava tudo concluido em fins de Julho. Por elle se concedia o titulo de nação mais favorecida e a protecção pautal para os vinhos e conservas alimenticias portuguezas. Só no anno seguinte (*) porem o tratado obtinha sancção do parlamento servio, em segunda leitura.

Outras convenções estavam assignadas com os diversos paizes balkanicos e anteriormente (4 de Junho) se assignara um acordo commercial e maritimo, renovavel annualmente, com a Bulgaria e Roumania, sob as bases da proveitosa lei de 25 de Setembro de 1908 e com prorogação até ao celebrar de tratados definitivos.

Eram ainda esses trabalhos devidos á alta diplomacia do conde de Paraty, junto do ministro da Bulgaria, Ivan Guichow,

(*) 27 de Abril de 1911.

(*) e do representante roumanico e sem o abandono do seu cargo na Austria. Posteriormente, (**) sob o governo da Republica, era o tratado assignado em Vienna de Austria, seguindo-se-lhe (***) a troca de ratificações por parte dos encarregados de negocios da Servia e de Portugal, Pedro Tovar.

*

* *

O catholicismo hespanhol pretendia a esse tempo impor-se, escudado com uma figura de magnifica aureola, pelo seu exemplo são, contrario aos dogmas fanaticos: Jayme Luciano Balmes.

Grandioso foi o vulto d'esse philosopho catalão que no seculo XIX, surgiu sob um aspecto sereno de redemptor, que, comtudo o fizeram desmerecer nos conceitos episcopaes, pela finura da palavra, e do estylo, antepondo-se, apesar de jesuita, ás lendas tragicas de que se pretendia eivar o sacerdocio.

Balmes, politico, interviera activamente na politica hespanhola, agitando-a com o seu conselho de paz, como se pudera recordar das epochas tormentosas em que nasceu, quando a sua patria se debatia em crises guerreiras. A sua penna, brilhante, completára a sua obra de palavra, conseguindo elle, sectario confessado das doutrinas de Loyola, passar aos olhos do futuro como um espirito lucido, patriota, modesto e ao mesmo tempo grandioso.

Inspirado pelas leituras de Kempis, tinha o sacerdocio como missão alta de que foi rigido cumpridor. Verdadeiro philosopho, no campo das suas theorias, espalhou nos seus livros, desconhecidos problemas sobre direito politico e leis historico-philosophicas, no numero dos quaes se contaram «El Criterio» e «El Protestantismo comparado con el Catholicismo en sus relaciones con la civilizacion europea» e ainda um estudo biogra-

(*) Agraciado depois com o grau de commendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição.
(**) 15 de Julho de 1911.
(***) 9 de Agosto de 1911.

phico sobre Pio X, e como superior base a sua «Historia da Philosophia».

Balmes, erudito, era comtudo o modesto correspondente que enviava os seus livros ao administrador da casa Bojons, em carta simples:

«R. Sr. D. Pedro Allier — Barcelona 6 de Marzo de 1846. Muy Sr mio de todo mi aprecio: por el conductor del correo, recibira V. el primer tomo de la Filosofia Fundamental, que tengo el gusto de offrecerle; el 2.º que esta ya muy adelantado lo remitira el hermano, pues yo me ire á Madrid se no tardar. Ya sabe V. en que todas partes puede V. mandar-me. Mui respetos á la familia de Boixons, repitiendo-me de V. — Jaime Balmes.»

De Balmes, catholico, crente, mas sem as investiduras pouco sacrosantas dos exaltados mysticos, prezando não evangelhos mas phrases de guerra, fez-se, por convencionalismo, resurgir o roupeta loyolano e o centenario do nascimento do philosopho, foi o centenario fradesco, onde só a sotaina imperou, altiva e arrogante.

Esse padre erudito, que nascido em Vich. na casa 38 da rua de Carrajeros em 28 de Agosto de 1810, dera entrada apoz a morte, em 9 de Junho de 1847, no pantheon de Vich, decerto repudiou dos claustros escuros da velha cathedral, a manifestação pouco consentanea com a sua indole, como repudiou egualmente as luctas religiosas que a assignalaram.

Vich, inaugurou n'essas festas (8 de Setembro) o museu episcopal, como anteriormente exaltou Balmes, n'uma missa campal na montanha de Tibidabo, em Barcelona e n'um congresso de apologetica christã.

A 7 de Setembro fallecia em Madrid o grande de Hespanha de 1.ª classe, duque de Hornachuelos. Era sobrinho da marqueza de Squilache.

*

* *

A 9 fallecia um dos vultos mais importantes da classe commercial do Porto e ao qual este devia largos beneficios: o pre-

sidente da Associação Commercial do Porto e um dos fundadores do Centro Commercial, Ezequiel Augusto Vieira de Castro.

Escolhido sempre, como espirito activo e politico militante, para intermediario entre a sua classe e os governos nas suas relações commerciaes, sahia victorioso das empresas em que se empenhasse.

Por occasião das cheias de Dezembro de 1909, teve o logar primacial do movimento para obter os auxilios para a sua attenuação e conseguiu varias providencias ministeriaes.

Ezequiel de Castro, que tinha o nome ligado á historia do Porto dos ultimos vinte annos, obteve para aquella cidade a construcção do hospital da real irmandade da Lapa, e foi o iniciador das festas de homenagens realisadas na capital do norte, desde 1890, a exploradores, homens de sciencias e lettras, a el-rei D. Carlos e a el-rei D. Manuel.

Nascera em Fafe, em 1844, e falleceu em Ermezinde.

O funeral foi faustoso e avaliar-se-ha pelo facto de haver sido talhada em ouro a chave do caixão de Ezequiel.

*

* *

Emmanuel Fremiet, o grande estatuario francez vinha a fallecer em Paris, a 10 de Setembro, com 81 annos de edade.

Varias obras notaveis deixou em França, que lhe cingia o nome com uma aureola de gloria. Os mais celebres monumentos por elle executados, foram os erguidos em Suez, a Fernando Lesseps, e em França, a Joanna d'Arc, ao duque de Orleans em cavalleiro do seculo XIV, existente no Castello de Pierrefonds; «S. Jorge e S. Miguel» e ainda «O Gorilha», do Jardim das Plantas. A arte deu-lhe porem como suprema obra o cavallo marinho e os golphinhos, em bronze, da fonte do Observatorio do Pequeno Luxembourg, a despeito de «O gorilha raptando uma mulher» ter merecido em 1888 uma medalha de honra. Fremiet, tambem insigne modelador em terra-cota, fôra empregado de moldagem no Museu Orfile.

Era professor de desenho na Academia de Historia Natural

e membro da Academia de Bellas Artes de Paris, cidade onde nascera em 1824, sendo sobrinho do esculptor Rude.

*

* *

N'essa data regressavam á patria hespanhola, que elle honrou, os restos mortaes do commandante Fortea, um dos heroes da guerra das Philippinas, onde tomou acção decisiva com o navio «Temerario».

O feretro passou por entre as tropas formadas nas ruas, até que, entre as derradeiras descargas, os despojos do grande marinheiro ficaram encerrados em Teruel.

*

* *

A 10 vinha á folha official uma das providencias ultramarinas de ha muito annunciadas. Era ella o regulamento dos estabelecimentos destinados ao aproveitamento da canna saccharina na provincia de Cabo Verde. Mal fadado, pois tinha a assignatura de 10 de Junho e só quatro mezes depois era publicado, não chegou a ter execução, a despeito das reclamações cabo verdeanas e uma portaria provincial o dava por suspenso (N.º 298, de 21 de Novembro). Em seu logar ficaram umas disposições julgadas mais praticas e menos onerosas para a industria assucareira.

No assumpto ninguem mais fallou, embora a industria fôsse effectivamente lesada.

*

* *

Levantaram-se duvidas sobre a execução do decreto de 7 de Janeiro de 1907, na parte que fixava os limites entre a freguezia de Tapeus, do concelho de Soure e a de Redinha, do concelho de Pombal, por uma linha recta a partir da incidencia da

estrada de Soure pelo Palião, sobre a estrada n.º 63, e a terminar no penedo da Serra da Estrella, marcada na carta geodesica com a cota de 332 metros.

Não julgou o governo subsistentes as duvidas nascidas de haver uma estrada e um caminho publico que iam ligar a estrada 63 e declarando que o decreto não tinha menção alguma do antigo caminho, mandava cumprir (*) as determinações de 7 de Janeiro de 1907, dando o limite fixado na referencia á cota 332. Assim se liquidou uma questão nascida de 1901, pelo protesto de Tapeus pela demarcação.

(*) Portaria de 12 de Setembro de 1910. — Legislação Portugueza de 1910.—1.º volume.—Pagina 498.

XXXV

A questão do pariato.—Amnistia para delictos de imprensa.=Projectos de viagem regia ao Douro.=Congressos de ensino commercial, de direito maritimo, do livre pensamento, das associações agricolas e de radiologia.=Inauguração da capella de Pancas.=Revolta no Nyassa.=Morte de Luiz Bousennard, Fonseca Regalla, e Armando da Silva.=Missão scientifica Legendre.=A Hespanha e as leis sociaes.=Reunião do conselho de Estado.—Medidas sanitarias contra o cholera.=Volta a fallar se de D Miguel.=Congressos de seguros na Hollanda e de pescarias, em Bordeus. = Centenario da independencia do Mexico e do Chile.—Capella de Salvaterra.=Morte de Coutinho Castello.—Crise ministerial bulgara.=Fundação do Asylo Appolinario da Fonseca. = Morte de Kainz, Jorge Turner e Nelidow, padre Oliver, do regente da Persia, dr. Rodrigo Teixeira, baroneza do Covo e Henri Laurent.—Monumento a Cornill.

Para prémio a desvellados auxilios e abnegação, na epocha em que tudo eram traições politicas, fez o governo espalhar que iam ser concedidos os arminhos de par ao marquez de Valflor, conde de Sabrosa, conde de Folgosa, José Arroyo, João Pinto dos Santos, José Cavalheiro, Pereira dos Santos, Anselmo de Andrade, Joaquim Teixeira de Sampaio, Matheus Teixeira de Azevedo, conde de Mangualde, Abel de Andrade, Motta Veiga e Queiroz Velloso.

Avultava ainda o nome do conselheiro Malheiro Reymão, antigo dissidente regenerador, ministro franquista e que regressára aos patrios lares para obter a honraria do pariato.

Outros nomes se citaram, para desvanecer luctas egoistas e assim vieram os do marquez da Foz, Jacome Correia e Castello Melhor, condes do Ameal, Cabo de Santa Maria, e Caria, visconde da Torre, Matheus dos Santos, José Rebello, Belchior Machado, Ferreira Baltar, José Victorino, Agostinho Lucio, Rodrigues Ribeiro, José Jardim, Raposo Botelho, Francisco Botelho, Magalhães Ramalho, José Ribeiro da Cunha e ainda o padre Luiz José Dias, que logo abandonava o partido regenerador-liberal para se acolher á sombra protectora dos arminhos por elle entrevistos no nucleo regenerador e Matheus Sampaio que ao ser excluido, voltou costas ao teixeirismo, regressando porem aos rogos dos correligionarios.

O combate, por parte dos progressistas, evidenciou-se violentissimo e o povo, a caminho da republica, viu com agrado, golpes formidaveis atirados á monarchia pelos proprios monarchicos, (*) fustigando-a, em phrase terrivel e alto normando:

«O governo ainda não desistiu de levar o Rei a collocar os mantos de arminhos do pariato, sobre os hombros de muitas firmas deshonradas e, de traficantes, bandidos e assassinos ultimamente assignalados nas eleições, assim como de implicados no 28 de Janeiro, alguns dos quaes estiveram presos por pretenderem correr a Familia Real a tiro e implantar a republica! Que o governo não desista do seu proposito, comprehende-se. E' bastante vilão para isso e muito mais. Mas o Rei?... O Rei com certeza, não irá cobrir de lama os arminhos da camara alta! Façamos-lhe ainda essa justiça!»

Os franquistas vendo, descontentes, a capitulação regia e governamental, ante os revolucionarios de 31 de Janeiro e seus adherentes, formulavam assim os seus azedumes: (**)

«Está absolutamente enganado o «Dia». Não nos agoniámos, nem nos surprehendemos com a noticia de irem ser concedidos os arminhos de par do reino ao sr João Pinto dos Santos, um dos implicados na revolta de 28 de Janeiro, que tinha

(*) «O Liberal» de 12 de Setembro de 1910.
(**) «O Correio da Manhã», de 14 de Setembro de 1910.

por fim a implantação da Republica em Portugal, e de cujo programma fazia parte a expulsão da Familia Real a tiro, se os soberanos portuguezes se não resignassem a serem acompanhados até á fronteira, El Rei pelo sr. Affonso Costa e a Rainha pelo sr. visconde da Ribeira Brava. Só se pódem ter surprezas quando os factos se não succedem logicamente. Ora a concessão do pariato ao sr. João Pinto dos Santos está na logica da nomeação do sr. Arroyo para a legação em Paris e da publicação da carta regia escripta antes do enterro de El-Rei D. Carlos, como na logica de todos estes factos estará a amnistia aos implicados nas associações secretas, de uma das quaes parece estar provado que sahiu o regicidio, como em nada soffrerá a mesma logica se essa amnistia fôr d'uma prudente previdencia attingindo tambem os implicados no attentado de 1 de Fevereiro, para o caso de alguma vez por descuido se descobrir algum cumplice do Buiça e do Costa. Engana-se pois o nosso illustre collega, suppondo que nos agoniámos ou que nos surprehendemos. O que é logico é previsto e o que se prevê não causa surprezas. Sobre o assumpto, pois, o que apenas dizemos é que, na situação de El-Rei, nomeariamos par do reino o sr. João Pinto dos Santos, como não teriamos nomeado ministro em Paris o sr. João Arroyo, apezar da enthusiastica admiração que temos pelo seu enorme talento, como de resto tambem não teriamos escripto a carta que appareceu a publico pouco antes do enterro de El Rei D. Carlos. Mas, como o «Dia» muito bem sabe, é certo que não temos a honra de ser rei de Portugal. Não é menos certo, porem, que el-rei não tem a honra de ser quem nós somos.»

Faltava accrescentar que, n'uma suprema irrisão, n'um d'esses golpes magistraes que só o destino soube vibrar, iam cruzar reverenciados e juntos, o perystillo da camara alta João Pinto dos Santos, a victima do franquismo, o revolucionario do 28 de Janeiro contra o governo de Franco e um membro d'esse governo, José Malheiro Reymão, sorridentes ambos sob o docel branco do manto de arminho inherente ao pariato.

Mas, ainda o destino! — depois de os unir n'esse elo de ambição, deu o logar ao povo, deu logar á revolta e esses dois ini-

migos, para que inimigos ficassem, não se sentaram nas altas cadeiras de pares do reino, esphacelladas como o throno, pelas balas de 5 de Outubro.

E para contrapôr ás justas aspirações, e sem temores de que fugisse a promettida amnistia, a imprensa republicana, (*) exprimia-se sincera e livremente, como que conhecedora de antemão do exito dos planos forjados nas lojas secretas e nos continuos conciliabulos dos seus vultos principaes:

«A gazeta henriquista accusa os republicanos de ameaçarem o rei com o exilio imposto pela violencia. Credo! Quem pensa em tal! O sr. D. Manuel II ha de ir um dia, effectivamente, para o exilio, como em tempos não remotos foi D. Miguel I. Mas ha de ir carinhosamente ao collo do sr. dr. Bernardino Machado que ao chegar á fronteira o porá cuidadosamente no chão, compondo-lhe as roupas, acariciando-lhe a face e dizendo-lhe paternalmente:

« — Vae, meu filho, vae gosar algures a tua radiosa mocidade. Faze por seres bom e util. E se quizeres alguma cousa de Lisboa, escreve.»

Não passou o governo sem dar desmentido ás nomeações, fornecendo sempre contingente ao pensamento de que as doutrinas dirigentes eram de incutir desconfianças.

O conselho de Estado reunia-se porém a 17 de Setembro, sob a presidencia de el-rei e comparecendo o presidente do conselho, Teixeira de Sousa, pronunciava-se sobre a nomeação da «fornada» de pares, ante o voto favoravel dos conselheiros Luiz Augusto Pimentel Pinto, Wenceslau de Sousa Pereira de Lima, Antonio de Azevedo Castello Branco e José Adolpho de Mello e Sousa, e o contrario dos conselheiros Julio Marques de Vilhena, José Luciano de Castro (por carta) Francisco Antonio da Veiga Beirão e José Novaes.

D'ali sahiram assignadas as cartas regias, collocando no alto cargo, o dr. Abel Pereira de Andrade, antigo deputado da nação e

(*) «A Capital» de 15 de Setembro de 1910.

vogal effectivo do Supremo Tribunal Administrativo; Anselmo Assis de Andrade, ministro da fazenda e antigo deputado da nação; Antonio Rodrigues Ribeiro, antigo deputado da nação e coronel de estado maior; Conde de Mangualde, antigo deputado da nação, antigo governador civil e director geral das contribuições directas; Conde de Sabrosa, antigo governador civil do districto de Lisboa; Henrique Matheus dos Santos, antigo deputado da nação; dr. João Pinto Rodrigues dos Santos, antigo deputado da nação e chefe de repartição no ministerio da marinha e ultramar; dr. Joaquim Teixeira de Sampaio, antigo deputado da nação e juiz do Tribunal da Relação de Lisboa; José Gonçalves Pereira dos Santos, ministro das obras publicas e antigo deputado da nação; José Diogo Arroyo, antigo deputado da nação governador civil do districto do Porto e lente da Academia Polytechnica; José Joaquim de Sousa Cavalheiro, antigo deputado da nação, antigo governador civil e ajudante da Procuradoria Geral da Corôa; José Malheiro Reymão, ministro de Estado honorario e antigo deputado da nação; José Victorino de Sousa e Albuquerque, antigo deputado da nação e governador civil do districto de Vizeu; Marquez de Valle Flôr, antigo par do reino electivo e antigo deputado da nação; Matheus Teixeira de Azevedo, antigo presidente da camara dos deputados e juiz da Relação de Lisboa; Visconde da Torre, antigo deputado da nação antigo governador civil e director geral dos negocios ecclesiasticos.»

Por extranha coincidencia, unidos ascendiam ao pariato, dois grandes inimigos: o dissidente João Pinto dos Santos e o franquista Malheiro Reymão.

E, quem sabe se essa ephemera honraria, prestes a despedaçar-se ao embate das balas revolucionarias, não transformaria em amigos, aquelles que tanto mal se tinham mutuamente procurado fazer?

Obtivera Teixeira de Sousa a satisfação de antigos compromissos e rejubilou.

Comtudo, outro grangeou sancção regia, pela assignatura, sob voto favoravel dos conselheiros Julio Marques de Vilhena, Pimentel Pinto, Wenceslau de Lima, Antonio de Azevedo e

Mello e Sousa e contrario dos conselheiros José Luciano (por carta), Veiga Beirão e José Novaes, do decreto concedendo amnistia por crimes de imprensa, e que desde largo tempo se dizia promessa de Teixeira de Sousa aos republicanos nos agitados tempos da dictadura franquista.

Era assim concebido: (*)

«Querendo exercer uma das attribuições do poder moderador que mais me apraz praticar, hei por bem, tendo ouvido o Conselho de Estado, decretar o seguinte: Artigo 1.º — E' concedida amnistia geral e completa para todos os crimes de abuso de liberdade de imprensa, commettidos até á presente data em que sómente seja parte o ministerio publico. Artigo 2.º — Os processos instaurados pelos referidos crimes ficam de nenhum effeito, e todas as pessoas que estiverem presas á ordem de qualquer autoridade, com processo ou sem elle, serão immediatamente postas em liberdade, se por outro motivo não deverem ser retidas em prisão.—O Presidente do Conselho de Ministros e os Ministros e Secretarios de Estado de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar — Paço, em 17 de Setembro de 1910. — Rei — Antonio Teixeira de Sousa—Manuel Joaquim Fratel—Anselmo de Assis Andrade—José Nicolau Raposo Botelho—José Ferreira Marnoco e Sousa—José d'Azevedo Castello Branco—José Gonçalves Ferreira dos Santos»

Do decreto beneficiador, não só participavam os republicanos como os monarchicos, ou fosse o director do «Diario Illustrado» Alvaro Pinheiro Chagas, processado por um artigo incerto em 20 de Setembro de 1909, contra o administrador da Vidigueira José Pedro Baião.

Dos democratas, viram os seus processos archivados: o dr. Arthur Leitão, por 2 artigos publicados na «Republica» de 30 e 31 de Julho de 1909 e julgados injuriosos para D. Manuel II; o director do «Mundo», França Borges, por 5 artigos; o director do «Paiz», Meira e Sousa, por 3 artigos; o sollicitador An-

(*) Legislação Portugueza de 1910. = 1.º volume.—Pagina 507.

tonio Ribas de Avellar, por um artigo «Um aventureiro» publicado no «Mundo» de 5 de Janeiro de 1909, e que considerado offensivo para el-rei, trouxera a multa de 50$000 réis; Cesar Frazão, director do «Povo de Oeiras»; Victor de Sousa e Eduardo de Carvalho, redactores do «Archivo Republicano»; Estevam de Carvalho, director do «Xuão» e Chacon Siciliani, redactor da «Beira», de Vizeu, d'onde atacou vivamente a religião e o bispo viziense.

Os jornalistas exilados, França Borges e Arthur Leitão, regressavam logo a Lisboa, não sem remoques aos actos governamentaes, que o presidente do conselho mais tarde justificava assim:

«Que lucrava a monarchia com a expatriação de França Borges e do dr. Arthur Leitão e de outros? Por ventura a imprensa republicana deixára de combater fortemente pela ideia que representava e deffendia? Não. No exilio esses jornalistas feriam mais certeiramente a monarchia, onde operavam livremente, do que cá dentro, sujeitos á lei.» (*)

Mais se accirrou a campanha partidaria com os actos governamentaes. As accusações subiram de intensidade, aggressivas, sem rebuços.

Os pares soffriam a seguinte analyse individual: (**)

«El-Rei, sempre generoso, deu ao seu presidente do conselho dezeseis pães de toda a farinha, ou seja a seguinte fornada de pares:

«Abel Andrade:—Nomeado por ser afilhado do benemerito sr. Mello e Sousa. Anselmo d'Andrade: — Não queria ir para o teixeirismo e só a promessa de ser par o demoveu. A. R. Ribeiro:—Para não votar com a opposição no districto de Santarem. Conde de Mangualde: — Para não se voltar outra vez para os

(*) Para a Historia da Revolução por Teixeira de Sousa.=2.° volume =Pagina 186.

(**) «O Liberal», de 21 de Setembro de 1910.

progressistas. Conde de Sabrosa: Por ser tio do genro do sr. presidente do conselho. Henrique dos Santos:—Por alargar os cordões á bolsa. João Pinto:—Por querer proclamar a republica e expulsar a familia real a tiro. Teixeira de Sampaio: — Por ser tio da esposa do sr. presidente do conselho. Pereira dos Santos: — Por se esquecer do muito mal que disse do sr. Teixeira de Sousa. José Arroyo: — Por ter mau olhado. José Cavalheiro: — Por imposição do sr. Affonso Costa. Malheiro Reymão: — Por ser torto. José Victorino: — Por não saber o que diz e dizer o que não sabe. Marquez de Valle Flôr: —Por ser proprietario de todos os jornaes teixeiristas. Teixeira d'Azevedo:—Por ter muita força. Visconde da Torre: — Por ser muito gordo.

E viva el-rei D. Manuel II. Se nos ouvem, prendem-nos e bem o merecemos.»

O governo, por seu lado ouvia o seguinte: (*)

«Alem da vergonha dos «Pares», cahindo sobre ladrões, alguns publicamente accusados pela propria familia em documentos escriptos, outros presos como cumplices do assassinato do Terreiro do Paço, sendo encontrados com armas ao hombro, quando marchavam para a jornada — «na confissão d'elles a mais gloriosa» — de prender a familia real ou assassinal-a, como covardemente se fez, ha outras que não ficam inferiores a estas e até lhe sobrelevam. O juizo de instrucção criminal deixou de funccionar por imposição de quem? Do sr. Teixeira de Sousa. O inquerito do regicidio está suspenso; a investigação das associações secretas foi sustada e até os autos dos ultimos indigitados por pressão do ministerio do reino. Quer isto dizer que o sr. Teixeira de Sousa transige e se curva perante os regicidas, e trepida em perseguir aquelles que tentam, em conspirações secretas, planear outra chacina, outra hecatombe do Terreiro do Paço.»

O proprio paço soffria ironias fortes, encobrindo sob uma ap-

(*) «O Liberal» de 22 de Setembro de 1910.

parencia de simplicidade, remoques graves, sob o titulo insidioso de «boletim do palacio», e em cujas entrelinhas se percebiam as eternas arguições á rainha: (*)

«Hoje o sr. Wenceslau não entrou em Palacio, foi á Bibliotheca Publica consultar as «Chronicas chronologicas da Casa de Bragança» para demonstrar que os Pereiras entroncam na familia real. Fica assim sem effeito a affirmação do sr. conde de Arnoso, chamando-lhe filho d'um mercador dos Clerigos.»

Os republicanos, por seu turno, embora tendo ganho a partida, acolhiam com ironias as dissensões monarchicas e tratavam de realisar o sonho, expresso pouco depois n'um artigo intitulado: «Declaração de guerra» (**)

«Do alto d'esta tribuna d'onde diariamente nos dirigimos, sem brilho mas com absoluta sinceridade, aos milhares de cidadãos que nas nossas palavras benevolamente encontram motivos de satisfação e de estimulo, «denunciamos o rei de Portugal como inimigo figadal dos democratas portuguezes», afim de que estes deixem de enternecer-se ante a sua juventude e de commover-se perante a sua orphandade e passem a encaral-o como elle merece. Podemos affirmar que o governo apresentou ao rei o pedido de amnistia para os crimes de imprensa e outros de caracter politico e que o monarcha se recusou a praticar o acto de clemencia, que lhe foi sollicitado. Estamos informados de que o governo renovará ámanhã ou depois o pedido de amnistia e que se o rei insistir na recusa, se demittirá immediatamente. Se assim fôr, o governo cahirá de pé, entre os applauso dos seus correligionarios e dos proprios adversarios das instituições, que não sofirem d'esse estupido e ruim facciosismo, que não permitte distinguir o bem do mal. Se assim fôr, o governo adquirirá, exactamente na hora em que abandonar o poder, o prestigio que lhe assegurará uma situação excepcional para activar a so-

(*) «O Liberal» de 22 de Setembro de 1910.
(**) «A Capital» de 13 de Setembro de 1910.

lução do problema politico nacional, promovendo uma deslocação de forças, que se estão inutilisando no serviço d'um regimen condemnado. O rei de Portugal é ostensivamente reaccionario e clerical. Quando confiou ao sr. Teixeira de Sousa o encargo de organisar gabinete, fêl o tão contrariado e pezaroso, que se lançou debulhado em lagrimas, nos braços do seu ajudante de campo, que tentou acalmal-o, dizendo-lhe que elle não podia ter procedido de outra fórma. O moço rei não se resignou nunca. E os ministros, se lhes fôsse licito divulgarem publicamente o que se tem passado entre elles e o monarcha, diriam quantas vezes este lhes tem dado a conhecer o seu desespero O governo tem encontrado no rei o seu peor inimigo e pena foi que mais cêdo não comprehendesse o que presentemente reconhece com irrecusavel evidencia. A recusa da amnistia politica tem de ser interpretada pelos liberaes e sobretudo pelos republicanos como uma clara e terminante declaração de guerra, que o rei ousadamente lhes dirige. Este moço que uma tragedia inesperadamente coroou e que, ha menos de tres annos, bradava choroso, pelas salas do palacio enlutado, que «não queria ser rei, que o deixassem ir embora, que fizessem a Republica», já quer ser rei e mandar contra as indicações dos seus ministros, responsaveis perante a opinião publica, que fielmente traduziram ao aconselhar o acto de clemencia, que tanta repugnancia causou ao joven monarcha. Levantemos nós, republicanos portuguezes, nobre e corajosamente, a luva que o rei de Portugal nos arremessou. Elle conta certamente com o auxilio de forças poderosas para que se arroje a desafiar adversarios que elle sabe dispostos a todos os sacrificios, na hora em que se tornarem necessarios. Elle confia na fadistagem aristocratica, na clericalha rufiona, nos militarões retrogrados, na municipal, na policia e nos assassinos de Ferrer, que passarão as nossas fronteiras em som de guerra. Pois nós contamos comnosco: confiamos em nós, na nossa fé abrasadora e no nosso grande espirito de sacrificio. A'vante! A'vante! E já que ao rei de Portugal desagrada o esquecimento, o perdão, a clemencia, já que lhe repugna amnistiar os seus adversarios, quando nós, republicanos portuguezes, fôrmos os vencendores e elle o vencido, recusemos-lhe egualmente a

amnistia. E chamam-nos a nós facciosos, ruins, malvados, siccarios, a nós que nos detivemos imprudentemente ante o infortunio d'esse rapaz, que ingratamente retribue o nosso sentimento de piedade com o seu sentimento de rancor. Diz um velho rifão: «atraz de mim virá quem bom me fará». Se lhe dessemos tempo, ainda D. Manuel nos faria ter saudades de D. Carlos. Não lhe demos tempo.»

A affirmativa, positiva, era depois reiterada pelas declarações do ultimo presidente do conselho da monarchia, frisando a recusa de assignatura no decreto de amnistia: (*)

«Logo a imprensa do «bloco» inventou a atoarda de que o Rei recusara a sua assignatura a dois decretos, um de amnistia, outro adiando as eleições. Era inexacto. Nunca o governo pensou em adiar as eleições, e só depois d'estas realisadas sollicitou do Rei a amnistia. Não me foi difficil convencel-o de que a amnistia era de uso ser concedida a pedido dos governos liberaes e, que a delictos de imprensa era conveniente como elemento de acalmação. Imperiosos motivos, que não conheço, levaram o Rei a reconsiderar, o que fez que o governo resolvesse fazer d'ella questão.»

Conhecia o paço que ao regresso dos fugitivos, corresponderia o activar da propaganda revolucionaria, fortalecida com esses elementos avidos de revindicta.

Comtudo, o conselheiro Teixeira de Sousa fez questão da recusa, e vencia.

Do conselho novos premios sahiram a descontentes e um d'elles visou o conselheiro Pimentel Pinto, beneficiado com o cargo de presidente da camara dos pares (17 de Setembro).

Annunciou-se apoz isto, a proxima viagem d'el-rei a Traz-os-Montes, terra do presidente do conselho, Teixeira de Sousa. A digressão seria iniciada pela Regoa, seguindo-se-lhe Villa Real, Chaves, Mirandella, Vidago, onde se alojaria no Vidago Palace

(*) Para a Historia da Revolução, por Teixeira de Sousa.=2.º volume. =Pagina 187.

Hotel, Mirandella, ficando no palacete do visconde da Bouça, Murça, hospedando-se na residencia dos marquezes de Valflôr, atravessando depois o Douro até ao Porto, onde chegaria a 11 de Outubro.

Fixada foi a partida para a noite de 4 de Outubro, como desejo real de visitar a cidade de Bragança, as ruinas do velho burgo de seu nome.

A revolução antepor-se-hia ao desejo e de amargura seria o dia que entrevira de regosijo. Na vida do moço rei, houve sempre o embaraço ás suas mais vehementes ambições. Mas, quem podia transformar em rosas os espinhos d'essa realeza ephemera nascida entre o scenario sanguinolento de homicidios?!...

A viagem regia não deixou de ser trazida a publico com desorientados commentarios pelos progressistas, representados pelo «Liberal» (29 de Setembro) e onde appareciam os seguintes trechos:

«O rei ao lado «do chefe dos incendiarios, do antigo medico das Pedras Salgadas, do desafinado philarmonico», que na sua terra não passava d'um medico egual a qualquer curandeiro boçal e inexperiente, é uma irrisão, é a negação de todo o estimulo para o bem, porque sua magestade, dando o braço ao homem que goza em Traz-os-Montes da fama de ter mandado, defendido e apoiado o incendio das repartições, de ser protector e defensor de todos os bandidos que lhe guardam as costas, — Sua Magestade vae suscitar no animo do povo ingenuo duvidas e apprehensões justificadas, relativas á moralidade que reina nas altas espheras do poder. Nós desejavamos, e todos os homens de bem hão de certamente sentir do mesmo modo, que Sua Magestade fôsse ao norte, mas não a servir de instrumento a uma vergonhosa exploração politica e commercial.

«Queriamos que Sua Magestade fôsse ao norte do paiz e se apresentasse áquelle povo generoso e honrado, acompanhado por um Presidente de ministros que fôsse honesto e digno, para que a realeza se não confunda na mente do povo com a falta de caracter moral e politico d'aquelles que a acompanham. A missão d'um Rei é bem differente da missão dos aventureiros, que de

tudo se aproveitam para augmentar á custa da realeza o prestigio que naturalmente lhes falta. Esta invenção da viagem ao Vidago causa justificada repugnancia a todos os individuos que ainda teem pelo Rei um certo acatamento e respeito. Criticando a viagem que se planeia, depois das camaras fechadas dictatorialmente, para fazer emmudecer a voz da nação, resentida pelas violencias e tropelias a que a submetteu o presidente do conselho, não pretendemos, como muitos suppõem, aggredir o Rei; pretendemos livral-o d'uma vergonha, e de qualquer insulto indo ao lado d'um individuo, que sendo já antipathico pelos seus actos e processos, mais repugnante se tornou depois das violencias das ultimas eleições. Receiamos que o brioso povo transmontano, tão cioso da sua dignidade, não veja uma provocação aos seus sentimentos de altivez e caracter, vendo ao lado do rei o algoz que o perseguiu e mandou matar, e espadeirar. Temos justos receios de que o povo de Chaves, a quem o teixeirismo roubou a «Fonte de Vidago n.° 1», privando o concelho d'um rendimento que lhe pertencia, não possa serenamente applaudir o monarcha para que os applausos não vão recahir sobre quem o roubou. Não desejavamos livrar o rei de mais esta vergonha, mas os conselhos dos que verdadeiramente são dedicados á monarchia, são tomados como aggressão, e nós não temos necessidade nem de aggredir nem de lisongear; mas temos o direito e o dever de dizer ao primeiro magistrado da nação que é vilmente illudido por aquelles que o cercam, porque a monarchia só lhes serve para os seus interesses, sendo estes que predominam contra o bom senso e razão. Desejavamos, repetimol-o ainda uma vez, que o rei fôsse ao norte do paiz, em missão patriotica, para conhecer aquelle povo soffredor e honesto, mas nunca em companhia do teixeirismo, que é uma affronta a todos os sentimentos de dignidade, que o estrondo das festas «encommendadas» não é capaz de abafar, porque ha de causar repugnancia áquelle bom povo que o monarcha vá em tal companhia. Qualquer governo podia levar ao Vidago o chefe da nação, mas o teixeirismo nunca. E' uma vergonha para o monarcha e uma affronta para a maior parte do povo transmontano. A vergonha é esta»

Iam-se comtudo preparando installações. No palacio, em Murça, dos marquezes de Valflôr, trabalharam dia e noite, quarenta operarios, cuidando dos regios aposentos.

Da Granja á Regoa, seria acompanhado D. Manuel pelo governador civil do Porto, e d'ali, atravez toda a provincia de Traz-os-Montes, pelo governador civil de Villa Real.

Em Bragança, seriam ornamentadas além da Camara Municipal e Governo Civil, as ruas do Conde Ferreira, Direita, de Santo Antonio, Engenheiro Beça, os largos da Principal e do Governo Civil e a Praça da Sé.

No Porto, combinavam-se elementos para festa no Palacio de Chrystal, com exposição de flôres, musicas no jardim, illuminações e fogo de vista.

Em Vidago, preparavam-se os alojamentos no Palace-Hotel, emquanto iam do Porto para Villa Real, 3 trens, 12 cavallos, 12 creados e 4 conductores de automoveis, tudo da casa real.

Trabalhos inuteis eram.

A Revolução destinava que a viagem fósse mais longa: a do exilio.

*

* *

Em Vienna de Austria, inaugurava-se em 11, o 9.º congresso internacional de ensino commercial. Representou Portugal, o secretario da legação, Eduardo Moreira Marques. O congresso era encerrado a 16, discutindo-se varias theses sobre o problema de educação commercial.

*

* *

Inaugurava-se a 12 em Bruxellas, o congresso internacional de direito maritimo, tendo como representante do governo portuguez o encarregado dos negocios da Belgica Alberto Soares e como representante do ministerio da marinha, o 1.º tenente Pereira de Mattos.

Haviam sido iniciados os trabalhos sobre direito maritimo no 1.º congresso em Anvers, no anno de 1883, partindo d'ali a ideia, secundada pelo congresso de 1886, em Bruxellas, para a unificação do direito. A reunião internacional de 1904, em Hamburgo, avançando, dava já a defeza dos projectos, de conveniencia mundial, relativa á abalroação e assistencia maritima, assumptos mais largamente discutidos nos congressos de Bruxellas, em 1905, reservando-se para o de 1909, a approvação d'esses dois projectos de convenções internacionaes, augmentadas já com o formular das bases sobre delimitação de responsabilidade dos proprietarios de navios e iniciando-se trabalhos sobre hypothecas e privilegios maritimos. Liquidavam-se esses tres projectos no congresso de 1910, data em que fôram elaborados, assignando as convenções, alám de Portugal, a Allemanha, Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Brazil, Chili, Cuba, Dinamarca, Estados Unidos, França, Hespanha, Hollanda, Grecia, Inglaterra, Italia, Japão, Mexico, Nicarugua, Noruega, Roumania, Russia e Uruguay.

Teve o congresso como nota nova, uma das festas que lhe fôram dedicadas: um excentrico concerto de sinos na cathedral de Anvers.

Seguiu-se (11 de Dezembro de 1912) a communicação ao ministerio dos negocios estrangeiros de Portugal, pelo plenipotenciario da Belgica em Lisboa, de que as convenções de direito directo internacional maritimo, assignadas em Bruxellas a 22 de Setembro de 1910, podiam ser ratificadas desde 15 de Janeiro e 1 de Fevereiro de 1913, afim de entrar em vigor em 1 de Março d'esse mesmo anno, e assim se procedeu.

*

* *

Reunia se entretanto (11 de Setembro de 1910) em Bruxellas, o congresso do Livre Pensamento sendo representante portuguez, o grão-mestre da Maçonaria, dr. Magalhães Lima, que, na sessão inicial, em 10 de Setembro, proferia brilhante discurso onde avultava como trecho principal o seguinte:

«A Maçonaria Portugueza tem seguido, com o maior interesse, todos os movimentos liberaes que, n'estes ultimos tempos se teem produzido no nosso paiz. Se é verdade que a Maçonaria não deve ser, e não é politica, pelo menos é seu dever ser patriotica e, em caso algum, se pode desinteressar do que diz respeito aos interesses e ao bem dos seus semelhantes... Quanto á questão politica, de que não falarei, mencionando-a simplesmente, em Portugal é de todos os problemas o mais urgente; e, por isso, a Maçonaria Portugueza tem principalmente um caracter civico. O seu fim não é o de recrutar eleitores, mas o de preparar cidadãos. O facto da Egreja ser ainda tão forte em Portugal resulta, unicamente, da existencia da monarchia. A consciencia popular é, em Portugal, francamente livre-pensadora.»

O congresso, onde as senhoras tinham representação larga, apenas tratou d'uma these: «Da liberdade de consciencia e das suas garantias nos diversos paizes». Durou quatro dias e n'um d'elles prestava-se homenagem a Anatole France e Ernesto Hackel. Fixada era reunião para 1911 em Roma e para Lisboa em 1912.

Acompanhou a inauguração, o desvendar na «Maison du Roi» em Bruxellas, de uma lapide recordando a morte dos condes de Egmont e de Hornes, decapitados em 5 de Junho de 1568 á ordem do reaccionarismo hespanhol. Percorreu as ruas enorme cortejo de lojas maçonicas e dos representantes dos livres pensadores da França, Allemanha, Italia, Suissa, Hungria, Inglaterra, Hollanda, Hespanha, America, Argentina e Bohemia, estes portadores d'uma bandeira vermelha onde se lia a palavra «Tcheques».

A lapide dizia:

«A' memoria dos condes de Egmont e de Hornes, decapitados n'este logar por ordem de Filippe II, em 1568, por terem defendido a liberdade de consciencia. — Este marmore foi-lhe dedicado pelo «Comité» Internacional instituido para commemorar a morte heroica de Francisco Ferrer fuzilado em Montjuich, pelo mesmo motivo em 1909».

*

* *

Inaugurava-se a 12 de Setembro em Aranda de Duero, o 6.º congresso das associações agricolas. Ali se discutiram theses sobre: repovoamento florestal e viticola da região; medidas que devem adoptar-se para evitar a baixa dos trigos; restabelecimento do imposto transitorio de 2 pesetas por cada 5 kilos até que se chegue a sua completa prohibição; modificação nas divisões da contribuição territorial, na parte que se refere a partidas fallidas; isenção tributaria das vinhas phyloxeradas e das industrias annexas, lagares e armazens; perseguição activa aos falsificadores de vinhos e licores.

O congresso encerrava-se em 22, ao tempo que concluia tambem em Bruxellas o 6.º congresso de estudo experimental florestal, inaugurado a 10, tendo como representante portuguez, o chefe de repartição dos serviços florestaes e agricolas. Os trabalhos não compensaram as despezas de representação, ou fôssem 367$420 réis.

*

* *

Barcelona, inaugurava em 13 de Setembro o 5.º congresso internacional de electrologia e radiologia medicas, presidido por D. Affonso XIII.

Ali se completaram muitos dos trabalhos da especialidade, tratados nos quatro congressos anteriores, celebrados em Paris, Berne, Milão e Amsterdam. O de Barcelona, encerrava-se em 18 tendo como representante portuguez, o dr. Virgilio Machado, e da França, a celebre professora da Sorbonne, Curie.

*

* *

Reconstruida apoz a derrocada pelo tremor de terra de 1908 reabria ao culto, no domingo 11 de Setembro, a fidalga capella

de Nossa Senhora da Conceição, do solar de Pancas, proximo a Alemquer, quasi derruida pelo terramoto de abril e de posse então de D. Maria Emilia Telles de Menezes Caldeira Xavier.

Foi a cerimonia celebrada pelo conego arcypreste da Sé de Lisboa, dr. Romão José da Silva Guimarães, com a ajuda dos conegos Joaquim Silva, diacono prior de Santa Quiteria de Meca e diacono coadjutor de Alemquer.

*

* *

Surgia por esse tempo um novo invento portuguez, destinado a salvamento em casos de incendio, trabalho do marinheiro Antonio José de Sousa e por elle descripto assim:

«Uma simples escada de corda composta de corda delgada e resistente e degraus de madeira tambem delgados de fórma que enrolada apresente pouco volume, é o sufficiente para salvar de situações difficeis e perigosas.

«Nas janellas de peito existem sempre portas de madeira interiores as quaes quando fechadas teem geralmente um fecho que de qualquer fórma entra n'uma argola fixa ao peitoril da janella. Ha argolas que são bastante resistentes e que pódem com uma pessoa, podendo por tanto ser aproveitadas para se lhe segurar a escada de corda que deitada para o exterior nos apresenta um meio rapido de salvação.

«Quando porém as argolas dos fechos não sejam sufficientemente resistentes para aguentar com o peso de uma pessoa, ou se substitue por outra argola ou então colloca-se uma argola simplesmente para o effeito de salvamento. Geralmente os peitoris das janellas teem um corpo de cantaria onde com facilidade e segurança se colloca uma argola de qualquer metal resistente que como acima fica exposto póde desempenhar duas missões a de argola do fecho das portas interiores das janellas e a de ponto de resistencia para segurança da escada de corda.

«A escada de corda com o comprimento necessario para a janella a que é destinada, depois de bem enrolada e formando

o menor volume possivel, mette-se dentro de um sacco de lona do tamanho exacto do seu volume, saindo por uma abertura do envolucro, um gancho, uma ponta da corda ou qualquer outro processo de prisão da escada á argola ficando este sacco ou involucro collocado sempre no peitoril da janella de fórma a ser utilisado n'um caso repentino.

«A fórma do involucro póde ser cylindrica e occupando muito pouco espaço, mas ainda assim esse volume que apresenta póde ser supprimido, pois que por debaixo do corpo de cantaria póde haver uma cavidade na parede onde caiba esse volume não ficando portanto nenhuma saliencia que incommode quem se encoste á janella.

«Devem estas escadas existir permanentemente em todas as janellas de cada predio pois que em caso de sinistro pódem ficar algumas das janellas inutilisadas.

«Nas janellas de saccadas ou varandas pódem as escadas estar pela parte exterior da parede e mettidas em cavidades proprias nas paredes mas com uma tampa ou porta que preserve a escada das chuvas ou do sol.

«Ao lado de cada escada póde tambem existir uma corda de nós para poder descer um homem acompanhando uma senhora que desça pela escada.»

Tinha o apparelho o custo de 1$500 réis, mas nem assim aproveitado foi.

*

*   *

As incursões do gentio do Nyassa, forçaram á organisação d'uma columna, que sob o commando do tenente Froes de Carvalho e composta pelos europeus José da Encarnação Tavares, Antonio Gonçalves e enfermeiro Lino Pereira dos Santos, com 47 soldados indigenas armados de espingardas Henry & Snyder e 150 auxiliares, armados de espingardas de piston e pederneira, se dispoz a bater os regulos Mucôco, Gonde, Tango, Maca, Endobe, Entina, M'berei e Mugula, e montou nas terras d'este ultimo um posto militar.

Partida do Ibo a 28 de agosto, a expedição atacava e destruia a 30 a povoação de Mucoco, onde queimou 200 palhotas, sob nutrido fogo do gentio, e logo a 2 de setembro, vencido Mucoco, seguia para Chonamanga e Naguvenvala, onde bivacava em 3, soffrendo rude investida dos negros, repellidos mas não vencidos, pois que fortemente bateram o quadrado em 4, seguindo-se-lhe desforra pelos brancos no dia seguinte, levando a effeito a marcha sobre a povoação do regulo Chauela, destruida.

Na volta a Naguvenvala, o espectaculo foi desolador.

O gentio, disperso, querendo vingar nos naturaes d'ali, as perdas soffridas e aproveitando as operações da columna em Chauela, trucidaram á facada e zagaiada as mulheres e creanças encontradas e muitas só escaparam pela fuga, indo ao encontro das forças portuguezas.

Estas proseguiam depois nas operações, pela tomadia, sem resistencia, dos povoados de Tango e Endobe (6 de Setembro) Entina e M'buei (9) e Culamella (10) onde o ataque foi mais violento.

O armamento defficiente e em mau estado, forçou a columna a retirar, com perdas bastantes.

Não se effectuou ella sem combate e de regresso a Quacanga, ainda as forças tinham que assegurar o prestigio da bandeira e a conservação da vida, pelo incendio das povoações de Culamela e Mirimo, unica medida que fez retroceder os selvagens.

A occupação não ficou concluida e mais uma vez das guerras de Africa resultaram maleficios em logar de beneficios.

*

* *

A litteratura popular franceza, perdia então em Luiz Boussenard um dos seus mais eruditos e intuitivos cultores.

A secção moralisadora e educativa dos seus romances impuzeram-n'os ao agrado publico, que os comprehendia nitidamente, admirando-lhe a cultura e aprendendo com elle, nas divagações phantasticas e instructivas.

Boussenard, fazia no livro, a propaganda pelo gosto das

viagens, dando nas paginas dos seus romances praticas lições geographicas, sob um aspecto romantico que amenisava a leitura, exemplo bem patenteado na «Volta ao Mundo por um gaiato de Paris».

O notavel romancista, nascido em 1847, em Escrennes (Loiret) falleceia em Orleans a 11 de Setembro de 1910, deixando obras que o equipararam a Mayne Reid, Verne, Gabriel Ferry e apresentando como derradeiro trabalho o convite para o seu funeral, escripto pouco antes do fallecimento:

«Luiz Boussenard. — Homem de lettras. — Tem a honra de vos convidar para os seus funeraes civis, que se realisarão em Escrennes (Loiret), segunda-feira, 12 de setembro de 1910 á uma hora e um quarto. Inconsolavel pela morte de sua mulher, succumbe aos sessenta e tres annos, com uma dôr que nada poude attenuar. Envia aos seus numerosos amigos e aos seus fieis leitores o seu supremo adeus. Reunir-se-hão na casa mortuaria, 75, boulevard de Chateaudun, em Orleans, na segunda-feira, 12 de setembro, ás 10 horas e meia precisas, para acompanhar até á gare o cortejo que partirá no comboio do meio-dia (linha de Malesherbes, estação de Escrennes).»

Suprema coragem e suprema ironia, a d'esse vulto, affivelando ao rosto, morte á vista, à mascara da indifferença e a do carinho, a chamar ao adeus supremo, o grupo dos esquecidos!...

*

* *

Acompanharam-o no desapparecer da vida, dois pintores celebres, o francez, Henrique Rousseau, mais notavel pelas estravagancias das suas telas, inconcebiveis, com figuras hieraticas e paizagens idealistas, do que pela correcção artistica; e o inglez Holman Hunt, que ao contrario de Rousseau, procurando inspiração em romances ou poemas celebres, produziu trabalhos de rara maestria, no colorido e no conjuncto. A Inglaterra lamentou, e com razão, a perda d'essa grande figura do seu meio artistico, desapparecida aos 83 annos e que á Palestina consagrou a maior parte da sua existencia notavel.

*

* *

A 15 de setembro fallecia em Campo Maior, o benemerito medico José Maria da Fonseca Regalla, a quem aquelle concelho deveu a mais dedicada assistencia. Era natural de Aveiro, tinha 71 annos e era chefe do partido regenerador de Campo Maior.

*

* *

A 16 fallecia no Porto, o grande e benemerito capitalista, Manuel José Rodrigues Semides.

Dando ainda nota do seu caracter altruista, deixou além de legados sufficientes para manutenção de todas as instituições de caridade da cidade do norte, 50 contos para a creação d'uma sopa economica para os pobres de Cedofeita e grande parte dos seus haveres no Brazil para a fundação d'um sanatorio para tuberculosos pobres, a cargo da misericordia do Porto, dando como local proprio as immediações da Cruz da Regateira ou S. Roque de Lameira.

*

* *

Fallecia a 17 de setembro, um dos mais brilhantes membros do jornalismo portuguez: Armando da Silva, notavel naturalista.

Activo e erudito, manifestou os seus dotes intellectuaes, no «Correio da Noite», primeiro jornal em que trabalhou apoz a sua vinda de S. Miguel para Lisboa, «Tempo», dirigido por Carlos Lobo d'Avilla, «Progresso», «Commercio de Portugal», «Novidades», de que foi redactor e secretario, com Barbosa Colen e Emydio Navarro, «Jornal da Noite», que fundou e dirigiu, «Seculo», «Economista Portuguez», «Folha do Povo», «Illustração Portugueza» e «Serões» que dirigiu.

Espirito culto, dedicou-se a estudos entomologicos, ichthyologicos, economicos e oceanographicos, sobre que publicou varias obras, avultando entre ellas um trabalho de critica ás explorações d'El-Rei D. Carlos, e um volume «Molluscos», da Bibliotheca do Povo e das Escolas.

Reconhecida a competencia no assumpto, foi-lhe dado, ainda que por pouco tempo, o logar de director do aquario «Vasco da Gama» de Algés, por elle fundado.

Deixou incompleto um livro, «Mulheres Publicas».

Era natural da Ilha de S. Miguel, d'onde veio aos 14 annos para casa do fallecido estadista Carlos Lobo d'Avila; filho de D. Clorinda Virginia Amelia da Silva e de José Julio da Fonseca Costa e Silva e viuvo de D. Maria da Assumpção da Fonseca Costa e Silva.

Nascera em 1871.

Nem mesmo na morte foi poupado o perseguido da politica e para isso se evocou a sua defesa, aliás pouco justa, á irmã Collecta, a celebre heroina do crime do convento das Trinas, em que foi victima, uma infeliz creança, Sarah de Mattos.

Depois, Armando da Silva, mais por necessidade, do que por espirito amistoso, poz a sua penna de escriptor, á disposição de cerebros incultos e, segundo se poz a descoberto, muitos oradores se notabilisaram com os discursos por elle fornecidos.

Fôsse como fôsse, o jornalismo possuia dados comprumettedores de politicos e isso mais accirrou contra elle más vontades. Armando da Silva, na hora da morte, via inutilisar sob as suas vistas, um sem numero de documentos, destruição que determinou, para no derradeiro momento salvar altas entidades, não poupadas pelo jornalismo republicano, á frente do qual veiu o «Mundo» (19 de Setembro de 1910) citando sob a capa de «boatos» os nomes dos antigos ministros Wenceslau de Lima e Campos Henriques.

*

* *

De Paris, partia para o sul da China a 12 de Setembro a missão scientifica Legendre, composta pelo major medico Legendre, capitão Noiret e tenente Dessirier e destinada a estudos geographicos, zoologicos e ethnographicos. Não partiu sob boa estrella o nucleo explorador e apoz o iniciar de trabalhos affirmados em relatorio recebido (Janeiro de 1911) na Sociedade de Geographia de Paris, a missão era dada como trucidada pelos indo-chinas no Yrunnan. Posteriormente (Novembro de 1911) se disse que apenas Legendre e Dessinier, haviam sido feridos e de leve. Certo foi porém que da missão nenhum conhecimento official houve mais.

Não teve o nucleo scientifico esse annunciado fim tragico, mas dissabores largos soffreu.

Legendre, incumbido de desvendar os segredos geographicos de Yrunnan e de Setchoen occidentaes, no Thibet, atravessou essas regiões em pleno periodo revolucionario.

Surprehendido e os seus (25 de Novembro de 1911) perto de Houang Chouei Tang, a 32 kilometros do sul de Ning Yuan Fou, por uma horda de salteadores Thibethanas, teve que sustentar contra elles um verdadeiro combate, a 60 metros de distancia. As suas Mausers, fizeram fogo continuo e o inimigo, recorrendo ao assalto, tomou lhes o reducto fragil e á sabrada derrubou os exploradores, julgados mortos.

Valeram-lhes as dedicações, do creado Tsen e do sobrinho do chefe de tribu Tchang que os fizeram conduzir ao hospital de Houang, com a cumplicidade dos habitantes, aos quaes, o chefe dos revoltosos, sabendo que Legendre estava vivo, fez intimar a sua entrega, sob a ameaça de massacre geral.

A contingencia era grave e para salvar os estrangeiros, e ao mesmo tempo, livrarem-se da fatal sentença promulgada, os habitantes indicaram a Legendre e seus companheiros a fuga de noite e a existencia d'um asylo mysterioso, a casa de Paó

Tchen, que a tradicção e as lei forçavam a não abandonar os que sob seus tectos se acolhessem.

Partiu o creado de Legendre, Tsen, em procura do edificio celebre e achou-o. Noite alta, emquanto se procurava entreter, com evasivas, o chefe dos revoltosos, os missionarios evadiam-se, em direcção ao asylo tradiccional, cuja porta franqueavam de um salto, fechando-a depois.

Estavam salvos.

A população fez o resto, fazendo salientar o privilegio da mansão de Paó Tchen, e Legendre seguia livre, concluindo em paz os seus estudos na bacia maritima de Ya Long e annotando fortes dados scientificos preciosos sobre a possibilidade do desenvolvimento economico do Tonkin, nas suas relações com o oeste chinez.

De regresso á França, eram recebidos Legendre e companheiros, em sessão alta da Sociedade de Geographia (19 de Novembro de 1912) onde, sob a presidencia do principe Roland Bonaparte, lia o curioso relatorio de sua missão scientifica.

*

* *

Dava entretanto a Hespanha uns exemplos internacionaes, expostos em sessão de abertura solemne dos tribunaes, effectuada em 15 de Setembro.

O ministro da justiça, dando a criminalidade como diminuida nos ultimos 28 annos, annunciava as suas medidas legislativas, largas reformas nas leis civis e penaes, avultando entre ellas a substituição da pena de morte por cadeia perpectua.

A' mulher, maior, reconhecida como entidade juridica, seriam outhorgados direitos mais latos na familia e a cooperação na administração do domicio conjugal; melhorar-se-hiam os carceres; abolir-se-hiam os rigores nas estancias penitenciarias; revogar-se-hiam as leis jurisdicionistas decretadas por Segismundo Moret, estabelecendo-se penas novas para os delictos até á data comprehendidos n'aquella lei; reformar-se-hia a legislação municipal; instituir-se-hiam tribunaes experimentaes unicamente destinados

aos crimes commettidos por menores, e julgando-se as juntas catholicas instituidas illegalmente, como foco desmoralisador e perturbador da ordem social pelo abuso de cathedra sagrada em lucta contra as instituições, annunciou proximas medidas repressivas.

A attitude hespanhola era concludente e firme, e rude licção era para a França, onde o clericalismo parecia resurgir e, onde, em logar de suppressão de guilhotina se propunha a pena de castigo pelo chicote a criminosos não accusados de morte.

*

* *

Reunia o conselho de Estado em 12, para em sessão preparatoria, apreciar um projecto de decreto abrindo um credito extraordinario de 40 contos de réis para despezas com medidas preventivas contra o cholera.

No dia seguinte, o conselho, já sob a presidencia de D. Manuel, emittia parecer favoravel ao pedido de credito.

Notado foi esse extranho conselho, onde só iam Veiga Beirão, Julio de Vilhena e Teixeira de Sousa.

Assim os politicos, não comparecendo aos seus altos cargos se preparavam para o abandono do rei nos criticos momentos da revolução.

Pareceria calculo, mas era apenas o espirito prophetico que cada um contem e que lhes insinuava o affastamento de um throno a oscillar.

O decreto auctorisando o credito era publicado em 15, (*) destinando-se a verba a reparações das estações sanitarias de Villar Formoso, installação de novas estações, acquisição de material para um parque sanitario a installar no posto maritimo de desinfecção e organisação de serviço de tratamento e transporte de doentes. No dia seguinte era expedida uma circular aos governadores civis ordenando fossem executadas todas as medidas de policia sanitaria, e commettendo-lhes a fiscalisação d'esses

---

(*) *Diario do Governo* n.º 205 de 15 de Setembro de 1910.

serviços. Originou todos estes trabalhos, o apparecimento do cholera na Italia, e que ali causou grande numero de victimas.

*

* *

Chocaram-se entretanto os boatos de crise com os de revolução proxima. Dada foi a sahida inevitavel do ministro da justiça, o que serviu para a defeza, pelos democratas, do estadista, ao mesmo tempo que o presidente do conselho, Teixeira de Sousa, effectuava a vinda de Mafra a Lisboa, de D. Manuel, para conferencia de 4 horas, na tarde de 13 de Setembro.

Veiu o rei a Lisboa, abandonando a pittoresca villa, onde dois dias antes, fazendo resurgir os velhos tempos, se encorporára de opa, acompanhando na procissão, a irmandade do Santissimo de que era juiz perpectuo.

Na côrte, ao passo que lhe eram communicados os votos externos de mudança de pessoal palatino, especialmente o militar, escutou as communicações graves que davam a ordem publica, como perigando e até os desejos da rainha-mãe de abandonar Lisboa, indo refugiar-se no estrangeiro.

Auxiliando o desasocego, visivel, surgiam novos boatos espalhados pelo «Daily News» e «Morning-Leader» de 13, onde se dava a intenção do partido clerical portuguez, de representar ás côrtes para que D. Miguel fosse auctorisado a regressar a Portugal «pois que no caso de morte de D. Manuel e D. Affonso seria elle o unico herdeiro ao throno», annotando o desapego progressista do auxilio promettido aos miguelistas, facto attribuido aos republicanos e á sua propaganda.

Veiu a Inglaterra, indirectamente, dar ensejo aos democratas para os seus intentos revolucionarios e o nome de D. Miguel servia para mais violentos ataques ao regimen, apparecendo nas esquinas e sendo distribuidos pelas ruas, prospectos, onde em caracteres grossos se lia:

Povo Alerta!
João Franco (Dict.or)
Conspira em Lisboa
Vasconcellos Porto
Conspira em Paris
D. Miguel é seu rei!...

Emquanto que na fabrica de munições se trabalhava activamente, registando-se n'esse mez uma remessa de 7 milhões de cartuchos para infantaria, que reverteriam em favor da republica, avançando rapida, D. Miguel, então em Zeil, telegraphava (16 de Setembro) aos seus partidarios, desmentido que o partido clerical andasse fazendo propaganda de regresso a Portugal, e os espiritos timoratos, receosos de um renascer de epochas miguelistas explicavam que, segundo a carta constitucional, devia a descendencia manuelina ou affonsina, continuar no ramo descendente de D. Maria II, cabendo então á casa de Saxe ou á de Hohensollern, onde havia princezas portuguezas, que tendo abdicado os direitos á corôa lusitana, apoz os seus casamentos, foram de novo declaradas herdeiras presumptivas em seguida aos acontecimentos de 1861.

Os republicanos preparando o seu caminho, não cessavam de insinuar rebelliões atiçadas pela cleresia e atacavam D. Miguel nos seguintes trechos, cheios de violencia: (*)

«Alguns jornaes estrangeiros inseriram telegrammas de Lisboa, dizendo que os nacionalistas proporão, na camara dos deputados, o indulto da familia de D. Miguel, afim de que ella possa vir residir em Portugal e de que lhe fique assegurada a successão ao throno no caso do fallecimento d'el-rei D. Manuel II e do principe D. Affonso. A camara dos deputados cobrir-se-hia de vergonha, ficaria deshonrada, se consentisse, sequer, na discussão de semelhante proposta. O parlamento é o inimigo nato, inconciliavel, irreductivel do miguelismo. Para se estabecer em Portugal o regimen parlamentar foi necessario desthronar e banir do solo portuguez, apoz uma guerra civil que du-

(*) *A Capital* de 14 de Setembro de 1910.

rou dois annos, D. Miguel I e a sua familia. Indultar a familia do bandido que encarnou o absolutismo é capitular vilmente e ultrajar a memoria sacratissima dos que se sacrificaram pela liberdade! Todas as violencias se justificam para impedir a tentativa de regresso ao passado ominoso a que D. Miguel I deixou indissoluvelmente ligado o seu nome execravel. Abençoada bocca que cuspir o seu despreso na face alvar do liberticida, que erguer a sua voz maldita para propor o indulto da familia exilada pela convenção de Evoramonte. Abençoadas mãos que vingarem, seja como fôr, o ultraje feito a todos os liberaes portuguezes. Desde o attentado pessoal até á revolução sangrenta e até á guerra civil sem quartel, tudo é justo, tudo é nobre, tudo é digno, contanto que o bronze das estatuas do Saldanha, do duque da Terceira e do marquez de Sá da Bandeira não seja novamente fundido para o fabrico de algemas para os pulsos dos apostolos da Democracia e dos defensores da Liberdade. Que ninguem venha allegar que a familia de D. Miguel I não segue as pégadas deixadas no caminho da historica politica d'este paiz pelo rei caceteiro e beato. Quem se presta a pedir o seu indulto é precisamente a facção mais reaccionaria, mais clerical e mais turbulenta de quantas assolam actualmente a terra portugueza. E' a mesma gente que aconselhou o joven D. Manuel a desembainhar a espada de seus avós contra os liberaes, como se algum rei portuguez, a não ser D. Miguel, tivesse jamais praticado uma tal infamia, quem se prepara para ousadamente ou inconscientemente lançar a ideia da restauração dos direitos perdidos da familia proscripta. D. Pedro IV foi muito combatido pelos seus proprios partidarios por ter poupado a vida a seu irmão D. Miguel. Aquelles que viram os seus correligionarios difinhar em carceres immundos, confiados á guarda de malvados como o general Telles Jordão; aquelles que viram os seus correligionarios gemer sob o cacete dos sicarios estipendiados pelo erario real; aquelles que viram os seus correligionarios estrebuchar nas forcas ou contorser se nas fogueiras; aquelles que viram os seus correligionarios reduzidos á miséria e ultrajados na honra das suas mulheres e das suas filhas, não puderam conter a sua indignação por ter sido poupada a vida d'aquelle rei, que sempre

mostrara o maior despreso pela vida dos seus compatriotas. Alem d'isso, bem sabiam os vencedores de 1834 que poupar os seus inimigos rancorosos era inutilisar todos os trabalhos, todas as fadigas, todos os soffrimentos, todos os sacrificios que a victoria tinha custado e que era, portanto, tornar ephemero e platonico um triumpho que podia ser positivo e perduravel. Elles tinham razão: D. Miguel devia ter sido morto. Assim não existia hoje um D. Miguel II e um D. Miguel III, em Vienna d'Austria, com os olhos fitos na corôa de Portugal, não haveria, n'este paiz, uma facção indigna de pisar o solo da Patria, e de respirar este ar que vivifica o sangue portuguez, com pretensões a fazer recuar um seculo esta sociedade infeliz, que os erros d'uns, e os crimes d'outros afastaram já bastante dos povos progressivos que mais beneficiam das maravilhas da civilisação moderna. Não ha de determinar o Destino que o filho venha a soffrer aqui a morte violenta de que escapou o pae. A propria situação actual do paiz não admitte tentativas da natureza da que os nacionalistas, que são, afinal, os miguelistas nos processos e nos principios, annunciaram em telegramma em alguns jornaes estrangeiros. A Republica é a unica solução para o nosso problema politico e nada ha já que a adie ou sophisme. Comtudo, é conveniente que se tire a lição dos factos. Reparem os republicanos nos perigos que corria a Republica, se, implantada ella, se não tratasse immediatamente de destruir o fermento reaccionario que ao abrigo d'uma mal entendida tolerancia continuaria a exercer na sociedade futura a sua nefasta acção dissolvente. Passar da Monarchia para a Republica tem de ser muito mais do que substituir uma corôa por um chapeu alto, um manto por um sobretudo e um sceptro por uma bengala: tem de ser uma obra radical de reconstituição politica, financeira, economica e moral.»

Emquanto se publicava a 15 de Setembro o decreto, inutil, approvando o ceremonial para a abertura das côrtes, o ministro da guerra, Raposo Botelho, conferenciava largamente com o governador civil de Lisboa e general da 1.ª divisão, sahindo de tudo uma nova ordem de prevenções.

Teixeira de Sousa ia a Cintra e almoçando com el-rei, communicava-lhe o desasocego latente das camadas populares, em-

quanto a Liga da Defeza Monarchica, resolvia convocar reunião para resolver a forma de fazer chegar ao conhecimento de D. Manuel o descontentamento que lavrava entre os monarchicos sinceros em face da perigosa situação politica.

Tudo estava porem por dias e a Liga, tão fervorosa e altiva em tempo de paz, não tardaria a desfazer-se em mil fragmentos, pela dispersão subita dos seus membros ao soar dos primeiros tiros revolucionarios.

Ao tempo que se estabeleciam negociações entre D. Manuel e D. Miguel, para o seu regresso, pois de facto os houve, procurava-se tambem na Hespanha a reconciliação dos carlistas e affonsinos, por meio d'um casamento, que se disse obra vaticanista, entre o pretendente D. Jayme de Bourbon, e a irmã de D. Affonso XIII, a infanta D. Maria das Mercês.

Já no tempo de Leão XIII, se haviam intentado conciliações entre os desavindos ramos bourbonicos e se as chancellarias e os archivos nenhum documento conservaram acerca dos projectos papistas, certo é que elles existiram sob as vistas de Merry del Val, e visando a dar á monarchia hespanhola, mais seguro esteio.

Nada de positivo se conseguiu e Pio X, ante a infelicidade das pretensões, desmentiu-as, reeditando D. Miguel o que fizera em 16 de Setembro de 1908, data em que telegraphava de Zeil para Vienna desmentindo que o seu partido ou o clerical intrigasse a favor do seu regresso.

A Hespanha repudiava entendimentos com o pretendente e o Vaticano, que começava a perder terreno ali, veria por parte do rei e dos successivos governos senão uma intransigente attitude ante a sua derrubada preponderancia, certo grau de retrahimento muito proximo d'um quebrar de relações...

*

* *

Na Hollanda, realisava-se a esse tempo o congresso nacional de seguros sociaes.

Foi em Scheveninguen que se ventilaram esses assumptos

de caracter previdente, entre os quaes avultaram a discussão da assistencia e seguro, aquella concedida como favor na Inglaterra e este, synthetico do principio moralisador da contribuição do segurado, estabelecendo a base da previdencia individual; a discussão das theses, a contribuição do estado nas pensões operarias, extensão do principio do seguro a novas cathegorias de beneficiarios e serviços medicos de seguro.

*

* *

Pouco depois, a 20 de Setembro era inaugurado na cidade de Bordeus, um congresso internacional de pescarias, com 16 representantes do estrangeiro e comparecendo ali por parte de Portugal, o capitão de mar e guerra, Vicente de Moura Coutinho de Almeida d'Eça, ao qual coube uma das quatro vice-presidencias de honra, e que fazia ali uma importante communicação sobre a situação da pesca em Portugal. Uma das principaes resoluções do congresso, encerrado a 25, foi o voto do limite de 6 milhas, nas aguas territoriaes, para a protecção das pescarias.

*

* *

O Mexico iniciava a 17 as mais deslumbrantes festas commemorativas do centenario da sua independencia.

Um acto heroico relembrava a Republica e os seus 27 estados. O Mexico, como quasi todo o mundo, via Napoleão querer unificar sob o seu imperialismo, o universo inteiro. Os mexicanos luctavam contra o colosso, que só havia de cahir em Waterloo. A aguia, ao triumphar em Hespanha, viu esse pequeno povo erguer-se sobranceiro e proclamar-se independente (1810) e depois em Republica, constituida em 1824.

Napoleão I, homem de guerra recuou e Napoleão III, homem de politica, levou até ao Mexico, o archiduque Maximiliano da Austria, dando ensejo ao tragico fim d'esse vulto gran-

dioso, que, ao ser passado pelas armas mexicanas, collocou na historia do Mexico, uma pagina de horror, manchada de sangue.

Mas a Republica lançou um véo sobre a tragedia e apenas, com justiça, só ergueu a data grandiosa da sua independencia, com brilhantes solemnidades, havendo na legação de Lisboa, recepção pelo respectivo ministro.

A Hespanha enviou ás commemorações uma missão especial presidida pelo marquez de Polavieja.

Um dos numeros festivos, consistiu na inauguração do XVII congresso internacional de americanistas, onde representou Portugal o encarregado de negocios, Luiz Arenas de Lima. O grupo hespanhol das festas centenaristas, offerecia ao Mexico uma estatua de Izabel a Catholica, para ser collocada no Paseo de la Reforma e a colonia italiana, a estatua de Garibaldi, destinada ao jardim que tem o seu nome e situado no bairro de Santa Maria. A primeira pedra d'este numero era inaugurada em 20 de Setembro.

Nas festas representou Portugal o visconde de Alte, tendo o governo mandado abonar (Agosto de 1910) para despezas da missão a verba de 675$000 réis, ouro.

O Chile acompanhara o Mexico na emancipação e por isso a festejou.

Menos feliz fôra a antiga patria dos araucanios, servos submissos dos incas-peruanos. Pedro de Valdivia, tomando em 1540 conta do paiz, em nome de Hespanha, valorisou o territorio. A dominação, ia cahindo no desagrado e quando a obra de Valdivia estava completa, a Hespanha via perdido esse trabalho. O Chile não tirou largo proveito da sua rebellião de 18 de Setembro de 1810, data em que proclamou a independencia que de facto apenas obtinha em 1818, apoz luctas heroicas, obtendo o reconhecimento hespanhol em 1844, quando constituido o Chile sob o regimen republicano, beneficiados os seus 700:000 km.^{2} de superficie.

Esquecendo antigos desastres, a Hespanha enviava ao Chile missão especial, composta pelo duque de los Arcos, Thiago Mendez Vigo, D. Julio Garcia de la Vega e Mila, officiaes superio-

res de marinha, D. Henrique Ferral e D. Angelo Morales, officiaes do exercito, acolhidos gentilmente pelos grandes e pelo povo de Santiago.

Logo a 21 se inauguravam as festas, com a abertura no palacio de bellas artes, da respectiva exposição internacional, (*) com quatro secções: internacional, nacional, de arte retrospectiva nacional e de arte applicada á industria, apresentando excellentes trabalhos em pintura a oleo, pastel, desenho, esculptura e architectura, o que deu acquisição particulares superiores a 300:000 francos, feitas nas secções concorrentes do Chile, da Hespanha, França, Inglaterra, Belgica, Italia e Portugal que para ali enviou quadros de José Malhôa e Carlos Reis e azulejos de Jorge Collaço.

Realisava-se tambem a ceremonia (21) da entrega pelo embaixador francez, ao presidente Porphirio Diaz, das chaves da cidade tomada pelos francezes por occasião da sua expedição ao Mexico.

A Argentina celebrou tambem a independencia chilena com um desfile de tropas, em continencia, por defronte da respectiva legação.

D'ali nasceu o boato de uma alliança proxima.

Não tardou ella, ante uma exclamação de surpreza por parte do internacionalismo, que já annotára as boas disposições hespanholas para com a antiga colonia. Assim surgiu repentinamente, e como resultante de conferencias entre o presidente da Argentina, Saenz Pena e o ministro dos negocios estrangeiros do Brazil, uma nova triplice alliança, occupando o terceiro estado alliado, o Chili.

Não passou sem commentarios o assumpto e os humoristas deram-lhe os nomes de Alliança Primaria ou Alliança A. B. C.

Fosse como fosse, em boa hora celebrou o Chile a sua independencia, que, cem annos depois, lhe trazia ainda o abraço fraterno argentino-brazileiro, e os protestos de amisade da Bolivia.

(*) Encerrada a 23 de Março de 1911.

*

* *

Reabrira na vespera a capella real de Salvaterra, derruida pelo terramoto de 23 de Abril de 1909. A reedificação foi levada a effeito sob o patrocinio da duqueza do Cadaval, cardeal patriarcha de Lisboa e padre Fernandes de Castro.

*

* *

Soffria então o legitimismo perda sensivel, pela morte de um dos mais poderosos auxiliadores da causa de D. Miguel, Antonio Coutinho Castello.

Era filho do velho e fallecido miguelista o fidalgo Lucas Castello, a quem a familia exilada devia largos auxilios.

Falleceu no Lumiar a 18 de Setembro.

*

* *

Estava em crise o governo bulgaro, por questões de politica externa com base no eterno assumpto dos Balkans e em successos da Macedonia que aggravando a religião bulgara causava embaraços ao gabinete Malinoff, a quem o povo accusava de pouco firme na defesa dos interesses nacionaes ameaçados pelo fanatismo excessivo do sultão da Turquia.

Fernando I, regressando das manobras militares, resolvia a crise, patenteando a sua confianca ao ministerio, que ficou. (18 de Setembro)

*

* *

A 18 realisavam-se em Valença, a linda villa minhota, uma ceremonia simples mas de elevados intuitos altruistas, a de

collocação e benção da primeira pedra do asylo de Infancia Desvalida Appolinario da Fonseca, o benemerito valenciano.

Benzeu a pedra assente pelo dr. José Maria Pestana de Vasconcellos, desembargador da Relação do Porto, José Caetano Esteves, abbade de Valença, acolytado pelo capellão da Misericordia, padre Fernando Joaquim Gomes e pelo parocho de Christello Covo, José Manuel Fernandes.

Do facto se lavrou auto, propriedade da misericordia de Valença, de que era provedor, o dr. Bernardo da Cunha. A construcção do edificio era depois adjudicada pela verba de 53 contos de réis.

*

* *

Fallecia entretanto em Vienna d'Austria, o grande tragico allemão Kainz. Quasi desconhecido do internacionalismo, fez comtudo valorisar a arte allemã nos theatros de Austria, Leipzig e Munich, a ponto de ser julgado o mestre da tragedia germanica, para o que contribuiu, é certo, o «Kababe und Lied», de Schiller, que representou em 1883, no Deutsche Theater, de Berlim. Viajando, colheu novos elementos, vindo a casar na America, com a escriptora Sarah Hutzler. Regressou ao theatro e as noites de gloria, succederam-se, pelo raro poder de creação dos mais difficeis papeis. A amisade que lhe dedicou o infeliz Luiz II, da Baviera, e uma celebre troca de cartas entre o rei bavaro e Kainz, de 30 de Abril a 14 de Julho de 1881, fez envolver o ultimo n'uma politica de que a custo se livrou, e não sem que inimigos, disfarçando amisades sinceras, lhe acoimassem qualquer conivencia no desastre succedido em 1886, ao filho de Maximiliano II, afogado no lago de Starnberg.

*

* *

Acompanhando quasi o fallecimento de Kainz, dava-se a morte do auctor dramatico francez, Jorge Turner. Deixou como

provas seguras do seu vigor intellectual, os livros «Passepartout» «Gaby», «Bluff», «Menage des etoiles» e «Combates secretos».

*

* *

N'essa data (19) extinguia-se em Paris, aos 77 annos, uma das maiores figuras diplomaticas modernas, o ministro russo na capital franceza, Alexandre Nelidow.

Ministro plenipotenciario desde 1880, destacou-se anteriormente na gerencia da chancellaria do exercito russo, na guerra de 1877, entre o imperio da Russia e a Turquia, tendo sido ainda um dos poderosos elementos do tratado pacifista de San Stefano, por elle assignado, como ministro plenipotenciario em Constantinopla e pelo general Ignatief.

Em 1907, fôra presidente da segunda conferencia internacional da Paz.

Se a Russia perdeu com a morte de Nelidow um dedicado servidor, a França soffria maior golpe: perdeu um bom e leal amigo.

*

* *

No dia seguinte fallecia tambem em Paris, o notavel pregador francez padre T. H. Olivier.

Filiado na ordem dos dominicanos desde 1863, aos 28 annos, começou a produzir sermões de valia e que lhe grangearam renome, salientando-se egualmente pela acção religiosa exercida em França, como prior dos dominicanos, cargo de que se exonerava em 1901. Partidario da burguezia catholica e da nobreza, fazia d'ellas defeza brilhante, diminuindo-lhes o odio das camadas populares, em discursos violentos, mas cheios de fé. O padre Olivier, deixou impressas as suas conferencias e os seus sermões; entre elles a celebre predica das exequias pelas victimas do incendio do Bazar de Caridade, com phrases tão vibrantes, que o arcebispo de Paris lhe retirava o direito de pre-

gar na egreja de Notre-Dame. Varias outras obras deixou o celebre pregador e como principaes «As Associações religiosas e o direito moderno»; «A Paixão»; «As amisades de Jesus» e «O Papa Alexandre VI».

*

* *

Dava-se então (22 de Setembro) a morte em Teheran, do regente da Persia, Ali Reza.

No dia seguinte era eleito seu substituto, Medjilios, por se encontrar na Europa, Nazelmulk.

*

* *

A 24 de Setembro, fallecia no hospital de Rilhafolles, uma figura historica nos annaes da criminologia coimbrã.

Era ella, a do medico dr. Rodrigo de Barros Teixeira dos Reis.

Atacado da mania de perseguição, começou por se encerrar n'uma jaula dentro da propria residencia. Internadv no hospital Conde de Ferreira, sahia d'ali, como se estivesse curado, mas na tarde de 2 de Dezembro de 1905, julgando ver no lente de medicina da Universidade, dr. Sousa Refoyos, um embaraço á sua carreira, assassinava-o, na Rua Ferreira Borges, com 4 tiros de revolver.

Preso pelo lente Joaquim Gaspar de Mattos era encerrado no hospital de Rilhafolles, para alienados, onde se extinguia victima da tuberculose pulmonar.

Era filho de Sebastião de Barros Teixeira da Costa e natural da freguezia de Castellões de Recesinhos, Porto.

N'esse mesmo dia fallecia no Porto, a baroneza do Corvo.

*

Entretanto fallecia em Arbois, departamento de Jura, a viuva do grande sabio Luiz Pasteur, (*) com quem casára em 1850,

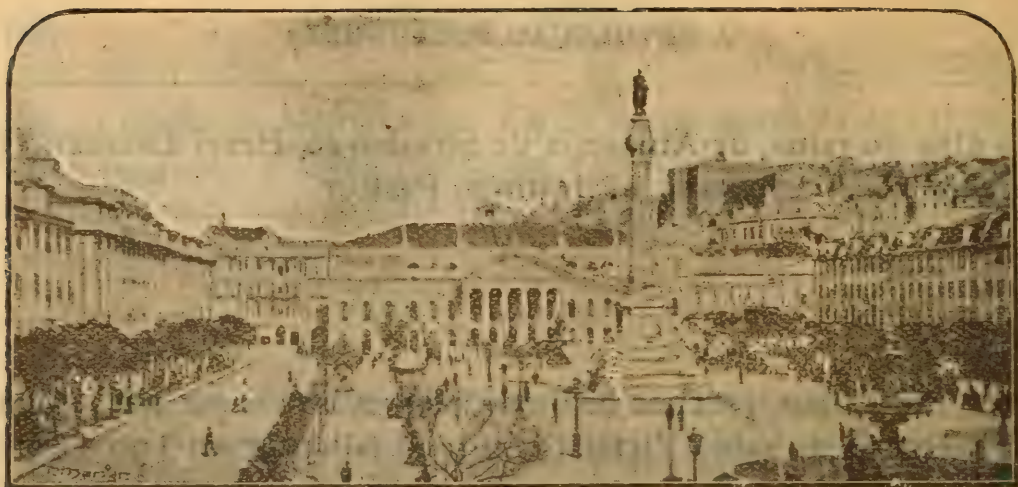
(*) Nasceu em 1822 e falleceu em 1895.

e filha do reitor da Academia de Strasburgo, Henri Laurent. O corpo ficou depositado no Instituto Pasteur.

*

* *

Em Cusset, proximo de Vichy, perpectuava-se por esse tempo a memoria do sabio Victor Cornill, ali fallecido em 1907. Cornill, notabilisando-se como perito em sciencias anatomicas-pathologicas, consagrou-se como creador, com a cooperação do dr. Rounier, da historia da pathologia, trabalho que lhe grangeou a entrada na Academia de Medicina.

A derradeira gloria foi-lhe consagrada pela cidade franceza de Cusset, inaugurando-lhe um monumento, executado pelo estatuario Raul Verlet e architecto Henry Deglasse, que o representaram de pé, envergando o seu traje de professor, a designar n'um gesto sobrio, o livro e o microscopio. N'um baixo relevo, em bronze, reapparecia, mas já a explicar aos alumnos, ante os cadaveres, as lições de anatomia.

XXXVI

O caso anarchista João Borges. = Conflicto religioso em Castello de Vide. = Hospital Hintze Ribeiro = Conflicto medico. = Fundação da sociedade hespanhola de relações internacionaes. = Tumultos em Roma = Morte do dr. Botelho Moniz. = Abertura e encerramento das côrtes. = Commemoração da Batalha do Bussaco = Greve dos operarios allemães. = Morte da duqueza de Avila e barão de S. João de Areias. = Eleição e posse do presidente do Paraguay = Descoberta historico-litteraria. = Monumento a Diogo Obregon

Assignalou o domingo 18 de Setembro (1910) um successo extranho, rejuvenescedor das epocas agitadas da dictadura franquista.

N'essa manhã, o então commandante geral da guarda municipal, fôra procurado por um desconhecido que lhe descobriu, entre outros factos graves, a existencia d'uma fabrica de explosivos com séde na travessa da Palha, mencionando a parte de residencia onde elles se escondiam.

O coronel Malaquias de Lemos, fazia acompanhar o denunciante ao gabinete do presidente do conselho, logo inteirado da prevenção, pelo que telegraphava ao dr. Almeida Azevedo, juiz de instrucção, conservando ao mesmo tempo sob refens o participante, conhecedor do facto por o ter ouvido citar a João Borges, ainda que sob as necessarias precauções.

Em virtude d'essa denuncia, o juiz dr. Almeida Azevedo, com o agente da judiciaria Cyro e tres guardas da preventiva,

assaltaram o quarto andar do predio n.º 161 da rua dos Correiros, antiga Travessa da Palha.

Não se pretendeu desmentir a base da diligencia, a busca a uma fabrica de explosivos, e o proprio fabricante João Borges, percebendo a hesitação do magistrado em penetrar no perigoso deposito, lhe disse amavel e sorridente:

— Pode entrar! Não ha perigo!

Passada busca rigorosa eram apprehendidos os seguintes objectos: uma tijella com chlorato de potassa, um torno mechanico, uma tina, fulminantes, uma mala grande, dois caixotes de tamanho regular e uma pequena caixa. Os agentes prenderam os locatarios, o maritimo Antonio Martins, mulher Adelaide Ribeiro, e os filhos Jacintho de 12 annos, José Ribeiro, de 18 e Ricardo de 22, e os hospedes do 3.º andar, Maria de Jesus, Maria Antonia, a «Vareira», Maria de Jesus, chamada a «Maria da Covilhã», Lucia Pessoa, alem do funileiro João Borges, de 30 annos, especialmente procurado, e aos quaes se reuniram mais tarde, um individuo de nome Alvaro de Almeida Sequeiro e duas mulheres, Natividade e Narcisa, que presas na rua da Assumpção, de regresso de Algés, eram conduzidas ao governo civil.

Abertos os caixotes, verificava-se conterem 171 envolucros metallicos, vasios, em ferro fundido, grande porção de chlorato de potassa e outros productos chimicos, um grande maço de rastilho, grande copia de capsulas detonantes, ferragem meúda para metralha, etc., e ante essa prova concludente dos fins anarchistas do possuidor, João Borges, este não negou as ideias, confessando que possuia aquelle perigoso material para manipulações attentorias das instituições.

O predio, onde se installavam uma loja de molduras, no 1.º andar uma officina de molduras, no 2.º uma casa com registo policial e nos 3.º e 4.º, as officinas revolucionarias, foi vistoriado miudamente, emquanto o Borges e os presos restantes eram espalhados pelas esquadras.

Envolvido no caso esteve um 2.º sargento da armada, Francisco Nunes Carquejo residente n'um dos quartos da improvisada fabrica de explosivos, mandado apresentar no quartel de

marinheiros, embora allegasse só conhecer o Borges, já então collocado na esquadra da rua do Loureiro, como companheiro de hospedagem.

Não desconhecia o governo o fabrico de explosivos mas, só se dera por conhecedor apoz a amnistia, não por espirito pratico de querer reter conspiradores certos, mas para estranha salvaguarda em caso de mallogro.

O caso João Borges foi de principio tido como combinado trama com o juiz de instrucção para servir em atoardas politicas, e para que o governo teixeirista fizesse resuscitar a conveniencia das perseguições ás associações secretas.

Ao protagonista do caso da rua dos Correeiros se quiz até attribuir uma compensação de 6 contos para o desempenho de essa pretensa comedia.

Era falsa a allegação, pois o pr. ·. ousado da Carbonaria Portugueza, procedia só por dedicação á causa republicana, como fanatico pelo ideal.

O interrogatorio de João Borges, de 30 annos, operario da Companhia do Gaz, antigo dono da latoaria na rua do Arco do Cego, revolucionario do 28 de Janeiro e o principal incriminado do novo caso foi uma manifestação clara do que se tramava. Altivo respondeu o interrogado, e assumindo a responsabilidade de anarchista, allegava que as «bombas estavam incompletas e nenhuma sequer carregada, é que só seriam applicadas no caso de subir ao poder um governo reaccionario que fizesse perseguições e coartasse liberdades e direitos, não sendo intenção sua se taes factos se não dessem, pôr aquelles apparelhos em acção explosiva e destruidora.»

E cousa alguma mais elucidou, frio e sorridente.

A' Hespanha chegou o acontecimento, assim codimentado : (*)

«Asi, en la tarde del 18 de Septiembre, se descubre un deposito de 171 tubos de cobre, sin carga aun, en la Travesia da Palha, y son aprehendidos João Borges, el profesor Bettencourt

(*) Como cae un throno = Lá Revolucion en Portugal = por Augusto Vivero y Antonio de La Villa=Pag. 99.

y Manuel Bravo, como fabricantes de bombas. En la Bastilla lusitana se los maltrata barbaramente, para hacerles declarar. No se logra nada.

«João Borges se confiera proprietario de los tubos, reconociendo que pueden servir para la fabricacion de bombas y que pensaba darles tal destino, ya que la amenaza de una dictadura militar, inspirada y dirigida por Vasconcellos Porto, es bastante para que los buenos patriotas se cuiden de impedir tamaño desafuero reaccionario.

«Se les dan comidas repugnantes para rendirlos por hambre y obrigarles á cantar de plano. Nada dicen. No obstante, los revolucionarios saben que el modelo de la granada de mano procede de amigos del fervoroso revolucionario José Barbosa, y que este mismo está complicado en la fabricacion de explosivos. La policia no puede averiguarlo, como não averiguó los nombres de los compañeros de Buiça en el hecho del Terreiro do Paço, como no conseguió conocer a los fabricantes de explosivos en los dias de la dictadura. Y lo mismo que entonces, tampoco puede sacar en claro donde estan los depositos de bombas que han de emplear-se en la revolucion.»

Os erros são aqui flagrantes, quanto ao tratamento dos revolucionarios, que, embora de continuo apertados com perguntas, não tiveram outro supplicio, alem do da detenção.

As diligencias proseguiam.

Demais percebia o governo o projecto, embora o não soubesse a tão curta distancia da execução e, assim, ordenou o avanço das investigações judiciaes, que, nem causaram temores no campo republicano nem tiveram progressos excessivos...

Levados foram logo de principio aos carceres policiaes, o caixeiro Leonel Correia, morador na travessa da Palha 161 e o operario metallurgico, Emygdio dos Santos, alem de algumas mulheres com registo publico e um hespanhól de appellido Parente, official de sapateiro, solto, por ser apenas conhecido do Borges. O mesmo succedia em 20, ao Leonel e ao Emygdio.

Entretanto, eram os tubos remettidos á fabrica da polvora e

ali examinados pelos peritos coronel Antonio Xavier Correia Barreto e capitão Oliveira Simões.

Por coincidencia irrisoria, foi commettida a analyse a um dos perfeitos conhecedores dos manejos revolucionarios, o coronel Barreto, indigitado e certo depois ministro da guerra, na republica.

Embora indirectamente envolvido no assumpto, Barreto, fiel ao cargo, não poude deixar de emittir opinião sincera sobre os projecteis, assim classificados:

«As 171 bombas apprehendidas são de tres tamanhos. As maiores medem $0^{m},15$ de comprido por $0^{m},7$ de diametro. São de tubo de cobre da grossura de mais de um pataco. Os tampos são de rosca e de metal fundido, atarrachando com força ao tubo. Em cada tampo e no cylindro ha varias espoletas. As maiores teem 14 e as mais pequenas 12. Eram todas para carregar com dynamite e para explodirem por percursão. As outras são do tamanho das mais pequenas. Mas deviam explodir por meio de rastilho. Carregadas de dynamite ou de polvora, deviam transformar-se, tanto umas como outras, em terriveis elementos de destruição.»

As analyses não pararam ali. Dentro dos canudos havia uma caixa de lata, onde devia ficar a dynamite, tendo uma camada de polvora entre essa caixa e o envolucro externo.

Assim o diziam as entidades officiaes, mas melhor o explicariam depois os proprios fabricantes, em depoimentos dignos de registo:

«Havia, d'essas granadas de mão, typos muito diversos, das quaes citarei em primeiro logar, os famosos «tubos de cobre», apprehendidas pela policia nas vesperas da Revolução, e que motivaram o sequestro e incommunicabilidade de João Borges — um «intervencionista» da velha guarda. Foi elle proprio quem me explicou o fabrico e funccionamento dos engenhos destruidores. Nas bombas de percursão, carregadas com uma carga de dynamite rodeada de metralha, dispunham-se em varios ferros

adequados os «pipos» vulgares de espingarda que deviam encher-se de polvora e levar o fulminante. Ao cahir sobre a calçada, violentamente arremeçados, forçosamente era attingido um dos fulminantes e a bomba explodia com enorme estampido. Havia d'este genero dois typos: o maior com 12 centimetros de comprido, e outro, de metade do tamanha. Nas bombas de rastilho, a deflagração da dynamite era produzida por uma capsula de fulminato de mercurio. O rastio ardia rapidamente — cerca de um centimetro por segundo—sendo por isso extremamente perigoso o seu emprego. Uma hesitação, uma distracção momentanea e o libertario seria victima da sua obra. Mesmo as de percussão tinham o grave inconveniente de poder explodir no bolso de quem as transportasse, por motivo de uma queda imprevista, e foi assim que proximo da Avenida se encontrou, no segundo dia da revolução, um homem esphacellado sobre o lagedo, que fôra victima d'um desastre d'esta natureza.

. . . .

«Os tubos de cobre eram serrados na Companhia do Gaz. Da parte de serralheiro tratavam alguns dedicados rapazes dos Caminhos de Ferro. Quanto á parte de latoeiro, d'essa me encarregava eu bem sósinho. . . Bocado aqui, bocado ali, ninguem desconfiava.

. . . .

«Mas havia ainda as bombas chamadas de chlorato. Imagine-se uma lata — uma inoffensiva lata do tamanho e feitio de um frasco pequeno, com bocal de rosca, onde se aparafusava uma tampa. Dentro introduzia-se uma serpentina de vidro cheia de acido sulphurico, fechada n'uma das extremidades com uma bucha de algodão em rama e uma camada de lacre. Em torno da serpentina, em proporções convenientes, chlorato de potassio, enxofre e antimonio, alem da metralha indispensavel. No momento decisivo, a lata era arremessada com violencia, e ao bater no chão, partia-se no interior a serpentina de vidro. A explosão era instantanea, o estampido terrivel. Mas é conveniente accentuar, os effeitos destruidores eram menores que os de dynamite. Fabricaram as bombas de chlorato para o movimento revolucio-

nario, os antigos sargenios de intantaria 1, Antonio Antunes Guerra e Accacio de Macedo.» (*)

A metralha empregada n'estas bombas, cerca de 500, era carda de sapato.

Outros systemas havia e d'elles o dos revolucionarios Polycarpo Torres e Nunes da Silva:

«As bombas que fabricavam consistiam n'uma pequena esphera de zinco, fundida separadamente em duas calotes que depois eram soldadas uma á outra. Uma das calotes apresentava um buraco por onde se carregavam com camadas alternativas de explosivo e metralha, cautelosamente comprimidas e fechadas a um centimentro da abertura, por uma tampa de gesso que constituia cabeça. A substancia explosiva consistia n'uma mistura conveniente de enxofre e chlorato de potassio que detona sob a influencia d'um choque violento. Cabeças de pregos de cavilhas e pedaços de ferro formavam a metralha. O seu effeito destruidor era tal que se fez a recommendação expressa de nunca serem atiradas para o meio dos soldados, mas sómente á frente e a distancia, pois d'outra forma a chacina seria terrivel».

A's investigações policiaes, escapavam as numerosas fabricas de bombas, uma d'ellas situada dois predios abaixo do deposito de João Borges, e onde ellas se fabricavam á luz do dia, de janella aberta, effectuando-se quasi ás claras a distribuição das manufacturadas, perto de 500.

Esse desconhecimento se patenteava em successos que seriam absurdos se os acontecimentos de 5 de Outubro os não eliminassem com a sua luz de subserviencias constantes:

«Certo dia os espiões da «Bastilha» descobriam a existencia d'um deposito de bombas n'uma casa da Baixa. Prisões, buscas, etc., o juiz de instrucção poz em scena todo o reportorio do cos-

(*) Como triumphou a Republica. = Subsidios para a Historia da Revolução de 4 de Outubro de 1910. = Pagina 58.

tume. D'ali a quarenta e oito horas, o mesmo juiz, por effeito de uma denuncia, mandou capturar um operario extrangeiro, que se suspeitava ter no predio onde morava alguns explosivos devidamente aprestados para uma acção decisiva. A noticia d'essa captura lançou o alarme nos carbonarios que ainda andavam á solta. A denuncia era fundada e d'esta vez a policia ia, indubitavelmente, realisar uma diligencia de absoluto successo. Tornava-se necessario affastar do predio suspeito as bombas compromettedoras. Um grupo de homens decididos tomou sobre os hombros tal encargo e, meia hora antes da policia passar a busca do estylo á casa do operario, as bombas em questão eram transportadas para logar mais seguro, atravessando impunemente diversas ruas de Lisboa. No dia seguinte, o «ex-irmão Hoche» chamou á sua presença o prisioneiro e quasi lhe pediu desculpa de o ter incommodado «sem motivo».

« — Eu sempre me quiz parecer — disse o juiz ao operario anarchista — que o senhor nada tinha com este caso das bombas... Vá descançado e trate de se não misturar com os incidentes da nossa politica interna. A minha opinião a seu respeito está formada.

«O operario cumprimentou amavelmente o juiz e o juiz esfregou as mãos de contente, murmurando para o «Sota da praça:»

« — Eu bem dizia... este rapaz nada tem com o caso das bombas...» (*)

Isso extranhamente escapou aos agentes, como já lhes haviam escapado as experiencias feitas a pouca distancia de Muge, proximo da quinta da duqueza do Cadaval, e na Trafaria.

Numerosas eram as fabricas, e além de João Borges, trabalhando sempre com o chefe intervencionista José do Valle, com o capital fornecido pelos revolucionarios Antonio Joaquim Rodrigues e Carlos Kopke, havia a do operario José Nunes, da Imprensa Nacional, dedicado especialmente ao fabrico de bombas de ferro fundido e a dos revolucionarios Polycarpo Torres e Nunes da Silva, que com capitaes proprios, chegaram a fabricar 125 projecteis, de um systhema diverso das outras, na forma violenta dos

seus resultados e no custo que ia só até 120 réis, quando as de cobre custavam 1$000 réis e as de ferro fundido, 600 réis.

José Maria Nunes, trabalhador incansavel na execução das bombas, de outros systhemas era inventor e prova-o uma posterior biographia sua: (*)

«Obrigado em 1908 a exilar-se em Africa para não cahir nas garras da policia, por lá andou algum tempo, luctando desesperadamente contra o clima, mas sem perder a confiança cega que possuia n'um proximo advento da Republica. Assim, logo que poude regressar a Lisboa e foi readmittido na Imprensa Nacional, continuou a trabalhar dedicadamente no fabrico de explosivos, aperfeiçoando-se n'essa «arte» que, para elle, já não tinha segredos. Um dia, o actor Vieira Marques procurou-o e convidou-o a fazer parte d'um grupo que se destinava a auxiliar «praticamente» a Junta Liberal na sua campanha de exterminio das ordens religiosas. Esse grupo, porem, não tinha a menor ligação com a Junta, que ignorava, em absoluto a sua existencia. A Junta fazia a propaganda pela palavra e pela escripta; o grupo em questão propunha-se fazel-a pelo facto. José Nunes, que aliás não pertencia a nenhuma das divisões da Carbonaria, acceitou o convite e assim nasceram os «Mineiros» (seis individuos) dirigidos pelo photographo Virgilio de Sá. As attenções do grupo fixaram se principalmente em dois dos focos occupados pela reacção: o convento do Quelhas e a capella da travessa das Mercês. Tornava-se urgente destruil-as a ambos. José Nunes recebeu a incumbencia de preparar os apparelhos indispensaveis a essa destruição. O «engenheiro» dos «Mineiros» fabricou uma bomba enorme que mais tarde esteve exposta no Museu da Revolução — bomba que, sendo destinada ao Quelhas, devia apoz a explosão, espalhar no ambiente grande quantidade de gazes deleterios. O actor Vieira Marques, tres noites consecutivas, aventurou-se a entrar na cêrca do famoso convento, afim de escolher o local mais apropriado para a collocação do engenho destruidor — visto que os «Mineiros» queriam poupar á

(*) «A Revolução Portugueza.=Por Jorge d'Abreu=Pag 92.

tragica sentença as numerosas creanças ali internadas. Para o ataque á capella da travessa das Mercês, José Nunes tambem começou a confeccionar outro apparelho de identico poder combativo. E foi elle proprio que uma noite de inverno entrou no templo, onde os frades da Aldeia da Ponte haviam estabelecido o seu quartel-general, e «reconheceu o terreno». Mas nenhum dos dois projectos foi por deante, porque n'esta altura do periodo revolucionario, o «engenheiro» dos «Mineiros» recebeu convite do grupo «Vedeta» (filiado na Carbonaria) para lhe fabricar uma certa porção de bombas. O grupo «Vedeta» era dirigido por Carlos Kopke e Roque de Almeida. José Nunes devotou-se com enthusiasmo á encommenda e a Revolução triumphante surprehendeu-o em meio do seu perigoso trabalho.»

José Nunes, não fazia, mais tarde, segredo dos seus trabalhos, pondo-os a claro n'um livro, de que foi auctor, intitulado «A bomba explosiva».

Voltemos agora a João Borges.

Contra o que dissera o manufactor, que se julgava denunciado por algum desconhecido que tivesse escutado quaesquer allusões trocadas com seus ajudantes á mesa dos cafés que frequentava, das bombas, 68 estavam promptas a funccionar, aggrupadas em massos de 12, de dois typos, de percussão e de inflammação, destinando-se a estas o rastilho já preparado e apprehendido na casa da rua dos Correeiros. Ambos esses typos estavam munidos de espoleta, faltando-lhes unicamente os fulminantes.

Os projecteis em tudo semelhantes aos do fabrico do professor do Centro Republicano de Santo André, Brito Bettencourt, o heroe do caso da rua de Santo Antonio á Estrella, origina a sua detenção immediata, e respectiva incommunicabilidade, apoz, a captura na noite de 19, no elevador da Estrella, quando se dirigia para sua casa na rua Maria Pia.

As diligencias, apuraram qual o local certo da fundição e torneamento dos tubos, feitos na officina de torneiro da rua do Arco da Graça, 9 e 11, pertencente a Arthur da Cruz preso, bem como o operario serralheiro, seu empregado, Manuel Francisco da Costa.

O trabalho estava justo por 200 réis cada tubo e para que se não perdesse nenhuma das terriveis armas de destruição, eram os proprios policias de serviço na rua, que, inconscientemente, desconhecendo o tragico apparelho, iam entregal-os, amavelmente ao torneiro, quando elles saltavam do torno para a rua, vindo caír aos pés dos agentes, ou como denunciantes do trama a preparar-se ou como desejosos de se destruir...

Effectuava o Borges o pagamento das remessas, e isso norteou a policia para novas pesquizas, pois o operario, pobre, não podia custear essas despezas, como não poderia só, ter manipulado em mez e meio 171 tubos.

Ignoravam que as bombas eram fabricadas com o dinheiro sahido da «Joven Portugal», a força predominante da Carbonaria e que a sua execução obedecia ao convencimento da pessima contextura de projecteis importados.

A's buscas, sem resultado, no Porto, em casa dos catalães, o operador João Praguera e o electricista, Alberto Hernandez, seguiam-se-lhe as prisões em 26, por denuncia de Abilio Lobão, do dono da loja de ferragens da rua das Portas de Santo Antão, Manuel Ramos, e em 29, á noite, no Rocio, quando ali tocava uma banda regimental, do advogado dr. Carlos Babo e do quintanista de medicina, Manuel Vaz Bravo, este surprehendido ainda a transmittir palavras de passe a revolucionarios.

Interveiu o Atheneu Commercial no caso Manuel Ramos, mas baldadamente, pois conhecida a sua culpabilidade, deu origem ainda á detenção, em 30 de Setembro do socio da loja de ferragens, da rua de El-Rei 46, Julio Cruz Cantharino, julgado entendido com aquelle.

Apurava-se que o aprendiz do Cruz era o encarregado de levar á rua dos Correeiros, a mala com os tubos, pertencente ao caixeiro Manuel Augusto Correia e que o professor Bettencourt vinha receber á escada, quando não acompanhava o portador.

A policia comtudo não obtinha as provas de cumplicidade do latoeiro Cruz e restituia-o á liberdade em 24 de Setembro.

Entretanto e como novos avisos, dois casos se deram. Um na tarde de 21, foi explosão de uma bomba na taberna da rua 24 de Julho 46 A, propriedade de Francisco da Costa, que,

embora ficasse sem tres dedos, preferiu passar por inepto em logar de connivente: achara na gaveta uma capsula de fulminante, parecido com os preservadores dos bicos de lapis e metteu-o no fogão. Houve porém mais certa base: oprojectil incompleto cahira-lhe porem do bolso e d'ahi o desastre.

O segundo caso foi o apparecimento na noite de 26, na escada do jornal catholico «O Portugal», na rua Garrett 62, de um projectil, em forma de granada de pequeno calibre, e de percussão, terminando com espoleta detonante. O rastilho de polvora estava queimado e a analyse official deu o involucro como desprovido de qualquer substancia explosiva.

As investigações d'estes dois ultimos casos, trouxeram o conveniente affrouxar dos outros, e só o «Portugal», se atreveu a erguer o veu, aliás transparente bastante, para que nas altas regiões não se lobrigasse o que elle tão mal encobria:

«Se n'esta hora de tristezas que a minha patria vae atravessando eu pudesse rir, muito teria rido hontem, quando soube da existencia de uma fabrica de explosivos destinados a fins politicos. Ria-me do Rei, tão ingenuo e tão bom, que por um instante acreditou em que com a chamada dos revolucionarios ao poder, conseguiria para o seu paiz a tranquilidade que elle tanto lhe deseja, a paralisação completa dos manejos revolucionarios dentro e fóra das alfurjas; e ria-me do governo, na ideia de que elle, de boa fé promettera á Corôa, o acabamento da intranquilidade geral, com uma satisfação ás exigencias anti-liberaes e facciosissimas que para lhes ser agradavel está pondo em scena por todo esse paiz além. Ria-me d'elles todos, que estão dia a dia dando provas de que não conhecem o meio em que vivem, as pessoas com quem lidam, nada absolutamente nada, do que á roda d'elles se está passando... Mas não rio, que a hora é em demasia séria e grave para rir. Do meu Rei, que eu vejo torpemente explorado nos seus sentimentos de generosidade e de bizarria; que eu vejo enganado, illudido nas santas e patrioticas afeições da sua alma; nos sentimentos nobilissimos do seu coração. Do meu Rei, cuja vida attribulada, salteada de infortunios, golpeada de desilusões, na epoca mais risonha de toda ella;

do meu Rei, tenho uma sincera e infinita piedade, filha do muito que o estimo, e do amor que tributo a esta Patria, de que elle é a encarnação e o symbolo. Teem-lhe feito tudo, teem-no obrigado a tudo. Desde as coisas que o infamam até ás coisas que o prejudicam. Obrigaram-no primeiro a assignar uma carta que ha de ser o eterno pesadelo, da sua consciencia de filho, e trouxeram-no por ahi abaixo até premiar com mercês reaes os inimigos de seu pae! Ah! que ninguem lhe póde lançar em rosto estas infamias, que não são d'elle, que não cahem sobre elle, porque pertencem completas a quem lh'as insinuou e a quem lh'as exigiu. Fallaram-lhe no socego da Patria, da Patria que é tão sua como nossa, que elle ama tanto como nós a amamos, e elle prestou-se a tudo, obedeceu a tudo, no pensamento de a servir e de se lhe sacrificar. Eu não rio do meu Rei, porque a minh'alma, comprehende, vê e conhece a grandeza do seu soffrimento e a enormidade da sua abnegação.

«Mas deixem-me rir do governo, d'esse governo que desde a primeira hora tem sido d'uma subserviencia e de uma docilidade pasmosas, em frente dos inimigos das Instituições. Deixem-me rir d'elle, que para os calar, mandou sustar as investigações das associações secretas, trancar o processo do regicidio, uniformisar a policia secreta; que quiz castigar magistrados que cumpriam a lei, transferindo os ou demittindo-os; que lhes deu dezeseis deputados no parlamento, administradores de concelho, ás duzias, regedores de parochia aos centos; que collocou os tribunaes ecclesiasticos debaixo dos tribunaes civis; que lhe facilitou o registo civil pela annulação das multas, que lhe deu uma amnistia vergonhosa, arminhos de par aos seus amigos e associados, e que por cima de tudo para os trazer contentes e satisfeitos, desatou á lambada ao clero, fechando casas religiosas, fazendo inqueritos vexatorios, e preparando-se para lhe dar mais muito mais do que tudo isso! Deixem-me rir d'elle, d'esse governo que em tudo parece conspirar com os inimigos da Patria, quero ver-lhe a cara, agora em frente d'esses caixotes repletos de instrumentos revolucionarios, destinados a matar gente innocente, n'uma hora de lucto que as suas combinações e condescendencias estão approximando tão velozmente. Quero ver-lhe a ca-

ra deante da prova provada da mentira das suas affirmações de paz, da promessa do anniquilamento revolucionario, pelo systema das transigencias que deshonram! Então é assim que se desarma, é assim que se confundem os inimigos, é assim que se leva ao Rei e ao Paiz, a serenidade promettida? E' aquelle o fructo do radicalismo? Do radicalismo que não vê conspiradores senão para os beneficiar, inimigos da ordem e da patria, senão para os defender e honrar? Deixem-me ver-lhe a cara que me quero rir da sua inepcia, da sua fatuidade, e quero lançar-lhe n'ella a apostrophe sentida da minha indignação pela sua duplicidade e do meu escarne pela sua impotencia! Só com os padres é violento e arbitrario. Mansos cordeiros que tremem á approximação do magarefe. Só com elles se faz arrogante e pimpão. Só contra elles esquadrinha nas leis paragraphos perseguidores. Os criminosos indultam-se, os conspiradores enobrecem-se. Vivem livremente as alfurjas onde se fabricam bombas explosivas, onde ha pensamentos de destruição e de morte. E fecham-se as casas da oração, onde se collabora na grandeza e na prosperidade da patria, pela educação, pelo ensino e pela fé. Então já ninguem conspira, já ninguem revoluciona? O plano liberal inutilisou tudo, desfez projectos, destruiu planos, anniquilou energias? Já ninguem pensa em formas novas de governo, e toda a gente applaude a monarchia nova, a democratica monarchia? Onde está o sr. Alpoim, venha o senhor Alpoim, explicar este acontecimento suggestivo, a existencia d'estes caixotes de bombas, promptas a explodir, algumas, n'este regimen de liberdade, em plena vigencia d'este governo radical arranjado e posto elle, á sua imagem e semelhança! Venha! Venha esse Dulcamara da politica nacional, que tudo pretende curar, que tudo cura, com liberdade e mais liberdade, que venha explicar a existencia d'esses arsenaes de morte, quando o governo fecha prisões e abre fronteiras aos propagandistas mais ferozes da revolução! Venha. Quero rir-me tambem das suas affirmações dos seus elixires, das suas receitas, das suas panaceias!

«Ah! mas eu não rio, não. O momento é grave e sério em demasia, para que aos labios d'alguem assome sequer uns longes de sorriso. Chorar, sim, que dá vontade de chorar, vêr per-

didas pela inepcia, pela indifferença e pela cumplicidade, esperanças tão bem fundadas de resurgimento nacional. Chorar, sim, não de medo mas de vergonha, por n'uma terra de tantas glorias e de tão grandes valentias, não haver ninguem que saiba deter, na ladeira escorregadia para onde maus fados e maus conselheiros atiraram, um povo que tinha nas tradições do seu passado e nas aspirações legitimas do seu futuro, direito incontestavel a ser alguma coisa mais do que é — joguete avido de ambições, e peanha carunchosa de vaidades. A descoberta de hontem tem um significado eloquente. Mostra aos menos prespicazes, que um perigo anda imminente, perigo que levará adeante de si n'uma enxurrada de sangue, Rei, throno, monarchia, Patria, tudo. Aproveite-o. Eis o fructo das branduras inconcebiveis, dos imperdoaveis desleixos, senão das cumplicidades criminosas. Pode ser aquillo um signal salvador. E' talvez um aviso providencial. Os agentes mysteriosos da Providencia, mostram-se ás vezes nas coisas mais trivaes e correntias. Aproveite-o quem quizer. Veiu á suppuração um abscesso revolucionario. Outros haverá, que é grande a rede das populações conspiradoras. E' preciso procural-os... para lhes dar uma amnistia!...»

Tinha como titulo «A revolução trabalha...» inseria-o «O Portugal» de 2 de Setembro e assignava-o o padre José Lourenço de Mattos.

A resposta não tardou: a bomba ali apparecida na noite de 26 e que constituiu o aviso de acontecimentos mais graves.

Como disse o padre Mattos, a situação não era risonha e o canhoneio formidavel, a onda revolucionaria, trazer-lhe-hia e á monarchia, a ordem de exilio, por vida em perigo...

A' prophecia do padre Lourenço de Mattos, corresponderia o «Liberal» de 21 de Setembro com outra, sob o titulo de «Reinado de D. Manuel»:

«Pode asseverar-se que o sr. D. Manuel «não chegou a ser rei.» No momento em que se esqueceu do que devia á sua dignidade, á memoria dos seus e á dignidade de nós todos, que lhe confiámos um cargo, que é incapaz de conservar sem o deixar cahir na lama, «o sr. D. Manuel» deixou de ser rei.»

O clero era o que mais alto fallava.

Mas se por vezes exagerava, n'outras, patenteava uma dura critica, verdadeira, que iria ferir cruelmente os attingidos se, por acaso, a vida dos politicos — arremessando-se doestos fortes, vindo á liça publica desfraldar a roupagem enxovalhada dos seus mutuos escandalos, emprestar a Republica, avida de scenas grandes, o espelho desembaciado, para melhor vista, das frandulagens e das quebras de dignidade — podesse resentir-se de objurgatorias, ou a convicção lhes permitisse o doloroso convencimento da desvergonha.

A Republica, elevava-se do solo, magestosa e ameaçadora. O caso João Borges, foi um dos gestos que os politicos não perceberam bem e que o governo Teixeira de Sousa, acolheu como allivio e talvez como vingança ao tacto real contrario, temeroso mesmo d'esse gabinete, como se o adivinhasse o coveiro da monarchia, phrase que individamente a rainha-avó applicou a João Franco.

A conspiração alastrava e dentro da propria legação franceza, um secretario informava o periodico natal, «L' Action» da queda proxima das instituições

O caso trazido a claro pelo orgão progressista o «Correio da Noite» (15 de Setembro), levou o ministro dos negocios estrangeiros, conselheiro José de Azevedo Castello Branco, a informar-se junto do ministro da França, que lhe dava terminante desmentido.

No paço, D. Manuel sentia-se invadir de tristeza invencivel, só affastada, quando em fugas quotidianas ia expedir os seus terrores nos braços das actrizes celebres...

Entretanto, João Borges, aguardava no calabouço n.º 4, com o professor Brito Bettencourt, a chegada, proxima, da hora libertadora, trazida pela revolução.

*

* *

A questão religiosa, latente, trouxe os tumultos populares de 20 de Setembro em Castello de Vide, á chegada de sete ir-

mãs hospitaleiras que, acompanhadas do padre Leotte, iam servir no Asylo do Espirito Santo da Infancia Desvalida.

Ergueram clamor de protesto os asylados e o povo, acudindo á grita, viu as portas abrirem-se-lhe por mão dos amotinados.

Seguiu-se-lhe o castigo corporal d'alguns pelo director do asylo, Alvaro Xavier Maria Pimenta.

O povo, entrando abertamente na questão, procurou fazer expulsar do coio as freiras.

O director do asylo fugia atravez dos olivaes, para a freguezia de S. Vicente, emquanto o padre Leotte, apupado, tinha egual destino, ao passo que no estabelecimento o povo quebrava louças, partia moveis, perseguindo as irmãs que tentaram escapar-se pelo telhado, sendo salvas das iras pelo administrador do conselho, dr. Carvalho Cordeiro que as recolheu em casa, até que as fez recambiar para Portalegre, não attendendo a rogos.

Disse-se que ao facto não foi extranha a antiga regente Francisca Meira, demittida para dar logar ás freiras.

*

* *

Deliberou o governo regenerador, como homenagem ao seu antigo chefe, dar o nome de Hospital Hintze Ribeiro, (*) ao hospital de Santa Martha, que seria applicado ao estabelecimento das clinicas da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, sob cuja administração ficava na parte technica, incumbindo ao hospital de S. José a administrativa.

N'esse sentido assignava el-rei D. Manuel um decreto em 13 de Setembro. (**)

Como succedera com o caso da morgue, já aqui citado, surgiu um incidente, ou fosse nova dissenção entre a escola medica e o hospital de S. José, resolvendo o enfermeiro-mór dos hospitaes de Lisboa, conselheiro José Curry da Camara Cabral, aban-

(*) Fallecido a 1 de Agosto de 1907.
(**) «Diario do Governo» n.º 211, de 22 de Setembro de 1910.

donar o cargo como protesto pelo facto de não ter ingerencia no novo estabelecimento hospitalar, creado por documentos não só de homenagem a Hintze Ribeiro, como descriptivos da sua fundação.

Era assim o relatorio:

«Se toda a melhoria da instrucção, se todo o progresso pedagogico devem de ser um objectivo firme de acção do Estado, ha um ramo especial de ensino que com predilecção importa favorecer: o ensino medico, pois que habilita aquelles a quem, por privilegio legal, entregamos a consideração do que temos de mais caro — a vida e a saude. Todas as providencias officiaes que concorram para tornar essa habilitação mais completa e profiqua significam um relevante serviço publico. A Escola Medico Cirurgica de Lisboa vae alojar-se agora n'um excellente edificio, estreado já por occasião do congresso Medico-Internacional que tanto honrou o nosso paiz; gosa emfim de uma séde á altura do seu nome tradicional e da sua influencia secular no desenvolvimento da medicina e da cirurgia portuguezas.

«Para vestir aquellas paredes de mobiliario e do material moderno de demonstração e de investigação, consignou o Estado no seu orçamento a verba de 115:000$000 réis, pondo emfim termo á velha pobreza de um estabelecimento que se via tão mal dotado de apetrechamento necessario para a technica didactica. Estes justos sacrificios, para que sejam productivos, impõem agora o complemento indispensavel de toda essa reorganisação material e docente, é o remate sem o qual a obra de restauração da escola n'um instituto moderno peccaria pela base. O fim primario e derradeiro da escola cifra-se na educação profissional do medico, e essa onde se aprende, completa e aperfeiçôa, é á cabeceira do enfermo. Docentemente tem de viver, acima de tudo, do doente e para o doente, viver fundida portanto ás enfermarias hospitalares e refirmar assim as suas tradições, pois que foi originariamente uma promanação do antigo hospital de Todos os Santos. Ora, ainda ao presente, a escola quasi está constrangida nos moldes do regulamento de 1840, no tocante a clinicas, um regimen escassissimo que se não compadece com a

extensão e variedade que se impõe hoje á pedagogia clinica. Da fecunda reforma de 1901, cuja iniciativa é uma gloria para o finado estadista Hintze Ribeiro, promanaram, entre outros beneficios patentes que fazem honra á competente administração hospitalar, a edificação do Hospital de Santa Martha ha pouco finda, que, destinado primitivamente a molestias especiaes, se ampliou de modo a abranger tambem uma parte da hospitalisação geral. Pela excellencia das suas construcções e disposições nenhum mais asado e condigno para a funcção de um hospital de clinicas da escola nova. Ali se installariam as suas clinicas geraes e polyclinicas, e com ellas as especiaes de oto-rhino-laringologia, dermatologia e syphiligraphia, ophtalmologia, pediatria, gynecologia, nevrologia, urinologia, etc. Por um esforço espontaneo da classe medica se introduziram ha muito entre nós essas especialidades, algumas das quaes se individualisaram já nos serviços hospitalares. Importa agora que se integrem abertamente no ensino official, de modo a preencher a lacuna tantas vezes notada na habilitação geral de um clinico, e que por outro lado sirvam de aljofre nacional a futuros especialistas. Os outros hospitaes da administração publica completariam este elenco clinico: o do Rego para as molestias inficiosas, o de Rilhafolles para as molestias mentaes, etc. Ao apresentar a vossa magestade o seguinte projecto de decreto, julga o governo praticar um acto digno do applauso do Rei e do paiz. Secretaria de Estado dos Negocios do Reino, em 13 de Setembro de 1910. — Antonio Teixeira de Sousa.»

«Tendo a Escola Medico-Cirurgica de Lisboa solicitado que o Hospital de Santa Martha, recem-construido, se destine a hospital privativo das clinicas escolares, para proveito e desenvolvimento do seu ensino pratico: Hei por bem decretar o seguinte: Art. 1.º E' applicado o Hospital de Santa Martha, que passará a denominar-se Hospital Hintze Ribeiro, ao estabelecimento das clinicas da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. Art. 2.º O governo promulgará os regulamentos necessarios para a execução de este decreto. O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario de Estado dos Negocios do Reino, assim o tenha en-

tendido e faça executar. Paço, em 13 de setembro de 1910 — Rei. — Antonio Teixeira de Sousa.»

O conflicto accirrou-se, visto o enfermeiro mór ser contrario á creação d'aquella especie de estabelecimento de ensino pratico, e ainda mais pela elevação concedida, de 100 a 700 do numero de doentes destinados á clinica escolar. Entretanto (26 de Setembro) era dada posse do hospital á Escola Medica, representada pelo dr. Silva Amado, nomeado depois, para com os drs. Augusto Cesar de Almeida e Vasconcellos e Francisco Soares Branco Gentil, indicar o regimen e organisação a que teria de ficar sujeito o novo hospital.

A Escola installava os necessarios serviços no seu hospital privativo, pedindo a annexação pedagogica do Instituto Bactereologico e de Hygiene, e como o dr. Curry Cabral, quizesse promover a prohibição do internato hospitalar aos alumnos de medicina, houve greve, seguindo-se a proposta de expulsão do curso, o que o enfermeiro-mór não obteve, trazendo em resultado o seu pedido, acceite, de jubilação.

*

* *

Creava-se entretanto em Madrid, uma nova sociedade de relações internacionaes. Orientava-se nas seguintes bases: Propagar um extenso programma de reformas de direito civil e penal, administração publica, ensino e politica, n'um largo quadro harmonico de organisação social, que, sem embargo de sua amplitude, não tivesse nada de utopico, de modo a alcançar-se o progresso geral para todas as classes sociaes, por meios pacificos e evitarem-se os conflictos violentos entre os povos; formar sobre esta base de propaganda uma grande federação hispano-portugueza-americana com as vinte e uma nações creadas e povoadas por portuguezes e hespanhoes; emancipal-as de influencias estranhas, tão prejudiciaes aos seus interesses e ao seu proprio prestigio; facilitar e baratear entre ellas as communicações telegraphicas e as postaes, especialmente para os impressos, bem como fomentar as viagens, que augmentariam as relações pessoae

e o trafico dos negocios; estabelecer os serviços de mutualidade entre os socios em casos de falta de trabalho e perda de empregos — invalidez por accidente, doença ou velhice, más colheitas, incendios, inundações e terremotos; contribuir poderosamente para a federação, creando uma grande e elevada universidade hispano-portugueza-americana, que serviria de centro de permanente approximação intellectual aos oitenta e quatro milhões de hespanhoes e portuguezes existentes na Europa e na America.

*

* *

Dava se então em Roca Priora (Roma) uma revolta feminina.

A 21 de Setembro, como a camara municipal se recusasse a construir um aqueducto insistentemente reclamado pelos habitantes, quatrocentas mulheres, apoz secreto conciliabulo, reunindo-se, armaram-se e irrompendo na sala das sessões, depois de injuriar o alcaide e os vereadores, expulsaram-nos do edificio, fecharam as portas e foram entregar as chaves á policia, para entregar ao governador.

A revolta feminina venceu e os vereadores demittiram-se.

*

* *

N'esse dia fallecia em Setubal, o fidalgo-cavalleiro da casa real, dr. João Carlos Botelho Moniz, que era tambem cavalleiro da ordem de Carlos III, de Hespanha com que fôra agraciado por occasião d'uma visita do rei D. Affonso XII, a Belem, onde exercia então o cargo de administrador.

Era filho do fidalgo cavalleiro da casa real e capitão de milicias de Lisboa, Francisco Carlos Botelho Moniz e de D. Maria do Carmo Monteiro Torres Moniz.

*

* *

Nascera em Lisboa a 5 de Julho de 1838.

A abertura das côrtes approximava-se e se o governo, queria fugir a ellas, o bloco, embora contrario, mas querendo vingar-se, recorreu a meios varios.

Inqueritos foram pedidos ás eleições dos circulos de Angra, Arganil, Braga, Castello Branco, Faro, Guarda, Lamego, Leiria, e Vianna do Castello, representando 51 deputados sem confirmação!

Requeriam-se inqueritos aos actos eleitoraes das assembleias de S. Francisco de Selir, concelho de Loulé, onde os governamentaes haviam vencido. O pretexto para o primeiro, consistiu no facto de a eleição se ter effectuado na sachristia, o que o syndicante, dr. Adolpho de Araujo Ramos, averiguava, posteriormente, possuir causa em reclamações dos parochos, attendidas por determinação de 20 de Setembro de 1901.

O pretexto para o segundo inquerito foi o apparecimento em Selir de um numero de listas superior ao designado no caderno das descargas, facto que o syndicante, o juiz Ramos, apurava ser erro dos escrutinadores, estando exacto o total das listas.

Nada logrou pois o blóco, senão o postergar dos trabalhos parlamentares que, aliás, a revolução se encarregaria de dar por findos, sem cabalas.

Outro processo, e o que maior escandalo levantou, foi a obstenção d'um auxilio, nunca visto, pelo tribunal de verificação de poderes que, embrenhando-se arteiramente na politica, depoz a sisudez e conspicuidade para engendrar entraves á sancção de deputados. Ne sessão de 14 de Setembro, fôra resolvido fazer inqueritos largos nos circulos de Faro, Vianna do Castello, Arganil, Guarda e Leiria, fixando-se 15 dias para a conclusão, afóra o restante julgamento, estando aliás as camaras com a abertura fixada para 23.

Ficaram assim já 27 deputados impedidos de comparecer

ás primeiras sessões, com golpe fundo na maioria parlamentar, sem a qual o governo não podia seguir trabalho. . .

Os bloquistas, querendo perseguir os ministeriaes, faziam-lhe, inconscientemente, o jogo appetecido.

Na sessão seguinte, (16) houve novas ordens de inquerito, relativas ás assembleias de Villa Verde, Cabeceiras de Basto, S. João de Souto, Ribas e Celorico de Basto, todos do circulo n.º 2 (Braga) com novo praso de 15 dias.

Pouco depois estavam impedidos 41 deputados, porque o governo, emquanto o bloco obtinha inqueritos, fazia com que os partidarios unidos contra elle, não tivessem as eleições validadas!. . .

Transformado o tribunal de verificação de poderes em campo de politica partidaria, quizeram os republicanos quinhoar da regalia que já haviam tido nos tribunaes ordinarios e assim conseguiram tornar notavel a sessão de 20 de Setembro d'aquella casa judicial.

Arvorada impudentemente em sala de comicio, ouvia a palavra rebelde do candidato a deputado por S. Thomé, Fernão Botto Machado, que, impugnando a legalidade do acto concessor da cadeira parlamentar a outro, fazia profissões de fé estranhas e inconcebiveis, dizendo-se anti-parlamentar defendendo theorias anarchistas, atacando a carta constitucional, e abordando a questão religiosa, fóra da competencia do assumpto a julgar.

Botto, que chegou a ser mandado retirar da sala, proseguiu porem nas suas allegações, mas já restringidas ao caso em vista, obtendo que a eleição fosse annullada, embora declarando que não desejaria ser parlamentar porque os parlamentos nem mesmo na Inglaterra representavam a vontade dos povos.

Tudo indicava que se chegava ao fim.

Aos casos predialistas, Hinton, e dos adeantamentos juntava se a lucta mais vergonhosa de partidos contra partidos, diffamando-se mutuamente, e os progressistas, sempre os primeiros nos ataques vis contra a corôa que os auxiliou, destacaram-se ainda n'esses arremedos de falsa dignidade, atacando e citando erros, quando no seu cadastro as notas se não levavam ao patibulo, levavam ao carcere, se consciencia e justiça houvesse.

Assim, na vespera do acto inicial legislativo, estavam apenas eleitos 45 «regeneradores», João de Sousa Tavares, Augusto Claro da Rica, Joaquim A. de Sant'Anna, Alberto Teixeira de Sampaio, João de Mello Barreto, Antonio Roque da Silveira, Albano Castello Branco, Carlos Malheiro Dias, Francisco Cardoso Dias, Manuel Fratel, José Rodrigues Monteiro, José Justino de Carvalho, Antonio Sergio da Silva e Castro, José Caetano Rebello, Jose de Vasconcellos Abranches, Mario de Miranda Monteiro, Antonio de Almeida Dias, Luiz de Mello Borges, Eduardo Schwalbach Lucci, João Joaquim André de Freitas, José Nicolau Raposo Botelho, Carlos Pereira e Vasconcellos, Adolpho de Oliveira Guimarães, Joaquim Alves dos Santos, José Marnoco e Sousa, Alfredo Pinto Brotas, Raul Miguel de Mendonça, Joaquim Julio de Sousa, Silvino Arthur Calheiros da Camara, José Caeiro da Matta, conde de Villa Alva, João Pestana de Vasconcellos, Marianno da Silva Prezado, Carlos Lopes de Almeida, José Pereira de Lima, José de Oliveira Soares, Luiz dos Reis Torgal, Henrique Archer da Silva, Antonio Casimiro Neves, João do Espirito Santo, Antonio Charula Pessanha, Antonio Ferreira Margarido, Abilio Lobão Soeiro, Julio Petra Vianna; «14 republicanos», Affonso Costa, Alexandre Braga, Antonio José de Almeida, João de Menezes, Alfredo de Magalhães, Miguel Bombarda, Theophilo Braga, Carlos Candido dos Reis, Bernardino Machado, Antonio Luiz Gomes, Manuel de Brito Camacho, José Feio Terenas, Fernandes Costa, Aurelio da Costa Ferreira; «14 progressistas» Libanio Fialho Gomes, Francisco Lacerda Ravasco, Antonio da Costa Silveira, José Benedicto Pessanha, visconde de Olivã, Antonio Tavares Festas, José da Rocha e Mello, José Vieira Ramos, Antonio Garcia Guerreiro, Luiz de Carvalho Crespo, Antonio de Oliveira Guimarães, Alfredo Ferreira, Joaquim Nunes Mexia e Manuel Antonio Moreira Junior; «6 henriquistas» Conde de Paçô Vieira, conde de Castro e Solla, João Henrique Ulrich, Alberto de Almeida Navarro, Manuel de Sousa Avides e Antonio Hintze Ribeiro; «3 franquistas» Annibal de Andrade Soares, Antonio Teixeira de Abreu e José Rolla Pereira; «3 dissidentes» Antonio Centeno, Antonio Cassiano Neves e Francisco Joaquim Fernandes; «2 nacionalistas» Hugo Castello Branco e

Luiz Teixeira de Magalhães, ou fossem governamentaes 48; opposição monarchica 25; opposição republicana 14.

Os progressistas, satisfeitos, e n'uma ignorancia de que o castigo aos desconchavos dos partidos monarchicos em Portugal estava proximo, não escapando ao fragor da tempestade a formar-se, não vendo as nuvens a acastellar-se, não percebendo no apparente socego popular, o recuo das ondas para o avanço mais rapido e mais envolvente, sorriam aos desastres eleitoraes teixeiristas, aliás recebidos por estes tambem com mal disfarçado contentamento.

Esses sorrisos, as alegrias dos partidarios do throno, eram porem outros tantos empuchões dados á dynastia de Bragança.

Adormecidos n'uma falsa felicidade, o despertar seria rude, seria tragico, seria sanguinolento, mas foi tambem merecido.

Se a creança-rei era demais creança, para o governo d'uma nação, se isso lhe era desculpa, triste era tambem para um povo, o presencear a derrocada, o esphacelamento da patria, a avançar para as mãos estranhas, sem lhe dar o impulso salvador, sem appressar a queda d'uma dynastia enfraquecida, menos por si do que pelos seus, querendo emfim experimentar os bafejos da democracia, tão cheia de promessas, tão agitada, tão cohabitada com elle povo, tão sorridente nos seus planos idealistas.

Impunha se a tentativa experimental.

O realisar do sonho teve como consequencia porem a derrocada das esperanças.

O positivismo é sempre mais rude do que o idealismo.

*

* *

Abriram emfim as côrtes a 23 de Setembro e nova chuva de promettimentos se expandia em extenso discurso da corôa.

Sabida era a diminuta esperança que n'elle se podia ter, attendendo não só á acção nulla do parlamentarismo, só devotado á questão pessoal e politica, á arruaça e ao pouco trato das

ARTHUR WELLESLEY

(Lord e duque de Wellington)

(Insigne general inglez que, na guerra peninsular, foi o chefe do exercito anglo-luso, alcançando sempre a victoria em todos os recontros que houve contra os francezes invasores. Foi Wellesley quem, em 1815, venceu Napoleão, na famosa batalha de Waterloo, como, em 1810, vencêra Massena, na importante batalha do Bussaco. A' sua valentia e á sua vontade indomavel deveu Wellesley o cognome de «Duque de Ferro»).

cousas publicas, como á constante alteração no pensamento dos ministeriaes, promettendo quanto não tencionavam cumprir.

Foi essa falla regia o derradeiro discurso da corôa, documento duplamente historico:

«Dignos Pares do Reino e Senhores Deputados da Nação Portugueza: — Venho com muita satisfação e no cumprimento do meu dever de Rei Constitucional abrir os trabalhos de uma nova sessão legislativa, que Eu espero confiadamente que o vosso zêlo e alto patriotismo tornarão proveitosa aos interesses publicos. Tudo concorre para que deva ser excepcionalmente util o futuro trabalho parlamentar: a paz interna, que felizmente não perturbam os naturaes embates dos principios; e as cordiaes relações que Portugal mantem com todas as Potencias estrangeiras. Ainda ha pouco, uma elevada demonstração de apreço pela nação que represento e de estima pessoal Eu recebi de Sua Magestade o Imperador da Allemanha, Rei da Prussia, ao conferir-Me a Sua Alta Ordem da Aguia Negra, por intermedio do seu Embaixador, Sua Alteza Real o Principe Frederico Leopoldo. Uma tal distincção foi particularmente sensivel, pelo que tem de captivante para Mim e de lisonjeiro para as relações de amisade que, por tantos titulos, convem ao meu paiz manter e, cada dia mais, estreitar com o grande Imperio Allemão. Dignou-se igualmente Sua Magestade o Rei de Inglatérra, Imperador das Indias, Jorge V, fazer Me, pelo seu embaixador o Conde de Granard, a communicação official do Seu advento ao throno, vago pela morte do Monarcha cuja saudosa memoria vive na alma de todos os portuguezes. Foi com inteira satisfação que pude constatar que se manteem integros os sentimentos de estima e os reciprocos interesses que nos prendem á nobre e generosa nação ingleza, nossa antiga e tradicional alliada, e fazendo votos pela prosperidade e fortuna de Sua Magestade o Rei de Inglaterra, Imperador das Indias, correspondo aos geraes desejos da nação portugueza. Tendo sido dissolvidas as Côrtes, procedeu-se no paiz a nova eleição de Deputados, a que o Governo tem a satisfação de haver presidido, animado d'aquelle espirito de ordem e liberdade que assegura a

todos o regular exercicio dos seus direitos politicos: e, sem a natural intervenção das paixões locaes, o acto eleitoral teria decorrido com a maior tranquilidade. No firme proposito de dar cumprimento ao seu programma liberal e assegurar o respeito ás leis, o Governo tomou algumas providencias, e outras tomará, que se reputem necessarias para, emquanto vigorar, ter inteira execução o decreto de 18 de Abril de 1901, que regulou a existencia das associações de caracter religioso. Sem intuito nem preoccupação de ferir sentimentos catholicos, mas no firme proposito de manter o prestigio do Estado e defender o patrimonio nacional das liberdades conquistadas, o Governo tem procurado respeitar lealmente a legitima esphera de acção da Egreja portugueza, mas não declinará nenhuma das obrigações que lhe impõem o dever de fazer acatar as prerogativas da Corôa, dando completa execução ao que está disposto na Carta Constitucional da Monarchia.

«E' sensivel a melhoria de credito financeiro da nação, attestada pela subida cotação dos nossos fundos, pela alta cambial e pelo facto, digno de menção, das reformas da divida fluctuante externa se fazerem a modico juro e, em grande parte, sem caução, para o que muito tem concorrido a singular e patriotica intervenção de alguns estabelecimentos nacionaes de credito e, em especial, do Banco de Portugal. Tenho viva satisfação em uma vez mais, assignalar o testemunho de reconhecimento que a nação deve á marinha de guerra e ao exercito, sempre promptos para todos os sacrificios que demandem a honra e os interesses da Patria. A maneira brilhante como foi repellida á mão armada a ousadia dos piratas chinezes que invadiram a Ilha de Coloane, e como se procedeu á occupação de Angoche, merece a nossa mais rendida gratidão e constitue titulo de benemerencia a que é devido o maximo louvor. No proposito de melhorar a situação politica, economica, financeira, administrativa e colonial, o governo apresentará ao vosso estudo e consideração diversas propostas orientadas no desejo de bem servir a nação e subordinadas ao programma das suas ideias economicas e dos seus principios accentuadamente liberaes, como convem a uma monarchia democratica. N'este proposito vos serão submetti-

das: uma proposta de lei que, reconhecendo a instante necessidade de reformar alguns artigos da Carta Constitucional da Monarchia, reorganiza a Camara dos Dignos Pares e procura evitar a pratica de actos do poder executivo, que não sejam conformes á lettra e ao espirito das leis. Podereis apreciar uma reforma da lei eleitoral, que reduz a extensão dos circulos plurinominaes e estabelece o systema da representação proporcional nas cidades de Lisboa e Porto, procurando, com o recenseamento e voto obrigatorios, dar inteira genuinidade expressiva ao suffragio. Ser-vos ha apresentada uma reforma do Codigo Administrativo que, restabelecendo as juntas geraes dos districtos com largas attribuições, reduzirá a acção tutelar do poder central sobre os actos das camaras municipaes. Será reformado o actual Juizo de Instrucção Criminal e substituido, n'uma proposta de lei, pela simples instrucção criminal nas comarcas de Lisboa e Porto, cujos serviços de policia é intenção do Governo modificar substancialmente. Pelo que respeita á instrucção primaria e assistencia da primeira infancia ser-vos-hão apresentadas propostas que assegurem a efficacia dos sacrificios que já hoje pesam sobre o Thesouro Publico, e despertem uma generosa iniciativa particular em favor das classes menos protegidas. Cuida o Governo da singular situação dos seminarios diocesanos, mórmente no que diz respeito á defficiencia e improficuidade pratica da instrucção preparatoria para os estudos theologicos, e necessario se lhe afigura providenciar, no que respeita ao provimento dos beneficios ecclesiasticos, por maneira que as attribuições do poder executivo sejam inilludivelmente mantidas. N'esta ordem de ideias vos serão presentes as respectivas propostas de lei.

«No tocante aos negocios de justiça, diversos são os assumptos que demandam urgente reformação, tanto no campo do direito civil e commercial como no da organisação judiciaria. N'este ramo da administração publica podereis apreciar propostas que garantam a expressão do pensamento pela imprensa, que estatuam o inquilinato commercial, que reformem o processo criminal em ordem a assegurar uma ampla defeza, além de outras medidas sobre os delictos dos adolescentes, elaboradas

no sentido de emprehender-se uma obra de hygiene e prophylaxia sociaes. E' pensamento do Governo dar satisfação ás exigencias do moderno espirito liberal, procurando estabelecer praticamente o registo civil obrigatorio, em condições que não desvaneça as crenças religiosas da nação e por modo que seja, com segurança, compensado o clero parochial de todo o prejuizo que possa advir-lhe da applicação da lei. A administração financeira do Thesouro merece ao Governo a maior attenção. Com o fim de extinguir, de facto, o desequilibrio orçamental, podereis apreciar, além do diploma de receita e despesa, cuidadosamente revisto, uma série de propostas para a reforma do contracto com o Banco de Portugal; para a cobrança dos direitos aduaneiros em ouro, conjugada com os serviços da divida externa; sobre os valores mobiliarios do Estado; sobre a contribuição do registo e taxas de successão; sobre a contribuição predial urbana; abolindo a contribuição de rendas de casas; extinguindo o imposto do real de agua; e revogando as leis de isenção de direitos pautaes. Conta o Governo d'esta fórma assegurar o equilibrio da situação financeira do paiz, melhorando a incidencia e repartição dos impostos e assegurando uma efficaz cobrança com a reforma que projecta dos serviços da guarda fiscal e aduaneiros. Com o fim de melhorar as instituições militares serão sujeitas ao vosso exame propostas de lei: para a creação do estado maior central, destinado a dar unidade e sequencia a todos os trabalhos de preparação da guerra; para a remodelação do estado maior general; para a reforma dos serviços do recrutamento militar, reduzindo o serviço activo e realizando, pela instrucção de todo o contingente annual, o patriotico principio da nação armada; para a instrucção militar preparatoria; para a promulgação de um novo Codigo de Justiça Militar, uniformizando, quanto possivel, no direito e no processo, os exercitos de terra e mar e dando quinhão ás modernas tendencias humanitarias; para a reforma do Collegio Militar, no sentido de melhorar o regime educativo e de beneficiar o maior numero de filhos dos officiaes do exercito e da armada. Pela pasta da Marinha e Ultramar serão submettidos ao vosso esclarecido exame, propostas de lei para a reconstituição da marinha de guerra, ade-

quando-a ás nossas condições de defesa e reorganisando os serviços; e procura desde já o Governo imprimir progressivo impulso á nossa expansão commercial, submettendo-vos um plano que dará realidade pratica ao estabelecimento de carreiras de navegação regular para os portos do Brazil. Em relação aos dominios ultramarinos o Governo vos apresentará proposta de lei sobre o regimen financeiro das colonias; sobre a concessão de terrenos; sobre serviços agricolas; sobre a organisação judiciaria, e ensino colonial; sobre o regimen do alcool em Angola; sobre a cultura do algodão e da borracha; e sobre a colonização do planalto de Benguella. Igualmente chamará a vossa attenta competencia para o exame de propostas referentes ás obras nos portos de Macau e Lourenço Marques, bem como sobre os caminhos de ferro na provincia de Angola. Com o fim de assegurar convenientes relações com os povos que comnosco entreteem trafico commercial, foi publicada a lei de sobretaxas, que o Parlamento Portuguez havia approvado n'um evidente proposito de defesa economica. Essa lei terá de ser applicada ás nações que submettem a nossa exportação ao pagamento de tarifas differenciaes e comnosco não tiverem celebrado accordos até ao fim do actual anno civil. Pela pasta dos Negocios Estrangeiros vos serão apresentados os tratados já realisados e vos será dada conta das negociações pendentes e em via de proxima realisação. O desenvolvimento da riqueza publica, o aperfeiçoamento das leis sociaes e a protecção ás classes operarias occupam logar primacial na iniciativa do Governo, que n'este proposito apresentará ao vosso exame diversas propostas de lei relativas ao inquerito geral agricola, commercial e industrial, que facilitem um reconhecimento, quanto possivel exacto, da riqueza e trabalho nacional; propostas para a construcção de estradas; para a viação accelerada; para o maior abastecimento de aguas em Lisboa; para a creação de caixas economicas com emissão de cheques e transferencias postaes, que permittam regular contas e effectuar pagamentos a distancia com rapidez e segurança; para a construcção de obras de irrigação, destinadas a valorisar as terras; para a fabricação de mostos concentrados e pastorisados, e á extracção de assucar da uva; para o desenvolvimento da cultura dos arrozaes;

para a regulamentação do fabrico e commercio dos adubos e repressão das respectivas fraudes. No intuito de crear incentivos para o aperfeiçoamento e segurança do commercio, ser-vos-hão submettidas propostas de lei relativas á especialisação da instrucção commercial secundaria; á creação de estações de informação commercial; e melhor fiscalisação das sociedades anonymas, ás quaes tenciona o Governo propôr que auctoriseis a emissão de acções de preferencia, como importante factor da sua efficacia economica. Para auxilio directo ao desenvolvimento industrial, o Governo propôr-vos-ha a remodelação do ensino nas escolas industriaes, a creação de museus technologicos, a modificação e ampliação da lei sobre propriedade industrial, e outras medidas referentes aos estabelecimentos insalubres, incommodos e perigosos. O Governo submetterá tambem ao vosso esclarecido exame um proposta de lei para a creação de uma repartição privativa do trabalho nacional. Dignos Pares do Reino e Senhores Deputados da Nação Portugueza: Grande e patriotica é a missão, que vos incumbe, de examinar com esclarecido criterio discutir e converter em lei as propostas que são da iniciativa do Governo. Tenho inteira fé que sabereis corresponder á confiança do paiz, dedicando todo o vosso zêlo patriotico á realisação pratica das medidas de que a nação portugueza carece para garantia do seu bem estar. Com o estudo attento de todos, orientado n'um espirito de reformação progressiva e com o auxilio da Providencia Divina, ficará garantido um trabalho efficaz para gloria vossa e proveito da Patria Portugueza. Está aberta a sessão.»

O bloco reproduzia criminosamente, a velha scena de 1907 onde pelo anniversario real não comparecia no paço nenhum monarchico alem dos franquistas. Na derradeira vez em que o parlamento se abria sob a evocação da realeza, nenhum par do reino, deputado, antigo ministro, ou conselheiro de estado, compareceu.

Comtudo se o acto descortez de 1907 em julgado passou, ao de 1910 seguir se-hia o castigo immediato, o de 5 de Outubro, mas envolvendo justos e peccadores.

*

* *

No dia seguinte (24) reunia o conselho de Estado.

Os acontecimentos, tendo por executores os membros do

CENTENARIO DA GUERRA PENINSULAR

A corôa commemorativa que foi deposta no monumento do Bussaco

gabinete regenerador Teixeira de Sousa, indicavam a inutilidade de trabalhos d'um parlamento condemnado.

Por voto favoravel dos conselheiros Pimentel Pinto, Antonio de Azevedo e Wencesleu de Lima e contrario dos conselheiros Veiga Beirão e Julio de Vilhena, eram addiadas as côrtes para 12 de Dezembro.

N'essa tarde, os progressistas, com a eterna primazia nos ataques á corôa e que fugindo ás camaras na hora liquidadora da questão Hinton se ecclipsaram d'ellas no momento em que, se patriotas e realengos fossem, se deviam agrupar em redor do throno a vergar ao peso das maldições do povo, chegado ao periodo agudo, — resurgiam malevolos e viperinos, a insinuar, perturbações de que elles propriamente se podiam arguir:

«Tremendo golpe de Estado! Desde hoje está o paiz em plena dictadura. Mais: em completo regimen despotico! O poder moderador acaba de commetter o erro gravissimo do addiamento das côres até ao dia 8 de Dezembro. Nem El-Rei calcula o tremendo golpe que hoje deu no seu throno e nas instituições. Poude mais para El-Rei a negra e dura tração do governo, do que a lealdade dos seus subditos que lhe indicaram com bastante clareza, o abysmo onde hoje resvalou.

«E agora?

«E agora, á guerra contra o absolutismo!» (*)

Ali já não havia politica. Havia, se bem que inconscientemente, verdadeiras prophecias.

O golpe no throno fôra dado e com o desprezo proprio de quem mais anda por serviço á ambição do que por affecto a convicções.

A guerra contra o absolutismo, ia ser feita, mas não pelos partidarios do chefe navegantino envolvido nos ultimos successos escandalosos do reinado manuelino.

Havia de fazel-a o povo e ao empurrar de vez a dynastia e seus apaniguados de conveniencia para o exilio perpetuo, resurgia a força suprema da alma popular, dando á sua terra o proprio sangue, para que d'elle brotasse, com a fé, o ideal querido, a Republica Democratica.

O resultado não corresponderia ao exforço, mas n'essa hora, ainda o povo tinha como esperança grata, o sonho da realisação das suas reivindicações justas.

(*) «O Liberal» de 24 de Setembro de 1910.

Preparou-se o estrangeiro para successos novos e a França, pelo «Le Journal» (*) e penna do jornalista Saint Brice, expressou assim o seu pensamento:

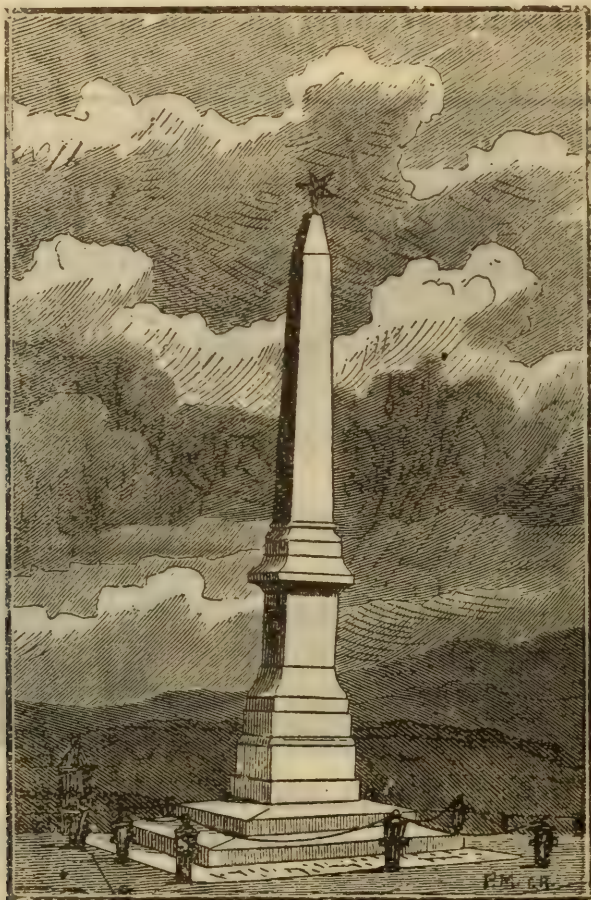
«A nova camara portugueza reuniu hontem e a sessão de abertura passou-se perante os bancos vasios. Em 155 deputados ha mais de 60 cuja eleição é contestada. O gabinete Teixeira de Sousa, sem maioria immediata, achou-se em face d'um dilemma: caír ou addiar as côrtes por dois mezes. E' inutil dizer

CENTENARIO DA GUERRA PENINSULAR

No momento da inauguração da corôa commemorativa

que escolheu a segunda solução. E' um mau começo. E comtudo, nunca em Portugal foi tão urgente a necessidade d'uma acção reformadora prompta e energica. E' conhecida a maneira como foram illudidas as esperanças de conciliação e de cooperação laboriosa de todos os partidos, esperanças concebidas em seguida á tragedia de 1 de fevereiro de 1908. Depois da curta trégua do gabinete Ferreira do Amaral, as dissensões voltaram

(*) 24 de Setembro de 1910.

a actuar livremente como nos melhores dias do regimen rotativo. O chamado partido progressista, então na posse do poder, exgottou as suas fôrças em crises ministeraes incessantes, até ao momento em que o escandalo do Credito Predial de Lisboa, accumullando-se sobre o escandalo das concessões da Madeira, exgottou, com a resistencia do gabinete Beirão, a vitalidade do

CENTENARIO DA GUERRA PENINSULAR

Monumento commemorativo da batalha do Bussaco

partido. Foi forçoso procurar uma nova orientação. O partido regenerador, não menos dividido que o partido progressista, offerecia poucos recursos. O rei Manuel, carecendo de melhor combinação, chamou o chefe da fracção mais liberal dos regeneradores, sr. Teixeira de Sousa, que tenta agora governar com o appoio do grupo dos progressistas dissidentes do sr. Alpoim. As

eleições, que inevitavelmente se seguem a qualquer mudança de orientação, realisaram-se no fim de setembro. Consequencia logica das rivalidades e da fraqueza dos partidos monarchicos, foram assignaladas por um consideravel avanço do partido republicano. O sr. Teixeira de Sousa só poude obter uma precaria maioria de 90 deputados, contra 45 dos grupos de opposição monarchica e 14 republicanos. E, ainda assim, o resultado con-

CENTENARIO DA GUERRA PENINSULAR
O pelotão historico—Uniformes da Legião Luzitana

tinua duvidoso, porque, como dissémos, um grande numero de eleições está contestado.

«A situação é difficil para o ministerio, cujo programma de reformas mereceria, pelo menos, uma experiencia leal. E' mais difficil ainda para o rei Manuel, que todos sabem animado das melhores intenções, mas que se vê paralysado pelos vicios d'um regimen politico contra o qual seu pae luctou até á morte.»

Era verdadeira a apreciação.

Quem enfermava em Portugal, não era a realeza, mas a politica desvairada dos partidos.

Affirmou-se ella ainda, perniciosa e quezilenta na sessão real de reabertura das côrtes.

Triste acto esse!

Como se se adivinhasse o rumorejar da tempestade que em seus fragores daria ensejo á Republica, apenas compareceram á derradeira sessão parlamentar monarchica em Portugal, os pares do reino marquez de Penafiel, conselheiro Wenceslau de Sousa Pereira de Lima, conde de Linhares, Fernando Mattoso Santos, José Adolpho de Mello e Sousa, Antonio de Azevedo Castello Branco, conde de Sabugosa, Ramiro Larcher, marquez de Sousa Holstein, Pereira e Cunha, conde de Figueiró, patriarcha de Lisboa, Ressano Garcia e visconde de Athouguia, e os deputados Eduardo Schwalbach, José Ribeiro da Cunha, Petra Vianna, Archer da Silva, Lino da Silva, Belchior José Machado, Motta Prego, Rodrigues Monteiro, João de Mello Barreto, conego Sant'Anna, Jayme de Sousa, João Joaquim André André de Freitas, Sousa Tavares, dr. Sergio de Castro e João Craveiro Lopes de Oliveira.

Os progressistas que mais haviam clamado contra o encerramento das camaras, não compareciam n'um resurgimento patente dos desfeiteamentos politicos iniciados no reinado de D. Carlos.

Fraco throno e fracos sustentaculos da corôa manuelino!

D. Manuel decerto notou que os seus ministros, a turba dos seus reverenciadores da data tragica de 1 de Fevereiro, eram sempre os mesmos: refalsados e convencionaes.

Não teve um sorriso, teve uma contracção e o discurso lido foi com voz tremula.

Houve apreciações e entre ellas se destacou a do orgão nacionalista «A Liberdade»:

«O discurso da Corôa, hontem lido deante d'um pequeno grupo de representantes do poder legislativo, é um docomento bastante completo, e é de facil e bôa justiça destacal-o das ultimas e analogas producções do bestunto governativo, que vinham accentuando a decadencia d'um genero litterario que teve cul-

tores de alto renome. Quando nos lembramos do resequido limão espremido por El-Rei, deante do parlamento, em 2 de janeiro do corrente anno, somos forçados a confessar que, ao menos n'este capitulo, se progrediu bastante, e, quando outros meritos o actual gabinete não venha a ter, possue desde já a qualidade de saber restituir uma certa dignidade intellectual a estas formalidades do regimen constitucional.»

. . . .

«Ficarão do recente discurso da Corôa, algumas coisas boas, e, como já lá vae o tempo em que as cousas eram más ou boas,

CENTENARIO DA GUERRA PENINSULAR

O pelotão historico — Uniformes de cavallaria

não pelas suas qualidades intrinsecas, mas consoante eram dos nossos amigos ou dos nossos adversarios, é de suppôr que nem tudo seja posto de parte, e que algumas affirmações do programma hontem lido tornem a reflorir n'uma nova e proxima inauguração de legislatura. Por nossa parte, — e se o nosso empenho valêr de alguma cousa para o futuro ministerio, — havemos de sollicitar-lhe instantemente a revisão do programma do governo actual, hontem recitado por El-Rei, crentes de que ha ali muito de aproveitavel e de que, realmente, o que menos se

recommenda no gabinete teixeirista, não são a totalidade das suas ideias, mas os seus homens »

As phrases não eram de admirar, e o nacionalismo já tivera de correligionarios, como «O Correio do Norte» de 15 de Setembro, a seguinte pouco lisongeira apreciação:

«Attendam, reflictam, façam todos os calculos da razão, deante d'aquelle grupo despenhado e sem governo (o nacionalismo). Considerem a distancia infinita que vae dos seus commettimentos ás suas conquistas; dos seus programmas de melhoramento aos seus feitos de estrago; dos seus deveres e fins aos seus actos e resultados. Como é bem claro que, se o deixassem livre, elle precipitaria tudo no abysmo! Elle provocaria depressa o despejo das congregações, uma revolução, a queda da monarchia, a separação da Egreja e do Estado e certamente uma guerra civil. A Judeia revoltada, quiz bater os Romanos com as forças do delirio.

«O mesmo espirito de allucinação politica e religiosa arrastou D. Sebastião á Africa, embora se visse que a empresa era uma loucura. Já n'aquellas plagas funestas o barão de Alvito, D. Antonio Rodrigo Lobo, assombrado com a obstinação do soberano, exclamou arrebatado para o dominico João da Silva: «Padre, porque não prenderemos este homem, que nos perde por seu gosto?!» — «E' tarde; já não ha remedio!» — «Pois se é tarde, concluiu o barão com amargura immensa, rezemos pelo Rei e pelo Reino.» Identico lance dramatico haverá fatalmente em algum afflictivo meio religioso, dentro de pouco tempo, se não prenderem desde já, e não puzérem no seu logar proprio, este nacionalismo encaminhado a uma tragedia.»

Assim desnudavam os politicos as suas reciprocas intenções.

*

* *

Chegámos á ultima publica solemnidade da dynastia de Bragança.

Foi no Bussaco, onde a França soffrera um dos maiores desastres infligidos por armas lusitanas, que D. Manuel II, pela derradeira vez, foi rei em festa nacional.

CENTENARIO DA GUERRA PENINSULAR

O pelotão historico—Uniformes de artilharia

Foi ali no local onde os 62:000 homens de Massena, Soult e Junot, se defrontaram com a bravura indomavel dos lusos heroes e com a galhardia dos soldados de Wellesley, Hill, Archibaldo Campbell, Stewart, Wilson, Inglis, Leith, Spry e Picton, que D. Manuel, foi pela derradeira vez envolvido pelos clamores das acclamações populares e pelas rosas com que as damas fidalgas lhe tapetaram o caminho, aureo caminho de festa, para a triste transição do negro caminho de exilio...

Ali teve a ultima illusão. Definiu-a a phrase celebre e tristemente historica, ennunciada ao desfile das tropas em continencia, pelo solo do Bussaco:

— Conquistei hoje o exercito!

A 6 de Setembro assignára D. Manuel o seguinte decreto (*):

«Considerando, que na commemoração do centenario da guerra peninsular nenhuma data é mais insigne, que a da gloriosa batalha victoriosamente pelejada no Bussaco pelo exercito anglo-luso, e na qual as forças portuguezas movidas pelos mais sublimes impulsos de amor da patria e da independencia nacional foram exemplo de valor, firmeza e abnegação a par dos mais experimentados e esforçados guerreiros, sendo aquella famosa acção militar seguida de heroicas resistencias e combates, que puseram termo á invasão estrangeira; e querendo por tão justos e decorosos motivos solemnisar jubilosamente aquella data, como é conforme aos meus patrioticos sentimentos e de toda a nação: hei por bem determinar, que seja considerado de grande gala para todos os effeitos legaes e do estilo o proximo dia 27 do corrente mez.

«O Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino e os Ministros e Secretarios de Estado das outras Repartições assim o tenham entendido e façam executar. — Paço, em 6 de setembro de 1910. — Rei. — Antonio Teixeira de Sousa, — Manuel Joaquim Fratel, — Anselmo de Assis Andrade, — José Nicolau Raposo Botelho, — José Ferreira Marnoco e Sousa, — José de Azevedo Castello Branco — José Gonçalves Pereira dos Santos.»

Lindo dia esse.

A's 8 e meia da manhã, içaram se as bandeiras nacionaes n'um improvisado chalet e na historica capella de Nossa Senhora da Victoria, onde em 1810 esteve o hospital de sangue.

Formava ali a guarda de honra, que se pretendeu fazer envergar os uniformes caracteristicos da epocha a solemnisar, mas que

(*) Legislação Portugueza de 1910.=1.º volume.=Pagina 495

nem simples arremedo foi. As fardas da escolta não correspondiam aos trajes militares das campanhas franco portuguezas, não dando d'elles sequer ideia paliida.

No pelotão, eram pretos os vivos das fardetas e o caseado, diversas as chapas dos barretes e os soldados levavam espingardas.

Contrario era tudo aos uniformes de 1810, que a commissão de festas, militar, descuidou, a despeito das disposições conhecidas pelo decreto regulamentar de uniformes, publicado a 14 de Outubro de 1808.

«Os caçadores usarão penacho verde, e os atiradores o penacho preto; uns e outros terão nas barretinas o numero do batalhão, além da corneta que lhes serve de distinctivo.»

«Os caçadores terão jaqueta de saragoça, caseada de cordão amarello, colete e pantalona de sagaroça ou branco, vivos verdes, botões redondos, amarellos, capote como a infantaria, tudo conforme o modelo.»

«Que lhe serão dadas carabinas que lhe são proprias, patronas pequenas e correame preto, e uma espada curta, conforme o modelo, com boldrié á roda da cintura, que servirá egualmente para trazer a bayoneta.»

Assim foram para o Museu, fardamentos que não eram de 1810 nem de 1910, mas simples phantasias d'uma commissão de festejos.

O povo, amontoado, assistia então, por entre as alas da tropa, á missa campal, pelo bispo conde de Coimbra, assistido pelo de Bragança, tendo-se previamente dado a chegada de D. Manuel II, festejado com a marcha real pelás bandas, com o toque de clarins, em som de guerra, e as salvas de artilharia.

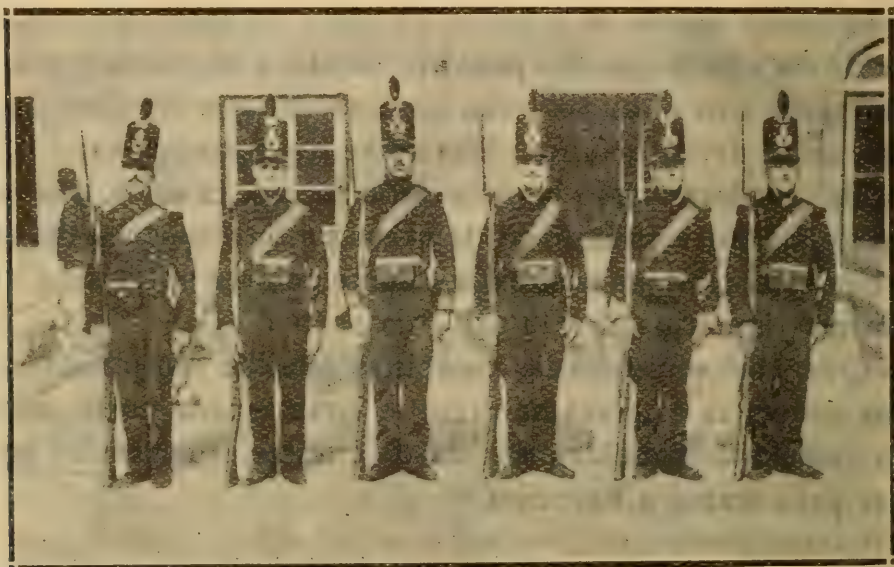
Ensombrou-se instinctivamente a fronte do rei e disse-se que aflagando nervoso o seu corcel castanho escuro, ricamente ajaezado a ouro, empallidecera subito, n'um mal estar que nem a todos escapou.

A intuição lhe segredou que seria a ultima festa grande?

O coração lhe suggeriu a prophecia de que seria ao toque de

clarim e ao surdo echoar das granadas que o seu reinado desappareceria, envolta a corôa no doloroso d'uma fuga, emquanto ás ruas vinha o sangue dos derradeiros e raros deffensores da realeza misturar-se com o do povo proclamador da republica?

Que essas salvas de alegria, esses risos de festa, estavam prestes a transformar-se em salvas de guerra e em lagrimas de dôr?...

D. Manuel contrafez-se e á frente do estado maior, veiu até ao altar, d'onde o bispo-conde falou:

CENTENARIO DA GUERRA PENINSULAR

O pelotão historico — Uniformes de caçadores

«Senhor: — Como é grande, magestoso e bello vêr o rei com o seu povo, o exercito com o seu valor, e a religião com o seu culto e os seus ministros a commemorar e celebrar as honras e glorias da patria com este lusimento e explendor que ellas tanto merecem! Faz hoje cem annos que, n'este dia, n'estes mesmos sitios, e talvez tambem n'estas horas, os soldados portuguezes, ajudados pelos inglezes, venceram as aguias francezas e o anjo das victorias, embargando aqui o passo ao maior capitão dos tempos modernos no caminho das suas conquistas e desmesuradas ambições que, para exemplo de todos, os rochedos

de Santa Helena castigaram. Acolá, nas serras da Estrella, que d'aqui estamos vendo, o nosso Viriato venceu e sacudiu as hostes romanas! aqui, n'estas do Bussaco, os seus descendentes, bravos e destemidos como elle, venceram e sacudiram as hostes francezas! Uma nação, que na antiguidade e mais modernamente tem na sua historia e nas suas tradições feitos heroicos e gloriosas como este, ha de merecer sempre o respeito e admiração de todas as outras, e ser insculpida com lettras de outro nos fastos do seu paiz e do mundo inteiro. Podem passar os seculos

CENTENARIO DA GUERRA PENINSULAR
O pelotão historico — Uniformes de infantaria

mas não passará nunca da memoria dos portuguezes a fama das suas victorias, e tantas e tão grandes foram ellas que até, segundo nos informam, está aqui a celebral-as tambem com a sua presença um neto do grande Wellington e digno representante do exercito inglez, que tambem n'ellas teve uma parte muito importante e decisiva. Levanta-te, meu querido Portugal, d'essas miserrimas lutas intestinas, que te enfraquecem e degeneram; torna-te digno d'estas honras que recebes da nação mais poderosa do mundo, que foi e tem sido sempre nossa fiel

alliada; e, pundonoroso como já fostes e deves continuar a ser, corresponde com brio e dignidade ao que por ti fizeram os teus maiores, sempre com o fito na cruz para conquistar almas para o Ceu, e com a mão na espada para conquistar cidadãos e territorios para a patria, porque é á união da espada com a cruz que tu deveste a tua grandeza no passado, e que podes ainda dever as tuas grandezas no futuro. Senhor — O que succedeu nos tempos passados pode succeder ainda nos de hoje se se derem as mesmas circumstancias de ha cem annos, que oxalá não se dêem nunca; porque podem os gozos da civilização e a sêde e febre dos prazeres que nos devoram, abrandar as bravuras do genio e amedrontar o estoicismo pelo desprezo da morte, mas não poderão nunca arrefecer e esfrear o amor da patria, e o respeito, enthusiasmo e fervor do exercito portuguez pela sua bandeira e pelas glorias. E se elle com um rei entrado em annos, e que teve medo e que fugiu, praticou aquelles prodigios de valor, do que não será capaz hoje com um rei moço cheio de vida, e illustrado, que não duvidará nunca derramar o seu sangue pelo seu povo? Praza a Deus que este rei e este povo dêem todos ao mundo o exemplo d'uma nação pequena valer mais pelas suas virtudes e pelo seu patriotismo, do que as grandes pela força dos seus exercitos e pelos montes do seu ouro. Senhor meu Jesus Christo! Ouvi benigno e attendei as orações que vos faremos n'este santo sacrificio da missa que vamos celebrar e em que somos acompanhados por estes venerandos sacerdotes, e respeitabilissimos prelados, nossos irmãos e collegas para que assim aconteça; e para que as armas portuguezas, aqui cobertas de gloria ha tantos annos no fragor das batalhas, se cubram de gloria agora tambem nas doçuras da paz pela escrupulosa lealdade, que deve ser sempre a sua divisa, e pela promptidão e fidelidade no cumprimento de todos os seus deveres como soldados e cidadãos portuguezes. Senhor meu Jesus Christo! Abençoae o rei para que elle com seu exemplo possa fazer ainda «mais forte a forte gente»; abençoae o exercito para que elle seja sempre digno em tudo do que regou estes montes com o seu sangue, e que aqui batalhou e morreu pela patria: abençoae o povo para que elle não deixe morrer as glo-

rias do seu passado, e para que rebrilhe sempre em seus corações o amor da religião e da patria, e em todos os actos da sua vida a probidade e a honra que foram sempre o timbre e o esmalte do portuguez. Finalmente, Senhor, permitti que n'este dia tão solemne para o nosso orgulho nacional se deponham perante este altar, que é hoje tambem o altar da patria, tantas paixões politicas, ambições e vaidades, que separam, desfazem e aniquilam estes vossos filhos; e que se dêem todos o osculo da paz que faça reviver esse grande valôr e patriotismo que d'um punhado de terra fez outr'ora uma nação que todo o mundo respeitou e admirou, e que ainda hoje, apesar de velha e de tantas desgraças, é capaz de assumir a força do leão, se alguem a pisar e offender. Em nome do Padre, e do Filho e do Espirito Santo. *Amen.*»

*

* *

D. Manuel fazia a continencia e recuava até ao seu anterior logar, d'onde ouviu missa, com serviço de paramentos de seda encarnada, bordada a ouro e com as pratas da Sé Patriarchal de Coimbra.

N'uma cadeira de espaldar, de pau santo, assistia o bispo de Bragança, que depois tambem lançava a benção.

A benção da bandeira commemorativa, bordada em seda de Macau, com as datas a ouro das batalhas mais celebres e a historica legenda camoneana concedida como distinctivo de honra aos corpos que mais se distinguiram na batalha de Victoria, e tendo segura na haste um collar da ordem da Torre e Espada — foi a ceremonia mais emocinante e soberba.

O general Rodrigues da Costa, annuncia ao rei que se ia proceder ao acto e entrega-lhe, recebida da mão do alferes Sardinha da Cunha.

D. Manuel empunhou-a, a toda a altura, seguindo com ella até ao altar-mór, entre as acclamações do povo.

O bispo aspargiu-a solemnemente, já então n'um silencio commovedor.

Depois, recebia-a o commandante de caçadores 3, coronel Vasconcellos, que a depunha, outra vez, nas mãos do porta-bandeira Sardinha, emquanto o capellão militar, padre Carlos Fragoso, orava sobre o exercito portuguez.

Inaugurada era seguidamente, a corôa que fôra deposta no obelisco erguido aos heroes da batalha em 1873, sob alvitre de Joaquim da Costa Cascaes, sendo ministro da guerra, o visconde de Sá da Bandeira.

Foi a corôa de bronze fundida a 10 de Setembro de 1910, na fabrica de material de guerra, sob desenho do tenente de estado mór de infantaria, José Estevão Cacella Victoria Pereira, sendo moldada e vasada em duas semanas, pelos operarios Antonio dos Santos Cabeça e José Antonio Rodrigues, sob a direcção do mestre da officina Antonio Henriques Gomes da Silveira.

Pesava a corôa cerca de 100 kilos e media 1,80 de altura por 0,70 de largura, sendo a maior ali fundida, o que talvez contribuisse para algumas imperfeições que lhe foram notadas.

Não escapou o trabalho a censuras, mas lá ficou sobre a base do monumento, e descerrada por D. Manuel, que a seu lado tinha, como representante dos auxiliares inglezes nas campanhas da liberdade, o duque de Wellington, Arthur Carlos Wellesley agraciado por decreto manuelino de 24 de Setembro de 1910 com os titulos de marquez de Torres Vedras, duque de Victoria e conde de Vimeiro.

Recahiu a confirmação dos titulos concedidos ao 1.º duque de Wellington, Arthur Wellesley marechal general, commandante em chefe dos exercitos alliados durante a guerra peninsular, Lord do Reino Unido e conselheiro privado de Sua Magestade o Rei de Inglaterra, 1.º Duque e 1.º Marquez de Wellington, 1.º Marquez do Douro, 1.º Conde de Wellington, 1.º Visconde Wellington de Talavera, e de Wellington, 1.º Barão do Douro de Wellesley; em Inglaterra, Principe de Waterloo nos Paizes Baixos, Duque de Ciudad-Rodrigo e grande de Hespanha de 1.ª classe; 1.º Duque da Victoria, 1.º Marquez de Torres Vedras, e 1.º Conde do Vimeiro em Portugal; Cavallei-

ro da Jarreteira, da Annunciada d'Italia e do Tosão d'Ouro de Hespanha, Gran-Cruz das Ordens do Banho, da Torre e Espada, da Aguia Negra da Prussia, de Santo Hermenegildo e de S. Fernando de Hespanha, de Santo André e de S. Jorge dos Paizes Baixos, de Maria Thereza d'Austria, do Elephante da Dinamarca, da Espada da Suecia, de S. Fernando e Merito e de S. Januario das Duas Sicilias, de Maximiliano da Baviera; Feld Marechal, coronel dos granadeiros da Guarda, coronel chefe de

CENTENARIO DA GUERRA PENINSULAR

Wellington em 1817

brigada do «Rifle», e commandante em chefe do exercito, em Inglaterra; Feld Marechal, nos Paizes Baixos, na Austria e na Prussia; condestavel da Torre e Castello de Dover; governador-chanceller e Almirante de «Cinque Portes»; Lord Tenente de Hampshire e da Torre Hamlets; Chanceller da Universidade de Oxford; commissario do Real Collegio Militar—no neto Arthur Carlos Wellesley, filho de Arthur Ricardo Wellesley, nascido do casamento do 1.º Duque de Wellington com a Honorable

Catharina Pakenham, 3.ª filha de Lord Eduardo Miguel Pakenham e de Lady Catharina Rowley que usou todos os titulos de seu pae e mais os de 6.º Conde de Mornington, 6.º Visconde de Wellesley de Dungan Castle e 8.º Barão de Mornington no condado de Meath, no Pariato da Irlanda, que herdou de seu tio, Lord Ricardo Wellesley; cavalleiroda Jarreteira; conselheiro privado;tenente-general; tenente-coronel commandante do «Victoria Middlesex Volunteer Rifle Corps»; tenente governador de Guernesey; casado em 14 de Setembro de 1839 com Lady Isabel Hay, camareira-mór da Rainha Victoria, filha dos 8.ºs Mar quezes de Tweeddale, Jorge Hay e Suzana de Montagu.

Approvada foi a distincção, embora se notasse que, ao passo que se effectuava o convite ao descendente de Wellesley, se esquecessem os do general portuguez Silveira.

*

* *

A primeira assignatura do duque de Wellington, como duque de Victoria, era firmada dedicando uma photographia de seu avô, ao seu official ás ordens durante a estada em Lisboa, o official de marinha Ivens Ferraz.

Jorge V, de Inglaterra, enviava a D. Manuel II, o seguinte telegramma, recebido no Bussaco:

«A Sua Magestade El-Rei — Bussaco.

«Foi com o maior prazer que soube que o Duque de Wellington poude acceitar o amavel convite para assistir ás festas do centenario do Bussaco; e naturalmente é com agrado que vejo que lhe é conferida a elevada distincção da Torre e Espada. Este anniversario recorda-me com grande satisfação a velha alliança que une os nossos dois paizes e a qual eu confio em que será sempre mantida. — Jorge R.»

Ali estiveram tambem os tres veteranos, 1.º sargento João Maria, com 50 annos de serviço e 75 de edade, 1.º cabo, Affonso de Sousa, com 40 annos de serviço e 71 de edade e soldado, José dos Santos, com 45 annos de serviço e 69 de edade.

A ultima phase das festas do Bussaco, foi a inauguração

d'um museu-bibliotheca, annexo ao monumento e com livros e reliquias da guerra contra os francezes, sendo assignado auto, que ficou no museu, com dois traslados, existentes, um no Archivo Nacional da Torre do Tombo e outro no Archivo da Commissão do Centenario.

A' noite, alem de illuminações e fogo de artificio houve jantar de gala no paço, com Wellington, e onde o rei brindando ao exercito e na sua illusão doce de que elle com elle estava, dizia que a tropa podia contar com o rei, como elle contava com a dedicação de todos os portuguezes, não se deixando levar pelo peso do desalento e procurando sómente trabalhar para o desenvolvimento do paiz, pois d'esse extorço dependia a felicidade da patria e o seu progresso.

Solemnisações grandes houve em todo o Portugal e como mais notaveis, depois da do Bussaco, as de Cascaes, onde se realisou imponente cortejo que percorrendo a Avenida D. Carlos, rua do Regimento de Infantaria n.º 19, Largo do Infante D. Affonso, rua do Visconde da Luz, rua Alexandre Herculano, até ao campo da Parada do antigo regimento 19 de Cascaes, assistiu á leitura, por um official da historica ordem do exercito de 28 de setembro de 1810, acto terminado com uma salva de 21 tiros, seguindo-se-lhe te-deum na egreja de Cascaes.

Em todos os regimentos se realisaram prelecções sobre o facto commemorado, com leitura da ordem de Setembro de 1810, e varias outras diversões.

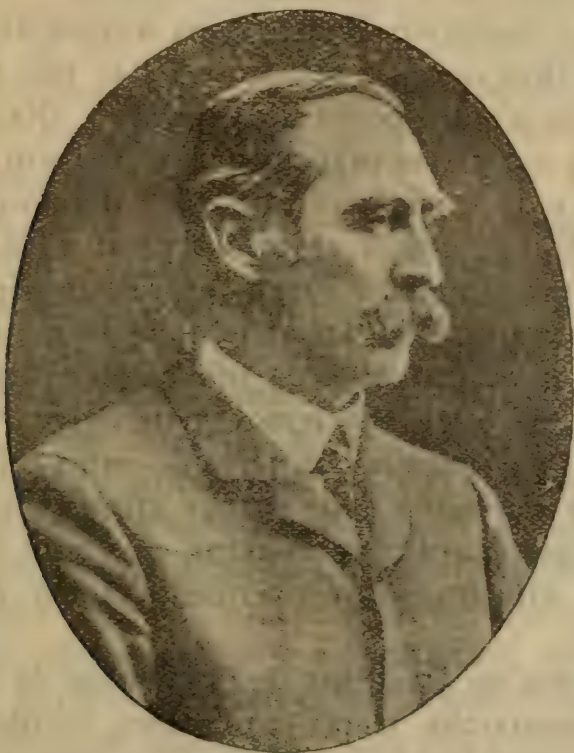
Passava n'esse dia a data do anniversario da rainha, o ultimo que Portugal celebraria e que «O Diario Illustrado» exalçou assim:

«Passa hoje o anniversario da excelsa Rainha a Senhora D. Amelia. A filha do Conde de Paris, que se ligou a Portugal mais pelo coração do que pelas conveniencias politicas, que em geral presidem aos destinos dos Principes e Princezas de sangue, tem sabido fazer-se querida, tantas e tão diamantinas são as qualidades que a ornam. Do alto do Throno, onde o destino a collocou, nunca se esqueceu dos que soffrem, dos que necessitam d'auxilio e conforto, e quantas vezes o povo a tem visto en-

trar nas casas dos desvalidos, onde falta o pão ou onde geme a desgraça. Mas o seu bondoso coração e a pureza da sua alma bemfazeja demonstram-se n'essa obra grandiosa, essa caridosa instituição que fundou e protege com empenho o que se chama —Assistencia aos Tuberculosos. Quantas vezes a Rainha — que pelas suas altissimas virtudes está acima do olhar dos chacaes — sempre alheia ao dominio da politica, alem dos donativos que do seu bolso faz a essa santa instituição e das festas a que preside, vae ali assistir ás consultas sem pensar nos perigos a que se expõe, cuidando só em dar um pouco de lenitivo aos que soffrem e aos que a terrivel molestia envolveu nas suas garras! O problema da tuberculose não podia deixas d'actuar na alma boa da Rainha como uma fonte d'infinita tristeza. Nascida em Twickenham, quando o Imperio francez, na epocha do maior fausto, afastára do seu territorio os membros das antigas familias reinantes, conservou sempre os caracteristicos da nobre estirpe de que procede e os seus alevantados dotes de espirito. Neta de Reis, ostentou o diadema de Rainha com o maior brilhantismo. No dia d'hoje, que era tambem o do anniversario natalicio do finado Rei D. Carlos, aos pés do Throno hão-de chegar os votos que todos fazem pela Mãe Amantissima, pela Santa Mulher, que se póde apresentar como exemplo, taes são as suas virtudes, e que só deseja a felicidade do paiz onde vive, e onde a ligam tantas e saudosas recordações que se conseguiram arrazar-lhe os olhos de lagrimas, nunca deixaram o mais pequeno vestigio d'animadversão, tão fortalecida é a sua alma para a ingratidão humana!»

Por seu turno, os republicanos retorquiam, nos seguintes termos («A Capital» de 29 de Setembro) em artigo intitulado «Coração de Mulher»:

«Commemorando o anniversario do nascimento da viuva do rei Carlos de Portugal, os jornaes governamentaes estiravam-se hontem em felicitações, elogios, lisonjas e erros favoraveis de apreciação, chegando nos seus enthusiasmos a exceder as regras da simples cortezia. O orgão dissidente aproveitou até a oppor-

tunidade para protestar contra a fama de reaccionaria, de beata de clerical, com que a sr. D. Amelia d'Orleans entrou n'este paiz e que conservou sempre, atraz de 21 annos de permanencia n'esta sua patria adoptiva. Mais longe foi ainda o diario dissidente, pois não hesitou em dizer aos adversarios do regimen constituido, que o seu «dever de honra» lhes impõe a «missão nobilissima» de concorrerem para a rehabilitação da Rainha Dona Amelia.

CENTENARIO DA GUERRA PENINSULAR

O actual duque de Wellington que veiu a Portugal assistir ao centenario da Batalha do Bussaco

«E' já. Nem os adversarios do regimen teem outra missão mais nobre, do que a de rehabilitarem a mãe do rei, apresentando-a como uma rainha liberal, tolerante, democratisada, «quasi» republicana, como os proprios dissidentes.

«Ora é necessaria contar-se exaggeradamente com a benevolencia ou com a paciencia dos adversarios da monarchia, para que se lhe faça semelhante appello.

«A fama que tem acompanhado a viuva de D. Carlos des-

de que ella, então delgada, esguia e pallida, atravessou Lisboa, vestida de noiva, em direcção á egreja de S. Domingos, onde recebeu a benção nupcial, tem sido avigorada com o tempo, em consequencia da sua attitude, das suas relações e da educação que ministrou a seus filhos. Não nos illudamos, ou não tentemos illudir os outros: a sr.ª D. Amelia foi, tem sido e é pronunciadamente inclinada aos jesuitas, aos frades, aos padres reaccionarios, á intolerancia religiosa.

«Antes do consorcio da sr.ª Dona Amelia de Orleans com D. Carlos de Bragança, a reacção clerical não se fazia sentir senão n'um ou n'outro ponto da legislação, aliás votado ao esquecimento, e em certas praticas que vigoravam mais pela força do habito e da tradição, do que pela imposição do Estado e da Egreja. E logo que a reacção clerical dava o menor signal de si, immediatamente surgia o protesto popular e depois a intervenção ministerial, voltando tudo promptamente ao anterior estado de acalmação e de indifferença. Assim foi no reinado de D. Luiz, para não irmos mais longe.

«Todavia, nas pégadas da noiva do então principe D. Carlos vieram de Hespanha e de França muitos membros de congregações religiosas d'ambos os sexos, que aqui se installaram sem alarmar ningem, subrepticiamente, como creaturas inoffensivas.

«Depositados no Pantheon de S. Vicente de Fóra os restos mortaes do monarcha sceptico, tolerante, indifferente, que foi D. Luiz, e acclamado rei de Portugal seu filho D Carlos, logo a reacção clerical, confiada na protecção da nova rainha, ergueu a cabeça, começou a falar alto e a actuar ás claras. O rapto da filha do consul brasileiro Calmon, levado a effeito em pleno dia, pelos elementos jesuiticos do Porto, em 1901, o centenario de Santo Antonio em 1895 e a violação e o assassinato de Sarah de Mattos no convento das Trinas, foram manifestações escandalosas do desenfreamento que começava a caracterisar a acção das hostes reaccionarias. Em 1901, Hintze Ribeiro, convidado por D. Carlos a regular a questão clerical, em conformidade com os desejos da commissão liberal que appellou para a alta influencia do rei, teve de ceder ás solicitações da rainha e

de confiar a elaboração do decreto-burla de 1901 a um jesuita.

«Dizer-se que a rainha é victima de meras coincidencias é esquecer-se que ella propria, quando regente do reino, na ausencia de seu marido então em Inglaterra, mandou encerrar as egrejas protestantes, o que deu logar a ser D. Carlos procurado por protestantes inglezes, que junto d'elle intercederam a favor dos seus correlegionarios portuguezes perseguidos. Dizer-se que a rainha não é reaccionaria, não tem accentuada predilecção pelos clericaes é abstrahir das suas saudações ao director da folha jesuitica de Lisboa e das suas relações com o proprio provincial dos jesuitas em Portugal. Dizer que a rainha não é beata, é não querer ver esse pobre rapaz coroado que ahi temos e que d'ella é filho, a almoçar com bispos, a acamaradar com padres, a visitar o collegio de Campolide, a incorporar-se de opa, em procissões de provincia, a acceitar gostosamente o titulo de juiz perpetuo da irmandade do Santissimo, de Mafra, a ouvir missa frequentemente, a confessar-se a meudo, a rezar varias vezes ao dia, a manifestar a toda a hora e em toda a parte a feição ultra-religiosa da educação que recebeu da rainha, sua mãe.

«Se os clericaes e os seus alliados atacam hoje a sr.ª D. Amelia, não é porque ella não leia pelo seu breviario, mas porque, *aconselhando-se ultimamente com o travesseiro*, decidiu-se a peccar, confiada em que no confessionario encontrará opportunamente perdão para os seus peccados. A sua actual attitude contraria aos elementos reaccionarios não tem a sua causa na alma, mas no coração. Um iman a attrahe no momento para a liberdade: se esse iman se collocar do lado da reacção, a rainha inclinar-se-ha subitamente para os seus saudosos jesuitas, frades, padres intolerantes e beatos verdadeiros ou falsos.

«De que materia é feito esse iman? das conveniencias politicas, dos receios pessoaes, d'um amuo, d'um capricho?

«Quem poderá violar os segredos de um coração de mulher?

*

O socialismo allemão, tentava novas reivindicações. Era elle o mais avançado do mundo, trazido á lucta pelos vultos soberbos

d'essa orientação. Se a Karl Marx, Weitling e Engels, impendera o espalhar da doutrina, Liebknecht, fallecido em 7 de Agosto de 1900 em Charlottenburg, foi o grande e verdadeiro apostolo dos progressos sociaes germanicos, assumindo na pratica a espinhosa missão aggrupadora e educadora. Ao cahir d'essa figura de gigante, sectario da doutrina de que toda a união com o conservantismo seria o golpe cerce nas ideias operarias, novos batalhadores surgiram, como Augusto Bebel, Singer e outros, mas o socialismo sem guia supremo e sabio vinha á reivindicação violenta, o que porem lhe não tirou os foros de primeira unidade socialista mundial.

Tomava pois tragicas proporções a greve dos operarios allemães (26 de Setembro de 1910). 500 grevistas vinham ás ruas fazer disturbios, assignalando-se como gravissimos os do bairro de Moabit, com conflictos entre os moradores, grevistas e tropa, que correspondia áos desmandos dos primeiros com tiros para as janellas, de que arremessavam vasos e moveis pesados.

Registaram se 2 mortos, 40 policias, 3 officiaes e 100 grevistas feridos, e aos quaes foram apprehendidos revolveres e pedras, alem de fachos com que pretenderam incendiar alguns dos predios onde a policia se escondeu.

D'um chuveiro de pedras participou o templo protestante, escassamente defendido pelos agentes.

Consternado ficou Guilherme II, com os successos e occultamente, procurou conciliações, indicadas á União dos Trabalhadores, mas recusadas pelo patronato, que não queria intermediarios entre elle e os grevistas. Abrandaram estes na sua colera deixando até encerrar nos carceres varios companheiros, que aconselharam, a despeito da prisão, intransigencias nas pretensões.

Verberou a imprensa allemã (29 de Setembro) as classes operarias, recordando as pavorosas scenas resultantes das manifestações pelo suffragio universal em que a apregoada disciplina se metamorphoseava em processos violentos. Deu isso novos actos desesperados e os grevistas, attrahindo os agentes policiaes á rua Bessel, á esquina da rua Lickigen, com uma queima de cober-

tores, mesas e cadeiras besuntadas com petroleo, atirou sobre elles, insultandos-os, e tentando desarmal-os, n'uma lucta titanica, da qual não escapou uma creança da 14 annos, apanhanhada por acaso fatal entre os litigantes e que ficou sem uma

CENTENARIO DA GUERRA PENINSULAR

O chefe do Estado e o actual duque de Wellington

mão. As mulheres tomaram parte activa, e um taberneiro que coadjuvou a policia viu a casa demolida até aos alicerces:

O povo auxiliava os grevistas e as mulheres de Moabit, exasperadas, eram as mais fortes inimigas da força publica, que es-

teve em situação embaraçosa nas ruas de Lickingen, Rostock e Beussel, aggredida a tiro e pedra, a barras de ferro e a baldes de agua. A policia atacada, refugiava-se onde podia, logo expulsa pelos manifestantes, até que venceu mercê de uma reacção vigorosa, onde empregou 163 tiros, em resposta a mil, que lhe foram endereçados.

Egualaram os tumultos os precedentes revolucionarios de 1848 e esses orig nou providencias energicas, enchendo se os carceres de prisioneiros.

Os successos de Moabit, trazidos ás côrtes germanicas, deram em resultado violento discurso (13 de Dezembro de 1910) dos deputados socialistas contra a politica do chanceller Bethmann Hollweg, que ao accusar o socialismo de revolucionario, viu augmentar o numero de protestantes com os deputados Kunert e Ledebour.

O estrangeiro não deixou de os verberar, e os ministros da America e da Inglaterra entregaram (3 de Outubro de 1910) uma nota ao governo, pedindo um inquerito sobre os excessos policiaes, que attingiram até dois jornalistas d'aquelles paizes.

Os prisioneiros eram depois julgados (14 a 23 de Janeiro de 1911) em Berlim sendo condemnados a penas que variaram de 31 annos e meio de prisão, a 1 mez, estabelecendo-se para outros pequenas multas e havendo 3 absolvições.

*

* *

A velha nobreza perdia então um dos seus mais notaveis ornamentos na pessoa da duqueza de Avila e Bolama, Emilia Hegnauer, fallecida a 28 de Setembro.

Nascera na Austria, era filha de Segismundo e Cecilia Hegnauer e tendo vindo para Portugal em 1847, desde logo se tornou notada na sociedade alta por ser uma das damas mais lindas do seu tempo e uma das mais dedicadas cultivadoras da arte musical.

Pouco depois, em 1850, trocava o nome de Hegnauer pelo titulo de duqueza, pelo seu casamento com o estadista Antonio José de Avila, duque de Avila e Bolama, que falleceu em 1881.

Acompanhando o marido nas missões diplomaticas junto das côrtes de Paris e Berlim, ali egualmente se salientou pela sua formosura.

Mostrou a duqueza no seu testamento o seu temperamento um tanto original e n'essa cathegoria se collocou a disposição concedendo á Misericordia de Lisboa, a verba de 20 contos de réis, para conservar o seu jazigo, não consentindo em tempo algum que n'elle se sepultasse qualquer outra pessoa, mesmo de sua familia, alem do herdeiro e sobrinho, o marquez de Avila e Bolama, Antonio José de Avila, sendo-lhe retirada a deixa caso faltasse.

Determinava ainda a collocação, no jazigo, da imagem de Nossa Senhora da Ajuda existente no quarto da mãe e que desde creança a acompanhava; e deixava, em legados religiosos ou artisticos, á egreja dos Martyres, para adorno da imagem de Nossa Senhora erecta no altar-mór, nos dias conforme o rito catholico além dos determinados pelo prior, o seu diadema de brilhantes composto de doze margaridas, e em rendas de Bruxellas, doze metros para o seu manto; e á Academia de Bellas Artes o retrato a oleo do duque de Avila, tirado por Miguel Angelo Lupi, o seu, de egual tamanho e feito pelo mesmo auctor e os retratos de sua mãe e um seu da edade de tres annos tirado em Vienna d'Austria.

Não deixou a democracia de commentar o fausto do funeral da duqueza e assim appareceram os seguintes trechos, sob o titulo «O enterro d'uma duqueza» e sub-titulo «A Comedia da vida vae por vezes alem da morte»:

«Como morresse hontem, segundo os jornaes aos quatro ventos annunciaram, a sr.ª duqueza de Avila e Bolama teve de enterrar-se hoje. As leis que nos regem a todos egualmente impõem essa ultima obrigação... que os que ainda cá ficam teem de cumprir. Ora, emquanto para os pobres isso constitue tudo quanto ha de mais simples — quatro mãos amigas, quando muito uma carreta... sete palmos de terra e, ás vezes, uma cruz... — para os ricos é maior preoccupação do que muitos dos mais solemnes actos da existencia. Alguns traçam em vida o espectaculo publico da sua morte; descrevem o cortejo, reclamam com-

parsas e fazem o orçamento. E' por isso, que hontem Lisboa viu passar por algumas das suas principaes arterias um luzido e curioso cortejo bem digno — não fôssem os pannos pretos que vestiam os cavallos — d'um triumphal casamento. Ia o cadaver da duqueza encerrado n'uma urna de pau santo sem ornamentos, a qual era levada n'um coche preto puchado a quatro parelhas. Seguia se um coche imperial, todo dourado, puchado a tres parelhas dentro do qual iam o prior dos Martyres, o mestre de ceremonias e um acolyto. Logo, n'uma berlinda dourada, a duas parelhas, iam dois padres de luxuosas vestes ao lado do seu acolyto. Uma outra berlinda, nas mesmas condições, seguia aquella e era por sua vez seguida por uma carruagem negra, puchada a uma só parelha, onde iam um padre e um sacristão. Uma longa fila de trens dizia no seu interminavel desfilar a immensidade das relações da morta. Uma sala da residencia d'esta fôra transformada em capella com espaldar rôxo, ciriaes e brandões e quatro tocheiros ladeando o catafalco. Ali disse missa, com seus habitos pontificaes, o sr. arcebispo de Mytilene. Na egreja do cemiterio, toda armada em negro e rôxo, ardiam cento e quarenta lumes... O funeral da duqueza, feito pela agencia Pires e Martha, custou mais de dois contos de réis! ...E a tanto montou o enterrar d'um rico que, no dizer santo de Christo, custa mais entrar no Céo do que um grosso calabre no fundo d'uma agulha.»

As razões seriam attendiveis, mas a occasião triste é que foi pouco bem escolhida para o esplanar das theorias democraticas e egualitarias...

*

* *

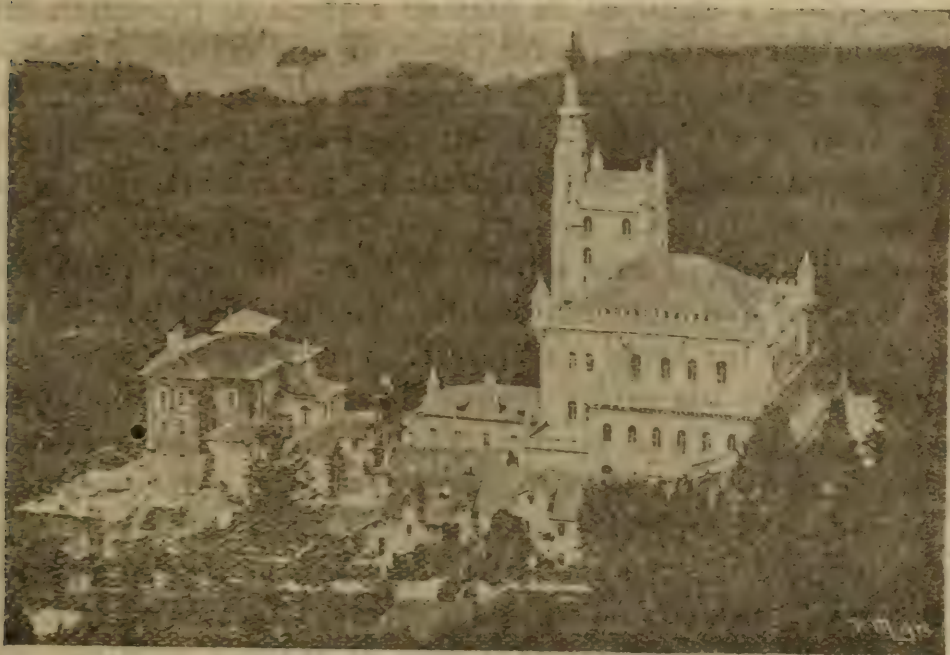
N'essa data, fallecia tambem no seu solar da Guarita em S. João das Areias, o philantropico barão de S. João de Areias, aposentado juiz do Supremo Tribunal de Justiça, Manuel de Serpa Pimentel, irmão do extincto estadista, Antonio de Serpa Pimentel.

Nasceu em 19 de Outubro de 1818.

*

* *

Regularisava então a Republica do Paraguay, a sua situação official.

A 28, elegia seu presidente, D. Manuel Gonira e vice-pre-

CENTENARIO DA GUERRA PENINSULAR

Palace Hotel e parte da matta do Bussaco

sidente, D. João Gaona, que tomaram posse pouco depois (25 de Novembro de 1910).

*

* *

A historica litteratura, registava então duas paginas de descoberta curiosa e notavel.

Uma visava a esbater de junto da figura de Bernardim Ribeiro, o julgado enlevo dos seus amores, a princeza Beatriz, filha de D. Manuel fazendo-a substituir por Joanna Zagallo ou Joanna Tavares, prima do cantor da «Menina e Moça».

Não ficaram por ahi as affirmativas e de discussão em discussão, só mais tarde se averiguava (Agosto de 1912) a verdadeira personalidade da «Menina e Moça», pelo erudito Patrocinio Ribeiro:

«Sem vaidade o declaro, tive a suprema satisfação de encontrar a chave d'esse complicado enigma intencional que originou a concepção e a execução da *Menina e Moça* (*). Presentemente posso affirmar — sem o menor receio de que me desmintam — que todas as interpretações da famosa novela de Bernardim Ribeiro, anteriores á minha, estão erradas. Penalisa-me em extremo o trabalho impotente, o esforço infecundo, dos camaradas de letras que me antecederam á cata da verdade historica, tacteando os menores indicios d'uma solução integral, confesso-o, mas confesso tambem que sinto um orgulho intenso em ter por fim conseguido fazer luz sobre o architectado romance dos amores de Bernardim com sua prima Joanna Tavares e as personalidades supostas do seu livro intimo. Não foi Joanna Tavares a bem amada de Bernardim Ribeiro, não foi; foi sim a obscura poetisa de Almada, D. Leonor Mascarenhas, que nasceu em 24 de outubro de 1503 e falleceu em 1584. «*fiel ao voto de castidade que fizera sendo menina*» — segundo afirma Gil Gonzalez Davilla no seus livro *Grandesas de la villa de Madrid*, publicado em 1623. O mesmo documento que me fez achar a verdadeira *Celia* de Sá de Miranda induziu-me a procurar a bem amada do autor da *Menina e Moça*. Foram esses doze versos de Leonor, piedosamente conservados por Sá de Miranda, que me revelaram a celebre creatura que o pobre Bernardim tão ardentemente amou. (**) Atravez dos capitulos da *Menina e Moça* são

(*) «A verdadeira amada de Bernardim Ribeiro», communicação literaria feita na sessão de 31 de julho do corrente anno da Academia de Sciencias de Portugal, pelo autor.—Nota de Patrocio Ribeiro.

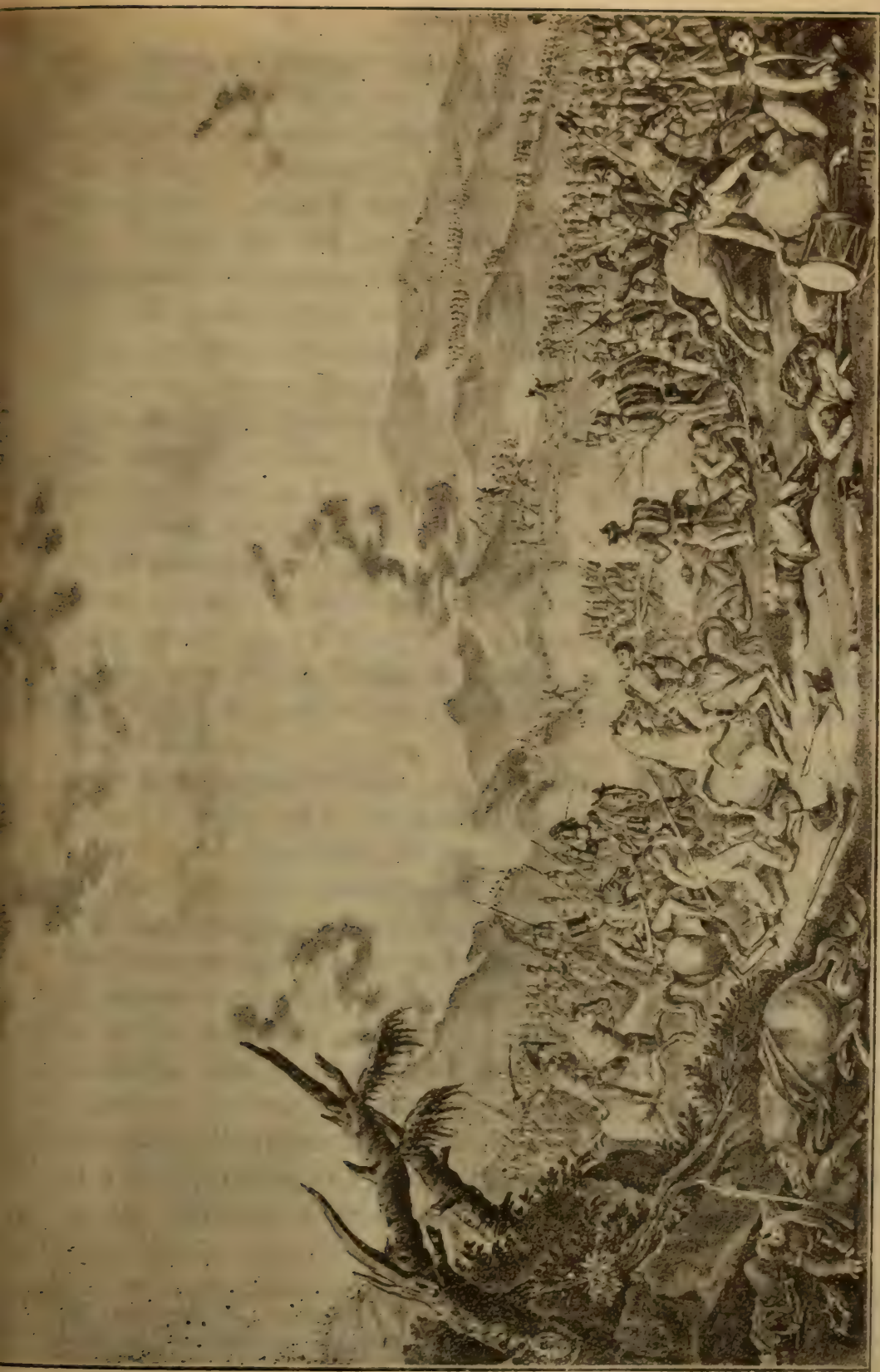
(**) Vidé pag. 39, 40 e 41 da obra «Poesias de Francisco de Sá de Miranda», etc. (edição critica), por D. Carolina Michaelis de Vasconcellos. Foi a nota que acompanha os versos em questão — «polo dela que é cousa rara pus aqui isto por que se veja que tambem Portugal teve a sua marqueza de Pescara» — que me fez descobrir «A verdadeira «Celia» de Sá de Miranda», comunicação literaria feita na sessão de 14 de fevereiro do anno corrente da Academia de Sciencias de Portugal. —Nota de Patrocinio Ribeiro.

flagrantes as alusões aos versos da poetisa, mas difficeis de achar á primeira vista porque essas alusões estão, intencionalmente, dissimulas na estrútura do periodo e na coerencia natural do entrecho; e sucede o mesmo n'algumas das poesias do grande lirico quinhentista. São triviaes estes subterfugios na obra de Bernardim: — foi suprimindo o L e o R ao nome feminino LIANOR que elle formou o criptonimo IANO com que mascára a sua propria personalidade na écloga II, e foi ainda d'este seu proprio pseudonimo que, repetindo a vogal A, elle formou a palavra AONIA — anagrama de IOANA que é a guardadora de patos da mesma écloga, ou seja a personalidade unica de D. Leonor Mascarenhas, dama de honor da infanta D. Izabel, irmã de D. João III e mulher do imperador Carlos V. Não hesito em affirmar — segundo o capitulo da *Menina e Moça* — que foi em 1517, em Portugal, e talvez mesmo em Lisboa, que nasceu a desventurada paixão de Bernardim Ribeiro por D. Leonor Mascarenhas. Elle contava então 34 annos de edade, era já bacharel em leis pela Universidade de Lisboa e frequentava por essa epoca a côrte de D. Manuel que o tomara «*sob a sua real guarda e o mandára cursar os estudos*». Estava na força da vida; era «*de bom corpo e de boa disposição*»; tinha os olhos brancos «*de um branco um pouco nublado*», usava a barba cerrada, mas lia-se no seu rosto, claramente, o contemplativismo inato, o melancolismo morbido, a misantropia intima, «*pois na presença logo se enxergava que alguma alta tristeza lhe sujeitava o coração.*»

«Leonor entrava então, gloriosamente, na puberdade; era uma virgemzita nubil que ia fazer quatorze annos n'esse outubro proximo, «*formosa em grande extremo*», de longas tranças louras ondadas, dama da rainha D. Maria, e — adoravel ingenuidade! — «*ainda sem saber que coisa era bem querer.*» Ora Bernardim ao vêl-a — n'algum sarau da côrte ou talvez junto ao leito mortuario da mulher de D. Manuel, como parece indicar na novela, — sentiu-se enternecido, «*foi logo trespassado do amor d'ella*, viu-se *preso do amor da senhora Aonia*, emfim ficou pelo beicinho, apaixonadissimo. E adeus primeira namorada, adeus *Cruelcia* que te foste á véla, «*que lhe queria tama-*

nho bem e que elle *havia de tomar em matrimonio — porque era de alto sangue e herdava terras onde elle podia repousar os derradeiros dias da vida* — pois captivado pelos deslumbrantes encantos de Leonor «*não tam somente lhe esqueceu a outra mas não lhe lembrou mais senão para lhe pesar do tempo que gastára em seu serviço*», como pitorescamente o declara. (*) Esta volubilidade subita de Bernardim foi, talvez, o maior erro da sua vida; mas não saberia ainda, decerto que Leonor fizera voto de castidade para emquanto vivesse decidindo entregar-se exclusivamente a praticas piedosas, ao fervor das orações, ao mistico amor divino que tanto celebrisou Santa Thereza de Jesus a quem de resto, quiz imitar tambem. (**) Todavia a criminosa fuga de Leonor Mascarenhas ao amor viril e procreador comquanto fosse um mal deleterio para a vigorosa mocidade de Bernardim foi um grande bem para o seu talento, para o seu estro fecundo, porque o tornou o supremo cantor portuguez da paixão espiritualisada — motivo concepcional dos versos dos *Sonetos* Petracha a Laura e dos da *Divina Comedia* de Dante a Beatriz. Como toda a gente sabe, a *Menina e Moça* começa pelo soliloquio da *donzela;* n'esse soliloquio pinta Bernardim o estado da sua alma atormentada de angustias, debilitada de penas, perene de maguas e inquietações do amor contrariado, beijada pungitivamente pela saudade, e cheia d'uma «*lembrança triste.*» Segue-se — a meio do capitulo II — o encontro da mesma donzela e o seu dialogo com a «*senhora do tempo antigo*», personagem esta que se tem affirmado ser a mãe do autor; mas não é a mãe de Bernardim esta personagem, e antes, positivamente, a *mãe* de Carlos V, essa desgraçada rainha conhecida na historia por Joanna, a louca, e que tão martirisada foi por aquelle aquem dera o ser, segundo refere Forneron no apendice á sua «*Historia de Filipe II.*» Do capitulo V ao XI da novela trata-se das *cousas de Lamentor*, personagem esta que se supunha ser o rei

(*) Vidé «Bernardim Ribeiro», Lisboa, 1895, pag. 40 e 41, pelo visconde de Sanches de Baena; e «Menina e Moça», capitulos XIX, IX e XII. —Nota de Patrocinio Ribeiro.

(**) Vidé «Jardim de Portugal», Coimbra, 1626, por frei Luiz dos Anjos, pag. 340 a 344.—Nota de Patrocinio Ribeiro.

CENTENARIO DA GUERRA PENINSULAR—Batalha do Bussaco — (*Copia de uma gravura de Evêque*).

D. Manuel, o venturoso. Mas Lamentor — «*um nobre e famoso cavalleiro que veiu de reinos estranhos ter a estas partes*» — é o proprio imperador Carlos V. *Belisa*, mulher de Lamentor, que morre de parto na novela, é a infanta portugueza D. Isabel, que casou com Carlos V em 1526 e faleceu, realmente, de parto, em Toledo, no dia 1 de maio de 1539. Esta princesa tinha exectamente a mesma edade de D. Leonor Mascarenhas, sua dama de honor, pois nasceram no mesmo dia. (*) «*O cavalleiro da ponte*» — que desafia Lamentor e fica *vencido* na justa — é o rei de França Francisco I, grande rival do filho de Joanna, a Louca, e feito prisioneiro por este na batalha de Pavia. «*A irmã viuva do cavalleiro da ponte*» — é Margarida de Valois, *irmã* de Francisco I e viuva do duque de Alençon. O cavalleiro *Narbindel*, que depois se transforma no pastor *Bimnarder*, é o proprio Bernadim cuja paixão por *Aonia*, D. Leonor Mascarenhas, começou quando ella «*era donzela de entre treze e quatorze annos*», ao vel-a deplorar a morte d'uma mulher, que me parece ser a rainha D. Maria, falecida em Lisboa a 7 de março de 1517, e da qual a bem amada de Bernardim Ribeiro foi dama de honor.

«Mas a novela termina pelo casamento de *Aonia* com um tal *Fileno* de quem só se fala, acidentalmente, nos derradeiros capitulos! Ora o casamento de *Aonia* é uma pura fantasia do autor motivada pela necessidade de terminar a obra, pois D. Leonor Mascarenhas, como vimos, morreu solteira. Parece-me, porem, que consegui achar a explicação mais racional d'esse episodio do suposto casamento. Vejamos portanto os factos historicos: A 12 de julho de 1545, faleceu de parto, em Valladolid, a infanta D. Maria, filha de D. João III, que tinha casado em 1543 com o filho do imperador Carlos V, mais tarde Filipe II de Hespanha e I de Portugal. D. Leonor Mascarenhas foi, então, nomeada aia do principe D. Carlos, e Filipe, ao confiar-lhe a educação de seu filho, disse-lhe afavelmente: — «*Mi hijo queda sin ma-*

(*) Vidé «Teatro de las Grandezas de la Villa de Madrid», pag 287, por Davilla, «Jardim de Portugal» por Frei Luiz dos Anjos, e a «Chronica de D. Manuel», por Damião de Goes, no capitulo especial dedicádo ao nascimento de D. Isabel.--Nota de Patrocinio Ribeiro.

dre vos lo aveis de ser suya, tratadmele como tal»' — D. Leonor tomando esse encargo suavisa assim um tanto a viuvez de Filipe a quem, de resto, servira tambem outr'ora de segunda mãe. (*) Ora o criptonimo *Fileno* — segundo a autorisada opinião do distinto filologo sr. Gonçalves Vianna — parece ter tido a sua origem no nome masculino Filipe. Logo *Fileno* é Filipe de Hespanha, conforme se póde deduzir do facto seguinte bastante simptomatico, por signal: Em 1581 a *Menina e Moça* foi posta no Index, proíbição que só deixou de prevalecer depois de 1640, em seguida á restauração, apoz a dominação hespanhola em Portugal. Quer dizer: foi logo proíbida a leitura da novela de Bernardim mal Filipe de Hespanha se sentou no trono português! Não seria a *Menina é Moça* incluida na lista das obras interditas em consequencia de solicitação particular de D. Leonor ao monarcha, melindrada ainda pela maneira, quiçá ironica, como Bernardim termina a sua obra postuma aludindo a um falso casamento, que tanto poderia ser tomado por um gracejo inofensivo como pela insinuação deprimente de fazel-a — aos quarenta e dois annos de edade — amante do seu antigo pupilo que contava, então, dezoito viçosas primaveras? E não vejo nenhuma outra melhor forma de se poder interpretar o episodio caviloso do casamento de *Aonia.*»

Outra nova desfeita lenda, dizia respeito a Camões e á sua Nathercia. Ignorada era qual a Catharina inspiradora, se a filha de D. Alvaro de Sousa, se a de D. Antonio de Lima, se a de D. Francisco da Gama, se Catharina de Athayde. O dr. José Maria Rodrigues, publicista e erudito, apresentava-a emfim: era a infanta D. Maria, filha de D. Manuel, e que ainda aos 50 annos era a dama mais tentadora da manuelina côrte.

Vinha a descoberta a publico n'um trabalho precioso do descobridor: «Camões e a Infanta D. Maria».

Ambos os estudos tiveram justa consagração, deixando bem assente, pelo menos até á data, a verdadeira individualidade

(*) Vidé Davilla, «Teatro de las Grandezas,» etc. pag. 287. — Nota de Patrocinio Ribeiro.

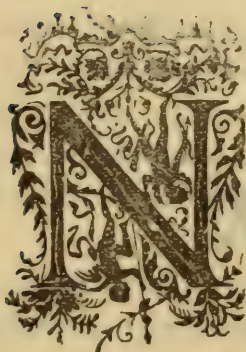
das heroinas inspiradoras do cantor dos «Lusiadas» e de Bernardim, o poeta nctavel goloria do seculo XVI.

*

* *

Em Puente de San Miguel, pittoresca povoação de Santander, era inaugurado entretanto o busto perpectuador da memoria do notavel medico hespanhol, ali nascido, D. Diogo de Argumosa y Obregon. Era obra do esculptor Quintana e devido á iniciativa do conde de S. Diogo e do erudito escriptor D. Boaventura Rodrigues Perez.

XXXVII

Novos boatos de casamento régio.=Insinua se a intervenção ingleza =As declarações do ministro dos negocios estrangeiros =Greve dos operarios corticeiros =Inauguração da Maternidade do Porto =Morte do conde de Cabral =Visita do presidente Hermes da Fonseca.= As manifestações ao Brazil.

Novos boatos casamenteiros vinham por essa epocha procurar echo nas camadas populares.

Annunciava-se a proxima recepção do ministro da Allemanha, barão de Rodman, por el-rei D. Manuel, que receberia do diplomata, carta autographa de convite para visita ao imperio germanico e iniciaria negociações para o enlace com a filha de Guilherme II, Victoria Luiza.

Desmentiu o ultimo boato, o jornalismo governamental, ao tempo que de Londres respondiam com os annuncios, extra-officiaes, do casamento da princeza de Fife, com o filho mais novo do rei da Grecia, o principe Christosofos.

A imprensa progressista, accudia n'uma pretensa defeza, onde se percebia a ironia: (*)

«Tem o sr. D. Manuel II vinte annos. Está na edade das grandes paixões e de fazer namoro a todas as raparigas lindas que lhe appareçam. Mas é Rei e o protocollo corta-lhe esses de-

(*) «O Liberal» de 29 de Setembro de 1910.

vaneios juvenis, não pode amar, nem namorar as raparigas casadoiras como qualquer outro rapaz da sua edade. E então o que hade fazer? Casar, mas casar com uma princeza — que a nação lhe indique! Ainda ha d'isto em pleno seculo XX! Sabemos que Sua Magestade, honra lhe seja feita, se tem recusado formalmente a ligar-se por toda a vida a verdadeiros espantalhos, feios como o demonio embora tenham a alta gerarchia realenga.

«— Não, dizem-nos que tem exclamado El-Rei: Não! eu é que caso e portanto só quando eu quizer e com quem eu quizer!...

«Bem fez El-Rei. Antes calcar a pés juntos o protocollo da côrte que a Constituição do Estado.»

Esse sonho seria interrompido pela revolução e em nada ficou o boato onde se apontava a 7.ª das indigitadas noivas do rei prestes a perder a corôa.

Eram ellas:

Alexandra Victoria Alberta Luiza, filha do duque de Fife, neta de Eduardo VII, nascida a 17 de Maio de 1891.

Maud Alexandra Victoria Georgina Bertha, nascida a 3 de Abril de 1893.

Beatriz Leopoldina Victoria, filha do fallecido Duque de Edimburgo e de Saxe Coburgo Gotha, neta da fallecida rainha Victoria e sobrinha de Eduardo VII, e que em Julho de 1909, desmentiu as intenções de consorcio com D. Manuel, casando com o infante D. Affonso de Orleans.

Maria del Pilar, filha do principe Luiz Fernando da Baviera e da infanta D. Paz, irmã de D. Affonso XIII.

Isabel, filha da archiduqueza Maria Valeria e do archiduque de Toscana, Francisco Salvador e neta materna do imperador da Austria.

Isabel de Coburgo, filha do principe herdeiro da Romania e depois indicada noiva do principe herdeiro da Austria, archiduque Carlos Francisco José.

Victoria Luiza Adelaide Mathilde Carlota, filha de Guilherme II, nascida a 13 de Setembro de 1892, e que mais tarde (12 de Fevereiro de 1913) assignava a declaração anti-nupcial, com o principe Ernesto Augusto de Camberland.

Mas quem seria a princeza, altiva e energica, que vendo o throno abalado, quereria tornar-se em vez de rainha de um povo, triste companheira de um rei exilado?

E esse claro projecto se espelhava nas folhas republicanas, sem o rebuço sequer d'uma phantasia a tirar-lhe a rudeza imperativa d'uma ideia já talhada: (*)

«Espantam-se as folhas conservadoras e as gazetas clericaes de que o vice-almirante e deputado por Lisboa, sr. Carlos Candido dos Reis tenha dito n'um banquete que se se levantar um conflicto entre o Rei e a Patria, officiaes, soldados e marinheiros serão pela Patria contra o Rei. Mil vezes. Porque não? Que importancia pode ter um rei perante uma Patria, quando esteja com esta em conflicto? Se tem idade e experiencia para saber o que faz é um criminoso que merece ser punido com todo o rigor. Se é um «badameco», deve ser mandado brincar sob as sombras frescas no Bosque de Bolonha. Apoiado: Pela Patria contra o Rei e nunca pelo Rei contra a Patria, porque seria uma infamia.»

N'uma illusão que o estrangeiro, astucioso cimentava, os politicos portuguezes, absorviam-se no pensamento de que qualquer tentativa democratica fracassaria ante o receio da intervenvão do internacionalismo e muito especialmente da Inglaterra.

Criminosa era a idéia, mas temerosa de que ella germinasse efficaz nas chancellarias europeas, já a propaganda republicana a contra-minava, valendo-se para isso da missão a Paris e Londres, que, junto de alguns membros dos respectivos governos fez como que uma clara exposição dos seus projectos.

Não eram desconhecidos os trabalhos executados pelos missionarios da revolução, dr. Magalhães Lima e José Relvas, e ainda de Londres, viera pelo «The Nation», orgão officioso do ministro da fazenda Lloyd George, um artigo do primeiro d'aquelles vultos republicanos, verdadeiro rasgar da venda que encobria os olhos dos politicos da sua patria:

«Houve tempo em que os governos portuguezes costuma-

(*) «A Capital» de 16 de Setembro de 1910.

vam empregar methodos um tanto duvidosos para influenciar a opinião publica dos estrangeiros. Esse tempo passou. A situação mudou completamente. Hoje, o estrangeiro está inteiramente ao facto do que se passa em Portugal. De facto, todos reconhecem com que escrupulosa honestidade os republicanos teem administrado as finanças municipaes de Lisboa e como assim teem dado prova da sua capacidade e aptidão para tomarem as redeas do governo do seu paiz. Na Inglaterra, especialmente, a organisação republicana portugueza é conhecida e admirada, assim como a forma por que elles teem desenvolvido a educação civica dos portuguezes.

«O partido republicano tem comsigo a parte pensante da nação, o elemento intellectual, a massa do povo — tudo, n'uma palavra, quanto representa trabalho e producção. — E' um facto notorio que em Portugal todos os que não são republicanos acceitariam, comtudo, a republica, presumindo que ella melhorasse o estado presente dos negocios publicos, — o que indubitavelmente succederia.

«Até hoje, e por falta de melhores argumentos, os monarchicos para se salvarem a si próprios, atacando o partido republicano, teem pensado n'uma unica coisa: — appellar para a Inglaterra e para a Hespanha, como se nos nossos dias a intervenção armada fosse uma coisa possivel!

«Os proprios republicanos são os primeiros a proclamar a necessidade de uma solida alliança com a Inglaterra, necessidadade tanto mais imperiosa quanto os interesses commerciaes e as relações coloniaes que existem entre os dois paizes são vastissimas. As allianças são para as nações o que as associações são para os individuos, isto é, um elemento de força e de poder. Ha quatrocentos ou quinhentos annos, as allianças dynasticas teriam tido a sua razão de ser; hoje, porém, são inadmissiveis. As unicas allianças duradouras são as contrahidas entre os povos. E' um engano imaginar-se que existe qualquer má vontade entre o povo portuguez e o inglez. O que sempre existiu foi um sentimento hostil á casa de Bragança. No que diz respeito propriamente á nação os sentimentos são differentes.

«Felizmente, a Inglaterra faz justiça ao povo portuguez.

A «entente cordiale», que estreitou as relações entre a França e a Inglaterra, foi a manifestação do desejo soberano do povo. Dar-se-hia o mesmo no caso de uma alliança anglo-portugueza, sobre o governo republicano.

«Portanto, se por um lado toda a intervenção estrangeira é um absurdo, sendo a alliança com a Inglaterra e o Brazil um facto, e sendo inevitavel o reconhecimento official da republica pelas potencias, nada mais se opporia á realisação das nossas esperanças mais caras. O nosso dever seria então corresponder á espectativa das potencias estrangeiras e justificar a sua confiança.

«Os compromissos financeiros e diplomaticos, firmados em nome da nação, seriam devidamente respeitados. E' esta a melhor garantia que poderiamos dar do nosso firme proposito de proclamarmos uma republica de ordem, de liberdade, de justiça, de uma escrupulosa administração, de um regimen que daria inteira satisfação aos interesses nacionaes e internacionaes. O estrangeiro sabe agora que Portugal não é um estado feudal de uma dynastia, ou um estado vinculado a um partido. Reconhece que, na extremidade oeste da Europa, vive um povo que reclama o direito de viver, um povo zeloso da sua independencia, que affirma o direito de dirigir os seus destinos e de se governar a si proprio, da maneira que melhor lhe convier. O estrangeiro sabe que, de facto, a nação portugueza não deve ser avaliada por aquelles que a governam.»

Mas nem toda a imprensa londrina fallava de egual fórma e dias antes, o «Morning Post», censurando energico a campanha republicana em prol das suas reivindicações, aconselhava o seu governo a enviar ás aguas portuguezas um couraçado, afim de proteger, em caso de necessidade, os subditos britannicos.

N'essas alturas abriu o «The Daily Chronicle» um inquerito á situação portugueza e confiava a um redactor, o encargo especial de ouvir, sobre a politica, o ministro dos negocios estrangeiros, conselheiro José de Azevedo Castello Branco.

Prestava-se este á entrevista do enviado do grande jornal britannico e deixando vaguear o pensamento pelas regiões phantasistas e talvez até com o vontade de desarmar, pelo arrojado

das affirmativas, o escabroso caminho preparado pelos republicanos aos monarchicos, mas com a desassombrada cooperação d'estes, já pelos ataques á corôa, já pelo vasto cabedal de elementos favorecidos para a propaganda derruidora da democracia — patenteava assim o conjuncto das suas ideias:

«Portugal está em vesperas de uma grave crise politica. O paiz está farto de não ter governo, e o partido do ex-dictador Franco deseja e espera voltar brevemente ao poder. Outros partidos intrigam tambem. Entretanto, devido ás irregularidades e violencias das recentes eleições, o parlamento foi addiado por tres mezes. Ninguem sabe o que n'este poderá dar-se.

«O nosso correspondente especial em Portugal teve uma importante entrevista com o ministro dos estrangeiros, sr. Castello Branco, que é um enthusiasta do programma annunciado no discurso do rei. E' um programma liberal e radical, contendo reformas financeiras e outras, como nunca foram propostas em toda a historia de Portugal. Diz que os republicanos teem aproveitado as dissensões dos partidos conservadores ou monarchicos, mas que, se tentassem uma revolução, o governo estava preparado para se bater com elles. Qualquer acto de violencia encontraria prompta repressão. O rei Manuel, disse o sr. Branco, é muito popular, e era sincero desejo do paiz que elle desposasse uma princeza ingleza. Espera-se a proxima realisação de um enlace projectado.

«A communicação do nosso correspondente, que é da maxima importancia sob o ponto de vista da critica situação de Portugal, deveria ter-nos sido telegraphada no sabbado, mas, retida pela censura, só pelo correio a pudemos receber.

«Como membro do governo liberal, o sr. Branco disse que os seus collegas e elle proprio não teem posto qualquer obstaculo á propaganda pacifica do partido republicano, mas se elles tentarem uma revolução ou destruição pela violencia do actual regimen, immediatamente verão que a mão aveludada do governo occultava uma mão de ferro.

«Estamos completamente preparados para todas as contingencias, e o governo não hesitará um só instante em reprimir firmemente qualquer movimento insurreccional.

«Os republicanos não são loucos. Sabem muito bem o que lhes poderia succeder se tentassem perturbar a paz e a ordem publica do reino; mas desejo dirigir-lhe estas palavras por causa de certos exaltados do partido que, incitados pelos revolucionarios exteriores, mostrassem tendencias a deitar os braços de fóra. Procuram prejudicar o nosso credito; tomaram a apparente tolerancia do governo como receio da sua politica revolucionaria e concluiram d'ahi que nós estamos promptos, pela nossa indolencia, a deixal-os lançar o paiz na guerra civil. Mas no dia em que elles, ou outros, infringirem a lei e se lançarem n'uma campanha de violencia, o governo esmagal-os-ha sem misericordia.

«Estamos promptos a combater a revolta armada. O exercito e a marinha são absolutamente fieis á monarchia. Voltar-se-hão contra os insurrectos. E se fossem insufficientes, o governo tem outros meios á sua disposição que não hesitaria empregar para acabar com a insurreição. Deseja que os amigos de Portugal na Inglaterra e na Europa comprehendam todos, claramente, a situação sob o ponto de vista dos poderes constituidos. Este governo, liberal como é, por sentimento e desejoso de promover o bem estar do paiz, não é um gabinete de fracos nem de imbecis. Defendemos o regimen constitucional existente e havemos de mantel-o, custe o que custar. Se os republicanos, na anciedade dos seus ideais, quizerem provocar repressão pela pratica de actos violentos, tanto peor para elles.»

A ameaça não cahia em terreno esteril, mas da exposiçao á execução medeou o grande abysmo talhado pela inercia de uns e pela cumplicidade de outros, ante o erguer da luva pelos republicanos, sob o benefico sorriso do Acaso, duplicando as energias de alguns bravos e illuminando sardonico a esteira fugitiva de alguns prudentes. . .

Não deixaram comtudo de servir de arma de combate para a democracia, os trechos confiantes do ministro dos negocios estrangeiros.

O «Mundo», publicava-os a 3 de Outubro, ao tempo que nas associações secretas tudo se aprestava para um collossal

desmentido ás palavras attribuidas pelo «Daily Chronicle» ao conselheiro José de Azevedo.

O «Dia», entrevistando-o, e ante a sensação produzida pelo facto, obtinha logo termos negativos, contidos na seguinte nova entrevista:

«Encontrámos á porta do ministro um trem que o espera. O policia informa-nos que S. Ex.ª acabou de almoçar, e d'ahi a instantes, n'um interior confortavel, o sr. conselheiro José de Azevedo recebe-nos e pergunta-nos o que ali nos leva.

« — A entrevista do inglez...

« — Ah! bem sei.

« — Desejavamos ouvir o commentario do entrevistado.

«E o ministro dos estrangeiros, commenta:

« — Em primeiro logar, deixe-me dizer-lhe que fui effectivamente procurado por um jornalista inglez, mas não me foi mostrado préviamente o artigo que dava conta d'essa entrevista. Não sei por que motivo hei de ser responsavel pelo que outros escrevem.

« — A conversa foi em inglez?

« — Qual! Em francez é que nós falámos. Por signal que o «reporter» conhecia essa lingua muito superficialmente...

« — De maneira que a celebre declaração, a famosa declaração...

« — Tenho a absoluta certeza, responde-nos gravemente o sr. conselheiro José de Azevedo, de não ter pronunciado taes palavras. Essa declaração, pela forma como está redigida, nem sequer tem senso commum. Precisamente como tinham previsto. O jornalista inglez on não percebeu ou deu-se ao luxo de inventar. A entrevista não teve a sancção do entrevistado — como é da praxe em artigos d'esta natureza.

« — Não tenho um minuto de meu, accrescenta ainda o nosso interlocutor. Agora vou a bordo do cruzador brazileiro... Addiei duas entrevistas, com o ministro da França e com o da China... Não tenho tempo algum, mas, se o tivesse, escreveria um artigo afim de collocar as coisas nos seus devidos termos. Mas, em todo o caso, as «Novidades», o «Imparcial» e o «Dia» devem publicar hoje uma nota officiosa do governo des-

mentindo cathegoricamente as declarações que me foram attribuidas.»

Da reunião ministerial, sahiu effectivamente o desmentido officioso, publicado nos dois jornaes governamentaes, as «Novidades» e o «Imparcial» e no orgão dissidente o «Dia»:

«O «Mundo» publica hoje, as notas de uma «interview» do correspondente do «The Daily Chronicle» com o sr. ministro dos negocios estrangeiros. Entre essas notas, encontra-se a seguinte:

«Estamos promptos a combater a revolta armada. O exercito e a marinha são absolutamente fieis á monarchia. Voltar-se-hão contra os insurrectos. E, se forem insufficientes, o governo tem outros meios á sua disposição, que não hesitaria em empregar para acabar com a insurreição.»

«Crêmos bem que se trata de uma infiel traducção de pensamento do sr. ministro dos negocios estrangeiros; mas, como o «Mundo» conclue das palavras acima transcriptas que o governo pense entregar ao estrangeiro a manutenção da ordem publica em Portugal, no caso de insurreição ou em outras circumstancias, aqui declaramos, pela maneira mais peremptoria e terminante, que isso carece, inteira e absolutamente, de fundamento ou pretexto para se dizer. As contendas entre portuguezes, por motivos de ordem politica ou por outros de qualquer especie, entre portuguezes teriam de ser derimidas, mesmo quando, por desgraça do paiz, a ordem interna fosse perturbada. As palavras attribuidas ao sr. ministro dos negocios estrangeiros ou não são as que o sr. conselheiro José de Azevedo Castello Branco proferiu — e esta é a verdade — ou não teem o sentido que o «Mundo» n'ellas quer encontrar. Tal é a solemne e firme declaração que, devidamente auctorisados, fazemos em nome de todo o governo.»

Murmurios houve, reproduzidos mais tarde, de que por vezes, e até essa data, se premeditaram pedidos de intervenção britannica, no momento em que os republicanos, pelas armas, pretendessem substituir a monarchia pelo seu ideal.

A isso se deram ligados os nomes da rainha D. Amelia, do

marquez de Soveral, e dos conselheiros Wenceslau de Lima e José de Azevedo Castello Branco, e citados em documentos apprehendidos n'um cofre forte do palacio da Pena.

Houve ainda boatos de que a intervenção fôra tratada e repudiada em conselho de ministros.

A seu tempo será explanado o assumpto.

Inventou-se tambem que a Allemanha convidára D. Manuel II, para uma conferencia onde a intervenção seria ventilada.

De certo apenas existia a chegada a Lisboa, em 3 de Outubro, de uma carta autographa de Guilherme II, formulando convite ao rei de Portugal para visita a Potsdam, documento que não chegou a ser entregue por aguardar a vinda do 1.º secretario da legação que devia substituir o barão de Tachamen.

*

* *

N'esta altura dava-se a ruidosa greve dos operarios corticeiros de Silves, que reclamando contra a exportação da cortiça em prancha, promoviam tumultos, forçando os estabelecimentos a fechar. Dava-se isto a 13 de Setembro, retomando os operarios o trabalho no dia seguinte.

Logo pareceu demasiada condescendencia e as previsões confirmaram-se com a greve dos do Barreiro, com maiores elementos de força, com um movimento forte iniciado em 19, e com a mesma base do de Silves.

Tentou o presidente do conselho suffocar o facto grave, com promessas e com pedidos para aguardarem o parlamento.

Teixeira de Sousa fôra procurado em 28, pelos operarios de Setubal, Almada e Poço do Bispo que sollicitaram a prohibição da exportação da cortiça, nascendo o seguinte dialogo:

« — Não posso satisfazer o desejo dos senhores porque não ha lei que prohiba a exportação da cortiça.

— Faça-se então essa lei, se a julga necessaria — retorquiu o operario.

— Sim, mas o parlamento só abre em dezembro.

— E as nossas boccas abrem-se tres vezes por dia para comer...

— O governo não póde saltar por cima da lei...»

Veiu apoz a promessa de suspensão, até á abertura das côrtes, em dezembro, da exportação da cortiça.

Deu resultado negativo o promettimento e d'ahi a greve geral, com a seguinte proclamação operaria:

«O sr. Teixeira de Sousa não quiz responder com cortezia á commissão; a tres operarios bateu o pé, mas não o baterá por certo perante 13:000 que tantos são os homens que se dedicam no paiz á manufactura da cortiça»

A certa hora dada, em todas as provincias, 13:000 corticeiros, representando 65:900 pessoas deixavam de subito o trabalho.

Encerrava-se todo o commercio de Cacilhas, Almada, Poço do Bispo, Cabo Ruivo, Beato, Rua do Assucar, Braço de Prata, Marvilla e Xabregas, accedendo á vontade dos operarios de 20 fabricas.

Navegando na ideia dos republicanos, embora lhes criticassem os processos, os progressistas cuidaram logo de mais accirrar os elementos operarios e gritavam assim ao governo:

«A greve em que entram 13:000 operarios e que reduz á miseria 65:000 familias representa um caso gravissimo e de urgente solução. E é para casos d'estes que os parlamentos funccionam até, extraordinariamente. Não é com cantigas, nem com pranchadas da policia, ou com balas da tropa que se fecham as boccas famintas. Não temos por fim explorar a nota politica n'esta questão, como o fariam com certeza o sr. T. de Sousa com os seus despreziveis trambôlhos, os dissidentes, e com os protectores, os republicanos — se todos estivessem na opposição. Mas ao lado dos operarios estaremos em tudo o que seja justo. O que pedem elles ao governo? Que lhes valha. Que modifique a lei que os arruina e torna miseraveis. O que tem a fazer o governo? Reunir já o parlamento para o parlamento resolver. Parece-nos que 65:000 pessoas com fóme devem merecer algum respeito!» (*)

«O Liberal» de 29 de Setembro de 1910.

O presidente do conselho expedia logo em 29 de Setembro as seguintes instrucções aos administradores dos concelhos de Setubal e Barreiro:

«Queira informar-me com frequencia estado greve, procure chegar a solução conciliatoria, e sobretudo, evitar que a força publica faça sangue, embora tenha de manter a ordem. Dado o caso da força publica ter que intervir dará preferencia cavalla-

CONDE DE CABRAL

ria, com unico intento dispersar e não de castigar. — Ministro do Reino.»

Ao governador civil de Faro, telegraphava em 29:

«Requisite V. Ex.ª a força necessaria para manter a ordem. Se para isso tiver de intervir e só em caso extremo, mande empregar de preferencia a cavallaria com o unico intuito de dispersar. Procure justa e rapida conciliação. Recommendo maxima sollicitude, actividade e diligencia, com o fim de rapidamente pôr termo á greve. — Ministro do Reino.»

Auxiliando os corticeiros, declaravam-se em greve os tanoeiros, pretendendo obstar a exportação do vasilhame, tendo para essa attitude reunido no Centro Republicano João Chagas, e sendo coadjuvados pelos caixoteiros, garrafeiros e exportadores de uvas.

Teixeira de Sousa, fazia publicar em 1 de Outubro a seguinte portaria:

«Sua Magestade El-Rei, a quem foram presentes diversas reclamações sobre a situação dos operarios corticeiros: ha por bem determinar que seja suspensa a exportação da cortiça em bruto até que as côrtes resolvam sobre as reclamações pelos referidos operarios apresentadas, não sendo admittida a despacho desde esta data; e que sempre que fraudulentamente se pretenda conseguir tal despacho sejam instaurados os competentes processos, para serem punidos os contraventores, nos termos dos artigos 5.º e 6.º do decreto n.º 8 de 27 de setembro de 1894. — Paço em 28 de Setembro de 1910. — Anselmo de Andrade.»

A 30, já o director da Alfandega, em edital citava a deliberação do governo sobre a prohibição da exportação de cortiça em bruto, de reconhecida origem portugueza.

Não se conformaram os operarios corticeiros, allegando que estavam na estação do caminho de ferro de Santa Apolonia, 500:000 arrobas, com ordem de seguir, pela allegada procedencia hespanhola.

Tensa se tornou pois a situação, e peor no Barreiro.

Exaltados os operarios, pelo motivo de que a cortiça a exportar em bruto, tinha a marca hespanhola mas era portugueza, assumiam em 30 a offensiva, começando as violencias por impedir o andamento dos comboios, e acabando por deteriorar a linha ferrea do Barreiro ao Lavradio, o que trouxe prejuizos de 30 contos.

Ao ser isto confirmado, expedia Teixeira de Sousa, ao administrador do Barreiro, o telegramma seguinte:

«Tome providencias para que não seja interrompido caminho de ferro, mas com a maior ponderação e prudencia, evitantando effusão de sangue — Ministro do Reino.»

A guarda municipal embarcava logo para a villa agitada, e, mal recebida, iniciou as suas correrias e acutilamentos, sahindo feridos os operarios Abel de Carvalho com as pernas golpeadas,

Antonio Teixeira com a cabeça fendida, Cypriano Conchas com golpes nos braços, e ainda outros com ferimentos menos graves.

Comtudo, a enorme avalanche popular, obedecendo a senhas democraticas, encarniçou-se mais contra os repressores e encetou novas violencias.

Fechado o commercio, a tropa, como a policia, assistindo quasi impassivel aos acontecimentos, os corticeiros proseguiam na faina impedindo a linha com pipas, saccos de pedras e de cereaes e caixotes, não deixando transitar o correio, obstando á viagem dos vapores pelo embaraço ao fornecimento de carvão, cortando as linhas telephonicas, partindo as agulhas, tocando a rebate os sinos da egreja de Santa Cruz, lançando, por ultimo, fogo á cortiça e aos saccos de cereaes.

As forças de infantaria e cavallaria occuparam a linha do Barreiro até ao apeadeiro de Miguel Paes, emquanto já de noute a policia aquartellada nas carruagens dos comboios era assaltada á pedrada tendo que deffender-se a tiro, emquanto os assaltantes protegiam alguns grevistas que se encontravam esfaqueando os fardos, afim de o incendio tomar maior incremento.

Em lucta estavam contra os grevistas os descarregadores das linhas ferreas, formulando-se mutuas ameaças, tudo ante uma força de 150 praças de infantaria, 1 esquadrão de cavallaria e 40 agentes policiaes.

Na madrugada de 1 de Outubro, localisava-se o incendio e quando os descarregadores desobstruiam a linha, chegavam 60 soldados da guarda municipal, que foram fiscalisar a linha até ao Lavradio.

Tumultos nasceram em Vendas Novas, emquanto em Almada se assaltava a fabrica Villarinho, propriedade do conde de Silves, por este tencionar só dar trabalho 6 dias por semana, com metade do pessoal.

A' agitação corresponderia, apoz larga espera, a transigencia do industrial, dando o augmento pedido pelos operarios, e reabrindo a fabrica a 17 de Outubro.

Entretanto já haviam serenado os animos do pessoal dos outros estabelecimentos fabris, graças a contemporisações do go

verno e os grevistas corticeiros, resolviam a 2 de Outubro recomeçar o trabalho no dia seguinte.

Regressavam a Lisboa as forças de policia de serviço no Barreiro, onde eram soltos os presos durante os conflictos de 1, Cypriano Concha, Antonio Teixeira e Abel de Carvalho.

Solemnisando o terminar do movimento, os grevistas de Sines percorriam as ruas acompanhados de musica, ao mesmo tempo que se liquidava por uma portaria outra greve importante e que acompanhára a dos corticeiros, — a greve dos tanoeiros:

«Sua Magestade El-Rei, a quem foram presentes as reclamações dos operarios tanoeiros, relativamente ao regimen de importação temporaria applicada a vasilhame para exportação de uvas: ha por bem determinar que o beneficio do alludido regimen fique limitado ás importações de vasilhame já realisadas para aquelle fim, ou seja cerca de 25.000 cascos, sendo de ora ávante auctorisada tão sómente a importação temporaria de cascos de capacidade não inferior a 600 litros, typo Bordeus, para exportação de vinho, nos precisos termos do preceituado no artigo 32.º das instrucções preliminares da pauta das alfandegas. — Paço, em 3 de Outubro de 1910 — Anselmo de Andrade.» (*)

Foi essa a portaria que encerrou, na compendiação official, a legislação monarchica portugueza.

Para que bem patente ficasse que o combate dos progressistas não visava ao apreço das reivindicações operarias mas apenas a especulativas ideias politicas, d'essa politica nefasta que arrastou a corôa á queda, o «Liberal», que antes accusava o gabinete de não attender os grevistas, fallava d'elle em 3 de Outubro, dando-o como «governo de castrados que se curvou a tremer de pavor, deante de todas as exigencias dos corticeiros em greve.»

A 2 haviam retirado as forças do Barreiro, ao resolver-se ali retomar o serviço deixando novos conflictos para o futuro,

(*) Lesgislação Portugueza de 1910. — 1.º volume. = Pag. 252.

emquanto os presos do Barreiro eram restituidos á liberdade.

Cediam assim o passo ao pessoal dos electricos, que a 1 exigiam 8 horas de trabalho, marcando greve para o dia 4, caso não fossem attendidos.

Um obstaculo impediria a resposta, obstaculo aliás previsto pelos grevistas: a revolução.

*

* *

A 1 de Outubro era inaugurada na capital do norte, uma das mais uteis instituições de beneficencia: a Maternidade do Porto.

Fundára-a o dr. Maia Mendes.

*

* *

No dia seguinte fallecia no seu palacete do largo do Poço Novo, o Conde de Cabral, Eduardo Augusto da Silva Cabral, fidalgo da casa real, par do reino por direito de successão e de que tomou posse em sessão de 8 de Março de 1869, deputado nas legislaturas de 1865 e de 1865-1868.

Recebera o titulo em verificação de vida, por decreto de 1 de Abril de 1869, apoz a morte do 1.º conde de Cabral, José Bernardo da Silva Cabral, de quem era filho, possuindo o grau de commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, e a gran-cruz da Ordem de Carlos III, de Hespanha.

Era viuvo da condessa de Cabral, D. Margarida Angelina Pinto Esteves Costa, com quem casou em 13 de Setembro de 1854 e fallecida em 1858.

Nascera no Porto a 23 de Novembro de 1825 e formára em direito em 1851, a instancia da mãe, D. Maria Emilia Pereira da Silva.

Como descendente deixou a marqueza de Fontes, D. Maria

Emilia, casada com o marquez do mesmo titulo, Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello Ganhado.

*

* *

A bordo do cruzador «S. Paulo», visitava de novo Lisboa, onde chegava a 1 de Outubro, o marechal Hermes da Fonseca, presidente da Republica Brazileira, o 8.º, na escala formada pelo marechal Deodoro da Fonseca, fundador das intituições democraticas no Brazil; marechal Floriano Peixoto; dr. Prudente de Moraes, dr. Campos Salles, dr. Rodrigues Alves, dr. Affonso A. Moreira Pena, e dr. Nilo Pessanha.

Hermes da Fonseca, ingressava nas aguas portuguezas, emquanto na sua patria, o presidente Nilo Pessanha, preparava a entrega, com determinações de valia.

Por decreto de 30 de Setembro, se estabelecia que, para o effeito de fardamento das tropas do exercito, marinha, policias e bombeiros, se empregassem tecidos manufacturados no Brazil; e que os agasalhos, correias e sellas fossem de fabricas nacionaes.

Nilo, fizera ainda em 20 mezes de governo, medidas notaveis, como a creação do ensino profissional, do ensino agricola, installação do ministerio da agricultura, de escolas veterinarias, desenvolvimento das industrias agricolas, creação um novo codigo de processo criminal, antecipação do pagamento dos juros da divida externa; resgate do emprestimo de 1879; reducção da taxa de juros, trabalhos financeiros e ampla liberdade, dando ao seu governo uma aureola grandiosa.

A imprensa brazileira, assignalando-lhe os trabalhos formidaveis, dizia, representada pela «Gazeta de Noticias» de 2 de Outubro:

«Nunca em tão pouco tempo o governo d'um presidente apresentou tal somma de trabalho real. Bastaria enumerar, entre as obras que mais avultam, a creação do ensino profissional

a installação do ministerio da agricultura, o ensino agricola, as escolas veterinarias, o desenvolvimento das industrias agricolas, a antecipação do pagamento dos juros da divida externa, o resgate do emprestimos de 1879 e a libertação das alfandegas do pezo hypothecario. Cada um d'esses serviços realisados em vinte mezes de governo bastaria para assignalar com destaque a figura de um estadista.

«Em muitos pontos de politica, divergimos e continuamos a divergir da opinião do dr. Nilo Pessanha, mas o bem publi-

CONSELHEIRO JOSÉ D'AZEVEDO CASTELLO BRANCO

co está sempre superior aos interesses partidarios e as campanhas cessam quando se vê tal monumento de trabalho e tal esforço patriotico.»

O «Paiz» escrevia:

«O dr. Nilo Pessanha pode regosijar-se com a sua obra Pratearam-se-lhe os cabellos n'estes mezes de trabalho sem treguas, em que a administração levou a cabo um serviço que devia demandar annos. Hoje é uma parte do paiz que proclama a

grandeza da sua acção governamental, ámanhã, serenada a furia dos despeitados, ha de ser geral o applauso ao seu talento, tenacidade e patriotismo.»

A «Imprensa» accrescentava:

«Se exceptuarmos Floriano, que teve de luctar com as armas na mão, nunca nenhum presidente teve de sustentar uma lucta tão ardente e cruel como essa lucta, que reverte, porém, em sua gloria. Sem nada ceder, a ninguem feriu; nenhuma liberdade foi constrangida; nenhum cidadão molestado. Superior ás injurias e ás calumnias, firme e fiel ás suas ideias e sentimentos, o dr. Nilo Pessanha encheu esse anno e meio do seu governo d'uma massa formidavel de trabalho, para reformar a organisação dos serviços de todos os departamentos administrativos.»

Assim Nilo Pessanha, resistindo ás imposições dos contrarios ao futuro presidente, preparava uma situação próspera para o seu paiz e para Hermes da Fonseca.

A caminho da patria chegava pois este a Lisboa, na tarde de 1 de Outubro, a bordo do maior navio brasileiro, o cruzador «S. Paulo», lançado á água no mez anterior.

A nação irmã tinha então novo testemunho das suas ligações amistosas com Portugal.

O caminho, disposto estava pelo jornalismo republicano, antevendo uma hora propicia para as suas reivindicações e um acaso a servil-a para o augmento da expansibilidade popular e da propaganda em prol do ideal da democracia:

«Lisboa não perderá a occasião de exteriorisar amanhã os sentimentos que enchem todo o seu grande coração, n'este grito — viva a Republica do Brazil e mais simplesmente — Viva a Republica.» (*)

Como homenagem inicial, a municipalidade de Lisboa, approvava a 29 de Setembro, a moção seguinte:

(*) «A Capital» de 30 de Setembro de 1910.

«Considerando que foi por esta Camara deliberado construir o mais rapidamente possivel a Avenida que vae ligar directamente o Largo do Rato com o da Estrella e que essa Avenida terá a denominação de Pedro Alvares Cabral; Considerando que com essa construcção o Largo do Rato será transformado n'uma das mais bellas praças de Lisboa, ficando de

MARECHAL HERMES DA FONSECA

muito maiores dimensões e de fórma muito mais regular; Considerando que essa transformação vae modificar a sua numeração policial bem como o respectivo registo predial não havendo portanto inconveniente na mudança da sua actual denominação; — Proponho que, em homenagem ao grande paiz nosso amigo e irmão e á passagem do seu illustre chefe de Estado por

esta capital, se dê ao actual Largo do Rato transformado, como vae ser n'uma bella praça, a denominação de Praça do Brazil.»

Encheu-se o Tejo de navios de grande e pequena tonellagem para a recepção, promovida, em grande parte, pelo directorio do partido republicano portuguez.

Hermes da Fonseca era recebido com honras militares pelo elemento official e civil no arsenal de marinha, assistindo como representante da familia real, o conde de Sabugosa.

Alojado no palacio de Belem, seguia d'ali para o das Necessidades, onde se demorou com el-rei D. Manuel, que pouco depois retribuia a visita.

O presidente eleito recebia depois os cumprimentos de entidades scientificas, officiaes e brasileiras, encerrando o dia, grandioso banquete no Paço das Necessidades.

No dia 2, realisava a visita á historica villa de Cintra, com almoço no Paço da Pena.

Na sala nobre do Paço Real, se realisava a refeição, sentando-se á meza, alem do marechal, D. Manuel II, a rainha D. Amelia, o infante D. Affonso, o conselheiro Teixeira de Sousa, o conselheiro José de Azevedo Castello Branco, o conde de Sabugosa, o marquez de Fayal, o tenente de marinha brazileira João Cruz, o ministro do Brazil e Batalha de Freitas.

Foi n'uma das alaes do parque, onde tanto segredo de estado e tanta pagina de amor se folheou, que o conselheiro Teixeira de Sousa, disse ao rei que a revolução podia rebentar de um instante para o outro.

Esses receios haviam sido suscitados, horas antes, n'um conselho de ministros que, reunido na noite de 1 de Outubro, se prolongou até á 1 hora da madrugada de 2.

D. Manuel conservou a sua serenidade e a prophecia alarmante não a assignalou o seu rosto na minima contracção.

Hermes da Fonseca que entrára na sala nobre do palacio da Pena ao som do hymno brazileiro, d'ali sahia escutando-o e sem que presentisse sequer as oscillações do throno do seu affavel hospedeiro.

O marechal ia ainda cumprimentar ao Paço de Cintra, a rainha D. Maria Pia, seguindo depois em passeio aos do Estoril e Cascaes, regressando pela tarde a Belem.

Aqui, era aguardado já pelas commissões que iam festejar mais o representante de um ideal do povo, a Republica, do que a figura suprema d'um estado.

A populaça, impaciente, tivera já explosões do seu enthusiasmo e a um dado momento, o seu refluir revestiu tal impeto que a guarda, callando baionetas, correu para junto do palacio, julgando que elle ia ser assaltado.

Era apenas a avidez de, acclamando a republica do Brazil, se preparar para proclamar a de Portugal.

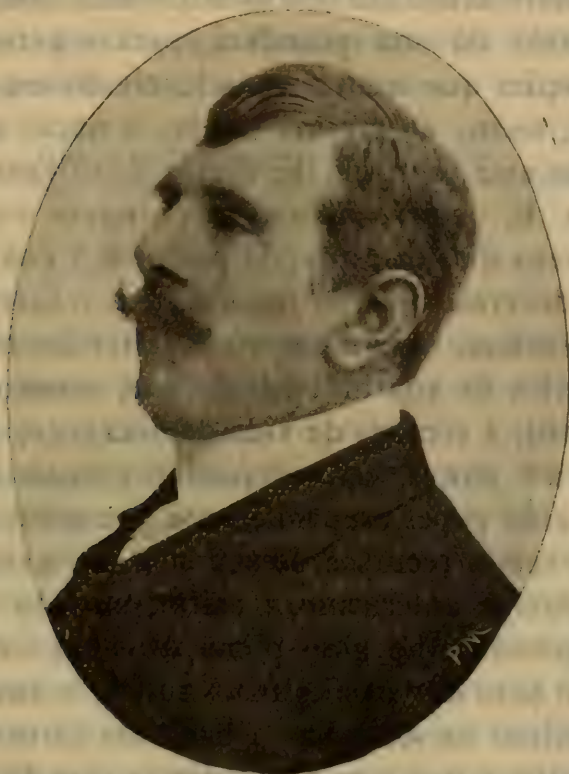
Hermes da Fonseca annotava o festivo acolhimento de quasi todas as aggremiações democraticas, com a Maçonaria á frente, e ante o povo proferia as seguintes palavras:

«Legendario povo portuguez, honra da humanidade, fonte de onde brotou a minha patria, que é a nação brazileira: Eu vos agradeço commovido, a enthusiastica, a imponente manifestação que me fazeis, e que se reflectirá no coração dos vossos filhos — os brazileiros. Eu vos agradeço enternecidamente este testemunho de amôr, de sympathia e de estima que acabaes de manifestar pelo meu paiz. Viva a Nação Portugueza!»

Na sala das Bicas, eram-lhe então entregues as mensagens do Atheneu Commercial, do Gremio Lusitano e da Associação dos Logistas, dizendo esta o seguinte:

«Ex.mo Sr. Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil. — A Associação Commercial de Logistas de Lisboa, representando uma parte importante do commercio e da industria da capital portugueza, não podia deixar sem grave infração dos direitos da sua consciencia, de vir expressar-vos o sentimento de solidariedade de que se orgulhou sempre a nossa raça, e, portanto, a familia a que pertencemos e a que vós pertenceis, como insigne chefe de um povo grande e irmão do nosso. Houve esta collectividade, n'um impulso unanime, o desejo de vos provar

quanto a alma portugueza, enlaçada na alma brazileira, por considerações de ordem varia e principios de secular firmeza, sabe nos momentos solemnes fazer vibrar o seu reconhecimento e a sua intima satisfação por esse enlace que a ennobrece e eleva. D'ahi, o virmos saudar em vós os Estados Unidos do Brazil, de que sois o primeiro magistrado. Gemeos estremosos, nas vicissitudes da Historia como na sustentação dos ideaes generosos e nas conquistas legitimas da civilisação e do progresso, o Brazil e Portugal encontraram-se sempre no mesmo abraço fraternal, na mesma conjugação de licitos interesses, de mutuo respeito e de leal amizade reciproca. Veiu agora a captivante visita que nos fazeis provar-nol-o, mais uma vez, por parte do nobre povo brazileiro, que assim nos diz d'uma forma sobremodo eloquente, que tambem não esquece os vinculos que o unem a este paiz mais pequeno e mais empobrecido, mas — seja-nos permittido dizel-o — trabalhador, cavalheiroso e grato. A visita de um chefe de Estado significa para o paiz que a recebe, não um acto official de simples cortezia, que a pragmatica internacional não preceitua, mas, sim, uma expontanea affirmação de apreço e de estima que o nosso coração comprehende e regista. Vós sois, portanto, o mensageiro distincto, d'essa prova inequivoca da consideração que nos dispensa o Brazil, esse paiz livre e prospero, que se associa ás nossas maguas e ás nossas alegrias, onde a linguagem que nos embalou se falla tambem, onde palpitam tantos corações portuguezes, acarinhados como se estivessem no proprio paiz natal, onde, emfim, as tradicções do nosso nome vivem immorredoiras. Vós sois, sem duvida, a garantia preciosa das relações cordealissimas que mantemos com o grande povo que vos elegeu para a presidencia dos seus destinos; e nós, que vimos em nome d'uma classe numerosa, em que residem as forças vivas da nação a que pertencemos, encarecidamente vos pedimos que leveis ao Brazil o nosso sincero agradecimento com os votos que fazemos por que jámais se destaçam entre nós estes estreitos laços de tão viva sympathia, de tão entranhado affecto. Viestes honrar a nossa casa. Sêde bem vindo, e protestae á nação que tão dignamente representaes a gratidão que nos deixa a subida honra que nos trazeis. — Lisboa, 2 de

Outubro de 1910. Pelos corpos gerentes — José Pinheiro de Mello, José Romão de Mattos, Joaquim Duarte Fernão Pires, João José da Costa, Antonio Joaquim Ferros, Antonio de Castro, Joaquim Rodrigues Simões, Anselmo Duarte de Campos, Francisco José da Costa, Antonio Alberto Marques, Manuel Joaquim Botica, João de Moraes Carvella, Luiz Filippe da Matta, Augusto Ferreira Castello Branco, Manuel Soares Guedes, Ignacio Ma-

CONDE DE SABUGOSA

galhães Basto, Silverio Carvalho Tramella, João Gomes da Costa.»

A mensagem do Atheneu Commercial, dizia o seguinte:

«O Atheneu Commercial de Lisboa é uma das poucas instituições que subsistem do prodigioso movimento que exaltou o sentimento da nacionalidade portugueza ao celebrar-se o centenario do mais glorioso dos seus filhos: Camões. E' o Atheneu o

mais legitimo representante dos empregados do commercio da capital do reino, e, como tal, vem tributar o mais caloroso preito de homenagem ao cidadão egregio que a nobre nação do sul da America, o Brazil, elevará á mais subida das magistraturas. Mas a saudação ao magistrado envolve, ao mesmo tempo, o applauso phrenetico á nação irmã, pelos laços de affinidade ethnica, que na manifestação completa dos seus direitos, no uso pleno das suas liberdades, soube escolher o mais circunspecto dos seus filhos, o mais denodado defensor dos seus interesses, o mais ardente propulsor da sua grandeza, para a gerencia dos seus destinos. As nações que teem a consciencia do seu prestigio moral e material, teem, ao mesmo tempo, a noção segura, plena, integral, de que esse prestigio lhe deriva da orientação sabia dos seus dirigentes. E, quando as nações attingem o conhecimento completo dos seus direitos, quando possuem a consciencia absoluta dos seus deveres, quando manisfestam o integro saber das suas funcções sociaes, exprimem, na sua tensão mais intima, a nota caracteristica da sua individualidade, como nação preponderante. O Brazil, á sombra da vida democratica, dentro do curto espaço de 21 annos, tem adquirido a noção consciente da sua grandeza e do papel preponderante que a sua situação geographica, e os vastos recursos do seu solo, lhe garantem na parte sul do continente americano, e assim, movido por essa consciencia, se engrandece no goso pleno das suas liberdades, tem-se collocado ao lado das nações mais cultas, hasteando bem alto no solo feracissimo da America, a bandeira immaculada, que o Cruzeiro illumina e que tem como divisa essa brilhante legenda — «Ordem e Progresso». E' para a manutenção d'essa ordem que é a segurança e equilibrio das nações, é para a manutenção do progresso, que é a caracteristica da grandeza das nacionalidades, que a grande nação brazileira vos confiará o mais elevado mandato da sua magistratura, na confiança perfeita de que as altas qualidades do vosso espirito, a extensão maxima dos vossos conhecimentos, serão os factores de mais uma «étape» grandiosa na marcha da sua civilisação. Os empregados no commercio de Lisboa, pela voz do Atheneu, saúdam o presidente da grande Republica Brazileira, fazendo votos para que as relações en-

tre as duas nações irmãs pela lingua e pela alma, se intimem e fortaleçam.»

A's demonstrações de apreço da democracia, ligaram-se os festejos officiaes, contando-se n'esse numero o grandioso banquete da noite de 2 de Outubro na sala do Risco do Arsenal de Marinha, engalanada, com bandeiras, tendo ao fundo um docel formado pelos estandartes luzo-brazileiro rodeando com flôres, a palavra «Bemvindo!» que lampadas verdes e amarellas faziam salientar. Aos lados da sala disticos em azul e branco, realçavam os versos camoneanos:

> Que alegria não pode ser tamanha
> Que achar gente minha em terra extranha.
>
> Não vos hão de faltar gente famosa
> Honra, valôr e fama gloriosa.

Quatrocentas lampadas electricas illuminam o vasto salão, onde os innumeros vasos com plantas raras, completavam o aspecto festivo e grandioso.

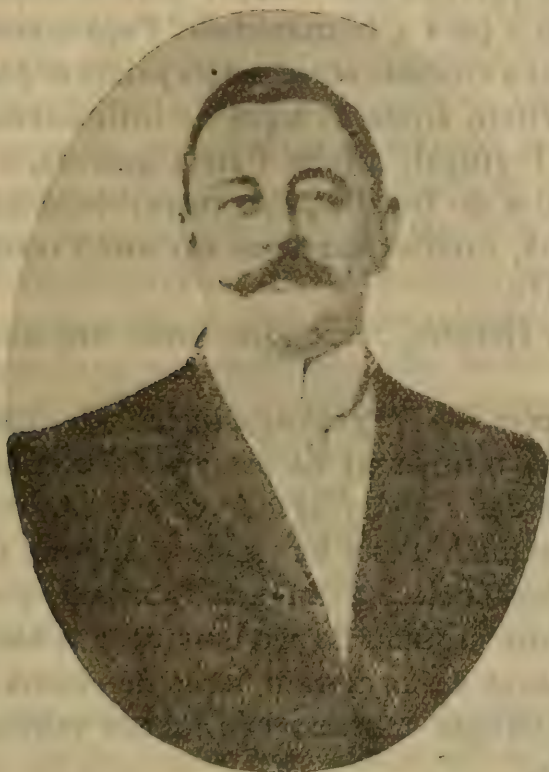
A's 8 horas e cinco minutos chegava o marechal, entrando na sala vasta entre as alas dos convidados, e na mesa de honra tomava logar, tendo á direita, o ministro da guerra, José Nicolau Raposo Botelho, o commandante do «S. Paulo», o presidente da camara municipal, dr. Anselmo Braacamp Freire, o almirante Magalhães e Silva, o antigo presidente de ministros, conselheiro Ferreira do Amaral e o governador civil de Lisboa, major Major Magalhães Ramalho, e á esquerda o presidente de conselho Teixeira de Sousa, o ministro dos estrangeiros, José de Azevedo Castello Branco e o consul do Brazil, dr. Belford Ramos, por parte da commissão das festas, Fernando Anjos, e o secretario da legação do Brazil, dr. Oscar Teffé.

Discursaram ali o escriptor José Antonio de Freitas, por parte da Propaganda de Portugal, Fernando de Sousa, o jornalista Alberto Bessa e o conselheiro Teixeira de Sousa, fallando este assim:

«Ex.^{mo} Sr. e Meus Senhores — Tendo a honra de presidir ao governo portuguez e sendo um apaixonado propugnador do

estabelecimento da intimidade de relações economicas entre a Republica dos Estados Unidos do Brazil e Portugal, cumpro o dever, mas grato dever ao meu espirito de homem de Estado e ao meu coração de portuguez e de patriota, de associar-me ás homenagens prestadas ao sr. marechal Hermes da Fonseca, chefe eleito da Nação Brazileira, e o de significar quanto é agradavel ao povo portuguez a visita com que foi honrado e como deseja ver n'ella o ponto de partida para que, se é possivel ainda, mais se apertem os já estreitos laços de affecto e amisade que unem os dois paizes. Quem seguir com attenção o movimento transformador porque tem passado e rapidamente a Nação Brazileira, desde logo conhece que ella tem dado passos de gigante no caminho da civilisação e do progresso, nas lettras como na sciencia, nas artes como nas industrias, na economia como nas finanças, tomando um logar tão distincto, tanto em destaque, tão seu, que bem pode dizer-se que nas restricções á lei de Monroe, justificadas no predominio de qualquer paiz americano, os Estados Unidos do Brazil entram com uma poderosa e admiravel concorrencia. Pois bem . essa grande Nação, com uma vida tão intensa e tão moderna, elegendo para supremo arbitro dos seus destinos, o sr. marechal Hermes da Fonseca, disse mais do que poderia ser dito pela palavra mais eloquente e que apreciasse a grandeza dos predicados intellectuaes e moraes do homem de Estado, a quem dirijo as mais sinceras e rendidas saudações, acompanhadas do vivo desejo de que a fortuna lhe corra prospera e grande, para o seu nome e para o seu Paiz, tão grande como grande é o affecto que liga Portugal á gloriosa Nação Brazileira, sua irmã de sempre e cada vez mais querida.

«N'este momento da historia dos povos é admiravel vêr como uma nação, ainda nova, se avantaja e engrandece, se impõe á consideração do mundo pela sua immensa e rapida prosperidade, fazendo esconder velhas e gastas civilisações, que asfixiarão os povos, votando os a morte certa, se não romperem pelo caminho da moderna civilisação e da liberdade, que não sómente dá satisfação á dignidade humana, mas que é essencial para os paizes viverem com honra e trabalharem para o seu engrandecimento, essa liberdade que não é apanagio de qualquer regi-

men politico. Na França republicana o respeito pela liberdade não é maior nem menor do que na Inglaterra monarchica. Bate mais rapido o coração verdadeiramente portuguez, ao vêr com orgulho a prosperidade do paiz que tomou para si vida autonoma e independente, não por um acto de rebellião, mas pela admiravel previsão de que um grande futuro havia de honrar as duas nações. Separados, mas amando se, o Brazil e Portugal teem vivido mandando a verdade que se diga que Portugal,

MARQUEZ DO FAYAL

quer nos dias de fortuna, quer nos de desventura, tem recebido dos seus irmãos as demontrações do mais enternecido affecto. Separados pela grandeza do Oceano, elles vivem em uma communidade de relações economicas, cujo estreitamento, mais ainda, é a aspiração de Portugal e que bem ficaria á amisade, fidalga e nobre, que do Brazil nos vem.

«Tenho deffendido o estabelecimento de carreiras regulares de navegação portugueza para o Brazil e que uma zona franca

em uma das margens do Tejo seja preparada para receber os productos brazileiros. Tenho o deffendido e sustentado na minha acção parlamentar, até ao ponto de ver approvada pela Camara electiva uma proposta de lei da minha iniciativa, que tinha em vista ligar as duas nações atravez dos mares, atravez d'aquelles mares que os navegadores portuguezes transpuzeram, levando pela sua mão a Europa ao encontro do que desconhecia, atravez d'aquelles mares nunca d'antes navegados e cuja furia a audaciosa energia dos portuguezes venceu, com o maximo proveito para a civilisação e para a humanidade. Faço sinceros e apaixonados votos porque a amisade entreos dois paizes se perpectue, para que mais se estreitem ainda os laços de intimidade e inegualavel affecto entre Portugal, minha Patria querida, e a Republica dos Estados Unidos do Brazil, pela prosperidade da grande Nação amiga e irmã, exteriorisando-os em um Vivam os Estados Unidos do Brazil!»

O presidente Hermes, respondia, lendo um discurso:

«Meus Senhores. — E' grande difficuldade, mas é tambem grande honra para mim, usar da palavra nas circumstancias em que estamos reunidos e poder agradecer a todas as benemeritas associações, promotoras d'este banquete mais esta eloquente demonstração de constancia e firmeza na amisade que consagram á nação em que me orgulho de ter nascido. Foi assim que entre os nossos dois povos se formaram laços de estima e de affecto, que originam allianças moraes, não menos valiosas do que as allianças politicas.

«Foi assim que entre a velha metropole gloriosa e a pujante colonia emancipada se estabeleceu uma communhão tocante de recordações indeleveis de lembranças de invencivel apego, de dedicação e de esperanças.

«Ao digno sr. presidente da Associação Commercial de Lisboa, ao illustre sr. presidente do conselho e aos distinctos jornalistas, todos os quaes acabamos de ouvir com a maior satisfação, agradeço cordealmente as suas apreciações, os seus votos, os seus elogios, sabendo dar o desconto, e desconto muito largo, á indulgencia concedida á minha pessoa. A todos garanto o im-

perecivel reconhecimento dos meus compatriotas e tambem o meu.

«Sei perfeitamente, meus senhores, a importancia e o valor dos interesses que representam as associações que me recebem de um modo tão gentil e carinhoso Sei que o seu intuito é promover, ao mesmo tempo, um conhecimento mais perfeito, uma intimidade mais apertada entre os dois povos irmãos e promover o bem estar material de ambos, augmentando a troca das suas vantagens, a solidariedade dos seus interesses.

«Tem sido este o fito de todos os governos do Brazil e claramente o acaba de demonstrar a solicitude do sr. presidente da republica, em auxiliar o estabelecimento de uma carreira brazileira de navegação para Portugal. Affirmo ás associações aqui brilhantemente representadas e ás quaes, do fundo d'alma, renovo os meus agradecimentos, que tambem será esse um dos principaes fitos do governo da minha presidencia, como egualmente será o estreitamento das nossas relações intellectuaes, para que mantenham em perfeita união os nossos espiritos e os nossos corações, que nunca deixaram de se comprehender.

«Outra vez obrigado; muito obrigado, meus senhores.

«Tenho a honra de levantar a minha taça pelas prosperidades de Portugal e pelo senhor D. Manuel.»

Ao terminar, o marechal erguia um viva a D. Manuel II, rei de Portugal, que a musica acompanhou com o hymno da Carta.

O povo, na rua, teve um murmurio, logo abafado pelos vivas á Republica do Brazil, repetidos á sahida presidencial.

Realisava se na manhã de 3, a visita á Sociedade de Geographia, onde era aguardado pelos directores, conselheiro Barjona de Freitas, conselheiro Ramada Curto, general conselheiro Joaquim José Machado, Moreira de Almeida, Petra Vianna, Luiz Eugenio Leitão, Sarrea Prado, Vicente de Almeida d'Eça, Francisco Santos e José Canedo.

Na sessão de homenagem, o official de marinha, Vicente de Almeida d'Eça, lia a mensagem de congratulação, entregue depois, dentro d'uma pasta de velludo com as côres luzo brazileiras:

«A Sociedade de Geographia de Lisboa agradece, profundamente reconhecida, a honra que Vossa Excellencia se dignou conferir-lhe, accedendo ao convite para visitar a sua séde, e regista, em seus annaes, com o maior desvanecimento, a data em que esta visita se realisa. Outros chefes de Estado teem visitado a nossa sociedade, e, n'esta sala, que se chama Portugal, teem sido recebidos e acclamados, como representando povos de Portugal amigos. Agora, porém, chegou a vez de recebermos e acclamarmos um representante d'um povo que é mais que um amigo de Portugal, porque é o seu filho dilecto dos tempos coloniaes e o seu irmão estremecido da actualidade.

«Suprema felicidade é a do homem que, ao fim da sua carreira, possa dizer: alguma coisa deixarei de grande que honre o meu nome. Suprema felicidade é a da nação que, ao cabo de longo estadio na sua historia, possa affirmar: trabalhei para a civilisação e para o bem da humanidade. Pois este suavissimo consolo sente Portugal, quando considera que o Brazil dos tempos coloniaes foi a sua obra primacial, e quando reconhece e verifica que o Brazil emancipado, o Brazil maior, o Brazil percorrendo, a passos de gigante, a estrada da Ordem e do Progresso, continua sendo o amigo de Portugal. Eil-a, a razão do nosso jubilo. Outra voz, que não a minha, desejaria hoje apresentar-vos as homenagens da Sociedade de Geographia de Lisboa, a do eminente professor e ardente patriota que nos dirigia, ha pouco ainda, com a grandeza da sua clara intelligencia e com a força das suas inexcediveis qualidades de coração. Mas Consiglieri Pedroso, o nosso inolvidavel presidente, não vive já; o seu espirito adeja por sobre nós todos, a sua memória perdurará emquanto a nossa Sociedade existir, mas a sua voz sábia, quente, enthusiasta, amorosa, essa extinguiu-se para sempre. Sabe Vossa Excellencia que o nosso nunca esquecido presidente se dedicava, nos ultimos tempos, a uma obra de importancia maxima — promover o engrandecimento e aperfeiçoamento dos poderosos laços que ligam, que devem ligar, as duas nações irmãs, o Brazil e Portugal. Para a realização d'esse formoso ideal empregou, principalmente desde que assumiu a presidencia da nossa sociedade, toda a força da sua intelligencia e das suas qualidades affecti-

vas, augmentada com a que lhe resultou da sua situação. Trabalhando incessantemente, durante longos mezes, teve o primeiro premio da sua persistencia, qual foi o de receber convite, especialissimo convite, para que a nossa Sociedade, ou melhor, o

INFANTE D. AFFONSO

nosso paiz, se fizesse representar no Congresso Geographico, congresso essencialmente nacional, que deveria realisar-se em setembro, na cidade de S. Paulo, do Brazil. A missão organisada por Consiglieri Pedroso partiu; já n'essa occasião, doença con-

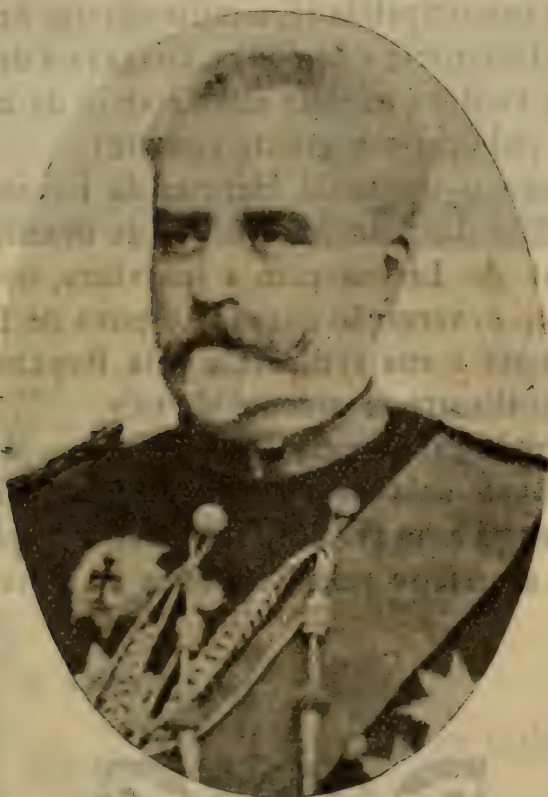
siderada, aliás, como podendo ser debellada, não lhe consentiu assistir á despedida. Depois perdemos o nosso presidente. Verificou-se assim, mais uma vez, o que a historia nos ensina: toda a ideia nobre e generosa carece do sangue dos martyres e dos heroes para que possa germinar, florir, fructificar. Consiglieri Pedroso perdeu a vida para poder cimentar o alicerce da sua obra predilecta — Intima união entre Portugal e Brazil.

«Esta é a razão do nosso lucto, que nos impede de receber a Vossa Excellencia com festivas manifestações, mas que mais augmenta a nossa gratidão para quem, visitando-nos n'esta conjunctura, vem assim honrar a memoria do grande amigo do Brazil que foi Consiglieri Pedroso. A Sociedade de Geographia de Lisboa, honrada com a visita de Vossa Excellencia, desejaria poder dar-vos um testemunho do altissimo apreço em que tem a presença, n'esta casa, de quem vae ser o chefe supremo da nação Brazileira, um testemunho tambem da sua profunda consideração pelo eminente patriota e homem de Estado que se chama Hermes da Fonseca. E assim pensou que nada vos poderia ser tão agradavel como receber um exemplar da nossa edição dos «Luziadas», publicada por occasião do tricentenario da descoberta do caminho maritimo para a India. Os «Luziadas» constituem a biblia de quantos falam a lingua portugueza. Camões, o cantor das glorias dos lusos, pertence tanto ao Brazil como a Portugal; no seu poema immortal é devidamente celebrada a Terra de Santa Cruz. Dignae-vos, pois, senhor marechal, acceitar esta modesta recordação da vossa visita á Sociedade de Geographia de Lisboa. E' tempo de terminar. Não devo, porém, fazel-o sem mais uma vez affirmar a Vossa Excellencia o entranhado affecto que nos liga á poderosa nação brazileira, a profunda consideração que tributamos á pessoa de Vossa Excellencia e o nosso inolvidavel reconhecimento pela honra que Vossa Excellencia nos conferiu, dignando-se acceder ao nosso convite.»

O marechal, acceitando a mensagem e um exemplar dos «Luziadas», ricamente encadernado, relembrava tambem a figura ponderada de Consiglieri Pedroso e agradecia a recepção.

Apoz passeio pela cidade, entre acclamações populares, que conduziam á prisão, na R do Livramento por darem vivas sub-

versivos, dois populares, Custodio Duarte, morador na rua da Triste Feia e Manuel Fernandes, residente no Casalinho de Ajuda. Hermes da Fonseca, almoçava no Palacio de Belem, indo em seguida para bordo do «S. Paulo», para receber D. Manuel II.

Era este conduzido para o couraçado, na Galeota real, rebocada pelo «Trafaria», indo com elle os ministros da marinha e

CONSELHEIRO PIMENTEL PINTO

dos negocios estrangeiros, o coronel Waddington, o marquez de Fayal e o capitão de fragata Vellez Caldeira.

Recebido pela officialidade, emquanto o navio estremecia nas convulsões da salva real, percorria o monarcha as dependencias do vaso de guerra brazileiro regressando depois, com outra salva, a derradeira que escutou como rei.

A' retirada régia, correspondia quasi simultaneamente, uma festa a bordo, a da recepção da colonia fluminense.

O presidente desembarcava ás 5 horas da tarde, afim de preparar-se para o jantar da noite, no Paço de Belem, emquanto se marcava para o dia seguinte, (4 de Outubro), visita ao pantheon, onde o marechal deporia corôas nos tumulos de D. Carlos, D. Luiz Filippe e do imperador e imperatriz do Brazil; ao Museu dos Coches Reaes; convento dos Jeronymos e Real Casa Pia, almoço intimo no Paço de Belem, e precedendo o embarque para a partida, recepção festiva nos Paços do Conçelho.

Para esta, a municipalidade, simulando um desconhecimento do trama revolucionario a firmar-se, chegava a decorar com flores, bandeiras e verdura as suas salas e atrio da camara, e a fazer distribuir e publicar o seguinte convite:

«Tencionando o marechal Hermes da Fonseca, presidente eleito da Republica dos Estados Unidos do Brazil, honrar a Camara Municipal de Lisboa com a sua visita, hoje, ás 3 e um quarto da tarde, a vereação convida o povo de Lisboa a mais uma vez manifestar a sua sympathia pela Republica Brazileira na pessoa do seu illustre presidente eleito.»

O aviso ao publicar-se na manhã de 4, era já prosa inutil: a Revolução estava na rua, o presidente immobilisado na sua provisoria residencia e em vez de se acclamar a Republica do Brazil, luctava-se e morria-se pela Republica de Portugal.

XXXVIII

Boatos alarmantes. = O manifesto «A Guerra Civil» = A Carbonaria trabalhando. — Reuniões dos conjurados = O balanço das forças revolucionarias = Indecisões e contrariedades = O «ultimatum» da marinha. — Fixa se a data da Revolução. = Expedição da ordem geral da Junta Revolucionaria. = Preparativos para a revolta.

Em alarme estava o governo.

Annunciavam-se logo perturbações no ultimo dia de setembro. (1910)

N'essa hora circulou, reimpresso em manifesto, um artigo publicado pelo «Liberal» em 19 de julho de 1910, sob o titulo de «A Guerra Civil» e endereçado ao rei D. Manuel.

Senhor:

«O governo impelle o paiz á guerra civil. O seu criterio todo pessoal, não olha a interesses das instituições da patria. N'uma entrevista jornalistica foi observado ao sr. Teixeira de Sousa que os republicanos podiam trazer á camara 10 deputados. — «Deixal-os trazer! respondeu o sr. presidente do conse-

lho. Que mal fazem os republicanos na camara? Mais uns tantos republicanos, são menos uns tantos progressistas ou uns tantos franquistas. Elles são todos contra mim!» Elles são todos contra mim! E' este o criterio do sr. Teixeira de Sousa!!! Não disse, elles são todos contra as instituições, elles são todos contra a monarchia, elles são todos contra El-Rei, o que elle disse foi: — «Elles são todos contra mim!» Para o sr. Teixeira de Sousa não existe nem monarchia nem rei; existe elle. O sr. Teixeira de Sousa não distingue já opposição republicana, inimiga das instituições, de opposição monarchica, amiga das instituições; mede todas as opposições pelo mesmo criterio: — «Elles são todos contra mim!»

«Elle julga-se em sua estulta e cega vaidade a razão de ser da patria, o unico motivo da nossa existencia nacional, e por isso tem no fundo da sua consciencia a celebre e historica frase: — «depois de mim o diluvio!»

«E é o diluvio que elle prepara na sua inconsciencia, entregando-se nos braços dos inimigos das instituições, nomeando-lhe correligionarios para as administrações, entrando em pactos com elles, não se importando mesmo que elles tragam mais ou menos deputados, porque parte do principio que não é elle quem soffre, mas sim os progressistas e os franquistas, que são tambem contra elle, esquecido que soffrendo estes, quem soffre são, na verdade, as instituições, a monarchia e Vossa Magestade. Com este criterio todo pessoal, o sr. Teixeira de Sousa e o governo, apenas pensam n'uma coisa: reduzir os seus inimigos por todos os processos — a corrupção, a veniaga, o suborno, a ameaça e a violencia, a mentira, a intriga e a calumnia. E este systhema começou a pôr-se em pratica em todo o paiz com tão grande intensidade, que estando nós a mais de um mez das eleições, não é difficil prever que ou o governo arripia caminho, ou temos antes das eleições a guerra civil. A guerra civil? Sim a guerra civil, e nem pense Vossa Magestade que é isto um devaneio de cabeça exaltada, porque nós aqui, longe da provincia, no nosso gabinete, estamos indignados, enojados, mas não exaltados, quem começa a exaltar-se é o paiz e com razão. E começa a exaltar-se porque o governo transferiu por telegramma

um escrivão de fazenda do Alemtejo, honesto e zeloso da fazenda publica, que não quiz obedecer á imposição eleitoral para liquidar uma herança de 200 contos de réis pela quantia correspondente a.. 20 contos!!! E começa a exaltar-se, porque o governo na Madeira mandou pôr a saque os Sanatorios de Sant'-Anna que importaram ao paiz, alem do vexame, a avultada quantia de mil e tantos contos de réis. E começa a exaltar-se porque o governo deu ordens ao seu delegado em Aveiro, dr. Vaz Ferreira, para fazer pressão sobre os seus empregados, nomeadamente sobre o amanuense sr. Accacio Rosa, attentando assim contra a sua consciencia politica de homem livre n'um paiz livre, mas que o governo pretende escravisar.

« — E começa a exaltar-se porque o governo, com intuitos eleitoraes, quer impedir a camara municipal da Meda de cumprir o seu dever, o que é um dos mais graves attentados, visto ser a violação dos direitos municipaes. E tal é já a exaltação n'esta povoação que ha receio de alteração de ordem publica. E' o primeiro rastilho para a guerra civil.

« — E começa a exaltar-se, porque o governo mandou ameaçar de prisão no Sabugal o padre José Gonçalves Leitão, por andar n'um direito liberrimo, em propaganda politica. Chegaram os delegados d'este governo a detel-o para illegaes e humilhantes interrogatorios!....

« — E começa a exaltar-se, porque já se falla em dissolução de algumas camaras municipaes que são adversas ao governo, embora affectas á monarchia.

« — E começa a exaltar-se, porque o governo mandou que o administrador de Sobral de Monte Agraço sr. Simão Guerreiro attentando contra todos os direitos individuaes, chamasse á administração o sr. Romão Mathias e filhos para averiguar como elle arranjou a sua fortuna!

«E começa a exaltar-se...

Senhor!

«A lista dos attentados, das corrupções e das violencias é já enorme, impossivel de transcrever, e nós ainda estamos no principio da epocha eleitoral! Dia a dia a pressão vae-se fazen-

do, de modo que muito se arrisca o paiz á explosão social, porque, quando a medida está cheia trasborda com a violencia dos vulcões. E' a guerra civil em perspectiva, Vossa Magestade é môço e surgiu só para a vida publica depois da tragedia que sacrificou o Augusto Pae e Gentil Irmão de Vossa Magestade.

«Um pouco de historia não faz mal.

«O Pae de Vossa Magestade possuia as esplendidas qualidades exteriores que encantam e fazem os homens queridos. Era um altissimo espirito, verdadeiro artista, «blaguer» e «sportman.» A sua indifferença pela causa publica, foi-lhe sempre perdoada deante dos magnificos tiros que fazia ás vezes em Paris, ou deante dos bellos quadros em que evocava a alma da paysagem portugueza. Um dia, porém, elle e o conselheiro João Franco, tomados das melhores intenções, attentaram contra as liberdades municipaes e contra as liberdades individuaes, esquecendo-se que n'esta epoca de liberdade, só com a liberdade se póde reinar e governar, mesmo quando se quer fazer uma larga obra de regeneração e moralidade. No paiz passou um fremito de indignação. A agitação publica tornou-se enorme. Os homens novos da monarchia, querendo salvar as instituições, porque eram monarchicos, não realistas, lançaram a ideia da abdicação real a favor do vosso infortunado irmão. Mal calcula Vossa Magestade o trabalho que tiveram então os velhos dos partidos monarchicos para conter seus fogosos correligionarios. Os inimigos das instituições foram mais longe, prepararam uma revolução que fracassou. Pouco depois. . . inesperadamente, por effeito d'uma vil espera e d'um monstruoso attentado, dava-se a tragedia que de Infante vos fez Rei, e de creança, vos fez homem!

«Senhor!

«E isto succedeu quando se tratava d'uma sincera obra de regeneração e moralidade, viciada infelizmente em seus processos. Agora o caso é mais grave, não tem a atenual-o, nem a honestidade das intenções, nem a moralidade do fim; agora toda a violencia vem salpicada de lama e de miseria. A indignação publica hade concentrar-se e explodir mais depressa. E' a guer-

ra civil que o sr. Teixeira de Sousa prepara, com o seu estreito criterio de se antepôr aos interesses da Patria, das Instituições e de Vossa Magestade Elle o disse: «São todos contra mim.» Para o sr. Teixeira de Sousa, Patria, Monarchia, Rei, é tudo secundario, tudo subalterno Vossa Magestade, n'este momento historico, para o governo não existe, quem existe é o sr. Teixeira de Sousa. Não existe Vossa Magestade para o governo, mas existe para nós e para a grande maioria do paiz que de todas as bandas lhe telegrapha, pedindo providencias. Ah! Se de todos os lados de Portugal se apella para Vossa Magestade não é para favorecer o engrandecimento do poder real, porque o paiz, como nós, não desconhece que o Rei reina e não governa. Mas reinar, e essa é a missão de Vossa Magestade, não é estar de braços cruzados a assistir ao esfacelamento das instituições; a primeira funcção de reinar é, em bom direito constitucional não consentir que se governe contra a Nação. Quando o rei o consente, a Nação torna-o responsavel, apesar do preceito constitucional da irresponsabilidade, porque o povo é sempre simplista e não ha nada mais simples para o povo do que isto — «O mau governo não seria governo se El-Rei o despedisse.»

«Senhor!

«Ou o governo arripia caminho, o que é um milagre, ou Vossa Magestade lhe retira a sua confiança, o que é um dever, ou elle os impelle para a guerra civil, o que é um desastre.»

A circulação do artigo, foi dada pelos monarchicos como devida aos republicanos, e por estes como devida áquelles.

Mais accusado foi o partido progressista, como adversario accerrimo do gabinete regenerador.

A reimpressão, de origem clandestina, não deu comtudo margem a assentar-se definitivamente sobre as responsabilidades da propaganda e ninguem as reivindicou.

Com ella vieram egualmente os boatos graves, de tentativas revolucionarias.

O alarme reavivou-se pois no governo.

O plano largo d'um golpe de estado, estava traçado e de-

balde parte do gabinete se queria convencer d'uma hypothese, ou d'um projecto irrealisavel.

Uma denuncia forçára a policia a assaltar na madrugada de 30 de Setembro, o café «A Brasileira» no Chiado, onde se lhe havia assignalado a existencia d'um deposito de explosivos, sendo ainda ponto de reunião dos corpos dirigentes do presumido movimento anti-dynastico.

Procedendo apressada e não logrando ver o fim desnorteante do aviso, registando horas extranhas aquellas em que se manobrava, apenas encontrara os creados fazendo a limpeza, não dando resultado as buscas eflectuadas.

Sublinharam ironicos os republicanos o patente fiasco, emquanto as intenções rebellionarias resurgiam mais vivas.

Outra denuncia, conduziu a um assalto mysterioso na noite de 2 para 3 de outubro, á residencia de Antonio Jorge Coutinho, na travessa das Mercês, 4, onde houve rigorosa busca a papeis

Ancioso o exercito, impaciente a marinha, urgia apenas apontar-lhe a occasião de manobrar para impedir actos precipitados e intuitos prejudiciaes áquelles que pela Republica ambicionavam.

A propaganda, activa, podia assim considerar-se finda.

Os centros escolares eram, mais que focos de instrucção, locaes politicos, onde se combinavam acções demolidoras.

Em quasi todos havia iniciamentos e se alojavam «barracas» e «choças» da Carbonaria Portugueza, funccionando quasi sob as vistas policiaes, que não lobrigavam os seis mil bons primos das Associações Secretas.

A Carbonaria ia procedendo, a despeito de contar longe de si, o grão mestre Arthur Duarte Luz de Almeida.

As prisões dos aggremiados secretos, iniciadas no governo de Veiga Beirão, haviam, por denuncia, lançado a policia na pista de Luz de Almeida, cuja cathegoria suprema aliás era ignorada.

O aviso chegou egualmente ao perseguido dos agentes, que se occultava, temporariamente, na residencia do commerciante, republicano, Antonio de Figueiredo Lima, até que, ante o cres

cente perigo de descoberta do asylo provisorio, transpunha a fronteira, abandonando Lisboa, em automovel cedido pelo revolucionario Americo de Oliveira e conduzido por outro de nome Galamba.

Essa saida, não deixou mais tarde de ser verberada por um dos proprios auxiliares, o revolucionario Americo de Oliveira que a citava assim: (*)

«Quando em preparação para a Revolução a Carbonaria Portugueza, e já quando alguns aliciados estavam a ferros, o seu chefe supremo, sr. Luz de Almeida, fugia no meu automovel para parte segura. Por certas contrariedades que teve n'esse «passeio» precipitado, o grão-mestre chegou a chorar. Na Revolução, por isso que estava no estrangeiro não appareceu.»

Forçada fôra e não de vontade essa ausencia, provocada pelos elementos carbonarios avidos não só de collocar longe das diligencias policiaes o chefe principal da Carbonaria, como de affastar desanimos dos combatentes, caso publica se tornasse a detenção do grão-mestre.

O incidente se acclarava, collocando na verdadeira situação a figura do chefe supremo da C∴ P∴ expostas as razões da sahida, em documentos firmados pelo dr. Antonio José de Almeida, que a aconselhara e pelo revolucionario Antonio José dos Santos, que o acompanhára no abandono de Lisboa.

Dizia o primeiro: (**)

Ex.^{mo} sr. Luz de Almeida

«Recebi a carta de V. Ex.ª e agradeço as leaes declarações que me faz, repellindo todo e qualquer intuito que lhe passa ser attribuido de politicamente, e em especial por motivo da amnistia, me hostillisar a mim ou ao partido evolucionista.

«Em resposta á sua pergunta, tenho, concretamente, a dizer o seguinte:

« — V. ex.ª não fugiu para o estrangeiro; fui eu que, em nome dos interesses do partido republicano e da revolução que

(*) «As Novidade» de 26 de Fevereiro de 1913.
(**) «As Novidades» de 6 de Março de 1913.

se andava preparando, lhe impuz a sahida do paiz, de accordo com varios elementos revolucionarios.

«De resto, toda a gente sabe que, tanto na lucta contra a monarchia como apoz a proclamação da Republica, defendendo-a dos conspiradores, v. ex.ª lhe manifestou dedicado republicano em quem a tenacidade egualou a dedicação.

«Pode v. ex.ª fazer d'esta carta o uso que entender. — Sou de v. ex.ª Lx. 4-3-913. Antonio José de Almeida.»

Declarava o segundo: (*)

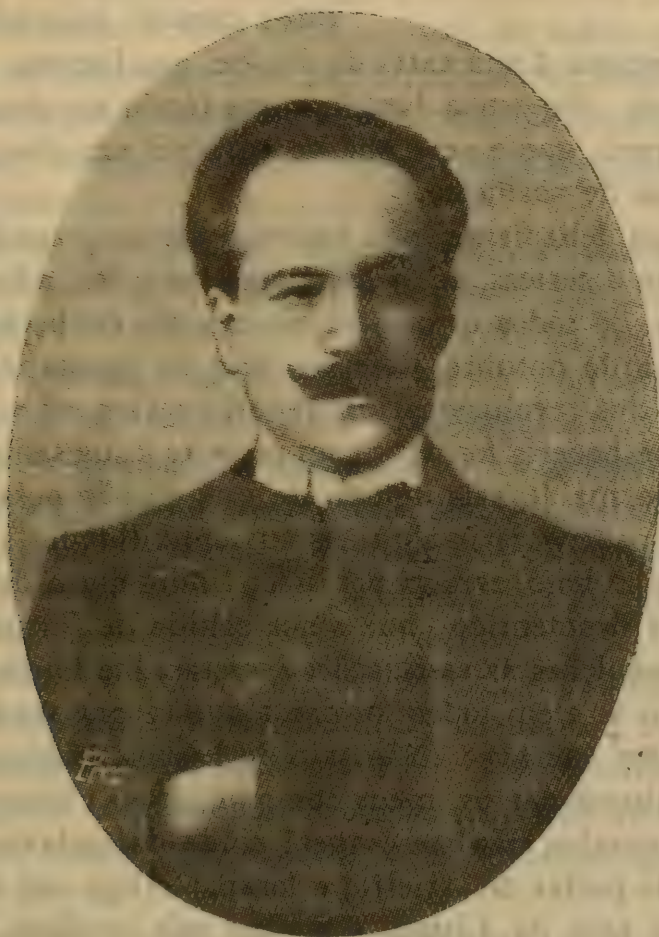
«Meu caro amigo Luz de Almeida

Lisboa, 1 de Março de 1913.

«Accuso a recepção da sua carta, e visto que apella para a minha lealdade para eu lhes dizer por escripto, o que sei relativamente á sua sahida de Portugal por occasião das perseguições aos incriminados nas associações secretas, sou a dizer que fui um dos que conheci de perto mais ou menos, os preparativos da sua sahida, e até o acompanhei no automovel, desde de casa do cidadão Antonio Figueiredo Lima, aonde o amigo estava occulto, e sob a sua guarda, isto quando retirou de Lisboa por insistencia do dr. Antonio José de Almeida e de alguns amigos, a quem este senhor incumbiu de o convencerem a retirar por ser conveniente essa retirada, visto ter ordem de prisão. Sei mais que o meu amigo teve sempre a maior reluctancia em sahir de Lisboa, e que só a muitas instancias, de varios amigos, entre elles os cidadãos Antonio Figueiredo Lima, e seu irmão Francisco Figueiredo Lima, que foi quem o acompanhou até á Barquinha no automovel, e a minha humilde pessoa que tambem bastante lhe pediu para que retirasse, visto a necessidade que havia em o fazer. Só então é que cedeu, e sempre lhe ouvi dizer que a reluctancia que tinha em retirar, era por vêr que parte dos seus camaradas estavam presos, e outros em vesperas de o serem, que depois se dizia que o Luz os abandonava

(*) «As Novidades» de 6 de Março de 1913.

e fugia, por isso preferia ser preso do que sahir n'aquelle momento de Lisboa.

«Por ser verdade isto que affirmo, não tenho duvida de assignar esta carta como declaração, e auctorisando-o a fazer o uso que d'ella quizer fazer. Affirmo mais que falando ao sr. dr. Antonio José d'Almeida sob o assumpto, foi elle proprio que com

LUZ D'ALMEIDA

(Grão mestre da Carbonaria Portugueza)

toda a lealdade que todos nós lhe reconhecemos, declarou que Luz Almeida não fugiu, mas sim retirou porque amigos impuzeram a sua urgente retirada.

«Emquanto a dizerem que o amigo durante a viagem tinha chorado ou rido, nada sei! porque não o vi chorar! mas o que

não podia era ir muito satisfeito. (A verdade acima de tudo! seja contra quem fôr). — Seu amigo certo — Antonio José dos Santos.»

Confirmando estes depoimentos vinha ainda o do commerciante da rua do Mundo, Antonio de Figueiredo Lima, que occultou Luz de Almeida em casa durante 13 dias: (*)

«Meu caro sr. Luz Almeida

«Em resposta á sua carta dir-lhe-hei que lamento que a roupa suja ainda não esteja lavada e que tendo eu abandonado a politica, o meu nome se tenha de envolver em discussões que só são dignas de soalheiro.

«Eu, que felizmente não aspiro a ser empregado publico, porque tenho a certeza, se o precisasse de o ser, não era attendido, apesar de todos os chefes politicos me conhecerem, antes e depois de 5 de outubro, desejava ficar na ignorancia, como a maior parte dos revolucionarios, que só tiveram em vista a ideia. O que eu lhe poderia fornecer com respeito á sua sahida, só com relatorio que me levaria tempo de que eu não posso dispôr, e com o qual poderia ferir algumas susceptibilidades e trazer discussões que é bom evitar; por isso, limito-me a declara, sem receio de ser desmentido, que a sua sahida de Portugal, quando das perseguições ás associações secretas, lhe foi imposta contra sua vontade e em todos os casos que se passaram, o amigo respondia com energia: «Não saio de Lisboa, prefiro ser preso, não quero abandonar os meus companheiros»; foi-me bastante difficil convencel-o; não me esqueci ainda das palavras trocadas entre nós, ás portas do Arieiro; e foram: «Diga aos nosso amigos que, se saio de Lisboa, é porque m'o impõem, e o maior desgosto da minha vida será se no dia da Revolução não estiver em Lisboa na vossa companhia.»

«Declaro mais que estando 13 dias na minha companhia e tendo já o conhecimento da ordem para a sua prisão, nunca o vi chorar. Aqui tem, pois, meu amigo, o que lhe posso fornecer e que me parece lhe seja preciso para se desaggravar; e se isto

(*) «As Novidades» de 6 de Março de 1913.

o não satisfaz, então com tempo lhe farei um relatorio, o que me parece não ser preciso. Pode, pois, meu caro amigo, fazer o uso que entender d'estas minhas declarações, que por ser verdade, as assigno com a maior lealdade. — Seu amigo — Antonio de Figueiredo Lima. Lisboa, 1-3-913.—Rua do Mundo, 72.»

A fuga impuzera-se realmente e se a vontade dos carbonarios não sossobrou, devido fôra ao facto de saber que um dos seus chefes principaes — pois por principios de Associação, desconheciam a individualidade de Luz de Almeida, como grão-mestre — lográra escapar á vigilancia, podendo assim manter as forças da Carbonaria.

Emquanto a policia, atirando para os carceres os subalternos da vasta associação revolucionaria, remettia para juizo a 7 de Julho de 1910 os autos respeitantes a Arthur Augusto Duarte Luz de Almeida, com a nota de ausente no estrangeiro, os outros membros da «Alta Venda» da Carbonaria, o engenheiro Antonio Maria da Silva, o commissario naval Machado Santos e o vice-almirante Candido dos Reis, completavam-lhe o trabalho, victalisando o germen da revolta que elle lançara com as bases poderosas da C∴ P∴, os tentaculos gigantescos symbolisados nos seus centenares de associados.

A Revolução era incendio, não já minando o sub-solo, mas aflorando á superficie do terreno onde assentava o throno.

A propaganda nos quarteis havia sido quasi feita a descoberto, a ponto de se notar a confraternisação de officiaes de reconhecidas ideias democraticas com soldados ou marinheiros.

Effectuava-se porem tudo sob um methodo e energia que era baldadamente contrariado pelos revolucionarios de animo mais impulsivo.

Esses alliciamentos foram effectivados sobre perigos mas como se um poder extranho os auxiliasse, poucas foram as perseguições aos militares e estas ainda assim, causadas pela leitura de jornaes republicanos.

Na imprevidencia comtudo apenas se envolviam diminutos

revolucionarios, pois outros, não exitavam em ler o diario catholico «O Portugal» e em assistir a todas as missas. (*)

Os serviços de captagem de adherentes á revolta, tinham comtudo escassa efficacia na officialidade, e se não era esta affecta á monarchia, a propaganda revolucionaria não a logrou tirar do seu estado de indifferenca á politica.

A orientação desagradou, é certo, á maioria dos envolvidos no movimento a realisar, ambiciosos de que a rêde rebellionaria se estendesse sobre os agaloados.

Ella alguns trouxe á acção, incluindo varios d'aquelles em que a monarchia confiava, mas a maioria manteve o affastamento de todos os projectos, limitando-se, na hora extrema, ou a sair da apathia, enveredando para o campo dos vencedores provaveis, ou a affirmar um desapego á causa pela espectativa ante os acontecimentos.

A revolução manobrou pois imperturbavel, avançando com os seus projectos, trabalhando em entrevistas, sem recatos, mas que passavam despercebidas á vigilancia policial, graças a entendimentos em todos os campos.

A 18 de Setembro, o grupo encarregado na vespera, pelo almirante Reis, de elaborar o plano revolucionario, iniciava os seus trabalhos na residencia do capitão Alfredo Ernesto de Sá Cardoso, e apoz mais duas reuniões d'este com o 1.º tenente da armada, Aragão e Mello e tenente de caçadores Helder Ribeiro o projecto considerava-se em esboço e conveniente se julgou conhecer o numero approximado dos adeptos á causa da revolução.

Na residencia do revolucionario, o enfermeiro do hospital inglez Armando Porphirio Rodrigues, tinham uma ultima conferencia a 20 de Setembro com o delegado do comité republicano, capitão Alfredo Ernesto de Sá Cardoso, os 2.os sargentos de artilharia 1, Francisco Alexandre Lobo Pimentel, Mathias Julio dos Santos, Firmino da Siva Rego e José Soares da Encarnação e o carbonario chefe de propaganda n'aquelle regimento, Manuel Lourenço Godinho.

(*) Cita o facto Machado Santos, no seu relatorio, a paginas 171.

Ao enviado era entregue, com uma planta do quartel, uma lista de 18 segundos e 4 primeiros sargentos dispostos a coadjuvar o movimento e ainda de alguns officiaes, entre elles o capitão Palla e Moura Mendes, recusados pelo capitão, bem como o sargento Pimenta, apontado logo ali como adverso á republica. (*)

Emprazada ficou uma reunião de sargentos para a casa do emissario, mas as exigencias do serviço e ainda a conveniencia do segredo que devia envolver os nomes dos conspirantes, originou uma atmosphera suspeitosa para artilharia 1, levada ao «comité» pelo official encarregado de avaliar do seu estado rebellionario, e que registou falsas suspeições anti-republicanas sobre aquelle regimento.

Desfez-se breve, pois que a dentro do nucleo propagandista havia ainda o commissario naval Machado Santos e de novas conferencias, a 25 e a 29, no Centro Republicano do Largo de S. Carlos, assente ficou pelo depoimento do carbonario Manuel Lourenço Godinho, perante o Directorio e assistencia do depois chefe da Rotunda, que era de fidelidade á democracia a attitude não só de artilharia 1 como do regimento de infantaria 16.

Godinho, chefe de barraca, com Porphirio Rodrigues, subordinados á acção immediata do «chefe de venda» Antonio Augusto Maldonado, appressando as combinações, formava então de sua casa um foco de revolta e entendimentos, até ao momento, aguardado a toda a hora, de iniciar a acção forte dos grupos a seu cargo.

A 25 um encontro do dr. José Barbosa e Innocencio Camacho com o general Encarnação Ribeiro, dava a necessidade certa da revolução, dependente apenas do organisar definitivo do plano, a concluir a 3 do mez seguinte pelo nucleo d'isso incumbido.

Urgia activar os trabalhos ante as exigencias da armada.

O projecto basilar, para que não cahisse em extranhas mãos, era entregue de tarde, no café Martinho, ao engenheiro Antonio

(*) D'estas conclusões, dá registo o relatorio de Manuel Lourenço Godinho.

Maria da Silva e n'essa mesma noite dois dos auctores do trabalho, o capitão Alfredo Ernesto de Sá Cardoso e tenente Helder Ribeiro, compareciam em reunião secreta do Directorio, e assistindo o dr. Miguel Bombarda, engenheiro Antonio Maria da Silva, professor Simões Raposo, almirante Candido dos Reis, commissario naval Machado Santos e chefe carbonario, Manuel Lourenço Godinho, ouviam d'elles o relatorio de seus trabalhos de alliciação e como base, um plano, segundo o qual, a cidade se dividiria em sessenta zonas, cabendo a cada uma, um grupo de dezeseis revolucionarios, sendo 5 armados com bombas, 5 com pistolas automaticas e seis incumbidos do serviço especial de transmissão de ordens, para o que se alugariam ainda 20 automoveis, serviço especial que os não excluia porem de auxiliar os outros na missão de vigilancia sobre os quarteis da municipal, quer nas casas alugadas para esse fim proximo do Carmo, Cabeço de Bola, Santa Barbara, Estrella, etc., quer escondidos nas esquinas que defrontassem ou rodeassem os varios edificios militares.

Como chefes supremos dos varios grupos, figuravam os revolucionarios Antonio Ferrão, professor Santos, Telles de Lemos, Alberto Meyrelles e Rodrigues Simões.

Cumpria aos homens da sua direcção o estabelecimento do panico n'essas forças contrarias, e quando á violencia se retorquisse com a violencia, as granadas de mão substituiriam as balas das Brownings.

Aos outros nucleos incumbia: a detenção de officiaes adversos ou suspeitos, nas suas residencias ou nos quarteis; o auxilio á sublevação dos soldados, que deviam acompanhar; a tomadia do deposito de Beirollas, confiado aos revoltosos das povoações suas visinhas; o corte das linhas telegraphicas e telephonicas já estudado pelos technicos.

O ataque ao quartel do Carmo seria levado a effeito simultaneamente pelo Largo de S. Roque, rua da Trindade e largo da Abegoaria, cooperando com os elementos civis, os regimentos de infantaria 5, e de engenharia, este, no calculo que talhou, de poder adherir á sedição, vindo para a lucta trazido pelo tenente de cavallaria, Alvaro Poppe.

Os grupos destinados ao quartel dos marinheiros teriam como chefe principal, o 1.º tenente Ladislau Parreira.

Junto á guarda fiscal, procederia, alem de Francklin Lamas, o ex-2.º sargento de infanteria 5, Alexandre Alves de Carvalho, e este com os ex-2.ºs sargentos de caçadores 2, Antonio Antunes Guerra e Machado, trariam sob o seu commando as 3.ª e 4.ª companhias d'esse corpo fiscal.

Em infantaria 1 e cavallaria 2 e 4, o pharmaceutico João Abrantes Lucio; em infantaria 5, Godinho, em engenharia, o empreiteiro Oliveira e José Augusto de Oliveira «O Oliveira dos Bonnets»; em infantaria 2, José Madeira· no quartel de Alcantara o barbeiro do largo das Fontainhas, Franklim Lamas.

Ao esboço das ideias sobre os projectos civis seguiu-se a descripção dos trabalhos allicіantes, verificando-se que se collossal fôra não obtivera maior incremento.

Excellentes se deram em artilharia 1 e infantaria 16, mas só cathechisando soldados, cabos e sargentos, não indo ás escalas superiores.

Infantaria 5, tinha como propagandistas o cabo 35, Francisco do Carmo Benevides e ainda o cabo n.º 9, Zepherino José Franco com os 2.ºs sargentos Antonio Ferro, José Pires e Herculano Matheus. Ali actuam tambem com elementos civis, alem do alferes Magalhães Martins, o tenente José da Ascensão Valdez iniciado em 1908 na C∴ P∴ pelo chefe Antonio Augusto Maldonado, n'uma casa da rua do Crucifixo.

Deu-se o regimento como firme e até como o melhor para a causa, mas os calculos falhariam, como falharam aliás em todos os corpos da guarnição.

As attenções fixadas sobre caçadores 2, registavam o trabalho de alliciação do revolucionario J. A. Pinto de Lima, trazendo ás fileiras da democracia um nucleo importante de sargentos, confiades á chefia do 2.º sargento David José Fernandes Moreira e onde avultavam como elementos impulsivos da sedição, os officiaes inferiores, João Cesar Correia Mendes, Francisco Baptista Semedeiros, José Antonio Peixoto, Antonio Adolpho Vieira da Costa, Deodoro da Fonseca Rodrigues Carneiro e José Milheiro.

Concitava ali a revolta, egualmente, o barbeiro João Augusto de Andrade, ao qual se resolvia commetter o encargo de trazer o regimento para a rua.

Mas, em caçadores 2, a confiança não assumia bases solidas.

A situação, se não de desesperar, não constituia em absoluto uma garantia de franca marcha pela republica, embora esta por si tivesse o proprio commandante, tenente-coronel André Joaquim Bastos, e, segundo este, a officialidade.

Não foi contado, porem, o batalhão como de segura adherencia e as desconfianças eram posteriormente acclaradas nos seguintes trechos: (*)

«No batalhão a grande maioria da officialidade era toda republicana, conforme o seu commandante, André Bastos, declarou a Candido dos Reis e a Fernão Botto Machado.

«Nas reuniões preparatorias que João Chagas effectuou com a officialidade do exercito, assistia elle como representante do estado maior do batalhão, mostrando-se sempre indeciso.»

O regimento não sahiria mercê d'uma mal disfarçada scisão entre os elementos militares e civis, fazendo com que os segundos fossem dispensados pelos primeiros, a pretexto de que a officialidade decidida estava a assumir attitude energica.

Caçadores 5, em officiaes adherentes á causa, só possuia o capitão Caetano Carvalhal Correia Henriques e o alferes Gomes da Silva; alguns sargentos e praças, não na maioria auxiliavam. A semente rebellionaria lançada fôra pelo tenente Antonio Pires Pereira e 2.º sargento José Pereira Pinto, este descoberto, tendo transferencia para Elvas em 22 de Julho e a baixa, por reincidencia, em 27 de Setembro. A obra d'este, já então possuia continuadores notaveis, como o 2.º cabo telegraphista de campanha. Antonio de Brito, cabo Jayme Diniz Ruivo, e o civil Raphael Lobinho, dando largos contingentes aos conspiradores, passando em continencia especial, esses aliciados, que, á voz dos dirigentes, vinham á rua sujeitar-se a

---

(*) «A Revolução Portugueza»=Relatorio de Machado Santos = Pagina 135.

secreta revista, ante a habitual cegueira dos agentes, avisados aliás, dos continuos projectos de rebellião. Dada foi a propaganda como fructificada, mas, como nos restantes corpos, patentear-se-ia, no acto inicial, uma incerteza, que não sendo perfeito arrependimento do abolir do juramento á monarchia, trouxe ao campo dos revoltosos um receio que mais prejudicial seria se a sorte aos republicanos não quizesse ser favoravel.

Contado como o mais firme sustentaculo da adherencia de caçadores, o capital Carvalhal, veremos no instante grave, surgir a hostilisação das respectivas forças, acto só salvo, na derradeira phase do combate, pelo alferes Gomes da Silva.

Em engenharia, a propaganda tivera entraves, devido á officialidade, onde havia republicanos antigos, mas descrentes de qualquer movimento proficuo. A alliciação, feita pelo alfayate Antonio dos Santos Fonseca, em cuja casa se reuniam os conspiradores de engenheria, com o 2.° sargento de pontoneiros, Manuel de Oliveira, deu não só por parte d'este a entrega á junta revolucionaria de elementos preciosos sobre armamento, munições e numero de homens com que o sargento contava, como a formação do comité dos cabos e de sargentos, composto este pelos 1.° sargento, José Malaquias, 2.° sargento sapador, José Maria de Oliveira, de pontoneiros, Manuel de Oliveira, Antonio da Assumpção Nascimento e Manuel José, reservista, João Graciano Affonso Barra e telegraphistas de campanha, José Alberto Xavier, Julio Antonio N. do Nascimento, Thomaz José da Conceição e Luiz Francisco Curto, este substituido, ao sêr taansferido para caçadores 4. A elles se reuniram os 2.°s sargentos de pontoneiros, Francisco d'Assis Taré e Antonio da Cruz Martins; de sapadores, Raphael Antonio Rodrigues e de telegraphistas de praça, Sebastião de Sá Pereira do Lago, e como civil, o chefe de grupo, José Augusto de Oliveira, estabelecido na rua da Rosa.

Auxiliando Antonio dos Santos Fonseca, estavam o cabo de infantaria 5 Benevides, e algumas praças de marinha sob a direcção do marinheiro José Malta.

A propaganda, no relatorio exposto pelos iniciantes, orientados superiormente pelo commissario naval Machado dos San-

tos, attingiu um grau perigoso que podia conduzir o regimento a um levantamento extemporaneo.

Virtualmente a semente não estava bem lançada e de novo havia o embaraço da officialidade, até onde não chegára, pela propria resistencia ou pelo escasso trabalho, a rede de attracção.

De longe vinha a causa e embora conhecida já na tentativa, frustada, de 18 de Agosto, em que esse corpo de exercito não possuia, para commando, official da respectiva arma, proseguiu á sua frente, por difficuldades, e desde essa data, o tenente de cavallaria Alvaro Poppe, por troca com o tenente Antonio Pires Pereira Junior, de caçadores 6, cujo trabalho ali foi fatigante, mas que necessario era para a acção em caçadores, a sua especialidade.

Dado foi o regimento a despeito d'isso, como apto a envolver-se no projecto.

Como com todos, o erro só mais tarde se patentearia e engenharia tomava de principio, attitude expectante, transformada depois em bellica, que o destino neutralisou mais favoravel á revolta de que os revoltosos convencionados.

Contava-se ainda com a Escola do Exercito, onde eram pontifices da revolução, orientados pelo tenente de cavallaria José Ricardo Cabral, varios cadetes, e entre os mais salientes, Mac Breid, João Sarmento Pimentel, Francisco Xavier da Cunha Aragão, Mario Saldanha, Humberto de Athayde Ramos e Oliveira, João Ribeiro Gomes, Antonio José Soares Durão, Marnecos Ferreira, Annibal Bessa, Viriato Correia de Lacerda, João de Menezes Ferreira, Ignacio Monteiro de Azevedo, Arthur Carlos de Barros Bastos, orientados pelo alferes Carlos Ludgero Antunes Cabrita, que ainda á conspiração trouxe os alumnos militares de outras escolas e com elles o 2.º sargento cadete de infantaria 17, Jordão Gregorio Cansado Conde que, na hora propicia se patentearia um dos melhores elementos da causa.

Senões teve egualmente o grupo e confirma-o no seu relatorio (*) Machado Santos, referindo-se-lhe assim:

«Entre os alumnos da escola do exercito conseguiu entre-

(*) A Revolução Portugueza, por Machado Santos=Pagina 121.

metter-se um estudante paisano sob promessa de sentar praça, que nunca cumpriu.

«Este personagem, ambicioso de mando, não via com bons olhos a chefia de Cabrita, e teve artes de escangalhar a magnifica organisação e de se fazer passar como seu principal elemento perante João Chagas.

«O diabo não quiz nada com rapazes e os alumnos da escola do exercito foram, de toda a organisação revolucionaria, os que mais me arreliaram, por muito apreço lhes dar.

«Se não houvesse a dissidencia já dita, no 4 d'outubro terse-hia formado um batalhão sagrado de 240 alumnos militares; com a dissidencia só se aproveitaram cerca de sessenta valentes rapazes, espalhando-se os outros por outros grupos revolucionarios onde prestaram optimos mas apagados serviços.»

Alem d'essa escola, contava-se com a Polytechnica, tendo reunido ali um forte nucleo de alumnos, o tenente de cavallaria David Ferreira. (*)

A missão não se cumpria integralmente e o grupo, para que o desmoronar de todo o projecto não soffresse contras, não accionou.

Quanto á guarda fiscal, tivera como propagandista arrojado, o soldado Domingos Lopes, trazendo á acção alliciante dos civis Paulo de Oliveira, Carlos Cardosa, Antonio Costa e David da Fonseca, largo numero de praças e cabos, trabalho que, em relação a outros pontos de assistencia da guarda fiscal, era completado pelo pharmaceutico da rua de Belem, 89, João Abrantes Lucio, em Algés e Belem, e por João Augusto de Andrade, Antonio Marujo, Francklin Lamas, Augusto Rodrigues e Francisco Carreira, nas secção de Alcantara, Junqueira e Rocha do Conde de Obidos.

Comtudo, como nos varios corpos, a palavra de revolta só tivera preponderancia em soldados, cabos e raros sargentos, não chegando á officialidade, esquiva a conluios.

A acção da guarda fiscal seria, na maioria, hesitante, embora não contrariasse, em absoluto, o movimento popular.

(*) Desempenhava acção brilhante combatendo as incursões monarchicas Vinha a fallecer em Vinhaes, a 3 de Abril de 1913.

A Carbonaria operára pois affanosamente em todos os regimentos, excepto nos corpos de cavallaria, e em infantaria 1 e 2, isto é, como nas tentativas mallogradas de 15 de Julho e 19 de Agosto.

Lanceiros 2, possuia, conspiradores principaes, o capitão Thomaz de Sousa Rosa, o sargente ajudante Antonio Gonçalves Dias, o 2.° sargento Antonio Vigoso, e os 1.°s sargentos Mario Augusto de Menezes Machado e Manuel Guerra, mas a acção não se estendeu ao resto do regimento, do commando do coronel Alfredo Augusto José de Albuquerque.

O regimento era tido como o mais fiel á causa monarchica e ao paço, salientando-se sempre a dedicação do respectivo commandante.

Effectivamente, esse corpo de exercito, mantinha publica ostentação de adversario á democracia, levada ao ponto de nas cavallariças do 3.° esquadrão, se collocarem, em cada compartimento, chapas com os nomes dos principaes vultos republicanos, postos aos cavallos.

Isso não obstou, e talvez até em parte contribuisse, a um desenvolvimento de propaganda revolucionaria, vinda dos tempos da dictadura franquista e cujo relato consta de curioso e importante documento devido ao capitão Sousa Rosa: (*)

«Logo que o ministerio João Franco enveredou pelo caminho da ditadura, tres unicos officiaes no regimento de cavallaria n.° 2 se manifestavam abertamente contra a supressão das liberdades publicas: o capitão José de Almeida Vasconcellos, o tenente Luiz da Cunha Menezes e o signatario d'este artigo. A fórma como livremente expendia as minhas opiniões deu margem a que fosse olhado como elemento adverso ás instituições monarchicas. Não estava ainda filiado no partido republicano, no qual só me inscrevi em 1909. Na noite de 28 para 29 de janeiro de 1908, estando nomeado de prevenção um esquadrão, sob o comando do fallecido capitão Borges de Castro, fui, pela uma hora, acordado no meu quarto pelo então alferes do 4.° es-

---

A Revolução de 5 de Outubro por Thomaz de Sousa Rosa.=*O Mundo* de 14 e 15 de Dezembro de 1912.

quadrão Aristides Casqueiro, que me disse que me levantasse, pois ia saír imediatamente com um esquadrão. Causou-me estranheza a noticia, mas nada então objectei, calculando que já tivesse saído o esquadrão do comando do capitão Borges de Castro. Qual não foi, porém, o meu espanto quando, entrando no gabinete do então coronel do regimento, Antonio Francisco da Costa, para receber instrucções sobre o serviço a desempenhar, vi que ali se encontrava o referido capitão Borges de Castro, o tenente-coronel Tamagnini e o major Jacome de Castro, alem do citado coronel. Este, quando eu me apresentei dizendo que, tendo sido avisado de que ia saír com um esquadrão, ia perguntar que instrucções havia sobre o serviço a desempenhar, respondeu-me:

« — Da policia avisam pelo telephone que grupos revolucionarios, reunidos nas Terras do Desembargador, se preparam para atacar o quartel e o esquadrão. Tem por missão prender os individuos que compuzerem tais grupos e, á menor resistencia, extermina-los a tiro.

«Sobre este assunto deu-me instruções escritas. A força que me era dado comandar era constituida por quatro pelotões de 24 praças cada um e comandados, respectivamente, pelos seguintes officiaes: 1.° pelotão, praças do 1.° esquadrão, tenente Alvares Pereira; 2.° pelotão, praças do 2.° esquadrão, tenente Oliveira Reis; 3.° pelotão, praças do 3.° esquadrão, tenente Calado; 4.° pelotão, praças do 4.° esquadrão, alferes Casqueiro. O unico oficial republicano era o alferes Casqueiro. Como eu já antecipadamente soubesse que na noite citada rebentaria a revolução e que, portanto, os grupos revolucionarios estariam nas Terras do Desembargador esperando o sinal combinado e não era de presumir que viessem atacar o quartel, tratei de dividir o esquadrão, mandando sair do quartel um pelotão por cada vez, a fim de dar margem a que não fossem occupadas ao mesmo tempo todas as embocaduras das mesmas referidas Terras e poderem os revolucionarios pôr-se a salvo. O pelotão do comando do alferes Casqueiro, sob a minha direcção, foi o unico que entrou nas Terras do Desembargador, de onde, depois de dar uma volta rapida, tornou a sair, mandando eu dizer ao comandante pe-

lo 1.º sargento Antonio Gonçalves Dias que nada havia de anormal. Respicio Macario e Silverio Junior podem confirmar o que deixo dito. Se a revolução tivesse rebentado, calculava eu que os revolucionarios procurariam estabelecer o panico em cada um dos tres pelotões que se achavam, respectivamente, nas Terras das Freiras, do Embaixador e calçada da Ajuda. Os fugitivos reunir-se-hiam ao pelotão do alferes Casqueiro, constituido por praças do esquadrão que eu comandava, que me mereciam toda a confiança, e o regimento ficaria assim enfraquecido em cem homens. Quando muito, teria cavallos para montar outros cem. A que se deveu, pois, a minha nomeação na noite referida? Não posso deixar de a attribuir a quererem pôr á prova as minhas convicções politicas. Nas noite do regicidio, quando o regimento estava formado, a cavalo e se lhe distribuiram munições, cêrca das 19 horas e meia, indo eu para a arrecadação do meu esquadrão, para me armar e equipar, veiu ao meu encontro o soldado 204 do 4.º esquadrão (que tinha a alcunha de «Raku») e disse-me:

« — Meu capitão, no 1.º grupo de tres da 2.ª fileira do 1.º pelotão vou eu, o 173 e o 223. O esquadrão vae para onde o meu capitão quizer.

«Mandei-o para o seu lugar e segui o meu caminho, convencido de que o regimento, se saisse, se dividia, pois que a indicação recebida era o bastante para comprehender que havia soldados que não acompanhavam o comandante. O regimento não saiu e só em junho do anno findo eu soube, por o ouvir dizer em Setubal ao coronel Tamagnini, quando com elle á noite conversava na Avenida Todi, que n'essa noite tivera um trabalhão em demover o coronel da resolução que tomára de mandar distribuir archotes ao regimento e ir para Lisboa largar fogo ás redacções do «Dia» e do «Mundo» e aos Armazens Grandella. Passou-se o anno de 1908, com todos os serviços policiaes e de vigilancia que então sobrecarregaram os regimentos da guarnição, muito especialmente os de cavalaria e mantive sempre a mesma orientação, que muito mais notada se tornou, quando foi da constituição da celebre Liga Monarchica, pois que, no regimento, só eu e o alferes Casqueiro nos recusámos á inscripção.

«Em 22 de fevereiro de 1909, acedendo ao convite que me foi feito pelo farmaceutico João Abrantes Lucio, fui pelas 21 horas, ao consultorio do sr. Antonio José d'Almeida, conferenciar com este homem publico e tomei o compromisso de empregar todos os meios ao meu alcance para trasformar o regimento de cavalaria n.º 2, senão numa unidade que declaradamente se manifestasse na occasião da revolução a favor da Republica, o que era absolutamente impossivel, visto que todos os oficiaes (já tinha sahido do regimento o alferes Casqueiro) e a maior parte dos sargentos eram ferranhos monarchicos, pelo menos numa unidade que não combatesse a causa do povo. No intuito de conseguir tal «desideratum» e de acôrdo com o referido farmaceutico João Abrantes Lucio fez-se no regimento uma enorme distribuição dos panfletos editados pela Carbonaria e cujos titulos eram: «Dialogo entre o medico militar Ribeiro e João Magala», «Os Barbadões», etc. Os soldados do 4.º esquadrão, 173, Arthur Ignacio, 223, Francisco Antão Nunes, o 1.º cabo do 4.º esquadrão, 95, o soldado do 3.º esquadrão, Armindo dos Reis Garcia, quarteleiro do picadeiro, os impedidos do tenente coronel Jacome de Castro foram os principaes a quem se recorreu para tal fim.

A orientação dada, então, pelos dirigentes da revolução, aos soldados era de que não obedecessem aos oficiaes, quando estes os mandassem fazer fogo contra o povo ou contra outras forças que se manifestassem a favor da Republica. N'este sentido se trabalhou durante a maior parte do anno de 1909. Em junho deste anno foi o coronel Antonio Francisco da Costa substituido no comando pelo ex-coronel Alfredo de Albuquerque. A orientação dada ao regimento continuou a mesma. As manifestações de lealismo monarchico sucediam-se. Não se pensava senão em festas e em trazer o rei para o quartel. O ataque aos republicanos fazia-se por todas as fórmas. Um exemplo cita: na rua dos Quarteis ha uma mercearia pertencente ao dedicado republicano Antonio Alves de Matos que era, ao tempo, fornecedor do regimento. Pois num dia em que um soldado impedido no rancho geral ali foi buscar qualquer genero de que necessitava, foi agredido á bengalada em plena rua das Freiras pelo

major do regimento. A este facto se referiu «O Mundo» de então.

«Como a propaganda republicana continuasse, do paço real foi ordenado para o regimento, visto que este era já como que uma sucursal da casa real, que fosse fechado o portão da rua das Freiras, afim de obrigar o referido Antonio Alves de Matos a fechar o estabelecimento, visto que assim se desviava a concorrencia das praças d'aquelle lado do quartel. Não exagero chamando ao regimento uma sucursal da casa real. A ordem do regimento determinou que os oficiaes de inspecção satisfizessem as requisições de forças feitas pelos oficiaes de serviço ao rei, sem dependencia de ordem de commando da divisão para onde participariam o facto, mas só depois de as forças terem saido, a fim de não haver demora.

«Procedia-se para com o regimento como para com as equipagens. Um recado pelo telefone bastava. No meado de 1910, como tivessem aparecido em varios sitios do quartel uns impressos aconselhando os soldados a não obedecerem aos oficiaes no caso de rebentar a revolução, foi pelo sr. coronel Albuquerque ordenado que os comandantes dos esquadrões passassem uma revista rigorosa ás caixas de todas as praças. A ordem cumpriu se. Chamei o soldado 173 do meu esquadrão e avisei o do que se passava, dizendo ao mesmo tempo que seria elle e o 1.º cabo n.º 95 quem havia de effectuar a revista. O resultado foi que no 4.º esquadrão, de onde irradiavam para os outros esquadrões os diferentes panfletos, nenhum foi encontrado. O mesmo sucedeu no 2.º esquadrão. No 1.º e 3.º esquadrões foram apreendidos bastantes e os seus possuidores castigados com 30 dias de prisão correccional cada um. E o que representava este castigo, o mais elevado da escala do regulamento disciplinar? Simplesmente, além da prisão, dez dias de jejum a pão e agua em dias alternados e a perda do tempo de serviço. Um dos soldados punidos com tal castigo, unico que tinha na sua caderneta, pretendeu, depois de proclamada a Republica, alistar-se na policia civica de Lisboa. Pois, segundo elle me conta, recusaram-se ali a recebe-lo por ter mau comportamento. Chama-se Armindo dos Reis Garcia e a este facto já «O Mundo», ha dias se referiu.

Deve-se notar que este castigo, em virtude da amnistia decretada, estava anulado e que o interessado o quiz conservar averbado na caderneta por o considerar honroso. Não eram só assim reprimidos violentamente os soldados que manifestavam ideias contrarias ás instituições.

«Tambem a bitola de prisão correccional por 15 dias era aplicada a simples infracções de disciplina, tais como estar um soldado deitado na parada á porta da cavallariça ou proferir na parada do quartel qualquer obscenidade, o que é frequente entre gente rude. Do primeiro caso citarei, como exemplo, o soldado 223 do 4.º esquadrão, Francisco Antão Nunes. Era assim o proprio comandante o mais valioso auxiliar da revolução, pois que o descontentamento ia aumentando consideravelmente entre os soldados e vingavam-se manifestando a sua adesão ás ideias republicanas. Os espiões que havia no regimento entre as praças de pret para nada serviam. O que ao mesmo ex-coronel e aos seus apaniguados dava grande alegria era o verem na cavalariça do 3.º esquadrão os nomes dos propagandistas da Republica a encimarem os logares destinados aos cavalos, os quaes por elles eram cognominados. As chapas que continham tais designações mandei-as inutilisar quando comandei o regimento.

«Em junho de 1910 passou á reserva o contingente de 1907, que era constituido, no 4.º esquadrão, pelos mais dedicados elementos republicanos. Machado dos Santos, que era o intermediario da Carbonaria com os elementos revolucionarios de Belem, disto era sabedor e bem assim do que eu tinha dito que poderia fazer e dos compromissos que tomára. Da mesma fórma Simões Raposo o póde confirmar. Em 31 de agosto fui nomeado pelo ministerio da guerra para fazer párte do juri de exames para 1.º sargentos de cavalaria e, por isso, deixei de frequentar o quartel com a assiduidade com que anteriormente o fazia. Mas o contrato entre Abrantes Lucio e as praças estava estabelecido e não podia ser alterado, a não ser que mandassem saír de Belem o regimento. Elementos carbonarios no regimento só havia o 2.º sargento Vigoso e um 2.º cabo do 3.º esquadrão que, por sinal, fazia parte do destacamento estacionado em Cintra. O far-

maceutico Abrantes Lucio tinha recebido do «comité» revolucionario ordens que os revolucionarios civis deviam cumprir quando rebentasse a revolução. A missão que lhes competia era a de estabelecerem o panico em dois regimentos de cavalaria, por fórma que elles debandassem na Junqueira ou na calçada da Tapada, conforme o caminho que seguissem, e atacar com bombas o regimento de infantaria n.º 1, a fim de o destroçar e impedir que atingisse Alcantara. Isto no caso de os regimentos estarem de prevenção, porque, no caso contrario, não deixando que os oficiaes se dirigissem para os quarteis, facil era pôr os regimentos na rua a favor da causa da Republica. Tinham sido estudados e marcados com precisão os pontos a ocupar. Nos primeiros dias de setembro fui avisado por Abrantes Lucio de que havia uma alteração no plano referido, pois que se contava com o regimento de cavalaria n.º 4 a favor da Republica. Eu sabia que em cavalaria n.º 4 o unico oficial que estava inscrito no partido republicano era o tenente João Ferreira Nunes de Carvalho, e que havia alguns sargentos dos quais me recordam os nomes do sargento ajudante Ulpiano Rodrigues, 2.º sargento Joaquim Antonio Bernardino e, alem destes, o 1.º cabo Brochado e poucos mais elementos. Custou-me a crer que tal se pudesse fazer com tão pouca gente e manifestei a nenhuma confiança que tal plano me merecia a João Chagas, n'uma conferencia que com elle tive na rua do Carmo, n'um consultorio onde compareci a convite de Simões Raposo. Nesta conferencia mantive as afirmações anteriormente feitas. Se o regimento estivesse de prevenção nada poderia fazer. Aos elementos revolucionarios civis competiria proceder e, depois de desorganizadas as unidades militares, reunirem-se sob comandos de confiança e com ellas cooperarem na Revolução. E acrescentei que, se tal plano fracassasse, ainda assim esperava que os soldados não combatessem, pois que a propaganda tinha sido toda orientada n'esse sentido.»

Não havia duvidas sobre essas intenções do coronel Albuquerque, que instantemente sollicitára no commando da divisão e no ministerio da guerra, a urgencia de se entravar a propaganda revolucionaria nos regimentos.

Auxilia a affirmativa, depoimento proprio: (*)

«Os quarteis d'estes regimentos achavam-se rodeados de estabelecimentos, pertencentes a conhecidos republicanos; n'esses estabelecimentos, que as praças tinham absoluta necessidade de frequentar para se fornecerem do que necessitavam, aproveitava-se a passagem dos soldados para se fazer a leitura dos jornaes republicanos, e até de alguns jornaes monarchicos, em que a familia real, monarchia, servidores reaes da monarchia, tudo era posto pelas ruas da amargura. Para evitar este gravissimo facto, que tanto devia contribuir para a indisciplina do regimento propuz repetidas vezes, a organisação de cantinas nos quarteis, o que permittia o prohibir que as praças continuassem a frequentar aquelles focos de propaganda. Nunca o consegui. No fim de... talvez um anno de instancias n'este sentido, deram-me autorisação para o fazer, mas não mandaram abonar o dinheiro necessario á realisação. Nos quarteis appareciam mysteriosamente, e por meios que só a policia podia descobrir, manifestos e pamphletos incitando os soldados á revolta, com as maiores affrontas á Familia Real. Chegaram-me ás mãos muitos d'esses impressos que immediatamente remettia para o quartel general pedindo providencias, por parte da policia, para que tal estado de coisas cessasse.»

As repressões não se fizeram, é certo, mas a propaganda revolucionaria não ganhou egualmente terreno largo nos quarteis de Belem e d'ali duvidas fortes sobre a sua attitude em momento azado.

Não ficou estabelecida portanto uma inteira confiança em lanceiros 2, e esse pensamento, conduziu a certas prevenções contra elles, mallogrados por successos que impediram a sua execução.

Eram ellas, o seu destroço, pelas bombas, reunindo-se depois os elementos que sobrassem, para auxilio á revolução, caso em condições estivessem de proseguir.

Cavallaria 4, tinha, a revoltal-a, o tenente João Ferreira Nu-

(*) Joaquim Leitão = «Os Cem Dias Funestos» — Depoimento do coronel Alfredo de Albuquerque=Pag. 399.

nes de Carvalho, com o auxilio dos sargento ajudante, Ulpiano Rodrigues, 1.º sargento Duarte Gomes, 2.º sargento Joaquim Antonio Bernardino, e cabo Brochado, mas pouco na realidade se avançava, e a acção da soldadesca, na hora propria, limitou-se á fuga, que aliás adherencia era, mas de menos lealismo que a outra.

Desculpa teria porém, no destroço inicial que assignalou a sua partida do quartel.

Infantaria 1, contava como manobrante, alem do pharmaceutico civil Antonio Maria Martins de Jesus, da commissão parochial republicana da Ajuda, o tenente Moreira Salles, mas ali já este lográra com o auxilio do 1.º cabo Ferreira, alguma coisa mais que os propagandistas dos outros regimentos de Belem, attrahindo ainda mais dois officiaes.

Não estava comtudo bem assente a adhesão, que, ao final, se traduziria, n'uma espectativa, remate de inicial attitude combativa, tomada no instante da projectada marcha dos marinheiros sobre as Necessidades

Infantaria 2, possuia elementos revolucionarios de previsto bom alcance, sob trabalho de José Madeira, explanado, primitivamente, por José Victorino, a quem por isso foi commettido o encargo de dirigir o grupo civil destinado a auxiliar a sublevação do regimento, confiado por seu turno ao commando militar do tenente de infantaria 2, Americo Olavo, com a ajuda de alguns sargentos.

Manobraram tambem, e talvez mais peremptoriamente, os cabos Eduardo da Silva Oliveira e Joaquim da Silva e os soldos Joaquim da Silva Almeida e Francisco Antonio. O regimento não sahiria para a revolução, mas o movimento que se quiz tornar contrario, teve como entravantes principaes os dois cabos e os dois soldados.

No projecto entrava a sublevação de cavallaria 4, ainda que á ultima hora fosse, com a chamada dos revoltados civis de Alcantara, Ajuda e Belem, que, reunidos aos Carcarvellos a cargo do barbeiro Emygdio de Almeida, e de Algés, cargo de José Cordeiro Junior iriam sobre lanceiros 2 e infantaria 1, arrebanhando-os para acção decisiva sobre o de momento julgado ponto perigoso citadino.

Se se não contava pois, absolutamente, com esses nucleos, para não fugir á illusão sobre os restantes, alvitrou-se que na propria occasião talvez adherissem.

Conseguir-se-hiam trazer para a rua na hora extrema?

Julgou-se problematico, o que depois se patentearia veridico.

Lanceiros 2, não teria a incital-o, o capitão Sousa Rosa que não compareceu no quartel, nem acompanhou o regimento.

Essa falta explical-a-hia assim o proprio coronel do regimento, Alfredo de Albuquerque: (*)

«Elle estava isempto do serviço de escala, por ter uma commissão temporaria, extranha ao regimento. Portanto não compareceu no quartel, quando se passou a ordem de prevenção do dia 3 de Outubro e só se apresentou depois de proclamada a Republica. Não contrariou a acção dos revolucionarios, é certo, porque ficou em casa, mas tambem os não ajudou, o que confirma que o sr. Fontes Pereira de Mello não errou considerando o capitão Sousa Rosa um elemento revolucionario de «pouco valor».

Infantaria 1, não teria impulso conhecido por parte dos revolucionarios formados nas suas fileiras.

Authentica a affirmativa, a seguinte declaração do coronel commandante de infantaria 1, José Jayme de Sousa Marques:

«Eu não tive, desde que sahi do quartel até que entrei, de fazer a mais ligeira admoestação a qualquer official ou praça. Todos desde o tenente-coronel ao corneteiro mais novato, cumpriram e honraram o nome do regimento.» (**)

N'uma previsão pois dos successos do futuro, e com bases na pouco segura confiança patenteada pelo capitão Sousa Rosa, destinou-se o grupo carbonario de Belem de excellente organisação do pharmaceutico Lucio Abrantes e de Cesar Loureiro,

---

(*) Joaquim Leitão=«Os Cem Dias Funestos»=(Processo e condemnação do Ultimo Presidente do Conselho de 1910, Antonio Teixeira de Sousa e do seu livro «Para a Historia da Revolução)=Porto=MCMXII=Pag. 299.

(**) Joaquim Leitão=«Os Cem Dias Funestos»=(Processo e Condemnação do Ultimo Presidente do Conselho de 1910, Antonio Teixeira de Sousa e do seu livro «Para a Historia da Revolução»)=Porto=MCMXII=Pag. 279.

para conter em respeito as tropas hostis do 1 e do 2 de infantaria, 2 e 4 de cavallaria, onde raros sargentos se haviam declarado favoraveis á causa democratica, trazendo, em officiaes, apenas 3, ou fosse, 2 de lanceiros e 1 de cavallaria 4.

O destino se não valeu a cavallaria 4, que teve na sua frente adversarios temiveis e derrotantes, presidiu com hora feliz a infantaria 1 e cavallaria 2, e a esta um desastre, a seu tempo relatado obstaria, a que o promettido destroço se effectuasse, não interrompendo a prevista marcha em auxilio da monarchia, senão n'uma heroica defeza, n'um entrave que outros em maioria não puzeram em pratica.

Quanto a infantaria 1, mallograria os projectos destruidores, na subita mudança do itenerario.

Deixemos os sargentos de Belem, alvo da descrença dos chefes da revolução, como transparece no relatorio do capitão de fragata Fontes Pereira de Mello: (*)

«Isto quanto aos corpos de Lisboa, porque nos regimentos de Belem, e na bateria de Queluz a cousa está muito pessima. Assim em lanceiros, ha apenas um official subalterno de pouco valor, que o mesmo é dizer que não ha ninguem, em infantaria 1 e cavallaria 4, ha soldados carbonarios, alguns sargentos e 2 officiaes d'este ultimo regimento.»

Restavam as baterias de Queluz, minadas pelos 1.^os^ sargentos Andrade, que, descoberto teve successivas transferencias de Evora para os Açôres, e Luiz Sá dos Santos Vaquinhas. Houve esperanças, mas seriam igualmente illudidas. Prefeririam o destroço á capitulagem.

Quanto á artilharia de Barcarena, devia sahir com o elemento de Jayme Sebrosa da loja maçonica «A Accacia». A população não se moveria.

Sobre armamento convinha neutralisar o serviço de abastecimento de munições.

No deposito de Beirolas, actuava com a sua gente de Braço de Prata, o velho revolucionario Joaquim Lopes de Abreu Castello.

(*) «A Revolução de 4 de Outubro = Subsidios para a Historia», por Fontes Pereira de Mello.

Para a obtenção de armas, lançaram-se vistas, não só sobre Beirolas, mas sob o arsenal do exercito.

Destinou-se-lhe os grupos civis de Carlos Antunes, Manuel Polycarpo Torres, Francisco Ferreira, Alfredo Antonio e Joaquim Nunes da Silva, por alcunha «O Mendes.

O primeiro, possuidor d'uma chave da porta da capella que ligava o Arsenal com a associação de que era presidente e que ali tinha séde, devia promover interiormente a entrada do seu grupo, facilitando assim o ataque externo pelos quatro grupos restantes.

Para estes traria o mallogro, o aviso tardio e a derrocada dos projectos sobre a marinha que não desembarcou.

Assente ficou porem que havia, nas escalas altas, immenso obstaculo.

Na maioria dos regimentos, não se tinha ganho largo terreno junto aos «divisas douradas».

Cautellosamente e para evitar duplos embaraços prejudiciaes á revolução e até para os officiaes adversos á causa, operou-se em alguns quarteis o sequestro da relação das moradas da officialidade, afim de obstar á sua procura com motivo em ordens preventivas.

Teriam elles comtudo delegados especiaes da revolta, para os deter nas proprias residencias, emquanto que para o movimento actuariam, junto de cada quartel, um grupo de 30 homens armados.

Para auxilio á soldadesca, de artilharia, onde não contava a revolução com officiaes ou sargentos, formou-se um nucleo de 53 civis, que reunindo na feira de Agosto se incumbiria de effectuar a entrada pela porta da «Casa do Commandante», a Entre-muros, de posse dos telegraphistas de artilharia, unidos ao movimento, e outro de 40 atiradores civis, para infantaria 16 que postando-se em frente da porta das armas, aguardaria o facultar do ingresso no edificio para a submissão dos não adherentes.

Por seu turno, a junta de resistencia, composta pelo dr. José de Castro, dr. Simões Raposo, dr. Miguel Bombarda, Machado Santos, Francisco Grandella, José Cordeiro Junior, Antonio Maria da Silva, Martins Cardoso e Carlos Amaro, submettia

aos representantes dos nuleos militares um resumo das fôrças julgadas adherentes com indicação do ponto onde deviam proceder.

Congregado o projecto civil com o militar, por um trabalho unificador de Candido dos Reis, designava-se para a acção de alguns dos sectores os grupos carbonarios dos chefes Rodrigues Simões, Antonio Francisco dos Santos, dr. Carlos Amaro, Antonio Ferrão, Alberto Meyrelles, e Sousa.

Convencionou-se a vialibilidade do movimento, a despeito das duvidas de alguns dos officiaes sobre a prompta adherencia dos soldados.

Quiz se uma prova pratica, porém e para que esses embaraços não subsistissem, organisou-se uma especie de revista, e nas praças publicas, os chefes da conspiração, assistiam á passagem das praças alliciadas, denunciando-se-lhes por um systema especial de continencia, ainda pela prova falada, ou fosse o cantarolar da phrase «pontapé na bola».

Procurou-se affirmar que não estava ainda o Directorio officialmente envolvido na acção e por isso se julgou inutil n'essa epocha que elle tomasse o seu logar, nas responsabilidades e nos trabalhos.

Certo é, porém, que a acção d'esse corpo dirigente do partido republicano, ao facto e envolvido estava em todos projectos revolucionarios.

Começou elle a activar os preparativos para o movimento apoz o regresso da missão Relvas-Magalhães, e presidiu ás discussões largas sobre a revolta indicada exclusivamente civil ou por civis e militares, dando o appoio a esta, em conselho.

Assistia elle á flagrante imprudencia de uns e ao desanimo de outros, imprudencias filhas da ambição rebellionaria e desanimo pelos successivos addiamentos.

E' facto que houve uma abstenção de financeiro auxilio e inherente abandono dos detidos das sociedades secretas, mas nem por isso o Directorio deixou de ser a força impulsiva da revolução, não se integrando apenas n'ella, como se quiz aventar, nas poucas horas que a precederam.

D'isso é seguro e não contestado testemunho, o relatorio

directorial, apresentado mais tarde (*) n'um congresso republicano.

Assim o confirma egualmente o seguinte trecho do relatorio (**) do professor Simões Raposo secretario da commissão de resistencia sobre actos que precederam o movimento definitivo:

«O «comité», que tomou o nome de Commissão de Resistencia, ficou composto, além do dr. José de Castro e da minha pessoa, por Machado dos Santos, Miguel Bombarda, Francisco Grandella e Cordeiro Junior. O seu primeiro cuidado foi de approximar-se do Directorio do partido republicano, e de estabelecer contacto com esse organismo para conjugar com elle os esforços tendentes a derrubar a monarchia. O directorio acceitou sem restricções a nossa intervenção e, prévio accordo, o «comité» maçónico tratou de agrupar, de disciplinar, de aproveitar os organismos revolucionarios já então creados, e que trabalhavam n'um isolamento de pouca ou nenhuma proficuidade.

«Esse trabalho de aggregação foi feito com extrema cautella.

«Chamamos ao nosso ambiente os elementos de que o proprio Directorio dispunha, os da Maçonaria Portugueza, os da Carbonaria representada pelo engenheiro Antonio Maria da Silva, os do grupo Acacia, representado por Martins Cardoso e os do Joven Portugal, a que pertencia, entre outros, Carlos Amaro.

«E uma vez combinada a acção commum, diligenciámos passar á fileira, permitta-se-me a expressão, todos os individuos que se nos affiguravam capazes de um esforço em prol da Republica.

«As reuniões preparatorias amiudaram-se: em casa e no escriptorio do dr. José de Castro, nos Makavencos, no Gremio Lusitano, no Centro de S. Carlos, em casa de Francisco Grandella etc.

«O dr. Antonio José d'Almeida, que ao começo assumira uma parte da direcção dos trabalhos entre a classe civil, foi forçado a abandonal-a por motivo de saude.

(*) 27 de Agosto de 1911.
(**) *A Capital* de 15 de Outubro de 1910.

Candido dos Reis, entendendo-se especialmente com o elemento militar, era, por assim dizer, o chefe do «comité» de officiaes de marinha e do exercito de terra.

«A partir de determinado momento, as reuniões do «comité» de resistencia e seus adherentes passaram a effectuar-se diariamente no Centro de S. Carlos, presididas pelo dr. Miguel Bombarda que diga-se desde já, foi sempre d'uma assiduidade notavel, d'uma dedicação sem limites.

«Fizemos então o que se impunha logicamente como o nosso dever N'uma conferencia com o Directorio do partido republicano, expozemos-lhe nitidamente a situação e a necessidade urgente de a liquidar. O Directorio ponderou e muito bem que embora estivesse prompto a sanccionar a tentativa de revolta, precisava obter a garantia de que o movimento a realisar-se, não se desenrolaria anarchicamente, mas sim com uma disciplina e uma ordem honrosas para a collectividade democratica »

O Directorio, pois, na analyse d'esse relatorio, apenas recebeu n'essas alturas, como que um «ultimatum» para a execução do plano, pois de resto, não só as reuniões se effectuavam na sua séde como os seus membros estavam ligados a todos os passos iniciaes da revolta.

Para a determinação do Directorio de que só auxiliava a tentativa, quando obedecendo a um projecto não anarchico, mas disciplinado e de ordem, honroso para a aggremiação republicana, suscitou se a consulta a um arbitro.

A consulta não era de origem banal, attendendo-se a que uma revolução jamais pode conter um absoluto grau de disciplina e de ordem, pois que, já em si, o voto representa indisciplina e desordem.

A nomeação arbitral recahia em Candido dos Reis.

Este acceitando o papel difficil, tão difficil, que aos primeiros boatos de fracasso, se suicidava, vendo compromettida a sua opinião deliberativa,—não exitava em garantir a sentença em reunião do Directorio:

—Individualmente, eu, Candido dos Reis, simples soldado da Revolução, entendo que, mesmo anarchicamente, ella deve fazer-se dentro d'um curto praso. Não podemos admittir que a

monarchia continue a achincalhar-nos. Como arbitro, affirmo que embora o movimento seja mal succedido, não envergonhará, na derrota, o partido republicano.

A arbitragem era reconhecida como sensata e o Directorio parece que só então se decidiu a collaborar abertamente no projecto a executar, na partida arriscada que se ia jogar.

O almirante teve sempre como base, o levantamento na capital.

A despeito de os elementos se estenderem por toda a provincia, com maior alcance no norte e menor na Beira Baixa, Candido dos Reis orientou-se sempre no sentido de uma sublevação em Lisboa, affirmando que, sendo a victoria ganha assim, todas as outras terras se conformariam, evitando-se o derramamento de sangue pela inevitavel represalia exercida sobre os monarchicos provincianos, mais arreigados ás suas crenças.

Assente esse plano, deixou-se subsistir a ideia de que, a um fracasso em Lisboa, corresponderia uma sequencia do movimento nas provincias, onde não só Candido dos Reis, promovera uma inspecção de ordem revolucionaria, como se formára uma vasta rede, tendo como elementos mais fortemente organisados, o grão-mestre da C∴ P∴ Arthur Duarte Luz de Almeida, o grão mestre adjunto, Antonio Maria da Silva, o deputado dr. Antonio José d'Almeida, o caixeiro viajante Alvaro Mendes e ainda o dr. Antão de Carvalho, Ramada Curto, Mario Malheiros, Alegre, Pires de Carvalho, Malva do Valle, dr. Estevão Pimentel, Nobre da Veiga, Emilio Martins, capitães Bandeira e Oliveira Conde, Francisco da Cruz, João Gregorio Cansado Conde, João Stokler, Francisco José Gomes de Carvalho, Affonso Cerqueira, Francisco Pereira Cacho, dr. Leão Azedo, Santos e Silva, Jose da Luz, Bernardo Torres, José Martins, dr. Manuel Justino Cruz, Joaquim José d'Oliveira, José Amado Bento d'Oliveira, Affonso de Miranda, Antonio Maximo, José Pessoa Ferreira, R. Paes Gomes, José Perdigão, Mario Malheiros, dr. Carlos Lemos, Lopes de Oliveira, A. B. Pereira Victorino, dr. Celorico Gil, Gaudencio Pires, Domingos Lopes Fidalgos, Branco, dr. Romulo Orlando Marçal, Jayme Figueiredo, O. Ribeiro, dr. Eugenio Ribeiro, dr. Weiss d'Oliveira, Carlos Ludgero Antunes Cabrita, Felicio Caeiro, Adelino Samardan, Henrique

do Espirito Santo, João Camillo Rodrigues, dr. Pereira Coelho, Pires de Carvalho, Fernando L. S. Mendes, Silva Carnide, Lisboa, A. Custodio dos Santos, Magalhães Martins, Antonio Maia, Viegas, José Fernandes, Floro Henriques, João Simões Favas, Costa Ramos Julio da Fonseca Pestana Junior, e tantos outros dirigentes da acção nas varias terras.

Acceite ficou a orientação do exclusivo para Lisboa, mas esse posto secundario conferido ás provincias, se não desmentiu o pensamento de Candido dos Reis, pela adherencia ao acto consummado, deu origem a posteriores luctas de prioridades, onde se salientou ainda a não democratisação das provincias.

O Porto vencido de 1891, não poude egualmente subordinar-se, em absoluto, á Lisboa de 1910, vencedora, sem que o valor da cidade invicta tivesse vingado a perda da acção do 31 de Janeiro.

Na côrte, se concentrou pois toda a engrenagem sediciosa.

Affirmava-se peremptoriamente a adhesão, quasi total, do exercito.

O povo, excitado, levado á derradeira phase, pela palavra arreatante dos democratas, fazendo ver na Republica proxima um campo rasgado a todos os beneficios sociaes, esperava, encorajado, a hora de operar na obra de submersão da realeza em Portugal.

A marinha estava impaciente, dando a evidencia do trabalho efficaz do grupo incumbido de a trazer á revolta e composto pelo capitão de fragata João Augusto Fontes Pereira de Mello; capitão tenente João Manuel de Carvalho; 1.ºs tenentes Antonio Ladislau Parreira e João Fiel Stockler; 2.ºs tenentes Sousa Dias, Carlos da Maia, Aragão e Mello, Tito de Moraes, Mendes Cabeçadas, Ferreira de Sousa, Silva Paes, Monteiro Guimarães, Philemon d'Almeida, Alves Ferreira e Silva Araujo; medicos navaes Vasconcellos e Sá e Castro Moreira, e commissarios Machado Santos, Costa Gomes e Marianno Martins.

A armada jurava não se prestar a novas sahidas da barra, com fundamento em prevenções.

Nos seus impetos, proclamava intenções de insurreição isolada.

As possibilidades d'esse acto desesperado, fizeram ver a conveniencia de um rapido extorço e d'ahi o convocar de dois successivos conciliabulos: a 28 e 29 de Setembro.

O «comité» superior proseguia os seus affazeres com os recebidos elementos dos outros grupos e em reunião magna realisada a 28 e para mais segurança, n'outro ponto menos central, a residencia do revolucionario Bernardino dos Santos Carneiro, assistindo os principaes organisadores da revolta em objectivo e os militares indicados para o commando dos regimentos a sublevar, era presente emfim o plano geral.

No dia seguinte, na séde do Directorio, quiz o nucleo dirigente, escutar pela derradeira vez, o estado da propaganda anti-dynastica nos regimentos de infantaria 16 e artilharia 1.

Não existia grande fé na sahida de infantaria 16, e já pela absoluta falta de officiaes e sargentos, já pelo proprio receio da soldadesca, era elle contado como duvidoso.

Convencionou-se a espera na rua do Arco do Carvalhão.

Os petardos lançando a perturbação nos officiaes, traziam o medo aos soldados, que infileirariam na revolução, ao ver o desanimo da officialidade.

Mas, ante o enthusiasmo e confiança do chefe de barraca, da C∴ P∴ Lourenço Godinho, a esperança avigorou-se e este, ante já a attenta vigilancia dos agentes policiaes, dava as derradeiras reuniões em casa junccionando os sargentos, os cabos e os soldados promptos a acclamar a republica.

Tido era pois o regimento como fiel á revolta, mas sem bases definitivas, especialmente em officiaes, o que se patentearia na hora suprema em que só se revoltavam o alferes Camacho Brandão e capitão José Affonso Palla.

Tudo era enthusiasmos, especialmente em Candido dos Reis, embora contradictados por officiaes pessimistas, pouco confiantes n'uma acção decisiva e originando a seguinte phrase desesperada do almirante:

— Se me julgasse incapaz de assumir o commando das forças de marinha e de as conduzir á victoria, dava um tiro na cabeça...

Restava assentar definitivamente na data.

O chefe revolucionario confiou-a ao destino, sempre soberano, nas sete palavras que definem uma grande crença no inevitavel:

— Os acontecimentos é que hão de fixal-a!

A' resposta respondeu o convencimento de que se a hora podia ser antecedida, n'uma rapida ordem, nunca iria alem da noite de 3 para 4, aproveitando o banquete real de festa no palacio de Belem.

O plano estava comtudo traçado n'esse momento. a noite de 30 de Setembro.

O governo ia dar, effectivamente, a palavra de ordem: annunciava-se a sahida dos navios para fóra da barra, no instante da partida real para o norte, ou fosse terça feira 4.

O aviso era levado ao Directorio na noite de 1 de Outubro por alguns marinheiros.

No momento estava reunida a commissão de resistencia.

Candido dos Reis teve uma hesitação e addiou tudo, (*) elle, que a isso era contrario.

O movimento já se não realisaria.

A revolução era desejada ardentemente.

Comtudo convencionava se o addiamento, necessidade confirmada alias n'esse sabbado, 1, no consultorio do secretario do Directorio, dr. Eusebio Leão, pelo tenente de marinha, Aragão e Mello, participando que indo os navios para Cascaes e sendo a demora de 8 dias, conviria aproveital-os para a propaganda, pois só findo esse praso se poderia realisar o movimento.

Alguns elementos sahiram de Lisboa, na perspectiva de vigilancia.

O almirante depressa se arrependeu.

Recuar era a derrocada das suas ambições e perder uma propaganda energica.

Assignalára ainda o descontentamento dos marinheiros.

Demais, talvez a sahida se não realisasse.

Retrocedeu nas intenções e determinou de novo o activar da acção revolucionaria, mettendo outra vez mãos á obra.

(*) Relatorio de Machado Santos = Pagina 60.

O engenheiro Antonio Maria da Silva e o commissario naval Machado Santos, reunidos no café Martinho, da Arcada do Terreiro do Paço, transmittiam-se a intenção de Candido dos Reis de se effectuar para logo o movimento, incumbindo-se o primeiro de prevenir os officiaes de marinha para nova reunião no dia seguinte, no consultorio do dr. Francisco Eusebio Leão.

Chegámos a 2 de Outubro.

N'esse declinar da tarde, a monarchia decerto sentiu um estremecimento de terror, o intimo, o secreto aviso de que estava n'esse momento sendo discutida a sua ruina, que o dr. João de Menezes proclamava publicamente, n'uma sessão, em Alcantara, da Associação Promotora de Educação Popular.

— A monarchia está perdida! Nada a póde salvar! dizia ousadamente.

E, na verdade, estava sendo lavrada para ella a sua sentença de desterro.

Testemunharam na 40 officiaes, com Innocencio Camacho, Simões Raposo, João Chagas, Antonio José de Almeida, Machado dos Santos e outros reunidos ás 4 horas da tarde no consultorio do dr. Eusebio Leão na Rua Garrett 61 2.º, ao Chiado, em frente quasi ao café da Brazileira tão attentamente vigiado pelos agentes da policia.

Mas, por uma extranha troca de logares, ella é que era perscrutada, no momento febril do ultimo conluio revolucionario, pela vista do dr. José Barbosa, indifferente, na rua, mas com o sobresalto de quem sabia os perigos e as commoções d'essas almas acampadas no historico segundo andar para deliberar o golpe á corôa ainda poderosa, ainda tremenda e energica...

Do conciliabulo encerrado ás 6 horas da tarde sahia o fixar de 4 de Outubro para o supremo exforço em prol do ideal, e sob a chefia d'um quartel general occulta no estabelecimento de banhos na Travessa do Carvalho, em S. Paulo.

Esse logar não foi logo definitivamente escolhido, por depender de sua cedencia para o fim a que se destinava.

Como se conseguiu?

Pelas instancias (*) junto de um dos proprietarios do estabe-

(*) *O Seculo* de 22 de Outubro de 1910.

lecimento de banhos, e egualmente revolucionario, Joaquim Pessoa:

«A's quatro horas da tarde do dia 3, nove horas apenas antes da revolução, portanto, achando-nos reunidos na administração das «Cartas Politicas», na rua do Arco do Bandeira, pensava-se em arranjar uma casa completamente insuspeita onde fossem tomadas as ultimas deliberações relativas á evolução revolucionaria e suas boas ou más consequencias. Todas as casas ao nosso alcance já andavam mais ou menos sob os olhos da policia, em virtude das innumeras reuniões que se haviam feito em toda a parte. O proprio terceiro andar da Esperança onde estiveram até ás oito horas da noite de 3, reunidos os «comités», já não nos agradava. João Chagas alvitrou esta e insistiu commigo para que a cedesse. Achei-me n'uma situação melindrosa. Como ceder os banhos de S. Paulo sem conhecimento dos meus collegas e sem auctoridade para o fazer por alvedrio proprio? Mas sempre me resolvi... Tendo sacrificado já tudo, interesses, familia, a propria vida, para que me havia de prender alguma coisa de menos do que o referido obice? Para aqui vim pôr tudo em ordem, afim de não sermos descobertos. O edificio tem duas portas e ambas tinham de servir, pelo que tive de as «ageitar...» Das janellas que distam quasi sobre o mar, rondava o que se ia passando. E esperei pelos conjurados.»

Sabido era comtudo que no edificio dos banhos de S. Paulo algumas reuniões revolucionarias se haviam feito já, erguendo suspeitas na policia e concitando avisos ao proprietario Joaquim Pessoa, pelos proprios elementos monarchicos.

Voltando á reunião de 2 de Outubro, veremos apparecer o definitivo plano, organisado apoz successivas modificações, dictadas não só pelas circumstancias como pelas animadversões de alguns officiaes á cooperação civil, amesquinhada e ás vezes temida em hypotheticos canibalismos.

Esse plano surgia consubstanciado na seguinte parte do relatorio official do capitão Alfredo Ernesto de Sá Cardoso:

«N'esta reunião expoz Helder Ribeiro o plano. Previram-se duas hypotheses: a do rei estar em Lisboa e a de não estar. Em qualquer dos casos o movimento iniciava-se por uma salva de

31 tiros dada a bordo de um navio de guerra, á qual devia corresponder outra de 31 tiros dada em artilharia 1. A este signal os grupos civis corriam aos seus postos, uns aos quarteis da guarda municipal outros aos quarteis dos regimentos revolucionarios, ás casas dos officiaes, aos sitios onde deviam ser cortadas as linhas telephonicas e as telegraphicas, a Beirolas, etc.

«Caçadores 2, infantaria 2, guarda fiscal, de Alcantara, e marinheiros do quartel formavam uma columna de ataque, destinada a exercer um golpe de mão sobre as Necessidades, prendendo o rei se elle ali estivesse, a actuar sobre a guarda municipal de Alcantara e a vigiar as communicações com Belem, prompta a repellir um ataque de infantaria 1 ou de caçadores 2, se estes regimentos conseguissem passar atravez dos grupos civis de Belem.

«Caçadores 5, infantaria 5 e engenheiros constituiam outra columna, que, sob o commando do sr. general Encarnação Ribeiro, devia inutilisar o quartel general e cercar depois o Carmo.

«O regimento de engenharia ficava na estação do Rocio, em observação, protegendo a columna contra um possivel ataque da municipal dos Loyos e do Cabeço de Bolla; caçadores 5, tomando as emboccaduras do largo do Carmo, vigiava o quartel da municipal, e infantaria 5 concentrava se em S. Roque.

«Dos navios, devia desembarcar uma força de cêrca de 600 homens. No caso do rei não estar em Lisboa esta força desembarcaria no Arsenal ou no Terreiro do Paço, apoderava-se da estação central dos telegraphos, onde deixava 100 homens, e seguia para a praça de Camões, de onde vigiava os Paulistas e o Chiado, prompta a acudir onde fosse preciso. No caso do rei estar em Lisboa desembarcava na Rocha de Conde de Obidos, ou onde pudesse, destacava uma força para a estação dos telegraphos e concentrava-se nas côrtes ou esperava no Aterro, para egualmente acudir onde fôsse preciso. N'esta hypothese, infantaria 5 destacava uma fôrça para o Camões.

«Logo que a marinha desembarcasse mandaria munições para o quartel de marinheiros, onde havia 11:000 cartuchos apenas.

«Um dos navios revoltados — «Adamastor», «D. Carlos» e

«S. Raphael» — devia ficar em frente do Terreiro do Paço; os outros tomariam as posições que a occasião aconselhasse.

«A infantaria e artilharia procederiam de accordo. — Duas horas depois de iniciada a revolução desembarcariam no Terreiro do Paço, vindas de Valle de Zebro, cêrca de duas mil armas e 80:000 cartuchos para armar populares.

«As metralhadoras de caçadores 5 e 2 deviam, conforme as necessidades, repartir-se pelas differentes forças das columnas.

«A guarda fiscal de leste ia concentrar-se em Beirollas, entrincheirando-se ahi com os populares, ficando d'este modo o deposito de munições em poder dos revolucionarios. Era sobre Beirollas que se devia operar a retirada, se fosse precisa.

«Infantaria 16 revoltava-se e marchava para artilharia 1 para poder proteger o movimento insurreccional d'este regimento. Logo que a artilharia pudesses ahir, seguiria uma parte para a columna das Necessidades e outra para a columna de S. Roque.

O grupo a cavallo, insurreccionando-se, vinha ter ao quartel de Campolide e d'ahi seguiria para aquella das columnas onde fosse mais necessaria. Se, porem, não pudesse sair do quartel, devia inutilisar as peças.

«Era principio assente que se se encontrasse alguma força hostil nas ruas, essa força devia logo ser batida.

«Em quasi todos os regimentos havia officiaes revolucionarios, mas para todos havia ainda grupos de officiaes e cadetes estranhos aos regimentos, que iam ajudal-os a revoltar e acompanhal-os para a revolução.

«Cada grupo civil que devia ir aos quarteis para ajudar a revoltar os regimentos levava á sua frente um dos deputados eleitos por Lisboa.

«Tal era o plano revolucionario, a que só faltam alguns pequenos detalhes de organisação, que não vale a pena mencionar. Este plano foi approvado por todos os officiaes que assistiram á reunião.»

O plano teve a approvação dos principaes interferentes no movimento.

Comtudo, em bases demasiado hypotheticas assentava elle, e assim veremos depois, não só erros fortes na maneira organi-

sadora, transmudada quasi por completo, como a abolição do projectado signal, e ainda a ausencia dos deputados destinados a cooperar á frente dos grupos insurreccionantes.

Não deixaram comtudo de se patentear alvitres na reunião de apresentação do plano e por um d'elles, o almirante Reis, em vez de ir insurreccionar o «D. Carlos» e mais navios, marchava até á Avenida indo acampar na Rotunda; por outros, infantaria 16 e artilharia 1, íriam para a Cova da Moura e ahi com caçadores, fariam frente ás forças realistas.

Cousa alguma d'isso succederia.

O destino melhor encaminharia os desejos dos revoltosos, levando-os a campo que julgou mais apto para a victoria: a Rotunda, ponto aliás visado inicialmente nos varios projectos.

Animados estavam os conspiradores e ao ennunciado das suas adhesões, sonharam o levar todos de vencida e quiçá sem que necessario fosse o emprego de explosivos.

Ainda das proprias guardas municipaes se fallou, falsamente, que se a revolução fosse militar, ellas se manteriam indifferentes, só interferindo contrariamente, quando o movimento obedecesse a uma acção, em exclusivo popular.

Visava o boato a trazer á revolta o maior numero possivel de vultos do exercito, crentes n'uma submissão da municipal ante o caracter militar da sedição.

Não tinha base a suspeita e confirmando ver-se-hia que nos planos era sempre especialmente procurada a rendição forçada da municipal, pelo emprego dos explosivos.

N'essa hora de embriaguez revolucionaria, o almirante Reis deixou assignalado o trabalho collossal de outro revolucionario já experimentado nas durezas dos combates contra a realeza, como um vencido e perseguido do 31 de Janeiro de 1891 e 28 de Janeiro de 1908.

— A revolução vae fazer-se e é sobretudo, a João Chagas que ella se deve!

Pensou-se na data a fixar.

Candido dos Reis, deixou perceber a de 4 de Outubro, annunciada para a partida do rei e em que, segundo se rumorejava, os navios deviam mudar de ancoradouro.

O movimento seria iniciado no acto da partida do monarcha.

El-Rei, partindo para o norte, á noite, seria detido com os ministros na primeira estação, a de Campolide, emquanto a palatinagem teria o cerco pelos revoltosos na estação do Rocio ao ingressar do comboio real no tunnel.

Contada como attrahida a guarda de honra, a acção, na analyse de relance, não offerecia perigos, e a surpreza e audacia da tentativa, collocava os insurrecionados no campo d'uma presumivel plena adhesão.

O plano modificar-se-hia, como já vamos ver e em parte contribuiria a ideia de que, admittida a hypothese d'uma resistencia, incalculavel seria o numero de victimas innocentes, mulheres e creanças levadas ao acto da sahida regia pela curiosidade, e achadas nas ruas por afazeres ou passeio.

Ainda n'essa reunião historica do dia 2 os officiaes tomaram a obrigação de se revoltar, oppondo-se apenas á entrega de armas aos civis, com receio de desmandos.

Tiveram de ser convencidos de que, sem a ajuda do povo, o projecto podería soffrer fracasso, intuição comprovada depois, pela coadjuvação importante do elemento civil, mais forte do que a do exercito.

De segredo em segredo ia indo a alegria do lance aprestado ao conhecimento dos revolucionarios.

A muitos, comtudo não chegavam os echos reaes da entrevista e a 2, na perspectiva da execução para essa data, os estudantes da Escola do Exercito recebiam do tenente José Ricardo Cabral, aviso de prevenção e rondando os quarteis de infantaria 5, caçadores 5, infantaria 2, cavallaria 4 e engenharia, estiveram grupos de carbonarios, armados de revolver, á espera da ordem de sublevar os regimentos.

Debalde a aguardaram, pois no conselho de revolucionarios se fixava a madrugada de terça feira, transmittida aliás de popular a popular na manifestação a Hermes da Fonseca, junto ao palacio de Belem.

A's 8 horas da noite de 2 ainda reunia a commissão de resistencia.

Assentava-se na formula do santo e senha.

O almirante, que os inspirou, insistia pelas palavras:

— Mandou-me procurar?

Com a resposta:

— Passe cidadão!

O signal de reconhecimento, consistiria no erguer dos braços

O dr. Miguel Bombarda, encarregava-se de transmittir aos chefes de grupos, em entrevista aprazada para as 4 horas da tarde de 3 as deliberações da commissão, entre as quaes se manteve a de que á frente do nucleo iria um caudilho cotado da democracia

Convencionava se que não houvessem as salvas, que poderiam alarmar, assentando-se em marcar hora exacta, a 1 da noite de 4, para o inicio do movimento.

No proprio dia a resolução seria modificada, voltando-se ao signal, pelas salvas, em virtude de, havendo já prevenções, não existir razões para o mysterio.

A mudança já não chegaria ao conhecimento de Machado Santos, como não teve tempo de a todos ser communicada.

Significaria isso uma derrocada se o destino não vigilasse attento.

Ao commissario naval Machado Santos, era incumbida a sublevação em infantaria 16, á hora marcada, marchando em seguida sobre artilharia 1. Era a parte mais arriscada, n'aquella hora, por se desconhecer a attitude que tomaria o primeiro d'aquelles corpos.

A distribuição de armamento seria feita no dia 3, de tarde, conjuntamente á iniciação dos chefes de grupos nas palavras de reconhecimento.

Miguel Bombarda, não teve presentimentos de que não executaria o plano que lhe fôra destinado e que ia até á sua collocação á frente do regimento de artilharia 1.

Sorridente, cheio de esperanças, vendo só perigos para outros, pedia ao professor Simões Raposo, o papel onde n'uma incognita só decifravel aos iniciados, se desenrolava a constituição das forças e sua acção futura.

— Eu guardo-o, porque estou menos arriscado a ser preso. Mesmo no caso de se fazer uma busca policial a Rilhafolles, escondo-o facilmente nas folhas d'um livro da minha bibliotheca.

Guardava-o na carteira d'onde havia de sahir, não para as paginas de qualquer volume, mas para um cautelloso auto de fé.

Bombarda não assistiria a nova reunião.

A morte espreitava-o, mas sem lhe querer dar as honras de um baquear ante a lucta pelo ideal.

Emquanto a conspiração avançava, aos navios e ao quartel de marinheiros chegava a nova alarmante de que o governo ia ordenar a sahida immediata do cruzador «D. Carlos», a pretexto de necessitar fabrico que devia receber nos estaleiros inglezes.

Aos primeiros desesperos, succederam-se as raivas de um novo mallogro de intenções e Candido dos Reis, foi o interprete enthusiastico d'um «ultimatum» trazido a uma sessão ad hoc arranjada, a 3 de Outubro, ás 8 horas da manhã, no escriptorio das aguas do Monte Banzão:

— A revolução ou se faz esta noite ou nunca!

Todos a ella, o incitavam.

Na vespera, o almirante encontrára o chefe de grupo de atiradores civis, e revolucionario do 28 de Janeiro de 1908, João de Moraes Carvella, da loj.·. mac.·. «Acacia», e á interrogação sobre o movimento, expuzera o estado da propaganda:

— Temos tudo prompto ha um mez. Os marinheiros acabam de declarar que não sahirão para Cascaes quarta feira. Infantaria 16 está pelos cabellos; não ha quem a sustenha. De modo que...

Recebia novo alento, por parte do revolucionario:

— Entendo que devemos jogar já a ultima cartada Se deixamos os irrequietos sahir sem o nosso appoio e sem dirigentes, o movimento pode ir por agua abaixo, o que atraza dez annos a Republica e pode desprestigiar a chefia. Aproveitando o ensejo da disposição dos animos a que se referiu, da situação anormal da politica, da já realisada coordenação dos trabalhos revolucionarios, muito azar será que nos vençam!...

O official teve uma phrase energica :

— Tem razão, e pela minha parte, affirmo-lhe que instarei pela revolução, immediatamente!...

Estava pois ali, n'aquella hora solemne para cumprir a affirmativa feita ao revolucionario Moraes Carvella:

— A Revolução ou se faz esta noite ou nunca!...

Ante a intimação arrojada, houve como que uma estupefacção.

Candido dos Reis, completou-a, frisando estar decidido a effectuar o movimento fosse sob que circumstancias fôsse, e até só com o auxilio da marinha.

Exaltado, atirando a luva a quantos ali estavam, teve a phrase arrogante que n'outra reunião teve ainda:

« — Terei muita honra em me fazer fuzilar pelos meus camaradas do exercito!

De instante ficou pensativo.

Era grande a responsabilidade de conduzir á lucta as presumiveis centenas de revolucionarios.

Mas não podia nem devia recuar.

A poucos passos da morte, a espreital-o já, esse homem pequeno em estatura, mas collossal no combate persistente pela sua ideia da republica, foi o facho, que em nome da marinha, impondo, como ella a sua vontade, ateou o incendio da revolução.

Se os do «D. Carlos» não queriam abandonar o Tejo, os restantes marinheiros, recusavam-se a sahir para Cascaes.

Ou os varios elementos cooperavam, ou a armada, com o almirante Reis, procederia isolada.

A batalha seria cruenta, mas era o inevitavel.

A marinha estava resolvida a ir até ao fim.

Ao fracasso do movimento em terra, corresponderia o bombardeamento geral pelos navios.

O «Adamastor» tinha 30:000 cartuchos para carabinas, o «S Raphael» 60:000 cartuchos, o «D. Carlos» 63:000, e cada um, 300 tiros por bocca de fogo.

As suas tripulações actuariam sós, se se postergassem os projectos da conflagração geral.

Os conjurados entreolharam-se.

Poucos ali estavam, alem de Candido dos Reis:

Innocencio Camacho Rodrigues, o 1.° tenente Ladislau Par-

reira, o tenente de cavallaria, Alvaro Pope, tenente de cavallaria José Ricardo Cabral, o capitão de artilharia 1, José Affonso Palla, o capitão de caçadores 5 Caetano Carvalhal Correia Henriques, tenente Americo Olavo, tenente de infantaria Jayme Augusto Pinto Garcia, (*) tenente José da Ascensão Valdez, o capitão de artilharia 1 Alfredo Ernesto de Sá Cardoso, o alferes de caçadores Pires Pereira.

O «ultimatum» era de curto praso.

Como avisar todos?!...

Candido dos Reis, emissario fiel da armada, que com os seus desejos ia, manteve-se inflexivel, fixando a madrugada de 4 para a tentativa final.

Não havia que exitar.

Determinava-o, como interprete da marinhagem, aquelle que de ha muito fôra escolhido pelo Directorio como chefe militar da revolução, como para organisador do elemento civil fôra escolhido João Chagas.

Ante a intransigencia de uns, houve a transigencia de todos.

O capitão Sá Cardoso, delineava de novo o projecto e vamos buscar o depoimento de occasião a palavras do capitão Carvalhal Henriques:

«Soube então que a revolta era para essa noite, e recordome até que o vice-almirante Reis pediu que se marcasse logo a hora, afim de mandar avisar os elementos civis. O alferes Cardoso, apresentou o plano a executar, que era a longos traços, o assalto do quartel general por caçadores 5, infantaria 5 e engenharia, sob o commando do coronel Barreto ou do general Conceição Ribeiro, que devia fornecer duas metralhadoras á marinha, e cercar com as restantes o quartel do Carmo, ao passo que artilharia 1 tomaria posição no largo da Abegoaria. Tinham-me promettido pelo menos 40 paisanos armados para assaltarem o castello de S. Jorge e prenderem os officiaes de caçadores 5, que não convinha mandar prender pelos soldados. Todos se admiraram que o movimento tivesse sido marcado para essa

(*) Envolvido já na «Janeirada» Vide *A Revolução Portugueza*, pelo auctor da presente obra, 1.º volume, pagina 211.

noite. Na reunião em casa do capitão de fragata Fontes, á Junqueira, tinha se fixado a data para mais tarde, acentuando eu, porém, que não poderia ir além de outubro, porque n'essa occasião passariam á reserva muitas praças. Quando regressei ao quartel escrevi uma carta ao alferes Gomes da Silva, que estava de licença, avisando-o do que se passava. Chamei os sargentos que conspiravam comnosco, pu-los ao corrente do que havia, e responderam-me com grande enthusiasmo que iam preparar tudo. Ao quartelleiro das metralhadoras fui eu pessoalmente ordenar que as tivesse prontas para a noite. A's tres e meia saí, deixando tudo preparado. Na Baixa encontrei o alferes Baptista, a quem encarreguei de avisar Gomes da Silva e Oliveira Gomes. Encontrei ainda o tenente Bivar, a quem pedi para vir para o batalhão, e que resolveu antes ir para Belem, onde esperava ser mais util. Depois, fui de automovel ao Colegio Militar onde encontrei o alferes Silva Ramos que me prometteu esperar por nós á noite no Rocio. A' tarde, em casa do alferes Valdez, apresentaram-me os dois cadetes da Escola do Exercito, de que já lhe falei. Falou-se novamente no plano, estudaram-se permenores e fixou-se que, sendo preciso, retirariamos sobre Chellas, levando comnosco todas as munições.»

Convem esclarecer, que o facto de os conjurados trajarem á paisana, fez com que ali o capitão Sá Cardoso appareça como alferes.

Quando ás outras resoluções nenhuma teria execução.

O proprio coronel Barreto, se participação lhe foi levada não sahiu de Cintra, como se previsse que a parte distribuida aos regimentos falharia por completo.

Não haveria desfallecimentos, prometteu-se n'esse instante em que a lucta não estava travada ainda.

Caso a revolta fosse suffocada em Lisboa, os corpos das provincias marchando sobre a capital, deviam reateal-a de novo, com o auxilio das forças antes submettidas.

E a vasta rede desenvolver-se-hia de forma a não deixar fugir ao exterminio nem as tropas fieis nem a realeza, tudo compendiado em projecto de linha firmes: (*)

(*) A Revolução Portugueza = Relatorio de Machado Santos. = Lisboa 1911=Pagina 55.

«Independente d'esta acção defensiva contra a guarda, outras acções foram ordenadas, sendo as mas importantes as seguintes: o grupo civil dirigido pelo constructor Oliveira devia, de combinação com o tenente Pope de cavallaria e o sargento Manuel d'Oliveira d'engenharia, sublevar o quartel da Cruz dos Quatro Caminhos; o grupo civil do commerciante Freitas, de combinação com o tenente Valdez, devia sublevar infantaria n.° 5; grupo civil de Coelho Dias devia sublevar caçadores 5 de combinação com o capitão Carvalhal Henriques; grupo civil de João Augusto de Andrade devia sublevar caçadores 2, de combinação com o sargento Moreira; grupo civil de José Madeira devia sublevar o corpo de marinheiros, de combinação com Machado Santos; grupo civil de José Victorino devia sublevar infantaria 2 de combinação com o tenente Americo Olavo; grupo civil de Franklim Lamas devia sublevar a guarda fiscal da Junqueira e Alcantara; grupo civil de Augusto Rodrigues devia sublevar a guarda fiscal da Rocha de Conde d'Obidos; grupos civis de David Fonseca e Kopke com os ex-sargentos Carvalho, Guerra e Macedo deviam sublevar a guarda fiscal da 5.ª e 8.ª companhia, desde o posto da Pontinha até Moscavide; grupos civis de Abreu Castello, deviam sublevar os postos da guarda fiscal desde Braço de Prata até Olivaes e de combinação com as forças de Beirolas apoderarem-se d'este deposito e desarmarem a guarda municipal que estivesse nos Olivaes; Fernão Botto Machado sublevaria Sacavem e Camarate; Carlos Antunes, com o seu grupo, atacaria o Arsenal do Exercito pela porta da capella, servindo-se da Associação de operarios, que lá tinha a sua séde, e de que era presidente; Torres e Joaquim Nunes da Siva (Mendes) com outro grupo civil, atacaria de frente a guarda do arsenal e a guarda fiscal. Este ataque ao Arsenal do Exercito devia ser feito de collaboração com as forças de marinha de desembarque; Antonio Augusto Maldonado, Armando Porphirio Rodrigues e Manuel Lourenço Godinho, com um numeroso grupo civil e Carvella com um grupo de atiradores deviam sublevar artilharia 1, de combinação com os sargentos, e Dias Santos devia sublevar infantaria 16, de combinação comigo. Antonio dos Santos Fonseca, Amandio Junqueiro, J. Pires e Lameiras, com os

respectivos grupos civis deviam interromper as communicações telegraphicas e telephonicas; Pinto de Lima, com uma parte do seu grupo, devia sublevar as baterias de Queluz, de combinação com os sargentos; Jayme Sebrosa devia sublevar as forças de Barcarena; José Cordeiro Junior devia sublevar as povoações de Algés e Paço d'Arcos; Emygdio de Almeida devia apoderar-se do cabo submarino em Carcavellos e Lucio Abrantes sublevar Belem e Ajuda com os seus grupos civis e de combinação com cavallaria 4 atacar lanceiros e infantaria 1, aproveitando se dos elementos revolucionarios que tinhamos n'esses regimentos.

«Vencedores em Barcarena, os insurrectos deviam marchar sobre Queluz, e, ou as baterias tinham sahido a nosso favor ou estavam em grande desordem e confusão pelo ataque, que, de combinação com os sargentos, Pinto de Lima devia effectuar. Se este ataque tivesse sido mal succedido, os insurrectos de Barcarena deviam renoval-o. Conseguindo-se arrastar comnosco as baterias de Queluz, a força revoltada iria atacar o paço d'Ajuda e formaria no alto para coadjuvar a acção de Lucio Abrantes em Belem. Os insurrectos de Carnaxide, Algés, etc., deviam tambem marchar sobre Belem; a guarda fiscal que guarnece a parte da circumvalão desde a Pontinha até Moscavide, devia marchar sobre Beirolas; e Botto Machado, egualmente de Sacavem e Camarate sobre Beirolas.

«Succedesse o que succedesse, embora a revolução estivesse suffocada no interior da cidade, todos esses elementos de fóra tinham ordem de avançar, e de recomeçar a lucta a todo o custo, porque emquanto houvesse um nucleo de resistencia, a cidade e os regimentos podiam sublevar-se de novo. Candido dos Reis appoiára energicamente estas ordens da commissão de resistencia e combinara que não haveria signal para começo da revolução, mas sim uma hora combinada. O Directorio representado por José Relvas, Eusebio Leão, José Barbosa, Malva do Valle e Innocencio Camacho, veiu dar a sua sancção perante a commissão de resistencia.»

Havia ainda o serviço de communicações e subsistencias, ficando a parte de as fornecer aos revoltosos a cargo dos carbona-

rios Americo de Oliveira e Raul Nunes Leal, e na parte de as cortar as forças realistas a cargo principal de Antonio dos Santos Fonseca, Amandio Saraiva Junqueiro, Annibal Lameiras e João Gualberto do Nascimento Pires. As subsistencias ficaram tambem a cargo do revolucionario de Algés, José Cordeiro Junior.

O nucleo da Escola do Exercito, teve, por Candido dos Reis um fraccionamento quasi inutil: destinaram-se á sublevação de engenharia, os cadetes João Ribeiro Gomes e Ignacio Monteiro de Azevedo; á de infantaria 2, Mac Breid, Antonio José Soares Durão, Mario Saldanha e Nogueira; e a cavallaria 4, João Sarmento Pimentel e Francisco Xavier da Cunha Aragão; a caçadores 5, Humberto de Athayde Ramos e Oliveira, João de Menezes Ferreira e Marecas Ferreira.

O plano ia ser posto em pratica, as communicações expedidas.

Marcada foi nova reunião, para as 8 horas da noite em casa de Innocencio Camacho Rodrigues e para que todos os officiaes e chefes civis adherentes, de novo conhecerem os topicos do projectoa executar, o que, em duas horas, foi feito pelo tenente Helder Ribeiro.

O caminho estava traçado e marcada a hora de maior horror para a causa monarchica: a 1 hora da madrugada de 4 de Outubro de 1910.

Da entrevista no estabelecimento das aguas de Banzão, nasceu a determinação por Candido dos Reis de aviso ao dr. Affonso Costa e ao commissario naval Arthur Marinha de Campos, desconhecedores de todo o machiavelismo rebellionario.

Para esses dois caudilhos, tinha havido até então uma injustificada reserva, que se disse baseada, quanto ao primeiro, em precipitações na tentativa de 28 de Janeiro e quanto ao segundo no seu anterior filiamento no partido franquista d'onde transitára para o republicano, em 1907, em pleno periodo dictatorial.

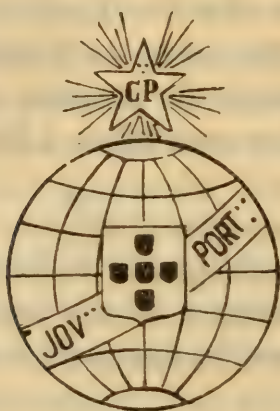
A determinação do almirante, era fielmente executada por Innocencio Camacho e José Barbosa, recebendo Marinha de Campos o aviso pela 1 hora da tarde na rua dos Correeiros, e que os tres foram depois expôr ao dr. Affonso Costa, no seu escriptorio da rua do Arco do Bandeira ou dos Sapateiros, 104, 2.º

O dr. Affonso Costa não tivera, até á data, aviso algum da proximidade da acção. Da Serra da Estrella, viera tres dias antes d'ella, e, na ignorancia do projecto, chegara até a adquirir bilhetes para acompanhar seus filhos á Suissa, onde estavam estudando.

O advogado, sem uma surpreza, sem extranhar sequer que tão tarde lhe fossem participadas as intenções revolucionarias, limitou se, sereno, a inscrever no seu caderno o numero da casa onde se effectuaria a reunião nocturna e a fixar, repetindo-os por vezes, o santo e senha.

Marinha de Campos, ia a Cintra, sendo portador de uma carta do dr. José Barbosa, chamar o secretario do Directorio, dr. Eusebio Leão, emquanto o revolucionario Ricardo Durão, telegraphava para Alpiarça, ao futuro ministro das finanças, José Relvas, expondo-lhe a conveniencia do regresso á capital.

Entretanto, e embora conhecida fosse já de todos a imposição da marinha, e a palavra de revolta corresse celere, desde a vespera, pelos circulos a ella dispostos, a junta revolucionaria fazia transmittir com as phrases convencionaes e indicações secretas aos grupos civis, uma ordem geral, da commissão de resistencia da Maçonaria, trabalho do commissario Machado dos Santos, da «Alta Venda» da Carbonaria Portugueza.

Documento alto é elle, e que symbolisava os intuitos do movimento a executar:

COMITÉ CIVIL

ORDEM GERAL

«Determina-se o seguinte:

«1.º — Cada um dos grupos civis, executada a missão que lhe é determinada, fica policiando o local onde effectivou a sua acção.

«2.º — Os chefes evitarão a effusão de sangue tanto quanto seja possivel.

«3.º — Todo o individuo que seja encontrado a assaltar residencias particulares, a roubar, a assassinar inimigos indefesos, ou a commetter violencias contra mulheres e creanças, será immediatamente fuzilado. Os chefes dos differentes grupos mandarão executar, em processo summario, o cobarde que assim proceder.

«4.º — Qualquer grupo, executada a sua missão, deve marchar em soccorro dos que proximo lhe ficam, no caso de estarem empenhados em combate.

«5.º — Se qualquer força conseguir escapar-se do cerco que lhe é feito, no sentido de se reunir a outras, tentando impedir o advento da Republica, o grupo encarregado de a conter atacal-a ha constantemente na marcha, impedindo por todas as fórmas a concentração do inimigo.

«6.º — No ataque d'uma força em marcha buscarão abrigar-se nas esquinas.

«7.º — Só não deve ser atacada, mas sim vigiada, a força que sahindo do seu quartel inicie a marcha aos gritos de «Viva a Republica».

«8.º — Os grupos civis que vão convidar as forças militares a adherirem á Revolução jámais as devem abandonar, continuando a velar pela sua segurança impedindo que officiaes contrarios tomem contacto com os seus antigos soldados.

«9.º — Todo o cidadão da Republica deve regular o seu procedimento pelos dictames da Honra, do Patriotismo e da Humanidade.»

A ordem de revolta era logo egualmente transmittida aos sargentos conniventes dos dois principaes regimentos com a absoluta observancia de mostrarem a maior serenidade.

O chefe civil, Manuel Lourenço Godinho, recebia a communicação em plena rua, pelo chefe de barraca, Armando Porphirio Rodrigues:

« — A coisa é para esta noite. E' preciso avisar a gente para que esteja a postos!»

Largando o seu emprego, o revolucionario, ia logo illucidar o 1.º cabo Manuel Tavares Grello, o cabo Barradas e o 1.º sargento Encarnação Mathias dos Santos.

O commissario naval Machado dos Santos procurando, na madrugada de 3, o chefe revolucionario, Armando Porphirio Rodrigues, tinha em seguida uma conferencia com Lourenço Godinho em casa d'este, no Arco do Carvalhão, fixando as 7 horas da noite para a dadiva de instrucções pelo dr. Miguel Bombarda, na séde do Directorio.

Incumbido, apoz um abraço de Machado Santos, de ir a infantaria 16, participar a hora descripta, Godinho assim procedia e indo actuar ainda em artilharia 1, onde dava ordem ao 1.º cabo chefe do posto telegraphico, Manuel Tavares Grello, para que, depois das 5 horas da tarde, apenas entregasse telegrammas ao capitão Affonso Palla.

O emmissario quasi não abandonou esses regimentos,

correndo de um para outro, para que á hora nada faltasse, emquanto em artilharia 1 era ainda trazido á conspiração, pelo sargento Encarnação, o ajudante, Sangremann Henriques.

E' certo que essa adhesão da ultima hora, podia ter trazido complicações, pela sua quasi desistencia antes da revolta, obstada pelo sargento Encarnação.

A seu tempo veremos porem a parte na sedição do alliciado das proximidades da lucta.

O grupo revolucionario de Cesar A. Correia, de que que fazia parte João Rodrigues dos Santos e José Ausgusto dos Santos, era mandado postar junto do elevador de Santa Justa, ás 9 horas da noite, para a recepção de armas.

O revolucionario Carlos Amaro, por ordem do comité, ia avisar para a reunião dos grupos que capitaneavam, o livreiro da Rua da Prata, Francisco José Gomes de Carvalho, ourives da mesma rua Antonio da Costa, o carteiro Luiz da Silva, e Fernando Barreto.

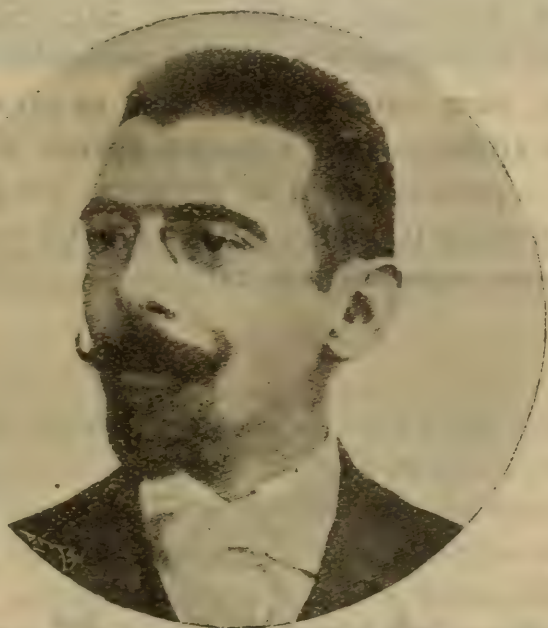
Ao carbonario João da Silva Paschoal era dado o encargo do corte das linhas em Telheiras, indo ainda buscar armas a casa do alfayate da rua do Ouro, João Paulino de Freitas.

Este, obtivera-as de fórmas varias: vindas de Badajoz, desde Julho de 1910, e passadas pelo pessoal ferro-viario. Vinham occultas em caixas metallicas, junto ás caldeiras e ficando em Cintra, ali eram entregues a um portador de confiança que, a pé, as trazia dentro de um sacco para a alfayataria, onde outras estavam, transportadas em carteiras de chagrin, ás 20, por um dos chefes da estação dos caminhos de ferro do sul e sueste e ali pelos soldados da guarda fiscal.

Paulino de Freitas tivéra já ingerencia na «janeirada» como chefe de um grupo civil e como propagandista de ideias republicanas em infantaria 5, onde, mercê dos officiaes, alferes Valdez e capitão Borges, podera conhecer todas as dependencias do edificio, para o caso de assalto e as ideias do resto dos militares superiores, para o caso de repressão.

Depositario de grande quantidade de armamento, distribuia-o, tendo já a 30 de Setembro, feito entrega no armazem revolucionario da rua do Crucifixo, de todas as carabinas e pis-

tolas Browings, juntas com a coadjuvação de Martins Cardoso, José Rego e Jacintho David.

No café Martinho, em plena manhã, ás 10 horas, o vice-presidente da «Alta Venda» da C∴ P∴, Antonio Maria da Silva com os carbonarios Estevão Pimentel e Pinto de Lima, distribuia organisações e convocava revolucionarios para a recepção do santo esenha no Directorio, trabalho mais tarde repetido ali pelo revolucionario Carlos Amaro, fornecendo entre o brouhaha dos assistentes, a senha e contra-senha a outros chefes de grupos, que

ANTONIO MARIA DA SILVA
(Vice-presidente da Alta Venda *C∴ P∴)*

deviam requisitar armas n'um kiosque (*) ao principio da rua Fernandes da Fonseca, esquina do theatro do Principe Real.

De novo em acção estava o kiosque Elegante no Rocio, em frente da rua do Carmo, habitual centro conspirador, sob a chefia do proprietario Abilio Marques Raymundo. Ali se effectuavam iniciações de «intervencionistas» e «puritanos»; ali se adquiriam as mais celebres producções anarchistas; d'ali partira o

(*) Retirado em 1911.

movimento dissolutivo da procissão do centenario de Santo Antonio em 1895, origem da lei de 13 de Fevereiro de 1896; d'ali sahiam iniciados da carbonaria e d'ali certa cumplicidade no fabrico de bombas na rua de Santo Antonio á Estrella, originando a prisão em 1907, do revolucionario Raymundo, levado do estabelecimento que se designava pela «Boia», transformado em 1910, em deposito de armas e explosivos, distribuidos quasi sem recatos.

Mas nem a toda a parte cedo chegára a palavra de revolta e ás 10 horas da noite, a tres horas de distancia do movimento, ainda um dos chefes carbonarios, Saul Simões Serio, um dos assaltantes de artilharia 1, andava avisando o seu grupo.

Comtudo, nem esses atrazos, nem as prevenções, aliás temidas, por se ambicionar o encontro apenas de 2 a 3 officiaes nos quarteis — prejudicariam os projectos, porque, acima de tudo, estava o destino tornando em terra fertil o solo de escolhos que os revoltados esperavam achar.

XXXIX

O ultimo almoço politico do conselheiro José Luciano. = Previsões da revolta. = O contentamento popular. = O governo ante os boatos

De manhã, a politica tivera o seu habitual almoço.

O chefe do partido progressista, todas as segundas feiras, pratica seguida havia vinte annos, juntava á mesa, na sua primeira refeição, os conselheiros Veiga Beirão e Sebastião Telles.

N'essa segunda feira 3, reuniu mais o conselheiro Campos Henriques.

Ali se discutiu a conveniencia da entrevista com o chefe do partido regenerador liberal conselheiro Vasconcellos Porto, para o lançar de bases sobre instrucções a dar á provincia ácerca das eleições proximas.

José Luciano teve o sorriso ironico peculiar á sua feição de mestre na politica.

Sereno, lançou a phrase perturbante, que d'ahi a horas echoaria tambem nos regios paços:

— O que está á porta é a Republica! N'isso é que é preciso pensar!

A descrença invadiu os antigos ministros.

A previsão não os inquietava, mais pelo desconhecimento de quanto se forjava do que pela temor de successos inherentes a uma revolta.

O marechal progressista, Sebastião Telles, se não quiz desmentir, escudou-se com o socego real e aventurou:

— Mas el-rei não tem essa impressão!... Ainda hontem estivemos no paço e achamol-o de todo despreoccupado! Não é verdade, Campos Henriques?

E o chefe do grupo que o seu nome tinha, confirmava a serenidade real, apparente talvez ante os dois estadistas, pois, no almoço da Pena, aviso tivera pelo conselheiro Teixeira de Sousa de possiveis perturbações da ordem.

O conselheiro José Luciano, manteve a affirmativa, que já o levára a ideias de regresso as suas propriedades da Anadia. Contrariado fôra pela familia do chefe progressista, a qual, embora apta a discutir, criteriosa, a politica portugueza, que já lhe assignalara a passagem em certos pontos difficeis, — se deixára eivar da geral descrença, não trocando a vida buliçosa da capital pelo socego pastoril da Anadia.

Constrangido terminou o almoço politico.

Na despedida, José Luciano ainda citava a alarmante previsão.

Os seus convivas entreolharam-se, ante o sorriso subtil de José Luciano.

Haviam esquecido o facto, historico, do conselheiro José Luciano haver dado a entender em carta a D. Manuel II, mezes antes, que á queda do governo progressista, corresponderia, fatalmente, a queda das instituições.

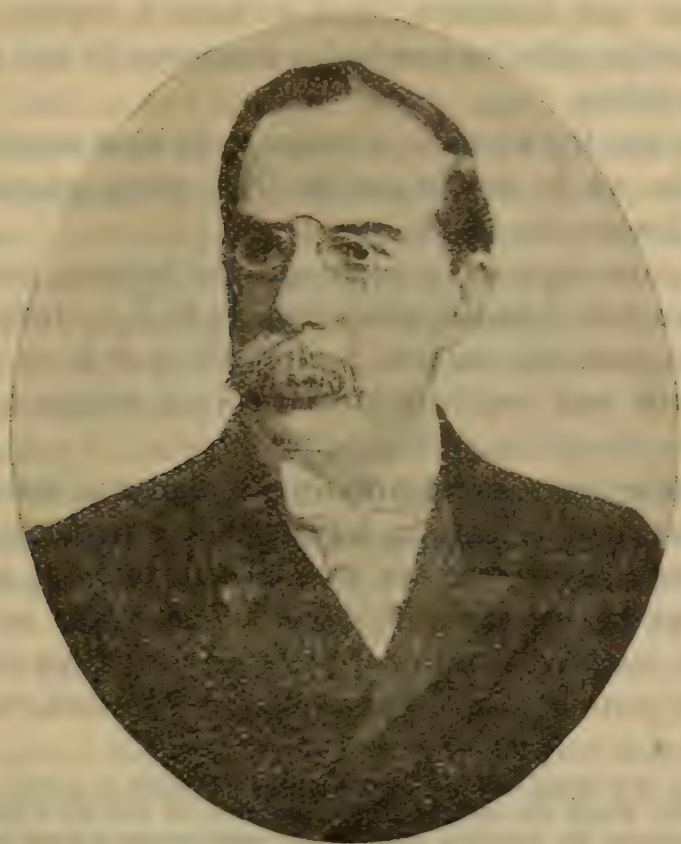
A previsão, certa, não foi ali relembrada.

Na sahida, o chefe navegantino que se agitou a politica, teve comtudo o merito alto de a conhecer em todos os segredos e de a manejar a bel-prazer, como perito, teve para a esposa, D. Maria Emilia Seabra de Castro, sua digna rival na analyse das publicas cousas, a phrase celebre:

— Estes tres assim que chegarem ali a baixo dizem assim: este José Luciano está chocho! Elles não disseram nada, mas eu

li na cara d'elles que vão dizer que eu estou chocho por acreditar na revolução!

Desvaneceram-lhe as más impressões.

Elle cerrou os olhos e da sua cadeira de invalido physico que não mental, como que recapitulou as bases certas em que assentava a affirmativa, tanto mais certa, quanto n'essa hora já

CONSELHEIRO JOSE LUCIANO DE CASTRO

(O ultimo chefe do Partido Progressista)

corria a ordem revolucionaria e os nucleos populares ao alcance de mão punham com as balas destinadas á sedição, as bandeiras a arvorar na victoria.

Folgava a alma do povo n'essa hora de preparativo para a reivindicação dos seus ideaes, pelas armas.

Não sonhava para D. Manuel a queda sanguinolenta que a França de 1793 preparára a Luiz XVI e a Maria Antonietta

mais enfurecida ainda pelos seus rogos a Deus (*) na extrema hora. Mercê dos factos e mercê egualmente do coração, o povo de Lisboa não architectava transformar-se no vermelho, pelo sangue, povo de Paris.

Não cantou o «iça ira» do terror, nem se lembrou do «á la lanterne» do odio.

Deixou transparecer a alegria do sonho proximo a realisar-se, sem que por instantes, lhes toldasse o espirito a sombra de uma duvida sobre os resultados prosperos do seu acto de encorajada rebeldia.

Só viu que lhe cumpria o executar da nova sentença de exilio, rasgada no 31 de Janeiro de 1891 como esfarrapada fôra no 28 de Janeiro de 1908.

Era o povo erguendo o repto que lhe lançara, ousado, o revolucionario João Chagas, n'um comicio de 3 de Julho de 1910.

— Se o povo não accorda perante os escandalos gorvernativos é porque está embrutecido ou porque perdeu o senso moral. (**)

O enthusiasmo crescente trouxe algumas inconfidencias.

Mal guardado o segredo, transmittida a resolução da sahida do movimento, sem reservas, ao conhecimento dos agentes policiaes chegavam os echos de que qualquer cousa se tramava e no juizo de instrucção criminal presente era até um exemplar do plano, emquanto a poucos passos do governo civil, no largo de

---

(*) Era fervorosa a crença da rainha de França e, quando n'esta obra trabalhavamos, ainda nos chegou o conhecimento de que em Agosto de 1912, n'uma bibliotheca de Chalons sur-Marne, apparecera o livro de orações de Maria Antonietta e onde ella, na mesma manhã da execução, escrevera a paginas 219:

«Ce 16 Octobre á 4 h. 1/2 du matin. Mon Dieu! ayez pitie de moi! Mes yeux n'ont plus de larmes pour pleurer pour vous, mes pauvres enfants! adieu! adieu! Marie Antoniette.»

Não deixou o espirito revolucionario de mutilar a encadernação preciosa do livro, amachucando as flores de liz da lombada e a cruz do frontespicio e tentando quasi apagar o titulo: *Office de la Divine Providence á la usage de la maison royal de San Louis á Saint Cyr e de tous les fideles* » Editára-o a Casa Prault, de Paris, em data de 1757 e era in 12.° com relevo, em marroquim, ornado de rica renda Derome, com a cruz ao centro.

A authenticid de da pertença era feita pelo erudito Charavay, que affirmava não ter duvidas sobre a assignatura que era identica á do testamento feito em 15 de Outubro de 1785.

(**) Vide 1.º volume d'esta obra = Pagina 142.

S. Carlos, onde se erguia o edificio do Directorio, o dr. Simões Raposo, ás 4 horas dava ordens para a revolta e assistia á recepção clara dos chefes insurrecionaes, surgindo com a audacia dos confiados na sua estrella, facto pelo mesmo revolucionario assim narrado:

«Separámo-nos e no dia 3, á uma da tarde, voltei ao Centro de S. Carlos, a proceder a uma rapida inspecção do que estava feito em harmonia com as deliberações da vespera. Mal entrei no Centro deram me a noticia do attentado de Rilhafolles. Corri a esse hospital, depois segui para o de S. José, onde cheguei no momento em que o dr. Miguel Bombarda estava sendo operado. Impossibilitado de lhe falar, e sabendo por informação d'um amigo que o illustre professor queimara momento antes o papel com a organisação do movimento, vi-me forçado a pôr de parte qualquer impulso ou consideração de sentimentalidade e a proseguir na obra em que todos nós nos tinhamos compromettido.

«Confesso: fui talvez deshumano abandonando o dr. Miguel Bombarda no seu leito de morte para só pensar na execução do que elle tencionava fazer de arriscado e importante na tarde de esse dia tragico. Mas compensa-me a ideia de que se elle tivesse podido falar n'essa hora suprema, certamente me haveria ordenado que o substituisse sem demora no cargo que a si proprio talhára. A Revolução acima de tudo!...

«A's quatro horas e já quando o dr. Miguel Bombarda agonisava, começaram a apparecer no Centro de S. Carlos os chefes dos agrupamentos revolucionarios.

«Fez-se a distribuição do armamento e deu-se-lhes o signal de reconhecimento» o «santo» e a «senha». Essa operação preparatoria da revolta, desenrolada ás claras, nas barbas da policia, durou até ás 7 horas da noite e prolongou-se mesmo até depois d'essa hora.

«Os massos com os revolveres entravam ás escancaras no edificio, sem recato, sem receio de que a auctoridade, vigilante, os surprehendesse.»

Parece isto confirmar posteriores accusações do presidente de conselho, Teixeira de Sousa, á policia:

«A policia em factos precisos, sómente tinha as informações que eu lhe dava. As que ella me passava eram sempre vagas e indefinidas, certamente porque outras não tinha.» (*)

Comtudo, dos manejos revolucionarios conhecimento tiveram a tempo o governo e o commando da policia, confirmando anteriores previsões, manifestadas pelo conselheiro Teixeira de Sousa a D. Manuel no proprio palacio da Pena.

O chefe do gabinete, ali expunha (**) que, a acreditar em diversas informações, o movimento podia surgir de instante para instante, á mercê de qualquer contingencia subita que sobresaltasse o povo.

E' de notar que esses avisos eram sempre considerados de caracter indeciso, mas decerto o gabinete não esperava uma prevenção positiva, com bases definidas, dias antes do projecto a executar, aliás, para os proprios revolucionarios. sujeito a continuas transformações.

Não eram porem de completo recato os manejos das associações secretas, embora o ultimo presidente do conselho da monarchia, insistisse nas affirmativas (***) de que: não tivera conhecimento da existencia da Carbonaria; lhe era desconhecida a organisação das associações secretas, de que, só posteriormente a 5 de Outubro soubera que a associação revolucionaria era a Carbonaria, possuindo como corpo dirigente a «Alta Venda», entidade mysteriosa para a policia.

Teixeira de Sousa, sabia comtudo o que era a Carbonaria, desseminada em grupos, como da praxe.

Tendo chamado ao seu gabinete o juiz de instrucção, interrogou o sobre todo o vasto processo das associações secretas.

O dr. Almeida Azevedo, desvendou-lhe o em grande parte descoberto segredo da C∴ P∴ e ainda a rede extensissima dos seus associados.

O presidente do conselho, longe de fazer proseguir o inquerito, dava a ordem:

(*) «Para a Historia da Revolução» = Teixeira de Sousa = 2.º volume —Pagina 223.

(**) «Para a Historia da Revolução» = Teixeira de Sousa = 2.º volume = Pagina 178.

(***) Obra citada = Pagina 178.

— Pois que? Pois tem a pretenção de capturar toda a gente que pertence a essas associações?... Convence-se que póde metter na cadeia muitos milhares de homens?!... Pare lá com isso! Mande para o tribunal os que conseguiu enclausurar e dê por concluida a investigação!

Quiz-se vêr no encerramento, o cumprir de quaesquer compromissos para com os democratas, reeditando-se a celebre ameaça expcsta pelo «Paiz» em Janeiro de 1910:

CONSELHEIRO SEBASTIÃO TELLES

«Pouco nos interessa que triumphe este ou aquelle, mas a verdade manda que se diga que a victoria do sr. Teixeira de Sousa não deixaria de ser extremamente util para nós, republicanos. Se o sr. Teixeira de Sousa nos não attendesse, nós republicanos, teriamos muito á mão elementos de effeito para o obrigar a cumprir certas promessas.» (*)

(*) Vide presente volume=Pagina 102.

Quanto ás ordens do presidente do conselho para o finalisar do inquerito sobre as associações secretas, menciona o facto, o livro «A Revolução Portugueza»,—por Jorge d'Abreu—(pagina 84) classificando ainda de ingenuo o trabalho descriptivo do juiz Almeida Azevedo, ambicionando elogios sobre os pormenores expostos ácerca da orgenisação da carbonaria, quando apenas teve censuras.

Não desconhecia pois tão pouco o governo a existencia das associações secretas quanto simulava apoz a revolução, e, relativamente á sua forma constituinte, elementos forneceram os julgamentos dos detidos aggremiados, citando até graus conferidos nas sociedades. (*)

O presidente do ministerio não desconhecia a enorme linha de associados secretos que vigiava os passos da monarchia. Levava-os porem a dez mil, quando o numero assumia mais terriveis augmentos.

Attribuiu-se á policia, o desconhecimento das alliciações carbonarias na marinha (**), mas não ignorava o governo, (***) desde o 19 de Agosto, que na armada muito tinham feito os revolucionarios e que os navios eram a base do movimento marcado para aquelle dia, base que decerto se havia de manter.

Todavia, n'uma extranha orientação, os navios, n'essa hora grave, tiveram em vez de ordem de sahida, a contra ordem da que lhe fôra marcada e a prevenção só determinada era depois (****) da meia noite.

Allegou-se ainda que nunca a policia tivera conhecimento nem suspeitas acerca do fabrico e distribuição de armas de guerra.

Embora o argumento cahisse logo pela base, ante a descoberta do caso anarchista João Borges, vemos surgir, pelo conselheiro Teixeira de Sousa, a poucos passos (*****) da primitiva af-

---

(*) Vide paginas 66 e seguintes do 1.º volume da «Revolução Portugueza», pelo auctor d'esta obra.

(**) «Para a Historia da Revolução» = 2.º volume, pagina 179.

(***) «Para a Historia da Revolução»—2.º volume, pagina 251.

(****) «Para a Historia da Revolução»=2.º volume, pagina 179.

(*****) «Para a Historia da Revolução» =2.º volume, pagina 179.

firmação, outra, onde se citava o facto de a policia saber da existencia de numerosos grupos revolucionarios e depositos de armas, se bem que omissa fosse quanto aos individuos.

Auxiliavam esse declinar de responsabilidades os depoimentos revolucionarios commettendo certa connivencia á policia, que aliás duramente pagou tambem a cumplicidade: (*):

«E a policia! Pois os defensores da monarchia não tinham sequer um rebate longiquo do que se passava! Tinham e sabiam mesmo que muitas centenas de pessoas estavam filiadas em associações secretas. Até a propria policia se via n'ellas representada por alguns guardas, profundamente dedicados á causa popular. O que não sabiam era a identidade de todos os seus membros. Os novos iniciadores só depois de prestarem numerosas provas chegavam a reconhecer os chefes. As mascaras eram implacaveis!»

Definida estava pois a manobra, a salvo, dos conspiradores, actuando livremente.

Surprehendia-os as prevenções embora tardias, perturbava-os a marcha das tropas, n'uma apparencia de bellicosa opposição a seus designios, desvairava-os o proprio ruido das suas balas de revoltados.

O que era incerteza para elles, receios era para os outros, pretendendo impor um simulacro de resistencia, que aliás se tornaria effectiva, se a sorte tivesse, por momentos, feito diminuir o brilho da sua estrella auguradora de victoria.

Esses punhados de homens do 4 de Outubro tiveram tudo contra si, desde o atraiçoamento de alguns até ao esquivar dos dirigentes; desde a troca de convenções até ao esquecer dos compromissos pelas forças adherentes.

Valeu-lhes o erro, pela acção auxiliante dos contrarios, contrabalançando os erros da acção directora dos seus.

Eram os homens publicos d'essa monarchia quasi sem monarchicos, os elementos preciosos d'esse nascente movimento, base da democracia dictadora.

Mas, para que á politica não restasse a fuga a uma dupli-

(*) «Como triumphou a Republica», pagina 71.

cidade, só prejudicial á realeza confiante e presumindo-se salvaguardada por defensores que todavia da defeza não cuidavam, a revolta teve traidores.

Aos poderes policiaes e d'ali aos poderes constituidos, chegava communicação do trama a preparar-se.

O commandante da policia, coronel Moraes Sarmento era avisado do facto, prestes a ter execução.

A delação levava ainda ali documentos, preciosos em mãos habeis ou pelo menos perpassando sob vistas zelosas do regimen a defender.

A policia egualmente não desconhecia pois, em absoluto, o que se tramava.

Apprehendidos foram documentos varios.

Appareceu ainda o plano revolucionario, descripto em papel verde e que, aos carceres do governo civil, foi levar, sem o saber, esperanças a um preso politico, João Borges, que pelo proprio juiz de instrucção, teve conhecimento indirecto do projecto a pôr em pratica.

O revolucionario foi chamado ao gabinete do dr. Almeida Azevedo, para ser interrogado.

Ali, o magistrado, necessitando de um documento que tinha na carteira, abriu-a, e por acaso surgiu o bilhete verde.

Borges, comprehendeu tudo, retorquiu:

« — Os meus camaradas revolucionarios, estão lá fóra em lucta. Não sei quem vencerá, e quem ficará vencido. De qualquer maneira, eu confesso-me solidario com elles, declarando-me desde já em rebellião! Escusa pois V. Ex.ª de me interrogar, porque eu não respondo mais nada! Estou em revolta!»

O juiz, não comprehendeu como o heroe do caso das bombas da Rua dos Correeiros, soubera das intencões dos revoltados.

O recluso volveu ao carcere, d'onde a revolução victoriosa o faria sahir.

No seu gabinete o chefe do governo, pedindo ao secretario geral do ministerio do reino, o conselheiro Arthur Fevereiro, o

decreto que mandava encerrar a casa jesuitica do Quelhas, (*) afim de o submetter á assignatura, dizia:

— Vamos lá a pôr esses na rua. Quanto aos outros veremos...

Essa phrase historica, reproduzindo no orgão governamental «O Imparcial» seria no dia seguinte (4 de Outubro) commentada assim pelo «Mundo»:

CONSELHEIRO CAMPOS HENRIQUES

«Os outros... O sr. Teixeira de Sousa talvez não tenha coragem. Mas o paiz ha de tel-a.»

N'essas alturas do vibrar do derradeiro golpe monarchico ao jesuitismo prestes a pagar duramente a sua incursão em Portugal, recebia o conselheiro Teixeira de Sousa, a noticia commu-

(*) Legislação Portugueza de 1910=1.º volume=Pag. 525=Vide o presente volume=pag. 611.

nicada telephonicamente cerca das 3 horas da tarde, pelo coronel Moraes Sarmento, confirmando as previsões e os anteriores avisos, particulares.

Um agente ouvira para os lados do Beato, um individuo exclamar para outro:

— Hoje, ás 3 horas da manhã.

Ante o facto, o presidente do conselho chamava ao ministerio o dr. Almeida Azevedo, de posse já de um exemplar do plano distribuido pelos alliciados.

«Chamei ao ministerio do reino o juiz de instrucção, informando-o da suspeita do coronel Moraes Sarmento. Nada sabia de positivo. Os seus agentes diziam-lhe que os republicanos tinham muita gente, mas sem nenhuma indicação definida. Mostrou-me então um trecho de uma planta da cidade de Lisboa, que tinha marcados pontos com as referencias: — «chefe de grupo» — «deposito de bombas» — mas logo acrescentou que era apenas um trecho da planta, sem orientação, sem designação de ruas ou de casas, servindo apenas para concluir que alguma cousa de grave se preparava para breve. As informações dadas á policia continuavam a ser vagas e indefenidas. «A Capital», de 7 de março de 1911, attribuiu ao juiz Almeida Azevedo o ter dito o segundo sobre a syndicancia feita ao Juizo de Instrucção Criminal:

«Mais depoz o ex-juiz que tinha conhecimento da revolução preparada no dia 4 de Outubro. Que possuia um mappa com um plano da distribuição das forças populares, tendo marcadas, em especial, as casas onde estava depositado o armamento. Que foi levar uns documentos a casa do sr. Teixeira de Sousa, que lhe communicou ter tambem informações, de outra origem, confirmando o facto.»

«Não é exacto. Mostrou-me no dia 3, um trecho de um croquis de Lisboa, nas condições que acabo de referir. Nada me disse da revolução no dia 3. Fui eu que lhe dei essa informação no dia 3 a noite, pelo telephone, ao que elle me respondeu: «Tambem me parece.»

«Quanto, á vista do «croquis», no dia 3, á tarde, eu dis-

se ao juiz de instrucção de criminal que, vendo marcados com cruzes os depositos de bombas se devia immediatamente proceder, respondeu-me que se tratava apenas de um pedaço de mappa, sem orientação nem designação de ruas nem de casas. Nem de outra maneira se comprehenderia que elle não tivesse logo mandado proceder ás buscas e apprehensão. Segundo depois nos foi referido, o governador civil de Lisboa tambem reconheceu a inutilidade do referido «croquis». De resto, taes depositos de armamento não appareceram durante a revolução.» (*)

Não tomára o juizo de instrucção conta do documento em periodo de lucta patente, desorientadora.

Assim, a monarchia, tinha o fim talhado pelo destino, pondo vendas nos olhos e atrophiando o espirito dos deffensores do regimen, que, em circumstancias menos patrocinadas pela fatalidade criminosa, teriam procurado pelo confronto com outra planta nomenclada ou pelos trabalhos de um technico, a immediata decifração dos locaes determinados.

Por seu lado, o juiz de instrucção, declarava mais tarde, ter entregue ao presidente do conselho, um mappa com um plano da distribuição das forças populares, tendo marcadas em especial as casas onde estava depositado o armamento. (**)

Quiz Teixeira de Sousa desmentir o facto, mas, certo é, que em qualquer dos casos, ou entregue fosse de um mappa completo ou incompleto, a mesma responsabilidade os irmanava, para a descoberta do não difficil problema.

Quanto ás providencias poder-se-hia objectar que o não positivo conhecimento do acto, collocava em logar arbitrario, qualquer detenção effectuada.

A não desviar com um golpe de mão, aquelle que se projectava, restaria ao governo, a vigilancia attenta sobre os conspiradores de outras conhecidas tentativas, demais, quando o convencimento chegou ao ponto de se ordenarem prevenções,

---

(*) Teixeira de Sousa = *Para a Historia da Revolução* = 2.º volume — Pagina 238.

(**) *A Capital* de 7 de Março de 1911.

duas horas, ou mais depois do aviso que os documentos entregues justificavam.

Pouca confiança na força dos elementos de revolta ou indifferença por uma presumivel derrocada da realeza, padecendo pelos desmandos da politica e pelas abaladas convicções dos partidos, esperançados em proseguir n'outro regimen a doce cabala dos tempos monarchicos, — era o presidente do conselho, o proprio, a attenuar com uma evasiva o erro, da transigencia da occasião.

«E' evidente que no dia 3 de Outubro teria vantagem a detenção dos chefes conhecidos, mas o logar em que se encontravam era inteiramente desconhecido da policia e do governo.»

Era pueril a affirmativa.

Teixeira de Sousa, conhecendo a revolta proxima, na manhã de 3, não lhe deu a presciencia da attitude de repressão, que reconheceu no seu trabalho litterario e deu-lhe a forma de uma má desculpa.

A essa hora e durante o dia, tarde e noite, os vultos principaes da revolução, celebres em anteriores tentativas, reuniam em sitios não recatados, nos seus escriptorios, ou nas suas residencias.

O dr. Affonso Costa, trabalhava na revolução no consultorio do Arco do Bandeira; João Chagas e José Barbosa, percorriam as ruas da cidade baixa e iam jantar a um restaurant da Baixa frequentado pelos buffos policiaes, o Café Montanha, na rua da Assumpção.

Revolucionarios conhecidos, transmittiam ordens, ás claras, e as armas passavam de mão em mão, ousada e provocantemente.

O acto a executar, tão alto se discutia nas salas do segundo andar do predio do Largo de S. Carlos n.º 4, a poucos metros do governo civil que um dos revolucionarios vae levar aviso de que na rua quem quizesse podia conhecer o que se tramava.

O ultimo presidente do conselho da monarchia justificava comtudo a puerilidade da primitiva affirmativa com outra:

«Accusam-me de não haver detido os chefes republicanos logo que tive conhecimento de que se conspirava contra a Mo-

narchia. Não o fiz porque não tinha o direito a fazel-o, por falta de provas, porque isso era inutil na defeza do regimen e perigosissimo para a pessoa do Rei.»

Assim pensava o gabinete, no instante em que os republica-

DR. MIGUEL BOMBARDA

nos, sonhavam para o rei, vencedera a causa, o encarceramento.

Deu-se como transmittida ao quartel general, cerca das 5 horas da tarde, a ordem de prevenção.

Não era ella sabida no commando da divisão que ali tinha a sua séde.

Convencimento de que assim se procedera, na realidade, ou desejo, mais tarde, de desculpar essa falta, attribuindo ao quartel general o não acatamento d'uma determinaçao do governo, pelo seu chefe, certo foi que apenas se cumpriu e deu como recebida a dictada pelo telephone do paço de Belem, tres horas e meia depois...

Promovendo maravilhoso caminho para a revolta e de medonho desiquilibrio para a realeza, talhava o destino ironico a realisação de uma phrase attribuida a João Franco, onde se dava Portugal como necessitando de uns mezes de republica para ensinamento aos politicos.

Era a monarchia rasgando caminho á propria queda.

O estrangeiro até para ella estava preparado egualmente, pois a esse tempo já gemiam os prelos parisienses, com a im pressão de exemplares de conferencia do dr. Magalhães Lima, feita depois (3 de outubro de 1910) no «Café du Globe», e terminada com a offerta do busto de Magalhães, em bronze, executada pelo esculptor Fourscade e como se fosse publica sancção das intenções demolidoras do caudilho da democracia portugueza:

«A monarchia cae por si propria.

«Perguntam-me muitas vezes no estrangeiro se estou convencido da possibilidade, a breve praso, da proclamação da Republica em Portugal.

«Respondo invariavelmente: — Ha uma cousa superior á vontade dos homens: é a fatalidade das circumstancias e a logica dos acontecimentos. A Republica será proclamada a despeito de tudo: todavia, se o não fôr pelos republicanos, haverá motivos para recear que os proprios monarchicos a açambarquem, o que constituiria um grave perigo. E' isso que é necessario evitar a todo o custo.

«Tal é a convicção que se apoderou do meu espirito, após quarenta annos de propaganda republicana, activa, tenaz, inquebrantavel.

«Em tais circumstancias um chefe de estado, intelligente e desinteressado, poderia, se o quizesse, remediar tudo, com um simples gesto. Reconheço — dizia elle, — que nada posso fazer pelo serviço da nação. Impedem-me os partidos que colocam os seus interesses acima do paiz. Como a monarchia está fatalmente ligada a esses grupos politicos, terá de sucumbir com elles. Comprehendo que não estejam satisfeitos, e que teem razão para isso; decido-mo, pois, a deixar-lhes toda a liberdade de se governarem como entenderem. Não quero ser um obstaculo á felicidade da nação, e, por consequencia, retiro.»

«Tal decisão obteria os aplausos de toda a nação portugueza. O que D. Manuel não pudera alcançar como rei, obtê-lo-hia talvez com esta resolução heroica. Quantas mulheres admirariam, aprovariam o seu acto! Quantas, de entre ellas, desejariam ser a esposa de um homem que teria renunciado á mais situação para satisfazer os nobres impulsos da sua consciencia!

«Sua Magestade Fidelissima evitaria assim a continuação de um estado de coisas que é ao mesmo tempo deprimente, imoral e repugnante.

«Daria ao mundo inteiro um exemplo de moralidade e abnegação. Evitaria talvez para o futuro tantos e graves acontecimentos, assegurando a felicidade de alguns milhares de pessoas. Esse gesto humanitario valeria a mais bela das corôas. Desgraçadamente não se realisará: as camarilhas não o permitem.

«Seja como fôr, a impotencia do regime actual foi demonstrada tantas vezes e de maneira tão evidente; a nação está tão fatigada e desgostosa; o paiz tornou-se tão ingovernavel com o regime monarchico que se impõe uma solução pronta, rapida e imediata. E' de resto o que toda a gente deseja e imperiosamente reclama. Não basta, com efeito, estar certo da simpatia e da cooperação moral do estrangeiro: é preciso ainda corresponder-lhe com actos e soluções dignas dos tempos em que vivemos! Se a Republica não fôr em Portugal um «facto automatico», como dizia recentemente um dos nossos mais distinctos collegas da imprensa francesa, será um facto revolucionario. O partido republicano sempre acabará por vencer, porque a opinião publi-

co nunca deixou de triunfar, apesar de todos os obstaculos e tambem apesar das concessões feitas á liberdade.

«De hoje em deante é inutil ocultar que a Revolução avança a passos agigantados. Para recordar uma frase celebre: «ruge já ás portas da cidade.» Esta revolução dará os seu fructos, porque a proclamação da Republica em Portugal não será um facto isolado, como já tinha dito; terá uma repercussão mundial; deve provocar rapidamente em Hespanha um movimento analogo. O Brasil, falando a mesma lingua que Portugal, seria uma aliança certa. As republicas da America do Sul e da America Central, que falam a mesma lingua que a Hespanha, formariam outra aliança. Uma federação da peninsula iberica seria um passo decisivo para a federação latina: seria, e ninguem poderá negá-lo, a transformação da politica na Europa. E quem sabe mesmo se essa federação latina não seria um passo para esse ideal ainda longiquo, — a federação humana?

«Meus senhores: vou terminar. Sabem agora o que é Portugal. O que acabo de lhes dizer sem duvida suficientemente os esclareceram. Sabem que existe na extremidade ocidental da Europa um povo que tem o direito de viver, que é cioso da sua liberdade e da sua independencia, que quer quebrar os laços que o apertam e abafam, que, n'uma palavra, como tantos outros, tem o direito de dirigir os seus destinos, de se governar como entende. Não confundam nunca a nação portugueza com os seus representantes; não se deixem mistificar pelas notas tendenciosas e oficiaes que emanam das secretarias ministeriais.

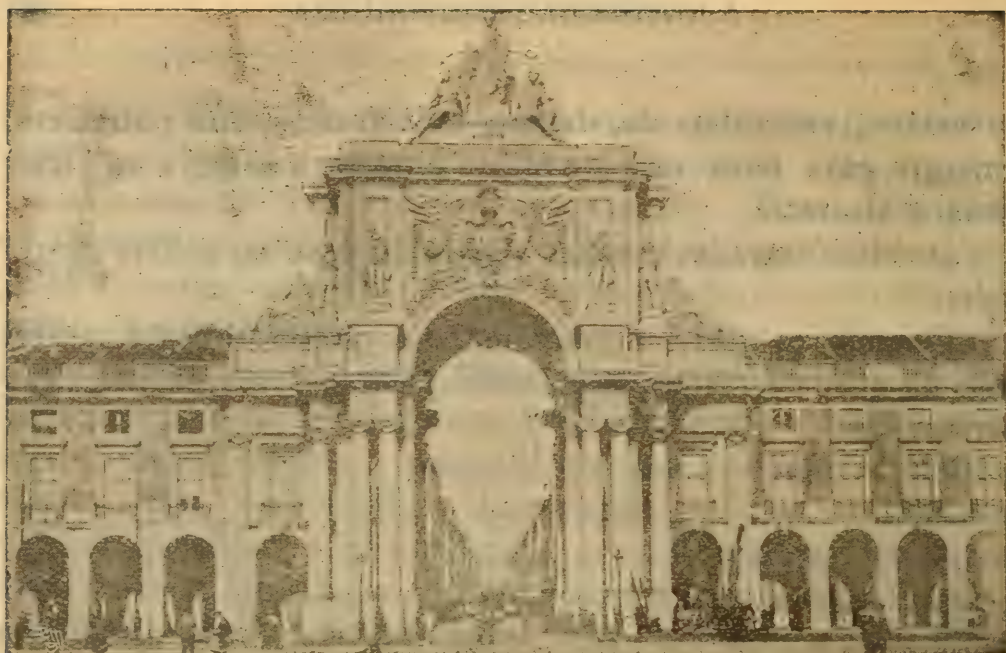
«A vós todos que me sustentastes, tanto nas minhas eperanças como nas minhas revindicações, que, com a pena ou a palavra, defendestes a santa causa do direito e da justiça; que combatestes ao meu lado n'esta grande batalha pela independencia e pela liberdade — a vós todos, obrigado! Ainda uma vez, e sempre. Quem diz Republica, diz Portugal livre, honrado, restituido á sua dignidade nacional.» (*)

N'essa hora, a mesma politica que em 1908, apoz o regicidio, declarava que se respirava melhor, quebrava-se em delicio-

(*) *O Mundo*, de 13 de Outubro de 1910.

so extasis, em sonho de, desfeita uma realeza, dita putrefacta, emergir para nova vida de fausto proprio, á sombra da victoriosa democracia.

De olhos cerrados escutou o grito do povo no delirio da revolta.

Quando os abriu estava tomado o campo: a corôa cahira, mas na queda arrastára os politicos que julgaram elevar-se á sua derrocada.

XL

Suicidio do coronel Adelino Maia. = Assassinio do dr. Miguel Bombarda. — Prisão do tenente Apparicio dos Santos. = A vida politica, scientifica e litteraria do dr. Miguel Bombarda. == O tenente Apparicio dos Santos. = A caminho da revolução.

Os preparativos de revolta, seguiam desembaraçados.

Aos rebeldes convinha o segredo maximo, o silencio, para que a falta de prevenções, lhe diminuisse a resistencia, temida, quando só o equilibrio obstava á absoluta entrega.

O socego trazer-lhes-hia o quasi abandono dos quarteis e a invasão assumiria o aspecto d'uma surpreza, meio caminho para a victoria, contando-se, demais, com a maioria da soldadesca.

Não quiz o destino que essas intenções se consummassem, para que mais sangue corresse e se sacrificassem os quasi raros deffensores da realeza de Portugal.

Um imprevisto acontecimento luctuoso veiu transtornar esses planos, trazendo disturbios e originando as prevenções.

E' certo que, a tacita acquiescencia de revoltosos de espectativa, alliada á dos revoltosos de facto, traria a inutilidade d'esses rigores, mal determinados, aliás, mas certo tambem é que, nos primeiros instantes, se julgavam á beira do negro abysmo, cavado pela vigilancia ministerial.

A manhã de segunda feira 3, deu logo os primeiros rebates de acontecimentos graves, baseados n'uma tragedia seguida de outra.

A primeira foi o assassinio do dr. Miguel Bombarda.

Mercê d'ella e pelos boatos de que a chave da conspiração estava de posse do gabinete, promovendo o annullar do plano e os rigores sobre todos os implicados, suicidava-se á 1 e meia da tarde no cemiterio do Alto de S. João, junto ao jazigo n.º 789, pertencente á familia Chianca, o coronel de artilharia, em serviço na commissão de limites com Hespanha, installada no ministerio dos negocios estrangeiros, e official e cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, Alberto Adelino Maia, o qual, desfechava um tiro de revolver no coração.

Ao seu lado estava uma carta dirigida á esposa, e um cartão de visita, com a morada escripta a lapis.

Maia, nascido a 7 de Setembro de 1854 e havia pouco promovido áquelle posto, disse-se compromettido no movimento a effectuar e receoso das consequencias ao conhecer parte do projecto nas mãos do governo.

E' certo que o olvido envolveu o official, dado como extranho a quanto se preparava. Comtudo vestigios se encontraram da sua acção revolucionaria, em 1891, e ainda nos preparativos sediciosos de 1896 e 1897, orientados pelo então tenente coronel de artilharia 1, Duarte Fava, um dos chefes principaes do movimento para essa epocha preparado e que a sua morte entravou.

Os boatos deram de principio o suicida como sendo o coronel de artilharia 1, Jayme Leitão de Castro, chegando o seu nome a figurar nas taboletas annunciadoras dos jornaes

O caso deu-se como successo politico e não suicidio, mantendo-se a ultima affirmativa em relação ao coronel Maia.

De atoardas não passaram, porque o official não só não pos-

suia elementos sediciosos como incapaz era para a denuncia que lhe imputaram.

A origem certa foi a morte do dr. Miguel Bombarda.

Vejamos o drama tragico do hospital de Rilhafolles, na Rua da Cruz da Carreira.

O sabio alienista, director do celebre estabelecimento de doenças nervosas e mentaes, descera, cerca das 11 horas da manhã, dos seus aposentos particulares no proprio hospital, para o seu gabinete de consultas.

Assegurara-se se remettida fôra ao republicano Augusto José Vieira a seguinte carta, traçada na vespera e onde agradecia as felicitações feitas em nome da Associação do Registo Civil, por ter sahido incolume de um assalto que tivera, dois dias antes, por 2 ou 3 internados de Rilhafolles:

«Junta Liberal — 2 X — 10
«Séde provisoria
«Largo da Abegoaria 29-1.º.
«Lisboa «Ex.mo Sr. Augusto José Vieira

«Envio a V. Ex.ª, e peço transmitta aos seus coll.os da secção da J. Lib. do Livre Pens.º, a expressão do meu reconhecimento pelas felicitações q. me enviaram e pelas quaes fico penhoradissimo.

«Aproveito a occasião para agradecer, acceitando a honra q. me fizeram, convidando-me á presidencia da 2.ª sessão do 2.º cong. do L. e Pens., esperando q. V. Ex.ª me remetta os documentos referentes a essa sessão, e cujo conhecimento previo eu preciso possuir.

«Com a maior consideração e estima sou de V. Ex.ª
Coll. m.to obg.do
Miguel Bombarda»

Assignou algumas guias, apresentadas pelo fiscal Antonio Martins, entretanto que lhe annunciavam a visita do seu ex-pensionista, o tenente Apparicio Rebello dos Santos, filho do antigo negociante de Coimbra, José Apparicio dos Santos, que fallindo, emigrára para o Brazil, onde fizera fortuna, adquirindo ainda o titulo de visconde de Proença.

O filho nascido em Braga em 5 de Julho de 1878, effectuando o seu curso preparatorio no collegio coimbrão do padre Ricardo, onde se mostrou estudante distincto, passou d'ali para a Universidade, notabilisando-se nos estudos sobre philosophia, botanica e zoologia, de que organisou collecções notaveis.

Tendo sentado praça em 13 de Setembro de 1898 e apoz a conclusão do curso da Escola do Exercito, e promovido a al-

CONSELHEIRO TEIXEIRA DE SOUZA

(O ultimo presidente de Conselhos de Ministros da Monarchia)

feres de infantaria 23, em 25 de Outubro de 1900, fôra para Vizeu.

Ali se conservou, até regressar a Lisboa, cursando a cadeira de estado maior, estudos que terminou em 1908, com previa passagem pela Universidade em 1904-1906, e com o posto de tenente desde 1 de Fevereiro de 1905.

No tirocinio em infantaria 1, manifestavam-se-lhe os primeiros

symptomas de neurasthenico, pelo affastamento constante dos amigos e camaradas, assignalando-se-lhe depois a loucura, com base em ideias de perseguições que julgava lhe eram movidas:

«Procurou o sr. governador civil, que o enviou ao sr. commandante da policia, fazendo a esta autoridade tais revelações de supostas perseguições, que logo o sr. coronel Moraes Sarmento ficou convencido de que se tratava de um doido, resolvendo-se officiar para o Deposito de Praças do Ultramar, a que está adido, para providenciarem devidamente sobre o caso. Ao sr. comandante da policia chegou o Rebello, a certa altura das suas queixas, a dizer-lhe o seguinte:

« — Tanto me perseguem, por todos os lados, que indo eu uma d'estas noites ao theatro do Principe Real, vi lá uma peça que, era a reproducção da minha vida. Nem no theatro me largam.» (*)

Ao encerramento no hospital militar da Estrella, correspondeu a pratica de disturbios e o ingresso no manicomio, d'onde sahia, com 60 dias de tratamento, a instancias do pae junto do director da casa de saude.

Levado para Paris e Londres, novas consultas teve por especialistas, estando ainda em Africa, até que de volta a Lisboa, se deu por curado, embora se apresentasse sempre melancholico taciturno, facto aliás reconhecido em Coimbra, onde só acompanhava com a mãe, a viscondessa de Proença.

Comtudo, registando se foram os brilhantes trabalhos effectuados no estrangeiro sobre zoologia e botanica, affirmadores de uma cura, senão radical, muito sensivel.

O official, resurgindo, vestido á paisana, sorridente e calmo, parecia aguardar a sahida do fiscal Antonio Martins, para declinar o fim d'essa entrevista.

O dr. Miguel Bombarda, apoz ter despedido o empregado, com as guias que devia assignar ergueu-se e affavel avançou ao encontro do antigo pensionista, inquirindo:

— Então como está o meu caro tenente? Como tem passado?

(*) *O Mundo* de 4 de Outubro de 1910.

Elle, comtudo, sem apertar as mãos que se lhe estendiam, apontou-lhe de subito ao peito uma pistola Browning e desfechou tentando subjugar Bombarda, pelo hombro.

O medico, attingido em pleno peito quiz luctar com o tenente, mas este, sereno, recuou dois passos e fez mais dois tiros, indo as balas cravar-se no ventre de Bombarda.

De fóra acudiu entretanto o fiscal, que apenas conseguiu, agarrando o assassino do medico, desviar a pontaria, indo as cinco balas restantes cravar se no solo.

Subjugado, Apparicio exclamou:

— Larguem-me! Podem largar-me que não tenho mais cargas! Não tenham medo!

O alienista declarava tambem:

— Não o matem, que é um doido!

Se a resistencia era já então inutil, inuteis seriam os cuidados ao ferido.

Este emquanto arrastavam o tenente para o pavilhão dos doidos furiosos, onde o amarraram, vestindo-lhe o colete de forças, dizia ainda:

— Não são duas balas que matam um homem. Tenho de ir ao hospital de S. José, porque estou ferido!

Ordenava ainda a chamada, immediata, do dr. João de Menezes.

Era entretanto erguido em peso por seu filho, Miguel, pelo sub-director, medico da divisão de clinica feminina, dr. Caetano Maria Ferreira da Silva Beirão e levado amparado até á porta do edificio de Rilhafolles, seguindo com destino ao hospital de S. José, no proprio trem que conduzira ali o tenente.

Bombarda, n'uma energia maravilhosa, que nunca o abandonou, sahiu ali do trem, apenas amparado, e assim entrou na sala do banco do hospital, chamando pelo enfermeiro José Bernardo.

Procurou o dr. Francisco Soares Branco Gentil.

Emquanto este não vinha, tinha os primeiros soccorros pelo dr. Martinho Pedro Dordio Rosado e enfermeiro Antonio Jacintho Pereira da Rocha.

Entre os curativos iniciaes, Bombarda, quasi segredava ao dr. Antonio Castello Pinto de Magalhães:

— Preparado para morrer estava eu, Magalhães; hoje mesmo, mas não assim!...

— Quem o aggrediu?

— Ora... quem foi! Foi um doido! e diziam-me que estava curado! Veja você como elle estava curado!

E confidencial, rematou:

— Morrer assim é estupido! E ha tanto malandro que ha de ficar radiante! Esta noite, Magalhães, podia eu morrer pela Republica!

Uma sombra de tristeza lhe toldou a fronte.

E' que sonhava com a victoria da sua causa, antevista na hora em que a morte adejava sob a sua cabeça de revolucionario!

Chegava n'esse momento o dr. Francisco Gentil, seu dilecto discipulo e para elle exclamou:

— Estou ferido e necessito de ser operado!

Amparando o ventre entrou na sala das operações, onde se despiu, tranquillo, para o acto cirurgico.

Entretanto, avisados, chegavam outros medicos e os republicanos dr. João de Menezes e Manuel de Brito Camacho.

Fez-lhes imperceptivel signal, e ao primeiro ciciou:

— Vá dizer ao Candido dos Reis, que a senha a pode dar ao Simões Raposo.

Narrou, em seguida, com simplicidade, a scena breve de Rilhafolles.

Depois, foi avisado de que a operação de laparatomia tinha de realisar-se no amphytheatro especial.

Sollicitou então, ao dr. Caetano Beirão visto estar já falho de forças, que lhe extrahissem dos bolsos todos os papeis n'elles existentes, determinando que entregues fossem em sua casa.

De seguida, mandou retirar da carteira, um papel que designou.

Pediu o queimassem á sua vista.

Embora desconhecendo quasi o valor do documento, a ordem foi executada.

As chammas devoraram assim, n'um acto só comprehendido pelos drs. João de Menezes e Brito Camacho, o plano geral da re-

volução prestes a vir para a rua, com a distribuição de grupos e que horas antes sollicitara ao professor Simões Raposo.

— Estou prompto! disse.

Encostado aos clinicos se dirigiu ao salão das operações, desvanecendo os receios e a emoção dos drs. João de Menezes e Camacho, sob a allegação de que confiado a bons cuidados estava.

Ao filho de Bombarda era entretanto participado o acto, de poucas esperanças, que ia effectuar-se, com a prohibição de o vêr e se lhe indicou a conveniencia de insinuar á familia o desesperado da situação.

O director do hospital de Rilhafolles começou então a ser operado pelo dr. Francisco Gentil, com a ajuda dos drs. Augusto Monjardino e Francisco Augusto de Oliveira Feijão, e ministrando o chloroformio, mais tarde substituido pelo ether, o dr. Pinto de Magalhães. De analyse ás forças do operado, estavam os drs. Augusto Cesar de Almeida Vasconcellos Correia e Ricardo de Almeida Jorge.

O desbridamento, fazia achar seis perfurações n'uma ansa intestinal, mas não se encontrando a bala que taes estragos produzira, se não avançou até á massa muscular do quadrado lombar onde se presumia alojada e operou-se, cosendo as paredes abdominaes, protegendo a ansa attingida pelos projecteis e effectuando a drenagem, com os previos trabalhos de laparatomia mediana pelo dr. Augusto de Vasconcellos.

Quinze dolorosos minutos durou a operação.

Os seus resultados não satisfizeram pela gravidade do estado de Bombarda, transportado em maca para o quarto n.º 3, onde ficou vigilando attento o enfermeiro Costa.

O conselho medico reunido deu logo a nota triste da desesperança, emquanto o dr. Miguel Bombarda, ciciava:

— Assassinos! assassinos!

As previsões medicas confirmavam-se.

Sobrevieram symptomas de congestão pulmonar.

Primitivamente se disse haver surgido uma peritonite, mas a autopsia, demonstrando a existencia de varias outras enfermidades, negou a de peritonite aguda, ou fôsse, a inflammação do

peritoneu, que, como origem, pode ter o traumatismo accidental ou por effeitos cirurgicos, ou a perturação d'um orgão ôco.

Na membrana cerosa que cobre as paredes abdominaes, e denominada, na sciencia medica, peritoneu, nada se encontrou affirmativo de diagnostico de peritonite aguda, apresentando-se como causa primordial da morte, alem das lesões provocadas pelas balas, a congestão pulmonar.

Esta, manifestada, caracterisadamente, ás 3 horas e meia da tarde, alarmou os clinicos e os amigos do ferido, rodeado pelos drs. Gentil e Beirão, pelo filho e por 1 tenente de infantaria 1, incumbido, pelo foro militar, do exame á pistola, para o auto a figurar no corpo de delicto.

Das 4 ás 6 horas, só o poderam victalisar, apoz o despertar dos effeitos da amnestesia, com injecções hypodermicas e os balões de oxigenio, emquanto a auto-intoxição patenteava os seus effeitos fataes.

O dr. Miguel Bombarda, proximo ao seu fim, comprehendeu-o...

Fez lembrar que pelo seu punho existia escripta a declaração de desejar ser enterrado civilmente:

«Eu, Miguel Augusto Bombarda, lente da escola medica de Lisboa, 59 annos de edade, casado, nascido no Rio de Janeiro, mas portuguez, morador hoje no hospital de Rilhafolles, filho de Antonio Pedro Bombarda e D. Maria Thereza Bombarda, não professando a religião catholica, desejo que, por occasião do meu fallecimento, me seja feito o enterro civilmente, e por ser esta a minha espontanea e consciente vontade, quero que fielmente se cumpra.—Lisboa, 14 de Julho de 1910.—Miguel Augusto Bombarda.»

Traçava-a em horas angustiadas egualmente e n'uma previsão de morte: na de um movimento preparado e abortado: o 15 de Julho de 1910.

Manifestou intenção de effectuar outras disposições, obstando a isso o dr. Gentil, notando-lhe a conveniencia de socego.

Comtudo quiz conhecer, e leu attentamente, o relatorio medico legal do seu discipulo.

Apoz, começou a agonia, dolorosa, com crises espasmodicas, que o faziam exigir a retirada dos cobertores do leito.

A vista turvou-se-lhe e, apenas perguntou quem lhe apertava a mão.

Ante a resposta de que era o dr Francisco Gentil, disse baixo:

— Tenho pena de que elle não seja meu filho, porque é muito bom rapaz!

Nova crise succedeu, aquietando-se apenas por instantes, com a cabeça appoiada nos braços do dr. Gentil.

A's 6 horas e cinco minutos da tarde, teve o murmurio:

— Estou muito mal!

Foi a phrase com que acabou, n'uma syncope cardiaca que lhe sobreveiu.

A morte foi logo constatada e o discipulo de Bombarda, abandonava a sala n'um desespero manifesto, emquanto uma scena lancinante se dava entre o filho e o irmão do assassinado.

O tragico desenlace da scena do hospital de Rilhafolles, communicado ao presidente do conselho, forçava a ida d'este ao hospital de S. Jose, onde apoz conferencia com o enfermeiro-mór, conselheiro dr José Curry da Cunha Cabral, e director da Escola Medica, dr. José Joaquim da Silva Amado era resolvida a entrega do corpo á Escola Medica, onde ingressava ás 8 horas da noite, conduzido em maca, com o acompanhamento de medicos, estudantes de medicina, amigos e empregados.

Ali era deposto ao centro da sala dos Passos Perdidos, sobre uma tarima, rodeado de quatro tocheiros, aggrupando-se a prestar-lhe a derradeira homenagem de companhia, os clinicos hospitalares, a viuva e o filho Miguel Bombarda e representantes da Maçonaria.

A autopsia só a 5 de Outubro era feita, e o relatorio, pormenorisado, apenas um mez depois (4 de Novembro de 1910) era entregue ao poder judicial, que o confiou aos officiaes syndicantes.

Foram estas as conclusões do acto cirurgico, levado a effeito pelos drs. José Joaquim da Silva Amado, Azevedo Neves e

Pinto de Magalhães, com a assistencia dos drs. Costa Nery e Francisco Soares Branco Gentil:

«O cadaver apresenta uma ferida penetrante no torax, perfurando o segundo espaço inter-costal esquerdo, ferindo superficialmente o coração, atingindo o vertice do pulmão esquerdo e saindo do torax pela parte posterior.

«Tinha tambem uma ferida no coração, feita no trajecto de um projectil e que lhe abriu dois orificios na grande camada de gordura que cobre o miocardio do ventriculo direito. No pericardio não havia sangue, mas havia na pleura esquerda, umas 300 gramas. A causa da morte foi uma congestão pulmonar aguda.

«No ventre havia seis perfurações no intestino delgado, que estavam todas cozidas. Tinha uma lesão no epiploon, que não havia dado origem a hemorragia. No ventre notaram-se-lhe apenas 10 gramas de sangue. As lesões estavam todas localizadas pelo tampão posto durante a operação. Não havia peritonite. O figado estava grande e muito infiltrado da gordura. Apresentava nefrite intersticial dos dois rins, com grandes kistos. A bala que produziu a ferida no ventre estava alojada na massa muscular da fossa iliaca esquerda.»

Por seu turno ainda, em documento especial, um dos peritos, o dr. Pinto de Magalhães, assignalava depois o seguinte resultado do exame medico-legal:

«A autopsia fez-se na quarta feira, pelas 3 horas da tarde, na Escola Medica. Alem do conselho medico legal ordinario, prof. Silva Amado, Azevedo Neves e eu, assistiram o prof. Gentil, Costa Nery e alguns membros da familia do prof. Bombarda. E, sobre essa autopsia, interessante sob muitos respeitos, eu não quero deixar de fazer algumas considerações, pois que o relatorio completo ainda não está elaborado.

«Em primeiro logar, é curioso notar que sob aquella gr... de robustez apparente do prof. Bombarda, á parte as lesões pr... vocadas pelas balas, elle tinha lesões chronicas taes, em orgã... á vida tão essenciaes, que inevitavelmente ao meu espirito corre a idéa de que, positivamente, a vida do prof. Bombarda corria graves riscos.

«Por outro lado, attendendo á actividade verdadeira-

mente febril do prof. Bombarda, e a que este não só se não queixava de qualquer mal estar, mas mesmo declarava sentir-se perfeitamente bem disposto, eu, em presença do que a autopsia revelou, não posso deixar de pasmar do que é a enorme faculdade de «adaptação» que o organismo desenvolve, em presença de lentas alterações morbidas. Naturalmente, esta faculdade não me é estranha; mas, apesar d'isso, a sua construcção evidente, é sempre pasmosa.

«A causa da morte foi, evidentemente uma «congestão pulmonar» post-operatoria e basta pensar que o pulmão direito pesava «702 grammas», para se avaliar do que foi essa congestão.

«A bala que feriu o torax, na região acima indicada, atravessou o externo, contundiu fortemente o pericardio, e o myocardio, na face anterior do ventriculo direito — sem perfurar a parede ventricular, mas tendo perfurado o pericardio, atravessou o vertice do pulmão esquerdo e foi-se alojar ao nivel do 2.º espaço inter-costal, entre o esterno e a omoplata. Havia na pleura esquerda sangue, mas esse hemothorax, de 300 centimetros cubicos, só por si não é sufficiente para explicar a morte.

«A bala do ventre perfurou o intestino delgado em 3 pontos, e contundiu-o em dois; fez pois, 6 perfurações e duas contusões que não interessaram a mucosa. Todas ellas estavam rigorosamente suturadas; «não havia vestigios de peritonite aguda». A bala foi alojar-se nas massas musculares da fossa iliaca esquerda, tendo perfurado em dois pontos o grande epiploon.

«Havia grande infiltração e sobre-carga gorda do myocardio, que pesava 392 grammas; n'alguns pontos, a espessura do tecido gordo attingia 15 millimetros.

«Na base do pulmão esquerdo existia uma velha pleurisia chronica fibro adhesiva, e, do outro lado do diaphragma, perisplenite chronica adhesiva, com calcificação adeantadissima, pleura basilar esquerda, diaphragma e capsula esplenica, estavam intimamente contundidas n'uma grande placa calcarea.

«O figado era dos melhores exemplares de figado gordo que tenho visto; pesava 1665 grammas. Mas, as lesões mais notaveis eram as dos rins, séde, ambos, de um adeantadissimo pro-

cesso de nephrite chronica polykistica; o rim esquerdo, que pesara 317 grammas, tinh, entre outros, dois grandes kystos contendo 100 cent. cub. de urina; o direito, tinha um enorme kysto, ainda com mais liquido. Em ambos, o processo de atrophia do parenckysma era grande, e a gordura já invadia uma parte consideravel do orgão, como é de regra n'estas nephrites chronicas.

«Ambos os ureteres apresentavam uma curiosa anomalia; eram dois para cada rim, que se juntavam, para cada lado, a pouca distancia do bacinete.

«Com taes lesões, é evidente, que o professor Bombarda estava muito longe de ser um homem são! As lesões renaes, adeantadissimas, demonstram pela adaptação, que eram o resultado de lentissimos processos morbidos, a que o organismo, verdadeiramente se acostumou. Mas, á altura a que tinham chegado, com um myocardio carregado de gordura, e um figado completamente infiltrado, trazem-me a convicção de que, sob a sua apparente robustez, o professor Bombarda estava realmente n'um equilibrio hygido instabilissimo que, tenho a convicção foi o factor mais importante na motivação do accidente que o matou.» (*)

Era natural do Brazil, o dr. Miguel Bombarda, que no Rio de Janeiro nascera a 6 de Março de 1851, sendo filho de Antonio Pedro Bombarda e de D. Maria Thereza Correia de Andrade Bombarda.

Partidario de D. Miguel, não viu com bons olhos Antonio Bombarda, a firmeza, aliás pouco duradoura, do throno autonomo do Brazil e em 1858, reinando D. Pedro V, entrava em Portugal, exilando-se voluntariamente.

O filho, naturalisava-se aos 18 annos cidadão portuguez, ingressando nas escolas lisboetas, até á frequencia da Escola Medica, cujo curso terminava em 1877.

Com as theses «Dos hemispherios cerebraes e suas funcções psychicas» e «Distraphias por lesão nervosa», concorreu, por duas vezes, á regencia de cadeiras da Escola, até que lhe era

(*) *A Medicina Contemporanea*=Outubro de 1910.

dada, por competencia, a da cadeira de physiologia, inaugurando ali, por sua iniciativa, um curso livre de psychologia, tratando especialmente de neurones, curso aberto em 1898.

Os fins do anno de 1879, encontravam-no medico do banco do hospital de S. José, logar que exerceu desde 22 de Novembro.

Especialmente dedicado aos estudos de doenças nervosas, n'ellas se notabilisou ao ponto de ser collocado á frente dos trabalhos do hospital de Rilhafolles, de que foi director desde 1892.

Procurando melhorar os serviços a seu cargo, deu-lhes largo desenvolvimento, e profiqua egualmente foi a sua acção como medico do Laboratorio de Hygiene de Lisboa, delegado da Escola Medico-Cirurgica, vogal do Conselho Superior de Saude e Hygiene Publicas, vogal do Conselho Medico-Legal de Lisboa, secretario da Liga Nacional contra a Tuberculose, medico do pelouro de hygiene da camara municipal de Lisboa, presidente da Commissão defensora dos interesses geraes da Associação dos Medicos Portuguezes, socio e presidente (1900-1903) da Sociedade de Sciencias Medicas- socio correspondente (1891-1899) e effectivo (1899-1910) da Academia Real das Sciencias.

O 15.º congresso de medicina levado a effeito em Lisboa, em 1906, encontrou em Miguel Bombarda um organisador de valia.

Activou o acabamento do novo edificio da Escola Medica, para a adoptar á realisação do congresso, instituindo ainda o grupo nacional que o organisou. Propoz e distribuiu em secções os serviços congressistas, e para que as actas das sessões, fossem publicadas no dia immediato áquelle em que se realisassem, fez installar um prelo adequado no proprio edificio da escola, incumbindo a um nucleo de estudantes a especie de reportagem do congresso, trabalho collossal archivado no respectivo Boletim Geral. Organisador das festas, fez o programma, e sob a sua direcção se organisaram as commissões incumbidas de preparar alojamento aos congressistas, em hoteis e casas particulares, da installação dos apparelhos para as demonstrações scientificas dos viajantes; do estabelecimento da estação dos correios e telegra-

phos na Escola Medica para serviço dos congressistas e do posto de entrega de insignias, albuns e publicações do congresso, a aquelles que n'elle tomaram parte.

Esses trabalhos demonstraram incançavel actividade que o estrangeiro synthetisou em analyses notaveis.

Soberba foi ainda a cooperação no congresso da união internacional do direito pessoal, que trouxe o começo do movimento para as alterações no regimen penitenciario de Portugal.

A litteratura scientifica foi por elle aureolada com obras de erudição, na maioria da sua especialidade. Assim os trabalhos: «Do delirio das perseguições» (1877) «Funcções psychicas dos hemispherios cerebraes» (1877); «Distrophias por lesão nervosa» (1880); «A vaccina da raiva» (1887); «Traços de physiologia geral e de anatomia dos tecidos» (1891); «Microcephalia» (1892); «Trabalhos clinicos e de laboratorio do Hospital de Rilhafolles— Contribuição para o estudo dos microcephalos» (1894); «O hospital de Rilhafolles e os seus serviços em 1892 e 1893» (1894); «Pasteur» (1895); «Licções sobre a epilepsia e as pseudo epilepsias» (1896); «O delirio do crime» (1896); «Açôres medico» (1899); «Conversas clinicas sobre o tratamento da epilepsia» (1899); «Collegios e degenerescencia» (1900).

Fundador em 1883, do jornal medico «A Medicina Contemporanea», foi d'ella director de 1883 a 1886 e de 1898 á 1899 dando-lhe a collaboração preciosa do seu vastissimo conhecimento sobre as doenças nervosas.

Mas nem só a essa revista dedicou trabalhos e assim artigos varios appareceram, firmados pelo seu nome de alienista proficiente, na «Revue Neurologique», «Revue de Psychologie» e «Bulletin de L'Union Internationale du droit penale», do estrangeiro; e no «Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa», «Tempo», «Revista Illustrada», «Brazil Portugal», «Revista Portugueza de Medicina e Cirurgia Praticas», «Annuario da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa» e «Correio Medico de Lisboa», este que dirigiu de 1878 a 1882.

Comtudo, a despeito dos seus estudos medicos, Miguel Bombarda, quiz dedicar-se egualmente á politica.

Veiu á arena, apresentando-se como o mais terrivel adversario das crenças religiosas e das doutrinas derruidoras do jesuitismo.

Accirrou-lhe os odios com o livro celebre «Consciencia e livre arbitrio» que lançou á publicidade em 1898.

Apresentou-se como arguente, o padre, professor do Collegio de Campolide, Manuel Fernandes Sant'Anna, (*) que em successivos artigos publicados em 1898, no orgão catholico «O Correio Nacional», procurou rebaixar os effeitos do livro do livre-pensador, oppondo-lhe o seu «Envisceração da consciencia e livre arbitrio do dr. Miguel Bombarda», que em volume dado á estampa mais tarde, tomou o titulo de «Questões de biologia — O materialismo em face da sciencia».

Bombarda porém, novo combate deu, e desde a sua nova obra, «Sciencia e Jesuitismo-Replica a um padre sabio», publicada em 1900 em que a seita negra vacillava na defesa, teve como cognome o «Terror dos Frades».

Por extranha coincidencia, Miguel Bombarda poucos mezes sobreviveria ao combatente do seu livro «Consciencia e livre arbitrio», pois que, fallecendo a 3 de Outubro de 1910, o jesuita Sant'Anna, auctor de «A Imprensa», «O materialismo em face da crença», «A apologia da religião», «O Evangelho de S. Matheus» e «Apologetica», extinguia-se a 2 de Maio d'esse mesmo anno, ou fossem, cinco mezes e um dia, antes da tragedia do hospital de Rilhafolles.

A victoria alentos maiores lhe trouxe, e ao surgir em 1900, do caso Calmon, do Porto, deu o impulso formidavel á agitação clerical de 1901, onde se demonstrou a animadversão popular aos continuadores da obra de Ignacio de Loyola.

A lucta, por estes, contra o seu inimigo não fraquejou, nem mesmo ante a fundação da Junta Liberal, que, julgando boa a essencia do decreto de 18 de Abril de 1901, se manteve inactiva, para, necessitando-se de impellir o povo para a revolução, sob o thema do seu odio ao jesuita, voltar ao periodo agitado organisando a grandiosa manifestação de 2 de Agosto de 1909, de ro-

(*) Vide 1.º volume da presente obra. = Pagina 876.

magem ao parlamento pedindo a expulsão das congregações religiosas.

Impulsionando as camadas populares, já com a acção unitaria da Junta, já com a acção isolada da sua palavra em conferencias e dos seus golpes anti-jesuiticos em livros, concitou-lhe odios da cleresia negra.

O julgamento do «Mundo» em 18 de Maio de 1907, pelo artigo de 17 do mez anterior, «O presidente do conselho mente», deu ensejo ao dr. Miguel Bombarda, para, como testemunha, formular contra a monarchia e contra João Franco, um libello formidavel.

Quizeram attrahil-o, ao findar do drama de 1 de Fevereiro de 1908.

Julgando-o monarchico, o gabinete Ferreira do Amaral, primeiro do reinado manuelino que elle ajudou a derrubar, tentava-o, para o levar ás côrtes, como deputado pelo circulo de Aveiro.

Da tentativa houve a seguinte troca de cartas:

«Confidencial — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Lisboa, 30 de março de 1908. — Sendo v. ex.ª considerado pelo sr. presidente do conselho como seu amigo pessoal, propoz v. ex.ª para deputado independente pelo circulo de Aveiro, o que communico a v. ex.ª com a maior satisfação, afim de que v. ex.ª possa, pelas suas relações e meios ao seu alcance, defender tambem a sua candidatnra, á qual o governo dá decidido apoio em harmonia com as combinações feitas entre os partidos monarchicos no mesmo governo representados. Sou com a maior consideração, De v. ex.ª Muito att.º e ven. — Ernesto de Vasconcellos»

Bombarda respondia:

«22 março 908 — Ex.^{mo} sr. conselheiro Ferreira do Amaral — Meu presado amigo — E' um caso de consciencia que lhe vou expôr. Por certo v. ex.ª sabe quaes são as minhas opiniões radicaes em politica e quanto, embora nunca tivesse intervindo activamente em qualquer movimento, eu estou de coração com os mais avançados. Na situação presente em que v. ex.ª trabalha pelo paiz, que precisa socego, e pela liberdade, que precisa desafronta, eu entendo que todos, de qualquer politica, podem es-

tar ao lado de v. ex.ª e eu adeante de todos pela muita amisade que lhe devo. Mas em tal collaboração ninguem pode nem deve renegar o seu credo politico, e eu vejo agora possivel um momento em que, levado pelas circumstancias, em pleno Parlamento, eu tenha de declarar a minha fé intima.

«Pensei que uma situação d'essas, «a dar-se», não prejudicaria, antes seria elemento de força para v. ex.ª, vista ella dizer que a seu lado chegam a estar homens de convicções anti-monarchicas a ajudal-o na sua cruz.

«Mas v. ex.ª pode pensar de outro modo, e é meu dever, agora que ainda é tempo, apontar-lhe uma possibilidade, que v. ex.ª pense ser um perigo; conhecendo-o, v. ex.ª fará o que melhor entender para bem da grande causa que tomou a peito.

«Peço-lhe, meu bom amigo, que esteja certo da dedicação e admiração que por v. ex.ª professa quem é — De v. ex.ª — Amigo certo e muito obrigado — Miguel Bombarda.»

Ferreira do Amaral insistia, a despeito de lealmente Bombarda affirmar as suas convicções republicanas.

O alienista, comtudo ás camaras foi, eleito por grande numero de votos nas eleições de 5 de Abril que se solemnisaram com as tragicas scenas de Alcantara e de S. Domingos, conhecidas pela «abrilada».

No parlamento, se se não caracterisou ainda pela violencia do ataque politico, notabilisou-se pelos projectos de lei apresendos, como os da assistencia aos alienados, reforma de regimen penitenciario e remodelação dos artigos do Codigo Penal na parte relativa a criminosos alienados.

O anno de 1909, trouxe por parte de Ferreira do Amaral, novas sollicitações junto do dr. Miguel Bombarda para um entendimento politico de ataque ao governo de então, presidido pelo conselheiro Arthur Alberto de Campos Henriques.

Expressas eram assim essas intenções:

«Lisboa, 13-2-1909. — Meu bom amigo — A reunião para que pedi a sua comparencia não é para decidir se deveremos ser republicanos ou monarchicos, é para eu a todos dizer que vou fazer opposição ao governo actual, e os motivos que a isso me levam; parece-me pois que o meu amigo poderá perfeitamen-

te assistir á reunião, quaesquer que sejam os seus ideaes governativos, ou constitucionaes, e teria um grande desgosto se aqui não viesse o seu amigo, que ámanhã lhe dirá quando poderemos ter a conferencia que deseja ter comsigo. — Seu velho e dedicado amigo — F. Amaral.»

Miguel Bombarda, franca e abertamente denunciava o credo que lhe era querido: a Republica.

Altivo retorquia á chamada:

«Lisboa, 14-2-1909 — Ex.mo Sr. Ferreira do Amaral — Meu prezado amigo — Vejo nos jornaes e já o previa, que o convite que v. ex.ª me fez o favor de dirigir, é para uma reunião dos seus amigos politicos que vão decidir sobre a orientação do grupo na proxima sessão legislativa.

«Supponho que é assim, eu preciso dizer a v. ex.ª, com uma grande afflicção pelo desgosto que lhe vou dar, que eu não posso acompanhar qualquer orientação monarchica. Quando foi das eleições, v. ex.ª não faz idéia da grandeza de sacrificio que representou para mim acceitar uma candidatura, por mais que fosse de acalmação e por menos que fosse de monarchia. Mas era v. ex.ª quem ia consagrar-se á tarefa que lhe fizeram inglo ria e eu não podia recusar um auxilio á amisade que para a minha amisade appellava.

«Ainda assim, por dever de lealdade eu expuz a v. ex.ª as minhas circumstancias e a minha incompatibilidade com um regimen que fez a ruina do paiz. Agora as circumstancias são outras. Não se trata de v. ex.ª nem de acalmações, mas apenas de amparar o existente, contra ou a favor do governo, em todo o caso dentro do regimen. E' impossivel para a minha consciencia.

«Ora, o que desejo annunciar a V. Ex.ª é que na reunião eu não podia dizer outra coisa senão o que ahi vae escripto. Antevejo que lhe seja desagradavel. Por isso peço a V. Ex.ª me diga se, assim mesmo, quer que eu me apresente. Farei como V. Ex.ª me disser.

«Aparte a reunião, eu desejava conversar a sós com V. Ex.ª para ouvir a sua opinião sobre o que tenho pensado e decidido. Quererá V. Ex.ª marcar-me um dia em que me attenda? De V. Ex.ª — Miguel Bombarda.»

As instancias do primeiro presidente do conselho do reinado de D. Manuel se já n'essa epocha se assignalaram como suspeitosas para os que perfilhavam a doutrina monarchica, justificar-se-hiam mais tarde, em que, republica em Portugal, Ferreira do Amaral ao lado da democracia então victoriosa, já se não detinguia dos democratas da velha guarda, dos proprios que haviam visto baquear os seus irmãos de lucta na chacina da abrilada de 1908, em que elle era chefe do governo.

Essas tentativas, onde a ideia democratica se encobria já, não afluindo á superficie porque se affigurava de larga dura a realeza e de fraco pulso os avançados, levaram Miguel Bombarda, a republicanisando-se, castigar pelo seu acto, a mentira convencional dos outros.

N'um comicio fez publica a sua ardente fé nos idiaes republicanos.

A Revolução tentava-o.

Abdicou dos ideaes monarchicos, que quasi nem officialmente professava e ingressando, franca e abertamente nos campos democraticos, filiando-se no partido republicano, que conhecendo-lhe os anteriores trabalhos verdadeiramente revolutivos, acolhia com jubilio a adhesão.

As eleições de 28 de Agosto de 1910, davam-lhe 10:296 votos pelo circulo oriental, ou fossem 1:147 votos no 1.º bairro 3739 no 2.º nos conselhos varios.

Levado anteriormente ás assembleias maçonicas, recebia o grau de Veneravel de loj. ·. Irradiação, a que fôra trazido pelo livreiro Gomes de Carvalho.

Envolveu-se nos manejos revolucionarios e nos fins de setembro, regosijando dizia ao democrata hespanhol José Maria Izquierdo, de visita a Portugal:

— Companheiros, agora ou nunca!

E o outro lhe objectou, apertando-lhe a mão, pela derradeira vez:

— Teem todos os elementos e a occasião «la pintan calva!»

Bombarda não assignalava os resultados d'essa effectiva occasião favoravel.

A morte derrubava-o ao approximar se a hora das luctas e da victoria.

Por vezes d'esse fim, recebera avisos.

O dr. Miguel Bombarda, teve por bastas occasiões cartas ameaçadoras de morte e o clinico que até larga data as desdenhára, commentára á ultima.

«—Não queria morrer já, isso seria dar um alegrão á canalha que me odeia!»

Disse-se que um enfermeiro avisára dias antes o dr. Estevão da Fonseca:

— A vida do dr. Bombarda corre perigo!

Outro dito pelo mesmo enfermeiro, aliás com origem na primeira affirmativa, motivou a detenção no hospital.

«—Vê!... bem lhe dizia!» (*)

O tenente, entretanto jazia internado n'uma enfermaria particular, onde ficou sob a vigilancia de dois enfermeiros.

Apparicio Rebello, que não deixou de se mostrar socegado, em patente affirmativa de que procedera, não pelo estygma fatal, mas por consciente, affirmava ainda n'essa noite a deliberação firme de matar o sabio tendo para isso enviado na vespera o impedido informar-se se o director do hospital de Rilhafolles estava ou não em Lisboa.

Impõe-se aqui o archivo d'uma entrevista (**) sobre o celebre vulto, que o crime tornou historico e onde como que transparece um pouco de mysterio sobre a origem certa do acto desvairado:

«Esse homem, diz-nos o sr. Miguel, esteve aqui em tratamento durante uns seis mezes. Meu pae attendeu-o sempre com o maior carinho, o que, de resto, dispensava a todos os outros pensionistas e classificou-o como atacado de uma «paranoia persecutoria», aggravada d'uma «irascibilidade aggressiva». Com effeito... não era possivel olhar bem de frente para o tenente Apparicio Rebello dos Santos, porque elle atirava-se frequentemente como uma fera e por vezes investiu com o pessoal do manicomio.

(*) *O Mundo* de 4 de Outubro de 1910.
(**) *A Capital* de 27 de Outubro de 1910.

«Em certa altura, a familia qùiz tiral-o do hospital e meu pae mostrou certa reluctancia em acceder a tal desejo, porque demais a mais a nota inscripta no respectivo registo dava-o então como peor da doença. Mas, o tenente Apparicio sempre saiu d'aqui, esteve nove mezes em Paris e quando voltou, poucos dias depois, assassinou meu pae pela fórma já sabida. N'essa occasião, verificou-se que elle, uma vez commettido o crime, conservara uma certa calma que contrastava singularmente com a excitação nervosa evidenciada durante o seu internato em Rilhafolies. Chegou mesmo a dizer ao guarda que n'esse momento o segurava:

« — Agora, pode largar-me. . . Sou inoffensivo. . . Não vê que já exgotei todas as balas que tinha na pistola?!. . . »

«Cinco dias depois do attentado, o medico do hospital foi interrogal-o. O tenente, quando se alludiu ao motivo do crime, respondeu que na sua carteira existiam documentos elucidativos do facto e, na realidade, lá estavam uns papeis com uns dizeres que demonstravam, antes de mais nada, o seu desequilibrio mental. Mas, não contente com a «explicação» escripta, repetiu-a verbalmente no interrogatorio medico.

«Queixou-se, em primeiro logar, da influencia que o hospital produzira na sua pessoa, influencia que até o perseguira em Paris, por uma forma irresistivel. Regressando de Paris a Lisboa, resolvera acabar para sempre com essa influencia, que lhe embaraçava a vida e não consentia que elle proseguisse normalmente na sua carreira. Mas para liquidar essa influencia perniciosa do hospital, tinha forçosamente que dar cabo do homem que o dirigia e a quem votara um odio profundo.

«Por outro lado explicava tambem que a influencia dominadora do seu espirito se exercia por meio d'umas linhas *A*, *B*, e C, que em communicação com outras linhas *A'*, *B'*, *C'*, lhe indicavam a elle, tenente Apparicio, o modo como devia proceder e a meu pae quaes os propositos criminosos que o atentavam. Dizia elle, repetidamente, que meu pae não ignorava que o procuraria para o assassinar e que sabia perfeitamente que elle estava armado á sua espera. Podia tel-o morto de costas, mas não — preferiu alvejal-o de frente, liquidando assim não só o tal

phantasma negro que o perseguia insistentemente, como uns aggravos que dizia ter recebido de meu pae ao sentir-se repellido em Paris por umas mulheres belgas, italianas e francezas.

«A influencia de meu pae, affirmava elle, é que determinára essa repulsão. Em summa: era inimigo do dr. Miguel Bombarda, porque odiava o hospital de Rilhafolles.

«Dias depois referia-se então á questão religiosa. E dizia: «Isto sem rei nem Deus não pode existir». E apesar de que hoje a sua attitude é reservada e a sua apparencia é soturna e sombria, conversa lucidamente sobre o anti-clericalismo, manifestando que não sente o menor remorso pelo assassinio de meu pae, visto que elle era antes de mais nada um inimigo de Deus. «O dr. Bombarda, accrescenta, era um homem imbecil que pretentendia modificar *isto*.

«Matei-o por minha livre vontade e estou decidido a não recuar. Continuarei, logo que possa, a minha obra de vingança, extinguindo todas as pessoas que em Portugal usam o appellido de Bombarda. Constituem uma familia perigosa que é necessario exterminar.»

« — E nunca lhe notou outros symptomas d'elle ter soffrido a suggestão dos fanatisadores d'almas? — perguntamos ao sr. Miguel Bombarda.

« — Não tenho a menor duvida a tal respeito. O tenente Apparicio é um doido, mas experimentou antes do crime uma forte suggestão de odio a meu pae e á sua propaganda anticlerical. Antigo alumno do collegio de Campolide, nunca deixou de visitar esse «coio», mesmo já depois de haver concluido o seu curso militar. E sempre que me vê, não se esquece de salientar o que lhe acabei de narrar: Isto sem rei nem Deus não póde viver.»

« — E quem o visita?

« — Simplesmente a mãe. O pae, o conde de Apparicio, um portuguez que enriqueceu no Brazil, creio que já morreu...»

O levantamento do auto do corpo de delicto iniciava-se (30 de Outubro de 1910) confiado aos officiaes de caçadores 5, Mario Gomes e Julio Augusto Rodrigues, que, nos successivos interrogatorios ao tenente, feitos na detenção da enfermaria de Santa Joanna, registavam que continuava a dar provas de mania

de perseguição, quando aliás as respostas, concisas, apenas demonstravam um consciente.

Nas declarações, confirmadas com um documento, em francez, que lhe foi apprehendido, mantinha a affirmativa das suas antigas pretenções de eliminar o dr. Bombarda, fosse quando fosse e onde fosse, por pernicioso ao bem da patria, ao regimen monarchico e á religião, se bem que no aspecto hesitante deixasse perceber o mysterio das arguições, que a imprensa («O Imparcial» de 4 de Outubro de 1910) collocou sob esta base citada em correntes boatos:

«Logo hontem á noite, depois da tragedia do hospital de Rilhafolles, da qual ninguem, a não ser o destino e um doido, foram culpados, começou a espalhar-se nas massas populares esta phrase:

« — Foram os padres que deram cabo do dr. Bombarda.

«E logo em centros de conversa se propagou outra versão do assassinato, um romance sem pés nem cabeça, a proposito da morte do dr. Bombarda.

«Passamos a narral-o, a titulo de mera informação, porque é absolutamente inexacto:

«A's mãos do tenente Apparicio Rebello dos Santos, os clericaes teriam feito chegar certas cartas d'amor, que o levaram áquelle acto de loucura final. Quer dizer, suggestionaram-n'o —metteram-lhe nas mãos a arma sob a qual morreu o illustre psychiatra.

«Desde que no publico começaram a correr estes boatos inverosimeis, a excitação propagou-se. Bandos começaram a correr as ruas, umas atraz das outras seguiram-se as desordens: os padres foram corridos.»

O romance de amor ficou, a envolver mysteriosamente, os dois heroes da scena tragica da manhã de 3 de Outubro.

O exame medico legal dava o tenente como louco perigoso e incuravel, e no hospicio de Rilhafolles, então já a cargo do dr. Julio de Mattos, se lhe attribuia o desejo de morte a todo o pessoal graduado.

Debalde, o pae, de Paris, sollicitava a sua sahida, allegando-o atacado simplesmente de uma neurasthenia aguda.

Rilhafolles mantinha o seu prisioneiro, que se primeiro, devia ter cella na Penitenciaria, como reu de crime commum, mais tarde, ganhou, de direito, o seu logar permanente no segredo torturante do manicomio. . .

Ali permaneceu (*) solitario, incommunicavel, n'um dos compartimentos, dispostos em circulo, do chamado «pavilhão de segurança», erguido na cerca do edificio de Rilhafolles, junto dos terrenos do lado do Bairro Camões.

A morte de Miguel Bombarda se não suscitou uma represalia, sem bases, pela falta de filiação do acto em dictame partidario, fomentou um ensinamente rude aos politicos que encaminhavam o povo á democracia, aspirando talvez, com a ida ao encontro d'esses desejos, a participar de succossos fructos colhidos á sombra da nova bandeira.

Porém, se com esses tiros teve o throno da dynastia de Bragança, o seu primeiro abalo, a velha politica devia ter tido a presciencia clara de que com elle iriam as suas mal applicadas prerogativas.

Quando um dos chefes das reivindicações republicanas, cahia, assassinado, o Destino imperturbavel, fechava o livro do attribulado e bem curto reinado de D. Manuel II, «O Malaventurado» e abria para traçar as suas vontades imperiosas, o da plena revolução, que ia descerrar as portas para o ingresso da Republica em Portugal.

FIM DA PRIMEIRA PARTE E DO SEGUNDO VOLUME

(*) Referimo-nos a Maio de 1913, data em que estes trechos saem do prelo = N. d'A.

A REVOLUÇÃO PORTUGUEZA

Indice dos capitulos

CORRECÇÕES

Pagina	*linha*	*onde se lê*	*leia-se*
16	7	de mãos nas algibeiras	com a mão direita na algibeira
20	17	cessara	cessava
38	(nota)	Julho de 191	Julho de 1912.
43	32	Nada se fez poıém,	Isso se fez, porém quasi em segredo,
91	18	morrera collocando	morrera, collocando
94	20	abandonara as suas	não abandonara as suas
127	(nota)	Revolução Portugal	Revolução Portugueza
154	37	755 deputados	155 deputados.
198	29	concedeu a invenção a Guilotin	concedeu a invenção de Guillotin
210	3	Destruidos ficaram terreno	Destruidos ficaram porém
227	32	Riedcloki	Riedelsky
238	2	*Tarde*	*Diario da Tarde*
242	30	se votaram	Ali se votaram
243	12	Dalmim	Dalnij
244	32	*Joven capitão*	*Joven captivo*
309	35	sob Chacon	sobre Chacon
314	29	fonte hygene	fonte hygienica
319	4	que o	quer o
340	17	Bellegirde	Bellegarde
342	34	os cofres	dos cofres
354	13	MDCCCIX	MDCCIX
354	33	MDCCCXII	MCMXII
363	1	maus	mais
372	3	Glodstone	Gladstone
385	3	2493	2463
414	1	A mim	A miss
447	17	medievel	inadiavel
538	27	espelhava assim	espelhava assim a situação
671	25	o jornalismo	o jornalista
745	6	:	.
778	24	alaes	aléas
814	2	cortar as	cortar ás